OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

Brasil

Enero de 2008

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

CLACSO

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

Documento de trabajo Nº 154

Realizado por
el Comité de Seguimiento
del Conflicto Social y la Coyuntura
Latinoamericana de Brasil

Integrantes	Roberto Leher, Alice Coutinho da Trindade, Jacqueline Aline Botelho Lima, Anderson Andrade, Luiza Leite, Vera Lúcia R. de Oliveira, Luis Américo Araújo Vargas, Jane Barros Almeida, Virgínia Maria de Castro
Diarios	*Jornal do Brasil,* *Jornal Folha de São Paulo,* *Jornal O Globo,* *Jornal O Estado de São Paulo,* *Jornal Brasil de Fato*
Otras fuentes	Agência de Notícias Carta Maior, MST na Imprensa, Resenha Federal, *Jornal do MST*, Centro de Mídia Independente (CMI).

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.
La responsabilidad por las opiniones expresadas en los artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El Observatorio Social de América Latina (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinado a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado constituye uno de los resultados de este trabajo de documentación y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un documento de trabajo en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social llevadas a cabo durante el mes indicado en uno de los 19 países relevados.

La cronología presentada ha sido elaborada por alguno de los diversos **Comités de Seguimiento del Conflicto Social** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación de un equipo de investigación que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento del Conflicto y la Coyuntura Latinoamericana

PAIS	INSTITUCION	RESPONSABLES
Guatemala	FLACSO	Simona Yagenova Mario Castañeda
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Diana Cárdenas
Paraguay	Centro de Documentación de Estudios	Quintin Riquelme
Ecuador	CIUDAD	Mario Unda Hugo González
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Chile	ARCIS	Juan Carlos Gomez Leyton
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo
Brasil	LPP	Roberto Leher
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
México	UNAM	Lucio Oliver Massimo Modonesi
Panamá, El Salvador y Nicaragua	CELA (Panamá)	Marco Gandasegui (h)
República Dominicana y Puerto Rico	Centro Juan Montalvo (Rep. Dominicana)	Mario Serrano

Brasil
Cronologia do Conflito Social
Janeiro 2008

6ª feira 04

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (Cidh) anuncia que apresentou dois processos na Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), sediada na Costa Rica, contra o Brasil. Os dois processos envolvem repressão ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Um deles relaciona-se "com a interceptação e o monitoramento ilegal de linhas telefônicas" dos ativistas sociais "Arley José Escher, Dalton Luciano de Vargas, Delfino José Becker, Pedro Alves Cabral, Celso Aghinoni e Eduardo Aghinoni". Segundo a Cidh, que funciona como braço semi-autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA), estas pessoas são membros das organizações sociais parceiras do MST. A comissão apontou que "a interceptação e o monitoramento das chamadas telefônicas foram realizados entre abril e junho de 1999 por parte da Polícia Militar (PM) do estado do Paraná". O processo foi apresentado no dia 20 de dezembro de 2007, devido "à negação, à justiça e à reparação adequada para as vítimas". O segundo processo foi apresentado no dia 24 do mesmo mês e se deve a "uma série de omissões na investigação" do assassinato do agricultor Sétimo G4aribaldi, também no Paraná, durante uma operação de despejo de uma terra ocupada pelo MST. "A Comissão estabeleceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela violação do direito à vida do senhor Sétimo Garibaldi e constatou uma série de omissões e falta de interesse na investigação instaurada pelo homicídio", indicou o organismo. Garibaldi foi assassinado em 27 de novembro de 1998, quando um grupo de aproximadamente 20 pessoas armadas organizou uma operação de desalojamento das famílias de trabalhadores sem-terra que ocupavam uma fazenda na cidade de Querência do Norte – Paraná (região Sul). A Comissão explicou que "ambos os casos foram enviados à Corte IDH porque foi considerado que o Estado não cumpriu as recomendações essenciais contidas nos relatórios aprovados pela Cidh de acordo com o artigo 50 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos" (ANSA).

Após o fim do recesso do 2º Batalhão de Construção e Engenharia do Exército brasileiro, as obras do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco recomeçam. Os militares, que trabalham no projeto desde junho de 2007, voltam aos trabalhos de topografia e construção de uma barragem e dois canais de aproximação do rio com as estações de bombeamento, na região de Cabrobó – Pernambuco (região Nordeste). De acordo com o Exército, a tropa de 380 homens também está presente no município de Floresta. Uma liminar do Tribunal Regional Federal da 1ª Região chegou a suspender as obras em dezembro de 2007, até que o Supremo Tribunal Federal decidiu pela continuidade do projeto. Os contrários à transposição alegam que o projeto, ao invés de priorizar a sede e a fome do povo do semi-árido, privilegia os interesses do agronegócio. Seriam beneficiados os empresários da fruticultura e do cultivo de camarão. Informações do próprio governo federal apontam que 70% das águas transpostas serão para irrigação,

26% para uso urbano-industrial, onde já existe água e apenas 4% para a população das caatingas.

Aproximadamente 600 guardadores de automóveis promovem manifestação em frente à sede da Prefeitura do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os guardadores protestam contra a decisão do município de abrir licitação para a contratação de empresas para administrar as cerca de 43 mil vagas de estacionamento público da cidade pelo sistema rotativo. Segundo o Sindicato dos Guardadores de Automóveis, a medida deve deixar 3 mil pessoas desempregadas. Somente a empresa Multipark apresentou proposta para operar as vagas na área da zona Sul da cidade. Como não houve interessados nos outros quatro lotes o edital destas áreas será republicado. O sindicato dos guardadores ingressou com uma ação civil pública no Ministério Público do Trabalho além de ações no Tribunal de Justiça pedindo a anulação da licitação.

2ª feira 07

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) divulga que, somente em 2007, 48 indígenas foram mortos no estado do Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste), enquanto que no país, os assassinatos chegaram a 76, representando um aumento de 60% em comparação com o ano de 2007. Os dados serão divulgados na íntegra em abril, quando será lançado o Relatório de Violência contra Povos Indígenas no Brasil. As primeiras informações mostram que Mato Grosso do Sul é o estado com mais assassinatos, seguido de Pernambuco (região Nordeste). O principal motivo, aponta o CIMI, é a disputa travada por indígenas para retomar suas terras de agricultores e grileiros. Na região de Dourados, no Mato Grosso do Sul, onde há a maior concentração indígena por hectare do país, foram assassinados 14 índios. Ao mesmo tempo, nenhuma terra indígena foi demarcada pelo governo federal no Mato Grosso do Sul em 2007.

O jornal Folha de S.Paulo divulga que o volume de desapropriação de terra em 2007, se comparado ao ano de 2006, sofreu uma queda de 62%, segundo decretos publicados no Diário Oficial em Brasília, Distrito Federal (DF) – Goiás (região Centro-oeste). Tal índice classifica o ano de 2007 como o pior em desapropriações no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ainda segundo o jornal, os 204,5 mil hectares desapropriados pelo governo Lula em 2007, área que seria suficiente para assentar em torno de 6 mil famílias, atingiram pouco menos de 1/3 da média anual do primeiro mandato (2003-2006). Neste período, a área desapropriada foi de 682,5 mil hectares. Com este índice, o governo não conseguiu alcançar a meta de famílias assentadas, assim como ocorreu em 2003, 2004 e 2006. De acordo com apuração da Folha, o número atingido foi 67 mil, quando a meta, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), seria de 100 mil famílias.

Parentes e amigos de pessoas internadas ou que receberam atendimento no Hospital Municipal Paulino Werneck, na Ilha do Governador, Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) fazem uma manifestação para pedir melhorias no atendimento da unidade. Eles denunciam a falta de médicos, remédios e equipamentos. Um dos manifestantes, Rômulo Matos,

perdeu o pai e o tio, segundo ele, devido a deficiências do hospital. De acordo com Rômulo, a população está revoltada com a situação do hospital e com o descaso dos nossos governantes que, de acordo com ele, “estão mais preocupados em fazer crescer seus círculos de influências e se esquecem da saúde pública do Rio de Janeiro”. Os manifestantes denunciam que o Hospital Paulino Werneck está sobrecarregado porque o governo federal fechou o setor de emergência do Hospital Universitário do Fundão, que também atendia à população de São Gonçalo – cidade da região metropolitana do Rio de Janeiro. Silvana Marques, que também foi ao local, diz que sua mãe, Maria da Conceição Azevedo Silva, foi internada no hospital em setembro para tratar de varizes no esôfago. Segundo Silvana, ela morreu porque a unidade não tinha o equipamento necessário para cuidar da doença. De acordo com Silvana, o Hospital Paulino Werneck precisa de muitas mudanças, já que o atendimento é péssimo, não tem material, e não há medicamentos para as pessoas. A direção do Hospital Municipal Paulino Werneck não quis se pronunciar a respeito das críticas. Já a assessoria de imprensa do Hospital Universitário do Fundão declarou que a unidade atende apenas a casos de difícil diagnóstico e não dispõe de verbas específicas para reabrir o setor de emergência.

Parte dos cerca de 300 agentes de inspeção e controle urbano da prefeitura paralisam suas atividades alegando falta de segurança nas operações no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O estopim da paralisação foi a agressão sofrida na manhã do dia 06 de janeiro por um dos agentes, alvejado com uma barra de ferro por um camelô em Copacabana diante de centenas de pessoas - turistas inclusive. A falta de segurança no trabalho está sendo interpretada pelos agentes como um esvaziamento de suas funções. No momento da agressão, não havia um único policial ou guarda municipal acompanhando o trabalho do servidor. A Associação dos Agentes de Inspeção e Controle Urbano reivindica condições mínimas de segurança. Um dos vice-presidentes da Associação, Osvaldo Canindé, afirma que os agentes são freqüentemente agredidos quando não há apoio da Guarda Municipal durante as operações de repressão ao comércio ilegal nas ruas.

O bispo de Barra – Bahia (região Nordeste), Dom Luiz Flávio Cappio, faz crítica à intransigência do governo federal quanto ao projeto de transposição das águas do rio São Francisco. Cappio afirma que a retomada das obras "mostra a total insensibilidade do governo em relação aos movimentos sociais que o elegeram". No dia 4 de janeiro, o Batalhão de Construção e Engenharia do Exército reiniciou o trabalho. De acordo com a assessoria do Ministério da Integração Nacional, as obras não haviam sido retomadas antes devido às festas de fim de ano. No dia 19 de dezembro, o STF (Supremo Tribunal Federal) derrubou liminar que impedia a retomada das obras.

Cerca de 100 índios pataxó da Aldeia de Coroa Vermelha, em Santa Cruz de Cabrália – Bahia (região Nordeste) ocupam a sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), no centro histórico de Porto Seguro, no mesmo estado. O grupo indígena quer a liberação de obras de 100 ocas para venda de artesanato, além de exigirem a construção de um píer.

3ª feira 08

Cerca de 200 trabalhadores sem-terra ligados ao MST bloqueiam a rodovia BR-262, nas proximidades da ponte sobre o Rio Paraguai, em Corumbá - Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). Os manifestantes protestam contra a falta de água potável nos assentamentos do Incra. Eles fazem parte das 292 famílias assentadas pelo órgão na Fazenda São Gabriel, comprada em 2003, para solucionar uma série de conflitos agrários que ocorriam entre sem-terra e fazendeiros do município. Eles afirmam que estão sem água potável há 15 dias consecutivos e que somente liberarão a estrada quando o Incra resolver o problema. Segundo o superintendente do Incra, Luís Carlos Bonelli, o assentamento possui dois poços artesianos, porém ambos estão com as bombas de sucção queimadas. O Incra informou que foi enviado um funcionário para Corumbá com o propósito de dividir entre os assentados as despesas de consertos das bombas para resolver o impasse.

4ª feira 9

Um bebê recém-nascido, que passou os dois primeiros dias de vida em condições degradantes na cadeia Pública Feminina de Monte Mor, na região de Campinas – São Paulo (região Sudeste) é transferido com a mãe para uma penitenciária do estado, segundo informação da direção da prisão. Com capacidade para 12 pessoas, a cadeia abriga 119 mulheres – entre as quais quatro grávidas em duas celas de 25 metros quadrados cada. Em razão da superlotação – quase 10 vezes superior à capacidade, as portas das celas ficam sempre abertas e as presas ocupam também um pátio de 50 metros quadrados, sem-teto, onde a maioria dorme. Quando chove, as presas são obrigadas a improvisar cobertas com pedaços de plásticos para se protegerem. Regras da Organização das Nações Unidas (ONU) determinam um mínimo de 6 metros quadrados para cada preso. Em Monte Mor, há 0,84 metros para cada presa, considerando as celas e o pátio. Os familiares fornecem um relato, por escrito, sobre a situação da cadeia, segundo o qual as presas vivem em condições subumanas e o local está infestado de piolhos, sarna e baratas. O aparecimento de ratos é comum. “Temos presas com tuberculose, 2 são soropositivas, 4 estão gestantes, 1 é deficiente física. 10 de nós têm problemas psiquiátricos e estão sem nenhum acompanhamento médico. Não têm nem acesso aos remédios.” – diz um dos trechos. No local há presas condenadas e outras à espera de julgamento. A cadeia é anexa à delegacia da cidade e vizinha do prédio da prefeitura. Segundo a coordenadora nacional pela Questão da Mulher Presa da Pastoral Carcerária, Heidi Cerneaka, o caso de Monte Mor é dos mais graves do país. O sistema penitenciário paulista, segunda dados publicados em setembro de 2007, tem cerca de 42 mil detentos a mais do que comporta. O delegado responsável pela cadeia, Luís Antônio Loureiro Nista, admite que o local está superlotado, mas afirma que as presas recebem visitas de uma ginecologista e de um dentista a cada 15 dias. Familiares dizem que as presas recebem assistência médica quando solicitam ou quando passam mal. A Secretaria de Segurança informa, por meio de sua assessoria de imprensa, que o governo tem plano para desativar todas as cadeias e que as presas serão transferidas para penitenciárias que serão construídas. A Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) informa também por meio de sua assessoria que a pasta pretende construir 7 novas unidades prisionais femininas em 2008, cada uma com 550 vagas. A cadeia é de responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública, órgão da gestão José Serra do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)

5ª feira 10

Um grupo de representantes de entidades da sociedade civil, organizações populares, movimentos sociais, intelectuais e religiosos lança manifesto intitulado "Por uma Reforma Tributária Justa", que defende uma reestruturação do sistema de impostos e denuncia a articulação da classe dominante para impedir mudanças que apontem para a distribuição de renda e ao desenvolvimento nacional. O manifesto foi enviado à Presidência da República, ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, ao do Planejamento, Paulo Bernardo, e aos deputados federais e senadores do Congresso Nacional. O manifesto defende o aumento do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) e da CSSL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido) e a retomada da cobrança do imposto sobre as remessas de lucros para o exterior, que oneram o sistema financeiro e empresas estrangeiras. Entre os signatários, estão José Antônio Moroni, membro do Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos) e diretor da Abong (Associação Brasileira de Ongs); Emir Sader, secretário-executivo da Clacso (Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais); e o jornalista e escritor Fernando Morais, entre outros intelectuais, políticos e religiosos. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva elogiou a iniciativa ao receber o documento e ressaltou a perspectiva da autonomia dos cidadãos que se manifestaram para contribuir para a construção da reforma tributária. A Febraban (Federação Brasileira de Bancos) divulgou nota contra a elevação das alíquotas do IOF e da CSLL, declarando que "A taxação sobre setores mais rentáveis, ainda que traga uma aparência de justiça, implica redução do incentivo do setor privado para buscar maior produtividade e lucros crescentes, precisamente a mola básica do desenvolvimento de uma economia de mercado". A Febraban condena também que os impostos incidam proporcionalmente à lucratividade, renda e riqueza, se colocando contra a cobrança progressiva. O manifesto sustenta que a Febraban, ao lado da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), "estão mentindo quando dizem que a população será mais afetada pelo imposto, enquanto escondem que o maior custo das compras a prazo são as taxas de juros exorbitantes, sobre as quais se calam, pois são delas favorecidos".

O governador José Serra (PSDB) determina o imediato remanejamento, para o dia 11 de janeiro, – de 40 das 119 presas da Cadeia Pública Feminina de Monte Mor, em Campinas – São Paulo (região Sudeste), para outras cadeias públicas com celas femininas na região de Campinas – segundo nota da assessoria de imprensa do governador, "unidades da região com melhor capacidade de atendimento". Segundo a Secretaria de Segurança Pública, os locais não são divulgados por questões de segurança. O órgão também não revela se há vagas suficientes nos locais que irão recebê-las e acrescenta que, além das 40, outras três presas serão transferidas nos próximos dias. Com isso, a cadeia, que tem capacidade para 12 presas, continua superlotada, com 76. Não é revelado se as quatro grávidas estão incluídas no grupo. O delegado seccional de Americana – São Paulo, responsável pela cidade de Monte Mor, diz que todas as cadeias das 9 cidades sob sua jurisdição estão total ou parcialmente interditadas e, portanto, impedidas de receber presas. A determinação ocorre após a imprensa divulgar no dia 9 de janeiro as condições precárias de infra-estrutura e higiene da cadeia e noticiar a transferência de uma presa e seu filho recém-nascido para uma penitenciária do estado.

6ª feira 11

Em apenas um mês, cinco crianças e outros três adultos, segundo informações da Agência Chasque de Notícias, morreram em aldeias indígenas no Vale do Javari, no Oeste do Amazonas (região Norte). O Conselho Indígena local denuncia que as mortes ocorridas no mês de dezembro de 2007 se devem à falta de assistência federal e municipal em relação à saúde dos povos. Uma das crianças falecidas, pertencente ao povo Marubo, teve de esperar por dois dias a autorização da prefeitura de Atalaia do Norte para que um barco fosse buscá-la. O menino acabou falecendo a caminho do hospital. Nas aldeias indígenas, há pelo menos seis crianças em estado grave e que terão de ser removidas. No Vale do Javari vivem cerca de 3 mil indígenas de cinco etnias diferentes.

Motoboys promovem duas manifestações na capital São Paulo - SP (região Sudeste). A primeira ação liderada pela Associação dos Mensageiros Motociclistas de São Paulo (AMM) começou pela manhã no Centro. Em seguida, os motoboys não mais liderados pela Associação e sem o acompanhamento da PM dirigiram-se à marginal Pinheiros e a interditaram por aproximadamente 10 minutos. Segundo a PM, cerca de 400 motoboys participaram do protesto. Os trabalhadores protestam contra o aumento de 38,25% do seguro obrigatório, que subiu de R$ 184,84 para R$ 254,16 e contra as novas resoluções do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) que os obriga ao uso de faixas refletivas no capacete que também deve possuir certificado de segurança e ainda manter a viseira fechada.

Dois presos morrem e pelo menos 11 ficam feridos – sendo um em estado greve – em uma rebelião no presídio Aníbal Bruno, em Recife – Pernambuco (região Nordeste). Os detentos, segundo o governo, iniciaram a rebelião por estarem insatisfeitos com a inspeção feita por agentes penitenciários no local onde ocorre o pernoite de mulheres para visita íntima. Na inspeção, foram encontrados 81 papelotes de maconha, 20 gramas de crack, três celulares e facas artesanais. Segundo Isaac Wanderley, superintendente de Segurança Penitenciária da Secretaria Executiva de Ressocialização (Seres) do estado o motim também pode ter sido motivado por rixas entre os presos. Os detentos chegam a incendiar colchões, o que prejudica o fornecimento de energia elétrica no presídio. A rebelião é controlada por cerca de 150 policiais do Batalhão de Choque e pelo Corpo de Bombeiros. Policiais usaram cães para conter os rebelados. Os detentos feridos foram levados aos hospitais Otávio de Freitas e Agamenon Magalhães, na capital pernambucana. Não foi detectada nenhuma fuga durante a rebelião. O presídio, que é o maior do estado, tem capacidade para 1.448 presos, mas abriga atualmente 3.584.

Sábado 12

Índios em Roraima (região Norte) bloqueiam a interligação das BRs 401 e 433 no município de Normandia. Os indígenas reivindicam o cumprimento da demarcação da reserva, feita em 2005 e a conseqüente retirada de arrozeiros da região. Segundo os indígenas, além de não deixarem as terras os arrozeiros ainda aumentaram a área de plantação. Um índio foi preso durante o ato acusado de ter ferido um policial com uma flechada. Segundo a polícia, dois carros do Conselho Indígena de Roraima estavam no local

apoiando a manifestação. A Organização Não Governamental (ONG) é contra a permanência de não indígenas na reserva. Para os indígenas, qualquer atividade que venha a ser realizada dentro da reserva deve ter o consentimento e participação das comunidades.

2ª feira 14

O diretor do Departamento de Saúde Indígena da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Wanderley Guenka, avalia como gravíssima a situação de saúde dos povos que vivem na terra indígena do Vale do Javari, no Amazonas (região Norte). Segundo ele, a Funasa, sozinha, não é capaz de realizar as medidas necessárias para o atendimento da população que vem sofrendo com os altos índices de contaminação pelo vírus da hepatite do tipo B com uma epidemia de malária. Tanto a hepatite quanto a malária atacam diretamente o fígado e a associação dos dois problemas tem enfraquecido a população e levado a um alto índice de mortes. Há anos a população pede medidas urgentes para conter o avanço da presença dos vírus da hepatite nas aldeias. Uma das grandes preocupações dos indígenas é a transmissão vertical do vírus tipo B. Os indígenas temem que a transmissão direta de mãe para filho da hepatite B condene a população ao desaparecimento.

Cerca de 1.500 trabalhadores rurais organizados pelo MST ocupam a sede da Fazenda Guerra, em Coqueiros do Sul – Rio Grande do Sul (região Sul). Esta é a nona ocupação da fazenda desde 2004. Além de exigir a desapropriação da área, os trabalhadores pedem o cumprimento do acordo assumido pelo Incra, no final de 2007. Na época, o Incra se comprometeu a assentar 2 mil famílias até o final de 2008, sendo mil famílias até abril. O MST denuncia que a área está envolvida em crimes ambientais e que não vem cumprindo sua função social. Segundo o Movimento, desde o encerramento das Marchas à Fazenda Guerra, em novembro de 2007, quando o órgão assumiu a meta, nenhuma família foi assentada.

Trabalhadores da unidade da empresa Fosfertil iniciam uma greve em Araucária – Paraná (região Sul). Os trabalhadores reivindicam um reajuste de 5% nos salários e um plano de cargos e salários. O coordenador-geral do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Paraná, Paulo Roberto Fier, denuncia na Delegacia Regional do Trabalho que a Fosfertil manteve trabalhadores em cárcere privado na empresa com o objetivo de manter o ritmo de produção, que diminuiria com a greve dos funcionários. A empresa já foi denunciada pelos trabalhadores por operar fora dos padrões de segurança, utilizando equipamentos com inspeção vencida e sem manutenção.

3ª feira 15

Em parceria com o Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) no estado de São Paulo – SP (região Sudeste), quatro organizações do movimento camponês inauguram o curso de licenciatura plena em Pedagogia. Além do MST, as outras organizações paulistas que fazem parte do curso são: Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FAF), Federação dos Empregados Rurais Assalariados (FERAESP) e a Organização das Mulheres Assentadas e Quilombolas (OMAQUESP). A Universidade

Federal de São Carlos (UFSCAR) também promove o curso que reúne 60 educandos. Os cursos são para filhos de assentados que terão sua formação voltada para as especificidades do campo.

O Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região e a Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul realizam ato contra a terceirização na tesouraria do Banrisul, em frente ao edifício-sede do banco, no município de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Após o protesto os manifestantes acampam em frente ao edifício-sede da instituição. Os manifestantes devem permanecer no local até 18 de janeiro, dia em que vai haver o pregão para a terceirização do serviço. Dirigentes sindicais acusam a governadora Yeda Crusius (PSDB) de promover o desmonte do Banrisul como banco público. Além disso, eles afirmam que a medida é ilegal, pois a tesouraria é um serviço essencialmente bancário e que deve ser executado por empregados da própria instituição. Segundo o diretor de comunicação do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região, Ademir Wiederkihr, a medida da governadora pode colocar em risco a segurança dos dados de todos os clientes do banco. Além disso, ele lembra que o processo é ilegal, pois só poderiam ser terceirizados serviços como limpeza, conservação e vigilância. Representantes das duas entidades denunciam o processo ao presidente do Tribunal de Contas do Estado, João Luiz Vargas, que se comprometeu em verificar o caso.

Pelo menos 30 funcionários da empresa Móveis Califórnia estão acampados no pátio da empresa desde a semana passada em Rio Negrinho – Santa Catarina (região Sul). Os trabalhadores reivindicam o pagamento dos salários que estão atrasados desde outubro de 2007. Os manifestantes prometem não deixar o local até que a dívida seja quitada. Se isso não ocorrer em breve, eles afirmam que vão ingressar na Justiça, fazendo com que a empresa utilize bens como máquinas e equipamentos para realizar o pagamentos dos salários devidos.

Funcionários de Furnas Centrais Elétricas fazem paralisação de 24 horas em resposta à decisão da Justiça de Brasília que pede substituição de 4,3 mil terceirizados e prestadores de serviços, em até 30 dias, por concursados aprovados em 2004 e ainda não chamados. Segundo o presidente da Associação dos Funcionários Contratados de Furnas, Oséias dos Santos Neto, não é possível demitir tantos funcionários em tão pouco tempo. Oséias afirma que as usinas, subestações e linhas de transmissão trabalham com efetivo suficiente para garantir o fornecimento de energia. Mas, se houver qualquer incidente extraordinário, como defeito nos geradores ou danificação das linhas de transmissão, não haverá ninguém para fazer o conserto. O sindicalista explica ainda que a Justiça quer a substituição de 2,5 mil funcionários contratados por concursados e a anulação da efetivação de cerca de 1,5 mil servidores contratados antes da Constituição de 1988. Com isso, Furnas teria que trabalhar com apenas cerca de 3 mil servidores concursados. A assessoria de imprensa de Furnas informa que a decisão judicial pode comprometer também as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que tem a participação de Furnas, entre as quais estão três linhas de transmissão e sete usinas hidrelétricas, como a Usina do Rio Madeira, em Rondônia (região Norte). De acordo com nota divulgada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (Distrito Federal e Tocantins), está prevista uma multa de R$ 10 mil por cada funcionário contratado, caso Furnas descumpra a decisão judicial.

4ª feira 16

Cerca de 60 famílias do MST ocupam o Engenho Planalto, localizado no município de Paudalho, Zona da Mata Norte de Pernambuco (região Nordeste). Os camponeses denunciam que a área de 1.800 hectares foi vistoriada e considerada improdutiva pelo Incra, com isso tem decreto de desapropriação desde 2005. A empresa que se diz proprietária das terras, a Sociedade Brasileira Refinadora de Açúcar Ltda., entrou com recurso pedindo uma nova perícia, que até o momento não foi realizada. Em novembro de 2007, cerca de 200 famílias bloquearam a rodovia BR 408, próxima ao Engenho, em protesto contra a lentidão na desapropriação da área. As famílias que estão no local afirmam que permanecerão até que seja executada a desapropriação.

Funcionários da Companhia Rio Grande de Mineração (CRM) realizam um dia de paralisação no Rio Grande do Sul (região Sul). O objetivo da paralisação é reivindicar um reajuste de salários. Os trabalhadores tentam desde setembro de 2007 uma audiência com a governadora Yeda Crusius (PSDB). A CRM é uma empresa de economia mista do Rio Grande do Sul controlada pelo governo do estado. Atualmente, ela conta com 260 funcionários.

Apesar da interrupção de quase um mês nas operações de combate ao trabalho escravo, o ano de 2007 registrou um número recorde de trabalhadores encontrados em situações precárias. O grupo especial de fiscalização móvel do Ministério do Trabalho divulga que libertou no ano passado 5.877 trabalhadores em condições análogas à escravidão em fazendas do país. O número de libertações foi o maior registrado pelo grupo desde a sua criação, em 1995. Até então, o maior resultado era o de 2003, quando 5.223 trabalhadores ganharam à liberdade. O balanço mostra ainda que, em 110 operações, os fiscais visitaram 197 fazendas. Já outros 3.497 empregados sem carteira assinada tiveram seu vínculo formalizado, principalmente nos estados do Pará, Tocantins (região Norte) e Maranhão (região Nordeste). Desde 1995, ano em que foi criado o grupo móvel de fiscalização, já foram libertados 27.645 trabalhadores no Brasil. Os estados com os mais altos índices de exploração da mão-de-obra em situação semelhante à de escrava são Maranhão (região Nordeste), Pará e Tocantins (região Norte). Em setembro de 2007, um grupo de senadores criticou o trabalho dos fiscais na fazenda Pagrisa, no Pará. Os senadores disseram que não havia trabalho escravo na propriedade. Já os fiscais disseram ter encontrado mais de mil trabalhadores atuando nas lavouras de cana em condições precárias. A senadora Kátia Abreu do Partido Democrata (DEM), uma das representantes dos ruralistas no Congresso, disse se preocupar com possíveis exageros nos números e lembra o recente caso da fazenda Pagrisa. Abreu informou ainda que más condições de trabalho e descumprimento de leis trabalhistas, apesar de errados, não levam à necessidade de libertar trabalhadores, apesar de ter afirmado que o trabalho do grupo móvel é importante. Após os ataques dos senadores, o Ministério do Trabalho suspendeu as ações do grupo móvel. As operações voltaram ao normal após 23 dias. Os fazendeiros e empresas flagrados em condições irregulares pelos fiscais têm seus nomes incluídos em uma lista conhecida como “lista suja”. A exclusão da lista só ocorre após 2 anos de monitoramento.

Cerca de 50 motociclistas fazem protesto, durante 30 minutos, em frente ao Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Eles pedem a regulamentação da atividade de mototáxi na cidade.

5ª feira 17

A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs) elabora um dossiê com denúncias de trabalhadores e consumidores do Carrefour, enviadas de várias partes do país. O documento foi entregue à maior central sindical da França, a CGT, país sede da multinacional Carrefour, e a UNI, o sindicato global da categoria. De acordo com o dossiê, a multinacional francesa é a maior empresa varejista do Brasil, com faturamento de mais de R$ 12 bilhões, mas que isto não significa muito para seus trabalhadores. O documento relata o caso do Carrefour de Uberlândia – São Paulo (região Sudeste), onde um trabalhador de 22 anos perdeu a mão direita por falta de equipamento de proteção e treinamento para lidar com máquina perigosa. Outro dado presente no documento são as cenas da truculenta repressão da multinacional e da polícia aos trabalhadores do Carrefour de Osasco também em São Paulo. A Contracs produziu um filme que registra a violenta ação contra uma mobilização que cobrava reajuste da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) em agosto de 2007.

Integrantes de cinco categorias de advogados públicos marcam hoje o primeiro dia de greve, por tempo indeterminado, com atos em ministérios e diante do Palácio do Planalto, em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste). Cerca de 300 advogados da União, participam dos atos. Também iniciam paralisação hoje os defensores públicos, procuradores federais e procuradores do Banco Central e da Fazenda Nacional. Os servidores dessas categorias reivindicam o cumprimento do acordo feito com o governo em 2007 que garantia reajustes escalonados de 13 a 30%, a partir de novembro de 2007, até 2009. Pelo acordo, até 2009, os salários chegariam a R$ 20 mil. Com o fim da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, anunciou a suspensão do reajuste aos servidores, já que o governo terá que cortar R$20 bilhões do Orçamento. Segundo o secretário-geral do Fórum Nacional de Advocacia Pública Federal, Jorge Messias, os salários dos advogados públicos vão de R$10 a R$12,9 mil. Com o aumento, passariam a variar entre R$14 e R$19 mil. Os vencimentos do Ministério Público começam com R$21 mil. A reivindicação dos advogados públicos, se atendida, terá impacto nos cofres da União, em 2008, de cerca de R$600 milhões. O fórum reúne advogados da União, defensores públicos da União, procuradores da Fazenda Nacional, procuradores do Banco Central e procuradores federais. Segundo a Associação Nacional dos Advogados da União (ANAUNI), grande parte dos 11 mil advogados públicos deve parar em todos os estados. O jornal O Globo afirma que a adesão é de 60 a 70 %, segundo os grevistas, e o Folha de São Paulo, que 80% aderem, segundo o Fórum Nacional, o que corresponderia a 6.400 servidores. A categoria informa que pretende entrar com uma representação formal na Organização Internacional do Trabalho (OIT) para garantir o cumprimento de seus direitos trabalhistas.

O Conselho Indígena de Roraima (CIR) encaminha à ONU um pedido de proteção à vida dos índios da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima (região Norte). O documento encaminhado pela ONG ao Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial da ONU

pede que “sejam adotadas medidas específicas para proteger a integridade das comunidades indígenas da Raposa/Serra do Sol e o seu direito à terra”. O conflito entre arrozeiros e os índios da reserva continua e os indígenas temem que lideranças sejam mortas por pistoleiros contratados. A disputa entre os índios e os arrozeiros se intensificou em abril de 2005, depois que o presidente Lula assinou um decreto homologatório da região. O documento destina a posse e uso da área exclusivamente aos 15 mil índios e aponta que a retirada total da população não-índia do local deveria ocorrer no prazo máximo de um ano. Segundo o coordenador do CIR, Dionito José de Souza, os índios são constantemente intimados pelos arrozeiros e pela própria Polícia Federal (PF). O coordenador relaciona o fato com a demora do Governo Federal em retirar os arrozeiros da região.

6ª feira 18

O deputado Ronaldo Zulke, do Partido dos Trabalhadores (PT), entra com uma representação no Ministério Público Federal (MPF), questionando a constitucionalidade da medida que no primeiro semestre de 2007, na lei 12.697, transferiu o gerenciamento dos recursos hídricos do Rio Grande do Sul (região Sul) da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) para a Secretaria Extraordinária de Irrigação. A legislação permite a emissão de outorgas de direito do uso da água e a criação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) para a gestão de recursos hídricos. Para o presidente do Sindiágua, Rui Porto, a medida caracteriza a política privatizante do governo Yeda Crucius (PSDB) na gestão dos recursos hídricos. Enquanto o governo do estado prepara o Plano Estadual de Recursos Hídricos, Porto afirma que os movimentos sociais devem trabalhar para conscientizar a população sobre a importância de a água ser mantida sob controle público como recurso não-privatizável, a exemplo do que foi feito no Uruguai.

Integrantes do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná (região Sul) votam, em decisão unânime, pela anulação do decreto de desapropriação do campo de experimentos ilegal de transgênicos da multinacional suíça Syngenta Seeds, em Santa Tereza do Oeste, no estado. Cerca de 50 integrantes da Via Campesina, do MST, da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab), outros movimentos sociais e entidades de direitos humanos estiveram presentes no julgamento. O decreto nº 7.487 foi sancionado pelo governador do Paraná, Roberto Requião do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em novembro de 2006, transformando o local, considerado ilegal, em área de interesse público, para a criação de um Centro de Pesquisa e Referência em Agroecologia, na tentativa de estimular o avanço da reforma agrária e da agricultura familiar. Mais de 170 entidades do Brasil e do exterior apoiaram a desapropriação da fazenda. Em fevereiro de 2007, o Tribunal de Justiça do Paraná já havia concedido liminar a favor da Syngenta, suspendendo provisoriamente o decreto. O principal argumento usado pelos desembargadores é o de que a desapropriação do campo de experimentos não respeita os requisitos legais da legislação. No discurso dos magistrados, o golpe militar foi nomeado como a “Revolução de 64”. Eles buscaram convencer o público da perfeição do estado democrático de direito no qual se vive. Por conta disso, um dos desembargadores exigia “enquadramento para a desobediência”, referindo-se às ocupações do movimento. Durante o julgamento, o direito à propriedade privada foi ressaltado como supremo, sobrepondo-se ao direito ao que diz a Constituição Federal, que prevê desapropriação em caso de

desrespeito à função social, como respeito à legislação ambiental. Em março de 2006, a Syngenta foi multada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em R$ 1 milhão, pelo cultivo ilegal de transgênicos, no entorno do Parque Iguaçu, ou seja, em área de proteção ambiental, o que é proibido pela legislação do País. Na época, o local foi ocupado pela primeira vez pela Via Campesina para denunciar os crimes da empresa contra a biodiversidade. Um dos desembargadores presentes emitiu 150 reintegrações de posse contra o MST ao longo de sua carreira, número que, segundo ele, não lhe garante tanta experiência assim no assunto. Assim mesmo, ele pôde concluir que apenas o cultivo de psicotrópicos (drogas) permite a desapropriação imediata de uma área. Último a se pronunciar, o desembargador Marco Lucas Fanchin, diante dos militantes na platéia, afirmou-se de esquerda. "Não somos gorilas a serviço da opressão", porém manteve o voto contra a desapropriação da área. No dia 21 de outubro de 2007, após a reocupação do campo de experimentos da empresa por 150 trabalhadores da Via Campesina, cerca de 40 homens identificados como "seguranças da empresa NF", contratados pela Syngenta, atacou o acampamento, executou à queima-roupa o militante do MST e da Via Campesina, Valmir Mota de Oliveira, o Keno, ferindo gravemente mais seis trabalhadores. Entre eles Izabel do Nascimento, que ficou cega do olho direito e teve os movimentos de um braço prejudicados. O segurança Fábio Ferreira também foi morto durante a ação. Segundo a assessora jurídica da organização de direitos humanos Terra de Direitos, Gisele Cassano, o decreto foi anulado por questões técnicas, mas a questão inicial sobre a desapropriação ainda persiste, devido à gravidade da situação, com o assassinato de dois trabalhadores e vários feridos no local. "Ainda é necessário que haja desapropriação, o que pode ocorrer com a edição de outro decreto, sem os vícios do primeiro", argumenta. A Via Campesina e o MST reivindicam ainda que os responsáveis pelo ataque ao acampamento e os mandantes sejam punidos e para que área da empresa seja transformada em um Centro de Agroecologia.

O MST no Rio Grande do Sul (região Sul) consegue, com o apoio da sociedade, que uma ação protagonizada pela polícia no estado não termine em massacre. Cerca de 700 soldados da PM planejavam invadir o assentamento do MST, em busca de objetos que teriam sumido da Fazenda Guerra, em Coqueiros do Sul, depois da ocupação simbólica no dia 14 de janeiro. Aproximadamente 800 policiais revistaram, pela manhã, dois acampamentos do movimento. Eles também queriam revistar o assentamento Novo Sarandi, antiga Fazenda Anoni. Segundo o site do movimento, com o aval de um mandado de busca e apreensão por um rádio de carro, um anel (sem qualquer especificação), uma máquina fotográfica (sem qualquer especificação) e R$200,00, expedido pela Justiça Estadual, os policiais pretendiam fazer uma busca no local. De acordo com o subcomandante da Brigada, coronel Paulo Mendes, os sem-terra queriam impor restrições à entrada dos policiais na área, o que não daria segurança suficiente aos soldados. Depois de horas de negociação, os trabalhadores conseguiram entrar em acordo com policiais civis, que efetuaram a busca no local e nada encontraram. Com o acordo, a Polícia Civil fez a busca sem a participação da PM que contava com um efetivo de 700 homens armados. Os coordenadores do MST temiam o uso da violência pela polícia e pediram o apoio de organizações de direitos humanos, autoridades e religiosos para facilitar o entendimento. O movimento realiza no local, o 24º Encontro Estadual com a participação de 1.200 militantes. A ação conta com o respaldo do Secretário de Segurança Pública José Francisco Mallmann, e da governadora, Yeda Crusius (PSDB). O assentamento da Fazenda Anoni foi criado pelo Incra, há 22 anos.

O relator especial da ONU para os Direitos Humanos, Jean Ziegler, recebe denúncias sobre a violência policial no estado do Rio Grande do Sul (região Sul). Há dois anos, ele recebeu uma nota pedindo providências em relação a violações dos direitos humanos sofridas pelos sem-terra acampados em Coqueiros do Sul - Rio Grande do Sul. As denúncias foram enviadas pelo Relator para os Direitos Humanos à Alimentação, Água e Terra Rural, Flávio Valente, em 2006. Ziegler também enviou cópias dos documentos e da filmagem feita pelos integrantes do MST. As imagens mostram queima de alimentos, torturas e ofensas contra as famílias durante uma ação da Brigada em 2006. Para o relator, as imagens e os depoimentos comprovam a criminalização dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada no Brasil.

A Advocacia-Geral da União (AGU) determina o corte de ponto dos advogados públicos que deflagraram greve no dia 17 de janeiro por um reajuste salarial de 30%. A determinação é que as 2.500 unidades do órgão no país enviem toda semana a Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste) o controle de freqüência. Além do corte do ponto, a AGU também entra com uma ação contra os grevistas na Justiça Federal do Distrito Federal. Na ação, a AGU alega que o governo enfrenta dificuldades orçamentárias com o fim da CPMF, alerta para os prejuízos que a greve causará ao "patrimônio público e à ordem pública" e pede multa de R$ 60 mil por dia para cada uma das 9 entidades que lideram a greve. O cumprimento do reajuste, como acertado, escreve a AGU, depende de "demonstração da origem dos recursos para seu custeio". A União dos Advogados Públicos Federais do Brasil (Unafe) entra com ação para tentar "resguardar o direito de greve".

Cerca de 700 motoboys, segundo o jornal Folha de São Paulo, e 1.500, segundo jornal O Globo, fazem um protesto contra as novas regras para motociclistas em São Paulo – SP (região Sudeste). Os motociclistas protestam, sobretudo contra a proibição de motos na via expressa das marginais Tietê e Pinheiros, o aumento do seguro obrigatório e as resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) que especificam padrões obrigatórios de capacete e itens de segurança. Quatro grupos saem de pontos diferentes e, acompanhados da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) e da PM, não bloqueiam, inicialmente, o trânsito. Um 5° grupo, sem escolta, pára o trânsito por 5 minutos na ligação Leste-Oeste e, por outros três minutos, na Avenida 23 de Maio. A polícia detém 4 motociclistas e apreende suas motos. O presidente do Sindicato dos Mensageiros Motociclistas, Ciclistas e Moto-Taxistas de São Paulo (Sindimotosp), Gilberto Almeida dos Santos, é atendido por cinco vereadores na Câmara e consegue marcar uma audiência pública para o dia 06 de fevereiro. O prefeito Gilberto Kassab (DEM) anuncia que manterá as "medidas experimentais de proteção aos motociclistas". Segundo o presidente do Sindimotosp, se as reivindicações não forem atendidas, haverá novos protestos.

Sábado 19

Por pressão das Forças Armadas, está parado há 12 anos no Congresso projeto que pode abrir brecha para punir os militares responsáveis por torturas e mortes durante a ditadura. O texto da Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, da qual o Brasil é signatário, está pronto para ser votado no plenário da Câmara desde outubro de 1995, mas é sempre retirado da pauta. Se aprovado, o governo terá de se comprometer a

não ser responsável pelo desaparecimento de pessoas, nem permitir ou tolerar que o fato ocorra mesmo em estado de emergência, exceção os suspensão de garantias individuais. Para militantes de Direitos Humanos, o texto pode significar uma "revogação" da Lei de Anistia, que impede julgamento de militares que atuaram naquele período. O projeto de decreto legislativo, enviado em 1994, pelo então ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, no governo Itamar Franco, prevê "punir os autores, cúmplices e encobridores do delito do desaparecimento forçado de pessoas". No Congresso, o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), porta-voz dos militares na Câmara, está à frente da tentativa de impedir a aprovação da convenção. Dirigente do grupo Tortura Nunca Mais, Cecília Coimbra diz que o Brasil, entre todos os países que vivenciaram recentes ditaduras na América Latina, é o mais atrasado em relação ao resgate da memória, da reparação das vítimas e do julgamento dos culpados.

Domingo 20

Aproximadamente 200 pessoas fazem manifestação na orla do Leblon, bairro do Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste) pelo não-pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU). O prefeito César Maia (DEM) reajustou o valor imposto em quase 300% para alguns casos. A medida atinge aproximadamente 100 mil imóveis da cidade. De acordo com a prefeitura, o aumento do imposto deve gerar mais R$ 400 milhões em impostos. Segundo o presidente da Associação de Moradores do Leblon, João Fontes, o prefeito César Maia pretende utilizar o dinheiro para a realização de obras eleitoreiras. A idéia do não-pagamento do IPTU é apoiada, tanto por moradores de bairros de classe média como o Leblon, quanto por aqueles que vivem em regiões mais populares como Vila Isabel. A associação de moradores do bairro aprovou o boicote em plebiscito. Os moradores de Vila Isabel criticam a administração da cidade e alegam que o valor pago com IPTU não é revertido em serviços como transporte, energia e segurança pública. O movimento começou na zona sul, em dezembro de 2007, numa reunião entre dirigentes de associações de moradores da Fonte da Saudade, Alto Leblon e Lagoa, que propuseram só pagar o IPTU em juízo, em protesto pela falta de providência das autoridades diante do avanço das favelas na região. Com a adesão de mais associações, surgiu a proposta de só pagar o imposto depois de passada a eleição, em novembro de 2008, para que a receita não seja usada em obras eleitoreiras. Segundo a prefeitura, a arrecadação do IPTU em 2007 foi de R$1.086 bilhão e correspondeu a 12% do orçamento do município (R$9 bilhões). O cálculo de arrecadação para 2008, antes do movimento pelo boicote, é de R$1,4 bilhão. À insatisfação da classe média alta, somou-se a indignação de moradores de imóveis populares por causa do decreto assinado em novembro de 2007, pelo prefeito. "O boicote é um protesto contra as ruas esburacadas, a iluminação pública deficiente, a ocupação das calçadas por camelôs, bares e mendigos e, principalmente, contra a falta de segurança pública", diz o presidente da Associação dos proprietários de Prédios do Leblon, Augusto Boisson. Representantes de associações de moradores aproveitam para iniciar uma coleta de assinaturas num documento, a ser entregue à Câmara de Vereadores e ao Ministério Público, pedindo que seja apurada a destinação dos recursos do imposto. Ao ser informado da intenção dos manifestantes de fiscalizar a aplicação da verba arrecadada com o IPTU, César Maia (DEM) reage, afirmando, por e-mail à Folha de São Paulo: "Isso deveria ser uma rotina. Todo cidadão deveria saber onde seus impostos são aplicados. A Lei de Responsabilidade Fiscal ajuda, pois os dados são publicados sempre no Diário Oficial. As audiências

públicas, de dois em dois meses, deveriam ser mais freqüentadas." Maia diz não acreditar que o movimento o afete politicamente, nem ao DEM, na próxima eleição.

Cerca de 120 parentes das vítimas do avião da TAM que caiu em São Paulo – SP (região Sudeste), no dia 17 de julho de 2007, protestam no saguão do aeroporto de Congonhas e no local do acidente. Eles distribuem folhetos pedindo à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), à Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (Infraero) e à Aeronáutica que entreguem documentos pedidos pela polícia paulistana, fundamentais para esclarecer o caso. Apenas um funcionário da Infraero recebe o folheto. Não há funcionários da Anac no aeroporto. Os passageiros aplaudem a manifestação. Ao final, todos fazem 1 minuto de silêncio e rezam pelos mortos no acidente. O check-in da TAM chegou a parar por 10 minutos.

O bispo de Barra – Bahia (região Nordeste), Dom Luiz Flávio Cappio, faz críticas ao presidente Lula durante a "Missa do Irmão Baiano", que o bispo celebra há 18 anos na Igreja de São Judas, em São Paulo – SP (região Sudeste), em homenagem aos migrantes nordestinos. Cappio afirmou que o presidente Lula esqueceu a terra de onde veio e "cospe no prato em que comeu". Antes da missa, Cappio se reuniu com representantes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e movimentos sociais, para organização da campanha contra a transposição. Presente à reunião, o advogado Fábio Konder Comparato assumirá a elaboração de ações contra o projeto. O bispo afirma que o presidente "dá as costas aos movimentos sociais", uma vez eleito, e o acusa de governar para as elites. Durante a homilia, Cappio instrui os fiéis, grande parte composta por migrantes do Nordeste, a "não esquecer a água que beberam a terra que pisaram". Questionado sobre se na homilia ele se refere a Lula, responde que sim, pois o presidente também é um migrante. Um parente de Cappio lê um relatório do padre Paulo Cesar Moreira Santos, de São Félix do Araguaia, sobre a greve de fome, encerrada com um desmaio, e a transposição do rio, com críticas ao governo, que o classificam como "frio e antidemocrático". Padre Augusto, pároco da diocese, afirma que não há problema na leitura do relatório: "A Igreja vai fazer o quê? Alienar o povo? Não. Estamos aqui para ajudar a esclarecer." Dom Luiz criticou ainda o Bolsa-Família, afirmando ser meio para compra de votos.

2ª feira 21

Cerca de 300 integrantes do MST ocupam a fazenda Finca no município de Guaíba, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). A área pertencia ao traficante colombiano Juan Carlos Ramírez Abadia que foi preso pela PF em agosto de 2007, acusado de tráfico internacional de drogas e de homicídios. O traficante é suspeito de mandar matar 15 pessoas nos Estados Unidos e outras 300 na Colômbia. O MST reivindica que o Incra compre a área com Títulos da Dívida Agrária (TDA) e passe para as famílias sem-terra, que pretendem fazer uma área de experimentos agroecológicos e de cultivo de hortigranjeiros. A compra da área já havia sido prometida pelo Incra em novembro de 2007. Os agricultores denunciam que a promessa de assentar mil famílias até abril de 2008, assumida no final da marcha em direção à Fazenda Guerra, em novembro de 2007, sequer começou a ser cumprida pelo órgão. O resultado do leilão realizado neste dia 21 de janeiro deve ser informado à Justiça nos próximos dias. A área de 129 hectares é leiloada pela segunda vez

pelo Ministério da Justiça. Na primeira oferta, ocorrida há duas semanas atrás, não houve interessados. Na avaliação de Luciana da Rocha, liderança do MST, utilizar uma área comprada com dinheiro ilegal é uma forma de dar uma função social à terra. Caso parecido já ocorreu com a Fazenda Dragão, em Eldorado do Sul, que era utilizada para lavagem de tráfico de armas. Desapropriada em 2007, a área é um pré-assentamento e abriga cerca de 72 famílias. O MST quer que o Incra liste as áreas que serão desapropriadas no estado e explique por que uma área de preservação será leiloada. Segundo ela, o leilão poderá colocar esta área nas mãos de multinacionais de celulose, que já investem no plantio de eucaliptos na região. Em nota, o Incra afirma que os solos não são produtivos e boa parte da fazenda ainda é ocupada por uma área de proteção ambiental, o que deixaria pouco espaço para o plantio e torna caro o leilão. O Incra diz que está procurando outras áreas para o cumprimento da meta de assentar mil famílias até abril. A Fazenda Finca, em Guaíba, é avaliada em R$ 1,7 milhão. Na área, há um imóvel para moradia de dois pavimentos, outras duas casas secundárias, dois galpões, uma piscina, pomar com árvores frutíferas e seis açudes.

O Sindicato dos Professores Públicos Estaduais (Cpers/Sindicato) desaprova a medida da Secretaria Estadual de Educação (SEC) que pretende diminuir o número de turmas e a oferta de vagas em 2008 no Rio Grande do Sul (região Sul). A presidente do Cpers, Simone Goldschmidt, afirma que os professores não se surpreendem com a decisão da Secretaria, já que, desde o ano de 2007, o governo vem dando sinais de que pretende cortar gastos em setores básicos. De acordo com Simone: “Nós já sabíamos que é o projeto de redução do estado e vem na lógica de economizar com o serviço público. E na educação não é diferente, não tendo nenhuma preocupação com a qualidade da educação”. Simone avalia, ainda, que o inchaço das turmas vai dificultar o aprendizado, pois os professores não devem dar conta de atender tantos alunos em sala de aula. Além disso, ela denuncia que a Secretaria não vem cumprindo todo o parecer do Conselho Estadual de Educação. Ele determina que as escolas devem oferecer condições de infra-estrutura aos estudantes, como orientação educacional, supervisão pedagógica e bibliotecas. O Cpers deve realizar, junto aos seus Núcleos de Ensino, um levantamento sobre as escolas que devem ser afetadas com a medida. O material deve ser enviado ao Ministério Público para que seja averiguada a redução das vagas e das turmas no Estado. O Ministério Público acompanha, desde 2007, algumas ações da Secretaria, como formação de turmas multisseriadas e atitudes de autoritarismo junto aos professores.

Sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) repudiam, em nota, a ação da Brigada Militar contra assentados e integrantes do MST ocorrida no dia 18 de janeiro em Sarandi – Rio Grande do Sul (região Sul). Na ocasião, cerca de 700 policiais do Batalhão de Choque e do Grupo de Ações Táticas Especiais, foram levados ao assentamento Novo Sarandi para cumprir ordem de busca e apreensão de objetos que supostamente teriam sido furtados pelo MST durante protesto na Fazenda Guerra, no dia 14 de janeiro. Na nota, a CUT condena a violência da ação policial montada pela Brigada, além de criticar a política de segurança do governo Yeda Crusius (PSDB), baseada na repressão a protestos de sindicatos e movimentos sociais gaúchos.

As principais centrais sindicais do país lançam, durante ato na CUT, em São Paulo – SP (região Sudeste), uma campanha nacional pela redução da jornada de trabalho, sem a

diminuição proporcional dos salários. No mesmo movimento, as centrais vão cobrar que o Executivo e o Congresso Nacional se empenhem também para realizar reforma tributária. Nas palavras da CUT, é preciso que o país "tenha uma estrutura de cobrança de impostos mais justa". As centrais começam em 11 de fevereiro a colher assinaturas em todo o país, para um abaixo-assinado que pretendem encaminhar ao Congresso, em maio, com as suas reivindicações. Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical, que também é deputado federal pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), afirma que a idéia é promover uma grande mobilização popular em todo o país de apoio às duas propostas, inclusive com paralisações de empresas e outras formas de manifestação. Segundo ele, ao juntar o pleito de redução da jornada regular de trabalho das atuais 44 para 40h semanais no país com a reforma tributária, como forma de compensação dos custos de uma jornada menor seria uma forma de unir centrais sindicais, trabalhadores e empresários nos debates desses temas no Congresso Nacional. Além da CUT e da Força Sindical, participam do movimento a União Geral dos Trabalhadores (UGT), a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) e a Nova Central. As centrais vão aproveitar as comemorações do 1º de maio para encorpar o abaixo-assinado. Segundo Paulo, a expectativa é de que o documento tenha, no mínimo, 1,5 milhão de assinaturas.

Um jovem de 17 anos está há 47 dias algemado à cama de um hospital me Recife – Pernambuco (região Nordeste), custodiado pela Polícia Civil. Ele foi detido pela PM em 6 de dezembro de 2007, após tiroteio em Santo Amaro, bairro onde mora. O jovem foi atingido na perna durante o tiroteio e preso em flagrante por porte de arma. O conselheiro tutelar André Torres diz que o caso foi denunciado ao Ministério Público Estadual no dia 20 de janeiro e que as algemas não são retiradas nem durante as refeições. Torres afirma ainda que há negligência médica por causa da situação do jovem, internado no Hospital da Restauração. "É um tratamento desumano e constrangedor, que fere o Estatuto da Criança e do Adolescente", diz Torres. Segundo a delegada da Gerência de Proteção à Criança e ao Adolescente (GPCA), Inalva Regina, o adolescente está algemado devido ao alto número de fugas em hospitais, apesar da presença de policiais. O pai do garoto, Evandir dos Santos Filho, nega que o filho esteja envolvido com o crime. Segundo ele, o adolescente, assustado com o tiroteio, correu e foi confundido com os bandidos. A coordenadora das Promotorias de Infância e Juventude de Pernambuco, Glória Ramos, diz que solicitou à Polícia Civil e à Fundação da Criança e do Adolescente (Fundac) que as algemas sejam retiradas, mas o jovem continua algemado.

Empresas que atuam no transporte de cargas em todo o país estão, a partir de hoje, proibidas de exigir dos motoristas jornadas de trabalho superiores a 8h diárias. A determinação é do juiz Ângelo Henrique Peres Cestari, da 1ª Vara do Trabalho de Rondonópolis – Mato Grosso (região Centro-oeste), atendendo ao pedido do Ministério Público do Trabalho. Assinada em dezembro de 2007, a decisão dava um mês para as empresas se adequarem à regra. A Confederação Nacional do Transporte (CNT) recorreu, mas um erro formal no pedido faz com que o desembargador do Trabalho, Tarcísio Valente, extinga o mandado de segurança. A medida deverá ser implementada já, sob pena de R$1 mil de multa por motorista flagrado em jornada superior a 8 h. A ação é resultado de uma pesquisa clínica e social realizada em maio de 2007, na cidade, com motoristas que trabalhavam nas principais vias de escoamento da soja mato-grossense. O resultado

mostrou que, dos 104 profissionais entrevistados, 51% apresentavam resquícios de droga na urina e 3% estavam em "estado de alucinação". Além disso, 8% deram positivo para a anfetamina, principal composto do "rebite", utilizado pra combater o sono. A associação dos Transportadores de Carga de Mato Grosso, filiada à CNT, afirma que a decisão vai implicar em um aumento no custo do frete, além da redução de 50% nos salários dos motoristas.

A Justiça Federal de Santa Catarina (região Sul) suspende o sistema de cotas instituído pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A Justiça alega que o sistema fere o princípio de igualdade assegurado na Constituição. A decisão liminar é deferida pelo juiz Gustavo Dias de Barcellos, após ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal. Ele determina que as vagas do vestibular sejam preenchidas por ordem de classificação dos candidatos. Em julho de 2007, a UFSC aprovou, em resolução normativa, um sistema de cotas para reservar 20% de 4.095 vagas para egressos de escolas públicas e 10% para negros que estudaram em rede pública. A universidade tem 20 mil estudantes de graduação.

3ª feira 22

A juíza em exercício Lolete Fialho de Oliveira, da 16ª Vara da Justiça Federal, considera ilegal a greve dos advogados públicos da União. Para a magistrada, o serviço prestado é essencial e não pode ser interrompido. Ela alega que o direito de greve não está acima dos demais direitos e que, sem a atuação desses profissionais, o poder público corre o risco de perder prazos, o que poderia causar danos financeiros irreparáveis ao erário que, segundo a juíza, seriam cobrados depois ao contribuinte. A juíza explica que o Supremo Tribunal Federal (STF) e outros tribunais têm decidido que, como na lei que rege as greves no setor privado, paralisações do serviço público não podem atingir serviços essenciais. A decisão, em caráter liminar (provisório), foi tomada em resposta à ação da AGU. A decisão da Justiça sinaliza que os servidores descontentes com a decisão do governo de cancelar acordos salariais vão enfrentar dificuldades para fazer greve. Entre as categorias que ameaçam paralisar constam servidores da saúde, fiscais e médicos dos ministérios do Trabalho e da Previdência Social. Em reunião, no Ministério do Planejamento, representantes de diversas categorias optam por aceitar a proposta inicial do governo de retomar as conversas sobre os reajustes na segunda quinzena de fevereiro. O Planejamento negocia esse prazo para ter tempo de fazer o ajuste das contas públicas após a perda de R$38 bilhões em receita da CPMF. Integrante da direção-executiva da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef), Sérgio Ronaldo da Silva, diz que o funcionalismo vai aguardar o posicionamento definitivo do Executivo, previsto para fevereiro, mas informa que os servidores manterão as pressões por reajustes. Caso os advogados persistam com a paralisação, o governo pode cortar os respectivos pontos sob alegação de ilegalidade. O Fórum Nacional de Advocacia Pública Federal anuncia que a liminar será cumprida, mas recorrerá da decisão no Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, em Brasília, e ao STF para manter o movimento. A categoria está em greve desde o dia 17 de janeiro. Na tentativa de rebater críticas quanto à capacidade do governo de efetivamente fazer corte de R$ 20 bilhões nas despesas públicas, o ministro Paulo Bernardo (Planejamento) afirmou que o ajuste do Orçamento não pode ser feito de

forma linear. Segundo ele, não haverá reajuste para os servidores. Paulo Bernardo volta a falar, de forma genérica, que os cortes vão ocorrer no custeio (gastos com compras, aluguéis e viagens) e nos investimentos tidos como não prioritários. Também diz que permanecem cancelados os reajustes dos servidores públicos. Em relação à ameaça de greve feita por algumas categorias, o ministro salienta que não há condições de o governo federal honrar compromissos de aumento salarial negociados anteriormente e que as normas legais que regem greves deflagradas por categorias do serviço público serão cumpridas.

Parecer da Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência aprovado pelo ministro Luiz Marinho, publicado no dia 18 de janeiro no Diário Oficial da União, passa a garantir cobertura previdenciária a trabalhadores rurais que exerçam suas atividades em terras ocupadas, públicas ou privadas. Eles podem usar o tempo de atividade rural para se aposentar, mesmo sendo a ocupação ilegal, bastando comprovar ter praticado a profissão no local. O parecer é uma resposta à polêmica que se instalou no Ministério sobre trabalhadores que exercem atividades agrárias em terras às margens de rodovias, que são públicas. O caso foi registrado pela gerência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em Teófilo Otoni – Minas Gerais (região Sudeste). A Procuradoria Federal Especializada do INSS diz que os "posseiros" podem ser enquadrados na Previdência porque a questão da titulação da terra é "irrelevante". A diretoria de benefícios da autarquia questionou essa tese, pois ela levaria o Estado a reconhecer "direitos previdenciários de quem exerce atividades ilegais em propriedades alheias, em afronta ao direito de propriedade ou estimulando a ocupação ilegal de terras públicas". O caso foi levado à Consultoria Jurídica. O parecer diz que a "inexistência de titulação da terra ou a eventual irregularidade na ocupação não afasta, por si só, a caracterização do trabalhador rural como segurado especial". Segurado especial é o trabalhador rural que exerce atividade agrária individualmente ou em regime de economia familiar. Para obter a aposentadoria – de um salário mínimo – basta completar 60/55 anos (homem/mulher) e cumprir prazo de carência no exercício da atividade rural. Hoje, o prazo é de 13,5 anos para os filiados à Previdência antes de 1991, e 15 anos para os inscritos depois. O segurado especial não precisa recolher para o INSS para se aposentar. Se comercializar a produção, tem de pagar a contribuição ao INSS. Segundo o Ministério da Previdência, o parecer da Consultoria vai orientar a concessão de benefícios. Para a Consultoria Jurídica, a irregularidade na ocupação "não contamina" a relação previdenciária, pois o que define o segurado especial é o fato de produzir bens rurais. Em nenhum dispositivo legal é exigida a legitimação da terra usada na produção. A titularidade seria apenas um dos meios para comprovar a atividade rural. Para o Ministério, a Previdência não tem competência legal para reconhecer ou não a legitimidade na posse da terra: "Não cabe ao INSS proteger a propriedade alheia, senão seus próprios bens", diz o parecer. Na avaliação do advogado Amauri Mascaro Nascimento, o parecer "é um pouco forçado e assistencialista": "Se o governo quiser conceder a essas pessoas benefício assistencial, não há problema. Mas não pode fazer isso pela Previdência".

A UFSC recorre da decisão da Justiça Federal de Santa Catarina (região Sul) de suspender, o sistema de cotas instituído pela universidade. A decisão da justiça foi divulgada no dia 21

de janeiro. A universidade afirma que o argumento de igualdade só valeria se "todos tivessem acesso a um ensino básico e fundamental de qualidade". A UFSC informa que não irá alterar o calendário das matrículas, marcadas para 14 e 15 de fevereiro. Das 2.862 vagas da UFSC, 819 foram preenchidas por alunos da rede pública e 323, por negros. O presidente da Comissão Permanente dos Vestibulares da UFSC, Edemir Costa, questiona: "Se todos devem ser tratados como iguais, por que idosos têm preferência na fila?". E completa com a resposta: "Porque há legislações infraconstitucionais pautadas pelo bom senso". Na ação, o procurador da República, Davy Lincoln Rocha, defende que reservas de vagas ferem o princípio da legalidade e diz que a questão deveria ser tratada por lei federal, e não por resolução normativa. "Nós alegamos, na defesa, que a universidade tem autonomia para isso, porque a Constituição dá ao Conselho Universitário o poder para baixar normas sobre o sistema de classificação [no vestibular]", diz o procurador da UFSC, Marco Aurélio Moreira. Segundo Moreira, desde que as cotas foram aprovadas na UFSC, 51 mandados de segurança foram concedidos pela Justiça a estudantes ou entidades que contestaram o sistema. Nos mandados, foi determinado que o candidato com maior nota ficasse com a vaga. "Nossa preocupação, como órgão jurídico, é que isso não seja resolvido até a matrícula", diz. "Na melhor das hipóteses, o processo vai transcorrer ao longo do ano e uma das partes sairá prejudicada." O juiz, no entanto, deferiu a liminar argumentando haver "receio de dano irreparável ou de difícil reparação em virtude da realização das matrículas". Segundo o magistrado, "a ciência contemporânea aponta de forma unânime que o ser humano não é dividido em raças, não havendo critério preciso para identificar alguém como negro ou branco".

4ª feira 23

Famílias ligadas ao MST deixam a fazenda Finca no município de Guaíba – Rio Grande do Sul (região Sul). As famílias realizam um ato público em protesto contra a ocupação de terras brasileiras por traficantes de drogas. No ato os militantes plantam mudas de árvores nativas. A fazenda pertencia ao traficante colombiano Juan Carlos Abadia e foi ocupada no dia do leilão da propriedade em dia 21 de janeiro. A Justiça Federal de Porto Alegre havia concedido no dia 22 de janeiro um prazo de 24 h para que o MST desocupasse a área. O novo dono da fazenda é um morador de Bauru, interior de São Paulo, o único a fazer proposta. Ele arrematou o imóvel por R$ 850 mil, valor bastante inferior ao preço avaliado pela Justiça: R$ 1,7 milhão. De acordo com a assessoria do MST, o movimento reivindica que a área seja transformada em um centro de recuperação da saúde. Os cerca de 600 militantes que ocupavam o local não descartam ocupá-la novamente caso seja utilizada para lavagem de dinheiro do crime organizado ou para o plantio de eucaliptos. O traficante Abadia é suspeito de mandar matar 15 pessoas nos Estados Unidos e outras 300 na Colômbia. Ele tem uma fortuna estimada em R$ 3,4 bilhões.

Líderes do movimento que defende que o IPTU só seja pago em novembro de 2008 se surpreendem com situação da empresa Comlurb. O movimento quer evitar que os recursos do imposto sejam usados para fins eleitorais pela prefeitura do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O atraso no pagamento do IPTU pode levar o contribuinte a ter suas dívidas cobradas na Justiça pela prefeitura do Rio, caso o imposto não seja quitado em dois anos. Em meio aos inadimplentes, que só passaram a pagar o tributo depois que a Procuradoria

Geral do Município (PGM) apelou aos tribunais, está a Comlurb, uma empresa controlada pela prefeitura. A dívida, hoje, beira os R$3,8 milhões, débito relativo ao período de 1996 a 2000, que está sendo quitado em parcelas, após acordos judiciais. O acerto de contas impediu que nove imóveis, entre os quais a sede da Comlurb, fossem a leilão. A empresa ainda parcelou dívidas de mais imóveis. Além da taxa de lixo, a Comlurb recebe recursos do tesouro municipal (incluindo a receita do IPTU) para fechar suas contas. A empresa também obtém verbas de outras fontes, como taxas para recolher lixo hospitalar e multas por despejo de detritos nas ruas. Ao contrário da prefeitura, a Comlurb não é isenta de impostos por ser uma empresa de capital misto com regime jurídico próprio. Nos bairros Leblon e Jardim de Alah, aparecem faixas e cartazes nas janelas dos prédios, com a mensagem: "IPTU. Eu sou um dos 300." Segundo explicam os moradores, as mensagens são uma forma de resposta ao prefeito César Maia (DEM), que debochou da passeata contra o IPTU realizada no dia 21 de janeiro no Leblon, à qual compareceram 300 pessoas. O advogado Sérgio Milione afirma: "A adesão ao movimento é muito maior do que o número de pessoas que, como eu, foram à passeata." Dessa vez, o prefeito prefere não criticar o novo protesto. Ele diz que pretende aguardar 15 dias – após vencerem a cota única e a 1ª parcela do IPTU – para avaliar se o movimento influiu na arrecadação da prefeitura.

5ª feira 24

O grupo móvel do Ministério do Trabalho liberta 41 trabalhadores rurais submetidos a condições degradantes em uma fazenda de Tapurah, no Mato Grosso (região Centro-oeste). A fazenda, arrendada pelo grupo Bom Futuro para o plantio de soja e algodão tem como um dos donos Eraí Maggi conhecido como o novo "rei da soja". O grupo encontrou trabalhadores em alojamentos precários, usando banheiros em péssimas condições higiênicas e manipulando produtos químicos sem proteção. Quando o agrotóxico era jogado por aviões sobre as plantações, os funcionários eram atingidos. O grupo Bom Futuro deve ser autuado pelas irregularidades, se for considerado culpado, será incluído na chamada "lista suja", índice que concentra as propriedades onde foi encontrado trabalho análogo à escravidão. José Pedro dos Reis, procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso, participou da ação em Tapurah, no dia 18 de janeiro, e afirma que, apesar de a empresa "ser bem estruturada", havia uma "discriminação" entre os funcionários. Os que ficavam na fazenda tinham boas condições para trabalhar, diferentemente dos que iam para o campo – como os libertados. Quando estavam na frente de trabalho, para cumprir jornadas de até 12 h diárias, arrancando raízes ou descarregando cargas, esses funcionários eram obrigados a usar a mata como banheiro e se limpavam com o que havia à mão. Na hora de comer, segundo afirma Reis, muitas vezes abriam suas marmitas com as mãos ainda sujas de agrotóxicos, entre outras condições degradantes. Alguns libertados continuam na região, outros voltam a seus estados – Maranhão e Piauí (região Nordeste). O procurador afirma que a empresa está com "boa vontade" e considera a situação uma "negligência dos administradores", e acrescenta que foram pagos R$110 mil aos libertados, pelos direitos trabalhistas e por danos morais. O Bom Futuro é um dos maiores produtores de soja e algodão do estado. Eraí Maggi diz que a fazenda já possuía "problemas trabalhistas" quando foi arrendada, há pouco mais de 1 ano e que o seu grupo já fez diversas melhorias no local. Mesmo assim, ele assume que algumas irregularidades persistem na propriedade, que figurou na "lista suja". Pela lei, o arrendatário é responsável pela situação dos trabalhadores. Sobre possíveis negócios com a Amaggi, uma das maiores

beneficiadoras de grãos do mundo e da família do governador, Eraí diz que não negocia com a empresa da qual seu primo e governador do Mato Grosso, Bairo Maggi, é acionista. Blairo diz não poder esclarecer a relação entre as duas empresas, pois, segundo ele, desde 2002, quando se elegeu governador, se afastou de Rondonópolis, no estado, onde fica a sede da Amaggi. Eraí diz considerar "louvável" a ação do grupo móvel e que pretende seguir todas as recomendações para se ajustar.

6ª feira 25

Cerca de mil integrantes do MST, segundo site da Agência de Notícias do Planalto, 1.500 de acordo com informações do Jornal o Estado de São Paulo, bloqueiam cinco pontos estratégicos das rodovias BR 163, BR 060 e MS-156, no Mato Grosso do Sul, próximos aos municípios de Anhanduí, Naviraí e Jardim. Além do MST, participam dos bloqueios, membros da FAF, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura em Mato Grosso do Sul (Fetagri) e da CUT. As manifestações acontecem para mostrar o descontentamento dos trabalhadores rurais, com a indicação de Flodoaldo Alencar, membro do Movimento Nacional dos Produtores (MNP), para substituir o superintendente do Incra, no estado, Luiz Carlos Bonelli, que está no cargo há 5 anos. Segundo Maria de Fátima Pereira, da direção do MST no Mato Grosso do Sul, o senador Valter Pereira (PMDB) negociou o nome de Flodoaldo Alencar para substituir o atual superintendente em troca de seu voto pela prorrogação da CPMF no Congresso. "Flodoaldo integra o MNP, que é uma entidade ideologicamente contrária à Reforma Agrária", afirma Maria de Fátima. "Será um retrocesso histórico. O Mato Grosso do Sul é um dos únicos estados do país em que tivemos algum avanço no processo de Reforma Agrária. A atuação direta dialoga com os movimentos sociais, o que certamente não acontecerá com essa nomeação", conclui.

Cerca de 20 representantes de diversas associações de moradores da Zona Sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) promovem um novo abaixo-assinado pelo adiamento do pagamento do IPTU. É montada uma tenda com cartazes e panfletos em alusão ao movimento, no Largo do Machado. A estimativa dos organizadores é de que cerca de 650 pessoas tenham aderido ao movimento, totalizando 1.450 assinaturas desde o início do protesto. Aproximadamente 22 associações de moradores já aderiram ao movimento. A presidente da Associação de Moradores de Botafogo, Regina Chiaradia, faz críticas à prefeitura. Segundo ela, o Largo do Machado teria sido "maquiado" por causa da realização do protesto. "Assim que instalamos a nossa tenda, os moradores da região nos disseram que fazia tempo que a área não estava tão bem. A subprefeitura resolveu tirar todos os moradores de rua hoje." O subprefeito da região, Marcelo Maywald, rebate as críticas. Segundo ele, as operações para recolhimento de população de rua têm acontecido diariamente. No dia 26 de janeiro o movimento montará a tenda no Aterro do Flamengo, durante o evento Rio com Vida, a ser realizado pelo comitê Rio do Fórum Social Mundial. Outra atividade que será realizada no mesmo dia pelos manifestantes é o desfile do bloco de carnaval "IPTHumm...Passa amanhã". O evento é uma iniciativa do Movimento da Juventude Catumbi. Os integrantes protestarão contra a desordem urbana. O prefeito César Maia atribui o protesto ao período pré-eleitoral e afirma que o "protesto político é risível, sem nenhuma capilaridade ou apoio". "O problema é que elas [associações] há muitos anos perderam a representatividade e mal reúnem 10 pessoas quando convocam."

O presidente Lula anuncia, durante o evento do Dia Internacional de Lembrança das Vítimas do Holocausto, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), que o país terá este ano um mutirão para atualizar o Programa Nacional de Direitos Humanos. Um dos propósitos do governo, segundo o presidente, "é atrair a reflexão de toda a sociedade, contando com o desenvolvimento de três importantes setores: a universidade, o Poder Judiciário e a mídia". O mutirão será coordenado pelo ministro Paulo Vanuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e tem como objetivo atualizar propostas e planejar ações. O evento é organizado pela Federação Israelita do Rio de Janeiro. A data foi criada pela ONU em 2005 para marcar o dia da libertação do campo de extermínio de Auschwitz, no sul da Polônia, e marca o fim do terror nazista, em 27 de janeiro de 1945. Essa é a 3ª vez que o presidente participa da cerimônia, que conta com a presença de artistas e representantes da comunidade judaica. Lula faz um apelo para que o país se torne mais pacífico. O presidente destaca que as lembranças do Holocausto não devem ser esquecidas. "Temos a responsabilidade, o dever de transmitir para todas as gerações que o anti-semitismo, o racismo, o preconceito e a intolerância atentam contra a dignidade humana", afirma.

Decisão do TRF da 4ª Região, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) considera legal a greve dos advogados públicos da União, deflagrada no dia 17 de janeiro. A liminar concedida pelo desembargador federal Carlos Eduardo Thompson Lenz invalida decisão da Justiça Federal do Distrito Federal (região Centro-oeste), que decretou a ilegalidade do movimento no dia 23 de janeiro. Na liminar, o desembargador diz que o TRF da 4ª Região é o órgão competente para julgar ação sobre a legalidade da greve. A liminar, segundo escreve o desembargador Lenz, visa abster os advogados públicos de "qualquer medida disciplinar, sancionatória, de retaliação ou de represália". Há ainda referência à determinação do STF, de 2007, de aplicar ao funcionalismo público a mesma lei de greve válida para a iniciativa privada. A AGU diz que vai recorrer.

Sábado 26

A 7ª Edição do Fórum Social Mundial (FSM) no Brasil ocorre em pelo menos oito cidades brasileiras e em 80 países, segundo o site do próprio Fórum. Desde 2006, as atividades do fórum são descentralizadas e este ano ocorrem em 110 cidades do mundo ao mesmo tempo, com o lema: "Um Outro Mundo é Possível". Segundo o sociólogo Cândido Grzybowski, integrante do Conselho Internacional do FSM, são realizados mais de 700 eventos entre passeatas, debates, feiras e discussões. Grzybowski disse que o objetivo da descentralização é atingir maior número de pessoas e dar mais visibilidade ao encontro. No Brasil o FSM ocorre na região Sudeste em São Paulo - SP, Rio de Janeiro – RJ e Belo Horizonte – BH; na região Nordeste em Fortaleza – Ceará e Salvador - Bahia e na região Sul em Porto Alegre – Rio Grande do Sul e Curitiba – Paraná; na região Norte em Belém - Pará. Diferentemente do que ocorre desde 2001, o Fórum Social Mundial, não está sendo realizado em uma única cidade, mas em oito cidades do Brasil e em outros países. O evento reúne movimentos sociais, sindicais, organizações não-governamentais e outras organizações da sociedade civil. O coordenador do movimento Rio Com Vida --nome do evento do Fórum Social Mundial no Rio--, Bruno Cattoni, explica que o objetivo da

manifestação de hoje é divulgar o significado do Fórum Social Mundial. "É uma mobilização de todos os povos que pensam um mundo livre, um outro mundo possível, no mesmo dia da conferência de Davos, em que estão discutindo o futuro do dinheiro e esquecendo o futuro do ser humano", disse. No Rio de Janeiro, diversas autoridades de renome nacional e internacional participam da mobilização, entre elas o ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vanucchi, o teólogo e escritor Leonardo Boff, o diretor teatral Augusto Boal, o senador Roberto Saturnino Braga do Partido Republicano (PR), entre outros. Pela manhã, eles participaram de uma conferência virtual ao vivo com 41 cidades em todo o mundo. Oito Tendas temáticas foram montadas ao ar livre no Parque do Flamengo, no Rio, para discutir os temas de interesse do fórum: Idéias, Trocas e Economia Solidária, Alimentação, Conexão Mundial, Audiovisual, Artes Cênicas, Crianças e Ponto de Encontro. Há também diversas tendas menores, que contam com a presença de representantes da sociedade civil mundial, que abordam assuntos como educação, questão indígena, sindicalismo e até religião. Integrantes do movimento pelo adiamento do pagamento do IPTU montam tenda e recolhem assinaturas durante o evento. O Fórum voltará a ocorrer no formato original (em apenas um lugar) em 2009 em Belém.

Domingo 27

Cerca de 500 pessoas – entre policiais militares, bombeiros, familiares e moradores – fazem uma passeata pela orla dos bairros de Ipanema e do Leblon, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O protesto é encabeçado pelo ex-corregedor interno da PM do Rio, Paulo Paúl. Ele foi exonerado na semana passada, depois de afirmar em seu blog que “um militar de polícia e um bombeiro militar não podem continuar ganhando menos de R$30 por dia para expor as suas vidas” e que o soldado mal pago é presa fácil da corrupção, ao comentar a prisão administrativa de cinco policiais suspeitos de saque a uma carga de cervejas. A PM nega que haja relação entre as declarações e a exoneração. Eles querem a equiparação salarial com os policias civis. Com faixas e cartazes, como "o melhor carnaval do mundo, o pior salário do Brasil", os manifestantes também pedem melhores condições de trabalho e estrutura para a PM e o Corpo de Bombeiros.

2ª feira 28

Um ato público para pedir a punição dos assassinos de quatro trabalhadores do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) ocorre em Brasília (DF) – Goiás (região Centro-oeste). O ato reuniu cerca de 150 pessoas, entre viúvas das vítimas e fiscais ligados ao Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, da CUT e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em frente ao TRF da 1ª Região. A manifestação começou e terminou com uma benção de dom Tomás Balduíno, conselheiro permanente da CPT. De acordo com a presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Rosa Maria Jorge o ato foi realizado em frente ao TRF porque lá estão parados dois recursos da defesa que emperravam o processo há mais de um ano. No dia 16 de janeiro o Diário da Justiça publicou que os recursos foram julgados e negados. Três auditores fiscais e um motorista foram assassinados com tiros na cabeça em uma emboscada em janeiro de 2004 no município de Unaí – Minas Gerais (região Sudeste). Os assassinatos ficaram conhecidos como Chacina de Unaí e, até o momento, nenhum dos acusados foi julgado. Os trabalhadores investigavam denúncias de trabalho escravo na região. As investigações

foram concluídas pela PF, seis meses após o crime e o Ministério Público denunciou nove envolvidos entre eles; Antério Mânica. Considerado um dos maiores produtores de feijão do país, eleito prefeito de Unaí, no dia 13 de outubro de 2004, 23 dias após sua prisão. Com isso, o suspeito de ser um dos mandantes do crime ganhou direito a foro privilegiado. Norberto Mânica - irmão de Antério, também é suspeito de ser um dos mandantes do crime e está em liberdade desde 28 de novembro de 2006, beneficiado por habeas corpus concedido pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ). Outro suspeito é José Alberto Costa, empresário, suspeito de intermediar a contratação dos pistoleiros. Está livre desde dezembro de 2004 por força de habeas corpus do TRF da 1ª Região. Hugo Alves Pimenta também empresário que é acusado de ser um dos mandantes da execução dos fiscais. Deve R$ 2 milhões aos irmãos Mânica, alvos das fiscalizações dos auditores. Conseguiu habeas corpus no ano passado. Desde que o julgamento dos réus foi autorizado em dezembro de 2004, os advogados de defesa vêm adiando o julgamento por meio da apresentação de sucessivos recursos. Agora, os réus têm 15 dias para protocolar novos requerimentos diretamente nos tribunais superiores. Se esse recurso, chamado agravo de instrumento, for negado, o caso voltará para a 9ª Vara Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Aí então os réus poderão ser julgados.

Vestibulandos e o Movimento Contra as Cotas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) protestam em frente à Reitoria, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). O protesto é contra o sistema de reserva de vagas. Os manifestantes querem que a universidade classifique os vestibulandos que obtiveram média para adquirir uma vaga, mas que ficaram fora da classificação devido à reserva de vagas. Até a semana passada, 17 vestibulandos entraram na Justiça contra a UFRGS, reivindicando a vaga. Apenas uma liminar das analisadas pelo Tribunal Regional Federal ganhou parcialmente. A UFRGS irá recorrer para destinar a vaga aos cotistas.

Segundo informações do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen) do Ministério da Justiça, no ano de 2007, a população carcerária feminina dobrou nos últimos cinco anos. Atualmente há aproximadamente 26 mil mulheres presas no Brasil. As mulheres representam 6% do total da população carcerária no país. Apesar de baixa, se comparada ao número de homens, o aumento da população carcerária feminina preocupa devido à falta de infra-estrutura para abrigá-las. Poucos presídios são destinados a mulheres, fato responsável pela superlotação das delegacias e presídios destinados a elas. O déficit é de aproximadamente 12 mil vagas. De acordo com o Ministério da Justiça, de um total de 467 penitenciárias, apenas 40 são destinadas para as mulheres, sendo que, apenas 15 podem ser consideradas penitenciárias de grande porte. Segundo a Pastoral Carcerária, a população feminina é ignorada dentro do sistema prisional brasileiro. Não há construção de presídios especiais. A maioria das prisões foram hospitais, escolas ou outros tipos de obras readaptadas para abrigar mulheres.

Cerca de 1,7 mil famílias de trabalhadores rurais do Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste) bloqueiam sete diferentes pontos de rodovias federais e estaduais em protesto contra a mudança de direção da Superintendência do Incra no estado.Os militantes já haviam feito bloqueios no dia 25 de janeiro. Participam do ato a FAF, a CUT e a Fetagri. Os bloqueios

acontecem na BR-163, entre Naviraí e Itaquiraí e entre Rio Brilhante e Dourados; na BR-267, entre Jardim e Porto Murtinho; na BR-262, entre Campo Grande e Ribas do Rio Pardo MS-165, entre Amambai e Tacuru, e outros dois trechos da BR-163, em Anhanduí e entre Caarapó e Juti. Os camponeses denunciam que o senador Valter Pereira (PMDB) negociou o nome de Flodoaldo Alencar - que integra a entidade ruralista MNP - para substituir o atual superintendente da autarquia, em troca de seu voto pela prorrogação da CPMF no Congresso. Segundo José Oliveira, da direção do MST no estado, a tropa de choque da PM está nos locais de protesto, ameaçando e atirando balas de festim nos manifestantes. No Mato Grosso do Sul, cerca de duas mil famílias sem-terra estão acampadas em beira de estradas.

Após a passeata promovida no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) por oficiais da PM para reivindicar melhores salários, o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, anuncia uma bolsa de R$ 400, pagos pelo governo federal, para praticamente todos os policiais militares que ganham até R$1.400. O efetivo total da PM é de 38 mil. Uma lista com os nomes dos policiais beneficiados pelo projeto Bolsa Formação é entregue no escritório da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), no Rio, ao ministro da Justiça, Tarso Genro. Ele descarta o uso das Forças Armadas para garantir obras do PAC e diz esperar que os trabalhos nas favelas transcorram com tranqüilidade. “O uso das Forças Armadas não é necessário, recomendado e nem constitucional. Elas só podem atuar quando o governo estadual perder o controle da segurança pública, o que não ocorre”, afirma. Durante as obras, o Rio deve contar com apoio da Força Nacional de Segurança. Beltrame revela, sem falar em números, que faz o pedido ao Ministro da Justiça. A Polícia Rodoviária Federal e o serviço de informações da Polícia Federal também serão mobilizados. Para evitar conflitos, a estratégia de ocupação da polícia será diferente; segundo Beltrame, “a polícia vai se instalar sem o espírito de levar violência, não vai procurar guerra.” O secretário diz que procura soluções para melhorar os salários de policiais. Beltrame afirma que 20 mil bolsas de R$ 400 serão concedidas aos PM’s que fizerem um dos cursos de capacitação, que durarão até 3 meses. A bolsa será paga por pelo menos 1 ano.

3ª feira 29

Movimentos sociais realizam um protesto contra a liberação do milho transgênico em frente ao Palácio do Planalto em Brasília (DF) - Goiás (região Centro-oeste). Representantes de movimentos sociais entregaram uma cesta de alimentos ecológicos como manga, milho, cana-de-açúcar e mandioca, aos 11 ministros do Conselho Nacional de Biosegurança. A entrega da cesta foi feita por Dom Tomás Balduíno, conselheiro da CPT. Depois da entrega da cesta de alimentos, os integrantes dos diversos movimentos sociais protocolaram no Palácio do Planalto um manifesto contra a semente de milho transgênico. Os manifestantes portavam uma faixa escrita: ¨Milho Transgênico: Ibama e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) reprovam. Os ministros vão liberar?” Os ministros participam de uma reunião que irá decidir pela liberação comercial ou não dos milhos transgênicos das multinacionais Bayer e Monsanto, já aprovada pela Comissão Técnica Nacional de Biosegurança (CTNBio). A liberação está travada por dois recursos encaminhados para a Casa Civil e para o Conselho de Biosegurança, pelo Ibama e pela Anvisa. Os recursos apontam que não há dados suficientes para garantir o uso seguro desta variedade de milho.

Os danos podem atingir tanto a saúde humana quanto o meio ambiente. Para Isidoro Revers, membro da CPT, a Anvisa já apresentou provas de que o milho transgênico pode causar danos à saúde, provas ignoradas pela CTNBio. O conselho esteve reunido para decidir sobre a liberação da venda da semente, mas acabou adiando a decisão para fevereiro. Países como a Áustria e a França já estão conscientes dos prejuízos causados pelas sementes geneticamente modificadas e já proibiram a liberação comercial das duas variedades que o Brasil pretende aprovar.

A cúpula da PM do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) é demitida, após o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, ter definido como "insubordinação" manifestação de PM's, no dia 27 de janeiro, pedindo reajuste salarial. A manifestação foi comunicada ao coronel Ubiratan Ângelo, comandante da PM, sem que seus integrantes fossem demovidos da idéia de realizar a passeata. Ângelo e Samuel Dionísio, chefe do Estado Maior, são exonerados e outros oito coronéis afastados de cargos de confiança. Na avaliação da Secretaria de Segurança, o comando da PM não "tomou as rédeas do processo". Assume o comando da corporação o coronel Gilson Pitta Lopes, chefe do Serviço Reservado da PM. O coronel Antonio Carlos Suarez David, chefe do 1º Comando de Policiamento da Capital, assume a chefia do Estado Maior. Eles tomam posse no dia 31 de janeiro. O policial do Rio recebe o segundo pior salário do país – atrás apenas da PM de Alagoas. O coronel Ubiratan desgastou-se com a cúpula do governo ao não exonerar o coronel Paulo Ricardo Paúl, ex-corregedor interno, por incentivar a mobilização dos policiais e afirmar que "baixos salários tornam policiais presas fáceis de corruptos ativos". Paúl é transferido para a Diretoria de Ensino e Instrução, responsável pela formação de praças e oficiais e organização de cursos de aperfeiçoamento. Na avaliação do governo, o comando da unidade responsável pela formação de novos policiais não poderia ser ocupado por um coronel que inflou a manifestação, considerada uma "insubordinação", crime militar. O novo comandante geral da corporação diz que a PM passa por um momento difícil, mas que existe solução para tudo.

Em meio à polêmica de suspensão do sistema de cotas da UFSC, determinada pela Justiça Federal, uma lista extra-oficial vaza na internet com o nome dos aprovados por essa reserva de vagas e a identificação dos cotistas por raça ou origem escolar. A relação de cotistas normalmente não é divulgada pelas universidades para evitar que os aprovados pelo sistema sejam estigmatizados. Algumas, porém, como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), divulgam a relação dos cotistas. A lista oficial dos aprovados divulgada pela UFSC, no final de dezembro de 2007, não informava a classificação dos candidatos. Já o documento que vazou detalha o desempenho de cada cotista. A universidade confirma que um *hacker* invadiu o sistema do Núcleo de Processamento de Dados e copiou o relatório, que não havia sido divulgado até então. No dia 28 de janeiro, um *link* para *download* foi colocado em uma comunidade sobre vestibular no Orkut por um internauta identificado apenas como "Vestibulando da UFSC". Na lista que foi disponibilizada pelo usuário, havia o emblema da universidade e da Comissão Permanente do Vestibular (Coperve). São mais de 30 mil nomes em 806 páginas. A Polícia Federal informa que, se a universidade enviar um ofício à corporação informando sobre o problema, poderá fazer perícia no sistema e tentar identificar o suspeito. Caso ele seja condenado, poderá pegar até três anos de prisão. Na UFSC, mais de 50 mandados de segurança foram concedidos pela Justiça a estudantes ou entidades contra o sistema. Por

meio da assessoria de imprensa, o Secretário do Ensino Superior do Ministério da Educação, Ronaldo Mota, afirma que não comentará o fato. O presidente da Coperve da UFSC, Edemir Costa, afirma que uma perícia será feita no sistema de computadores do Núcleo de Banco de Dados da instituição e que as informações serão encaminhadas à Polícia Federal. Costa nega que o fato de as informações terem sido divulgadas tenha causado prejuízos aos candidatos, "porque notas não podem ser modificadas". Segundo ele, ainda não é possível dizer que a ação tenha sido realizada por algum vestibulando insatisfeito com as cotas. Faltando menos de 15 dias para a matrícula, Costa afirma que "o mais importante" no momento é manter a calma e esperar a Justiça decidir se o sistema será mantido.

4ª feira 30

Os povos indígenas da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima (região Norte), declaram que vão esperar até março de 2008 a retirada dos produtores de arroz de suas terras. De acordo com o decreto homologatório, assinado em abril de 2005 pelo presidente Lula, a retirada da população não-indígena do local deveria ocorrer no prazo máximo de um ano. Segundo o coordenador geral do CIR, Dionito José de Souza, caso a lei não seja cumprida os próprios índios farão o trabalho que o governo prometeu. Temendo a encomenda de mortes de lideranças indígenas, o CIR encaminhou à Organização das Nações Unidas, no dia 17 de janeiro, um pedido de proteção à vida dos índios. O coordenador do CIR informou que representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do governo federal garantiram recentemente que a operação de retirada dos arrozeiros está prevista, mas não informaram a data. Atualmente, o governo está fazendo um levantamento para saber quantos são os produtores de arroz que devem ser indenizados. Segundo Dionito, apesar de quase dois anos de atraso, este diagnóstico está em fase de término. Aproximadamente 18 mil índios das etnias Ingaricó, Macuxi, Patamona, Taurepang e Wapixana ocupam a área que possui quase 2 milhões de hectares.

A Rádio Resistência FM em Belém – Pará (região Norte) é invadida por agentes da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e da PF fortemente armados. É a segunda ação dos federais na rádio. Segundo site do MST os agentes e policiais federais jogaram no chão, livros, cartazes, bandeiras e equipamentos e cortaram o fio do telefone para que não se fizessem chamadas para os militantes da rádio. Também partiram em vários pedaços o cabo do transmissor de 25 watts e o levaram junto com a mesa de áudio. O radialista Ângelo, que estava fazendo programa na hora da invasão, foi detido. "Não aceitamos mais que equipamentos estejam sendo 'roubados' e pessoas estejam sendo presas por exercerem a comunicação popular em nosso País. A Resistência FM voltará ao ar muito em breve e conclamamos todo o povo do Pará a se somar nesta luta em defesa da democratização da comunicação no Brasil", afirma Carlinho, do Setor de Comunicação MST.

5ª feira 31

Cerca de 100 pessoas, entre mulheres e familiares de integrantes das três Forças Armadas e militares da reserva, protestam em frente ao Palácio do Planalto em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os manifestantes reivindicam aumento salarial, soltando rojões e fazendo um "panelaço". Eles pedem que seja concluída a negociação que está em

andamento desde 2007. O Ministério da Defesa já havia sinalizado a possibilidade de um aumento que variava de 14% a 35%, em duas parcelas, sendo uma em setembro de 2007 e outra em setembro de 2008. Um forte esquema de segurança com 47 policiais militares e mais de 20 seguranças do Palácio do Planalto acompanha a manifestação. Segundo o sargento da reserva do Exército Genivaldo da Silva, a situação dos militares que estão na reserva é insustentável.

Glossário de Siglas

CIR	Conselho Indígena de Roraima
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Partido Democrata
DF	Distrito Federal
FAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
Fetagri	Federação dos Trabalhadores na Agricultura em Mato Grosso do Sul
Ibama)	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPTU	Predial Territorial Urbano
MNP	Movimento Nacional dos Produtores
MST	Movimento Sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
STF	Supremo Tribunal Federal
TRF	Tribunal Regional Federal
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

Brasil

Febrero de 2008

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

CLACSO

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

Documento de trabajo Nº 173

Realizado por
el Comité de Seguimiento
del Conflicto Social y la Coyuntura
Latinoamericana de Brasil

Integrantes	Roberto Leher, Alice Coutinho da Trindade, Jacqueline Aline Botelho Lima, Anderson Andrade, Luiza Leite, Vera Lúcia R. de Oliveira, Luis Américo Araújo Vargas, Jane Barros Almeida, Virgínia Maria de Castro
Diarios	*Jornal do Brasil,* *Jornal Folha de São Paulo,* *Jornal O Globo,* *Jornal O Estado de São Paulo,* *Jornal Brasil de Fato*
Otras fuentes	Agência de Notícias Carta Maior, MST na Imprensa, Resenha Federal, *Jornal do MST*, Centro de Mídia Independente (CMI).

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.
La responsabilidad por las opiniones expresadas en los artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El Observatorio Social de América Latina (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinado a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado constituye uno de los resultados de este trabajo de documentación y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un documento de trabajo en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social llevadas a cabo durante el mes indicado en uno de los 19 países relevados.

La cronología presentada ha sido elaborada por alguno de los diversos **Comités de Seguimiento del Conflicto Social** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación de un equipo de investigación que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento del Conflicto y la Coyuntura Latinoamericana

PAIS	INSTITUCION	RESPONSABLES
Guatemala	FLACSO	Simona Yagenova Mario Castañeda
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Diana Cárdenas
Paraguay	Centro de Documentación de Estudios	Quintin Riquelme
Ecuador	CIUDAD	Mario Unda Hugo González
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Chile	ARCIS	Juan Carlos Gomez Leyton
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo
Brasil	LPP	Roberto Leher
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
México	UNAM	Lucio Oliver Massimo Modonesi
Panamá, El Salvador y Nicaragua	CELA (Panamá)	Marco Gandasegui (h)
República Dominicana y Puerto Rico	Centro Juan Montalvo (Rep. Dominicana)	Mario Serrano

Brasil
Cronologia do Conflito Social
Fevereiro 2008

6ª feira 01

A Organização Não-Governamental (ONG) Rio de Paz e a Associação dos Militares do Estado (AME) coordenam uma manifestação na Praia de Copacabana, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), que amanhece com 586 cruzes fincadas na areia. O ato acontece no dia seguinte à exoneração de dez policiais – oito deles coronéis, pelo novo comandante-geral da Polícia Militar (PM), Gilson Pitta Lopes. A manifestação pretende denunciar o péssimo salário e a falta de condições de trabalho da corporação. As cruzes na praia, com quepes em cima, simbolizam os policiais mortos em serviço entre 2004 e 2007. Em uma das faixas fincadas na areia, os manifestantes atestam que eles chegam a ganhar menos de R$ 30 por dia. Para o coronel José Maria de Oliveira, vice-presidente da AME, o carioca ainda não apóia a causa da PM por desconhecer os benefícios que o atendimento das reivindicações da classe traria para a sociedade.

Sábado 02

Moradores do acampamento Maria Júlia Braga, localizado no Campus do Gragoatá, dentro da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, no Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste) são despejados pela reitoria da universidade. O ato acontece com autorização do reitor Roberto de Souza Salles. Devido às festividades do Carnaval, apenas quatro moradores estavam presentes no despejo. O acampamento existia desde abril de 2006 e era formado por moradores expulsos da Casa do Estudante Fluminense. Os estudantes do acampamento, apesar do despejo, ainda lutam por moradia estudantil na Universidade.

Domingo 03

Trabalhadores sem-terra, ligados ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), liderados por José Rainha Júnior ocupam quatro fazendas no Pontal do Paranapanema – São Paulo (região Sudeste). Batizada de operação “Carnaval 2” ou “Carnaval Vermelho”, a terceira onda de ocupações lideradas por Rainha durante o governo José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) prevê outras 10 ocupações, totalizando 14 em dois dias. Durante o Carnaval de 2007, 1º ano do mandado de Serra, Rainha articulou 14 ocupações em três dias. Entre junho e julho de 2007, 22 propriedades rurais foram tomadas na operação “Inverno Quente”. Mesmo proibido de atuar pela direção do MST, ele domina a maior parte dos acampamentos da região. Foram ocupadas as fazendas: Guarani, em Presidente Bernardes; Iara, em Euclides da Cunha Paulista; Santa Lourdes, em Flora Rica e Boa Esperança, em Martinópolis.

2ª feira 04

Trabalhadores sem-terra ocupam, em menos de 24 horas, 10 fazendas no Pontal do Paranapanema – São Paulo (região Sudeste), em protesto contra o governo do estado. Seis áreas foram ocupadas. Os sem-terra reivindicam assentamento de famílias acampadas e a retirada do projeto de lei que regulariza propriedades acima de 500 hectares julgadas devolutas (públicas – suspeitas de serem griladas). Nove ações foram feitas por integrantes do MST liderados por José Rainha desde o dia 03 de fevereiro. Mesmo proibido de atuar pela direção do movimento, ele domina a maior parte dos acampamentos da região. A outra ocupação é feita pelos sem-terra ligados à direção do MST. São ocupadas, sob liderança de Rainha as fazendas: Cobra, em Dracena; Estrela do Laranja Doce, em Martinópolis; Beira-Rio, em Teodoro Sampaio; Santa Terezina e Coqueiros, em Presidente Venceslau. Sob liderança do MST: foi ocupada a fazenda São Luiz, em Presidente Bernardes. Os coordenadores das ocupações articuladas por Rainha, que não participa das ações, anunciam a ocupação de outras quatro fazendas, mas não divulgam nomes.

3ª feira 05

Integrantes do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST), acampados em barracos espalhados em uma área de 1500 hectares, se antecipam ao Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) e, por conta própria, "loteiam" a fazenda Nossa Senhora das Graças, em Caiuá – São Paulo (região Sudeste). Alguns integrantes do grupo usam casas de funcionários ao redor da sede da fazenda, mas a maioria das 450 famílias, segundo a coordenadora do acampamento, decide demarcar as próprias áreas para trabalhar. A propriedade é ocupada logo após o anúncio da compra pelo estado, no final de 2007. Mesmo sem o título provisório, o grupo prepara a terra para o plantio de milho, mandioca e feijão. Pelo menos 60 cabeças de gado leiteiro são criadas, sem autorização, na área. A fazenda foi alvo de 12 ocupações, contabilizadas pelo Itesp, desde 2003. O Itesp solicita a saída das famílias da Nossa Senhora das Graças e da fazenda São Camilo, em Presidente Venceslau, ocupada pelo MAST e por sem-terra ligados a José Rainha Júnior que apesar de estar proibido pelo MST de atuar pela direção do movimento, domina a maior parte dos acampamentos da região. Na fazenda Santo Expedito, em Teodoro Sampaio, 69 famílias estão acampadas desde 2004 ao redor da sede. A assessoria de imprensa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) diz que o estado fechou acordo para compra da área em 2004, por R$ 3,7 milhões. Desde então, os sem-terra estão no imóvel à espera do assentamento. Para o diretor-executivo do Itesp, Gustavo Ungaro, a demora na conclusão de acordos com fazendeiros para o pagamento das benfeitorias das áreas é o "principal entrave" para a utilização do dinheiro enviado pelo Incra para compra de terras devolutas no Pontal. Sobre a demora na formalização do assentamento em áreas pagas pelo governo e ocupadas por sem-terra, Ungaro afirma que o fato se deve à espera por laudos de licenciamento ambiental e acrescenta: "O Itesp cumpre resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Em algumas áreas temos o licenciamento e em outras, não. Buscamos acelerar o processo." Ele ainda diz que o governo do estado "não se move pressionado por invasões" de fazendas. Responsável pela condução da questão fundiária em

São Paulo, ele afirma que a onda de invasões e as críticas de líderes sem-terra ao projeto que regulariza áreas na região do Pontal são “improcedentes”.

4ª feira 06

O representante indígena no Conselho Nacional de Saúde, Yssô Truká, denuncia uma ação violenta da PM contra ele e seu filho de 16 anos na aldeia Jatobazeiro, no município de Cabrobró, em Pernambuco (região Nordeste).. Na carta, o indígena relata que os dois foram espancados e detidos pelos policiais que ainda apreenderam uma motocicleta e um automóvel. De acordo com informações de lideranças indígenas, a polícia de Pernambuco utiliza freqüentemente de violência contra os índios da região. Em 2005, dois indígenas da etnia Truká foram assassinados por quatro policiais e até o momento ninguém foi punido. Recentemente, três lideranças do povo Xukuru, do município de Pesqueira, também no estado, foram presos sob a acusação de participação em um assassinato ocorrido em 2007. No entanto, não existe nenhuma prova que comprove tal acusação. Informações de um relatório preliminar do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) sobre violência contra Povos Indígenas no Brasil, revela que estas agressões aumentaram em quase 40% em 2007, ano que registrou o maior número de assassinatos de indígenas, ao todo foram 76.

Comerciantes protestam contra a proibição da venda de bebidas alcoólicas em estabelecimentos à margem de rodovias federais. Os manifestantes fecharam a BR-060, nos dois sentidos, além de atearem fogo em pneus, durante cerca de 1 hora, no trecho próximo à cidade de Alexânia, em Goiás (região Centro-oeste). Durante o Carnaval, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) multou cerca de 600 bares e restaurantes que foram flagrados vendendo bebidas nas rodovias. Os motoristas que ficaram retidos no engarrafamento de cerca de 2 km, provocado pelo protesto, tentam iniciar uma mobilização para desobstruir a pista. Quando as Polícias Militar e Rodoviária chegaram, a manifestação já havia sido dispersada. O comerciante Marcos Santos, organizador do protesto, diz que a medida prejudica os donos de estabelecimentos à beira de rodovias, porque eles dependem do dinheiro da venda de bebidas. Para ele, o governo deveria aumentar a fiscalização em vez de multar os estabelecimentos que vendem bebidas. A Advocacia-Geral da União (AGU) informa que derrubou na Justiça, 12 liminares expedidas contra a validade da Medida Provisória 415 (MP), que proíbe a venda de bebidas.

5ª feira 07

O Grupo Móvel do Ministério do Trabalho, que atua no combate ao trabalho escravo, concluiu que em 2007 as ações se concentraram em usinas de cana-de-açúcar. Foram mais de 5.8 mil pessoas libertadas em 197 fazendas fiscalizadas em todo o país. Em 2007, os grupos móveis do Ministério do Trabalho resgataram em propriedades do setor sucroalcooleiro 3.117 pessoas em situação degradante – cerca de 53% do total. O restante foi resgatado em atividades como pecuária e carvoaria. O número chama atenção especialmente se comparado a 2006 – ano em que nenhum trabalhador foi libertado em usinas de cana, segundo levantamento feito pelo Ministério. Parte das operações ocorreu em áreas onde há crescimento da fronteira agrícola e foram detectados outros casos em

Mato Grosso do Sul, Goiás (região Centro-oeste), São Paulo, Minas Gerais (região Sudeste) e Ceará (região Nordeste). Em julho de 2007,. 1.064 trabalhadores foram descobertos na fazenda Pagrisa Pastoril S/A, no estado do Pará (região Norte), vivendo em condições desumanas. O resgate estabelece um novo recorde de trabalhadores libertados em uma mesma fazenda. A Secretaria de Inspeção do Trabalho emitiu, no final de 2007, uma notificação para todas as usinas de álcool. No documento, a Secretaria exige o cumprimento de normas para que as usinas não sejam mais flagradas com trabalho escravo. A União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) diz que ocorreram "fatos isolados" e que isso não pode macular a imagem do setor sucroalcooleiro., que tem problemas, mas trabalha para saná-los e, além disso, afirma: é preciso considerar que o setor emprega 1 milhão de pessoas. Segundo o Ministério do Trabalho, a demanda por um grande número de trabalhadores para as colheitas após o setor canavieiro ganhar destaque na economia fez com que aumentasse o número de denúncias de exploração no pico da safra. A Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo defende que é preciso punições mais rigorosas do que apenas pagamento de multas aos proprietários de usinas que usam mão-de-obra escrava. A Comissão elogia a criação da "lista suja" – onde constam os empregadores que usam mão-de-obra escrava em suas propriedades. A última lista divulgada no final de 2007 possui 189 nomes. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) informa que aproximadamente 40 mil pessoas são mantidas em situação de escravidão em todo país.

Quase 1.300 funcionários das empresas de transporte de valores do Paraná (região Sul) entram em greve por tempo indeterminado. Os trabalhadores reivindicam o fim da compensação de horas e um aumento salarial real de 5%, além do reajuste de 5,5% referente à inflação. Eles também querem que o vale-refeição passe de R$ 12 para R$ 15. Uma primeira oferta de reajuste salarial foi feita pelas empresas, de 6%, mas foi recusada pela categoria. Os vigilantes do sindicato da capital, Curitiba e região metropolitana aceitaram a proposta de 6,2% de reajuste no valor do piso e mais 34% no adicional de risco, o que adiou a greve. Com a paralisação, cerca de R$ 40 milhões deixam de ser distribuídos aos bancos diariamente no estado.

Integrantes do MST ligados a José Rainha realizam a 11ª ocupação de fazendas no Pontal do Paranapanema – São Paulo (região Sudeste). O alvo da ação é a fazenda Palmares, em Piquerobi. Como parte da operação "Carnaval Vermelho", liderada por Rainha, a ocupação é dirigida contra o governo do estado. Mesmo proibido de atuar pela direção do movimento, Rainha domina a maior parte dos acampamentos da região. O MST cobra agilidade na criação de assentamentos e a retirada do projeto enviado à Assembléia pelo governador José Serra (PSDB), que regulariza propriedades no Pontal. Segundo a PM, 80 pessoas participam da ocupação da fazenda Palmares. Já a coordenação do MST diz serem 150 pessoas. O movimento alega que a terra é improdutiva e devoluta. O administrador da área, Luiz Carlos Henriques, registra boletim de ocorrência e afirma que advogados já começaram a reunir documentos para pedir a reintegração de posse da área. Henriques afirma ter certificação do Incra atestando que a área é produtiva.

6ª feira 08

Depois de uma negociação com a secretaria Especial de Direitos Humanos, o juiz da cidade de Planaltina em Goiás (região Centro-oeste), liberta uma menor de idade, de 14 anos que estava detida junto com outras mulheres em uma cadeia pública. A prisão nessas condições contraria o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em frente à cela onde estava a jovem, havia outra cela com cerca de 40 homens, separados apenas por um corredor de 3 metros entre as grades. Na cidade de Planaltina, não existem unidades especializadas para mulheres nem para adolescentes, o que, segundo o superintendente de Segurança da Secretaria de Estado de Justiça (Sejus), Major Anésio Barbosa da Cruz Júnior, legitima esta realidade de cadeias mistas. Segundo Barbosa, não há recursos para construção das unidades especializadas. A adolescente foi detida no dia 28 de janeiro, após uma tentativa frustrada de assalto a uma farmácia junto com o namorado, que fugiu. Três funcionários da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, órgão ligado à Presidência da República, irão a Planaltina apurar a situação relatada no dia 07 de fevereiro, em reportagem publicada pelo jornal "Correio Braziliense". A adolescente deverá aguardar a decisão judicial em liberdade, na casa de uma tia. De acordo com Fábio Silvestre, assessor da secretaria que viajou até o local, Conselho Tutelar, Justiça e Promotoria sabiam da situação da menina. Ela não foi liberada porque, segundo relato dos funcionários, familiares da adolescente disseram não ter "interesse" em ficar com ela. De acordo com Silvestre, a adolescente declarou não ter sofrido abusos durante o período. Um agente prisional da cadeia, identificado como Antonio, afirma que ela, em 12 dias, não teve contato com presos homens, pois, segundo ele, a menina se alimentava na cela e o banho de sol ocorria em horários diferentes. Ninguém é localizado para se pronunciar, na Secretaria de Justiça, nem nos ministérios Público e da Justiça, em relação ao caso. A cadeia foi projetada para 49 detentos, mas, atualmente, está com quase 120, a maioria homens.

Sábado 09

Cerca de 100 sem-terra ocupam a fazenda Santo Antonio, em Presidente Epitácio – São Paulo (região Sudeste). A ocupação é a 12ª ocorrida no Pontal do Paranapanema em menos de uma semana e é promovida pelo Terra Brasil, dissidência do MST, que se uniu a José Rainha Júnior, em protesto contra o governo do estado. Mesmo proibido de atuar pela direção do movimento, Rainha domina a maior parte dos acampamentos da região. O dono da fazenda afirma que ela é produtiva.

Cinqüenta homens dividem as celas, onde estão presos, com baratas, ratos e lacraias, na carceragem de Contagem, em Belo Horizonte e na Cadeia Pública de Ouro Preto – Minas Gerais (região Sudeste), administradas pelo governo Aécio Neves (PSDB). Alguns detentos têm doenças como sarna, rubéola e ferimentos que não sabem explicar. Os locais têm odor de urina e fezes e, para caberem todos, os detentos precisam ficar em pé todo o tempo. Relatos dos presos – como o que conta sobre um homem que teve o cadáver comido por ratos -, são confirmados por policiais. Não há médicos e o abandono chega ao extremo de o porteiro ser um dos próprios detentos, em regime semi-aberto. As construções apertadas, que deveriam comportar, no máximo, seis pessoas, possuem fiações expostas e vazamentos. Também não há extintores de incêndio em condições de uso, o que já provocou a morte por incêndio de 33 presos em acidentes em Ponte Nova e em Rio Piracicaba, no estado. Maurício Campos Júnior, que há um ano é titular da Secretaria da Defesa Social de Minas,

diz que os casos constatados são resquícios de uma situação que deve ser apagada com o "processo acelerado" de melhorias nas cadeias mineiras.

Sem-terra ocupam mais uma fazenda no Pontal do Paranapanema – São Paulo (região Sudeste). Com as ações, chega a 14 o número de fazendas ocupadas. As ocupações fazem parte de um protesto, intitulado "Carnaval 2" ou "Carnaval Vermelho" liderado por José Rainha Júnior contra o governo de José Serra (PSDB), iniciado no dia 03 de fevereiro. Mesmo proibido de atuar pela direção do movimento, ele domina a maior parte dos acampamentos da região. Os alvos são as fazendas Santa Maria e Aliança, em Presidente Epitácio. Das 14 fazendas, 11 seguem ocupadas. As outras três foram desocupadas após reintegração de posse determinada pela Justiça.

Domingo 10

Figura típica do trabalho análogo à escravidão, o "gato" (aliciador de mão-de-obra) ganha uma nova versão. Agora, são agências de turismo comuns que têm aliciado trabalhadores, vendido para eles "pacotes" e os levado até frentes de trabalho rural em outros estados, onde, por vezes, se submetem a condições degradantes para pagar a passagem. Segundo o Ministério Público do Trabalho, a participação das empresas na cadeia escravagista é uma conseqüência do aumento da fiscalização, que reprimiu o aliciamento, crime punido com até 3 anos de detenção, e levou o típico "gato" a entrar "em extinção". A idéia é dificultar a configuração do recrutamento irregular, já que, uma vez travestido de turista, o "passageiro" não precisa apresentar documento de registro profissional, no caso de o ônibus sofrer uma blitz. A prática foi verificada há cerca de duas semanas em uma propriedade de Tapurah – Mato Grosso (região Centro-oeste), arrendada pelo grupo Bom Futuro, de Eraí Maggi, primo do governador do Mato Grosso, Blairo Maggi. Boa parte dos 41 trabalhadores libertados saiu da região de Presidente Dutra – Maranhão (região Nordeste), em ônibus da empresa Brasil Turismo, que atua tanto na cidade quanto em Sorriso – Mato Grosso, onde trabalhadores foram deixados antes de seguirem à fazenda. Os trabalhadores da fazenda arrendada por Eraí ouviram, em suas cidades, em propagandas de rádio e de alto-falantes, promessas de vagas. Pela viagem, disseram ter gasto valores entre R$ 200 e R$ 350. Não sabiam o que iriam fazer nem em que propriedade. Nenhum contrato foi assinado. Aos que não tinham o dinheiro, a Brasil Turismo permitiu que pagassem após conseguirem vagas. José Pedro dos Reis, procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso, diz que a dívida era quitada com a dona de uma pousada em Sorriso, que os acolhia. Empresas de turismo não podem se destinar a outro fim, sob pena de multa e até de suspensão das atividades. Em algumas culturas, como a de cana-de-açúcar, elas chegam a se comunicar com os fazendeiros para saber quantas pessoas serão necessárias. Para recrutar a mão-de-obra, as empresas focam os anúncios em cidades do interior de estados nordestinos, como Maranhão e Piauí, onde há oferta. Regisvan Soares de Andrade, chefe da divisão de combate ao crime da Polícia Rodoviária Federal, afirma que a prática é uma "evolução" do "gato". O empresário Eraí Maggi afirma não ter conhecimento do transporte irregular dos trabalhadores até Sorriso. Segundo ele, os 41 trabalhadores libertados da fazenda foram recrutados na região para um serviço emergencial. Sobre as irregularidades na fazenda em Tapurah, ele afirma que "está tomando todas as medidas" para saná-las. O Secretário de Desenvolvimento Turístico de Mato Grosso, Pedro Nadaf,

diz não saber de nenhum caso no estado de uso de agências de turismo para recrutar trabalhadores. A Brasil Turismo não é localizada para se pronunciar. Há ao menos outras 7 operadoras com o mesmo nome registradas no Ministério do Turismo. Contatadas pelo jornal "Folha de São Paulo", nenhuma diz ter filial nas cidades relacionadas ao caso, ao contrário do que relatam os trabalhadores libertados. A responsável pela pousada onde ficou parte dos trabalhadores também não é encontrada.

2ª feira 11

Cerca de 150 estudantes do MST, que cursam o Ensino Médio, ocupam a sede Incra, no município de Petrolina, Sertão de Pernambuco (região Nordeste). Os estudantes protestam contra a demora do instituto em liberar os recursos destinados à educação no campo, impedindo assim que eles concluam seus estudos, o que deveria acontecer no final de fevereiro. Desde 2007, não há nenhuma liberação de recurso para o ensino médio. Os estudantes do MST que ocupam o Incra de Petrolina, muitos acompanhados de seus pais, prometem não sair de lá até que a situação seja resolvida.

O secretário da Defesa Social de Alagoas (região Nordeste), Edson de Sá Rocha, pede exoneração do cargo, após mais de seis meses de greve de agentes e escrivães da Polícia Civil do estado. Rocha apresentou o pedido de demissão "em caráter irrevogável" ao governador Teotônio Vilela Filho (PSDB). O governador aceitou o pedido e determinou que o secretário-adjunto, Ronaldo dos Santos, assuma interinamente o cargo. Fontes da área de segurança pública do estado apontam pressão dentro do próprio governo para o secretário deixar a pasta, devido ao aumento da violência em Alagoas. No entanto, a Secretaria da Comunicação do estado nega as pressões. Com a paralisação, a capital, Maceió registrou aumento de 65% no número de homicídios em comparação com janeiro de 2007, segundo dados do IML (Instituto Médico Legal). Somente em fevereiro, a PM havia registrado cerca de 70 assassinatos até o momento. Segundo a PM, o número de homicídios em 2007 foi 47,8% maior do que em 2006. A Polícia Civil entrou em greve em agosto de 2007, reivindicando equiparação do salário de agentes policiais com curso superior ao de peritos criminais.

Aproximadamente 300 índios da etnia Terena ocupam a fazenda Santa Bárbara, em Aquidauana – Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). O objetivo da ocupação é pressionar a Fundação Nacional do Índio (Funai) a concluir a desocupação da área da aldeia Limão Verde, demarcada sobre as áreas de 29 fazendas. Segundo o cacique Antonio dos Santos Silva, a Santa Bárbara é uma das 14 ainda ocupadas pelos fazendeiros: "Esta área é nossa. Não estamos invadindo: está demarcada e homologada. Por que não tiram os fazendeiros?" O administrador regional da Funai, Claudionor Miranda, reconhece que "aquela é uma terra indígena, registrada em cartório, mas alguns [fazendeiros] não querem sair". O proprietário da fazenda, Tales Castelo Branco, diz que a atitude dos índios é um "desrespeito à Justiça" e que sua permanência na área está amparada na lei: "Isto aqui nunca foi terra indígena", afirma.

Trabalhadores sem-terra promovem a 15ª ocupação de fazendas no Pontal do Paranapanema – São Paulo (região Sudeste). A ação teve início no dia 3 de fevereiro e foi

intitulada “Carnaval Vermelho”. A onda de ocupações vem sendo articulada por José Rainha que, mesmo proibido de atuar pela direção do MST, domina a maior parte dos acampamentos da região. O alvo é a fazenda Sul-Mineira, em Presidente Epitácio. De acordo com a coordenadora do grupo Uniterra, Valdirene Gomes da Silva, 50 famílias ocupam a propriedade. Liderados por Rainha, MST, MAST, o grupo Uniterra e Terra Brasil cobram mais assentamentos e a retirada do projeto que regulariza fazendas em áreas consideradas devolutas na região.

Cerca de 200 sem-terra ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag) da Bahia bloqueiam por 3 horas a BR-101, em Itajuípe, na Bahia (região Nordeste). Segundo a Polícia Rodoviária, os manifestantes pedem agilidade ao Incra nos assentamentos feitos no estado.

O Tribunal de Justiça de São Paulo (região Sudeste) suspende os efeitos de uma das duas liminares que impedia a publicação do edital de privatização da Companhia Energética de São Paulo (Cesp), prevista para acontecer em março de 2008. A liminar determinava a realização de uma audiência pública no município de Pereira Barreto, no estado, antes da publicação do edital. A divulgação do edital, no entanto, segue impedida por outra liminar, concedida em Anaurilândia – Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste), que também manda os coordenadores da privatização fazerem uma audiência pública na cidade. Segundo a juíza Margarida Elisabeth Weiller, a Cesp tem passivos ambientais na cidade, que teve 35% de seu território submerso pelo lago da usina Porto Primavera, na divisão com São Paulo. A Procuradoria Geral do estado de São Paulo afirma que ainda não foi notificada da liminar expedida em Anaurilândia. Para recorrer da decisão, a procuradoria paulista deverá levar o caso a Campo Grande – Mato Grosso do Sul. A audiência pública para a privatização da Cesp aconteceu no dia 15 de janeiro na Bovespa e foi marcada por protestos do Sindicato dos Energéticos do Estado (Sinergia), ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT). O governo de São Paulo espera arrecadar R$ 7 bilhões com a privatização. O estado tem 93,68% das ações com direito a voto da Cesp, que correspondem a 33,37% do capital da companhia. Outros 35,9% já estão pulverizados no mercado.

Cerca de 100 motoboys realizam um protesto em São Paulo – SP (região Sudeste). A manifestação ocorreu horas antes de o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) anunciar mudanças em relação à exigência do capacete com selo do Instituto de Metrologia (Inmetro). Aproximadamente um mês e meio após polêmicas e protestos, o Contran suspendeu a obrigatoriedade do selo ou etiqueta do Inmetro nos capacetes de motociclistas no país. Esta é a manifestação de menor projeção em relação a outras duas, sendo que a maior, ocorrida no dia 24 de janeiro, conseguiu reunir cerca de 700 manifestantes. Dos cerca de 100 motoqueiros que saíram da Rua Boa Vista, somente 27 manifestantes chegaram à Avenida Paulista; menos que a escolta de 45 PM’s, em quatro carros e 30 motocicletas. Ernane Pastore, presidente da Associação dos Mensageiros Motociclistas de São Paulo (AMM), acredita que a baixa adesão estaria ligada à presença da polícia, que teria inibido os motoqueiros. A decisão do Contran, contudo, acaba atendendo a uma das reivindicações da AMM, organizadora do ato. O Contran decide que a exigência desse comprovante de certificação do Inmetro valerá apenas para quem tiver capacetes fabricados a partir de agosto de 2007, não mais para todos. Ainda assim, a medida é postergada: tanto

a presença de selo ou etiqueta do Inmetro, como a obrigatoriedade das faixas refletivas nas laterais e traseira do capacete, só passarão a ser fiscalizadas em 1º de junho. O órgão federal de trânsito orienta que todas as multas aplicadas no país inteiro desde 1º de janeiro de 2008 – quando a exigência começou a valer – por conta dessas irregularidades sejam canceladas. Mesmo o cancelamento sendo automático para alguns casos de multas que não foram processadas, quem já recebeu a notificação deverá seguir os trâmites burocráticos habituais – entrando com recurso – para anular a penalidade de R$ 127,69 e 5 pontos na carteira de habilitação. O recuo da gestão Lula ocorre após manifestações que se estendem até o momento, em São Paulo, e questionamentos do próprio Inmetro. O temor do presidente da Associação Brasileira de Motociclistas (Abram), Lucas Pimentel, é justamente em relação à reação dos motociclistas que investiram para se adaptar à resolução. “Eles vão se sentir feitos de palhaços. Na próxima [lei], podem dizer ‘ah, vou esperar para ver se essa vai pegar’.” Em reunião, no dia 2 de fevereiro, com o presidente do Denatran, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), a AMM sugeriu mudanças na resolução que tornava o selo do Inmetro obrigatório. A sugestão foi levada em conta pelo Contran na decisão.

3ª feira 12

Entidades de defesa dos direitos humanos e religiosos realizam manifestações em Belém e Anapu, no Pará (região Norte), para lembrar os três anos do assassinato da missionária americana Dorothy Stang. A missionária foi morta a tiros no município de Anapu, onde defendia a implantação de assentamentos para trabalhadores rurais em terras públicas, disputadas também por fazendeiros e madeireiros da região. De acordo com o membro do Comitê Dorothy Stang, Luciney Vieira, a repercussão internacional do assassinato e a grande comoção ocorrida no Brasil contribuíram para que, quatro dos cinco acusados estejam presos. O fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, acusado como um dos mandantes recebeu a pena máxima de 30 anos em regime fechado, mas tem direito a um novo julgamento que aguarda em liberdade. Os pistoleiros Rayfran das Neves Sales e Clodoaldo Carlos Batista, que executaram a missionária, foram condenados em dezembro de 2005, a pagar pena de 27 e 17 anos de prisão, respectivamente. Rayfran, autor dos disparos, teve sua condenação anulada pela Justiça e espera novo julgamento. O intermediador do assassinato, Amair Feijóli da Cunha, o Tato, recebeu uma sentença de 18 anos em regime fechado.

O movimento de protestos na rua contra a censura leva a classe teatral à decretação de uma greve de 72 horas nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo (região Sudeste). Profissionais do teatro e do cinema, escritores, arquitetos e artistas plásticos, munidos de faixas e cartazes, concentram-se nas escadarias do Teatro Municipal, na Cinelândia, centro do Rio de Janeiro. O povo reage favoravelmente, assinando as listas de solidariedade que circulam nas escadarias. Os líderes do movimento declaram: "O que levou os artistas às ruas tem raízes bem profundas, na manifestação policialesca de um grupo que procura sufocar a cultura como forma de expressão da oposição, no plano intelectual, ao que vem ocorrendo no país".

Cerca de 70 índios, das tribos Pataxó-hã-hã-hãe e Tupinambá, do extremo-sul da Bahia, ocupam parte da sede da Fundação Nacional da Saúde (Funasa), em Salvador – Bahia (região Nordeste). Os índios protestam contra a precariedade no atendimento médico nas aldeias. Segundo a assessoria de imprensa da Funasa, a manifestação era pacífica e o expediente no edifício corria normalmente. O cacique da aldeia Jitái, da tribo Pataxó-hã-hã-hãe, Jurandir Araçari, reclama da demora no atendimento médico. De acordo com ele, os atendimentos são feitos no município de Itamaraju - Bahia, que fica a 30 km das aldeias, aproximadamente. Além disso, apenas um carro atende às 15 aldeias da região, que possuem cerca de 12 mil índios. Jurandir já contabiliza 15 mortes devido à precariedade da assistência médica.

Sete dos 11 ministros do Conselho Nacional de Biosegurança (CNBS) foram favoráveis à liberação comercial das variedades de milho transgênico das multinacionais Bayer e Monsanto, em reunião no Palácio do Planalto, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Quatro ministros, entre eles o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, defenderam a realização de mais estudos sobre os impactos dessas variedades à saúde humana e ao meio ambiente. A ONG Terra de Direitos promete entrar com uma ação na justiça para questionar a decisão do Conselho, que desconsiderou os argumentos científicos apresentados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A Via Campesina classificou a decisão como “irresponsável”, ressaltando a “falta de importância dada pelo executivo ao parecer da Anvisa”. Com a liberação, o Brasil passa ter a terceira variedade geneticamente modificada aprovada para a comercialização. Em 1997, foi a soja e em 2000 o algodão. Estas variedades de milho aprovadas no Brasil já foram proibidas em diversos países do mundo, entre eles Alemanha, França e Suíça.

Trinta e cinco pessoas, que viviam em condições semelhantes à de escravidão, são libertadas em uma fazenda no município de Paragominas – Pará (região Norte). A ação foi cumprida pela Superintendência do Trabalho e Emprego do estado do Pará, por meio do Grupo móvel de fiscalização do trabalho escravo. A denúncia foi feita por um trabalhador de 30 anos que fugiu do local no final de janeiro após ter sido torturado. O trabalhador, ao reivindicar seus direitos trabalhistas, foi pego por dois capangas e queimado em várias partes do corpo com um ferro utilizado para marcar gado. A fazenda pertence ao fazendeiro Gilberto Andrade. O chefe da inspeção do trabalho da delegacia paraense, José Ribamar da Cruz, afirma que o trabalhador está sob a proteção do estado, até que a justiça consiga concluir as investigações para punir os responsáveis. Na fazenda, os trabalhadores viviam dentro de um curral. Gilberto Andrade desembolsou aproximadamente R$ 45 mil com a rescisão dos contratos. Além disto, ele já está na “lista suja” - onde constam os nomes dos empregadores que usam mão-de-obra escrava em suas propriedades - desde 2003. Na ocasião, foram encontrados cerca de 20 trabalhadores em condições degradantes em uma de suas propriedades no estado do Maranhão (região Nordeste). A CPT afirma que no Brasil, aproximadamente 40 mil pessoas são mantidas em situação de escravidão.

4ª feira 13

O Sindicato dos Policiais Civis do Rio de Janeiro realiza uma manifestação contra o governo do estado no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O objetivo é negociar a retomada o prédio onde funcionou por dois anos a sede do sindicato e que atualmente é sede da entidade carnavalesca Cordão da Bola Preta. A categoria já tem um processo junto à Secretaria Estadual de Transportes - responsável pelo espaço, de propriedade da Rio Trilhos - para a retomada do casarão. Os sindicalistas reclamam que investiram cerca de R$ 300 mil no imóvel, cuja cessão já havia até sido publicada no Diário Oficial do estado. Porém, a Secretaria de Transportes decidiu rever o ato, que foi publicado na gestão do governo anterior.

Integrantes do MST, ligados ao líder dissidente José Rainha Júnior, ocupam a Fazenda Esperança, em Iepê no Pontal do Paranapanema – São Paulo (região Sudeste) É a 19ª área ocupada durante a Operação "Carnaval Vermelho", segundo os líderes dos sem-terra e a 15ª, pelas contas do Itesp. O líder Antônio Carlos dos Santos afirma que a propriedade foi considerada improdutiva pelo Incra. Ainda no Pontal, cerca de 100 famílias, ocupam a Fazenda Esperança. Esta é a 16ª fazenda ocupada desde o Carnaval. Até o momento, quatro foram liberadas. As ações visam pressionar os governos estadual e federal para a desapropriação de áreas na região. As famílias sem-terra são ligadas às Associações dos Assentados e Agricultores Familiares do Oeste Paulista, criada por José Rainha Júnior, ex-integrante do MST. José Rainha, mesmo proibido de atuar pela direção do MST, domina a maior parte dos acampamentos da região.

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, declara que o registro de produtos que levem em sua composição milho geneticamente modificado só será concedido pela Anvisa. Neste sentido, a Anvisa poderá vetar a venda de produtos derivados de milho transgênico até que seu pedido, exposto no recurso proposto ao CNBS, seja atendido. "A liberação para o plantio é competência do Ministério da Agricultura. À Anvisa caberá avaliar se o produto feito com o milho é ou não seguro", afirmou o ministro. Apesar de a comissão que aprovou a liberação desconsiderar os argumentos científicos apresentados pelo Ibama e pela Anvisa, a agência poderá conter os produtos caso seja detectada alguma insegurança ao consumidor. Integrante do CNBS, Temporão foi um dos quatro ministros que votaram contra a liberação comercial de duas variedades de milho transgênico, uma delas produzida pela Bayer e a outra pela Monsanto, no dia 12 de fevereiro.

5ª feira 14

Estudantes protestam em diversas capitais brasileiras contra a lentidão da reforma agrária no país. Cerca de 300 estudantes de diversas universidades do Brasil, articulados com movimentos sociais do campo ocupam o prédio do Incra, em Belo Horizonte - Minas Gerais (região Sudeste), onde entregam uma carta com reivindicações. O ato faz parte do V Estágio Interdisciplinar de Vivência em áreas de acampamento e assentamento do MST e do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). Os manifestantes entregaram carta que cobra posicionamentos do órgão público quanto à lentidão da reforma agrária, reivindica expropriação das terras com trabalho escravo e denuncia a violência e impunidade no campo. A carta-protesto também está sendo entregue em outras superintendências, nas

cidades de São Paulo-SP, Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste); Belém - Pará (região Norte), Cuiabá – Mato Grosso (região Centro-oeste), Natal - Rio Grande do Norte, Aracaju-Sergipe, Salvador – Bahia (região Nordeste), Porto Alegre – Rio Grande do Sul e Curitiba-Paraná (região Sul). Segundo o Fórum Nacional de Reforma Agrária, 2007 foi o pior dos últimos dez anos para a Reforma Agrária no Brasil.

O Ministério Público do Trabalho acusa Milton da Silva, pai do tricampeão de Fórmula 1, Ayrton Senna, de manter trabalhadores em condições análogas à escravidão em uma fazenda da família. Em uma fiscalização realizada pelo Ministério do Trabalho em março de 2007, foram encontrados 82 trabalhadores em condições análogas à escravidão, na fazenda Campo Aberto, na cidade de Barreiros, na Bahia (região Nordeste). Duas ações na Justiça do Trabalho da cidade, em fase final de julgamento, cobram do pai de Senna e de seus sócios R$ 600 mil por dano moral coletivo e mais R$ 110 mil reais em indenizações trabalhistas por cada um dos trabalhadores libertados. Os valores não foram pagos até o momento.

Cerca de 500 integrantes do MST ocupam a Fazenda Guerra, no município de Coqueiros do Sul – Rio Grande do Sul (região Sul). Militantes do Acampamento Sepé Tiaraju (que fica em um dos lados da fazenda), com cerca de 200 famílias, e as 300 famílias do Acampamento Oziel Alves, que fica do outro lado da fazenda, ocupam a área. Esta é a 10ª ocupação da fazenda, que possui cerca de 7 mil hectares, o tamanho de 9.000 campos de futebol, mas gera apenas dois empregos fixos e 20 temporários. Além de exigir a desapropriação da área, os trabalhadores pedem o cumprimento do acordo assumido pelo o Incra, no final de 2007, de assentar mil famílias até abril e outras mil até dezembro de 2008. Desde o encerramento das Marchas à Fazenda Guerra, em novembro, quando o órgão assumiu a meta, nenhuma família foi assentada. Temendo um confronto com a polícia, o MST desocupou a fazenda no mesmo dia.

Cerca de 300 estudantes universitários ocupam a sede da Superintendência Regional do Incra, em Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste). Gritando palavras de ordem, eles entram no prédio pela manhã e apresentam aos dirigentes do órgão uma carta de protesto composta por 11 itens. Os manifestantes reivindicam, entre outras coisas, a revisão dos índices de produtividade, o repúdio à monocultura de soja e de açúcar e a adoção de uma política de desenvolvimento agrário pelo governo federal. Os estudantes decidem desocupar o prédio no final da tarde após receberem a promessa de um encontro com o presidente nacional do órgão, Rolf Hackbart. Durante a ocupação pacífica são feitas também denúncias sobre as áreas onde há trabalho escravo. Os estudantes querem que essas áreas sejam desapropriadas e cobram ainda a punição da violência no campo. A carta de protesto também é entregue a movimentos estudantis de outros estados para ser encaminhada às superintendências do Incra em São Paulo - SP, Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste), Aracaju - Sergipe (região Nordeste) Curitiba - Paraná e Florianópolis – Rio Grande do Sul (região Sul).

Mais de 200 educadores do MST, que fazem parte do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) - parceria entre o Incra e a Universidade Estadual do Ceará (Uece) -, ocupam o prédio da reitoria da Universidade, em Fortaleza- Ceará (região Nordeste). Os educadores estão há 11 meses sem receber remuneração. A pauta de

reivindicações dos trabalhadores inclui a liberação dos recursos em atraso, ações de continuidade, melhorias do Pronera e investimentos na educação do campo - nos assentamentos de reforma agrária. Os educadores afirmam que somente deixarão o local quando o reitor resolver a situação do Pronera e for marcada uma audiência com o governador do estado, Cid Gomes, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e a Secretaria Estadual de Educação (Seduc). Segundo o MST, mesmo sem receber, os educadores continuam nas salas de aula, pelo compromisso com o movimento pela erradicação do analfabetismo nas áreas de reforma agrária e com a luta pela educação universal - bandeira prioritária para o movimento.

Onze policiais militares de Goiás (região Centro-oeste) são afastados pela corregedoria da corporação por suspeita de tortura contra cinco jovens. Uma das supostas vítimas está desaparecida, segundo a corregedoria. A PM informa que os policiais acusados receberam, no dia 11 de fevereiro, denúncia anônima sobre um suspeito de estupro e tráfico de drogas que estaria escondido em uma oficina mecânica em Goiânia, capital do estado. Segundo relato dos policiais à corregedoria, quando eles chegaram ao local o suspeito fugiu. Nos fundos, informaram estar os cinco jovens usando crack, quatro dos jovens afirmaram à corregedoria que os policiais, para tentar descobrir o paradeiro do suspeito, passaram a agredi-los e a aplicar choques.

Defensores e críticos da transposição do rio São Francisco travam um duelo verbal no plenário do Senado em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O Bispo de Barra – Bahia, Dom Luiz Flávio Cappio, que por duas vezes fez greve de fome para tentar impedir o projeto, e artistas contrários à transposição – Letícia Sabatella, Osmar Prado e Carlos Vereza – acusam a gestão petista de insistir na obra para atender a interesses de empreiteiras. O ex-ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes (PSB), a favor do projeto, afirma, sem citar nomes, que alguns críticos da obra “não agem de boa-fé”. O plenário da Câmara aprovou medida provisória liberando R$185 milhões para o projeto.

6ª feira 15

Cerca de 150 trabalhadores ocupam a Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Participam do ato, em jornada por moradia e trabalho, militantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), do Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável (MNCR) e do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM). No começo da tarde, integrantes de movimentos populares e entidades autônomas da América Latina realizam manifestação popular e cultural em frente à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Logo após iniciar a concentração, policiais militares com cacetetes se posicionaram à frente dos portões, enquanto policiais a cavalo colocaram-se na rua, perto da calçada, cercando os manifestantes que resistiram. Apesar de ser uma manifestação pacífica, os policiais atiraram balas de borracha, além disso, um deles empunhou a espada contra as pessoas. Um manifestante acabou ferido com um corte nas costas. Ainda na parte da tarde, integrantes do Movimento Nacional de Luta pela moradia ocuparam a sede do Departamento Municipal de Habitação (DEHMAB). Os movimentos sociais criticam a prefeitura municipal de Porto Alegre, que durante toda a gestão do governo de José Fogaça

do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) manteve diálogo com as organizações, mas não implementou nenhuma das reivindicações que foram feitas como: livre circulação de carroças e carrinhos organizados em coleta seletiva solidária; subsídios públicos pelos serviços de coleta seletiva solidária e destinação correta dos materiais recicláveis; criação de pontos populares de trabalho; passe livre para desempregadas e filhos de desempregados que estejam estudando; cestas básicas; implantação do Conselho Municipal da Cidade, conforme as deliberações das duas últimas Conferências das Cidades realizadas em Porto Alegre.

Médicos entram em greve em Manaus - Amazonas (região Norte). A categoria reivindica reposição de perdas salariais e a implantação de um Plano de Cargos, Carreiras e Salários. De acordo com a presidente do Sindicato dos Médicos do Amazonas, Auxiliadora Brito, a paralisação só vai terminar quando as secretarias de Saúde do município e do estado apresentarem uma proposta satisfatória. A primeira Vara da Fazenda Pública do Amazonas determina o fim da greve porque os médicos não avisaram às secretarias com 72 horas de antecedência, conforme manda a lei. Com isso, deve ser cobrado R$ 5 mil reais por dia de paralisação.

Em documento reservado, dirigido exclusivamente aos comandantes de batalhões, o comandante-geral da PM do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), coronel Gilson Pitta, orientou, no dia 13 de fevereiro, os oficiais a deixarem claro à tropa que a participação em manifestação pública é proibida pelo Regulamento Disciplinar da corporação e pelo Código Penal Militar. Pitta afirmou que exigirá o cumprimento da hierarquia e disciplina de maneira rígida. O ofício alerta para a passeata marcada para o dia 17 de fevereiro, em Ipanema, em defesa do aumento de salários. Classificado por oficiais do grupo dos Barbonos (grupo formado originalmente em 2007 por nove coronéis, que passaram a liderar as reivindicações salariais e a incomodar o governo – oito deles já foram exonerados) como uma forma de reprimir a manifestação, o documento é descrito por oficiais da cúpula da PM como “orientativo”. O grupo dos Barbonos já se expandiu secretamente dentro da corporação. O setor de relações públicas da PM confirma a existência do documento ao jornal *O Globo*, mas alega não ter detalhes. A assessoria de imprensa da PM nega que haja qualquer tipo de pressão ou ameaça de punição para quem participe da passeata. Em meio à polêmica, oficiais Barbonos usam a internet para divulgar a manifestação, mas chegam a orientar que os policiais que estejam de serviço não participem da passeata, para evitar punições. O major Wanderby de Medeiros, que se apresenta hoje no 2º Comando de Policiamento da Área (CPA), responsável pela Zona Oeste, critica o fato de ter sido escalado para trabalhar no dia da manifestação. Mas o comandante do 2º CPA, coronel Paulo Lopes, nega que a medida configure alguma forma de censura e diz que, além de Wanderby, dois outros oficiais são escalados para o dia.

O prefeito do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), Cesar Maia, do Partido dos Democratas (DEM), divulga números para provar que o boicote ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) fracassou. Cesar informa que a redução, em relação a 2007, foi de R$ 7 milhões, o que classifica de “quase desprezível”. Ele ainda acrescenta que há imposto a ser arrecadado em parcelas, para além do prazo referente ao pagamento em cota única, que expirou no dia 8 de fevereiro, gerando um acréscimo na receita que contabilizaria uma perda de apenas R$

1 milhão, isto é, 0,1% em relação a 2007. Para especialistas, entretanto, a queda é expressiva, pois o prefeito se esqueceu de incluir na conta que os números do ano de 2008 foram inflados com o aumento de 4,36% no imposto e o desconto da cota única foi reduzido, inchando os valores, independentemente do número de contribuintes. O prefeito apresenta números que especialistas em tributação consideram inconsistentes. Para Luiz Mário Behnken, coordenador do Fórum Popular do Orçamento, o prefeito não quer admitir que o esperado aumento de arrecadação do imposto não aconteceu como ele imaginava. "Até onde isso é efeito político do boicote a gente não consegue medir agora. Cesar perde porque é ano eleitoral e porque a prefeitura atravessa dificuldades." O cálculo do Fórum, que detectou perda de R$ 28,9 milhões, tomou como base uma estimativa de arrecadação do IPTU na Lei Orçamentária anual. Em 2007, a prefeitura alcançou, no mesmo período do ano, 44,07% do estimado, enquanto que, em 2008, só conseguiu 42,01% do previsto. Outros fatores podem ter contribuído para a queda da arrecadação, como o cancelamento, em janeiro de 2008, do aumento que em alguns casos chegaria a 300%, do imposto devido por 129 mil contribuintes enquadrados como Unidades Autônomas Populares (UAP's). A atitude do prefeito de desqualificar o movimento popular provoca críticas da presidente da Associação de Moradores de Botafogo, Regina Chearadia: "O nosso protesto nunca teve a intenção de provocar um arraso financeiro no caixa da prefeitura. O objetivo era mostrar a nossa insatisfação. Foi um ato político. E, por mais que se esforce o prefeito nunca poderá medir o desgaste político que sofreu por conta do descaso com a cidade", afirma. O objetivo do movimento era abalar a imagem do prefeito de "bom administrador".

Cerca de 200 integrantes do MST, segundo a PM, recebem com protestos o governador de São Paulo (região Sudeste), José Serra (PSDB) em sua primeira visita a Ribeirão Preto, no estado, desde que foi eleito. Os sem-terra cercam a escola que Serra inaugura, pedindo reforma agrária e a construção de uma escola no acampamento em que vivem. Parte do público que acompanha o discurso sai do prédio para observar a movimentação dos trabalhadores. Sobre o protesto, Serra disse apenas que qualquer ação depende do governo federal, porque a área é federal. Em Cravinhos, cidade vizinha a Ribeirão Preto, um grupo de trabalhadores rurais que ocupam uma área do estado no município de São Simão também protesta, pedindo o assentamento das famílias. O local, ocupado por sem-terra desde 1996, foi palco de uma reintegração de posse na semana passada. Na cidade, Serra inaugura um trevo rodoviário. O governador passa de carro pelos manifestantes que apenas seguram seus cartazes, sem gritar palavras de ordem.

O ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima (PMDB), desqualifica o movimento de artistas – referindo-se a Letícia Sabatella, Osmar Prado e Carlos Vereza – contrários à transposição do rio São Francisco, que protagonizou, no dia 14 de fevereiro, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-Oeste), um confronto verbal com o ex-ministro Ciro Gomes sobre o assunto. Para Geddel, tal movimento nem existe. Geddel vai a Fortaleza – Ceará (região Nordeste) para anunciar investimentos de R$500 milhões para a construção de barragens e projetos de irrigação. Em entrevista, ele afirma que já não há mais resistência política à transposição, como havia até pouco tempo atrás, especialmente de políticos da Bahia, de Sergipe e de Alagoas (região Nordeste), "doadores" de água. Ele próprio, baiano, era contra, mas mudou de idéia assim que assumiu o Ministério, em 2007. "Essa obra é irreversível", afirma.

Sábado 16

O integrante do MST, Márcio Fernandes é ferido com um tiro na perna após confronto ocorrido durante a ocupação de uma fazenda em Euclides da Cunha – São Paulo (região Sudeste). Ele é levado ao hospital e liberado. Rodrigo Macedo, filho do dono da fazenda ocupada, e o funcionário dele, Lucivaldo Viali, são apontados como autores dos disparos e são presos. Eles alegam terem sido agredidos.

Protestos contra a ação da polícia marcam o velório e o enterro de Ágata Marques dos Santos, menina de 11 anos que foi atingida por uma bala de fuzil no ombro, quando estava dentro de casa, durante uma incursão policial na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Cerca de mil pessoas vão ao velório e ao enterro, segundo a PM. Parentes da menina e moradores da comunidade dizem que o disparo que a matou partiu da arma de um policial. A Polícia Civil nega. Um inquérito já foi aberto para apurar as circunstâncias da morte, e uma perícia na casa da menina será realizada no dia 18 de fevereiro. Uma carreata em protesto pela morte da garota reúne mais de 400 veículos por 15 km. O governador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB), afirmou que o tráfico de drogas nas regiões que serão atendidas por obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) será reprimido antes do início das obras. A Rocinha é uma das quatro comunidades do Rio a serem beneficiadas pelo programa. O presidente da União Pró-Melhoramentos da Rocinha, Luiz Cláudio Oliveira, diz apoiar as obras, desde que não gerem confrontos na favela.

Domingo 17

Pelo menos 500 Policiais Militares, segundo informações do Jornal do Brasil, 400 pessoas, segundo o jornal O Globo, e aproximadamente 700, segundo o coronel Paulo Ricardo Paúl, uma das lideranças do movimento, protestam na praia de Ipanema, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os oficiais reivindicam equiparação salarial com a Polícia Civil. Nas camisas e cartazes, os manifestantes destacam o questionamento "Que produção se espera de um policial que ganha R$ 30 por dia?". O protesto é encerrado a 50 metros da entrada da rua onde mora o governador do estado Sérgio Cabral (PMDB). O comunicado enviado pelo comandante geral da PM, Gilson Pitta Lopes, aos oficiais da ativa, no dia 13 de fevereiro, provocou o esvaziamento da passeata. No documento, o comandante alertava para que os oficiais e seus subordinados não participassem do ato. No início da manifestação, o coronel Paulo Ricardo Paúl, diz que o aviso surtiu como uma ameaça de punição aos militares. Segundo ele, “o comunicado diminuiu em cerca de 30% a adesão ao movimento”. Essa é a segunda vez que oficiais da PM se manifestam. A primeira vez, no fim de janeiro, resultou na exoneração do comandante geral da corporação, coronel Ubiratan Ângelo. Segundo o estatuto da PM, os militares que participam do movimento correm o risco de serem submetidos a conselhos disciplinares. O coronel Paúl diz, no entanto, que o estatuto é inferior à Constituição Federal, que permite manifestações cívicas.

O movimento de boicote ao IPTU realiza novo ato, com cerca de 100 pessoas, no Méier, Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) e recebe cerca de 1.350 novas assinaturas de apoio ao

documento que será encaminhado ao Ministério Público, cobrando da prefeitura explicações sobre a aplicação de recursos na cidade. Enquanto a população participa da manifestação, presidentes de associações de moradores de vários bairros das zonas Norte e Sul se revezam nos discursos contra o prefeito Cesar Maia (DEM). Guardas municipais acompanham o ato à distância. Cerca de 20 associações de moradores apóiam a manifestação, que conta com a presença de representantes dos bairros de Campinho, Engenho de Dentro, Vila Isabel, Grajaú, Copacabana, Humaitá, entre outros.

2ª feira 18

Aproximadamente 400 famílias ligadas ao MST ocupam a fazenda Granja Nenê, em Nova Santa Rita – Rio Grande do Sul (região Sul). As famílias reivindicam que o Incra compre a área de 1,5 mil hectares para o assentamento de 80 famílias sem-terra. A fazenda já está em negociação para desapropriação há mais de um ano, mas a proprietária não estaria aceitando o preço oferecido pelo Instituto. No final do dia, uma reunião do Incra com a proprietária foi acertada e as famílias desocuparam a fazenda cercados por policiais militares. O acordo evitou que a tropa de choque da Brigada Militar, munida de retroescavadeira para derrubar as cercas e de balas de borracha, reprimisse com violência os trabalhadores rurais. O instituto espera uma nova proposta da proprietária, que alega que o atual preço pedido está muito acima do mercado. O MST exige que o problema seja resolvido e que o Incra comece a cumprir com a meta de assentar mil famílias até abril e outras mil até o final de 2008. A meta foi estabelecida em novembro, ao final da marcha em direção à Fazenda Guerra, em Coqueiros do Sul. Desde o acordo, nenhuma família foi assentada. Para cumprir a meta, as famílias sem-terra também reivindicam do governo federal a desapropriação das fazendas Southall, em São Gabriel, e Guerra, em Coqueiros do Sul. Do governo estadual, o movimento exige que seja depositada a verba prometida para a desapropriação da Fazenda Palermo, em São Borja.

O Grupo Móvel de Fiscalização do Trabalho Escravo registrou os primeiros resgates de trabalhadores em situação de semelhante à escravidão de 2008. O estado do Mato Grosso (região Centro-oeste) foi o primeiro a registrar libertações. Em três ações em janeiro, o Grupo resgatou aproximadamente 100 trabalhadores. Na fazenda Vale do Rio Verde, no município de Tapurah, foram retirados 41 trabalhadores, outros 11 foram encontrados em uma propriedade no município de Nova Canaã e mais 28 em uma fazenda no município de Feliz Natal, neste caso foram libertadas quatro mulheres e quatro crianças. Nas irregularidades encontradas nas propriedades constam alojamentos inadequados e falta de carteira assinada. Na fazenda Feliz Natal, os banheiros para os trabalhadores foram construídos dentro do rio que fornecia água para os mesmos. O valor da multa que será paga pelos proprietários dessas fazendas deve ficar entre R$ 60 e R$ 100 mil, incluindo dívidas trabalhistas e danos morais coletivos. Neste ano o Grupo também já realizou ações no estado do Maranhão (região Nordeste) onde aproximadamente 20 trabalhadores foram libertados de uma fazenda no município de São Raimundo do Doca Bezerra.

O Ibama de Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste) multa a empresa MMX, do empresário Eike Batista, em R$ 3 milhões por uso de carvão vegetal produzido a partir de desmatamento recente na região do Pantanal no estado. Segundo o Ibama, a MMX agiu em

desacordo com sua licença de operação. Em dezembro de 2007, a siderúrgica já foi multada em R$ 1 milhão. A reincidência faz com que o valor da multa seja triplicado. Os fiscais do Ibama conseguiram detectar a irregularidade por meio do Documento de Origem Florestal (DOF), que substitui a antiga Autorização de Transporte de Produtos Florestais (ATPF), e permitiu o rastreamento eletrônico do produto. O governo do estado assim como a MMX descartam risco ambiental. Em nota, a siderúrgica diz que ainda não recebeu a autuação do Ibama e que, por isso, não irá se manifestar. Acrescenta ainda que já recorreu da primeira autuação do órgão. Para a empresa, a propriedade da qual adquiriu o produto não estava localizada em uma terra indígena.

3ª feira 19

Bancários realizam campanha por mais empregos nas agências da Caixa Federal em todo o país. Em São Paulo – SP (região Sudeste), os servidores já reúnem mais de mil assinaturas a favor dos novos postos de trabalho. Segundo os sindicalistas, a direção da Caixa assinou um acordo em que se compromete a contratar mais três mil servidores para o banco, o que até o momento não foi cumprido. De agosto a dezembro de 2007, a Caixa esteve entre os três bancos com mais reclamações de clientes, sendo a campeã em agosto e setembro. Os trabalhadores afirmam que o motivo é o déficit de servidores nas agências.

Cerca de 800 trabalhadores sem-terra, ligados ao MST, reiniciam os bloqueios nas rodovias federais do estado do Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). Os manifestantes fecham o tráfego de veículos em dois pontos da rodovia BR-163, no Km 320 em Rio Brilhante, região leste do estado, e no entroncamento da BR-163 com a BR-486 em Naviraí, extremo Sul. Os trabalhadores querem garantia oficial da permanência do engenheiro agrônomo Luiz Carlos Bonelli na superintendência do Incra. O senador Valter Pereira de Oliveira (PMDB) quer substituí-lo pelo professor universitário Flodoaldo Alves, que os manifestantes afirmam pertencer ao Movimento Nacional dos Produtores (MNP). Os sem-terra iniciaram a série de interrupções de rodovias no estado contra a substituição de Bonelli no final de janeiro, mas suspenderam as manifestações durante o período do carnaval. Segundo os líderes dos movimentos que firmaram acordos para defender o engenheiro agrônomo, as ações de protestos continuarão até a solução do impasse.

Representantes de rádios comunitárias realizam atos no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) para marcar os dez anos de aprovação da Lei 9.612, que regulamentou este veículo de comunicação popular. De acordo com o coordenador da Rede Viva Rio de Radiodifusão Comunitária, Sebastião Santos, o ato não se tratou de comemorações. Segundo Santos, nos últimos dez anos, foram feitas 17 mil solicitações ao ministério para o funcionamento de rádios comunitárias. Porém, pouco mais de 3,1 mil conseguiram a legalização. Por isso, afirmou Santos, a principal reivindicação do movimento é a elaboração de um projeto de lei ou um decreto do presidente Lula que descriminalize as rádios comunitárias. Enquanto ocorria o ato, 40 policiais federais foram fechar uma rádio comunitária localizada na associação de moradores de uma favela na Ilha do Governador.

Cerca de 150 crianças e 100 adultos do pré-assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto – São Paulo (região Sudeste) fecham a estrada de acesso ao bairro Ribeirão Verde. Os

militantes denunciam a falta de transporte escolar adequado para levar as crianças aos bairros onde estudam. O transporte é de responsabilidade da prefeitura municipal e a luta por melhoria do transporte escolar na cidade tem sido constante. Segundo o movimento, em 2007, foi feita a reivindicação à prefeitura para que enviasse ao pré-assentamento transporte que garantisse a segurança, o que não aconteceu. Além de problemas mecânicos e de documentação, há também o problema relacionado à superlotação, o ônibus escolar carrega todos os dias 90 crianças desde o Pré ao Ensino Médio.

Cerca de 200 moradores da Favela da Rocinha fecham uma Rua na Gávea, zona Sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), em protesto contra a falta d'água na comunidade. Um ônibus é apedrejado, mas ninguém é ferido. Os manifestantes dizem que, desde o carnaval, há pontos na favela que não são abastecidos com água. A manifestação provoca engarrafamento intenso na rua fechada e nas adjacentes. Policiais do 23º Batalhão da PM (Leblon) vão ao local, mas não há confronto.

Madeireiros de Tailândia, município do Pará (região Norte), numa afronta aos governos federal e do estado, às vésperas do início da Operação Arco de Fogo, impedem a remoção de 15 mil metros cúbicos de madeira ilegal apreendida na semana passada. Maior operação já planejada pela Polícia Federal (PF) em parceria com o Ibama, a Arco de Fogo tem como objetivo conter a forte onda de desmatamento na Amazônia Legal. Com a divulgação antecipada da informação sobre o início da operação, madeireiros começaram a se articular para se contrapor. Eles passaram a demitir funcionários para pôr a população contra a operação. Foram aproximadamente 2 mil demissões. Cerca de 10 mil pessoas impedem o transporte da madeira, insufladas por empresários madeireiros, ocupando as entradas das serrarias do município, interditando a ponte – por onde passariam 15 caminhões com a madeira apreendida -, com pneus incendiados e fazendo ameaças aos fiscais que comandam a operação de retirada das toras cortadas ilegalmente, segundo o Ibama e a Secretaria de Meio Ambiente (Sema) do Pará. Há confronto entre policiais e manifestantes. Por causa da forte reação e da falta de segurança para as equipes de fiscalização, segundo a Sema, o governo federal adia o início da operação. Fiscais da Sema ficam 2 horas em cárcere privado na serraria Tailaminas Plac Ltda., onde foram apreendidos 822 metros cúbicos de madeira. Os fiscais só são resgatados após a chegada do batalhão de choque da PM. Para tentar conter os ânimos e liberar a rodovia interditada PA-150 ,em Tailândia, o comando da PM desloca para o município uma guarnição e aguarda instruções da governadora Ana Júlia Carepa, do Partido dos Trabalhadores (PT) para, se necessário, enviar um batalhão de choque da capital. Após as equipes do Ibama e da Sema deixarem o município, as manifestações se encerram. Os ministros da Justiça Tarso Genro (PT), e do Meio Ambiente, Marina Silva (PT), não vão mais participar do lançamento da operação, como estava previsto. Eles só deverão visitar áreas estratégicas da operação depois dos primeiros resultados concretos da ofensiva. Por medida de segurança, não é divulgada a nova data de início da operação. Carepa diz que o governo não retrocederá na retirada da madeira.

O Incra afirma em nota de esclarecimento, enviada ao jornal Folha de São Paulo, que houve equívoco do instituto na informação usada como base para a reportagem "São Paulo usa menos da metade de verba para reforma agrária", publicada pelo jornal no dia 6 de fevereiro. A reportagem relatou com base nos números repassados pela assessoria de imprensa do Incra que de 2003 a 2007, o governo paulista usou R$ 26,2 milhões de um

total de R$ 57,4 milhões repassados pelo órgão federal para a compra de áreas devolutas. Como forma para pôr fim a conflitos agrários na região do Pontal do Paranapanema, em São Paulo (região Sudeste). Na nota de esclarecimento, o instituto informa que "o funcionário do Incra-SP confundiu os valores previstos no convênio como disponibilizados pelo Incra com os valores financeiros efetivamente repassados ao Itesp, os quais, retificando a informação anterior, somam R$ 38.073.318,38". A nota é assinada por Cristina Sato, assessora de Comunicação do Incra, em São Paulo. A assessoria de imprensa do Incra informa que o equívoco ocorreu no relatório de prestação de contas do órgão enviado à reportagem. O Incra também diz que repassou, de fato, R$ 38,8 milhões ao governo do Estado de 2003 a 2007, e não R$ 57,4 milhões, como havia informado anteriormente. Os R$ 57,4 milhões são, na verdade, o valor total do convênio, segundo a assessoria.

4ª feira 20

Agentes penitenciários realizam protesto no estado de Alagoas (região Nordeste). O objetivo do protesto é reivindicar armamento, carros, adicional noturno e aumento salarial. Segundo o sindicato da categoria, cerca de 1.200 agentes das maiores unidades prisionais do estado cruzaram os braços das 7 às 13h, segundo jornal Folha de São Paulo, foram cerca de 800 agentes. No estado, policiais civis estão em greve há mais de 6 meses. O Sindicato dos Agentes Penitenciários de Alagoas diz que as atividades nas Casa de Detenção de Maceió, Cirydião Durval, Baldomero Cavalcanti e Santa Luzia foram temporariamente interrompidas. Segundo os sindicalistas, a paralisação acontece porque o governo descumpriu o compromisso de pagar o reajuste salarial de 5% e o adicional noturno de R$ 99 mensais. O pagamento era esperado para o dia 15 de fevereiro. Segundo a vice-presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários de Alagoas, Fernanda Aranda, não está descartada uma nova manifestação. "O governo tinha combinado retroativo ao mês de agosto. Mas veio retroativo a dezembro." A Secretaria da Gestão Pública diz que o pagamento cumpre lei estadual de janeiro de 2008. A assessoria confirma negociações para que o reajuste e o adicional noturno fossem retroativos a agosto, mas elas não avançaram.

O MTD e o MNLM participam de reuniões com secretarias de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) para negociar a pauta de reivindicações. O MNLM quer, entre outras pautas, a implementação do Conselho Municipal da Cidade. Já o MTD se reúne na Secretaria Municipal de Indústria e Comércio para apresentar o projeto dos pontos populares de trabalho e da lei municipal das frentes de trabalho, entre outros temas. No dia 15 de fevereiro, as organizações de desempregados, sem-teto e catadores de material reciclável protestaram na capital contra a falta de soluções da prefeitura aos problemas da população. Os movimentos também criticaram a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento das Cidades, que não permitia a participação da população. Em protesto, na frente da Pontifícia Universidade Católica, onde ocorria o evento, manifestantes foram reprimidos com violência pela Brigada Militar.

Mais de 60 cicatrizes recentes de ferro quente marcam um trabalhador de cerca de 30 anos que denunciou trabalho escravo na fazenda Bonsucesso em Paragominas, no Leste do Pará (região Norte). De acordo com o relato divulgado pela Agência Repórter Brasil, o

empregado foi torturado pelo patrão e mais dois capangas quando reclamou das más condições de alimentação e do salário atrasado. O homem, que não teve o nome divulgado por motivos de segurança, fugiu da fazenda no início de janeiro, quando conseguiu denunciar a situação à Superintendência do Trabalho e Emprego do Estado. No dia 12 de fevereiro, fiscais estiveram na fazenda e comprovaram a versão do trabalhador. Também encontraram outras 35 pessoas em condições análogas à escravidão, dormindo em um curral abandonado junto com esterco de boi. Os trabalhadores eram alimentados com restos de carne, como pulmões e tetas de vaca. A propriedade pertence a Gilberto Andrade, que já foi denunciado em 2003 por trabalho escravo.

Manifestantes ligados ao MST realizam uma manifestação em frente à Secretaria de Educação do município de Ivaiporã – Paraná (região Sul). Aproximadamente 700 pessoas do assentamento 8 de Abril reclamaram da infra-estrutura das duas escolas existentes e protocolaram um pedido de construção de uma nova escola para os assentados. De acordo com o coordenador estadual do MST, João Orzekovsky, cerca 750 estudantes estão sem aula e a falta do transporte escolar é um problema grave. A empresa que ganhou a licitação para o transporte escolar na região já comunicou aos pais dos estudantes que o péssimo estado das estradas não oferece segurança. São necessários seis ônibus para o deslocamento de todos os estudantes, rodando em média 840 km por dia. O Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) prevê a abertura de 150 km de estradas, mas o prefeito do município, Mauro Oriane (PT), alega não ter máquinas para o trabalho. O assentamento 8 de Abril tem mais de 560 famílias e seu território abrange 40% da área do município. O assentamento se destaca pela grande produção de alimentos. Além da produção mensal de 60 mil litros de leite, estima-se que na próxima safra serão colhidas 250 mil sacas de milho e 35 mil sacas de feijão.

Índios da etnia Ikpeng, que vivem no Parque do Xingu, no nordeste de Mato Grosso (região Centro-oeste), mantêm reféns quatro funcionários da Funai e oito pesquisadores que prestam serviço à empresa Paranatinga Energia S/A. A ação é um protesto contra os impactos ambientais causados pela construção de uma pequena central hidrelétrica (PCH) na região. Para libertar os reféns, os indígenas reivindicam a presença dos presidentes da Funai e da Paranatinga. A assessora de imprensa da empresa, Josana Sales, informa que os pesquisadores faziam levantamento de impacto ambiental quando foram retidos no posto Pavuru da Funai, na aldeia Moygu. O levantamento, acrescentou, está em fase de complementação e somente depois de concluído será possível avaliar a extensão do impacto da obra no meio ambiente. Os motivos alegados pelos indígenas para manter os pesquisadores e servidores da Funai como reféns foram expostos em carta enviada ao Instituto Sócio Ambiental (ISA). Nesta carta, representantes de nove etnias do Parque Indígena do Xingu se dizem descontentes com os impactos ambientais causados pela construção da usina, como a derrubada de árvores e o uso descontrolado de agrotóxicos em lavouras perto das nascentes do Rio Culuene, um dos principais formadores do Rio Xingu. Em setembro de 2006, uma liminar do Tribunal Regional Federal da 1ª Região autorizou a continuidade das obras da Pequena Central Hidrelétrica Paranatinga II, no Rio Culuene.

Madeireiros do Pará (região Norte) ameaçam reagir com novas manifestações contra a operação Arco de Fogo. São presos quatro suspeitos de comandarem a manifestação do dia 19 de fevereiro. Eles são ouvidos pela polícia de Tailândia e depois, liberados. Não há

relatos sobre feridos. Com o argumento de que defendem milhares de empregos, os madeireiros dizem que há risco de confronto entre a população dos municípios atingidos pelas operações e o contingente – formado por PF, Força Nacional de Segurança, fiscais do Ibama e da Sema – mobilizado para reprimir a ação dos desmatadores. Os madeireiros pedem agilidade na liberação dos planos de manejo florestal e das licenças de operação para as madeireiras. Segundo Francisco das Chagas – presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Madeireira, Moveleira e Olarias de Tailândia, Tomé-Açu e Concórdia do Pará – as demissões feitas e a apreensão de 15 mil metros cúbicos de madeira, que atingiram 70% dos associados do sindicato, poderão ser revertidas se a madeira apreendida puder ser processada. O anúncio de que o governo federal adiou a nova operação contra os desmatamentos é recebido com aplausos pela população. Segundo a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (PT), o governo não teme os protestos e que a PF e o Ibama prosseguirão com a operação Arco de Fogo e outras medidas de repressão aos crimes ambientais. Policiais e fiscais estão orientados, entretanto, a evitar confrontos com setores da população que forem às ruas, insuflados pelos chefes do comércio ilegal de madeira. A governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT), também afirma que a operação continuará e que "o material retido será leiloado e o dinheiro irá para um fundo de investimentos no combate ao desmatamento".

A Polícia Civil do estado de Minas Gerais investiga o caso de uma jovem de 16 anos que ficou grávida enquanto estava detida em uma cela de uma unidade carcerária de Pedra Azul – Minas Gerais (região Sudeste). A adolescente foi detida em maio de 2007 por sete atos infracionais, incluindo furto, roubo e extorsão e foi encaminhada para uma unidade carcerária comum, o que é vetado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). De acordo com a Secretaria de Defesa Social do estado a jovem ficou em uma cela separada dos demais presos e a permanência dela na cadeia pública não fere os direitos da jovem já que não existem centros de reeducação na cidade. No entanto, a jovem foi transferida em dezembro para o Centro de Reeducação São Jerônimo, na capital do estado – Belo Horizonte, a pedido da Comarca de Pedra Azul. Apesar de a Secretaria confirmar a gravidez o Juizado da Infância e da Juventude de Minas Gerais e o Ministério Público Estadual declararam que esperam a confirmação do exame para se pronunciar. Em nota, a Secretaria de Defesa Social divulgou que não há registro de detentos de ambos os sexos dividindo a mesma cela no estado. A família alega que a filha tenha sido vítima de estupro, no entanto, ela afirma que manteve relações sexuais com um preso, que segundo ela é seu namorado. A unidade carcerária de Pedra Azul tem capacidade para 30 pessoas, mas está com 75 dos quais dois são adolescentes que são mantidos em celas separadas.

Doze detentas agredidas durante rebelião em Santa Rosa de Viterbo – São Paulo (região Sudeste) em janeiro de 1997 ganham indenização na Justiça. Cerca de 100 presas estavam na rebelião, mas apenas 16 entraram na Justiça. A Defensoria Pública de Ribeirão Preto entrou com processo de execução para receber o dinheiro em nome de 12 mulheres – uma delas morreu, outra está presa e duas não foram localizadas. Houve procedimento da ação por conta da presença de uma máquina fotográfica com uma das detentas que registrou todas as lesões sofridas pelas companheiras. Cada uma das mulheres vai receber R$ 7.600.

5ª feira 21

Justiça Federal determina a quebra de sigilos e o bloqueio de bens de dois servidores do Incra do Pará (região Norte); o ex-superintendente Pedro Aquino e o diretor do Incra de Santarém, Luiz Magalhães. Os dois são acusados pelo Ministério Público Federal (MPF) de criar 107 assentamentos irregulares no estado. A área equivale ao tamanho do estado da Paraíba. De acordo com o procurador do Ministério Público Federal em Altamira, no Estado, Marco Antônio Almeida, a ação do Incra tinha o objetivo de camuflar estatísticas da reforma agrária. Segundo o procurador, um documento do próprio Incra demonstrou que, da lista de famílias a serem assentadas, 17 mil eram irregulares. A fraude visava assentar famílias em áreas de florestas primárias, atendendo os interesses de empresas madeireiras. “Coincidentemente, esses assentamentos, apesar de não terem gente, havia a previsão de uma liberação de recursos muito grande para construção de estradas. O que nós verificamos que toda uma infra-estrutura ia ser colocada para se transformar num plano de manejo gigante, com interesse da indústria madeireira. É uma privatização do bem público”. A Justiça também suspendeu a aplicação dos mais de R$ 18 milhões que seriam destinados à construção de estradas ligando terras de assentados.

Profissionais de educação, pais e alunos das escolas estaduais Ceci Coutinho, de Educação Infantil, e Fernando Magalhães, de Ensino Fundamental a Ensino Médio, ambas em Niterói – Rio de Janeiro (região Sudeste) fazem manifestação em frente à Secretaria Estadual de Educação (SEE), no centro do Rio de Janeiro - RJ. O protesto é contra o fechamento da primeira escola e da 1ª a 4ª séries da escola Fernando Magalhães.

6ª feira 22

Ex-moradores, familiares e vítimas do desabamento do edifício Palace 2 organizam dois atos no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os atos marcaram os 10 anos do desabamento do edifício. Uma missa aconteceu na Igreja de Santa Luzia para homenagear os oito mortos da tragédia. Após a celebração, os manifestantes, abriram um bolo de 10 metros em frente ao Tribunal de Justiça do Rio. No bolo a frase: "Dez anos de sofrimento e luta à espera de Justiça". O Palace 2 que ficava na Barra da Tijuca, zona oeste da cidade, desabou em fevereiro de 1998 e deixou 150 famílias desabrigadas. Na ocasião, a perícia policial concluiu que as obras do Palace 2 foram mal executadas com a utilização de materiais de baixa qualidade. O ex-deputado Sergio Naya, dono da Construtora Sersan, responsável pela obra, responde por mais de 100 processos judiciais e foi absolvido na ação que o culpava pela morte dos oito moradores. Naya ainda mantém atividades financeiras e burla o bloqueio de bens na Justiça, afirma a Associação de Vítimas do Palace 2. A associação contesta no Superior Tribunal de Justiça (STJ) uma suposta venda subfaturada de uma fazenda de Naya em Laranjal - Minas Gerais, onde ele vive. O advogado de algumas das vítimas do Palace 2 disse ter encontrado no cartório de Laranjal, um documento que comprova a venda da fazenda do empresário para um de seus funcionários por R$ 25 mil. No processo é pedida a anulação da operação. O empresário não nega nem confirma a transação. Atualmente, pelo menos 11 famílias ainda vivem em um hotel e 120 pessoas ainda aguardam na Justiça o ressarcimento integral pelos danos no desabamento. Elas receberam apenas um valor que não passa de 20% do reivindicado.

Cerca de 150 famílias do MST ocupam a Fazenda das Conchas, na cidade de Palmas, no Sudoeste do Paraná (região Sul). O MST reivindica a desapropriação da Fazenda Palmas e de mais outras duas áreas localizadas nos municípios de Clevelândia e de Honório Serpa. A Fazenda das Conchas pertence à empresa falida Ovepar (Óleos Vegetais do Paraná) e é reivindicada pelo movimento desde 2005. Atualmente, as fazendas são utilizadas pela cooperativa Coamo para plantar pínus e eucalipto. Os trabalhadores criticam o plantio comercial destas monoculturas, que não gera emprego e ainda degrada o meio ambiente. Os bens da Ovepar estão depositados em juízo para saldar as dívidas com os credores. A empresa produzia óleo de soja e antes de falir comprou grande produção de grãos dos agricultores da região, que ficaram no prejuízo.

Pais e estudantes da Escola Argentina, em Porto Alegre, protestam contra o fechamento de 105 escolas no estado do Rio Grande do Sul (região Sul). O Sindicato dos Professores da Educação Pública Estadual (Cpers/Sindicato) lamenta a medida do governo afirmando que, além de não investir na educação, ainda corta a estrutura precária que ela possui. A Secretaria Estadual da Educação divulgou a lista das escolas que serão fechadas na rede pública em todo o estado. Em nota, a secretária Mariza Abreu justifica que houve redução de cerca de 400 mil estudantes na rede estadual nos últimos anos. Ela também garante que os estudantes e professores atingidos serão remanejados. A medida do governo integra a política de redução de gastos implementada desde que a governadora Yeda Crusius (PSDB) assumiu o poder em 2007. De acordo com a secretária, o fechamento das escolas permitirá diminuir contratações e nomeações de professores, o que resultaria em economia na folha de pagamento do estado.

Sábado 23

O governo do Pará inicia retirada de madeira ilegal apreendida em madeireiras de Tailândia, cidade próxima a Belém – Pará (região Norte). A ação se concentra em duas madeireiras: a GM Sufredini e a Tailâmina Ltda..O advogado do Sindicato das Indústrias Madeireiras de Tailândia disse que a entidade recorrerá contra as apreensões. A carga avaliada em R$ 650 mil será armazenada em um depósito do estado e em seguida leiloada. O dinheiro arrecadado será revertido para o aparelhamento dos órgãos de fiscalização ambiental que estimam que haja 60 madeireiras ilegais no município. Não houve manifestações nem confronto com os moradores locais. No último dia 19 de fevereiro cerca de mil pessoas protestaram e ameaçaram os fiscais do Ibama. Policiais reprimiram os protestos com bombas de efeito moral e balas de borracha. O Fórum local acabou depredado e a cidade ficou isolada devido aos bloqueios em estradas.

Cerca de 60 famílias, organizadas no Movimento Terra e Liberdade (MTL) ocupam, durante a madruga, a Fazenda Fortaleza, denominada Água Branca, localizada no município de Rio Verde, Goiás (região Centro-oeste). A propriedade, de aproximadamente 1.200 hectares está seqüestrada pela Justiça Federal em um processo contra o proprietário Marcelo Lamberte, movido pela fazenda pública por lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e evasão de divisa, no 4º tribunal da 2ª região de Curitiba, Paraná (região Sul). O movimento reivindica que o Incra interceda junto ao juiz responsável pelo processo para que a área seja destinada para reforma agrária.

Domingo 24

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (CREMERJ) promove uma caminhada na orla de Copacabana no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O objetivo é chamar a atenção para os problemas, como os baixos salários, que os médicos enfrentam no exercício da profissão. A campanha "Quanto Vale o Médico?" foi lançada em 2007, para estimular discussões sobre os baixos salários e as péssimas condições de trabalho da categoria. A presidente do CREMERJ, Márcia Rosa de Araújo, quer mostrar que os profissionais da saúde são solidários com os pacientes da rede pública e que os médicos não estão contra a população. Márcia critica também a baixa remuneração da categoria e incentiva os médicos a não prestarem concurso para o município. O salário inicial oferecido pela prefeitura é de R$ 600, com benefícios pode chegar a R$ 1.300 mil.

Relatório feito pela Federação da Agricultura do Estado do Pará (Faepa) acusa o governo federal de pagar do próprio bolso os desmatamentos da Amazônia e de buscar na pecuária e no agronegócio os responsáveis para o fracasso em suas políticas de conter a devastação. O documento foi enviado semana passada aos ministros Reinhold Stephanes (PMDB), da Agricultura, e Marina Silva (PT), do Meio Ambiente. Os 896 projetos de assentamento de trabalhadores rurais implantados pelo Incra, no Pará (região Norte), foram responsáveis pela derrubada de uma área superior a 500 mil hectares de floresta em 2007. O próprio governo federal, ao bancar os assentamentos e liberar crédito bancário e incentivo fiscal para os assentados, contribui para o aumento dos desmatamentos na floresta amazônica. Segundo o presidente da Faepa, Carlos Xavier, cada assentado pelo Incra tem assegurado o direito de desmatar, por ano, até 3 hectares de propriedade. Um módulo rural do Incra na Amazônia é, em média, de 100 hectares. Ao longo dos últimos 5 anos, somente os assentamentos oficiais podem ter desmatado uma área de 2,5 milhões de hectares. O procurador-chefe da República no Pará, Felício Pontes Júnior, vai pedir a realização de auditoria nesses projetos de assentamento. Segundo ele, "os assentamentos do Incra estão sendo criados para beneficiar madeireiros e não para garantir a reforma agrária." As fraudes nos assentamentos no oeste do Pará atingem uma área de 56 mil quilômetros quadrados com projetos criados entre 2005 e 2007 sem licenciamento ambiental, sem estudos sócio-econômicos e, algumas vezes, em áreas sobrepostas às de unidades de conservação federais.

2ª feira 25

Aproximadamente 250 agricultores da Comuna da Terra Irmã Alberta do MST acampam em frente à Companhia de Saneamento Básico do estado de São Paulo (Sabesp). Os agricultores reivindicam o assentamento das famílias que há mais de seis anos estão no acampamento. A fazenda foi ocupada por militantes do MST logo após ter sido abandonada, há seis anos. De acordo com o integrante da coordenação estadual do MST, Pedro Sales, nos últimos cinco anos muitas audiências foram feitas para negociar a desapropriação da área. Os militantes chegaram a se reunir com os ex-governadores

Geraldo Alckmin (PSDB) e Cláudio Lembo (DEM) para discutir a questão, que nunca foi encaminhada. Ele comenta que agora a Sabesp está com um projeto de transformar a área em um aterro sanitário, proposta que não será aceita pelo movimento. O MST tem proposta de fazer da área um espaço para produção de alimentos saudáveis e de forma sustentável. Mesmo com as incertezas, as famílias já produzem no local.

O Supremo Tribunal Federal (STF) nega um recurso encaminhado pela Procuradoria do estado de Roraima (região Norte), que pedia a anulação do Decreto presidencial de 2005, que estabelece como de posse dos índios as terras indígenas da reserva Raposa Serra do Sol. Mesmo tendo o recurso negado pelo Supremo, a autarquia jurídica do estado promete encaminhar nova ação. Segundo a advogada do Conselho Indígena de Roraima (CIR) Joênia Batista, a insistência do estado em anular o decreto é a "propagação da intolerância e do preconceito contra eles", além de demonstrar que o "estado não consegue aceitar os direitos constitucionais dos indígenas". Segundo Joênia, o tempo e os recursos públicos perdidos poderiam ser revertidos para essas comunidades. Desde abril de 2006, o Estado tem a responsabilidade de retirar da Raposa Serra do Sol todos os não índios - grande parte arrozeiros - e até hoje não o fez. Estima-se que cerca de sete arrozeiros ainda estejam nas terras dos índios. O ministério da Justiça já prometeu diversas ações para essa retirada, mas está sob pressão dos arrozeiros que prometem não desocupar a área.

Motoristas e cobradores da Viação Novo Horizonte, que atende 24 linhas de ônibus da zona leste de São Paulo, paralisam suas atividades em Tiradentes – São Paulo (região Sudeste). Em função da greve, nenhum ônibus da empresa saiu da garagem na manhã do dia 25 de fevereiro. De acordo com a São Paulo Transporte (Sptrans), às 4h, foi acionado um plano de emergência (Plano de Apoio entre Empresas em Situação de Emergência - Paese) para atender as seis principais linhas da viação. Caso a paralisação persista, a SPtrans informa que o plano de emergência poderá ser ampliado para outras linhas.

Sessenta e dois trabalhadores de uma lavoura de tomate são flagrados em condições degradantes de trabalho, no município de Caçador – Santa Catarina (região Sul). De acordo com o auditor do Ministério do Trabalho, Benedito Lima, a situação estava próxima de trabalho escravo. A equipe de fiscalização encontrou alojamentos precários e superlotados, com péssimas condições sanitárias, falta de equipamento de proteção individual no campo e salários atrasados, entre outras irregularidades. Os fiscais flagraram ainda quatro adolescentes trabalhando. O empregador vai receber uma multa de R$ 60 mil e assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para regularizar a situação dos trabalhadores que desejarem continuar no local.

A Associação de Moradores e Amigos do Centro (Amac) decide aderir ao movimento "IPTU não pago. E daí?". Manifestantes passam a manhã na Praça da Cruz Vermelha no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), distribuindo panfletos e recolhendo assinaturas. O documento será encaminhado para o Ministério Público para reivindicar da prefeitura explicações sobre a aplicação dos recursos oriundos do imposto. O movimento ressalta que quer conhecer o destino do dinheiro no Centro, no bairro de Fátima, na Lapa, em Santa Teresa, na Glória, no Catumbi, na Gamboa, em Santo Cristo e nas redondezas.

Operação realizada por fiscais do Ibama apreende caminhões que carregavam madeira ilegal oriunda de assentamentos em Sinop – Mato Grosso (região Centro-oeste). Segundo a operação intitulada Rastro Verde, dos 27 caminhões apreendidos desde janeiro de 2008; 18 saíram carregados dos assentamentos MercedesI, Mercedes II e Mercedes V entre Sinop e Tabaporã. O Ibama informa que enviou ofício para o Incra solicitando o nome dos donos dos lotes de onde foi extraída a madeira. Segundo os fiscais, a madeira é vendida a preços abaixo do mercado para pequenos caminhoneiros que sobrevivem dessa atividade ilegal. Como não há documentos que autorizem a retirada e o transporte os caminhoneiros cruzam as estradas da região de madrugada para fugir da fiscalização. Os assentados devem ser multados pelo Ibama, pois derrubaram árvores sem apresentar plano de manejo. Os caminhoneiros também serão penalizados.

3ª feira 26

O governo do estado de São Paulo anuncia que o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em decisão unânime, considerou como devoluta (terra pública, de propriedade do estado) uma área de 1.329 hectares, que engloba várias fazendas no município de Presidente Venceslau no Pontal do Paranapanema – São Paulo (região Sudeste). A votação no STJ ocorreu em dezembro de 2007, mas a ementa só foi divulgada há poucos dias e aguarda agora sua publicação. Depois que o caso for julgado em todas as instâncias, o governo entrará com outra ação, para se apossar da terra - e só ao final dele iniciará os assentamentos. Os fazendeiros ainda podem recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF). A disputa entre o estado e os ocupantes da área se prolonga desde a década de 80 no Pontal do Paranapanema. A decisão do STJ foi comemorada pela Procuradoria-Geral do estado e pelo Itesp, por ter sido tomada pela unanimidade dos ministros e porque se baseou num estudo técnico sobre a história dos títulos de propriedade rural na região. No total, entre diferentes tipos de ação, envolvendo desde juizados de primeira instância até o Supremo, o estado reivindica 250 mil hectares na região, uma das mais conflituosas do País. Pelas estimativas do Itesp, 60 famílias podem ser assentadas nos 1.329 hectares.

Fiscais do Ibama, protegidos por soldados da Força Nacional de Segurança e por Policiais Federais armados, ocupam a DK Madeireira, no centro de Tailândia – Pará (região Norte) dando seqüência à Operação Arco de Fogo. Levantamento preliminar indica a existência na madeireira de 800 metros cúbicos de madeira de procedência ilegal. A multa para a DK, segundo o coordenador do Ibama na operação, Bruno Versiani, pode variar de R$ 100 a R$ 500 por metro cúbico de madeira apreendida. A DK tem licença ambiental e apresentou cadastro técnico federal e documentação comprovando origem de parte da madeira. 12 funcionários do Ibama fiscalizam toda a documentação da madeireira, medem e identificam as toras. Com o uso de helicópteros para localizar as maiores concentrações de fornos para a produção de carvão, a Operação Arco de Fogo buscará, a partir do dia 27 de fevereiro, as carvoarias ilegais do município. Madeireiros da região estimam que há mais de 4 mil fornos de carvão na ilegalidade. Tailândia é um dos maiores fornecedores de carvão vegetal para as usinas siderúrgicas de ferro gusa de Marabá. Em plena zona urbana existem fornos em funcionamento, inclusive nos fundos de serrarias, aproveitando as sobras da industrialização da madeira. Em Belém, capital do estado, a governadora Ana Júlia Carepa (PT) propõe que o governo federal adote medidas de amparo a trabalhadores

desempregados pela operação. A proposta é levada à Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (PT), em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A governadora cita o seguro defeso, pago no período em que a pesca fica proibida. Segundo Ana Júlia, o estado do Pará dispõe de instrumentos que podem ser usados, como o Agente Ambiental Voluntário, programa do Ibama que dá bolsa ao cidadão que preserva a floresta.

Moradores do loteamento Gilda, em Piracicaba, São Paulo (região Sudeste) ficam sem abrigo após reintegração de posse ocorrida com apoio do batalhão de choque. Uma moradora acolheu os desabrigados que se alimentam com doações, mas não pode mantê-los no local, em um barracão onde funciona uma pequena oficina que foi fechada para servir como moradia provisória. As autoridades, por sua vez, põem a polícia para vigiar o grupo de moradores sem-teto. Segundo informações dos próprios moradores, eles agora buscam um terreno para erguer cerca de 30 barracos, enquanto aguardam que a prefeitura crie procedimentos para resolver o problema da moradia na cidade.

4ª feira 27

Quase 11 anos após a privatização da Vale – antiga Companhia Vale do Rio Doce - o Superior Tribunal de Justiça (STJ) julga a validade de 25 ações populares que questionam a venda da estatal. Em outubro de 2005, o TRF (Tribunal Regional Federal) de Brasília anulou a decisão dada pela Justiça Federal do Pará (região Norte), que havia arquivado as ações contra a privatização. A Vale recorreu ao STJ para anular a decisão do TRF. De acordo com a advogada trabalhista e autora de uma das ações, Clair Martins, sete dos oito ministros que devem julgar a ação já se manifestaram; quatro favoráveis à empresa e três contrários. “Nós esperamos que o ministro que vai apresentar o voto, o ministro Herman Benjamin, julgue improcedente a reclamação da Vale. Se houver empate, o ministro Francisco Candido de Melo Falcão Neto será convocado para apresentar seu voto”. As ações populares questionam desde a inserção da Vale no Programa Nacional de Desestatização, até a parcialidade das empresas que participaram da elaboração do processo de licitação. Entre elas estava o Banco Bradesco - um dos maiores acionistas da Vale. Segundo Martins, as ações também questionam o valor de venda da companhia. Ela foi avaliada em R$ 10 bilhões, porém, apenas em seu primeiro ano pós-privatização, lucrou R$ 15 bilhões. A advogada alegou ainda que não foi estipulado nenhum limite para extração dos minérios.

Nove integrantes do MST são baleados durante tentativa de ocupação de uma fazenda na região de Piranhas – Alagoas (região Nordeste). Cerca de 100 famílias participaram da tentativa de ocupação. O fazendeiro Jorge Fortes, apontado pela polícia como o proprietário da fazenda, foi preso em flagrante e autuado por tentativa de homicídio. Segundo os militantes, ao descer de um caminhão na fazenda Lagoa Comprida, os sem-terra foram recebidos pelo fazendeiro e 12 pistoleiros. Sete sem-terra ficaram feridos, mas não correm risco de morte e dois estão em estado grave e foram encaminhados para hospitais da região. Segundo nota do MST, a fazenda é improdutiva e vem sendo reivindicada há mais de um ano pelo movimento. A área já foi ocupada pelos sem-terra, em 2007, que se retiraram em outubro mediante acordo com o Incra que havia se comprometido em realizar a vistoria. O Incra afirma que o processo está em andamento. O fato vem confirmar a situação da

violência e a conseqüente impunidade que ocorre no estado de Alagoas. Segundo dados do "Cadernos de conflitos" de 2007, da CPT, o estado de Alagoas é o mais violento da região Nordeste, com 22 casos registrados de agressões físicas em conflitos agrários; é o quinto no país.

Policiais civis decidem suspender a greve que mantinham há quase sete meses no estado de Alagoas (região Nordeste). A categoria decide aceitar a proposta do governador Teotônio Vilela Filho (PSDB) que prevê o reajuste salarial de 36,7% parcelado em 18 meses além de suspensão das punições (cortes de ponto ou demissão por conta da greve), pagamento de adicional noturno e extensão dos benefícios aos aposentados. Segundo o jornal Folha de São Paulo, há processos administrativos contra 14 grevistas que caso não sejam suspensos podem provocar a retomada da paralisação. O vice-presidente do Sindicato dos Policiais Civis de Alagoas (Sindpol-AL), Josimar Melo, explica que, pelo acordo, as parcelas do reajuste, relativas a janeiro e fevereiro, serão pagas em folhas suplementares nos meses de setembro e outubro, respectivamente. A primeira parcela do reajuste já será incluída nos pagamentos de março. Segundo o Sindpol, o piso salarial que era de R$ 1.330 deve passar para R$ 1.818. Técnicos do governo irão realizar um estudo para avaliar o impacto financeiro da concessão de aposentadoria especial, que precisa ser criada por meio de um projeto de lei aprovado na Assembléia Legislativa. Ainda de acordo com Melo, o governo prometeu melhorar as condições de trabalho, reformando delegacias e adquirindo novos armamentos e equipamentos. No dia 1º de agosto de 2007, quando deflagraram a paralisação, os policiais que em Alagoas têm de ter nível superior, pediam 129% de reajuste, o que equipararia seus salários aos peritos criminais. Os grevistas apontam que, caso em uma semana os inquéritos administrativos contra os policiais não sejam suspensos, o sindicato promete convocar uma nova assembléia para discutir a possibilidade de retomar a greve.

A Justiça de São Paulo determina a interdição da Cadeia Pública Feminina de Monte Mor, em São Paulo (região Sudeste) por falta de condições para abrigar as presas. No dia 9 de janeiro foi divulgado que um bebê recém-nascido, que passou os dois primeiros dias de vida em condições degradantes na cadeia, foi transferido com a mãe para uma penitenciária do estado. Com capacidade para 12 pessoas, a cadeia abrigava 119 mulheres – entre as quais quatro grávidas em duas celas de 25 metros quadrados cada. Em razão da superlotação – quase 10 vezes superior à capacidade, as portas das celas ficavam sempre abertas e as presas ocupavam também um pátio de 50 metros quadrados, sem teto, onde a maioria dormia. Relatos das detentas apontavam a infestação do local por baratas, ratos e piolhos além da ocorrência de sarna (doença de pele contagiosa). Quando chovia, as presas eram obrigadas a improvisar cobertas com pedaços de plásticos para se protegerem. Cerca de 75 presas permanecem no local à espera da transferência. Apesar de a Organização das Nações Unidas (ONU) determinar para o tratamento de presos uma área mínima de seis metros quadrados, a cadeia conta com apenas 84 centímetros quadrados.

A Justiça do estado de Minas Gerais (região Sudeste) interdita a cadeia de Manhumirim. A unidade, segundo o Ministério Público Estadual, tem péssimas condições de segurança como fios elétricos expostos e uma cela para adolescentes em desacordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - que prevê a internação dos jovens em instituições sócio-educativas - além de estar superlotada. Os 73 presos devem ser transferidos em no máximo

30 dias e após a adequação das instalações a capacidade máxima da cadeia deve ser de 30 pessoas. Segundo o jornal a Folha de São Paulo, entre agosto de 2007 e janeiro de 2008, 33 presos morreram queimados em dois incêndios em cadeias públicas em situações degradantes no estado.

O Grupo Móvel de Fiscalização do Trabalho Escravo liberta 61 trabalhadores que estavam em situação semelhante à escravidão, no município de União do Palmares no estado de Alagoas (região Nordeste). Todos eles trabalhavam na Usina Laginha, uma das propriedades de João Lyra do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), um dos maiores usineiros do país e candidato derrotado em 2006 ao governo de Alagoas. Em 2007, os proprietários da usina de cana-de-açúcar assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que previa a correção de problemas relacionados às condições de trabalho dos funcionários. A usina terá que pagar uma multa de R$ 10 mil por cada item previsto e descumprido no TAC. Essa foi a primeira libertação registrada no setor da região. Em 2007, as usinas de cana-de-açúcar foram responsáveis pelo maior número de resgate de trabalhadores em condições degradantes. O grupo resgatado vivia em alojamentos em condições insalubres, tinha uma jornada de trabalho exaustiva e não recebia horas-extras. Os cortadores de cana que não viviam nos alojamentos não tinham equipamentos de segurança ou quando tinham eram velhos e inadequados. Os fiscais relataram ainda que os trabalhadores não recebiam água potável e os quartos não tinham janelas - o que deixava o ambiente com temperatura de cerca de 40°. A usina foi interditada e só pode reiniciar as atividades quando disponibilizar aos trabalhadores contratados - ferramentas adequadas para o corte de cana, água potável e equipamentos de proteção individual. Os fiscais apreenderam um relatório contendo informações de acidentes de trabalhos ocorridos na usina. Na lista estão registradas mais de 250 ocorrências entre os anos de 2007 e 2008. Segundo o Ministério do Trabalho, esta é a primeira vez que há libertação de trabalhadores em Alagoas desde a criação do Grupo Móvel em 1995. Das libertações de trabalhadores ocorridas em 2007, mais da metade ocorreu em usinas de cana-de-açúcar, foram mais de 3.117 pessoas resgatadas. O diretor de comunicação do grupo João Lyra, Gabriel Mousinho declarou não ter conhecimento da libertação, mas afirmou que “a unidade está disposta a atender todas as recomendações para melhorar, tudo em favor do trabalhador”.

Integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT) organizam protesto na Assembléia Legislativa de São Paulo – SP (região Sudeste). O protesto que contou com a participação de cerca de 70 pessoas tem como objetivo reivindicar a criação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) para apurar questões como os imóveis abandonados na cidade para um possível destino social, a progressão continuada e a queda da qualidade da educação entre outros problemas. Segundo Simão Pedro (PT), “enquanto o Congresso implanta CPI, aqui há abafamento”.

Parecer de uma equipe de fiscalização enviada a campo pela Sema do Mato Grosso (região Centro-oeste) afirma que todos os pontos identificados como desmatamentos recentes pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em Marcelândia, são antigos, fruto da interpretação equivocada das imagens de satélite ou mesmo inexistentes. A varredura no município – apontado como o líder dos de derrubadas na Amazônia nos últimos 5 meses de 2007, segundo o Inpe – foi determinada pelo governador Blairo Maggi, do Partido da República (PR), que contestou os dados do órgão. Outras 47 equipes continuam verificando

os dados em municípios do norte do estado. A maior parte das áreas, de acordo com a secretaria, sofreu queimadas. Outras já foram contabilizadas como abertas em anos anteriores. Além disso, há casos em que imagens de ação de uma praga de pastagens foram interpretadas como sendo novas derrubadas. O Inpe afirma, por meio de sua assessoria de imprensa, que as evidências coletadas em campo sustentam, até agora, os dados obtidos em Mato Grosso por Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter) e que o órgão está preparado para realizar um debate técnico com o estado. O Inpe também afirma que é um instituto "técnico", mas o governo de Mato Grosso quer tratar o assunto como uma questão "política".

As forças federais da Operação Arco de Fogo, de combate ao desmatamento na Amazônia, realizam em Tailândia – Pará (região Norte) uma ação que não alcança o resultado esperado. Soldados da Força Nacional de Segurança, policiais federais e fiscais do Ibama entram na mata em busca de um carregamento de madeira ilegal feito por balsa, mas não acham nada. A cerca de 3 quilômetros da área urbana de Tailândia, as forças federais ocupam uma das madeireiras para averiguar indícios de irregularidade. A Justiça Federal do Pará determina, em caráter liminar, que a madeira apreendida em duas madeireiras já vistoriadas em Tailândia não poderá ser leiloada até a conclusão do processo contra as empresas. O superintendente do Ibama no estado, Aníbal Picanço, diz que o órgão – que espera obter R$4 milhões no leilão – já recorreu.

5ª feira 28

Cerca de 5 mil trabalhadores ligados ao MST mobilizam-se em nove pontos em todo o estado de Alagoas (região Nordeste). Integrantes do MST, do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e do MTL bloqueiam as principais vias de acessos à capital Maceió – Alagoas (região Nordeste). Os militantes protestam contra a violência de um fazendeiro e mais 12 pistoleiros que receberam a tiros, no dia 27 de fevereiro, sem-terra que pretendiam ocupar uma fazenda na região de Piranha. Sete sem-terra ficaram feridos sem gravidade e dois foram encaminhados para hospitais da região com ferimentos graves. José Francisco dos Santos continua internado. Os bloqueios duraram cerca de três horas. Os protestos acontecem na BR-101 no município de Joaquim Gomes, no litoral norte nos municípios de Paripueira, Porto Calvo e Maragogi. Na BR-104, na altura do município de União dos Palmares. Na região do agreste nos municípios de Girau do Ponciano e Jaramataia e no alto sertão em Piranhas e Olho D'Água do Casado. Em alguns pontos de mobilização, a polícia chegou com truculência para tentar abrir as pistas bloqueadas. Mas a situação foi contornada, uma vez que o objetivo dos trabalhadores era protestar apenas por algumas horas.

Lideranças indígenas Yanomami entregam na Câmara dos Deputados em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) um relatório onde denunciam irregularidades cometidas por parlamentares em uma visita feita em suas terras. As lideranças dos estados de Roraima e Amazonas, que foram recebidas na Câmara pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos, o deputado Luiz Couto (PT), afirmam que a ação foi uma violação da convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esta convenção determina que povos indígenas sejam avisados de medidas legislativas que possam afetá-los. No documento eles

afirmam que os deputados chegaram à comunidade sem avisar e não deram muitos esclarecimentos aos índios, sobre os prejuízos que a mineração pode trazer para a comunidade. Os parlamentares fazem parte da Comissão Especial sobre Mineração em Terras Indígenas e visitaram os Yanomami, no início de fevereiro de 2008. Durante o encontro em Brasília (DF), eles receberam a garantia de que o relatório será analisado e que a Funai será questionada sobre o caso. A Comissão de mineração também recebeu um manifesto contra a exploração dos recursos minerais em terras indígenas. Essa comissão quer a aprovação do Projeto de Lei n° 1610 de 1996 que trata do aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas.

Sindicatos de trabalhadores petroleiros convocam protestos contra a Petrobras e ameaçam entrar em greve no estado do Rio de Janeiro (região Sudeste). O protesto ocorre três dias após um acidente de helicóptero que deixou pelo menos quatro mortos pouco depois de decolar da plataforma P-18, na Bacia de Campos – RJ. O objetivo da manifestação é chamar a atenção para a situação de insegurança nos vôos da empresa. O primeiro dia da série de protestos é convocado pelo Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro), que suspenderá, a partir do dia 29 de fevereiro, a emissão de Permissões de Trabalho, que consiste em um conjunto de recomendações destinadas a garantir que as atividades não venham a comprometer a segurança das pessoas ou causar danos à propriedade. Segundo o diretor de comunicações da Federação Única dos Petroleiros (FUP), José Divanilton, os próprios sindicatos organizarão equipes para analisar quais solicitações de trabalhos têm urgência ou não. Dias antes do acidente, os sindicatos haviam recomendado o reforço das medidas de segurança, disse Divanilton. As contas de FUP indicam que, em 2007, 16 pessoas morreram em acidentes de trabalho em instalações da Petrobras. Delas, 15 eram terceirizados. O sindicato afirma em comunicado que exige um "basta às mortes e constantes acidentes de trabalho nos quais as principais vítimas são os trabalhadores terceirizados". Segundo a FUP, este foi o terceiro acidente desse tipo com helicópteros da linha BHS, que presta serviços de transporte à Petrobras. Em julho de 2004, outra aeronave do mesmo tipo caiu no mar com 11 trabalhadores, dos quais seis morreram. Em 2003, houve outras cinco mortes em um acidente similar, lembrou o comunicado da FUP.

Médicos do Hospital Municipal Souza Aguiar paralisam o atendimento e fazem manifestação em frente à unidade no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Apenas a emergência está funcionando. A classe pede melhores condições de trabalho e reajuste salarial para os médicos da rede pública de saúde e protesta contra o salário oferecido aos médicos que entrarão para o Hospital Souza Aguiar no próximo concurso. A manifestação também serve como um alerta à população de que pode haver nos próximos dias uma paralisação. De acordo com Márcia Rosa de Araújo, presidente do CREMERJ, 62% dos médicos concursados já abandonaram o serviço público, em virtude do salário oferecido de R$ 668,00 que pode chegar a R$ 1300,00. Segundo revelou Márcia, não há médicos suficientes para fazer o pré-natal na zona oeste, para atender nos postos de saúde, nem para o Programa Saúde da Família. O que acontece é a superlotação das emergências e até das CTIs.

6ª feira 29

Cerca de 550 trabalhadores são libertados em condições análogas ao trabalho escravo em Alagoas (região Nordeste). O Grupo Móvel de Fiscalização do Trabalho Escravo em conjunto com o Ministério Público liberta 200 pessoas que estavam em condições degradantes de trabalho, em duas usinas de cana-de-açúcar. De acordo com o coordenador do Grupo, o auditor fiscal Dercides Pires da Silva, na usina Capricho, no município de Cajueiro havia superlotação nos quartos que alojavam os trabalhadores e boa parte deles dormiam no chão. Na usina Sumaúma, no município de Marechal Deodoro, a situação era semelhante. As duas usinas pertencem a um grande grupo do estado, o Grupo Toledo pertencente a uma família centenária do estado que exporta álcool para América do Norte, Japão e Coréia. Na usina Santa Clotilde, no município de Rio Largo, foram encontrados 353 trabalhadores nas mesmas condições. Tatiana Simões, responsável pelo departamento jurídico da Usina Santa Clotilde declarou que de fato foram encontradas irregularidades, mas que estas estão sendo sanadas. Um dos diretores do grupo Toledo, Jorge Toledo, disse que fará o que a procuradoria do Trabalho determinar. Segundo Toledo, no entanto, como o Brasil é um "país multicultural", alguns detalhes devem ser considerados, "sempre há a opção de cama ou de rede. Muitos preferem a rede, mas a Procuradoria do Trabalho não a considera um lugar adequado para o descanso". Toledo ainda acrescenta que "Banheiros rurais são padrão no Brasil inteiro, mas eles também foram indicados como insatisfatórios". Na primeira operação do Grupo, realizada há uma semana no município de União dos Palmares também no Estado, foram resgatados 61 trabalhadores na usina Laginha. Auditores fiscais encontraram condições insalubres nos alojamentos e jornada de trabalho exaustiva. Em nota, o grupo Toledo declarou que "o que ocorreu foi uma fiscalização na usina Lagima que não teve nenhuma dessas conseqüências divulgadas". O Ministério do trabalho confirmou novamente o resgate.

O Ministério Público do estado do Pará (região Norte), denuncia 15 fazendeiros que estariam empregando mão-de-obra escrava somente em 2008. Segundo a assessoria do órgão, são sete ações que descrevem delitos como falta de condições de trabalho e higiene, ausência de equipamentos de proteção e irregularidades no pagamento de direitos trabalhistas. Recentemente na fazenda Pau D`Arco, no município de Ipixuna, foram libertados 17 trabalhadores que eram mantidos em um curral abandonado que servia como alojamento para eles. Em 2007, foram 58 ações ajuizadas pelo Ministério Público Federal (MPF) contra fazendeiros paraenses. Na lista de denunciados estão os dois acusados da morte da missionária Dorothy Stang, Regivaldo Pereira Galvão e Vitalmiro Bastos de Moura, além dos proprietários da fazenda Pagrisa, local de onde foram libertados mais de mil trabalhadores, caracterizando a maior ação de resgate em 2007. A assessoria do MPF divulgou que na lista de denunciados no ano de 2007 consta inclusive nomes de prefeitos de municípios paraenses, que pela condição de administradores têm os nomes protegidos.

Cerca de 500 pessoas, segundo a PM, participam de uma manifestação, em São Paulo, em defesa de reajustes salariais para os servidores públicos estaduais e contra as privatizações da Companhia Energética de São Paulo (Cesp) e da Nossa Caixa. A manifestação, que teve participação de entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), partidos políticos e centrais sindicais, tinha a intenção de se concentrar em frente ao Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista, mas foi impedida pelos policiais. O ato foi realizado em um

estacionamento ao lado do estádio do Morumbi, na zona sul da capital. Apenas uma comissão formada por 12 representantes pôde seguir até o Palácio para ser recebida pelos secretários da Casa Civil, Aloysio Nunes Ferreira, de Gestão Pública, Sidney Beraldo, e do Emprego e Relações do Trabalho, Guilherme Afif Domingos. Segundo o presidente da Apeoesp, Carlos Ramiro de Castro, um dos pedidos da comissão foi a abertura, pelo governo, de um canal de negociação com os servidores públicos estaduais, que reclamam de não receber aumento há mais de três anos. Também foi encaminhado um documento que pede o fim das privatizações. O secretário-geral da UNE, Ubiratan Santos, defendeu o fim das privatizações no estado.

Professores e funcionários das Faculdades de Tecnologias (Fatec) e Escolas Técnicas Estaduais (ETE) iniciam greve por tempo indeterminado, em São Paulo – SP (região Sudeste). Os trabalhadores reivindicam 65% de reajuste salarial (para repor perdas desde 1996); enquadramento na carreira para os funcionários; garantia de emprego. Segundo o sindicato da categoria (Sinteps), um professor que ingressa numa ETE recebe somente R$ 6,09 por hora-aula. O professor que entra numa Fatec recebe R$ 8,10.Os funcionários têm piso mensal de R$ 343,46.

Glossário de Siglas

Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CNBS	Conselho Nacional de Biossegurança
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CREMERJ	Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro
DEM	Partido Democrata
Funai	Fundação Nacional do Índio
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
Itesp	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MAST	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MTL	Movimento Terra e Liberdade
ONG	Organização Não- Governamental
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
Sema	Secretaria de Meio Ambiente

OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

Brasil

Marzo de 2008

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

CLACSO

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

Documento de trabajo Nº 192

Realizado por
el Comité de Seguimiento
del Conflicto Social y la Coyuntura
Latinoamericana de Brasil

Integrantes	Roberto Leher, Alice Coutinho da Trindade, Jacqueline Aline Botelho Lima, Anderson Andrade, Luiza Leite, Vera Lúcia R. de Oliveira, Luis Américo Araújo Vargas, Jane Barros Almeida, Virgínia Maria de Castro
Diarios	*Jornal do Brasil,* *Jornal Folha de São Paulo,* *Jornal O Globo,* *Jornal O Estado de São Paulo,* *Jornal Brasil de Fato*
Otras fuentes	Agência de Notícias Carta Maior, MST na Imprensa, Resenha Federal, *Jornal do MST*, Centro de Mídia Independente (CMI).

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.
La responsabilidad por las opiniones expresadas en los artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El Observatorio Social de América Latina (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinado a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado constituye uno de los resultados de este trabajo de documentación y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un documento de trabajo en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social llevadas a cabo durante el mes indicado en uno de los 19 países relevados.

La cronología presentada ha sido elaborada por alguno de los diversos **Comités de Seguimiento del Conflicto Social** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación de un equipo de investigación que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento del Conflicto y la Coyuntura Latinoamericana

PAIS	INSTITUCION	RESPONSABLES
Guatemala	FLACSO	Simona Yagenova Mario Castañeda
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Diana Cárdenas
Paraguay	Centro de Documentación de Estudios	Quintin Riquelme
Ecuador	CIUDAD	Mario Unda Hugo González
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Chile	ARCIS	Juan Carlos Gomez Leyton
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo
Brasil	LPP	Roberto Leher
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
México	UNAM	Lucio Oliver Massimo Modonesi
Panamá, El Salvador, Nicaragua Honduras y Costa Rica	CELA (Panamá)	Marco Gandasegui (h)
República Dominicana y Puerto Rico	Centro Juan Montalvo (Rep. Dominicana)	Mario Serrano
Venezuela	PROVEA	Marino Alvarado

Brasil
Cronologia do Conflito Social
Março

Sábado 01

Cerca de 300 famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) ocupam a Fazenda Haras Rosa do Sul, no município de Itatiba - São Paulo (região Sudeste). O movimento reivindica o assentamento imediato das famílias e a vistoria do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), nos latifúndios improdutivos na região da Grande São Paulo e Campinas. Segundo o movimento, a fazenda de 300 hectares, está abandonada e é improdutiva. No local, moram atualmente um caseiro e sua família. Para o MST, a área não cumpre sua função social, portanto deve ser destinada à Reforma Agrária, como prevê a Constituição de 1988. As famílias que ocupam a área pertencem ao acampamento Comuna da Terra Che Guevara que está lutando e sofrendo despejos na região há mais de dois anos. O acampamento possui uma trajetória de lutas, denunciando fazendas na mesma situação, como a Fazenda Belém (Franco da Rocha), Fazenda Iracema (Cajamar) e Fazenda Eldorado (Valinhos). A área estava abandonada há mais de 5 anos e será supostamente destinada à construção de um condomínio fechado, sob administração conjunta da Imobiliária Agra e Extrema Empreendimentos Imobiliários. A fazenda, fora um luxuoso haras, que criava cavalos de corridas e entrou em declínio com a falência da Sharp Brasil, proprietária do haras. Desde meados de 2000, não abriga nenhuma atividade agrícola. Segundo Geraldo Abbondanza Neto, sócio da Extrema Empreendedores Imobiliários, os cerca de 800 mil metros quadrados serão vendidos em lotes. Contrariamente à proposta de uso como loteamento fechado, o MST exige que a terra passe para as mãos de famílias sem-terra, para que possam usá-la para produção alimentar e moradia.

Movimentos sociais e sindicais organizam seminário da Plenária dos Movimentos Sociais RJ durante os dias 1 e 2 de Março no campus da Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), reunindo aproximadamente 300 militantes. O objetivo do encontro é debater políticas públicas sociais e unir os movimentos sociais e sindicais em torno de bandeiras comuns. Segundo o ambientalista Sergio Ricardo de Lima, "Nos últimos anos tem havido uma intensa fragmentação dos movimentos sociais e com isso uma desorganização muito grande e a sociedade civil perdeu a força de pressão por política pública, então a idéia é juntar os movimentos para debater essa conjuntura". O objetivo é debater assuntos como a política de segurança pública, agronegócios, reindustrialização do estado do Rio de Janeiro, além de temas nacionais como a integração do Rio São Francisco às bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional, a questão da anulação do leilão da Vale do Rio Doce e a utilização dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Participam do seminário movimentos da educação, juventude, dos direitos humanos,

sindicatos, MST e ambientalistas. Segundo Sérgio Ricardo, outro propósito do evento é elaborar um calendário unificado e iniciar a construção de projetos de comunicação para a Plenária dos Movimentos Sociais e trabalhar para a formação política da militância.

Cem famílias do MST, tomam posse da antiga Fazenda Aliança, no município de Linhares - Espírito Santo (região Sudeste). Assim que Justiça Federal imitiu a posse legal da área ao Incra no dia 26 de fevereiro, as famílias se dirigiram para o local do novo assentamento, intitulado Sezínio Fernandes de Jesus, em homenagem a um importante lutador da reforma agrária no Espírito Santo na década de 80, militante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra de São Francisco. São dois mil hectares de terra, dos quais 40% se destinam à preservação ambiental. O local era reivindicado pelo MST desde 1995, quando o Incra classificou a área como improdutiva. Segundo o MST, essa foi uma conquista histórica pois Linhares é um dos municípios do estado onde há maior concentração fundiária.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) apreende 7 toras de castanheira em Tucuruí no estado do Pará (região Norte), durante a Operação Rastro Verde. O dono do carregamento é autuado por crime ambiental e multado em R$ 12,5 mil. A madeira foi levada para o pátio do quartel do Exército em Tucuruí. Também são apreendidos cerca de 220 quilos de peixe que estão com pesca proibida devido ao período de defeso de reprodução.

Domingo 02

2ª feira 03

Rodoviários entram em greve nos municípios do Sul Fluminense do estado do Rio de Janeiro (região Sudeste). A paralisação foi deflagrada em 10 cidades da região Os rodoviários, reivindicam 20% de aumento salarial e outros 50 itens sociais. Os representantes das 35 empresas que operam na região oferecem 5%, que é o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) dos últimos 12 meses. O Sindicato dos Rodoviários do Sul Fluminense, que representa 14 mil trabalhadores, passa a cumprir, hoje, no fim da tarde, passa a cumprir parcialmente uma ordem judicial do desembargador federal do Trabalho Flávio Ernesto Rodrigues da Silva. Acolhendo uma ação do sindicato das empresas de ônibus junto ao Tribunal Regional do Trabalho, o desembargador determinou que os piquetes deveriam liberar 50% dos ônibus nos horários de pico e 30% nos demais horários. Em Volta Redonda, maior município da região, dos 190 ônibus das 3 empresas da cidade, apenas 21 são liberados. Os sindicalistas alegam que os motoristas se recusam a trabalhar. Com a paralisação também das linhas intermunicipais, as cidades da região ficam sem ligação de ônibus. A juíza do Trabalho de Volta Redonda, Linda Brandão, determina que o Sindicato dos Rodoviários terá de ressarcir as empresas pelos danos causados aos ônibus, e que a Polícia Militar (PM) remova os piquetes das entradas da garagem. Os grevistas se afastam, mas não suspendem a paralisação. As outras cidades atingidas pela greve são Barra Mansa, Piraí, Barra do Piraí, Resende, Itatiaia, Porto Real, quatis, Valença e Vassouras. O presidente do Sindicato dos Rodoviários, Raimundo José Filho, é denunciado na 93ª Delegacia de Polícia pelo Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros (Sindipas), por descumprir a determinação do TRT. As negociações entre os

2 sindicatos são suspensas. Pelo menos 11 pessoas foram presas pela polícia, durante as manifestações ocorridas nos municípios de Barra Mansa e Volta Redonda – RJ.

O juiz da 3ª Vara Cível de Santo Amaro, no estado de São Paulo (região Sudeste), Edson Luiz de Queiroz se declara incompetente para julgar o caso do despejo dos moradores da favela Real Parque, na zona sul da cidade em dezembro de 2007.Após a decisão do juiz o processo foi encaminhado a ação a 5ª Vara do mesmo foro. De acordo com a Defensoria Pública do estado, a Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae), que solicitou a desocupação da favela Real Parque, "agiu de má-fé". Após ter seu pedido negado na 5º Vara Cível, a empresa entrou com a ação na 3° Vara, sem comunicar o juiz de que já existia um processo idêntico. Agora, a Defensoria espera que a decisão favorável à Emae seja anulada e que as famílias afetadas sejam indenizadas.Em dezembro, a PM despejou cerca de 70 famílias e demoliu 140 cômodos de casas na favela. Houve protesto dos moradores, que chegaram a fechar a pista local da via expressa da Marginal Pinheiros. Apesar do despejo, alguns moradores continuaram na área. A favela Real Parque fica em um dos bairros mais nobres de São Paulo, o Morumbi, em uma região de crescente valorização imobiliária.

A Subsecretaria de Administração Prisional abre processo administrativo interno na unidade de Lavras para apurar o caso de uma adolescente de 16 anos presa por ser suspeita de envolvimento em homicídio em Napomuceno, em Minas Gerais (região Sudeste). Ela foi presa no início de 2007 e passou 11 meses na cadeia da cidade. No dia 11 de dezembro de 2007 foi transferida para a Cadeia Pública de Lavras, no estado, que abriga apenas presos homens. Segundo a Secretaria de Defesa Social do estado, ela passou 9 dias no local, numa cela individual e sem contato com os demais presos, mas teve a cabeça raspada dentro da Cadeia Pública de Lavras, e foi obrigada a usar uniformes masculinos. Os responsáveis pelo presídio alegam que cortaram os cabelos da adolescente porque ela estaria com piolhos e outros parasitas, o que poderia comprometer as condições sanitárias da unidade; e que a jovem recebeu uniforme igual aos dos demais presos porque não havia uniforme para mulheres. A Vara da Infância e Juventude de Lavras deve abrir uma sindicância para apurar se a adolescente foi submetida a maus-tratos.

3ª feira 04

Cerca de 900 mulheres, ligadas à Via Campesina ocupam a fazenda Tarumã, em Rosário do Sul - Rio Grande do Sul (região Sul) e logo em seguida são despejadas. A ocupação ocorre em protesto ao plantio de eucaliptos pela empresa. As mulheres iniciaram o corte de eucaliptos e fizeram o plantio de árvores nativas em área que pertence à empresa Stora Enso.A empresa conseguiu na Justiça um interdito proibitório, que apressa o processo de reintegração de posse. Segundo as sem-terra soldados da Brigada Militar conseguem retirar as mulheres do local com balas de borracha e bombas de efeito moral, confirma. Cães e cavalos também são usados na operação que conta com 50 policiais. Um PM é ferido por um golpe de foice, outro aponta uma arma para o pé de uma mulher que participa da ocupação. De acordo com testemunhas o comandante da operação, Lauro Biensfield, desferiu socos e pontapés contra as manifestantes. A cena foi registrada por jornalistas, mas

o registro foi apreendido pela polícia e um cinegrafista algemado por mais de uma hora. Todos os jornalistas que se encontraram na área foram revistados e retirados do local. Equipamentos e telefones celulares foram tomados pelo efetivo. A polícia afirma não saber justificar a medida. A Via Campesina denuncia que os policiais obrigaram as 250 crianças do acampamento a se deitarem no chão, com as mãos na cabeça. A Via Campesina condena a ação e denuncia que a governadora Yeda Crusius do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) coloca o aparato policial do estado a serviço de uma de suas maiores financiadoras de campanha, a multinacional Stora Enso. A Via Campesina também está protestando contra os projetos que tramitam na Câmara Federal e no Senado para reduzir a faixa de fronteira, de 150km para 50km, o que facilitaria a aquisição de terras por estrangeiros no Rio Grande do Sul. A legislação (lei nº 6.634 de 1979; e o artigo 20, parágrafo 2 da Constituição Federal) exige aprovação prévia do Conselho de Defesa Nacional para a compra de terras por estrangeiros em qualquer área que fique na faixa de 150 Km da fronteira. No total, a empresa adquiriu 46 mil hectares no estado. Os militantes também acusam a multinacional de criar uma empresa "laranja", a Azenglever, como forma de regularizar a terra fronteiriça. A criação da empresa é investigada pelo Ministério Público Federal do estado. A Stora Enso diz, por meio da assessoria de imprensa, que cumpre a legislação brasileira e que não cometeu irregularidades no país e nega que a Azenglever seja "laranja", mas que sua criação foi necessária por uma "questão jurídica" e para viabilizar a compra de terras no Rio Grande do Sul. A empresa afirma que comunicou ao governo sobre a medida tomada. Segundo a multinacional, toda a documentação relacionada à fazenda Tarumã foi encaminhada ao Incra há mais de 2 anos e o órgão ainda analisa os documentos. A empresa ainda alega que vem gerando empregos no estado e que na fazenda ocupada, trabalham 150 funcionários e que antes da aquisição eram apenas 3 trabalhadores. Depois do despejo, as mulheres foram levadas até a Delegacia de Polícia de Livramento - Rio Grande do Sul. Segundo informa o movimento, a ação faz parte de uma jornada de lutas programada para esta semana, com a proximidade do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março.

Cerca de 100 policiais militares, da Associação dos Ativos, Inativos e Pensionistas da PM e do Corpo de Bombeiros (ASSINAP) promovem um ato público, em frente à Assembléia Legislativa do Rio (ALERJ) no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O objetivo da manifestação, segundo o presidente da entidade, Miguel Cordeiro, é conseguir melhores condições de trabalho para policiais e bombeiros. A categoria quer que o governo do estado adote o piso salarial de R$ 470,34 que é igual ao salário mínimo regional de empregados domésticos. De acordo com Cordeiro, "Esse é o mínimo regional estipulado pelo governador para empregadas domésticas, porteiros e zeladores. Essas profissões são dignas, assim como a de policiais e bombeiros." Ainda segundo o presidente da ASSINAP, o salário do policial militar do estado do Rio de Janeiro é o segundo menor do Brasil. Além de aumento no salário, o movimento solicita adicional de risco de vida ou periculosidade, vale-transporte, plano habitacional para os que residem em área de risco, limite de carga horária semanal, hora extra remunerada, novo estatuto para as categorias e novo plano de carreira, entre outras reivindicações que foram encaminhadas ao governo do estado.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública (Sindiupes), o Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional (Fosan) e o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), questionam o governador Paulo Hartung do Partido do Movimento Democrático Brasileiro

(PMDB) sobre a privatização da merenda escolar no estado do Espírito Santo (região Sudeste) O Fosan afirma que a terceirização confirma a opção do governo em investir neste modelo de administração.A opção segundo Alcemi Barros, membro do Fórum, "tem interesses políticos e enfraquece a contratação de novos servidores, transferindo uma responsabilidade que é do estado". A entidade também destaca que a sociedade civil não foi ouvida. Ao invés de ouvir a população, o governo apenas informou como funcionaria a terceirização. Denúncias na imprensa local, afirmam que o estado teria o interesse em favorecer três empresas e todas elas teriam problemas em outros estados. Uma delas, a Coam, está sob investigação do Ministério Público. Em setembro de 2007 a merenda fornecida pela empresa gerou um problema de intoxicação alimentar em Campinas no estado de São Paulo. Um abaixo assinado contra esse processo está recolhendo assinaturas da população e será encaminhado ao Ministério Público Federal.

Alunos da Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE) ocupam a reitoria da instituição, em Cascavel – Paraná (região Sul). Os estudantes exigem a renúncia do reitor Alcibíades Luiz Orlando. Nas eleições de 2007, Orlando ficou em segundo lugar, mas mesmo assim foi nomeado pelo governador Roberto Requião (PMDB). O governo alega que houve empate técnico e teria ficado decidido que Orlando, que já era reitor, permanecesse no cargo. Segundo a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o governador tem autonomia para escolher o nome do reitor. Os estudantes, no entanto, avaliam que o processo foi antidemocrático.

A Organização Não-Governamental (ONG) Imazon denuncia que mais de 40 milhões de hectares de terras públicas da Amazônia (região Norte) são ocupadas e exploradas por posseiros, sem qualquer registro formal. De acordo com o estudo "Quem é dono da Amazônia? Uma análise do recadastramento de imóveis rurais", a área tomada pelos posseiros equivale ao território dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraíba e Sergipe. Na avaliação do pesquisador Paulo Barreto, do Imazon, a exploração dessas terras legalmente públicas representa uma privatização gratuita. De acordo com ele, se o governo não retomar essas áreas ou cobrar pela sua exploração, o combate ao desmatamento pode ser prejudicado.

Trabalhadores da obra da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó, no município de Águas de Chapecó – Santa Catarina (região Sul) continuam paralisados. A decisão foi tomada durante a assembléia da categoria. Eles acusam fiscais da empreiteira Camargo Corrêa de agredirem um trabalhador no último final de semana. Além disso, exigem reajuste salarial, mais horários de ônibus e ampliação do atendimento médico.

4ª feira 05

Servidores e usuários do Hospital Geral de Jacarepaguá, na Estrada Grajaú-Jacarepaguá, fazem passeata na manhã no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A passeata ocorre em protesto contra a exoneração da diretora, Zuleide Fernandes, e a nomeação para o cargo do médico Raymond Jacoub. No fim da semana passada, todas as chefias colocaram os cargos à disposição em sinal de solidariedade à diretora demitida. Desde o dia 27 de fevereiro,

servidores, usuários e diretores do Sindicato dos Enfermeiros do Rio (SindEnfRJ) estão em vigília na porta da unidade, e enfrentam a polícia para impedir a entrada do coordenador do Ministério da Saúde no Rio, Mario Bueno, para dar posse ao diretor indicado. Os servidores argumentam que a indicação política do diretor descumpre o acordo que possibilitou a eleição direta da atual diretora, antiga reivindicação dos profissionais, que trabalham em unidade públicas de saúde do Rio. Na assembléia realizada no dia 04 de março, os servidores decidiram recolher assinaturas, inclusive de usuários, que serão levadas ao presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, reivindicando a manutenção da diretora eleita ou a suspensão da nomeação do médico e a convocação de eleições para escolha da nova diretoria. Representantes dos conselhos de saúde e do corpo clínico, que formam o conselho gestor do hospital, vão enviar documento com o mesmo pedido ao presidente Lula.

O Sindicato dos Rodoviários Sul Fluminense, em greve desde o dia 03 de março, suspendem as paralisações até o dia 10 de março, quando ocorrerá uma mesa-redonda com os empresários de ônibus, na sede do sindicato, no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A categoria reivindica 20% de aumento salarial e outros 50 itens sociais, entre eles: uniforme novo, plano de saúde e cesta básica. No dia 03 de março, pelo menos 11 pessoas foram presas pela polícia, durante as manifestações ocorridas nos municípios de Barra Mansa e Volta Redonda – RJ. No dia 04 de março, liminar do Tribunal Regional do Trabalho determinou que 50% dos ônibus circulassem normalmente nos horários de pico, o que foi cumprido pelos rodoviários.

Integrantes do MST bloqueiam rodovias em oito municípios do Rio Grande do Sul (região Sul)) e fazem manifestação na capital, Porto Alegre. Os militantes tumultuaram ato público com a presença da governadora Yeda Crusius (PSDB), que entrou pela lateral do prédio do Teatro São Pedro para evitar cerca de 100 mulheres da Via Campesina. A cerimônia no teatro é interrompida após uma das manifestantes levantar da platéia gritando *slogans* contra Yeda e ser retirada da sala, juntamente com outra manifestante. Eles protestam contra a violência da Brigada Militar e do governo estadual durante o despejo de 900 trabalhadoras rurais e 250 crianças da Fazenda Tarumã que pertence à empresa finlandesa de celulose Stora Enso. Ao final da tarde do dia 4 de março os policiais entraram com violência na ocupação, deixando cerca de 50 camponesas feridas. Segundo o Hospital Santa Casa de Santana do Livramento, 58 mulheres, 7 delas grávidas, e 10 crianças foram atendidas com lesões causadas por balas de borracha, estilhaços de bomba, sabre (espada da cavalaria da PM) e pisões de cavalos. Uma mulher de 49 anos e uma criança de 6 continuam internadas. A Via Campesina, denuncia que mulheres e crianças foram deixadas sem comida por mais de 12 horas. As manifestantes reivindicam as terras da Stora Enso para a reforma agrária. As camponesas ocuparam a área para denunciar que a Stora Enso criou uma empresa de fachada para adquirir e plantar eucalipto dentro das faixas de fronteira. Elas alegam que a empresa estrangeira vem comprando dezenas de áreas na faixa de fronteira com Uruguai, o que é proibido pela legislação brasileira. Para a Via Campesina, a lentidão do poder público em investigar o caso e a rapidez da polícia em efetuar o despejo das manifestantes revela os privilégios da transnacional. A empresa finlandesa foi uma das financiadoras da campanha da governadora Yeda Crusius ao governo do estado. O MST decide denunciar ao Ministério da Justiça e à Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência abusos cometidos na desocupação da fazenda. Eles

conseguem a liberação de uma das líderes da ação do dia 04 de março que foi presa, Irma Ostrowski. Um dos líderes dos sem-terra, Paulo Maracaju, diz que a soltura de Irma não garante o encerramento das ações do movimento, mas até o fim da tarde todas as pistas são liberadas. A PM somente vigia as ações.

A procuradoria da república do estado do Pará (região Norte) entra, com uma ação na justiça federal do município de Altamira para pressionar o governo e o Instituto Chico Mendes, a expulsar das terras da Reserva Extrativista do Médio Xingu, pistoleiros que ameaçam a população ribeirinha do local e promovem a derrubada de árvores. Segundo o órgão, os pistoleiros são contratados por fazendeiros que tomaram posse de forma ilegal da área, aproveitando-se do fato de que a reserva ainda não teve o processo de criação finalizado. A reserva que tem mais de 300 mil hectares integra um bloco contínuo de áreas protegidas na Terra do Meio, criado pelo governo federal em 2005, após a morte da missionária Dorothy Stang. A área do Médio Xingu é a única parte ainda não decretada pelo governo. Segundo a procuradoria, a estratégia dos fazendeiros, derrubando árvores dentro da área da reserva é uma tentativa de inviabilizar a criação da área de preservação ambiental. O Ministério Público Federal já conseguiu identificar três fazendeiros, cujos nomes constam na ação. Uma das vítimas dos pistoleiros relatou a procuradoria geral que foi preso por eles próximo a sua casa, e depois levado a força em um barco a motor. A vítima relatou que só foi solta, após prometer que “nunca mais pisaria na área da Reserva”.

Professores da rede de ensino do estado de Santa Catarina (região Sul), iniciam paralisação por tempo indeterminado. Os trabalhadores reivindicam a incorporação de um abono de R$ 100, equiparação do piso salarial com os demais servidores do estado e vale-alimentação mensal igual ao dos professores da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC). Eles também exigem que esses benefícios se estendam não apenas aos professores em sala de aula e aos especialistas, mas também aos técnicos e aposentados. De acordo com o comando de greve, não vai haver aula nas escolas do estado. A orientação é de que os professores conversem com os estudantes a respeito da decisão. Depois da assembléia, os trabalhadores fazem uma passeata em direção à Secretaria Estadual da Educação. De lá, seguem para a Assembléia Legislativa, onde participam de um ato público contra o projeto que privatiza a Previdência Social.

Cerca de 3 mil camponesas ligadas ao MST fazem manifestação na Praça Deodoro, em Maceió - Alagoas (região Nordeste). As famílias são provenientes de todas as áreas do estado e vêem a capital para reivindicar agilidade nos processos de Reforma Agrária, soberania alimentar, popular, justiça e dignidade. Além de denunciar a ofensiva que o agronegócio tem causado no campo, gerando miséria e violência, as trabalhadoras denunciam também as ações violentas cometidas contra os sem-terra, a impunidade, a freqüente criminalização dos movimentos sociais, e a corrupção que vem desviando recursos que deveriam ser destinados para as áreas sociais.. O protesto integra as mobilizações da semana do Dia Internacional da Mulher.

Escoltados pelo presidente da Força Sindical, o deputado federal Paulo Pereira da Silva do Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Paulinho, e sindicalistas de todo o país fazem manifestação na Câmara dos deputados, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), a favor da manutenção da contribuição sindical obrigatória. Manifestantes da

Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Nova Central Sindical dos Trabalhadores lotam as galerias do plenário porque chega a ser incluído na pauta de votação o projeto que legaliza as centrais sindicais decidindo se será ou não extinto o desconto automático do imposto na folha de pagamento. A mobilização dos sindicalistas pela aprovação do projeto, que lhes dará um reforço de caixa anual de R$ 1,2 bilhão, tem o apoio do Partido dos Trabalhadores (PT), do ministro Carlos Lupi (Trabalho) e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O projeto não chega a ser votado hoje porque o Partido Democrata (DEM), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partido Popular Socialista (PPS) obstruem a votação de 2 medidas provisórias que têm preferência na pauta. O líder do DEM na Câmara, Antonio Carlos Magalhães Neto, diz que a obstrução se deve ao excesso de edição de Medidas Provisórias (MP's) e por discordância sobre o mérito da MP 403, que trata da renovação de concessões de franquias dos Correios. O autor da emenda que a caba com a cobrança automática, deputado Augusto Carvalho (PPS), pretende convencer os deputados a reporem no texto sua proposta, aprovada na Câmara, mas derrubada na votação do Senado. Ele afirma que "os deputados vão decidir se o trabalhador vai continuar financiando a farra dos marajás do sindicalismo com o desconto obrigatório da contribuição". Neto admite que a tendência da bancada é manter a emenda de Carvalho e afirma que "há uma mobilização forte do empresariado para acabar com a contribuição". Os parlamentares ligados ao empresariado trabalham pela extinção definitiva do imposto.

Cerca de 300 famílias de trabalhadores rurais de acampamentos e assentamentos da região do sertão de Pernambuco (região Nordeste) ocupam, durante 40 horas, o prédio da superintendência regional do Médio São Francisco do Incra, em Petrolina, no estado. Os agricultores reivindicam melhorias na estrutura dos assentamentos e aceleração do Plano de Desenvolvimento Agrário para que acampados possam ter a terra garantida. A lista de reivindicações levada a uma reunião com o presidente do Incra, Emerson Jocarte, pelos representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais contem itens como a construção de estradas, escolas e postos de saúde nas áreas dos assentamentos, além de assistência técnica para os produtores. As solicitações de envio de cestas básicas e lonas aos acampamentos são providenciadas pelo Incra junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Para o presidente da Fetape, Aristides Veras, dentre os pontos levados à reunião, o mais complicado é a emissão de licenças ambientais que são, segundo ele, de responsabilidade do governo do estado. O Incra negocia com os agricultores.

Uma rebelião de 5 horas destrói parcialmente a superlotada cadeia de Franca – São Paulo (região Sudeste). Com capacidade para 216 detentos, a unidade abriga 475. Das 28 celas, 5 precisam ser interditadas após o término do motim. A rebelião começou às 20h30min do dia 4 de março,durante a distribuição do jantar. Um carcereiro foi feito refém por detentos armados com uma faca e um revólver. Para soltá-lo, os detentos exigiam a presença da advogada Ariane dos Anjos, que defende vários presos acusados de ligação com o Primeiro Comando da Capital (PCC), entre eles o Marcola, suposto líder da facção. Os rebeldes exigem que ela acompanhe a revista na cadeia, o que ocorre na manhã do dia 5 de março. É aberta uma sindicância para verificar como a arma entrou na cadeia, segundo Maury de Camargo Segui, delegado seccional de Franca. Os presos que líderes do motim respondem pelos crimes de porte ilegal de arma, formação de bando e quadrilha, cárcere privado e

dano ao patrimônio público. A direção da cadeia afirma que deve transferir presos, mas aguarda a liberação de vagas pelo governo de São Paulo.

5ª feira 06

Parentes e amigos da empregada doméstica Michele da Silva Lima, 27 anos, morta com dois tiros na noite do dia 05 de março dentro de casa, fazem protesto perto da entrada do Viaduto da Linha Amarela, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os moradores da Cidade de Deus acusam a PM de ser responsável pela morte numa ação em que os policiais entraram na favela e cercaram os becos e ruas à procura de traficantes. Já a polícia afirma que carros do 18º Batalhão da PM (Jacarepaguá) patrulhavam o local quando um grupo de homens armados começou a atirar na direção dos PM's, que tiveram ajuda de policiais de Rocha Miranda, chamados em reforço. Os moradores, revoltados, incendeiam 2 carros, caçambas de lixo e pneus e interditam uma das principais ruas de Jacarepaguá. Na manifestação, que aconteceu durante a madrugada, uma bomba é arremessada contra um blindado da PM, que tem um dos pneus estourados. Horas depois, indignados com o fato da perícia não chegar ao local, os moradores voltam a protestar, fechando a mesma rua, que permanece assim por cerca de 4 horas e só é reaberta quando os peritos da Polícia Civil deixam a casa da camareira. Os familiares reclamam também sobre a demora da polícia para providenciar a remoção do corpo. O comando do 18º Batalhão da PM diz que vai instaurar sindicância para apurar de onde partiram os tiros. As armas dos policiais que participaram da ação foram recolhidas, segundo a PM.

Mulheres da Via Campesina denunciam em Brasília - Distrito Federal (Região Centro-oeste) a truculência do governo do Rio Grande do Sul e a ilegalidade da Stora Enso a ministros, parlamentares e diplomatas. Em audiência com o ministro da Justiça, Tarso Genro, militantes da Via Campesina e parlamentares encaminham o depoimento da militante ferida durante o conflito com a Brigada Militar Gaúcha em Rosário do Sul, Maraísa Talaska. Durante a audiência com o ministro da Justiça, são apresentados os documentos que comprovam a situação irregular da empresa Stora Enso no Brasil. Maraísa, também participa da abertura da subcomissão de "Defesa da Mulher" da Comissão de Direitos Humanos no Senado Federal. Na presença de senadores e artistas, a militante da Via Campesina mostrou em sua pele o resultado da ação violenta da PM do Rio Grande do Sul. As atividades integram a Jornada Nacional de Lutas das Mulheres da Via Campesina por Soberania Alimentar e Contra o Agro negócio e compõe protestos contra a violência da PM na ação de desocupação da fazenda Tarumã. As atividades da Jornada incluem palestras e debates sobre as conseqüências da monocultura ao meio ambiente, à agricultura e à sociedade.

Cerca de 3 mil famílias de trabalhadores rurais da Via Campesina fazem grande marcha de mulheres pelas principais ruas em Maceió, capital de Alagoas (região Nordeste). Os militantes entregam pauta de reivindicações ao governo do estado e ao Incra. As atividades integram a Jornada Nacional de Lutas das Mulheres da Via Campesina por Soberania Alimentar e Contra o Agro negócio e compõe protestos contra a violência da PM na ação de desocupação da fazenda Tarumã.

Mulheres da Via Campesina acampam nos municípios de Porto Alegre e Encruzilhada do Sul - Rio Grande do Sul (região Sul) e fazem caminhadas em Santana do Livramento, Encruzilhada do Sul e Porto Alegre, no mesmo estado. As atividades integram a Jornada Nacional de Lutas das Mulheres da Via Campesina por Soberania Alimentar e Contra o Agro negócio e compõe protestos contra a violência da PM na ação de desocupação da fazenda Tarumã. A ação policial é criticada pelo ouvidor-geral da Secretaria da Segurança Pública, Adão José Correa Paiani, que aponta indícios de abuso policial. Acusado de truculento pela Via Campesina, o subcomandante da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, coronel Paulo Roberto Mendes, um dos oficiais que chefiaram a reintegração de posse da fazenda, diz que a polícia não vai permitir "badernas" no estado e que "ouvidor é para ouvir, não para falar". Mendes diz que empregou a "força legal" e justifica os ferimentos pela resistência das manifestantes. Quanto à retirada da imprensa do local, Mendes afirma que é por medida de segurança e que "no local devem estar só as partes: os delinqüentes e os policiais". O comando da PM abra um inquérito militar para apurar o caso. Em Santana do Livramento, 900 trabalhadoras rurais fazem caminhada à Praça Binacional, na fronteira com Rivera, Uruguai, onde realizam um ato político contra a Stora Enso, que descumpre a legislação brasileira e usa empresas laranja para comprar terras a menos de 150 km da fronteira, como determina a Constituição Federal. Em Encruzilhada do Sul, cerca de 600 camponesas fazem marcha até a Fazenda Bota, da Aracruz Celulose, para denunciar os prejuízos ambientais do plantio de pinus e eucaliptos e a violação de direitos trabalhistas dos funcionários que atuam no corte da madeira. Cerca de 250 mulheres realizam caminhada em direção à Superintendência Regional da Polícia Federal, em Porto Alegre, para cobrar informações sobre a investigação da compra ilegal de terras na faixa de fronteira pela Stora Enso.

Dois encontros reúnem mulheres da Via Campesina, que discutem as conseqüências do avanço do agronegócio sob a perspectiva feminina no estado de Mato Grosso (região Centro-oeste). Em Porto Velho, Rondônia (região Norte), cerca de 300 mulheres da Via Campesina fazem marcha até as Centrais Elétricas de Rondônia S.A (Ceron), onde entregam coletivamente as autodeclarações que garantem a Tarifa Social de energia para as famílias que consomem até 140 kwh por mês. O protesto denuncia o subsídio energético dado às empresas e multinacionais pela Eletronorte, que é a principal acionista da Ceron. A Alcoa e a Vale, por exemplo, possuem indústrias de alumínio e ferro no norte do país (a Alumar e a Albrás) e, desde 1984, recebem energia subsidiada (a preço real de custo) da Eletronorte. As atividades integram a Jornada Nacional de Lutas das Mulheres da Via Campesina por Soberania Alimentar e Contra o Agro negócio e compõe protestos contra a violência da PM na ação de desocupação da fazenda Tarumã.

Noventa e quatro famílias de índios da tribo Xucuru-Kariri, ocupam as terras da fazenda Buenos Aires em Palmeira dos Índios – Alagoas (região Nordeste). O objetivo da ocupação é reivindicar a retomada das negociações para a demarcação de suas terras. A propriedade pertence ao empresário e ex-presidente da Associação Comercial de Alagoas Noé Simplício, que ainda não se manifestou sobre a ocupação. Os manifestantes afirmam que pretendem permanecer na área ocupada por tempo indeterminado. Os índios divulgam uma carta aberta à imprensa onde dizem que "lutam para que o Departamento de Assuntos Fundiários (DAF) - órgão vinculado à Fundação Nacional do Índio (Funai) - regularize a

situação das terras da tribo em caráter emergencial". Os índios alegam que as terras pertencem a seus ancestrais e devem ser demarcadas, "como determina a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988". Os chefes da tribo fazem ainda uma convocação aos demais povos indígenas para integrarem o movimento.

Cerca de 500 mulheres da Via Campesina, do MST, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), ocupam a sede da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), em Petrolina – Pernambuco (região Nordeste). A ocupação é um protesto contra o modelo implantado na região, conhecida como a Califórnia brasileira, onde há cultivo da fruticultura irrigada para exportação. As atividades integram a Jornada Nacional de Lutas das Mulheres da Via Campesina por Soberania Alimentar e Contra o Agro negócio e compõe protestos contra a violência da PM na ação de desocupação da fazenda Tarumã. Segundo as manifestantes, os projetos da companhia beneficiam empreendimentos de irrigação para empresas do agro negócio, como o projeto de transposição do Rio São Francisco, o Pontal Sul, em Petrolina, e o Projeto Salitre em Juazeiro – Bahia (região Nordeste). Na Zona da Mata, onde mandam os usineiros e os trabalhadores são escravos. Uma nota divulgada pela Via Campesina de Pernambuco afirma que “Tais projetos revelam um modelo de desenvolvimento que mantém a lógica colonialista de colocar nossas terras a serviço dos interesses do mercado internacional. Depois de altíssimo investimento público em infra-estrutura de irrigação (no caso do Pontal Sul já foram investidos cerca de 250 milhões de reais), essa estrutura é privatizada através de acordos de Parceria Publica Privada (PPP)”. Apesar da ocupação, os funcionários da Codevasf trabalham normalmente e a polícia apenas acompanha a ação. A superintendência recebe um grupo com 10 representantes das manifestantes. No fim da tarde, o grupo deixa o local em marcha pelo centro de Petrolina até a sede do Incra, onde realizam uma assembléia.

A Via Campesina da inicio em Salvador, Bahia (região Nordeste), ao 8º Acampamento de Mulheres com o lema: "Mulheres Sem Terra e Indígenas em defesa da soberania alimentar, contra o agronegócio e as transacionais no campo". O acampamento acontece na Escola Parque, com 1,5 mil mulheres, para debater a necessidade de mudanças nas relações de gênero no campo. As atividades integram a Jornada Nacional de Lutas das Mulheres da Via Campesina por Soberania Alimentar e Contra o Agro negócio e compõe protestos contra a violência da PM na ação de desocupação da fazenda Tarumã.

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) de São Paulo (região Sudeste) decide arquivar uma representação do Sindicato dos Engenheiros, que questionava o valor do preço mínimo da Companhia Energética de São Paulo (CESP), que vai a leilão no dia 26 de março. O TCE afirma que a modelagem de venda foi feita por 2 bancos, que seguiram padrões internacionais, considerando o fluxo de caixa da empresa. Segundo os engenheiros, o preço mínimo de R$ 6,6 bilhões não levaria em conta os eventuais valores que a União teria de ressarcir aos novos donos da CESP em caso de não-renovação das concessões das usinas hidrelétricas. O valor diz respeito a investimentos feitos, mas não amortizados pelos concessionários, o que pode prejudicar os cofres do estado. A Secretaria da Fazenda, que coordena a venda, informa que demonstrou ao TCE que não há “fundamentação nos argumentos” dos engenheiros e afirma: “o estado auferirá uma receita bem superior fazendo a alienação. O sindicato está tentando confundir a opinião pública e retardar o processo.

Trata-se de uma representação que defende apenas interesses corporativos dos engenheiros".

Cerca de 150 mulheres ligadas ao MST ocupam o engenho Pereira Grande, em Gameleira, em Pernambuco (região Nordeste), depois se dirigem para o engenho Cachoeira Dantas e incendeiam sua sede, no município de Água Preta, na mata sul também no estado. Em Cachoeira Dantas, as cerca de 150 mulheres que ocupam o local destroem a residência com ajuda de companheiros do movimento e da Via Campesina. A PM envia 30 homens ao local. Há disparos de tiros para o alto, correria e ameaças de prisão. O Corpo de Bombeiros é acionado e consegue controlar o incêndio no engenho Cachoeira Dantas. Ninguém fica ferido e não há presos. Algumas sem-terra dizem que policiais atirou em sua direção. A polícia nega os disparos. Um representante do Incra vai a Água Preta para conversar com o grupo. A situação é contornada com a presença do promotor de Água Preta, Darwin Silva, mas as mulheres permanecem no local e afirmam que os proprietários do engenho cercam o acampamento com milícias privadas. O proprietário não é localizado. Segundo um dos coordenadores do MST, Joba Alves, as manifestações são contra a monocultura de cana no estado. Ele afirma que, em fevereiro, 66 famílias que moravam no engenho Cachoeira Dantas há mais de 20 anos, onde cultivavam lavouras de subsistência em pequenos sítios, foram despejadas pela Justiça. Segundo o MST, as famílias, compostas por trabalhadores do engenho, não receberam as indenizações trabalhistas ao serem demitidas e ocuparam a propriedade após ela ser penhorada. O novo proprietário ajuizou ação reivindicatória com tutela antecipada. O Incra não confirma as informações. As ocupações fazem parte das ações para o Dia Internacional da Mulher e integram a Jornada Nacional de Lutas das Mulheres da Via Campesina por Soberania Alimentar e Contra o Agro negócio e compõe protestos contra a violência da PM na ação de desocupação da fazenda Tarumã.

6° feira 07

Cerca de 1,5 mil mulheres da Via Campesina, organizam manifestações no Paraná (região Sul) para protestar contra a transnacional suíça Syngenta Seeds. No município de União da Vitória, a madeireira Miforte e suas agressões ao meio-ambiente também é alvo do protesto. Os atos no estado do Paraná ocorreram em frente às propriedades da empresa nas cidades de Londrina, Campo Mourão, Santa Tereza do Oeste e Ponta Grossa. As mulheres lembram da ilegalidade da Syngenta, que plantou milho e soja transgênicas a menos de 10 Km do Parque Nacional do Iguaçu, o que era impedido pela legislação ambiental do Brasil. A transnacional ainda deve a multa de R$ 1 milhão encaminhada pelo Ibama por descumprir a lei. O ato das mulheres faz parte da jornada de lutas movimento na semana do Dia Internacional da Mulher. As manifestações também relembram o massacre ocorrido em outubro de 2007, durante uma ocupação da Via Campesina em uma propriedade experimental da Syngenta, no oeste do Paraná. O massacre foi realizado por seguranças de uma empresa privada contratada pela Syngenta, matando o trabalhador rural Valmir de Oliveira, conhecido como Keno. A entidade reivindica além da proibição do plantio de organismos geneticamente modificados no país, a punição dos responsáveis pelo ataque, o pagamento da dívida da empresa de R$ 1 milhão aos cofres públicos e a sua saída do Brasil.

Mulheres da Via Campesina realizam ato contra a transnacional Syngenta Seeds, no Consulado da Suíça no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) e em frente a embaixada Suiça em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A mobilização faz parte da Jornada de Luta das Mulheres da Via Campesina, em comemoração ao dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher. Com o tema "Mulheres Camponesas pela vida e contra o Agronegócio e as Transnacionais", agricultoras de todo o Brasil estão se mobilizando e reafirmando seu papel como protagonistas na luta contra todo o tipo de exploração e opressão. Dentre os crimes, denunciados pelos movimentos sociais, da transnacional no país estão; o assassinato do militante do MST, Valmir Mota, pela empresa NS Segurança, contratada pela Syngenta, durante a ocupação de uma área da empresa em outubro de 2006; e o desenvolvimento de experimentos transgênicos em Zonas de Amortecimento no Paraná. Em Brasília o embaixador Rudolf Bärfuss pediu desculpas, em nome do governo suíço, à viúva de Keno, Íris Oliveira.

Mulheres ligadas a Via Campesina ocupam uma unidade de pesquisa biotecnológica da multinacional Monsanto no município de Santa Cruz das Palmeiras, no estado de São Paulo (região Sudeste). As mulheres destruíram um viveiro de mudas e um campo experimental de milho transgênico. A empresa registra boletim de ocorrência na Polícia Civil da cidade, no qual relata que um vigia da empresa, na guarita, é rendido e amarrado durante 40 minutos e que a empresa é "invadida" por cerca de 40 pessoas. Um funcionário afirma que são cerca de 100 pessoas. Já a direção nacional do movimento afirma que 300 pessoas participam da ocupação. Ninguém ficou ferido. A Polícia Civil abre inquérito para apurar os crimes de dano ao patrimônio e de cárcere privado. A manifestação faz parte da Jornada Nacional de Lutas da Via Campesina que já mobilizou cinco estados contra o agronegócio. A expansão dos transgênicos por todo o país tira o controle das sementes dos trabalhadores rurais, passa para as empresas transnacionais e pode inviabilizar a produção de alimentos orgânicos. Um relatório do Greenpeace apontou 39 casos de contaminação e cultivo ilegal de variedades geneticamente modificadas em 23 países. A maior parte deles envolve o cultivo de milho. Também não existem estudos científicos que garantam que os alimentos transgênicos não têm efeitos negativos para a saúde humana e para a natureza. A Via Campesina denuncia que os transgênicos não são simplesmente organismos geneticamente modificados, mas produtos criados em laboratórios que colocam a agricultura nas mãos do mundo financeiro e industrial. Em 2001, a organização ambientalista Greenpeace já havia realizado um protesto nessa mesma área e encontrou plantio ilegal de milho geneticamente modificado. No entanto, a Justiça não tomou nenhuma medida na época. Em nota, a Monsanto condena a ação da Via Campesina e afirma que irá levar o caso para a Justiça. Uma pesquisa realizada pelo Greenpeace aponta que mais de 80% dos brasileiros são contra o plantio de transgênicos. Um dos motivos da rejeição é que não existem estudos científicos que garantam que os alimentos transgênicos não têm efeitos negativos para o homem e para o meio ambiente.

Cerca de mil pessoas, bloqueiam, por mais de três horas, a Avenida Guarapiranga, na altura da Estrada do M'Boi Mirim em São Paulo – SP (região Sudeste). O objetivo do protesto é reivindicar melhores condições do transporte coletivo oferecido na região. Os usuários de transporte coletivo queixam-se de filas de ônibus, que chegam a 5,8 Km, e afirmam que chegam a deixar os coletivos para seguirem a pé a fim de evitar atrasos. O problema é reconhecido pelo Secretário dos Transportes, Alexandre de Moraes, que vai ao local e

promete medidas para aumentar a fluidez nos corredores exclusivos, como a instalação de obstáculos para impedir que outros veículos invadam esses corredores e aumentar a fiscalização da CET na zona sul; e melhorar o sistema viário. Ele afirma que um dos motivos para a demanda pelos ônibus na zona sul decorre da falta de alternativas, como metrô e linhas de trem. O protesto, que começou com 20 pessoas e de forma pacífica, só termina com a ação da PM, que utiliza bombas de efeito moral e prendeu 10 manifestantes. Com a paralisação do tráfego, passageiros descem dos coletivos e aderem à manifestação. Pelo menos 8 ônibus são depredados. O ato não resulta em feridos graves, apesar da PM deslocar a Tropa de Choque para o local. Cerca de 120 PM's participam da operação para desobstruir a rua. O secretário, sem citar nomes, insinua que a manifestação pode ter sido orquestrada por pessoas descontentes com a mudança da cooperativa que prestava serviços na zona sul, após uma série de acidentes com os ônibus em 2007. Assessores próximos ao secretário chegam a cogitar que a manifestação tenha sido articulada pelo PT, que tem forte presença na zona sul. O vereador Antonio Donato (PT) vai ao local. Atílio de Brito, do diretório regional do PT na zona sul, nega que o partido tenha organizado o ato.As principais vias da capital paulista acumulam 60 Km de lentidão por conta manifestação.

Moradores da Cidade de Deus, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), voltam a protestar, desta vez de forma pacífica, contra a morte da camareira Michele da Silva Lima. Cerca de 100 pessoas se recusam a entrar nos ônibus colocados à disposição para retornarem à Cidade de Deus, após o enterro da vítima, no cemitério da Pechincha, e seguem a pé por 3 Km até o conjunto habitacional. Elas exibem cartazes pedindo paz e segurança ao governador Sérgio Cabral. O momento mais tenso é quando chegam policiais do 18º Batalhão da PM (Jacarepaguá). Eles vão ao local acompanhar a manifestação para controlar o trânsito e impedem que o protesto se estenda até a Linha Amarela. Policiais do 18º que estiveram na comunidade na noite do crime já prestaram depoimento. Eles trabalham normalmente até que seja comprovada ou não a sua participação na morte.

896 homens que estavam com o pagamento da pensão alimentícia atrasado, são presos pela Polícia Civil de São Paulo (região Sudeste). A ação é batizada de Operação Dia da Mulher, em referência ao Dia Internacional da Mulher. Segundo Reinado Corrêa, titular da Divisão de Capturas, a operação é determinada pelo delegado-geral do estado, Maurício Lemos Freire, como homenagem à data e para amenizar a pressão de juízes de varas de família que reclamam da demora no cumprimento dos mandados de prisão. Ele diz que aproximadamente metade dos mandados de prisão recebidos pela Divisão da Capturas é referente à pensão alimentícia. Outros 10% são representantes de depositários infiéis e execuções fiscais. Os 40% restantes são de ações criminais. Corrêa afirma que a prioridade é para o cumprimento dos mandados criminais. Com isso, há um acúmulo de mandados por pensão alimentícia, daí a demora no cumprimento. Na capital, 11 equipes trabalham na Divisão de Capturas. Todos os dias eles saem com 6 a 7 mandados de prisão a serem cumpridos, sendo 2 de pensão alimentícia. Hoje trabalham na capital 35 equipes somente para prenderem acusados de não-pagamento da pensão. Cerca de 500 mandados são distribuídos, mas apenas 89 prisões. Corrêa diz que o desempenho na capital não é melhor por causa do trânsito. Nas demais cidades da Região Metropolitana de São Paulo são presas 246 pessoas. A região de Campinas tem o 2º melhor desempenho, com 175 prisões. Corrêa diz que a Divisão de Capturas da Polícia Civil nunca recebeu mandados de prisão contra mulheres por falta de pagamento de pensão alimentícia.

Mulheres da Via Campesina protestam em Recife – Pernambuco (região Nordeste) e marcam o encerramento da semana da mulher. O ato acontece em frente ao Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool de Pernambuco. À tarde, elas se reúnem a outras cerca de 500 militantes de outros movimentos e vão à sede do governo do estado. Um grupo é recebido pela secretária da Mulher, Cristina Buarque.

Em uma sessão aberta ao público, comemorativa do Dia Internacional da Mulher, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça aprova indenizações a 7 mulheres por perseguição pelo regime militar (1964-1985). Entre elas, Clara Charf, viúva do líder guerrilheiro Carlos Marighela, fundador da Ação Libertadora Nacional (ALN) assassinado em 1969, e Nancy Mangabeira Unger, irmã do ministro extraordinário de Assuntos estratégicos, Roberto Mangabeira Unger. Charf, de 82 anos, que foi presa, exilou-se em Cuba nos anos 70 e depois ajudou na fundação do PT, receberá pagamento mensal no valor de R$ 2.500 até o fim da vida, além deste valor retroativo dos últimos 5 anos. Já Nancy, que militou no antigo Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), terá direito a R$100 mil, em parcela única. Ao ser presa, em Recife – Pernambuco (região Nordeste), teve o polegar direito decepado por um tiro de fuzil. Ela foi uma das presasxpolíticas trocadas pelo embaixador suíço Enrico Bucher, seqüestrado por organizações políticas de esquerda em 1970. As outras 4 mulheres anistiadas são Ana Wilma Oliveira Moraes, ligada à ALN, Estrella Dalva Bohadana Bursztyn, do Partido Operário Comunista (POC), Halue Yamagute de Melo, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Beatriz Arruda, que foi casada com um deputado do antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) atual PMDB e teve de se exilar com ele e Maria do Socorro de Magalhães, que participava do movimento estudantil em Pernambuco. Todos os casos são aprovados por unanimidade pelas 6 conselheiras que participam do julgamento.. O presidente da comissão, Paulo Abraão, diz que as 7 mulheres são escolhidas por serem "representativas" das demais que pleiteiam o benefício e por terem o processo concluído. Nos últimos 5 anos, 30 mil casos foram julgados, sendo cerca de 50% aceitos. A ministra Nilcéa Freire (Secretaria Especial de Políticas para Mulheres) e Adelina Dematti Alaye, uma das mães da Plaza de Mayo, de Buenos Aires (Argentina) participam da sessão.

O grupo móvel do Ministério do Trabalho encontra nos estados de Goiás e Mato Grosso (região Centro-oeste) mais de 1, 5 mil trabalhadores contratados pela Brenco, empresa do ramo de biocombustíveis, em moradias precárias. 17 deles são resgatados, sob o argumento de estarem em condições degradantes. Bill Clinton, ex-presidente dos Estados Unidos da América, é um dos investidores da empresa, que tem entre seus fundadores Stephen Case, fundador da AOL, James Wolfenaohn, ex-presidente do Banco Mundial, e Vinod Khosla, indiano radicado nos EUA e fundador da Sun Microsystems. A empresa, que planeja ter 10 usinas no país e chegou ao Brasil há 1 ano. A operação dos fiscais passa por 3 cidades para apurar as denúncias contra a empresa. Em Campo Alegre de Goiás, eles encontram, na casa de um "gato" (aliciador de mão-de-obra) que trabalhava para a empresa, os 17 trabalhadores que são resgatados. Os trabalhadores eram alimentados somente com o que o aliciador lhes dava e reclamavam de fome. Devido à chuva e à precariedade do local, os trabalhadores dormiam em colchões molhados. Em Mineiros – Goiás, a multinacional colocava em um hotel, 116 dos homens que iam participar do plantio de cana-de-açúcar, no

local a infra-estrutura também é precária e o maior problema é a superlotação. Ainda em Mineiros, o grupo encontra diversas irregularidades em uma das frentes de trabalho, na fazenda Laranjeiras, arrendada pela empresa, tais como falta de abrigo para as refeições, de instalações sanitárias, de papel higiênico e de sabão. De acordo com a coordenadora do grupo móvel, Jacqueline Carrijo, é feita a interdição do plantio da cana. Em Alto Taquari – Mato Grosso, cerca de 1,4 mil trabalhadores também são encontrados em situação precária, num local com fiação exposta e fezes boiando nos banheiros, que são interditados. Sem ter para onde levar os trabalhadores, o resgate não é efetuado, mas os próprios trabalhadores cobram a rescisão do contrato. Segundo Carrijo, cerca de 250 já conseguiram, além de acertar o término do contrato, passagens de volta para as cidades de origem pagas pela Brenco. Cavalcante diz que vai ajuizar 3 ações civis públicas contra a empresa, cada uma no valor de R$ 5 milhões, por danos morais coletivos. Segundo ele, o objetivo é que o dinheiro seja destinado às comunidades das 3 cidades. O vice-presidente-executivo da Brenco, Rogério Manso, afirma que a recém-criada empresa tem a "sustentabilidade" e o "respeito" aos trabalhadores como alguns de seus pilares e que, só em alojamento, pretende gastar cerca de R$ 20 milhões. Manso afirma que a Brenco disponibiliza para os funcionários planos de saúde, plano odontológico, seguro de vida, alimentação feita por especialistas, ginástica laboral e protetor solar para o trabalho no campo. Ele confirma alguns dos problemas observados pelos fiscais, mas diz que todos já estão sendo sanados. Ele nega que a empresa tenha contratado "gatos". Sobre o que acontece em Campo Alegre de Goiás, ele afirma desconhecer os pormenores da situação, mas que ela deve ser investigada. Ele alega que em Mineiros foi colocado um beliche a mais em cada quarto, mas que isto não configura superlotação. No Alto taquari, ele afirma que os problemas já estão sendo sanados. A Brenco planeja investir US$ 2,3 bilhões e produzir 3,8 bilhões de litros de álcool combustível por ano, para vendê-los à Europa, EUA, China e Japão. A empresa também pretende produzir energia elétrica. A CPT afirma que no Brasil aproximadamente 40 mil pessoas vivem em situação de escravidão.

Sábado 08

Cerca de 35 famílias ligadas ao MST de um acampamento no município de Ortigueira, no estado do Paraná (região Sul), são surpreendidas por pistoleiros fortemente armados. Na ação, os pistoleiros prenderam as famílias e queimaram os pertences dos trabalhadores. De acordo com o MST, as famílias do acampamento Terra Livre estão na fazenda Copramil desde 2003. Além disso, a área esta à disposição do Ministério Público para ser doada, e o MST reivindica a área para assentar as famílias. Integrante da coordenação do MST no estado, José Damasceno, aponta que o clima está tenso, pois a famílias saíram da área e estão abrigadas em um outro acampamento próximo ao local. A polícia, segundo ele, ainda não deu nenhum retorno quanto às investigações. De acordo com o coordenador, os pistoleiros estão na área e ameaçam as pessoas que passam por ali. A suspeita é de que eles estejam agindo a mando do proprietário da fazenda, Adilson Honório de Carvalho. O MST pede agilidade da polícia, pois três coordenadores do movimento estão ameaçados de morte na região. A delegacia do município de Telêmaco Borba, que recebeu a denúncia, prendeu sete pessoas que foram contratadas pelo proprietário da fazenda. Com elas foram aprendidas três armas de fogo.

Cerca de 600 mulheres, marcham no dia internacional da mulher pelas ruas de Fortaleza – Ceará (região Nordeste). Elas reivindicam a redução da jornada de trabalho e a regulamentação do comércio aos domingos. As mulheres também pedem apoio à legalização do aborto e contra a violência às mulheres. As manifestantes criticam ainda a mercantilização do corpo feminino e o atual padrão de beleza, representado na maioria das vezes pelos comerciais de cigarro, cerveja e carros. Participam da caminhada feminista a União Brasileira de Mulheres; Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB); CUT e organizações não-governamentais feministas e ambientalistas.

Aproximadamente 300 sem-terra ligados ao MST, em sua maioria mulheres, realizam um protesto em frente à transnacional Cargil, na cidade de Dourados - Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste) O protesto paralisou as atividades da fábrica por algumas horas. O objetivo do protesto é denunciar o avanço do agronegócio, que, segundo os militantes penaliza o trabalho de camponeses da região e em todo o país. As mulheres realizam também uma passeata pela avenida principal em direção à Câmara dos Vereadores. Antes de chagar á Câmara, as manifestantes fizeram uma parada em frente a um shopping da cidade, para protestar contra a discriminação de populações pobres e indígenas, que são proibidos de freqüentarem as instalações. Na Câmara, as trabalhadoras marcaram posição contra os transgênicos e pela reforma agrária. Após a passeata, foi realizado um ato publico na praça principal da cidade de Dourados onde estavam presentes varias entidades como o sindicato dos bancários, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e a Prefeitura da cidade, que manifestaram apoio às ações do movimento.

Manifestantes ligados ao MST ocupam uma unidade da empresa Vale do Rio Doce no interior do Maranhão (região Nordeste) como forma de lembrar o Dia Internacional da Mulher. A ação ocorre na fazenda Monte Líbano, de produção de carvão vegetal, em Açailândia. Os manifestantes também bloqueiam um trecho da BR-010, a Belém-Brasília, que passa pela região. Segundo a PM, um motorista que tenta furar o bloqueio é agredido e um carro é depredado. Os manifestantes deixam a estrada e a fazenda ainda hoje, mas ameaçam voltar ao local e ocupar também um centro de pesquisas, segundo a Vale. De acordo com a empresa, 150 pessoas participam do ato. A direção nacional do MST diz que ainda não tem conhecimento da ação. A direção do movimento no Maranhão não é encontrada. A empresa classifica o ato como “criminoso” e diz que as ações podem “pôr abaixo mais de 20 anos de pesquisas desenvolvidas”. A empresa informa que obtém na Justiça uma liminar de reintegração de posse na fazenda.

Cerca de 5 mil mulheres, de acordo com a organização do ato e cerca e 1,1 mil, segundo a PM caminham pelas ruas do centro da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste). Reunidas em torno do tema “Mulheres feministas anticapitalistas em luta por igualdade, autonomia e soberania popular!”, mulheres de movimentos sociais e feministas como MST, CUT, Fórum Estadual de Mulheres Negras, Marcha Mundial das Mulheres e de partidos políticos como Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido da Causa Operária (PCO) também defenderam o cumprimento a Lei Maria da Penha. As mulheres defendem a paridade salarial, legalização do aborto, fim da violência doméstica, democratização dos meios de comunicação, e protestam contra as transnacionais, o agronegócio, o latifúndio e os transgênicos. A ação ocorre na Praça do Patriarca, no centro

da cidade. A praça foi rebatizada como “Praça da Matriarca”, no ato de encerramento do Dia Internacional da Mulher. Uma saia lilás foi colocada na estátua de José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), o “Patriarca da Independência”, enquanto mulheres- e alguns homens- dançavam uma ciranda de mãos dadas. Na base da estátua, as manifestantes fixaram papéis com nomes de feministas e militantes, como Iara Iavelberg, Lélia Abramo , Roseli Nunes, Zuzu Angel, Clara Zetkin, e algumas anônimas, como Beatriz, 30, estuprada na rua enquanto voltava para casa. O governador de São Paulo, José Serra (PSDB), foi duramente criticado pois de acordo com as feministas, vem se negando assinar o Pacto Nacional Pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, lançado em agosto de 2007 pelo governo federal. Mulheres organizadas no ato da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) entorno do tema “Mulheres feministas, anticapitalistas e antigovernistas, lutando contra o machismo, a exploração e pelo socialismo” fazem manifestação na Avenida Paulista no estado. As manifestantes protestam contra o aumento no tempo da aposentadoria e a redução de verbas para programas destinados à população feminina.

Domingo 09

Cerca de 20 pessoas, entre parentes e amigos do porteiro Salino Oliveira Rangel, de 59 anos, agredido na galeria de um prédio em Copacabana, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), pelo estudante Gilberto de Almeida Rego Neto, fazem um protesto no bairro. Eles pedem justiça. Salino impediu o acesso de Neto à galeria após as 22 horas, conforme orienta o regulamento do prédio. Segundo testemunhas, Neto forçou a entrada e agrediu Salino, que sofreu traumatismo craniano e, há 13 dias na Unidade de Tratamento Intensivo UTI do Hospital Miguel Couto, não consegue reconhecer os parentes. O agressor foi levado para a 12ª Delegacia de Polícia, prestou depoimento, responde por lesão corporal leve, está em liberdade e deverá prestar esclarecimentos sobre o caso à Justiça apenas em maio de 2008, segundo Karla Rangel, filha do porteiro.

2° feira 10

Desde dezembro de 2007 o governo federal decide interromper o processo de demarcação de terras quilombolas. A suspensão ocorre devido modificações que o executivo pretende fazer em uma instrução normativa do Incra. Um grupo de trabalho coordenado pela Advocacia Geral da União (AGU) está encarregado de propor as modificações jurídicas. De acordo com o advogado geral da União, José Antônio Dias Toffoli, os quilombolas tem direito somente às terras que já ocupam. As medidas ainda não foram editadas por conta de resistência de entidades nacionais quilombolas. Segundo a Secretaria especial de Igualdade Racial da Presidência, existem no país 3.524 comunidades de remanescentes de quilombos. Com processos de reconhecimentos iniciados (e agora parados), são 1.170. Com a suspensão, todos os pedidos de reconhecimento de território quilombola que forem feitos por fazendeiros ou trabalhadores rurais não serão mais aceitos. A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais (Conaq), ressalta que as mudanças na instrução normativa do Incra visam criar “entraves burocráticos que, na prática, vão

inviabilizar a titulação das terras quilombolas e favorecer os interesses de ruralistas e corporações transnacionais". Parlamentares da bancada ruralista querem a suspensão do decreto, mas a AGU já informou que apenas a instrução normativa do Incra deve ser alterada. Uma primeira mudança foi a alteração de uma portaria da Fundação Cultural Palmares. O novo texto passou a obrigar que, ao solicitar o certificado de remanescente de quilombo, a comunidade apresente uma ata de reunião na qual a "maioria absoluta" dos presentes tenha aprovado a iniciativa. Antes, a proposta poderia ser apresentada em nome da associação. O deputado Valdir Colatto (PMDB) pede no Congresso a sustação do decreto presidencial 4887, de 2003 (que permite a uma comunidade reivindicar o título de quilombo por autodefinição). O grupo da AGU decide preservar esse decreto e propor mudanças numa instrução normativa do Incra que trata do tema. O novo texto, concluído em novembro de 2007, cria 2 câmaras de conciliação: uma na AGU (para questões jurídicas) e outra na Casa Civil (para questões políticas). As modificações estabelecidas só serão feitas após as comunidades quilombolas serem consultadas. As consultas ainda não ocorreram e 2 tentativas do governo já fracassaram. Segundo a AGU, entidades ligadas aos quilombolas encaminharam uma proposta de metodologia de consulta que será analisada nesta semana.

O movimento sindical se adapta às mudanças da família e começa a incluir políticas para o trabalhador homossexual no rol de reivindicações. Programas de combate à discriminação e pela inclusão de parceiros nos planos de saúde e de previdência entram nas negociações dos dissídios. O Sindicato dos Enfermeiros do estado de São Paulo (região Sudeste), filiado à CUT conseguiu fixar essa obrigação para os patrões em setembro de 2007. O afastamento para cuidar do parceiro doente e inclusão do companheiro no plano foram garantidos em 3 convenções coletivas, atingindo 15 mil pessoas. A Federação dos Químicos de São Paulo, ligada à Força Sindical, tentará incluir tratamento igualitário aos homossexuais na convenção da indústria farmacêutica em abril de 2008. Segundo Sérgio Luiz Leite, secretário-geral da Federação e primeiro secretário Nacional da Força Sindical, a idéia é permitir a inclusão de quem apresentar declaração pública registrada ou reconhecimento do INSS. "O sindicato patronal alegou que não teria noção do alcance econômico da medida" – explica. Segundo Elaine Leoni, da comissão Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBTT) da CUT estadual, o tema está na pauta da CUT há 4 anos, numa determinação para 3 mil sindicatos filiados e, no estado, a maioria dos sindicatos já incluiu as cláusulas de igualdade.

Aproximadamente mil integrantes da Via Campesina, de acordo com informações da Agência Chasque de Notícias, cerca de 800 manifestantes, na maioria mulheres, segundo a PM, bloqueiam e ocupam a estrada de ferro Vitória-Minas da mineradora Vale do Rio Doce em Resplendor - Minas Gerais (região Sudeste). Os manifestantes pedem o fim do agronegócio e a reestatização da Vale. A Vale informa, por meio de sua assessoria, que o maquinista Pedro Simões é mantido refém na locomotiva, onde fica sem comer e beber durante horas. Os trabalhadores negam. Para a PM, o funcionário fica no trem por ordem da empresa. Os manifestantes reivindicam ainda a reavaliação do impacto ambiental da construção da barragem de Aimorés na região e o pagamento de indenizações ás famílias que ficaram desalojadas com a construção finalizada em 2005. A usina, localizada no rio Doce e com 330 megawats de potência, é controlada pela Vale e pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). Em nota, a Via Campesina critica o uso da

hidrelétrica para fins particulares e aponta os impactos negativos para a população local e para o meio ambiente. Entre eles, está a inviabilização do sistema de esgoto da cidade, já que a barragem inundou dois mil hectares de terra. Os agricultores também denunciam que apenas 40 das 2 mil famílias diretamente afetadas foram indenizadas pela empresa. Já a Vale critica a ação dos camponeses, aponta os prejuízos e chama o protesto de "mais uma ação criminosa do MST". O protesto faz parte da série de manifestações em razão do Dia Internacional da Mulher (08 de março). Com a paralisação da ferrovia, cerca de 300 mil toneladas de minério de ferro deixam de ser transportadas para o porto de Tubarão, no Espírito Santo (região Sudeste). O embarque de passageiros, cerca de 2,5 mil por dia, também é suspenso. A Justiça de Resplendor concede liminar de reintegração de posse à Vale e os manifestantes desocupam os trilhos às 16h30min. Os manifestantes terminam o ato com uma passeata pela cidade. A Vale classifica as ocupações como "atos de banditismo". A mineradora afirma que pretende identificar os líderes e processá-los. A Vale lista 7 manifestações do MST em vários estados desde o fim de agosto de 2007. Uma outra ocupação, segundo a empresa, foi feita pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Segundo o diretor ambiental da Vale, Walter Cover, todas as vezes que sofreu "invasões" a empresa recorreu à via judicial, mas a idéia agora é responsabilizar as próprias organizações, o que seria feito por meio das lideranças.

Mais de 600 mulheres realizam uma marcha pelas ruas do centro de Belo Horizonte – Minas Gerais (região sudeste) para denunciar as desigualdades e afirmar a sua luta por autonomia, respeito e dignidade. Em frente ao prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), as manifestantes colaram cartazes se posicionando contra as reformas que retiram direitos dos trabalhadores. Ao passar pela Praça 7, uniram-se à marcha de trabalhadores que realizavam um ato, organizado pelas centrais sindicais, a favor da redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas, sem redução de salários. Pouco depois, a manifestação parou em frente à Igreja de São José, onde as mulheres fizeram um minuto de silêncio em memória das vítimas do aborto clandestino no país. Mais à frente, os integrantes da marcha bloquearam a entrada de um grande supermercado, afirmando a luta contra as transnacionais que, visando somente o lucro, exploram a força de trabalho. Encerrando a marcha, as mulheres deitaram-se em frente ao Palácio da Liberdade, sede do governo de Minas Gerais, para denunciar a violência do estado e das transnacionais contra as mulheres. Elas lembraram ainda as milhares de vítimas do feminicídio em todo o mundo, especialmente em Ciudad Juárez, no México, onde a violência e assassinato em massa de mulheres aconteceu de forma brutal e assustadora na década de 90.

Cerca de cem estudantes da UNIOESTE, protestam na Assembléia Legislativa em Curitiba – Paraná (região Sul). Os estudantes reivindicam o fim da lista tríplice no processo de escolha do reitor nas universidades estaduais. Eles se reúnem com o presidente, Nelson Justus (DEM), e o presidente da Comissão de Educação, Péricles de Melo (PT), que enfatizam a necessidade de mais discussões. Atualmente, tramita na Assembléia a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional que prevê o fim da lista. Os estudantes consideram o sistema antidemocrático, já que quem escolhe o reitor é o governo do estado a partir da lista e não a comunidade acadêmica.

Cerca de 3 mil sem-terra ligados ao MST ocupam a Secretaria da Agricultura Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (Seagri). Os militantes reivindicam o cumprimento de

pautas negociadas e aprovadas pelo governo do estado em 2007 após uma grande marcha de Feira de Santana á capital do estado, Salvador, com mais de 5 mil trabalhadores rurais. Segundo o movimento, cerca de 70% da pauta aprovada durante a marcha não foi comprida. Dentre as reivindicações acordadas está a construção e recuperação de todas as casas dos assentamentos do MST e da Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados e Acampados (CETA). As ações fazem parte da Jornada de Lutas das Mulheres sem-terra.

Cerca de 200 trabalhadoras da Via Campesina promovem ato em frente à Igreja Matriz da Cidade de Quixeré no estado do Ceará (região Nordeste). O ato compõe o dia de Lutas das Mulheres da Via Campesina, contra o agronegócio e por Soberania Alimentar. Em frente á igreja, as mulheres ouviram o depoimento do senhor Valderi Rodrigues, ex-funcionário da empresa fruticultora – Banesa - que perdeu uma perna porque entrou em contato com substâncias químicas sem material de proteção adequado. O dia de Lutas das Mulheres da Via Campesina, contra o agronegócio e por Soberania Alimentar foi marcado por ato na chapada do Apodi**,** em frente à Banesa - Bananas do Nordestes S. O acidente ocorreu na época em que trabalhava para empresa, em 2005. Três anos depois, Valderi ainda não recebeu indenização. Após ouvirem o testemunho as mulheres organizaram um ato de repúdio em frente à empresa acusada de cometer crimes trabalhistas e de degradação ambiental. As mulheres afirmaram o direito e a liberdade para decidir o que e como produzir, com respeito à natureza e a cultura além de pedir o fim dos subsídios nos impostos, nas tarifas de água e energia. A Via Campesina se manifestava também contra o atual modelo de opressão e desigualdade de gênero e de classe.

3° feira 11

A Via Campesina divulga uma nota acusando a mineradora Vale de veicular informações falsas sobre a ocupação de seus trilhos no município de Resplendor – Minas Gerias (região Sudeste). Para Via Campesina, as denúncias da Vale funcionam como uma "cortina de fumaça". Seria uma estratégia da empresa para tratar as manifestantes como criminosas, desviar o foco de suas reivindicações e não discutir os impactos sociais causados pela mineradora. A ocupação foi feita por mulheres da Via Campesina no dia 10 de março e, de acordo com a Vale, seus funcionários foram feitos de reféns. A entidade garantiu que a ocupação ocorreu de forma pacífica e que "jornalistas de diversos meios de comunicação são testemunhas de que nenhum trabalhador da empresa ficou detido". A nota afirma que a ocupação era uma forma de "denunciar os impactos sociais e ambientais da construção da barragem de Aimorés, no Rio Doce". A barragem, concluída em 2005 pela Vale e pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), alagou 2 mil hectares. De acordo com a nota, 2 mil famílias foram diretamente prejudicadas e 100 mil, indiretamente. Mas apenas 40 famílias foram reassentadas.

Cerca de 400 pessoas iniciam uma manifestação na entrada da Usina Hidrelétrica de Machadinho na divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul (região Sul). A ação faz parte da Jornada de lutas do dia 14 de março – dia internacional de lutas contra as barragens. Também há ações em Erechim. Os agricultores reivindicam a solução dos problemas deixados pela construção da usina, pois passados seis anos do fechamento das

comportas para o represamento da água, problemas de toda ordem ainda afetam a vida dos moradores. Eles reivindicam investimento na infra-estrutura das comunidades, solução para problemas ambientais, melhora na qualidade de energia, diminuição da tarifa de energia elétrica e questões referentes ao desenvolvimento regional. Segundo site do MST, A Usina Hidrelética de Machadinho é de propriedade do consórcio Maesa, formado por grandes grupos econômicos, na sua maioria estrangeiros: Votorantim (33,10%), Alcoa (25,75%), Tractebel Suez (19,25%), Vale (8,50%), Camargo Correia (5,25%). Por ano, estas empresas têm um faturamento R$ 550 milhões com a venda da energia elétrica.

Aproximadamente 700 integrantes do MAB, 500 segundo a Eletronorte ocupam a Unidade Termelétrica Rio Madeira, no Bairro Nacional, em Porto Velho - Rondônia (região Norte). A ação faz parte da Jornada de Lutas do dia 14 de março - data que marca o dia internacional de luta contra as barragens. Os integrantes do MAB reivindicam que a distribuidora de energia estatal, que administra a usina, Eletronorte, indenize e assente as 650 famílias que foram desabrigadas com a construção da Usina Hidrelétrica de Samuel, na década de 1980, também em Porto Velho e chamam a atenção para a situação das famílias que serão atingidas pela construção das usinas do Rio Madeira. A Eletronorte afirma que "já cumpriu com todas as obrigações com a construção da barragem" A obra da Unidade Termelétrica Rio Madeira é financiada pelo BNDES e deve custar mais de R$ 40 bilhões. O integrante da coordenação nacional do MAB, José Josivaldo, explica que a barragem de Samuel foi construída na década de 80. A obra expulsou cerca de mil famílias de suas terras, sendo a que a maioria ainda não foi indenizada.Segundo o MAB, o conjunto das obras previstas no Rio Madeira deve expulsar 5 mil famílias de suas terras. A Comissão Mundial de Barragens ligada a Organização das Nações Unidas (ONU), estima que no mundo, cerca de 80 milhões de pessoas já foram atingidas direta ou indiretamente pela construção de barragens. No Brasil, as grandes hidrelétricas já expulsaram aproximadamente um milhão de pessoas, e destas, 70% ainda não foram devidamente indenizadas.

Integrantes do MAB e da Via Campesina ocupam o pátio da multinacional Tractebel Energia no Paraná (região Sul) e cerca de mil pessoas ocupam a portaria da hidrelétrica de Salto Santiago, em Saudade do Iguaçu também no estado. Os agricultores protestam contra lei que os impede de viver a menos de cem metros da mata ciliar no entorno do lago da barragem. Depois de terem sido expulsos pelo lago da barragem, agora mais uma vez correm o risco de perderem as terras. A ação faz parte da jornada de lutas do dia 14 de março - data que marca o dia internacional de luta contra as barragens.

Cerca de 400 manifestantes de movimentos que integram a Via Campesina, como MAB e MST, bloqueiam e ocupam o canteiro de obras da Barragem de Estreito, uma das principais obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a geração de energia, no estado do Tocantins (região Norte), na divisa com Maranhão (região Nordeste) a usina é construção do Consórcio Estreito Energia (Ceste). Os Movimentos Sociais exigem a paralisação das obras da usina e demais ao longo do rio Tocantins, para que seja feito um novo levantamento de impacto ambiental, pois o realizado anteriormente omite que cerca de 21 mil pessoas serão atingidas diretamente pela barragem; comunidades quilombolas do Bico do Papagaio, aldeias indígenas e um assentamento do MST. O Ceste diz que a obra está paralisada. A assessoria de comunicação do Estreito Energia informa que os

manifestantes depredaram as futuras instalações de um batalhão da PM, que fica em frente ao local. O coordenador estadual do MAB, Cirineu Rocha, diz que, na primeira tentativa de ocupação, os PM's que esperam pelos manifestantes dão tiros para o alto. Os sem-terra, impedidos de entrar, levantam um acampamento e não permitem a entrada de funcionários nem de veículos. O juiz Gilmar de Jesus Emerton Vale, de Estreito, concede liminar ao Ceste, determinando à polícia medidas de reintegração de posse. Rocha diz que a manifestação tem 3 reivindicações: a abertura do diálogo com o Ceste e a criação de um fórum de negociação, a aplicação de direitos já conquistados em outras barragens e o respeito aos direitos dos indígenas atingidos. Segundo informações do MAB por volta das 23h30, o agricultor Welinton da Silva Silva levou um tiro na perna. Segundo relato, um carro tipo Uno, de cor cinza, entrou no acampamento, disparou vários tiros e foi embora. Mesmo após o episódio, a polícia se recusou a dar segurança ao acampamento. Segundo testemunhas, o tiro é disparado por Luiz Carlos Pereira Lima, que seria gerente de Transportes do Ceste, que constrói a usina. A secretária Estadual de Segurança Cidadã, Eurídice Vidigal, diz que o tiro resultou de uma briga entre os manifestantes e um trabalhador da obra. Segundo ela, o número de manifestantes acampados cai de 300 para cerca de 70 pessoas. Lima é preso. O presidente do Ceste, Paulo Renato Ponte, nega que Lima seja funcionário do Consórcio e que a obra tenha um gerente de transportes. Ele garante que os disparos não são registrados no canteiro de obras. A ação integra a jornada de lutas do dia 14 de março - data que marca o dia internacional de luta contra as barragens. Os manifestantes afirmam que a mobilização se estenderá até que o Ministério de Minas e Energia, a Casa Civil e o Ibama discutam a pauta levantada pelos movimentos. Uma reunião foi programada para discutir as reivindicações dos movimentos no dia 13 de março.

Cerca de 700 integrantes do MAB de Castanhão, Jaguaribe e Macito Baturité no Ceará (região Nordeste), ocupam, o canteiro de obras do Canal da Integração em Morada Nova. O canal constitui-se de um complexo de estação de bombeamento, canais, sifões, adutoras e túneis, que realizam a transposição das águas do Açude Castanhão para o Complexo Portuário e Industrial do Pecém, onde se localizam várias indústrias siderúrgicas. Para o MAB, o projeto hídrico para o abastecimento da região metropolitana da capital, Fortaleza, beneficia indústrias siderúrgicas. O governo estadual diz que a obra é "de extrema necessidade e é prioritariamente para o consumo da população da região da capital". Os manifestantes apresentam uma pauta de reivindicações diversificada, desde a conclusão de obras de infra-estrutura nas casas dos reassentamentos à implantação de projetos de irrigação com subsídio de água e energia, sem custo para as famílias. O MAB protesta contra o canal, que segundo o movimento, representa a privatização da água. A ação integra a jornada de lutas do dia 14 de março - data que marca o dia internacional de luta contra as barragens. Também há ações em João Pessoa – Paraíba (região Nordeste).

Um índio saterê-mauê é contido pela tropa de choque da PM no Amazonas (região Norte) em uma operação de reintegração de posse determinada em fevereiro de 2008, na Comunidade Lagoa, às margens da rodovia AM-010, na capital, Manaus. A PM destrói o acampamento dos índios para expulsar cerca de 200 pessoas, segundo o jornal O Globo, e 400, segundo o Folha de São Paulo, de uma propriedade privada e de proteção ambiental, com mais de 180 mil metros quadrados. A PM diz que os índios foram previamente avisados da operação, mas se armaram com arco-e-flecha para enfrentar 150 soldados. Há disparos de balas de borracha e bombas de efeito moral. Segundo a PM, 1 índio e 6

policiais ficam feridos. Os índios identificam entre si 2 pessoas feridas, sendo uma delas Valda Ferreira de Souza, grávida de 4 meses. 4 índios, segundo o jornal O Globo, e 12, segundo o Folha de São Paulo, são presos. O líder indígena Sebastião Gomes diz que sabia que a terra não é dos índios, mas que muitos não têm acesso à moradia.

A Câmara dos deputados, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), aprova, por 234 votos a favor, 171 contra e 6 abstenções, a manutenção da contribuição sindical obrigatória para todos os trabalhadores assalariados, sindicalizados ou não, mantendo a concepção de sindicalismo atrelado ao Estado proveniente da legislação de Getúlio Vargas. Em outubro de 2007, na votação do projeto de lei que regulamenta as centrais sindicais, o fim da cobrança compulsória do imposto na folha de pagamento chegou a ser aprovado na Câmara, por 215 votos, com uma emenda do deputado Augusto Carvalho (PPS). No entanto, em dezembro de 2007, o Senado mudou o texto da Câmara e manteve a cobrança compulsória. Com a aprovação do texto no Senado, além do trabalhador ter descontado neste mês de março o correspondente a 1 dia de seu salário, as centrais passam a ter direito a 10% da parcela de 20% repassados atualmente ao Ministério do Trabalho. O total de recursos é de R$ 1,3 bilhão por ano.

Policiais usam violência para cumprir determinação da Justiça de reintegração de posse de uma área particular ocupada por um grupo do Movimento dos Sem-Teto do Norte (MSTN) do qual participavam indígenas. A área está localizada no Km 11 da estrada AM-010, que liga Manaus à Itacoatiara no estado do Amazonas (região Norte). Segundo indígenas e sem-teto, os cerca de 150 policiais que participaram da ação usaram bombas de gás lacrimogêneo e gás de pimenta contra o grupo. 22 pessoas foram detidas em virtude do confronto com a PM. Dois índios da etnia saterê-mauê ficaram feridos, entre eles uma mulher, Valda Ferreira de Souza. Segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), do total, de pessoas detidas, quatro delas são mestiças e 15 são brancas. Somente três eram indígenas. Segundo a PM, o confronto foi deflagrado porque os policiais foram recebidos pelos ocupantes da terra com "pedradas e flechadas".

4° feira 12

Cerca 600 integrantes do MAB, Via Campesina, de entidades populares, ambientalistas e sindicais ocupam, a sede do Ibama em São Paulo (região Sudeste). Na região será construída a hidrelétrica de Tijuco Alto e toda energia produzida será utilizada exclusivamente pela a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), empresa do Grupo Votorantim.Os manifestantes protestam contra o parecer técnico do Ibama favorável à liberação das obras da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto (outras 3 barragens estão previstas para o local: Funil, Itaoca e Batatal). Segundo site do MST, a decisão do Ibama "desconsidera uma série de fatores fundamentais, tais como: pareceres técnicos que indicavam problemas após a construção do reservatório; questões que dizem respeito à segurança da barragem, inundação de cavernas e de áreas agricultáveis, qualidade da água (esgoto e chumbo); redução da pesca da manjuba - base econômica de mais de quatro mil famílias; expulsão de famílias de suas localidades de origem". No fim do dia, os movimentos foram recebidos pela presidência do órgão que firmou um acordo em torno de dois pontos fundamentais. O primeiro deles estabelece que nenhuma decisão será tomada

sem antes serem ouvidas as questões e dúvidas da população do Vale do Ribeira em relação à barragem. O segundo prevê a possibilidade de se realizar uma reunião pública na região, para que a equipe técnica do órgão possa justificar seu parecer, ouvir os pontos apresentados pela população e, se for o caso, reformular o parecer. A ação faz parte das comemorações da semana de 14 de março, dia de atos e protestos mundiais contra a construção de barragens, em defesa da vida e da natureza e pelos direitos dos atingidos.

Cerca de 100 famílias bloqueiam a rodovia BR 153 próximo ao município de Processão em São Paulo (região Sudeste). As famílias pertencem ao Acampamento Simón Bolívar, no município e protestam contra uma ordem de despejo, que ocorre em razão da privatização das rodovias federais. O acampamento foi criado em novembro de 2004, quando cerca de 450 famílias ocuparam a Fazenda Independência, no município de Sabino. Após um longo processo entre despejos e novas ocupações, parte deste acampamento se instalou às margens da BR-153, próximo ao Assentamento Reunidas.Além de manifestarem contra a privatização da rodovia, as famílias reivindicam áreas na região destinadas a implantação de assentamentos de reforma agrária.

Agricultores bloqueiam a BR-104, localizada a 6 km da cidade de Campina Grande, na Paraíba (região Nordeste). A ação é um protesto contra o desrespeito aos direitos dos atingidos por barragens de Acauã também no estado. A situação social das famílias em Acauã é considerada pelo MAB a pior, dos reassentados por uma barragem no Brasil. Por volta do meio-dia, os manifestantes deixaram o local, após marcarem uma audiência com a Secretaria de Recursos Hídricos da Paraíba, que deve ocorrer no dia 19 de março. A ação integra a jornada de lutas do dia 14 de março - data que marca o dia internacional de luta contra as barragens.

Cerca de 700 trabalhadores ligados ao MST bloqueiam as rodovias BR-406, que liga a cidade de João Câmara a Natal, e a BR-304 que liga Natal a Mossoró, no Rio Grande do Norte (região Nordeste). O MST quer chamar a atenção do Incra para que sejam resolvidas questões referentes ao Plano de Recuperação de Assentamentos do estado e outros assuntos já encaminhados pelo órgão, porém não cumpridos, como vistoria e desapropriação de áreas destinadas à Reforma Agrária. Segundo os manifestantes, ainda pela manhã a polícia chegou ao local e com uma viatura do 2° Batalhão da PM de Mossoró tentou encerrar o bloqueio jogando o automóvel para cima dos trabalhadores. Há princípio de conflito com a PM, 2 agricultores são presos, mas ninguém fica ferido.Os trabalhadores afirmam que somente liberarão a rodovia quando o Superintendente nacional do Incra se comprometer em atender o movimento.

Cerca de 650 integrantes do MAB e da Via Campesina trancam a BR-158 no Paraná (região Sul). Desde o dia 11 de março os militantes ocupam o pátio da multinacional Tractebel Energia. Os agricultores protestam contra lei que os impede de viverem a menos de cem metros da mata ciliar no entorno do lago da barragem. Depois de terem sido expulsos pelo lago da barragem, agora mais uma vez correm o risco de perderem as terras. A ação faz parte das comemorações da semana de 14 de março, dia de atos e protestos mundiais contra a construção de barragens, em defesa da vida e da natureza e pelos direitos dos atingidos.

Cerca de 200 pessoas de vários municípios da região de Erechim, no Rio Grande de Sul (região Sul) concentram-se em frente ao escritório da empresa Rio Grande Energia (RGE) para fazer a entrega da autodeclaração para fins de recebimento de desconto na tarifa de energia elétrica. No dia 11 de março, moradores dos Bairros de Santa Isabel e Polígono 21 também foram até a RGE, entregar as autodeclarações. A ação integra a jornada de lutas do dia 14 de março - data que marca o dia internacional de luta contra as barragens.

Moradores de bairros periféricos de Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste), fazem um ato em frente à Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). O objetivo da manifestação é pressionar o governo pelo cumprimento da liminar expedida pelo Tribunal Regional Federal, baseada na lei 10.438/02, que garante que as famílias que consomem até 220Kwh/mês de energia elétrica possam receber os descontos referentes à Tarifa Social Baixa Renda na conta de luz. No dia 10 de março os militantes promoveram uma ação nos trilhos da Vale.

Cerca de mil pessoas representantes da sociedade civil realizam ato nacional na Câmara dos deputados em Brasília – Distrito Federal (região Centro-Oeste). O objetivo do ato é cobrar do Congresso Nacional a aprovação imediata da Proposta de Emenda a Constituição (PEC) 438 que irá permitir a expropriação de terras onde forem encontrados trabalhadores em condições semelhantes à de escravidão e destiná-las à reforma agrária. Em 2004, a Proposta foi aprovada no senado e depois na Câmara em primeiro turno. Desde então, espera pela segunda votação no Câmara e ainda precisa voltar ao senado por ter sido modificada pela bancada ruralista do Câmara. Para a aprovação na Câmara serão necessários 308 votos favoráveis dos 513 deputados. Durante o ato, os trabalhadores José Alves de Souza do estado do Maranhão e Ivo Ferreira Bastos do estado do Pará, entregaram aos presidentes do Senado, Garibaldi Alves (PMDB) e da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT) uma carta elaborada pelos movimentos populares contra ao trabalho escravo e pela aprovação da PEC. Ambos já foram vítimas de trabalho escravo.

Ativistas do Greenpeace protestam em um supermercado da cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) contra a falta de rotulagem adequada e satisfatória nos produtos fabricados pelas empresas Bunge e Cargill. Aproximadamente 15 manifestantes colaram adesivos com o símbolo da rotulagem em margarinas, maioneses, molhos e bebidas fabricados pelas duas empresas. De acordo com a coordenadora da campanha de engenharia genética da Organização Não-Governamental (ONG) Greenpeace, Gabriela Vuolo, esta ação no Rio de Janeiro faz parte de um conjunto de mobilizações organizadas pelo Greenpeace, intitulada de Semana do Consumidor. Desde 2004 há uma lei no Brasil que obriga a rotulagem de todo produto alimentício fabricado com 1% ou mais de matéria-prima transgênica. Porém, Vuolo afirmou que a Bunge e a Cargill vêm escondendo sistematicamente o uso de transgênicos na fabricação de seus produtos. As empresas só rotularam os óleos depois que foram acionadas pela Justiça, em 2005.

A Funai afirma que índios são usados como escudo por grileiros e sem-teto durante ocupação de um terreno particular no dia 11 de março em Manaus – Amazonas (região Norte). Das 22 pessoas detidas após confronto com a PM, apenas 3 eram indígenas, segundo a fundação; outras 4 mestiças e 15 brancas. De acordo com o administrador da Funai no Amazonas, Edgar Fernandes (indígena, da etnia Baré), que entregou um relatório

ao Ministério Público Federal da participação de indígenas na ocupação, apesar de comprovada participação de índios no conflito, eles não habitavam o local junto com os sem-teto. Segundo o presidente do Movimento dos Sem Teto do Norte, Agnaldo Pereira, que se apresenta como índio da etnia Cocama, das mil famílias que ocuparam o terreno, 400 são de índios que vivem em Manaus. “Os índios foram usados por motivo escuso colocando a integridade física deles em perigo”, afirma Edgar Fernandes. A Procuradoria da Funai diz que pedirá uma investigação ao Ministério Público Federal sobre as agressões aos índios. Um inquérito é aberto pela Polícia Civil do Amazonas para investigar a participação dos índios na ocupação.

Manifestantes começam a deixar o canteiro de obras do Canal de Irrigação, em Morada Nova – Ceará (região Nordeste), após negociação. Os manifestantes estavam no local desde o dia 11 de março. Para o MAB, o projeto hídrico para o abastecimento da região metropolitana da capital, Fortaleza, beneficia indústrias siderúrgicas. O governo estadual diz que a obra é “de extrema necessidade e é prioritariamente para o consumo da população da região da capital”. Os manifestantes apresentam uma pauta de reivindicações diversificada, desde a conclusão de obras de infra-estrutura nas casas dos reassentamentos à implantação de projetos de irrigação com subsídio de água e energia, sem custo para as famílias.

Manifestantes encerram o protesto em frente à usina hidrelétrica de Machadinho, na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina (região Sul), após agendarem uma audiência. Os agricultores reivindicam a solução dos problemas deixados pela construção da usina, pois passados seis anos do fechamento das comportas para o represamento da água, problemas de toda ordem ainda afetam a vida dos moradores. Eles reivindicam investimento na infra-estrutura das comunidades, solução para problemas ambientais, melhora na qualidade de energia, diminuição da tarifa de energia elétrica e questões referentes ao desenvolvimento regional.

Auditores do Ministério do Trabalho fiscalizam desde o dia 11 de março lavouras de cana-de-açúcar na região de São José do Rio Preto, em São Paulo (região Sudeste), e encontram irregularidades como botas rasgadas pelo golpe do facão, falta de equipamento de proteção e ônibus em condições precárias. As usinas dizem que vão apurar os problemas detectados para corrigi-los. A equipe também vistoria 12 moradias de cortadores ligados à Usina Moreno. 4 delas precisam ser interditadas por estarem superlotadas e em más condições de higiene. Os moradores dessas casas – em torno de 50 bóias-frias – terão de ser transferidos a outros imóveis, custeados pela usina. A blitz nos canaviais integra uma seqüência de ações deflagradas há 3 anos depois da denúncia de que trabalhadores morreram em canaviais paulistas, por suspeita de excesso de esforço. Ao todo, a fiscalização envolve 2.989 trabalhadores ligados a 7 empresas, entre usinas e empresas de transporte de trabalhadores. São lavrados 56 autos de infração e 5 ônibus são interditados. A fiscalização detecta mais problemas com os trabalhadores da Usina Moreno, que recebe 20 multas. No dia 11, fiscais encontraram no corte de cana em Monte Aprazível 60 trabalhadores da Moreno. Segundo os auditores, praticamente todos os itens da segurança dos trabalhadores estavam irregulares – a multa mínima é de e R$ 6 mil por descumprimento,mas o valor final ainda será calculado. Os 2 ônibus que todos os dias viajavam 60 quilômetros com os

bóias-frias estão com a lataria toda destruída e os vidros quebrados. O transporte é feito por uma empresa terceirizada. Pelas condições precárias, os 2 veículos são interditados. No campo, trabalhadores usam Equipamentos de Proteção individual desgastados. Além disso, não há barracas sanitárias nem galões de água fornecidos pela usina – cada trabalhador precisa comprar o seu. Ainda há denúncia de pagamento irregular, segundo o auditor fiscal Antônio Carlos Avancini. Em outra lavoura, em Onda Verde, da usina Vale, os fiscais encontram os bóias-frias trabalhando no plantio sem equipamentos de proteção, a não ser luvas. A equipe de auditores ainda fiscaliza canaviais em Planalto, também da Moreno.

O advogado Nonnato Masson, que acompanha os trabalhadores ligados ao MAB, relata que o atentado contra um trabalhador do MST, no dia 11 de março por um funcionário da Ceste, foi apenas uma das ameaças da empresa contra os trabalhadores. Masson, informou que testemunhas afirmam que o gerente havia visitado o acampamento pela manhã fazendo ameaças para que eles saíssem do local, caso contrário, ele mesmo os tiraria. Durante a tarde, o gerente do Ceste, Luis Carlos Pereira ainda teria voltado duas vezes, fazendo as mesmas ameaças. Mas foi durante a noite que ele teria voltado e efetuado seis tiros, atingindo um manifestante do MST, que precisou ser levado ao hospital da cidade. Pereira está preso em Estreito por tentativa de assassinato do Welinton Silva de 18 anos.

5° feira 13

A brasileira que deu nome à lei Maria da Penha; Maria da Penha Maia Fernandes, de 63 anos, será indenizada pelas violências que sofreu do marido Marco Antônio Heredia Viveros, com quem foi casada durante seis anos. Maria deve receber R$ 60 mil do governo do Ceará (região Nordeste). O anúncio foi feito pelo próprio governador do estado do Ceará Cid Gomes do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Maria lutou vinte anos para ver seu agressor condenado. Antonio Viveros deveria cumprir 19 anos de prisão, no entanto, foi libertado depois de três anos de retenção. Já os R$ 60 mil pagos como indenização, valem mais como um ato simbólico da lutas das mulheres. O valor mal paga os gastos que Maria da Penha teve após ficar paraplégica. A luta de Maria da Penha chama a atenção da sociedade há sete anos. Em 2001, Maria conseguiu que a Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) determinasse que o estado do Ceará pagasse uma indenização de R$ 20 mil por não ter punido o homem que a agredia e que até tentou matá-la. O pagamento agora é feito em valores corrigidos. Maria da Penha ficou paraplégica depois que o marido lhe acertou um tiro pelas costas.A lei, em vigor dede 2006, prevê pena de até três anos de prisão em casos de agressões física ou moral contra a mulher. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres informa que recebe aproximadamente 3 mil denúncias por dia. Informações da própria Secretaria mostram que uma mulher é espancada a cada quatro minutos no Brasil.

Na reunião com a Promotoria Pública de Imperatriz, no Maranhão (região Nordeste), a ausência do Consórcio Estreito Energia (Ceste) impediu que o diálogo sobre a construção da Barragem em Estreito avançasse. Na pauta principal da reunião estava a criação de um fórum de debate com as populações a serem atingidas pela construção da barragem. Com a ausência da Ceste, uma nova reunião teve de ser marcada para o dia 18 de março.

Comandantes e generais da Policia Militar, Civil, Rodoviária Federal e da Guarda Nacional tentaram realizar o despejo dos militantes, mas o acordo garante a permanência do acampamento até o resultado da próxima reunião, no dia 18 de março. Além da ausência da construtora da obra, representantes do Ibama que participaram da reunião informaram que não podiam tomar nenhum posicionamento em relação às propostas do MAB. Para a coordenação do MAB, o posicionamento deixa clara a omissão do Governo Federal sobre o caso e a pretensão de construir a qualquer custo esta barragem, mesmo que seja consultada a população a ser atingida. O advogado Nonnato Masson, que acompanha os trabalhadores, relatou que o atentado contra um trabalhador do MST, baleado dia 11 de março por um funcionário da Ceste, foi apenas uma das ameaças da empresa contra os trabalhadores. Masson, informou que testemunhas afirmam que o gerente havia visitado o acampamento pela manhã fazendo ameaças para que eles saíssem do local, caso contrário, ele mesmo os tiraria. Durante a tarde, o gerente do Ceste, Luis Carlos Pereira ainda teria voltado duas vezes, fazendo as mesmas ameaças. Durante a noite que ele teria voltado e efetuado seis tiros, atingindo um manifestante do MST, que precisou ser levado ao hospital da cidade. Pereira está preso em Estreito por tentativa de assassinato do Welinton Silva de 18 anos.

Na 3ª semana da Operação Arco de Fogo, fiscais do Ibama, da Sema e da Polícia Ambiental do Pará (região Norte) apreendem, durante ação cerca de 300 toras de madeira nobre enterradas em uma serraria do município de Tabatinga, no estado. As toras estavam distribuídas sob serragens no pátio da serraria Santo André e só são identificadas por causa da chuva, que possibilita aos fiscais identificarem o formato da madeira debaixo do material. O dono da empresa é detido. Esta é a primeira prisão desde o início da operação. Segundo o governo estadual, a madeira foi obtida de espécies nobres de árvores, como angelim e jatobá. Hoje também, fiscais da Sema, do Ibama e da Polícia Federal sobrevoam uma área de 5 Km em volta de Tailândia e descobrem entre 300 e 500 toras abandonadas em um milharal próximo à rodovia PA-150.

Trabalhadores filiados ao Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói fazem manifestação na Avenida Rio Branco e em frente à sede da Petrobras, no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os trabalhadores alegam que há risco de corte de empregos nos estaleiros da região, caso a plataforma P-62 não seja construída no local. Os metalúrgicos afirmam que, se houver licitação para a obra, ela poderá ir para os melhores estaleiros pelo menor preço. Segundo o presidente do sindicato, José de Oliveira Mascarenhas, cerca de 3 mil trabalhadores participam do protesto. A diretoria da Petrobras recebe os representantes do sindicato e explica que os estudos da P-62 ainda estão em andamento. Segundo Mascarenhas, os estaleiros de Niterói têm tecnologia para construir a P-62, que seria um clone da P-54. Ele afirma que há respaldo jurídico para que a obra seja feita sem licitação e que “uma licitação atrasaria o processo e isso implicaria mais demissões em Niterói”. A Petrobras reitera seu compromisso com o conteúdo nacional e se dispõe a dar informações aos sindicalistas sobre no prazo de aproximadamente 2 semanas.

Moradores da favela Paraisópolis, em São Paulo – SP (região Sudeste), encerram protesto contra uma série de atropelamentos, iniciado no dia 12 de março quando uma criança de 9 anos foi atropelada por uma motocicleta. Os moradores afirmam que só em 2008 foram mais de 10 atropelamentos na via. Depois que ela foi socorrida, os moradores fecharam a avenida com pneus em chamas, apedrejaram veículos que tentaram furar o bloqueio e

incendiaram um carro de um morador. A avenida só é liberada com a intervenção da PM. A Prefeitura de São Paulo anuncia a implantação de melhorias no trânsito da avenida que é o principal alvo das reclamações. Não há registro de feridos. Segundo a associação de moradores, uma mulher vai para o hospital após passar mal com a fumaça das bombas lançadas pelos policiais. Segundo o presidente da associação de moradores, Gilson Rodrigues, a prefeitura promete para o dia 14 de março o início da implantação de lombadas física e eletrônica.

6° feira 14

Cerca de 50 famílias sem-terra reocupam a fazenda Serraria, em Caruaru, agreste de Pernambuco (região Nordeste). Segundo os militantes, durante a ação, as famílias foram cercadas e ameaçadas por PM`s fortemente armados. A fazenda Serraria, é reivindicada pelo MST há mais de 10 anos. Esta é a segunda ocupação esta semana A área já foi ocupada diversas vezes, e as famílias já sofreram vários despejos. Mesmo sem possuir mandato judicial de reintegração de posse, a policia manteve as famílias sob a ameaça de mais um despejo violento.Por não terem nenhuma sustentação legal os policiais tiveram que deixar a área. Ainda no estado, cerca de 100 famílias ligadas ao MST ocupam a fazenda Carnaúba, localizada no município de Ibimirim.

Aproximadamente 200 famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e o MAB realizam uma marcha em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Os manifestantes protestam contra os altos preços da energia elétrica. A manifestação teve início no Terminal Antônio de Carvalho e seguiu para à sede da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), localizada na avenida Ipiranga. Na CEEE, os militantes entregaram a liminar do 1º Tribunal Regional Federal de Brasília que garante que famílias carentes que consomem até 220 kwh/ mês podem acessar os descontos da Tarifa Social. No caso do Rio Grande do Sul, a medida vale para quem consome até 160kwh/ mês. Famílias de comunidades carentes de Canoas, Alvorada e Eldorado do Sul, na região metropolitana; das comunidades das Ilhas do Guaíba, e de bairros de Porto Alegre, como Planetário, do Condomínio Princesa Isabel, da Integração dos Anjos, dos Papeleiros, do Morro da Cruz, da Bom Jesus e do Agronomia entregaram à CEEE as autodeclarações. Com o benefício, a conta de energia elétrica pode ser até 65% mais barata no final do mês. A marcha integra a Jornada de Lutas do Dia 14 de Março, Dia Internacional de Lutas Contra as Barragens. Durante a semana, o MAB e demais organizações que integram a Via Campesina realizaram ações em outros 10 estados contra o preço abusivo da energia elétrica e a construção das grandes usinas hidrelétricas, que geram grandes impactos nas comunidades locais e no meio ambiente, entre outros temas. Também ocorrem protestos em Erechim – Rio Grande do Sul (região Sul) e Uruaçu – Goiás (região Centro-oeste).

Cerca de 200 moradores representantes de mais de 600 famílias da Comunidade do Moinho em São Paulo (região Sudeste) marcham, da comunidade localizada no bairro de Campos Elíseos, na região central, até o Hotel Intercontinental, na região da Avenida Paulista, onde acontecia o evento "Os Desafios da Urbanização de Favelas: Compartilhando a Experiência de São Paulo". As famílias protestam contra a política de especulação imobiliária que vem sendo implementada no centro e que prevê a construção de um parque no local onde

residem há mais de 25 anos trabalhadores que realizam a coleta e seleção de material reciclado. Foi Protocolado no dia 13 de março, na 17º vara da Justiça Federal uma ação de usucapião, que garante a posse da terra para ocupantes que residem na área há mais de 5 anos sem ter outra propriedade em seu nome. O terreno, no valor de R$ 1,2 milhão, foi recentemente adquirido pela prefeitura, que há anos vem construindo estratégias para justificar a expulsão destas famílias.

2° feira 17

O Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público Estadual (MPE) do Maranhão (região Nordeste) entram com uma ação civil pública contra o Ibama e o Ceste (Consórcio Estreito Energia), questionando a lisura do processo de licitação que deu ao Ceste a concessão de construção e exploração da Usina Hidrelétrica de Estreito, no município de mesmo nome, no estado. A ação, que se encontra na Justiça Federal, em Imperatriz, no gabinete do juiz Alex Schramm de Rocha, foi iniciada em março de 2006 e até o momento não foi julgada. Todo o processo já foi concluído para sentença em outubro de 2007, inclusive com apresentação de defesa por parte do Ibama e Ceste. Caso Rocha julgue favorável ao MPF e MPE, as obras da UHE Estreito serão paralisadas imediatamente. Existem ainda outras três ações contra o Ibama e o Ceste na Justiça Federal de Imperatriz. Duas no gabinete do juiz Rocha, sendo uma delas pedindo a revogação da licença ambiental para construção da usina. O outro estaria com o juiz federal Lucas Rosendo Máximo Araújo. A entrada do canteiro de obras da UHE Estreito está ocupada desde o dia 11 de março, por cerca de 400 ribeirinhos, agricultores, pescadores, extrativistas, barqueiros, barraqueiros e indígenas. Segundo o coordenador estadual do MAB, Cirineu Rocha, eles reivindicam uma audiência com órgão do governo federal para discutirem os impactos sociais, ambientais e econômicos conseqüentes do enchimento do lago da usina.

Ação da Polícia Federal, intitulada “Segurança no Lar”, cumpriu 56 mandados de busca e apreensão para fechar rádios comunitárias no estado de Pernambuco (região Nordeste). A ação contou com 60 policiais, distribuídos em 18 equipes, que fecharam 30 rádios. Os policiais encontraram 24 já fechadas por operações anteriores e duas com autorização judicial para funcionar. Quatro pessoas foram detidas, mas libertadas após prestarem depoimento. Indignada com a criminalização de sua atividade, a representante da Associação Mundial das Rádios Comunitárias (Amarc) em Pernambuco, Manina Aguiar, garantiu que os comunicadores comunitários não se calarão. Segundo a Agência Nacional das Telecomunicações (Anatel), a operação foi feita para garantir a segurança no Aeroporto Internacional de Recife, que sofre com a interferência dos sinais das rádios. Para Aguiar, se este argumento fosse verdadeiro, não haveria necessidade de se fechar rádios no interior do estado, onde não há aeroportos. Para ela, o que ocorre, na verdade, é perseguição política.

Uma menina de 12 anos é libertada da delegacia de Sindrolândia em Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). De acordo com o Centro de Direitos Humanos do Mato Grosso do Sul (CDDH), a menina estava presa em uma cela comum isolada dos demais presos mas ao lado de outras celas com homens. No dia 14 de março o CDDH enviou um advogado ao

local para apurar a situação da menina. Segundo o presidente do Centro, Paulo Ângelo "trata-se de uma violação inadmissível ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) além de um dano psicológico irreparável", "Ela está com medo e constrangida e na hora de tomar banho, usa um espaço inadequado, sem nenhuma privacidade". Ela havia fugido de casa com um jovem de 18 anos. A família fez queixa á polícia. Ao ser localizada a menina foi chamada á delegacia para dar esclarecimentos do caso. Segundo a polícia ela se recusou a responder as perguntas e ainda agrediu o delegado Edson Pigosso. A jovem foi detida sob a acusação de desacato á autoridade. A Justiça converteu a internação de 45 dias para liberdade assistida. Ela receberá acompanhamento de assistentes sociais e terá que voltar a estudar.

Fiscais da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e do Ministério Público do Trabalho (MPT) de São Paulo (região Sudeste) autuam 13 produtores que empregam trabalhadores rurais de forma precária e irregular, em quatro cidades da região de Itapeva. A região é uma das maiores produtoras de tomate. A ação resultou em 87 autos de infração. A blitz, acompanhada pela Polícia Federal, ocorreu nos municípios de Ribeirão Branco, Guapiara, Capão Bonito e Itapeva. A ação foi motivada por denúncias de trabalhadores rurais. Dentre as irregularidades encontradas estão: jornadas de trabalho longas, péssimas condições de trabalho, adolescentes trabalhando nas lavouras, ausência de equipamentos de segurança pra uso de agrotóxicos como máscara com filtro, luvas, botas, chapéu e macacão impermeável (trabalhadores foram internados por intoxicação de agrotóxicos nos últimos meses), trabalhadores rurais sem registro em carteira e casos de falsas parcerias agrícolas. Ainda, segundo os fiscais, os trabalhadores estão misturando agrotóxicos, reutilizando e descartando as embalagens de maneira incorreta e até mesmo lavando roupas contaminadas em córregos e riachos da região. Em uma das fazendas um produtor contratou um motoqueiro para avisar antecipadamente sobre a chegada de fiscais para que os empregados que trabalham de forma irregular possam ser "escondidos". Foram constatados ainda problemas com fornecimento de notas fiscais irregulares - com talões de uma fazenda, mas em nome de outras.Na região de Itapeva trabalham cerca de 20 mil pessoas nas lavouras de tomate. Segundo os produtores entrevistados pelo jornal Folha de São Paulo, cada produtor cultiva, em média, 30 mil pés de tomate, emprega cerca de 20 pessoas e paga salário de R$ 420. Após a ação fiscal, os produtores assinaram 11 TACs (Termos de Ajustamento de Conduta) com o MPT se comprometendo a regularizar a situação de todos os trabalhadores. Os empregadores terão prazo de 60 dias para treinar e orientar os trabalhadores rurais quanto à manipulação, preparo e aplicação de produtos químicos nas lavouras além de providenciar equipamentos de segurança adequados para o uso de agrotóxicos.

3° feira 18

Auditores Fiscais que trabalham em portos e aeroportos do país deflagram greve. A categoria reivindica 42% de reajuste salarial e, segundo o Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco), o governo ofereceu um porcentual de 17%, instituindo o rebaixamento da classe, já que aos Analistas Tributários (servidores administrativos), foi oferecido um reajuste de 34% no salário inicial. Outra reivindicação da categoria é equiparação salarial com os delegados da Polícia Federal que ganham em média

R$ 18 mil. Atualmente 90% dos auditores recebem R$ 13 mil. Em 10 anos, segundo Unafisco do Rio de Janeiro, houve defasagem dos salários. Segundo o sindicato, os principais portos e aeroportos do país, como Cumbica, Viracopos, Porto de Paranaguá e do Rio e Vitória, estão operando apenas com os 30% exigidos por lei, causando filas e atrasos nos atendimentos. De acordo com balanço no primeiro dia de greve, praticamente todos os 12 mil auditores fiscais do país paralisaram suas atividades. Só serão liberados, nos portos e aeroportos, cargas vivas, ou seja, cargas perecíveis, explosivas e inflamáveis, além de medicamentos. Representantes de empresas de transporte de carga cobram do governo federal uma solução nas negociações. A entidade entregou um manifesto ao ministro da Fazenda Guido Mantega para reestabelecer as negociações e pôr fim á greve que tem arcado com prejuízos com os veículos parados nas aduanas das fronteiras.

4º feira 19

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprova a proposta que prevê um piso salarial de R$ 950 para professores do nível fundamental e médio da rede pública federal, estadual e municipal de todo o país. A proposta agora será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e depois reenviada ao Senado. A expectativa é de que o aumento seja adotado até 2010. O relator do Projeto na Comissão, deputado, Manoel Junior (PSB), ressaltou que o "valor vai valer para os profissionais que realizam uma jornada de 40 horas semanais". O Ministério da Educação estima que atualmente 50% dos professores no país ganham menos de R$ 800 por mês, pelo mesmo número de horas trabalhadas. Na última semana os trabalhadores em educação realizaram paralisação nacional pela aceleração na votação do Projeto. Entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) acreditam que depois de aprovada, a medida trará valorização para a categoria.

O Grupo Móvel de Fiscalização do Trabalho Escravo e a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Rio Grande do Sul (região Sul) liberta 25 trabalhadores em condições análogas à escravidão. No grupo ainda havia um menor de 16 anos. Eles atuavam na colheita de melancia no município de Bagé e a maioria estava no local há 50 dias. A ação de fiscalização foi iniciada no dia 14 de março e até o dia 18 de março, oito haviam recebido sua carteira de trabalho e a rescisão, que inclui seguro desemprego, salários atrasados e outros direitos garantidos pela legislação trabalhista brasileira. Um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), celebrado entre o empregador e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), dará aos trabalhadores o direito às indenizações por danos morais. As indenizações serão individuais, no mesmo valor da rescisão, e coletivas, no valor de R$ 60 mil para o grupo. Apesar de trabalhar em Bagé, a maioria dos trabalhadores era da cidade gaúcha de São Jerônimo e do estado de Tocantins. A identidade do empregador ainda não foi divulgada. Os empregadores que usam mão-de-obra escrava em suas propriedades têm seus nomes inseridos na "Lista Suja", elaborada pelo MTE. Na "Lista", atualmente, constam os nomes de 189 empregadores. Em 2007, os auditores fiscais do órgão libertaram aproximadamente 7,5 mil trabalhadores em situação semelhante à escravidão.

Auditores-fiscais da Receita Federal, no segundo dia de greve, realizam uma manifestação conjunta com os trabalhadores do Ministério do Trabalho no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O ato ocorre em frente ao prédio do Ministério do Trabalho. De acordo com o sindicato da categoria, a greve paralisa quase todos os serviços de atendimento ao público e de fiscalização nas aduanas dos portos e aeroportos do país, inclusive no Rio de Janeiro. Na avaliação do sindicato, 70% dos auditores aderiram à greve. Ainda de acordo com o sindicato, o desembaraço de cargas no Porto do Rio e no Aeroporto Tom Jobim foi quase totalmente suspenso. Somente as cargas perecíveis e de medicamentos continuam sendo liberadas.

Professores públicos estaduais decidem pelo fim da paralisação na assembléia do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (região Sul). Os trabalhadores estavam paralisados há duas semanas, mas o movimento não conseguiu a adesão necessária para continuar. De acordo com o coordenador do Sindicato, Danilo Ledra, os professores não irão repor os dias parados durante a greve enquanto não houver negociação com o governo, que ficou de descontar os dias não trabalhados dos grevistas. Até a próxima semana, os trabalhadores devem ser recebidos pelo secretário de Educação, Paulo Bauer.

Cerca de 400 manifestantes da Via Campesina deixam a Usina Hidrelétrica de Estreito, em Tocantins (região Norte). Os manifestantes estavam no local desde o dia 11 de Março. Os agricultores reivindicavam a paralisação da obra para que fosse feito um novo levantamento de impacto ambiental. O governo federal promete criar um fórum permanente de discussão para acompanhar a execução do projeto. Além da Via Campesina, devem integrar o grupo o Ministério Público Federal e o Ibama. Para a integrante da Via Campesina, Gilvania Ferreira, o fórum deve garantir o diálogo com a empresa construtora da usina, o Consórcio Estreito Energia. Ainda segundo Gilvania, o fórum discutirá os impactos ambientais, como também as indenizações das famílias, o que inclui o ressarcimento daqueles que estão fora da lista dos atingidos.

Moradores do Município de Magé fecham a BR-493 durante 40 minutos no estado do Rio de Janeiro (região Sudeste). Os manifestantes levam faixas e cartazes culpando a prefeita Núbia Cozollino pela falta do atendimento na Casa de Saúde Nossa Senhora da Piedade, no bairro da Barbuda, Baixada Fluminense. O hospital é o único que oferece internação na região. Dez pacientes foram recusados para internação neste dia 19 de março. O hospital alega que recusou pacientes por conta de um débito de R$ 118 mil da Prefeitura, referente à internações no mês de janeiro.

Sindicatos e movimentos sociais realizam carreata nas ruas de Maceió – Alagoas (região Nordeste). O ato que reúne cerca de 200 carros e é uma manifestação de apoio á decisão do desembargador Antônio Sapucaia da Silva acatando o pedido do chefe do Ministério Público (MP) do estado, Coaracy Fonseca, de afastar dez deputados estaduais acusados de desviar R$ 280 milhões da folha de pagamento da Assembléia Legislativa. O MP também vai entrar com uma ação pedindo o afastamento dos deputados João Beltrão do Partido da Mobilização Nacional (PMN) e Marcus Ferreira (PMN) ambos indiciados pela Polícia Federal no desvio.Outros cinco suplentes ainda sem data para tomar posse, também terão pedido de afastamento pelo MP. O dinheiro teria sido usado para compra de carros e mansões de luxo.

Proprietários e empregados de empresas de areais bloqueiam as duas pistas da antiga rodovia Rio - São Paulo no município de Seropédica no Rio de Janeiro (região Sudeste). Os manifestantes despejaram cerca de 6 toneladas de areia na pista em protesto contra uma ação da polícia que interditou areais na região. A ação de interdição foi realizada no dia 5 de março por Policiais da Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente; dos 60 areais, 17 foram interditados. Após negociação com a polícia os manifestantes liberaram as pistas. Funcionários da prefeitura de Seropédica usaram três escavadeiras para retirar a areia.

Moradores do Jardim Varginha, na Zona Sul de São Paulo (região Sudeste), realizam protesto para reivindicar melhorias no transporte público. Cerca de mil pessoas participam da ação segundo a PM. Segundo moradores o intervalo entre os ônibus chega a ser superior a meia hora, o que provoca longas filas e faz com que os coletivos estejam sempre lotados. O secretário dos Transportes anunciou um pacote de medidas de melhorias, das 19 medidas anunciadas, 14 e referem á zona sul que no dia 7 de março promoveu manifestação para fazer reivindicações para agilizar o transporte público. Entre as medidas anunciadas estão obras somente nas esquinas das avenidas Ipiranga e Consolação e no terminal de ônibus da Praça da Bandeira - que deve aumentar o fluxo de carros.

Adolescente de 17 anos é transferido para o Centro Educacional São Lucas em São José – Santa Catarina (região Sul). O adolescente estava a três dias algemado na porta da cela de uma delegacia de Palhoça região metropolitana da capital do estado, Florianópolis. A Secretaria de Segurança Pública alega que o rapaz não havia sido transferido por falta de vagas no Centro. Com vaga para cerca de 10 pessoas a delegacia está com 18.

A mineradora Vale obtém na Justiça liminar que proíbe que militantes do MST e seu principal dirigente, João Pedro Stédile, promovam manifestações contra a empresa ou que interrompam suas atividades. A decisão é da Juíza Patrícia Rodrigues da 41° Vara Cível da Capital no Rio de Janeiro (região Sudeste). Caso a decisão seja descumprida, o movimento terá que pagar uma multa de R$ 5 mil. A última ocupação foi realizada no dia 10 de março na Estrada de Ferro Vitória a Minas, em Resplendor em Minas Gerais. Stédile abriu oficialmente o ano letivo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com uma aula magna para cerca de 200 pessoas. Stédile falou ao lado do reitor da universidade Aluízio Teixeira. O líder o MST declarou que a medida "É uma medida desesperada da Vale, que sabe estar em dívida com o povo, que luta para reestatizá-la e pressiona para cumprir suas obrigações e abandonar seu projeto contra o maio ambiente". Stédile ressaltou ainda que a ação da Justiça não vai alterar a ação do movimento e ironiza: "Deveriam contratar um especialista em movimento social para compreender que ninguém se mobiliza contra um empresa, uma área de latifúndio se não tiver razão".

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (região Sul) reconhece como união estável um romance vivido á distância por um jovem brasileiro e um advogado norte-americano milionário aposentado e casado. Após o rompimento o brasileiro entrou com uma ação pedindo metade do patrimônio do norte-americano estimado em U$ 450 milhões. O casal viveu um relacionamento por quatro anos entre vindas ao Brasil e viagens ao exterior. A decisão da Justiça estende o benefício a amantes que nunca moraram juntos. O norte-

americano recorreu da Justiça alegando que o relacionamento não era amoroso e que houve "poucas relações sexuais" no início e que depois o brasileiro teria sido contratado para administrar o patrimônio no Brasil. O norte-americano alega ainda que os bens também pertencem á sua mulher. Os juízes se convenceram da relação do casal pelo fato do brasileiro ter apresentado o norte-americano como namorado a sua família. Além disso o "namorado" era responsável pelo sustento de três parentes do brasileiro. O norte-americano terá que dar ao ex-namorado uma fazenda no Rio Grande do Sul, dois automóveis, dois apartamentos em Porto Alegre (um deles de cobertura), uma casa de mil metros quadrados na mesma cidade, metade das ações de uma fábrica de calçados e rendimentos de aplicações financeiras de mais de R$150 mil por mês.

5° feira 20

Um grupo de 35 pistoleiros armados atacam 200 famílias do MST, acampadas na Fazenda Leão de Judá localizada entre os municípios de Terra Rica e Guairaçá, no estado do Paraná (região Sul). Cerca de 450 pessoas, entre idosos, crianças e gestantes estavam no local. Um grupo de trabalhadores foi cercado pelos pistoleiros, que estipularam um prazo para a retirada das famílias, caso contrário o despejo seria realizado à força. A PM esteve no local e informou que a situação havia sido controlada. Quatro pistoleiros foram presos, um grupo maior conseguiu fugir. Parte do armamento utilizado pelo grupo também foi apreendido pela PM. Os policiais confirmaram as suspeitas dos militantes do MST de que o bando fora contratado e comandados por membros do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Mast), para despejar os sem-terra do MST da área. Segundo as famílias, também há fortes indícios de que fazendeiros da região estejam financiando as ações do Mast e a formação de milícias armadas. No dia 9 de março de 2007, por volta das 3 horas da madrugada, cerca de 20 pistoleiros, fortemente armados com metralhadoras, fuzis, espingardas já haviam invadido o acampamento. Os pistoleiros disparam contra os barracos onde crianças e adultos dormiam. Três trabalhadores ficaram feridos. Na ocasião a Polícia prendeu dez pistoleiros, que já estão em liberdade. Dois meses depois houve um novo ataque e devido a demora da policia em comparecer ao local, nenhum pistoleiro foi preso. A fazenda já está com decreto de desapropriação, para fins da Reforma Agrária. O local está ocupado pelo MST desde 8 março de 2007, e conta com uma Escola e produção de alimentos para o subsistência das famílias. O MST cobra agilidade na investigação dos focos de ações de milícias armadas no Paraná e uma resposta contundente a sociedade e aos trabalhadores sem-terra, que há vários anos são atacados por estes bandos armados. A formação de milícias tem desafiado o próprio as autoridades do Estado. Esses bandos, como de costume, agem com armamentos pesados, ameaçam, realizam despejos violentos e assassinatos, sendo financiados e comandados pelos latifundiários do Estado.

Indígenas moradores da parte Noroeste de Brasília - Distrito Federal (região Centro-Oeste) e moradores da cidade organizam ato na Superintendência do Ibama pedindo a anulação da licença prévia concedida pelo órgão para consolidação do Setor Noroeste, em dezembro de 2006. Segundo os manifestantes se órgão liberar a licença de instalação estará demonstrando ser aliado da especulação imobiliária da capital. O Santuário Sagrado dos

Pajés na Reserva Indígena do Bananal fica no centro da poligonal onde pretendem construir o bairro Setor Noroeste, destinado a classe alta da capital. O ato cultural contou com a força dos guerreiros Fulni-ôs, com suas danças e cantos, do cacique Korubo, de colaboradores do Ponto de Cultura Invenção Brasileira e de diversos apoiadores da preservação do cerrado onde habitam os indígenas desde 1969. Com faixas e denúncias os manifestantes questionam a forma com que a licença prévia foi expedida pelo Ibama. Não houve nenhuma audiência pública com os indígenas e a implementação do bairro não pode ocorrer na área tampão do Parque Nacional de Brasília. Outro fato relevante são os estudos apresentados pela Companhia Imobiliária de Brasília-TERRACAP, que desconsideram o impacto que o projeto vai gerar nos mananciais da região.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) encontra irregularidades na contratação de operários e nas condições de trabalho em fábricas da indústria da moda em Macatuba, São Paulo (região Sudeste), fornecedoras de grandes marcas do setor. Segundo o MPT, a fiscalização aponta a existência de trabalho com condições degradantes. Macatuba é cercada por plantações de cana-de-açúcar e investe no setor de moda como alternativa de diversificação econômica. Na cidade, já estão instaladas 2 indústrias da moda, que produzem ou já produziram roupas para marcas como C&A, Cavalera, Marisa, Yachtsman, Calvin Klein, M.Officer, Fórum, Vila Romana, Renner, e para os supermercados Wal-Mart. As indústrias são a Nova Jeans e a Marsiniuk. De acordo com a direção da Nova Jeans, a empresa gera 700 empregos e funciona em um terreno de 12 mil metros quadrados doados pela prefeitura local. No local, os funcionários trabalham o dia todo em pé, o que pode acarretar dores na coluna e outras doenças ocupacionais. Os procuradores que realizaram a inspeção querem que a empresa tome providências para que os trabalhadores tenham horários garantidos de descanso, nos quais possam sentar. O MPT cobra adaptações, como a instalação de mais bebedouros e colocação de papel higiênico nos banheiros, colocação de proteção em correias e máquinas, reforma do piso para impedir acidentes e desobstrução do acesso a extintores de incêndio. O órgão exige ainda que os trabalhadores usem equipamentos de proteção individual. Segundo o MPT, os funcionários não usavam luvas e máscaras no setor de lavanderia, onde há manejo de produtos químicos. A empresa afirma que toma as providências para melhorar a condição dos trabalhadores, mas que está aberta para as sugestões dos procuradores. Na Marsiniuk, os procuradores afirmam que há irregularidades nas condições dos operários, mas o principal problema é a falta de trabalho registrado em carteira. Assim, a empresa não concede os direitos aos funcionários e não recolhe os tributos do setor trabalhista. O procurador Luís Henrique Rafael afirma que o MPT deverá estabelecer Termos de Ajustamento de Conduta (TAC's) com prazos para melhorias nas instalações e regularização do quadro de funcionários. Ações serão ajuizadas caso as empresas não aceitem as recomendações. O diretor financeiro da Nova Jeans, Helio Roberto Dal Coleto Salto, diz que o trabalho em pé é uma realidade em outros setores produtivos e que a fábrica oferece terapia ocupacional, podólogo e possibilidade de descanso aos funcionários. O diretor mostra, à reportagem do jornal Folha de São Paulo, bebedor de água e equipamentos de exaustão e ventilação. Segundo ele, são usados os equipamentos de proteção e os produtos químicos não são tóxicos. O supermercado Wal-Mart e as grifes Renner, Vila Romana, Cavalera afirmam que os respectivos contratos com a empresa podem ser suspensos caso a situação não seja regularizada.

O Grupo Móvel do Ministério do Trabaho encontra 421 trabalhadores em condições consideradas degradantes, em Quirinópolis – Goiás (região Centro-Oeste). O ministério resgata os trabalhadores. Na maioria originários de outros estados, atuavam no plantio e no corte da cana-de-açúcar, em frentes de trabalho da empresa Agropecuária Campo Alto, sociedade anônima dirigida por um conselheiro da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica). Segundo a Superintendência Regional do Trabalho, os funcionários moravam em alojamentos precários, com problemas como falta de ventilação e sujeira. Bares chegaram a ser adaptados como moradias, de acordo com a auditoria. A empresa nega que a ocorrência do resgate e diz que a situação precária era restrita a poucos trabalhadores. O diretor da Agropecuária é Hermínio Ometto Neto, membro do conselho deliberativo da Unica. De acordo com a auditoria do Ministério do Trabalho, os funcionários da lavoura em Quirinópolis tinham carteira assinada, mas eram recrutados por "gatos" contratados pela empresa que providenciavam a moradia. Outro problema, segundo o Ministério, era a superlotação. Os trabalhadores são originalmente de Minas Gerais (região Sudeste) e Maranhão (região Nordeste) e foram contratados de novembro de 2007 a fevereiro de 2008. A administração da Agropecuária Campo Alto nega que a ação tenha resultado em "resgate" de trabalhadores e afirma que eles decidiram em assembléia deixar a lavoura porque julgaram que seria vantajoso receber os benefícios naquele momento, mas querem voltar a trabalhar ali. A direção da empresa diz que as condições precárias de alojamento se restringem a um grupo de 20 trabalhadores que alugou uma casa durante a reforma de um alojamento, sem o conhecimento da agropecuária. Mesmo assim, os fiscais decidem anular todos os contratos de todos os trabalhadores com vínculo de prazo determinado. A empresa diz que não recebeu nenhuma autuação e que a unidade em Quirinópolis abriga 2 mil pessoas em condições adequadas. A Unica não se pronuncia.

Um homem que trabalhava em regime análogo á escravidão e em condições degradantes em Mato Grosso (região Centro-oeste) deixa seu alojamento e anda, sem água ou comida, cerca de 40 Kmem um atalho aberto no meio da mata fechada para fazer a queixa, no dia 17 de março, que leva o Ministério Público do Trabalho a prender neste dia 20 de março em flagrante o dono da fazenda. De acordo com seu relato, ele e 2 colegas só poderiam ir embora se pagassem, com trabalho, alimentos comprados pelo proprietário para os trabalhadores. O procurador do Trabalho, Rafael de Araújo Gomes, afirma que, ainda assim, a travessia não pode ser considerada uma fuga, já que o fazendeiro Altair Vazentin não o impediu fisicamente de ir embora, apenas o obrigou a andar pela floresta. Gomes diz que os trabalhadores banhavam-se e bebiam água de um riacho. Como banheiro, usavam a floresta e ficavam em uma barraca cujo teto era de plástico. O fazendeiro também pode ser indiciado por aliciamento de trabalhadores.

6° feira 21

Cerca de 60 famílias sem-terra, de acordo com informações da Agência Chasque de Notícias, 80 militantes segundo o MST, 40, segundo a PM ocupam a fazenda Esperança, no município de Iepê - São Paulo (região Sudeste). Os sem-terra reivindicam a área para a Reforma Agrária. O grupo integra a organização criada por José Rainha Júnior, dissidente do MST. A ação ocorre pouco mais de 1 mês após ocupações em 14 fazendas do Pontal do Paranapanema. Em 37 dias, esta é a segunda vez que as famílias ocupam a fazenda, que

fica no Pontal do Paranapanema. Segundo as famílias, a ação antecipa as atividades de Abril, que marcam os doze anos do Massacre de Eldorado dos Carajás. Anualmente, organizações sem-terra do país, principalmente o MST, protestam contra a impunidade do assassinato de dezenove agricultores por policiais militares no estado do Pará em 1996. É a 20ª ocupação no Pontal em 2008, sendo 17 de grupos ligados a Rainha que, mesmo afastado pela direção do MST, atua em nome do movimento. O objetivo do ato é protestar contra o governo de José Serra (PSDB), que enviou à Assembléia Legislativa projeto que regulariza áreas suspeitas de serem devolutas no Pontal. O diretor-executivo do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), Gustavo Ungaro, afirma que, ao aderir ao projeto, o proprietário cederá parte de sua área para fins de reforma agrária em troca da legalização da titularidade.

O Sistema Nacional de Emprego (Sine), do Ministério do Trabalho e do Emprego, já registra 4.400 pedidos de seguro-desemprego no município de Tailândia – Pará (região Norte). A cidade é palco, há mais de 20 dias, da Operação Arco de Fogo, da Polícia Federal, de combate aos desmatamentos na Amazônia. O Sine confirma a situação de caos social em Tailândia, onde pelo menos 8 mil pessoas perderam seus empregos – incluindo os informais – na indústria madeireira e nas carvoarias por causa da operação. Apenas de empregos formais, com carteira de trabalho assinada, Tailândia pode perder em apenas 2 meses mais de 5 mil postos de trabalho. Para tentar amenizar o problema, o prefeito de Tailândia, Paulo Jasper (PSDB), cria frentes de emergências no município, contratando 600 desempregados, pagando um salário mínimo mensal para trabalhar na limpeza da cidade e no combate à dengue. Para empregar o maior número possível de trabalhadores, o prefeito determina que a cada 30 dias um novo grupo de 600 pessoas seja contratado, revezando-se com outro grupo de igual número. O objetivo é que 1.800 pessoas ganhem um salário mínimo de R$ 415, sem descontos.

Sábado 22

O movimento Rio Cidade Legal, criado para boicotar o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), e representantes de associações de moradores, realizam um protesto em frente ao Hospital Municipal Miguel Couto, no Leblon, Zona Sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O protesto é contra o aumento dos casos de dengue na cidade e a demora no atendimento nos hospitais. Os manifestantes vestiam bermudas, em sinal de repúdio à intenção da prefeitura de fazer uma campanha para que crianças e adolescentes das escolas municipais usem meias e calças compridas, como forma de evitar picadas do mosquito *aedes aegypti*. Durante o protesto, os manifestantes malharam um boneco representando o prefeito César Maia (DEM). Segundo o presidente da Associação dos Moradores do Leblon, Augusto Boisson, o motivo do protesto foi chamar a atenção para a responsabilidade da prefeitura na epidemia de dengue, já que o município do Rio é o que registra maior número de casos da doença.

A Sema, o Ibama e o Ministério Público Federal afirmam, com base em números obtidos pelos órgãos ambientais sobre pólo siderúrgico de Marabá, que grandes siderúrgicas do Pará (região Norte) foram um dos destinos do carvão produzido com madeira extraída ilegalmente na Amazônia. Estudo tomou como base autuações feitas a partir de 2005. Em

ações movidas desde setembro de 2007 contra 4 empresas instaladas na cidade – Simara Marabá, Siderúrgica Ibérica, Usimar e Companhia Siderúrgica do Pará (Cosipar) – o Ibama apontou que o volume de carvão vegetal declarado pelas companhias era incompatível com a demanda energética necessária para produzir a quantidade de ferro-gusa (liga metálica usada na produção de aço) informada por elas. A Cosipar foi embargada em 2007 após o Ibama constatar que a empresa operava sem licença ambiental, mas em seguida ela voltou a operar. Para suspender as ações, além de pagar uma multa de R$ 65 milhões, a Cosipar assinou, em janeiro de 2008, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) aceitando plantar mudas de espécies nativas em uma área de 32 mil hectares. Existem hoje 17 procedimentos investigativos abertos pelo Ministério Público Federal no Pará para apurar o possível envolvimento de siderúrgicas em crimes ambientais e de submissão de trabalhadores a condições análogas à escravidão. Segundo o superintendente do Ibama no Pará, Aníbal Picanço, desde 2007 a fiscalizações feita pelo órgão e pela Sema passou a ser mais rigorosa com as siderúrgicas. Para poder operar, as empresas hoje devem declarar a quantidade de carvão vegetal que utilizarão a cada mês. O Sindicato das Indústrias de Ferro Gusa do estado do Pará (Sindiferpa) afirma que o aumento das áreas devastadas no estado apontado pelo governo federal não tem relação com as siderúrgicas. Segundo o sindicato, a produção de ferro no estado caiu no período em que foi constatado o aumento da devastação. Os números, porém, não foram informados. O Sindiferpa argumenta que a base energética do pólo de Marabá é composta basicamente de carvão vegetal oriundo de resíduos de serrarias instaladas na região, resíduos de projetos de manejo florestal sustentado e de eucalipto das florestas plantadas, além de carvão feito da casca do coco de babaçu. A Cosipar afirma que chegou a recorrer das ações do Ibama por contestar os cálculos feitos pelo órgão sobre a demanda energética da empresa e espera que, com a assinatura do TAC com o Ibama, seja retomado o fornecimento de minério de ferro pela Vale do Rio Doce, suspenso desde outubro de 2007, com o argumento de que a Cosipar não se adequava às leis ambientais.

A extração ilegal de madeira no Pará (região Norte) possibilitou o surgimento de grupos de posseiros, conhecidos como sem-tora, especializados em invadir terras e desmatar a serviço de madeireiras no estado. Os “sem-tora”, assim chamados porque nunca ficam com a madeira extraída, se passam por membros de movimentos de trabalhadores rurais sem-terra e invadem áreas de florestas intactas com o objetivo de fornecer matéria-prima para as madeireiras. Estas, segundo a Sema, financiam a estrutura da ação, fornecendo equipamentos como motosserras e caminhões. Após devastar a área, muitas vezes os sem-tora atuam como grileiros, vendendo as terras degradadas pela ação. Segundo o secretário de Meio Ambiente do Pará, Valmir Ortega, “Há casos em que eles invadem territórios com até 300 homens. São desempregados pagos pelas madeireiras e que contam com logística cara.” Em Tailândia – Pará, uma área está invadida por sem-tora desde janeiro de 2007. No município de Breu Branco, sem-tora promoveram 10 invasões à fazenda Reflorestamento Água Azul 2, da empresa Globe Metais. De acordo com a Globe, Durante as invasões ela registrou 70 boletins de ocorrência, que resultaram em 3 inquéritos policiais. Segundo o subcomandante da PM em Tailândia, Robson Martins de Oliveira, ações de sem-tora se tornaram comuns por conta da degradação das áreas florestais no estado. O presidente do Sindicato das Indústrias Madeireiras do Pará, Luiz Carlos Tremonte, diz desconhecer madeireiras que incentivem ações dos sem-tora. Para ele, o estado nunca os combateu com

eficiência e tenta transformar madeireiros em vilões. O governo diz que os sem-tora são madeireiros desarticulados pela Policia Federal em 2005.

2º feira 24

Cerca de 500 trabalhadores ligados ao MST e ao MAB, bloqueiam a rodovia que dá acesso à Usina Hidrelétrica Sérgio Mota, em Porto Primavera, região do Pontal do Paranapanema – São Paulo (região Sudeste). Segundo os movimentos os militantes que participam da ação são oriundos dos estados de São Paulo e Paraná (região Sul). Os manifestantes protestam contra a privatização da CESP cujo leilão está marcado para o dia 26 de março, na Bovespa. A CESP é responsável por 60% da energia gerada no estado de São Paulo e é a terceira maior do país. Possui seis usinas hidrelétricas nos rios Paraná, Tietê, Paraíba do Sul, Paraibuna e Jaguari. O valor estimado da companhia é de R$ 12 bilhões, no entanto, o valor mínimo no leilão será de R$ 6 bilhões. A CESP é apenas a primeira empresa estadual a ser privatizada em 2008. No pacote anunciado pelo governo José Serra estão mais 17 estatais paulistas. O projeto de lei 578/07, apresentado por José Serra à Assembléia Legislativa pretende legalizar a grilagem de terra no Pontal do Paranapanema. Na região, uma das mais atingidas com a privatização, existem famílias acampadas há nove anos.Um relatório da ONG Defensoria da Água, divulgado na última semana, aponta que a água continua sendo a principal fonte de energia no país, porém está nas mãos de grandes grupos econômicos pela privatização que ocorre no setor energético. O relatório denuncia também a omissão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) na defesa dos direitos dos consumidores.

Um jovem de 19 anos morre envenenado por agrotóxicos utilizados na plantação de eucaliptos em Jaguari, no Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). O jovem John Leno Moraes trabalhava há quatro meses na fazenda Madeira Certificada, e lidava diretamente com o produto, que é nocivo à saúde. Outros oito funcionários também fazem o serviço. No dia 23 de março, um dia antes de falecer, o rapaz vomitou muito e chegou ao posto de Saúde de Jaraguari reclamando de dor de garganta, foi medicado e voltou para casa. Horas depois o rapaz faleceu. Ele morava com o pai na fazenda onde ambos trabalhavam. A administração da propriedade rural descarta a contaminação e afirma que todos os funcionários usavam equipamentos de segurança adequados para a lida com os produtos tóxicos. A necrópsia está sendo feita no Instituto Médico Legal (IML). Materiais genéticos foram coletados e em dez dias a causa da morte poderá ser esclarecida. A investigação está a cargo da Polícia Civil de Jaraguari.

Um grupo de atores encena o espetáculo “Paixão do Cristo Negro” em Samambaia, bairro do Distrito Federal (região Centro-oeste). O objetivo da encenação é trazer a temática do racismo e do preconceito racial, quebrando a tradição de um Cristo branco, de olhos azuis, europeu. Entre profetas e fiéis, telões exibem imagens de filas em hospitais do sistema público de saúde ou de crianças em situação de rua. Na cruz, um Jesus Cristo negro lembra as desigualdades do país. O espetáculo mistura as narrativas religiosa e da realidade social brasileira para relacionar os sofrimentos do Cristo às dificuldades diárias, como o combate à pobreza, à violência e às injustiças.

Um grupo de operários que trabalham na construção do complexo industrial da Votorantim Celulose e Papel e da International Paper, em Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul (região Sudeste) promovem manifestação em um dos pavilhões do alojamento que abriga 1.200 funcionários. Segundo relatos ao chegar ao alojamento, o grupo foi impedido de comer, pois a empresa não permite refeições fora dos horários estabelecidos. Além disso, os funcionários classificaram a rotina no alojamento como a de uma prisão, já que não têm liberdade de ir e vir no momento que desejam. No dia 6 de março, o Tribunal de Justiça de São Paulo determinou a suspensão do corte e do plantio de novos eucaliptos no município de São Luiz do Paraitinga (182 km ao leste de SP) até a realização de um estudo de impacto ambiental, com pena de multa no valor de R$ 10 mil por dia. As empresas responsáveis pelo cultivo de eucalipto nessa região são a Votorantim Celulose e Papel e Suzano Papel e Celulose no município.

3° feira 25

O governador do estado de São Paulo (região Sudeste), José Serra (PSDB), anuncia que nenhuma proposta com garantias mínimas para a compra da CESP foi apresentada. O leilão deveria ocorrer no dia 26 no entanto nenhuma proposta satisfatória foi apresentada no prazo máximo, 25 de março. Segundo o governador, o motivo do fracasso foi a dificuldade de financiamento dos participantes, sobretudo, por causa da crise de crédito vivida pelos Estados Unidos e também a reclamação dos empresários que alegam que o preço estipulado para a venda estaria alto.Os empresários também reivindicam a garantia de renovação das concessões das hidrelétricas de Jupiá e Ilha Solteira. Elas representam quase 70% da capacidade de geração da CESP e terão suas concessões vencidas em 2015. Serra já tratou destas renovações com o presidente Lula, mas a medida em benefício dos empresários ainda está em discussão. O Sindicato dos Eletricitários de São Paulo discorda dos empresários. Alegando que a empresa foi subavaliada no leilão, os eletrecitários entraram com ação na Justiça para inviabilizar a venda. Para os trabalhadores, a CESP valeria cerca de R$ 21 bilhões; valor superior aos R$ 15 bilhões calculados pelo Citibank e aos R$ 6 bilhões estipulados pelo governo. Alguns analistas concordam com o sindicato e avaliam que a movimentação dos empresários tem como objetivo depreciar a empresa e pressionar o governo para reduzir seu valor. Esta é a terceira tentativa frustrada de privatizar a Companhia. As ações da empresa chegaram a cair mais de 15% na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).

A empresa C&A faz acordo na Justiça do Trabalho de Avaré – São Paulo (região Sudeste) em que se compromete a exigir de seus mais de 600 fornecedores que não contratem serviços de cooperativas de mão-de-obra que empregam trabalhadores sem registro em carteira e não cumprem a lei trabalhista. O acordo é uma conseqüência de uma ação civil pública ajuizada em dezembro de 2007 pelos procuradores Marcus Vinícius Gonçalves e Luís Henrique Rafael do Ministério Público do Trabalho de Bauru. Nas estimativas do órgão cerca de 30 mil pessoas que trabalham para os fornecedores da empresa e para cooperativas de trabalho que prestam serviços a estes fornecedores serão beneficiados.

Cerca de 80 integrantes do MST ocupam a Prefeitura de Borebi no estado de São Paulo (região Sudeste). Segundo o prefeito Luiza Antonio Finotti Daniel do Partido Trabalhista

Brasileiro (PTB), os militantes protestam pelo fato de o veículo que leva as crianças do acampamento para a escola estar em manutenção. Finotti declarou que os manifestantes quebraram a frente do edifício, ventiladores e taças esportivas.

O Ibama informa que aplicou em multas o valor de R$ 23 milhões á madeireiras de Tailândia, a 218 Km de Belém – Pará (região Norte). As multas foram aplicadas desde o início da operação Arco de Fogo em fevereiro. A equipe já apreendeu mais de 23 mil metros cúbicos de madeira que serão levados á Belém e leiloados. O Ibama informa que foram vistoriados ao menos 53 estabelecimentos, entre madeireiras, carvoarias e casas, todos foram multado por algum tipo de irregularidade. Segundo o Ibama foram lavrados 100 auto de infração, 52 termos de embargo, 74 termos de apreensão e depósito nos estabelecimentos onde foram encontradas irregularidades. Foram destruídos ainda 1.170 fornos de carvão durante ás ações.

4° feira 26

Movimentos populares do campo e da cidade protestam em frente à sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O protesto com cerca de 700 pessoas tem por objetivo questionar as linhas de financiamento do Banco que segundo os trabalhadores privilegiam apenas multinacionais, grandes empresas de capital privado e o agronegócio. Cerca de 100 PM`s foram colocados em frente ao BNDES e utilizaram gás lacrimogêneo para dispersar os trabalhadores. Após três horas de manifestação e atos de violência policial a comissão do ato conseguiu ser recebida pela direção do BNDES. Segundo site do MST, "a comissão com representação do MST, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), Movimento Terra e Liberdade (MTL), Rede Alerta, grupo de quilombolas e de caciques, apresentou a pauta de reivindicações. Fizeram questão de enfatizar que o banco é co-responsável, inclusive criminalmente, por tudo aquilo que financia. A favelização das cidades, subemprego, rede de prostituição, desmatamento, poluição e destruição ambiental causados por empreendimentos apoiados financeiramente pela instituição, também são de responsabilidade dela". Os manifestantes foram recebidos pelo diretor da área social, Elvio Gaspar, e o de administração, Maurício Lemos, ambos do Conselho de Crédito (onde se define a política de financiamento), além de Ricardo Henrique, chefe de gabinete da presidência do BNDES. Foi feito um acordo que garante a criação de cláusulas sócio-ambientais para os financiamentos do banco, a não liberação de um bilhão de reais para Aracruz Celulose e a criação de um grupo de trabalho de agricultura ambiental e meio ambiente. Para o integrante da coordenação nacional do MST, Leo Haua, é necessário o fim destes financiamentos de empresas do agronegócio que geram desemprego, destruição ambiental e expulsão de comunidades tradicionais de suas terras. A fabricante de papel Aracruz celulose – responsabilizada por diversos danos ambientais em áreas onde atua, pediu recentemente um financiamento no valor de R$ 1 bilhão, para se instalar no estado do Rio de Janeiro.

5° feira 27

Estudantes de Feira de Santana no interior da Bahia (região Nordeste) saem as ruas contra o aumento da tarifa de ônibus. Os estudantes se concentram na Praça do Colégio Estadual Gastão Guimarães, tradicional ponto de encontro antes das manifestações. Posteriormente, percorrem as principais ruas do centro comercial da cidade e ocupam o Terminal Central liberando as catracas para que a população tenha direito ao passe livre por mais de duas horas.

O Dia Mundial do Teatro, foi marcado por uma série de manifestações artísticas e políticas. As ações foram organizadas pelo movimento Redemoinho, que reúne diversos grupos de teatro em 11 estados do Brasil. Em São Paulo (região Sudeste), acontecem apresentações de teatro de rua durante a manhã e a tarde, no centro da cidade. Por volta das 17 horas, o Teatro Municipal foi cercado por um plástico preto e aproximadamente 600 pessoas ocuparam as escadarias para leitura de um manifesto. De acordo com o integrante da Redemoinho, José Fernando de Azevedo, o manifesto defende a aprovação do Projeto de Lei que cria o Programa de Fomento para o Teatro Brasileiro. Segundo Azevedo, a proposta do Projeto de Lei consiste em financiar a pesquisa, a produção de espetáculos e a manutenção de grupos em todo Brasil como já acontece em São Paulo. De acordo com Azevedo, o projeto paulista foi elaborado pela categoria teatral, existe há cinco anos e já financiou mais de 100 grupos.Os manifestantes também reivindicaram a retomada do Fundo Estadual de Arte e Cultura para financiar nove áreas: Artes Visuais, Áudio-visual, Circo, Cultura Popular, Dança, Hip-Hop, Literatura, Música e Teatro.

O Centro de Informações Toxicológicas de Santa Catarina (região sul) informa que apenas no primeiro trimestre de 2008, foram registrados 18 casos de crianças envenenadas por agrotóxico no estado. Elas estavam com piolho e foram tratadas indevidamente com o produto químico. Durante o ano de 2007 ocorreram 13 casos semelhantes, mas não se tem notícias de mortes. No início desta semana, uma menina de três anos morreu envenenada por agrotóxico. A criança ficou 12 dias internada em estado grave, em Criciúma. A mãe da menina havia passado defensivo agrícola na cabeça da criança para matar os piolhos. O agrotóxico é utilizado para eliminar pragas ou doenças que ataquem as plantações. Quando colocado no couro cabeludo, a pessoa absorve o produto pela pele ou pela via inalatória. O veneno atinge o sistema nervoso e pode provocar sintomas leves, como vômito e diarréia, ou conseqüências mais graves, como parada respiratória ou o coma. As autoridades sanitárias de Santa Catarina vão sugerir à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) medidas mais rigorosas na venda de agrotóxicos para evitar novos casos de intoxicação.

Cerca de 500 famílias de sem-teto, organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), ocupam um terreno no Parque Rio Negro em Manaus, Amazonas (região Norte) de propriedade do governo do estado que estava abandonado há décadas. Durante a madrugada, 6 viaturas da ROCAM (Ronda Ostensiva Camargo Mariano) lançam armas de efeito moral, bombas de gás lacrimogêneo e disparos de balas de borracha nos trabalhadores. Uma nova operação militar aconteceu no mesmo dia, com mais de 120 policiais da ROCAM, do batalhão de choque e da polícia montada, acompanhadas de cães tentando novamente retomar o terreno ocupado. Um militante é violentamente agredido levando 5 pontos no olho, em seguida é preso. Outro trabalhador leva vários tiros de bala de

borracha, ferindo gravemente sua perna. Apesar da repressão as famílias resistem e o acampamento permanece.

O Tribunal de Contas da União (TCU) condena a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca), entidade controlada pelo MST, a devolver ao governo federal R $ 4,4 milhões, em valores atualizados. O dinheiro foi repassado pelo Ministério da Educação para a alfabetização de jovens e adultos, incluindo a formação de 2 mil alfabetizadores em assentamentos de 23 estados. O convênio fazia parte do programa Brasil Alfabetizado e foi celebrado em 2004, com o objetivo de capacitar 2 mil alfabetizadores e alfabetizar 30 mil pessoas. O TCU também aplica multa de R$ 30 mil ao então presidente da Anca, Adalberto Floriano Greco Martins e conclui que a associação – o braço formal do MST para assinar convênios com os governos estaduais e federal – cometeu pelo menos 2 irregularidades: não comprovou a realização dos cursos de alfabetização e descentralizou a execução do convênio, transferindo recursos para secretarias estaduais do MST. A auditoria do TCU constata a inexistência de cadastro de alunos, de controle de freqüência, de lista dos assentamentos onde os recursos teriam sido oferecidos e relatórios de atividades. Com relação à descentralização dos recursos, o TCU afirma que o processo é ilegal, pois não estava previsto no convênio e a lei determina que o dinheiro seja sacado apenas para pagar despesas de execução do projeto. Os auditores consideram ilegal ainda o gasto de R$ 159 mil em diárias para participantes de um seminário de avaliação do programa. Em 2007, após constatar fraudes no Brasil Alfabetizado, o Ministério da Educação (MEC) deixou de firmar convênios com ONG's, canalizando os recursos para prefeituras e governos estaduais. A auditoria foi realizada a pedido da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra, no Congresso. O advogado da Anca, Elmano de Freitas da Costa, nega qualquer irregularidade e diz que a entidade vai recorrer ao próprio TCU. Ele afirma que se trata de "preconceito ideológico" e que a Anca é condenada por ter alfabetizado militantes do movimento. A Anca, na prestação de contas que apresentou ao TCU, lista os alfabetizadores que recebiam bolsa-auxílio paga pelo programa e os extratos da conta geral da entidade, que registra apenas as transferências para as secretarias regionais. Não há documentação que mostre que o dinheiro foi gasto nos estados. A Anca nega que tenham ocorrido repasses ao MST, alegando que o movimento não é pessoa jurídica. Costa diz que foram firmadas parcerias com entidades estaduais. O TCU afirma que não há evidências de que os cursos tenham sido oferecidos. A Anca diz que 90% dos alunos foram alfabetizados e que os auditores encontraram somente irregularidades formais. Acrescenta ainda que a lista dos alunos existe e que será apresentada no recurso. Segundo o MST, a Anca também presta serviços a assentamentos ligados a outras organizações dos sem-terra. A Anca diz que "a decisão configura-se numa concessão às pressões da bancada ruralista para perseguir as entidades não-governamentais que realizam o trabalho de educação e assistência ao povo pobre". A associação anuncia que vai recorrer judicialmente da decisão.

Cerca de 300 estudantes de várias escolas públicas, além de pais, professores e demais trabalhadores da educação fazem manifestação e ocupam o Centro de Ensino da Asa Norte (CEAN) em Brasília, no Distrito Federal (região Centro-Oeste). Os manifestantes são contra a política de educação do governo e a contratação terceirizada de monitores para os laboratórios de informática e ciências. Segundo os manifestantes "estas medidas, impostas sem discussão alguma com a comunidade escolar, obriga os alunos com repetência a

assistirem aulas pela televisão (o "telecurso") e num tempo bem reduzido que o ensino regular". Os professores terão drasticamente suas funções reduzidas, tendo inclusive, que dar aulas de disciplinas que não estão licenciados. Dentre as reivindicações estão a supressão do Programa de Aceleração de Aprendizagem, o fim das Parcerias Público-Privadas, a volta do Centro Inter-escolar de Línguas, mais verbas para a educação pública, mais estrutura, profissionais bem pagos e qualidade de ensino.

6° feira 28

Famílias do MTST ocupam simultaneamente três áreas no estado de São Paulo (região Sudeste), localizadas nos municípios de Mauá, Embu das Artes e Campinas. Segundo o movimento, os terrenos são latifúndios urbanos que estavam ociosos. As ocupações fizeram parte da Jornada Nacional de Luta Urbana protagonizada por movimentos populares em 9 estados brasileiros durante todo o dia 28 de março. O objetivo da Jornada é chamar a atenção do governo e da sociedade em geral para as condições miseráveis em que vivem milhões de famílias e reivindicar direitos fundamentais como moradia digna, emprego, transporte público, educação pública de qualidade, creche e tarifa social de energia elétrica.Diversos intelectuais, parlamentares, entidades e dirigentes populares declararam apoio à jornada. Durante as ações, os movimentos lançaram o Manifesto Popular de 28 de março que entre outras coisas propõe: "financiamentos bancários. Que o Governo Federal desenvolva uma política nacional de desapropriações de terrenos e edifícios urbanos que não cumprem função social, destinando-os às demandas populares organizadas; uma política nacional integrada de transporte urbano público gratuito, de qualidade, priorizado em relação ao transporte individual, que tem levado as metrópoles ao caos; uma política de educação que crie creches financiadas pelo Estado sob o controle dos trabalhadores, que valorize os professores e profissionais da educação, que qualifique o ensino não visando o mercado mas a consciência crítica e social dos alunos; controle restritivo das taxas cobradas por serviços públicos básicos como água e energia elétrica, garantindo a aplicação de Tarifas Sociais previstas na lei e políticas de geração de trabalho e renda que dêem alternativas sociais e não policiais aos trabalhadores informais". Assinam o documento: MTST, Movimento Urbano dos Sem Teto (MUST), Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB), Movimento dos Conselhos Populares - Ceará (MCP), Movimento Sem Teto de Luta Amazonas, Movimento de Luta Popular Comunitária (MLPC) – Pernambuco, Movimento das Famílias Sem Teto (MFST) – Pernambuco, Movimento Quilombo Urbano Maranhão, Movimento das Mães Sem Creche, Fórum de Moradia - Minas Gerais e Movimento Terra e Leberdade (MTL) Democrático Independente - Minas Gerais.

Moradores sem-teto de Pinheirinho e moradores de bairros que correm o risco de serem despejados realizam passeata pelo centro de São José dos Campos, São Paulo (região Sudeste). A passeata começa na Praça Afonso Pena e percorre as ruas do centro da cidade seguindo até o Paço Municipal, onde protestam contra a política de moradia do município. Além dos moradores do Pinheirinho, participam moradores de bairros como Vila Corintinha, Banhado, Santa Cruz, Vila Guarani, Nova Tatetuba, Cambuí, Piraquara e Sapê, que protestam contra a reestruturação urbana proposta pela prefeitura, que prevê o despejo

dos moradores destes bairros para a construção de novas avenidas. Os moradores reivindicam uma política habitacional popular baseada em subsídios, com valor adequado à realidade das metrópoles, sem o entrave burocrático e elitista dos financiamentos bancários; uma política nacional integrada de transporte urbano público gratuito, de qualidade, priorizado em relação ao transporte individual, que tem levado as metrópoles ao caos; uma política de educação que crie creches públicas geridas em conjunto com as mães, que valorize os professores e profissionais da educação; controle restritivo das taxas cobradas por serviços públicos básicos como água e energia elétrica, garantindo a aplicação de Tarifas Sociais previstas na lei; políticas de geração de trabalho e renda que dêem alternativas sociais e não policiais aos trabalhadores informais.

Cerca de três mil pessoas param o Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), Segundo a Agência Petroleira de Notícias, para exigir fim da violência e para lembrar as lutas contra a ditadura militar. O ato ocorre no dia em que o estudante Edson Luis foi morto durante um protesto, há 40 anos. A passeata, organizada a partir da Plenária dos Movimentos Sociais, começou na Candelária, percorreu a Rio Branco até o Teatro Municipal, entrou na Rua Araújo Porto Alegre, passando pela lateral da Biblioteca Nacional, foi até a Primeiro de Março no centro da cidade. De lá, seguiu para o Aeroporto Santos Dumont, de onde retornou até encerrar a caminhada nas escadarias da Assembléia Legislativa (Alerj). Os estudantes manifestam-se em torno de muitas bandeiras entre elas: o passe livre estudantil, educação pública de qualidade, Reforma agrária, aumento de verbas para as universidades, em oposição ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), melhores condições de ensino, saúde pública para todos e contra a privatização do petróleo e gás brasileiros. Dentre tantas bandeiras os estudantes ressaltaram a indignação contra a criminalização da pobreza. Os manifestantes pintaram as escadarias de Alerj de vermelho para lembrar o sangue do povo que morre todos os dias nas comunidades do Rio com a conivência do poder público. Os estudantes distribuíram bolas rubras e pintaram a cidade com tinta guache. A manifestação parou por alguns minutos em frente a uma agência bancária do Unibanco da Rio Branco, empresa conveniada com o Metrô para liberar os cartões que restringem o acesso estudantil nas linhas. Atualmente só recebem o benefício os estudantes que moram e estudam próximo ao metrô e ainda limitados a dois passes por dia. Cerca de 700 estudantes foram impedidos de chegar ao Centro da cidade para a manifestação, pois a polícia organizou uma espécie de "corredor polonês", com mais de 80 homens, na Estação de metrô de São Francisco Xavier. Houve apresentação de hip hop durante todo o ato além de esquetes com a temática da violência. Uma fala durante a passeata do rapper Gaspa, do Coletivo Luta Armada Hip Hop traduziu bem a batalha que a juventude trava hoje: "Se quiser me desarmar vem arrancar meu microfone pois com ele eu sou muito mais poderoso do que com qualquer outra arma. É com a música que desmascaramos a ditadura disfarçada dos governos que seguem nos matando." A atividade promovida pelos governos foi muito criticada pelos movimentos sociais pelo ar de hipocrisia. Ainda destacaram a ausência da direção majoritária da União Nacional dos Estudantes (UNE) na passeata, principalmente pelo papel protagonista que a entidade teve na luta contra o regime autoritário nas décadas de 60, 70 e 80. Nos atos do governo houve um ato na Casa do Estudante seguido da inauguração de um monumento em homenagem á Edson. Na Casa do Estudante o secretário especial de Direitos Humanos, Paulo Vanuchi, cogitou a punição dos responsáveis por torturas e mortes durante a ditadura e no período da Lei de anistia.Vanuchi defendeu que os responsáveis por alguns crimes ainda podem ser

punidos e ressaltou também que “Juristas (...) defendem que ocultação de cadáver é crime continuado. Se alguém ocultou um desses 140 cadáveres, cometeu crime no dia seguinte á anistia e continua cometendo até hoje.” Cerca de 140 corpos de pessoas que desapareceram no período da Ditadura Militar, continuam com seu paradeiro desconhecido. A mãe de Édson Luis, Maria de Belém esteve na inauguração. Vanuchi chegou a declarar que vai pedir á governadora do Pará que conceda um auxílio especial para ela. O governo federal já pagou cerca de R$ 130 mil em indenizações para Maria. Participaram dos atos atuais e ex-dirigentes do movimento estudantil como Vladimir Palmeira, Jean Marc Von Der Weid, Elinor Brito, a presidente da UNE, Lúcia Kluck Stumpf entre outros. Palmeira chegou a travar um embate verbal com a presidente da UNE ao declarar que o movimento estudantil acabou e que atualmente os resquícios se encontram ao lado do governo.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga que, apesar de a legislação brasileira proibir o trabalho sob qualquer forma de crianças menores de 14 anos, cerca de 1,4 milhão de crianças e adolescentes (de 5 á 13 anos) estão inseridos no mercado de trabalho. Segundo o IBGE de 2004 a 2006 não houve alteração no nível de ocupação, estimado em 4,5%. Nesta faixa etária, 60% das crianças e jovens trabalham em atividades não remuneradas. Segundo a legislação, jovens de 14 e 15 anos podem trabalhar na condição de aprendizes. O trabalho infantil interfere na freqüência á escola segundo a pesquisa. A taxa de escolarização dos jovens de 14 ou 15 anos ocupados é de 84,2%. Entre os que não trabalham, o percentual chega a 93,7%. Para os jovens de 16 ou 17 anos a taxa de escolarização é de 70,8% para os que trabalham e 82,4% para os que não trabalham. A pesquisa estimou ainda que o percentual de crianças e jovens de 15 e 16 anos sem instrução ou com menos de um ano de estudo chega a 28% entre os que trabalham.A pesquisa constata ainda que há uma relação direta entre a renda e o trabalho infantil; 77% das crianças e jovens de 5 a 17 anos que trabalhavam moravam em domicílios com renda total menor do que um salário mínimo. Há então uma relação entre a exploração dos trabalhadores de uma forma mais ampla com a exploração do trabalho infantil. A pesquisa constata ainda que 57,4% das crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos que trabalham não tem qualquer orientação para evitar acidentes ou doenças no trabalho. Do total dos ocupados, 273 mil já tiveram algum machucado ou doença em razão do trabalho, destes 37% já se feriram duas vezes. Pelos dados do IBGE, a maior incidência de acidentes é no trabalho agrícola, entre os meninos e na faixa etária de 14 a 17 anos. O estado do Maranhão (região Nordeste) é o campeão de acidentes; 12,2% da população infantil trabalhadora acidentada - 40 mil crianças e jovens.

O Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Combate a Epidemias e de Saúde (Sint-Saúde), que reúne profissionais conhecidos como mata mosquitos, subordinados á Fundação Nacional de Saúde (Funasa), promovem passeata no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os cerca de 200 trabalhadores protestam contra a política da prefeitura de combate á dengue. Segundo o secretário geral do Sint-Saúde, Sandro César, o Rio teria o direito de contar com 3.200 profissionais filiados ao sindicato mas que isso não ocorreu por que a prefeitura não quis a colaboração dos mata mosquitos no combate á dengue. César destaca que o Rio teria direito aos trabalhadores cujos salários são pagos pelo governo federal mas a prefeitura rejeitou e os profissionais foram deslocados para outros municípios da região Metropolitana. O prefeito César Maia (DEM) disse por e-mail que “o estilo de

trabalho (da prefeitura) é diferente" e completou afirmando que" a Baixada precisa muito deles, até pela afinidade política".

Segundo dados do IBGE, de 2004 a 2006 a cobertura dos programas sociais aumentou e chegou a 25% da população do país. A pesquisa Acesso a Transferências de Renda de Programas Sociais feita a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2006 mostra que o número de domicílios onde ao menos um membro é beneficiado por algum programa social cresceu de 39 para 46 milhões. Com isso a proporção cresceu de 21% para 25%. O número de domicílios atendidos subiu de 15,6% para 18,3%. A transferência mais comum é do Programa Bolsa Família que distribui recursos para famílias em situação de pobreza (R$ 60 e R$ 120) ou extrema pobreza (menos de R$ 60). Este programa esta presente em 14,9% dos domicílios. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) pago a idosos de famílias que tenham renda per capita inferior a ¼ do salário mínimo está presente em 2,2% dos domicílios. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), que está sendo incluído no bolsa família, paga uma bola a famílias para que as crianças e adolescentes estudem. O estudo tem o objetivo de traçar um perfil das famílias contempladas com esses recursos. A maioria dos lares que recebem os recursos fica nas Regiões Nordeste e Norte, principalmente em Roraima, Maranhão e Piauí. Os menores percentuais foram observados nas Regiões Sul e Sudeste, com destaque para São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. O levantamento aponta que o rendimento médio mensal *per capita* do total de domicílios é de R$ 601. Já o estimado para aqueles em que houve recebimento de dinheiro de programa é de R$ 172, bastante inferior ao dos lares que não foram atendidos pelos programas investigados, de R$ 699. Outro dado que, segundo o estudo do IBGE, reforça a "prioridade para atribuição dos recursos aos domicílios com mais baixos rendimentos" é que em 89,6% das residências beneficiadas os rendimentos mensais *per capita* são inferiores a um salário mínimo. Em mais da metade (61,6%) dos domicílios, a renda é de até meio salário mínimo; e um em cada quatro possui renda média mensal *per capita* inferior a um quarto de salário mínimo.

Sábado 29

Cerca de 150 famílias cadastradas no Programa Crédito Solidário, desde 2004, filiadas à União Por Moradia Popular-Bahia (UMP-BA), ao Movimento Sem Teto de Salvador (MSTS) e ao Movimento 2 de Julho, filiadas à Central de Movimentos Populares (CMP), ocupam terreno de 61 mil m2, no Km 10 da Estrada Velha do Aeroporto, em Salvador, estado da Bahia (região Nordeste). Em 2004, UNIÃO por Moradia Popular Bahia iniciou negociações para agilizar um projeto do Crédito Solidário destinado às 312 famílias. A fazenda Sossego foi localizada como um lugar ideal a fim de implantar esse projeto. O projeto financiado pela Caixa Econômica Federal foi aprovado, entretanto o terreno nunca foi desapropriado. O proprietário do terreno não cumpriu o acordo preferindo fazer especulação imobiliária.

Domingo 30

O trabalhador do MST, Eli Dallemole, é assassinado dentro de sua casa no assentamento Libertação Camponesa, em Ortigueira, no Paraná (região Sul). Eli, tinha 42 anos e foi morto por dois homens encapuzados, na frente da mulher e três filhos.Segundo site do MST, O trabalhador vinha sendo ameaçado de morte há mais de dois anos, mas as ameaças aumentaram após o ataque de um grupo de milícias armadas ao acampamento Terra Livre, na fazenda Copramil, em Ortigueira (próximo ao pedágio da BR 376), no dia 8 de março. Segundo o MST, há no Paraná um grupo de pistoleiros comandado por um homem conhecido como "Zézinho" e financiado por fazendeiros da região. No dia 8 de março, esta milícia, desta vez com 15 homens, aterrorizou 35 famílias do MST, despejando-os da fazenda C&A, queimando todos seus pertences e espancando mulheres e homens. Segundo o Centro de Operações Policiais Especiais (Cope), o pistoleiro está com prisão preventiva decretada.

Cerca de 600 famílias ligadas à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) de Pernambuco (região Nordeste) ocupam 6 fazendas na Zona da Mata e no Agreste. O movimento diz que a meta é ocupar 35 propriedade em protesto contra a violência no campo e a lentidão na realização da reforma agrária. Entre as fazendas ocupadas estão a Bahia, em Caruaru onde estão 100 famílias e a Santo Antônio, em São Caetano com 90 famílias. Há ainda a Poço Chocalho e a Ponte de Terra onde estão cerca de 260 famílias; a Porteira e o Engenho do Riacho Branco com cerca de 80 famílias. Com estas ocupações, a Fetraf (antiga Organização de Liberdade do Campo – OLC) comanda 72 ocupações no estado de Pernambuco, com 10 mil famílias morando em barracas precárias. No estado de São Paulo (região Sudeste) cerca de 80 sem-terra do MST ocupam a fazenda Santa Lourdes, em Flora Rica, no estado.

2° feira 31

Cerca de 400 trabalhadores do MST realizam ato no município de Ortigueira, no Paraná (região Sul). O ato acontece em repúdio ao assassinato do dirigente do movimento Eli Dallemole no dia 30 de março. Os manifestantes marcham pela cidade, até a Igreja Matriz, exigindo punição aos assassinos e o fim das milícias armadas no estado. Eli tinha 42 anos e foi morto na frente de sua família por dois homens encapuzados que invadiram sua casa. O MST informou que Eli foi morto por ser testemunha importante nas investigações de desmonte de milícias armadas no estado. O corpo de Eli acompanhou o cortejo. Ao final da tarde, o trabalhador foi velado no assentamento Libertação Camponesa, onde o militante vivia. O corpo será enterrado na manhã do dia 1 de abril. Segundo o MST, ele já sofria ameaças de morte a mais de dois anos, mas elas se intensificaram após o ataque de uma milícia ao movimento no dia 8 de março. Na ocasião, 15 homens armados despejaram 35 famílias do MST de uma fazenda ocupada, queimando todos seus pertences e espancando mulheres e homens. O MST acusa fazendeiros da região de financiar um grupo de pistoleiros liderados por um homem chamado "Zézinho".

A Polícia Civil do Paraná prende 5 suspeitos de envolvimento com a morte do líder sem-terra Eli Dallemole no assentamento Libertação Camponesa, em Ortigueira – Paraná (região Sul), entre eles o advogado e presidente do Sindicato dos Comerciários de Cornélio

Procópio, Adilson Honório de Carvalho, apontado como o mandante da morte. O sindicato não se pronuncia sobre a prisão de seu presidente, nem informa o contado do advogado dele. Oneir Souza de Matos e Valderi Aparecido Ortiz são reconhecidos pela mulher de Eli como os autores do assassinato. Além deles, são presos Genivaldo Carlos de Freitas e José Moacir Cordeiro. Estes 2 teriam auxiliado os outros na fuga do local do crime, segundo o chefe da Divisão Policial de Interior, Luiz Alberto Cartaxo. De acordo com o delegado, foi encontrada uma fogueira na fazenda Copramil, onde os acusados teriam montado o acampamento para efetuar o crime. A fazenda – em disputa judicial e bloqueada pela Justiça – havia sido ocupada pelo MST em 2006. No dia 8 de março, um grupo de homens armados expulsou os sem-terra. Os 5 homens são acusados de formação de quadrilha, porte ilegal de arma, incêndio criminoso e tentativa de homicídio pelo ataque aos sem-terra em 8 de março. O secretário de Segurança Pública do Paraná, Luiz Fernando Delazari, que apresentou os presos á imprensa em Telêmaco Borba, no estado, nega que a Polícia Civil tenha demorado a executar os mandados de prisão preventiva, o que poderia ter evitado a morte do sem-terra. Delazari afirma que a rápida prisão dos acusados mostra que o governo do Paraná não vai admitir "que jagunços, pistoleiros matem pessoas engajadas em causas sociais". O MST mobiliza militantes de todo o Paraná para acompanhar o velório. Sem–terra promovem uma passeata silenciosa pelo centro de Ortigueira até a igreja matriz da cidade, onde o corpo é velado até o início da noite.

Os arrozeiros da região Raposa Serra do Sol em Roraima (região Norte) realizam uma nova ação de violência contra os índios da reserva. As agressões se devem à retirada dos fazendeiros da região que agora pertence somente aos índios. Os fazendeiros e pessoas contrárias a essa retirada colocaram fogo em uma ponte que dá acesso à reserva indígena.A manifestação pretendia barrar uma operação da Polícia Federal no local. Os arrozeiros temem que a ação vá cumprir o decreto presidencial assinado em 2005, que reconhece as terras como de posse dos mais de 18 mil índios que vivem no território e retire os fazendeiros que ainda resistem. Durante a manifestação, a polícia prendeu o presidente do Sindicato dos Arrozeiros, Paulo César Quartiero, sob acusação de dano ao patrimônio público, incitação à desordem, bloqueio de rodovia federal, desacatar um delegado e tentar obstruir os trabalhos de policiais federais na área. Antes dele já foi preso outro homem, apontado como funcionário do arrozeiro, que também tentou atrapalhar o trabalho dos policiais. A PF diz que não divulgará a data do início da retirada dos não-índios da terra. O governador de Roraima, José Anchieta Júnior (PSDB), afirma que não foi informado oficialmente da chegada dos agentes, mas tinha conhecimento pelo gabinete da Presidência da República. Ele chama os arrozeiros de "irredutíveis". Em 2005, o presidente Lula assinou o decreto homologatório destinado à posse e ao uso dos cerca de 1,7 milhão de hectares da Raposa/Serra do Sol aos 15 mil índios que vivem na área. Após o decreto, houve vários protestos de opositores à retirada dos não-índios. O principal grupo opositor à medida é composto por cerca de 8 arrozeiros que têm plantações na área. A ação é coordenada pela Polícia Civil. Participam Polícia Federal, Ibama, Incra e Funai. Coordenadores da operação afirmam que vão enquadrar Quartiero em crime ambiental. Nas suas fazendas, ele desmatou terra ilegalmente, desviou curso de rio e destruiu mata ciliar. A operação, chamada Upatakon, deverá contar com um contingente de 2500 agentes da PF e cerca de 100 policiais da Força Nacional de Segurança.

Os funcionários da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) de todo o Brasil, entram em greve, por tempo indeterminado. A paralisação atinge os dezoito estados onde há empresas de correios e o distrito federal. Os funcionários reivindicam o cumprimento de um acordo feito em novembro de 2007 entre a ECT e o ministro das comunicações Hélio Costa - com o aval do presidente Lula - para o pagamento de um adicional de periculosidade equivalente a 30% do salário por mês. Segundo a categoria, o aumento foi pago por três meses e sem justificativa foi suspenso pela empresa. A Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect), aponta que a adesão à paralisação já chega a 80%. A determinação do comando de greve é de que os serviços sejam totalmente suspensos, porém alguns serviços devem ser mantidos. Além do acordo não cumprido, os servidores reivindicam um aumento no percentual da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) da empresa. Segundo, José Gonçalves, integrante da Fentect, é revoltante saber que os cargos de gerência na empresa ganham cerca de R$ 40 mil, na participação desses lucros, enquanto um carteiro recebe cerca de R$ 400 reais por essa participação. A última paralisação da categoria foi em novembro de 2007. Algumas reivindicações como mais contratações e a implementação de um plano de carreira ainda não foram cumpridas. Em todo o Brasil são cerca de 110 mil funcionários ligados à Empresa de Correios e Telégrafos.

Moradores de Aquarius, distrito de Cabo Frio, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), protestam perto da ponte de acesso á Barra de São João. Os moradores reclamam que cerca de 600 carretas de areia são retiradas ilegalmente do local, todos os dias.

Crianças participam, na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), de um protesto contra a epidemia de dengue. Cerca de 200 manifestantes fazem “panelaço” na orla do bairro em protesto contra a epidemia que assola principalmente o estado. De acordo com a atualização mais recente, divulgada no fim da tarde do dia 25 de março, 26.668 pessoas foram infectadas desde o início de 2008, superando o total de ocorrências do ano de 2007.

Glossário de Siglas

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Partido Democrata
Funai	Fundação Nacional do Ìndio
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MST	Movimento Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
ONG	Organização Não-Governamental

PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PPS	Partido Popular Socialista
PT	Partido dos Trabalhadores
Sema	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNIOESTE	Universidade do Oeste do Paraná

Brasil
Cronologia do Conflito Social
Abril 2008

3ª feira 1

A articulação de movimentos populares, conhecida como "São Francisco Vivo", realiza manifestações contra supostas mentiras do governo federal sobre o projeto de transposição do rio São Francisco. Na região Nordeste acontecem atos, tanto em grandes cidades como Fortaleza - Ceará e Salvador - Bahia, quanto no interior, como em Guanambí, também na Bahia. Em Propriá, cidade do estado do Sergipe na divisa com Alagoas, os manifestantes bloqueiam uma ponte da BR-101. Na região Sudeste, houve protestos na cidade de São Paulo - SP e em Pirapora – Minas Gerais, às margens do rio São Francisco. De acordo com o coordenador da Articulação Popular São Francisco Vivo, Rubens Siqueira, o projeto de transposição serve aos negócios de grandes empresários e atenderá a um pequeno percentual da população. Segundo Siqueira, o semi-árido brasileiro é o mais chuvoso do mundo. Por isso, seria mais interessante apostar nas tecnologias de captação de água já desenvolvidas com apoio do próprio governo. Ele cita as cisternas e as barragens subterrâneas. Para as zonas urbanas, ele defende a interligação dos 70 mil açudes construídos na região, mas atualmente subutilizados.

O presidente do Sindicato dos Arrozeiros, Paulo César Quartiero, é solto em Roraima (região Norte). Quartiero foi preso por incitar um conflito entre índios e agentes federais contra a implantação da Reserva Raposa Serra do Sol. O arrozeiro deixou a prisão com uma carreata que festejou sua libertação. Quartiero chegou a declarar que "o conflito é inevitável". Duas pontes que dão acesso à Vila Surumu são interditadas por caminhões e tratores de produtores. Com o bloqueio o governo do estado suspendeu a entrega da merenda escolar na reserva. Segundo o coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Dionito José de Souza, a libertação de Quartiero deve fazer com que a tensão aumente, pois novas manifestações podem ocorrer. No dia 31 de março, fazendeiros e pessoas contrárias à retirada da população não-índia da reserva Raposa Serra do Sol atearam fogo em uma ponte que dá acesso à reserva indígena. A manifestação pretendia barrar uma operação da Polícia Federal (PF) no local. O centro do conflito é a Vila do Surumu, na região de Pacaraima, onde há cerca de 300 famílias, entre índias e não-índias. A área também abriga o chamado "polígono do arroz", onde oito fazendas estão sediadas. De um lado da vila estão concentrados os índios católicos ligados ao CIR favoráveis à homologação. Do outro lado, estão os índios contrários à medida do governo federal e defendem a permanência de não-índios na área, inclusive os arrozeiros. A maioria pertence à religião evangélica e é ligada à Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima (Sodiur). Em 2005, as terras da reserva foram homologadas como território indígena. O decreto estabeleceu que a área de 1,74 milhão de hectares, por direito, pertence aos 15 mil índios das etnias Macuxi, Taurepang, Wapixana e Ingarikó. O prazo para a retirada dos arrozeiros do território indígena expirou em abril de 2006. A PF informa que pode pedir a prisão temporária de Quartiero para garantir a operação de desocupação da reserva. Representantes do CIR formalizam, no Ministério Público Federal, na PF e no

Comitê Gestor da Presidência da República, um pedido de proteção e segurança às comunidades indígenas que estão nas proximidades de acesso à reserva.

O presidente Lula veta a possibilidade de fiscalização pelo Tribunal de Contas da União (TCU) do uso que os sindicatos vão fazer da parcela do imposto sindical obrigatório. O valor gira em torno de R$1,2 bilhão anuais – R$ 100 milhões só para as centrais. Para conseguir o apoio à proposta de manutenção do imposto sindical, votado a cerca de um mês na Câmara, dirigentes da Força Sindical, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de Confederações, fizeram um acordo que previa a fiscalização. No entanto, ao sancionar a lei, o Presidente vetou o único artigo que a previa. Lula alega que a fiscalização pelo TCU poderia servir de pretexto para perseguição nos sindicatos e afirma que "o trabalhador deve ser capaz de fiscalizar seu sindicato". Segundo a oposição, a fiscalização do dinheiro público já é obrigatória por isso as centrais terão que prestar contas de qualquer forma. Para o deputado Fernando Coruja, líder do Partido Popular Socialista (PPS) na Câmara, o artigo era necessário para evitar que as centrais fizessem alguma manobra para evitar a fiscalização. No Palácio do Planalto, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), mais de 50 sindicalistas, liderados pelo ministro do Trabalho, Carlos Lupi e pelo deputado Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical, comemoram a decisão. Além da CUT, Força Sindical, Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), União Geral dos Trabalhadores (UGT) e Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB), outras 6 centrais estão pedindo legalização. O presidente da CUT, Arthur Henrique, pede apoio de Lula para outro projeto que visa unificar o imposto sindical com a contribuição assistencial, atualmente opcional. Pereira da Silva também pede apoio de Lula para a redução da jornada de trabalho para 40 horas e para a regulamentação da convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – que proíbe a demissão imotivada nos setores público e privado. Lula já adianta que apoiará, mas aproveita para dizer que as centrais terão de enfrentar a discussão do desconto de dias parados em greves de servidores.

Funcionários dos Correios deflagram greve em todo país. Segundo a Agência Brasil, as unidades da federação que já decretaram greve são: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte (região Nordeste); Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste); Pará, Tocantins (região Norte); Paraná, Rio Grande do Sul (região Sul); São Paulo e Rio de Janeiro (região Sudeste). De acordo com a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentec), os trabalhadores reivindicam adicional de periculosidade equivalente a 30% do salário por mês, aumento na Participação nos Lucros e Resultados (PLR), implementação de um plano de carreira e a retomada do antigo plano de pensão: Postallis. A categoria reclama ainda da falta de diálogo da direção dos Correios a respeito da revisão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários, da falta de pessoal e de condições de trabalho, conforme termo de compromisso assinado pelo ministro Hélio Costa (Comunicações) e pelo presidente dos Correios, Carlos Henrique Custódio. O adicional, no valor de 30% do salário-base, foi pago nos últimos três meses, mas a direção dos Correios, que havia se comprometido a pagá-lo "em definitivo", suspendeu o pagamento no mês de março. Cerca de 300 trabalhadores participam de uma passeata pelas principais ruas do Centro de Curitiba - Paraná (região Sul), promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores nos Correios do Paraná (Sintcom-PR). A categoria mantém, na cidade, um acampamento de 24 horas diante da sede estadual da empresa.

Veículos que transportam, de forma irregular, trabalhadores rurais na região de São José do Rio Preto – São Paulo (região Sudeste) recebem autos de infração. Uma operação do Ministério Público do Trabalho de Campinas, em parceria com policiais rodoviários, resulta em 38 autos de infração. A ação batizada de “Navio Negreiro” teve como alvo 20 ônibus de transporte de trabalhadores que pertenciam, em sua maioria, a usinas e fornecedores da região. Sete ônibus foram interditados e tiveram os documentos apreendidos. Entre as irregularidades apontadas pela fiscalização estão: pneus carecas, falta de freios e motoristas sem habilitação.

Cerca de 500 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) ocupam a fazenda Copramil em Ortiqueira – Paraná (região Sul). Segundo a coordenação do movimento no Estado, a ação é uma resposta ao assassinato do líder Elli Dallemole. A fazenda é reivindicada pelo suposto mandante do crime. A polícia prendeu cinco suspeitos entre eles o presidente do Sindicato dos Comerciários de Cornélio Procópio, Adilson Honório de Carvalho, apontado como mandante do crime. Após acompanhar o enterro de Elli, os militantes seguiram em oito ônibus para a fazenda. Os sem-terra reivindicam a área para construção do assentamento Elli Dallemole, em homenagem ao líder assassinado. A fazenda é disputada desde 2006 pelo MST e por Carvalho.

4ª feira 2

Cerca de 60 famílias do MST ocupam a fazenda Mato Grosso, no município de Boa Viagem, no Ceará (região Nordeste). A fazenda recebeu decreto de destinação à Reforma Agrária em outubro de 2007, mas o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) da região não agilizou o processo de assentamento. As famílias estão acampadas na região há quatro anos. Segundo os militantes envolvidos na ação, as famílias permanecerão no local até que seja realizado o processo de assentamento. O superintendente do Incra, Raimundo Amadel Freitas, declarou estar em Brasília em uma reunião para "tentar amenizar a situação". Segundo ele, "a procuradoria do Incra encontra-se em greve e isto atrapalha as emissões de posse". O MST local promete realizar novas ocupações caso o governo do estado não agilize o processo do acampamento Mato Grosso.

Um estudo sobre árvores transgênicas, publicado pelo Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) e divulgado pelo site do MST, alerta sobre os perigos que envolvem esta cultura. O documento aponta que o fato de as árvores transgênicas não estarem voltadas para produção de alimentos não significa que sejam menos perigosas. Os riscos acarretados por elas são tão ou mais graves que os apresentados pelas culturas alimentares, já que as árvores vivem mais tempo que as culturas agrícolas. Deste modo, é impossível garantir que, depois de 20 ou 30 anos, uma entre milhares ou milhões de árvores transgênicas não possa florescer e poluir as árvores “normais” daquela mesma espécie, tornando assim estéril a sua descendência. O estudo aponta ainda que existem outros aspectos perigosos que envolvem este tipo de produção, como a crescente mecanização das tarefas florestais, o aumento da aplicação de fertilizantes químicos, de agrotóxicos e de herbicidas, uma vez que as árvores geneticamente modificadas são, principalmente, variações mais resistentes. Para o WRM, sob uma perspectiva sócio-ambiental, as árvores transgênicas constituem um passo muito perigoso e é preciso analisar quem as impulsiona e para quê.

Governo encerra negociação com arrozeiros na reserva Raposa Serra do Sol em Roraima (região Norte). O produtor de arroz Paulo César Quartiero afirma que só sairá da reserva com ordem da Justiça. Em Brasília, o secretário executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Barreto, declara que não há mais canal de comunicação com Quartiero. Na próxima semana deve ser iniciada a Operação Upakaton 3, da PF, para a retirada da população não-indígena da reserva. Sob o comando do arrozeiro, parte dos moradores da Vila Surumu bloqueia duas pontes de acesso à reserva, a cabeceira de uma delas foi dinamitada, segundo o jornal O Globo. Segundo o jornal a Folha de São Paulo, duas pontes foram queimadas. Dois homens são feitos reféns e em seguida libertados pelos manifestantes. Os dois homens disseram que estavam a serviço da Companhia Energética de Roraima (CER). A CER informou que os homens não são funcionários da empresa. O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) Márcio Meira afirmou que o governo ofereceu uma nova área para os arrozeiros com energia e acesso de estradas assim como depositou, em juízo, indenizações pelas benfeitorias. A área foi homologada pelo presidente Lula como território indígena em 2005.

5ª feira 3

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) irá conceder para a Vale um limite de crédito no valor de mais de R$ 7 bilhões. O limite de crédito funciona como um cheque especial e tem como objetivo financiar os projetos da Vale, que somam quase R$ 100 bilhões de 2008 a 2012. O montante representa o maior financiamento já concedido a um único grupo econômico. A Vale tem cinco anos para usar os recursos e prazo de pagamento de dez anos. O valor da linha de crédito representa quase 10% do financiamento do BNDES previsto para 2008, que é de R$ 80 bilhões. Foram concedidos ainda R$ 900 milhões ao grupo Gerdau e a mesma quantia para a Usiminas. Em relação a este valor, a linha de crédito da Vale representa uma alta de mais de 700%. Outros grupos já estariam interessados em obter o mesmo tipo de financiamento. Centenas de trabalhadores rurais fizeram um protesto, no dia 26 de março, na sede do banco na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os manifestantes protestaram contra a prioridade dos financiamentos do banco. De acordo com os movimentos sociais, o BNDES vem privilegiando o agronegócio e as grandes empresas de capital privado.

Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) do Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste) retornam ao trabalho após acordo com o governo. Os trabalhadores dos Correios ligados a oito sindicatos do Rio de Janeiro – RJ; São Paulo, Vale do Paraíba, Santos, Bauru – São Paulo (região Sudeste); Amazonas (região Norte); Maranhão, Pernambuco e Rio Grande do Norte (região Nordeste), aprovam o fim da paralisação, seguindo decisão tomada por Brasília. Mais de 48.600 carteiros conseguem prorrogação do pagamento de 30% de bônus por mais 90 dias e em seguida sua incorporação definitiva no salário. Além do bônus ficou acertado que os trabalhadores não terão os dias paralisados descontados e que serão retomadas negociações sobre participação nos lucros e plano de carreira. Segundo os Correios, o volume de carga retida em função da greve chega a 38 milhões de cartas e encomendas. Os serviços de Sedex 10, Sedex Hoje e Disk Coleta continuam suspensos. A recomendação da Fentec é que os sindicatos aceitem o

acordo do governo. A ECT determina que os funcionários que faltarem ao trabalho, a partir do dia 4 de abril, terão os dias descontados no salário. A Fentec diz que ainda não foi informada. A greve prossegue por tempo indeterminado no estado do Paraná, nas cidades de Cascavel, Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

Cerca de 300 estudantes, segundo o jornal O Globo, e 200, segundo o Folha de São Paulo, da Universidade de Brasília (UnB) ocupam a reitoria do campus no Distrito Federal - Brasília (região Centro-oeste). Os estudantes reivindicam que o reitor da universidade Timothy Mulholand e o vice-reitor Edgard Mamiya renunciem ao cargo, pelas denúncias das quais são acusados. O reitor é acusado de ter usado recursos da universidade para decorar o apartamento que ele reside em Brasília. A decoração teria sido feita com recursos da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), entidade sem fins lucrativos ligada à UnB. O vice-reitor também é acusado de desvio de dinheiro da Fundação. Os alunos reivindicam ainda o leilão dos móveis do apartamento e o uso do dinheiro na moradia estudantil, além da suspensão de convênios com fundações investigadas. A ação foi planejada pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) e apoiada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes). Para forçar a retirada dos estudantes o abastecimento de água e a eletricidade foram cortados. Após a medida, chega ao local uma equipe de 12 policiais federais e seguranças da UnB, que não entram na reitoria, mas impedem o acesso de mais manifestantes. Os alunos respondem que só negociam se os serviços forem restabelecidos. Estudantes do lado de fora ajudam a mandar comida para os colegas. No fim da tarde, pedem colchonetes, lampiões e velas por telefone. O reitor não se manifesta sobre a ocupação, mas a UnB informa que está aberta ao diálogo com os alunos e que espera a lista de reivindicações. Afirma também que água e luz são cortadas “por segurança” e que chamou a PF por se tratar da ocupação de um prédio público.

Cerca de 7 mil trabalhadores de indústrias da Zona Franca de Manaus – Amazonas (região Norte) entram de férias em razão da greve dos auditores fiscais da Receita Federal, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas. O presidente do sindicato, Valdemir Santana, diz que podem ocorrer rescisões de contratos se a greve se estender. Ele afirma que quatro fábricas estão com linhas de produção paradas por falta de componentes. A Justiça concedeu quatro mandados de segurança para que mercadorias sejam desembaraçadas. Segundo a Receita, nas alfândegas do porto e do aeroporto de Manaus US$ 23 milhões em insumos importados estão com desembaraço parado devido à paralisação. No Amazonas, há 175 auditores fiscais. A greve por tempo indeterminado começou em 18 de março. A categoria quer equiparações de salários com os delegados da PF, que recebem R$ 18 mil mensais. Os auditores ganham, em média, R$13,3 mil. Antes da greve, a proposta do governo era de 17% de reajuste. No porto de Paranaguá – Paraná (região Sul) a greve contribui para a formação de filas de 10km de caminhões. A Federação Nacional das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná (Fetranspar) orienta os caminhoneiros a guardar todas as notas fiscais de alimentação, estadia e combustível geradas pela demora em desembarcar mercadorias. A entidade orienta as empresas a identificar os responsáveis pelos prejuízos e usar as notas em ações de reparação de danos. O porto enfrenta desde o dia 2 de abril greve dos trabalhadores autônomos, além do movimento dos auditores. Desde o começo da greve dos auditores, a Justiça Federal de

Paranaguá tem concedido em média cinco liminares por dia, determinando a continuidade do despacho aduaneiro.

6ª feira 4

Estudantes da UnB que ocupam a reitoria da universidade em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) mantêm ação mesmo após o pedido de reintegração de posse do imóvel determinado pela Justiça. Os estudantes receberam cópia do despacho da Juíza federal Cristiana Pederzolli Rentzsch dando uma hora para o grupo deixar o local sob multa de R$ 5 mil ao DCE. A ordem não foi acatada. Dois professores ligados à reitoria foram recebidos pelos manifestantes para tentar um acordo que não aconteceu. Os estudantes reivindicam que o reitor e o vice-reitor da universidade Timothy Mulholand e Edgar Mamiya renunciem aos cargos devido a denúncias de desvio de verba da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec) para financiamento de pesquisa acadêmica. No caso do reitor, o dinheiro teria sido usado para reformar e decorar com móveis de luxo seu apartamento.

Manifestantes queimam uma ponte de acesso no município de Normandia, no estado de Roraima (região Norte). O município tem parte de seu território dentro da Reserva Raposa Serra do Sol. Cerca de 7 mil habitantes ficam isolados após a ação. Produtores de arroz, que se recusam a sair da terra indígena, decidem parar suas atividades por tempo indeterminado. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em nota, diz apoiar a operação de retirada da população não-indígena da área. O promotor da Vara da Infância e da Juventude de Boa Vista, Márcio Rosa, diz que o Ministério Público de Roraima constatou a presença de crianças e adolescentes em protestos ocorridos no interior da reserva e afirma: “Se as crianças forem utilizadas como escudo, barreira, os responsáveis responderão criminalmente.” Integrantes da Força Nacional de Segurança chegam ao Estado para dar apoio à Operação Upatakon 3, da PF, que prevê a retirada dos habitantes não-índios do interior da terra indígena Raposa Serra do Sol. Além deles, mais agentes federais desembarcam na capital, Boa Vista. No dia 3 de abril, o governador do estado, José Anchieta Júnior do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e deputados estaduais assinam, na Assembléia de Roraima, uma carta pedindo ao presidente Lula a suspensão da operação até que o Supremo Tribunal Federal (STF) decida sobre a retirada dos arrozeiros. O governador foi informado pelo Ministério da Justiça que 100 homens da Força Nacional chegariam ao estado. O Ministério confirma, por meio de sua assessoria, o envio de integrantes da Força.

A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça aprova o pagamento de R$ 11,7 milhões em indenizações a 20 jornalistas que sofreram perseguições políticas durante o regime militar (1964-1985). Fundadores do semanário “O Pasquim”, em 1969, Ziraldo e Jaguar, receberão os maiores valores, mais de R$ 1 milhão cada. Eles terão direito ainda a vencimentos mensais, até a morte, de R$ 4.375,88. Ziraldo acompanha a sessão e diz que não aceita críticas por ter buscado reparação pelas perseguições como: três prisões, demissões e fechamentos de jornais e revistas que fundou ou em que trabalhou. Para receber o dinheiro, Ziraldo e os demais terão de responder à comissão, por escrito, se concordam com a indenização ou se pretendem recorrer do valor. Jaguar não comparece à

sessão, mas seu advogado, Humberto Janssen, lembra que o cliente foi demitido do jornal onde trabalhava e que, quando dirigia "O Pasquim", a sede da publicação sofreu atentados praticados pela extrema-direita a serviço de militares. Entre os jornalistas indenizados, está Ricardo Moraes, ex-militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), atualmente assessor do ministro da Fazenda, Guido Mantega.

A Polícia do Paraná (região Sul) conclui que o sem-terra Eli Dallemole, morto no dia 30 de março, foi vítima de vingança tramada por Odenir Souza Matos, o Zezinho, suposto autor do crime. O inquérito foi encaminhado ao Ministério Público Estadual, que decidirá e vai oferecer denúncia contra os suspeitos. Segundo a delegada Vanessa Alice, Matos matou Dallemole por ter sido expulso do acampamento montado pelo MST na fazenda Copramil, em Ortigueira, no estado, por ter sido descoberto trabalhando para Adilson Honório de Carvalho, presidente do Sindicato dos Comerciários de Cornélio Procópio e que disputa com os sem-terra a posse do imóvel. Suspeito de ter acompanhado Matos, Valderi Aparecido Ortiz foi indiciado como co-autor do assassinato.

Sábado 5

Grupos de sem-terra do MST ligados a José Rainha (que está proibido de agir em nome do movimento) promovem ocupação nas fazendas Guarani, em Presidente Bernardes e São Mateus, em João Ramalho, no Pontal do Paranapanema – São Paulo (região Sudeste). Conforme levantamento feito pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) divulgado pelo o jornal Folha de São Paulo, a fazenda Guarani é alvo de ocupações desde janeiro de 2003 e esta é a 18ª ação. Segundo Sérgio Pantaleão, um dos líderes da ala do MST liderada por Rainha, a propriedade foi escolhida por ser "devoluta e improdutiva". As ações fazem parte do "Abril Vermelho" período em que os sem-terra intensificam as ações para lembrar o massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996.

Cerca de 250 manifestantes participam de um ato em frente ao prédio do Supremo Tribunal Federal (STF) em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) em favor das pesquisas com células-tronco embrionárias. A manifestação é para marcar os 30 dias do adiamento do julgamento da ação movida pelo Ministério Público contra a Lei de Biossegurança que autoriza as pesquisas. O caso está sendo julgado pelo STF. Os manifestantes – portadores de doenças degenerativas, familiares e representantes de entidades médicas – dão um abraço simbólico ao prédio do Supremo e distribuem gérberas (uma flor de cor alaranjada), escolhida como símbolo do movimento. Gabriela Costa, coordenadora do movimento em Brasília, diz ter esperanças de que o assunto volte logo à pauta do STF. O julgamento foi interrompido por um pedido de vista do ministro Carlos Alberto Direito. Ainda não há data para retomada da sessão do STF. Dois dos 11 ministros se pronunciaram a favor da liberação das pesquisas.

Domingo 6

Cerca de 800 pessoas participam da 1ª Parada Gays, Lésbicas e Simpatizantes (GLS) da Favela da Maré, no Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste). Segundo os organizadores, Beto

do Salão, a advogada Adriana Laurindo – coordenadora de assuntos jurídicos da comunidade João Pinheiro e Júlio Oliveira - produtor de eventos, esta é a primeira manifestação GLS em uma favela. A Maré é a terceira maior favela do estado, com 16 comunidades e cerca de 250 mil habitantes.

Grupos de sem-terra do MST ligados a José Rainha (que está proibido de agir em nome do movimento) ocupam a fazenda Santa Tereza em Presidente Venceslau, no Pontal do Paranapanema – São Paulo (região Sudeste). Segundo a Polícia Militar (PM) até o final da tarde nenhum dos proprietários havia registrado boletim de ocorrência. Esta é a terceira ocupação no pontal no final de semana do dia 5 e 6 de abril. As ocupações fazem parte do "Abril Vermelho" período em que os sem-terra intensificam as ações para lembrar o massacre de Eldorado dos Carajás ocorrido em 17 de abril de 1996.

Cerca de 20 etnias, das mais de 200 no Brasil, praticam, por tradição, o infanticídio de crianças gêmeas, filhas de mães solteiras, com problema mental ou físico, ou doença não identificada pela tribo, consideradas uma maldição. Há um projeto de lei que trata de "combate às práticas tradicionais que atentem contra a vida", que tramita na Câmara desde maio de 2007. A Lei Muwaji, como é chamada em homenagem à índia que enfrentou a tribo para salvar sua filha com paralisia cerebral, estabelece que "qualquer pessoa" que saiba de casos de uma criança em situação de risco e não informe às autoridades responderá por crime de omissão de socorro. A pena vai de 1 a 6 meses de detenção ou multa. A proposta é polêmica entre índios e não-índios. Há quem argumente que o infanticídio é parte da cultura indígena. Outros afirmam que o direito à vida, previsto no artigo 5º da Constituição, está acima de qualquer questão. Para Maíra Barreto, doutoranda em direitos humanos pela Universidade de Salamanca (Espanha), cuja tese é sobre infanticídio indígena, há incoerência no fato de o Brasil ser signatário de convenções internacionais que condenam tradições prejudiciais à saúde da criança e não cumpri-las, no caso dos índios. Em 2004, o governo brasileiro promulgou, por meio de decreto presidencial, a Convenção 169 da OIT, que determina que os povos indígenas "deverão ter o direito de conservar seus costumes e instituições próprias, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais definidos pelo sistema jurídico nacional nem com os direitos humanos internacionalmente reconhecidos". Antes disso, em 1990, o Brasil já havia promulgado a Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU), que reconhece "que toda criança tem o direito inerente à vida" e que os signatários devem adotar "todas as medidas eficazes e adequadas" para abolir práticas prejudiciais à saúde da criança. O antropólogo Ricardo Verdun, do Instituto dos Estudos Socioeconômicos (Inesc), acha o projeto de lei uma intromissão no livre-arbítrio dos índios. O missionário Saulo Ferreira Feitosa, secretário-adjunto do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), vê no debate conflito entre a ética universal e a moral de uma comunidade. "Ninguém é a favor do infanticídio. Agora, enquanto prática cultural e moralmente aceita, não pode ser combatida de maneira intervencionista." Segundo o antropólogo Mércio Pereira Gomes, ex-presidente da Funai, há de 5 a 10 mortes por infanticídio no Brasil por ano. O índio, explica, só considera um ser como pessoa quando ele é recebido pela sociedade. Ele afirma que a Funai busca intervir em alguns casos, através, por exemplo, da adoção.

Aproximadamente 550 famílias do MST ocupam a Fazenda Bela Manhã, do grupo Aracruz Celulose, em Teixeira de Freitas, na Bahia (região Nordeste). Segundo o site do MST, estas

famílias estavam acampadas em terreno da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e estão na luta pela terra desde o mês de abril de 2007, quando ocuparam uma área ligada à Suzano Papel e Celulose. Na ocasião, foi feito um acordo com o Incra e o Governo do estado que se comprometeram com a aquisição de terras para o assentamento de mil famílias. A área reivindicada, de 2,4 mil hectares de terra, é considerada improdutiva e suspeita de grilagem. A Aracruz Celulose é uma das cinco empresas responsáveis pela monocultura do eucalipto, ou "deserto verde", no extremo sul da Bahia. Em parceria com a sueco-finlandesa Stora Enzo, controla ainda a Veracel, que foi ocupada em 2004 pelo MST, em uma grande ação que questionava ainda o conceito de produtividades e o modelo de desenvolvimento imposto à região. A ocupação em Teixeira de Freitas integra uma série de ações desenvolvidas pelo movimento desde março, quando cerca de 3 mil trabalhadores rurais sem-terra do MST e do Movimento de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas (CETA) ocuparam o Incra e a Secretaria Estadual de Agricultura.. Segundo site do MST, a Bahia é o estado brasileiro com maior quantidade de famílias acampadas (25 mil famílias em 230 acampamentos).

2ª feira 7

Cerca de 600 estudantes, 400, segundo o Centro de Mídia Independente (CMI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste) ocupam a reitoria do campus. Os estudantes protestam contra a censura e a violência ocorrida no dia 3 de abril quando um grupo de estudantes foi proibido pela direção da universidade de exibir o filme-documentário “Grass-Maconha” e a PM violentamente reprimiu a exibição. Utilizando várias viaturas e um helicóptero, a ação da polícia deixou dez pessoas feridas e deteve um estudante. Nem a Reitoria da UFMG e nem a segurança universitária fizeram nada para impedir a agressão mesmo sabendo que a ação da Polícia Estadual é proibida nas universidades federais. De acordo com a coordenadora do DCE da UFMG, Glória Trogo, o filme que seria exibido é vendido em bancas de jornal e seria utilizado antes de um debate sobre as drogas. Glória afirmou que a ocupação é uma resposta à falta de diálogo. A direção da universidade compareceu a uma audiência solicitada pelos estudantes, mas não aceitou nenhuma de suas reivindicações. Eles solicitam a retratação pública do reitor, a abertura de um inquérito para punir os responsáveis, além de uma denúncia conjunta do DCE e da reitoria contra o tenente Maurício, comandante da operação dentro da UFMG.

Trabalhadores mutilados e as viúvas dos agricultores assassinados no massacre de Eldorado dos Carajás acampam em frente ao Palácio dos Despachos em Belém, sede do governo do estado do Pará (região Norte). Os manifestantes reivindicam da governadora Ana Júlia Carepa, do Partido dos Trabalhadores (PT), o cumprimento de diversas promessas feitas em 2007, entre elas o atendimento médico multidisciplinar aos sobreviventes feridos durante o massacre - que ficaram com balas alojadas pelo corpo, e o pagamento das indenizações que já foram determinadas pela Justiça, mas ainda não foram feitos. No início de novembro de 2007 o governo do estado fechou um acordo com os integrantes do MST, vítimas do massacre, para o pagamento de R$ 20 mil para cada sobrevivente, assistência de saúde e a elaboração de projeto de lei para garantir pensão no valor de um salário mínimo e meio para cada sobrevivente. A indenização deveria favorecer 30 sobreviventes. Outros 20

conseguiram na Justiça, em 2005, uma indenização de R$ 1,2 milhão, porém até o momento não receberam o dinheiro. No dia 17 de abril o massacre completa 12 anos. O episódio ficou internacionalmente conhecido depois que 140 policiais, por ordem do então governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB), executaram 19 trabalhadores e deixaram 69 feridos. A ação da polícia foi justificada pela tentativa de desobstruir a rodovia PA-150, onde os trabalhadores protestavam, pedindo que fosse implantado o assentamento prometido para as famílias da região. Josimar Pereira de Oliveira é um dos sobreviventes do massacre. Ele conta que eles só deixarão a sede do governo se forem recebidos pela governadora. Josimar denúncia que 12 anos depois eles continuam sendo massacrados psicologicamente, sem recursos médicos e nem financeiros para tentarem voltar a ter uma vida normal. Dois comandantes da operação foram condenados a mais de 100 anos de prisão, mas permanecem em liberdade.

Estudantes da UnB em Brasília - Distrito Federal (região Centro-oeste) ignoram o prazo dado pela PF para desocupar a reitoria e ainda ampliam a ocupação. Aproximadamente 1.500 estudantes, segundo os manifestantes, e 500, segundo funcionários da UnB, 600, segundo o jornal Folha de São Paulo, realizam assembléia no andar térreo, na qual decidem tomar o prédio inteiro, para enfrentar os cerca de 20 seguranças que bloqueiam a rampa principal de acesso ao 4º andar. Eles decidem manter a ocupação do gabinete do reitor e garantir o livre acesso ao 3º andar. Os estudantes garantem que só sairão se, além de outras reivindicações, o reitor e seu vice, Edgar Mamya, deixarem seus cargos. Cerca de 500 alunos se confrontam com seguranças da universidade e chegam a ocupar três andares do prédio. Um deles, do lado de fora, é perseguido e espancado por um grupo de seguranças. O grupo de estudantes chega ao 4º andar e os seguranças decidem deixar o prédio. A imprensa não é autorizada a entrar no gabinete do reitor. Pelo menos cinco funcionários ficam feridos e alguns alunos também saem machucados. Os alunos pedem a saída do reitor Timothy Mulholland, cujo apartamento foi mobiliado com recursos de uma fundação de apoio da UnB, segundo denúncia do Ministério Público. Água e luz do prédio, que haviam sido religadas, voltam a ser cortadas. Uma comissão de estudantes é encarregada de levar a ata da assembléia à superintendência da PF no Distrito Federal, com o objetivo de evitar o uso da força policial para desocupar o prédio. Trinta e sete docentes já assinaram o "Manifesto em Defesa da UnB", que pede o afastamento do reitor até que se encerrem as investigações sobre as contas da universidade. A assessoria da UnB informa que Mulholland descarta a possibilidade de deixar o cargo e que ele continua trabalhando. Em reunião com o Conselho Universitário (Consuni), que reúne dirigentes, professores, funcionários técnicos e administrativos e estudantes, a reitoria lista 11 pontos que estaria disposta a negociar com os estudantes, caso eles deixem o prédio, entre eles: a análise da prestação de contas da UnB, o debate sobre fundações de apoio e o aumento de bolsas para estudantes. A reitoria divulga nota afirmando que, frustradas as negociações, o assunto volta à esfera do Judiciário, que já determinou a reintegração de posse. A PF diz que a reintegração será cumprida e que tentará negociar. No fim da noite, estudantes divulgam nota admitindo que o confronto ocorre com excessos de ambos os lados e decidem não resistir caso a PF vá retirá-los.

Manifestantes atacam o posto da PF no município de Pacaraima, em Roraima (região Norte), em novo protesto contra a homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol. Os manifestantes fecham a avenida de acesso à cidade venezuelana de Santa Elena do Uairen.

Um homem identificado como indígena é preso ao tentar detonar um carro em frente ao posto da PF com artefatos explosivos. A 50 metros do posto da PF, 120 manifestantes fecharam a Avenida Brasil, que dá acesso ao lado venezuelano da fronteira, ateando fogo em pneus e troncos de madeira. Um posto da Receita também é ocupado. Um delegado envolvido no caso considera um atentado terrorista contra o posto da PF. A PF investiga se há relação do protesto com um grupo que, no dia 5 de abril, foi encontrado com artefatos explosivos com os quais prometia resistir à ação e dizia ter aprendido a fazê-los com um suposto ex-militar do Exército da Venezuela, que estava presente no local e não quis se identificar. Ao fechar a fronteira, os manifestantes têm apoio de uma parte da população.

3ª feira 8

O Ministério Público Federal (MPF) no Distrito Federal (região Centro-oeste) e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) entram na Justiça Federal com uma ação de improbidade administrativa contra o reitor da UnB, Timothy Mulholland, e o decano de Administração, Érico Paulo Weldle. Os dois são acusados de desviar recursos destinados ao financiamento de projetos e desenvolvimento institucional da UnB. No caso do reitor o dinheiro teria sido usado para decorar seu apartamento. Segundo a ação, cerca de R$ 470 mil foram gastos para mobiliar e decorar o apartamento funcional. Além disso, R$ 72 mil foram usados para comprar um automóvel de uso exclusivo do reitor. Se considerados culpados, os dois acusados terão que fazer o ressarcimento integral do valor desviado, perderão o cargo público, terão os direitos políticos suspensos por até cinco anos, o pagamento de multa civil de até 100 vezes o valor da remuneração por eles recebida atualmente e a proibição por contratar pelo poder público por até três anos além do pagamento de indenização por danos morais. Estudantes continuam ocupando o prédio da reitoria. Mulholland diz que não deixará o cargo e que está disposto a negociar para convencer os estudantes a desocuparem a reitoria da universidade. Mulholland recebe a imprensa em outro prédio do campus, mas tem que interromper a entrevista às pressas assim que cerca de 80 alunos começam um protesto do lado de fora, pedindo sua renúncia. Ele sai pela porta dos fundos, escoltado por seguranças. Mulholland atribui as críticas que recebe da mídia às políticas de inclusão social e racial adotadas na UnB, que reserva 20% das vagas para estudantes negros. O ministro da Educação, Fernando Haddad, que defende políticas como as adotadas pela UnB, discorda. Haddad reúne-se com Mulholland e dirigentes da Associação de Docentes da UnB. Ele se diz disposto a mediar o diálogo, mas afirma que o governo não intervirá a instituição, pois não há pedido nesse sentido e o Ministério da Educação (MEC) não quer ferir o princípio da autonomia universitária. Segundo Haddad, não há previsão legal para o afastamento do reitor no estatuto da UnB, salvo se voluntário. Mulholland afirma que serviços essenciais estão paralisados por causa da ocupação, como elaboração de folha de pagamento, contratação de professores e concessão de bolsas e apela aos estudantes para que saiam pacificamente.

O índio David Conceição afirma, em depoimento à polícia, que uma promessa de trabalho em uma lavoura de arroz é o motivo pelo qual ele dirigiu um carro carregado com explosivos e estacionou o veículo em frente ao posto da PF, em Pacaraima – Roraima (região Norte). A ação ocorreu no dia 7 de abril em um protesto na reserva indígena Raposa

Serra do Sol. A Funai diz que aguardará um posicionamento do Ministério Público Federal acerca da prisão.

Mais de mil militantes do MST, segundo jornal O Globo, ocupam uma área próxima à Estrada de Ferro de Carajás da mineradora Vale em Parauapebas – Pará (região Norte). Os manifestantes ameaçam paralisar a qualquer momento a ferrovia. O bloqueio desrespeita liminar do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), que proíbe o movimento e seu coordenador nacional, João Pedro Stédile, de "incitar e promover a prática de atos violentos" contra a Vale e de interromper suas atividades em todo o país, sob pena de multa de R$ 5 mil por ato violento ou interrupção. Advogados de Stédile entram hoje com recurso contra a liminar obtida pela mineradora, contestando a competência da 41ª Vara Cível do TJ-RJ para julgar a ação, já que Stédile tem endereço fixo em São Paulo (região Sudeste). A governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT), reforça o contingente da PM em Parauapebas. A Vale divulga nota oficial, afirmando que "a invasão anunciada e iminente à Estrada de Ferro Carajás pelos integrantes do MST e outros grupos é um desrespeito ao estado de direito e uma ameaça à segurança pública que afeta não apenas todo o setor produtivo do Pará, mas toda a população do estado". A empresa alerta que enviou quatro comunicados às autoridades com responsabilidade sobre o assunto, informando que está ameaçada de prática criminosa, fartamente anunciada nos meios de comunicação e em reuniões públicas promovidas pelo MST, mas até o momento não recebeu resposta formal das autoridades federais e estaduais. Segundo o movimento, o objetivo é cobrar do governo celeridade nos assentamentos da Reforma Agrária, mais verbas para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e a reestatização da Vale.

Aproximadamente 130 famílias do pré-assentamento Flor do Amazonas ocupam a sede do Incra, em Porto Velho - Rondônia (região Norte). Os manifestantes reivindicam agilidade no processo burocrático de regularização fundiária. A área em questão já foi julgada pela Justiça federal e está oficialmente a cargo do próprio Incra para destinação. Segundo o CMI, há seis anos as famílias do pré-assentamento Flor do Amazonas são alvo de violência policial e dos fazendeiros da região, legitimados por reintegrações de posse emitidas pela Justiça estadual, embora a área seja de posse federal. Vários barracos são demolidos e queimados, inclusive sem remover objetos de valor. Camponeses são ameaçados verbalmente. Até o momento, o Incra não se manifestou em relação às ações dos fazendeiros e da justiça de Rondônia. O movimento reivindica que o Incra assegure o pré-assentamento Flor do Amazonas, que está localizado no município de Candeias do Jamari, norte do estado de Rondônia, no qual residem aproximadamente 250 famílias, todas já cadastradas e reconhecidas para a Reforma Agrária.

O futuro presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, autoriza o corte no ponto de grevistas da Advocacia Geral da União (AGU) e da auditoria fiscal da Receita Federal. Ele concede duas liminares pedidas pela AGU contra as paralisações de advogados do próprio órgão e auditores da Receita. Nos dois casos, segundo ele, havia risco de grave lesão à ordem pública. Leva-se em conta a decisão do STF que impôs ao serviço público os limites ao direito de greve previstos para o setor privado e pondera-se a possibilidade de as paralisações provocarem "efeito multiplicador" sobre outras categorias. As liminares suspendem decisões do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, sediado em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul), que havia reconhecido a

legitimidade das greves e proibido o governo de descontar os salários. A liminar que impede o corte do ponto é mantida apenas para os auditores fiscais do Trabalho. Por meio da assessoria, o Ministério do Planejamento informa que "ainda está estudando" se vai cortar o ponto dos servidores. A paralisação dos auditores fiscais começou no dia 18 de março com a reivindicação de equiparação dos salários aos dos delegados da PF, os mais altos do Poder Executivo. Já os advogados da União estão em greve desde 17 de janeiro. Eles reivindicam salário inicial de R$ 11 mil e especial de R$ 18 mil. Hoje, iniciam a carreira com R$ 9 mil. O presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Unafisco), Pedro Delarue, afirma que "a greve não é apenas por salário. É por dignidade, valorização da carreira, colocar os auditores fiscais no mais alto salário do Executivo". O sindicato quer elevar o teto salarial da categoria de R$ 13.400 mensais para R$ 19 mil e o piso de R$ 10 mil para R$ 14 mil. Hoje são 12 mil servidores ligados à Receita, 3 mil ao Ministério do Trabalho e 8 mil advogados da União.

Cinco militantes e ocupantes da ocupação Frei Tito, em Campinas, São Paulo (região Sudeste) se acorrentam em frente à prefeitura do município. O protesto tem por objetivo exigir uma solução para o problema das famílias sem-teto que ocupam o terreno há dez dias e está com liminar de reintegração de posse. O acorrentamento ocorre após inúmeras tentativas de negociação. Na última semana, após uma marcha de mais de mil pessoas, uma comissão do movimento foi recebida pela prefeitura de Campinas, mas a conversa não produziu resultados satisfatórios, assim, o acorrentamento constitui-se como forma de protesto, para sensibilizar os órgãos públicos a prover alternativas para as famílias ocupantes do terreno.

4ª feira 9

Cerca de 150 integrantes do MST, assentados na Fazenda São José, na Rodovia RJ-204, interditam, por uma hora, o trânsito na BR-356 (Campos-Itaperuna), em Cardoso Moreira no estado do Rio de Janeiro (região Sudeste). O movimento reivindica o cumprimento de uma decisão tomada em dezembro de 2007, pela Justiça Federal, que determina a retirada do gado deixado no Assentamento Chico Mendes. As polícias Militar e Rodoviária Federal foram acionadas para conter a manifestação. Patrulheiros da Polícia Rodoviária Federal (PRF) mantiveram a ordem no trânsito, liberado após uma hora. Segundo Léo Haua integrante do MST, a decisão da Justiça não está sendo cumprida pelo proprietário da fazenda e as 736 cabeças de gado estão impedindo que o Incra avance na organização do assentamento. De acordo com Haua, a mobilização foi para tentar garantir que o gado, já retirado da Fazenda São José pelos próprios sem-terra, não retorne mais.

Aproximadamente 100 pistoleiros e policiais fortemente armados e encapuzados invadem o acampamento Conquista da União, localizado na BR-421, município de Campo Novo de Rondônia – em Rondônia (região Norte). Segundo site do MST, informações passadas por um camponês que conseguiu escapar da ação, apontam que o grupo cercou o acampamento e atirou em todos que ali se encontravam. Cerca de 15 pessoas, incluindo uma mulher grávida, foram assassinadas brutalmente e outras apanhadas como reféns. Segundo o camponês, 20 motos e todos os pertences dos acampados foram queimados. A Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia (LCP) denunciava há várias semanas a preparação de um

massacre de camponeses sem-terra naquela região do estado. De acordo com informações divulgadas pelo site do MST, a LCP acusa o jornal Folha de Rondônia e a revista Istoé de divulgarem falsas informações compostas de acusações contra a Liga e os camponeses daquela região que caracterizaram como "guerrilheiros", "ligados às FARC". A Liga acredita que as falsas denúncias buscavam justificar previamente o massacre. Após a ação, a organização afirma que ligou para a PF, que declarou apenas que isso não era de sua jurisdição e não podia fazer nada. Cerca de 100 acampados que fugiram permanecem na beira da estrada, próximo ao local, e outros foram para cidades vizinhas. Segundo denúncias do movimento, autoridades locais estariam diretamente relacionadas ao ataque, o que levou as organizações de apoio a contatarem várias instâncias federais, sem resultado positivo até o momento.

O Unafisco promove manifestação na porta do Ministério da Fazenda, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O objetivo do ato é solicitar uma audiência com o ministro Guido Mantega, que está viajando. Segundo a PM, cerca de 800 auditores participam da manifestação. O presidente do sindicato, Pedro Delarue, é recebido pelo secretário da Receita, Jorge Rachid. Segundo Delarue, o secretário afirma que no governo Lula houve a maior valorização da carreira de auditores, mas promete encaminhar a proposta do sindicato ao Planejamento, responsável pelas negociações salariais. A greve dos auditores fiscais afeta, principalmente, as operações de comércio exterior, os principais portos e aeroportos do país e gera prejuízos pela restrição nas operações de entrada e saída de mercadorias pelas alfândegas. O Unafisco mantém 30% dos 12 mil auditores fiscais trabalhando; o mínimo exigido pela lei de greve do setor privado, que tem sido aplicada ao setor público.

O Superior Tribunal Federal (STF) suspende a operação da PF que retiraria produtores rurais e grileiros da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima (região Norte). A decisão é tomada por unanimidade, no julgamento de um pedido de liminar feito pelo governo do estado. Na ação, o governo alegou ser tensa a situação no local e, por isso, a operação poderia desencadear uma espécie de "guerra civil". Durante a sessão no tribunal, o relator do caso, ministro Carlos Ayres Britto, lembra que a região é próxima da fronteira brasileira e deve ser tratada como estratégica e acrescenta que a causa "revela interesses não só de particulares", mas do próprio estado, e lembra que o governo local é autor ou parte interessada na maioria das ações sobre a reserva. Os demais ministros apenas concordam com o relator. A desocupação da reserva ficará suspensa até que sejam julgadas pelo STF ações que questionam a demarcação da área indígena. Não há data marcada. Na ação, o governo de Roraima alega que a retirada de não-índios da reserva afetaria pelo menos 6% da economia do estado e ressalta que essas pessoas não ocupam mais que 1% da área demarcada, que abrange 46% do território do estado. Após a decisão, há um ato em frente ao Palácio do Governo na capital, Boa Vista, e depois uma carreata, com vários caminhões carregados de arroz. Grandes rizicultores que têm fazendas na reserva participam do ato, exceto Paulo César Quartiero. A presença de cerca de 100 manifestantes seria, antes um gesto de protesto contra o governador José Anchieta (PSDB), que é acusado por parte dos arrozeiros e funcionários das fazendas de agir com passividade e não enfrentar o governo federal. Mas, com a decisão do STF, o que seria protesto passa a ser comemoração. Várias faixas protestam contra a presença da PF. Antes da decisão do Supremo, a Superintendência da PF já havia decidido dar uma trégua. O superintendente da

PF no estado, José Maria Fonseca, diz que é a favor de uma saída não violenta e nega que o órgão tenha recuado ao aceitar acordo com os arrozeiros. A PF diz que permanecerá no local e que cumprirá a decisão judicial, mas aguardará o julgamento do mérito para decidir qualquer alteração no planejamento da operação. O índio macuxi Dionito Souza, coordenador do CIR, diz que a decisão "viola os direitos dos povos indígenas". A entidade vai recorrer da decisão no próprio STF, na ONU e na Organização dos Estados Americanos (OEA). Segundo o presidente da Funai Márcio Meira, o governo federal não contesta a decisão.

5ª feira 10

Os professores da UnB aprovam, em assembléia, o afastamento temporário do reitor, Thimoty Mulholland. O reitor da UnB pediu licença do cargo por 60 dias. Por meio de uma nota, ele comunicou que a iniciativa tem "o objetivo de assegurar os princípios constitucionais da impessoalidade, legalidade e transparência na apuração dos fatos". Timothy é acusado de utilizar dinheiro de financiamentos de projetos para a decoração do apartamento onde mora. A reitoria da universidade está ocupada desde o dia 3 de abril por estudantes que reivindicam a saída imediata do reitor e a convocação de eleições diretas e paritárias para o cargo. Com o afastamento, o comando da reitoria passa ao vice-reitor, Edgar Mamiya, o que não agrada os alunos, pois este também é acusado de desvio de verbas. Os estudantes mantêm a ocupação. O ministro da Educação, Fernando Haddad, considera acertada a decisão do reitor de se afastar e diz esperar concessões por parte dos estudantes. Duas assembléias, uma de professores e outra de servidores, decidem apoiar o movimento dos alunos e pedir também a saída do reitor e de seu vice até que sejam apuradas internamente as irregularidades. Os servidores reabrem o registro de água. A União Nacional dos Estudantes (UNE) comemora o pedido de afastamento do reitor. A presidente da entidade, Lúcia Stump, que apóia os estudantes da UnB desde o início, diz que agora o objetivo do movimento é impedir que o reitor retorne ao cargo. Os estudantes querem ainda a convocação de um congresso "estatuinte" para criar um novo estatuto universitário, dando paridade aos estudantes com assento no Consuni e tornando as decisões mais transparentes.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) divulga o relatório "Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil", com dados sobre violência praticada contra indígenas e sobre as violações de seus direitos. O documento, apresentado na 46ª Assembléia Geral da CNBB, aponta que, em 2006, foram 57 assassinatos e em 2007, 92 casos - 62% a mais que em 2006 e o maior número de casos desde 1988, quando a entidade começou a fazer o levantamento anual. O relatório aponta que o estado de Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste) é o local com maior número de assassinatos - foram 27 casos em 2006. Das ocorrências de assassinatos naquele ano, o Cimi aponta que 11 foram praticados por não-indígenas. Os meios utilizados foram armas de fogo (em 12 casos), armas brancas como facas, canivetes, facões (28 casos) e outros meios como pedaços de madeira, ferro, espancamentos ou meios desconhecidos. Em 2007, predomina o uso de armas brancas: são 42 casos cometidos com faca, facão ou foice, 24 assassinatos por arma de fogo e outros por espancamentos e estrangulamentos. O Cimi acompanha por meio do trabalho de missionários e levantamento de dados os casos de violência com povos indígenas.

Cerca de 500 estudantes fazem protesto diante da Prefeitura de Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste). Eles reivindicam o passe-livre nos ônibus da capital. O secretário particular do prefeito Fernando Pimentel (PT), Otílio Prado, recebe cinco representantes do movimento que entregam a pauta de reivindicações. As solicitações serão encaminhadas ao prefeito, que está nos Estados Unidos.

A CNBB denuncia que estão ameaçados de morte três bispos que atuam no Pará (região Norte). A entidade quer que o estado investigue a origem das ameaças e garanta mais segurança para os religiosos. A denúncia é feita a representantes da Anistia Internacional e à ONU. A Secretaria de Segurança Pública do Pará diz que o programa de proteção a defensores dos direitos humanos é suficiente para garantir a segurança dos religiosos. Em nota, a CNBB reafirma solidariedade aos bispos ameaçados.

Cerca de 40 manifestantes, entre pais, professores e alunos da Escola Estadual Professor Fidelino Figueiredo, indignados com matéria do jornal Folha de São Paulo, fazem uma manifestação em São Paulo (região Sudeste). Eles protestam contra a irresponsabilidade do jornal e em defesa da escola pública de qualidade para todos. Na matéria citada, o jornalista Paulo Sampaio acusa os alunos da escola pública como possíveis ladrões e incita uma rivalidade entre "Escola rica x pobre" no subtítulo da matéria. Por tal irresponsabilidade, os manifestantes exigiram do jornal a publicação de uma carta resposta. Na manifestação pacífica, um motorista atropelou um manifestante que tentava organizar o trânsito para segurança dos pais, professores e alunos. O manifestante atendido no hospital ortopédico da Santa Casa não teve ferimentos além do inchaço.

6ª feira 11

Aproximadamente 150 famílias do MST ocupam uma fazenda no município de Rio Real, próxima à linha do trem no Recôncavo Baiano no estado da Bahia (região Nordeste). O movimento promete intensificar as ocupações nos próximos dias. Os militantes protestam contra a impunidade nos crimes do campo e reivindicam a Reforma Agrária.

Cerca de mil alunos se reúnem em ato pela saída de Edgar Mamiya, reitor interino da UnB, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os manifestantes convocam alunos dentro das salas e conseguem expressiva adesão. Há paralisação das aulas e mobilização com o objetivo de pressionar o Consuni, órgão que não pode aprovar a saída definitiva do reitor, mas pode abrir processo administrativo interno, que pode culminar na demissão dele. O encontro do Consuni é suspenso até o dia 16 de abril, quando o tema volta à pauta. A reunião abre espaço para posicionamento de todos os departamentos da UnB, além de alunos e professores, que pressionam para que toda a atual gestão deixe os cargos e cuja proposta prevalece. Mamiya também está sendo investigado por pagAR 32 almoços e jantares com recursos que deveriam ter sido utilizados em pesquisa, além de viagens ao Japão, Coréia do Sul e Taiwan, realizadas por ele e assessores em 2007, com recursos provenientes de verbas destinadas ao atendimento à saúde indígena.

Mesmo com a decisão do governo federal de descontar do salário de funcionários públicos da Receita e da AGU os dias de greve em abril, os auditores fiscais decidem manter a greve. Cerca de 450 auditores fiscais realizam uma reunião em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) onde fica decidido que, na assembléia que será realizada no dia 12 de abril, o grupo sugerirá a continuidade da greve. O Unafisco volta a criticar o Ministério do Planejamento pela decisão de cortar o ponto e o presidente do sindicato, Pedro Delarue, diz que vai recorrer da decisão do STF. Desde o dia 10 de abril, ocorrem assembléias em todo o país de advogados e defensores públicos da União, representados pelo Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal. Os advogados decidem suspender a greve. Seus representantes informam que irão recorrer da decisão e se o reajuste salarial que reivindicam não ocorrer, após a suspensão da greve, ameaçam retomar as paralisações.

Ex-funcionários da Varig protestam no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os trabalhadores protestam contra os cortes nos benefícios recebidos do fundo Aerus (entidade fechada de previdência privada que reúne empresas patrocinadoras ligadas ao setor aéreo), que teve intervenção e liquidação decretadas como efeito da crise da companhia.

Sábado 12

Cerca de 250 famílias ligadas ao MST ocupam a fazenda Mata Rica, em Edealina, no estado de Goiás (região Centro-oeste). Os sem-terra reivindicam que a área seja destinada à Reforma Agrária. Esta é a segunda vez que a fazenda é ocupada. O Incra de Goiás garantiu que abrirá processo para vistoriar a área. Segundo o movimento, a propriedade de 2 mil hectares é fruto da grilagem de terras. As famílias afirmam que deixarão o local se houver pedido de reintegração de posse. A ocupação faz parte da Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária, que está sendo realizada em abril em todo país. A Jornada simboliza a ação que em 17 de abril de 1996 ficou conhecida como Massacre de Eldorado de Carajás, que matou 19 trabalhadores rurais.

Cerca de 250 famílias do MST ocupam a fazenda Itapema, no município de Jacarezinho, região norte do Paraná (região Sul). O MST reivindica a fazenda para o assentamento das famílias acampadas na região. Os sem-terra estão em um acampamento nas margens da área desde 1 de fevereiro de 2006. A fazenda Itapema tem 793 hectares e pertence a Roberto Barros e já havia sido desapropriada pelo Incra em 18 de janeiro de 2008. A ocupação faz parte da Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária, que está sendo realizada em abril em todo país. A Jornada simboliza a ação que em 17 de abril de 1996 ficou conhecida como Massacre de Eldorado de Carajás, que matou 19 trabalhadores rurais. Atualmente, ainda existem 6 mil famílias acampadas, em beiras de estradas e latifúndios improdutivos no Paraná. As ações da Jornada acontecem em todo o país visando denunciar a impunidade dos crimes contra os sem-terra, a criminalização dos movimentos sociais e reafirmar a necessidade da Reforma Agrária.

Integrantes do MST promovem ocupações no estado de Pernambuco (região Nordeste). As ações fazem parte da Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária realizada pelo MST no mês de abril, em lembrança ao Massacre de Eldorado dos Carajás, que aconteceu no dia 17 de abril de 1996. Cerca de 800 famílias ocupam a fazenda Baixa Grande no município

de São José do Belmonte. Segundo o MST, a área tem 9 mil hectares, está improdutiva e abandonada há mais de cinco anos. O latifundiário Romero Aires Montenegro recebeu financiamento do antigo Fundo de Investimento para o Nordeste (Finor) para projeto de produção de caju e depois faliu. O MST exige que a fazenda seja vistoriada pelo Incra. No município de Timbaúba, cerca de 140 famílias ocupam a Fazenda Várzea Nova. Ainda no estado, a Fazenda Ipanema é ocupada por 120 famílias, no município de Pesqueira. Segundo o movimento a área de 1.200 hectares está abandonada e improdutiva. O MST exige que a fazenda seja vistoriada pelo Incra para que seja desapropriada. Cerca de 100 famílias ocupam o Engenho Xixaim no município Moreno. O Engenho é uma área de conflito e, em abril de 2007, foi ocupado por 100 famílias que denunciavam o descumprimento de determinação ambiental que prevê uma distância mínima entre a margem do rio Duas Unas e as plantações de cana-de-açúcar, por causa das queimadas. Em 2005, o engenho foi autuado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) pelas irregularidades. Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), existem no Brasil cerca de 80 milhões de hectares de terras agricultáveis ociosas. Conforme o Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado por especialistas, a pedido do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o número é ainda mais alto; são 55 mil imóveis rurais classificados como grandes propriedades improdutivas que detêm 120 milhões de hectares.

Cerca de mil pessoas, 2 mil segundo o CMI, entre moradores dos bairros de Perus, Cantareira, integrantes do MST oriundos da ocupação Irmã Alberta e de outros movimentos sociais realizam caminhada um protesto na Via Anhanguera contra a instalação de um aterro sanitário na região de Perus, município do estado de São Paulo (região Sudeste). Os manifestantes percorreram aproximadamente 2 km da Rodovia Anhangüera, chegando a fechá-la nos dois sentidos por 30 minutos. Há anos os moradores dos bairros Morro Doce, Anhangüera, Chácara Maria Trindade e Perus lutam contra a instalação de aterros sanitários na região, pois entendem que isso prejudicaria a qualidade de vida da população, além de contaminar o lençol freático. Dessa vez, a luta é contra a implantação de um lixão na fazenda Itaye, localizada no bairro Maria Trindade. A área é propriedade do governo do estado, mas está sob posse da Companhia de Saneamento Básico do estado de São Paulo (Sabesp). Em audiência com moradores no dia 25 de fevereiro, a presidência da Sabesp informou sobre a destinação da área para implantação de um aterro sanitário que receberia os resíduos provenientes das obras de limpeza do Rio Pinheiros (uma parceria do governo estadual com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID). No entanto, durante a semana anterior à caminhada, a companhia divulgou uma carta entre a população da região desmentindo a informação, numa clara tentativa de colocar a opinião pública contra as organizações que denunciam os projetos de implantação de lixão no local. Com o lema Lixão: mais um, não!. A população exige ainda que a fazenda Itaye seja destinada à Reforma Agrária. Na área, há seis anos, estão acampadas as 40 famílias da Comuna da Terra Irmã Alberta. Diante do impasse entre o governo estadual e o Incra sobre a destinação da área, as famílias decidiram desenvolver um assentamento autônomo. Elas organizaram as áreas de moradia e plantio e estão produzindo: milho, feijão e mandioca; além de experiências agroecológicas como horta, mandala e reflorestamento da mata nativa em toda a área. Se a reivindicação das famílias for atendida, este será o primeiro assentamento dentro do município de São Paulo. A mobilização, organizada pelo Movimento contra o lixão, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Comunidades Eclesiais de Base e MST,

apresentou também outros pontos de reivindicação, entre eles a construção de passarela sob a rodovia Anhangüera; abrigos nos pontos de parada de ônibus e retirada da praça de pedágio que separa o bairro Maria Trindade do restante do município de São Paulo. Além do gasto de R$ 10,60 (valor da tarifa), a praça de pedágio ocasiona inúmeros transtornos à população. Um exemplo disso é a falta de transporte escolar. Para não ter que pagar pedágio, a prefeitura não disponibiliza transporte e, por isso, as crianças correm riscos ao ter que atravessar a rodovia para esperar os ônibus.

Cerca de 600 famílias ocupam a fazenda Águas do Pilintra, no município de Agudos, região de Bauru (a 325 km da capital), no estado de São Paulo (região Sudeste). Os trabalhadores rurais promovem o ato para denunciar a lentidão da Reforma Agrária, exigir o assentamento das 150 mil famílias acampadas em todo o Brasil e investimentos públicos nos assentamentos como crédito para produção agrícola e habitação rural. A propriedade, de 5,4 mil hectares, é utilizada pela Companhia de Bebidas das Américas (Ambev) para o plantio de eucalipto e cana-de-açúcar, segundo a assessoria de imprensa do MST. De acordo com Plácido de Paula, no município de Agudos há 15 fazendas consideradas improdutivas. De acordo com ele: "Faz dois anos que o Incra fez as vistorias e constatou que as fazendas são improdutivas, mas pelo que estamos entendendo, está havendo pressão das empresas para que não haja a desocupação." O representante do MST disse ainda que o grupo vai esperar uma posição do governo de São Paulo sobre as desapropriações para decidir se vai ocupar ou não outras fazendas de Agudos. A Ambev registra Boletim de Ocorrência na Delegacia de Polícia de Agudos, mas um representante da empresa informa que não há danos ao patrimônio, e que a ocupação ocorre sem violência. A Ambev não rebate as acusações de que a área é improdutiva. A direção da empresa no estado diz que já comunicou às autoridades sobre a “invasão” e aguarda providências da justiça. Atualmente, 1.600 famílias estão acampadas em São Paulo. A ocupação faz parte da Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária realizada pelo MST no mês de abril, para lembrar o Massacre de Eldorado dos Carajás, que aconteceu no dia 17 de abril de 1996. .Em homenagem aos mártires de Carajás, a Via Campesina Internacional decretou em todo o mundo o 17 de abril como Dia Internacional de Luta Camponesa. No Brasil, por iniciativa da então senadora Marina Silva (PT), o Congresso Nacional aprovou e o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou um decreto que determina que a data seja o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

A coordenação do MST no Pará (região Norte) divulga nota para esclarecer que não realizou protesto contra a mineradora Vale nem participa da organização do acampamento montado às margens da Estrada de Ferro Carajás. “A Vale atribui esses protestos ao MST para esconder da sociedade que diversos setores populares fazem manifestações contra a diretoria da mineradora e pela reestatização da empresa, que trabalha com recursos naturais que pertencem ao povo brasileiro.” Conforme a nota divulgada pelo site do movimento: “Vale usa MST para abafar protestos de seus funcionários e garimpeiros. 1- O MST-PA esclarece que não realizou protesto contra a mineradora Vale nesta quarta-feira, como divulgou a empresa, nem participa da organização do acampamento montado às margens da Estrada de Ferro Carajás. 2 - O acampamento montado às margens da Estrada de Ferro Carajás é do Movimento dos Trabalhadores e Garimpeiros na Mineração (MTM), que fazem uma jornada de lutas em defesa dos direitos dos garimpeiros e contra a exploração imposta pela Vale. 3. O fechamento da portaria que dá acesso à mina foi realizado por

operários da Vale e das empresas terceirizadas prestadoras de serviço, que cobram melhores condições de trabalho da maior empresa privada da América Latina. A principal reivindicação é o pagamento da multa de R$ 109 milhões que a Vale deve pagar por danos morais aos operários das mais de 100 empresas terceirizadas que prestam serviço à mineradora. A sentença foi dada pelo Juiz Federal da 8ª Vara do Trabalho de Parauapebas, Jhonathas Santos Andrade. 4 - A Vale atribuiu ao MST esses protestos para esconder da sociedade que diversos setores populares fazem manifestações contra a diretoria da mineradora e pela reestatização da empresa, que trabalha com recursos naturais que pertencem ao povo brasileiro. 5 - O MST apóia as manifestações que denunciam a responsabilidade da Vale por suas ações criminosas e danos sociais, impostos às comunidades rurais que vivem em torno das suas instalações, aos garimpeiros e seus trabalhadores. A Vale comete crimes ambientais e sociais, sendo a empresa campeã em multas do Ibama.".

Cerca de 500 trabalhadores rurais do MST ocupam uma fazenda de 4 mil hectares na região do Bom Entento localizada a 28 km de Boa Vista – Roraima (região Norte), na vicinal de mesmo nome, com acesso pela BR-174, sentido Norte. A fazenda pertence ao governo federal e as famílias exigem a desapropriação para a Reforma Agrária. Os trabalhadores já montaram barracas e pretendem ficar até que as reivindicações por melhores estruturas nas vicinais sejam atendidas pelos governos. O integrante da coordenação do MST, Ezequias David afirma que a escolha do local foi motivada pela proximidade com a capital e pelas condições de beneficiamento da área. "Já estamos fazendo um estudo de viabilidade de produção e na próxima semana vamos começar a plantação de macaxeira, tomate, entre outras sementes". As famílias reivindicam mais terras para a Reforma Agrária em Roraima e melhor estrutura física, educacional e de saúde nos Projetos de Assentamentos criados pelo Incra no estado.

Integrantes do MST ocupam duas fazendas no município de Jandaíra no recôncavo baiano – Bahia (região Nordeste). Cerca de 350 famílias estão envolvidas na ação. Os trabalhadores rurais denunciam a impunidade dos crimes no campo e reivindicam a Reforma Agrária. Esta é a terceira ocupação no estado em dois dias. No dia 11 de abril, militantes ocuparam uma fazenda no município de Rio Real.

Domingo 13

Integrantes do MST promovem ocupações no estado de Pernambuco (região Nordeste). As ações fazem parte da Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária que é promovida pelo MST no mês de abril, em lembrança ao Massacre de Eldorado dos Carajás, que aconteceu no dia 17 de abril de 1996. No município de Caruaru, cerca de 150 famílias sem-terra ocupam a Fazenda Bananeiras. A área possui uma granja falida e segundo o MST estava abandonada e improdutiva. Segundo site do movimento: "Três policiais armados, um fardado e dois à paisana, chegaram ao local, acompanhados de outra pessoa que se diz representante do proprietário. Os policiais não possuem nenhum mandato de reintegração de posse e até o momento não houve conflito. Mas a área está tensa com a chegada de pistoleiros cercando o acampamento." Aproximadamente 110 famílias ocupam o Engenho Paraguaçu, de mil hectares, localizado no município de Itambé, e o Engenho Gurijó, no

município de Goiânia. As duas áreas são improdutivas e já foram vistoriadas pelo Incra, aguardando apenas decreto de desapropriação. Em Petrolândia, 500 famílias ocupam a Fazenda Picos; no município de Carnaubeira da Penha, 200 famílias ocupam a Fazenda José Gomes; em Serra Talhada 80 famílias ocupam a Fazenda Tiú; em Santa Maria da Boa Vista, cerca de 300 famílias militantes ocupam a Fazenda Porto; em Petrolina aproximadamente 200 famílias ocupam a Fazenda Aracatu; em Cabrobó, cerca de 200 famílias estão no Acampamento Liberdade; em São Joaquim do Monte aproximadamente 180 famílias estão na Fazenda Consulta; em Ibimirim a Fazenda Boa Vista é ocupada por cerca de 150 famílias e em Buíque, cerca de 150 famílias ocupam a Fazenda Grande.Outras áreas ocupadas foram: Engenhos Brilhante (100 famílias), São José (100 famílias) e Dois Braços de Cima (70 famílias), todos no município de Escada; e Fazenda Serra Grande (40 famílias), em Gravatá.

Tropas de choque da PM, cães adestrados e cavalaria e o poder público local avaliam a concentração dos sem-terra em Parauapebas – Pará (região Norte). Segundo o jornal O Globo, moradores evitam sair às ruas, tomadas pelo efetivo policial. O apoio do prefeito local, Darci Lermen (PT), ao MST ganha respaldo com a divulgação de uma fita, gravada pela PF no dia 13 de março, na qual ele, em discurso durante inauguração do asfaltamento da estrada que liga os assentamentos Palmares I e II dos sem-terra instalados próximo à ferrovia, incita atos contra as instalações da Vale. Lermen mantém em seu secretariado um ex-integrante da direção nacional do MST, Jorge Luiz Néri, que ocupa a Secretaria de Planejamento de Paranapuebas, que define os investimentos prioritários da prefeitura. O prefeito considera justas as reivindicações do MST, incluindo a reestatização da Vale. A PM estima que já há mais de 2 mil manifestantes no acampamento Palmares II, perto da ferrovia Carajás. Criticado pelo presidente da Vale, Roger Agnelli e por entidades empresariais do estado pela morosidade do cumprimento dos mandados de reintegração de posse de propriedades rurais ocupadas pelo MST no Pará, a governadora Ana Júlia Carepa (PT) decide acirrar a repreensão aos sem-terra. Após mandar para a região uma tropa com 600 homens do batalhão de choque da PM, orienta o secretário de Segurança Pública, delegado Geraldo Araújo, a permanecer na região até que o MST encerre a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária, no dia 17 de abril, ao se completarem 12 anos do massacre de Eldorado dos Carajás. O comando da PM envia inclusive um helicóptero para a região, encarregado de monitorar as ações dos sem-terra. No dia 9 de abril, A Vara Federal de Marabá concedeu liminar favorável à Vale, proibindo a interdição da ferrovia pelos manifestantes. Segundo o documento, os réus devem “abster-se da prática de atos que possam dificultar ou impedir o funcionamento normal da Estrada de Ferro Carajás”. Em sua decisão, o juiz federal Carlos Henrique Haddad autoriza a apreensão de todos os bens móveis encontrados no local. Em caso de descumprimento da decisão, os ocupantes deverão pagar multa individual de R$ 3 mil.

O reitor da UnB, Timothy Mulholland, pede exoneração do cargo através de uma ligação ao ministro da Educação, Fernando Haddad, no momento em que este estava em reunião com representantes dos professores, servidores, estudantes e integrantes do Consuni. O reitor seguiu o exemplo de seu vice, Edgar Mamiya, que renunciou no dia 12 de abril. O pedido oficial de demissão será entregue no dia 14 de abril. Com o afastamento de ambos, um reitor pró-tempore será escolhido pela comunidade acadêmica até às 18 horas do dia 15 de abril – prazo estipulado por Haddad – e ficará no cargo por 90 dias, prorrogáveis por igual

prazo, até que uma eleição ocorra. Caso não se chegue a um consenso sobre o nome a ser indicado, o ministro designará alguém. Esse reitor não poderá se candidatar à vaga definitiva. Com a demissão do reitor e do vice, todos os decanos (diretores de área), por ocuparem cargos de confiança, perdem o posto. Isso significa que o 3º investigado por mal uso de verbas de pesquisa da UnB, o decano de Administração, Érico Weidle, também está fora do comando da universidade. A saída da cúpula era uma das exigências dos alunos, professores e servidores. Haddad faz um apelo aos estudantes para que desocupem o prédio da reitoria, a fim de que os serviços possam ser retomados e de que se garantam ao reitor pró-tempore condições de trabalho. Ele diz concordar com as demais reivindicações dos alunos e pede que sejam negociadas sem que continue a ocupação. A principal reivindicação é alterar o sistema de escolha de reitores, ampliando a participação dos alunos, através de paridade dos votos. Os alunos comemoram no prédio ocupado a saída definitiva de Mulholland e dizem que não aceitam nenhum nome ligado à antiga administração para ocupar o cargo de reitor. Eles são apoiados pela Associação dos Docentes da UnB (ADUnB).

2ª feira 14

Sem-terra ligados ao MST ocupam fazendas em Pernambuco (região Nordeste). Os agricultores que participam das ações denunciam a lentidão da Reforma Agrária, reivindicam o assentamento das 150 mil famílias acampadas em todo o país e investimentos públicos nos assentamentos, como; crédito para produção agrícola e habitação rural. Em Lagoa Grande, no Sertão sem-terras são ameaçados por pistoleiros na fazenda Passarinho. A Fazenda foi ocupada por 150 famílias. Após a ocupação oito homens armados e encapuzados invadiram o acampamento, ameaçando atirar e agredindo fisicamente diversos militantes. A PM foi acionada, mas informou que não poderia se deslocar até o local. Existem fortes suspeitas de envolvimento de policiais militares em ações de "pistolagem". O fato já foi denunciado ao governo do estado, ao Ministério Público de Pernambuco e à Ouvidoria Agrária Nacional. O MST esta deslocando para lá outras famílias, acampados e assentadas para impedir que trabalhadores sejam assassinados. Segundo o MST: "em Pernambuco não houve uma única terra desapropriada ou família assentada em todo o estado em 2007. Acampamentos com mais de dez anos, como é o caso do Acampamento Bonito, na mata Sul do estado, continuam sem solução. Áreas já com decreto presidencial de desapropriação há anos, seguem paradas na Justiça. Assentamentos já consolidados, como São Gregório, Alegre I e II, também na Mata Sul, que já existem desde 1996, correm o risco de serem destruídos, pois a Usina Estreliana entrou com ação judicial para retomar o imóvel e acabar com os Assentamentos". O MST ocupa ainda mais oito fazendas no estado. No município de Água Preta, Zona da Mata no Sul do estado, 250 famílias sem-terra ocupam, a Usina Santa Tereza. A usina está falida e a área abandonada. Em Petrolandia cerca de 100 famílias ocupam a Fazenda Malhada Vermelha, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf). Há também ocupações na Fazenda Melancia, em São José do Egito (150 famílias); Fazenda Bom Retiro e Engenho Guriti, ambas no município de Catende; Rancho Verde (80 famílias), no município de Paranatama; Engenho São Joaquim (100 famílias) no município de Jaboatão dos Guararapes e Engenho Bombarda (100 famílias) no município de Barreiros.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) anuncia sete ações em diferentes cidades do estado do Pará (região Norte). Na maior parte delas, há bloqueio de estradas. Em Santarém, os trabalhadores ocupam a sede do Incra. No total, a federação diz mobilizar cerca de 5.700 pessoas para as ações. A ocupação faz parte da Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária realizada pelo MST no mês de abril, em lembrança ao Massacre de Eldorado dos Carajás, que aconteceu no dia 17 de abril de 1996. Em homenagem aos mártires de Carajás, a Via Campesina Internacional decretou em todo o mundo o 17 de abril como Dia Internacional de Luta Camponesa. No Brasil, por iniciativa da então senadora Marina Silva (PT), o Congresso Nacional aprovou e o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou um decreto que determina que a data seja o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

Cerca de 800 trabalhadores rurais ligados ao MST ocupam a Fazenda Southall em São Gabriel no Rio Grande do Sul (região Sul). As famílias iniciaram uma marcha pela manhã e depois de uma hora de caminhada entraram na fazenda. O movimento reivindica a desapropriação da área de 13 mil hectares. O proprietário Alfredo Southall possui dívidas de quase R$ 50 milhões com o governo federal, valor que equivale ao custo da fazenda. A Fazenda já havia sido desapropriada em 2003 pelo governo federal, mas o processo foi suspenso pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo o movimento, na área poderiam ser assentadas cerca de 600 famílias. Em novembro de 2007, no encerramento da Marcha à Fazenda Guerra, o governo federal comprometeu-se em assentar mil famílias até abril de 2008, mas até o momento, nenhuma família foi assentada. Além da lentidão do governo federal, o MST denuncia o abandono de qualquer política social para a agricultura camponesa e a Reforma Agrária pelo Governo Yeda Crusius (PSDB) que extinguiu o Gabinete da Reforma Agrária em seu primeiro mês de mandato, reduzindo as verbas para esta área. O governo do estado não tem dado assistência aos assentamentos já existentes e sequer tem se disposto a dialogar com os movimentos sociais que denunciam ainda o uso de aparato militar para "conter" com violência as ações. A ação faz parte da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária em memória aos 19 trabalhadores rurais assassinados em Eldorado dos Carajás em 1996.

Cerca de 200 famílias do MST ocupam uma área de mais de 400 hectares, no município de Jungueiro, região Agreste do estado de Alagoas (região Nordeste). A área pertence ao antigo Banco do estado de Alagoas (Produban), que faliu por conta dos empréstimos não pagos concedidos aos usineiros da região. Segundo o movimento, as áreas que representam dívida com os governos deveriam ser destinadas à realização da Reforma Agrária. Atualmente, ela está sob posse do estado como parte da dívida dos usineiros.

Aproximadamente 1.600 assentados do MST promovem manifestações em seis municípios do estado de Santa Catarina (região Sul). Os trabalhadores rurais reivindicam uma linha de crédito específica para a produção agrícola e para habitação em áreas de assentamentos. Os protestos acontecem na frente do Banco do Brasil (BB) e da Caixa Econômica Federal (CEF) nos municípios de Rio Negrinho, com 150 pessoas; em Canoinhas, com 300 pessoas; Curitibanos, com 150 pessoas; Caçador, com 400 pessoas e Lebon Régis, com 150 pessoas.Em Xanxerê, cerca de 500 assentados realizam marcha em direção a Chapecó que deve terminar no dia 17 de abril. Os sem-terra alegam que as famílias assentadas enfrentam dificuldades burocráticas para acessar os recursos do Pronaf, que não considera as

especificidades das áreas de Reforma Agrária. Segundo site do MST, o Ministério do Desenvolvimento Agrário disponibilizou R$ 12 bilhões para o Pronaf, na safra 2007/2008 (custeio, investimento e comercialização). Os assentados não conseguem acessar nem 15% dos contratos. O MST aponta que, no entanto, sobra dinheiro para o agronegócio, pois somente o BB emprestou U$ 7 bilhões para 15 grupos econômicos em 2007. As manifestações fazem parte da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária em memória aos 19 trabalhadores rurais assassinados em Eldorado dos Carajás em 1996.

Cerca de 500 famílias ligadas ao MST ocupam uma área da fazenda Maísa, no município de Mossoró no Rio Grande do Norte (região Nordeste). Em uma parte da fazenda, já existe um assentamento com 1.150 famílias. O movimento justifica a ocupação afirmando que a área ocupada é improdutiva e ainda não foi desapropriada. O MST cobra a criação de uma linha de crédito específica para a produção agrícola em assentamentos. Segundo o movimento, as famílias assentadas têm dificuldades para acessar o Pronaf que não considera as especificidades das áreas de Reforma Agrária. As ações fazem parte da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária em memória aos 19 trabalhadores rurais assassinados no massacre de Eldorado dos Carajás em 1996.

Integrantes do MST ocupam a área da Estação Experimental Manoel Machado, de responsabilidade da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) - órgão do Governo do Estado da Bahia - no Recôncavo Baiano – Bahia (região Nordeste). Cerca de 200 famílias participam da ação. O movimento vem promovendo ocupações na região desde o dia 11 de abril para denunciar a impunidade dos crimes no campo e para reivindicar a Reforma Agrária. As ocupações integram uma série de ações desenvolvidas pelo movimento desde o mês de março, quando cerca de três mil trabalhadores rurais sem-terra do MST e do Movimento de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas (CETA) ocuparam o Incra e a Secretaria Estadual de Agricultura.

O ministro da Educação, Fernando Haddad, anuncia medidas que têm como objetivo tornar mais rígidas as normas para compras nas fundações universitárias, garantir que apenas docentes e servidores participem ativamente dessas instituições e tirar poder do comando executivo das instituições. As medidas são: um terço do conselho deliberativo das funções será indicado pelo Consuni, participação de dois terços de professores e servidores da própria instituição nos processos de pesquisa, aprovação das contas e do estatuto das fundações pelo Consuni e obrigatoriedade de que toda transferência de recursos das fundações seja feita em espécie e incorporada como receita própria, submetida à Lei 8666. Neste último caso, isso significa que qualquer compra realizada pelas fundações deverá obedecer à Lei de Licitações. “O objetivo das medidas é evitar que as fundações se tornem de fachada”, afirma o ministro. Segundo o secretário de educação superior, Ronaldo Mota, só as fundações que obedecerem às novas regras serão cadastradas para receber recursos. As medidas são tomadas após a renúncia do reitor e do vice-reitor da UnB que foram investigados pelo uso indevido de recursos da instituição para fins pessoais. Estudantes continuam ocupando a reitoria da UnB. Segundo eles, a desocupação do prédio só ocorrerá depois que o Consuni aprovar um congresso para renovar o estatuto da instituição e a convocação de eleições paritárias para reitor em que professores, estudantes e funcionários tenham o mesmo peso – hoje, com percentuais de 70%, 15% e 15%, respectivamente. A paridade pode esbarrar em um obstáculo legal, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que

estabelece esse percentual aos professores. Há, contudo, universidades em que o sistema paritário já é adotado, como a Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

3ª feira 15

Cerca de 4 mil assentados do estado de Alagoas (região Nordeste) estão acampados na Praça Sinimbu, na capital, Maceió. Os militantes, em sua maioria, ligados ao MST, promovem a ação para lembrar os 12 anos de violência e impunidade do massacre de Eldorado dos Carajás. Os sem-terra reivindicam avanços nos processos de Reforma Agrária no estado, exigindo a ampliação e liberação de créditos, uma política de habitação para o campo, mapeamento fundiário, renegociação da dívida, regularização dos lotes e infra-estrutura (estradas, escolas, postos de saúde, energia, água entre outras). Os assentados da região sofrem com a suspensão da liberação de créditos. Isso porque o Tribunal de Contas da União (TCU) está exigindo agora licenciamento ambiental para a liberação de crédito. Por conta da destruição que a monocultura da cana tem causado na região, Incra e Ibama não emitem o licenciamento.

Famílias do Acampamento Eldorado dos Carajás – localizado na fazenda Águas do Pilintra, em Agudos – São Paulo (região Sudeste) – , derrubam eucaliptos existentes na área. O objetivo da derrubada é protestar contra esse tipo de cultivo e em seu lugar plantar alimentos. A fazenda Águas do Pilintra está ocupada desde o dia 12 de abril. Os movimentos denunciam que a área de 5,4 mil hectares é utilizada pela Ambev (Companhia de Bebidas das Américas) que usa a água do Aqüífero Guarani (a maior reserva subterrânea de água doce do mundo) para a produção de bebidas principalmente com a plantação de eucaliptos e cana-de-açúcar. Assim como diversas outras propriedades no estado, a fazenda foi vistoriada e o laudo final concluiu que ela é improdutiva. No entanto, nada mais foi feito e o processo está parado, aguardando que o decreto de desapropriação seja assinado pelo presidente da República. A ocupação faz parte da Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária realizada em lembrança ao Massacre de Eldorado dos Carajás. A jornada busca denunciar a impunidade dos crimes contra os trabalhadores rurais e reafirmar a necessidade da Reforma Agrária como solução para os conflitos no campo.

Relatório divulgado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) no jornal Folha de São Paulo registra 1.538 conflitos no campo no Brasil em 2007, queda de 7% em relação aos 1.657 casos em 2006. Segundo o relatório, esta foi a segunda queda anual consecutiva, depois de seis anos seguidos de crescimento no número de conflitos (de 2000 a 2005). O número de mortes no campo também caiu: foram 28 em 2007, o número mais baixo desde 2001 e mais baixo do governo Lula. O número de trabalhadores explorados subiu de 6.930, em 2006, para 8.635, em 2007, um aumento de 24,6%. O crescimento foi maior na Região Sudeste que concentra as maiores lavouras de cana-de-açúcar do país, o número passou de 279 para 705. A expansão das plantações de cana-de-açúcar foi apontada como principal responsável pelo crescimento do trabalho escravo no país em 2007. Para o geógrafo Carlos Gonçalves da Universidade Federal Fluminense (UFF), o avanço das plantações de cana-de-açúcar na região explica o fato. "A violência está no setor de ponta, é a cara do moderno. Por isso encontramos trabalho escravo em São Paulo, em Minas Gerais, no Sudeste", ressalta. O relatório da CPT dá ênfase aos trabalhadores escravos do setor sucroalcooleiro, afirmando

que 52% dos que foram libertados pelo Grupo Móvel do Ministério do Trabalho em 2007, estavam em usinas. O setor também estaria entre os líderes nos casos de superexploração do trabalho e desrespeito às leis trabalhistas, segundo a CPT. Em cinco anos de governo Lula (2003-2007), o número de conflitos no campo mais que dobrou em relação aos primeiros cinco anos do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1999): cresceu 107,8%, passou de 4.123 para 8.567 casos. Na comparação entre os dois períodos, no entanto, o número de mortes no campo subiu em proporção bem menor: 9,5% (de 199 para 217). A coordenadora nacional do MST, Marina dos Santos, diz que "o povo esperava que o governo Lula ia, de fato, fazer uma reforma agrária no país, como era o compromisso do PT. Mas, depois, começou a ficar claro que a prioridade era o agronegócio e não a agricultura familiar". Apesar da queda no total de conflitos, aumentou o número de famílias que a CPT classifica como expulsas de terras pelo poder privado. O salto foi de 140% (1.809 para 4.340). No caso de famílias despejadas pelo poder público, o total caiu de 19.638 para 14.221. A única região do país em que houve aumento foi o Sudeste, que passou de 1.653 para 3.446. Com relação ao trabalho escravo, a região mais rica do país também aparece com números desfavoráveis no relatório da CPT, com 14 ocorrências em 2007, contra oito em 2006, e 557 trabalhadores libertados, contra 227 no ano anterior. Outro dado interessante divulgado pelo relatório é que se antes o MST era o protagonista dos conflitos no campo, agora ribeirinhos, pescadores, indígenas e remanescentes de quilombos, entre outras comunidades, também estão envolvidas na questão, destaca a CPT. Outro número que apresentou queda em 2007 foi o de pessoas assassinadas em conflitos de terra. Em 2006, foram registradas 39 mortes, contra 28 em 2007. A grande contribuição veio do estado do Pará (região Norte), que passou de 24 mortes em 2006 para 5 em 2007. O professor Carlos Gonçalves acredita que o governo federal tem agido mais na região, por conta das pressões surgidas depois da morte da missionária norte-americana Dorothy Stang, no início de 2005. A Ouvidoria Agrária Nacional - parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário - destaca sua atuação no Pará, citando ações de desarmamento e implantação de varas agrárias, promotorias, delegacias e polícias militares agrárias no estado. Além disso, das cinco defensorias públicas agrárias criadas pela ouvidoria, quatro estão no Pará.

Professores das escolas públicas estaduais paralisam as atividades nas cidades de São Borja e de São Luiz Gonzaga, em Santa Catarina (região Sul). Eles pressionam o governo estadual a atender as reivindicações da categoria, entre elas reajuste do piso do magistério, realização de concurso público e investimento na educação. Em São Borja, os educadores realizam na Praça Quinze um ato, a fim de conversar com a população sobre a situação precária enfrentada pela educação pública gaúcha. Já em São Luiz Gonzaga, professores, pais e estudantes realizam uma caminhada do núcleo do Sindicato (Cpers) na cidade até a Coordenadoria Regional de Educação. As mobilizações integram o calendário de luta dos professores.

O acampamento Terra Livre, com cerca de 800 indígenas de todo o país, se instala na Esplanada dos Ministérios, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O tema central será a análise da situação dos direitos indígenas e da política indigenista no Brasil, no contexto dos 20 anos da Constituição Federal. Serão priorizadas as discussões sobre a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas que está paralisado no Congresso há mais de 13 anos, e a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista. Os povos também discutirão os problemas relacionados à saúde, demarcação e proteção das terras, educação e

violência e criminalização contra os indígenas. O acampamento fica montado até o dia 17 de abril.

Integrantes do MST ocupam uma área na rodovia que liga Vitória da Conquista a Itambé no Recôncavo Baiano – Bahia (região Nordeste). Segundo site do MST, a ocupação se deve ao fato de diversas famílias estarem há seis anos acampadas às margens da rodovia sem que as autoridades responsáveis tomem qualquer iniciativa em relação à desapropriação de uma área para que elas sejam assentadas. A ação também denuncia a impunidade dos crimes no campo e reivindicam a efetivação da Reforma Agrária. A ocupação faz parte da Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária realizada em lembrança ao Massacre de Eldorado dos Carajás.

Cerca de 150 assentados do MST ocupam a Secretaria de Agricultura de Pernambuco (região Nordeste) no estado. Os trabalhadores são de assentamentos do Fundo de Terras de Pernambuco (Funtepe), órgão responsável pela situação das famílias assentadas em assentamentos do governo estadual. A ocupação faz parte da Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária realizada em lembrança ao Massacre de Eldorado dos Carajás.

Os auditores-fiscais da Receita Federal, em greve desde o dia 18 de março, recebem uma proposta do governo. Segundo o Unafisco, sindicato dos auditores, o ministério do Planejamento oferece elevar o teto salarial de R$13.400 para R$18.500, valor a ser atingido em julho de 2010. A proposta será avaliada no dia 18 de abril, mas a orientação do Unafisco tende a rejeitá-la.

4ª feira 16

O MST realiza protestos em 16 estados e no Distrito Federal na Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária para exigir o assentamento das 150 mil famílias acampadas no país e investimentos públicos na produção agrícola e habitação em assentamentos. As famílias sem-terra exigem também mudanças na política econômica para criar condições para a sustentabilidade de um modelo agrícola baseado em pequenas e médias propriedades. Foram realizados protestos na região Nordeste nos estados do Maranhão, Rio Grande do Norte, em Pernambuco, em Sergipe, em Alagoas e na Bahia; na região Centro-oeste em Brasília, em Goiás, no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul; na região Sul, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná; na região Sudeste, em São Paulo, no Espírito Santo e no Rio de Janeiro e na região Norte, no estado do Pará.

Integrantes do MST ocupam a agência da CEF na cidade de Imperatriz no Maranhão (região Nordeste). No local foi entregue pauta de reivindicações. À tarde, houve protesto no Ibama para discutir as áreas de reserva nos assentamentos e exigir a imediata interdição da carvoaria da Vale, próximo ao assentamento Califórnia. A ação faz parte da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária para exigir o assentamento das 150 mil famílias acampadas no país e investimentos públicos na produção agrícola e habitação em assentamentos.

Cerca de 250 pessoas ligadas ao MST ocupam a sede do Incra em Natal, no estado do Rio Grande do Norte (região Nordeste). Os manifestantes reivindicam o assentamento das 1.900 acampadas no estado. A ação faz parte da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária para exigir o assentamento das 150 mil famílias acampadas no país e investimentos públicos na produção agrícola e habitação em assentamentos.

Integrantes do MST promovem mobilizações nas agências bancárias da CEF e do BB, em seis municípios: Pinheiros, Pancas, Santa Teresa, Cachoeiro do Itapemirim, São Mateus e São José do Calçado no estado do Espírito Santo (região Sudeste). Em Cachoeiro do Itapemirim, acontece também a entrega de documento na Justiça Federal sobre a morosidade nos processos de desapropriação das áreas. A ação faz parte da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária para exigir o assentamento das 150 mil famílias acampadas no país e investimentos públicos na produção agrícola e habitação em assentamentos.

Integrantes do MST realizam cinco mobilizações na frente de agências da CEF e no BB, em Rio Negrinho, o norte do estado de Santa Catarina (região Sul). Cerca de 200 pessoas participam da ação. Em Canoinhas, 350 pessoas participam das ações; em Curitibanos, 200 pessoas; em Caçador, 400 pessoas; em Lebon Regis, 200 pessoas. A marcha que partiu com 500 pessoas de Xanxerê, no oeste do estado, está no trevo que dá acesso a Chapecó. A ação faz parte da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária para exigir o assentamento das 150 mil famílias acampadas no país e investimentos públicos na produção agrícola e habitação em assentamentos.

Cerca 2.500 assentados do MST realizam manifestações em frente a agências do BB, em vários municípios do estado do Paraná (região Sul). Os manifestantes reivindicam a criação de um novo crédito agrícola que dê condições estruturais de produção de autoconsumo e infra-estrutura aos assentamentos de Reforma Agrária. Segundo site do MST, o Pronaf, é insuficiente para atender ao público da reforma agrária e da agricultura familiar. Apenas 15% das famílias conseguem acessar o crédito, que não considera especificidades das áreas de Reforma Agrária. Os protestos aconteceram em Campo Mourão, Reserva, Lapa, Iratí, Laranjeiras do Sul, Quedas do Iguaçu, Arapongas, Terra Rica, Santa Cruz do Monte Castelo, Querência do Norte, São Jerônimo da Serra, Santa Cecília do Pavão, Marmeleiro e União da Vitória. A ação faz parte da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária para exigir o assentamento das 150 mil famílias acampadas no país e investimentos públicos na produção agrícola e habitação em assentamentos.

Aproximadamente 150 famílias ocupam a agência do Banco do Nordeste no município de Carira no estado do Sergipe (região Nordeste). A mobilização tem como objetivo obtenção de créditos aos assentados de Reforma Agrária. Foram realizadas três ocupações de terra, sendo 150 famílias na Fazenda Oiteiro, município de Siririzinho; 120 famílias, na Fazenda Samambaia, município de Santo Amaro; e 220 famílias na Fazenda Brígida município de Estância. Ocorrem também atividades em homenagem ao companheiro Zé Emídio, assassinado na fazenda Santa Clara município de Capela. A ação faz parte da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária para exigir o assentamento das 150 mil famílias acampadas no país e investimentos públicos na produção agrícola e habitação em assentamentos.

Cerca de 300 trabalhadores rurais sem-terra ocupam uma unidade da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), no município de Bauru no estado de São Paulo (região Sudeste). Os principais pontos de reivindicação são a garantia de cestas básicas mensalmente para todas as famílias acampadas; renegociação das dívidas do programa Compra Antecipada e transformação do programa de Doação Simultânea em política pública para os assentamentos, como aumento do crédito de venda dos produtos de R$ 3,5 mil para R$ 5 mil por família beneficiada. Além disso, há a proposta de que todas as compras públicas do governo (hospitais, escolas, asilos, exército, universidades etc.) priorizem os alimentos produzidos pela agricultura familiar e assentamentos da Reforma Agrária.. Integrantes de entidades que compõem a Comissão Estadual dos Hortos, formada por Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), Federação da Agricultura Familiar (FAF), Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo (Omaquesp) e MST ocupam a Secretaria de Justiça do estado de São Paulo pela federalização dos hortos florestais. Ainda em São Paulo, três agências do BB são ocupadas na região do Pontal do Paranapanema. Os trabalhadores assentados na região ocupam as agências de Teodoro Sampaio, 200 pessoas; Porto Primavera, 80 e Euclides da Cunha Paulista, 70. A ação faz parte da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária para exigir o assentamento das 150 mil famílias acampadas no país e investimentos públicos na produção agrícola e habitação em assentamentos.

Cerca de 3 mil trabalhadores do MST ocupam a entrada do Porto de Maceió, em Alagoas (região Nordeste) em defesa da reforma agrária. O movimento pede abertura de negociação com o governo do estado em relação às terras do antigo Banco do Estado de Alagoas SA (Produban). Uma área de 400 hectares, no município de Jungueiro, região do agreste alagoano, foi ocupada por 200 famílias para denunciar que as terras estão sob controle do Estado como parte da dívida dos usineiros, e devem ser transformadas em assentamentos. A ação faz parte da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária para exigir o assentamento das 150 mil famílias acampadas no país e investimentos públicos na produção agrícola e habitação em assentamentos.

Cerca de 200 famílias ocupam latifúndio de 800 alqueires de propriedade do dono da empresa de transporte Marly no estado de Goiás (região Centro-oeste). A Fazenda Rio Vermelho 20, localizada na estrada Alviverde, fica no município de Crixás. Outras 180 famílias fazem um protesto na BR-153, que faz a ligação da região Centro-oeste com a região Norte (Belém–Brasília), próximo ao município de Porongatú. A ação faz parte da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária para exigir o assentamento das 150 mil famílias acampadas no país e investimentos públicos na produção agrícola e habitação em assentamentos.

Cerca de 350 famílias acampam na CEF, em Cárceres no Mato Grosso (região Centro-oeste). Á tarde, participam de audiência com o Incra, em que vão cobrar o assentamento das 3.500 famílias acampadas no Estado e infra-estrutura para 3.800 famílias assentadas. A ação faz parte da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária para exigir o assentamento das 150 mil famílias acampadas no país e investimentos públicos na produção agrícola e habitação em assentamentos.

Integrantes do MST bloqueiam uma rodovia em Itaquiraí no estado do Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). Após o bloqueio, as 250 famílias enfrentaram a chuva e fizeram protesto no BB. Em Campo Grande, 300 pessoas participam de audiência no Incra, cobrando a pauta nacional e estadual. A ação faz parte da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária para exigir o assentamento das 150 mil famílias acampadas no país e investimentos públicos na produção agrícola e habitação em assentamentos.

Cerca de 800 trabalhadores rurais sem-terra ligados ao MST ocupam o prédio da Secretaria Estadual da Agricultura e aproximadamente 350, o edifício do Ministério da Fazenda, ambos em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul (região Sul). Os sem-terra reivindicam o assentamento de todas as famílias acampadas, um programa de Reforma Agrária do governo do estado além de um novo crédito para assentados e maior agilidade na realização do programa de moradia rural pela CEF. Os trabalhadores denunciam que com a extinção do Gabinete de Reforma Agrária, não há um órgão responsável pela situação das 5 mil famílias em assentamentos do governo estadual. As ocupações fazem parte da Jornada Nacional de Luta por Reforma Agrária, iniciada no estado, segundo site do MST, com a ocupação da Fazenda Southall, em São Gabriel, no dia 14 de abril.

Cerca de mil trabalhadores rurais ligados ao MST e ao Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural (MATR), acampados e assentados na região do Distrito Federal e entorno ocupam a sede da CEF em Brasília (região Centro-oeste). Os trabalhadores reivindicam o assentamento das 1.200 famílias acampadas e a construção imediata de 300 nos assentamentos da região. Em 2007, um grupo de trabalho formado por governo e movimentos sociais (chamado Grupo de Trabalho da Habitação Rural) foi criado para atender a uma demanda inicial para habitação rural de 100 mil unidades. O governo prometeu contratar 31 mil unidades até o final de 2007, mas contratou apenas 8 mil unidades. Dessas, somente 2 mil foram destinadas para assentamentos do MST. Diante desse quadro, os trabalhadores reivindicam, até julho de 2008, o retorno de todos os projetos parados nas agências da CEF, além da liberação de recursos para a construção e reforma de mais de 100 mil unidades habitacionais até o final de 2008. A longo prazo, os sem-terra propõem a criação de um programa específico de habitação do campo que atenda às especificidades do meio rural. O programa seria coordenado pelo Incra em parceria com os movimentos sociais camponeses e a CEF para suprir a demanda total de habitação no meio rural. A manifestação é parte da Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária, os protestos são realizados em memória dos 19 trabalhadores rurais sem-terra assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás.

Cerca de mil trabalhadores sem-terra ocupam a sede do Incra, em Recife – Pernambuco (região Nordeste). Os trabalhadores, oriundos de assentamentos do MST em todo o estado, reivindicam investimento público nas áreas de assentamento, principalmente em relação à habitação, infra-estrutura, créditos de fomento à produção agrícola e assistência técnica. Na cidade de Petrolina, Sertão do estado, outros 400 sem-terra ocupam a sede do Incra no município. No dia 15 de abril, cerca de 150 assentados do MST ocupam a Secretaria de Agricultura de Pernambuco. Os trabalhadores são de assentamentos do Fundo de Terras de Pernambuco (Funtepe), órgão responsável pela situação das famílias em assentamentos do governo estadual.

Cerca de 200 integrantes do MST bloqueiam a BR-158, estrada que liga Rosário do Sul a Santana do Livramento – Rio Grande do Sul (região Sul). Os bloqueios tiveram por objetivo protestar contra a chacina de Eldorado do Carajás, no Pará. Os sem-terra também reivindicam negociação das dívidas dos assentados com o BB, criação de uma linha de crédito específica para produção e habitação rural e mais investimento para a assistência técnica. O MST também exige o assentamento das 150 mil famílias acampadas em todo o país. A atividade integra a Jornada Nacional de Lutas do MST em abril.

Cerca de 200 integrantes do MST ocupam a agência da CEF, em Campos – Rio de Janeiro (região Sudeste). Os trabalhadores reivindicam moradias dignas nos assentamentos da reforma agrária. A CEF e o Incra desenvolvem programas de construção de casas nos assentamentos. De acordo com o movimento, em 2007, a Caixa só aceitou fazer 7.932 casas e não cumpriu a promessa. O MST exige um programa de habitação rural sem burocracia e a construção de 100 mil casas em 2008. De acordo com o MST, 100 policiais militares do 8º Batalhão de Choque, cercam a agência e cortam o fornecimento de energia elétrica, ameaçando usar violência na desocupação. Ainda no estado, cerca de 150 trabalhadores rurais interditaram a Via Dutra, na altura do Km 242, sentido São Paulo, pelo assentamento das 700 famílias acampadas no estado e por investimento público do governo em assentamentos existentes. O ato teve o objetivo de protestar contra a impunidade dos 12 anos do massacre de Eldorado dos Carajás, em Belém no estado do Pará. Os protestos fazem parte da Jornada Nacional de Lutas do MST que neste mês denunciam a lentidão da reforma agrária para as 150 mil famílias acampadas no país e cobram investimentos públicos em assentamentos.

Integrantes do MST promovem uma grande mobilização em Cruz das Almas no Recôncavo Baiano – Bahia (região Nordeste). Cerca de 360 famílias que estão acampadas em um terreno da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) fazem uma marcha até a reitoria. Os sem-terra reivindicam a regularização das terras ocupadas para a agricultura familiar. Desde o dia 11 de abril o movimento promove ocupações na região. Os protestos fazem parte da Jornada Nacional de Lutas do MST, que neste mês denunciam a lentidão da reforma agrária para as 150 mil famílias acampadas no país e cobram investimentos públicos em assentamentos.

Bancários lançam a campanha: “Banqueiro: chega de sugar a gente”, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). A ação volta a cobrar dos bancos o fim das demissões e melhores condições de trabalho. Na campanha, os trabalhadores reivindicam novas contratações, mais segurança e o fim das metas abusivas. A onda de demissões pode ser medida pelos números do Departamento Jurídico do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. Nos primeiros três meses houve o desligamento de 90 bancários. Já os pedidos de dispensa apresentados no mesmo período chegam a 159, muito devido ao cansaço com a pressão no ambiente de trabalho. As aposentadorias totalizam 44, contribuindo para o aumento da carência de pessoal nas agências e o crescimento das filas nos bancos.

Cerca de 100 alunos secundaristas fazem protesto contra a possibilidade de aumento dos juros – que é anunciado no fim do dia – em frente à sede do Banco Central (BC), em Brasília – Distrito federal (região Centro-oeste). Eles jogam ovos e tinta na porta principal,

escrevem “Fora Meirelles” (Henrique Meirelles é presidente do BC) e fazem uma fogueira com papéis.

Estudantes da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) ocupam a reitoria da universidade localizada na capital Manaus – Amazonas (região Norte). Os estudantes reivindicam melhorias nas instalações da instituição e contratação de professores. Segundo a integrante do centro acadêmico do curso de Serviço Social, Cristiane Libório, os estudantes só sairão quando todas as reivindicações forem atendidas e oficializadas por escrito.

Cerca de 200 estudantes pedem a saída do cargo do reitor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Ulysses Fagundes Neto. Ele é investigado por uso indevido de cartão corporativo, com o qual teria feito gastos pessoais. O protesto, acompanhado por cerca de 20 policiais militares e 12 seguranças particulares, ocorre em frente ao prédio da reitoria do campus central da Unifesp. Chega a haver um princípio de tumulto entre os manifestantes e alunos do curso de medicina, contrários ao que chamaram de “baderna”. Fagundes Neto, entretanto, admite que errou no uso do cartão e deposita R$37.673 para completar o total de R$ 85 mil que gastou em 2006 e 2007, durante viagens e jantares no país e no exterior. A Controladoria Geral da União (CGU) considera, na auditoria feita em 2006, que R$15 mil foram gastos irregularmente, inclusive com compras de produtos eletrônicos e gastos na Disney World, nos EUA. O reitor diz que não está mais usando o cartão e que só voltará a fazê-lo quando o Tribunal de Contas da União (TCU) estabelecer regras claras sobre quais despesas podem ser pagas dessa forma. O reitor nega que vá renunciar, afirma interesse em depor na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Cartão Corporativo e afirma estar disposto a prestar contas de suas despesas aos estudantes e professores no dia 18 de abril.

O Tribunal de Contas da União (TCU) bloqueia o repasse de R$30 milhões da UnB à Finatec, entidade sob intervenção judicial e envolvida no escândalo que levou à renúncia do reitor da universidade, Timothy Mulholland. O contrato suspenso cautelarmente pelo TCU faz parte do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Em outra frente de investigação, o Ministério Público Federal (MPF) ajuíza ação de improbidade administrativa contra ex-dirigentes da UnB e do Ministério da Educação, pelo uso de recursos da Universidade para pagar funcionários terceirizados do ministério. Segundo o MPF, 108 funcionários seriam pagos de forma irregular através da editora da UnB. No caso do Reuni, o TCU conclui que o repasse da UnB para a Finatec foi um subterfúgio para evitar a devolução dos recursos ao governo, já que o Ministério da Educação só liberou a verba em 28 de dezembro de 2007 e a universidade não teria tempo hábil para gastá-lo no mesmo ano. Uma vez transferida para a Finatec, a verba poderia ser usada em 2008, sem a necessidade de novo repasse. O novo reitor da UnB, Roberto Aguiar, se reuniu com alunos no auditório da reitoria, ainda ocupada, onde manifesta apoio às principais reivindicações, entre elas, a paridade nas próximas eleições para reitor. Devido ao baixo quórum, 250 pessoas, os alunos transferem a assembléia que trataria da desocupação do prédio para o dia 17 de abril. Aguiar e os alunos acertam uma pauta com itens de consenso – a abertura das contas das fundações de apoio e da gestão anterior, assim como a retirada da ação de reintegração de posse e multa contra o DCE na Justiça Federal pela ocupação da reitoria.

5ª feira 17

Cerca de 300 integrantes do MST ocupam parte da fazenda Saltinho em Americana – São Paulo (região Sudeste). Na década de 70, a área de propriedade da família Abdalla, foi confiscada por conta de dívidas. No entanto, o estado de São Paulo nunca tomou posse da fazenda, que continuou sendo administrada pela Imobiliária Jaguari. A área está arrendada para a Usina Ester. Segundo o movimento, a área de 216 hectares da fazenda faz parte de um complexo de 8,5 mil hectares que estão sendo usados irregularmente pela usina para o plantio de cana-de-açúcar. A área teria sido confiscada há mais de 30 anos pelo governo, por conta da cobrança de dívidas do proprietário. A manifestação é uma articulação nacional realizada em vários estados brasileiros no Dia Internacional da Luta Agrária e Dia Nacional pela Reforma Agrária, dentro do chamado "Jornada Nacional de Lutas", mês de intensificação das lutas do Movimento em memória aos 12 anos do massacre de Eldorado dos Carajás.

Cerca de 800 manifestantes do MST fecham a Rodovia BR-020, no município de Madalena, Ceará (região Nordeste). A ação faz parte dos protestos em memória aos 12 anos do massacre de Eldorado dos Carajás. A manifestação é uma articulação nacional realizada em vários estados brasileiros no Dia Internacional da Luta Agrária e Dia Nacional pela Reforma Agrária, dentro do chamado "Jornada Nacional de Lutas", mês de intensificação das lutas do movimento. Além da interdição da rodovia, cerca de 300 famílias ocupam quatro fazendas nos municípios de Boa Viagem, Senador Pompeu, Itapiúna e Umirim. Em Madalena, famílias de diversas localidades se juntam e outras são aguardadas. As principais reivindicações são: a punição dos assassinos de Eldorado dos Carajás e o assentamento das famílias acampadas no Ceará, que somam mais de 1.100. A ação tem início com uma marcha em direção ao centro da cidade. Dezenove trabalhadores carregam cruzes, simbolizando os mortos de Eldorado. Jornais e panfletos informativos são distribuídos à população.

Auditores fiscais da Receita Federal e do Trabalho, em greve há um mês em todo o país, fazem um ato público na escadaria principal do Ministério da Fazenda, no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). No estado, 90% dos auditores com responsabilidade de chefia colocaram o cargo à disposição e aderiram ao movimento - muitos deles participam da manifestação. Segundo a presidente do Unafisco do Rio de Janeiro, Vera Teresa Balieiro, a proposta apresentada pelo governo no dia 15 de abril, mais uma vez, não atende às reivindicações dos auditores e não cumpre a promessa de alinhamento entre as carreiras típicas de estado. Apesar de considerar insatisfatória, o Unafisco vai levar a proposta do governo para a assembléia, que ainda não tem data marcada.

A UNE promove em todo o país o Dia Nacional de Lutas nas Universidades Federais. O ato pelo fim das fundações privadas em universidades públicas é realizado em pelo menos 27 instituições. A pauta de reivindicações inclui ainda democracia nas universidades, tanto na escolha dos dirigentes quanto na composição dos conselhos deliberativos; eleições diretas para a reitoria e paridade nos conselhos deliberativos; implantação imediata de auditoria nas fundações de apoio em todo o país; mais verbas; fim da Desvinculação de Receitas da União (DRU) e 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação; expansão de vagas

nas universidades públicas e assistência para a garantia de permanência do aluno na universidade. De acordo com a UNE, o ato é realizado em solidariedade aos estudantes da UnB e tem o objetivo de pautar o que, para a entidade, é a questão de fundo da ocupação: a falta de transparência das fundações de apoio.

Professores da rede pública estadual realizam duas plenárias em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul), prosseguindo com os protestos contra o sucateamento da educação,. Os manifestantes fazem um ato público em frente à Secretaria Estadual de Educação. Em Caxias do Sul e em Passo Fundo, os educadores protestam em frente às coordenadorias regionais de educação. Já em Cachoeira do Sul e em Santiago, ocorrem atos públicos e panfletagens nas praças centrais das cidades. Em Santana do Livramento, os professores participam de um seminário sobre a precariedade da educação pública. Os protestos integram o calendário de mobilizações do Sindicato (Cpers) para pressionar o governo a negociar a pauta de reivindicações. Os professores exigem reajuste do salário base, concurso público e mais investimentos na educação.

Índios queimam um boneco que reproduz a imagem do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, em frente ao prédio do ministério em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os indígenas reclamam da morte de 300 crianças de suas comunidades entre 2007 e 2008, segundo eles, por falta de assistência médica e desnutrição. O líder indígena Gecinaldo Sataré-Maué afirma que a queima representa o descaso do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) com os povos indígenas. Os manifestantes também deixam na porta do ministério um caixão que representaria a morte dos povos indígenas. No caixão há a inscrição 'Funasa'. Os índios seguem para o Supremo Tribunal Federal (STF) onde pretendem se reunir com o novo presidente da corte, o ministro Gilmar Mendes. O objetivo é pedir rapidez no julgamento das ações pendentes que contestam a homologação da Terra Indígena de Raposa Serra do Sol- Roraima (região Norte).

Cerca de 600 sem-terra ocupam a sede regional do Incra em Chapecó – Santa Catarina (região Sul). Eles participam da marcha que partiu de Xanxerê. A mobilização integra a Jornada Nacional de Lutas do MST, no dia em que são lembrados os 12 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás. Em Chapecó, eles também entregam a pauta de reivindicações dos assentados nas agências do BB e da CEF e protestam em frente a um antigo armazém da multinacional Bunge.

Cerca de 600 trabalhadores do MST, incluindo mutilados e famílias vítimas do Massacre de Eldorado dos Carajás, ocupam a sede da mineradora Vale, em Belém no estado do Pará (região Norte). Os militantes promovem o ato para denunciar a campanha da empresa contra os movimentos sociais e em solidariedade aos integrantes do MTM, que fizeram protesto em Parauapebas. As famílias fizeram um protesto simbólico, com uma ocupação de uma hora, depois deixaram o prédio e participaram de um ato em memória aos 19 trabalhadores mortos no Massacre de Eldorado dos Carajás, que completou ontem 12 anos de impunidade. Os trabalhadores que fizeram ocupação estavam acampados em frente ao Palácio dos Despachos no Pará, sede do governo do estado, desde o dia 7 de abril, para cobrar da governadora Ana Júlia Carepa (PT) o cumprimento de suas promessas de 2007.

Cerca de 500 integrantes do MST e MTM ocupam parte da Estrada de Ferro Carajás na altura do município de Parauapebas, no Pará (região Norte). No final da tarde os sem-terra liberaram a ferrovia. De acordo com nota divulgada pela Vale, responsável pela ferrovia, os manifestantes continuam acampados nas proximidades. Ainda durante a manhã, a Vale entrou com um pedido de reintegração de posse na Justiça Federal de Marabá, tendo sido acatado. De acordo com a Secretaria de Segurança do Pará, não houve registro de pessoas feridas, mas dois manifestantes foram presos em flagrante por crime de desobediência e interdição de ferrovia com colocação de obstáculo. Nelton Paulino de Souza, do MTM, e Altamiro Borba, não ligado a nenhum movimento, prestaram depoimento à PF no Comando da PM em Parauapebas e serão encaminhados para prisão na delegacia da Polícia Civil na cidade. A pena prevista é de 2 a 5 anos de detenção. Cerca de 500 homens da PM e 102 agentes da Polícia Civil do Pará participam da ação. O delegado Wilson Ramos, um dos responsáveis pela ação PF, não quis informar o número de homens da corporação envolvidos na operação. A ocupação da ferrovia faz parte do Abril Vermelho do MST com o objetivo de lembrar os 12 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, em que 19 trabalhadores rurais foram mortos pela PM do estado.

Integrantes do MST realizam manifestações em frente a duas agências do BB em Sorocaba e em Andradina no interior de São Paulo (região Sudeste). Aproximadamente 150 trabalhadores rurais ocupam a agência de Sorocaba. Em Andradina, foram cerca de 100 manifestantes. Entre as reivindicações do MST está a renegociação de dívidas dos assentados relacionadas ao Pronaf e ao programa de Compra Antecipada da Agricultura Familiar. Eles também pedem a criação de uma nova linha de crédito para a Reforma Agrária. As ações fazem parte da Jornada Nacional de Lutas em memória aos 19 sem-terra assassinados em Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996.

Integrantes do MST ocupam 11 das 27 praças de pedágio no Paraná (região Sul). Os manifestantes liberam as cancelas e os motoristas passam sem pagar a tarifa do pedágio na praça da concessionária Ecovia, na BR-277 em duas praças das Viapar (Campo Mourão e Mandaguari) e em duas da Rodonorte (São Luiz do Purunã e Witmarsum). O MST reivindica a aceleração no processo de Reforma Agrária, com o assentamento das 150 mil famílias acampadas em todo o país e a atualização dos índices de produtividade, que foram estabelecidos em 1980 com base em dados estatísticos de 1975. Segundo a administração da Ecovia, na BR- 277, 80 integrantes do MST chegam em dois ônibus e liberam as cancelas. A concessionária está buscando na Justiça a reintegração de posse. A Viapar também informou que já acionou a Justiça. A manifestação faz parte do Abril Vermelho, que lembra o assassinato de 19 trabalhadores rurais no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 17 de abril de 1996.

Cerca de 850 pessoas ligadas ao MST ocupam uma área da hidrelétrica de Xingo em Canindé de São Francisco – Sergipe (região Nordeste). Os manifestantes não chegam a ocupar as instalações da usina. A ação faz parte do Abril Vermelho do MST que lembra o assassinato de 19 trabalhadores rurais no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 17 de abril de 1996. O ministro de Minas e Energia, Edson Lobão, declarou que o governo federal decidiu enviar tropas ao local.

Integrantes do MST bloqueiam o tráfego na rodovia BA-263 em Itambé – Bahia (região Nordeste). Não houve confronto com a polícia. O bloqueio causou um engarrafamento. A ação faz parte do Abril Vermelho do MST que lembra o assassinato de 19 trabalhadores rurais no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 17 de abril de 1996.

Militantes do MST bloqueiam quatro rodovias no estado do Rio Grande do Sul (região Sul). Os bloqueios duraram apenas alguns minutos e ocorreram na BR-356, em Nova Santa Rita e nas rodovias estaduais de Tupanciretã, Bossoroca e Nonoai. Em Coqueiros do Sul, cerca de 200 acampados entram na fazenda Guerra onde colocam cruzes de madeira e faixas lembrando os mortos de Eldorado dos Carajás.

Aproximadamente 200 famílias ocupam um terreno atrás do campus do Picí da Universidade Federal do Ceará (UFC) no Ceará, (região Nordeste). O terreno improdutivo não pertencia à Universidade, pois foi vendido em 1998 para o governo do estado que havia se comprometido em usá-lo para construir casas populares. Dez anos depois e sem perspectiva de ver a promessa de moradia ser cumprida a população se organizou e optou por ocupar o terreno. O movimento derrubou o muro que erroneamente cercava um terreno do estado como sendo da UFC.

Integrantes do MST bloqueiam duas rodovias federais e ocupam pelo menos três fazendas no Ceará (região Nordeste) As manifestações lembram o Dia Mundial da Reforma Agrária e fazem parte do chamado Abril Vermelho em memória ao massacre de Eldorado dos Carajás, quando 19 trabalhadores rurais foram assassinados, no Pará, em 1996. Cerca de 500 pessoas participam do bloqueio da BR-022, próximo ao município de Boa Viagem no Sertão Central e nas proximidades de Russas, uma média de 100 manifestantes interrompe o trânsito na BR-116. As interdições das rodovias duram cerca de três horas, encerrando-se após a promessa de negociação com o governo estadual. Aproximadamente 70 famílias ocupam a fazenda Monte entre os municípios de São Luiz do Curu e Umirim. Em Ibaretama, outras 80 famílias entraram na fazenda Joasa, e em Senador Pompeu, cerca de 100 invadiram a fazenda Sobradinho. Segundo o movimento, as áreas são consideradas improdutivas pelo movimento e a listagem delas será apresentada à direção do Incra no Estado para uma avaliação sobre a possibilidade de serem transformadas em assentamentos.

6ª feira 18

Cerca de 100 integrantes do MST ocupam a Prefeitura de Cardoso Moreira – Rio de Janeiro (região Sudeste). Os trabalhadores reivindicam infra-estrutura para os assentamentos agrários, reforma agrária além de enfatizar as atividades do chamado Abril Vermelho, mês em que se intensificam as ações do movimento para lembrar os 12 anos do massacre de Eldorado dos Carajás. Além disso, os manifestantes pedem a construção de um galpão de comercialização para os produtos agrícolas, cujo projeto foi acertado há três anos com o Executivo daquele município. A ação faz parte da Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

Integrantes do MST desocupam a fazenda Saltinho no estado de São Paulo (região Sudeste). A fazenda foi ocupada no dia 17 de abril. De acordo com a coordenação do

movimento, a fazenda tem 216 hectares e faz parte de um complexo de terras de 8,5 mil hectares utilizados pela Usina Ester para o plantio de cana-de-açúcar. Na década de 70, a área de propriedade da família Abdalla, foi confiscada por conta de dívidas. No entanto, o estado de São Paulo nunca tomou posse da fazenda, que continuou sendo administrada pela Imobiliária Jaguari. A área está arrendada para a Usina Ester. A fazenda Saltinho já foi ocupada duas vezes e, nos pedidos de reintegração de posse, a Usina nunca conseguiu comprovar o arrendamento de todas as áreas. Nas duas vezes foi concedida a reintegração. Em 2006 o procurador do estado que atua na região de Campinas notificou judicialmente a imobiliária, alegando que a área é de propriedade do estado. Depois disso, o processo foi passado para a Procuradoria Geral e está parado nesta instância desde então.

Militantes do MST deixam a fazenda Águas de Pilintra (que pertence à multinacional Ambev) e duas horas depois ocupam a fazenda Santo Henrique da indústria de citricultura Cutrale, no interior de São Paulo (região Sudeste).Em nota, a PM afirma que cerca de 300 integrantes do movimento "portando facões e foices" "invadiram" a fazenda. O Incra afirma que a área integra o Núcleo Colonial Monção obtido por sentença judicial em 1909 pela União, que posteriormente foi grilada por terceiros. A indústria Cutrale afirmou que é dona de uma parte da área em questão e que a fazenda é produtiva. A ação integra o Abril Vermelho do MST que lembra o assassinato de 19 trabalhadores rurais no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 17 de abril de 1996.

Cerca de 500 famílias ligadas ao MST ocupam uma fazenda no município de Carinhanha – Bahia (região Nordeste). Segundo o movimento, a ocupação integra o Abril Vermelho, mês em que se intensificam as ações do movimento para lembrar os 12 anos do massacre de Eldorado dos Carajás.

Cerca de 60 índios Guarani-Kaiowá encerram, em São Paulo – SP (região Sudeste), uma peregrinação de uma semana. O ato foi organizado com o objetivo de cobrar uma solução para a questão fundiária da etnia. Depois de passar por Campo Grande e Brasília, eles participaram do seminário "O Caso Guarani Kaiowá: uma história de violação dos Direitos Humanos", realizado na sede da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). O grupo reivindica a posse de áreas tradicionalmente ocupadas por suas tribos. Segundo os indígenas, a etnia acabou espremida em pequenos territórios demarcados pelo governo a partir de 1915. Esse processo, dizem eles, resultou em conflitos entre membros da própria etnia e em dificuldades de subsistência devido à escassez de área para caça e pesca. Agora, eles lutam pela posse de seus antigos territórios, muitos deles já ocupados por agricultores e pecuaristas que chegaram à região no século XX.

Cerca de 450 estudantes, funcionários e professores fazem um protesto, em frente à Unifesp, na capital paulista – São Paulo (região Sudeste). Os estudantes reivindicam que o reitor, Ulysses Fagundes Neto, renuncie ao cargo já que é acusado de usar o cartão corporativo para pagar gastos pessoais. Com máscaras dos personagens da Disney; Mickey e Minnie Mouse, faixas e músicas de protesto os estudantes protestam. As máscaras de personagens da Disney são para lembrar um dos gastos do reitor feito em outubro de 2006, quando ele viajou para Orlando, nos Estados Unidos e se hospedou em hotéis da Disney World. Segundo a Unifesp, esta viagem foi previamente autorizada já que neste período o reitor participava do Congresso da Sociedade Norte-Americana de Gastroenterologia

Pediátrica, Hepatologia e Nutrição. O reitor alega ter cometido um "equívoco" e já ter devolvido os cerca de R$ 85 mil gastos no cartão corporativo entre junho de 2006 e dezembro de 2007, inclusive o valor a que teria direito nas diárias. O conselho de alunos, professores, funcionários e pós-graduandos da Unifesp decide pedir o afastamento do reitor. Em resposta o reitor emitiu nota em que reitera ter cometido um equívoco, pois teria usado o dinheiro do cartão corporativo em viagens internacionais como se fosse uma diária de viagem. Segundo Neto, até 2005 ele recebia uma verba fixa para viajar para o exterior. A partir de 2006 afirma ter recebido o cartão corporativo do governo sem nenhuma orientação de como utilizar.

Estudantes deixam a reitoria da UnB em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os estudantes estavam no local desde o dia 3 de abril. A desocupação havia sido decidida em assembléia no dia 17 de abril, mas os alunos preferiram limpar o prédio, antes de entregá-lo à nova administração. Segundo Diogo Ramalho, do comitê de comunicação do movimento estudantil, a ocupação teve um saldo positivo, por possibilitar a discussão dos modelos adotados na universidade. Ramalho informa que os alunos que participaram da ocupação já juntaram o dinheiro necessário para o reparo das duas portas e duas janelas danificadas durante a manifestação. E destacou que a desocupação só foi possível porque, além da renúncia dos antigos gestores, acusados de irregularidades administrativas, o novo reitor, Roberto Aguiar, assumiu publicamente um compromisso com as reivindicações dos estudantes. Entre elas, a paridade – que o voto dos estudantes, professores e funcionários tenha o mesmo peso nas eleições internas. As discussões sobre essa questão já estão, também, na pauta do Consuni, que deverá elaborar um novo estatuto para a UnB. Para Diogo Ramalho, os estudantes devem manter a "pressão" pela paridade nas faculdades e institutos da universidade.

Cerca de 1.500 pessoas, que ocupam um terreno urbano nas proximidades do bairro Baianão, na periferia da cidade de Salvador, têm suas casas destruídas por um contingente de mais de 70 homens da PM, fortemente armados, do estado da Bahia (região Norte).. Os policiais cumprem uma ordem judicial proferida pelo Juiz de Direito da Vara Cível daquela Comarca. Nessa operação são presos, ainda, cinco trabalhadores (Diego Aparecido Astolfo, Adinoclei Fagundes Reis, Joceni Pereira da Silva, Danilo Santos Rocha e Diones Dumas Santos) todos encaminhados à delegacia sob a acusação de terem resistido à ordem judicial.

Sábado 19

Cerca de 200 pessoas, entre elas representantes de 17 etnias indígenas brasileiras e ambientalistas, aproveitam o Dia do Índio para realizar uma manifestação em defesa do sistema lagunar e do sítio arqueológico, ameaçados pelos empreendimentos imobiliários da região, localizados na região oceânica de Niterói – Rio de Janeiro (região Sudeste). A manifestação é realizada na aldeia Tekoa Itarypu, habitada por índios Guarani M-ba, em Camboinhas, próxima ao canal de Itaipu, em Niterói. Segundo Arão da Providência, diretor do Centro de Etnia Conhecimento Sócio-Ambiental Cauieré, a manifestação tem o objetivo de "proteger o sítio arqueológico e os cinco cemitérios indígenas e impedir que a prefeitura de Niterói leve adiante as autorizações já concedidas para que sejam construídos condomínios residenciais no local". De acordo com ele, a autorização para a construção de

casas e prédios no local foi embargada pela Justiça Federal - uma vez que a área protegida por lei federal vai da Ilha do Pontal, passando pelas praias do Sossego, Sambaqui, Camboinhas, Duna Pequena e Duna Grande. Além dos protestos que são feitos na região oceânica de Niterói, as 17 etnias presentes à aldeia Tekoa irão inaugurar a Casa de Reza da Aldeia, construída pelos próprios moradores, para a realização de rituais religiosos indígenas. Para comemorar o Dia do Índio, ainda haverá a apresentação do Coral Guarani e de danças típicas, envolvendo todas as etnias presentes - como a Pataxó, Tucano, Kri Kati, Xavante, e Guajajara, entre outras. Segundo Arão, os índios de Tekoa Itarypu pertencem a uma das mais importantes etnias do tronco lingüístico Tupi-Guarani. A aldeia é composta por 20 jovens, cinco idosos e 25 crianças, que não falam bem o português.

Cerca de 150 famílias do MST ocupam a fazenda da Usina Barcellos em Campos dos Goytacazes – Rio de Janeiro (região Sudeste). Segundo o movimento, a fazenda pertence ao Grupo Othon, de Capital Transnacional, que tem as Usinas Barcellos e Cupim no Norte Fluminense e também é dona de uma extensa rede de hotéis de luxo. O MST reivindica a desapropriação da fazenda por não cumprimento da função social, pois apesar de a área conter uma plantação de cana-de-açúcar para produção de etanol, o Grupo Othon vem descumprindo a legislação trabalhista e ambiental. A ocupação faz parte da Jornada de Luta Nacional pela Reforma Agrária e a Ocupação recebeu o nome de 17 de Abril em homenagem aos 19 Mártires de Carajás.

Oitenta famílias deixam a fazenda Joasa no município de Ocara, no estado do Ceará (região Nordeste). As famílias foram obrigadas a deixar a área devido às ameaças feitas pelo fazendeiro Geraldo Marques de Holanda. Segundo site do MST, desde a ocupação, em 17 de abril, as famílias temiam um novo massacre de trabalhadores rurais. Isso porque, segundo os acampados, Holanda teria contratado pistoleiros para invadirem o acampamento. Segundo os sem-terra, quando avisado sobre a situação, o juiz da comarca de Ibaretama, Flávio Luís Peixoto Marques, eximiu-se de qualquer responsabilidade, afirmando que o fazendeiro poderia resolver como achasse conveniente. As famílias se dirigem provisoriamente para o assentamento Luís Carlos II em Ibaretama.

Domingo 20

Aproximadamente 150 famílias do MST da região de Uberlândia – São Paulo (região Sudeste) ocupam a fazenda Paraíso. A área da fazendeira Márcia Oliveira Martins já foi vistoriada pelo Incra. Os sem-terra aguardam o laudo da vistoria, que está parado no Instituto. As famílias reivindicam que o laudo da vistoria seja publicado imediatamente, casas e créditos para as famílias que já estão assentadas e que o Incra assuma o compromisso de assentar as 4 mil famílias acampadas em todo o estado.

Um grupo de 21 entidades de funcionários públicos, sindicalistas e militares busca apoio no Congresso para ampliar concessões de anistia, a fim de obter indenizações na comissão vinculada ao Ministério da Justiça. O grupo já conta com apoio de partidos de esquerda. O projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados prevê a reintegração de trabalhadores demitidos “por participação em greve ou perseguição política desde 1989”. A proposição amplia o previsto na Lei 11282/06, que anistiou ex-funcionários dos Correios. A primeira

vitória dos grupos de pressão ocorreu no início de abril com a criação, no Congresso, de uma Comissão Especial para "fiscalizar a aplicação das leis de anistia". As associações apostam no reconhecimento do status político de greves gerais de 1978 a 1987. Na fila das chamadas sessões temáticas há cerca de 3 mil casos de metalúrgicos, militares, petroquímicos, bancários e petroleiros.

2ª feira 21

Cerca de 80 famílias do MST ocupam a fazenda conhecida por Marcação ou Lagoa Queimada, no município de Cacimbinhas no sertão do estado de Alagoas (região Nordeste). Segundo os trabalhadores, a área de 1.200 hectares foi vistoriada e já foi emitido o decreto de desapropriação. A ocupação foi uma forma de acelerar o processo para o assentamento das famílias. Pela manhã, os trabalhadores denunciam que o fazendeiro Antônio de Dória (que diz ter comprado a propriedade em março) está no local ameaçando as famílias e advertindo que usará violência dos pistoleiros para que deixem a área. Segundo o site do MST, já foram identificados jagunços do fazendeiro rondando o acampamento e tirando fotos das famílias.

Termina a rebelião dos cerca de 175 detentos do Centro de Triagem do Complexo Penitenciário de Campo Grande – Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). Depois de 22 horas de motim, os presos decidiram libertar os 76 reféns, entre eles um agente penitenciário. No domingo uma grávida já havia sido libertada. A polícia cortou a água e a luz do prédio. A rebelião acabou após uma reunião dos presos com os negociadores da PM.. O motim teve início durante a visita de domingo e teria sido motivado por uma tentativa frustrada de fuga. Segundo a PM, os presos não fizeram nenhuma reivindicação específica, apenas exigiram a presença de representantes da Pastoral Carcerária e da Ordem dos Advogados do Brasil. Ao final do motim, a PM informou que a transferência de quatro internos para outras unidades prisionais - uma das reivindicações dos rebelados - não foi negociada com a PM e será discutida com autoridades penitenciárias do Estado.

Cinco pessoas são presas por distribuírem panfletos convocando a população para a Marcha da Maconha, no bairro de Laranjeiras, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O evento que propõe pesquisas e debates sobre a ampla utilização da droga está marcado para o dia 4 de maio. Todos são autuados por apologia ao crime. Segundo advogados criminalistas, há abuso de autoridade nas prisões, pois a panfletagem tinha como objetivo chamar atenção para a discussão de mudanças legislativas, não configurando crime. Segundo os criminalistas, caberia, inclusive, ação de indenização aos autuados contra o Estado.

3ª feira 22

Cerca de 100 pessoas do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), de acordo com informações do Jornal do Brasil, 500 pessoas segundo o próprio movimento, realizam uma manifestação em frente à agência da CEF na região central de São Paulo – SP (região Sudeste). Três ações lideradas pela União Nacional por Moradia Popular (UNMP) também foram realizadas: uma no prédio do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), no centro

da capital paulista; outra em um terreno particular desocupado, na zona sul paulista e uma terceira, no prédio do INSS, na cidade de Sertãozinho, que estaria desocupado há 30 anos. Os manifestantes reivindicam dos governos federal, estaduais e municipais uma política habitacional que atenda às famílias de mais baixa renda e destine recursos para mutirões, urbanização de favelas, regularização fundiária e moradia em áreas centrais. Houve confronto com policiais militares. Segundo o CMI, uma grávida foi atacada com golpes de cassetete nas costas, outra ainda foi arremessada escadaria abaixo. Além disso, seguranças do banco apontaram revólveres e pistolas para integrantes do movimento. Os manifestantes afirmam que integrantes do movimento foram agredidos e que a PM utilizou gás de pimenta na ação. A Caixa e a assessoria da Polícia Militar negaram o confronto e garantiram que os manifestantes desocuparam o local pacificamente. O MTST e a Caixa acertaram a realização de reunião, ainda nesta semana, para discutir as reivindicações.

Aproximadamente 150 famílias ocupam as fazendas Riacho dos Cavalos e Grajaú em Crateús – Ceará (região Nordeste). Com 1.443 hectares e 1.651 hectares, respectivamente, ambas pertencem ao latifundiário Vicente Ludugero Filho e estão localizadas em Crateús, a 354 km de Fortaleza. As famílias reivindicam a desapropriação da área. Os acampados já encaminharam ao Incra o pedido de vistoria do local. Segundo dados do Instituto, o município de Crateús possui cerca de 38 mil hectares de terras improdutivas, passíveis de desapropriação.

Um grupo de 500 integrantes do MST deixa a área da fruticultura Mariad, em Juazeiro – Bahia (região Nordeste). Os sem-terra estavam desde o dia 20 de Abril na área. O acordo firmado entre a Procuradoria Regional do Trabalho e o Incra estabeleceu que parte da área da Mariad será destinada para o assentamento. Foi acertado, ainda, o compromisso do governo de providenciar cestas básicas e lonas para a montagem das barracas que abrigarão 250 famílias. A fazenda Mariad pertencia ao traficante Gustavo Duran Batista. Devido a denúncias de uso indevido do patrimônio da empresa, em contribuição a uma rede internacional de tráfico de drogas, ela teve suas atividades paralisadas em novembro de 2007.

Comerciantes de Santo Amaro, em São Paulo – SP (região Sudeste) interrompem o trânsito de uma avenida por cerca de uma hora para protestar contra as desapropriações anunciadas pelo governo do estado para ampliar a linha 5-lilás do metrô. Cerca de 500 pessoas participam da manifestação. No início de abril foi publicada uma lista com os 141 imóveis que devem ser desapropriados para a construção da estação de metrô Adolfo Pinheiro, anunciada para 2010. Entre os imóveis, há 96 lojas e o ambulatório da Santa Casa. Os comerciantes querem que o Metrô analise a hipótese de fazer a obra em outros terrenos próximos. O diretor de assuntos corporativos do metrô, Sergio Avelledo, diz que a possibilidade não existe. Serão poupados o Hospital Santa Marta e o prédio principal da Santa Casa. Um ambulatório da Santa Casa será removido e o Metrô deverá ceder nova área à entidade.

Segundo site do MST, a CPT, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Ourilândia do Norte e Tucumã, Associações dos Projetos de Assentamento Campos Altos e Tucumã entram com uma representação no Ministério Público Federal de Marabá – Pará (região Norte) contra a Vale. Desde que adquiriu os direitos minerários da Inco - outra empresa de

mineração -, a Vale vem cometendo uma série de ilegalidades no município de Ourilândia do Norte e São Felix do Xingu, especificamente nos Projetos de Assentamento: Campos Altos e Tucumã, no ano de 2003, envolvendo aproximadamente 3 mil famílias. Dentre as condutas ilegais denunciadas destacam-se a aquisição de posses afetadas à Reforma Agrária, sem a devida autorização; danos ambientais como a poluição de grotas e igarapés, com a conseqüente intoxicação e morte de animais; construção irregular de barragens de contenção de rejeitos; desvio de cursos d'água; demolição de benfeitorias construídas com recurso público federal, dentre outras. As conseqüências das irregularidades cometidas pela empresa são de grandes proporções. Muitos assentados foram convencidos a vender suas benfeitorias para a mesma e desistir do Programa de Reforma Agrária. Outro problema são as constantes explosões. Os lavradores que moram mais próximo da base da mineradora, já não conseguem dormir à noite por causa do barulho provocado pelas máquinas, escavações e explosões. Há inclusive casas que apresentam rachaduras. Nem mesmo as galinhas criadas pelos assentados são poupadas. Por conta dos fortes tremores de terra causados pelas explosões, elas não conseguem mais se reproduzir, pois os ovos acabam sendo estragados, não gerando mais embriões. A atuação da empresa na região vem expulsando a população de suas áreas. Com o grande decréscimo no número de moradores nos Projetos de Assentamento Campos Altos, Tucumã e Santa Rita, houve o fechamento de duas escolas. Pontes das vicinais foram destruídas por causa do tráfego de tratores e máquinas pesadas. Além disso, foi desativada uma linha de ônibus que trafegava por uma vicinal, devido à queda do número de passageiros.

Cerca de 500 famílias sem-terra bloqueiam a BR-428 que liga o município de Lagoa Grande a Petrolina – Pernambuco (região Nordeste). Os manifestantes vivem no Acampamento Pontal Sul, uma área da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). Elas protestam contra a suspensão do fornecimento de água para o acampamento. Segundo o MST, a PM de Pernambuco está atirando contra trabalhadores. Os policiais militares chegaram em um microônibus e um carro pequeno e já desceram disparando contra os manifestantes. Policiais rodoviários também se juntaram aos militares, ameaçando os trabalhadores rurais. Desde a ocupação da área, em abril de 2007, a direção da Codevasf desligou as bombas que abastecem o canal Pontal Sul, no sentido de pressionar as famílias acampadas a deixarem a área. O canal continua sem funcionar. Tanto o Ministério Público quanto o Governo Federal consideram que, independente da disputa pela terra, o fornecimento de água para o consumo humano é uma obrigação e negar água para as famílias é uma violação dos direitos humanos. A justiça obrigou a Codevasf a fornecer água a todas as famílias acampadas por meio de um carro-pipa. Nos dias 19 e 20 de abril, a Companhia voltou a violar os direitos básicos das famílias cortando mais uma vez o fornecimento de água do acampamento.

Cerca de 300 integrantes do MST bloqueiam os portões da Usina Ester, parte da Fazenda Saltinho, em Americana - São Paulo (região Sudeste). O objetivo do ato é chamar a atenção do governo estadual e reivindicar uma audiência, a fim de negociar a destinação da área para Reforma Agrária. Durante o ato, que fez parte de uma marcha realizada pelos integrantes do MST até a cidade de Cosmópolis, os manifestantes pediram também que a prefeitura do município abra a estrada utilizada pela usina.

Representantes de 30 comunidades ribeirinhas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), em Piagaçu-Purus – Amazonas (região Norte), iniciam um ciclo de cinco reuniões que contam com a participação do poder público municipal e estadual. O objetivo das reuniões é discutir o zoneamento da região e, com isso, definir as regras para o uso racional dos recursos naturais, sobretudo o pescado. De acordo com Gelson Batista, especialista em manejo de recursos pesqueiros, as reuniões buscarão viabilizar, a médio e longo prazo, a definição de um plano oficial que deverá ser validado pelo governo estadual: "Só assim é possível impedir a ação irregular na área da reserva. Com esse documento, as áreas de preservação estarão bem definidas, bem como onde podem ocorrer a pesca de subsistência e a comercial, por exemplo."

Manifestantes do Fórum de Cortiços, filiado à UNMP, ocupam um edifício do INSS na Rua Xavier de Toledo, centro de São Paulo (região Sudeste). A maioria dos ocupantes idosos que são reiteradamente excluídos dos financiamentos habitacionais. Os participantes desocuparam o edifício após negociação com o Instituto.

O Movimento de Moradia da Região Sudeste, filiado à UNMP, ocupa um terreno particular abandonado na Avenida do Cursino, 7000, em São Paulo (região Sudeste). A área está vazia há muitos anos e não cumpre a função social da propriedade. O movimento reivindica a desapropriação da área para fins habitacionais.

A União dos Movimentos de Moradia de Alagoas (UMM-AL) ocupa a sede do INSS no centro de Maceió, Alagoas (região Nordeste) onde conquistam a suspensão da reintegração de posse do prédio do INSS, ocupado desde 2006. Em ato na Prefeitura da cidade, a UMM-AL abre negociação para o atendimento das famílias que hoje ocupam uma área da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Manifestantes da União Pará organizam ato público de protesto contra o início das obras do projeto de implantação do binário viário nas avenidas Pedro Álvares Cabral e Senador Lemos e a Rodovia Arthur Bernardes, em Belém - Pará (região Norte). As obras tornariam o fluxo de veículo obrigatório para quem deseja chegar ao centro da cidade, sem nenhuma discussão com a população diretamente impactada e sem nenhuma sinalização de que serão criados canais de controle social, mesmo o projeto apresentando características de efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural e construído. A população ocupa as duas avenidas em três pontos, impedindo o início das obras, sendo reprimida com spray de pimenta e balas de borracha pela tropa de choque da PM do estado.

Milhares de operários da construção civil do Ceará, (região Nordeste) mobilizam mais de 14 piquetes espalhados pela região metropolitana de Fortaleza, numa das greves mais fortes dos últimos anos. Fortaleza está entre as cidades que possui a cesta básica mais cara do país e a categoria, mesmo com tantas lutas e conquistas nos últimos anos, luta para que o salário de servente seja reajustado. A greve é por um reajuste digno de salário; aumento na participação dos lucros e resultados; jornada de trabalho de segunda a sexta-feira; cesta básica; plano de saúde, entre outros direitos.

4ª feira 23

Integrantes de movimentos por moradia realizam em todo o país manifestações para reivindicar dos governos federal, estaduais e municipais a implantação de políticas públicas de habitação popular. Segundo a UNMP, o movimento pleiteia que áreas abandonadas e desocupadas sejam revertidas para comunidades carentes. Em São Paulo – SP (região Sudeste), a União dos Movimentos Pró-Moradia realiza protesto na Praça da Sé, seguida de uma marcha em direção aos prédios da CEF, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e prefeitura municipal. Os manifestantes reivindicam na Caixa agilidade na implantação de programas de crédito solidário, além do aumento no valor dos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. O movimento pede ainda a destinação de áreas da União, do INSS e da Rede Ferroviária Federal para a construção de habitação popular (1 milhão somente de moradias para famílias com renda de um a três salários mínimos), desburocratização dos programas federais, controle social das obras de saneamento e habitação e regulamentação da Política Nacional de Saneamento, entre outros. Os manifestantes reivindicam do governo estadual a retomada e a reformulação dos programas de mutirão, a criação de uma comissão de intermediação de conflitos fundiários para buscar alternativas para despejos e reintegração de posse e a aplicação do total de 1% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) para a habitação. Eles pedem ainda a construção de cinco mil moradias em 2009. A manifestação faz parte da Jornada Nacional de Luta em Defesa da Moradia e da Reforma Urbana, que começou no dia 21 de abril. Foram ocupados um terreno particular, na zona sul paulista; um prédio do INSS na cidade de Sertãozinho, que estaria desocupado há 30 anos; um terreno da prefeitura ao lado do metrô Belém, zona leste da cidade; um terreno da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) na marginal Tietê; um prédio da CDHU na Moóca, zona leste; e um outro prédio no centro da cidade, pertencente à prefeitura. Segundo o movimento, as ocupações ocorreram também em Caruaru, no Agreste - Pernambuco (região Nordeste), onde 100 famílias ocuparam um terreno da Rede Ferroviária Federal. Houve ainda uma manifestação na Região Metropolitana de Recife. No Rio de Janeiro, a UNMP realizou um ato para protestar contra o governo estadual e também na Caixa. Em São Luiz – Maranhão (região Nordeste) os manifestantes reivindicaram áreas desocupadas da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Em Vitória, o movimento ocupou um prédio do INSS, o que também ocorreu em Maceió. O Ministério das Cidades, terá o maior corte nominal no orçamento do Executivo de 2008: R$ 2,720 bilhões.

Bancários das agências do HSBC protestam contra as demissões em massa realizadas pelo banco em Florianópolis – Santa Catarina (região Sul). Os bancários denunciam que a empresa tem demitido trabalhadores por justa causa em questões de responsabilidade do próprio banco e em casos de doenças ocupacionais, como Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT). As demissões aumentam ainda mais a carga de trabalho dos bancários que acabam sendo forçados a extrapolar suas jornadas de trabalho. A falta de trabalhadores ainda prejudica os clientes que enfrentam filas enormes para serem atendidos. Na semana passada, os trabalhadores paralisaram as agências por uma hora.

Auditores Fiscais do Trabalho promovem uma mobilização intitulada “plantão fiscal da greve”, em frente à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, em Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste). Os trabalhadores estão paralisados há mais de um mês.

Eles reivindicam, entre outros pontos, melhores condições de trabalho, paridade de salários entre ativos e aposentados, isonomia entre as carreiras de estado e mais segurança. Os manifestantes decidem colocar mesas e cadeiras na calçada para atender os trabalhadores e dar orientações sobre dúvidas trabalhistas.

A Câmara dos Deputados aprova projeto de lei de conversão à Medida Provisória (MP) 415, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas às margens das rodovias federais. No entanto o comércio de bebidas nos trechos de rodovias federais dentro de municípios, em perímetro urbano, foi liberado. Para que a MP fosse aprovada, o relator deputado Hugo Leal do Partido Social Cristão (PSC) promoveu várias alterações no texto enviado pelo governo. O texto aprovado também altera as punições para quem for pego dirigindo embriagado. O projeto de lei de conversão seguirá agora para o Senado. Para dirigir agora, é preciso revelar zero teor de álcool no organismo e não 0,6 miligramas. E a infração será gravíssima, punida com suspensão da carteira de habilitação e com multa. Outra alteração nas regras, é a que estabelece que os crimes de trânsito serão julgados pela Justiça comum e não mais pelos juizados especiais. Se for alterada no Senado, a MP retornará para nova votação dos deputados, antes de ser encaminhada a sanção presidencial. Desde a proibição da venda de bebidas alcoólicas nas rodovias federais, em 1º de fevereiro, comerciantes vinham protestando contra a medida.

Trabalhadores farmacêuticos assinam uma das primeiras convenções coletivas do país que recomendam às empresas do setor estenderem benefícios sociais e direitos trabalhistas a companheiros e dependentes de trabalhadores homossexuais. A iniciativa deve abrir espaço para outras categorias profissionais adotarem medidas semelhantes, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos (Dieese). Chamado entre os sindicalistas de “acordo cor-de-rosa”, deve beneficiar farmacêuticos de 300 empresas paulistas. O número de empregados nesse setor chega a 37 mil no estado de São Paulo (região Sudeste). A convenção será assinada pelo Sindicato da Indústria (Sindusfarma) e pelas federações de trabalhadores da CUT e da Força Sindical. Ela prevê que se reconheçam direitos como: seguro de vida, plano médico, convênio odontológico, entre outros. A decisão de incluir na convenção coletiva uma recomendação para reconhecer a união estável entre empregados do mesmo sexo foi tomada após e-mails e cartas anônimas chegarem, em 2007, às mãos dos sindicalistas. Feito o pedido, foram iniciadas as negociações com o setor patronal químico e farmacêutico. Não é uma cláusula obrigatória, mas uma recomendação expressa na convenção. Bancários, enfermeiros e funcionários de processamento de dados são algumas das categorias que já conseguiram incluir em acordos coletivos algum benefício a trabalhadores homossexuais e a seus dependentes. A diferença é que acordos são feitos entre sindicatos e empresas. Convenções são firmadas entre entidades patronais e trabalhadores.

Cinqüenta índios da etnia Mura promovem manifestação na sede da Funasa no estado do Amazonas (região Norte). Os indígenas reivindicam a regularização do pagamento dos salários das equipes multidisciplinares responsáveis pelo atendimento básico de saúde indígena em 17 municípios do estado. Segundo o conselheiro distrital de Saúde Indígena do município de Careiro Castanho, Wuarlen Mura, o problema já dura quatro meses – o último salário foi pago em dezembro de 2007. De acordo com a direção da Funasa no Amazonas, o pagamento dos salários das equipes multidisciplinares é feito pela Associação Saúde Sem

Fronteiras, com recursos do Ministério da Saúde. O coordenador da Funasa no estado, Narciso Barbosa, atribuiu os problemas no pagamento ao atraso na prestação de contas da associação ao Ministério, que, segundo ele, está impedindo a liberação dos recursos. Barbosa garantiu, entretanto, que a situação está prestes a ser resolvida, já que, na semana passada, entregou, na sede da Funasa, em Brasília, a documentação que deve agilizar a resolução do processo. Ele admitiu que houve problemas na prestação de contas e disse que isso inviabilizou o repasse dos recursos.

O Tribunal de Contas da União (TCU) determina que o reitor da Unifesp, o médico Ulysses Fagundes Neto, devolva pelo menos R$ 140 mil por quatro anos em que acumulou indevidamente o serviço público com a atividade privada. No relatório técnico do TCU, o reitor é acusado de burlar o sistema de dedicação exclusiva a qual se submeteu em julho de 2003 quando assumiu o cargo. Com a dedicação exclusiva ele é obrigado a trabalhar apenas para a universidade. Com isso o salário base de R$ 2.956 por 40 horas semanais, passa para R$ 5.376, segundo o Ministério da Educação. O rendimento do reitor não foi divulgado e ele alegou que não falaria por medo de seqüestros. Seguradoras e planos de saúde informaram ao TCU que Neto atendeu pacientes entre fevereiro de 2004 e dezembro de 2007, período analisado pelos técnicos. A assessoria da Unifesp divulga por meio de nota que o reitor atende “apenas esporadicamente” a pacientes particulares e que gradualmente está cortando este vínculo. Sustentou ainda que há “interesse científico” nesses atendimentos. Conforme a nota, os casos são direcionados por colegas ou são continuação de tratamento e que “apresentavam interesse científico para pesquisa acadêmica”. Desta forma a nota busca certificar que as atividades estão de acordo com o regulamento aplicável aos funcionários públicos de dedicação exclusiva nas universidades. O TCU apontou ainda mais 46 funcionários da universidade, com regime de dedicação exclusiva, que exercem funções privadas. No total, o órgão cobra a devolução de R$ 36 milhões em valor não atualizado. No dia 18 de abril, estudantes chegaram a protestar contra o reitor que estava sendo acusado de uso do cartão corporativo para despesas pessoais no exterior. Neto devolveu o que gastou no cartão desde 2006, cerca de R$ 85 mil e disse esperar ser ressarcido pelos gastos corretos.

4ª feira 24

Um grupo de militantes do MST, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Trabalhadores Desempregados (MTD), Pastoral da Juventude Rural (PJR) e demais movimentos ligados à Via Campesina é impedido de participar de uma Audiência Pública promovida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A audiência foi realizada no auditório do Banco Central, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Os militantes foram barrados por seguranças do prédio, que trancaram os portões, ao chegarem ao local da audiência. A justificativa dada pelos organizadores foi de que havia pouco espaço na plenária e que a audiência era sobre questões técnicas. No entanto, o militante do MAB, Robson Formica, que havia chegado pouco antes ao local, disse que na plenária havia espaço suficiente para cerca de 40 pessoas, além de ter um espaço ao fundo do salão, onde o grupo poderia ter sido acomodado. “Se o debate era sobre questões técnicas, nada mais adequado do que uma audiência pública para que o povo participe e se aproprie das

questões e conceitos técnicos, pra entender como acontecem os trâmites referentes à distribuição da energia elétrica", afirma Formica, que finaliza: "Pelo que vimos, para a Aneel, o povo só deve participar na hora de pagar a conta da luz." Estão previstas outras quatro audiências, no entanto os locais não estão sendo divulgados. O objetivo das audiências é discutir a Resolução da Aneel, nº 456/2000, composta por 125 artigos também denominados de princípios básicos para a distribuição de energia elétrica em todo o Brasil. A referida resolução estabelece as condições gerais de fornecimento de energia elétrica e define as regras da potência instalada, ponto de entrega, tipos de consumidores, contratos, demandas, estrutura tarifária, fatura de energia, entre outras coisas.

Aproximadamente 400 trabalhadores ligados ao MST realizam ocupação em fazenda utilizada pela Usina Ester, em Americana no estado de São Paulo (região Sudeste). A ocupação acontece em resposta à reintegração de posse da fazenda Saltinho, também de posse da Usina Ester, que ocorreu no dia 18 de abril. Assim como a Saltinho, a área ocupada também é pública e os trabalhadores sem-terra reivindicam que seja destinada ao assentamento de famílias da região.

Famílias sem-terra bloqueiam três rodovias no estado do Pará (região Norte). O ato ocorre em solidariedade aos trabalhadores do acampamento Dina Teixeira, localizado a 15 km de Parauapebas, que teve um mandato de reintegração de posse expedido. Cerca de 3 mil pessoas fazem parte do acampamento. Um contingente de 500 policiais do Batalhão de Choque e 120 agentes da Polícia Civil está na sede da fazenda, decidindo de que forma será a ação de despejo. Famílias do acampamento Luís Carlos Prestes estão na BR-010, na altura da cidade de Irituia. Outras do acampamento Lourival Santana, em Eldorado dos Carajás ocupam dois pontos da rodovia estadual PA-150. Também foi bloqueada a PA-275, no sentido Eldorado - Xinguara. O protesto reivindica a suspensão do mandato de reintegração de posse do acampamento Dina Teixeira. Há um ano acampadas na área, as famílias já solicitaram a vistoria da fazenda ao Incra e ao Instituto de Terras do Pará (Iterpa) que desde outubro de 2007 se comprometeram em fazê-la, mas até o momento não efetivaram o compromisso. Recentemente, a Justiça Estadual, por meio da Vara Agrária de Marabá, decretou a desocupação de 36 áreas, em duas delas estão acampadas famílias do MST. O acampamento Dina Teixeira é uma dessas áreas. A CPT e o MST realizaram pela manhã uma reunião com o Governo do Pará, onde decidiram encaminhar à Justiça um pedido para que o cumprimento das reintegrações aguarde um prazo de 30 dias, durante os quais o governo viabilizará outras áreas para as famílias acampadas. Os agricultores aguardam a resposta da Justiça.

Os servidores da Controladoria-Geral da União (CGU) promovem uma paralisação de 24 horas em todo o país. A ação é coordenada pela União Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle (Unacon). De acordo com o presidente nacional da Unacon, Fernando Antunes, a paralisação é uma decorrência do processo de negociação da campanha salarial. Esta semana, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) também fez paralisação de 24 horas. Os servidores da CGU e STN estão realizando esses movimentos porque até agora, segundo eles, não houve avanço na negociação salarial. Antunes diz que o ponto principal é o fato de o Estado brasileiro se preocupar mais com a arrecadação de tributos do que com o controle do dinheiro que entra. Para o presidente da Unacon, qualquer cidadão brasileiro se sentiria muito desconfortável se soubesse que um Estado que

arrecada muito, como o Brasil, não tem a mesma preocupação em estruturar e manter os servidores das carreiras de controle, fiscalização e auditoria dos gastos.

Estudantes fazem a segunda passeata da jornada de lutas pelo meio-passe em Montes Claros, Minas Gerais (região Sudeste). O protesto tem por objetivo cobrar as promessas feitas pelo prefeito junto aos estudantes no último dia 27 de março, quando 5 mil jovens saíram à ruas da cidade reivindicando a criação de uma comissão estudantil para elaborar o projeto de lei do meio-passe em consenso com representantes do poder público municipal. Após a concentração de milhares de estudantes na Praça Doutor Carlos, a passeata seguiu rumo à Prefeitura Municipal. Aos gritos de "meio-passe já!", os estudantes de cerca de 20 instituições de ensino da cidade percorreram a região central da cidade, apoiados pela população. Após ocuparem o canteiro da prefeitura, os estudantes tiveram a notícia de que o prefeito não se encontrava no local. Eles esperaram 15 minutos (referente aos 15 anos de espera pela aprovação do meio-passe) antes de anunciar a ocupação do salão principal da prefeitura, reivindicando a presença do prefeito Athos Avelino (PPS) para discutir pessoalmente, desta vez sem enviar representante. Athos Avelino não apareceu. Em protesto, os estudantes se sentaram no chão e anunciaram a continuidade da ocupação. A tropa de choque e o Grupo de Ações Táticas Especiais (Gate) foram acionados, tentando dispersar os manifestantes forçando a saída do prédio com spray de pimenta, balas de borracha, granadas de efeito moral e cães. No total, foram contabilizados 23 feridos por balas de borracha e estilhaços de bombas. Uma estudante de 13 anos teve o seio cortado profundamente por um destes estilhaços e foi levada ao hospital Santa Casa.

Moradores de Sananduva – Rio Grande do Norte (região Nordeste) fazem churrasco na rodovia RS-126 para protestar contra a grande quantidade de buracos. A estrada fica fechada durante a tarde. Em 2007 foram registrados 26 acidentes. Duas pessoas morreram e 14 ficaram feridas.

5ª feira 25

O governo do estado de Goiás (região Centro-oeste) concede o direito a uma pensão vitalícia a 199 pessoas que atuaram no atendimento às vítimas do acidente com Césio 137. Policiais militares, bombeiros e funcionários da Vigilância Sanitária que trabalharam no atendimento às vítimas do acidente, em Goiânia em 1987, receberão pensão vitalícia de R$ 482. Segundo a Agência Brasil, de acordo com a Agência de Notícias do governo goiano, a maior parte das vítimas atendidas pelo decreto assinado pelo governador Alcides Rodrigues é cadastrada como vítima no grupo 3, onde estão reunidas pessoas expostas em menor grau ao Césio. O benefício é reivindicado, desde 2002, por 860 pessoas que trabalharam diretamente ou indiretamente para o governo no atendimento às vítimas. A associação das vítimas do Césio quer que o Estado contemple também as demais pessoas que sofrem doenças por conseqüência da exposição ao elemento radioativo. O acidente radiológico de Goiânia é considerado o caso mais grave de contaminação por radioatividade no Brasil. Em 13 de setembro de 1987, um aparelho de radioterapia, utilizado para tratamento de câncer, foi retirado de um hospital abandonado, desmontado e expôs as pessoas à radiação emitida pelo Césio 137.

O Secretário Estadual do Meio Ambiente, Carlos Minc, envia um ofício ao presidente Lula e a ministros solicitando a retirada do porta-aviões americano USS George Washington de águas brasileiras. Minc lembra que a Constituição proíbe o uso de energia nuclear para fins militares em território nacional. Segundo ele, a embarcação americana transporta armas nucleares.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, ligada à Força Sindical, e a Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM), filiada à CUT promovem manifestação pela redução da jornada de trabalho sem diminuição dos salários e pela ratificação da Convenção 158 da OIT, contra a demissão imotivada. Segundo os organizadores, cerca de 6 mil trabalhadores participam da concentração na Praça da Sé, região central da cidade de São Paulo – RJ (região Sudeste). Segundo o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) e do Sindicato dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo e Mogi das Cruzes, Eleno Bezerra, as grandes empresas dos centros urbanos já aderiram à jornada de 40 horas semanais. Bezerra disse que, para tanto, pretendem recolher 2 milhões de assinaturas para um projeto de lei instituindo a jornada reduzida. As mobilizações deverão prosseguir até o dia 28 de maio, quando todas as centrais sindicais realizarão ato único para entregar o projeto no Congresso Nacional.

Cerca de três mil metalúrgicos paralisam o trabalho para discutirem a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas, em todo o estado do Rio Grande do Sul (região Sul). As atividades integram a Campanha Nacional pela Redução da Jornada sem Redução de Salários e pela ratificação das Convenções 151 e 158 da OIT. Eles também reivindicam que o Congresso Nacional aprove as convenções da OIT, que proíbem a demissão sem justa causa, entre outras medidas. Os protestos ocorrem nas cidades de Porto Alegre, Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Santa Rosa, Horizontina e Venâncio Aires. Os trabalhadores defendem a redução da jornada como forma de gerar mais emprego no setor. O Brasil está entre os países que possuem as maiores jornadas de trabalho no mundo.

Auditores-fiscais da Receita Federal rejeitam, em assembléia nacional, a contraproposta do governo de revisão do Sistema de Desenvolvimento da Carreira (Sidec), que pretende criar um método de pontuação para ascensão. Os auditores-fiscais, em greve há 39 dias, decidem não aceitar a nova versão, que incluía o fator antiguidade para efeito de progressão na carreira. Antes o sistema só considerava o critério de merecimento. Segundo o sindicato da categoria, a implantação do Sidec é um dos obstáculos na negociação do acordo salarial da categoria. Durante a assembléia, os auditores também autorizaram o desconto em seus contracheques de um percentual a ser destinado ao fundo de complementação de folha, para ressarcir parte do salário dos grevistas, caso o governo adote o corte de ponto. Desde o início da greve, em 18 de março, 30% dos auditores continuam trabalhando para suprir os serviços essenciais. Segundo a presidente do sindicato da categoria do Rio, Vera Teresa Balieiro, a proposta apresentada no dia 24 de abril pelo Governo não traz novidade para a negociação salarial. A greve dos auditores vai continuar pelo menos até o dia 30 de abril, quando a categoria realiza nova assembléia para avaliar os rumos do movimento.

Sábado 26

A ONG Movimento Rio de Paz finca 2 mil cruzes nos 2 km do aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro (região Sudeste).O protesto tem o objetivo de representar, com cada cruz, as vítimas de homicídios cometidos no estado, somente este ano até o mês de abril. No final de 2007, a ONG fincou outras 700 cruzes na praia de Copacabana para denunciar a violência. Segundo dados do Rio de Paz, em 2007 ocorreram 6.300 homicídios no Rio de Janeiro, de um total de 50 mil assassinatos registrados por ano no Brasil. Além dos 1.400 mortos durante operações policiais e 60 mil feridos, há outros 4.500 desaparecidos apenas no Rio de Janeiro em 2007. Com o objetivo de reduzir esses índices de violência, o Rio de Paz também elaborou um manifesto que será entregue ao presidente Lula e outras autoridades com 15 medidas. Entre elas, o estabelecimento de metas e compromissos para a redução de crimes e de mortes durante operações policiais, elevação do piso salarial das polícias Civil e Militar e mudanças na política de enfrentamento dos criminosos adotada pelos governos estadual e municipal.

Cerca de 200 alunos de escolas públicas e privadas da Tijuca, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro – Rj (região Sudeste) realizam uma caminhada contra as diversas formas de violência. As crianças e adolescentes vestindo camisetas brancas, carregando cartazes e cantando músicas da Igreja Católica, percorreram várias ruas do bairro e terminaram a manifestação no pátio da Basílica de Santa Terezinha. A iniciativa do protesto partiu dos estudantes do Instituto Isabel, mantido pela Congregação Nossa Senhora da Visitação e que tem 60% de alunos bolsistas oriundos de comunidades carentes. Também participaram da caminhada os pais da estudante Gabriela Prado, morta por um assaltante em fuga diante da estação do metrô na Praça São Francisco Xavier, também na Tijuca, e a empregada doméstica Sirlei Dias, espancada em julho do ano passado por cinco jovens de famílias de classe média alta em um ponto de ônibus na Barra da Tijuca.

Domingo 27

No Dia Nacional do Trabalhador Doméstico, em nota técnica a OIT divulga que, entre as mulheres negras que são trabalhadoras domésticas, 75,6% não têm carteira assinada. A nota é baseada nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre as mulheres não-negras, o percentual é de 69,6%. No caso dos homens, 61,9% dos negros e 54,9% dos brancos trabalham na informalidade. O relatório da OIT diz também que a formalização do trabalho doméstico cresceu 10,2% entre 2004 a 2006. Para as trabalhadoras domésticas negras, o percentual chegou a 17,2%. Houve também uma diminuição da diferença de rendimentos entre 1995 e 2006. Em 1995, as mulheres negras recebiam o equivalente a 55,4% dos rendimentos dos homens brancos. Em 2006, as mulheres negras passam a receber 66,4%. A pesquisa mostrou também que, em 2006, 27,8% do total de trabalhadores domésticos tinham carteira assinada. Entre os 72,2% que não possuíam vínculo formal de trabalho, as trabalhadoras negras correspondem a 57,5%; as mulheres não-negras são 37,0%; os homens não-negros, 2,0%; e os homens negros somam 3,4%.

2ª feira 28

Cerca de 500 trabalhadores sem-terra, quilombolas, estudantes e atingidos por barragens ocupam a Superintendência Estadual do Incra, em Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais (região Sudeste). Os agricultores denunciam a morosidade do Instituto frente à Reforma Agrária e protestam contra o posicionamento do governo federal em defesa do agronegócio. As famílias exigem negociação direta com o presidente do órgão, Rolf Hackbart, pois dizem que a superintendência regional não apresentou nenhuma solução para as reivindicações feitas durante a Jornada de Abril. Dentre as reivindicações estão: a desapropriação imediata da fazenda Nova Alegria no Município de Felisburgo (onde ocorreu o massacre de cinco sem-terra no Acampamento Terra Prometida); assentamento imediato de 4 mil famílias do MST, que estão acampadas em todo o estado; o fim da burocracia do Incra; o reconhecimento e a titulação dos territórios Quilombolas e de Comunidades Tradicionais; atualização dos índices de produtividade entre outros. Os trabalhadores garantem que a desocupação será realizada somente na presença de Rolf Hackbart.

Entidades e representações da sociedade civil lançam, na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), o Movimento Nacional em Defesa da Amazônia. O objetivo é promover a integração, a preservação da biodiversidade, a defesa e o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira, disse a médica Maria Augusta Tibiriçá, presidente do Movimento em Defesa da Economia Nacional (Modecon), uma das 20 instituições responsáveis pela iniciativa. Maria Augusta disse que a iniciativa é apartidária e visa conscientizar a população da importância da defesa da soberania, da integridade territorial e do desenvolvimento da Amazônia de forma realmente sustentável. Para ela, entre os grandes desafios para a defesa da região, estão: a demarcação das terras indígenas, a exploração clandestina da biodiversidade brasileira, a biopirataria e as riquezas minerais, além do desmatamento promovido pelas grandes madeireiras. Ela informou que deverão ser criadas agora comissões de estudo para analisar cada um dos problemas apontados e propor medidas de atuações eficazes para a defesa da Amazônia.

No Dia Internacional em Homenagem às Vítimas de Acidentes e Doenças Relacionados ao Trabalho, as centrais sindicais realizam ato na região central da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste). Os manifestantes também colheram assinaturas para um abaixo-assinado da Campanha Nacional pela Redução da Jornada de Trabalho sem Redução de Salários. A data foi escolhida pela OIT para lembrar as vítimas desse tipo de acidente. O tema da campanha é Redução da Jornada é mais Saúde do Trabalhador. Na avaliação do ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, a redução da jornada de trabalho, em muitos casos, pode ser um fator redutor dos acidentes. Ainda segundo ele, a redução da jornada é uma luta dos trabalhadores e o governo não pode impor ao sistema patronal que acate essa mudança, entretanto, pode ser mediador de negociações em busca da solução. Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), cerca de 1,3 milhão de acidentes de trabalho foram registrados em 2006 no Brasil. Em todo o mundo, o total chega a 270 milhões de casos, com um total de 2 milhões de mortes por ano. De acordo com o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, outros 310 trabalhadores faleceram durante o trajeto trabalho-residência, 1.339 trabalhadores morreram, 1.636 se aposentaram por invalidez decorrente de acidentes no trabalho e 3.786 por doenças profissionais. Segundo o ministro, esses dados servem como parâmetro para enfatizar as campanhas e os esforços para conscientizar tanto trabalhadores

quanto empregadores. Lupi acredita que, para diminuir os números de doenças e acidentes no trabalho, é necessário conscientizar por meio de cursos de orientação e capacitação que evitem acidentes. Na capital do país, Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) uma missa foi celebrada em homenagem às vítimas e parentes de vítimas de acidentes de trabalho.

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, determina que os auditores fiscais da Receita Federal tenham os pontos cortados. Ele afirma que os descontos deverão ser feitos de forma parcelada, para não deixar os servidores com o saldo negativo. O ministério está analisando quantos dias serão cortados do ponto dos servidores. Quase quatro mil funcionários estão em greve em todo o país, desde o dia 18 de março. Eles reivindicam reajuste salarial e melhorias nas condições de trabalho e no plano de carreira.

3ª feira 29

Organizações lançam manifesto de apoio à ocupação dos trabalhadores sem-terra, ligados ao MST, quilombolas, estudantes e atingidos por barragens, à Superintendência Estadual do Incra, em Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste). As entidades que assinam o documento são: CPT, Fetraf, Movimento Terra e Liberdade (MTL), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), entre outras. Na carta: "Nós movimentos, pastorais e organizações abaixo assinados declaramos apoio a pauta de reivindicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que ocupam a sede da superintendência do Incra em Belo Horizonte. Solidarizamo-nos com o movimento e reforçamos a necessidade de desburocratização do órgão, agilidade nos procedimentos da reforma agrária em Minas e condenamos a inoperância na execução orçamentária da superintendência. Julgamos legítima a ocupação como última alternativa depois de várias tentativas dos movimentos de luta pela terra de Minas Gerais de contribuir com o Incra na sua função ao longo dos últimos anos. Neste sentido pedimos o imediato atendimento as pautas e a presença do presidente nacional do Incra no local."

A Justiça da Bahia suspende a realização da "marcha da maconha" em Salvador – Bahia (região Nordeste), marcada para o dia 4 de maio. Considera que os responsáveis pelo ato publicam em seu site notícias "que desejam convencer e incrementar a legalidade do uso indevido da droga" e que a permissão ao evento significaria "decretar a anarquia no país". A marcha, com o objetivo de defender a descriminalização do cultivo da planta Cannabis sativa, da qual se extrai o princípio ativo da maconha, está programada para ocorrer em mais nove municípios brasileiros e em cerca de 200 cidades no mundo. A juíza Rosemunda Barreto, da 2ª Vara Privativa de Tóxicos de Salvador, concede liminar em ação movida pelo Ministério Público. Na decisão, afirma que o site do evento veicula a expressão "fume maconha". Os organizadores da marcha negam a veiculação da frase no site. "Não fazemos apologia ao crime. Pode haver comentários de pessoas pregando o uso da maconha, como também há comentários condenando a prática. No site, publicamos uma advertência contra o uso da maconha durante a marcha", afirma Renato Cinco, integrante do Coletivo Marcha da Maconha Brasil. O estudante de Ciências Sociais, Sérgio Vidal, da coordenação da marcha em Salvador, diz que a liminar é um "retrocesso", pois manifestações semelhantes já ocorreram na cidade. "É uma discussão por políticas públicas. Queremos um tratamento

mais justo para o usuário da maconha". A Secretaria da Segurança Pública do Estado é notificada da decisão. Vidal afirma que os coordenadores da marcha estão preocupados com pessoas que não têm acesso à informação sobre a proibição e podem seguir a programação da manifestação e ser reprimidas pela polícia.

4ª feira 30

Cerca de 10 mil motoristas e funcionários da SPTrans paralisam suas atividades por 3 horas em São Paulo – SP (região Sudeste). A categoria reivindica reajuste salarial de 5,36%, 5% de aumento real e hora-extra com 50%. Cerca de oito mil ônibus deixaram de circular durante o período em que o encontro, para discutir o andamento das negociações de reajustes salariais com a empresa, foi realizado.

Trabalhadores do setor calçadista do Vale dos Sinos – Rio Grande do Sul (região Sul) e integrantes da CUT lembram os três anos de assassinato do sapateiro Jair Antônio da Costa. Ele foi morto por policiais que tentavam prendê-lo durante protesto da categoria no município de Sapiranga no estado. Na época da denúncia, foram indiciados 12 policiais militares. A juíza responsável pela sentença declarou a prisão preventiva de seis, mas os advogados de defesa entraram com pedido de habeas corpus. Até o momento, nenhum dos culpados foi julgado.

Cerca de 50 motoristas, que fazem transporte alternativo, estão acampados na escadaria da Prefeitura de São Gonçalo – Rio de Janeiro (região Sudeste). Os manifestantes tentam uma audiência com a prefeita Aparecida Panisset para pedir a legalização de 986 vans e kombis e o fim da repressão por parte do Departamento de Transportes Rodoviários (DETRO), PM e Guarda Municipal.

Glossário de Siglas

AGU	Advocacia Geral da União
BB	Banco do Brasil
CEF	Caixa Econômica Federal
CIR	Conselho Indígena de Roraima
CMI	Centro de Mídia Independente
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Consuni	Conselho Universitário
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCE	Diretório Central dos Estudantes
Fentec	Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
Funai	Fundação Nacional do Ìndio
Funasa	Fundação Nacional de Saúde

Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTM	Movimento dos Trabalhadores e Garimperios na Mineração
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PPS	Partido Popular Socialista
PT	Partido dos Trabalhadores
Unafisco	Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
Unifesp	Universidade Federal de São Paulo
UNMP	União Nacional por Moradia Popular

OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

R

A

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

CLACSO

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

Documento de trabajo Nº 228

Realizado por
el Comité de Seguimiento
del Conflicto Social y la Coyuntura
Latinoamericana de R

Integrantes	Juan
Diarios	*E*
Otras fuentes	Espacio Insular

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.
La responsabilidad por las opiniones expresadas en los artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El Observatorio Social de América Latina (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinado a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado constituye uno de los resultados de este trabajo de documentación y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un documento de trabajo en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social llevadas a cabo durante el mes indicado en uno de los 19 países relevados.

La cronología presentada ha sido elaborada por alguno de los diversos **Comités de Seguimiento del Conflicto Social** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación de un equipo de investigación que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento del Conflicto y la Coyuntura Latinoamericana

PAIS	INSTITUCION	RESPONSABLES
Guatemala	FLACSO	Simona Yagenova Mario Castañeda
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Diana Cárdenas
Paraguay	Centro de Documentación de Estudios	Quintín Riquelme
Ecuador	CIUDAD	Mario Unda Hugo González
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Chile	ARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo
Brasil	LPP	Roberto Leher
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
México	UNAM	Massimo Modonesi Lucio Oliver
Panamá, El Salvador, Nicaragua Honduras y Costa Rica	CELA (Panamá)	Marco A. Gandásegui, h.
República Dominicana y Puerto Rico	Centro Juan Montalvo (Rep. Dominicana)	Mario Serrano Juan Luis Corporán
Venezuela	PROVEA	Marino Alvarado Marco Antonio Ponce

Brasil
Cronologia do Conflito Social
Maio de 2008

5ª feira 01

A Força Sindical do Paraná organiza as comemorações da 7ª edição do 1º de Maio Solidário. O evento, realizado em frente ao Palácio Iguaçu, em Curitiba – Paraná (região Sul) tem como principal bandeira de luta a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais sem redução dos salários. A manifestação é organizada por diversas lideranças sindicais, com o apoio do governo estadual. Além de Curitiba, a comemoração é realizada em Londrina, Matinhos, Irati, Jacarezinho e Cornélio Procópio - Paraná. Incluindo as festas nas cidades do interior, a entidade estima que 180 mil trabalhadores comemoram o Dia do Trabalho no estado. O governador Roberto Requião do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) aproveita a data para sancionar a lei que institui o novo salário mínimo regional, cujo valor vai variar de R$ 527 a R$ 548. O presidente da Força Sindical do Paraná, Sérgio Butka, explicou que o tema principal da campanha é a redução da jornada semanal de trabalho. As centrais sindicais recolheram, durante todo o dia, assinaturas de apoio à redução de jornada. Os trabalhadores pretendem coletar 1,5 milhão de assinaturas com o abaixo-assinado que circula em todo o Brasil para pressionar o Congresso Nacional a aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 393/01. "Se aprovada, a MP pode gerar 2,2 milhões de empregos, de acordo com cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)." Os trabalhadores também reivindicam a aprovação das Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) 151 e 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). De acordo com o presidente da Força Sindical do Paraná, se for aprovada, a Convenção 158 irá barrar a rotatividade de mão-de-obra, já que o patrão poderá demitir, mas não sem justificativa.

Centrais sindicais gaúchas realizam shows musicais e protestos para marcar o 1º de Maio, Dia do Trabalhador. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) realiza um ato público durante a manhã na Praça da Redenção, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). A entidade debate com a população a importância da redução da jornada de trabalho sem alterar os salários. A manifestação também reivindica o reajuste do piso salarial regional e protesta contra a criminalização do governo Yeda e contra a violência da Brigada Militar aos movimentos sociais gaúchos. A Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) e a Intersindical se mobilizam pela manutenção dos direitos do trabalhador e contra as políticas dos governos estadual e federal para as categorias.

Cerca de 500 mil pessoas participam dos quatro eventos promovidos pela CUT, em São Paulo – SP (região Sudeste), segundo estimativas da entidade. Nas festas de comemoração do Dia do Trabalho, dirigentes da central sindical discursam, entre apresentações de artistas, e reivindicaram a diminuição da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução de salário. Arthur Henrique, presidente nacional da CUT, lembra da aprovação

da Constituição de 1988, que reduziu a jornada de 48 para 44 horas semanais. Segundo ele, a mudança aumentaria o número de vagas de trabalho no país e daria condições para que os trabalhadores já empregados pudessem se qualificar. Edílson de Paula, presidente da CUT-SP, defendeu a redução da jornada em seu discurso e cobrou também a ratificação pelo Brasil das convenções 151 (direito de greve no serviço público) e 158 (garantia de emprego contra demissão sem justa causa) da OIT e a valorização do salário mínimo. Ele ainda pediu "consciência política" dos trabalhadores e criticou a postura de entidades que usam o Dia do Trabalho só como pretexto para festas.

A Força Sindical promove comemoração em homenagem ao dia do trabalhador em São Paulo – SP (região Sudeste). A comemoração acontece na Praça Campo de Bagatelle, na zona norte. Compareceram no evento os ministros do Trabalho, Carlos Lupi do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e do Turismo, Marta Suplicy do Partido dos Trabalhadores (PT), e o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia (PT). Em discursos e entrevistas, eles foram unânimes em observar que o Brasil tem evoluído na oferta e em melhores condições de trabalho. Na avaliação de Lupi, o fato de o Brasil ter elevado a sua classificação quanto ao grau de investimentos, deve favorecer ainda mais o aumento na oferta de postos de trabalho. Questionado sobre o suposto envolvimento do presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva (PDT), no esquema de desvio de recursos públicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), investigado pela Polícia Federal (PF), o ministro Carlos Lupi defendeu o líder sindical e deputado federal. Ele ressalvou que "nós não podemos transformar esse processo, que ainda está sendo investigado, em tribunal de inquisição". A ministra Marta Suplicy recebeu vaias da platéia.

Cerca de 2 mil pessoas participam do 1º de Maio Classista organizado pela Liga Operária e outras organizações proletárias no bairro da Liberdade, São Paulo – SP (região Sudeste). O eixo da manifestação é a denúncia aos ataques do governo aos direitos dos trabalhadores, em honra dos Mártires de Chicago que foram assassinados pela burguesia e seu governo da época devido à luta pela redução da jornada de trabalho e em memória de todos trabalhadores explorados e caídos na luta de classes. A manifestação conta com a presença de centenas de camponeses, operários, estudantes e trabalhadores de diversas categorias profissionais.

Quase 3 mil pessoas comparecem à Praça da Sé, no centro de São Paulo - SP (região Sudeste) para reafirmar o 1º de Maio como um dia internacional de luta da classe trabalhadora. Conlutas, Intersindical, Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), além de partidos como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). O ato político teve início após a celebração de um culto ecumênico organizado pela Pastoral Operária, na Catedral da Sé. As falas foram marcadas por críticas ao governo federal e reivindicações de não realização de prováveis reformas, como a da Previdência. Outro tema recorrente no ato foi a crítica às celebrações da CUT e Força Sindical, que ocorriam simultaneamente nas zonas sul e norte da capital. Os pontos mais criticados foram a despolitização dos atos, os megashows e os sorteios. A CUT não realizou sorteios. Após a concentração, os manifestantes caminharam até a Praça do Patriarca, em frente à prefeitura. Lá, ataques à

política de “higienização do centro” promovida pelo prefeito Gilberto Kassab do Partido Democrata (DEM), também fizeram parte das críticas vindas do carro de som. A apresentação do ato ficou por conta de Édson Carneiro, o “Índio”, da Intersindical. Em uma de suas intervenções, Índio afirmou que o 1º de Maio “não pode ser financiado por bancos, como está acontecendo hoje”. Única presença parlamentar no ato, o deputado federal Ivan Valente (PSOL) ressaltou a importância do ato da Praça da Sé, como contraponto aos atos das centrais. “Aqui não tem distribuição de prêmios, nem showzinho de artista famoso. Todos os que estão aqui são de luta”, afirmou. Ivan mencionou a importância da redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, tema que foi eleito como principal pauta das centrais sindicais para 2008. Sobre as mudanças necessárias para os trabalhadores, o parlamentar afirmou que o título de grau de investimento, concedido ontem ao Brasil, pela agência de classificação de risco Standard & Poor’s, em nada irá alterar a vida dos trabalhadores. “Só vai haver mudança quando suspendermos o pagamento da dívida pública”, defendeu Ivan, que propôs no parlamento uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a dívida pública. A CPI já foi protocolada, mas está atrás na “fila” da agenda da Câmara Federal. O deputado ainda criticou a reforma tributária do governo, que taxa “a renda do trabalhador e o consumo”, mas não incide sobre “a propriedade e as grandes fortunas”. O resgate da tradição internacionalista do 1º de maio também foi abordado por diversos oradores. A todo momento chegavam ao carro de som informes sobre mobilizações em outros países, como a dos portuários da costa leste dos EUA que realizaram uma paralisação hoje – nos EUA o Dia do Trabalhador não é feriado.

A CUT, Força Sindical e União Geral dos Trabalhadores (UGT) comemoram o Dia do Trabalho com festas, shows populares e atos políticos em São Paulo (região Sudeste). Os eventos estão orçados em R$ 6,5 milhões. As centrais levam aos palcos uma reivindicação comum: a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem diminuição de salários. Pela lei, a jornada permitida é de 44 horas. Os eventos têm patrocínio da Caixa Econômica Federal (CEF), da Petrobras e da Eletrobras. Além das estatais, a CUT obtém apoio de empresas como AmBev, Telefônica, Nestlé, Braskem, empreendimento Bairro Novo e Embraer. As festas da Força são patrocinadas por Telefônica, Brahma, Bovespa e CEF. Além da Jornada, a UGT discute a transposição do Rio São Francisco. A ministra do Turismo, Marta Suplicy (PT), que foi convidada pelo deputado Paulo Pereira da Silva, o Paulinho (PDT), para discursar na festa da Força que ocorre na capital paulista é vaiada. No meio da multidão de cerca de 1,2 milhão de pessoas, há cartazes improvisados que aludem à frase “relaxa e goza” da Ministra durante o caos aéreo. Os organizadores calculam em 1,7 milhão o total de pessoas presentes nos eventos. As centrais buscam recolher 1 milhão de assinaturas para que a redução da jornada para 40 horas se transforme em projeto de lei. A impossibilidade de demissão imotivada e o direito do processo de negociação dos servidores públicos, previstos nas convenções 158 e 151 da OIT, também estão na pauta de reivindicações. Para convencer os empresários, Paulinho propõe trocar a diminuição da jornada pela desoneração da folha de pagamento. Segundo Artur Henrique, um estudo do Dieese prevê que a redução da jornada possa gerar 2,2 milhões de novas vagas. O projeto também trará ferramentas legais que desestimulem os empresários a utilizarem horas extras dos trabalhadores.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulga mensagem de saudação aos trabalhadores do país. Na mensagem a CNBB defende a concepção do trabalho como "mecanismo de partilha" e faz críticas ao consumismo e à má distribuição de renda. "O modelo econômico e financeiro hegemônico, concentrador de riqueza, adotado sem restrições, e voltado exclusivamente para o consumo, pode nos iludir e fazer esquecer os ideais de partilha, de pôr em comum os bens, de implantar a paz, superando as raízes da violência e da injustiça", destaca o texto. A CNBB se disse ainda solidária à campanha pela redução da jornada de trabalho para 40 horas, conforme proposto por organizações sindicais.

O Ministério Público do Trabalho anuncia a liberação de oito trabalhadores que eram mantidos em regime análogo à escravidão em uma fazenda de Marcelândia – Mato Grosso (região Centro-oeste). A fazenda foi campeã de desmatamento no 2° semestre de 2007. Segundo a procuradoria, os trabalhadores nunca receberam salário pelos serviços que prestavam ao proprietário da fazenda Nossa Senhora Aparecida. A operação é realizada pelo Ministério Público, por auditores fiscais e policiais rodoviários. O flagrante ocorre após a denúncia de um dos trabalhadores que, em fevereiro de 2008, conseguiu sair da propriedade. Após o resgate, segundo o ministério Público, os trabalhadores recebem os pagamentos e os direitos trabalhistas.

Índios da etnia Apurinã bloqueiam a BR-317, que liga o município de Boca do Acre, no Amazonas (região Norte) à capital Rio Branco, no Acre (região Norte). O objetivo da ação é protestar contra a situação precária da rodovia no lado amazonense, e exigir que toda a reserva indígena seja atendida pelo programa Luz para Todos, do governo federal. De acordo com a Polícia Militar (PM), cerca de 200 indígenas participam do movimento, e só vão liberar a rodovia quando um representante do governo federal for ao local. Segundo o chefe da aldeia Manhê, Geraldo Apurinã, a rodovia é fundamental para eles. A PM de Boca do Acre informa que, além de barrar a passagem de veículos e pedestres, os índios estão retendo quem tenta furar o bloqueio. O major da PM, Fabiano Bó, afirma que o grupo conta com apoio de fazendeiros da região e têm mantimentos para permanecerem no local por um bom tempo.

A Organização Não Governamental (ONG) Recife pela Paz, em parceria com a Rio de Paz, do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), protesta na praia de Boa Viagem, em Recife – Pernambuco (região Nordeste). O objetivo do ato é protestar contra os mais de 1,5 mil homicídios ocorridos em Pernambuco em 2008. Um ponto turístico, fica similar a um campo de batalha, com 500 sacos plásticos pretos dispostos de forma que lembrem corpos cobertos. Outra ação é um painel eletrônico digital "contador de homicídios", inaugurado no dia 30 de abril na capital que é a mais violenta do país, segundo o "Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros de 2008", com média de 90,9 homicídios para cada 100 mil habitantes. Na manifestação, começa a coleta de assinaturas de um manifesto a ser enviado ao presidente Lula, com propostas para reduzir a violência, entre elas, exigir maior fiscalização nas fronteiras e programas de apoio aos policiais.

Integrantes das ocupações Quilombo das Guerreiras, Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares e Flor do Asfalto do centro do Rio de Janeiro (região Sudeste), além de apoiadores da luta pela moradia, realizam um ato em denúncia à irresponsabilidade dos governos municipal, estadual e federal em relação à epidemia de dengue no estado e na cidade do Rio de Janeiro. O ato ocorre na entrada da emergência do Hospital Souza Aguiar. A manifestação é marcada pela ampla distribuição do informativo "Papo Reto" (organizado pela Frente de Luta Popular), pela exposição de faixas e pela apresentação de um esquete teatral. Após impedirem entrevistas com os pacientes que se encontravam na fila de espera, os seguranças privados do hospital retiraram à força um grupo de cinco manifestantes que realizava uma apresentação teatral.

Cerca de 200 pessoas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Urbanos (MOTU) ocupam o inacabado Hotel Brisa Mar, localizado numa das áreas mais nobres da orla de Aracaju - Sergipe (região Nordeste). O MOTU agrupa pessoas que trabalham na informalidade ou subempregos como catadores, ambulantes e diversos moradores de rua. O Hotel Brisa Mar pertence a um ex-prefeito de Aracaju e sua construção recebeu financiamento da extinta Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), porém as obras estão paradas há mais de 20 anos. As maiores demandas da ocupação nesse momento são: tratamento de saúde através de agentes que possam prestar este serviço aos ocupantes, dentre eles mulheres grávidas e crianças com necessidades especiais, agentes de endemias que possam levantar os possíveis focos de dengue e erradicá-los e alimentos.

6ª feira 2

O governo de Roraima (região Norte) entra com uma ação no Superior Tribunal Federal (STF) contra a comunidade indígena Waimiri-Atroari, localizada na divisa com o Amazonas (região Norte). O governo pede ao tribunal uma liminar liberando a passagem nos rios, para evitar um conflito armado entre os índios e povos ribeirinhos. De acordo com a ação, os índios estão impedindo o livre trânsito de pessoas nos rios Juaperi e Macucuaú, afetando os moradores das proximidades, sob o argumento de pretender preservar sua população indígena e seus bens dos não-índios que trafegam pela via fluvial. O governo argumenta que o rio é a única via pública disponível para transporte dos ribeirinhos ao sul do estado e afirma que eles dependem do rio para a extração de castanha, principal fonte de renda dos moradores. Não há data prevista para o julgamento.

Índios da etnia Apurinã do Amazonas (região Norte) estão mantendo como reféns cerca de 100 motoristas. Os indígenas bloqueiam desde o dia 30 de abril a rodovia BR-317, perto de Boca do Acre, impedindo a passagem de veículos e pedestres pela rodovia. Eles protestam contra a situação precária da estrada e exigem que toda a reserva indígena seja atendida pelo programa do governo federal "Luz para Todos". A PM informa que os índios estão usando armas de fogo. Eles furaram pneus dos veículos, impedindo que motoristas saiam da área da reserva. O comandante da PM em Boca do Acre, major Fernando Bó, classifica a atitude dos índios como cárcere privado, crime previsto no Código Penal. Segundo Bó, por

terem o apoio de pecuaristas da região, os índios estão bem alimentados e fornecem comida aos motoristas e pedestres. A Fundação Nacional do Índio (Funai) do Acre é acionada. Segundo a prefeitura de Boca do Acre, o protesto prejudica a entrada de alimentos e combustível. À noite os índios liberam a estrada, após a visita da coordenação da Funai, que recebe uma carta com as reivindicações. A assessoria do Ministério dos Transportes afirma que já foi iniciado o estudo de impacto ambiental da rodovia, necessário para levar asfalto à estrada. Os indígenas prometem fazer um novo protesto, ainda maior, caso não sejam atendidos em um mês.

A superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste), acusa integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de destruir e roubar equipamentos da sede da autarquia, após três dias da ocupação iniciada no dia 28 de abril, por cerca de 300 pessoas ligadas ao movimento. Os sem-terra reivindicavam mais agilidade nos assentamentos do Estado. Por se tratar de uma autarquia federal, ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, a PF fez a vistoria do prédio para avaliar os danos e registrar o desaparecimento de processos e equipamentos. O superintendente do Incra no estado, Marco Helênio, afirma que a destruição de processos e o roubo de computadores com informações técnicas vai atrasar o andamento dos processos, principalmente os relativos a assentamentos e desapropriação de terras. A superintendência do Incra afirma que vai processar a coordenação do MST em Minas Gerais. A coordenação do MST nega as acusações.

Sábado 3

Organizadores da Marcha da Maconha cancelam o ato em São Paulo – SP (região Sudeste). Segundo Marco Magre, membro do coletivo de organização do movimento, a decisão foi tomada depois que o Tribunal de Justiça (TJ) de São Paulo (região Sudeste) acatou um recurso do Ministério Público (MP) e determina a proibição da realização da marcha marcada para a tarde do dia 4 de maio no Parque do Ibirapuera. Na ação, a promotoria afirma que a manifestação faz apologia ao consumo de drogas. “A proibição, em cima da hora, impediu que entrássemos com qualquer recurso”, explicou Magre. Para ele, o desembargador Ricardo Cardozo de Mello Tucunduva, que decidiu acatar o pedido do MP agiu de “má-fé” e não levou em consideração as possíveis conseqüências de sua atitude. “A marcha já foi divulgada em vários meios de comunicação. As pessoas podem comparecer e resolver manter o protesto, mesmo sem o apoio da organização”, complementou. Em sua sentença, Tucunduva afirmou que a manifestação “redundaria em ato ilícito”, já que o “simples uso da maconha é ato ilegal”. Por isso, segundo ele, a marcha não poderia ser realizada. O desembargador pediu ainda que sua decisão fosse comunicada à Secretaria de Segurança de São Paulo para que as medidas cabíveis fossem tomadas. Também atendendo a pedido do MP do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), o Tribunal de Justiça determinou a proibição da Marcha da Maconha, que ocorreria no Arpoador. Das 10 capitais marcadas inicialmente para receber o evento, apenas Recife – Pernambuco (região Nordeste) tem a passeata confirmada. No pedido de liminar, aceito pela Justiça, o MP alegou que a “situação inicialmente apresentada como manifestação política pacífica, em verdade

camufla ação orquestrada pela difusão do consumo da droga", o que "configuraria o crime de apologia ao tráfico de entorpecentes". No site oficial da passeata, os organizadores alertaram que não seria tolerado o uso de drogas durante o evento. Havia ainda a orientação para que menores de idade não participassem da passeata. Apesar da proibição, está confirmada para o dia 4 de maio, em Copacabana, a "Caminhada Rio em Defesa da Família", também chamada de "Marcha Contra a Maconha". O evento é promovido pela Comissão de Prevenção às Drogas da Câmara.

Domingo 4

Cerca de 200 pessoas participam da marcha contra as drogas "O Rio Em Defesa da Família", na orla de Copacabana, na zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A manifestação foi uma resposta à Marcha da Maconha, pela legalização da droga, que estava prevista para a tarde, mas que acabou proibida pela Justiça. O ato foi promovido pela Comissão Municipal de Prevenção às Drogas, da Câmara de Vereadores. Segundo a presidente da Comissão de Prevenção às Drogas da Câmara Municipal do Rio, vereadora Silvia Pontes, uma das organizadoras da marcha em defesa da família, a manifestação serviu para chamar a atenção da população de que a legalização do uso da maconha não é uma solução. Ela também enfatizou a importância da prevenção, principalmente através da prática esportiva. Pontes disse que, apesar de ter organizado uma contra-marcha, ela não é contrária à Marcha da Maconha. O manifesto reuniu desde atletas até escoteiros. Idosos e crianças. Representantes da fiscalização do Tribunal Regional Eleitoral (TER) acompanham o evento para evitar exploração política eleitoral. Uma bandeira com a letra grega sigma, símbolo da Aliança Integralista Brasileira, de inspiração fascista, desfila na Marcha. Para o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), Wadih Damous, se fosse usado o mesmo critério que levou ao impedimento do outro movimento, a Marcha da Maconha, o fato também se configuraria apologia a sentimentos como racismo e anti-semitismo, que são proibidos. A Marcha da Maconha, evento mundial que reivindica a legalização da planta "Cannabis" foi proibida nas cidades de Brasília – Distrito Federal; Cuiabá – Mato Grosso (região Centro-oeste); São Paulo - SP, Rio de Janeiro – RJ, Belo Horizonte – MG (região Sudeste); Curitiba – Paraná (região Sul); Fortaleza - Ceará, Salvador - Bahia, e João Pessoa – Paraíba (região Nordeste). Para realização da marcha, os organizadores se baseiam no inciso XVI do Artigo 5º da Constituição Federal que diz: "Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente". As justiças locais que vedaram a livre manifestação utilizaram-se dos argumentos de que a marcha vai contra a família, de que é apologia ao consumo e tráfico de entorpecentes e de que o site oficial da marcha tem domínio no estrangeiro e não responde às leis brasileiras. A reivindicação dos manifestantes é de que ela seja liberada para fins medicinais, espirituais, industriais e recreativos. A Marcha da Maconha acontece normalmente nas cidades de Porto Alegre – Rio Grande do Sul, Florianópolis – Santa

Catarina (região Sul); Recife – Pernambuco (região Nordeste) e Vitória – Espírito Santo (região Sudeste).

O advogado Gustavo Castro Alves, 26 anos, foi preso pela PM na Praia do Arpoador, na zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) por andar com um cachorro que carregava uma placa no pescoço com uma inscrição a favor da descriminalização da maconha. Na placa estava a frase: "A estupidez é a essência do preconceito, legalize a cannabis". No local, estava prevista a Marcha da Maconha que não foi realizada por ter sido proibida pela Justiça, a pedido do Ministério Público Estadual (MPE). Castro Alves foi encaminhado pela PM à 14ª Delegacia de Polícia para ser autuado em flagrante por apologia às drogas, o advogado nega que tenha feito apologia, mas "a defesa da crítica à lei". Segundo os organizadores da marcha, cerca de 300 pessoas aglomeram-se no Arpoador. A PM estima haver 50 pessoas. Segundo o jornal O Globo, participam 150 pessoas. Cerca de 50 PMs, muitos à paisana, concentram-se no local para coibir a manifestação. O organizador da Marcha, Renato Cinco, foi até o local para pedir aos simpatizantes da descriminalização da droga que não fizessem qualquer manifestação. Ele também aproveitou para convocar os cariocas para participar de um ato em favor da liberdade de expressão no dia 10 de maio. Renato Cinco informou também que os organizadores do movimento no Rio devem entrar com novo recurso – um deles já foi rejeitado – na Justiça para tentar liberar a manifestação.

Cerca de mil pessoas, de acordo com os organizadores, participam da Marcha da Maconha em Recife – Pernambuco (região Nordeste). A cidade é a única, das 10 capitais programadas para receber o evento, onde a Justiça não se manifestou contrariamente. A PM estima entre 1,5 mil e 3 mil o número de participantes. Em outras três cidades – Porto Alegre – Rio Grande do Sul, Florianópolis – Santa Catarina (região Sul) e Vitória – Espírito Santo (região Sudeste) – os organizadores conseguiram derrubar liminares que proibiam o evento, mas não há passeatas, apenas manifestações com público reduzido. Todo o trajeto é acompanhado à distância por policiais. Os manifestantes também são acompanhados por evangélicos que entregam panfletos. Em Vitória, em frente à entrada principal da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), a manifestação começa com 2 horas de atraso e reúne cerca de 30 pessoas, de acordo com estimativa da PM. Em Porto Alegre apesar de não estar vetada pela Justiça, a Marcha da Maconha é substituída por intervenções artísticas e distribuição de panfletos. Um grupo de 20 pessoas se reúne atrás do Instituto de Educação e faz um enterro simbólico das proibições de outras marchas semelhantes no país. Em Salvador – Bahia (região Nordeste), oito jovens com idade entre 17 e 27 anos são detidos por policiais da Delegacia de Tóxicos e Entorpecentes sob acusação de apologia às drogas. Eles são liberados, mas terão de responder judicialmente.

Cerca de 100 pessoas favoráveis à descriminalização da maconha se reúnem no Parque Ibirapuera em São Paulo – SP (região Sudeste). Os manifestantes carregam faixas que levam dizeres: "Legalização Já" e "Liberdade de Expressão". Há também cartazes e faixas com trechos da Constituição que tratam do direito à liberdade de expressão. Houve discussão entre manifestantes e policiais, que recolhem bandeiras e cartazes pró-maconha. Policiais civis e militares monitoraram a manifestação, para garantir o cumprimento da

decisão do desembargador Ricardo Cardozo de Mello Tucunduva, da Justiça de São Paulo, que determinou a proibição da realização da Marcha da Maconha no dia 3 de maio.

Cerca de 50 pessoas se reúnem em frente à Catedral de Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para pedir a descriminalização da maconha. Apesar da proibição judicial da realização da Marcha da Maconha o grupo manteve o ato. Para cumprir a liminar da Justiça, a PM do Distrito Federal mobilizou 100 homens, incluindo uma equipe da Rondas Ostensivas Tático Móvel (Rotam). Os manifestantes chegaram a abrir faixas pedindo a descriminalização da droga. Impedidos de caminhar pela Esplanada dos Ministérios, eles formaram uma roda, leram incisos do Artigo 5º da Constituição Federal, que trata da liberdade de manifestação, e cantaram o Hino Nacional. Depois, os manifestantes se deitaram no gramado ao lado da Catedral, formando uma folha de *Cannabis sativa*. O major da PM, Roger Chaves, afirmou que, sem a caracterização de uma marcha, não havia nada que a polícia pudesse fazer. “Estamos só fazendo o nosso patrulhamento normal”, disse. “Só vi pessoas expondo suas idéias”, explicou.

Um levantamento feito pelo Instituto Socioambiental (ISA), com base em dados de desmatamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), mostra que as áreas de reservas indígenas são eficientes em conter o avanço da grilagem e do desmatamento. Na maioria delas, o desmate acumulado até 2006 é igual ou menor que 1% de sua área. Em abril de 2008, o general Augusto Heleno, comandante militar da Amazônia, causou polêmica ao dizer, ecoando o pensamento militar, que a demarcação contínua de terras indígenas na região de fronteira era uma ameaça à soberania nacional e precisava ser revista. Do ponto de vista da integridade ambiental do território, no entanto, os novos dados mostram que não há ameaça. São levados em conta 24 terras indígenas que fazem fronteira com outros países e que têm 50% ou mais de sua área mapeada pelo sistema do Impe que faz o monitoramento via satélite da área desmatada da Amazônia (Prodes).

2ª feira 05

Auditores fiscais do Porto de Santos e no Aeroporto de Guarulhos do estado de São Paulo (região Sudeste) decidem suspender a greve até o dia primeiro de junho. A greve teve início no dia 18 de março. Segundo o delegado sindical do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco) em Santos, Wellington Clemente Feijó, a suspensão tem como objetivo demonstrar a boa vontade dos trabalhadores para negociar. A categoria reivindica equiparação com a PF, que tem teto superior a R$ 19 mil. Os auditores têm salário inicial de R$ 10.155, que pode chegar a R$ 13.382 no final da carreira.

Dez índios são feridos a tiros quando construíam casas na terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima (região Norte). Um deles, atingido por tiros na cabeça, está em estado grave. Os disparos teriam sido feitos por seguranças ligados a Paulo César Quartiero, (DEM) um dos arrozeiros que ocupa a área. As informações são do Conselho Indígena de Roraima (CIR) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Os agressores teriam chegado em motos e caminhonetes. Eles dispararam tentando impedir que o grupo

construísse suas malocas. A terra indígena, homologada em 2005, é formada por uma área contínua de 1,7 milhão de hectares, na fronteira do Brasil com a Venezuela. Em março, homens da PF desembarcaram no local para fazer a retirada de não-índios; pequenos proprietários rurais, alguns comerciantes e um grupo de produtores de arroz. Houve resistência, confrontos e o caso foi parar no STF, que mandou suspender a operação de desocupação. Os índios trabalhavam na construção de barracos quando foram surpreendidos pelos supostos autores do ataque. A PF levou as vítimas para serem atendidas em Boa Vista, capital do estado.

Índios bloqueiam a rodovia RR-319, estrada que dá acesso à reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima (região Norte). A estrada conhecida como Transarrozeira está bloqueada por estacas de madeira e arame. Segundo site da Agência Brasil o bloqueio foi feito por indígenas orientados pelo CIR. A barreira foi montada para impedir que produtores de arroz levem às suas fazendas material usado nas lavouras como: fertilizantes e sementes. Eles avisam que a passagem só será permitida ao arrozeiro que quiser apenas retirar pertences. “Só aceitamos a saída. Entrada com veneno não aceitamos mais, pois está poluindo nossa água dos igarapés”, disse o agricultor indígena Valquir Paixão. Os índios da Comunidade Jawari estão fazendo a fiscalização da entrada promovendo a identificação dos estranhos. Em carta divulgada, as lideranças indígenas afirmam que é racismo a acusação de que as áreas indígenas ferem a soberania nacional.

O superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Osvaldo Luiz Pittaluga e Silva, o delegado Raimundo Mendes, quatro PMs e três motoristas são liberados depois de 10 horas mantidos como reféns no Assentamento Florestal Jequitibá, em Candeias do Jamari, em Rondônia (região Norte). Segundo o governo, o conflito estaria ligado à apreensão de equipamentos usados em derrubadas irregulares. O assentamento Jequitibá, de 137 mil hectares, foi oficialmente criado em julho de 2007. Tem capacidade para assentar cerca de 600 famílias, mas segundo o Ibama, pouco mais de 100 famílias ocupam lotes atualmente. Em março de 2008, o Incra de Rondônia divulgou nota citando os critérios para a escolha das famílias que ocuparão os lotes. O texto diz que é função do instituto definir quem serão os beneficiários, e não os "movimentos sociais". Segundo a superintendente-substituta do Ibama, Nanci Rodrigues da Silva, Pittaluga havia ido ao local para lançar a primeira vila produtiva do assentamento -o primeiro de Rondônia a ser criado exclusivamente para a exploração de madeira e outros produtos florestais. Uma reunião foi marcada para o dia 8 de maio, no assentamento, para discutir as reivindicações dos colonos. Segundo a superintendente-substituta, grandes fazendeiros estariam atuando nos bastidores para colocá-los contra a regularização do assentamento.

Uma índia de 7 anos, da etnia Guajajara, é morta com um tiro na cabeça disparado contra a aldeia Anajá, localizada na terra indígena Araribóia, no estado do Maranhão (região Nordeste), onde ela vivia com a família. O irmão dela, de 12 anos, também foi ferido por um tiro, mas não corre risco de morte. Segundo relatos de índios à PM, um homem na garupa de uma moto dispara contra a aldeia. Segundo a PM, os Guajajara apontam um suspeito, ainda não localizado. A Funai em Imperatriz, no estado, afirma que um

procurador do órgão está buscando mais dados. A superintendência da PF no Maranhão informa que não tem conhecimento da morte da criança. Segundo o CIMI do Maranhão, a terra indígena Araribóia está em conflito permanente com agricultores de um assentamento rural vizinho e que os assassinos que mataram a menina, acreditam os Guajajara, são os mesmos que mataram, no início de 2007, o índio Timóteo Guajajara, que combatia a venda de madeira na região. Segundo os índios, os agricultores entram na área para retirar madeira. Eles acrescentam que a Araribóia sofre com um histórico de violência e, por estar perto da área urbana de Arame, tem seus limites pressionados pela expansão da cidade.

Cerca de 700 agricultores ligados ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) trancam a entrada das agências da CEF nos municípios de Porto Alegre e Passo Fundo – Rio Grande Sul (região Sul). Os camponeses reivindicam a criação de uma política nacional para moradia rural. Eles também querem que o governo federal construa imediatamente 200 mil casas em 2008, já que a meta de 100 mil não foi cumprida em 2007. Para o estado, os agricultores querem a construção imediata de três mil. Em Porto Alegre, cerca de 400 agricultores passam a manhã na agência, os manifestantes seguem para um ato público em frente ao Palácio Piratini, onde protocolam a pauta de reivindicações ao governo estadual. Os agricultores também exigiram que o governo estadual participasse de futuros investimentos em moradias rurais com contrapartidas. Em Passo Fundo, 300 camponeses obstruem a entrada da agência. Outros protestos semelhantes ocorreram nos estados de Santa Catarina, Paraná (região Sul), Espírito Santo (região Sudeste), Goiás (região Centro-oeste), Rondônia, Pará (região Norte), Bahia e Pernambuco (região Nordeste). Em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), uma equipe de negociação do MPA esteve reunida no final da manhã com a direção da CEF. Na parte da tarde, estiveram em audiência com o ministro das Cidades, Márcio Fortes. Ficou acordado que no dia 17 de maio será apresentada ao presidente Lula a proposta de uma nova política de habitação para o meio rural. Na reunião em Brasília, o governo federal liberou verba imediata para construir 2,3 mil casas. O déficit habitacional no campo brasileiro está estimado em sete milhões de moradias. A atividade faz parte da Jornada Nacional de Luta do MPA, que está sendo realizada em mais de 10 estados do país.

Cerca de 300 integrantes do MST, 200, segundo a Agência Brasil, acampam em frente à Superintendência do Incra, em Curitiba – Paraná (região Sul). Os assentados reivindicam solução de antigas promessas de estruturação do assentamento Celso Furtado, em Quedas do Iguaçu. Os sem-terra exigem do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) a licença ambiental do assentamento, para execução imediata do plano de manejo acordado entre o Incra e o Ministério Público Federal. Com a falta do plano de manejo, muitas famílias com lotes em área de plantio de pínus estão sem a possibilidade de produzir alimentos para o autoconsumo. Os agricultores reivindicam ainda do Incra urgência na aquisição de áreas para assentar as famílias excedentes do Assentamento Celso Furtado e o assentamento imediato dos sem-terra acampados nas fazendas: Rio Grande, no município de Quedas do Iguaçu e Solidor, em Espigão Alto do Iguaçu. Desde a semana passada, mil assentados, segundo a Agência Chasque de Notícias, 300, segundo site do MST estão acampados em frente à prefeitura de Quedas do Iguaçu, exigindo autorização do IAP para iniciar a recuperação e abertura de estradas no assentamento. A má qualidade das estradas tem

dificultado o transporte das crianças para a escola. Outra questão destacada pelo MST é a instalação da rede de energia elétrica, no assentamento. O serviço já foi autorizado pela Companhia Paranaense de Energia (Copel), mas o IAP ainda não autorizou a passagem da rede nas áreas de mata.

Professores de escolas municipais iniciam uma greve em São Gonçalo – Rio de Janeiro (região Sudeste). Os professores permanecem nas escolas, mas não ministram aulas, apenas participam de reuniões. A reivindicação é por aumento imediato de 26%. Atualmente, o piso do professor é de R$ 560 e o dos funcionários administrativos R$ 278. A rede municipal de São Gonçalo tem 80 escolas onde trabalham 3.500 profissionais de educação. A greve ainda não teve 100% de adesão, mas se atingir todos os colégios, 50 mil alunos podem ficar sem aulas. A Secretaria de Educação de São Gonçalo está reunida avaliando se concede ou não o aumento aos professores. Segundo a prefeitura, apenas 10% das escolas ficaram sem aulas e o ponto dos grevistas será cortado.

Cerca de 1.400 militantes do MPA ocupam sete agências da CEF no Espírito Santo (região Sudeste). As ações ocorreram nos municípios de São Gabriel da Palha, Barra de São Francisco, Nova Venécia, Domingos Martins, São Mateus, São José do Calçado e Linhares. A atividade faz parte da Jornada Nacional de Luta do MPA, que está sendo realizada em mais de 10 estados do país. As atividades da jornada têm por objetivo reivindicar a criação de uma Política Nacional de Habitação Camponesa que possibilite moradia adequada a todas as famílias camponesas, de todas as faixas de renda, em todo o território nacional, de maneira desburocratizada, como política social estratégica para conter o êxodo rural, manter a juventude no campo e repovoar as comunidades camponesas, aplicando, em escala crescente, tecnologias de bioconstrução. O movimento reivindica que seja implantado um programa de habitação, com financiamento para 200 mil novas moradias e 100 mil reformas/ampliações por ano com prazo de pagamento de 20 anos e 1 ano de carência em prestações anuais; valores compatíveis com o custo da moradia: mínimo de R$ 15 mil para moradia nova (2008); juros: 1% ano; subsídio: rebate de 50 a 80% sobre o valor das prestações anuais; crédito para construção, reformas, melhorias e ampliações e acesso mais fácil e menos burocrático através de entidades organizadas. Segundo a Agência de Notícias Brasil de Fato, no ano de 2007, o governo Lula assumiu o compromisso em construir 100 mil casas no campo brasileiro, porém os recursos não foram suficientes. Até o momento, os recursos disponibilizados para 2008 atenderão menos de 20 mil casas.

3ª feira 6

Cerca de 80 funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) realizam manifestação em defesa da regularização do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) no Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os trabalhadores distribuíram uma carta aberta sobre as reivindicações da categoria. O secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos do Distrito Federal (DF) e membro da Comissão Nacional do PCCS, Denílson Santos Rocha,

destacou que o maior problema que os funcionários dos Correios enfrentam é a falta de negociação por parte da empresa.

Cerca de 5 mil integrantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), de algumas cidades do Semi-árido Pernambucano, ocupam as agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de Recife – Pernambuco (região Nordeste). Os trabalhadores são contrários à Medida Provisória (MP) n.º 410, que aumenta de 55 para 60 anos a aposentadoria das mulheres no campo e de 60 para 65 anos a dos trabalhadores rurais. A norma tramita no Congresso e permite também que o agricultor possa trabalhar por até dois meses sem registro de carteira profissional. O presidente da Fetraf de Pernambuco, João Santos, afirma que os trabalhadores do campo, ao chegar aos 65 anos, já estão sem condições de exercerem as atividades rurais. Segundo ele, se a MP for sancionada, é provável que os agricultores morram antes de receber o benefício. Outro motivo que preocupa os agricultores, é o fato de a norma permitir que a classe patronal contrate, durante 60 dias, a mão-de-obra do trabalhador sem carteira assinada. De acordo com o presidente da Fetraf, se isso acontecer será o fim dos direitos empregatícios no campo, tendo em vista que "Nenhum fazendeiro vai querer mais assinar a carteira do trabalhador. Vai contratar por dois meses, porque deixa de pagar os direitos." João Inácio informa ainda que no dia 9 de maio se reunirá com representantes dos ministérios do Desenvolvimento Agrário, das Cidades e com a Previdência Social. Caso não se encontre uma solução que assegure os direitos dos trabalhadores rurais haverá mobilização da Fetraf em outros estados.

Integrantes do MST e da Via Campesina entregam, junto a outras entidades da sociedade civil (entre elas, o Greenpeace e o Fórum Brasileiros de ONG`s - FBOMS e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento), carta aberta em defesa da Amazônia em audiências que acontecem no Congresso Nacional em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), com o Presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia e, em seguida, com o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho. Os representantes das entidades se mostraram preocupados com a edição de medidas provisórias e projetos de lei que ameaçam as florestas e a biodiversidade brasileiras. Os movimentos reivindicam na carta, a rejeição do Projeto de Lei 6.424/05, de autoria do senador Flexa Ribeiro do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), conhecido como 'Floresta Zero' - que pretende reduzir a área de reserva legal florestal da Amazônia para viabilizar o plantio de palmáceas e eucaliptos, entre outras espécies - e da Medida Provisória 422/08, conhecida como "(Plano de Aceleração da Grilagem - PAG)", que possibilita a legalização da grilagem na Amazônia. A Medida dispensa licitação para aquisição das terras públicas os detentores de imóveis com até 1.500 hectares (enquanto a Constituição previa apenas 50 hectares e a lei de licitações estabelecia, até então, em no máximo 500 hectares). As entidades também pedem a rejeição da PEC 49/2006, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que busca reduzir a faixa de fronteira nacional de 150 para 50 km (permitindo assim a aquisição de terras brasileiras por empresas estrangeiras na faixa de fronteira), e dos Decretos Legislativos 44/2007 e 326/2007, que pretendem sustar os efeitos do Decreto 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para titulação das terras quilombolas.

Cerca de 200 famílias assentadas ocupam a sede da Companhia Energética de Alagoas (CEAL), no município de Delmiro Gouveia – Alagoas (região Nordeste). A ocupação se deu em virtude de acordos não cumpridos pela CEAL, que visavam o início e conclusão das obras de instalação de energia elétrica nos assentamentos Maria Cristina e José Elenilson, no município de Delmiro Gouveia, Patativa do Assaré e Gastone Beltrão, no município de Olho D´Água do Casado. Após um ano de negociações e promessas não cumpridas as famílias resolveram voltar a CEAL. Com a ocupação a companhia se comprometeu em concluir as obras em 30 dias.

O MST de Minas Gerais (região Sudeste) lança nota desmentindo acusações de que na ocupação na sede do Incra em Belo Horizonte, entre os dias 28 e 30 de abril, houvesse acarretado dano ao patrimônio público. A acusação foi feita pelo superintendente e a diretoria regional do órgão. No documento o movimento justifica que a ocupação teve objetivo de buscar a retomada do processo da reforma agrária que está parado. Com a presença do representante nacional do Incra nas negociações o MST decidiu desocupar o local. O movimento alega que antes de deixar o prédio foram chamados o coordenador de serviços gerais do Incra o Sr. Neves e o Sr. Arnaldo (vice-coordenador da FASSINCRA) para realizarem uma vistoria com representantes do MST. Integrantes do movimento ressaltam, ainda, que durante o período de ocupação toda a imprensa teve acesso ao prédio. Ao final do documento o MST destaca que “durante o período de ocupação recebemos visitas de simpatizantes e personalidades, que puderam constatar que não houve nenhum dano ao patrimônio e também que nenhum dos participantes da ocupação estava alcoolizado”. No dia 2 de maio a superintendência do Incra, em Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste), acusou integrantes do MST de destruir e roubar equipamentos da sede da autarquia.

O mandante do assassinato da missionária Dorothy Stang, o fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, é absolvido das acusações do crime. Por 5 votos a 2, o Tribunal do Júri de Belém no estado do Pará (região Norte) considerou que ele não é culpado do crime de homicídio doloso duplamente qualificado. Segundo a apuração do jornal Folha de S. Paulo, o irmão da missionária Dorothy Stang, David Stang, de 70 anos, afirmou que está "chocado" com o resultado do julgamento. "Os argumentos do promotor foram excelentes, até mesmo melhores do que no último julgamento. Por isso tínhamos grande esperança e expectativa. Estou profundamente chocado", disse."Como podemos, em um ano, sair de um placar pela condenação para exatamente o contrário, ele ser libertado? Por favor, me diga", completou. José Batista Afonso, advogado e integrante da coordenação nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT), afirmou que o resultado comprova as denúncias de impunidade no Estado. "De mais de 800 assassinatos cometidos no campo no Pará nos últimos 35 anos, não há mais nenhum mandante cumprindo pena atrás das grades", afirmou o advogado. Bida, que estava preso desde março de 2005, foi libertado por volta das 20h. O Ministério Público vai recorrer da decisão. O presidente nacional da OAB, Cezar Britto, critica a decisão e diz que ela deve ser "corrigida". A entidade também se compromete em apoiar a família da missionária e deseja atuar em um possível novo julgamento do fazendeiro. "O aceno que o Judiciário dá é muito ruim. Um júri condena na pena máxima e o outro absolve completamente", disse Britto, referindo-se ao primeiro julgamento. O

pistoleiro Rayfran das Neves, o Fogoió, que havia confessado ter atirado em Dorothy, também foi julgado. Ele foi considerado culpado e sentenciado a 28 anos de prisão em regime fechado. Foi o segundo júri de Bida no caso. O primeiro havia ocorrido em maio de 2007 quando ele havia sido condenado a 30 anos de prisão. Neves foi submetido ao seu terceiro júri. No primeiro, em dezembro de 2005, foi condenado a 27 anos de prisão. Teve direito a novo julgamento, em outubro de 2007, no qual a condenação foi mantida - e que foi anulado por supostas irregularidades. No dia 12 de fevereiro de 2005, a irmã Dorothy Stang, de 73 anos, missionária americana, naturalizada brasileira, foi covardemente executada com seis tiros quando se dirigia a uma reunião com agricultores, no município de Anapu.

Agentes da PF prendem, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima (região Norte), o líder dos arrozeiros e prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero (DEM). A prisão ocorre após funcionários do arrozeiro balearem índios que construíam barracos na Fazenda Depósito, de sua propriedade. Quartiero lidera o movimento de resistência à retirada de não-indígenas da reserva. A assessoria de imprensa da PF informa que o ruralista teria sido preso em flagrante por porte ilegal de armas. Segundo jornal o Globo, Quartiero foi preso por homicídio, formação de quadrilha e posse de artefatos explosivos. Além de Quartiero, é preso o seu filho e 10 funcionários da fazenda. A prisão de Quartiero revolta uma parte da população, que entra em conflito com policiais e homens da Força Nacional de Segurança. Moradores jogam pedras nos policiais, que reagem com bombas de efeito moral, balas de borracha e spray de pimenta. Cerca de 100 indígenas ainda permanecem na fazenda. O conflito deixou três moradores feridos. Um líder indígena que apóia o arrozeiro também é preso, apontado pela PF como autor de agressões contra policiais. Policiais Federais e homens da Força Nacional de Segurança montam uma barreira na estrada de terra que dá acesso ao distrito. Antes de seguirem viagem, bolsas e carros passam por revistas. O governo federal protocola no STF o pedido de mandado de busca e apreensão para que PF e Força Nacional retirem dos não-índios da reserva armas, munições e explosivos. A Advocacia Geral da União (AGU) e a Funai consideram legítimo o ato dos índios. No dia 5 de maio, dia dos disparos, o fazendeiro chegou a declarar que seus funcionários teriam apenas reagido a flechadas de indígenas que tentavam invadir a sua propriedade, a fazenda Depósito. Até o fim de maio, o STF deve julgar ações pendentes que contestam o decreto de demarcação da reserva em área contínua. Quartiero, durante a operação de retirada dos fazendeiros, chegou a ser detido pela PF por desacato, mas foi libertado após algumas horas, mediante pagamento de fiança. Segundo informações da assessoria de imprensa da PF, ele deve ficar preso na carceragem da PF, à disposição do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região.

Entidades indígenas, ONG´s e a CNBB divulgam manifesto pela retirada dos arrozeiros da Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima (região Norte). O documento destaca que a ocupação tradicional dos índios sobre a área é “comprovada por copiosa documentação histórica” e lembra que os direitos desses povos são ameaçados desde o período de colonização. O texto também rebate a tese de que a demarcação de terras indígenas em área de fronteira seria uma ameaça à soberania nacional, ao citar a existência de bases militares junto às comunidades. Segundo as entidades, a presença dos índios protege as florestas

contra o avanço do desmatamento e a extensão de terras federais em Roraima não compromete o desenvolvimento do Estado.

Analistas e técnicos de finanças e controle da Controladoria-Geral da União (CGU) de todo o país fazem paralisação de 24 horas. Os servidores acreditam que com a greve o governo ofereça agilidade nas negociações. Os controladores reivindicam a mesma remuneração dos servidores da Receita Federal. A reivindicação se justifica, segundo o presidente da União Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle (Unacon), Fernando Antunes, porque as atividades desenvolvidas pelos órgãos são semelhantes e têm a mesma importância. O presidente da Unacon disse que a diferença salarial não afetará os cofres públicos. O governo, porém, já informou que a verba destinada aos aumentos para várias carreiras, de R$ 3,4 bilhões, já está comprometida, devido ao aumento salarial dos policiais civis e militares. Está prevista para o dia 7 de maio uma reunião de representantes da Unacon com técnicos do Ministério do Planejamento.

Cerca de 500 famílias que ocupam um terreno particular em Carapicuíba – São Paulo (região Sudeste) são retiradas. A ação ocorre por conta da reintegração de posse obtida pelo proprietário na Justiça. As famílias estavam no local desde 2005. Segundo o líder do Movimento de Moradia Ordem e Progresso, Carlos Eduardo Ventura, representante dos moradores, não houve aviso prévio sobre a reintegração e as quase 4.900 pessoas souberam que teriam que deixar a área apenas na madrugada, quando viram os policiais se posicionando. Ventura informou que na semana passada a PM realizou uma reunião para explicar aos moradores como seria o processo de reintegração. Segundo ele, os ocupantes do terreno pretendiam esperar uma resposta da Justiça sobre um título de empossamento que permitiria a permanência deles na área por 10 anos. De acordo com Ventura, a prefeitura não interferiu em nenhum momento nas negociações. O secretário de Comunicação do município de Carapicuíba, Jamil Pedro Bechara, disse que até a noite do dia 5 de maio a prefeitura tentou alterar a idéia da construtora de retirar os ocupantes do terreno, mas não obteve sucesso. Segundo ele, a administração municipal pouco pode fazer nesse sentindo, justamente porque a área é particular e não há áreas disponíveis para onde levar as famílias. Ele informou que a cidade tem projetos habitacionais em andamento, de acordo com sua capacidade, mas que não há possibilidade de incorporação dessas famílias aos projetos existentes. O advogado da Savoy Imóveis e Construtora, que administra a propriedade, José Carlos Baroni, informou que o terreno faz parte de um espólio e é somente administrado pela corretora, que tenta resolver o problema há três anos. Segundo Baroni, os ocupantes do terreno entraram na Justiça pedindo que não fosse feita a reintegração de posse, mas o pedido foi indeferido e o processo deve ser concluído até amanhã. Apesar da presença da polícia a reintegração de posse ocorre pacificamente.

Motoristas e cobradores do sistema de transporte público paralisam suas atividades em Fortaleza – Ceará (região Nordeste). Os motoristas, que não entravam em greve desde 2001, reivindicam um reajuste de 28%, referente às perdas salariais dos últimos anos. De acordo com o presidente da Empresa de Transportes Urbanos de Fortaleza (ETUFOR), Ademar Gondim: "Isso não pode nem ser considerado uma greve, porque eles não seguiram nenhum trâmite que a lei estabelece. Teria que ter avisado à população com antecedência e

deixar 30% da frota rodando." A ETUFOR não sabe informar quando o sistema de transporte público da capital cearense voltará à normalidade. O Ministério Público do Trabalho ameaça entrar na Justiça contra o movimento caso cobradores e motoristas não voltem totalmente ao trabalho até o dia 8 de maio.

Integrantes do MST, do Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag) se reúnem em uma vigília na sede do Incra no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O objetivo da vigília é cobrar a concessão de licenciamentos ambientais, a fim de acelerar o processo de reforma agrária no estado. Os manifestantes entregam ao superintendente da instituição uma pauta de reivindicações e uma carta relatando as condições em que se encontram os assentados. Segundo a Fetag, hoje há 3 mil acampados e 25 áreas em processo de desapropriação no Rio de Janeiro. Essas ações estariam tramitando no Incra desde as décadas de 80 e 90. Ainda de acordo com os movimentos sociais, outros 16 processos de assentamento estariam no papel. Para o advogado da Fetag, Teodomiro Almeida, a demora para resolver esses processos se deve à falta de empenho do governo e das instituições responsáveis pelos assentamentos. Depois do protesto no Incra, os sem-terra se dirigem à Secretaria Estadual do Meio Ambiente para reivindicar maior agilidade na concessão dos licenciamentos ambientais, haja vista que desde 2003 apenas três de 43 desses processos teriam sido concluídos.

Cerca de 200 famílias do MTST, provenientes da ocupação Silvério de Jesus, estão acampadas em frente à prefeitura municipal de Embu das Artes, São Paulo (região Sudeste). Os manifestantes reivindicam o cumprimento de acordos firmados anteriormente com a prefeitura como a assinatura de um documento que garante prazo de 45 dias para permanência na área, já assinado pelo presidente da Câmara Municipal, CEF e PM. Outra reivindicação é a alteração do zoneamento do terreno da zona industrial para Zona Especial de Interesse Social (ZEIS).Desde 28 de março, famílias organizadas pelo movimento montaram um acampamento em um terreno desocupado na cidade há mais de 30 anos. Os sem-teto querem uma audiência com o prefeito da cidade, Geraldo Leite da Cruz (PT), que se nega a receber o movimento. Segundo Guilherme Boulos, um dos dirigentes do movimento, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), órgão ligado à Secretaria de Habitação do estado, já se comprometeu a desapropriar a área e a construir moradias – em parceria com a CEF – para as cerca de 500 famílias que estão acampadas no local. No entanto, antes disso, a CDHU necessita que o zoneamento da área seja alterado. O prefeito questionado sobre as reivindicações e a marcha do MTST, divulgou nota dizendo que repudia as ações do movimento. Ele afirma que, apesar de não ser de responsabilidade do município, a política habitacional, e sim dos governos estadual e federal, a prefeitura mantém parceria com a CDHU e com alguns movimentos sociais, que segundo ele “participam ativa e democraticamente na política habitacional de Embu". Em nota oficial, Cruz diz que “o MTST não tem representatividade junto à prefeitura”. O prefeito enfatiza que a administração municipal está coletando lixo e fornecendo água para manter as condições mínimas de higiene na ocupação, por questões humanitárias, conforme reunião feita com os representantes do movimento. E alega que o movimento não cumpriu sua parte no acordo, de encaminhar sua proposta de moradia à CEF. Boulos, do MTST, garante que as famílias apresentaram propostas à CEF. Entre elas, a mais favorável é a de

permanência das famílias no terreno ocupado – o que necessitaria da alteração do zoneamento. O dirigente dos sem-teto afirma ainda que o prefeito só firma compromissos com os movimentos favoráveis a ele e ligados à prefeitura. As famílias pretendem continuar acampadas em frente à prefeitura por tempo indeterminado. Segundo dados da assessoria de imprensa da prefeitura de Embu das Artes, o déficit habitacional da cidade é de 15 mil moradias.

Termina a greve dos trabalhadores da construção civil em Fortaleza - Ceará (região Nordeste). Após 14 dias de piquetes móveis, percorrendo as ruas da cidade, paralisando os canteiros de obra, a categoria conquistou um reajuste de 9,7% no piso salarial e garantiu a continuidade da jornada de segunda a sexta-feira.

4ª feira 7

Cerca de 60 famílias sem-terra que vivem acampadas na fazenda Serraria, no município de Caruaru, agreste de Pernambuco (região Nordeste), têm seus barracos e lavouras destruídos por 50 PMs. A intervenção da polícia acontece para cumprir um mandato de reintegração de posse. Segundo denúncia do MST, feita no site do movimento, os policiais chegaram acompanhados de um oficial de justiça. Tratores foram utilizados para destruir todo o acampamento. A fazenda, de 371 hectares é reivindicada pelo MST para fins de reforma agrária há mais de 10 anos. Segundo o MST, ela é improdutiva. O integrante da coordenação do movimento, Everaldo da Silva, denuncia que o prefeito e vereadores passaram a fazenda da área rural para urbana há anos atrás, com o objetivo de impedir a desapropriação da área pelo Incra. Há meses a Prefeitura tenta negociar a exclusão da fazenda da área urbana, mas o processo ainda está em andamento. A área já foi ocupada diversas vezes pelo MST e as famílias já sofreram vários despejos. Em março de 2008, a área foi ocupada mais uma vez. Durante a ocupação as famílias sem-terra foram ameaçadas por PMs, que chegaram à área fortemente armados e sem nenhum mandato judicial de reintegração de posse.

Índios voltam a bloquear a rodovia RR-319, que dá acesso à reserva Raposa Serra do Sol no estado de Roraima (região Norte). No dia 6 de maio os indígenas haviam liberado o acesso por 24 horas. A estrada é conhecida como Transarrozeira. Os indígenas adotam a tática de acampar às margens de estradas e fechar o acesso às fazendas dos produtores de arroz, métodos semelhantes aos utilizados pelos sem-terra. Um grupo de cerca de 50 índios mantém o bloqueio. A mobilização é para garantir a demarcação da terra indígena, alvo de contestação no STF, que suspendeu a desocupação da área, mantendo os produtores de arroz nas terras. Segundo site da Agência Brasil, o bloqueio foi feito por indígenas orientados pelo CIR para impedir que produtores de arroz levem às suas fazendas o material usado nas lavouras como fertilizantes e sementes. Eles avisam que a passagem só será permitida ao arrozeiro que quiser apenas retirar pertences. “Só aceitamos a saída. Entrada com veneno não aceitamos mais, pois está poluindo nossa água dos igarapés”, disse o agricultor indígena Valquir Paixão. Os indígenas alegam que a PF não cumpriu o

acordado por isso voltaram a bloquear o acesso. “O acordo era para que a polícia passasse a controlar a entrada dos arrozeiros só para retirarem a colheita, mas eles [*agentes da PF*] não apareceram”, justificou o professor indígena Jaime Araújo. O delegado Romero afirmou que o desbloqueio da estrada à força só poderia ser feito com amparo em autorização judicial.

Os cerca de 100 indígenas das etnias Macuxi e Ingaricó deixam a área onde construíam suas casas, na Fazenda Depósito, do rizicultor e prefeito do município de Pacaraima, Paulo César Quartiero (DEM), dentro da reserva Raposa Serra do Sol., em Roraima (região Norte). As informações são de Jaci José de Sousa, coordenador de projetos do CIR na região da reserva. Após a visita do ministro Tarso Genro, no dia 6 de Maio, os índios decidiram deixar a área à espera de uma decisão do STF sobre o caso. O plenário do STF suspendeu, temporariamente, a operação de retirada de não-índios da reserva e precisa julgar em definitivo a validade da demarcação.

Manifestantes pró e contra a descriminalização do aborto acompanham a reunião da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Pela unanimidade de 33 deputados presentes, a descriminalização do aborto, proposta em projetos dos ex-deputados Eduardo Jorge do Partido Verde (PV) e Sandra Starling (PTB) foi rejeitada. O projeto tramitava na Câmara desde 1991. Ele suprimia o artigo 124 do Código Penal Brasileiro, que prevê pena de detenção de 1 a 3 anos para gestante que provocar aborto em si mesma ou consentir que outro o faça. A rejeição se deu com a aprovação do parecer do relator do projeto, deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM), contrário a mudanças na lei, para legalizar o aborto. Os manifestantes em alguns momentos, gritavam palavras de ordem como "o estado é laico" e "não à hemorragia, contra o aborto". Em vários momentos o presidente da comissão, deputado Jofran Frejat do Partido da República (PR), teve de pedir ordem aos manifestastes. Os parlamentares favoráveis à descriminalização do aborto se retiraram do plenário da comissão, em protesto contra a rejeição de requerimentos, para que a proposta fosse melhor discutida. Dentre os deputados que se retiraram da sessão, o deputado Paulo Rubem Santiago (PDT) disse aos membros da comissão que admitia perder "democraticamente", mas que não aceitava o "cerceamento da liberdade" das mulheres. O deputado José Genoíno (PT), também favorável à descriminalização, disse que a melhor pessoa para decidir sobre a interrupção da gravidez é a própria mulher. Com a aprovação do relatório, a matéria, que tramita no Congresso há 17 anos, segue para votação na comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, que vai examinar os pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das propostas dos ex-deputados. Os favoráveis à idéia de não apenar a mulher alertam para as mortes, especialmente nas camadas mais pobres, ligadas a abortos clandestinos. O deputado e médico José Pinotti (PMDB) afirma que “o culpado pelo aborto não é a mulher, mas o sistema de saúde que não a ampara”. Os contrários ao projeto usam como argumento a defesa a vida.

O Ministério Público Federal abre representação a pedido da Sociedade Pró-Preservação Urbanística e Ecológica de Camboinhas (Soprecam), em Niterói – Rio de Janeiro (região Sudeste), que quer a retirada das famílias indígenas instaladas na Praia de Camboinhas.

Com a movimentação da Funai no Rio, a aldeia habitada por índios Guarani, chamada Tekoa Itarypu, pode ser reconhecida como outras do estado. Além dele, existem a Bracuí, em Angra dos Reis, e Paraty-Mirim, Mamamguá, Rio Pequeno e Itaxim, em Paraty – todas regularizadas na década de 1990. Segundo Cristino Cabreira Machado, representante da Funai, o estado tem cerca de 600 índios. A ocupação indígena foi percebida pela Funai no último dia 19 de abril. Na época, cerca de 200 pessoas e representantes de 17 etnias indígenas brasileiras fizeram manifestação no local em defesa do sistema lagunar e do sítio arqueológico (o terreno compreenderia 5 sambaquis). Representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB, o advogado Arão da Providência Araújo Filho foi, após a manifestação, convocado para dar assistência aos índios e verificar possíveis violações de direitos humanos. Segundo ele, a manifestação teve como base impedir que a prefeitura levasse à frente autorizações já concedidas para condomínios residenciais no local.

Motoristas e cobradores paralisam, por mais de 3 horas, cerca de 430 linhas de ônibus em São Paulo – SP (região Sudeste). O sindicato da categoria pede às empresas reajuste salarial de 10,54% e ameaça entrar em greve a partir do dia 13 de maio caso não haja acordo em reunião marcada para o dia 8 de maio com o sindicato patronal. Das 11 às 14:30h, cerca de 70% dos coletivos dessas linhas, que transportam mais da metade dos passageiros da cidade, foram recolhidos. Há adesão ao movimento em 29 das 30 garagens da cidade. O secretário de Transportes, Alexandre de Moraes, pediu intervenção da PM em 2 deles – Varginha e Grajaú – onde "piqueteiros" impediam a passagem de microônibus e lotações que não participam da manifestação. A situação só volta ao normal à tarde. Embora a paralisação ocorra fora do horário de pico, Moraes diz que irá entrar com ação judicial pedindo punição ao sindicato pelos prejuízos causados. O sindicato que reúne motoristas e cobradores pede reajuste de 5,54%, correspondente ao acumulado na inflação anual, segundo o Ìndice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais 5% de reajuste real – atualmente, motoristas recebem R$ 1.279, e cobradores R$ 700. A data-base para o acordo venceu no dia 1º de maio, mas não houve acerto. Hoje, o sindicato das empresas, SPUrbanus, propõe um reajuste de 4,56%, com base em índice do Dieese. A proposta é considerada uma "provocação" pelos motoristas, que podem deflagrar greve. O secretário e as empresas dizem acreditar em motivações políticas para a manifestação, já que o Sindmotoristas tem eleições marcadas para os dias 15 e 16 de maio. O sindicato diz que a São Paulo Transporte (SPTrans) e prefeitura "querem se isentar de suas obrigações", e que os empresários estariam usando a iminência de greve para barganhar na negociação que travam desde março com a prefeitura, por reajuste do subsídio por quantidade de passageiros transportados. Questionado, o Secretário nega que vá conceder reajuste maior que os 4,24% previstos em contrato e que não há possibilidade de reajuste da tarifa de ônibus.

Motoristas e cobradores de ônibus em Fortaleza – Ceará (região Nordeste) bloqueiam avenidas e fecham terminais de ônibus pelas cidade. A paralisação é um protesto contra o acordo firmado pelo próprio sindicato da categoria, o Sintro, e o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros (Sindiônibus). Os dois sindicatos acertaram reajuste salarial de 5%. Manifestantes usam ônibus com pneus danificados e vidros quebrados para interromper as vias. Oito manifestantes, motoristas e cobradores são detidos por depredação

do patrimônio público. A PM, com a tropa de choque e a cavalaria, é acionada para desobstruir avenidas e abrir os terminais de ônibus. No fim da tarde, parte dos ônibus que fechavam as ruas é levada de volta aos pátios por motoristas reservas das empresas. Muitos veículos, porém, continuam em filas e sobre as calçadas em vários pontos da cidade. Segundo a prefeitura de Fortaleza, a paralisação afeta 70% da frota do transporte público da cidade. O próprio Sintro não reconhece o protesto. Motoristas e cobradores que participam dessa greve alegam que o sindicato não os representa, pois não convocou assembléia para discutir o reajuste salarial e apenas acatou o que as empresas propuseram. Com o aumento de 5%, o salário dos motoristas passou de R$ 971,93 para R$ 1.020. Eles também tiveram R$1 a mais por dia para o vale-refeição, que chegou a R$ 5. Os grevistas querem 28% de reajuste e vale-refeição de R$ 8. Como não há um comando identificável da greve, a prefeitura não pôde entrar na Justiça para exigir a ilegalidade do movimento. Manifestantes e representantes dos dois sindicatos, o patronal e o de trabalhadores, negociam a normalização do sistema em reunião durante a tarde. A categoria deflagrou a greve no dia 6 de maio.

5ª feira 8

Cerca de 300 famílias mobilizam-se na BR-101, no município de Junqueiro, agreste de Alagoas (região Nordeste). Os sem-terra reivindicam o cumprimento da lei 6.517, que destina os imóveis de usineiros endividados com o extinto Banco do Estado de Alagoas SA (Produban), que faliu por conta do não pagamento dos empréstimos, para Reforma Agrária. Segundo site do MST, a fazenda possui 30 mil hectares que estão sob posse do estado e que deveriam ser destinados para o assentamento de famílias, segundo a lei. No entanto, a maioria das áreas foi arrendada para as usinas. Em 14 de abril as famílias ocuparam uma delas, a Usina Seresta, de propriedade do governador de Alagoas, Teotônio Vilela (PSDB). As famílias reivindicam ainda a liberação de cestas básicas, lonas e a apuração e providências quanto às ameaças sofridas por elas na região. Vereadores e autoridades do município estão ameaçando levar policiais para expulsar violentamente as famílias da área.

Cerca de 750 policiais da Brigada Militar entram no acampamento do MST na Fazenda São Paulo II, no município de São Gabriel, estado do Rio Grande do Sul (região Sul). Os policiais cumprem um mandado de busca e apreensão pedido pela própria Brigada Militar e concedido pelo Juizado do município. De acordo com o subcomandante, Coronel Paulo Mendes, o mandado foi solicitado à polícia pela comunidade que se sentia insegura com a presença do MST. Emissoras de rádio de São Gabriel noticiavam durante o dia que os fazendeiros haviam pedido a revista dos sem-terra. A ação policial começou por volta das 9 horas da manhã, mas segundo site do movimento, a Brigada Militar estava cercando o local desde as 6 horas. Os militares estavam à procura de armas e de objetos que supostamente teriam sido furtados da sede da Fazenda Southall, ocupada pelo MST durante o Abril Vermelho. O assentamento conta com aproximadamente 800 adultos e 200 crianças. Na revista policial, foram apreendidos foices, facões, facas de cozinha e artefatos caseiros. A integrante do MST, Luciana da Rosa, conta que as famílias foram humilhadas pelos

policiais: “Foram cercando até renderem todas as famílias, onde fizeram processo de revista, de identificação, de humilhação de todos, separaram homens, mulheres e adolescentes, e fizeram a revista em todo o acampamento, cortaram todos os barracos, jogaram nossa comida fora, botaram terra dentro das nossas coisas, misturaram tudo”, diz. O Coronel Mendes afirmou que a advogada do MST, Cláudia Ávila, esteve presente desde o início da ação policial. No entanto, integrantes do movimento afirmam que a advogada não pôde falar com as famílias do acampamento e ficou afastada no momento em que as famílias eram revistadas. Luciana questiona a ação policial, uma vez que a área já foi negociada pelo Incra para assentamento. Ela afirma que não existe nada para ser apreendido no acampamento, a não ser as ferramentas dos agricultores. O movimento afirma que os policiais proibiram a entrada de pessoas a 4 km da área, mas a informação não foi confirmada pela PM. Em protesto à repressão policial na Fazenda São Paulo II, o MST bloqueou 13 rodovias nas localidades de Piratini, Nova Santa Rita, Santana do Livramento, São Luiz Gonzaga, Arroio Grande, Julio de Castilhos, Lagoa Vermelha, Charqueadas, Hulha Negra, Pontão, Gramado dos Loureiros, Encruzilhada do Sul e Viamão.

O MST e mais 30 entidades assinam nota de apoio à retirada dos arrozeiros da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. Entre as entidades estão a CNBB, CIMI, Conservation International, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Fala Preta - Organização de Mulheres Negras e Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG).Os fazendeiros contestam a homologação da demarcação da área pelo governo Lula, em 2005, e pretendem impedir a reserva contínua da área. A área foi identificada como território indígena pela Funai em 1993, com a mesma extensão atual e depois foi demarcada administrativa e fisicamente durante o governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) (1998). Diz a nota, "A quase totalidade de não-índios que chegaram a ocupá-la de boa fé foi indenizada ou reassentada e a resistência à desintrusão da área se reduz a um pequeno grupo de arrozeiros, que se instalou ao sul da Terra Indígena no início dos anos 1990 e ampliou sua área de produção, mesmo sabendo tratar-se de terras de propriedade da União”.O ministro-relator das 33 ações que tratam do assunto no STF, Carlos Ayres Britto, deve concluir seu voto até o fim de semana. Segundo ele, o esforço será para que o tema seja julgado pela Suprema Corte ainda em maio.

Integrantes de movimentos e comunidades se reúnem no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo do estado do Rio de Janeiro (SINDIPETRO), no Rio de Janeiro (região Sudeste), para apresentar os casos de violação de direitos humanos por transnacionais européias no Brasil. Os casos serão levados à próxima sessão do Tribunal dos Povos (TPP) em Lima no Peru, no terceiro encontro da Rede Enlaçando Alternativas. Durante o Tribunal dos Povos, 20 transnacionais serão julgadas por diversos crimes de violação de direitos humanos. Da indústria farmacêutica ao setor de petróleo, a lista conta com nomes como Roche, Shell, Syngenta, Thyssen Krupp, Unilever, Bayer, HSBC, Santander, entre outras.

Pescadores da Baía de Sepetiba, no Rio de Janeiro (região Sudeste), anunciam durante reunião no estado, de ONGs, como preparação ao Tribunal Permanente dos Povos (TPP), que acontece na próxima semana em Lima, no Peru, que vão denunciar internacionalmente

a empresa alemã Thyssen-Krupp por danos ao meio ambiente e violação aos direitos humanos. Controladora da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), a empresa está sendo acusada de inviabilizar a pesca na região, prejudicando mais de 8 mil famílias. Por causa das obras do complexo siderúrgico, orçado em R$ 8 bilhões e que deve ser inaugurado em 2009. Os pescadores denunciam entre outras coisas que a empresa está se instalando em uma área que é um criadouro natural, dentro de uma reserva além da devastação do manguezal e a degradação do mar revolvendo o lodo contaminado pela Ingá Mercantil - empresa mineradora já desativada, que deixou uma grande área poluída com metais pesados. Os pescadores destacam ainda que a dragagem que está sendo feita, para permitir a entrada de grandes embarcações, está provocando a liberação de sedimentos contaminados e que a área que está sendo usada para a construção de um píer para os navios da futura siderúrgica é a área do melhor ponto de pesca da região. Foi denunciado também que, recentemente, um pescador foi morto e outro ficou hospitalizado ao serem atingidos por uma balsa da CSA. Para o advogado da Federação das Associações de Pescadores Artesanais do Rio de Janeiro (Fapesca), Victor Mucare, a CSA está causando degradação ambiental e social na região, além de descumprir leis federais e não possuir licenças ambientais. “Nós já estamos tomando medidas legais, com ações reparatórias, ação civil pública para embargar a obra, e já existe um inquérito criminal, que corre no Ministério Público Federal”. Também participou do encontro a alemã Kathrin Buhl, diretora do Instituto Rosa Luxemburgo Stiftung. Ela disse que, a partir das denúncias apresentadas pelos pescadores, o assunto será levado ao conhecimento da imprensa e dos partidos políticos da Alemanha, país sede da siderúrgica.

O CIR anuncia que 13 mil alunos de escolas indígenas de todo o estado vão se ausentar das aulas por tempo indeterminado em repúdio ao massacre sofrido por membros da comunidade na Terra Indígena Raposa Serra do Sol no estado de Roraima (região Norte). A medida também é uma reação à posição do governador José de Anchieta Júnior (PSDB), que classificou o fato de índios terem entrado na propriedade do arrozeiro Paulo César Quartiero (DEM) como terrorismo, prática que os indígenas atribuem aos rizicultores. Segundo o líder Macuxi Djacir da Silva, “as crianças foram dispensadas da escola para ter aula prática de luta pela terra. Depois eles vão relatar no papel o que aprenderam. Não adianta só aprender no papel. Não está no papel a lei que homologou a Raposa/Serra do Sol?” No dia 6 de maio, o líder dos arrozeiros e prefeito de Pacaraima, Paulo César Quartiero, foi detido pela PF por porte ilegal de armas e artefatos explosivos dentro da fazenda Depósito. Ele foi encaminhado para Brasília e está na sede da superintendência da regional da PF, à disposição da Justiça Federal, assim como o seu filho Renato Quartiero e outros funcionários da família. Segundo jornal Folha de São Paulo, o ministro da Agricultura Reinhold Stephanes (PMDB) declarou a defesa da produção de arroz na reserva. Para o ministro, a produção tem “grande relevância” no abastecimento dos estados do Amazonas, Pará e Acre. A safra do estado, segundo o IBGE, corresponde a 1,3% da produção nacional. Segundo relatório da Embrapa há quase 3 mil hectares de áreas livres e aptas para agricultura no estado. Nelson Itikawa, vice-presidente da Associação dos Arrozeiros de Roraima afirmam que o território indígena é a principal fronteira agrícola do estado e que a meta é aumentar a área plantada em 20% ao ano. Segundo os produtores, a área plantada passou de 15 mil hectares para 24 mil, somente no governo Lula. De acordo

com Itikawa, nos últimos três anos as áreas passaram a ser usadas também para a plantação de soja que já chega a ocupar 3 mil hectares. Haveria ainda 30 mil cabeças de gado na região. Itikawa lembrou com simpatia a proposta feita em 2004, por comissão externa da Câmara, assinada pelo então deputado petista e atual prefeito de Nova Iguaçu – RJ, Lindberg Farias, que defendia a exclusão de 12 mil hectares da reserva para a plantação de arroz.

Senado aprova o projeto que estabelece o pagamento de pensão vitalícia às vítimas do acidente com césio em Goiânia – Goiás (região Centro-oeste). A pensão será de R$ 750 mensais e vai beneficiar três mil pessoas, além de PMs, bombeiros e funcionários da Vigilância Sanitária que trabalharam no atendimento às vítimas. O acidente com Césio 137, ocorrido em Goiânia em 1987, é considerado o caso mais grave de contaminação por radioatividade no Brasil. Em 13 de setembro de 1987, um aparelho de radioterapia, usado no tratamento do câncer, foi abandonado e encontrado pelo catador Devair Ferreira, que o desmontou. A cápsula que continha o pó expôs as pessoas à radiação.

Cerca de 150 famílias do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), do acampamento Primeiros Passos, localizado na BR-369, entre os municípios de Cascavel e Corbélia no estado do Paraná (região Sul), são atacadas por um grupo de pistoleiros. Segundo site do MST, homens fortemente armados invadiram o acampamento, com tratores e retroescavadeiras, destruindo toda a plantação e estruturas, inclusive uma escola e uma igreja. O grupo também utilizou um caminhão de porte e estrutura calculada para a ação. Uma espécie de "caveirão do agronegócio", com uma grade de ferro na dianteira, conhecida como quebra-mato - utilizada para destruir os barracões - e uma carroceria blindada, com pequenas janelas de onde se efetuam disparos com armas de alto calibre. Segundo os militantes, mesmo com a chegada da PM, a milícia continuou o ataque. Apenas com a chegada de um reforço, dez pistoleiros foram presos em flagrante. Dentre eles estava Luciano Gomes Resende, um dos seguranças da empresa NF, que também presta serviços à Sociedade Rural do Oeste do Paraná e é acusado pelo ataque ao acampamento do MST na Fazenda da Syngenta, em outubro de 2007. Na ocasião o sem-terra, Valmir Mota de Oliveira, o Keno, foi assassinado à queima-roupa.

Aproximadamente 300 integrantes do MST começam a desmontar o acampamento em frente à sede do Incra em Curitiba – Paraná (região Sul). Os sem-terra estavam no local desde o dia 5 de maio. Eles decidem deixar o local depois de uma reunião realizada entre o MST e a superintendente do Incra no Paraná, Cláudia Sonda. Fica decidido que vários órgãos do governo, entre eles Instituto Ambiental do Paraná e Procuradoria-Geral do estado, serão chamados para montar uma força tarefa e propor soluções para os problemas do assentamento Celso Furtado, em Quedas do Iguaçu - Paraná. O Incra também se compromete em realocar 380 famílias assentadas no local e em liberar mais verbas para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

6ª feira 9

Cerca de 50 famílias do acampamento Santa Rosa no município de Maracás – Bahia (região Nordeste) têm suas barracas de lona queimadas pelo atual proprietário da área. As famílias estavam na cidade fazendo a feira quando o fazendeiro Wilson Andrade invadiu o local e ateou fogo nas barracas de lona. Segundo site do MST, o fazendeiro estava fortemente armado, ateou fogo nas barracas queimando todos os pertences das famílias. A ouvidoria agrária foi chamada para apurar o caso. Segundo o integrante do MST, Arlindo, "essa terra não tinha um pé de feijão". O acampamento tem oito meses e as famílias produziam no acampamento feijão, mandioca, abóbora e milho. De acordo com o movimento, a área é improdutiva.

Aproximadamente 70 manifestantes, que se dizem ligados ao Movimento dos Trabalhadores na Mineração (MTM), interditam a estrada de ferro dos Carajás, no Pará (região Norte). É a décima vez, em 13 meses, que a ferrovia, utilizada pela companhia Vale é ocupada. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública do estado, o grupo é o mesmo que comandou a última ocupação, ocorrida no dia 17 de abril. A ocupação durou uma hora e meia e, de acordo com os manifestantes, é um protesto pacífico.

Arrozeiros, políticos e comerciantes percorrem as ruas de Boa Vista – Roraima (região Norte) para pedir a suspensão das ações da PF na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. O protesto foi liderado pelo deputado federal Márcio Junqueira (DEM) e por produtores rurais. O protesto terminou dentro de uma unidade do Exército, na capital, Boa Vista, com o apoio do general Eliezer Monteiro, comandante do 7º Batalhão de Infantaria da Selva (BIS). Monteiro, que recebe cerca de 30 manifestantes no auditório do BIS, é a principal autoridade militar de Roraima e está subordinado diretamente ao comandante militar da Amazônia, general Augusto Heleno. Após a passeata, eles entregam ao general um documento com 8 mil assinaturas pedindo a saída da PF e a intervenção do Exército na reserva. Monteiro teria se comprometido a repassar o abaixo-assinado ao comandante Militar da Amazônia, general Augusto Heleno. No documento consta que a polícia só atua contra adversários de Lula, é arbitrária e protege o CIR. Monteiro diz que os arrozeiros não devem aceitar que os índios ligados ao CIR proíbam circulação de alimentos e combustíveis no interior da área, o que passou a ocorrer depois que agentes da PF e da Força Nacional de Segurança chegaram à reserva, há cerca de 1 mês. No mesmo dia o diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Flávio Montiel, garantiu que, apesar de ter dado prioridade à fiscalização nas áreas ocupadas por grandes rizicultores, o Ibama irá atuar em toda área de 1,7 milhão de hectares da reserva. O Ibama promete também atuar nas áreas produtivas ocupadas por índios. Motiel também anunciou que o Ibama multou em R$ 30,6 milhões por degradação ambiental uma das fazendas do líder do movimento de resistência à retirada de não-índios da Terra Indígena, Paulo César Quartiero (DEM). A propriedade foi multada devido a danos ambientais, como destruição da área de preservação. Além disso, os fiscais do Ibama embargam o uso de 2,8 mil hectares da Fazenda Depósito e suspenderam as atividades de plantação de arroz, criação de gado e porco. Os agentes estabelecem também a obrigação de reparação de dano à área de preservação permanente e reserva legal. Quartiero também é autuado por exercer "atividades agropecuárias em

desacordo com a licença de operação obtida pelo órgão ambiental competente". O embargo deve durar até o pagamento da multa e o reparo dos problemas ambientais. Quartiero foi autuado pelo Ibama por ter aterrado duas lagoas e nascentes, além de margens de rios, que deram lugar a plantações de arroz. Mais de 20 milhões referentes à multa dizem respeito à degradação de áreas de proteção permanentes. Quartiero está preso desde o dia 6 de maio. No dia 5 de maio, funcionários de sua fazenda haviam baleado índios, que construíam barracos no interior da propriedade.

Auditores fiscais da Receita Federal voltam ao trabalho em Foz do Iguaçu no estado do Paraná (região Sul). Segundo o presidente da delegacia regional do Unafisco, Alfonso Burgo, a situação na tríplice fronteira (Brasil-Paraguai e Argentina) só deve voltar ao normal em 15 dias. Segundo Norberto Antunes Sampaio, da Delegacia Sindical de Curitiba, na capital, a adesão dos auditores fiscais ficou em torno de 50% entre os 400 servidores que atendem a região. Os trabalhadores decidiram acatar o movimento nacional e suspender a paralisação até o início de junho. Enquanto isso, continuam as negociações com o governo. Os fiscais das cidades de Paranaguá, Ponta Grossa, Londrina, Maringá e Cascavel também retornaram às atividades.

Representantes de ONGs ambientalistas recolhem assinaturas durante a 3° Conferência Nacional do Meio Ambiente em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O objetivo da ação é se manifestar contra as propostas do Executivo e do Legislativo, que, segundo os representantes das ONGs, vão aumentar a grilagem e a exploração ilegal dos recursos naturais da Amazônia. De acordo com um dos coordenadores de Políticas Públicas do Fórum Brasileiro de ONGs (Fbons), Álvaro De Angelis, as mais de 300 assinaturas serão utilizadas para aprovar moções de repúdio ao Projeto de Lei (PL) 6.425/2005 e à Medida Provisória 422/2008, entre as resoluções finais da Conferência, que serão votadas no dia 10 de maio. De acordo com De Angelis, o PL 6424/2005 é conhecido 'Floresta Zero', porque permite a redução da área de reserva legal da Amazônia de 80% para 50%, bem como anistia aos madeireiros e sojeiros que atuaram de maneira ilegal sobre a floresta. O projeto, de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB), já foi aprovado no Senado e está em tramitação na Câmara dos Deputados. Batizada de "Programa de Aceleração da Grilagem" pelos ambientalistas, a medida provisória questionada foi assinada em março de 2008 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e aumenta de 500 para 1.500 hectares o limite de terras passível de regularização. Na avaliação do representante do Fbons, as medidas estimulam a grilagem de terras e favorecem a devastação da Amazônia. O encontro reúne cerca de 2 mil pessoas entre representantes de governos, empresários e sociedade civil.

As aulas de 14 mil alunos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC) são suspensas por causa de uma ocupação de um grupo de cerca de mil sem-teto no campus do Pici em Fortaleza – Ceará (região Nordeste). O campus foi ocupado em abril por moradores da favela vizinha à instituição. A Justiça Federal já determinou a reintegração de posse da área, o que deveria ter ocorrido até 1º de maio, mas a PF ainda não cumpriu a ordem. Além das aulas, as atividades administrativas do campus foram interrompidas. Os sem-teto negam pertencer a grupos organizados. Afirmam ser moradores de um bairro próximo e que o terreno ocupado foi prometido para a construção de casas populares. A

UFC não confirma. Por ser uma área federal, a desocupação deve ser feita pela PF. A PF do Ceará afirma que a ordem ainda não foi cumprida porque era necessário planejar a ação, visto que o efetivo do estado é insuficiente para executar a reintegração. Por causa disso, a PM vai ajudar na operação, que deverá ocorrer até o dia 14 de maio. As aulas só serão reiniciadas no campus após a desocupação. Os prejuízos com a ocupação superam R$ 1,7 milhão, segundo a UFC.

Sábado 10

Cerca de 500 sem-teto, segundo informações do Jornal do Brasil, mil, segundo jornal Folha de São Paulo deixam o campus do Pici da UFC, em Fortaleza – Ceará (região Nordeste). A Justiça determinou a saída dos ocupantes até o dia 1º de maio, mas a ordem não havia sido cumprida até a noite do dia 9 de maio quando a universidade decidiu suspender as atividades no campus. A desocupação foi acompanhada por agentes da PF e pelo Batalhão de Choque da PM. A ação contou com o apoio de um helicóptero, 20 viaturas, três caminhões com a cavalaria e três ônibus. A polícia apreende um facão, mas ninguém é preso.

Segundo levantamento do Grupo Cabo Free de Conscientização Homossexual, com base em Cabo Frio – Rio de Janeiro (região Sudeste) o número de gays assassinados na região neste ano de 2008 já chega a cinco e, desde 2006, já foram 12 casos. O presidente do grupo, Cláudio Lemos, afirma já ter pedido providências a órgãos públicos e, segundo o delegado titular da 126ª Delegacia de Polícia (Cabo Frio), Rodrigo Santoro, os crimes contra homossexuais são parecidos e todas as hipóteses, homofobia ou latrocínio, serão investigadas. O presidente da OAB de Cabo Frio (20ª Subseção), Eisenhower Dias Marinho, declara que a Comissão de Direitos Humanos da entidade vem recebendo queixas contra a falta de solução para os crimes contra gays e chama atenção para o aumento da violência na cidade. Assim como o Rio de Janeiro, Cabo Frio é considerada pelo público uma “cidade amiga” e já foi incluída no roteiro “gay friendly” da maior parte de operadoras de turismo da América Latina.

Domingo 11

Cerca de 70 integrantes do MST ocupam a Fazenda Monte Belo, onde funcionava um antigo projeto de produção intensiva de leite em São Miguel Arcanjo, na região de Sorocaba – São Paulo (região Sudeste). O projeto, financiado pelo BNDES, está desativado. De acordo com o coordenador regional Joaquim da Silva, a posse do imóvel já foi dada ao BNDES em ação de execução pelas dívidas, mas o processo ainda não foi concluído. "Agora são terras públicas e o movimento quer assentar as famílias". Policiais militares de São Miguel Arcanjo vão até o local e se limitam a registrar a ocupação.

2ª feira 12

Aproximadamente 230 famílias reocupam a fazenda São Cristóvão, localizada na rodovia RJ-224, a 7 km de Travessão de Campos no estado do Rio de Janeiro (região Sudeste). No momento da reocupação, dois pistoleiros armados, tentavam coibir novamente as famílias. A fazenda tem como proprietário o grupo hoteleiro e de usina de cana-de-açúcar Othon. Após a reocupação, o Grupo Othon se fez presente na fazenda, levando consigo, mais dez jagunços e dois carros da PM. Segundo site do MST, a fazenda está arrendada a um pré-candidato à prefeitura de São Francisco do Itabapoana, conhecido como Valter Júnior que utiliza o local para o monocultivo da cana-de-açúcar para exportação. As 230 famílias que se encontram no acampamento 17 de Abril, propõem a produção de alimentos na área. O acampamento recebeu esse nome em memória ao massacre de Eldorado dos Carajás ocorrido em 17 de abril. O Acampamento foi fundado no dia 19 de abril de 2008, sendo pedido a reintegração de posse pelo Grupo Othon, no dia 24 de abril. Segundo integrantes do MST, desde a ocupação existe uma forte perseguição de pistoleiros do Grupo Othon às lideranças do MST. Até o momento, está garantida pela 5ª vara de Campos dos Goytacazes a permanência das famílias na Fazenda, sendo este julgado em instância federal. As famílias garantem que ficarão na fazenda e reivindicam que o Incra, o Instituto de Terras e Cartografias do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) e a Secretaria de Segurança Pública intervenham na situação tensa entre pistoleiros armados e as famílias e que o comandante do 8º Batalhão da PM de Campos retire os jagunços da fazenda. Os militantes suspeitam que policiais trabalhem para o Grupo Othon.

Um estudante do ensino médio da escola estadual Oswaldo Aranha, no Brooklin, acusa uma professora de racismo. Segundo Rafael Lourenço de Paula Emílio, de 15 anos, e outros colegas dele, ao repreendê-lo por não estar com a camisa da escola ela disse: “Você já é negro e ainda não usa o uniforme da escola? Com este cabelo e este piercing na boca, você parece mais um mano de gueto.” Além do ensino médio, o jovem cursa a Universidade de Música Tom Jobim, onde foi admitido quando tinha 12 anos. No dia seguinte, sua mãe procurou a diretora, mas não foi atendida. Neste dia 12, seu avô o convenceu a ir à aula em sua companhia à qual o jovem não comparecia desde o caso. A diretoria promete abrir investigação, o que é confirmado pela Secretaria de estado da Educação.

Cerca de 500 trabalhadores rurais ligados ao MST, oriundos de diversas regiões do estado da Bahia, acampam em frente à Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), em Ondina, Salvador – Bahia (região Nordeste). Os sem-terra promovem esta ação a fim de pressionar o governo do estado para o cumprimento do acordo realizado em abril de 2007, quando o MST realizou uma marcha com 5 mil pessoas de Feira de Santana a Salvador e foi recebido publicamente pelo governador Jaques Wagner (PT). Os sem-terra reivindicam convênio de assistência técnica e capacitação; recuperação de 5 mil casas; construção de 3 mil casas; 11.013 ligações elétricas (foram realizadas apenas 2.176); 1.000 km de estradas; contratação de equipe técnica para o Incra agilizar a vistoria de terras; apoio às cadeias produtivas; gestão do Governo do estado junto ao Judiciário para resolver entraves relativos à obtenção de terras e assentamento das famílias acampadas. Com a ocupação da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (Seagri), em março de 2008 o governo sinalizou com novos prazos que até então não foram cumpridos. Segundo site do

movimento, a Bahia é um dos estados que tem o maior número de famílias acampadas, cerca de 25 mil em 228 acampamentos (dados de 2007). Em 2007, as 93 ocupações, ocorridas em 72 municípios, mobilizaram mais de 18 mil famílias.

Os auditores fiscais da Receita Federal retornam ao trabalho depois de uma paralisação de quase dois meses. Segundo o secretário-geral do Unafisco, Rogério Kalil, o extenso período de greve causou um grande acúmulo de trabalho, mas os auditores estariam dispostos a regularizar a situação, caso o governo negociasse o corte dos dias parados. O secretário-geral do Unafisco disse que a decisão de suspender a greve até o dia 1º de junho foi tomada após o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, garantir a retomada das negociações com a categoria. Mas de acordo com Kalil, até o momento ainda não aconteceu nenhuma reunião entre o governo e os auditores. Segundo jornal Folha de S. Paulo, o Ministério do Planejamento reiterou que o ponto dos grevistas referentes aos dias não trabalhados a partir de 8 de abril será cortado na folha de pagamento de maio. O Executivo já havia concordado em elevar o teto salarial para R$ 19.251 até julho de 2010, mas os auditores querem que esse teto vá para R$ 19.600 antes de julho de 2010. Os auditores reivindicam equiparação salarial com os delegados da PF que terão reajuste para R$ 19,7 mil por mês em 2009, reajuste até abril de 2009, promoção para parte dos servidores que ainda ganham o piso e mudanças no critério de promoção da categoria. Pela proposta dos trabalhadores o fiscal poderia ser promovido por mérito a cada 12 meses ou por antiguidade a cada 18 meses. Desta forma o servidor chegaria ao teto salarial em 15 anos.

Dezenas de índias aliadas de arrozeiros protestam contra a PF e a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em área contínua em Boa Vista – Roraima (região Norte). As indígenas que realizam protesto, carregam frases com os dizeres: “Lula: antes de exterminar Roraima, conheça-a” e “Paulo César [líder dos arrozeiros]: Deus te ama e nós também!”. Andando de um lado para outro em frente à Assembléia Legislativa do estado, a professora Ionaia de Sá discursa ao microfone: “Somos contra a retirada de não-índios. Queremos que a PF vá embora porque trata a gente com truculência”. Uma caminhonete com agentes da PF pára em um sinal próximo e parte das mulheres avança, xinga e dá tapas no veículo. Os ocupantes não reagem. Questionada sobre a organização do protesto, Ionaia disse ser uma “iniciativa espontânea das mulheres da Raposa Serra do Sol, até porque somos maioria no mundo”. No local também estava a esposa do líder dos arrozeiros Paulo César Quartiero (DEM). O delegado da PF Fernando Romero reage com tranqüilidade às críticas: “Entendemos como um processo natural porque interesses econômicos estão sendo contrariados. ”Romero admite que alguns agentes cometeram excessos na atuação em Roraima, como disparar tiros para o alto sem necessidade em ambiente público, mas garante que foram afastados e “receberão sanções cabíveis”. Sobre o deputado federal Márcio Junqueira (DEM), o delegado diz que “está a serviço dos arrozeiros e fará de tudo para difamar”.

Indígenas da etnia Macuxi concordam em liberar estrada RR-319 que dá acesso à reserva Raposa Serra do Sol em Roraima (região Norte). A estrada também dá acesso a indústrias de beneficiamento e comercialização de arroz. Segundo jornal O Globo, a PF convenceu os índios a liberar os dois trechos da estrada que estavam ocupados. Os indígenas garantem

que o acordo é apenas uma trégua. Os índios disseram se sentir ameaçados dentro da terra que já consideram deles e cobraram mais segurança. Relataram que já chegaram à reserva carros "carregados" de pistoleiros e armas que teriam sido "encomendadas" pelos arrozeiros. Os índios bloquearam a estrada após os disparos feitos por funcionários da fazenda de Paulo César Quartiero (DEM) contra um grupo de dez indígenas. Foi impedida a circulação de caminhões com insumos agrícolas e máquinas dos produtores de arroz da região. A PF reiterou estar atenta ao monitoramento da área e pediu colaboração dos índios em avisar qualquer fato estranho.

Trabalhadores rodoviários realizam uma paralisação que compromete a circulação de 100% da frota de ônibus do sistema Transcol e das linhas municipais em Vitória – Espírito Santo (região Sudeste). Os rodoviários reivindicam aumento salarial de 10%, redução da jornada de trabalho para 6 horas e aumento do ticket alimentação para R$ 13. Em contrapartida, as empresas que integram o Sistema Transcol oferecem um aumento de salário de 5,5%, também incrementado no ticket de alimentação e no plano de saúde. Em virtude da greve dos motoristas e cobradores de ônibus, vários pontos de ônibus estão lotados e, devido ao aumento de carros nas ruas, há engarrafamento em muitos pontos da cidade.

Cerca de 100 trabalhadores da produção e do setor administrativo das Indústrias Químicas de Taubaté (IQT), que estão há dois meses sem receber salários, ocupam a fábrica em São José dos Campos – São Paulo (região Sudeste). Segundo o Sindicato dos Químicos de São José dos Campos e Região os trabalhadores reivindicam o pagamento dos salários, o cumprimento dos acordos com o Sindicato dos Químicos, a 2º parcela da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) de 2007 e a manutenção dos postos de trabalho. A Indústria demitiu no dia 12 de maio os 107 funcionários sem pagar as verbas rescisórias ou sinalizar uma data para quitar os débitos trabalhistas. O sindicato divulga ainda que a empresa concedeu duas licenças remuneradas que não foram pagas. A segunda esgotou no dia 12 de maio. A empresa anunciou as demissões, mas nada declarou sobre os pagamentos devidos e verbas rescisórias. A IQT tem um histórico de descumprimento de direitos trabalhistas que vai desde a falta de equipamentos de proteção individual ao não pagamento de salários e demissão de sindicalistas. Somente em 2008, já houve vários atrasos nos pagamentos.

Representantes de entidades da sociedade civil se reúnem na sede da OAB no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), para defender a liberdade de expressão. Eles protestam contra a proibição da marcha pela legalização da maconha, cancelada no dia 4 de junho. Um dos presentes, o procurador regional da República e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Daniel Sarmento, sugere a abertura de ação direta de inconstitucionalidade para que o STF declare inválida a interpretação – de que os manifestantes fariam apologia ao uso de drogas – usada pela Justiça para barrar a marcha. O deputado federal Chico Alencar (PSOL), também presente, diz que seu partido ingressará com a ação no STF. O presidente da OAB do Rio de Janeiro, Aadih Damous, diz que, embora a entidade não tenha uma posição firmada sobre a legalização, não poderia admitir uma medida que fez lembrar os tempos da ditadura. A presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Lúcia Stumpf, lamenta que a democracia não seja ainda "um valor consolidado no país".

Uma menina de 15 anos é localizada pelo Ministério Público do Trabalho, no engenho Vida Nova, em Água Preta – Pernambuco (região Nordeste). Como consta no auto de infração, a menina é encontrada "submetida a precárias condições sanitárias, de higiene, conforto, saúde e segurança na frente de serviço". O trabalho dela era amarrar cana, numa jornada de 13 horas, tarefa para a qual ela não tem compleição física, segundo o coordenador da equipe de auditores do Ministério no estado, Paulo Mendes. As autoridades receberam a informação de que no mesmo engenho havia crianças com pouco mais de 11 anos trabalhando. A situação dos trabalhadores no local era tão degradante, segundo a Procuradoria do Trabalho, que o engenho chegou a ser interditado em fevereiro.

3ª feira 13

Integrantes do MTM ocupam a Estrada de Ferro Carajás, operada pela Vale, em Parauapebas , Pará (região Norte). Conforme o jornal Folha de S. Paulo, trata-se de cerca de 200 integrantes do movimento e, de acordo com O Globo, contabilizam-se 400 garimpeiros. De acordo com a PM do Pará, os manifestantes são responsáveis por atear fogo em pneus e jogar entulhos nos trilhos da ferrovia. Segundo o garimpeiro Eurival Martins, os trabalhadores são integrantes do mesmo grupo de manifestantes que apoiou o MST na última paralisação da via férrea, no dia 17 de abril. Segundo a Agência Brasil, a ação ocorre sob a liderança de integrantes do MST. Eles afirmam que estão insatisfeitos com as negociações junto ao governo federal. Os garimpeiros pedem que a CEF efetue pagamento de indenizações referentes às perdas decorrentes da venda do ouro do garimpo de Serra Pelada, na década de 80. Em nota oficial, a Vale afirma que "a resolução dessa situação depende unicamente do empenho das autoridades" e declara que dois funcionários da empresa foram mantidos reféns no acampamento montado pelo MST, por cerca de uma hora. O acampamento está localizado a 70 metros da ferrovia e permanece no mesmo lugar desde abril de 2008, quando os integrantes dos sem-terra fizeram a ocupação da área, durante o "Abril Vermelho". A Vale divulga que o protesto ocorre pelo fato de não ter sido dada seqüência às reuniões acertadas com os governos federal e estadual, para atendimento de suas reivindicações. Segundo a nota, "a empresa está sendo usada para chamar a atenção dos governantes, numa disputa que não lhe diz respeito".

Cerca de 4 mil pessoas participam de uma manifestação em frente ao Congresso Nacional em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para reivindicar a criação de áreas específicas para a produção de etanol (biocombustível). O objetivo do protesto é impedir que as áreas avancem sobre aquelas destinadas à produção de alimentos. Esta reivindicação é pauta prioritária do "13º Grito da Terra 2008" que ocorre desde o dia 12 de maio. O movimento, liderado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), reúne cerca de 8 mil camponeses na capital do país. Para o presidente da Contag, Manoel dos Santos, a questão ainda não preocupa o país como ocorre com os Estados Unidos, que perderam áreas destinadas à produção de alimentos para aquelas em que é produzido o álcool de milho. No entanto, ele defende a criação de políticas de planejamento

para o futuro. Outra reivindicação do Grito é a revisão dos índices de produtividade do campo (avaliação feita por técnicos do Incra - sobre áreas passíveis de desapropriação). Manoel cobra do presidente da República uma posição, já que eles continuam desatualizados – são de 1980, com base em estatísticas de 1975. A expectativa da Contag é que o presidente Lula receba os manifestantes no dia 14 de maio quando deve dar uma resposta à pauta de reivindicações, entregue a ele por Manoel dos Santos, no dia 15 de abril.

Cerca de 100 quilombolas ocupam a sede do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal (Idaf), em Vitória, no Espírito Santo (região Sudeste). A atividade foi realizada pela Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Espírito Santo "Zacimba Gaba" e da Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). Os quilombolas reivindicam entre outras coisas que o Idaf realize a identificação das terras devolutas na região do Sapê do Norte. A identificação é parte fundamental do processo para demarcação e titulação das terras. O órgão é vinculado à Secretaria de Agricultura. Segundo Firmiano dos Santos, integrante da Comissão Quilombola, o Idaf não realiza a identificação das terras devolutas porque elas estão em posse de empresas como a Aracruz Celulose vinculadas ao governo do estado. Conforme dados das próprias comunidades, mais de 50% das terras da comunidade de Linharinho são compostas por terras devolutas, que em sua maior parte estão em posse da empresa Aracruz Celulose. O dia de hoje foi escolhido como data de luta das comunidades negras por marcar os 120 anos da abolição da escravatura no Brasil. O Idaf recebeu a comissão e alegou a falta de corpo técnico para a realização da identificação das terras devolutas, apontando o prazo mínimo de 5 dias para a apresentação de uma proposta para as comunidades. Segundo Firmiano, caso não haja o cumprimento por parte do órgão público, as comunidades retornarão com as mobilizações.

O Brasil é denunciado internacionalmente por ambientalistas pelo plantio irregular de transgênicos. Os ambientalistas estão participando da reunião de partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança da Organização das Nações Unidas (ONU), que segue até o dia 16 de maio em Bonn, na Alemanha. A denúncia baseia-se em dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Ibama e pede a suspensão das decisões que liberaram o plantio comercial de milho transgênico no Brasil. Organizações do setor entregam a representantes de entidades internacionais documento que aponta falta de ação do governo brasileiro em relação a plantios ilegais e ausência de estudos de impacto ambientais das espécies liberadas pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). De acordo com Gabriela Vuolo, coordenadora da campanha de engenharia genética do Greenpeace, todos os documentos anexados são oficiais. Segundo ela, o Brasil foi denunciado por três motivos específicos: a ausência de estudos de impacto no meio ambiente e na saúde, a falta de ação do governo em relação aos plantios ilegais e a falta de participação popular nas decisões sobre o cultivo de transgênicos. Para ela, os ambientalistas já haviam encaminhado uma série de perguntas para o Itamaraty questionando o cumprimento do Protocolo de Cartagena, mas nunca receberam resposta.

Representantes do Movimento dos Sem Universidade (MSU) entregam ao ministro da Justiça, Tarso Genro (PT) e ao ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da

Igualdade Racial (Seppir), Edson Santos (PT) em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), uma carta aberta em defesa das cotas para negros, índios e estudantes de escolas públicas nas universidades. Eles pediram apoio do ministro para a aprovação do Projeto de Lei 73/1999 que tramita na Câmara Federal. O ministro respondeu que fará esforços para que a proposta tenha andamento no Legislativo, já que, segundo ele, o projeto estabelece um sistema de ensino desde a base até a universidade. No documento entregue pelos manifestantes ao ministro também está em posição contrária a duas ações diretas de inconstitucionalidade (Adin 3330 e Adin 3197) - que serão julgadas pelo STF - e que questionam a legalidade da reserva de vagas para estudantes negros em universidades estaduais do Rio de Janeiro e no Programa Universidade para Todos (Prouni). Sobre o Prouni, o ministro afirmou que a "engenharia jurídica do programa é totalmente adequada" e considerou baixo o percentual previsto de reserva de vagas, que corresponde a 50% da participação dos negros na população de cada estado.Em relação às cotas nas universidades públicas, Tarso destacou que elas obedecem os mesmos percentuais do Prouni e fazem parte de uma política de integração sistêmica entre os níveis médio e superior de ensino. Ele lembrou que a adesão ao sistema de cotas fica a critério de cada instituição.

Integrantes do movimento negro se reúnem com o presidente do STF, Gilmar Mendes, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O objetivo da reunião é entregar um manifesto pelo acesso do negro à Educação. No dia em que a abolição da escravatura no Brasil completa 120 anos, eles defendem cotas para negros nas universidades brasileiras e o investimento mínimo de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação. a maior bandeira do movimento negro atual, afirma Douglas Belchior, da coordenação nacional da Educação e Cidadania de Afrodescendentes Carentes (Educafro). Para Belchior, a reivindicação de investimentos para a educação é complementar à necessidade de cotas. "Mesmo que houvesse o investimento ideal, precisaria de cotas para que o jovem negro estudasse hoje. Ele não pode ser condenado a não ter oportunidades. Não é uma troca, mas sim ações complementares." Ainda segundo o ativista, as desigualdades começam nos concursos vestibulares para acesso às universidades, que avalia apenas o acúmulo de conhecimento dos alunos e não seu potencial de aprender. No fim de abril, outro grupo entregou ao ministro um texto intitulado "Cento e Treze Cidadãos Anti-Rancistas contra as Leis Raciais". Disponível on-line, tem cerca de 1.692 assinaturas. O manifesto deste dia 13 de maio foi assinado por 740 pessoas. O STF julga ações contra as cotas para negros no Prouni e em vestibulares para universidades estaduais do Rio de Janeiro. O Ministério do Trabalho divulgou dados de uma análise da composição do mercado formal de trabalho, na qual a desigualdade racial fica evidente. Dos profissionais que tinham carteira assinada ou eram funcionários públicos em 2006, 64,43% se identificaram como brancos. A Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que pela primeira vez aborda os dados de emprego pela ótica racial, faz uma pesquisa cujos dados indicam no mercado de trabalho 26,14% de pardos, 5,13% de negros, 0,77% de amarelos e 0,3% de indígenas. O restante é branco.

Cerca de 500 pessoas organizadas junto ao grupo Educação e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes (Educafro) fazem manifestação no saguão do aeroporto de Congonhas, em São Paulo (região Sudeste) lembrando os 120 anos da abolição da

escravidão. No Rio de Janeiro a Educafro teve a adesão do coletivo de estudantes negros e negras da UERJ. (DENEGRIR).

4ª feira 14

O MST esclarece em seu website que o bloqueio dos trilhos da Estrada de Ferro Carajás, em Parauapebas no estado do Pará (região Norte), foi realizado pelo MTM. A ação ocorreu no dia 13 de maio. Os trabalhadores reivindicam a retirada da mineradora de parte de uma área de Serra Pelada; a criação do Estatuto dos Garimpeiros e aposentadoria especial para a categoria. Segundo informações divulgadas pelo jornal Folha de S. Paulo, o delegado que cuida do caso afirmou que, os trabalhadores entraram e saíram pacificamente, e que não houve paralisação do trem da mineradora nem danos à propriedade – diferentemente do que diz a nota divulgada pela empresa. O diretor de Relações Institucionais e Sustentabilidade da Vale, Walter Cover, disse que "as ações promovidas pelos militantes ligados ao MST, com o apoio de um grupo de garimpeiros, foram atos de sabotagem muito bem organizados, precedidos de atos de vandalismo". Cover disse que as ações danificaram e interromperam o tráfego de locomotivas na região. Ressaltou também que este é o único meio de transporte para os trabalhadores de 23 municípios do Pará (região Norte) e do Maranhão (região Nordeste). Segundo nota da Vale, divulgada durante a coletiva no Rio de Janeiro, "entre outros atos de vandalismo, os invasores retiraram 1.200 grampos que fixam os trilhos ao solo, em um trecho de mais de 200 metros de extensão; cortaram os cabos de fibra óptica que passam pelos trilhos, interrompendo a comunicação via celular de Carajás; atearam fogos em pneus sobre os trilhos, danificando mais de 300 dormentes e usaram um macaco hidráulico para levantar os trilhos, comprometendo a sustentação da linha". Na nota, a Vale afirma considerar “inadmissível que uma empresa privada, com mais de 500 mil acionistas (aí incluídos milhares de pequenos investidores, sem contar os trabalhadores, que usaram recursos do FGTS, para comprar ações da empresa) seja usada como instrumento de pressão para forçar os governos federal e estadual – Pará, a negociar uma pauta de reivindicações do interesse de um grupo restrito e que não guarda qualquer relação com a empresa”. O MST declara que “apóia manifestações que denunciam a responsabilidade da Vale por suas ações que desrespeitam os direitos sociais e ambientais das comunidades que vivem em torno das suas instalações, dos garimpeiros e dos seus trabalhadores. A Vale é a empresa campeã em multas do Ibama”.

Garimpeiros ligados ao MTM desocupam a Estrada de Ferro Carajás, da Vale, em Parauapebas, em Belém – Pará (região Norte). Segundo declaração da empresa, os manifestantes saem voluntariamente e a via é liberada ao trânsito de composições de carga, sem previsão para a volta do transporte de passageiros. De acordo com a mineradora, que classifica o protesto como um ato de sabotagem contra a empresa, integrantes do MST atuam na ocupação da ferrovia. Em nota também divulgada hoje no site do movimento o MST declara que “apóia manifestações que denunciam a responsabilidade da Vale por suas ações que desrespeitam os direitos sociais e ambientais das comunidades que vivem em torno das suas instalações, dos garimpeiros e dos seus trabalhadores. A Vale é a empresa campeã em multas do Ibama”. A empresa afirma que os manifestantes retiraram 1.200

grampos que fixam os trilhos ao solo num trecho de mais de 200 metros, cortaram cabos de fibra ótica que passam pela via, atearam fogo em pneus na estrada e suspenderam trilhos.

O prefeito de Pacaraima – Roraima (região Norte), Paulo César Quartiero (DEM) recebe, por unanimidade, na 2ª Seção do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) a liberdade provisória. O fazendeiro deixou a Superintendência da PF em Brasília, onde estava preso desde o dia 6 de maio. Ele negou que escondia explosivos na Fazenda Depósito, de sua propriedade e prometeu continuar com a resistência à retirada dos produtores de arroz da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. De acordo com ele, a prisão foi injusta e teve motivação política. “Se eu tinha bombas, não sabia”, alegou o prefeito, que aproveitou para criticar o governo federal. “As únicas bombas que existem lá se chamam Funai e Incra”. Quartiero também negou ter ordenado que seus funcionários atirassem em índios que entraram em sua fazenda no dia 5 de maio. “Não ordenei nada. Não houve ataque nenhum, mas um conflito que infelizmente deixou feridos”. O líder arrozeiro acusou o governo federal de priorizar interesses internacionais e de grupos, em detrimento do interesse do país e da população de Roraima. Os desembargadores que concederam a liberdade provisória ao fazendeiro e prefeito, também negaram pedido de prisão preventiva contra mais nove pessoas denunciadas pelo Ministério Público Federal. O nome dos outros acusados não foi divulgado porque o processo corria em segredo de Justiça. No dia 9 de maio, o Ibama multou em R$30,6 milhões Quartiero, por danos ambientais, como destruição da área de preservação. Além disso, os fiscais do Ibama embargaram o uso de 2,8 mil hectares da Fazenda Depósito e suspenderam as atividades de plantação de arroz, criação de gado e porco. Os agentes estabeleceram também a obrigação de reparação de dano à área de preservação permanente e reserva legal. Quartiero também é autuado por exercer “atividades agropecuárias em desacordo com a licença de operação obtida pelo órgão ambiental competente”.

5ª feira 15

Cerca de 50 pessoas participam da ação coletiva Traga sua Luz, organizada pelo Movimento Política do Impossível (PI) e pelo Fórum Centro Vivo (FCV) no centro de São Paulo - SP (região Sudeste). Iluminados com velas, colares florescentes, luzes de bicicleta e lanternas, os manifestantes caminham pela Estação da Luz, chegando a terrenos desapropriados e demolidos pela prefeitura ao redor da estação. O ato ocorre em protesto contra a política da Prefeitura de desapropriação e demolição de imóveis na região. A ação termina com a instalação de 200 sacos de papel e velas em um dos terrenos, feita pelos participantes da caminhada e moradores do bairro que passavam pelo local.

Cerca de mil servidores do Sindicato dos Servidores de Agências Reguladoras (SINAGÊNCIAS) promovem manifestação em frente ao Ministério do Planejamento, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O ato é um protesto contra a posição do governo diante das propostas de reestruturação de carreira e reajuste salarial, que as entidades representantes dos servidores protocolaram, em junho de 2007. De acordo com o

sindicato, os vencimentos estariam sem correção desde 2003. A ação foi organizada pelo Sindicato para marcar o Dia Nacional de Mobilização dos Trabalhadores da Regulação Federal. Dez agências reguladoras participam da paralisação, entre elas a Agência Nacional das Águas, da Aviação Civil, de Telecomunicações, de Energia Elétrica e de Vigilância Sanitária. O presidente do Sinagências, João Maria Oliveira, em entrevista à Agência Brasil destacou que a intenção das agências não é paralisar os serviços. Mas, de acordo com ele, se o governo não decidir nada irão agendar uma assembléia nacional em Brasília, para a próxima semana, onde será deliberada a possibilidade de uma greve geral, por tempo indeterminado. Para o presidente da Associação e do Sindicato dos Servidores das Agências Reguladoras (Aner e ANERsindical), Paulo Mendes, o "silêncio do governo é um desrespeito para com a sociedade". Segundo ele, "as agências reguladoras protegem a sociedade e se o agente regulador é desmotivado a exercer essa proteção da sociedade, quem perde é o país é a sociedade".

Os profissionais das escolas municipais de São Gonçalo, em greve desde o dia 5 de maio, decidem manter a paralisação por tempo indeterminado e iniciam uma vigília na Câmara Municipal em São Gonçalo – Rio de Janeiro (região Sudeste). O objetivo da manifestação é pressionar os vereadores para que eles intercedam junto à prefeita Aparecida Panisset (PDT). Segundo o sindicato da categoria, até o momento, o governo municipal não negociou nem acenou com qualquer proposta que contemple a reivindicação de reajuste da categoria, que é de 26% a título de reposição de perdas salariais dos últimos anos. Em 2007, a prefeita concedeu um reajuste de 0,01%, considerado irrisório pela categoria e decisivo para que a greve fosse iniciada.

O grupo móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego resgata 43 pessoas submetidas a trabalho degradante em três fazendas no Pará (região Norte). Trinta resgates são feitos na Fazenda Bela Vista, localizada no município de Jacundá; sete na Fazenda Santa Elisa, em São Geraldo do Araguaia, e seis na Fazenda Santa Maria Quatro, que fica em Brejo Grande do Araguaia. Os trabalhadores foram encontrados prestando serviço de roço e limpeza de pastos, comum na preparação da área para atividades agropecuárias. Entre as irregularidades encontradas, estão os alojamentos em condições precárias, falta de água potável, contratos de trabalho informais e inexistência de equipamentos de proteção. Os trabalhadores da Fazenda Bela Vista ainda estavam com os salários atrasados.

6ª feira 16

Acontece a 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas para Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBTT) no Rio de Janeiro- RJ (região Sudeste). A conferência vai até dia 18 de maio no campus da UERJ, e antecede a Conferência Nacional, que acontece de 5 a 8 de junho, em Brasília. Durante o evento, a diretora do Departamento de Apoio à Gestão Participativa do Ministério da Saúde, Ana Maria Costa anunciou que o Sistema Único de Saúde (SUS) vai oferecer cirurgias de mudança do sexo masculino para o feminino até o final de 2008. De acordo com Ana Maria, o pedido para troca de sexo,

chamado de transgenitalização, deverá ser feito no posto de saúde, que vai dar início ao processo. “A pessoa que tem essa demanda ao SUS deve procurar um serviço de atenção básica, que irá imediatamente orientá-la para que ingresse no serviço especializado e passe a realizar a etapa preparatória”, explicou. Entre o pedido para a troca de sexo até a cirurgia deverão se passar, obrigatoriamente, dois anos, período em que o paciente vai se submeter a um acompanhamento psicológico, para ter certeza do que vai fazer. Por enquanto, ela diz que o único procedimento oferecido será o de mudança do sexo masculino para o feminino, pois o processo oposto, feminino para masculino, ainda é considerado experimental.

Aproximadamente 800 pessoas, segundo agência Brasil, cerca de 400, segundo informações do Jornal do Brasil, 600, conforme jornal O Globo entre elas médicos, alunos do curso de Medicina, professores e pacientes do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) fazem protesto contra a situação da unidade de saúde no Rio de Janeiro (região Sudeste). Desde o dia 12 de maio, por falta de verbas, o hospital universitário suspendeu cirurgias, transplantes e marcação de consultas. Somente os pacientes antigos estão sendo atendidos Os alunos fecharam um trecho da Linha Vermelha, em frente à entrada principal do hospital, por cerca de meia-hora. Os manifestantes reivindicam bolsa auxílio para os estudantes e melhorias na infra-estrutura da unidade. De acordo com funcionários, a unidade sofre com falta de material básico, como gase e algodão. O atendimento, em sua maioria de pacientes do SUS, foi reduzido em 20%. De acordo com o diretor do hospital, Alexandre Cardoso, a unidade tem uma dívida de R$ 10 milhões com fornecedores e funcionários. O protesto tem como objetivo reivindicar que o Ministério da Educação (MEC) assuma a folha salarial dos funcionários terceirizados e que a unidade passe a ter orçamento próprio, já que atualmente vive da prestação de serviços ao SUS.

Motoristas e cobradores de ônibus de São Paulo – SP (região Sudeste) aceitam proposta de reajuste salarial de 7,5% e cancelam greve anunciada para começar no dia 19 de maio. A negociação acaba com o “estado de greve” decretado no dia 13 de maio. Embora inferior aos 10,54 % reivindicados inicialmente, o acordo é avaliado pelo Sindicato dos motoristas e cobradores, filiado à Nova Central Sindical (Sindmotoristas), como “muito bom” e garantirá para motoristas um salário de R$ 1.374, enquanto cobradores receberão R$ 752, o que significa um reajuste 0,5% superior à proposta colocada pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT). O aumento, retroativo ao dia 1º de maio, poderá ser pago até 30 de agosto. O acordo inclui ainda R$ 400 de participação em lucros e receitas das empresas, aumento de R$ 9 para R$ 10 do vale-refeição e melhorias na cesta básica e no plano de saúde. O Sindmotoristas, por ter aceito a proposta sem nova paralisação, é dispensado de pagar multa pelas manifestações das últimas duas semanas.

O movimento rural Liga dos Camponeses Pobres (LCP) de Rondônia (região Norte) ocupa a fazenda Água Viva, antiga Santa Elina, em Corumbiara, na capital, Porto Velho. A Secretaria de Segurança do estado informa que ainda não há uma ordem de reintegração de posse da área. De acordo com a LCP, os ocupantes são familiares de mortos no confronto entre sem-terra e policiais, ocorrido na área em 1995, que desejam a desapropriação das terras para uma reforma agrária.

Sábado 17

É realizada a 1ª Conferência Distrital de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros (GLBT) em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A 1ª Conferência Distrital GLBT é preparatória para a Conferência Nacional, que acontecerá de 5 a 8 de junho em Brasília e ocorre no dia em que se comemora Dia Mundial de Combate à Homofobia. Segundo informações da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, o evento foi organizado para cerca de 200 pessoas e 162 se inscreveram, um baixo quórum. A representante do grupo Coturno de Vênus e mediadora de conflitos do Centro de Referência LGBTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), Joelma Cezário, culpou a comissão organizadora pela baixa presença.“O quórum está realmente muito baixo, e isso tem tudo a ver com esta comissão de organização, que não conseguiu, em tempo hábil, garantir alimentação, divulgação e condição de participação do maior número de pessoas”, reclamou. Joelma também acusou os organizadores de proibirem a divulgação da conferência em escolas de ensino médio. “O governo disse que a divulgação nas escolas seria um ato de desrespeito com a sociedade, às crianças e às famílias. Tudo isso, embasado numa lógica preconceituosa de que nós queremos converter adolescentes à homossexualidade, o que não é verdade”, disse. A subsecretária de Cidadania da secretaria, Ana Luiza Cerqueira, rebateu afirmando que a divulgação não foi vetada em nenhum lugar. “Nós apenas dissemos que não era o caso de fazer a divulgação em escolas de ensino fundamental, porque esse não era o público-alvo. Mas em nenhum outro lugar foi vetado”, explicou. A subsecretária alegou ainda que mesmo estando com todos os preparativos encaminhados, a conferência foi adiada em função do pedido de algumas organizações da sociedade civil para que houvesse mais tempo. No mesmo dia do evento o Ministério da Cultura lança dois editais para concursos públicos voltados à cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (GLBTT). Um deles é o Concurso de Apoio às Paradas de Orgulho GLBT nas cidades em que o movimento ainda não existe e deve contemplar um projeto em cada estado e no Distrito Federal. O outro é para o Prêmio Cultural GLBT 2008 e deve financiar, com verba de até R$ 9 mil, 104 iniciativas de valorização da cultura gay. Em ambos os casos, só podem concorrer entidades jurídicas, sem fins lucrativos, e que tenham, no mínimo, seis meses de atuação nas comunidades GLBT.

Parentes das vítimas do vôo TAM JJ 3054, que caiu no aeroporto de Congonhas em 2007, fazem protestos em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul), para reclamar da demora na conclusão das investigações do caso, realizadas pelo 27º Distrito Policial de São Paulo. Tais protestos fazem parte do 9º Encontro das Famílias das Vítimas do Vôo TAM JJ 3054, iniciado neste dia 17 e que termina no dia 18 de maio. O delegado titular da 27ª DP, Antônio Carlos Barbosa, em um encontro com as famílias, confirma que, segundo as investigações, erro em posição das manetes da aeronave (controladores da potência do avião) foi a causa do acidente, porém ainda não se sabe se foi falha humana ou mecânica.

Domingo 18

A Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República e o Ministério do Turismo promovem eventos culturais no Parque Garota de Ipanema no estado Rio de Janeiro (região Sudeste) e distribuição de material de divulgação do Disque 100 – serviço telefônico que permite a qualquer pessoa fazer denúncias anônimas de maus-tratos contra a infância e a juventude. As ações marcam o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A data foi escolhida para lembrar que em 18 de maio de 1973, em Vitória, a menina Araceli Cabrera Sanches foi seqüestrada, violentada sexualmente e assassinada aos oito anos, um crime que permanece impune e virou símbolo de luta pelos direitos de crianças e adolescentes. O Ministério do Turismo prepara a expansão de um programa para enfrentar a exploração sexual de crianças e adolescentes em cidades que são destino turístico nacional e internacional. Apenas em Fortaleza, capital do estado do Ceará (região Nordeste), o programa Turismo Sustentável e Infância trabalha com a capacitação de jovens para trabalharem na cadeia do turismo (hotéis, boates e restaurantes). Segundo a coordenadora do programa, Elizabeth Bahia, a proposta é estendê-lo a todas as cidades do Brasil que tenham potencial turístico, já que "não existe uma pesquisa que aponte os índices de turismo sexual". Segundo Carmem Oliveira, subsecretária da Criança e do Adolescente, da SEDH, da Presidência da República, de 2005 para 2006 o número de registros de violência sexual triplicou, passando de 2.250 para 6.580. Em 2007, o número, que já havia crescido, duplicou, somando cerca de 12,5 mil denúncias. Nos quatro primeiros meses de 2008, o serviço já contabiliza aproximadamente 5,3 mil registros, o que indica, na avaliação da subsecretária, que o número de denúncias deva chegar a 15 mil no ano. Ela destaca que não é possível chegar a um número de crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual no país, porque não há uma unificação dos dados. Os cerca de 12,5 mil registros nacionais não incluem denúncias feitas por meio de serviços telefônicos estaduais e operados por organizações não-governamentais. Além disso, casos de violência sexual chegam por diversos serviços e iniciativas implantados no país como: Conselhos Tutelares, as escolas, os serviços de saúde e operadores de turismo. Carmem aponta que a intersetorialidade da rede de proteção que vem sendo montada é um dos diferenciais da proposta brasileira para enfrentamento do problema, reconhecida internacionalmente, e um dos motivos da escolha do país para sediar esse ano o 3º Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Cerca de 3 mil pessoas promovem passeata para lembrar o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Maceió – Alagoas (região Nordeste). Os manifestantes munidos de faixas, cartazes e panfletos percorreram a orla da cidade e distribuíram códigos de condutas para prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes em hotéis e a taxistas. A data foi escolhida para lembrar que em 18 de maio de 1973, em Vitória, a menina Araceli Cabrera Sanches foi seqüestrada, violentada sexualmente e assassinada aos oito anos, um crime que permanece impune e virou símbolo de luta pelos direitos de crianças e adolescentes.

Termina a "Mostra de Integração dos Povos Latino-Americanos", organizada entre os dias 14 e 18 de maio, em Curitiba, no estado do Paraná (região Sul). Segundo a Agência Brasil de Fato, a discussão embasou-se em grande parte na cultura como uma ferramenta para a

luta dos povos. Como um espaço de mobilização e questionamento do modo capitalista de produção. A mostra contou com espaços culturais e de formação política. A criação artística também teve lugar, com apresentação de grupos vindos dos movimentos sociais e, ainda, com a apresentação de artistas convidados do porte do uruguaio Daniel Viglietti e do brasileiro Chico César. Uma das formas de resumir o conteúdo do evento estava na fala de Vitorino da Silva Filho, de 19 anos, integrante do grupo de teatro Itororó, de Rio Bonito do Iguaçu: "A sociedade afirma que o movimento destrói, quando na verdade ele cria", diz. Ademar Bogo, integrante da direção nacional do MST falou sobre a necessidade da arte e dos valores socialistas em meio a uma situação política adversa para os trabalhadores. Enfatizou que manter a luta é um legado para as gerações futuras. "Quando não temos organização na sociedade, a classe dominante domina sem preocupação, dilui movimentos e reações", expõe. As principais tarefas no campo da cultura e da criação seriam, de acordo com Bogo, a centralidade do ser humano no rumo da História, como a sua principal força de criação. Outros pontos necessários são: a necessidade de organização popular, a produção de uma cultura própria, a coletivização de um projeto social e a prática da solidariedade.

2ª feira 19

Quarenta pessoas são presas por PMs na sede da Cooperativa de Garimpeiros de Serra Pelada (Comigasp) na Serra Pelada no estado do Pará (região Norte). Entre os detidos, estão lideranças do MST e do MTM. Segundo a PM, a operação evitou confronto entre cerca de 2 mil garimpeiros que disputam o controle da cooperativa. O grupo de apoiadores da atual gestão da cooperativa ameaçava desocupar à força o prédio, tomado no dia 19 de maio por integrantes do MST e do MTM. Segundo a Agência Brasil, a luta pelo controle da cooperativa, que tem contratos com mineradoras internacionais e reúne quase 50 mil garimpeiros, foi acirrada após o assassinato do ex-presidente da Comigasp, Josimar Brito, em Marabá, no interior do estado, no dia 7 de maio. Nos anos 80, o garimpo de Serra Pelada chegou a ser o maior pólo de extração de ouro a céu aberto do mundo e atraiu milhares de pessoas à região.

Representantes da Funai, da Procuradoria Geral da República, do CIMI e do CIR participam de um ato contra a redemarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, realizado na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) – SP (região Sudeste). No evento, promovido pelo Grupo de Estudos em Direito Indigenista da USP, foram feitos discursos em defesa da demarcação da reserva já homologada pela Presidência da República. Os manifestantes também reivindicam que o STF negue o pedido dos arrozeiros para permanecer no local e libere a desocupação da área. Durante a manifestação, os representantes da Funai, da Procuradoria Geral da República, dos dois conselhos e da USP denunciaram as agressões sofridas pelos índios nos últimos anos, por causa do conflito com os arrozeiros. Ao final do encontro, eles redigiram um documento para ser encaminhado ao STF, no qual relatam a situação dos indígenas e apresentam suas reivindicações.

A Justiça Federal do Maranhão (região Nordeste) condena a 14 anos de prisão o fazendeiro Gilberto Andrade, por manter trabalhadores em situação análoga à escravidão em suas fazendas. Gilberto já respondia a vários processos por trabalho escravo no Maranhão e no Pará (região Norte), onde foi acusado de marcar a ferro um dos trabalhadores, que reclamou da má qualidade da comida e da falta de pagamento dos salários. A denúncia desta violência foi feita em fevereiro de 2008. No Maranhão, existem sete processos criminais contra o fazendeiro, todos por manter pessoas em situação de trabalho escravo. "Os trabalhadores eram mantidos em situação desumana de trabalho, no meio do mato, sem comida ou com comida muito precária, sem água potável, sem lugar para dormir, sem um lugar higienizado, sem moradia, com banheiro e água, seja para tomar banho, seja para a sua higiene pessoal, seja para matar a sede", informou o procurador da República no Maranhão, José Leite Filho. Segundo ele, o fazendeiro é um das primeiras pessoas no país a terem registro de trabalho escravo, em 1979. Em 2005, Gilberto Andrade teve sua prisão preventiva decretada, mas foi solto porque o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sediado em Brasília, entendeu que o crime era estadual, anulou o processo e o encaminhou à Justiça Estadual. Esse foi o primeiro processo concluído contra Gilberto Andrade. "A prisão não foi especificamente por conta dessa condenação, a prisão dele aqui no Maranhão foi por conta dos inúmeros processos que ele tem contra si, como o de redução à condição análoga à de escravo, crime de ocultação de cadáver e de aliciamento de trabalhadores, além da multa de 7,2 mil salários-mínimos, no valor vigente à época dos crimes. E desse fato novo no Pará que ele foi novamente encontrado com trabalhadores em situação de escravidão", disse o procurador.

O CIR e a Diocese de Roraima (região Norte) denunciam o atraso de até cinco meses nos repasses de recursos da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) relativo a convênios. De acordo com as entidades, o atraso está prejudicando o atendimento à saúde indígena. O coordenador do convênio pelo CIR, Paulo Daniel Morais, relata que um atraso de três meses já havia acontecido em 2007. No entanto, ele afirma que esse problema não tem ocorrido somente em Roraima, mas também em outros estados. Com a falta de recursos a saída encontrada pelas entidades é a semiparalisação do atendimento, mantendo apenas as atividades emergenciais. Morais reclama ainda que, com atendimentos menos regulares nas aldeias e sem recursos para adquirir remédios, as Casas de Saúde Indígena acabam sofrendo com a superlotação.

Operários terceirizados da Petrobras paralisam a Via Dutra, na altura da cidade de São José dos Campos - São Paulo (região Sudeste). Os manifestantes, que trabalham na obra de ampliação da refinaria da estatal no Vale do Paraíba, em São Paulo, pedem 20% de reajuste nos salários. Segundo a Nova Dutra, administradora da rodovia, a pista sentido Rio de Janeiro registra 2 km de lentidão, enquanto no sentido São Paulo são registrados 5 km de tráfego lento. A concessionária afirma que a via não foi interditada e que o congestionamento foi causado por curiosidade dos motoristas.

3ª feira 20

Senado aprova em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) uma Medida Provisória (MP) que libera a venda de bebidas alcoólicas em todas as rodovias federais, tanto em áreas urbanas, quanto rurais. A matéria retorna à Câmara porque recebeu oito emendas do relator, senador Francisco Dornelles do Partido Progressista (PP). O texto original, previa a proibição da venda em estabelecimentos comerciais de todas as rodovias federais. A Câmara liberou a comercialização somente nos trechos urbanos e o Senado, libera agora, nos demais trechos, mantendo apenas a proibição em feriados e datas festivas. Os senadores, no entanto, mantiveram o rigor em relação aos motoristas. Passa a ser considerada alcoólica a bebida que contenha concentração igual ou superior a meio grau Gay-Lussac (0,5º GL), inferior à de uma cerveja. Além disso, será considerada infração grave portar bebida alcoólica fora do bagageiro. A MP proíbe também a veiculação de propaganda de bebida alcoólica no período de 6 às 21h, a partir do mesmo teor alcoólico.

Um grupo de índios de diversas etnias, sobretudo Caiapó, fere com um golpe de facão no braço, o engenheiro da Eletrobrás Paulo Fernando Rezende depois de uma exposição durante o encontro Xingu Vivo, em Altamira, no estado do Pará (região Norte). O encontro é organizado pela Arquidiocese de Altamira, pelo Instituto Sócio Ambiental (ISA) e outras organizações. O engenheiro foi a Altamira como convidado dos organizadores do evento para apresentar os estudos que estão sendo feitos sobre aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte. O ferimento não foi grave e ele foi atendido em um hospital da região. Rezende foi vaiado durante sua apresentação sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte para uma platéia de aproximadamente 5 mil pessoas, segundo os organizadores. Com os protestos, o técnico se exaltou. Quando encerrou a apresentação, ele foi cercado pelos indígenas e acabou sendo ferido. O procurador federal Felício Pontes Júnior, que participou do encontro, disse que a agressão ao técnico da Eletrobrás “é um sinal que os índios vão resistir fisicamente se preciso, contra o barramento do Rio Xingu”. O procurador ressaltou que os índios que serão afetados pela construção da usina de Belo Monte ainda não foram ouvidos pelo poder público. A coordenadora do encontro Xingu Vivo, Antônia Martins, também considera que o diálogo entre o governo e as comunidades locais, os ribeirinhos e os índios, foi deficiente e que o grande número de movimentos sociais e comunidades tradicionais representadas no encontro são uma demonstração do descontentamento da sociedade local com os projetos hidrelétricos. A diretoria executiva da Eletrobrás manifesta sua indignação diante do ocorrido e afirma que tomará todas as providências necessárias para que os responsáveis pela agressão sejam punidos.

Estudantes de medicina da Universidade Federal Fluminense (UFF) promovem manifestação em frente ao Hospital Universitário Antônio Pedro (HUAP), no centro de Niterói – Rio de Janeiro (região Sudeste). Os cerca de 200 alunos reivindicam melhores condições de ensino e de funcionamento do hospital. Além dos alunos de medicina, participaram da manifestação estudantes de enfermagem, de ciências sociais e funcionários da UFF. Os estudantes chamam atenção para a falta de professores, ausência de roupa no centro cirúrgico, biblioteca desatualizada e equipamentos precários. Segundo o diretor da Faculdade de Medicina da UFF, Sílvio Eduardo Gomes, a manifestação dos estudantes é válida e serve para que as dificuldades possam ser discutidas. Para o diretor, a verba do Antonio Pedro, financiado pelo SUS, está abaixo das necessidades, já que o hospital atende

não só Niterói, mas também Itaboraí, Maricá e São Gonçalo. O diretor declarou que as necessidades mais urgentes serão logo atendidas e a primeira reunião com os estudantes será feita na próxima semana.

Funcionários da administração e coveiros do Cemitério São João Batista deflagram greve no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Eles reclamam que há vários meses recebem seus salários com atrasos e, até o momento, a Santa Casa de Misericórdia não efetuou o pagamento de abril. O primeiro enterro está marcado para as 10h da manhã e alguns funcionários terceirizados deverão fazer o sepultamento para não causar mais transtornos aos familiares. Mas, de acordo com o vice-presidente do Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas, Sérgio Antonio, esses funcionários, são profissionais contratados sem carteira assinada. A situação já teria sido denunciada ao Ministério do Trabalho. Caso não cheguem a um acordo, os profissionais filiados ao sindicato pretendem paralisar as atividades também no Cemitério São Francisco Xavier, no Caju, zona portuária.

Bancários protestam contra a atuação do banco HSBC em Florianópolis – Santa Catarina (região Sul). Entre os motivos, estão a demissão de trabalhadores sem justa causa, a alta rotatividade nas agências e as más condições de trabalho. No dia 19 de maio, o banco demitiu duas funcionárias de uma agência na cidade de Uberaba sem qualquer justificativa. De acordo com o sindicato da categoria, os bancários estão indignados com o fato, já que cumpriam todas as metas estabelecidas pela unidade local. Somente em 2008, o HSBC já demitiu 12 pessoas somente em Uberaba. Os sindicalistas explicam que o HSBC tem praticado a rotatividade dos trabalhadores como forma de lucro, pois admite outros trabalhadores com salários menores.

Índios das etnias Terena, Guarani, Krenaki e Kaingang fazem quatro funcionários da Funai reféns em uma aldeia próxima ao município de Avaí, no interior de São Paulo (região Sudeste). Segundo o jornal Folha de São Paulo, para a PM e a Funai, eles não foram feitos reféns, mas os índios e um dos funcionários do órgão dizem que os servidores foram impedidos de deixar a aldeia. Eles protestam contra a possível transferência do escritório da Funai de Bauru, interior paulista, para Itanhaem, no litoral sul do estado. Os manifestantes também bloqueiam com tratores e troncos a rodovia que liga Bauru a Marília – São Paulo. Além de reivindicar a permanência da sede da fundação, eles querem que a coordenação do órgão seja assumida por um índio. A Funai está sem comando desde 2007. Os índios liberaram um dos reféns, mas avisam que só liberarão os outros após acordo com a Funai, que afirma que uma reunião deve ser agendada em Brasília. De acordo com o líder do movimento, o cacique Terena Anildo Lulu Kadju, os reféns estão bem, estão sendo alimentados e não foram agredidos. Entretanto, o cacique afirma que não poderá garantir a integridade física deles caso a PF interceda e ocorra confronto. Segundo Kadju, os problemas começaram há um ano quando os índios exigiram a saída do então diretor da fundação em Bauru, Nilton Bueno Machado, e a sua substituição por um indígena. Os líderes indicaram o nome do Guarani Gabriel Poti, que foi rejeitado sob a alegação de que ele teria problemas com a Justiça. Os indígenas destacam que nenhum documento sobre

processos em andamento contra Poti foi mostrado. Ainda de acordo com Kadju, o Terena Dionízio Vargas - por ser capitão do Exército aposentado e ser graduado em economia - foi indicado para o cargo, mas seu nome não foi aceito pelas comunidades.

A proposta que estabelece cotas para o ingresso nas instituições federais de ensino superior, técnico e tecnológico é retirada da pauta de votações por falta de acordo entre os líderes partidários. O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT), anuncia que criará uma comissão de trabalho para debater melhor o tema, inclusive com o ministro da Educação, Fernando Haddad. O projeto cria reserva de metade das vagas das instituições para estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas. Em outra divisão (subcota), os 50% serão divididos de acordo com a proporção da variável étnica em cada estado, com base no último censo do IBGE, no qual as pessoas se declaram brancas, negras, pardas ou indígenas.

A Polícia Civil de Ribeirão Preto improvisa um caminhão-baú como cela para abrigar presos por falta de espaço em carceragens. Dois detentos ficam no assoalho do baú, vigiados por investigadores armados do lado de fora – a porta fica aberta. Para ir ao banheiro, os presos tinham de deixar o veículo. A medida dura menos de 24 horas e é resolvida após a intervenção de dois secretários de Estado. O caminhão é removido e a polícia obtém autorização para transferir 28 presos das carceragens da Delegacia de Investigações Gerais (DIG) e do 2° Distrito Policial para presídios da região. Eles ocupam um espaço que já foi antes usado para abrigar três pessoas. A transferência ocorrerá no dia 21 de maio. A decisão de transformar um caminhão em cela é tomada pelo delegado da DIG, Ariovaldo Torrieri Júnior, depois de vários alertas da Comissão de Direitos Humanos da OAB de que as condições na carceragem não eram propícias à vida humana – superlotação, celas sem banheiro, restos de comida jogados no chão. O coordenador regional da Defensoria Pública de Ribeirão Preto, Victor Hugo Albernaz, diz que a situação é resultado da demora da inauguração do Centro de Detenção Provisória de Serra Azul, também na região de Ribeirão. A assessoria de imprensa da Secretaria de Segurança Pública nega o fato.

4ª feira 21

Agricultores assentados, ligados ao MST e ao MPA, ocupam uma área da Aracruz Celulose, no 5º distrito de Canguçu, no estado do Rio Grande do Sul (região Sul). Cerca de 200 pessoas, segundo informações da Agência Chasque de Notícias, 250 conforme jornal Folha de S. Paulo, 300, segundo site do MST, participam da ação. O objetivo do protesto é denunciar o modelo do agronegócio na região, que já sofre com estiagens, baseado na monocultura de eucalipto, pínus e acácia. Os manifestantes querem mostrar que ainda há áreas improdutivas em Canguçu que podem ser destinadas à reforma agrária. Segundo os movimentos, não havia ninguém na fazenda e o objetivo da ocupação é protestar contra a aquisição de terras pela empresa para o plantio de eucalipto, afirmando que tal expansão dificulta a reforma agrária no estado. Conforme site do MST, parte das famílias deve

permanecer acampada em uma área de assentamento, na localidade de Armada, 5º distrito. Segundo os coordenadores dos movimentos, um acampamento nesta região é de extrema importância para a conquista de novas áreas, por se localizar em um município com grande número de pequenas propriedades e por ser um dos locais em que as multinacionais da celulose estão adquirindo grandes extensões de terra. A área foi cercada pela Brigada Militar.

Cerca de 200 estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) promovem uma manifestação em Curitiba – Paraná (região Sul). O protesto é contra a portaria que cria a condição do professor-pesquisador. Segundo a norma, editada no dia 17 de março pela direção do curso, o professor titular que assumir a função estará desobrigado de dar aulas na graduação. Os estudantes acreditam que com a medida, os melhores professores deixarão de dar aula, reduzindo a qualidade do ensino. Os alunos também temem a falta de professores em sala de aula. A direção do curso mantém a decisão de continuar com a portaria.

O Tribunal Internacional dos Povos, reunido em Lima, no Peru, condenou a Vale e a empresa alemã Thyssen Krupp por crimes ambientais, violação dos direitos humanos e trabalhistas. As duas empresas são sócias na Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA). A CSA está promovendo a construção de uma termelétrica a carvão, altamente poluente, e de um porto, na Baía de Sepetiba, em Santa Cruz, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O Tribunal julgou vários casos de atuação abusiva de empresas transnacionais européias na América Latina, principalmente a violação de direitos humanos, sociais, ambientais e trabalhistas. Segundo a Agência Petroleira de Notícias, as denúncias serão encaminhadas à ONU e ao parlamento europeu (em razão da presença da empresa alemã no consórcio). Segundo esta Agência de Notícias, desde 2007 o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Ministério Público Federal (MPF) e a PF têm recebido inúmeras denúncias contra os desmandos operacionais da CSA. A instauração de Inquérito Criminal levou a incursões diárias na localidade da Baía de Sepetiba. Em março de 2008, dois pescadores foram atropelados por um barco da CSA, um morreu e o outro ficou hospitalizado. Segundo pescadores do local, durante a procura do corpo, foram encontrados mais cinco corpos todos perfurados a bala e com uniformes da empresa. Os pescadores suspeitam que milícias armadas estejam agindo em nome da Companhia. Na semana passada, o MPT chegou a embargar as obras. As irregularidades incluem falta de equipamentos de segurança para os trabalhadores e de equipamentos adequados. A Thyssen Krupp e a Vale também são acusadas de destruir o ecossistema da Baía de Sepetiba, impedir o trabalho de mais de 8 mil pescadores artesanais, além de enterrar lama contaminada por metais pesados no fundo da baía. No Tribunal dos Povos, realizado entre os dias 13 e 16 de maio, os defensores da Baía de Sepetiba afirmaram que os acidentes são constantes, com registro de mortes. Acusam a existência de trabalhadores ameaçados e desaparecidos. Mão-de-obra chinesa estaria sendo utilizada na obra, por ser mais barata e desprotegida, o que constitui violação de direitos de imigrantes.
O Sindicato Metabase Inconfidentes, que representa os trabalhadores da mineração de Congonhas, Ouro Preto e região, onde está a Mina Casa de Pedra da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Minas Gerais (região Sudeste) faz paralisação de duas

horas na porta da empresa. A parada conta com 100% de adesão, atrasando a entrada do turno e do administrativo. A atividade contou com o apoio da Conlutas e do Metabase de Itabira, além da solidariedade de dezenas de outros sindicatos. O sindicato reivindica 10% de aumento real, 32% de recuperação das perdas desde a privatização, vale-supermercado de R$300,00, piso salarial calculado pelo Dieese, fim do banco de horas e o restabelecimento de todos os benefícios dos tempos de estatal. Essa campanha salarial também está inserida na luta do movimento social pela reestatização das empresas privatizadas. A empresa se nega a negociar em cima do aumento da produtividade. Sua proposta é conceder apenas 1% de aumento real, além de um vale-supermercado de R$50,00.

5ª feira 22

Aproximadamente 300 trabalhadores ligados ao MST ocupam a fazenda Bocaina, localizada no município de Serra Azul, região de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo (região Sudeste). A ocupação tem como objetivo a indicação de áreas para que o Incra realize vistorias para a Reforma Agrária. Segundo site do MST, a área ocupada tem cerca de 200 hectares, é improdutiva e, assim, passível de arrecadação para fins de Reforma Agrária. A região de Ribeirão Preto, segundo o movimento, possui largas faixas de terras improdutivas e famílias sem-terra que buscam na luta por Reforma Agrária, o direito a trabalho, moradia e alimentação.

Aproximadamente 600 policiais da Brigada Militar, segundo site do MST, 800 segundo o Centro de Mídia Independente (CMI) efetuam a reintegração de posse da área da Aracruz Celulose ocupada na no dia 21 de maio no 5º distrito de Canguçu, no estado do Rio Grande do Sul (região Sul). Os policiais, juntamente com o ouvidor da segurança Adão Paiani, executaram a revista e identificação das famílias acampadas. De acordo com o coordenador estadual do MST, João Gonçalves, os soldados revistaram os assentados tratando-os "com grosseria". Depois de revistados os trabalhadores e suas famílias deixam pacificamente o local e se dirigem para um ato, onde debatem o Modelo de Agronegócio e a Agricultura Camponesa. Segundo site do MST, desde que Yeda Crusius (PSDB) assumiu o governo do estado, em 2007, sua atuação é marcada por truculência e, na maioria das vezes, resulta em violência física. Para os militantes, em um ano e meio de governo, Yeda não apresentou nenhum projeto para acelerar a reforma agrária no estado e nem para desenvolver a agricultura camponesa gaúcha. Além de não investir, Yeda ainda acabou com o Gabinete de Reforma Agrária e não determinou nenhuma área do governo para cuidar desta questão. Conforme o MST, a governadora também estimula e dá incentivos fiscais a papeleiras, que cultivam monoculturas de pínus, eucalipto e acácia. Cerca de 100 integrantes do MST bloquearam por algumas horas a rodovia estadual que liga o distrito de Suspiro ao centro de São Gabriel, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, em solidariedade a 200 integrantes do movimento que estavam acampados no local.

6ª feira 23

Um casal de índios Guajajara é ferido a tiros quando caminhava na rodovia MA-006, no município de Grajaú - Maranhão (região Nordeste). Segundo testemunhas, os tiros contra os guajajara Itamar Carlos, de 35 anos, e Deolice Rodrigues, de 30 anos, foram disparados por dois homens, que estavam em uma motocicleta. Itamar e Deolice seguiam rumo à Aldeia Bacurizinho quando dois homens encapuzados ordenaram que parassem. A dupla, de moto, disparou contra o casal. Itamar Guajajara teve um pulmão perfurado e foi atendido no Hospital Santa Neusa, em Grajaú. Ele não corre risco de vida, informou Lopes. Deolice, atingida de raspão na coxa, foi atendida e liberada. A terra indígena Bacurizinho, homologada em 1984, tem cerca de 83 mil hectares. Na Funai há um processo de revisão de limite, pedindo que a área volte a ter os 144 mil hectares previstos originalmente. Lopes relaciona a violência contra os Guajajara a interesses econômicos contrariados e à certeza da impunidade. O CIMI, que denunciou o atentado, acredita que eles tenham sido vítimas de um grupo de extermínio que ameaça indígenas no sul do estado.

Moradores e comerciantes do Centro, Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), cortam bolo, cantam "Parabéns pra você" e cobram providências das autoridades no aniversário de um ano do entupimento de um bueiro de águas pluviais, na esquina das ruas do Resende e Carlos Sampaio. De acordo com os manifestantes, que reclamam da água suja parada e do mau cheiro, dezenas de pedidos de conserto já foram feitos, porém nem a Companhia Estadual de Água e Esgoto (Cedae) ou a Prefeitura solucionaram o problema. Segundo a Cedae, que enviou técnicos ao local durante o protesto, o problema é numa galeria de águas pluviais, sendo de responsabilidade da Prefeitura. Já a assessoria da Secretaria Municipal de Obras (SMO) informa que enviará uma equipe ao local para avaliar a situação.

Índios das etnias Terena, Guarani, Krenaki e Kaingang da reserva Araribá, no município de Avaí, interior de São Paulo (região Sudeste), liberam os três servidores do escritório regional da Funai mantidos na aldeia desde o dia 20 de maio. A ação dos indígenas é em protesto contra a transferência do escritório da Funai de Bauru para para Itanhaem, na Baixada Santista. A outra reivindicação refere-se à possibilidade de indicar para a coordenadoria do órgão uma pessoa que também seja índio. A situação na região começou a ficar tensa em julho de 2007, quando os índios demonstraram insatisfação com o trabalho do órgão. A Funai alega que sofre um processo de sucateamento, fato que impede a execução das tarefas que a ele compete. Das 28 comunidades indígenas em São Paulo, somente 12 estão com a área homologada.

A PF em Altamira – Pará (região Norte) intima um padre católico e um secretário do CIMI para prestar depoimento sobre as agressões contra o engenheiro da Eletrobrás, Paulo Fernando Rezende. O ato de violência ocorreu no dia 20 de maio. Segundo o delegado Jorge Ferreira de Oliveira, eles aparecem em imagens gravadas por uma loja em Altamira comprando três facões, acompanhados por um índio. O delegado da PF afirma que as imagens são um indício forte de que houve ajuda aos índios na compra do material que acarretou a lesão corporal contra o representante da Eletrobrás.

Sábado 24

Índios Cinta Larga fazem o representante da presidência da Funasa, de Brasília, o antropólogo Miguel Foti, refém na aldeia indígena Rio Seco, na terra Serra Morena, que fica a cerca de 100 km da cidade de Juína - Mato Grosso (região Centro-oeste). Segundo o chefe da Funai na cidade, Antonio Carlos Ferreira de Aquino, o antropólogo é levado para a aldeia porque a Funasa não atendeu às reivindicações dos índios. A maior reclamação deles é com relação à precariedade na assistência à saúde indígena nas aldeias, nos pólos de saúde e casas de saúde indígenas da região. Os índios cobram ainda uma solução para suspender a construção das hidrelétricas no Alto Juruena; a compensação dos impactos causados pela hidrelétrica construída na reserva dos povos Cinta Larga; um estudo de impacto ambiental e compensação dos prejuízos causados com a construção da hidrelétrica Dardanelos, em Aripuanã, e querem que a Prefeitura de Juína aplique diretamente nas aldeias 40% dos recursos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) Ecológico.

Aproximadamente 50 moradores da favela Paula Ramos, em protesto, fecham a Avenida Paulo de Frontin, no Rio Comprido, Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A ação denuncia o atropelamento que causou a morte de Cássio Viana da Costa, de 10 anos, no dia 23 de maio. Ao se aproximar da Rua do Bispo, segundo os manifestantes, outro grupo pára um ônibus da linha 110 (Rodoviária-Leblon), na saída do Túnel Rebouças, e põe fogo no veículo, após os passageiros descerem às pressas. Alguns manifestantes são levados para a 6ª Delegacia de Polícia (Cidade Nova). A família da criança atropelada nega envolvimento com o vandalismo.

Domingo 25

Cerca de 5 milhões de pessoas, segundo os organizadores, participam da 12ª Parada Gay, em São Paulo (região Sudeste). O ato é considerado a maior manifestação do gênero no mundo. A parada deste ano de 2008 tem como tema “A Homofobia Mata – por um Estado Laico de Fato”. Na entrevista coletiva que precedeu a manifestação, o coordenador-geral da Parada Gay, Manoel Zanini, disse que foram investidos cerca de R$ 1 milhão. Ele anunciou duas inovações para esta edição: uma música tema e um trio elétrico vazio, no fechamento da parada, para homenagear as vítimas de Aids e homofobia. A parada é realizada desde 1997, quando teve a participação de escassas duas mil pessoas. Aproximadamente 30 sindicalistas entram em confronto com a PM ao serem impedidos pela Associação da Parada do Orgulho Gay de São Paulo (região Sudeste) de desfilar na Parada com um carro de som. Segundo a polícia, eles tentaram interromper a passagem da parada. Quatro sindicalistas são detidos. O grupo integra a central sindical da Conlutas. As duas entidades trocaram acusações. “Todos os trios elétricos têm normas a seguir e eles não cumpriram algumas regras. Estavam com a documentação irregular”, afirma o presidente da Associação da parada, Alexandre Santos. José Maria de Almeida, presidente da Conlutas, nega e diz que o carro de som estava legalizado e acusa a associação de utilizar comercialmente a manifestação. Sem conseguir a saída pacífica dos sindicalistas, os

policiais usam cassetetes e são revidados. Os sindicalistas atiram cavaletes e batem nos policiais com cabo de madeira, segundo a PM. A Conlutas afirma que uma mulher teve a mão quebrada e diversas pessoas se feriram, mas não fornece o número de vítimas. Dois PMs foram atingidos por cavaletes de trânsito, supostamente atirados por sindicalistas. O major Pedro Borges afirma que integrantes do PSTU entraram portando bandeiras no carro de som da Conlutas. Manifestações político-partidárias não são permitidas na Parada. Almeida e outros três sindicalistas são levados para a 78ª Delegacia de Polícia, onde assinam um termo circunstanciado em que se comprometem a apresentar-se à Justiça para responder por desobediência e resistência à prisão e são liberados.

Cerca de 2,5 mil homens da Polícia Rodoviária Federal (PRF) aderem à paralisação por 24 horas realizada pela categoria. Segundo a Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (Fenaprf) o governo ainda não cumpriu acordo firmado em março de 2008 que prevê a obrigatoriedade de formação superior para novos policiais, fez convocações de plantões extraordinários e alterou de julho para novembro a data de concessão da primeira parcela de reajuste salarial (cerca de 9%). Os policiais rodoviários realizaram a paralisação pelo cumprimento do acordo. O balanço da Fenaprf aponta que houve adesão nos 26 estados e no Distrito Federal. Segundo o presidente da Fenaprf, Gilson Dias da Silva, a adesão está entre 80 e 90% do efetivo. A orientação é para que só sejam atendidos os casos de emergência e que os convocados para escala extra não compareçam. A federação afirma que caso não haja acordo com o governo, o indicativo de greve será mantido para o dia 30 de maio.

2ª feira 26

Cerca de 80 índios das etnias Irantxe e Mynky ocupam a sede da Funasa em Cuiabá no estado do Mato Grosso (região Centro-oeste). Os índios protestam contra a municipalização da saúde indígena. De acordo com o funcionário da segurança do prédio, José Pereira, os índios avisaram que estão dispostos a permanecer no prédio durante toda a semana, até que representantes da direção nacional da Funasa viajem de Brasília a Cuiabá para negociar as reivindicações. O atendimento é suspenso e dois funcionários são impedidos de sair. Os índios reclamam de um atraso de 5 meses no repasse de verbas para a ONG encarregada de atendimento à saúde indígena na região de Brasnorte no estado.

O movimento Rio de Paz promove ato público em frente à Câmara Municipal, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Na manifestação amigos e parentes do jovem Willian de Souza Marins, 19 anos, protestam contra a execução por policiais do Grupamento de Ações Táticas (GAT) do 14º Batalhão da PM, na tarde do dia 18 de maio. A manifestação é precedida pela entrega de um documento por representantes evangélicos e pelo presidente do Rio de Paz ao comandante Geral da PM do estado do Rio de Janeiro. Os manifestantes reivindicam que as investigações sejam realizadas com isenção, transparência e máxima urgência. Eles pedem também proteção para as testemunhas e familiares que viram o jovem ser executado pelos PMs.

Um grupo de 200 índios da etnia Terena mantém dois funcionários da Funai retidos no município de Miranda - Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). Duas pessoas foram feitas reféns. Os indígenas, da aldeia Moreira na Terra Indígena Pilad Rebuá reivindicam a anexação de uma área de 400 hectares ao território que já foi demarcado e está sendo ocupada por pequenas propriedades rurais. Segundo a Funai, desde a semana passada, integrantes das duas aldeias que compõem a Terra Indígena Pilad Rebuá – Moreira e Passarinho – ocupam uma fazenda de 80 hectares localizada na área reivindicada. Os Terena da aldeia Passarinho já deixaram o local e têm uma reunião marcada, em Brasília, com o coordenador de Identificação e Delimitação da Funai, Paulo Santilli. Atualmente, a Terra Indígena Pilad Rebuá se estende por uma área de 208 hectares e é ocupada por 280 famílias. Os 400 hectares reivindicados pelos índios são ocupados por pequenas propriedades rurais.

Índios Pataxó bloqueiam o trânsito na rodovia estadual MG-232 no estado de Minas Gerais (região Sudeste). Os índios bloqueiam a rodovia em um ponto próximo à cidade de Carmésia, no Vale do Rio Doce. Os Pataxó reivindicam que a empresa mineradora MMX estude medidas de compensação aos índios pelo aumento do tráfego de caminhões na estrada que corta a aldeia.

Participantes do Encontro Xingu Vivo para Sempre, realizado em Altamira, no estado do Pará (região Norte), divulgam carta onde se dizem contrários à construção de hidrelétricas ao longo do Rio Xingu e exigem a implementação de um projeto de desenvolvimento composto de 12 tópicos. O encontro aconteceu entre os dias 19 e 23 de maio e reuniu índios, ribeirinhos e organizações da sociedade civil para discutir os empreendimentos hidrelétricos previstos para o Rio Xingu. Durante o evento, o engenheiro da Eletrobrás Paulo Fernando Rezende foi ferido a faca por índios Caiapós após palestrar sobre o projeto da hidrelétrica de Belo Monte. Entre os que assinam a carta estão a CPT, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Instituto Sócio-Ambiental (ISA), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), o CIMI, além de vários índios das etnias Caiapó e Xikrin. Sobre a usina de Belo Monte, um dos principais projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o documento afirma que “interromper o Xingu em sua Volta Grande causará enchentes permanentes acima da usina, deslocando milhares de famílias ribeirinhas e moradores da cidade de Altamira, afetando a agricultura, o extrativismo e a biodiversidade, e encobrindo nossas praias”. Já a respeito das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) os responsáveis pela carta alegam que “algumas já foram construídas, outras já estão autorizadas e até o momento não houve qualquer tipo de avaliação dos impactos que esse conjunto de obras causará aos 14 povos indígenas do Parque Indígena do Xingu”.Os participantes do encontro se declaram "conhecedores do Rio Xingu" e exigem a implementação de 12 propostas descritas ao longo do texto. Entre elas estão: a criação de um fórum de articulação dos povos da bacia que permita uma conversa permanente sobre o futuro do rio e que possa caminhar para a criação de um Comitê de Gestão de Bacia do Xingu; a consolidação e proteção efetiva das Unidades de Conservação e Terras Indígenas bem como o ordenamento fundiário de todas as terras públicas da região da Bacia do Xingu e a imediata criação da Reserva Extrativista do Médio Xingu.

3ª feira 27

Cerca de 50 representantes do Movimento Brasil Sem Aborto, da Associação Pró-Vida, Família e da Arquidiocese de Brasília, realizam ato público em frente ao STF em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os manifestantes reivindicam que os ministros votem a favor da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) 3510, que questiona o artigo 5º da Lei de Biossegurança que autoriza a realização de pesquisas científicas com células-tronco de embriões que estejam congelados há mais de três anos. O julgamento da ação será retomado no dia 28 de maio. Segundo os manifestantes, o uso de células-tronco embrionárias fere o direito à vida. Além disso, eles alegam que os estudos feitos com esse tipo de célula em outros países não têm tido bons resultados, ao contrário das pesquisas com células-tronco de adultos.

Os motoristas e cobradores de ônibus fazem uma paralisação na capital e na região metropolitana de Belém – Pará (região Norte). Segundo a Secretaria Municipal de Transportes, os rodoviários não aceitaram a proposta de reajuste salarial de 6% e pedem um aumento de 10%. A assessoria da secretaria informa que há paralisação total da frota. De acordo com a secretaria, a lei determina que 30% da frota seja colocada nas ruas e a Justiça já foi comunicada da irregularidade.

Integrantes do MST bloqueiam a rodovia BR-163 entre Sinop e Itaúba, em Mato Grosso (região Centro-oeste). Segundo site do MST 800 sem-terra participam da ação. Na região Norte do estado, 500 trabalhadores rurais trancaram a MT-070, no município de Sinop. O MST reivindica áreas para a criação de assentamentos, investimentos de infra-estrutura nos assentamentos e regularização ambiental. O MST cobra a presença de representantes do Incra, da Secretaria do Estado de Meio Ambiente (SEMA) e do Ibama para discutir o assentamento de 2 mil famílias ainda em 2008, topografia e licenciamento ambiental e parcelamentos dos lotes para as 558 famílias, créditos para alguns trabalhadores, além do fornecimento de cestas básicas. Houve um princípio de tumulto, mas nenhuma agressão foi registrada. Os manifestantes, que já haviam bloqueado a rodovia no dia 26 de maio por cerca de 12 horas, afirmam que, até o momento, nenhuma medida foi tomada para agilizar o processo de reforma agrária na região. Ainda no estado 180 trabalhadores do MST ocuparam a sede do Incra, em Cáceres. "Estamos pressionando o Incra e o governo do Estado porque a pauta que entregamos já está amarelada e nos últimos anos não se tem avançado em nada", diz a integrante da coordenação nacional do MST, Itelvina Mafioli.

Índios das etnias Terena, Guarani e Caiuá ocupam a sede da Funai de Dourados, município localizado a cerca de 200 km de Campo Grande no estado do Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). Eles reivindicam a substituição da administradora regional do órgão, Margarida Nicoletti. O grupo, que diz representar 28 aldeias, critica o aumento da violência, a falta de políticas de geração de renda e quer que um índio seja indicado para assumir o posto. A procuradoria da entidade entra na Justiça com uma ordem de reintegração de posse.

Cerca de 200 índios da etnia Pataxó bloqueiam a rodovia MG-232 que dá acesso a Carmésia, no Vale do Rio Doce em Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste). Os indígenas impedem a passagem de caminhões da mineradora MMX. De acordo com os índios, as aldeias querem que a empresa doe tratores e outras máquinas para compensar o transtorno causado pelo tráfego de caminhões na reserva.

Um grupo com 50 índios das etnias Caingang e Guarani ocupam a sede da Funasa em Curitiba no estado do Paraná (região Sul), além disso, segundo jornal O Globo, também foi ocupada a Anvisa. Eles liberaram as pessoas que se encontravam no interior do edifício. Os indígenas afirmam que somente deixarão o edifício mediante a atualização do valor repassado para a Associação de Defesa do Meio Ambiente de Reimer, ONG que cuida do atendimento médico das reservas indígenas do estado. Eles também reivindicam a reativação do contrato com uma empresa de transporte responsável por levar crianças e doentes para consultas fora das aldeias.

Aproximadamente 1.300 trabalhadores, ligados ao Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), protestam em diversos municípios do estado do Rio Grande do Sul (região Sul). Os trabalhadores reivindicam trabalho, moradia e alimento. Na capital, Porto Alegre, 500 trabalhadores bloqueiam parte da terceira Perimetral e seguem em caminhada até a agência da CEF. Em Palmeira das Missões e em Caxias do Sul, na Serra, 400 trabalhadores ocupam prédios abandonados. Em Pelotas, 200 trabalhadores ocupam um antigo galpão do estado que era utilizado por catadores como usina de reciclagem que, atualmente, o governo aluga para arrozeiros estocarem a produção. Em Lajeado, 150 trabalhadores realizam ato em frente ao Sistema Nacional de Emprego (Sine). As mobilizações marcam o lançamento da campanha nacional do MTD, que defende a redução da jornada de trabalho, criação de pontos populares de trabalho e redução da tarifa de luz.

Cerca de 600 servidores públicos e trabalhadores realizam uma audiência pública na Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina (região Sul). O objetivo dos servidores é criticar a criação do Instituto de Previdência de Santa Catarina (IPREV), como forma de solucionar as dívidas do atual instituto, o IPESC. Os manifestantes também defendem, juntamente com trabalhadores e sindicalistas, a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas sem redução dos salários.

Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Paraná (região Sul) paralisam as aulas no departamento em protesto à Portaria 8/2008 instituída pelo chefe de departamento. Os estudantes são contra a Portaria, pois esta possibilitaria que professores não lecionassem mais na graduação e, segundo os estudantes, é inconstitucional, pois está previsto na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e afirma que cada professor do ensino superior deve lecionar pelo menos 8 horas semanais na graduação. Além de reivindicar a não aprovação da portaria, os estudantes exigem a paridade nos conselhos entre professores, estudantes e técnicos e o cumprimento dos princípios previstos na LDB e que a Universidade tem compromisso com o ensino, pesquisa e extensão.

Em seu informe anual sobre direitos humanos em 150 países, a Anistia Internacional alerta que as políticas de crescimento econômico do Brasil não podem continuar desvinculadas dos direitos humanos e se mostra preocupada com as obras do PAC. De acordo com a Anistia, ONGs brasileiras "manifestaram preocupação pelo impacto causado por projetos de pavimentação de estradas e de construção de represas próximo a terras indígenas". A organização internacional ainda alerta para os riscos de ampliação das fronteiras agrícolas, sem respeito aos direitos dos trabalhadores; registra que grupos de extermínio organizados pelas próprias polícias, principalmente em São Paulo, continuam atuando; relata a tortura e a injustiça nas prisões em todo o país, a exploração dos cortadores de cana-de-açúcar, principalmente em São Paulo (região Sudeste), e de indígenas nos canaviais do Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste); e critica o fato de que o Brasil é "um dos únicos países da região que não contestaram as leis que deram imunidade às autoridades do regime militar", não punindo torturadores. No entanto, há espaço para elogios ao governo, destacando o documento sobre 475 casos de tortura e desaparecimentos do governo militar que foi criado pela Comissão sobre Mortos e Desaparecidos. Além disso, o relatório apontou a existência de trabalho forçado no setor canavieiro, principalmente nos estados de São Paulo (região Sudeste) e Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). O pesquisador da Anistia Internacional relacionado a assuntos do Brasil, Tim Cahill, afirma ainda que a impunidade ajuda a tornar a situação mais grave. Como exemplo do problema, ele cita o caso da morte da missionária norte-americana Dorothy Stang, no Pará (região Norte), em fevereiro de 2005. Cahill também ressalta que o Brasil é ainda um dos únicos países da região a não contestar as leis que imunizaram os militares e as autoridades da Ditadura responsáveis por graves abusos dos direitos humanos, entre elas a tortura.

Comerciantes do Rio Grande do Sul (região Sul) e de Minas Gerais (região Sudeste) aderem ao "Dia da Liberdade de Impostos" para protestar contra a alta carga tributária. Donos de postos de combustíveis, lojas de eletrodomésticos e concessionárias de veículos, de cinco cidades gaúchas (Porto Alegre, Novo Hamburgo, Cachoeira do Sul, Pelotas e Lajeado), vendem e sorteiam produtos descontando do preço final a parcela referente aos tributos. Com isso, o preço médio do litro da gasolina, por exemplo, cai de R$ 2,61 para R$1,40, sendo que a diferença do que foi deixado de cobrar foi ressarcida pela Associação da Classe Média (Aclame), entidade com sede em Porto Alegre composta por empresários que realizam há quatro anos protestos no Rio Grande do Sul contra a alta carga tributária no país. Ao mesmo tempo, há ainda protestos, com passeatas e panfletagem nas ruas de outros 20 municípios gaúchos. Já em Belo Horizonte, em Minas Gerais (região Sudeste), dois postos de combustíveis venderam cerca de 10 mil litros de gasolina sem incluir no preço a parcela referente aos tributos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, mais de 53% do preço da gasolina é tributo.

O dirigente nacional do MST, Jaime Amorim, é condenado a quatro meses de detenção pela Justiça de Pernambuco (região Nordeste) por ter participado de uma manifestação em frente ao Consulado dos Estados Unidos da América (EUA). O sem-terra é condenado por incitação ao crime durante os protestos contra a visita do presidente norte-americano George Bush ao Brasil, em 2005. Em nota, o MST reclama que desde o início o julgamento de Amorim foi tendencioso. O processo, pedido pelo próprio Consulado dos EUA, foi

baseado em fotos fornecidas pela instituição. De acordo com o texto, as fotos entregues à Justiça continham a figura de Amorim destacada como sendo a liderança do protesto. O MST afirma que irá recorrer da decisão.

4ª feira 28

Cerca de 600 pessoas realizam uma manifestação na ponte Octávio Frias de Oliveira, bloqueando a pista sentido Interlagos. Os manifestantes se reúnem pelo Dia Nacional de Luta pela Redução da Jornada de Trabalho em São Paulo – SP (região Sudeste). De acordo com a PM, além dos manifestantes, um carro de som também está no local. Os protestos são organizados por centrais sindicais, entre elas a Força Sindical, e contam com operários, metalúrgicos e trabalhadores da construção civil.

O ministro da Educação, Fernando Haddad, defende, em encontro com líderes partidários na Câmara, o projeto que cria sistema de cotas nas instituições federais de ensino superior, técnico e tecnológico. Os líderes elogiam a proposta, mas DEM e PSDB tentam modificar o texto, trocando o critério racial pelo critério de renda. As negociações continuam e o projeto deverá ser incluído na pauta de votações em até 15 dias. A proposta, defendida pelo ministro Haddad, reserva 50% das vagas oferecidas pelas instituições para estudantes que tenham cursado integralmente os 3 anos do ensino médio em escolas públicas. Neste ponto há total concordância entre os deputados. Há ainda uma subcota polêmica: em cada estado os 50% serão divididos de acordo com a proporção racial, segundo censo do IBGE.

Indígenas ocupam a sede da Funasa em Porto Velho – Rondônia (região Norte). Os índios reivindicam o repasse de valores atrasados para serviços de atendimento à saúde indígena. Segundo a assessoria do órgão, até o início da noite o prédio continuava ocupado.

Índios Pataxó liberam o trânsito na rodovia estadual MG-232 no estado de Minas Gerais (região Sudeste). Durante dois dias, índios Pataxó bloquearam o trânsito na rodovia em um ponto próximo à cidade de Carmésia, no Vale do Rio Doce. A comunidade reivindica que a empresa mineradora MMX compense os índios pelo aumento do tráfego de caminhões na estrada que corta a aldeia. Os indígenas detiveram cinco veículos que, segundo eles, prestavam serviço à mineradora. Segundo o vice-cacique da aldeia Guarani, Urumã Pataxó, o bloqueio foi suspenso mas os Pataxó continuarão reivindicando que a MMX compense a comunidade pelo aumento do tráfego de caminhões na estrada que corta a aldeia indígena. O vice-cacique garante que depois de esperar mais de um mês por uma resposta da empresa, os indígenas resolveram bloquear a estrada. Em nota, a companhia garante que no dia 7 de abril, representantes da MMX se reuniram com integrantes do Comitê de Gestão das Causas Indígenas (Comind) para informar a comunidade sobre a passagem de caminhões a partir de maio. No município de Carmésia, no Vale do Rio Doce, a empresa construiu um dos vários pátios de estocagem que abrigarão os tubos que serão utilizados na obra. Durante o encontro, o cacique Mesaque Pataxó teria feito ameaças sobre o início da cobrança de um pedágio para os caminhões que transportariam os tubos. Ainda segundo a

nota, a empresa teria se recusado a pagar qualquer taxa, uma vez que considera indevida e ilegal a cobrança em uma rodovia estadual. A MMX afirma que, só então, o cacique teria apresentado um projeto social de mecanização agrícola, solicitando máquinas e equipamentos. A empresa diz ter rejeitado a proposta por ela não ter qualquer relação com suas ações na região. Entre os veículos retidos pelos indígenas, há, segundo a assessoria da empresa fabricante dos tubos, Confab, duas carretas carregadas, uma ambulância e uma kombi. As duas carretas pertencem à Transportadora DellaVolpe, contratada pela Confab para entregar os tubos à MMX. O vice-cacique garante que há cinco veículos detidos na aldeia: além das duas carretas, uma pick-up, uma kombi e uma ambulância que pertenceriam às companhias que prestam serviço para a MMX.

Cerca de 200 pessoas de famílias de sem-teto são despejadas, por determinação judicial, do prédio que ocupavam há sete meses, no bairro da Armênia, próximo à região central da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste). Apesar de a ação ter envolvido PMs, a saída foi pacífica. À tarde, o grupo foi conduzido provisoriamente até um outro prédio ocupado na região central da cidade. De acordo com a Secretaria de Habitação do município, cada família desalojada receberá um auxílio-habitação mensal de R$ 300 por seis meses, a partir do dia 30 de maio. Depois desse período, as famílias serão incluídas em programas de habitação da cidade ou do estado. O representante jurídico do grupo desalojado, Benedito Barbosa, informou que a maioria "não tem para onde ir e antes vivia em cortiços na região central onde ganham a vida como catadores de material reciclável". O advogado informou ainda que entrou no dia 27 de maio com pedido para que a juíza Cláudia Maria Pereira Ravacci, da 35ª Vara da Justiça Estadual, volte atrás em sua decisão. Ela concedeu liminar, no último dia 12 de fevereiro, favorável à desocupação do imóvel. Barbosa considerou ter ocorrido "um desvio na ação", justificando que o despacho era referente a uma solicitação do proprietário sobre uma ocupação anterior feita por outro grupo de pessoas. Ele defende mudanças no princípio jurídico de interpretação em torno das ações que envolvam ocupações do gênero no sentido de que as famílias possam ter acesso a negociações para ter direito à moradia.

Metalúrgicos, bancários, químicos, eletricitários, comerciários, motoristas e trabalhadores de pelo menos outras 11 categorias profissionais fazem paralisações, passeatas e manifestações em todo o país para pedir a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais sem diminuição salarial, como prevê a Proposta de Emenda Constitucional 393, de 2001. O Dia Nacional de Luta das centrais sindicais pela Redução da Jornada de Trabalho sem Redução de Salário mobiliza milhares de trabalhadores no país. Os atos foram organizados pela CUT, Força Sindical, UGT, CGTB, CTB e Nova Central para marcar o Dia Nacional de Luta pela Redução da Jornada. De acordo com reportagem da "Folha de S. Paulo", cerca de 1,2 milhão de trabalhadores participaram dos manifestos, segundo informações das centrais sindicais. As centrais reivindicam a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas. De acordo com levantamento da CUT, as mobilizações de rua ocorrem em São Paulo, Espírito Santo (região Sudeste), Paraná, Rio Grande do Sul (região Sul), Pernambuco (região Nordeste), Tocantins (região Norte). Em São Paulo, os trabalhadores atrasam a abertura de bancos e dos trabalhos em fábricas. No Espírito Santo,

os trabalhadores atrasam a entrada em fábricas da mineradora Vale. No Tocantins, ocorre um ato público em frente à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.

Um grupo de sindicalistas ligados à CUT se reúne na plataforma superior da rodoviária de Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para recolher assinaturas em favor da redução da jornada de trabalho. As centrais comemoram o Dia Nacional de Luta pela Redução da Jornada de Trabalho sem redução de salários. Os atos públicos, paralisações, atrasos na entrada ao trabalho e passeatas foram realizados em todo o país. A proposta é que com a redução as horas semanais passem de 44 para 40. O diretor da CUT no Distrito Federal, Cícero Rôla, declara que a CUT pretende entregar um abaixo-assinado no dia 3 de junho, no Congresso Nacional, para pressionar os parlamentares a aprovarem a diminuição da jornada de trabalho. Além da redução da jornada, as manifestações também são em favor da aprovação das Convenções 151 e 158 da OIT. A Convenção 151 "é um instrumento que regulamenta o direito dos trabalhadores [*do serviço público*] de greve e de ter uma negociação anual", explicou o diretor da CUT. Já a convenção 158 restringe a demissão sem justa causa, que, segundo Cícero, está sendo usada pelo setor privado como maneira de pagar salários menores aos trabalhadores. Os empregados mais antigos são demitidos para a contratação de novos funcionários com salários em média 10% menores. De acordo com ele, 44% da mão-de-obra no Brasil sofrem essa "rotatividade". Na cidade de São Paulo – SP (região Sudeste) as manifestações aconteceram em 11 pontos, além de atos em diversas cidades do estado.

Policiais civis e agentes penitenciários entram em greve no estado do Maranhão (região Nordeste). Os policiais pedem um reajuste de 30% do salário, a criação de um novo plano de cargos e salários e o pagamento de gratificação de local de difícil provimento. A gratificação de R$ 213 seria paga aos policiais que trabalham no interior do estado. Atualmente, só os delegados recebem o benefício. Os grevistas explicam que a maioria das reivindicações foi negociada em outubro de 2007, com o fim da greve que durou 10 dias. Outro ponto de reivindicação é o aumento do efetivo. Segundo o sindicato, a polícia civil do Maranhão possui um efetivo de 1.595 pessoas e seriam necessários mais 450 agentes, 250 escrivães e 70 peritos. De acordo com o presidente do Sindicato dos Policiais Civis, Amon Jessen, o Maranhão possui um dos menores efetivos do país.

Trabalhadores do Porto de Itajaí, em Santa Catarina (região Sul), aderem a um dia de greve em apoio à categoria no país. O objetivo da paralisação é pressionar o Congresso Nacional antes da votação sobre a aposentadoria especial, que inclui a classe trabalhadora dos portuários.

Índios das etnias Guarani e Caingangue desocupam a sede da Funasa em Curitiba - Paraná (região Sul). Para conseguir a saída dos indígenas a Funasa se comprometeu a publicar no dia 29 de maio, no Diário Oficial da União, a autorização para o repasse de R$ 824 mil para a Associação de Defesa do Meio Ambiente de Reimer, ONG que cuida do atendimento médico das reservas indígenas do Paraná. A ocupação ocorreu no dia 27 de maio e cerca de 100 funcionários foram mantidos reféns. Seis diretores continuavam como reféns ainda neste dia 29 de maio e foram liberados com o compromisso de voltar pela manhã para que

as negociações fossem retomadas. Segundo o cacique Márcio Lourenço, da reserva de Laranjinha, apenas algumas lideranças permanecerão na regional da Funasa "para ter certeza de que a reivindicação será atendida". Ele explicou que um convênio assinado entre a ONG e a Funasa prevê o repasse de R$ 4,8 milhões até o final de 2008, mas até agora nenhuma parcela foi liberada. Os índios denunciam que duas parcelas – de R$ 200 mil e R$ 600 mil – , que deveriam ter sido liberadas em dezembro de 2007 e janeiro de 2008, não foram pagas. Segundo o cacique, a situação nas 45 aldeias onde vivem cerca de 13 mil indígenas é precária, sendo que muitas estão sem medicamentos, inclusive os de uso contínuo. Os índios reivindicam ainda a reativação do contrato com uma empresa de transporte para levar as crianças e doentes para consultas fora das aldeias. O pedido ficou para ser discutido na próxima semana.

Em Belém – Pará (região Norte) os Caingangue e Guarani liberam o prédio que abriga representações do Ministério da Saúde, depois de fecharem acordo com a direção nacional da Funasa para o repasse de R$ 220 mil que serão usados no pagamento dos serviços de saúde.

5ª feira 29

Índios Guarani mantêm seis técnicos da Funasa como reféns em uma aldeia de Ubatuba, no litoral norte de São Paulo (região Sudeste). A Funasa já pediu à PF que garanta a integridade física dos servidores e diz não ter recebido qualquer reivindicação da comunidade indígena. A fundação garante que está tentando entrar em contato com o cacique da Aldeia Renascer. Os seis funcionários são liberados após um acordo em que o órgão se comprometeu a analisar as reivindicações sobre melhorias no sistema de captação de água e esgoto na aldeia. Segundo a Agência Brasil, embora os funcionários não tenham recebido maus-tratos, eles foram obrigados a permanecer na aldeia Renascer, onde estavam a serviço, por mais de 15 horas.

O presidente do STF, Gilmar Mendes, divulga oficialmente em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) o resultado do julgamento que libera, sem restrições, a continuidade das pesquisas com células-tronco embrionárias no Brasil. Por 6 votos a 5, os ministros da corte julgaram improcedente a ação direta de inconstitucionalidade contra o artigo 5º da Lei de Biossegurança. A Lei de Biossegurança foi aprovada em 2005 e o seu artigo 5º permite que embriões congelados há mais de três anos sejam usados para pesquisas. A tese favorável à liberação das pesquisas, defendida pelo relator da ação, ministro Ayres Britto, foi acompanhada também pelos ministros Celso de Mello, Marco Aurélio Mello, Joaquim Barbosa, Cármen Lúcia e Ellen Gracie. Prevaleceu o entendimento do relator de que "um embrião congelado, que jamais será gerado, não pode gozar dos direitos de proteção da vida e da dignidade da pessoa humana". Entre os votos vencidos, do ministro Eros Grau e do presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, houve recomendação de reparos técnicos à legislação. Ricardo Lewandowski e Menezes Direito se manifestaram por restrições às pesquisas, o que, segundo especialistas, na prática as inviabilizaria. A CNBB divulgou nota lamentando a decisão do STF. Segundo a nota, a decisão do supremo revela uma grande

divergência sobre o assunto, o que mostra que alguns ministros têm a mesma posição da CNBB. “Não se trata de uma questão religiosa, mas de promoção e defesa da vida humana em qualquer circunstância”, afirma a nota. Ainda de acordo com a nota, o embrião é uma vida humana e tem direito a proteção do Estado. E a circunstância de estar in vitro ou no útero materno não diminui e nem aumenta esse direito. A professora e psicóloga Lídia Said classificou como uma perda para a sociedade a aprovação do uso de células-tronco embrionárias. Com a frase: “Por que usar embriões humanos, se a ciência avança com células-tronco adultas?” estampada na camiseta, Lídia defende a adoção dos embriões excedentes e afirma que se ofereceria, mesmo já tendo cinco filhos. O advogado-geral da União, José Antonio Dias Toffoli, afirmou que as pesquisas com células-tronco embrionárias são submetidas a um comitê de ética, conforme foi sugerido por ministros que foram vencidos na votação do julgamento das normas da Lei de Biossegurança, no STF. Ele explicou que as manifestações dos ministros foram motivadas pelo fato de a existência do comitê não estar prevista expressamente na Lei de Biossegurança. “Mas, evidentemente, continuará esse órgão a existir e atuar na fiscalização das pesquisas. Ele tem, inclusive, poder de interromper ou suspender as pesquisas que no seu curso afrontarem parte da lei ou das normas éticas”, garantiu o representante da AGU. O presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, votou pela constitucionalidade, com ressalvas, da lei que autoriza as pesquisas. Segundo Mendes, a legislação brasileira sobre o assunto carece de maior rigor, se comparada com a regulamentação feita por outros países que já se utilizam das pesquisas. Entretanto, ao condicionar a permissão das pesquisas à aprovação de um comitê central de ética, o presidente do STF ressaltou que “declarar a inconstitucionalidade causaria um vício legislativo mais danoso do que a manutenção da sua vigência”, através de uma “solução reparadora”.

Cerca de 500 pessoas organizadas na Central de Movimentos Populares (CMP) de São Paulo, a União de Movimento de Moradia (UMM), Assembléia Popular e outras entidades, se reúnem na Praça da Sé, na cidade de São Paulo – SP (região Sudeste). O ato faz parte das ações do dia de mobilização em defesa das políticas públicas com participação popular e contra as privatizações. Além da questão da tarifa de energia, a mobilização reivindicou também ampla reforma urbana e política habitacional em São Paulo; políticas públicas para as mulheres; geração de emprego e renda; efetivação do SUS; políticas públicas para a criança e o adolescente; para a cultura e para a população de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBTT), entre outras. Os manifestantes caminharam até a AES Eletropaulo e fizeram a entrega de 500 autodeclarações que garantem a Tarifa Social Baixa Renda para aqueles que consomem até 220 kwh/mês. O que significa um desconto de até 65% na conta de luz. Além disso, foi protocolado na distribuidora um documento com várias reivindicações a respeito da cobrança de tarifas de energia elétrica. Entre elas, a publicidade ampla sobre a questão da Tarifa Social e a negociação viável de contas vencidas, sem o corte da luz por motivo de inadimplência. Segundo Cida Tijiwa, da coordenação da CMP, desde a privatização da distribuidora, os serviços pioraram consideravelmente e muitos não recebem as contas, ou recebem duplicadas e têm que pagar duas vezes. Além disso, as leituras não correspondem ao consumo e o atendimento é péssimo.

Integrantes do MST põem fim à ocupação da CDA, em Ondina, no estado da Bahia (região Nordeste). A ocupação foi realizada no dia 12 de maio. Com cerca de 500 pessoas, o objetivo da ocupação era pressionar o governo do estado para o cumprimento do acordo realizado em abril de 2007. Os integrantes, em sua maioria já assentados, obtêm o compromisso do governo estadual de acelerar as melhorias nas propriedades rurais. Os assentados já aguardavam há mais de um ano as obras prometidas pelo governo estadual.
Em 2007 o MST realizou uma marcha com 5 mil pessoas de Feira de Santana a Salvador e foi recebido publicamente pelo governador Jaques Wagner (PT). Em março de 2008, o MST ocupou a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (Seagri) com cerca de 3 mil pessoas, a fim de pressionar o cumprimento dos itens acordados. O governo havia sinalizado com novos prazos que até então não tinham sido cumpridos. A maior parte das reivindicações (que já tinham sido aprovadas há mais de um ano) teve sua implementação iniciada ou acelerada. Entre os pontos estão: assistência técnica e capacitação; recuperação de 5 mil casas; construção de 3 mil casas; 11.013 ligações elétricas; mil quilômetros de estradas; implementação de cinco pontos de café e apoio às cadeias produtivas.

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 7ª Região decreta a ilegalidade do movimento de greve de motoristas e cobradores de ônibus em Fortaleza - Ceará (região Nordeste). O despacho, assinado pelo desembargador e presidente em exercício do TRT, Manoel Arízio Eduardo de Castro, não reconhece o movimento Conlutas, que desde o início do mês organiza paralisações com a categoria. Segundo a determinação do desembargador, os motoristas que aderirem à greve podem ser demitidos por justa causa. Os sete terminais de integração de Fortaleza amanhecem sob forte escolta policial. Segundo a polícia, cerca de 160 homens da PM, além de guardas municipais, reforçam a segurança para impedir que os terminais sejam bloqueados, como ocorreu durante três dias no início de maio. Sales Ribeiro, porta-voz do movimento Conlutas, lamenta a decisão do judiciário e diz que, sem o direito de greve, os trabalhadores perdem e ficam sem alternativas para negociar com os empresários.

Representantes das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil entregam a “Carta de Porto Alegre” ao presidente da Assembléia Legislativa, deputado Alceu Moreira, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). O documento contém as principais reivindicações e conclusões do Seminário Interestadual das Casas, entre elas a promoção da sustentabilidade das casas familiares rurais, destinando recursos públicos conforme prevêem as legislações federal e estadual. O parlamentar afirma que é preciso definir quem serão os responsáveis políticos e técnicos, a meta, o tempo e o resultado que desejam alcançar para que a Assembléia Legislativa possa colaborar na questão.

Estudantes e funcionários da Universidade de São Paulo (USP), na capital do estado São Paulo – SP (região Sudeste), desistem do protesto que faziam desde o dia 27 de maio na reitoria. O objetivo da ação era protestar contra a decisão do órgão de não liberar os funcionários para o 5° Congresso da USP. A universidade deu, no dia 28 de maio, prazo até este dia 29 para os manifestantes saírem pacificamente, caso não ocorresse a universidade chamaria a PM. Os estudantes resolvem sair e apoiar o protesto de funcionários e professores da USP, Universidade Estadual Paulista (Unesp) e Unicamp na reitoria da

Unesp. No local de uma reunião, em que reitores das universidades recusam o aumento pedido pelos funcionários.

O juiz federal José Pires da Cunha determina a desocupação da sede da Funasa em Cuiabá – Mato Grosso (região Centro-oeste), ocupada por índios no dia 26 de maio. A decisão atende ao pedido da Procuradoria Jurídica da fundação, cujas atividades estavam paralisadas desde a ocupação. O juiz acionou a PF para fazer a reintegração de posse. Os índios ampliam as reivindicações, que antes eram referentes ao repasse de verbas para a saúde indígena, exigindo, agora, a presença do presidente do órgão em Cuiabá Danilo Forte. Um dos líderes indígenas diz que o protesto é pacífico e que eles pretendem desocupar o prédio, mas não sem resolver a questão.

6ª feira 30

Índios deixam a sede regional da Funasa, em Cuiabá no estado do Mato Grosso (região Centro-oeste). O local estava ocupado desde o dia 26 de maio. A Funasa informou que os manifestantes decidiram desocupar o prédio depois de se reunirem, no dia 29 de maio, com o coordenador regional do órgão, Marco Antônio Stangherlin. Em nota, a Fundação informa que já liberou a parcela pendente do convênio com a Organização Amazônia Nativa (Opan). No dia 29 de maio a Funasa havia explicado que não poderia repassar qualquer recurso à ONG até que o Ministério Público Federal (MPF) avaliasse a prestação de contas do órgão.

Policiais Rodoviários Federais entram em acordo com o governo e resolvem suspender a greve que teria início neste dia 30 de maio. A decisão foi tomada durante a reunião entre representantes dos Ministérios da Justiça e do Planejamento e da Polícia Rodoviária Federal. Em nota, o Ministério da Justiça divulga que o secretário nacional de Recursos Humanos, Duvanier Ferreira, ratificou o acordo que já havia sido celebrado pelo Ministério da Justiça. Ficou acertado que os policiais receberão aumento salarial entre 9% a 15%. O acordo também prevê a exigência de curso superior para ingresso na corporação. Com isso o governo cumpre na íntegra as reivindicações da classe. No dia 25 de maio a categoria paralisou suas atividades em alguns locais.

Cerca de 500 pessoas, entre alunos, residentes, profissionais de saúde e pacientes protestam contra a falta de recursos no Hospital Clementino Fraga Filho, da UFRJ no estado do Rio de Janeiro (região Sudeste). Durante o protesto, foram fechadas duas faixas da Linha Vermelha, via expressa que liga o centro da cidade aos municípios da Baixada Fluminense. O ato terminou em confusão quando homens do Batalhão de Choque da PM lançaram bombas de gás lacrimogêneo contra os manifestantes. Uma estudante do curso de Medicina ficou ferida e reclamou da atuação violenta dos policiais. Com o lançamento das bombas, houve pequena dispersão dos manifestantes, que, em seguida, voltaram a ocupar as faixas, alguns permanecendo sentados na pista. A via foi totalmente obstruída por 35 minutos. Segundo o chefe do Serviço de Anestesia, Leonel Pereira, faltam no hospital desde

materiais simples como papel higiênico e álcool, até insumos de mais alta complexidade, como transdutores de pressão. O diretor da unidade, Alexandre Pinto Cardoso, informou que o déficit mensal é de R$ 600 mil. “E isso vem se acumulando porque os custos do hospital aumentam muito mais do que o volume dos recursos que recebemos.” Cardoso defendeu a abertura emergencial de concursos para suprir a falta de profissionais. Ele disse que, atualmente, cada mês, R$ 1,3 milhão, que fazem parte da verba de custeio da unidade, é usado no pagamento de profissionais terceirizados. Outra manifestação já havia sido realizada no dia 16 de maio.

Alunos e profissionais das unidades de saúde das Universidades Estadual – UERJ e Federal do estado do Rio – Unirio, Hospital Pedro Ernesto e Gafrèe e Guinle, respectivamente, promovem uma caminhada pelas ruas do bairro do Maracanã, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O ato representa um protesto contra a situação dos hospitais ligados às unidades. O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, que foi aluno do Hospital do Fundão, reconheceu as dificuldades financeiras enfrentadas pelos hospitais universitários, mas ressaltou que a pasta repassa anualmente recursos “significativos”, totalizando R$ 1,5 bilhão, às 47 unidades, ligadas ao Ministério da Educação. “Isso se resolve com mais recursos, mas também com mais eficiência de gestão”, disse ao participar de um evento na sede da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio. A assessoria de imprensa do Ministério da Educação informou que não existe previsão de novas contratações, nem de aumento no repasse de recursos para os hospitais universitários.

As famílias do assentamento São Sebastião, na cidade de Ceará Mirim, no Rio Grande do Norte (região Nordeste), encaminham denúncia à Ouvidoria Agrária Nacional sobre a instalação ilegal de uma pedreira em área de reserva ambiental. Os agricultores reclamam que adultos e crianças e até mesmo os animais sofrem com as queimadas provocadas pela pedreira na região, inclusive casas e cisternas estão cheias de rachaduras devido às explosões e escavações. O assentamento existe na região desde 1997, sendo que há nove anos a pedreira se instalou sem autorização e já domina 10% do assentamento. Os assentados afirmam que a empresa tomou toda a área de reserva ambiental. As famílias afirmam também que já comunicaram há anos a ilegalidade, mas a superintendência do Incra nunca tomou alguma atitude.

Bancários se mobilizam contra a possível privatização da Nossa Caixa, único banco estatal do estado de São Paulo (região Sudeste). Reuniões e assembléias estão sendo realizadas com a categoria, parlamentares e demais trabalhadores, a fim de criar resistência à venda do banco pelo governador José Serra, do PSDB. O Banco do Brasil foi o primeiro banco a fazer a oferta ao governador. No entanto, legalmente o processo deve passar por um leilão, o que abre a possibilidade de o banco ser vendido a instituições privadas.

O Incra e a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) do Pará (região Norte) assinam um Termo de Ajustamento de Conduta para acelerar as concessões de licenças ambientais em assentamentos na região. Em até 30 dias, as superintendências do Incra devem apresentar à SEMA planos de ação contendo cronograma com prazos e metas para o licenciamento dos assentamentos. O Incra do Pará também precisa apresentar, em até um ano, outros planos

de ação para a prevenção e recuperação ambiental dos assentamentos. As medidas contidas nesses planos devem estar associadas à assistência técnica e ao financiamento público.

Estudantes da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) ocupam a sede da Fundação Educacional e Cultural para o Aperfeiçoamento da Educação e da Cultura, no centro de Santa Maria – Rio Grande do Sul (região Sul). A ação é um protesto contra o envolvimento da Fundação Educacional e Cultural para o Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Educação e da Cultura (FUNDAE), junto com a Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência (FATEC), ambas fundações de apoio ligadas à UFSM, na fraude do Departamento estadual de Trânsito (DETRAN). A fraude no Detran lesou os cofres públicos em pelo menos R$ 44 milhões. A água e a luz são cortadas e a polícia isola o local, impedindo a aproximação de pessoas e da imprensa. O movimento divulga um manifesto com reivindicações, entre elas mais verbas para a educação e maior fiscalização aos desvios do dinheiro público.

Cinco servidores da Funai são mantidos reféns por índios da aldeia dos Krikati, em Montes Altos – Maranhão (região Nordeste). A comunidade Krikati reivindica o término da atividade de levantamento fundiário e regularização fundiária, com vistas ao pagamento das benfeitorias consideradas de boa-fé aos ocupantes que ainda não saíram da terra indígena. Segundo a Funai, um documento foi enviado à comunidade, comunicando as providências da Fundação para a conclusão dos trabalhos, dentre elas a solicitação da presença da Polícia Federal na área, mas nenhum efetivo foi deslocado à terra indígena. Os técnicos da Funai e do Incra estão realizando revisão dos valores das benfeitorias cadastradas, além do levantamento fundiário.

Índios da etnia També mantêm um servidor da Funasa refém em Capitão Poço – Pará (região Norte). Os indígenas reivindicam a implantação de um posto de saúde na aldeia. O órgão afirma que o posto ainda não foi concluído por irregularidades com a ONG que presta serviços na região.

O Grupo de Fiscalização Móvel encontra seis trabalhadores em condições análogas à de escravos em outra fazenda no município de São Félix do Xingu – Pará (região Norte). Entre os seis libertados, havia três menores de idade, entre 15 e 17 anos. Eles foram contratados para trabalhar na criação de gado e viviam em condição degradante de moradia, alimentação e higiene. O grupo de trabalhadores é encaminhado para suas cidades de origem e tem todos os direitos trabalhistas pagos. De acordo com Gilberto Monte Braga, sub-coordenador da ação do Grupo Móvel, o proprietário se apresentou e colaborou com os auditores fiscais no pagamento e transporte dos trabalhadores.

Sábado 31

Policiais civis e agentes penitenciários, em greve desde o dia 28 de maio, entram em confronto com a PM e chegam a bloquear a BR-135, no Maranhão (região Nordeste). Eles

tentam impedir o início das visitas aos detentos do Complexo Prisional de Pedrinhas, no estado. Após serem retirados do portão do presídio, os manifestantes se deitam no chão e interditam a estrada, que só é liberada à tarde.

Cerca de 260 famílias que ocupavam a área de uma empresa de engenharia em Belém – Pará (região Norte) são obrigadas pela PM a desocupar o local. A polícia usa balas de borracha para retirar as famílias. Sete pessoas são presas. A PM não informa o número de feridos.

Glossário de Siglas

AGU	Advocacia Geral da União
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDA	Coordenação de Desenvolvimento Agrário
CEF	Caixa Econômica Federal
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CIR	Conselho Indígena de Roraima
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Conlutas	Coordenação Nacional de Lutas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Partido Democrata
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
Fentec	Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares
Funai	Fundação Nacional do Ìndio
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTM	Movimento dos Trabalhadores e Garimpeiros na Mineração
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto

OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Prouni	Programa Universidade para Todos
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
STF	Superior Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UGT	União Geral dos Trabalhadores
Unafisco	Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal

OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

R

A

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

CLACSO

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

Documento de trabajo Nº 228

Realizado por
el Comité de Seguimiento
del Conflicto Social y la Coyuntura
Latinoamericana de R

Integrantes	Juan
Diarios	*E*
Otras fuentes	Espacio Insular

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.
La responsabilidad por las opiniones expresadas en los artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinado a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado constituye uno de los resultados de este trabajo de documentación y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un documento de trabajo en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social llevadas a cabo durante el mes indicado en uno de los 19 países relevados.

La cronología presentada ha sido elaborada por alguno de los diversos **Comités de Seguimiento del Conflicto Social** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación de un equipo de investigación que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento del Conflicto y la Coyuntura Latinoamericana

PAIS	INSTITUCION	RESPONSABLES
Guatemala	FLACSO	Simona Yagenova Mario Castañeda
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Diana Cárdenas
Paraguay	Centro de Documentación de Estudios	Quintín Riquelme
Ecuador	CIUDAD	Mario Unda Hugo González
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Chile	ARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo
Brasil	LPP	Roberto Leher
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
México	UNAM	Massimo Modonesi Lucio Oliver
Panamá, El Salvador, Nicaragua Honduras y Costa Rica	CELA (Panamá)	Marco A. Gandásegui, h.
República Dominicana y Puerto Rico	Centro Juan Montalvo (Rep. Dominicana)	Mario Serrano Juan Luis Corporán
Venezuela	PROVEA	Marino Alvarado Marco Antonio Ponce
Costa Rica	IIS	Carlos Sandoval

Brasil
Cronología del Conflicto Social
Junio de 2008

Domingo 01

Manifestantes promovem uma expedição fotográfica e o abraço de uma represa nas bacias das represas Guarapiranga e Billings em São Paulo (região Sudeste). O ato tem o objetivo de reivindicar a recuperação de mananciais que fornecem água para milhões de pessoas no estado e mostrar de onde vem a água consumida. A expedição fotográfica conta com 108 grupos, sendo 30 de fotógrafos profissionais e 78 da própria população. O evento foi organizado pelo Instituto Sócio Ambiental (ISA) em parceria com 40 entidades da sociedade civil que atuam na Guarapiranga. Em 2006, 160 especialistas se reuniram em um seminário sobre o manancial e propuseram 63 ações para recuperação da represa. Este é o terceiro ano do Abraço Guarapiranga. De acordo com informações do ISA, Guarapiranga é o segundo manancial mais importante da região metropolitana de São Paulo e é responsável pelo abastecimento de água para 4 milhões de habitantes. A represa está degradada e o ato é para cobrar ações de recuperação. Billings é a maior represa da região metropolitana de São Paulo e apesar de ter mais da metade de sua bacia hidrográfica preservada, não pode ser totalmente utilizada para abastecimento devido ao grande volume de poluição em conseqüência do bombeamento do Rio Tietê nas últimas seis décadas. Segundo levantamento divulgado pela Agência Brasil, ao redor das duas represas estão vivendo grandes populações. Próximo a Guarapiranga, a população estimada é de 800 mil pessoas, sendo que metade não tem um sistema de coleta de esgoto, segundo informações do ISA. Já na Billings, quase 1 milhão de pessoas vive nas proximidades da represa. No dia 20 de maio foram assinados contratos, no valor de R$ 1 bilhão, referentes a repasses de recursos para despoluição das águas dos mananciais Billings e Guarapiranga. Os recursos virão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo estadual, da Companhia de Saneamento Básico do estado (Sabesp) e das prefeituras de São Paulo, São Bernardo do Campo e de Guarulhos.

Os órgãos de trânsito de todo o país podem, a partir deste dia 1º de junho, fiscalizar os adesivos refletivos e a certificação dos capacetes usados por motoqueiros junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro). Estão sujeitos às normas editadas pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran) equipamentos fabricados a partir de 1º agosto de 2007. O texto original da resolução previa entrada em vigor desde 1° de janeiro de 2008, mas o prazo para o início da fiscalização foi estendido por seis meses pela presença nas ruas de capacetes aprovados pelo Inmetro sem selo de certificação. O maior tempo para adequação também foi reivindicado por associações e sindicatos de motoboys. Muitos trabalhadores da categoria foram às ruas protestar contra a medida no final de 2007. Segundo informações da Agência Brasil, os adesivos refletivos devem estar nas partes laterais e traseira do capacete para tornar o motoqueiro mais visível aos demais motoristas. A ausência dos dispositivos ou do selo do Inmetro passa a ser considerada infração grave. As penalidades previstas são multa de R$ 127,69, cinco pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e retenção do veículo para regularização.

2ª feira 02

Representantes de entidades da sociedade civil e políticos de vários partidos participam, na Cinelândia, em frente à Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), de um ato público de repúdio ao seqüestro e tortura de uma equipe de reportagem do jornal O Dia e um morador local no dia 14 de maio por milicianos da Favela do Batan. A manifestação, organizada pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio, é realizada no dia em que o assassinato do jornalista Tim Lopes da TV Globo, por traficantes da Vila Cruzeiro, completa seis anos. O ato reúne representantes de entidades como Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e políticos. Em documento intitulado "Carta aos Jornalistas", o sindicato e a Federação Nacional dos Jornalistas repudiam a decisão do jornal de expor sua equipe (formada por uma repórter, um fotógrafo e um motorista) a um risco iminente. A Associação Nacional de Jornais, em nota, pede às autoridades que identifiquem com rapidez os membros da milícia, afirmando que o caso expõe o preocupante estado da segurança pública do Rio. Os pronunciamentos caracterizam-se por críticas à falta de uma política de segurança do governo estadual, considerado incapaz de combater o crime de maneira efetiva diante do aumento crescente do poder de traficantes de entorpecentes e de milícias armadas, com indícios de que são integradas por policiais militares e civis. Para a Sociedade Interamericana de Imprensa, o caso demonstra a intenção dos milicianos de impedir que jornalistas continuem investigando o crime organizado. O representante da Unesco, Vincent Defourny, enviou carta ao governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), repudiando o episódio e pedindo punição exemplar dos culpados, afirmando que o fato configura grave atentado aos direitos humanos. Outras organizações internacionais, como o Comitê para a Proteção dos Jornalistas, com sede em Nova York, EUA, e a Organização Não Governamental (ONG) Repórteres Sem Fronteira, com sede em Paris, se mostram chocadas com as alegações de que agentes da ordem pública estão envolvidos com tais ações. Segundo o jornal O Globo, diante do caso de tortura no dia 1º de junho o secretário de Segurança Pública, José Mariano, afirmou em entrevista, que a comunidade da Favela do Batan, continua dominada pelo bando de milicianos. Ele afirma que a Polícia Civil já identificou o grupo e admite que moradores podem estar sofrendo conseqüências após divulgação da reportagem sobre o caso, porém diz que não "pode antecipar situações", argumentando que a atuação de milícias, apesar de ser um crime de fácil identificação, é difícil de provar. O secretário ainda afirma que policiais e, "não só militares", estão entre os identificados. No mesmo dia, o prefeito Cesar Maia do Partido Democrata (DEM) declarou que a única forma de combater traficantes e milicianos é ocupar as comunidades "progressivamente". Por meio de nota, o governador Sérgio Cabral afirmou ter determinado investigações rigorosas. No dia 14 de maio, repórteres do jornal O Dia foram seqüestrados e torturados por integrantes de uma milícia. Os jornalistas estavam morando havia duas semanas na Favela do Batan. O objetivo deles era preparar uma matéria que mostrasse como vivem as pessoas em um local controlado pelas milícias.

Segundo dados apresentados pelo diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Gilberto Câmara, até agora 17% da cobertura original da floresta Amazônica já foram desmatados, totalizando cerca de 700 mil quilômetros quadrados, dos quais 300 mil quilômetros quadrados desmatados só nos últimos 20 anos. Além disso, a cada 10

segundos, de acordo com o diretor, é desmatada uma área equivalente a um campo de futebol na Amazônia. No cômputo geral, as áreas mais devastadas são: o Estado de Rondônia, o nordeste de Mato Grosso e o leste do Pará. O aumento na área desmatada na Amazônia Legal passou de 4.974 km quadrados, entre 2006 e 2007, para 5.850 km quadrados de agosto de 2007 até o mês de abril de 2008, o que chamou a atenção dos pesquisadores do Inpe. Isso porque, nos últimos três anos, o ritmo de desmatamento na região vinha diminuindo. Somente no último mês, 1.123 km quadrados da Floresta sofreram corte raso ou degradação progressiva durante o mês de abril de 2008. Desse total, 794 km quadrados foram devastados somente no estado do Mato Grosso (região Centro-oeste). Os dados foram colhidos pelo sistema Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter). O segundo estado em área desmatada no mês de abril foi Roraima, com 284,8 quilômetros quadrados com corte raso ou degradação, seguido por Rondônia, com 34,6 quilômetros quadrados devastados no último mês. A contabilidade feita pelo sistema está condicionada à visibilidade do satélite. Em março, o mesmo sistema havia registrado destruição de 112 quilômetros quadrados de floresta no estado do Centro-oeste, mas naquele mês 69% do Mato Grosso não pôde ser observado pelos satélites, por causa da presença de nuvens. Em abril, a visibilidade aumentou, pois apenas 14% do estado permaneceram encobertos. No caso de Rondônia, a cobertura de nuvens que cobria 96% da área do estado em março, quando ele sequer apareceu entre os cinco com a maior área desmatada, caiu para 5% em abril.

Cerca de 200 motoristas de vans fazem uma manifestação em frente à Secretaria Municipal de Transportes, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os motoristas de transporte alternativo reivindicam trânsito livre na pista seletiva da Avenida Brasil, definição de numeração das linhas e mesmo critério de fiscalização utilizado para os ônibus. Alguns chegam a entrar no prédio e querem ser recebidos pelo secretário, Arolde de Oliveira. Os manifestantes alegam ainda que o prefeito Cesar Maia (DEM) prometeu diversos benefícios aos motoristas que ainda não foram cumpridos.

Um grupo de 30 trabalhadores, que vivia em condições semelhantes à de escravidão, é libertado de uma fazenda localizada no município Tomé-Açu - Pará (região Norte). O grupo era responsável pela limpeza do pasto, que futuramente seria utilizado para a plantação de eucaliptos. Os trabalhadores dormiam em redes e tinham alimentação inadequada. Também utilizavam um pequeno curso d'água como banheiro e bebedouro. As rescisões dos contratos custam ao proprietário da área aproximadamente R$ 40 mil. O fazendeiro também irá responder na Justiça pelas condições degradantes em que foram encontrados os trabalhadores. O Pará é o estado brasileiro que mais registra casos de maus-tratos e escravidão de trabalhadores.

Representantes de comunidades indígenas da região do rio Madeira, em Rondônia (região Norte), pedem intervenção da Procuradoria da República de Rondônia para exigir a realização de novas audiências públicas sobre a instalação da usina hidrelétrica de Jirau, localizada no mesmo rio. Em uma representação protocolada no dia 30 de maio, por membros de comunidades indígenas, os mesmos questionam a alteração da localização da usina, modificação proposta pelo consórcio Energia Sustentável do Brasil, liderado pela franco-belga Suez com a participação da Camargo Corrêa e das estatais Centrais Elétricas S.A. (Eletrosul) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) e vencedor do leilão de concessão da usina, que consiste no deslocamento de 9,2 Km rio abaixo da posição da barragem. O consórcio alega que tal mudança acarretará uma economia de R$ 1 bilhão no custo do projeto e que não gerará qualquer

impacto ambiental adicional. Porém, as comunidades que já participaram de quatro audiências públicas para a discussão do projeto das usinas de Jirau e Santo Antônio argumentam que, se houver mudança, elas querem participar de nova audiência. Após cobrar uma posição do Ministério Público, os indígenas afirmam que sem novas sessões públicas o projeto será "ilegal" e que não atenderá "os direitos dos povos indígenas".

Índios da etnia Caingangues ocupam o escritório da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Passo Fundo – Rio Grande do Sul (região Sul) e bloqueiam a rodovia RS-343, entre Cacique Doble e Sananduva. A ação é uma tentativa para pressionar o órgão para acelerar a criação de uma reserva indígena em uma área de 1.950 hectares, próxima ao local do bloqueio. De acordo com o líder Caingangue, Ireni Franco, cerca de 180 índios estão acampados à margem da via, aguardando a criação da reserva. Segundo a Funai, 100 famílias de agricultores moram na área reivindicada. O administrador da entidade, João Alberto Ferrareze, afirma que as ações não foram violentas. Após a garantia de três passagens aéreas para participar de uma audiência com o presidente da Funai e com representantes do Ministério da Justiça, e assim discutir a criação da reserva, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), os índios desocupam a Funai e desobstruem a estrada. Conforme o escritório do órgão em Passo Fundo, existem outras 40 reivindicações de comunidades indígenas no estado.

Aproximadamente 15 pistoleiros entram atirando no acampamento Olga Benário, localizado na fazenda Jamaica, município de Pereira Barreto no interior do estado de São Paulo (região Sudeste). Ninguém foi ferido, porém o clima é tenso na região. Antes da ação o comandante da Polícia Militar (PM), tenente-coronel Pardinho esteve no acampamento para tentar negociar a saída das famílias. Ele prometeu voltar com a tropa para efetivar o despejo. A reintegração de posse foi dada pela juíza substituta da comarca de Pereira Barreto, Dra Maria Paula Branquinho Pini. Cerca de 300 famílias estão no Acampamento Olga Benário. Na semana passada, o juiz substituto Dr. Fernando Antônio de Lima negou o pedido do fazendeiro João Rodrigues Borges Neto que queria que o despejo fosse realizado a partir de uma liminar de reintegração de posse dada à fazenda Santa Adélia, também de sua propriedade. A fazenda Jamaica foi ocupada no dia 15 de maio e desde então as famílias organizam o acampamento e já começam a produzir na terra.

Estudantes da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) realizam ato contra o sucateamento da universidade, pela realização do vestibular e por mais recursos para a UERGS, no Rio Grande do Sul (região sul). A manifestação tem início na Praça da Matriz, em frente ao Palácio Piratini, sede do governo, de onde os estudantes seguem em passeata até a reitoria da UERGS. Durante o ato, os estudantes têm uma reunião com o pró-reitor de ensino da UERGS, Eloi Garcia que informa que não será aberto vestibular para todas as unidades e cursos devido à falta de investimentos do governo do estado. Foi criada, também, uma subcomissão de educação em defesa da UERGS, formada na Assembléia Legislativa, que aprovou um calendário de manifestações nas unidades da universidade até o dia 20 de junho.

3ª feira 03

Motoristas e cobradores de ônibus entram em greve em Jundiaí - São Paulo (região Sudeste). A categoria exige mais de 10% de aumento salarial, além de benefícios.

Tendo em vista que a proposta de 6% de reajuste salarial foi rejeitada pela categoria, a greve deve afetar cerca de 110 mil pessoas, segundo informações do Jornal do Brasil.
Cerca de 60 famílias de sem-terra, ligadas Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sofrem ação truculenta da Brigada Militar, que destrói o novo acampamento às margens da rodovia RS-040, em Viamão no Rio Grande do Sul (região Sul). Sem mandado judicial, um efetivo de mais de 100 Policiais Militares (PM´s) e do Batalhão de Choque destrói os barracos. A área fora cedida e o acampamento ainda estava sendo construído por famílias que trabalham temporariamente nas lavouras de arroz na região de Viamão. Na ação comandada pela Brigada Militar os sem-terra foram identificados e revistados pela polícia, divididos em grupos de homens e mulheres. As famílias ainda foram acusadas de terem cometido crime ambiental.

Cerca de 200 sem-terra ligados ao MST ocupam a BR-386, na altura de Nova Santa Rita no estado do Rio Grande do Sul (região Sul). A ação é um protesto contra a ação truculenta da Brigada Militar que, comandada pelo subcomandante Paulo Mendes, destruiu neste dia o novo acampamento organizado pelo MST às margens da rodovia RS-040, em Viamão no estado. Sem mandado judicial, um efetivo de mais de 100 PM´s e batalhão de choque destrói os barracos. A área fora cedida e o acampamento ainda estava sendo construído por famílias que trabalham temporariamente nas lavouras de arroz na região de Viamão. Na ação comandada pela Brigada Militar, os sem-terra foram identificados, revistados pela polícia e divididos em grupos de homens e mulheres. Em seu site, o MST declara que repudia a ação da Brigada Militar e ressalta que "em poucos momentos da história gaúcha a polícia e um governo estadual do Rio Grande do Sul chegou a destruir um acampamento ainda em formação. Além do governo estadual não resolver os problemas da população e dos agricultores Sem Terra, a governadora Yeda Crusius do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) reprime os movimentos sociais e as famílias pobres que reivindicam seus direitos".

Vigilantes em greve fecham bancos, lojas e três agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em São Paulo – SP (região Sudeste). Os atos geraram trânsito e tumulto em frente a instituições que insistiram em manter o atendimento. A paralisação deve continuar no dia 4 de junho. A manifestação foi organizada pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Vigilância, Segurança e Similares de São Paulo (Seevissp), entidade ligada à Força Sindical. Segundo a PM, cerca de 3 mil pessoas participaram dos atos, o sindicato estima 5 mil. O sindicato divulgou ainda que, no total, 12 mil trabalhadores pararam na capital paulista. Apesar de aproximadamente 500 agências bancárias do centro de São Paulo e de Osasco (Grande São Paulo) serem fechadas, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) diz que o movimento nas agências do estado é normal. A categoria reivindica aumento salarial de 13,5%, 30% de adicional de risco de vida, participação nos lucros e aumento de R$ 5 para R$ 10 no valor do vale-refeição. O sindicato patronal oferece proposta de 5,9% de aumento e tíquete alimentação de R$ 5,70. Segundo a Agência Brasil, o sindicato patronal já fechou acordo salarial com 13 sindicatos de trabalhadores no estado, cerca de 67% da categoria. Com outros nove sindicatos, o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do estado de São Paulo (Sesvesp) continua negociando no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), onde foi instaurado o dissídio coletivo econômico e de greve. O Sesvesp protocolou petição no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-SP), pedindo o julgamento da greve dos vigilantes e o retorno imediato dos grevistas a seus postos. Existem em funcionamento no estado 370 empresas de segurança privada autorizadas pela Polícia Federal (PF), que empregam em torno de 100 mil vigilantes.

Entrevista divulgada pela Agência Brasil aponta que vigilantes chegam a trabalhar 96 horas por semana e recebem cerca de R$ 4,40 por hora.

Cerca de 300 famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Urbanos (MOTU) que ocupam o prédio de um hotel inacabado próximo à Orla do bairro de Atalaia em Aracaju, capital do Sergipe (região Nordeste) vão às ruas para chamar a atenção da sociedade e das autoridades. As famílias reivindicam moradia digna e alertam para a ordem de despejo a ser cumprida pela polícia. "Polícia é pra ladrão e não pra cidadão", bradam os manifestantes preocupados com a possível violência na desocupação. Os manifestantes encaminham uma carta à Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do estado pedindo a interferência política dos parlamentares na garantia do direito à moradia. Os protestos seguem na tentativa de suspender o cumprimento da ordem de reintegração de posse ou encontrar meios de negociação que possibilitem o realojamento das pessoas.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) rejeita os pedidos da Stora Enso para o registro de terras adquiridas em zona de fronteira no Rio Grande do Sul (região Sul). Na decisão tomada em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), o órgão analisou e indeferiu dois processos de registro de terras encaminhados pela empresa. Segundo o Incra, os outros 14 pedidos em andamento no órgão também serão invalidados. O superintendente do Incra no Rio Grande do Sul, Mozar Artur Dietrich, afirmou que não cabe recurso à decisão do órgão, pois a Stora Enso feriu a lei ao fazer o registro de terras em áreas próximas à fronteira com Uruguai. Dietrich acrescentou que a decisão do Incra será levada ao Ministério Público Federal (MPF), que investiga o caso, além de informar a corregedoria da Justiça do estado, responsável por notificar cartórios de imóveis onde a empresa adquiriu os bens, a fim de solicitar a anulação do registro de terras. O superintendente do Incra adiantou ainda que o órgão não deverá encaminhar os processos ao Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN), instância ligada à Presidência da República que autoriza empresa de capital estrangeiro a deter terras em zona de fronteira - em limite inferior a 150 Km da divisa. A empresa estuda medidas a serem adotadas para levar adiante seu projeto de investimento. A Stora Enso, maior fabricante de papel da Europa, comprou nos últimos anos 46 mil hectares de imóveis rurais em 11 municípios do Rio Grande do Sul, com o propósito de plantar eucaliptos para a produção de celulose. Diante das dificuldades de registrar terras em nome da empresa de capital estrangeiro, parte das propriedades foi registrada em nome de sócios brasileiros e diretores da companhia. Com a decisão do Incra, a Stora Enso analisa alternativas para regularizar as propriedades, o que poderá incluir medidas judiciais. De acordo com o vice-presidente da Stora Enso na América Latina, Otávio Pontes, o Incra não está levando em consideração um parecer da Advocacia Geral da União (AGU), de 1998, que fixou que mesmo empresas de capital estrangeiro não precisam de autorização para adquirir imóveis rurais em território nacional. As aquisições foram feitas entre 2005 e 2006, quando a empresa trabalhava com um entendimento jurídico de que a compra de área por uma subsidiária brasileira, a Derflin, anularia a necessidade de permissão do CSDN.

O MST de Minas Gerais denuncia que um grande fazendeiro junto com dois pistoleiros fortemente armados promoveram um despejo violento na Fazenda Andaraí, no município de Nova Porteirinha, no Norte do estado de Minas Gerais (região Sudeste). Uma mulher e seu filho de quatro meses foram feitos reféns pelos jagunços. Cerca de 49 famílias estavam acampadas no local. No dia 3 de junho, foi decretada reintegração de

posse, dando o prazo para saída das famílias até às 17h do dia 4 de junho. No entanto, duas horas depois da saída do oficial de justiça, o filho do proprietário, de uma tradicional família de latifundiários da região, chegou ao acampamento junto com dois jagunços armados. O MST e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) denunciaram o despejo ilegal e violento aos órgãos públicos. Uma audiência foi marcada para o dia 26 de junho, em Montes Claros, para discutir a questão das milícias na região. As famílias ocupavam a fazenda de 1.700 hectares desde 2007. A desapropriação da Fazenda tramita na Justiça. O acampamento intitulado Dom Mauro, é uma homenagem ao bispo defensor da causa dos sem-terra, que morreu em 2006.

É publicada no Diário Oficial da União, a Lei nº 11.685, conhecida como Estatuto do Garimpeiro. A lei estabelece as obrigações e as permissões do trabalho de garimpagem no Brasil. A norma especifica quem é o garimpeiro, como é o funcionamento do garimpo e quais minerais são garimpáveis. Além disso, institui 21 de julho como Dia Nacional do Garimpeiro. De acordo com o texto, os trabalhadores da categoria podem trabalhar de maneia autônoma, em regime de economia familiar ou em cooperativas. A legislação assegura ao trabalhador o direito de comercializar a produção diretamente com o consumidor final, desde que comprove a titularidade da área de origem do minério. Os garimpeiros autônomos ou as associações ficam obrigados a recuperar as áreas degradadas pelas atividades, a cumprir a legislação vigente em relação à segurança e à saúde no trabalho e são proibidos de contratar o trabalho de menores de 18 anos.

Representantes de cinco centrais sindicais entregam ao presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia do Partido dos Trabalhadores (PT) em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) um documento com mais de 1,5 milhão de assinaturas pela redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem alteração do salário. O presidente da Força Sindical e deputado federal Paulo Pereira da Silva do Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Paulinho da Força, avaliou a iniciativa como inédita no Brasil. Segundo ele, a redução de 10% na jornada de trabalho poderá gerar cerca de 2,5 milhões de empregos no país. Para o presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique Santos: "Vários setores de capital estão arrecadando muito dinheiro, com ganhos de produtividade. Está na hora de dividir esses ganhos com os trabalhadores e a melhor forma de fazê-lo é reduzir a jornada, sem reduzir o salário", disse. Ele lembra que há 20 anos – quando a redução da jornada de trabalho, de 48 horas para 44 horas semanais, foi aprovada na Constituição de 1988 – o setor empregatício já apresentava argumentos contrários à medida, como a redução de emprego e maiores custos para o setor. Santos ressalta, entretanto, que de lá para cá, a indústria alcançou um aumento de 115% na produtividade. Segundo o presidente do comitê jurídico da Associação Brasileira da Infra-estrutura e Indústria de Base (Abdib), Marcos Joaquim Alves, as relações entre empregador e empregado devem ser tratadas "naturalmente", sem a necessidade de "burocratizá-las" por meio de alteração do texto constitucional. Para ele, a proposta de alterar, na Constituição, o limite de horas para a jornada de trabalho não é boa. "Não no seu conteúdo, mas no seu procedimento. Nos posicionamos contra trazer para o texto da Constituição a redução, com tetos ou limites da jornada de trabalho, bem como outras matérias, que podem ser tratadas na relação empregador-empregado", disse Alves. Após reunir-se em Comissão Geral, no plenário da Câmara, com representantes sindicais e do setor empregatício, o presidente da Câmara avaliou como positiva a discussão, mas admitiu que é preciso maior "aprofundamento" para que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) seja votada

pelos deputados. Neste mesmo dia, o Conselho de Ética da Câmara abre processo contra o deputado Paulinho da Força sobre a suspeita de envolvimento em fraudes no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Com a instauração do processo no Conselho de Ética, o deputado Paulinho não poderá mais renunciar ao mandato para evitar uma possível perda dos direitos políticos caso venha a ser cassado pelo Plenário da Câmara.

Manifestantes promovem ato nas escadarias da Assembléia Legislativa do estado do Rio de Janeiro (Alerj) no centro da cidade – RJ (região Sudeste). Os manifestantes protestam contra a decisão de revogar a prisão do deputado estadual Álvaro Lins (PMDB). O protesto foi realizado pelo Fórum Rio em Movimento e teve a participação do delegado Alexandre Netto, que fez denúncias contra o deputado Álvaro Lins, ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Lins foi preso pela PF, acusado de corrupção e de chefiar uma quadrilha que venderia proteção a criminosos e exigiria cotas em dinheiro para policiais de determinadas delegacias. A prisão foi revogada por determinação do plenário da Alerj. Segundo Alexandre Netto, pessoas envolvidas no suposto esquema montado por Álvaro Lins continuam em cargos importantes da atual administração do Rio de Janeiro. O subcorregedor da Assembléia, deputado Comte Bittencourt, afirmou que o mandato de Lins está em risco.

Cerca de 920 agentes de saúde de Maceió – Alagoas (região Nordeste) iniciam paralisação. As atividades são paralisadas, a fim de pressionar um diálogo com o prefeito de Maceió, Cícero Almeida do Partido Progressista (PP). A categoria cobra a efetivação dos agentes de saúde com base na Emenda Constitucional nº 51, que possibilita a contratação sem a realização de concurso público, desde que estes tenham participado de processo seletivo e ainda um reajuste salarial de 15%. Integrantes do grupo reclamam que o prefeito é contra o projeto que garante a efetivação de parte dos agentes que atuam na Capital. O projeto, mesmo depois de ter sido aprovado pela Câmara Municipal de Maceió, foi tema de uma representação impetrada pelo Procurador-Geral do município no Ministério Público Estadual (MP/AL), que aceitou a representação e entrou com uma Ação Civil Pública na 14ª Vara da Fazenda Municipal. Somente 30% dos serviços realizados pelos agentes serão mantidos.

4ª feira 04

Agentes penitenciários paralisam suas atividades, no estado de Alagoas (região Nordeste), por melhores condições de trabalho e reajuste salarial. A categoria se declara revoltada contra a atitude da PM, de assumir o trabalho dos agentes durante a paralisação. Os grevistas impedem a visita de familiares aos presos e bloqueiam a rodovia BR-104, que fica em frente à Casa de Detenção de Maceió, o Cadeião.

Professores do ensino fundamental e secundaristas fazem paralisação de 24 horas em Curitiba, capital do Paraná (região Sul). A pauta reivindicatória consiste em exigência da equiparação dos salários dos professores com outros servidores da secretarias do estado (na ordem de 38,57%); aprovação do plano de carreira para os funcionários das escolas na área da educação; aposentadoria especial que foi retirada no passado e que o governo federal devolveu a pedagogos, entre outros. Se as reivindicações da pauta não forem atendidas, os manifestantes ameaçam greve geral.

Cerca de 7 mil vigilantes particulares participam de manifestações pela cidade de São Paulo – SP (região Sudeste), a estimativa é do Seevissp. A polícia estima que foram 900 pessoas. Segundo o Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região, 777 agências bancárias da capital e de Osasco-SP foram fechadas em razão da greve dos vigilantes, iniciada no dia 3 de junho. Os vigilantes reivindicam 9,9% de reajuste salarial, adicional de risco de vida de 30% ao ano sobre o salário e aumento no vale-alimentação de R$ 5 para R$ 10. O sindicato patronal já havia fechado no dia 3 de junho, acordo salarial com 13 sindicatos de trabalhadores no estado, cerca de 67% da categoria. No início da noite, o sindicato dos vigilantes anunciou o fim da paralisação. A decisão foi tomada depois de reunião, no TRT de São Paulo, entre representantes do sindicato dos vigilantes e de entidades patronais e a desembargadora relatora do dissídio, Catia Lungov. O TRT vai julgar o dissídio às 15 horas do dia 5 de junho. No entanto, as partes já chegaram a um acordo com relação ao reajuste de 5,9% e ao fim da paralisação.

Associações de empresários e centrais sindicais divulgam notas criticando a decisão do Conselho de Política Monetária (Copom) de aumentar a taxa básica de juros, a Selic, em 0,50 ponto percentual, passando de 11,75% ao ano para 12,25% ao ano. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) defendeu que o governo federal reduza os gastos públicos para conter o aumento da inflação antes de alterar o patamar da Selic. A CUT informou que promoverá atos públicos contra as “altíssimas" taxas básicas de juros da economia nacional em frente à sede do Banco Central, em Brasília. Segundo Arthur Henrique, presidente nacional da entidade, a atual política monetária representa “um ataque vil aos esforços por desenvolvimento sustentável com distribuição de renda e valorização dos trabalhadores e trabalhadoras”. Segundo o diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Ganz Lúcio, o trabalhador vai acabar pagando mais uma vez a conta da elevação da taxa básica de juros. Ele avalia que: "Essa medida visa a restringir a atividade econômica das empresas, restringindo o consumo interno. O rebatimento é por um lado na geração de empregos, redução dos postos de trabalho, e, simultaneamente, contenção em alguma medida do consumo através do crédito."

A Polícia do Exército prende o sargento Laci Marinho de Araújo, acusado de deserção, em São Paulo – SP (região Sudeste), após conceder entrevista ao lado de seu companheiro, o sargento Fernando Alcântara de Figueiredo, para o programa “Superpop” da “Rede TV!”. Figueiredo é conduzido pela polícia do Exército no momento da detenção de Araújo, porém é liberado. Os dois assumiram ser um casal gay, desde 1997, em uma edição da revista “Época”. Araújo acredita que a detenção, determinada pela Justiça Militar, esteja relacionada ao fato de ter assumido publicamente sua homossexualidade. Em textos e ações judiciais, ele afirma ser vítima de perseguição por seus superiores hierárquicos no Exército. O Comando da corporação nega, em nota, que a causa da detenção tenha sido a revelação da relação homossexual do sargento, mas por considerá-lo desertor. Segundo o Ministério Público Militar, Araújo faltou ao trabalho, no Hospital Geral de Brasília, por mais de oito dias, o que caracteriza crime de deserção. Ao MPF, o sargento se declarou doente, com “patologia neurológica ainda não identificada, provavelmente esclerose múltipla, o que o impede de exercer plenamente suas funções”. O ministro da Defesa, Nelson Jobim, nega que a detenção do sargento tenha sido motivada por discriminação, afirmando que é preciso “verificar se o caso se aplica às regras disciplinares do Exército”. A deputada Cida

Diogo (PT), uma das coordenadoras da frente parlamentar defensora dos direitos de gays, lésbicas e travestis, afirma que a prisão foi um ato de discriminação.

5ª feira 05

Grupo do Ministério do Trabalho localiza crianças e adolescentes trabalhando em matadouros públicos em Nova Cruz, São Paulo do Potengi e João Câmara, localizados a menos de 100 km de Natal – Rio Grande do Norte (região Nordeste). A ação é resultado de denúncias feitas pelo Conselho Tutelar de Nova Cruz. Segundo a auditora fiscal Marinalva Cardoso Dantas, que participou das ações, a maioria das crianças e adolescentes trabalhava com os pais nos matadouros e não usava equipamentos de proteção ao atuar no corte de vísceras, na limpeza e no abate dos animais. A primeira fiscalização ocorreu há dois meses, em Nova Cruz. As cidades de João Câmara e São Paulo do Potengi foram visitadas na semana passada. Relatórios das fiscalizações serão enviados para o Ministério Público, que deve intimar as prefeituras a tomar medidas para acabar com a exploração do trabalho infantil. As prefeituras das cidades inspecionadas negaram a existência de trabalho infantil em seus matadouros municipais.

Fiscalização do Ministério do Trabalho faz blitz na cidade Passa e Fica, a 107 km de Natal – Rio Grande do Norte (região Nordeste), e encontra oito crianças e adolescentes usando facas para ralar mandioca em uma casa de farinha, localiza ainda em outra casa uma adolescente auxiliando os pais na atividade. As instalações rústicas tinham "fumaça, ruídos altíssimos e calor insuportável" e as crianças e adolescentes não possuíam equipamentos de proteção, segundo fiscais da ação, que teve a participação da auditora fiscal Marinalva Cardoso Dantas. Em virtude do ambiente insalubre, as casas de farinha estão na lista dos 81 locais em que é proibido o trabalho de menores de 18 anos. Relatório sobre a ação será enviado a programas sociais para que as crianças sejam impedidas de voltar a trabalhar.

Índios libertam os cinco servidores da Funai e do Incra que estavam há oito dias reféns dos índios Cricatis, no interior do Maranhão (região Nordeste). Os servidores trabalhavam no levantamento fundiário da terra indígena Cricati e na avaliação das benfeitorias construídas na área pelos posseiros que ainda se encontram na área da reserva. Conforme a Funai, os funcionários continuarão no local por mais 15 dias para finalizar o levantamento e policiais acompanharão o trabalho. Os índios reivindicam mais rapidez na regularização da ampliação da terra indígena.

A Anistia Internacional, segundo jornal O Globo, afirma em comunicado que a liberdade de expressão e o estado de direito estão ameaçados no Brasil devido às brutais ações de milícias. Tim Cahill, pesquisador da Anistia Internacional no Brasil, critica a política de segurança do estado e diz esperar que a Secretaria de Segurança leve adiante as investigações sobre a tortura sofrida por uma equipe de reportagem do Jornal O Dia e sobre a atuação de grupos paramilitares.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no estado do Amazonas aplica duas multas no valor total de R$ 381 milhões contra a madeireira Gethal, do empresário sueco-britânico, Johan Eliasch. Segundo o Ibama, a madeireira derrubou ilegalmente 230 mil árvores na região de Manicoré no estado do Amazonas (região Norte). A exploração foi feita sem seguir a legislação ambiental

brasileira. Em 2006, Johan Eliasch se apresentou como dono de 160 mil hectares de floresta que adquiriu em 2005 do grupo GMO Recursos Renováveis, nos municípios de Itacotiara, Manicoré e Lábrea. No entanto, o assessor de imprensa do Ibama, Marcelo Dutra, afirma que o governo federal não reconhece a propriedade da área. Os últimos levantamentos feitos pelo Inpe e pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) mostram que no último mês foi desmatada na Amazônia uma área equivalente ao tamanho do estado do Rio de Janeiro.

Na comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente, no Palácio do Planalto em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), o diretor da ONG SOS Mata Atlântica, Mário Mantovani, critica a política ambiental do governo. O ambientalista criticou o PAC, o programa de biodiesel e a expansão da cultura da cana-de-açúcar. "O PAC hoje é uma desgraça do ponto de vista ambiental. É uma licença para destruir. É preciso que o governo caia na realidade e veja que é fundamental valorizar as questões ambientais e não querer cortar caminho, como está fazendo." O ministro do Meio Ambiente Carlos Minc do Partido dos Trabalhadores (PT) rebateu as críticas e disse que não concorda com a avaliação de Mantovani sobre o PAC. “Acho que é possível desenvolver o país sem destruir o meio ambiente”, defendeu. Segundo o diretor da ONG, durante a gestão da ex-ministra Marina Silva (PT), o licenciamento ambiental chegou a ser usado para justificar a "incompetência" de ministros. "Na verdade, o licenciamento ambiental nunca atrapalhou. O governo sempre passou por cima e fez a obra. Quando o ministro era incompetente e não conseguia fazer uma estrada, colocava na conta do licenciamento", afirmou Mantovani. O coordenador de Campanha de Florestas do Greenpeace, Marcio Astrini, criticou o projeto de Lei 6.425, de 2005, de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB), que permite a derrubada de 50% da vegetação nativa de propriedades privadas na Amazônia. O ambientalista mostrou preocupação também com a Medida Provisória 422, de 2008, que aumenta de 500 para 1500 hectares, o limite de terras passível de regularização fundiária sem licitação pública. No entanto, Astrini demonstrou confiança na declaração, feita por Minc, de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, se compromete a realizar o veto do projeto de conversão da Medida Provisória (MP), caso ele venha a ser aprovado pelo Congresso Nacional. O ambientalista parabenizou também o presidente Lula pela assinatura do decreto, que cria três novas unidades de conservação ambiental na Amazônia Legal e também pela mensagem, que será encaminhada ao Congresso, de projeto de lei que institui a Política Nacional sobre Mudanças do Clima.

A Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT), iniciada no dia 5 de junho em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), é a primeira do Brasil e do mundo realizada com apoio governamental. Cerca de mil pessoas debatem o tema direitos humanos e cidadania. A conferência foi precedida de encontros regionais que discutiram políticas públicas para o setor. Ao abrir a Conferência o presidente Luiz Inácio Lula da Silva condenou o preconceito contra os homossexuais e se solidarizou com o movimento. Na conferência, Lula ouviu de representantes dos GLBT várias reivindicações. Entre elas, a da criação de uma secretaria que represente o movimento e o pedido de apoio ao projeto de lei que criminaliza a homofobia. Para o secretário financeiro da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Beto de Jesus, uma subsecretaria ligada à Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República seria criada por intermédio da formulação e aprovação de um plano nacional de políticas públicas para a comunidade GLBT. O presidente afirmou que

tentará atender aos pedidos, mas não deu garantias. O subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Perly Cipriano, lembrou que quando um evento, como a conferência, tem o apoio do Estado, ele pode avançar e alcançar outros setores públicos ou da sociedade. Sobre o caso do sargento preso depois de assumir a homossexualidade, Cipriano acredita que não existe nenhuma instituição homofóbica. “Acho que é preciso conhecer de perto esses acontecimentos e trabalhar muito, é fundamental que se tenha o diálogo, não se combate intolerância com intolerância. No Brasil, há muita violência contra homossexuais, muitas vezes de pessoas com as quais eles convivem." O conjunto de sugestões aprovadas na conferência deve ser incluído no Plano Nacional de Cidadania da GLBT. O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, anunciou que, até o final do mês de junho, assinará uma portaria que vai permitir a realização de cirurgia de mudança de sexo pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Conforme o ministro, primeiramente, a cirurgia só será realizada em três hospitais universitários nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, já que se trata de um procedimento delicado e complexo, que requer uma equipe multidisciplinar e estrutura adequada. Foi aprovada uma monção pedindo a revisão da portaria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que proíbe homossexuais, lésbicas, travestis e prostitutas de doar sangue. A representante do Ministério da Saúde, Ana Costa, adianta que, quando o relatório for entregue ao governo, o artigo que libera a doação será vetado, afirmando que a portaria é baseada em análise de risco e o ministério identifica em profissionais do sexo e homossexuais “uma possibilidade onze vezes maior de soropositividade”. Ainda na conferência, as lésbicas obtêm uma vitória e a sigla do movimento é alterada, sendo agora chamada de LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). "A mudança atende a antiga reivindicação das lésbicas, além de seguir o padrão internacional", diz Toni Pires, presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Visando a redução da homofobia, os delegados querem a aprovação, no Congresso, de um Estatuto dos Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com políticas nas áreas de saúde, educação, trabalho e previdência social.

O sargento Laci Marinho de Araújo, preso no dia 4 de junho, passa por exames médicos que, de acordo com o Exército, o consideram apto a exercer a atividade militar, e não doente, como ele alega estar. Neste dia 5 de junho, Laci foi transferido do hospital para a carceragem do Batalhão de Polícia do Exército de Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Entidades como a OAB fazem pressão para que ele seja libertado. A alegação é que a prisão “atenta contra os direitos fundamentais” do sargento. O companheiro, o também sargento Fernando Figueiredo, conseguiu uma autorização da Justiça Militar para visitar Laci na prisão. O casal relata estar sendo perseguido por militares devido ao relacionamento homossexual. Laci continuará preso e a responder a processo por deserção. Caso seja condenado, ele pode ser expulso da corporação. Ainda segundo o Exército, o companheiro de Araújo, o também sargento Fernando Alcântara de Figueiredo, deve responder administrativamente por sua ausência ao trabalho durante o período que passou em São Paulo com Araújo – três dias, segundo o sargento. A Comissão de Relações Exteriores do Senado cria grupo de trabalho formado por: senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Serys Slhessarenko (PT-MT), Fátima Cleide (PT-RO) e José Nery do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL-PA), em Brasília – Distrito Federal. Eles irão interceder pelos sargentos Laci Marinho de Araújo e Fernando Alcântara de Figueiredo e negociar com o Ministério da Defesa e o Comando do Exército uma solução para o caso.

6ª feira 06

O Ministério Público do Trabalho (MPT) nos estados do Paraná e de Santa Catarina (região Sul) segundo site do MST, ajuíza ação civil pública contra 11 indústrias fumageiras devido à participação de crianças no plantio de fumo. A procuradora do Ministério Público do Paraná, Margareth Matos, afirma que a existência de crianças nos plantios é conseqüência do baixo preço que a indústria paga pelo fumo aos agricultores, o que inviabiliza a contratação de terceiros. Os problemas gerados para as crianças e adolescentes são diversos, principalmente em relação à saúde. A produção de fumo é caracterizada pelo alto uso de adubos químicos e, principalmente, de agrotóxicos. Além disso, como o preço da arroba é definido pela qualidade da folha do fumo, muitos agricultores e familiares chegam a dormir dentro das estufas cuidando para que a temperatura não fique alta e resseque demais a folha. Ou seja, o veneno é absorvido duplamente pela família. O assessor técnico da Federação dos Trabalhadores da Agricultora Familiar (Fetraf), Albino Gewehr, relata que cerca de 150 mil crianças trabalham nos plantios de fumo nos estados do Sul. Ele conta que "em algumas famílias as crianças não participam de forma alguma do trabalho, não por uma conscientização organizada, mas porque as pessoas já passaram por casos de intoxicação por agrotóxico, por passarem mal nas lavouras e com o passar dos anos a experiência mostra que as crianças não devem ir para a lavoura". Estudos realizados nos Estados Unidos demonstram que o contato com a folha do fumo verde produz uma série de mal-estares: tontura, tremedeira, fraqueza, ânsias de vômito. Existem ainda casos de pessoas que perdem parte da visão. Outras pesquisas apontam que o nível de nicotina no sangue de quem trabalha nas lavouras de fumo chega a ser o mesmo - ou até muitas vezes maior - do que o encontrado no próprio fumante.

Fiscalização do Ministério do Trabalho descobre trabalho infantil em olarias (local onde se fabricam peças de cerâmica, tijolo) da região de Penápolis, a 498 km de São Paulo – SP (região Sudeste). Três adolescentes são encontrados em uma das olarias, sendo que a atividade tem restrição total para menores de 18 anos. O auditor fiscal retorna em cerca de dez dias para checar se os jovens foram realmente afastados do trabalho.

Representantes de movimentos sociais, de ONG´s e de entidades públicas lançam no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), o Movimento PET Consciente, a fim de alertar para os riscos do uso indiscriminado desse material. Segundo o biólogo Marcelo Novaes, um dos organizadores do movimento, o objetivo é conscientizar a população sobre os riscos ao meio ambiente causados pelo consumo desenfreado de produtos com embalagens do tipo PET. De acordo com o biólogo, apesar de 53% do material ser reciclado, houve um aumento significativo de produção industrial utilizando as embalagens do tipo PET. Novaes destacou que o Brasil produziu, em 2007, 432 mil toneladas de lixo de garrafas do tipo PET, liberou no meio ambiente pelo menos 200 mil toneladas. Em relação ao ano anterior, foram produzidas pelo menos 25 mil toneladas a mais. A engenheira Adriana Filipetto, diretora do Aterro Sanitário de Nova Iguaçu, também pretende contribuir com o movimento para compartilhar a experiência de tratamento de resíduos para a geração de energia limpa. O aterro bioenergético de Nova Iguaçu foi o primeiro projeto reconhecido pelo Protocolo de Quioto, em 2004, por transformar o gás em energia limpa e contribuir para o desenvolvimento sustentável da região.

A Justiça Federal do Maranhão (região Nordeste) paralisa as obras da Usina Hidrelétrica de Estreito, que fica na divisa entre o Tocantins (região Norte) e o Maranhão (região Nordeste). A Justiça determinou que os estudos de impacto ambiental da obra sejam complementados. A decisão, fruto de uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal nos dois estados, tem como objetivo que a área de influência direta do lago seja estendida. Se isso não for cumprido, o Consórcio Estreito Energia, responsável pela obra, terá que pagar multa de R$ 15 milhões. O consórcio é composto pelas empresas Camargo Corrêa, Suez e Alcoa. De acordo com a decisão, o Ibama não poderá emitir nova licença de instalação antes da complementação dos estudos e deverá promover audiências públicas nos municípios afetados. A anulação atende a reivindicações dos movimentos sociais que vinham se manifestando contra a construção da usina.

Durante a I Conferência Nacional GLBT realizada em Brasília (região Centro-oeste), ativistas organizam ato para lembrar as vítimas de homofobia no Brasil. Os participantes da Conferência promovem um abraço ao Congresso Nacional e cerca de 70 cruzes são gravadas no jardim como forma de sensibilizar a sociedade dos crescentes atos de violência física, moral e psicológica que GLBT sofrem cotidianamente. Em seguida os ativistas deitam ao lado das cruzes. Em 2007, foram 122 assassinatos e o acumulado nos últimos 10 anos ultrapassa a marca de 2 mil pessoas assassinadas por preconceito. Os manifestantes pedem punição dos responsáveis. A Conferência Nacional GLBT, iniciada no dia 5 de junho, é a primeira do Brasil e do mundo realizada com apoio governamental. Cerca de mil pessoas debatem o tema direitos humanos e cidadania. A conferência foi precedida de encontros regionais que discutiram políticas públicas para o setor.

Sábado 07

Após uma nova ação da PM, famílias sem-teto são obrigadas a deixar o espaço do antigo kartódromo de Aracaju, capital do Sergipe (região Nordeste). Os desabrigados foram encaminhados para um galpão no bairro Siqueira Campos e as crianças e suas mães, a um albergue. Algumas pessoas ficaram feridas no confronto com os policiais. Crianças dormiam no canteiro até serem encaminhadas ao albergue do terreno. Todos foram ao Instituto Médico Legal (IML) passar por um exame de corpo delito. “Ele se machucou quando jogaram as bombas. Nunca pensei que iria passar por isso”, disse chorando Jaqueline que teve o filho de cinco anos ferido. De acordo com o procurador federal Paulo Guedes, a atuação da PM aconteceu de maneira ilegal, pois não dispunha de mandado judicial para agir. Guedes explica que entrou em contato com várias autoridades do governo do estado, proprietário do terreno, a fim de convencê-los a permitir que as famílias continuassem, mas não obteve sucesso. As famílias estavam no espaço do antigo kartódromo, na Avenida Maranhão, desde o dia 06 de junho. A área pertence à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia. Inicialmente, as famílias já haviam sido expulsas do Hotel Brisa Mar na orla de Atalaia.

Domingo 08

Familiares de vítimas da violência fazem uma manifestação na Praia do Leblon, na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O objetivo do protesto, chamado de

"Marcha em Defesa da Cidadania" é pedir paz. A manifestação é liderada por ONG`s, associações de moradores e comerciantes do bairro e por entidades como a OAB. A ONG Rio de Paz aproveita a manifestação para pedir apoio a um abaixo-assinado que será encaminhado ao governo federal com o objetivo de reivindicar uma revisão nas políticas de segurança pública para que se reduza a criminalidade. A manifestação utilizou como símbolos duas vítimas recentes da violência: William de Souza Marins de 19 anos morto pela PM, em Bangu, Zona Oeste da cidade, e Ulrich Rosenzweig, de 85 anos, assassinado em um assalto, na Zona Sul do Rio. O jovem foi morto no dia 18 de maio. Os policiais registraram a ocorrência como auto de resistência, ou seja, em confronto com a polícia, e disseram que William estava armado. Seu pai, Jaldemir Marins, e o restante de sua família negam a versão oficial do fato e pedem justiça. O outro símbolo da campanha, um judeu que vivia na Europa na época da Segunda Guerra e sobreviveu ao Holocausto. Foi assassinado no dia 27 de maio. Ainda no Rio de Janeiro, na Zona Sul, manifestantes recolheram assinaturas para pedir a prisão do deputado estadual e ex-chefe da Polícia Civil Álvaro Lins (PMDB). Lins foi preso no final de maio, por suspeita de formação de quadrilha armada, corrupção e lavagem de dinheiro, mas foi solto por determinação de 40 deputados da Assembléia Legislativa.
O movimento de LGBT realiza manifestação em frente ao Centro de Eventos Brasil 21, onde acontece a 1ª Conferência Nacional GLBT em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Uma grande bandeira do arco-íris, símbolo do movimento, foi estendida no gramado com 73 cruzes representando as mortes de homossexuais, travestis e transexuais noticiadas em 2008. O protesto começou com 70 cruzes no dia 6 de junho, mas três tiveram de ser acrescentadas devido a mortes ocorridas durante o período da conferência que teve início no dia 5 de junho. Depois de quatro dias discutindo temas de interesse desse segmento, os cerca de 600 delegados de todo o país votam as propostas e diretrizes que vão formar o Plano Nacional de Combate à Homofobia e pela Cidadania. Segundo a integrante da Rede Afro LGBT, de Salvador, Negra Cris, que participa da comissão organizadora da Conferência, os três eixos prioritários das reivindicações do grupo homossexual e negro são: segurança, saúde e educação. No que diz respeito à segurança, Negra Cris ressalta duas formas de violência que o negro ou negra homossexual sofre. Uma é contra os jovens, "principalmente por parte da polícia. E quando o jovem é transsexual ou travesti, essa violência aumenta". A outra forma que, segundo ela, precisa de ações específicas para ser combatida é a violência contra aquelas pessoas que são profissionais do sexo. Na pauta do movimento, junto com o combate à violência está a educação. O terceiro ponto prioritário de reivindicação, a saúde, tem a ver com a capacitação e a conscientização dos profissionais em saúde, especialmente no SUS, para atender o público homossexual. A Rede Afro LGBT é um grupo formado por pessoas de todo o país, que tem suas ações de discussão feitas principalmente via internet. A ação da Rede se dá, de acordo com ela, principalmente pela representação em espaços de debate, como a organização da conferência, e uma representação dentro da Organização dos Estados Americanos (OEA).

2ª feira 09

Sindicatos e movimentos sociais realizam ato público em frente ao Palácio Piratini, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). A manifestação é em protesto contra a sucessão de escândalos e denúncias de corrupção no Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) envolvendo o governo de Yeda Crusius (PSDB). As entidades afirmam que este será o primeiro de vários protestos que devem ocorrer no estado durante a semana.

Cerca de 400 pessoas, atingidas pela Usina Hidrelétrica de Estreito, bloqueiam a Estrada de Ferro da Vale, no município de Darcinópolis, em Tocantins (região Norte). O trem que abastece as obras da ferrovia – que ligará o Porto de Itaqui, no Maranhão (região Nordeste), ao município de Senador Canedo, em Goiás (região Centro-oeste) –, foi paralisado. A ferrovia fará o transporte da soja produzida na região Amazônica e de minério de ferro da Vale. Além de denunciar o corte ilegal da floresta amazônica e do cerrado para grandes extensões de lavoura, os manifestantes reivindicam o cumprimento dos acordos feitos entre eles e a empresa Valec, construtora da ferrovia. "Cobramos uma solução eficaz para o problema da água que está pendente desde 2005, e ainda que as demais obras de mitigação de impactos sejam concluídas com urgência", afirma Judite Rocha, militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e demais entidades indígenas promovem um abaixo-assinado em que reivindicam ao Supremo Tribunal Federal a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima (região Norte). Atualmente, o processo aguarda decisão do Superior Tribunal Federal (STF), que irá definir se a demarcação prossegue ou não. Povos indígenas da região esperam há quase 30 anos a demarcação da área que foi comprovada, através de estudos, como indígena. O principal empecilho à demarcação são os arrozeiros que se instalaram ilegalmente na área e resistem em sair e nem aceitam a indenização oferecida pelo governo federal. Os agricultores têm apoio de políticos locais, que reclamam que a reserva irá ocupar grande parte de Roraima. No entanto, ela corresponde a apenas 8% da área do estado.

Cerca de 500 índios da aldeia de Rio das Cobras, bloqueiam a rodovia BR-277, na altura do Km 476, no município de Nova Laranjeiras – Paraná (região Sul). Eles reivindicam a presença de um representante da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), de Brasília, para negociar melhores condições na área de saúde para as aldeias da região. As duas pistas da BR-277, principal via de ligação entre o oeste do estado e a capital, ficam bloqueadas por quase 17 horas, provocando, segundo o plantão da Polícia Rodoviária Federal (PRF), filas de até 10km de ônibus e caminhões.

Aproximadamente 50 índios das etnias Xetá, Guarani e Kaingang ocupam a sede da Funasa, em Curitiba – Paraná (região Sul). Os índios reivindicam um posicionamento sobre a reativação do contrato com uma empresa de transporte que leva crianças e doentes para consultas médicas fora das aldeias além de ser responsável pelo transporte das equipes médicas que circulam pela região. Os manifestantes exigem que dez índios integrem a comitiva que vai pedir a reativação do contrato de terceirização de 35 veículos e a recontratação de 128 motoristas que atendiam urgências médicas das 45 aldeias, onde vivem os 12,6 mil índios. Segundo o cacique Márcio Lourenço, da Reserva de Laranjinha, a situação nas aldeias é precária, muitas estão sem medicamentos, inclusive, os de uso contínuo. Segundo o Centro de Mídia Independente (CMI), o coordenador regional da Funasa, Vinícius Paraná, informou que no dia 6 de junho houve uma reunião com líderes indígenas propondo que cinco representantes dos índios fossem a Brasília para tratar com a presidência do órgão sobre a frota de veículos que atende à equipe multidisciplinar das aldeias, o que não teria sido aceito pelos indígenas. A sede da Funasa em Curitiba foi ocupada pelo mesmo grupo no dia 27 de maio. Na ocasião, eles reivindicavam o repasse de R$ 824 mil para a Associação de Defesa do Meio Ambiente de Reimer, ONG que cuida do atendimento médico das reservas indígenas do Paraná.

Segundo estudo da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Subnutrição de Crianças Indígenas aprovado no dia 4 de junho, que investigou nos últimos cinco meses os registros de mortalidade por subnutrição de 2005 a 2007, a desestruturação administrativo-financeira da Funasa é principal causa da desnutrição de crianças indígenas. De acordo com deputado Vicentinho Alves do Partido da República (PR), autor do relatório final da CPI, o trabalho da comissão apontou a fragilidade do órgão pela falta de equipamentos e profissionais, o que acarreta a transferência da atenção à saúde dos índios a ONG`s. Segundo ele, há 20 anos não se realiza concurso público para contratação de profissionais. A avaliação feita pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), sobre a ocupação de prédios públicos por indígenas em protesto pela melhoria dos serviços prestados, diz respeito principalmente à Funasa permitir a execução de serviços de atendimento à saúde indígena por ONG`s. Para a Coordenação, a Funasa transfere indevidamente a responsabilidade que lhe cabe. A Funasa reconhece a necessidade de adequações no sistema, apesar de desqualificar parte das críticas da Coiab, prometendo ter equipes próprias completas até 2012. Ela encerrou nos últimos anos convênios com 44 entidades para assistência médica a índios, por suspeita de irregularidades. O atual modelo de atendimento à saúde indígena no Brasil se baseia nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dsei). Cada uma das 34 unidades espalhadas pelo país tem a responsabilidade sanitária por uma base territorial e populacional específica. Mas a contratação das equipes médicas que lá atuam fica sob a responsabilidade de ONG`s, mediante convênios. Uma alternativa apontada pelo Cimi é o de concentrar recursos na formação de agentes indígenas de saúde dentro das próprias comunidades. O coordenador da Coiab concorda com a observação, mas considera providência fundamental para a melhoria dos serviços garantir autonomia administrativa e financeira aos distritos. Quanto à autonomia administrativa a Funasa garante que esta deve ser autorizada pelo presidente Lula no dia 19 de junho, em reunião da Comissão Nacional de Política Indigenista. Uma auditoria concluída pelo Tribunal de Contas da União (TCU) apontou a existência de uma série de práticas administrativas irregulares na Funasa, parte delas verificadas em convênios com ONG`s para assistência à saúde indígena. No dia 16 de abril, o TCU determinou que a Funasa apresentasse um plano de ação para o saneamento administrativo em 90 dias. A Funasa afirma que a falta de vínculo entre os profissionais com o Estado, apontado pelas comunidades indigenistas como um problema, será resolvida nos próximos quatro anos. A substituição dos 13 mil funcionários terceirizados também já foi recomendada à Funasa pelo TCU. A Coiab reclama que a ausência de vínculo dos profissionais com o Estado estimula a rotatividade das equipes multidisciplinares – médicos, enfermeiros e dentistas. Para a entidade, além dos postos de trabalho serem preenchidos por concurso específico, os profissionais devem passar por cursos de capacitação em cultura indígena antes de iniciarem o atendimento às comunidades.

Agricultores assentados, famílias acampadas e a comunidade de Viamão, no Rio Grande do Sul (região Sul), realizam protesto contra a contaminação de um córrego que abastece a comunidade de Águas Claras. As famílias reivindicam ações dos governos locais em relação à limpeza e à manutenção do riacho. Após uma caminhada, por volta do meio-dia, aconteceu um ato público em frente à Escola Apolinário. Em seguida, a ação seguiu para a nascente do rio, onde foi recolhido lixo. Moradores reclamam que lixo e esgoto não-tratado são jogados no manancial, contaminando a água e o meio ambiente e proliferando doenças. Além da reivindicação de preservação e limpeza do riacho, o ato manifesta apoio às 60 famílias que foram retiradas com violência pela Brigada Militar do acampamento que haviam montado nas margens da RS-040, em

Viamão, no dia 3 de junho. Atualmente, os trabalhadores estão acampados em uma área cedida pelo Assentamento Filhos de Sepé que fica no município. Além serem retiradas violentamente de uma área cedida sem mandado judicial, as famílias ainda foram acusadas de terem cometido crime ambiental.

A ONG Greenpeace lança uma campanha pela internet em protesto ao Projeto de Lei nº 6424/2005, do senador Flexa Ribeiro (PSDB). Para o Greenpeace, o projeto estimula a degradação ambiental ao autorizar a derrubada de até 50% da vegetação nativa em propriedades privadas da Amazônia. A organização pretende colher assinaturas para contestar o projeto. O senador Flexa Ribeiro, autor do projeto, diz que há equívocos na interpretação do projeto que não prevê o corte de 50% da floresta, mas a recuperação de áreas já alteradas, com a plantação de espécies nativas ou exóticas e que isso não mexe na área de reserva ambiental. "O meu projeto não permite o plantio de soja, cana, grãos, não permite pecuária nas áreas alteradas a não ser nos 20% permitidos hoje. Então não muda em nada o Código Florestal com relação a reserva ambiental", finaliza.

Um grupo de 20 índios das etnias Terena, Guarani e Caiuá ocupa a sede da Funai, em Dourados (221km de Campo Grande) – Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). Duas servidoras foram feitas reféns pelos indígenas, mas foram libertadas pela PM. O grupo pede que a atual administradora, Margarida Nicoletti, saia imediatamente e defende a indicação de um indígena para o cargo. Na semana anterior, o grupo já havia invadido o prédio do órgão. A entidade divulgou no fim de semana anterior cópia de documento aprovado pelas principais lideranças Guaranis e Caiuás que, além de condenar as ocupações, apóiam a permanência de Nicoletti.

3ª feira 10

A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego resgata oito trabalhadores em condições degradantes de uma carvoaria clandestina no município de Pirajuí – São Paulo (região Sudeste). Os trabalhadores não possuíam registro em carteira e não usavam nenhum tipo de equipamento de proteção individual. No local, também não havia água potável e nem instalações sanitárias adequadas. De acordo com os fiscais do trabalho, os funcionários não sabiam nem quanto iriam ganhar pelo serviço. Os administradores das fazendas Reunidas e Santo Antônio Dourado, localizadas nos arredores da carvoaria, também serão responsabilizados, pois terceirizavam irregularmente o trabalho de exploração do carvão.

Indígenas liberam a BR-277, na altura do km 476, no município de Nova Laranjeiras no Paraná (região Sul). A estrada estava bloqueada desde o dia 9 de junho por cerca de 500 índios da aldeia de Rio das Cobras. Eles reivindicavam a presença de um representante da Funasa, de Brasília, para negociar melhores condições na área de saúde para as aldeias da região. A desocupação é resultado da liminar de reintegração de posse obtida na Justiça na noite do dia 9 de junho pela Concessionária Rodovia das Cataratas, que administra o trecho.

Uma decisão da 17ª Vara Federal Criminal do estado da Bahia (região Nordeste) condena a fazendeira Cleudete Nilza Sagrilo a três anos de detenção pela prática de trabalho escravo. A fazendeira foi denunciada em 2005 pelo Ministério Público Federal por manter 20 pessoas em condições degradantes de trabalho. A denúncia descrevia que

os trabalhadores foram recrutados para trabalhar em carvoarias que operavam a serviço da empresa Sideruna no interior do estado. Os trabalhadores dormiam no chão, não tinham alimentação adequada e viviam sem qualquer tipo de higiene no local. Além de prestar serviços comunitários, a fazendeira terá que pagar uma multa de R$ 1.200 que será destinada a alguma organização que realize trabalho social. Esta é a primeira condenação do tipo na Bahia.

Cerca de 1.100 trabalhadores do campo e da cidade dão início à Jornada Nacional de Lutas Contra o Agronegócio e as Transnacionais. Aproximadamente 800 trabalhadores ocupam a transnacional de alimentos Bunge, em Passo Fundo – Rio Grande do Sul (região Sul). Eles protestam contra o monopólio e a especulação das empresas no mercado de sementes e de alimentos, o que tem elevado o preço da comida. Cinco manifestantes são feridos com a ação da Brigada Militar e sofrem queimaduras com bombas de gás lacrimogêneo. Policiais apreendem um caminhão com 8 mil quilos de alimentos que seriam distribuídos pelos manifestantes a famílias carentes da cidade. Os agricultores que tentam resistir à apreensão são alvejados por bombas de gás e balas de borracha. Sete agricultores ficaram feridos e os alimentos não foram doados à população. Segundo site do MST, a transnacional Bunge é aliada a empresas estrangeiras do agronegócio como Monsanto, Cargill e Syngenta, criando uma rede de dominação desde o setor de produção, passando pelos de industrialização, distribuição e comercialização do alimento.

A deputada federal Luciana Genro (PSOL) protocola na Assembléia Legislativa o pedido de impeachment da governadora Yeda Crusius (PSDB), em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). O documento também é assinado pelo Partido Verde. Os partidos responsabilizam a governadora por tráfico de influência, entrega da coisa pública e improbidade administrativa. O pedido de impeachment segue para a Procuradoria Geral da Casa, onde será feita a análise dos aspectos formais, e, depois, para a Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia que decide se aceita ou não a denúncia.

Aproximadamente 200 trabalhadores rurais da Via Campesina ocupam a Estação Experimental de Cana-de-Açúcar (EECAC), no município de Carpina, Zona da Mata Norte de Pernambuco (região Nordeste). Os agricultores protestam contra o avanço do monocultivo de cana-de-açúcar no local que, segundo os trabalhadores, tem aumentado ainda mais a miséria e a concentração de terra numa região que já sofre com a pobreza e a opressão do trabalho nos canaviais. Durante a ocupação os agricultores destruíram mudas de variedades de cana, inclusive espécies transgênicas, e cortaram cerca de dois hectares dos 100 de cana-de-açúcar plantados na Estação. A Estação Experimental é uma parceria público-privada entre o Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool - Sindaçúcar no estado de Pernambuco, que reúne as 20 maiores usinas do estado – e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRP). Os movimentos sociais e pesquisadores criticam que: ao contrário de a universidade pública investir recursos públicos em pesquisas que promovam o aumento da produção e a diminuição dos custos dos alimentos para toda a população brasileira, ela investe o dinheiro público em pesquisas para promover o monocultivo de cana-de-açúcar para o mercado externo. Segundo site do MST, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que 98% das terras de lavouras temporárias da Mata Norte de Pernambuco são usadas para a produção de cana-de-açúcar e apenas 2% para a produção de alimentos. Com o aumento da demanda do mercado internacional por agrocombustíveis, mais

terras são usadas para plantação de cana. No estado de São Paulo, a cana-de-açúcar substituiu lavouras de feijão, alimento que dobrou de preço nos últimos meses. Produtos agrícolas, como a soja, o milho e carne bovina, representaram 40% da inflação em 2007.

Cerca de 200 trabalhadores rurais da Via Campesina ocupam a Fazenda Nossa Senhora de Lourdes localizada a 5km do município de Mari no estado da Paraíba (região Nordeste). A fazenda possui 1.100 hectares pertence a Carlos Ribeiro Coutinho e é arrendada a Usina Jacungu. Os integrantes da Via Campesina denunciam o modelo agrícola agroexportador e a opção do governo por ele. Segundo a Via, expandindo a monocultura da cana-de-açúcar, cada vez menos terra sobra para ser feita a Reforma Agrária e para a produção de alimentos. Além disso, a monocultura gera degradação ambiental e empregos degradantes (bóia-fria) que desrespeitam as leis trabalhistas e os direitos humanos. A Via Campesina relaciona a crise de alimentos com o avanço das monoculturas que tomam o espaço da plantação de alimentos. A Via Campesina é uma organização formada por vários movimentos sociais do campo que lutam pela defesa da agricultura camponesa e da reforma agrária. Para as organizações, a alternativa à crise dos alimentos é um projeto para o campo, baseado na agricultura camponesa e na Reforma Agrária, com o uso da agroecologia, respeitando o meio ambiente e não usando venenos, com produção agrícola na forma de policultura produtora de alimentos destinados ao mercado interno. No estado da Paraíba, os movimentos que compõem A Via Campesina são: MST, MAB, CPT e Pastoral da Juventude Rural (PJR).

Cerca de 300 trabalhadores rurais ocupam as instalações da Usina Hidrelétrica (UHE) de Itá, em Aratiba na divisa dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (região Sul). A usina pertence à transnacional franco-belga Suez-Tractebel. A ação faz parte da Jornada Nacional de Lutas da Via Campesina. As famílias exigem mudanças no modelo energético que gera grandes impactos com a construção das barragens e não produz energia barata à população. Os problemas causados pela construção da hidrelétrica são inúmeros: vão desde problemas ambientais, como a inviabilidade da pesca, a problemas sociais, como o deslocamento das comunidades. No final da tarde, o grupo deixa a barragem e se desloca para uma comunidade de Aratiba. No Paraná, cerca de 300 agricultores do MAB e da Via Campesina acampam na hidrelétrica de Salto Santiago, no estado do Paraná (região Sul). A ação também é um protesto contra a transnacional franco-belga Suez-Tractebel, dona da barragem. Segundo site do MST, a Suez-Tractebel é a maior empresa estrangeira de geração de energia no Brasil, com 13 usinas (seis hidrelétricas e sete termelétricas). Segundo dados da própria empresa, em 2007, o lucro líquido foi de R$ 1,05 bilhão, 6,8% acima do lucro obtido em 2006. Segundo lideranças do MAB, para que a Suez tenha um lucro alto, os brasileiros pagam muito caro pela tarifa de energia elétrica. A hidrelétrica de Itá começou a ser construída na década de 80 pela estatal Eletrosul. Em 1998, ocorreu a privatização de parte da estatal, comprada pela empresa Gerasul (Tractebel). Em 1999, a Tractebel decide reestruturar a empresa e demite 382 trabalhadores. Posteriormente, reduz o número de dirigentes sindicais liberados e os discrimina no plano de cargos e salários. Até hoje, a empresa nega ao Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis e Região - Sinergia, acesso às suas dependências. O reservatório da UHE de Itá inundou aproximadamente 103 km² de terras, atingindo um total de 11 municípios.

Quase 70 estudantes protestam contra o aumento de 36,24% nos salários dos vereadores de Joinville - Santa Catarina (região Sul). O grupo tentou participar do protesto fantasiado de Batman, mas a máscara do super-herói dos quadrinhos foi proibida em

plenário pelo presidente da Câmara Fábio Dalonso (PSDB). Os estudantes, então, participam com o rosto pintado ou com narizes de palhaço, além de faixas e cartazes. Os vereadores votam, no começo da sessão, a supressão da palavra livre, para impedir que os estudantes utilizem o microfone do plenário. O presidente do Centro Acadêmico do Curso de História da Universidade da Região de Joinville (Univille), Felipe Rodrigues, leu uma carta de repúdio ao reajuste e pediu que o prefeito de Joinville, Marco Tebaldi (PSDB), vete o projeto dos vereadores. O reajuste foi aprovado no dia 5 de junho. Neste dia um homem fantasiado de Batman fez um ato durante a sessão. O objetivo dos estudantes era imitar a ação.

Cerca de 700 trabalhadores estão em frente à Klabin, empresa de papel e celulose, que detém 160 mil hectares de pinho e eucalipto no estado de Santa Catarina (região Sul). Os manifestantes distribuem 500 mudas de árvores nativas e 15 toneladas em cestas de alimentos para a população da cidade de Otacílio Costa, que inclui morangas produzidas em um assentamento da Reforma Agrária no município de Ponte Alta. Os manifestantes também irão plantar centenas de mudas de árvores nativas, em protesto contra o "deserto verde", provocado pelo plantio em grande escala de pinus e eucalipto. No município de Maravilha, 1.200 trabalhadores da Via Campesina estão concentrados no trevo da BR-282 e trancam a rodovia, que dá acesso à cidade, onde farão protestos contra a Aurora, que representa o modelo de produção do agronegócio. As ações fazem parte da Jornada de Lutas para denunciar os problemas causados pela atuação das grandes empresas no país, especialmente as estrangeiras, que são beneficiadas pelo modelo do agronegócio e pela política econômica neoliberal. Participam das ações a Via Campesina e trabalhadores urbanos integrantes da Assembléia Popular.

Cerca de 500 trabalhadores da Via Campesina realizam protesto contra a expansão do monocultivo da cana-de-açúcar no estado do Espírito Santo (região Sudeste). A mobilização ocorre no município de Montanha, onde será instalada uma nova usina, pertencente à empresa estrangeira Infinity Bio-Energy, criada em 2006 e sediada na Ilha das Bermudas, que já comprou todas as usinas de cana do norte do estado. Segundo site do MST, estima-se que para a região norte do Espírito Santo, que já conta com 40 mil hectares de cana plantados, seja dobrada a área de plantio dessa monocultura nos próximos anos. Isso está sendo estimulado, tanto pela instalação da empresa Infinity Bio-Energy, que pretende tornar-se líder mundial na produção e distribuição de álcool e outros biocombustíveis, quanto pelo governo do estado, que apontou a meta de ampliação em 133% da produção de álcool, conforme o Plano Estratégico de Agricultura Capixaba (PEDEAG). A mobilização faz parte da Jornada de Lutas da Via Campesina, que ocorre em âmbito nacional.

Aproximadamente 300 integrantes da Via Campesina e de movimentos urbanos, como a Intersindical, a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), Passe Livre e movimento estudantil, realizam uma mobilização em frente às redes estrangeiras de supermercado, Wal Mart e Carrefour no Espírito Santo (região Sudeste). O ato questiona a alta no preço dos alimentos e o controle das empresas estrangeiras no território brasileiro. A atividade começou com uma caminhada pela cidade, acompanhada de um panelaço, e foi marcada por um protesto em frente a essas duas redes de supermercado, que detêm o controle do comércio mundial de alimentos. Em frente ao Wal Mart, foi montada uma mesa com alimentos da agricultura camponesa, a fim de demonstrar que essa é a alternativa para conter a grande alta no preço dos alimentos. A mobilização faz parte da Jornada de Lutas da Via Campesina, que ocorre em âmbito nacional.

Cerca de mil trabalhadores rurais ocupam o complexo Portuário do Pecém, em São Gonçalo do Amarante, região metropolitana do estado do Ceará (região Nordeste). A ocupação paralisa as áreas de carga e descarga do terminal. O ato faz parte da Jornada Nacional de Lutas da Via Campesina. Os manifestantes protestam contra o projeto de instalação de cinco termoelétricas, uma refinaria e uma siderúrgica do complexo, que, segundo a Via Campesina, irão causar imensos danos ambientais e sociais. Além disso, os trabalhadores protestam contra a alta dos preços dos alimentos, a transposição do Rio São Francisco e instalação de uma refinaria da Petrobras. Segundo a Via Campesina, a construção afetará a bacia hidrográfica da região, consumindo um volume de água que será equivalente ao consumo de uma cidade de 30 mil habitantes. A mobilização faz parte da Jornada de Lutas da Via Campesina, que ocorre em âmbito nacional.

Trabalhadores rurais, aproximadamente mil, ligados à Via Campesina, CPT e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e pescadores artesanais) - realizam protesto na hidrelétrica de Xingó, em Piranhas, a 280 km de Maceió, capital do estado de Alagoas (região Nordeste). Os manifestantes protestam contra a transposição do Rio São Francisco, a construção das novas barragens e a baixa vazão do rio, que causam fortes impactos na foz, na divisa de Alagoas e Sergipe. Os movimentos declaram também que a transposição do rio e as novas represas "beneficiam apenas os latifundiários do agronegócio". A mobilização faz parte da Jornada de Lutas da Via Campesina, que ocorre em âmbito nacional.

Centenas de militantes do MAB e Via Campesina bloqueiam a BR-364, em Candeias do Jamari, a 20 km de Porto Velho, no estado de Rondônia (região Norte), no trecho que liga Porto Velho a Cuiabá. A rodovia é o principal caminho para o escoamento da soja produzida no Mato Grosso (região Centro-oeste). A mobilização denuncia o desmatamento da Amazônia, a ocupação ilegal de enormes extensões de terra para plantação de soja e outros, e o saqueio dos recursos minerais. Além disso, a BR ocupada fica a cerca de 25 km de distância do eixo onde está prevista a construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio. Os manifestantes são contra as duas usinas previstas no Complexo Madeira e dizem que a construção das mesmas é de interesse de grupos poderosos, donos de mineradoras, madeireiras, além dos plantadores de grãos. No manifesto da Jornada de Lutas da Via Campesina e da Assembléia Popular, quando se refere à Amazônia, consta que os movimentos sociais são “contra a Medida Provisória nº 422/08, que legaliza áreas de até 1.500 hectares, invadidas por latifundiários na Amazônia, quando a Constituição determina apenas até 50 hectares”. A PM e a Polícia Rodoviária Federal estão no local e segundo lideranças, usam da força e intimidam os militantes. Segundo uma das lideranças do MAB, os policiais estão pedindo os nomes e os números dos documentos dos manifestantes com intuito de intimidá-los.

Cerca de 600 trabalhadores rurais da Via Campesina e integrantes da Assembléia Popular ocupam prédio da Votorantim, no centro de São Paulo – SP (região Sudeste). A ação tem como objetivo denunciar os impactos ambientais da construção da barragem de Tijuco Alto, no Rio Ribeira de Iguape, que corta os estados de São Paulo e Paraná (região Sul). A PM invadiu o prédio com cerca de 50 soldados para encerrar os protestos que integram a Jornada Nacional de Lutas Contra o Agronegócio e as Transnacionais. Os manifestantes reclamam que a ação foi violenta, já que os policiais usaram bombas de gás de pimenta e tiros de bala de borracha para dispersar as pessoas. O Ibama já reprovou por duas vezes os Estudos de Impacto Ambiental apresentados pela Votorantim, que aguarda a análise de um terceiro pedido. Pelo projeto, a barragem

irá inundar duas cavernas e deslocar quase 700 famílias. O mais agravante do projeto, dizem os trabalhadores, é que toda a energia produzida na barragem será para abastecer a Companhia Brasileira de Alumínio, que também pertence à Votorantim. O grupo divulgou nota oficial repudiando as ações. Segundo a nota divulgada pela Agência Brasil: "O Grupo Votorantim vem a público manifestar seu repúdio à invasão do escritório central da empresa. Em seus 90 anos, o Grupo Votorantim tem sua trajetória marcada pelo respeito a toda e qualquer manifestação democrática. O Grupo sempre esteve aberto ao diálogo com todos os setores da sociedade, no entanto, considera inaceitáveis práticas que violem as leis vigentes do país."

Cerca de 450 trabalhadores da Via Campesina ocupam uma fazenda no município de Mirante do Paranapanema no estado de São Paulo (região Sudeste). Segundo os trabalhadores rurais, na área, a organização Odebrecht está construindo a usina Conquista do Pontal, que terá como finalidade a produção de etanol. A polícia enviou cinco viaturas ao local para impedir a ação e comunicaram que os advogados da usina já entraram com um pedido de reintegração de posse. Os manifestantes paralisaram as máquinas responsáveis pela construção na área. Segundo site do MST, a Odebrecht, assim como outras empresas transnacionais, estão se utilizando irregularmente de terras públicas para a instalação de usinas e plantio de cana-de-açúcar. O projeto de expansão da Odebrecht prevê a utilização de 160 mil hectares de terras para a produção de matéria-prima (cana-de-açúcar). Terras estas dentro do 11° perímetro do Pontal do Paranapanema, uma região de terras públicas, historicamente griladas. De acordo com o Instituto de Terras de São Paulo (ITESP), 58% do território do Pontal é constituído por terras públicas. Em 2007, o governador José Serra encaminhou à Assembléia Legislativa um projeto de lei que propõe a regularização das terras públicas do Pontal. Devido às mobilizações dos movimentos sociais, o projeto ainda não foi votado. A ação faz parte da jornada nacional de lutas, que conta com a participação de diversos movimentos sociais e tem como objetivo ir contra o crescente avanço das grandes empresas transnacionais no Brasil.

Mais de 500 pessoas, segundo site do MST, 200, segundo a Agência Brasil, participantes da Assembléia Popular bloqueiam a linha férrea da mineradora Vale, na altura do bairro São Geraldo, em Belo Horizonte - Minas Gerais (região Sudeste). A ação tem como objetivo denunciar os problemas causados pela passagem do trem que, segundo os manifestantes, bloqueia a passagem de veículos por até duas horas. Desde 2007, já morreram quatro pessoas dentro de ambulâncias. Além disso, o barulho e a vibração da passagem do trem ainda inviabilizam as aulas da Escola Municipal Pe. Francisco Carvalho Moreira e abalam a estrutura das casas. Os integrantes da Assembléia Popular de Belo Horizonte, nos bairros de São Geraldo, Caetano Furkim, Boa Vista, Casa Branca e Vila Mariana de Abreu reivindicam a transposição da linha há 25 anos e a indenização das famílias que perderam parentes. Em 2007, manifestantes paralisaram a passagem do trem por duas ocasiões e nenhuma das promessas foi cumprida. A Assembléia Popular do estado divulga com a ação documento com denúncias e propostas. Entre as denúncias está a de privatização da Vale e seus impactos ambientais e entre as propostas: a reestatização da empresa; a solução imediata da situação dos bairros São Geraldo, Caetano Furquim, Boa Vista, Casa Branca e Vila Mariano de Abreu que lutam há 25 anos pela transposição da linha; uma data de início das obras; transparência da empresa nas informações que presta à comunidade sobre as obras e responsabilidade por todos os danos causados à população desses bairros. E ainda, que o governo federal assuma uma postura em relação à Vale através da

articulação de uma frente de estados mineradores onde a Vale atua para que seja construído um novo imposto sobre a mineração. Minas Gerais é o estado com mais hidrelétricas do Brasil e a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) cobra uma das tarifas de energia mais caras do país. Uma comissão da Assembléia Popular se reuniu com José Osvaldo e Raquel Nascimento, representantes da Ferrovia Centro Atlântica (FCA) e da Vale. A comissão apresentou como pauta a exigência da transposição dos trilhos. Os representantes da FCA e da Vale garantiram o início das obras no prazo de 40 dias. O mesmo acordo foi firmado também com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Foi marcada para o dia 16 de junho nova reunião com a comissão e, no dia 19 de junho, outro encontro com todos os integrantes da Assembléia Popular local. Na ocasião será levado o projeto de transposição que inclui uso social para a área hoje ocupada pela linha. Segundo site do MST, a FCA e a Vale assumiram em boletim de ocorrência policial não registrar queixa dos manifestantes, reconhecendo a legitimidade da luta de 25 anos dos bairros da região. No entanto, segundo a Agência Brasil, a Vale repudiou as ações declarando em nota oficial: "A empresa considera que ações dessa natureza são criminosas e prejudicam a segurança das comunidades e operações ferroviárias", informa a nota. Os trilhos da ferrovia foram desocupados por volta das 12h.

Seguranças da Assembléia Legislativa tentam impedir a entrada dos 500 trabalhadores da Assembléia Popular no plenário onde ocorria o Seminário Minas de Minas no estado de Minas Gerais (região Sudeste). Segundo site do MST, os 10 trabalhadores que conseguiram entrar inicialmente foram duramente golpeados pelos seguranças e dois ficaram feridos. Com a intervenção de deputados, os trabalhadores entraram no plenário. A diretoria da casa prometeu punir os seguranças pela perda de controle e pela agressão à manifestação pacífica. A ocupação denuncia os crimes ambientais e sociais que as empresas mineradoras vêm trazendo ao estado, dentre elas a Vale. Com isso, os manifestantes denunciam que os minérios são enviados ao exterior, deixando aqui apenas a devastação ambiental; que a maior parte é exportada sob o controle de grandes empresas transnacionais, cujos lucros são destinados ao exterior; que a Vale consome 5% de toda a energia produzida pelo país; que o governo do Estado acaba de fechar um contrato com distribuidoras de energia para pagar R$3,3 por cada 100kwatt/h, quando o povo paga R$62,00 e que o governador do estado, Aécio Neves, teve 40% de sua campanha financiada pela empresa. Esta influência política da Vale garantiria à empresa o silêncio do estado e de governos em relação aos crimes sociais, trabalhistas, tributários e ambientais cometidos pela empresa; garante benefícios econômicos como o empréstimo recém aprovado pelo BNDES à empresa de R$ 7,3 bilhões, a pagar em 40 anos sob juros irrisórios. Além disso, os *royalties* pagos pelo setor são irrisórios. A mobilização integra a jornada nacional de luta contra a política econômica e contra o agronegócio, dos quais a Vale é símbolo, por ser uma empresa que exporta a maior parte das riquezas extraídas do Brasil, prejudica o meio ambiente e as comunidades onde atua. A Vale é campeã de multas no Ibama, responde na Justiça por processos trabalhistas e ainda insiste em negar a responsabilidade sobre seus impactos.

Alunos e professores do programa ProJovem Trabalhador, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), promovem manifestação em frente ao ministério em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os docentes e discentes reclamam da falta de repasse das verbas do programa para o Consórcio Social da Juventude – Trilhas da Juventude, que coordena o programa no Distrito Federal. Segundo eles, há pelo menos 60 dias, as entidades que capacitam jovens carentes e com dificuldade de conseguir o

primeiro emprego não recebem os recursos para o pagamento dos salários de professores e outros funcionários, vales-transporte, lanche e as bolsas dos alunos. Uma comissão foi recebida por técnicos do ministério, que declararam que a situação não está ocorrendo somente no Distrito Federal. Eles apresentaram a autorização de pagamento, garantindo que a verba será repassada até a próxima semana. No entanto, em nota de esclarecimento divulgada à tarde, o secretário de Políticas Públicas de Emprego do MTE, Ezequiel Nascimento explica que o motivo do atraso no repasse de verbas para o convênio do Instituto Cultural, Educacional e Profissionalizante de Pessoas com Deficiência do Brasil (Icep-Brasil) com o Consórcio Social da Juventude – Trilhas da Juventude, que coordena o ProJovem Trabalhador no Distrito Federal, foi uma denúncia de mau uso do dinheiro público. Por conta da denúncia, o MTE informa que repassou as informações à Controladoria Geral da União (CGU) e enviou técnicos para supervisionar o consórcio nos dias 30 de abril e 13 e 14 de maio. Foram encontradas falhas na execução da primeira parcela do convênio, no valor de R$ 356,5 mil. A CGU também auditou o Icep-Brasil no início de maio e recomendou a suspensão do repasse da segunda parcela, no valor de R$ 850 mil, até que tudo fosse regularizado. No último dia 30 foi assinado o termo aditivo para a indicação dos recursos da segunda parcela do convênio. Com isso, deve ser gerada a ordem bancária e o valor estará disponível em até 48 horas – o que, de acordo com a nota, deve acontecer até o final da semana. O convênio do Icep com o Trilha Jovem foi firmado em dezembro de 2007, no valor de R$ 3,5 milhões, e é válido até 31 de outubro 2008. Pelo contrato, devem ser qualificados 2 mil jovens e a meta de inserção no mercado de trabalho é de pelo menos 600 deles.

Oficiais e assistentes de chancelaria no Brasil e exterior realizam pela primeira vez na história do Itamaraty, paralisação de suas atividades por 24 horas e promovem pela manhã uma manifestação na Esplanada dos Ministérios, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O objetivo da ação é reivindicar reajuste salarial e demonstrar que o Ministério das Relações Exteriores não é composto somente por diplomatas. Na véspera, as duas categorias – formadas por 838 oficiais (com curso superior) e 624 assistentes, de nível médio - alertaram que a paralisação prejudicaria serviços como emissão de passaporte para brasileiro no exterior, assistência a brasileiros fora do país e visto para estrangeiros que visitam o Brasil. Através de intervenção direta do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, o Ministério de Planejamento concordou em conceder um reajuste em torno de 40%, correspondente a perdas anteriores. Os assistentes, que pedem um aumento de 170%, terão seu caso analisado em um segundo momento. Em nota, os dirigentes do movimento confirmam a adesão de cerca de 500 servidores somente no Brasil e informam ainda que mais de 87 postos no exterior, entre embaixadas, consulados gerais, delegações e escritórios de representação, não funcionaram. Entre as principais cidades onde os postos de atendimento foram fechados, estão: Nova York e Los Angeles (Estados Unidos), Tóquio (Japão), Madri (Espanha), Berlim (Alemanha), Roma (Itália) e Cidade do México (México).

A AGU emite parecer favorável ao reconhecimento de casais homossexuais para a concessão de benefícios previdenciários no Rio de Janeiro (região Sudeste). Embora trate de uma questão local, o texto expõe a posição do governo sobre o tema. O documento, enviado no final da semana passada ao STF, trata de uma ação proposta pelo governador fluminense, Sérgio Cabral (PMDB), para que a Corte considere o casamento entre pessoas do mesmo sexo como união estável. Segundo o parecer, assinado pelo advogado-geral da União, José Antônio Dias Toffoli, o não-

reconhecimento da união estável entre casais homossexuais fere o princípio da igualdade e da isonomia, previstos na Constituição Federal, afirmando ainda que o "tratamento diferenciado" para casais homossexuais ou heterossexuais é "discriminatório". No entanto, no caso do Rio, a AGU solicita que o Supremo não aceite o pedido do governador, já que uma lei estadual do ano de 2007 – a lei 5.034, já teria resolvido a questão.

Polícia resgata Gabriela de Jesus Silva, jovem que conta viver em regime de escravidão há mais de 10 anos na casa da professora Maria Helena Silva, de 55 anos, no bairro de Itapuã, em Salvador – Bahia (região Nordeste). A jovem de cerca de 25 anos não sabe precisar sua idade nem há quanto tempo trabalha na casa, afirmando apenas que chegou ao local menina e que perdeu a noção de tempo por causa da clausura. A delegada Francineide Moura indicia Maria Helena e seu marido, José Carlos Carreira da Silva, por crime de escravidão. Denunciada por vizinhos, a professora, que nunca deixou a jovem estudar para não atrapalhar nas tarefas da casa, conta à polícia que não a remunerava por não achar necessário e nega maus-tratos.

4ª feira 11

Agricultores da Via Campesina ocupam a barragem da usina de Sobradinho no estado da Bahia (região Nordeste). O objetivo do protesto é denunciar que os grandes projetos de irrigação beneficiam apenas os latifundiários do agronegócio, especialmente o projeto de transposição do Rio São Francisco, o Pontal Sul, em Petrolina, e o Projeto Salitre, na cidade vizinha de Juazeiro, na Bahia. Depois de investimento público em infra-estrutura de irrigação (no caso do Pontal Sul já foram investidos cerca de 250 milhões de reais), essa estrutura é privatizada nos acordos de Parceria Pública Privada (PPP). As ações fazem parte da Jornada de Lutas para denunciar os problemas causados pela atuação das grandes empresas no país, especialmente as estrangeiras, que são beneficiadas pelo modelo do agronegócio e pela política econômica neoliberal. Participam das ações a Via Campesina os trabalhadores urbanos integrantes da Assembléia Popular.

Cerca de 350 famílias ligadas ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e outros movimentos integrantes da Via Campesina ocupam a área de desenvolvimento do projeto Ponto Novo de irrigação, na microrregião de Senhor do Bonfim, norte do estado da Bahia (região Nordeste). A ação acontece em protesto à expansão do agronegócio na região, que vem expulsando os camponeses de suas terras. Segundo site do MST, a área total do projeto promovido pelo governo da Bahia é de mais de 2500 hectares e a maioria deveria ser destinada a pequenos e médios produtores. Todavia, os trabalhadores afirmam que empresários estariam tomando as terras para expansão da monocultura da banana. Para a construção do projeto, foram desalojadas 400 famílias. Destas, apenas 120 foram reassentadas em lotes familiares ao redor da área do projeto. As demais habitam a periferia de Senhor do Bonfim. Os demais lotes ao redor do projeto de irrigação foram destinados às empresas Sítio Barreiros, que desenvolve o monocultivo de banana, e Agrivale, que mantém a monocultura do abacaxi no local. Esta tem como proprietário o mesmo empresário responsável pela Agrivale, empresa especializada na produção de cana-de-açúcar e que recentemente recebeu um investimento de R$ 450 milhões do governo baiano para a expansão. Segundo as informações oficiais do governo, a área recebeu um investimento de R$ 75,3 milhões,

sendo que R$ 35,6 milhões foram destinados à implantação da barragem que mantém todo o projeto, com capacidade de armazenar 40 milhões de metros cúbicos de água. Outros R$ 39,7 milhões foram destinados às obras de irrigação e linha de transmissão.

Manifestantes vão à prefeitura de Joinville, Santa Catarina (região Sul) para que o prefeito vete o aumento de 36,24% aos vereadores. Os manifestantes foram ao gabinete do prefeito Marco Tebaldi (PSDB) e entregaram um pedido de veto ao reajuste que os vereadores se autoconcederam. Com a ausência do prefeito, os manifestantes protocolam a entrega de um documento com as justificativas para o veto e o pedido de uma audiência, para que possam pessoalmente apresentar a reivindicação. A manifestação, iniciada no dia 10 de junho, durante sessão na câmara, propõe que os vereadores desistam do reajuste, que eleva seus salários de R$ 6,4 mil para R$ 8,7 mil. Para os manifestantes, nenhuma categoria superou um reajuste salarial de mais de 6%, justificando a proposta de isonomia salarial que acompanha os reajustes do serviço público municipal. Os próprios vereadores, na sessão em que aprovaram seu aumento, concederam aos servidores públicos municipais um reajuste de 6,12%, divididos em parcelas de 2%, que se estende ao prefeito e ao vice. Se aprovada a medida, os vereadores do próximo mandato passarão a receber cerca de 21 salários mínimos, o que corresponde a 10 vezes a renda média do joinvilense. Caso o prefeito não vete o aumento, os manifestantes prometem uma ação popular para buscar a revogação do aumento judicialmente.

Cerca de 500 pessoas ligadas à Via Campesina ocupam duas áreas da empresa Votorantim, nas cidades de Erval do Sul e Piratini, no estado do Rio Grande do Sul (região Sul). Em Erval do Sul, 200 pessoas estão no local, que já conta com o monitoramento da Brigada Militar. Em Piratini, 300 agricultores ocupam a Fazenda Santa Maria, que fica ao lado de um assentamento. As famílias que integram a Via denunciam o avanço da monocultura do eucalipto e da acácia na região Sul do estado. Além da degradação ambiental, as monoculturas que se instalam na região vêm prejudicando pequenos agricultores e assentados com o ressecamento de córregos e o desequilíbrio ambiental. As famílias também denunciam a empresa Votorantim, que com promessas de emprego e de renda ao agricultor implementa na região, com ajuda de órgãos do governo do estado, o Programa Poupança Florestal, em que o agricultor e o assentado destinam boa parte de sua propriedade para o plantio de eucalipto e pínus. Os policiais, segundo os manifestantes, bloquearam a passagem e dispararam contra as pessoas. Em Santa Cruz do Sul, 500 camponeses realizam uma manifestação contra o sistema integrado na produção do fumo no centro da cidade e na sede do Sindicato da Indústria do Fumo (SINDIFUMO). Em Aratiba, 250 moradores e atingidos por barragens reivindicam o asfaltamento das estradas que ligam os municípios. Eles relatam que desde a implantação da Barragem de Itá, a Tractebel Energia, proprietária da Usina Hidrelétrica, não cumpriu com a promessa de asfaltar as estradas da região. Os vários protestos que ocorrem no interior gaúcho marcam a Jornada Nacional de Lutas Contra o Agronegócio e as Transnacionais.

Quase 400 manifestantes ligados ao MST, sindicalistas, integrantes do Movimento de Trabalhadores Desempregados (MTD), do Movimento Nacional da Luta pela Moradia estudantes e movimentos sociais do campo organizados pela Via Campesina foram impedidos de marchar até o Palácio Piratini em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). A manifestação ocorre em protesto contra a corrupção no governo de Yeda Crusius (PSDB). No início da manhã, cerca de 300 integrantes, segundo a Agência

Brasil e 1,2 mil, segundo Agência Chasque de Notícias que protestavam contra o alto preço da comida e as políticas de incentivo da governadora promovem marcha pelas ruas do centro da cidade. O objetivo da marcha é chegar à sede, todavia o ato é reprimido por um aparato com 300 policiais, cães, bombas de efeito moral e até dois helicópteros, acarretando confronto duas vezes com a polícia. Yeda elogiou a ação policial "em nome da manutenção da ordem pública", afirmando que a mesma foi necessária já que o grupo quis depredar um supermercado no centro durante a marcha. Os movimentos sociais negam a tentativa de depredação. Na porta do supermercado do grupo Wal-Mart, no bairro Menino Deus, 12 pessoas foram presas após o conflito com a Brigada Militar e outras 15 ficaram feridas. De acordo com a polícia, a ação é necessária para impedir uma possível invasão de um supermercado nacional e para fazer a desobstrução da via pública. No entanto, os manifestantes afirmam que não iriam entrar no supermercado. Para eles, mais uma vez o comando da Brigada Militar colocou em prática a política de reprimir qualquer protesto social. A marcha integra a Jornada Nacional de Lutas Contra o Agronegócio e as Transnacionais.

O sindicato dos professores e funcionários do estado, o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS), exige, em nota, a saída da governadora Yeda Crusius (PSDB), no estado do Rio Grande do Sul (região Sul). O sindicato também defende que as investigações sejam aprofundadas, a fim de apontar todos os envolvidos no esquema de fraude do DETRAN e apurar demais denúncias de irregularidades. A Educação tem sido um dos setores mais criticados no governo de Yeda Crusius devido ao corte de verba, à enturmação e à falta de professores e de funcionários nas escolas estaduais. O sindicato ainda critica na nota a falta de investimento no setor ao mesmo tempo em que é descoberta a fraude de R$ 44 milhões no DETRAN.

Trabalhadores rurais da Via Campesina realizam uma série de ações em Petrolândia, no estado de Pernambuco (região Nordeste), como parte da Jornada de Luta da Via Campesina contra o agronegócio e em defesa da agricultura camponesa. Aproximadamente mil agricultores bloqueiam a BR-316, próximo à Ponte que liga Petrolândia a Paulo Afonso. Em outra ação, cerca de 700 agricultores ocupam a subestação de distribuição da Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (Chesf), no município de Petrolândia, próximo ao assentamento Antonio Conselheiro, em protesto contra a transposição do Rio São Francisco. Por volta do meio-dia, trabalhadores rurais protestaram em frente à sede da empresa Netuno Pescados. A empresa possui 200 fazendas de camarão em várias cidades do nordeste e é o maior exportador brasileiro de pescado. Em 2006, recebeu um financiamento de 211 milhões de reais do BNDES para a expansão de seus negócios.

O Diário Oficial da União traz publicada a Lei nº 11.692, que reestrutura o ProJovem. O programa, criado em 2005, foi reformulado em abril de 2008. A nova legislação já inclui o ProJovem Urbano, lançado em maio. A meta é levar de volta à escola os jovens fora da idade escolar, sem o ensino fundamental, desempregados e sem qualificação profissional. O Projovem Urbano compõe, com o ProJovem Adolescente, o ProJovem Campo e o ProJovem Trabalhador, o novo Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). A norma traz algumas modificações. A faixa etária para participar do programa, que era de 18 a 24 anos, passou a incluir jovens de até 29 anos. Antes, eles precisavam ter estudado até a 4ª série e agora a exigência passou a ser apenas a alfabetização. O ProJovem pode ser implantado em qualquer município brasileiro. Nas 130 cidades com mais de 200 mil habitantes, a adesão é feita diretamente pelas

prefeituras. Nas demais, a execução do programa ficará a cargo dos governos estaduais que aderirem ao ProJovem Urbano. Estão previstos para o ProJovem Urbano investimentos de R$ 1,2 bilhão até 2010 , R$ 394 mil deles a serem aplicados em 2008. O programa está sendo adaptado para que possa ser implantado inclusive em penitenciárias até o final de 2008.

Representantes de movimentos sociais ligados à Via Campesina Brasil negam, em entrevista coletiva, que tenham destruído pesquisas desenvolvidas em universidades ou laboratórios particulares. Durante a entrevista realizada em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) eles afirmam que as mudas destruídas em Pernambuco e na Paraíba não significam acabar com toda a pesquisa, pois são apenas uma fase intermediária. Os líderes camponeses de movimentos como MST, MPA e Pastoral da Juventude Rural (PJR), afirmaram que as mudas, a exemplo das que foram destruídas em uma ocupação da Aracruz Celulose no Sul faziam parte de testes de ambientação ao clima local e que os dados importantes das pesquisas estavam nos computadores e documentos escritos e não nas plantas.

Cerca de 40 índios da etnia Tupinikim ocupam o gabinete do presidente da Funai, Márcio Meira, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os indígenas reivindicam que a Funai cumpra o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado em 2007, referente à ocupação de terras indígenas pela empresa Aracruz Celulose. Uma portaria do Ministério da Justiça determinou, em agosto de 2007, que a terra de 11 mil hectares ocupada pela Aracruz Celulose era indígena. Ainda de acordo com a decisão, os índios deveriam ocupar os 18027 hectares das terras e não apenas os 7 mil hectares vizinhos à plantação de eucaliptos da empresa.Os índios reivindicam que a Funai realize um estudo ambiental para que seja feita uma recuperação da área que, de acordo com eles, está totalmente degradada. Eles exigem também o repasse de uma verba de R$ 3 milhões destinada para projetos de sustentabilidade na aldeia.

Cerca de 600 índios, das etnias Guarani e Kaingang, bloqueiam dois trechos da BR-373, entre as cidades de Mangueirinha e Pato Branco, a 387 km e 440 km, respectivamente, de Curitiba – Paraná (região Sul). Os índios protestam contra a falta de pagamento da locação de 33 automóveis usados no transporte das equipes médicas pelas 45 aldeias das duas etnias no estado. Para o serviço ser restabelecido, é necessário o repasse de R$ 320 mil por parte do governo federal. De acordo com a Polícia Rodoviária Federal, o protesto causa engarrafamentos, somente ambulâncias são liberadas.

Uma comissão de representantes de movimentos populares urbanos, da Via Campesina e de moradores do bairro de Erechim, no Rio Grande do Sul (região Sul), realizam uma entrega coletiva de autodeclarações na Rio Grande Energia (RGE). Os manifestantes lutam pelo desconto na conta de luz. O que sustenta juridicamente a organização dos trabalhadores para reivindicar o direito à tarifa social é uma liminar expedida pelo Tribunal Regional Federal, que garante a todas as famílias que consomem até 220kwh/mês de energia elétrica o recebimento os descontos referentes à Tarifa Social Baixa Renda na conta de luz, sem precisar estar cadastrado em qualquer programa social do governo.

Servidores civis das Forças Armadas fazem passeata no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os servidores reivindicam equiparação salarial com os militares. A ação foi organizada pelo Sindicato dos Servidores Civis e Empregados do Comando da

Defesa (Sinfa). O protesto tumultua o trânsito durante a manhã até o início da tarde, provocando diversas retenções.

Famílias moradoras do Residencial Serra das Brisas e Setor Belo Horizonte fazem uma manifestação na BR-153, região de Aparecida de Goiânia - Goiás (região Centro-oeste). O ato parou o trânsito durante aproximadamente 50 minutos. Cerca 880 famílias, com população média de 8 mil pessoas, receberam um mandato de segurança, expedido pelo juiz Ricardo Teixeira Lemos da 1ª vara Cível da Comarca da Cidade de Aparecida de Goiânia, determinando a reintegração de posse em favor de Luiz Antônio Alves Lino. Os moradores devem desocupar os bairros, entretanto as famílias que moram nos dois setores compraram legalmente os terrenos da Construtora Gutembergue, no final da década de 1990, com escritura aprovada pela prefeitura de Aparecida de Goiânia e com autenticação do cartório. Elas construíram suas casas e pagam regularmente taxas como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para a Prefeitura de Aparecida de Goiânia. A manifestação contou com o apoio da Casa da Juventude e do MST.

5ª feira 12

Cerca de 500 trabalhadores rurais da Via Campesina e de diversas organizações como Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Petróleo (Sindipetro) fazem um ato na frente da sede nacional da Vale, no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). As organizações denunciam os impactos sociais causados pela atuação da mineradora nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro (região Sudeste), Pará (região Norte), Maranhão (região Nordeste) e denunciam a privatização da companhia, ocorrida em 1997. Os manifestantes reivindicam que a empresa, que extrai recursos minerais que pertencem à União, de acordo com o artigo 176 da Constituição, garanta melhores condições de vida às comunidades onde atua e à sociedade brasileira. Não houve violência ou tentativa de invasão do prédio, que foi cercado por 55 policiais militares.
O auditório do Ministério da Educação (MEC), no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) foi lotado por mais de 600 pessoas e diversos artistas que se reuniram para lançar o abaixo-assinado: "O petróleo tem que ser nosso", que exige o fim dos leilões das áreas promissoras de petróleo e gás e a reestatização da Petrobrás. Noca da Portela, Luis Carlos da Vila, Panela di Barro, Edinho Oliveira, Bira da Vila, Márcia Moura, Gilmar Simpatia e Luta Armada Hip Hop, além do poeta Zorro e da Companhia Emergência Teatral, foram os artistas que transformaram a luta em defesa dos recursos naturais brasileiros em suas bandeiras. Dezenas de entidades e movimentos populares, além de partidos políticos e parlamentares, compareceram ao ato. A saudação inicial, feita por Marina dos Santos, do MST, e por Emanuel Cancella, coordenador geral do Sindipetro-RJ, que enfatizou a importância estratégica da luta contra a privatização dos hidrocarbonetos brasileiros e o quanto essa questão é central na defesa da nossa soberania. A defesa da Amazônia e a luta pela re-estatização da Vale do Rio Doce, também foram ressaltadas como prioritárias na defesa da soberania nacional. O deputado federal Chico Alencar (PSOL), o deputado estadual Paulo Ramos (PDT) e o vereador Renatinho (PSOL) também compareceram ao evento.

Os cerca de 300 militantes da Via Campesina que saíram em marcha de Nova Marilândia no dia 5 de junho, depois de caminhar 80 km chegam a Diamantino no Mato Grosso (região Centro-oeste). Os militantes denunciam os graves problemas sociais e ambientais que o Grupo Camargo Corrêa causa na região. O grupo detém 52% das

terras da região, domina quase todas as construtoras e é responsável pela obras do Complexo Rio Madeira. Os agricultores fizeram debates com a população, em escolas e nas rádios locais.

Trabalhadores ligados a Via Campesina e Assembléia Popular ocupam a ferrovia da Vale no município de Governador Valadares, ao lado da BR-381, no estado de Minas Gerais (região Sudeste). Segundo as organizações, cerca de 1.500 estavam no ato, para a Vale, foram 300. Já segundo "O Globo", contabilizava-se 600. Os manifestantes reivindicam que a mineradora negocie com as 500 famílias da comunidade Pedra Corrida, que será desalojada pela barragem de Baguari. A Vale é uma das empresas responsáveis pela obra. Depois de 10 horas de ocupação os manifestantes liberaram os trilhos e denunciaram a truculência da empresa. Durante a tarde, a Vale conseguiu um mandato de reintegração de posse sob pena de multa diária de R$ 30 mil, em caso de descumprimento da decisão. Segundo site do MST, a empresa acionou a PM para intimidar os trabalhadores, negando-se a negociar quaisquer reivindicações. A atividade denuncia também que as pautas apresentadas na ocupação dos trilhos no município de Resplendor não foram atendidas. Em março, o protesto denunciou que a construção da Barragem de Aimorés, pela Vale e Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), expulsou mil famílias de quatro municípios, que não foram reassentadas. Além disso, essa barragem inviabiliza o sistema de esgoto da cidade, inundando 2 mil hectares de terra (2 mil campos de futebol). Os manifestantes temem que essas famílias recebam o mesmo tratamento de descaso dado às pessoas desalojadas pela construção da barragem de Aimorés. A manifestação faz parte da jornada de lutas de Via Campesina e Assembléia Popular, que denuncia os problemas causados pela atuação das grandes empresas no país, especialmente as estrangeiras, que são beneficiadas pelo modelo do agronegócio e pela política econômica neoliberal.

Cerca de 700 camponeses da Via Campesina, do Comitê em Defesa dos Pequenos Agricultores e entidades da agricultura familiar protestam em frente à fábrica de fertilizantes Ultrafértil/Fosfértil, da transnacional Bunge, em Araucária, Região Metropolitana de Curitiba, no estado do Paraná (região Sul). Os trabalhadores rurais reivindicam do governo federal a reestatização da empresa Ultrafértil/Fosfértil, privatizada há 15 anos; quebra do controle das transnacionais sobre os alimentos e fertilizantes e uma política eficaz de financiamentos para os camponeses e a agricultura familiar. As atividades da unidade estão paralisadas. Segundo o secretário-geral da CUT no Paraná, Ademir Pincheski, a adesão dos cerca de 500 funcionários da empresa ao protesto é total. A privatização da empresa Ultrafértil/Fosfértil, sob controle da transnacional de agroquímicos Bunge, aconteceu em 1993 e foi um fracasso. Atualmente, a Bunge controla 52% da produção de fertilizantes no Brasil. Juntas, Bunge, Yara e Mosaic são responsáveis por 98% do setor. Em 2007, a Ultrafértil aumentou o lucro em 93%, ferindo a legislação trabalhista. Ainda no Paraná, duas praças de pedágio são ocupadas: em Lapa, na BR-476, e em Ponta Grossa na BR-376. As mobilizações fazem parte da Jornada de Lutas da Via Campesina Brasil e trabalhadores urbanos da Assembléia Popular, que denuncia os problemas causados pela atuação das grandes empresas no país, especialmente as estrangeiras, que são beneficiadas pelo modelo do agronegócio e pela política econômica neoliberal.

Aproximadamente 500 trabalhadores rurais da Via Campesina e índios da etnia Xukuru bloqueiam a BR-232, na altura do município de Pesqueira em Pernambuco (região Nordeste). Mais 400 trabalhadores rurais impediram o trânsito na BR-110, que liga os

municípios de Inajá e Ibimirim. Os trabalhadores e os indígenas protestam contra o atual modelo econômico que, como afirmam, quer transformar os alimentos, as sementes e todos os recursos naturais em mercadoria, se apropriando da terra, das águas, dos minerais e da biodiversidade. As ações fazem parte da Jornada de Luta contra o Agronegócio e em Defesa da Agricultura Camponesa, organizada pela Via Campesina, que começou no dia 10 de junho com ações em todo o país.

Os índios desocupam o prédio da Funasa em Curitiba - Paraná (região Sul) após obterem resultados em suas reivindicações. Entre as reivindicações está um pedido de renovação de contrato da Funasa com uma empresa de veículos terceirizada para o transporte dos doentes das aldeias aos hospitais. O caso havia sido levado a Brasília no dia 11 de junho, onde 10 caciques paranaenses participaram de uma reunião com o presidente da Funasa, Danilo Fortes, e apresentaram a carta de reivindicação. A reunião na capital federal resultou na assinatura de um acordo que põe à disposição das comunidades 17 viaturas (dentre elas, 10 caminhonetes e 7 carros) para transportar os indígenas doentes às unidades de saúde. Além dessas, há uma promessa de mais 10 veículos. Os carros deverão chegar às aldeias somente dentro de 30 a 60 dias.

Cerca de 200 agricultores ligados ao MAB, Via Campesina e moradores de bairros de Goiânia, capital do estado de Goiás (região Centro-oeste), organizados em sindicatos e na Assembléia Popular fazem um protesto em frente à Companhia Energética de Goiás (CELG) contra os altos preços da energia elétrica. Os manifestantes também entregam as autodeclarações que garantem a Tarifa Social de energia. O que sustenta juridicamente a organização dos trabalhadores para reivindicar o direito à tarifa social é uma liminar expedida pelo Tribunal Regional Federal, que garante a todas as famílias que consomem até 220kwh/mês de energia elétrica o recebimento dos descontos referentes à Tarifa Social Baixa Renda na conta de luz, sem precisar estar cadastrado em qualquer programa social do governo. Outras duas manifestações ocorreram no estado. As mobilizações acontecem em Uruaçu, onde 800 manifestantes trancam a BR-153, estrada que dá acesso ao estado de Tocantins. Em Catalão, 600 pessoas fecham a BR-050 que liga a Goiânia.

Estudantes fazem ato em defesa do Hospital Universitário de Brasília (HUB) em Brasília - Distrito Federal (região Centro-oeste), reconhecendo a importância deste hospital e da saúde pública como um tema de interesse que diz respeito a toda a sociedade. Os estudantes se mobilizam para pedir apoio da sociedade e mais investimentos para que o hospital permaneça funcionando em defesa de uma saúde pública, gratuita e de qualidade.

Representantes da Via Campesina entregam ao chefe de gabinete da Presidência da República, Gilberto Carvalho, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) o documento "Programas Estruturantes de Curto Prazo", com propostas para a agricultura brasileira superar a crise do preço dos alimentos. No documento, os movimentos sociais defendem a criação de uma estatal de fertilizantes à base de matérias-primas orgânicas e sugerem medidas de estímulo a programas de fomento a agroindústrias para produção de alimentos e agroenergia, infra-estrutura em assentamentos e reflorestamento. Outra proposta é a ampliação do orçamento do Programa de Aquisição de Alimento (PAA) para R$ 1 bilhão por ano, a fim de garantir a compra dos produtos da agricultura familiar e da reforma agrária pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O documento também lista medidas políticas e legislativas, entre elas a desapropriação de

latifúndios para reforma agrária, a regularização imediata da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, a aplicação da tarifa social de energia elétrica e a garantia de preços mínimos e de compras públicas de leite da agricultura familiar. Carvalho garantiu que vai encaminhar a plataforma para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e para o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

Cerca de 300 pessoas participam de passeata em São Paulo – SP (região Sudeste) para marcar o Dia de Luta contra o Trabalho Infantil. A Secretaria Nacional de Políticas para a Criança e o Adolescente da Força Sindical promove além da passeata uma missa. A passeata parte da Praça da República e vai até a Catedral da Sé, no centro, onde ocorre a missa para lembrar as crianças vítimas do trabalho infantil. Em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), o presidente Lula assinou, em solenidade no Palácio do Planalto, o decreto que regulamenta a Convenção 182, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e enumera 109 atividades econômicas que passam a ser enquadradas na lista de piores formas de trabalho infantil. A exploração sexual, o tráfico de drogas e o trabalho doméstico agora estão na lista das piores formas de exploração infantil no Brasil. São descritas pela OIT como as piores formas de trabalho infantil aquelas em que ocorrem o recrutamento forçado de crianças para serem utilizadas em conflito armado, para fins de prostituição, atividades ilícitas, tráfico de entorpecentes e serviços forçados ou compulsórios. É classificado ainda como aviltante o trabalho que expõe crianças a abusos físicos, psicológicos ou sexuais, trabalho em espaços confinados, com maquinaria, equipamentos e ferramentas perigosas e cargas pesadas e trabalho em longas jornadas e durante a noite. De acordo com a Secretaria de Direitos Humanos, o país já era signatário de convenção da OIT que listava 80 formas de trabalho degradante. A lista é, então, ampliada e consta em decreto presidencial, o que na prática cria parâmetros para a atuação do Ministério do Trabalho, por deixar claro o que o país considera degradante para crianças e adolescentes, já que trabalho infantil não é crime no Brasil.

O Ministério Público do Trabalho no Paraná (MPT), em conjunto com a Superintendência Regional do Trabalho, encontra 27 trabalhadores em situação degradante na colheita de tangerina, no município de Cerro Azul, a 92km de Curitiba – Paraná (região Sul).A ação foi realizada no Dia de Luta contra o Trabalho Infantil. De acordo o procurador do MPT, Luercy Lino Lopes, entre os trabalhadores estão quatro adolescentes, de 13 a 15 anos. Segundo Lopes, não há acesso à água potável e instalações sanitárias. Os trabalhadores também não têm registro em carteira, nem equipamentos de proteção. “O transporte dos trabalhadores era feito em carroceria de tratores, sobre caixas utilizadas para embalagem das frutas”, destacou.

Cerca de 200 agricultores assentados e acampados marcham rumo à Fazenda Tarumã, em Rosário do Sul, Rio grande do Sul (região Sul). Os trabalhadores rurais denunciam as práticas ilegais da transnacional de celulose Stora Enso, que mesmo sendo uma empresa estrangeira já adquiriu ilegalmente milhares de hectares na área da Faixa de Fronteira. Também criticam o lobby que a empresa vem fazendo junto aos parlamentos estadual e federal, assim como os respectivos parlamentares apoiadores, para que a Faixa de Fronteira seja reduzida, a fim de legalizar a monocultura de eucalipto e pínus na região. A atividade também repudia a violência sofrida pelos 1,2 mil manifestantes que protestaram no dia 11 de junho na capital do estado, Porto Alegre e foram duramente reprimidos pela polícia. Em nota, a Via Campesina lembra que "é necessário que se mantenha o direito à liberdade de expressão e de protesto. Os agricultores

querem que ao invés da governadora reprimir os movimentos sociais com a Polícia, que invista nos serviços sociais, gere emprego e renda". A marcha que saiu do assentamento Coqueiros, na divisa de Santana com Rosário do Sul, em direção à Fazenda Tarumã, foi interceptada pela Brigada Militar na estrada que dá acesso à área, o que fez com que os manifestantes encerrassem a caminhada. Em Vacaria, três mil autodeclarações de moradores dos bairros de Vacaria e Lagoa Vermelha estão sendo entregues à RGE (Rio Grande Energia). A entrega dos documentos é feita por cerca de 300 integrantes do MAB, pastorais sociais, e associações de bairro. O documento reivindica a tarifa social de energia elétrica.

Representantes de movimentos sociais e de partidos políticos como PT, P-Sol, Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e bancários gaúchos se reúnem em frente ao Banco do Rio Grande do Sul (Banrisul), em Santa Maria - Rio Grande do Sul (região Sul) e dão um 'abraço' simbólico na sede central do banco. O protesto é contra fraude entre os contratos das fundações ligadas à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) com o DETRAN. A denúncia de financiamentos do partido com recursos de órgãos públicos como o Banrisul revelada por uma gravação feita pelo vice-governador, Paulo Feijó (DEM), com o ex-chefe da Casa Civil Cézar Busatto do Partido Popular Socialista (PPS) também foi criticada pelos manifestantes que pintam o rosto com as cores da bandeira do Rio Grande do Sul: verde, amarelo e vermelho. A atividade integra o calendário de lutas dos sindicatos contra a crise política gaúcha e pela saída da governadora Yeda Crusius (PSDB). O Banrisul é uma das principais fontes de financiamento dos governos gaúchos. A manutenção do Banrisul como banco público esteve entre as promessas de campanha de Yeda. Neste dia ainda, os 12 manifestantes presos no dia 11 de junho pela Brigada Militar após protesto contra o escândalo de corrupção no governo de Yeda Crusius (PSDB), em Porto Alegre são libertados. Eles faziam parte da marcha composta por cerca de 400 ativistas sem-terra e de sindicatos que tinham por objetivo fazer um ato em frente ao Palácio Piratini, sede do governo gaúcho. Os manifestantes presos foram indiciados por lesão corporal, violação de domicílio, danos ao patrimônio e resistência à prisão. No entanto, o advogado de defesa Matias Nagrldtein afirma que “as acusações são arbitrárias” e que “não houve tentativa de ocupação”, alegando que o grupo foi encurralado pela Brigada. A ação deixa 15 manifestantes e 8 policiais da Brigada Militar feridos sem gravidade.

A juíza Elizabete Alves de Aguiar, do 1º Juizado Especial Criminal, manda arquivar o processo contra cinco jovens que, em abril de 2008, foram presos após uma panfletagem sobre a realização da Marcha da Maconha, que aconteceria no início de maio, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A magistrada aceitou o pedido do Ministério Público, que alega, entre outras coisas, a necessidade de preservar a liberdade de expressão. À época, Alessandra Brum, de 32 anos; Flávio Ferreira, de 24; William Filho, de 32; Renato Cinco, de 33; e Raoni Ferreira, de 28, foram indiciados por apologia ao crime.

6ª feira 13

O Exército prende o sargento Fernando Alcântara, companheiro do também sargento Laci de Araújo. Araújo foi preso no dia 04 de junho após conceder entrevista, junto com seu companheiro, à emissora de tv “Rede TV!”. Segundo o advogado de Alcântara, Marcos Rogério de Souza, a prisão tem prazo de oito dias e é resultado de um processo disciplinar. Ele declarou que o Exército dá duas justificativas para a detenção: o

sargento não poderia ter ido a São Paulo dar entrevista à TV sem autorização e usar um uniforme militar "alterado" nas fotos que fez para matéria da revista "Época", onde assumiu sua relação homossexual. Em sua defesa, Alcântara afirma que não foi usado o uniforme do Exército, mas sim uma camisa com estampas camufladas semelhantes às da corporação. Sobre a ida a São Paulo sem aval, sua defesa declara que ele viajou após o expediente e voltaria antes, não fosse a prisão de seu companheiro. O Exército também solicitou a ele explicações por ter omitido a localização de seu companheiro, à época procurado sob a acusação de deserção. Ele responde que o Decreto-lei nº 1.001, de 1969, isenta de pena quem vive de forma conjugal e atribui sua prisão à expressão de "homofobia estatal", já que foi aplicada a ele a maior pena de um processo disciplinar, sendo a menor uma advertência. Levantamento feito pelo jornal "Folha de S. Paulo" mostra que ao menos 21 homens militares foram processados por fazerem sexo homossexual dentro das Forças Armadas nos últimos 10 anos. No entanto, o número pode ser maior já que não foram considerados os casos que só passaram por instâncias inferiores da Justiça Militar. Em alguns processos, há descrições detalhadas dos atos sexuais praticados nas dependências militares e as sentenças por vezes citam que alguns militares de baixa patente se sentiram coagidos a se relacionar com seus superiores por causa da hierarquia. O crime de "pederastia ou outro ato de libidinagem" em dependências militares consta no artigo 235 do Código Penal Militar, de 1969, e se caracteriza como "praticar, ou permitir o militar que com ele se pratique ato libidinoso, homossexual ou não, em lugar sujeito a administração militar". A pena prevista é de seis meses a um ano de detenção. De acordo com a Procuradora-geral da Justiça Militar, Cláudia Márcia Ramalho Moreira Luz, "o termo pederastia, além de pejorativo, é inadequado". No entanto, ela ressalta que o artigo só pode ser alterado mediante mudança na lei.

Cerca de 400 integrantes da Via Campesina ocupam o acesso à destilaria de Alcídia, no município de Teodoro Sampaio no estado de São Paulo (região Sudeste). Os trabalhadores rurais denunciam que a Odebrecht, assim como outras empresas transnacionais, está utilizando irregularmente terras públicas para a instalação de usinas e plantio de cana-de-açúcar. Cerca de 70% da área, de acordo com os trabalhadores, são de propriedade da Organização Odebrecht, que teria como objetivo plantar, ainda em 2008, 160 mil hectares de cana-de-açúcar. A parceria entre a Odebrecht e a Alcídia faz com que a fusão, chamada de ETH Bioenergia, esteja entre as cinco maiores produtoras de álcool do Brasil. A propriedade está dentro do 11º perímetro do Pontal do Paranapanema, região de terras públicas que foram griladas. Os funcionários da destilaria interromperam a produção, a polícia enviou três viaturas para o local, mas não houve conflito. O ato fez parte da Jornada de Lutas iniciada no dia 10 de junho. A ação é um protesto contra a presença de empresas transnacionais no Brasil.

Cerca de 40 famílias de trabalhadores rurais montam acampamento em uma área próxima ao município de Campo de Santana, na Paraíba (região Nordeste). As famílias reivindicam que as fazendas: Volta e Carnaúba sejam desapropriadas. As duas são propriedades do ex-governador e atual senador José Maranhão (PMDB) que , conforme o MST, possui 11 fazendas, uma delas no estado de Tocantins, e 30 mil cabeças de gado distribuídas pelas propriedades. Segundo site do MST, em maio o senador foi denunciado pela Associação Nacional de Defesa da Administração e do Erário Públicos, do Meio Ambiente, do Consumidor e do Cidadão da Paraíba (Andar) ao Ministério Público por enriquecimento ilícito. Durante o período em que foi governador do estado, entre 1998 e 2006, José Maranhão aumentou seu patrimônio em 580%. A Andar

questiona essa variação do patrimônio e também o fato de não ter declarado à Receita Federal o valor do gado que possui em suas fazendas. O ato faz parte da jornada de lutas iniciada no dia 10 de junho. A ação é um protesto contra a presença de empresas transnacionais no Brasil.

Aproximadamente 3 mil famílias sem-teto, associações de moradores, a União da Juventude do Campo e Cidade (UJCC) e o MST ocupam um terreno no município de Paraupebas – Pará (região Norte). A área pertencia a Gabriel Saldanha, pecuarista e um dos maiores empresários da região. De acordo com o MST, a área pode assentar até 5 mil famílias.

Cerca de 1,6 mil professores e funcionários da rede pública de educação marcham em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). A marcha é contra a corrupção no governo do estado e em defesa da escola pública. Os manifestantes se concentram na sede do CPERS e seguem em caminhada para o Palácio Piratini, sede do governo. Eles também criticam a falta de investimento e de professores e o fechamento de laboratórios e bibliotecas. Os professores ainda denunciam as políticas adotadas pela governadora Yeda Crusius (PSDB) no setor, como a enturmação e a constante avaliação de qualidade das escolas sem liberar verbas para investimento. A presidente do CPERS, Simone Goldschmidt, relata que muitas pessoas aderiram à passeata. A crise no estado se destaca ainda mais com os cortes de investimento em áreas sociais que a governadora tem feito desde que assumiu. Segundo levantamento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o estado ocupa o sexto lugar em educação infantil e o sétimo em ensino fundamental e médio. A educação tem sido um dos setores mais criticados no governo de Yeda Crusius. Desde que assumiu, cortou em 30% os gastos na área, aumentou o número de estudantes em salas de aula, fechou turmas e escolas, afirmando terem pouca demanda e transferiu professores do Ensino Médio e das turmas especiais para cobrir a falta de professores no Ensino Fundamental. Os professores ainda reclamam do baixo aumento salarial dado em 2007.

Um grupo de cerca de 1.500 manifestantes, segundo organizadores e a Brigada Militar, composto pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e grêmios de estudantes secundaristas promovem marcha no centro de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). O ato é um protesto contra a corrupção e o governo de Yeda Crusius (PSDB). Os manifestantes fazem ato em frente ao Palácio do Piratini, sede do governo gaúcho, com palavras de ordem contra Crusius e são contidos por seguranças. Pela manhã, há protesto com aproximadamente 200 estudantes, de acordo com a Brigada Militar, onde a sede do banco estadual gaúcho Banrisul é cercada, simbolizando um abraço. Em ambos os casos, não há confrontos.

Mais de 10 mil professores da rede estadual decretam greve por tempo indeterminado em São Paulo – SP (região Sudeste). A categoria protesta contra a política de educação do governador da capital paulista, José Serra (PSDB). Os cerca de 10 mil manifestantes, segundo a PM, seguem a pé pelas ruas do centro e bloqueiam trecho da Avenida Paulista, causando congestionamento e lentidão em vias adjacentes. Segundo os líderes do movimento, aproximadamente 200 ônibus foram usados para o transporte de professores de todo o estado para a manifestação. Apesar do grande número de pessoas, a PM não registrou ocorrências. O presidente do Sindicato dos Professores de São Paulo (Apeoesp), Carlos Ramiro afirma que a greve, que pretende mobilizar os cerca de 200 mil professores, só acabará após a revogação do Decreto 53.037, de 28 de maio. A

medida assinada por Serra define que profissionais como professores e diretor de escola só podem pedir transferência após pelo menos 200 dias letivos de aula e institui um processo seletivo para a contratação de professores temporários, de forma regionalizada. Segundo o CMI, a greve também é uma resposta aos cortes de direitos trabalhistas dos profissionais da educação. Entre as perdas da categoria está o fim do direito à remoção, que possibilitava aos professores voltarem para suas comunidades, o fim da Sociologia e a diminuição drástica das aulas de Filosofia no Ensino Médio. Em nota, a secretária de Estado da Educação, Maria Helena Guimarães de Castro, lamenta o protesto dos professores e classifica o movimento como "político".

Vigilantes realizam protesto no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). No início do ato, há confusão e empurra-empurra entre policiais e manifestantes que entravam em agências bancárias, pedindo adesão dos colegas. A tropa de choque da PM chegou a ser acionada, porém acompanhou os manifestantes de longe em um ônibus. Entre as reivindicações da categoria estão a antecipação de um acréscimo nos salários pelo risco de vida e a reabertura das negociações salariais, já que a mesma está insatisfeita com o reajuste salarial de 6% concedido em março e o piso de R$ 690.

Sábado 14

Motociclistas realizam churrasco na porta do prédio onde fica o apartamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em São Bernardo do Campo – São Paulo (região Sudeste). O grupo procurou chamar a atenção do presidente para as reivindicações da categoria. Um documento contendo quatro solicitações foi entregue a um dos assessores de Lula pelo presidente da Associação dos Mensageiros e Motociclistas de São Paulo, Ernane Pastore. A categoria reivindica um desconto de 50% sobre o pagamento do seguro obrigatório para aqueles que, no período, não tenham se envolvido em um acidente e a revogação das resoluções 203 e 219, que tornaram obrigatórios o uso de capacete e colete com faixa refletiva. Pastore argumenta que o colete é muito quente e que a medida, na realidade, "fez com que dois milhões de motociclistas de todo o país ficassem reféns de fabricantes". Uma outra solicitação é a isenção da cobrança de pedágio nas estradas federais e mais investimentos em educação no trânsito.

Manifestantes participam da I Pedalada Pelada de São Paulo (região Sudeste) ou World Naked Bike Ride (WNBR). Esta é a primeira edição do evento realizada no Brasil, nos mesmos moldes das ações que acontecem em diversas cidades do mundo com o apoio da população em geral e do poder público. Segundo os participantes, "nus é como nos sentimos por ter que disputar espaço nas ruas de São Paulo, em meio à violência gerada pelo stress dos motoristas parados em congestionamentos, confinados em máquinas poluentes de vidros escuros. Diariamente, essa situação coloca em risco a vida de ciclistas, de pedestres e até de outros motoristas". Os manifestantes pretendem chamar a atenção para a exposição indecente à poluição dos carros, para a morte dos espaços públicos tomados por esses veículos e principalmente, pedir que respeitem a bicicleta como veículo que é previsto no artigo 96 do Código de Trânsito Brasileiro.

O prédio administrativo da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), na Vila Clementino – São Paulo (região Sudeste) é ocupado por cerca de 50 estudantes que reivindicam o afastamento do reitor Ulysses Fagundes Neto, suspeito de gastos excessivos de recursos públicos. Parte dos equipamentos do prédio é destruída e quatro

seguranças têm ferimentos leves. A PM deteve 46 estudantes do campus Guarulhos da universidade. Todos foram levados ao 16º DP, acusados de danos ao patrimônio e lesão corporal, e liberados após prestarem depoimento. Sendo o prédio da universidade pertencente à União, o caso será investigado pela PF. Em nota, a Unifesp lamenta a depredação e informa que muitos estudantes estavam encapuzados e armados com barras de ferro, chaves de fenda e marretas.

Domingo 15

Aproximadamente 100 pessoas com problemas de obesidade mórbida realizam uma caminhada pela praia de Copacabana, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O objetivo do protesto é chamar a atenção das autoridades da área de saúde para a quantidade de pessoas que aguardam, por uma cirurgia de redução de estômago, na fila de espera de hospitais da rede pública. De acordo com Marisa Mariano, uma das organizadoras do protesto, uma pessoa pode levar até 15 anos para realizar a cirurgia de estômago (bariátrica) no SUS. Ela afirmou que o caso da obesidade mórbida é tão grave "que a doença vem matando mais do que a AIDS, que atualmente está controlada, com os coquetéis de medicamentos distribuídos aos pacientes". Ela disse que as pessoas de baixa renda são as que mais sofrem, porque não têm condições de pagar um plano de saúde e uma cirurgia desse tipo, que fica entre R$ 6 e R$ 8 mil na rede particular. Os organizadores da caminhada pretendem se reunir outras vezes para recolher assinaturas para um manifesto, solicitando mais agilidade da cirurgia bariátrica na rede pública de saúde.

Grupo de 50 pessoas se reúne em frente ao quartel do Exército no Santo Cristo, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), para protestar contra a morte dos três moradores do Morro da Providência. Durante o ato, o contingente de manifestantes aumenta para 100 pessoas e interdita o trânsito na Praça do Santo Cristo. A manifestação continua com uma passeata até o Comando Militar do Leste (CML), passando pela Rua América, que dá acesso ao Morro da Providência. Durante todo o trajeto, policiais militares acompanharam os manifestantes. Em frente ao CML, algumas pessoas jogam pedras na direção dos soldados e um disparo é dado para o alto para dispersar a multidão. Não há registros de feridos. A juíza de plantão do Tribunal de Justiça do Rio decretou a prisão temporária, por 30 dias, dos 11 militares do Exército acusados do homicídio dos três jovens. O pedido havia sido feito pelo delegado Ricardo Dominguez, da 4ª Delegacia de Polícia (Central do Brasil), que apura o caso. Os militares são acusados de ter “vendido” Wellington Gonzaga de Costa, de 19 anos, Marcos Paulo da Silva Correia, de 17, e Davis Wilson Florêncio, de 24 a traficantes do Morro da Mineira, no Catumbi, controlado por uma facção rival à da Providência.

Cerca de mil pessoas participam de um abraço à Catedral São Pedro de Alcântara, principal marco da cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro (região Sudeste). O objetivo é protestar contra a construção de um mercado num terreno próximo a áreas tombadas no Centro Histórico da cidade. O ato durou cerca de 1 hora. Turistas que passavam pelo local aderiram ao movimento, que é organizado pela Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Petrópolis, que encaminhou um dossiê para o conselho consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A entidade pede que seja feita uma revisão no projeto de construção do mercado aprovado nas instâncias municipal e estadual do órgão.

Ex-funcionários da Varig e aposentados do fundo de pensão Aerus fazem passeata em Ipanema, bairro da zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O objetivo é sensibilizar o governo e a população para a situação da antiga Varig, empresa em recuperação judicial, que espera pelo pagamento de cerca de R$ 3 bilhões do governo. O valor é referente a uma ação sobre o congelamento de tarifas na época do Plano Cruzado, que tramita no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Segundo os organizadores, composto por associações de funcionários, aproximadamente mil pessoas participam do ato. Em 17 de julho, acaba o prazo para o cumprimento de algumas exigências do plano de recuperação judicial da antiga Varig – a parte que não foi vendida.

2ª feira 16

Cerca de 200 moradores do Morro da Providência manifestam-se em frente à sede do Comando Militar do Leste (CML) no centro da cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os moradores protestam contra o envolvimento de militares do Exército na morte de três jovens presos por soldados na noite do dia 14 de junho que foram entregues a traficantes rivais no Morro da Mineira; Marcos Paulo Rodrigues, de 17 anos de idade, Wellinghton da Costa, de 19 anos, e David da Silva, de 24 anos, foram encontrados mortos no lixão de Gramacho, em Duque da Caxias, na Baixada Fluminense. Após o enterro dos jovens, no Cemitério São João Batista, os manifestantes se dirigiram para a frente do prédio do Comando Militar do Leste. Houve confronto e os manifestantes foram reprimidos com bombas de gás lacrimogêneo. A fumaça se espalhou por toda área da Central do Brasil, provocando corre-corre. Um grupo de manifestantes ainda se dirigiu para a 4ª Delegacia de Polícia, onde estão sendo conduzidas as investigações. Houve novo protesto que provocou outro tumulto, desta vez com a PM, que usou gás de pimenta e cassetetes para dispersar os manifestantes. De acordo com reportagem do Jornal Folha de São Paulo, o Exército atua no Morro da Providência, contra a vontade do Comando Militar do Leste (CML), que se opôs internamente, de forma oficial, à participação das tropas no projeto. A determinação final, que está sendo cumprida, foi de Brasília, do Palácio do Planalto e do Ministério da Defesa. O comandante do CML, general-de-exército Luiz Cesário da Silveira Filho, enviou por escrito parecer contra o plano ao comandante do Exército, general Enzo Peri, em que considerava equivocada e arriscada a atuação da Força nas obras e na segurança de pessoal na favela. No entanto, prevaleceu a decisão política do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que se comprometeu a apoiar o projeto "Cimento Social", do senador aliado Marcelo Crivella do Partido Republicano Brasileiro (PRB). Os moradores do Morro afirmaram que os militares que ocupam a área implantaram toque de recolher, conduzem revistas ilegais, agridem os moradores e fazem ameaças com armas, sendo que alguns militares ainda consumiam drogas no alto do morro. Líderes de organizações contra a violência e em favor dos direitos humanos criticaram o envolvimento de militares do Exército no assassinato de três jovens moradores da Providência. O coordenador do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), Gilson Cardoso, afirma que se deve repensar o papel das Forças Armadas, como instituição, no regime democrático, que, segundo ele, não está sendo respeitado. Em nota, o presidente da OAB-RJ, Wadih Damous, diz que o episódio alerta para o fato de que o papel das Forças Armadas não é o de polícia e nem o de zelar pela segurança pública. Para o deputado Marcelo Freixo (PSOL), que é vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Alerj, o grupo de militares envolvidos teria operado com a mesma lógica

do crime. A Federação das Associações das Favelas do Estado do Rio (Faferj) também repudia a ação dos militares.

Movimentos sociais do campo, pastorais e sindicatos urbanos divulgam nota em que repudiam a violência utilizada pela Brigada Militar em protestos e responsabilizam a governadora Yeda Crusius (PSDB) pela atuação policial. No documento, as organizações afirmam que no Rio Grande do Sul vive "toda e qualquer manifestação social é reprimida com violência pela Brigada Militar sob ordens da governadora Yeda Crusius". O último caso ocorreu no dia 11 de junho em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul), quando 12 pessoas foram presas e outras 16 ficaram feridas por bombas de gás e balas de borracha durante protesto de agricultores e de sindicatos contra a alta dos alimentos e a corrupção no estado. Os movimentos sociais afirmam que a violenta ação da Brigada Militar queria impedir mais um protesto no Palácio Piratini contra a fraude no Detran. Os manifestantes também denunciam que a governadora teria outros comprometimentos políticos, principalmente com empresas de celulose. No texto, denunciam que somente as empresas Stora Enso, Aracruz Celulose e a Votorantim doaram R$ 500 milhões para a campanha de Yeda, o que refletiria no apoio do governo à expansão da monocultura de pínus e eucalipto.

Apesar da greve decretada pelo sindicato dos professores, muitas escolas da rede estadual do interior e de São Paulo (capital) – SP (região Sudeste) funcionam normalmente. Segundo o jornal Folha de São Paulo, dos 57 colégios estaduais da capital e do interior visitados ou contatados pela reportagem, apenas oito pararam total ou parcialmente. A greve, por tempo indeterminado, foi decidida no dia 13 de junho. A Secretaria da Educação divulga nota pedindo aos pais que levem os alunos às escolas. O presidente do sindicato, Carlos Ramiro de Castro, ao ser questionado sobre o fato de a maioria das escolas contatadas ter funcionado, diz que "depende do local" e que "em muitos lugares, os professores foram às escolas apenas para explicar aos alunos os motivos da greve". Segundo a Secretaria da Educação, 2% dos professores aderiram à greve, enquanto que, de acordo com a Apeoesp, a adesão atinge 50% das escolas.

Termina a greve dos quase 12 mil trabalhadores terceirizados da Refinaria Henrique Lage (Revap), em São José dos Campos - São Paulo (região Sudeste). Os trabalhadores retomaram as atividades. Entre as conquistas da categoria, estão 10% de reajuste salarial, participação nos lucros (PLR) de R$ 1.500, melhoria no percentual de horas extras, abono da terça-feira de Carnaval, estabilidade de 90 dias e reembolso da passagem, a cada 120 dias, para trabalhadores que moram a mais de 200km de São José. As empresas também tiveram de suspender as 800 demissões que haviam sido feitas, em represália à greve. Quanto aos dias parados, os trabalhadores receberam normalmente o pagamento referente ao último mês, mas terão 27 dias descontados das férias ou na rescisão. Estes dias ainda poderão ser negociados em forma de compensação a ser definida pela Comissão de Negociação, Sindicato da Construção Civil e patrões.

Cerca de 300 trabalhadores rurais do setor de corte de cana-de-açúcar da usina Cocal Comércio, Indústria Canaã Açúcar e Álcool Ltda. em Paraguaçu Paulista, São Paulo (região Sudeste) paralisam suas atividades e decidem acampar em frente à entrada principal da usina. O ato representa uma ação pacífica de descontentamento com a política trabalhista da empresa. Caminhões com cana foram impedidos de entrar e a usina acionou força policial para retirada dos manifestantes. A PM ameaça de prisão os

trabalhadores, como forma de pressão para deixarem o local. Desde o dia 14 de junho a maior parte dos trabalhadores já havia paralisado suas atividades. O movimento começou por iniciativa dos próprios trabalhadores, em especial os migrantes de diversas regiões de Minas Gerais (região Sudeste). Na pauta reivindicatória, os grevistas exigem melhorias no piso salarial, dos atuais R$ 470,00 para R$ 560,00; que o valor da tonelada de cana-de-açúcar cortada seja reajustado dos atuais R$ 2,65 para R$ 3,37 e melhorias nas condições dos alojamentos voltados aos migrantes. Os trabalhadores ainda apontam algumas irregularidades que a empresa estaria cometendo como o excesso de faltas inexistentes dos trabalhadores; pagamento mensal inferior ao descrito no holerite. Por último, exigem que a usina cumpra a lei e pague pelos dias não trabalhados justificados por atestados médicos.

Cerca de 120 lavradores ligados ao MST ocupam o prédio da superintendência do Incra em Recife – Pernambuco (região Nordeste). Os manifestantes impediram a entrada e saída dos funcionários por aproximadamente duas horas. A saída dos servidores foi liberada após o Incra prometer negociar com os sem-terra. No entanto, não há negociação e os militantes se irritam, prometendo uma nova ocupação para o dia seguinte. O MST quer a posse de parte dos engenhos da usina Catende (156km de Recife), que é reivindicada também pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape). A área é hoje controlada por ex-empregados da indústria, que faliu.

Professores indígenas aderem à paralisação dos trabalhadores em educação de Roraima (região Norte). Muitos já estavam em greve devido aos conflitos na região da Raposa Serra do Sol. Onze mil alunos indígenas já estão sem aulas e as denúncias de precariedade começam a chegar ao comando de greve e sindicato. Segundo o diretor da Organização de Professores Indígenas (OPIR), Damazio Gomes, índio da etnia Macuxi, "os professores indígenas tem de pagar para trabalhar, tirando do próprio bolso o dinheiro para manter as escolas funcionando, além de sofrer com o terrorismo de arrozeiros na região da Raposa (...), hostis aos índios".

3ª feira 17

Servidores da Secretaria do Tesouro Nacional deflagram paralisação de 72 horas. Os trabalhadores reivindicam equiparação salarial com o pessoal da Receita Federal, que, segundo o comando de greve, ganha 15% a mais. Um técnico (cargo de nível médio) do Tesouro ganha, em média, R$ 4,5 mil, contra R$ 6 mil de quem exerce a mesma função na Receita. Um auditor (cargo de nível superior) recebe R$ 8 mil no Tesouro e R$ 10,5 mil na Receita. O salário inicial da Receita Federal é de R$ 13.600. O governo propõe um salário inicial de R$ 12.200 para o Tesouro Nacional. Os servidores estão em campanha salarial pela equiparação com as carreiras da fiscalização federal há cerca de um ano, segundo informações da União Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle (Unacon), que coordena o movimento. Cerca de 70% dos servidores, segundo a Unacon aderiram à greve neste primeiro dia. Segundo o comando de greve, enquanto os funcionários do Tesouro estiverem parados, não haverá repasse de verbas do governo federal para estados e municípios. Os servidores também prometem atrapalhar o leilão de títulos do governo. O Tesouro Nacional afirma que irá manter o leilão de títulos públicos no dia 18 de junho.

Os moradores do Morro da Providência decidem interromper as obras do projeto Cimento Social na comunidade, no estado do Rio de Janeiro (região Sudeste). De manhã, após reunião com representantes do Exército, dirigentes da associação de moradores informaram que somente as casas em fase final de obras serão terminadas – cerca de 20 de um total de 780. Nenhum representante do Exército falou à imprensa. Segundo a presidente da associação, Vera Melo, a finalização das fachadas e telhados de casas na Providência está prevista para 19 de junho, prazo dado para que o Exército informe sobre mudanças na implementação do Cimento Social e instale uma ouvidoria na sede da associação. Implementado pelo Exército e financiado pelo governo federal, o Cimento Social tem a finalidade de reformar telhados e fachadas de moradias na Providência. De acordo com Vera, a comunidade quer a saída imediata das tropas do Exército e a instalação de uma ouvidoria para receber denúncias de "arbitrariedades" cometidas pelos militares. "Eles usam *spray* de pimenta, chamam as meninas de tudo quanto é nome, quando mexem e elas não confiam", contou a presidente da associação de moradores. Durante a reunião, os representantes do Exército pediram desculpas formais aos parentes dos três jovens mortos no dia 14 de junho. Depois de abordados no Morro da Providência, por militares do Exército, os rapazes foram entregues a traficantes do Morro da Mineira. Seus corpos foram encontrados em um lixão em Gramacho, na Baixada Fluminense. Em nota, o Exército garante que sua presença no Morro da Providência atende às missões constitucionais da Força, por não se tratar de uma ação de segurança pública, mas sim de apoio a um projeto social do Ministério das Cidades, o emprego de militares não precisa ser determinado pelo presidente da República ou da aprovação do Congresso Nacional. No texto, o Exército explica que a participação militar se limita à construção e fiscalização técnica das obras de engenharia, e a segurança dos locais de trabalho e dos trabalhadores envolvidos no projeto. Essas atividades, diz a nota, acontecem também em outras ações subsidiárias de que o Exército participa. O Exército reafirmou que repudia, veementemente, qualquer desvio de conduta e qualquer ação fora da legalidade praticada por seus integrantes, inclusive no desenvolvimento de operações de segurança na área abrangida pelo acordo em questão.

Servidores civis do Ministério da Defesa realizam uma passeata no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) cobrando equiparação salarial com os militares, que receberam aumento de 47,19% em abril. Segundo a organização do movimento, a passeata reuniu cerca de mil participantes que fecharam duas faixas da Avenida Rio Branco. De acordo com o presidente do Sindicato dos Servidores Civis nas Forças Armadas (Sinfa-RJ), Luís Cláudio de Santana, a equiparação salarial corresponderia a um aumento superior a 100%, sendo que o governo teria oferecido apenas 6%. Atualmente existe cerca de 90 mil civis e 800 mil militares no Ministério da Defesa.

A Justiça Federal no Maranhão (região Nordeste) anula a licença de instalação da hidrelétrica de Estreito, na divisa com o estado do Tocantins (região Norte). As obras foram paralisadas. A anulação ocorre após muitas ações dos movimentos sociais e da população. A decisão do juiz, de primeira instância, anula a licença de instalação sob alegação de que houve irregularidades no Termo de Referência (primeira etapa do licenciamento) e no Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima). O juiz também pede novas audiências públicas depois de concluídos os novos estudos em todos os municípios afetados nas bacias dos rios Tocantins e Araguaia. A decisão determinou que os estudos de impacto ambiental da obra sejam ampliados atingindo uma área bem superior. A desobediência à determinação pode acarretar multa de R$ 15

milhões às empresas Vale, Alcoa, Tractebel e Camargo Correa, que formam o Consórcio Estreito Energia, dono da usina. Estreito que é a maior usina em construção no país.

Famílias de trabalhadores ligados ao MST, que contabilizam cerca de 363 agricultores sem-terra, são despejadas de dois acampamentos no município de Coqueiros do Sul no Rio Grande do Sul (região Sul). Segundo site do MST, as duas áreas pertencem a pequenos proprietários e estavam cedidas para a instalação das famílias. O despejo foi realizado pela Brigada Militar que destruiu barracos e plantações. Segundo os militantes, os animais foram espalhados para que as famílias não pudessem levá-los. Cumprindo ordens do Poder Judiciário, as famílias foram jogadas à beira da estrada, em Sarandi. O MST denuncia que este acampamento à beira da estrada, para onde foram levadas as famílias, é o mesmo local de onde foram despejadas há um ano. Os integrantes do MST afirmam que há um projeto político envolvendo a proteção de empresas estrangeiras e que uma ação do Ministério Público Estadual estaria tentando impedir que qualquer movimento social possa se organizar ou manifestar. Segundo o site do movimento; "Juntos, o Ministério Público Estadual e a Brigada Militar ressuscitam os métodos e práticas da ditadura militar, ameaçando qualquer direito de reunião, de organização ou de manifestação. O despejo de uma área cedida, a ameaça de multa a seus proprietários se voltarem a apoiar o MST e as promessas de que novos despejos ocorrerão nos acampamentos em São Gabriel (num pré-assentamento), em Nova Santa Rita e em Pedro Osório (ambos em áreas de assentamentos) são decisões autoritárias que ameaçam não apenas o Movimento Sem Terra, mas estabelecem uma política de repressão para todo e qualquer movimento social."

Cerca de 60 índios da etnia Terena, 80 de acordo com informações do Jornal O Estado de São Paulo, e um grupamento da PM entram em confronto durante o cumprimento de um mandado de reintegração de posse do sítio Boa Sorte, em Miranda, no Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). Quatro líderes indígenas são presos, acusados de desacato e desobediência. O sítio foi ocupado pela etnia no dia 12 de junho. No dia 13 de junho, a juíza Wânia de Paula Arantes determinou a desocupação da área. Em nota, a PM diz que policiais e oficiais de Justiça são recebidos por índios armados com arcos e flechas, pedras e facões. Diante da resistência, os policiais utilizam granadas químicas e balas de borracha para cumprir a ordem judicial. Os índios negam ter começado o confronto, acusam a polícia de truculência e afirmam estar com mais de 40 feridos na aldeia. A PM diz que três soldados são atingidos, mas sem gravidade e que há danos em três carros. O sítio, com 80 hectares, faz parte de uma área de cerca de 2 mil hectares, reivindicada pelos índios que alegam que a área pertence a seus antepassados porque está dentro da Aldeia Passarinho, onde vivem. Segundo o líder indígena ouvido pela Folha de São Paulo, a Funai se comprometeu a iniciar o trabalho de demarcação, mas o processo não está sendo encaminhado. Enquanto isso, 380 famílias vivem em uma área de 114 hectares. Os Terena retomam sua posição no sítio algumas horas após o confronto. A PM relata o fato à juíza da comarca e aguarda uma nova ordem de desocupação.

Dois índios da reserva Raposa Serra do Sol desembarcam na Europa para montar uma campanha internacional para pressionar os ministros do STF pela manutenção da demarcação contínua da reserva em Roraima (região Norte). Auxiliados por ONG`s estrangeiras, eles estarão com ministérios das Relações Exteriores, parlamentares e membros do executivo de seis diferentes países europeus. A turnê passará por Portugal, Espanha, França, Bélgica, Itália e Reino Unido. O objetivo é conseguir apoio externo

para que o governo brasileiro seja pressionado a garantir a proteção da reserva. A iniciativa é mais uma frente de oposição contra a idéia do governo de garantir que os conflitos na Amazônia não ganhem uma dimensão internacional. Em Londres, os índios terão sua agenda organizada pela entidade Survival, ativa na defesa dos interesses indígenas na Europa. Segundo a Survival, um estudo feito nos Estados Unidos e no Brasil apontou que a melhor forma de evitar o desmatamento é protegendo as terras indígenas.

Em Pernambuco (região Nordeste), o MST desocupa a Superintendência do Incra em Recife, capital, ocupada no dia 16 de junho por 120 lavradores. O movimento reivindica a posse de uma usina do interior do estado que faliu.

Estudantes e funcionários da Universidade de São Paulo (USP) paralisam suas atividades em São Paulo – SP (região Sudeste). Os grevistas reivindicam melhorias salariais. Um protesto bloqueou o acesso ao prédio da reitoria por cerca de 8 horas.

No segundo dia da greve nas escolas estaduais de São Paulo (região Sudeste), a secretária estadual da Educação, Maria Helena Guimarães de Castro, recebe os professores grevistas para avisar que, ao contrário do que eles esperam, o decreto que deu origem à paralisação não será revogado. O decreto, assinado em maio de 2008 pelo governador José Serra (PSDB), restringe a transferência de professores (para mudar de escola é preciso estar na rede há 3 anos) e impõe provas aos temporários (aqueles com notas altas têm prioridade para assumir turmas). O Apeoesp diz que essas mudanças foram feitas sem consulta aos docentes e acabam com direitos adquiridos. Por isso, a greve foi decretada por tempo indeterminado no dia 13 de junho, e começou no dia 16. O governo diz que não abre mão do decreto, pois o objetivo é melhorar a qualidade da educação. Segundo a Secretaria de Educação, 2% dos cerca de 250 mil professores não dão aula neste dia 17 de junho. Segundo o sindicato, a greve atinge 60% das 5,5 mil escolas do estado. Juntamente com os professores grevistas, participam da reunião com Maria Helena sindicatos de outras categorias da educação, que pedem aumento salarial. A Secretaria de Educação diz que a equipe econômica do governo estudará o pedido.

Agentes fiscais de renda do estado de São Paulo fazem protesto em frente ao Palácio dos Bandeirantes pela manhã e na Assembléia Legislativa à tarde, em São Paulo – SP (região Sudeste). A categoria se manifesta contra o projeto de reestruturação de carreira proposto pela Secretaria da Fazenda. Os fiscais ainda pedem que o atual teto salarial do Estado (R$ 14, 8 mil) seja equiparado ao dos desembargadores do Tribunal de Justiça (cerca de R$ 22,5 mil).

4ª feira 18

Funcionários técnico-administrativos, estudantes e professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) protestam em frente ao Palácio Guanabara, sede do governo do estado, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Em estado de greve desde o dia 11 de maio, os servidores, que fazem uma paralisação de 24 horas, reivindicam reajuste salarial de 66%, abertura de concurso público, recuperação da infra-estrutura da universidade e implementação total do Plano de Carreiras dos servidores técnico-administrativos. De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais (SINTUPERJ), a perda salarial dos trabalhadores da UERJ já

acumula 68,34% em sete anos sem reajuste. Os manifestantes realizam uma aula-pública em frente ao Palácio Guanabara e vigília para cobrar uma audiência com o governador Sérgio Cabral (PMDB). Guardas municipais de trânsito e integrantes da PM vão ao local. As centrais sindicais CUT, Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) e Intersindical, o Sindicato dos Médicos e o deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL) também participam do ato. O governador Sérgio Cabral que se encontrava na Alemanha responde, por telefone, que é preciso esperar por uma melhora nos cofres estaduais.Em virtude da resposta do governador, os manifestantes decidem agendar novas assembléias e manter o estado de greve.

Cerca de 100 agentes comunitários de saúde do município do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) param o trânsito de duas pistas da Avenida Presidente Vargas, deixando uma faixa de rolamento livre. Segundo Ronaldo Moreira, um dos diretores da Associação Municipal dos Agentes Comunitários de Saúde, os agentes deveriam ser contratados pela prefeitura, o que, afirma ele, é garantido pela Constituição Federal. O que ocorre, entretanto, é que eles são contratados por ONG's. Outra reivindicação é o aumento do salário, de R$ 415 para R$ 622. Os agentes também reivindicam que sejam atendidos por algum representante da prefeitura, o que não chega a acontecer. As pistas são liberadas no início da tarde.

A Via Campesina lança nota pública sobre as ações da organização no dia 10 de junho em Pernambuco (região Nordeste). Os camponeses que integram a Via afirmam que a manifestação foi um ato contra a produção de agrocombustíveis em larga escala, em específico o avanço da monocultura da cana-de-açúcar. Segundo a nota: "O objetivo da ação política não foi um ataque à universidade ou às pesquisas acadêmicas em geral. Mas sim demonstrar à sociedade que os camponeses e camponesas do Brasil são contra este modelo que privilegia a monocultura exportadora, utilizando nossas riquezas naturais, nossas terras e mão-de-obra barata, destruindo o meio ambiente e produzindo trabalho escravo. Entendemos que o papel da universidade não é usar recursos públicos para pesquisas que beneficiam usineiros, mas sim, para pesquisas que construam uma alternativa de desenvolvimento para a região e que possam servir à grande maioria." A nota ainda denuncia que: "A Estação Experimental de Cana-de-Açúcar recebe cerca de R$ 6 milhões por ano para investir em pesquisa de "melhoramento genético" de cana-de-açúcar. Metade desse recurso - R$ 3 milhões – são provenientes de usinas ligadas ao Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool (Sindaçúcar), o que prova a estreita relação entre a Estação, a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e os usineiros. Os outros R$ 3 milhões são captados por projetos de pesquisa vinculados à UFRPE – ou seja, é dinheiro público."A ação foi realizada na Estação Experimental de Cana-de-Açúcar (EECAC) no município de Carpina, Zona da Mata Norte de Pernambuco. A Estação é uma Parceria Público-Privada entre o Sindaçúcar, que reúne as 20 maiores usinas do Estado, e a UFRPE, que há 38 anos desenvolve pesquisas para o desenvolvimento genético de cana, inclusive transgênica.

Um grupo de 80 policiais civis e peritos do Instituto-Geral de Perícias lava a calçada em frente ao Palácio Piratini, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Os trabalhadores protestam contra a fraude que desviou R$ 44 milhões do DETRAN, reivindicam a apuração das denúncias de corrupção no governo e exigem melhorias salariais e nas condições de trabalho. De acordo com o diretor do Sindicato dos Escrivães, Inspetores e Investigadores de Polícia, Fabio Nunes Castro, a Polícia Civil

gaúcha trabalha com apenas metade do efetivo necessário. Ainda há problemas com coletes vencidos e horas-extras que não são pagas.

A Justiça Federal determina a retirada imediata das tropas de segurança do Exército do Morro da Providência, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A decisão é tomada a pedido da Defensoria Pública da União. Somente os técnicos e engenheiros militares responsáveis pela fiscalização das obras do Projeto Cimento Social devem permanecer na favela. Caso o Exército não retire seus soldados, terá que pagar uma multa diária de R$ 10 mil. A decisão da Justiça é uma resposta ao crime cometido por militares no final de semana no Rio, que entregaram três garotos do Morro da Providência a uma facção rival de traficantes do Morro da Mineira. Os garotos foram torturados e mortos. Segundo a Justiça, a Constituição não permite que o Exército seja utilizado na Segurança Pública.

Moradores da Cidade de Deus, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) fazem protesto contra o tiroteio que terminou com o menino Brian da Silva Alves, de 8 anos, baleado na cabeça e no abdômen. Os moradores ateiam fogo a pneus e troncos de árvore, interditando a Estrada do Gabinal por cerca de meia hora, causando congestionamento de vias de tráfego intenso. O tumulto é rapidamente controlado pela PM. O menino foi baleado durante uma troca de tiros entre traficantes e policiais do 18º Batalhão da PM (Jacarepaguá) no interior da Cidade de Deus.

5ª feira 19

Cerca de 2 mil manifestantes participam do ato "Menos juros, mais desenvolvimento", em frente ao Banco Central (BC), em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A manifestação foi acompanhada por forte esquema de segurança. O ato foi organizado pela CMS, que conta com organizações como a CUT, a União Nacional dos Estudantes (UNE), o MST e outras entidades. Reuniu delegações de 17 estados, além do Distrito Federal. O ato foi aberto por um representante do Sindicato dos Servidores Públicos da capital do país, integrante da Delegacia Sindical no BC. Os manifestantes reivindicam a saída de Henrique Meirelles (presidente do BC), diminuição das taxas básicas de juros e do superávit primário, e exigem mais recursos para o desenvolvimento nacional. Para os manifestantes, a elevação da taxa básica de juros atenta contra as possibilidades de crescimento econômico sustentado e contra a ampliação de direitos dos trabalhadores.

O Congresso Nacional aprova projeto de lei que abre crédito suplementar para pagar o aumento de servidores civis e militares. O valor é de R$ 7.560 bilhões. Cerca de 800 mil servidores serão beneficiados com os reajustes salariais. O projeto foi enviado ao Congresso pelo Executivo no dia 20 de maio, depois que senadores ameaçaram derrotar a Medida Provisória (MP) 430/2008, que tinha o mesmo objetivo. A oposição se negava a aprovar o aumento por meio de MP porque o STF havia decidido que não se podia usar medidas provisórias para abertura de crédito orçamentário.

Servidores da Funai e do Ministério da Justiça realizam protesto em frente ao ministério em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os servidores reivindicam a criação de planos de cargos e salários específicos desses órgãos. Atualmente, os dois setores integram o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) que, segundo as duas categorias, não contempla as necessidades dos servidores. De acordo com a

diretora executiva do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal (Sindsep-DF), Thereza Alencar, com a contratação de muitos terceirizados e estagiários, a Funai chegou a um quadro de sucateamento.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a homologação da Terra Indígena Baú, área de 1, 54 milhão de hectares, habitada pelos índios Caiapó, nas proximidades de Altamira, no Pará (região Norte).O processo de demarcação da Terra Indígena Baú, reivindicada pela etnia Kayapó, teve início em 1994, segundo a Funai. Mas, devido à presença de posseiros e madeireiros na região, o órgão só conseguiu concluir os trabalhados técnicos em 2003. A assinatura do decreto ocorre durante encontro do presidente Lula com a Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), no Ministério da Justiça com líderes de comunidades indígenas. O grupo discute temas como saúde e educação nas terras indígenas, além de mudanças na estrutura da Funai. No total, 15 ministros acompanham o encontro, entre eles, Tarso Genro (Justiça), Dilma Rousseff (Casa Civil), Nelson Jobim (Defesa) e José Gomes Temporão (Saúde).A reunião deixou lideranças indígenas esperançosas em relação à melhoria dos programas de amparo às comunidades.Entre as reivindicações que as comunidades indígenas apresentaram está a conclusão dos processos de demarcação de terras ainda pendentes, o fortalecimento da Funai, e garantias de que obras de infra-estrutura em andamento próximo às terras demarcadas resultem em benefícios concretos aos índios e não em devastação. Outra demanda é a autonomia administrativa e financeira para os Distritos Sanitários Especiais Indígenas, já autorizada pelo presidente Lula, um trabalho compartilhado entre União, estados e municípios na oferta de educação. No encontro, Lula discordou da tese de produtores e madeireiros de que "há muita terra para pouco índio" e reclamou da decisão tomada pelo STF, em abril, de suspender a retirada de arrozeiros da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima (região Norte). O presidente pediu rapidez no julgamento definitivo do processo de homologação contínua para evitar mais violência na região. Lula reconhece que o governo também é lento no atendimento de demandas da comunidade indígena. Ele volta a reclamar de falsos diagnósticos de ministros e assessores sobre questões que envolvem comunidades nativas e grupos sociais.

Cerca de 2 mil pessoas participam de um ato público em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). O ato é contra a corrupção e a violência no governo de Yeda Crusius (PSDB). Sindicalistas, estudantes, partidos políticos e movimentos sociais exigem a apuração da fraude do DETRAN, com o julgamento dos envolvidos e a recuperação dos R$ 44 milhões desviados. Os manifestantes também criticam a política do atual governo, principalmente em relação à segurança, que vem sendo marcada por forte repressão e violência da Brigada Militar contra protestos sociais.

Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento realizam paralisação pelo fim da corrupção no estado do Rio Grande do Sul (região Sul). Os funcionários também denunciam as péssimas condições de trabalho na empresa e políticas adotadas pelo governo, como a ampliação da terceirização no setor. O sindicato da categoria, o Sindiágua, vem recolhendo assinaturas de apoio para a Proposta de Emenda Constitucional que restringe os serviços de água e esgoto às estatais, como uma forma de evitar a privatização e o conseqüente encarecimento do serviço à população.

Cerca de 300 profissionais da área de segurança, educação, saúde e transporte, de acordo com informações do Jornal do Brasil, realizam um ato público nas escadarias da

Alerj no Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste). A manifestação ocorre em defesa do reajuste único emergencial de 66% a todo funcionalismo público e a escolha da data base em 1º de maio. A Comissão Unificada dos Servidores Públicos (CUSP) com a participação de entidades de policiais civis e militares, tem por objetivo também pressionar o governador Sérgio Cabral (PMDB) a cumprir promessas de campanha eleitoral. De acordo com o presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro, Pedro de Jesus Silva, os servidores estão, em primeiro lugar, tentando resgatar a qualidade dos serviços prestados à população, com a melhoria dos salários.
Profissionais do ensino ligados à União dos Professores Públicos do Estado (Uppes) acendem velas na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) em protesto pelo baixo salário. Na Alemanha, o governador Sérgio Cabral (PMDB) afirma um acordo de cooperação técnica na área de educação que inclui o envio de professores àquele país para reciclagem.

Integrantes do MST tentam resistir à ordem judicial de reintegração de posse da Fazenda São Cristóvão, em São Francisco do Itabapoana, no Rio de Janeiro (região Sudeste), ocupada por 100 famílias no início de 2008. Homens da PF e do Corpo de Bombeiros são chamados. Apesar do clima tenso, a fazenda é desocupada e a liminar de desocupação é dada pelo juiz da 1ª Vara Federal de Campos, Fabrício Soares. O Incra pôs à disposição uma área para os sem-terra no município de Quissamã, mas as famílias resolvem ficar à margem da BR-101, em Campos, alegando que começarão a colher os produtos que elas próprias plantaram. O Grupo Othon, proprietário da fazenda e de duas usinas de açúcar e álcool em Campos, afirma que vai doar cestas básicas para os sem-terra. Para o MST, a fazenda é improdutiva e por isso foi ocupada. Os proprietários dizem que o imóvel produz cana-de-açúcar e sua ocupação prejudicaria o início da safra deste ano.

6ª feira 20

Cerca de 150 trabalhadores rurais ligados ao MST e a CPT realizam um protesto na Usina Olho D'água na Zona da Mata em Pernambuco (região Nordeste). As famílias protestam contra a ação de seguranças da usina, que destruíram lavouras e plantações dos acampamentos de Cana Brava, Passagem e Guararapes, situados próximos à área. Os trabalhadores pararam as máquinas da Usina e queimaram cinco veículos. Segundo relatos de habitantes do local, há mais de cinco anos, os trabalhadores vêm resistindo às ameaças e destruições promovidas pelos capangas da Usina. Os sem-terra relatam que já denunciaram as agressões à superintendência do Incra de Pernambuco. No entanto, nenhuma medida foi tomada pelo órgão até o momento. Aproximadamente 100 famílias vivem no local junto com alguns antigos moradores do engenho. A área já foi vistoriada pelo Incra e já entrou em processo de desapropriação, mesmo assim, os agricultores sofrem a ameaça da expansão do monocultivo da cana-de-açúcar e da violência promovida pela milícia privada dos usineiros da região. O advogado da usina Cruangi, Alceu Pinto de Souza, diz que este é "um ato de vandalismo, uma falta de respeito ao patrimônio alheio". Em nota, o MST informa que o ato é um protesto contra a "violência dos seguranças e capangas" da empresa. A Polícia Civil abre inquérito sobre o caso. Ninguém é preso.

Os analistas e técnicos de finanças e controle que atuam na Secretaria do Tesouro Nacional deflagram greve parcial. Os técnicos do Tesouro decidiram parar as atividades

nesta semana, mas têm mantido os serviços essenciais. Os servidores da Controladoria-Geral da União (CGU) e da Secretaria do Tesouro Nacional fizeram manifestação em frente ao Ministério da Fazenda em Brasília - Distrito Federal (região Centro-oeste). O protesto é contra os rumos da negociação salarial com o governo. A categoria, composta por analistas e técnicos de finanças e controle, reivindica equiparação com as carreiras da fiscalização (Receita Federal). A manifestação é coordenada pela Unacon. Os servidores da CGU estão em greve em todo o país por tempo indeterminado. O secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, recebeu uma comissão de técnicos de finanças e controle e analistas de finanças da Controladoria Geral da União (CGU) e do Tesouro, que ameaçam cruzar totalmente os braços na próxima no dia 25 de junho. Augustin pediu que os servidores da CGU e do Tesouro apresentem uma contraproposta para ser encaminhada ao Ministério do Planejamento. Segundo o presidente da Unacon, Fernando Antunes o salários dos servidores do Tesouro são 15% mais baixos que os dos funcionários da Receita Federal. De acordo com Antunes, isso tem levado muitas pessoas qualificadas a deixar o Tesouro quando se abre concurso para a Receita, onde o salário inicial é de R$ 13.600. Para o Tesouro, o governo propõe salário inicial de R$ 12.200.

Cerca de 5 mil professores da rede estadual, de acordo com informações do Jornal do Brasil, segundo os organizadores, cerca de 60 mil, a PM calcula 8 mil, realizam uma manifestação ocupando os dois sentidos da Avenida Paulista, em São Paulo – SP (região Sudeste). A categoria, em greve desde o dia 13 de junho, quer que o governador José Serra (PSDB) revogue decreto que altera remoções, substituições e contratações temporárias da categoria. Além disso, os professores pleiteiam a incorporação das gratificações aos salários, que sejam realizados novos concursos para professores e que o piso seja reajustado com base em índice calculado pelo Dieese, que prevê um salário mínimo de R$ 2 mil. O piso da categoria atualmente é de R$ 668, 00, de acordo com Carlos Ramiro, presidente do Apeoesp. O governo do estado de São Paulo propôs o reajuste de até 12,2% no salário-base dos profissionais da rede estadual de Educação, proposta esta que foi rejeitada pela categoria no dia 19 de junho. A categoria afirma que a greve continua por tempo indeterminado, já que as reivindicações ainda não foram negociadas.

O presidente do Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro, Joaquim de Castro Aguiar, decide que o Exército não poderá mais patrulhar o Morro da Providência, no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), mas suas equipes estão autorizadas a continuar dando segurança ao projeto "Cimento Social", parceria dos ministérios da Defesa e das Cidades. A resolução suspende decisão do dia 19 da juíza da 18ª Vara Federal do Rio, Regina Coeli de Carvalho, que determinara a saída do Exército da favela. Embora a decisão da primeira instância judicial tenha sido cancelada pelo presidente do tribunal, na prática, o Exército fica fora da favela, como queriam a juíza e a Defensoria Pública da União, autora da ação que pediu a retirada das tropas. Isso porque o presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) determina que os militares se atenham à segurança da obra, realizada na Rua Barão da Gamboa, parte baixa da favela. Deste modo, os militares estão proibidos de continuar no alto da Providência. No documento, Castro Aguiar estipula o dia 26 de junho como data limite para que o governo federal apresente uma "solução definitiva", caso contrário, a decisão da juíza volta a valer, inclusive a convocação da Força Nacional para substituir o Exército. Enquanto isso, o ministro de Defesa Nelson Jobim defende o uso das Forças Armadas em operações urbanas nos moldes do que ocorre no Haiti e no Morro da Providência, no

Rio, e diz que o governo vai preparar um projeto para regulamentar o uso de militares nessas operações, chamadas ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). De acordo com Jobim, a idéia já foi discutida com o presidente Lula e será apresentada na forma de projeto de lei até o fim de 2008. Em relação ao emprego da Força Nacional de Segurança, o ministro refuta sua convocação, caso a Justiça decida pela saída do Exército, avisando que, se o Exército sair, saem também as obras do Cimento Social.

Sábado 21

Integrantes do Conselho de Defesa dos Direitos da Mulher do Distrito Federal promovem no Parque da Cidade, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), uma manifestação em defesa da Lei Maria da Penha. A Lei 11.340 foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 7 de agosto de 2006 como forma de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Representantes do Ministério Público do Distrito Federal e do conselho querem que a lei passe a valer da forma como foi concebida, que, segundo os manifestantes, transfere para o Estado a responsabilidade das denúncias e não para a mulher agredida, que, por várias circunstâncias, muitas vezes acabam desistindo da queixa. Há uma divergência na interpretação da Lei Maria da Penha entre juízes e promotores que em certas ocasiões permitem que as vítimas, depois de registrar as queixas contra seus agressores, terminam voltando atrás. A presidente do conselho, Mirta Brasil Fraga, lembra que já existe jurisprudência em Brasília. O promotor de Justiça de Samambaia (cidade-satélite do Distrito Federal) e membro do Núcleo de Gênero do Ministério Público do Distrito Federal, Fausto Rodrigues de Lima, entendeu que o perdão pode existir entre as partes, mas o Estado deve continuar com o dever de intervir nesse tipo de crime, pois a vítima pode ter agido sob coação ou ameaça.

Domingo 22

Os palestinos acampados em frente à sede do Alto Comissariado das Nações Unidas Para Refugiados no Brasil (Acnur), em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), acusam o órgão de não cumprir promessas feitas quando ainda viviam na fronteira do Iraque com a Síria e a Jordânia. Os refugiados declaram que preferem ser assentados em outro país. Segundo a Agência Brasil, Farok Mansur, um dos nove refugiados palestinos acampados, relata que, ainda na Jordânia, sofreu um acidente de carro que provocou sérios danos à sua coluna. A cirurgia necessária, segundo ele, não pode ser feita no Brasil. O refugiado se queixa ainda de problemas de visão, de pressão arterial alta e de indícios de diabetes. “Eles prometeram que, assim que chegássemos ao Brasil, iríamos ao hospital para fazer um check-up. Eles se tornaram responsáveis por mim quando me trouxeram para cá e precisam resolver esse problema”, afirma. Outro integrante do grupo, que preferiu não ser identificado, questiona a quantia de dinheiro oferecida aos refugiados no Brasil. Ele garante que os R$ 350 não são suficientes para a sobrevivência dos palestinos, já que eles precisam pagar contas de água, luz e gás, além dos gastos com alimentação. “O governo brasileiro abriu os braços para nos receber e o Acnur nos prometeu que quando chegássemos aqui seríamos tratados como os cidadãos brasileiros. Encontramos outra realidade. O salário mínimo pago aos brasileiros é de R$ 380. Nos dão R$ 350. Não somos tratados iguais”, disse o palestino que preferiu não se identificar.Ele lembra que outra promessa feita aos refugiados é a de que eles poderiam

estudar e trabalhar no Brasil. Mas a realidade foi outra ao chegar, relata o palestino. Ele precisou deixar o emprego porque a carga diária de 11 horas de trabalho o impedia de freqüentar as aulas de português pela manhã. O porta-voz do Acnur no Brasil, Luiz Fernando Godinho, admite que o processo de integração de refugiados é "longo, complexo e tem muitas dificuldades". Godinho alega que os nove palestinos acampados têm demandas específicas, que podem ser resolvidas internamente, aqui mesmo no Brasil, sem a necessidade de recorrer a outros países. Segundo Godinho, recentes missões realizadas pelo Acnur em Santa Maria – Rio Grande do Sul (região Sul) e em Mogi Mirim – São Paulo (região Sudeste) – locais onde a maioria dos refugiados palestinos foi assentada – constataram que o processo de integração está ocorrendo como o planejado, "com todos os seus desafios e suas dificuldades".

Líderes indígenas do Vale do Javari – Amazonas (região Norte) entregam à Funasa uma carta onde denunciam a morte de 12 indígenas, sendo dez crianças, em menos de um mês. De acordo com o documento, os óbitos ocorreram em plena ação emergencial do órgão, entre 8 de maio e 11 de junho. "No Vale do Javari, somos apenas 3.700 índios e esse número tem se mantido no mesmo índice há muito tempo devido à alta taxa de mortalidade", informa o texto. Wanderley Guenka, o diretor do Departamento de Saúde Indígena da Funasa, lamenta as mortes e admite que o atendimento na área é precário, afirmando que a causa para isso é o acesso difícil às aldeias. De acordo com Guenka, a entidade também tem dificuldades para contratar médicos. O dirigente ainda ressalta que foram tomadas medidas de controle e prevenção de hepatite B, tuberculose e malária. Guenka ainda comemora a realização da última Comissão Nacional de Política Indigenista, realizada dia 19 de junho, onde o presidente Lula deu prazo de dois meses para que haja avanços na questão de saúde e na demarcação de terras. O presidente da Funasa, Danilo Forte, ressaltou a proposta de descentralização do atendimento à saúde do índio, a partir do fortalecimento dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, que terão mais autonomia e cerca de 800 funcionários contratados para a gestão. No entanto, a administração da saúde indígena continuará a cargo de brancos.

Após uma paralisação e ameaça de greve dos operários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) na mina Casa de Pedra, em Congonhas - Minas Gerais (região Sudeste), a empresa recua de sua proposta final e apresenta melhoras para o Acordo Coletivo de Trabalho da categoria. Entre as propostas, estão 8,02% de reajuste salarial, R$ 100 de vale-supermercado por mês e um prêmio de Natal de R$ 200, em dezembro. Também foram atendidas outras reivindicações, como o fim do banco de horas, ampliação da cobertura do plano de saúde dos dependentes e criação de uma comissão para coibir o assédio moral dentro das minas.

2ª feira 23

É publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 11.718, que regulamenta a contratação temporária de trabalhador rural. Com a lei, o produtor rural poderá contratar mão-de-obra temporária por, no máximo, dois meses por ano. São assegurados ao trabalhador rural contratado por pequeno prazo, além de remuneração equivalente à do trabalhador rural permanente, os demais direitos de natureza trabalhista. Além disso, a contratação de trabalhador rural temporário só poderá ser feita por produtor rural pessoa física, proprietário ou não da terra, que explore diretamente atividade agroeconômica. A norma prevê ainda que "a filiação e a inscrição do trabalhador na Previdência Social decorrem,

automaticamente, da sua inclusão pelo empregador na Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, cabendo à Previdência Social instituir mecanismo que permita a sua identificação".

A governadora do Rio Grande do Sul (região Sul), Yeda Crusius (PSDB), anuncia conjunto de mudanças no DETRAN, órgão que está no centro das denúncias de corrupção no governo. A administração estadual vai enviar um projeto de lei criando 32 cargos em comissão, além da reestruturação do plano de cargos e salários e a realização de concurso público. O quadro de pessoal deverá passar dos 354 servidores para 416 funcionários. O governo também quer agilizar os processos de multas, os leilões de veículos e reestruturar as juntas de recursos e infrações. Também serão criados Centros de Formação de Condutores e Centros de Registro de Veículos Automotores modelos. Yeda Crusius fez questão de ressaltar que todas as mudanças já estavam previstas antes da instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembléia Legislativa para analisar as denúncias de corrupção no governo gaúcho. Ela disse também que a diretoria do DETRAN providenciou as sindicâncias necessárias para avaliar as denúncias. A crise no governo do Rio Grande do Sul iniciou no final de 2007, com operação da PF intitulada Rodin, que desmembrou um esquema de desvios de recursos no DETRAN. As conversas interceptadas revelaram o envolvimento de membros do governo estadual. Para tentar resolver a crise, o governo anunciou a criação de um gabinete de transição formado por representantes dos partidos políticos que compõem o governo, com o objetivo de reestruturar a administração pública.

O Conselho Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul (região Sul) aprova relatório que pede a "dissolução" do MST e já serviu de base para 8 ações judiciais contra sem-terra que incluem proibição de marchas e autorização de despejos e deslocamento de acampamentos. O promotor Gilberto Thums afirma, em relatório aprovado por unanimidade pelo conselho no final de 2007: "Voto no sentido de designar uma equipe de promotores de Justiça para promover ação civil pública com vistas à dissolução do MST e a declaração de sua ilegalidade". Ele acrescenta que será preso quem "praticar atos de vandalismo e de sabotagem", pois será identificado com o movimento. Os promotores, além de mirar na intervenção de escolas ligadas ao movimento, buscam agora um mecanismo jurídico para apresentar à Justiça o pedido de dissolução. As ações atuais têm o apoio da governadora Yeda Crusius, segundo os sem-terra. Para o MST, trata-se da ofensiva jurídica mais dura de sua história. O movimento promete denunciar a ação dos promotores em organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Criado em 1984, o MST não existe juridicamente, portanto não é simples a tarefa de extingui-lo. Não há um cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) para ser anulado, nem presidente para ser preso ou processado. O advogado do movimento, Juvelino Strinzake, afirma que o pedido "é significativo por ser instância de estado tentando limitar a organização popular." A idéia do Ministério Público do Rio Grande do Sul é chegar ao ponto de proibir qualquer órgão do estado de negociar contratos e convênios com o movimento.

O desembargador federal Jirair Aram Meguerian, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sediado em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) decide pela retomada das obras da Usina Hidrelétrica de Estreito, que fica na divisa entre o Tocantins (região Norte) e o Maranhão (região Nordeste). A decisão é fruto de uma suspensão de liminar pedida pelo Ibama e pela Agência Nacional de Energia Elétrica

(Aneel). O empreendimento foi paralisado no dia 6 de junho pela Justiça Federal do Maranhão, que anulou a licença de instalação da usina e determinou que os estudos de impacto ambiental da obra fossem complementados. Em sua decisão, Meguerian diz que todos os passos foram cumpridos nos estudos de impacto ambiental e que a paralisação das obras poderá causar prejuízos econômicos. Para ele, o empreendimento tem vital importância para o desenvolvimento da infra-estrutura energética do país. O desembargador explica, no seu despacho, que a anulação da licença de instalação da usina teve como base suspeitas de parcialidade do Ibama e de pressões do Poder Executivo para que essa licença fosse concedida. Ele lembrou que qualquer atividade produtiva, principalmente as usinas hidrelétricas, causa impactos ambientais, mas ressalta que o Ibama já realizou os estudos e determinou as medidas necessárias para minimizar esses impactos.

Cerca de 300 servidores civis do Ministério da Defesa realizam protesto na Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), causando congestionamento. O comandante do 13º BPM (Praça Tiradentes), tenente-coronel Antonio Henrique Oliveira, diz que não foi avisado da manifestação. O presidente do Sindicato dos Servidores Civis nas Forças Armadas e Empregados do Ministério da Defesa (Sinfa-RJ), Luís Cláudio de Santana, afirma que o Ministério do Planejamento ofereceu aumento de 20%, quando a categoria exige 67%, percentual dado à área de Ciência e Tecnologia das Forças Armadas.

Cerca de 50 índios Kaingangs voltam a bloquear a RS-343, entre os municípios de Cacique Doble e Sananduva, no norte do Rio Grande do Sul (região Sul). As manifestações repetem-se de duas a três vezes por semana desde o início de junho. O grupo vive na reserva Cacique Doble e pede que a Funai crie um grupo de trabalho para identificar como sua uma área contígua, de cerca de mil hectares, usada pelo governo gaúcho para reforma agrária nos anos 40. O administrador regional da Funai em Passo Fundo – Rio Grande do Sul (região Sul), João Alberto Ferrareze, informa que a decisão esperada pelos indígenas deve ser tomada nesta semana. Os índios prometem manter os bloqueios até o dia 25 de junho.

3ª feira 24

Trabalhadores realizam protesto no Morro da Providência no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) para reivindicar a continuidade das obras do projeto Cimento Social. O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio acaba de suspender as obras do projeto, de reforma de casas, no Morro da Providência. O juiz Fábio Uchoa, da Coordenadoria de Fiscalização de Propaganda Eleitoral, argumenta que as obras estão irregulares. Segundo o encarregado Alex Oliveira dos Santos, cerca de 150 pessoas ficarão desempregadas com o embargo do projeto Cimento Social. O projeto foi considerado irregular porque o convênio com os Ministérios das Cidades e da Defesa para o início das obras foi assinado no início de 2008, ano eleitoral, embora as obras tenham começado em dezembro de 2007. O senador e pré-candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro Marcelo Crivella (PRB) negou qualquer "conotação eleitoreira" do projeto. De acordo com o senador, o projeto foi suspenso "por causa da contaminação política provocada pela proximidade da disputa eleitoral". O parlamentar lembrou que as obras foram propostas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva em maio de 2007, "mais de um ano atrás e iniciadas em dezembro de 2007." O representante da Construtora Edil,

responsável pelo empreendimento no Morro da Providência, Vander de Oliveira Dantas, informou que a empreiteira vai recorrer da decisão do TRE. Os militares do Exército continuam ocupando o Morro da Providência. Segundo o tenente-coronel Silvio Cardoso, apesar da decisão judicial, 60 homens permanecerão patrulhando o local. Já o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, informa que o Exército já desocupou o Morro da Providência e que a medida foi anunciada após decisão do TRE de suspender o Projeto. O processo foi desencadeado após a morte de três jovens da comunidade. Os jovens teriam sido presos e levados por 11 militares, que estavam de plantão no Morro da Providência, no dia 14 de junho, a traficantes do Morro da Mineira, dominado por uma facção rival. Posteriormente, os jovens foram torturados e mortos pelos traficantes e seus corpos apareceram no dia seguinte em um lixão na Baixada Fluminense. O diretor de Polícia Civil, Sérgio Caldas, afirmou que os traficantes suspeitos de matarem os três jovens do Morro da Providência, no centro do Rio, já foram identificados. O Ministério Público Federal deverá pedir a prisão preventiva dos 11 militares do Exército suspeitos de envolvimento com a morte dos três jovens do Morro da Providência. A Associação de Moradores do Morro da Providência pretende recorrer da decisão do TER. A informação foi dada pela presidente da entidade, Vera Melo. Segundo Vera, o embargo do TRE pode deixar 150 trabalhadores desempregados, a maioria moradores da comunidade, o que vai afetar a vida de muitas famílias. Ela conta que os operários recebem entre R$ 650 e R$ 1 mil por mês e desde o início das obras, em dezembro de 2007, reformaram 80 casas, de um total de 780. A presidente da associação explicou também que com a suspensão imediata do projeto muitos moradores terão que conviver com obras inacabadas dentro da própria casa.
Merendeiras, inspetores de alunos, pessoal de secretaria e serventes de escolas da rede municipal dão início a uma paralisação de 24 horas para denunciar os baixos salários e as más condições de trabalho. Depois da manifestação, eles formam uma comissão e tentam falar com a secretária municipal de Educação, Sônia Mograbi, mas são impedidos de entrar no prédio por guardas municipais. Segundo o Sindicato Estadual de Profissionais da Educação (SEPE), existem cerca de 10 mil funcionários nas escolas para atender a mais de 700 mil alunos. Os profissionais, que ganham R$ 456, reivindicam um piso salarial de 3,5 salários mínimos, além da incorporação ao salário do percentual de gratificação que é 15%. Eles querem também a realização de concurso público e melhores condições de trabalho nas escolas municipais.

O MST denuncia a intenção do Ministério Público do Rio Grande do Sul (região Sul) de acabar com as ações dos militantes da luta pela reforma agrária no estado. A entidade apresentou uma ata de uma reunião do Conselho Superior do Ministério Público gaúcho para comprovar a existência de uma estratégia voltada a "dissolver" o MST no Rio Grande do Sul. Segundo nota divulgada pelo MST, o Conselho Superior do Ministério Público gaúcho decidiu, em reunião realizada em dezembro de 2007, proibir qualquer deslocamento de trabalhadores sem-terra - incluindo marchas e caminhadas -, intervir em escolas de assentamento, criminalizar lideranças e integrantes e desativar todos os seus acampamentos no estado. Ainda de acordo com a nota, o despejo de dois acampamentos, em áreas cedidas, faria parte da estratégia do Ministério Público gaúcho. O MST diz que o "congelamento" do acampamento de Nova Santa Rita, em uma área de assentamento, na qual as famílias foram proibidas judicialmente de entrar ou sair, também se insere nesse contexto. "A posição do Ministério Público coincide com a acentuação do uso de violência pela Brigada Militar em mobilizações de qualquer movimento social, como no dia 11 de junho, quando dezenas de pessoas foram feridas com balas de borracha e cassetetes. Um agricultor teve hemorragia interna em

conseqüência das agressões e permaneceu uma semana hospitalizado", destaca a nota do MST. No entanto, o Procurador-geral de Justiça do Rio Grande do Sul, Mauro Renner, garantiu que houve uma revisão da ata do Conselho Superior do Ministério Público, que previa as medidas em relação ao MST. De acordo com Renner, a revisão ocorreu porque houve um entendimento de que o Ministério Público não poderia atuar de forma genérica, ampla e sem ficar caracterizada a prática de fatos ilegais.

Movimentos sociais divulgam um documento oficial em que o Ministério Público do Rio Grande do Sul (região Sul), determina ações para 'dissolver' e ilegalizar o MST. A partir de relatórios da Brigada Militar, o Conselho Superior do órgão determina uma série de ações articuladas com a polícia e o Ministério Público Federal de Carazinho, como a proibição de qualquer marcha ou protesto, intervenção em escolas e indiciamento de lideranças. O documento foi divulgado pelo advogado Leandro Scalabrin durante audiência pública na Assembléia Legislativa sobre a violência policial contra os movimentos sociais em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Em sua apresentação, Leandro afirmou que se trata de uma conspiração que teve início no ano de 2006, com um dossiê formulado pelo comandante do Comando Regional de Policiamento Ostensivo (CRPO) do Planalto, Waldir João Reis Cerutti. Antes de se licenciar para concorrer a deputado estadual pelo Partido Progressista (PP), o coronel escreveu um documento em que investiga, além do MST e da Via Campesina, suas relações com o Incra e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). No relatório, como descreveu Leandro, o coronel afirma que o MST tem relação com o Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo, e com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). "O relatório informa que há o objetivo de criar uma zona de domínio, de controle através do domínio territorial, onde o MST substituiria o Estado, tal como ocorre com o tráfico nas favelas do Rio. A zona territorial branca compreenderia a área abrangida pela Fazenda Annoni e a Fazenda Guerra, em face de sua localização estratégica, acesso a todo o Estado e à Argentina, e por ser uma das zonas mais ricas e produtivas do Estado", relata. O relatório do coronel Cerutti serviu de embasamento para que promotores e juízes da região encaminhassem pedidos de busca e apreensão em acampamentos até ordens de prisão e de reintegração de posse. A articulação contra o MST também contou com a participação de ruralistas. As informações do coronel Cerutti foram utilizadas pelo proprietário da Fazenda Guerra para entrar com ação no Ministério Público contra o MST. Uma segunda etapa de investigação do MST ocorreu com o coronel Paulo Mendes, na época subcomandante da Brigada Militar. Os policiais chegaram a investigar, sem autorização, funcionários do Incra, deputados estaduais, prefeitos e cidadãos que segundo a Brigada apóiam de alguma forma o MST. O Estado Maior da corporação ainda conclui que a atuação dos sem-terra é taticamente organizada como se fosse operação paramilitar e, como na investigação do coronel Cerutti, propôs à Justiça uma série de ações para reprimir os sem-terra. Ao mesmo tempo, o Ministério Público pediu uma investigação à PF, que concluiu que o MST não é uma organização paramilitar e não representa perigo à segurança nacional, como afirma a Brigada Militar. Apesar de constar no dossiê, as conclusões da PF não são levadas em consideração pelos promotores. Deputados e senadores presentes na audiência ficaram estarrecidos com o documento. Para a deputada Stela Farias (PT), que acompanha os casos de repressão no estado, o documento deixa claro que a violência usada pela Brigada Milita,r com mais ênfase desde 2007, já integra a articulação para acabar com os movimentos sociais. Deputados estudam a possibilidade de entrar com recursos judiciais contra a atuação do Ministério

Público e da Brigada Militar. O senador José Nery (PSOL), que integrou a diligência do Senado, propôs que as ações fossem levadas ao Conselho Nacional de Justiça.

Sindicalistas, movimentos sociais, estudantes e a população em geral denunciam a repressão da Brigada Militar em protestos e mobilizações no estado do Rio Grande do Sul (região Sul). Durante a audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos do Senado em Porto Alegre - Rio Grande do Sul, as entidades lembram o assassinato do sindicalista Jair Antonio da Costa em 2005, durante protesto contra as demissões do setor coureiro-calçadista do Vale dos Sinos. A morte do trabalhador, que foi asfixiado por policiais durante o protesto, não foi julgada até hoje. Também são destacadas as repressões violentas contra comerciários em Farroupilha, metalúrgicos em Panambi e Caxias do Sul, estudantes e professores em Porto Alegre e nos protestos em geral da Via Campesina. Integraram a diligência os senadores Paulo Paim (PT), José Nery (PSOL) e Flavio Arns (PT). As denúncias foram levadas para apuração em Brasília.

4ª feira 25

Trabalhadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) realizam uma paralisação nacional de 24 horas. De acordo com informações do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Sinpaf), a categoria reivindica melhores salários e a valorização de suas atividades, como reconhecimento da importância das tecnologias geradas pela Embrapa para o desenvolvimento do setor agropecuário. Em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), os grevistas se concentraram na Praça dos Três Poderes. Já em Campinas – São Paulo (região Sudeste) os trabalhadores aproveitaram a paralisação para fazer uma campanha de doação de sangue. Os trabalhadores devem se reunir dia 26 de junho com a diretoria da empresa para negociar as reivindicações.

Os funcionários do Banco do Brasil (BB) em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) promovem paralisação de duas horas em todas as dependências da instituição. Os servidores do BB reivindicam a criação de um Plano de Cargos, Carreira e Salários, fim das metas abusivas, combate efetivo às práticas de assédio moral, melhores condições de trabalho, pagamento das substituições e contratação de novos funcionários.

Funcionários da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) aderem à paralisação dos servidores da Controladoria Geral da União (CGU) que já estavam em greve desde o dia 19 de junho. Eles reivindicam a equiparação de salários aos dos servidores da Receita Federal. Os servidores da CGU e da STN querem ter o mesmo tratamento dado aos servidores da Receita. O piso oferecido pelo governo federal foi de R$ 9, 5 mil para os funcionários da CGU e de R$ 12 mil para os da STN. Funções como as “liberações de dinheiro pelo Tesouro Nacional, os leilões de títulos públicos e outras atividades, como por exemplo as obras do PAC, sofrerão atrasos, inevitavelmente”, explicou o presidente da Unacon, Fernando Antunes. A categoria estava apenas paralisada, mas como o governo não alterou a proposta feita anteriormente, os servidores decidiram entrar em greve por tempo indeterminado.

Os servidores da Funasa protestam na praça dos três poderes em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) contra a suspensão do pagamento de Indenização de

Campo e pela extensão da Gratificação de Atividades de Combate e Controle de Endemias (Gacen). A gratificação foi criada por medida provisória, em 14 de maio de 2008, em substituição à Indenização do Campo. Mas a nova gratificação só atende a duas carreiras, deixando sem o benefício cinco mil trabalhadores desviados de função, que trabalham no campo.

Cerca de 50 caminhoneiros fazem manifestação na Marginal Tietê, em São Paulo – SP (região Sudeste) e iniciam a greve nacional de 24 horas por reajuste do preço do frete. Embora não bloqueiem a rodovia, provocam congestionamento. O movimento é liderado pela Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam), que reivindica a definição de um valor referencial para o frete por quilômetro rodado, após o reajuste de cerca de 8% do diesel, em maio de 2008. Eles também exigem a alteração do decreto nº 49.487, que regulamenta novas restrições para a circulação de caminhões na cidade de São Paulo, o arquivamento do projeto de lei que derruba o vale-pedágio e a fiscalização do pagamento desse vale e do excesso de peso nos caminhões. Além do estado de São Paulo, onde as operações no Porto de Santos são afetadas, há adesões em Santa Catarina, Rio Grande do Sul (região Sul) e Pará (região Norte). No Rio de Janeiro (região Sudeste) apenas o município de Três Rios adere à mobilização. Em nota, o Sindicato dos Operadores Portuários do estado de São Paulo (Sopesp) afirma que "se a paralisação persistir, provocará uma situação caótica no sistema logístico portuário". Segundo o sindicato, a cada dia de paralisação, são necessários de 4 a 5 dias para normalizar as atividades dos terminais. Apenas os trabalhadores do setor que atuam no estado do Paraná não participam da greve. Segundo o vice-presidente do Sindicato dos Caminhoneiros do Paraná e secretário da Federação Nacional dos Transportadores Rodoviários Autônomos, Laertes Freitas, o problema está mais concentrado no estado de São Paulo onde os caminhoneiros reivindicam mudanças na lei municipal que proíbe o tráfego de caminhões na cidade durante o dia.

Cerca de 500 evangélicos promovem protesto em frente ao Senado em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) contra a aprovação do projeto de lei que criminaliza a homofobia. Os manifestantes foram impedidos de entrar no Congresso. Um grupo de 80 líderes evangélicos entregou à Mesa do Senado um manifesto contra a aprovação do projeto de lei. O grupo foi recebido pelo senador Magno Malta do Partido da República (PR), que também é contra a aprovação da proposta. Para Magno Malta, o projeto cria "um império homossexual no Brasil", porque, segundo ele, qualquer um que criticar ou rejeitar alguém para emprego ou transação comercial em virtude da opção sexual poderá ser preso. O projeto propiciaria inclusive a impunidade da pedofilia e da necrofilia, na avaliação do senador. "O pedófilo vai dizer que a opção sexual dele é menino de 9 anos", declarou Malta. O projeto de lei já foi aprovado na Câmara dos Deputados.

A Secretaria de Estado da Educação publica no "Diário Oficial" três alterações no decreto do governador de São Paulo José Serra que causou a greve dos professores em São Paulo (região Sudeste). A Apeoesp informa que votará em assembléia, no dia 27 de junho, se aceita as mudanças e se encerra a paralisação. A secretaria apresentou no dia 24 de junho as seguintes alterações: quem faltar até 12 dias por ano pode pedir substituição (antes eram dez); professores que tirarem qualquer licença também terão o direito de tentar uma remoção (no decreto, só as licenças por maternidade eram aceitas); o prazo de três anos de efetivação para solicitar a mudança de escola só será exigido de quem entrar na rede após a publicação do decreto. Carlos Ramiro, presidente da

Apeoesp, diz que as alterações foram “pequenas”: “O que eles mudaram é o de menos”. Na opinião dele, a greve deve continuar. “Os professores querem efetivação dos 100 mil [professores] temporários [40% do total]. Pega a prova e já efetiva quem se classificar”. O governo envia à Assembléia Legislativa a proposta de reajuste do piso salarial de 5,4% mais a incorporação de uma gratificação de R$ 80. Os professores, que não têm reajuste desde 2005, reivindicam 45%.

Um grupo de 50 trabalhadores é resgatado no estado do Mato Grosso (região Centro-oeste) pelo Grupo Móvel de fiscalização do trabalho escravo. Os trabalhadores são encontrados na Fazenda Rio Mutuca, situada no município de Juara - Mato Grosso. Todos eles estavam em condições precárias de alojamento. A água utilizada para consumo humano e banho dos trabalhadores era a mesma disponível para o gado. O atendimento médico era dificultado. O proprietário da área é multado em R$ 200 mil, mas pode chegar a um milhão com a ação civil pública por reparação moral coletiva movida pelos trabalhadores.

5ª feira 26

Motoristas e cobradores de Recife e demais municípios da região metropolitana de Pernambuco (região Nordeste) decidem fazer uma paralisação por tempo indeterminado. Os trabalhadores reivindicam um percentual de reajuste salarial de 12%. Os donos de empresas de ônibus apresentam, inicialmente, uma proposta de apenas 4%, em duas parcelas, para, logo em seguida, darem uma contra-proposta de 4,35%, em uma parcela, a partir de 1º de julho. Entretanto, não houve um acordo entre os sindicatos dos Trabalhadores Rodoviários de Pernambuco e das Empresas de Transporte de Passageiros de Pernambuco (Setrans). No início da manhã, dos 2,7 mil ônibus, apenas 40% (800 a 900 veículos) estava nas ruas. Trabalhadores realizam piquetes em frente às garagens para evitar a saída dos coletivos. Aqueles que conseguem sair têm os pneus furados ao longo do caminho. Outros ficam no meio das avenidas, pois os grevistas levam as chaves dos carros e até forçam os passageiros a descer. Houve confusão entre manifestantes e a polícia e uma pessoa é detida.

Por falta de adesão, caminhoneiros suspendem greve da categoria, iniciada no dia 25 de junho, em âmbito nacional. A idéia da Abcam, de acordo com o presidente José da Fonseca Lopes, é “montar uma nova estratégia” para a paralisação. Os caminhoneiros reivindicam reajuste do frete para compensar o aumento nos preços do óleo diesel.

Servidores do Hospital de Infectologia São Sebastião fazem um protesto em frente à Alerj, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A manifestação é contra a desativação da unidade, decidida pelo Secretário Estadual de Saúde, Sérgio Côrtes, sem aviso ao sindicato da categoria (Sindsprev/RJ) aos funcionários e usuários. Os servidores querem que a Alerj convoque uma audiência pública para discutir o assunto. O Hospital São Sebastião é o único especializado em tratamento de doenças infecto-contagiosas no estado. Segundo o sindicato, Sérgio Côrtes, que desde o início de sua gestão vem se negando a interromper o sucateamento do São Sebastião e investir na sua recuperação, anunciou a alocação de R$ 3,5 milhões para o Hospital do Fundão, para onde iriam os pacientes do Hospital do Caju. Já os servidores seriam pulverizados pelos demais hospitais da rede estadual.

6ª feira 27

A ONG Rio de Paz promove manifestação silenciosa na orla de Copacabana, na zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O objetivo é chamar a atenção da população para o número alarmante de vítimas da violência. Quatro mil balões vermelhos foram espalhados pela areia da praia. Segundo o presidente da ONG, Antônio Costa, se projetadas as estimativas de homicídios no estado do Rio de Janeiro para o próximo semestre, mais 4 mil assassinatos poderão ocorrer. O número é calculado pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), subordinado à Secretaria de Segurança Estadual, de acordo com a média (entre 2001 e 2007) do número de homicídios, desaparecimentos, latrocínios e mortes em confronto. A média anual de homicídios no estado, segundo o ISP, é de 7.636. O presidente do movimento Rio de Paz ressaltou ainda que os possíveis 4 mil mortos nos próximos meses serão jovens entre 14 e 25 anos, negros, pobres, que estão fora da escola, e envolvidos com o tráfico de drogas. Desde a criação da ONG em 2007, o movimento já fez mais de 30 protestos em várias capitais do Brasil. Há um ano, a Rio de Paz elaborou um manifesto que já conta com 10 mil assinaturas para serem encaminhadas a autoridades do estado do Rio e também ao governo federal. O documento estabelece metas para a redução de homicídios no país, defende a presença pacífica das polícias nas favelas e mais investimentos em segurança pública.

Parentes e vítimas de violência reúnem-se na missa de um ano da morte de 19 pessoas durante operação das Polícias Civil e Militar e da Força Nacional de Segurança no Complexo do Alemão. No início do ato religioso, um grupo sobe ao altar da Igreja da Candelária carregando velas, simbolizando cada um dos mortos. A chacina foi resultado da primeira mega-operação da PM em conjunto com a Força Nacional de Segurança e teve como resultado a morte de pelo menos 21 pessoas e o ferimento de nove, incluindo crianças. Contando desde o início da ocupação na comunidade - dia 2 de maio de 2007 - os números são ainda mais alarmantes: mais de 43 mortos e 81 feridos. As orações são acompanhadas por cerca de 200 pessoas, entre elas, políticos e representantes de ONG's. As mães dos três rapazes do Morro da Providência assassinados prestam solidariedade às famílias do Alemão e assistem à cerimônia.

Motoristas e cobradores de ônibus da região metropolitana de Recife – Pernambuco (região Nordeste) decidem encerrar a greve que iniciaram no dia 26 de junho para reivindicar melhores salários. Em assembléia, a categoria aceita a proposta das empresas, de reajuste salarial de 7,14% a partir de 1º de julho. Os trabalhadores pediam 12%. O acordo é fechado quando cerca de 80% da frota de 2,7 mil ônibus voltam a circular. A situação se normaliza no final da tarde.

É publicado no Diário Oficial da União o reajuste do Programa Bolsa Família. Os valores mensais concedidos aos beneficiários serão reajustados a partir de julho. O Decreto nº 6.491 prevê o aumento do valor básico do programa – que desde o último reajuste, de agosto de 2007, era de R$ 58 e passará para R$ 62. E o benefício variável agora é de R$ 20, contra os R$ 18 repassados até então. Segundo o governo, o reajuste corresponde ao aumento de preço dos alimentos que ocorreu nos últimos meses e foi feito com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

O ex-sargento do Exército Fernando Alcântara declara que o Exército concedeu a sua baixa das Forças Armadas. A confirmação foi dada logo após o depoimento do seu

companheiro, o sargento Laci de Araújo, perante a Justiça Militar. O pedido de afastamento foi feito no dia 25 de junho e o próprio Fernando se mostrou surpreso com a rapidez do processo. Ele havia sido preso pela segunda vez, no dia 23 de junho. Logo depois que deixou a prisão, passou por exames médicos e já está com a sua declaração de afastamento, depois de quase 14 anos no Exército. De acordo com o ex-sargento, há semanas que ele sofria retaliações do Exército. Seu companheiro, teve o pedido de liberdade provisória negado pela Justiça Militar feito pelos advogados do sargento do Exército Laci de Araújo. Acusado de deserção, ele está preso desde o dia 4 de junho, depois de ter assumido publicamente envolvimento homossexual com Fernando Alcântara. Araújo nega que tenha desertado e, quando questionado sobre as razões de não ter se apresentado no quartel no dia 3 de abril afirmou que "estava de cama" e que sofre de transtornos neurológicos e que, desde 2006, tem tido fortes crises e está licenciado. Ele disse ter apresentado um atestado médico de um neurologista. No entanto, esse documento não foi homologado pela Junta Médica do Exército, razão pela qual ele foi considerado apto ao trabalho. A Justiça Militar negou também o pedido de menagem - a possibilidade de o sargento ficar detido no quartel, mas não preso em uma cela, ou seja, com liberdade de locomoção. O Conselho Permanente de Justiça para o Exército, que estava reunido durante o depoimento, votou, junto com a juíza militar Zilah Maria Petersen pela realização de uma perícia neuropsiquiátrica e psicológica do sargento Laci de Araújo. A perícia deve ser realizada já na próxima semana, no Hospital das Forças Armadas (HFA), em Brasília, por uma equipe de médicos civis. Ao final da sessão, o ex-sargento Fernando Alcântara, declarou que esperava uma decisão mais branda. "Foi surpresa, mas em todo o caso, já que vai ter uma análise mais aprofundada, e a gente tem esperança que dê certo". Para Alcântara, o transtorno psicológico demonstrado por Laci de Araújo, ao sair do Superior Tribunal Militar (STM), onde ocorreu o depoimento, mostra qual é a condição do sargento. Alcântara acredita que a providência tomada pela juíza, pela realização da perícia, deveria ter sido tomada há muito mais tempo pelo Exército. "Para ele sair totalmente transtornado daqui, é porque ele realmente está sofrendo intensa tortura psicológica", concluiu.

Quatorze empresas fornecedoras de cana-de-açúcar são autuadas por fiscais de trabalho nesta semana, durante uma ação realizada na região de Piracicaba - São Paulo (região Sudeste). De acordo com a assessoria de imprensa da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo (STRE-SP), 58 autos de infração foram emitidos. Desses, 41 foram por problemas ligados à segurança e saúde dos trabalhadores e outros 17 por descumprimento da legislação trabalhista. Roberto Martins de Figueiredo, coordenador do Grupo Rural, responsável pela ação, disse que foram encontrados problemas de falta de sanitários para os funcionários, equipamentos de proteção e precariedade no transporte oferecido pelas empresas. Um ônibus sem qualquer documento e com pneus precários foi interditado pela fiscalização e só será liberado após regularização. Ainda de acordo com Figueiredo, problemas de excesso de jornada e de terceirização irregular de funcionários também foram verificados. As empresas autuadas por esses motivos foram obrigadas a reduzir a carga de trabalho de seus funcionários ou contratar quem estava trabalhando como prestador de serviços. Só nesta ação, 35 funcionários acabaram registrados e 135 terceirizados foram contratados. Segundo a STRE-SP, esta foi a quarta ação de fiscalização de empresas do setor sucroalcooleiro realizada neste ano. Figueiredo, do Grupo Rural, disse que o número de autuações deste ano é menor do que o de anos anteriores. "Na área de saúde e segurança, principalmente, as coisas têm melhorado muito."

Dois indígenas do Povo Guajajara têm suas casas alvejadas a tiros entre a aldeia e o município de Grajaú – Maranhão (região Nordeste). Os pistoleiros ainda deixam bilhetes com o escrito: "Instinto de sobrevivência todo mundo tem, mas só alguns têm coragem de matar. Chegou a hora dessa turma morrer". Além da ameaça, os bilhetes contêm uma lista com os nomes de seis outros indígenas Guajajara a serem executados. O Conselho Indigenista Missionário denuncia que atos de violência são comuns na região, que possui um forte preconceito contra o povo Guajajara. Em maio, homens encapuzados invadiram a aldeia e mataram uma criança indígena. Um casal também foi ferido a bala quando caminhava por uma rodovia.

Vigilantes particulares da região metropolitana de Vitória – Espírito Santo (região Sudeste), em greve há 3 dias, entram em confronto com a PM no centro da capital. Os vigilantes protestavam por reajuste salarial. Dois trabalhadores acabam presos e quatro pessoas ficam feridas.

O Conselho Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul (região Sul) decide mudar um documento sigiloso em que anunciava medidas para declarar a ilegalidade do MST, além de intervir nas escolas do movimento e até cancelar alistamentos eleitorais. O subprocurador-geral para Assuntos Institucionais, Eduardo de Lima Veiga, afirma: "O conselho sequer tem poder para determinar tais acusações, que nem são consensuais". O relator do documento, Gilberto Thums, afirma que houve exagero na redação do texto, mas diz que, pessoalmente, considera o MST "um movimento armado de guerrilha", que tem armas e ajuda internacional, representando risco para a segurança nacional. Thums acrescenta que alguns promotores que concordam com sua avaliação estão tomando medidas no sentido de criminalizar o movimento. Ele diz que espera inspirar ministérios públicos de outros estados para que o MST seja criminalizado. "Estamos gestando mais 3 ações importantes: de onde vêm as verbas do MST; o conteúdo pedagógico das escolas deles, que reproduzem textos de Karl Marx e Che Guevara; e uma terceira que corre em sigilo" – afirma.

Sábado 28

O Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) condena a intenção do Ministério Público do Rio Grande do Sul (região Sul) de criminalizar lideranças do MST. O Ministério Público do estado teria discutido, em reunião do seu Conselho Superior, estratégias para proibir qualquer deslocamento de trabalhadores sem-terra, intervenção em escolas de assentamento, criminalização de lideranças e de integrantes e desativação de todos os acampamentos no Rio Grande do Sul. O coordenador geral do MNDH, Gilson Cardoso, mostrou preocupação com o debate, considerando que esse tipo de atitude pode se estender a outros movimentos. Já o coordenador de formação do MNDH, Ricardo Barbosa, em entrevista à Agência Brasil, diz que o Ministério Público está agindo de maneira contrária à definida por lei, que é de proteção dos direitos constitucionais da população. "Esse tipo de ação assusta porque é o próprio Ministério Público, que tem uma função constitucional, diferente daquela que está exercendo neste caso. Ao invés de uma defesa intransigente e radical da democracia, a gente vê as forças de reação tentando criar um estado de exceção dentro do Estado democrático", acrescentou. Os coordenadores também criticaram a ação do Exército no Morro da Providência, no Rio de Janeiro, onde moravam três jovens que foram entregues a traficantes por militares da Força. Os jovens teriam sido levados a traficantes que fazem

parte de uma facção criminosa rival. ”Só porque está em curso uma obra de urbanização, porque o Exército tem que garantir a segurança. No Rio de Janeiro tem uma série de obras que estão acontecendo e não precisou o Exército estar lá. Isso é uma aberração”, disse o coordenador geral do MNDH.

Domingo 29

Acontece a 16ª Parada Gay de Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), na Esplanada dos Ministérios. Cerca de 35 mil pessoas participam da parada segundo, estimativa dos organizadores do evento, segundo a PM aproximadamente 22 mil participantes. Como pediu a GLBT, algumas pessoas participaram do evento com roupa de camuflagem para protestar contra a prisão, pelo Exército, do sargento Laci de Araújo. Todos os organizadores e voluntários vestiam camisetas de camuflagem, imitando as do Exército. Fernando Alcântara que estava na Parada, disse que sua baixa concedida nesta semana pelo Exército, trouxe um misto de liberdade e angústia: "Liberdade por poder regressar ao meio civil, saindo daquele sistema opressor, e angústia porque meu companheiro está lá dentro e está passando por um problema sério, neuropsíquico.” O Movimento LGBT de Brasília reivindica que o governo do Distrito Federal acelere o processo de criação do Conselho de Cidadania local. Segundo Jandira Queiroz, do Coletivo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais, essa é uma promessa feita em 2007, que ainda não foi cumprida pelo governador José Roberto Arruda. O movimento pede ainda a aprovação do Projeto de Lei 122, que se encontra na Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Já aprovada pela Câmara dos Deputados, a proposta estabelece penas para práticas homofóbicas. Participantes da manifestação criticaram integrantes da Assembléia de Deus que, na semana passada, fizeram um movimento no Congresso Nacional pela rejeição do Projeto de Lei 122.

A Parada do orgulho LGBT, em São Gonçalo – Rio de Janeiro (região Sudeste) reúne cerca de 2 mil pessoas somente na concentração. Os manifestantes defendem o lema “Por um Brasil sem homofobia”. Sem preconceitos e de forma bem-humorada, homossexuais, travestis e heterossexuais acompanham o carro de som, levam a bandeira com as cores do arco íris e dançam.

Ocorre a Parada Gay em Curitiba - Paraná (região Sul). O evento promovido pela Associação Paranaense da Parada da Diversidade (APPAD) contou com trios elétricos e shows no final do dia em frente ao palácio do governo. Durante a passeata, lideranças fazem um apelo para que todos liguem para o Congresso Nacional cobrando de senadores e deputados uma postura de apoio ao projeto que criminaliza a homofobia (PLC 122/06).

O governo federal acusa a Vale, segunda maior mineradora do mundo, de ter invadido ilegalmente uma área de assentamentos da União no sudeste do Pará (região Norte) para desenvolver um projeto bilionário de produção de níquel da mineradora Onça Puma, por meio de um relatório carimbado pela presidência do Incra. De acordo com o documento, a mineradora Onça Puma, da Vale, indenizou diretamente, entre 2003 e 2007, 53 assentados para que saíssem de seus lotes. Apesar de possuir o chamado “direito de lavra” da área do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a mineradora só poderia trabalhar na área com autorização da chefia do Incra, que não obteve. O órgão deve adotar medidas “administrativas, legais e judiciais” em relação à Vale. O

diretor da Vale para o projeto Onça Puma, João Coral, admite que iniciou o processo de indenização sem ter em mãos uma autorização definitiva do comando do Incra, mas afirma que servidores do órgão do Pará acompanharam todo o processo de indenização dos assentados. Ele também afirma que todo o processo foi realizado com a anuência dos envolvidos e que aqueles que agora reclamam querem tirar algum tipo de vantagem da empresa. Coral diz que o projeto, já em andamento e com orçamento previsto de US$ 2,2 bilhões, não será interrompido. Já os assentados em lotes de interesse da Onça Puma afirmam que foram coagidos, enganados e desrespeitados para que deixassem as terras do Incra, não sendo informados sobre a extensão do projeto e nem dos impactos ambientais causados pelas obras.

2ª feira 30

Cerca de 250 trabalhadores rurais encontrados em situação degradante foram libertados em uma usina no município de Porteirão, em Goiás (região Centro-oeste). O Grupo de Fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho no estado iniciou a operação no dia 13 de junho e ainda não encerrou os trabalhos. Segundo nota divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, a operação só deve ser concluída após o pagamento das verbas rescisórias, previsto para o dia 1º de julho. Ainda de acordo com o Ministério, os empregados encontrados na usina são provenientes do Nordeste e deverão ser encaminhados de volta para a sua região. Eles foram contratados por um gato para trabalhar como plantadores e cortadores de cana-de-açúcar. Segundo o ministério, os trabalhadores tinham alimentação gerenciada pelo gato que, muitas vezes, não informava o valor das compras e descontava essas quantias dos salários.

Os caminhoneiros protestam nas marginais do Tietê e Pinheiros na cidade de São Paulo - SP (região Sudeste). Liderados pela Associação das Empresas de Terraplanagem (Aster) e pelo Sindicato dos Condutores em Transportes de Cargas Próprias de São Paulo (Sindicapro), os manifestantes reclamam da restrição à circulação de transporte de cargas na cidade de São Paulo. O ato, articulado por trabalhadores e patrões afetados pelas novas limitações às entregas de caminhões na capital paulista das 5 às 21 horas, contribuiu para uma piora de até 20% do trânsito. A manifestação ainda tem apoio do sindicato dos empregados no comércio de São Paulo, ligado à Força Sindical, presidida pelo deputado federal Paulo Pereira da Silva, o Paulinho (PDT). A intenção do grupo de 44 caminhões é chegar à sede da prefeitura, no centro, mas é impedido pela PM, que escoltava o comboio junto a policiais do batalhão de trânsito. Houve tumulto e confronto com a PM quando dois manifestantes se deitam nas faixas centrais da pista expressa e são retirados pela polícia a golpes de cassetete e empurrões. Um manifestante fica ferido.

Cerca de 30 estudantes protestam em frente à casa da governadora Yeda Crusius (PSDB), em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). O protesto tem por objetivo chamar a atenção para a questão da corrupção no estado. As investigações sobre a fraude no DETRAN levantaram suspeitas de que a casa, de quase 1 milhão de reais, pode ter sido adquirida com recursos da campanha política, obtidos no esquema de desvio de verba do órgão. O manifesto dos estudantes, que somente gritam palavras de ordem, é reprimido pela Brigada Militar. Integrantes do Batalhão de Choque empurram os estudantes até uma esquina, onde há princípio de conflito. Os manifestantes contam que receberam golpes de cassetete. Um deles é detido por desacato.

Estudantes, professores e parlamentares promovem ato público na Assembléia Legislativa em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) para denunciar a situação precária enfrentada hoje pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Além de concurso público e nomeação e professores, o ato em defesa da universidade defende a regularização do vestibular, a eleição para reitor e mais investimento na infra-estrutura e em pesquisa e extensão. A UERGS conta com apenas 90 professores para atender mais de 2.500 jovens, o que faz com que alguns cursos não tenham vestibular há pelo menos dois anos. No início do ano, o Ministério Público Estadual proibiu a renovação dos contratos emergenciais dos professores. Os trabalhadores reclamam que o governo estadual estava contratando temporariamente ao invés de realizar concurso público porque é mais barato, já que não é constituído vínculo empregatício. Como o prazo dos contratos expirou e o governo não tomou nenhuma atitude, 101 professores foram demitidos neste ano. Dois estudantes são presos por guardas da Brigada Militar em frente ao Palácio Piratini, durante protesto contra a corrupção após o ato público em defesa da UERGS, no auditório Dante Barone, da Assembléia Legislativa.

O Ministério Público Federal denuncia à Justiça os 11 militares do Exército que estiveram envolvidos no caso dos três jovens torturados e mortos por traficantes no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). As vítimas foram entregues em julho a traficantes do Morro da Mineira, onde foram assassinados com 46 tiros. Na ação, os militares são acusados de homicídio triplamente qualificado já que foram cometidos cruelmente, sem possibilidade de defesa pelas vítimas. A pena para cada réu varia de 12 a 30 anos para cada crime praticado. O Ministério Público ainda pede a quebra dos sigilos telefônicos dos denunciados, para apurar se houve contato prévio entre os militares e os traficantes do Morro da Mineira.

Grupo de manifestantes do Fórum Rio em Movimento realiza em frente à escadaria da Alerj, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), um protesto contra a lentidão no processo de cassação do deputado estadual Álvaro Lins (PMDB). Os manifestantes distribuíram pizzas aos transeuntes numa referência ao processo de cassação do mandato do deputado preso pela PF no mês passado na operação Segurança Pública S.A. Foi distribuída também uma lista com os nomes dos 40 deputados que votaram a favor do relaxamento da prisão de Lins.

Estudo do Dieese divulga que mais da metade das 316 greves realizadas em 2007 no país ocorreram no setor público e que os servidores foram responsáveis por 82% das 28,5 mil horas paradas. A razão para a concentração de greves nesse setor ainda é a falta de negociação entre os governos federal, estadual e municipal e o funcionalismo público, além da estabilidade no emprego. O crescimento da economia e a busca por melhores salários fizeram com que o número total de paralisações crescesse 4,7% entre 2004 – ano em que o departamento iniciou o estudo "Balanço das Greves" – e 2007, aponta o levantamento do Dieese. As greves no setor público – realizadas no funcionalismo e nas empresas estatais – diminuíram em número de paralisações (185 em 2004 para 161 em 2007) e de grevistas envolvidos (826,1 mil para 713,2 mil manifestantes). Em sua maior parte, ocorreram na região Nordeste, principalmente em Alagoas, na Bahia e no Piauí. No setor privado, por sua vez, as paralisações aumentaram entre 2004 e 2007 em número de greves (de 114 para 149, o que representa incremento de 31%). A maior parte se concentra na região Sudeste. As greves na indústria, no setor de serviços e na área rural também registraram aumento significativo na participação de grevistas envolvidos. Das 1.459 paralisações que ocorreram em 2007

no setor privado, 26,3% foram na indústria, 19,65% no setor de serviços e 1,3% na área rural. Na lista das principais reivindicações que motivaram as greves em 2007, o reajuste salarial responde por 48,7%. Além do reajuste, foram citados planos de cargos e salários, auxílio-alimentação, piso salarial e participação nos lucros e resultados.

Glossário de Siglas

ABCAM	Associação Brasileira dos Caminhoneiros
AGU	Advocacia Geral da União
ALERJ	Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
APEOESP	Sindicato dos Professores de São Paulo
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CMI	Centro de Mídia Independente
CMS	Coordenação dos Movimentos Sociais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CPERS	Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Partido Democrata
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FUNAI	Fundação Nacional do Ìndio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ONG	Organização Não Governamental
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
SEEVISSP	Sindicato dos Empregados em Empresas de Vigilância, Segurança e Similares de São Paulo
STF	Superior Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde

TRT	Tribunal Regional do Trabalho
UNACON	União Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle

OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

R

A

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

CLACSO

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

Documento de trabajo Nº 228

Realizado por
el Comité de Seguimiento
del Conflicto Social y la Coyuntura
Latinoamericana de R

Integrantes	Juan
Diarios	*E*
Otras fuentes	Espacio Insular

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.
La responsabilidad por las opiniones expresadas en los artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinado a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado constituye uno de los resultados de este trabajo de documentación y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un documento de trabajo en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social llevadas a cabo durante el mes indicado en uno de los 19 países relevados.

La cronología presentada ha sido elaborada por alguno de los diversos **Comités de Seguimiento del Conflicto Social** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación de un equipo de investigación que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento del Conflicto y la Coyuntura Latinoamericana

PAIS	INSTITUCION	RESPONSABLES
Guatemala	FLACSO	Simona Yagenova Mario Castañeda
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Diana Cárdenas
Paraguay	Centro de Documentación de Estudios	Quintín Riquelme
Ecuador	CIUDAD	Mario Unda Hugo González
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Chile	ARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo
Brasil	LPP	Roberto Leher
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
México	UNAM	Massimo Modonesi Lucio Oliver
Panamá, El Salvador, Nicaragua Honduras y Costa Rica	CELA (Panamá)	Marco A. Gandásegui, h.
República Dominicana y Puerto Rico	Centro Juan Montalvo (Rep. Dominicana)	Mario Serrano Juan Luis Corporán
Venezuela	PROVEA	Marino Alvarado Marco Antonio Ponce
Costa Rica	IIS	Carlos Sandoval

Brasil
Cronología del Conflicto Social
Julio 2008

3ª feira 01

Trabalhadores do Sistema Petrobras, filiados à Federação Única dos Petroleiros (FUP), iniciam mobilização nacional de 24 horas para protestar contra a redução sistemática da participação destes funcionários na distribuição dos lucros e resultados da empresa. Embora a legislação permita a provisão de até 25% dos dividendos pagos pela empresa para a força de trabalho, os acordos conquistados nos últimos anos têm garantido valores inferiores a 13%. Petroleiros manterão em funcionamento apenas as atividades essenciais.

Funcionários da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) deflagram greve por tempo indeterminado em todo o país. Os trabalhadores reivindicam o cumprimento de um termo de compromisso que previa um adicional de 30% nos salários dos carteiros assinado em novembro de 2007 pelo Ministro das Comunicações, Hélio Costa, e pelo presidente dos Correios, Carlos Henrique Custódio. Os trabalhadores buscam reajuste do salário médio de R$ 600 para R$ 1.119,00, além de reivindicar incorporação do abono pago em dezembro, janeiro e março, plano de estruturação da carreira, adicional de periculosidade e a saída do atual presidente da empresa, Carlos Henrique Almeida Custódio. De acordo com o secretário-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect), Manoel Cantoara, a empresa chegou a pagar o adicional de 30% durante três meses, mas, no quarto mês, que seria o período de efetivação da gratificação, deixou de fazer o pagamento. Os funcionários dos Correios alegam que a direção da empresa não cumpriu acordo firmado em abril, quando outra paralisação ocorreu, e protestam em frente ao Ministério das Comunicações, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). De acordo com Geraldo Rodrigues, diretor político sindical da Fentect, 25 dos 33 sindicatos do País aderem à paralisação. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores nos Correios do Distrito Federal, Moisés Leme, informa que o primeiro dia da greve registra adesão de 30% em termos nacionais. Segundo o sindicato, a entrega de mantimentos será mantida, as paralisações suspendem os serviços Sedex Hoje, Sedex 10 e Disque Coleta, e as demais correspondências recebem tratamento precário.

O movimento “Rio de Paz” faz uma manifestação contra o aumento da violência, em frente ao Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O protesto é contra os assassinatos do menino Ramón Fernandes Domingues, 6 anos, e do jovem Daniel Duque de 18. Segundo os organizadores, o objetivo é transmitir que chegou a hora de a sociedade aprender a lamentar cada morte, e buscar alguma medida de curto prazo, a fim de que sejam evitados tantos homicídios. A intenção é mobilizar a população para que esta, em parceria com as nossas autoridades públicas, faça resistência ao crime no estado. Segundo Antonio Costa, presidente do Rio de Paz, o fato de o protesto ser na frente do Palácio Guanabara, sede do governo do estado, não

significa que estejam querendo fazer uma afronta às autoridades, mas o de chamar a atenção do governo. Antônio diz que problema da segurança pública é endêmico, histórico e crônico e que nenhum governante conseguirá fazer com que a vida vença a morte no Rio sem o apoio da população. O movimento convidou Daniela Duque, mãe de Daniel, morto no dia 28 de junho na saída da boate por um Policial Militar (PM), que fazia a segurança do filho de uma promotora. O menino Ramón morreu no dia 30 de junho depois de ser atingido na cabeça por uma bala perdida durante um confronto na favela do Muquiço, em Guadalupe. O governador Sérgio Cabral do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) recebeu no Palácio Guanabara, parentes de Daniel Duque e Ramon. Representantes do Rio de Paz entregam a Cabral um manifesto, com mais de 10 mil assinaturas, pedindo a redução do número de homicídios no estado. Após a reunião, a Organização Não Governamental (ONG) Rio de Paz solta dois balões vermelhos com cruzes pretas em frente à sede do governo em protesto contra as duas mortes. A entidade também exibe cartaz com números de homicídios no estado. Ramón foi enterrado no Cemitério de Ricardo de Albuquerque. Cerca de 300 pessoas comparecem ao enterro e, munidos de cartazes, moradores da Favela do Muquiço criticam o governo e a ação da PM em protesto.

Um cacique Guarani é algemado durante despejo de quatro famílias indígenas da beira da Estrada do Conde, em Guaíba – Rio Grande do Sul (região Sul). As famílias estavam há um mês no local. Os índios reivindicam a posse de áreas em Guaíba e Eldorado do Sul, que teriam pertencido a seus antepassados. A Brigada Militar utiliza um efetivo de vinte homens para cumprir o mandato de reintegração de posse dado à Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO) pela juíza de Eldorado do Sul, Luciane Di Domenico. Em seu despacho, a Juíza afirma que a FEPAGRO "denunciou que em 1º de junho passado um grupo de indígenas da etnia Kaingang teria invadido a área de sua propriedade". Além disso, reitera: "Registre-se que o mesmo grupo indígena, poucos dias antes, havia ocupado terras pertencentes ao estado do Rio Grande do Sul, também localizadas na Estrada do Conde, no Distrito Industrial de Guaíba".Contudo, a etnia acampada às margens da rodovia era Guarani e não Kaingang, ainda assim, o acampamento Guarani esta fora da área indicada no mandado, e consequentemente, fora da propriedade da FEPAGRO. Os PMs, junto com os funcionários da FEPAGRO, recolhem os artesanatos e destroem as estruturas das habitações Guarani, contrariando o artigo 231, da Constituição Federal, que institui que compete à Fundação Nacional do Índio (Funai) ou à Polícia Federal (PF) a autoridade na questão indígena. Após solicitar a presença dessas instituições, o cacique Santiago Franco não tem o seu direito respeitado sendo algemado e levado à viatura da Polícia. O representante do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Roberto Liebgott, considera a ação policial exagerada para retirar apenas quatro famílias. Também critica a decisão da Justiça, afirmando que os indígenas estavam na beira da estrada e não na área da FEPAGRO, e a Funai, que tem deixado as famílias desamparadas no estado. Já o administrador regional da Funai, João Alberto Ferrareze, relata que pediu para que a Brigada Militar esperasse a chegada de um servidor ao local a fim de negociar a retirada, mas os policiais não esperaram.

O Senado em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) aprova projeto de lei que institui que 50% das vagas das escolas técnicas e de universidades federais sejam destinadas a estudantes que fizeram todo o ensino médio em escola pública. Pela proposta, aprovada pela Comissão de Educação, essas vagas deverão ser divididas de

acordo com a proporção de negros e indígenas do estado em que a instituição estiver localizada. O texto informa que a distribuição das vagas destinadas aos alunos da rede pública será estabelecida de acordo com o mais recente censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Caso as cotas raciais não sejam preenchidas, as vagas dentro da proporção de 50% poderão ser ocupadas por outros alunos oriundos de escolas públicas. O projeto, que ainda tem de ser votado na Câmara, ainda estabelece uma cota de 5% para pessoas com deficiência, independentemente de elas terem estudado na rede pública ou articular. O texto original, de autoria da líder do Partido dos Trabalhadores (PT) no Senado, Ideli Salvatti, previa a reserva apenas para o ensino técnico e profissionalizante, mas o senador Marconi Perillo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB-GO) apresentou emenda e ampliou o benefício aos candidatos a vagas em universidades federais vindos do ensino médio público. O Senado aprova ainda dois projetos de lei da Câmara – propostos pelo Executivo – que criam 27.876 vagas de professores, sendo 12.300 para escolas técnicas e 15.576 para instituições federais de ensino superior. Prevêem ainda a criação de 21.789 cargos de técnico-administrativos, sendo 9.430 para escolas técnicas e o restante para universidades federais. No total, serão criados 49.665 cargos efetivos no âmbito do Ministério da Educação, fora 5.597 cargos comissionados e funções gratificadas.

Trabalhadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupam a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Recife – Pernambuco (região Nordeste). Os trabalhadores, provenientes de acampamentos e assentamentos do MST nas Zonas da Mata Norte e Sul de Pernambuco, protestam contra a lentidão do Incra em realizar vistorias e desapropriações de terra no estado e contra a falta de investimentos nos assentamentos da Reforma Agrária. Segundo o Movimento, além de não criar novos assentamentos, os assentamentos antigos estão abandonados pelo Incra, pois não há investimento em infra-estrutura e financiamento para recuperação das habitações.

Manifestantes, moradores de Brasília – Distrito Federal (região Centro-Oeste) protestam conta o Governador José Roberto Arruda do Partido Democrata (DEM) durante o lançamento de uma revista no espaço cultural Niemeyer. Os manifestantes pedem a preservação da região do parque ecológico noroeste (previsto no plano original da cidade) como uma região de vegetação, fauna e cultura nativas do cerrado e lutam pela permanência da reserva indígena do Bananal colocando fotos da área no corpo e erguendo cartazes onde se pode ler "nosso caminho não é o noroeste" dentre outras coisas.

4ª feira 02

Servidores de agências reguladoras realizam atos públicos em frente às sedes da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os trabalhadores estão em greve desde o dia 30 de julho. O protesto, é contra a falta de negociações do governo com a categoria, que reivindica reajuste salarial e novos planos de carreira. Segundo divulgado pela Agência Brasil, de acordo com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no dia 20 de junho, foi proposto aos trabalhadores

das agências reguladoras um acordo que tratava do reajuste salarial. O Sindicato dos Servidores de Agências Reguladoras (Sinagências) informou, entretanto, que a proposta foi rejeitada pela categoria em todos os estados. O Sinagências considera a proposta "discriminatória", porque aumentaria as diferenças entre funcionários dos níveis intermediário e superior. Atualmente um servidor intermediário recebe 49% do que ganha um trabalhador de nível superior. Com o acordo que o Ministério do Planejamento propôs, o intermediário passaria a ganhar apenas 29% do servidor de nível superior em 2008 e 35% em 2010. Segundo a Agência Brasil, os servidores das agências reguladoras estão realizando atos públicos também em São Paulo (região Sudeste), no Rio Grande do Sul (região Sul) e na Bahia (região Nordeste).

Trabalhadores da Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul (PROCERGS) paralisam suas atividades durante todo o dia no estado do Rio Grande do Sul (região Sul). A paralisação é por reajuste salarial e melhorias no ambiente de trabalho. Eles reclamam que entregaram a pauta de reivindicações à direção da estatal e ao governo em maio, mas até o momento não receberam retorno. Em 2007, os funcionários já não tiveram reajuste. Outro problema destacado na pauta é a alta terceirização da empresa, pela qual a direção não realiza mais concurso público e contrata prestadoras de serviço, desvalorizando o trabalhador de carreira.

Cerca de 24 usinas de cana-de-açúcar do estado de Pernambuco (região Nordeste) são multadas em R$ 120 milhões de reais por destruírem parte da Mata Atlântica no estado. Os donos dos engenhos ainda devem responder a ação civil pública para reparação dos danos ambientais e a representação criminal. A medida integra a Operação Engenho Verde, realizada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) no mês de junho e divulgada pela Agência Brasil. De acordo com a matéria, as usinas autuadas são responsáveis por um passivo ambiental de 85 mil hectares. O agravante é que nenhuma delas tinha licença ambiental. Pernambuco é o estado com o menor índice de áreas preservadas do bioma Mata Atlântica. Enquanto a média nacional é de 8%, o índice pernambucano é de 2,7%.

Durante audiência pública no Senado, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) – que discute o trabalho infantil nas plantações de fumo, na Região Sul do país –, a procuradora do Trabalho Margaret Matos avalia que os preços praticados pela indústria do fumo para comprar o tabaco dos produtores não cobrem os custos da mão-de-obra e obriga os agricultores a usar as famílias como força de trabalho. No entanto, o presidente do Sindicato da Indústria do Fumo (Sindifumo), Iro Schünke, alegou que os preços foram acertados entre as indústrias e a associação dos produtores. Segundo a Agência Brasil, Schünke afirmou que as empresas "fazem sua parte", tentando conscientizar os produtores para que não utilizem trabalho infantil, mas que as empresas não têm "poder de polícia". O representante das empresas declara: "Isso [combate ao trabalho infantil] deve envolver órgãos públicos para dizer o que pode e o que não pode". A procuradora do Trabalho também declarou que as empresas praticam um esquema de financiamento para os insumos que deixa os agricultores endividados e coagidos a continuar produzindo o tabaco. Segundo Margaret, o trabalho nas plantações de tabaco faz com que a nicotina intoxique as crianças. "O cognitivo dessas crianças é totalmente prejudicado. Elas não conseguem ter uma escolaridade condizente com a idade". Margaret disse que o Ministério Público do Trabalho (MPT) entrou com uma

série de ações civis públicas “buscando reparar os danos praticados pelas indústrias e impedir que as condições permaneçam as mesmas”.

Cinco funcionários de empresas de transporte coletivo são presos acusados de furar pneus de ônibus e impedir que os veículos deixassem os terminais durante paralisação de motoristas e cobradores, em Florianópolis - Santa Catarina (região Sul). A categoria reivindica uma diferença de 2,09% de reajuste, que havia sido acordada entre trabalhadores e empresários. Esse índice seria repassado pela prefeitura municipal às empresas de transporte, mas o projeto ainda não foi votado na Câmara de Vereadores. Vários ônibus têm seus pneus furados pelos manifestantes, que se reúnem no centro da cidade à espera de uma solução para o impasse. Os cinco grevistas presos, entre eles um diretor do sindicato da categoria, são liberados após prestar depoimento. Pelo menos 250 mil pessoas, segundo cálculos da PM, são afetadas pela greve.

Cerca de 180 trabalhadores dos Correios protestam contra a postura da empresa durante a visita do presidente Luis Inácio Lula da Silva a Curitiba – Paraná (região Sul). Eles entregam uma carta com as reivindicações da categoria durante o lançamento do Plano Agrícola e Agropecuário no campus da Universidade Positivo, no Campo Comprido. Lula falou com os trabalhadores e se comprometeu em fazer com que a empresa cumpra o acordo de implementar um adicional de periculosidade de 30% aos salários de carteiros e motoristas. À tarde, os trabalhadores protestam na Assembléia Legislativa. Eles pressionam os deputados a aprovarem um projeto de lei que torna obrigatória a instalação de portas giratórias, detectores de metal e seguranças armados em agências dos Correios que prestam serviços bancários. A ECT divulgou que vai descontar os dias parados dos funcionários que aderirem à greve. A empresa justifica que a decisão foi tomada “visando a zelar pelo interesse da sociedade, se vê obrigada a adotar todas as medidas necessárias para a manutenção dos serviços, descontando os dias parados nos salários dos empregados que aderirem ao movimento grevista”. Segundo a direção do movimento em Brasília, a adesão é de 70% da área operacional.

A Procuradoria Geral da República (PGR) emite novo parecer em que, mais uma vez, considera plenamente regular o procedimento do governo federal, que resultou na demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em área contínua, em Roraima (região Norte). O documento será encaminhado para o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Ayres Britto, relator de ações que contestam a demarcação. A previsão é de que em agosto, após o recesso judiciário, a questão seja decidida no plenário da Corte. A reserva foi homologada em 2005 por decreto presidencial e o reconhecimento da área de 1,7 milhão de hectares como posse indígena gerou mais de 30 ações contrárias. Cerca de 50 famílias de agricultores e um grupo de oito grandes produtores de arroz se recusam a deixar a área em que mantêm atividades econômicas. Neste último parecer, a PGR define como "improcedente" uma ação popular ajuizada por Alcides da Conceição Lima Filho, pedindo a impugnação do ato administrativo do governo federal. A PGR também recomenda ao STF que permita à Funai e às comunidades indígenas atuarem no processo como assistentes da União e, em sentido contrário, os produtores rurais e o estado de Roraima.

O Senado aprova novo piso salarial do magistério de R$ 950, o que beneficiará cerca de 800 mil professores da educação básica em início de carreira. De acordo com o MEC,

esse é o número de professores que recebem valores inferiores ao patamar mínimo fixado – o que corresponde a 40% da categoria. Segundo o projeto, o valor total do piso deve ser pago até 2010, de forma gradual.

5ª feira 03

Cerca de 200 funcionários da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE), fazem manifestação na porta da empresa, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os funcionários, que promovem uma paralisação de 24 horas, reivindicam reposição da inflação e aumento real de salário de 8,5%, além de reajustes no ticket-refeição e cesta básica. Os trabalhadores entregam ao presidente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), deputado Jorge Picciani (PMDB), uma nota dirigida ao governador Sérgio Cabral (PMDB) sobre as dificuldades na negociação após quatro meses de campanha salarial. O governo ainda não apresentou uma proposta oficial. O sindicato informa que somente os serviços essenciais nos plantões de emergência da CEDAE funcionarão durante a paralisação.

Servidores da Polícia Civil fazem um dia de paralisação no estado do Rio Grande do Sul (região Sul). O objetivo da paralisação é reivindicar aumento salarial e regulamentação da aposentadoria. O número de servidores nas delegacias é reduzido e só são registrados casos graves. No dia 02 de julho, o Sindicato dos Escrivães, Inspetores e Investigadores (Ugeirm) reuniu-se com o novo chefe da Casa Civil, José Alberto Wenzel, para pedir uma audiência com a governadora Yeda Crusius (PSDB). No entanto, segundo a categoria, o governo ainda não deu resposta.

A ECT considera esgotadas as tentativas de negociação e decide ingressar no Tribunal Superior do Trabalho (TST) com recurso, alegando que a greve deflagrada por carteiros, atendentes e operadores é abusiva e prejudicial à sociedade. O pedido de abuso de greve é a segunda iniciativa dos Correios para enfraquecer a greve, após a determinação de desconto dos dias parados dos funcionários que mantiverem a greve. A diretoria da empresa, além de considerar o movimento radical, alega que não há descumprimento do acordo realizado com carteiros, atendentes e operadores e que a legislação não prevê o pagamento de adicional de periculosidade a carteiros e demais empregados. O balanço da empresa indica que 40% do quadro de pessoal aderiram à paralisação em 22 estados. No entanto, a Fentect afirma que 80% da área operacional estão paradas e que só três Estados não teriam aderido à greve: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins. Os advogados da empresa solicitam ao TST que determine um contingente mínimo de 70% de empregados para que o trabalho não seja paralisado.

Os coordenadores dos vestibulares de importantes universidades públicas brasileiras enviam ao Congresso Nacional um manifesto em que defendem a reserva de vagas para estudantes negros e pobres, todavia se posicionam categoricamente contrários a uma fórmula única em todas as instituições. O documento é assinado pelos coordenadores dos vestibulares de 28 universidades públicas e para eles, cada instituição deve ser livre para seguir sua própria fórmula, adaptada à realidade local. Por isso, solicitam aos congressistas que não votem leis sobre cotas, já que a utilização de um mesmo critério

de seleção em todas as universidades de ensino superior “desmotivaria o rico debate sobre acesso e ação afirmativa”.

6ª feira 04

Estudantes e a equipe da página de internet Outra Política realizam ato público contra a criminalização do MST no Rio Grande do Sul. A atividade acontece na Sala do Estudante da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo – SP (região Sudeste). O ato critica o relatório do Ministério Público do estado gaúcho em que são determinadas diversas ações para desmobilizar a organização. Participam do ato o advogado Plínio de Arruda Sampaio, o cientista social Michael Löwy e o integrante da coordenação nacional do MST, Gilmar Mauro.

A organização Movimento do Ministério Público Democrático, ONG que reúne Promotores e Procuradores de todo o país manifesta, através de nota, repúdio à atitude adotada pelo órgão gaúcho contra o MST no estado do Rio Grande do Sul (região Sul). Na nota, os promotores e procuradores denunciam que a decisão do Conselho Superior do Ministério Público traça uma linha de atuação para ser tomada por todos os profissionais do estado em relação aos sem-terra. Os promotores também afirmam que a medida é inconstitucional e tem como base preceitos políticos. O documento ainda convoca todos os partidos políticos a se posicionarem criticamente aos promotores a fim de garantir a democracia. O Movimento do Ministério Público Democrático é integrado por 400 promotores e procuradores de todo o país. Em junho, o MST divulgou documento sigiloso em que o Conselho Superior do Ministério Público definiu uma série de ações para desmobilizar a organização.

Carteiros, em greve desde o dia 1º de julho, são proibidos de realizar manifestações e atos públicos em frente às agências dos Correios no estado do Ceará (região Nordeste). A determinação foi dada pela Justiça do estado, que acatou pedido de interdito proibitório da empresa. Os funcionários dos Correios exigem que os Correios cumpram com o acordo firmado ainda em novembro de 2007, de pagar um adicional de periculosidade de 30% sobre o salário-base dos carteiros e motoristas. Os trabalhadores também querem que a empresa apresente um plano de carreira. Neste mesmo dia, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) determinou que a Fentect, que organiza a greve dos Correios, terá que manter o mínimo de 50% de trabalhadores nas unidades da empresa a partir do dia 07 de julho, quando a paralisação completa uma semana. Segundo a Fentect, a adesão está em 70% entre os 53 mil carteiros e em 70% entre os 12 mil operadores. Já de acordo com os Correios, a adesão foi de 36% entre os carteiros.

O Ministério Público Federal (MPF) do estado do Pará (região Norte) divulga que mais de 60 fazendeiros são denunciados por trabalho escravo no estado em 2008. De acordo com a Agência Chasque de Notícias, um dos problemas destacados no combate à servidão é a reincidência de proprietários de terra nos casos de trabalho degradante. Em abril de 2007, o Grupo Móvel de fiscalização já havia resgatado 43 trabalhadores, que tinham que pagar pela alimentação e pelos equipamentos de trabalho. A situação deixava os trabalhadores em eterna dívida com o fazendeiro. Ainda foi constatado falta

de acesso a água potável, alimentação estragada e uma jornada de trabalho de 11 horas, sem carteira assinada e pagamento de hora-extra.

Professores da rede estadual, paralisados desde o dia 16 de junho, decidem suspender a greve em São Paulo – SP (região Sudeste). A decisão é tomada, em assembléia, depois de uma reunião de acordo no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 2ª Região entre o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) e a Secretaria de Educação. O governador de São Paulo, José Serra (PSDB), sancionou a lei que estabelece reajuste de até 12,2% no salário-base dos professores, diretores e supervisores da rede estadual de educação. Cerca de 350 mil pessoas (230 mil da ativa e 120 mil aposentados) passam a ser beneficiadas. O benefício será pago em agosto e é retroativo a julho. Neste mesmo dia, o juiz Maury Ângelo Bottesini, da 31ª Vara Cível, proibiu que os professores interrompessem o trânsito na Avenida Paulista, na região central de São Paulo para realizar um ato, como já tinham feito nas três sextas-feiras anteriores. No documento, o juiz criticou, além dos grevistas, as autoridades e o Ministério Público pela forma como lidaram com as recentes manifestações do professores em greve – organizadas pelo Apeoesp e pela Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), que paralisaram a avenida e prejudicaram o trânsito na cidade. Na liminar concedida a pedido do Ministério Público, o juiz estipula multa de R$ 500 mil caso a proibição fosse descumprida. A manifestação é então transferida para a Praça da República e a passeata é suspensa. A presidente da Apeoesp, Maria Izabel Noronha, classifica a liminar como uma tentativa de “amordaçar” a categoria.

Os servidores civis das Forças Armadas e Ministério da Defesa tiveram a promessa do Ministério do Planejamento de que até o dia 31 de agosto será estudada uma solução para suas reivindicações. Os servidores promoviam manifestações há 15 dias em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Segundo Santana, eles querem que parte dos 90 mil trabalhadores da categoria seja acomodada "num plano de cargos e salários específico na área do Ministério da Defesa, para quem não está incluído em nenhuma carreira, como é o caso do pessoal do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE)". De acordo com Santana, a categoria conta com o apoio do ministro Nelson Jobim. Segundo a Agência Brasil, dos 90 mil servidores civis das Forças Armadas, 65 mil estão no PGPE e 15 mil na carreira de tecnologia militar, que está pedindo melhoras salariais. O restante está distribuído em áreas como a de ciência e tecnologia, magistério e no Hospital das Forças Armadas. Dos 90 mil servidores, 50 mil trabalham no Rio de Janeiro (região Sudeste) e 10 mil em Brasília (região Centro-oeste). Santana ponderou que a criação de um plano de cargos para a categoria não implica em alteração de legislação, pois basta manter a denominação funcional e a atribuição do servidor e colocá-los num plano de carreira específico.

Sábado 05

O Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho divulga que, desde que começou a atuar em 1995, já resgatou mais de 28 mil pessoas submetidas a trabalho escravo e degradante. Segundo dados do Ministério, apenas nos primeiros seis meses deste ano, foram resgatados 2.112 trabalhadores, em 48 operações realizadas. Nesses 13

anos, o Grupo de Fiscalização Móvel autuou os empresários em R$ 41,6 milhões. De acordo com o Ministério do Trabalho, 2007 foi o ano em que mais se resgatou trabalhadores, no total de 5.999, em 116 operações. O grupo já fiscalizou 1.970 fazendas e registrou 28,2 mil trabalhadores sem as carteiras de trabalho assinadas. A fiscalização do trabalho tem o objetivo de regularizar os vínculos empregatícios dos trabalhadores encontrados e libertá-los da condição análoga à escravidão. Ao serem resgatados pelo Grupo Móvel, os trabalhadores recebem as verbas trabalhistas devidas, o seguro-desemprego, alimentação, hospedagem e transporte aos locais de origem. Os fazendeiros que são flagrados submetendo trabalhadores a condições degradantes passam a ter sua propriedade incluída na "lista suja" do Ministério do Trabalho. A empresa incluída na lista fica proibida de obter empréstimos em bancos oficiais e também entra para a lista de empresas pertencentes à cadeia produtiva do trabalho escravo no Brasil, que serve de alerta às indústrias, varejo e exportadores para a aplicação de restrição aos produtos de mão-de-obra escrava. Apenas na última semana, o Grupo Móvel de Fiscalização libertou cerca de 270 trabalhadores que estavam em condições degradantes ou análogas à escravidão nos estados de Goiás (região Centro-oeste), do Amazonas e do Pará (região Norte).

Domingo 06

Realizada a 4ª Parada do Orgulho Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) na orla de Icaraí, em Niterói – RJ (região Sudeste). Cerca de 30 mil pessoas participam da manifestação. Com o lema “Homofobia Mata!”, o objetivo principal do ato é a defesa da criminalização da homofobia.

Militantes de defesa dos direitos dos gays pedem providências do Poder Público em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) por conta de cartazes com mensagens homofóbicas espalhados pelas ruas de Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco (região Nordeste). Segundo a Agência Brasil, os cartazes foram afixados pela cidade no dia seguinte ao da comemoração do Dia Internacional do Orgulho Gay, 28 de junho, e simulam equações matemáticas em que a soma de um homem e uma mulher é igual a uma família e a soma de dois homens ou de duas mulheres resulta em interrogação. Em seguida se lê “Orgulho gay? Não, obrigado”. Os grupos que assinam o cartaz são: a Frente Nacionalista de Pernambuco e os Carecas do Brasil. Movimento Gay Leão do Norte pediu à polícia e à Secretaria de Defesa Social de Pernambuco que investiguem o caso e a possível relação entre os grupos responsáveis pelos cartazes e os 12 assassinatos de homossexuais contabilizados em 2008.

Termina o 1º Congresso da CONLUTAS, em Betim no estado de Minas Gerais (região Sudeste). Com o lema: ‘Se muito vale o já feito, mais vale o que será’ o Congresso reuniu 3.500 pessoas, com 2.805 delegados representando 500 entidades e 175 sindicatos. Foram quatro dias debates, a partir dos quais foram aprovados o plano de luta da Conlutas e questões organizativas da Coordenação caracterizada, por

deliberação, como uma entidade de caráter sindical e popular, reunindo, portanto, não apenas sindicatos e oposições sindicais, como movimentos sociais e estudantis. As deliberações a definem como uma organização combativa, de classe e claramente defensora do socialismo para um projeto de sociedade. No que se refere às eleições, a plenária aprovou, entre outros pontos, a indicação de que os trabalhadores, ao votar, façam uma opção de classe e votem nos candidatos dos partidos da classe trabalhadora que sejam oposição socialista ao governo. Contudo, a resolução considera a ação direta dos trabalhadores prioritária em relação à ação institucional e às eleições burguesas. Também foram aprovadas resoluções referentes ao movimento agrário, feminino, homossexual e negro. Este último lançou ainda o Novo Movimento Negro classista e socialista. Em relação às opressões foi definida a defesa de cota para negros nas universidades e de cota de mulheres nas direções sindicais. Outro ponto importante foi o chamado para a Intersindical e outros movimentos combativos, para formar um pólo de lutas no país. Enquanto não surge uma nova central, a Conlutas tem como política a unidade nas lutas cotidianas. Entre as bandeiras de luta internacionais, foi aprovada a exigência de saída das tropas brasileiras do Haiti e das tropas imperialistas do Iraque e do Afeganistão, a saída de Israel da Palestina. Além disso, os direitos e a legalização dos imigrantes em todo o mundo. Os grupos de trabalho fizeram adendos que foram aprovados em conjunto com a resolução, como a reivindicação de internacionalismo proletário e independência política em relação a todos os governos capitalistas. O Congresso ainda aprovou a defesa do não pagamento das dívidas, externa e interna, com uma campanha nacional contra o pagamento da dívida.

2ª feira 07

Cerca de 200 motoristas de kombis e vans do transporte alternativo, de acordo com informações do Jornal do Brasil, 500, segundo jornal O Globo, promovem manifestação na pista central da Avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os manifestantes partem a pé, de Manguinhos, na pista lateral da Avenida Brasil, passam em frente ao prédio da prefeitura do Rio, na Cidade Nova e marcham em direção à Candelária e se juntam a outro grupo de topiqueiros para dar prosseguimento à manifestação. O objetivo dos atos é protestar contra o processo de licitação para ordenar o transporte alternativo do estado, a diminuição do número de licenças de veículos no município e as fiscalizações do Departamento de Transportes Rodoviários (Detro). A Companhia de Engenharia de Tráfego (CET-Rio) e a Coordenadoria de Vias Especiais (CVE) monitoram o trajeto dos manifestantes que estão sendo acompanhados pela PM. De acordo com Júnior Lopes, vice-presidente do Sindicato das Cooperativas de Transporte Público Coletivo de Passageiros do Município do Rio, a prefeitura, desde 2001, diminuiu o número de vagas para circulação de vans e kombis, que caíram de 9.033 para 2.800. Segundo sindicalistas, alguns colegas estão sendo agredidos por fiscais do Detro. Eles desejam agendar uma audiência com a Secretaria Municipal de Transportes, o Detro e o Grupamento Tático de Motociclista da PM.

Duas fazendas são desapropriadas por interesse social para a reforma agrária, em São Gabriel – Rio Grande do Sul (região Sul). As fazendas São Paulo Um e Dois somam 660 e um hectare, respectivamente, onde devem ser assentadas cerca de 38 famílias

acampadas. O MST considera a desapropriação uma vitória política, já que na região predominam os latifúndios e as áreas também têm sido visadas pelas empresas de celulose. No entanto, reclama que a desapropriação de áreas pelo Incra está muito lenta e não descarta mobilizações para pressionar a criação de assentamentos. Um Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o Incra e o Ministério Público determinava o assentamento de mil famílias até abril. No entanto, as fazendas São Paulo Um e Dois foram as primeiras a serem desapropriadas e ainda fora do prazo estipulado pelo acordo.

O juiz Marcello Ferreira de Souza Granado, da 7ª Vara Criminal Federal revoga a prisão preventiva de três dos 11 militares do Exército envolvidos no assassinato de três jovens do Morro da Providência, entregues a traficantes do Morro da Mineira no dia 14 de junho. O magistrado solta os prisioneiros porque entende que, após os seus depoimentos, já não são tão fortes os indícios de participação consciente deles na entrega das vítimas aos traficantes.

Funcionários dos Correios em 22 Estados e no Distrito Federal decidem manter a greve. Eles rejeitam proposta do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ministro Rider Nogueira Brito, que se dispôs a intermediar as negociações com a estatal em audiência de conciliação, desde que a paralisação fosse suspensa. Em assembléia a maioria da categoria decide prosseguir com o movimento. Assim, haverá julgamento de dissídio coletivo, onde um relator será sorteado na próxima audiência, dia 15 de julho. A decisão do TST de que ao menos 50% dos trabalhadores permaneçam em atividade é mantida. No balanço dos trabalhadores, seguindo a ordem judicial, metade dos funcionários está parada. Segundo os Correios, são 35% do quadro de pessoal, sendo que estes terão os dias parados descontados. A ECT declara que não há paralisação em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Amapá, Espírito Santo e Roraima. A empresa, em nota, afirma que os canais de negociação se esgotaram.

A biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, 63, que dá nome à lei federal de 2006 que endureceu as penas para quem pratica violência doméstica, recebe uma indenização de R$ 60 mil do governo do Ceará (região Nordeste), após sete anos de espera. Em 2001, Maria da Penha obteve vitória na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que determinou que o Estado pagasse indenização pela demora de 19 anos na punição judicial do seu ex-marido, o colombiano Marco Antonio Herredia Viveiros, que a agredia e a deixou paraplégica. Referindo-se ao Poder Judiciário, o governador em exercício, Francisco Pinheiro (PT), pede desculpas pela "incapacidade do estado de proteger o ser humano em sua grandeza". Ele anuncia a criação de delegacias da mulher nos municípios com mais de 60 mil habitantes.

3ª feira 08

Servidores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) entram em greve. Eles rejeitam os 5,04% de reajuste salarial propostos pela empresa e buscam negociar um índice maior. Para o Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (SINPAF), o percentual oferecido é suficiente apenas

para repor as perdas causadas pela inflação registrada entre maio de 2007 e abril de 2008 pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O Sinpaf está orientando a categoria a só retornar às atividades após o governo autorizar um reajuste salarial próximo aos 12% exigidos pelos empregados.

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal (Sindsep-DF) realiza, junto com os funcionários da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), uma passeata na Esplanada dos Ministérios e um ato em frente ao Palácio do Planalto em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O ato é em defesa da aprovação, pela Câmara dos Deputados, da Medida Provisória (MP) 431 que trata da regulamentação dos ajustes salariais que os servidores já tiveram com as emendas 39 e 42. Essas normas incluem os trabalhadores da Funasa, na Gratificação Especial de Atividade de Combate e Controle de Endemias (Gacen). De acordo com Carlos Henrique Bessa Ferreira diretor do Sindsep-DF, pelo menos 5 mil trabalhadores da Funasa, que combatem endemias no Brasil, não recebem a Gacen. Segundo Bessa, foi entregue ao presidente Lula um abaixo-assinado com quase 12 mil assinaturas, em que a população se coloca de forma favorável à extensão da gratificação para todos os servidores que trabalham no combate às endemias.

Cerca de 1.200 trabalhadores da Alstom Transportes paralisam as atividades durante o período da manhã em São Paulo (região Sudeste). Os trabalhadores reivindicam equiparação salarial, cesta básica ou cartão-alimentação. Eles também querem que a empresa apresente os resultados da avaliação de metas de qualidade para discutir o pagamento da Participação nos Lucros ou Resultados (PLR).

Cerca de 200 taxistas participam de carreata em protesto contra a ação policial que resultou na morte de João Roberto de 3 anos, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A manifestação começa no Grajaú – bairro onde fica o ponto da cooperativa em que o pai do menino trabalha – e termina no Cemitério do Caju. João Roberto foi morto no dia 6 de julho por policiais militares na Tijuca.

Um policial e 11 sem-terra ficam feridos após confronto entre cerca de 100 pessoas ligadas ao MST e a tropa de choque da PM, em Parauapebas – PA (região Norte). De acordo com a Polícia Civil, os sem-terra faziam um protesto em frente à delegacia exigindo a libertação da Djalmir Ferreira da Silva, um dos líderes do movimento quando soldados da tropa de choque chegam para dissipar o ato. De acordo com o delegado André Luís Albuquerque, Silva foi preso, no dia 21 de junho, durante uma ação de reintegração de posse. Ele ainda diz que os trabalhadores ameaçaram entrar para resgatar o líder, mas não houve tentativa de invasão da delegacia. Conforme Maria Raimunda César, da coordenação do MST, a manifestação se trata de uma "vigília pacífica", afirmando que o objetivo não é libertar Silva, mas apenas vê-lo e verificar se está ferido.

Produtores de feijão de Pilar do Sul – São Paulo (região Sudeste) assinam Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) se comprometendo a não empregar menores, a registrar em carteira trabalhadores que atuavam sem registro e a fornecer equipamentos de proteção individual, após fiscalização do Ministério Público do Trabalho (MPT). Os produtores ainda são atuados pelos fiscais em multas que estão sendo contabilizadas,

mas podem variar de R$ 30 mil a R$ 300 mil. Em blitz do MPT, realizada por auditores fiscais do trabalho e policiais ambientais no final de junho, 19 menores de 18 anos são encontrados trabalhando nas lavouras de feijão da região de Sorocaba. O procurador do Trabalho, João Batista Martins, diz que os produtores irão pagar indenização simbólica de R$ 10 mil, que será usada na doação de kits de informática para a gerência regional do Ministério do Trabalho em Sorocaba. Na área de Mogi Mirim, o procurador Dimas Moreira da Silva e ficais do Trabalho também encontram menores trabalhando e funcionários sem registro em uma agroindústria embaladora de limão e em fazendas da região.

Cerca de 52 famílias sem-terra do MST são despejadas de um acampamento localizado nas imediações da fazenda Marilândia, no município de Manga, em Minas Gerais (região Sudeste). Segundo site do MST, as famílias estavam acampadas à margem de uma estrada estadual próxima à fazenda há quatro anos. Elas foram desalojadas do local pela PM sem mandato de reintegração de posse. Segundo o MST, a área da fazenda é improdutiva e está em disputa há 10 anos. Os trabalhadores responsabilizam a superintendência do Incra, que ainda não iniciou o processo de verificação da área.

Um grupo de manifestantes lava a entrada do Ministério das Cidades em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A ação é um protesto contra as denúncias de desvio de verbas em obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), apontadas pela Operação João de Barro, da PF. Segundo o coordenador do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), Miguel Lobato, os manifestantes, que também são integrantes do Conselho Nacional das Cidades (ConCidades), vão acompanhar as investigações e exigir punição dos culpados. Eles pedem também o afastamento da Secretária Nacional de Programas Urbanos, Teresa Jucá, devido aos processos de improbidade administrativa que ela responde. O ministro das Cidades, Márcio Fortes, afirma que já exonerou os funcionários apontados pelas investigações da PF. Ele explicou ainda que em breve será disponibilizado um sistema que permitirá que os conselheiros do ConCidades tenham acesso aos dados das obras de saneamento e habitação, de modo a facilitar a fiscalização. A respeito da Secretária Nacional de Programas Urbanos, Fortes alegou que processos sem condenação não impedem a indicação de Teresa Jucá para o cargo.

4ª feira 09

Funcionários da Varig realizam protesto no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Cerca de 300 manifestantes reivindicam solução para o passivo trabalhista da antiga Varig. O presidente do Sindicato dos Aeroviários no estado de São Paulo (Saesp), Reginaldo Alves de Souza, informa que a empresa demitiu 750 aeroviários e 650 deles ainda não receberam as indenizações a que têm direito. Para tentar forçar a empresa a pagar as indenizações, representantes do sindicato devem pedir na Justiça a retirada dos valores necessários para a quitação desses valores devidos. “Se não conseguirmos, faremos uma paralisação pela falta de responsabilidade da VarigLog”, disse o sindicalista. Segundo ele, também é desconfortável a situação dos aeroviários (funcionários do setor aéreo que trabalham em terra) que trabalham na empresa, que estão atravessando um momento em que são submetidos a pressões psicológicas e má-

remuneração. “Há pressão para que as aeronaves sejam liberadas rapidamente pelos responsáveis pelas operações de manutenção, tanto para diminuir o tempo dos aviões parados, por conta da busca pelo lucro, quanto para evitar que a companhia pague as taxas para a Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (Infraero)”, disse o presidente do sindicato. De acordo com Souza, o piso salarial de um mecânico de aeronaves é o de R$ 83,85, considerado defasado pelos profissionais que, para exercer a função, precisam ser qualificados por cursos homologados pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Já o de auxiliar de mecânico gira em torno de R$666,20 e o de um agente de proteção de bagagem é de R$701,40. “Ou seja, um salário muito baixo para as funções e a pressão psicológica que os funcionários sofrem”, afirmou o presidente do Saesp.

Mudanças que modernizam o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) são aprovadas no Senado. Elas incluem no estatuto crimes pela internet que não eram abordados pelo texto original. O simples armazenamento de fotos de pornografia infantil agora se torna crime, com pena de um a quatro anos de prisão. O texto será submetido à Câmara dos Deputados. Também passa a ser crime o assédio online a crianças e adolescentes, onde recados obscenos no orkut poderão render um a três anos de prisão. Sites que assegurarem espaço para armazenamento de conteúdo ligado a pedofilia também podem sofrer punição, de três a seis anos de prisão. O coordenador de programas do Instituto WCF, Itamar Gonçalves, afirma que esta “era uma lacuna do ECA que não tinha acompanhado a evolução tecnológica”. A coordenadora do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Neide Castanha, declara que o Brasil era um “paraíso cibernético”, produzindo para dentro e para o exterior, e que “esta lei é um grande avanço”.

Movimentos sociais, entidades e parlamentares se reúnem em Brasília - Distrito Federal (região Centro-oeste) em audiência pública realizada na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados. A audiência foi uma iniciativa do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) e da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados (CLP). Segundo site do MST, participaram da mesa da audiência: ministro Paulo Vannuchi (Secretário Nacional dos Direitos Humanos); Antônio Aras (presidente da Comissão Nacional dos Direitos Difusos e Coletivos da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB); Gilberto de Souza (representante da Comissão Episcopal Pastoral para Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB); Sílvio dos Santos (integrante do MST do Rio Grande do Sul) e integrantes da Coordenação Nacional de Quilombos (Conaq) e do Movimento Indigenista Missionário (Cimi). Sílvio Santos relatou a crescente onda de ações de repressão e criminalização dos movimentos sociais no Rio Grande do Sul. “No nosso entender, o relatório é uma carta branca para que as forças repressoras do estado continuem agindo com abuso de autoridade, para que continuem torturando as pessoas que integram movimentos sociais, impedindo nosso direito de nos organizarmos, de lutarmos por uma questão básica, que é o acesso à terra”. Para o ministro Paulo Vannuchi, casos de criminalização como os que vêm ocorrendo no Rio Grande do Sul, não podem ser tolerados. “Os movimentos sociais são pilares da democracia. Por isso, estamos de prontidão, aguardando as tarefas que nos forem designadas”. O ministro ainda comentou que é infeliz um país em que a sociedade civil e o Estado pensem igual. “Não acreditemos nessas votações unânimes, essa tensão é o alimento da democracia, os

poderes públicos têm de ser pressionados e cobrados a partir de uma parcela engajada com a defesa dos direitos humanos, que aciona todo esse espaço institucional para fazer um enfrentamento contra desvios democráticos que estão ocorrendo por autoridades de outros poderes públicos", disse. O representante da CNBB, Gilberto Souza, destacou a importância da Constituição de 1988 e do Ministério Público como instrumentos de garantia da democracia participativa. "Eu acredito que o Ministério Público seja o defensor dos pobres. Quando eu li essa peça, pensei que estivesse na República Velha. Ela causa-me indignação, perplexidade. Aí eu pergunto: isso é criminalização dos movimentos sociais ou desconstrução da democracia?". Para o representante da OAB, Antônio Augusto Brandão de Aras: "Criminalizar movimento social significa contribuir para matar o mais importante elemento subjetivo da democracia, que é de onde emerge a soberania popular. Nós entendemos que a OAB, uma instituição histórica em defesa da cidadania e da nossa democracia, tem o dever institucional de zelar pelo regime democrático, pela ordem jurídica e pelos direitos humanos. O MST é alvo de uma ação de provavelmente uns poucos que, infelizmente, estão na cúpula do órgão ministerial gaúcho e que representem uma reação a este movimento social que trouxe uma maior politização às comunidades operárias e de trabalhadores".

Funcionários grevistas da Embrapa distribuem três toneladas de bergamota cultivadas na unidade de pesquisa, em Pelotas – Rio Grande do Sul (região Sul). O protesto tem por objetivo chamar atenção para a paralisação dos servidores, que ocorre desde o dia 08 de julho em todo o país. Eles reivindicam um reajuste salarial de 12%, mas a direção da estatal oferece 5,04%. Os trabalhadores reclamam que o índice apenas recupera as perdas com a inflação, sem garantir aumento real à categoria. Os funcionários também criticam o projeto de lei do senador Delcídio Amaral (PT) do Mato Grosso do Sul, que pretende abrir o capital da Embrapa para a iniciativa privada. No Paraná (região Sul), a paralisação atinge 90% da categoria nas duas unidades: a Embrapa Florestas, em Colombo, e a Embrapa Soja, em Londrina. Trabalham nas duas unidades cerca de 300 servidores. Segundo a presidente da Seção Sindical Florestas da empresa, Vera Lúcia Eifler, a paralisação prossegue até o dia 11 de julho, quando será realizada uma assembléia, em Colombo, para avaliar as negociações.

Funcionários grevistas da ECT realizam o enterro simbólico do presidente da empresa, Carlos Henrique Custódio, e do diretor estadual, Itamar Ribeiro, em Curitiba – Paraná (região Sul). A manifestação conta com velório, incluindo caixões, velas e flores. Durante o enterro simbólico os trabalhadores exigem a renúncia dos dois diretores devido à intransigência em negociar a pauta de reivindicações. Além de não cumprir o acordo firmado em novembro de 2007, os Correios se nega a negociar com os trabalhadores e leva o caso para o Tribunal Superior do Trabalho (TST) para uma conciliação judicial. Pelo menos metade dos carteiros está em greve no Paraná.

Professores das escolas municipais de São Gonçalo – Rio de Janeiro (região Sudeste) decidem dar um fim à greve que durava dois meses. A categoria negocia com a Prefeitura do Município de que maneira as aulas perdidas serão repostas. Os professores pedem que a prefeitura pague os dias descontados por causa da greve. A Secretaria Municipal de Educação garante que as aulas serão repostas e que os alunos não serão prejudicados pela greve.

O Sindsep-DF realiza junto com os funcionários da Funasa uma manifestação em frente ao Ministério do Planejamento em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O ato é em defesa da aprovação, pela Câmara dos Deputados, da Medida Provisória (MP) 431 que trata da regulamentação dos ajustes salariais que os servidores já tiveram com as emendas 39 e 42. Essas normas incluem os trabalhadores da Funasa, na Gratificação Especial de Atividade de Combate e Controle de Endemias (Gacen). De acordo com Carlos Henrique Bessa Ferreira, diretor do Sindsep-DF, pelo menos 5 mil trabalhadores da Funasa, que combatem endemias no Brasil, não recebem a Gacen. De acordo com ele, os servidores reivindicam a aprovação da MP 341, com as emendas, há cinco meses e desde o dia 30 de junho os servidores da Funasa do Distrito Federal estão em greve. O sindicalista lembrou que no dia 8 de julho os servidores realizaram uma passeata na Esplanada dos Ministérios e fizeram um ato em frente ao Palácio do Planalto. "Entregamos um abaixo-assinado para o presidente Lula com quase 12 mil assinaturas, em que a população se coloca de forma favorável à extensão da gratificação para todos esses companheiros que trabalham no combate às endemias". Neste dia, o Sindsep-DF entrega o mesmo documento para o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia (PT).

5ª feira 10

Aproximadamente 300 pessoas participam de manifestação em solidariedade à família do menino João Roberto Amaral, no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O ato organizado por taxistas ocorreu em frente ao Tribunal Regional Federal e reuniu servidores do órgão, pedestres e familiares de vítimas da violência na cidade. O grupo de mais de 20 taxistas saiu em carreata do Grajaú em direção ao centro. O garoto, de 3 anos, foi morto por policiais militares que metralharam o carro de sua mãe, Alessandra Soares, no dia 6 de julho, na Tijuca, zona note do estado. Os pais de João Roberto não participaram da manifestação.

Cerca de 35 mil funcionários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) paralisam suas atividades por 24 horas. O atendimento das perícias médicas é normal, porém só quem tinha agendado o horário pela central 135 pôde entrar em algumas agências. Na zona norte da capital paulista, as agências do Tucuruvi e Voluntários da Pátria ficam fechadas já que os servidores participam da greve e, nesses postos, não são realizadas perícias. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência (Sinsprev), a paralisação atinge 60 agências no estado, consideradas de maior movimento, e compromete 65% do atendimento. A paralisação tem caráter de advertência, mas se não houver negociação, existe um indicativo de greve, por tempo indeterminado, a partir do dia 5 de agosto. A categoria reivindica melhores condições de trabalho, contratação de novos funcionários, reajuste salarial, a reabertura de postos fechados e a abertura de novas agências. A questão salarial também está sendo discutida na pauta de reivindicações. Os servidores querem a equiparação dos salários entre ativos e aposentados, a readequação da carreira previdenciária e que o governo desvincule o salário da produção do trabalhador.

Trabalhadores não aceitam proposta feita pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Rider Nogueira de Brito, para encerrar a greve dos funcionários dos Correios. De acordo com Manoel Feitoza, representante da Fentect, a orientação é para que os 33 sindicatos não aceitem os termos oferecidos.

Ex-funcionários da VarigLog protestam na Rua Gomes de Carvalho, na zona sul de São Paulo – SP (região Sudeste). Eles reivindicam o pagamento de verbas rescisórias. A Companhia aérea diz que liberação de dinheiro depositado na Suíça depende da autorização da 17ª Vara Civil da Comarca de São Paulo.

Trabalhadores do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) realizam paralisação de 24 horas em todo o país. Servidores ficam mobilizados em frente à regional do Serpro, no centro de Porto Alegre - Rio Grande do Sul (região Sul). Além do estado gaúcho, também paralisam Rio de Janeiro, São Paulo (região Sudeste), Bahia, Pernambuco, Ceará (região Nordeste) e Brasília (região Centro-oeste). Os funcionários reivindicam um aumento de 21%, que representam as perdas desde 2002 e 10% de produtividade. No entanto, a estatal oferece somente 5,04%. Os trabalhadores também reclamam que a Serpro já descumpriu todos os prazos em relação ao Plano de Cargos e Salários.

A Justiça Federal informa que já denunciou 64 fazendeiros e aliciadores pelo crime de trabalho escravo somente em 2008, no estado do Pará (região Norte). O último caso é do fazendeiro Antonio Pereira Vieira, de Paragominas, no Nordeste do Pará. Ele é acusado de manter 43 trabalhadores em condições subumanas e degradantes na fazenda Atalaia Dois. Em 2007, o Ministério Público Federal do Pará ajuizou 77 denúncias, com um total de 153 réus. A campeã de denúncias contra fazendeiros é a Procuradoria da República de Marabá, que atende 36 cidades do Sul e Sudeste do Pará. Em segundo lugar, está o órgão localizado no município de Altamira - Pará, que atende 10 municípios do estado.

Metalúrgicos ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) realizam diversos atos em frente às sedes das principais entidades patronais para marcar o início da campanha salarial da categoria. Ao todo, 215 mil trabalhadores estão no período de data-base em São Paulo – SP (região Sudeste). Os metalúrgicos querem reajuste salarial pelo índice total da inflação, aumento real nos salários, criação de um piso nacional e redução da jornada para 40 horas semanais sem diminuir o salário. O primeiro ato para entrega da pauta de reivindicações é realizado na Avenida Paulista, em frente à sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). As reivindicações também são entregues aos representantes do Sindicato Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Sinfavea), o Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças) e demais entidades do setor metalúrgico.

6ª feira 11

Divulgado abaixo-assinado onde 130 juízes federais da 3ª Região (Mato Grosso do Sul e São Paulo), em São Paulo (região Sudeste), se dizem “indignados” com a atitude do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes. Ele pede ao

Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho da Justiça Federal e à Corregedoria Geral da Justiça Federal da 3ª Região que investiguem a decisão do juiz federal Fausto de Sanctis que autoriza a prisão preventiva do banqueiro Daniel Dantas. O dono do Banco Opportunity é investigado na Operação Satiagraha, da PF, por suposto envolvimento em crimes financeiros. Gilmar Mendes fez o encaminhamento aos órgãos após tomar conhecimento de nota publicada no jornal Folha de S.Paulo, segundo a qual o gabinete da presidência do STF teria sido monitorado por agentes da Polícia Federal a pedido do juiz Fausto de Sanctis.

Moradores da Favela do Jacarezinho, no Rio de Janeiro (região Sudeste), associações de moradores, membros de igrejas, integrantes da Rede contra a Violência e Dona Julieta, mãe de Leandro Silva Davi – cuja morte durante operação policial no Jacarezinho completou 1 ano no dia 10 de julho –, fazem protesto, pedindo justiça e apuração do episódio envolvendo policiais do 3º Batalhão da PM na morte de mais um jovem. Charles Félix de Medeiros foi assassinado na noite do dia 09 de julho. O padrasto de Charles e amigos do jovem, inclusive testemunhas, foram ao hospital, e ao se certificarem de sua morte, dirigiram-se à 23ª Delegacia de Polícia para registrar queixa e acusar os policiais de assassinato. O delegado tomou depoimento de alguns dos policiais envolvidos (que registraram o caso como um auto de resistência) e solicitou a prisão de dois deles, autuados em flagrante. A manifestação, no local do crime, fecha por quase meia hora, a Rua Viúva Cláudio. Uma faixa usada pelos manifestantes diz: “11 de Julho... 1 ano sem Leandro... 1 dia sem Charles”. O local onde aconteceu o assassinato de Charles é praticamente o mesmo onde Bruno Ribeiro de Macedo foi executado por PMs no dia 3 de novembro de 2006, quando buscava um táxi para socorrer o pai que sofria um ataque cardíaco e que acabou morrendo no mesmo dia por demora de socorro.

Anônimos colam cartazes em paredes de prédios próximos à Alerj, no Centro da cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O objetivo da manifestação é criticar a segurança pública no Estado. No cartaz, também há reclamações sobre a falta de estrutura da PM. Os manifestantes aproveitam a frase do governador Sérgio Cabral (PMDB), que classificou os PMs acusados no caso do menino João Roberto Amorim Soares, que morreu após ser atingido por um tiro na cabeça durante uma perseguição entre PMs e supostos assaltantes, como “animais” e “débeis mentais”, e as declarações do pai do menino para protestar e escrevem nos cartazes: “O que esperar de animais que estão armados? Que polícia é essa?”. A assessoria da PM diz que a corporação não vai comentar o caso.

Cerca de 500 camponeses da Via Campesina e do Comitê em Defesa dos Pequenos Agricultores realizam protesto em frente à unidade de industrialização da transnacional de agroquímicos Bunge e Cargill, em Ponta Grossa – Paraná (região Sul). Os trabalhadores reivindicam a reestatização da empresa Ultrafértil/Fosfértil, privatizada há 15 anos, que está sob o controle da Bunge; a quebra do controle das transnacionais sobre os alimentos e fertilizantes e uma política eficaz de financiamentos para os camponeses e a agricultura familiar. Durante a tarde os agricultores participaram de uma Audiência Pública, na Câmara de Vereadores de Ponta Grossa, onde foram debatidos os 15 anos de privatização da Ultrafértil/Fosfértil e realizado um balanço sobre a privatização das empresas de adubos. Os trabalhadores rurais também protestam contra o avanço do agronegócio e a crise dos alimentos e defendem a construção de

outro modelo agrícola, baseado na agricultura camponesa, na Reforma Agrária e distribuição de renda. Com um sistema de produção agroecológico que assegure a produção de alimentos e a soberania alimentar.

Professores, sindicalistas e representantes de movimentos sociais debatem a crescente criminalização das organizações sociais, no Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Cpers), em Porto Alegre - Rio Grande do Sul (região Sul). O sindicato dos professores afirma que há uma clara tentativa de intimidação das manifestações de rua pela Brigada Militar. Somente neste ano, o carro de som do sindicato foi apreendido três vezes pela polícia no final das mobilizações. Os professores também denunciam que a Secretaria Estadual de Educação (SEC) está interferindo na organização sindical dos trabalhadores. Uma recente Ordem de Serviço expedida pela SEC exige prévia autorização do estado nos casos em que o afastamento do professor tem como objetivo a participação em atividades sindicais. Para o Cpers, a medida visa coibir a participação dos professores em protestos.

Sindicatos e organizações civis do estado do Mato Grosso (região Centro-oeste) realizam uma caminhada para denunciar a criminalização do MST e em favor da reforma agrária. Os manifestantes saem da sede estadual do Incra e seguem até a Praça da República, no Centro da Capital. Em junho, o Conselho Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul instaurou uma série de medidas para desmobilizar acampamentos dos sem-terra. Entre as medidas, estão a intervenção em escolas e em assentamentos e proibição de qualquer marcha ou ocupação. Oito representantes do MST gaúcho ainda estão sendo acusados por crime hediondo pela Lei de Segurança Nacional, legislação que até então havia sido utilizada somente pelos militares durante a Ditadura.

Sábado 12

Cerca de 300 pessoas comparecem à missa de 7º dia do menino João Roberto Amorim na Catedral de São Sebastião, no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O menino morreu depois de ter sido baleado por PMs no dia 6 de julho, na Tijuca. Antes da missa, cerca de 20 taxistas da cooperativa onde trabalha o pai de João Roberto realizam um protesto contra a violência, em forma de carreata. Entre os presentes à missa, estava o casal Daniela Duque e Sergio Coelho, mãe e padrasto de Daniel Duque, de 18 anos, morto por um PM que fazia a segurança de outro rapaz, no dia 28 de junho, na saída de uma boate em Ipanema, zona sul do Rio. No dia 14 de julho, o Instituto Médico-Legal (IML) deverá encaminhar à 19ª Delegacia Policial, o laudo da necropsia. A perícia já constatou que não houve troca de tiros com bandidos, confirmando o que demonstraram as imagens da câmara de segurança de um edifício da rua, de que apenas os policiais dispararam contra o carro.

Os 140 trabalhadores da Refinaria Henrique Lage (REVAP), em São José dos Campos – São Paulo (região Sudeste) são demitidos por "justa-causa" e realizam manifestação. Cerca de 12 mil trabalhadores, após 31 dias de greve, garantiram 10% de reajuste, 90

dias de estabilidade, reembolso de passagens para visitar os familiares a cada 120 dias, entre outras demandas. Entretanto, estes 140 trabalhadores, incluindo toda a Comissão de negociação, são demitidos em represália aos atos de greve anteriores. Os trabalhadores fazem manifestação em repúdio à decisão da empresa, exigindo a reintegração dos funcionários. A Petrobrás autorizou a entrada do Batalhão de Choque no interior da refinaria durante a noite, reprimindo os manifestantes. Após estes fatos, a Petrobrás inicia um lockout à execução do projeto de expansão e modernização da REVAP, proibindo a entrada dos 12 mil trabalhadores da obra. Frente a esta situação a comissão dos empregados aciona o Ministério Público do Trabalho (MPT), solicitando a reintegração dos demitidos. Em audiência, o MPT recomenda a reintegração imediata de todos os demitidos.

Domingo 13

Funcionários da Embrapa aceitam a proposta de reajuste da empresa, encerrando a greve em todo o país. Os trabalhadores estavam paralisados desde o dia 08 de julho. A Embrapa oferece aumento salarial de 7%, 2% a mais do que a proposta anterior, de 5%, que apenas cobria a inflação. A empresa também reajustou os auxílios creche para filhos portadores de necessidades especiais e o tíquete-alimentação passou para R$ 17.

2ª feira 14

Cerca de 400 integrantes do MST marcham até a cidade de Francisco Beltrão, no Paraná (região Sul). A marcha é composta por duas colunas, que saíram das cidades de Capanema e São Jorge do Oeste, no Paraná. Os sem-terra reivindicam a libertação de quatro integrantes do MST que foram presos por terem participado da ocupação da Fazenda Araçá. A Justiça também decretou a prisão preventiva de mais nove sem-terra, acampados na Fazenda Araçá. As prisões foram decretadas sob alegação de necessidade de "manutenção da ordem pública" e falta de endereço fixo, argumentos que não correspondem à realidade.. No entanto, o MST afirma que as prisões tiveram motivo político, já que as denúncias foram feitas por familiares do proprietário da Fazenda Araçá. Segundo site do movimento, no processo não constam provas contra os trabalhadores que foram levados ao município de Francisco Beltrão, onde estão sendo tratados como "bandidos perigosos". Durante a caminhada, que vai percorrer mais de 300 km, os trabalhadores realizam debates com a sociedade para mostrar a necessidade da Reforma Agrária e denunciar a criminalização dos movimentos sociais que vem ocorrendo em todo o País. Adir da Luz, 35, membro da direção estadual do MST e mais três sem-terra, estão presos desde o dia 04 de junho de 2008, no município de Francisco Beltrão. Segundo site do MST, todos os trabalhadores acusados, além de sempre terem cooperado com as investigações e com a instrução do processo, apresentaram novamente seus endereços fixos. Seus advogados também apresentaram dezenas de certidões, cartas de apoio de personalidades públicas e entidades civis da região, bem como abaixo-assinado contra as prisões preventivas, demonstrando com isso a

inexistência de ameaça à ordem pública e cumprindo os requisitos para responderem o processo em liberdade, já que todos têm direito à presunção de inocência.

Trabalhadores petroleiros de 33 plataformas e navios de perfuração da Petrobrás aderem à greve iniciada pelo sindicato na Bacia de Campos dos Goytacazes - Rio de Janeiro (região Sudeste). Eles reivindicam reajuste salarial, mais segurança nos locais de trabalho e mudança no regime de folgas. Além disso, o sindicato de Campos está pressionando a Petrobras para que conte o dia de saída dos empregados da plataforma como um dia trabalhado e o objetivo dos grevistas é interromper a produção. Os petroleiros denunciam que a estatal tem tentado evitar a paralisação dos funcionários. A Petrobras embarcou equipes de contingência para dar continuidade à produção. Também cortou o acesso dos trabalhadores à internet, em rechaço ao pedido de habeas corpus feito pelo sindicato para liberar petroleiros que foram mantidos nas plataformas contra a sua vontade. A greve, que é nacional, deve durar até o dia 18 de julho. Segundo reportagem do jornal O Globo, a adesão foi grande: das 38 plataformas em Campos, 12 têm sua produção afetada, segundo a empresa. Já o diretor do Sindicato dos Petroleiros Base Norte Fluminense, Hélio Guerra, declara que 36 plataformas aderiram de uma forma ou de outra ao movimento. Mesmo diante da reação da Petrobras, Guerra, assim como o coordenador de comunicação do Sindicato, Marcos Breda, afirmam que a greve durará os cinco dias previstos. Guerra diz que serão feitas assembléias diárias de avaliação e que, se houver uma negociação, o movimento pode acabar antes, no entanto, declara que a "possibilidade é remota". Breda não descarta a possibilidade de que a paralisação seja estendida, caso a categoria não chegue a um entendimento com a Petrobras.

Atores organizados no Movimento Humanos Direitos lançam nota em solidariedade ao MST. Na carta, assinada pela diretora geral, a atriz Dira Paes, eles afirmam ter ficado perplexos com as medidas do Conselho Superior do Ministério Público do estado do Rio Grande do Sul (região Sul) para desmobilizar a organização do MST. Os manifestantes também criticam a criminalização dos movimentos sociais pelo fato de se colocarem contrários aos interesses neoliberais e à desigualdade do sistema e apóiam a luta dos sem-terra pela Reforma Agrária. Integram o movimento atores como Carlos Vereza, Leticia Sabatella, Marcos Winter, Osmar Prado, Camila Pitanga e Wagner Moura.

Dois jovens indígenas são ameaçados de morte por funcionários da Fazenda Depósito, do arrozeiro Paulo César Quartiero, na terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima (região Norte). Os jovens são abordados pelos funcionários perto da comunidade Dez Irmãos. Bêbados e armados, os empregados obrigam os indígenas a entrar no carro e dão voltas na região. Um dos funcionários, Rubilar, força os jovens a beber cachaça. Com uma arma na mão, ele ainda pergunta se os indígenas querem morrer se são a favor de Paulo Quartiero e se integram o Conselho Indígena de Roraima (CIR) - apoiador da homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol. Os dois jovens conseguem fugir quando o carro estaciona para pedir informações na estrada. A comunidade indígena relata o ocorrido em uma carta e denuncia à Funai em Roraima e à PF, mas ainda não obtém resposta.

Funcionários dos Correios acampam em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os trabalhadores reivindicam o cumprimento de um termo de compromisso que previa um adicional de 30% nos salários dos carteiros, assinado em novembro de 2007 pelo ministro das Comunicações, Hélio Costa, e pelo presidente dos Correios, Carlos Henrique Custódio. Os trabalhadores buscam reajuste do salário médio de R$ 600 para R$ 1.119,00, além de reivindicar incorporação do abono pago em dezembro, janeiro e março, plano de estruturação da carreira, adicional de periculosidade e a saída do atual presidente da empresa, Carlos Henrique Almeida Custódio. Lideranças do movimento grevista dos funcionários afirmam que ficam acampados até serem recebidos pelo presidente Lula.

Mulheres e mães de PMs impedem a circulação de ônibus públicos, obstruindo a saída dos veículos das garagens, em Porto Velho – Rondônia (região Norte). Dezenas de pessoas ligadas ao movimento bloqueiam a BR-364, rodovia que liga Porto Velho a outros estados. Há uma semana, mulheres de PMs estão reunidas em frente a quatro batalhões e impedem a saída de policiais, em protesto por reajuste salarial. O governador do estado, Ivo Cassol, pede ajuda às polícias Civil e Federal, e solicita o envio da Força Nacional de Segurança. De acordo com o presidente do Sindicato da Polícia Civil (Sinsepol), Cícero Moreira, a situação causa caos em Porto Velho. Ele ainda afirma que foram registrados cinco homicídios na cidade no final de semana dos dias 12 e 13 de julho e registro de oito assaltos à mão armada. A Justiça de Rondônia considera o movimento das mulheres de policiais ilegal e determina multa de R$ 50 mil por "cada ato vedado praticado".

Cerca de 300 pessoas acompanham o caixão com o corpo da estudante Rafaeli Ramos Lima, 21, assassinada no dia 13 por PMs, em Porto Amazonas – Paraná (região Sul), munidos da faixa onde se lia: "A incompetência de um policial tirou a vida de uma jovem inocente." O governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB), classifica o episódio que culminou com a morte da jovem como injustificável, afirmando que os policiais - Luis Gustavo Landmann e Dioneti dos Santos Rodrigues - "já estão afastados das funções e deverão receber uma punição exemplar".

Juízes federais de São Paulo realizam um ato em solidariedade ao juiz Fausto De Sanctis, da 6ª Vara Federal Criminal de São Paulo, que decretou a prisão do banqueiro Daniel Dantas, dono do Grupo Opportunity. O ato ocorre em frente ao Fórum Criminal de São Paulo, na Rua Ministro Rocha Azevedo, em São Paulo – SP (região Sudeste). No dia 11 de julho, 130 juízes federais da 3ª Região (São Paulo e Mato Grosso do Sul) assinaram um abaixo-assinado onde se diziam indignados com a atitude do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, de pedir ao Conselho Nacional de Justiça, Conselho da Justiça Federal e à Corregedoria Geral da Justiça Federal da 3ª Região que investigassem a decisão do juiz.. O magistrado autorizou a prisão preventiva do banqueiro Daniel Dantas, investigado na Operação Satiagraha, da PF, por suposto envolvimento em crimes financeiros. Segundo o presidente da Associação dos Juízes Federais de São Paulo, Ricardo de Castro Nascimento: "É uma manifestação de solidariedade ao juiz Fausto De Sanctis, que servirá para divulgar o funcionamento do poder judiciário. O juiz de primeira instância está mais perto do fato.

Os de alçadas superiores estão mais distantes. Isso permite visões diferentes, o que reforça a democracia", finalizou. Uma nota assinada por 148 advogados, ligados à Associação dos Advogados de São Paulo (AASP), expressou solidariedade ao presidente do STF ministro Gilmar Mendes. Segundo a nota, Mendes foi "atacado por manifestações de entidades profissionais que deveriam demonstrar seu inconformismo na forma prevista pelas leis de processo e não com ataques públicos ao chefe do Poder Judiciário brasileiro". A nota foi entregue à imprensa durante evento na sede do site Consultor Jurídico, em São Paulo, do qual o ministro participou. Os advogados defendem os dois habeas corpus concedidos por Gilmar Mendes, e que libertaram o dono do Banco Opportunity, Daniel Dantas, em duas oportunidades. "As instituições democráticas brasileiras não incluem prisão sem julgamento e não se devem enlutar quando um habeas corpus é concedido", diz a nota. A AASP repudiou o que chamou de "deprimente espetáculo de prisões desnecessárias e emprego abusivo de algemas e de pirotecnia" e defendeu o ministro Gilmar Mendes, pela "demonstração de firmeza e independência" na concessão dos habeas corpus. A nota também criticou o suposto monitoramento do STF. "Também merece profundo desprezo - e é igualmente violador do estado de direito - a suposta justificativa para o monitoramento do gabinete do ministro, vale dizer, ver e ouvir as conversas dos advogados com os assessores do ministro. Querem criminalizar o que há de mais corriqueiro no trabalho do advogado, isto é, a visita a gabinetes de juízes para a entrega de memoriais e/ou exposição de razões". O juiz Fausto de Sanctis a defende, pois afirma que "tomou a decisão que achou que deveria tomar" ao decretar a prisão do banqueiro Daniel Dantas, do investidor Naji Nahas e do ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta. Todos estão soltos por força de habeas corpus concedidos pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes. O juiz negou que tenha autorizado o monitoramento do STF, mas admitiu que no relatório feito pela PF "existem diálogos constantes retratando tudo e todos". O Juiz se justifica dizendo que o monitoramento não faz parte de suas atribuições. Cerca de 400 juízes de todo o Brasil assinaram um manifesto em defesa da independência do Poder Judiciário e de apoio ao juiz Fausto De Sanctis. Segundo nota distribuída à imprensa, durante manifestação de juízes e de procuradores no prédio da Justiça Federal, na capital paulista, os magistrados dizem não concordar com a possibilidade de o STF pedir à corregedoria, ao Conselho da Justiça Federal e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para investigar o juiz Fausto De Sanctis.

3ª feira 15

O MNLM denuncia que a construção do pólo naval e a expansão do setor de celulose trarão problemas de moradia para famílias da região em Rio Grande – Rio Grande do Sul (região Sul). De acordo com o movimento, a prefeitura do município e o governo do estado estão desrespeitando a população local nos projetos de reassentamento, tendo em vista que cerca de 200 famílias que moram em Barra Nova - Rio Grande do Sul serão desalojadas. O local vai ser ocupado por um terminal florestal destinado a escoar a produção de celulose. Após audiência pública realizada pela Superintendência do Porto de Rio Grande para discutir a licitação relativa à construção do terminal florestal, o MNLM apresenta queixa-crime na Polícia Civil por ameaça de posse de área. O coordenador do Movimento, Gilmar Ávila, afirma que foi surpreendido pelo anúncio do edital para o arrendamento da área, sem que o porto apresentasse projeto para o cais

pesqueiro e moradias da comunidade da Barra Nova. Representantes do Ministério das Cidades, da Unesco e da Caixa Econômica Federal (CEF) estiveram na cidade para exigir que a prefeitura refizesse o projeto dos apartamentos para o reassentamento de moradores do bairro Getúlio Vargas. Serão removidos 1.155 moradores, 377 casas localizadas na região.

Cerca de 2 mil agricultores, organizados pela Federação da Agricultura (FETAG), reúnem-se com a governadora Yeda Crusius (PSDB) para apresentar a pauta do Grito da Terra neste ano no Rio Grande do Sul (região Sul). Os trabalhadores reivindicam crédito fundiário estadual, financiamento para a casa própria, ampliação do Programa Troca-Troca e programas de governo para os idosos que vivem no campo. A governadora afirma que irá atender a todas as reivindicações, no entanto não determinou a data para resolver a maioria das questões. Uma das poucas medidas com data para ocorrer é a realização de concurso público para a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que terá o edital divulgado no dia 8 de agosto. Diversas entidades de agricultores familiares reivindicam mais funcionários para a extensão rural desde 2007.

O governo de Rondônia (região Norte) anuncia fim do protesto promovido por mulheres de membros da PM. Em cinco dias de ações por aumento salarial aos maridos, as mulheres obstruíram a saída de batalhões, esvaziaram pneus de carros da corporação e retiraram fardas de soldados. Em reunião com liderança do movimento, o governador do estado, Ivo Cassol, diz que um aumento salarial é inviável no momento, mas aceitou negociar reposição para a categoria. Hoje, um PM em início de carreira ganha R$ 920.

Trabalhadores dos Correios realizam abraço simbólico em torno do edifício-sede da empresa em Curitiba - capital do Paraná (região Sul). Em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) os trabalhadores dos Correios rejeitam a segunda proposta de conciliação proposta pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). Durante a reunião, o presidente do TST, ministro Rider Nogueira de Brito, propõe o pagamento de uma gratificação de 30% aos carteiros a ser calculada com base nas horas de trabalho nos serviços de coleta e entrega de correspondência, o pagamento de 50% dos dias parados e proibição de demissões pelo prazo de 60 dias, a partir de 18 de julho. No entanto, a proposta é rejeitada em assembléias porque, na avaliação dos grevistas, o cálculo do pagamento do adicional de 30% tem que considerar também o trabalho interno realizado nos centros de distribuição. Em Curitiba, o sindicato realizou assembléia para fortalecer a greve e organizou um abraço simbólico em torno do edifício-sede da empresa, com a participação de aproximadamente 300 carteiros.

O funcionário do Infoglobo, Luiz Carlos Soares da Costa, 35, vítima de um seqüestro relâmpago, é morto ao final de uma perseguição policial após ter sido atingido por pelo menos 10 tiros disparados por PMs no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A vítima era mantida refém no próprio carro por Jefferson Santos Leal, 18. Os PMs – Vanderlei de Oliveira Acha Jr., Alexandre dos Santos Carvalho, Robson Jesus da Silva e Luiz Otávio Vieira Barbosa – afirmam em depoimento que perseguiam um carro suspeito quando foram alvejados por "bandidos" e revidaram. Imagens feitas pela emissora SBT flagram momento em que os PMs retiram de forma brusca os dois homens do carro após ação, puxando-os pelas pernas e arrastando-os do veículo. A gravação também registra

que o carro foi retirado do local antes da chegada da perícia. A família de Costa afirma que os PMs disseram aos funcionários do Hospital Geral de Bonsucesso, para onde ele e Leal foram levados, que não havia pressa em atendê-los porque "eram bandidos". Os PMs envolvidos continuarão trabalhando, no entanto responderão a inquérito policial. O secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, defende a ação dos PMs e afirma que "a polícia não pode receber tiro".

A Justiça do Trabalho de Macaé no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) nega habeas corpus ao Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro NF), em que pretendia configurar um suposto cárcere privado praticado pela Petrobras nas plataformas da Bacia de Campos, na costa norte fluminense. As denúncias de que a estatal estaria mantendo trabalhadores em cárcere privado foram levantadas no dia 14 de julho, primeiro dia de paralisação dos petroleiros. Segundo o Sindipetro, a estatal estaria impedindo o desembarque de trabalhadores das plataformas com o intuito de dar continuidade à produção de petróleo e minimizar as perdas da estatal com a greve. O sindicato denunciou especificamente o cárcere privado de petroleiros que integram a brigada contra incêndio e as tripulações das baleeiras, que estariam sendo impedidos pela Petrobras de deixar os seus postos de trabalho. A decisão da Justiça do Trabalho de Macaé foi anunciada pela Petrobras por meio de nota, na qual informou ainda que a produção na Bacia de Campos está totalmente normalizada.

4ª feira 16

Trabalhadores da Companhia de Processamento de Dados (PROCERGS) iniciam uma paralisação de 48 horas no Rio Grande do Sul (região Sul). Os servidores rejeitam a proposta de reajuste salarial da PROCERGS. A empresa oferece o porcentual de reajuste de 2008, desde que os trabalhadores retirem o dissídio de 2007, ou seja, fiquem sem aumento correspondente a 2007. Os servidores também reclamam que a PROCERGS quer retirar direitos conquistados em negociações anteriores. Caso não entrem em acordo, os trabalhadores podem entrar em greve por tempo indeterminado a partir do dia 22 de julho.

Os trabalhadores dos Correios realizam um panelaço nas imediações da sede da empresa, em Curitiba – Paraná (região Sul). Em greve desde o início do mês de julho, eles protestam contra o corte do vale-alimentação. Segundo o secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores nos Correios do Paraná (Sintcom-PR), Nilson Rodrigues dos Santos, quem não trabalha aos sábados recebe R$ 491 e aqueles que trabalham nos fins de semana ganham R$ 575. Ele disse que a tendência é fortalecer cada vez mais o movimento de greve, que já atinge 70% da categoria no Paraná. Diariamente, os cerca de 4 mil carteiros do Estado entregam um total de 1,4 milhão de correspondências. De acordo com Santos, o setor mais afetado pela greve é o da distribuição. Pelo menos 700 mil objetos deixam de ser distribuídos a cada dia de paralisação. Os trabalhadores reivindicam o cumprimento do acordo que garante o adicional de risco de 30% para os carteiros, a negociação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) e a revisão da participação nos lucros, que, segundo a categoria, é distribuída de forma desigual.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sanciona em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) o projeto de lei que institui um piso nacional de R$ 950 para professores da rede pública. O presidente vetou um ponto específico da lei que havia sido questionado por entidades que representam os Secretários de educação. O projeto previa que o pagamento deveria ser retroativo a janeiro de 2008, mas de acordo com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), não seria possível criar uma despesa que não estivesse prevista para o orçamento de 2008, sob o risco de ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Com a mudança, estados e municípios que hoje pagam menos de R$ 950 aos profissionais, deverão arcar com dois terços dessa diferença a partir de janeiro de 2009. Em 2010, será feita a integralização do valor. A União entrará com parte do valor nos estados e municípios que não conseguirem pagar o novo piso. O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Roberto Leão, diz que a categoria "não concorda com o veto", mas que a mudança não afetou a essência do projeto. Além do piso, foram sancionados outros três projetos de lei na área da educação. Um deles cria cerca de 48 mil cargos de professores e técnicos necessários para dar sustentação ao programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e à expansão da rede profissional e tecnológica. O outro projeto modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e inclui a educação profissional e tecnológica na educação básica. Entre outras medidas, a matéria propõe que o ensino médio garanta a preparação para o exercício de profissões técnicas. Durante a cerimônia o presidente encaminhou ainda ao Congresso um projeto de lei para a criação da Universidade Fronteira do Sul (UFFS) e outro que cria 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifets). O ministro Haddad assinou ainda portaria que institui o novo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, que altera as diretrizes curriculares desta modalidade e define critérios estruturais e de carga horária dos cursos.

A Câmara dos Deputados promove manifestação pública com o objetivo de apoiar o Projeto de Lei 1057/07, do deputado Henrique Afonso (PT). O projeto é conhecido como Lei Muwaji, em homenagem à índia Muwaji Suruwahá, que enfrentou os costumes de sua tribo em defesa da filha, que nasceu com paralisia cerebral. Por isso, pelos costumes da tribo, deveria ter sido sacrificada. Se a lei for aprovada, vai garantir que os direitos das crianças indígenas sejam protegidos com prioridade absoluta, de acordo com a Constituição, o Estatuto da Criança e do Adolescente e todos os acordos internacionais de Direitos Humanos dos quais o Brasil é signatário. Segundo a Agência Brasil, a presidente do Conselho Deliberativo da Atini – Voz pela Vida, Márcia Suzuki, explicou que a ONG luta para apoiar índios que lutam contra o infanticídio - morte de crianças indesejadas em uma comunidade. Segundo Márcia Suzuki, o objetivo da manifestação é dar apoio aos índios que estão lutando contra o infanticídio. De acordo com ela, as crianças vítimas de infanticídio geralmente são gêmeos, filhos de mães solteiras, com qualquer deficiência. "Algumas são enterradas vivas, outras são abandonadas para viver no mato."

Estudantes realizam uma vigília de 24 horas em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF) em Brasília – Distrito Federal (região Centro-Oeste) em protesto contra a corrupção e a impunidade no País. O ato é simbólico e é promovido por diretores da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira de Estudantes

Secundaristas (UBES) que se acorrentam à estátua da Justiça localizada em frente ao prédio do STF.

5ª feira 17

A PF fecha 13 empresas de segurança que atuavam ilegalmente no Paraná (região Sul). Segundo site do MST, nas empresas foram encontrados equipamentos de uso exclusivo da polícia, como dois revólveres, algemas, coletes balísticos, giroflex (conjunto de luzes usado nos carros da polícia), cacetetes, bastões retráteis de metal, detectores portáteis de metal e até quatro equipamentos de choque elétrico. Entre as empresas que tiveram seus registros cassados está a NF Segurança, de Cascavel, que foi responsável pelo assassinato do trabalhador rural Valmir Mota de Oliveira, o Keno, em 21 de outubro de 2007. A NF Segurança recorreu à direção da PF para contornar a cassação. Enquanto não sair uma decisão final, pelo Ministério da Justiça, as empresas continuam operando normalmente. Nos últimos dois meses a PF também notificou 149 empresas em todo o estado por exercerem atividades de segurança privada e patrimonial, inclusive armada, sem autorização. O balanço faz parte da Operação Varredura da PF. Das 13 empresas que tiveram atividades encerradas pela PF, quatro delas tinham mandados de busca e apreensão expedidos pela Justiça Federal por conta de denúncias de atividade irregular. O início das investigações começou quando a PF tomou conhecimento que a população estava sendo obrigada a pagar valores para receber segurança por pessoas não autorizadas. As pessoas eram obrigadas a pagar valores que variavam a partir de R$ 10, caso contrário, elas poderiam sofrer danos físicos e contra o patrimônio. A decisão inicial de fechamento foi dada pela Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (CCASP), que conta com integrantes do Ministério da Justiça e representantes do setor de segurança, como o Exército e a Polícia Federal.

Integrantes da FUP e do Sindicato dos Petroleiros do Amazonas denunciam ao Ministério Público do Trabalho que a Petrobras está mantendo trabalhadores da Refinaria de Manaus – Amazonas (região Norte) em cárcere privado. Um procurador e um fiscal da Superintendência Regional do Trabalho realizam uma inspeção na refinaria e comprovam as denúncias, determinando que a empresa libere os trabalhadores. De acordo com os sindicatos, os trabalhadores estavam retidos na refinaria desde as três horas da tarde do dia 16 de julho em uma sala com colchonetes. O objetivo da estatal, dizem os trabalhadores, era forçar que os petroleiros ficassem na unidade até o encerramento da greve. Dessa maneira, a produção de petróleo não seria atingida. Os sindicatos ainda denunciam que foram impedidos de entrar na Refinaria de Duque de Caxias - Rio de Janeiro (região Sudeste), para falar com os trabalhadores. A FUP contestou informações da Petrobras de que a greve dos petroleiros não estaria prejudicando a produção de petróleo e gás natural. No comunicado, a FUP informa que o movimento tem adesão de 33 das 42 plataformas da Bacia de Campos, e que, além dos 500 mil barris de petróleo que deixaram de ser produzidos nas primeiras cinco horas da deflagração do movimento - antes de as equipes de contingência assumirem os trabalhos

- a produção de gás natural estava "consideravelmente reduzida". Em uma nota de apenas dois parágrafos, a Petrobras contestou as informações da FUP de que a greve da categoria, principalmente a do Sindipetro do Norte Fluminense, estaria prejudicando a produção de petróleo e gás natural. Sem se referir especificamente à Bacia de Campos, a nota informa que, em relação à paralisação de 48 horas decidida pela FUP, em nível nacional, não houve prejuízos para a produção de petróleo e derivados da Petrobras, que não foram afetadas pelo movimento e que as unidades funcionam normalmente. A categoria mantém o indicativo de greve nacional a partir do próximo dia 5 de agosto, com paralisação da produção e do refino em todo o país, se não houver avanço nas negociações sobre o valor do percentual a ser pago aos petroleiros na forma de participação nos lucros e resultados da companhia.

A Justiça Militar condena oito controladores de vôo do Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta) 4, em Manaus – Amazonas (região Norte). Os controladores são acusados de liderar a manifestação que afetou todo o tráfego aéreo nacional no dia 30 de março de 2007. Eles responderam a processos por crítica indevida, incitamento à indisciplina, desrespeito e publicação indevida, previstos no Código Penal Militar. O movimento ocorreu quando uma série atrasos e cancelamentos de vôos em diversos aeroportos do país marcaram a pior crise no setor aéreo brasileiro. As sentenças, proferidas pelo juiz militar José Barroso Filho, são individuais e variam de dois meses a dois anos de prisão. A defesa pode recorrer da sentença. Os controladores Wilson de Alencar Aragão, Walber Souza Oliveira, Daniel Tavares de Lima, Lisandro Henrique de Souza Koyama, Michael Rosenfeld de Paula Rodrigues Alex Gonçalves Sá, Rivelino Barbosa de Paiva e Wendelson Pereira Pessoa também foram condenados por terem concedido entrevista sem autorização superior. Com exceção de Walber Oliveira - que terá de cumprir o maior período de prisão, por incitação à indisciplina e crítica indevida – os outros sete controladores terão direito à suspensão condicional das penas, já que cada uma delas, de acordo com o Código Penal Militar, não ultrapassa o período de dois anos de condenação e os réus não têm antecedentes criminais. De acordo com o oficial de Justiça e diretor da Secretaria de Auditoria da Justiça Militar em exercício, Martin de Souza, apesar da condenação não houve nenhuma prisão, e os controladores podem recorrer da sentença em liberdade.

Cerca de 1.500 pessoas, segundo a PM, se reúnem em memória das vítimas do vôo JJ 3054 da TAM. A manifestação ocorreu no aeroporto de Congonhas em São Paulo – SP (região Sudeste). Antes da passeata, com destino final na Avenida Washington Luís – local do acidente –, familiares das vítimas ainda colocam um caixão branco sobre o tapete vermelho em frente ao guichê da empresa aérea no Aeroporto. Após a manifestação, os familiares seguiram para o local onde caiu o Airbus A320, no dia 17 de julho de 2007. Lá, realizam um culto ecumênico em lembrança do acidente e das vítimas, exatamente na hora em que ocorreu o acidente há um ano. Os manifestantes fecharam vias na região do Campo Belo. O acidente, que deixou 199 mortos, completa um ano. Para eles, os diretores da Agência Nacional de Aviação (ANAC) e da Infraero devem ser responsabilizados.

Os funcionários dos Correios apresentam uma contraproposta ao acordo sugerido pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Rider de Brito, no dia 15 de julho. Segundo o secretário-geral da Fentect, Manoel Cantoara, a categoria reivindica o

pagamento de abono emergencial de 30% sobre o salário-base, de julho a setembro, para os carteiros. Além disso, a ECT se comprometeria a pagar a partir de outubro o piso salarial de R$ 260 e a descontar apenas metade dos dias parados. Os grevistas também reivindicam o pagamento imediato de auxílio-alimentação, vale-transporte e cesta básica proporcional aos dias parados. Na audiência do dia 15, Rider Brito havia apresentado aos trabalhadores dos Correios uma proposta cujo ponto principal era a criação de um plano de cargos e salários, elaborado com a participação dos servidores e com 30% de aumento sobre o salário proporcional ao período em que trabalham na rua. A Diretoria dos Correios solicitou que o TST conceda liminar determinando a imediata suspensão da greve dos carteiros. Caso não seja possível, a diretoria da ECT pede que o tribunal estabeleça a obrigatoriedade de manutenção de 70% dos 108 mil funcionários da empresa trabalhando nas unidades, sob pena de multa de R$ 100 mil à Fentect.

6ª feira 18

Indígenas da etnia Pataxó denunciam que o índio conhecido como Casa Grande está desaparecido desde o dia 14 de julho em Prado – Bahia (região Nordeste). Na ocasião, 23 famílias Pataxó ocupavam 340 hectares no entorno do Parque do Descobrimento, onde seus antepassados viviam na década de setenta. Atualmente, o local está em processo de estudo para ser demarcado pela Funai. No entanto, ainda é ocupado por um fazendeiro, chamado Clemente, que mandou seus seguranças ameaçarem as famílias. Os indígenas responsabilizam o fazendeiro pelo desaparecimento de Casa Grande e pedem que a Funai e a PF investiguem o caso.

Um grupo de sindicalistas ligados à CUT do Distrito Federal - Brasília (região Centro-oeste) protocola no Senado Federal um pedido de impeachment do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes. Os sindicalistas alegam que o presidente do STF teria agido com parcialidade, ao conceder dois habeas corpus ao dono do Grupo Opportunity, Daniel Dantas. Segundo divulgado pela Agência Brasil, o autor do documento, secretário de imprensa da CUT - DF, Cícero Rola afirma: “Não podemos viver com a suspeição sobre um presidente do STF. Ele não poderia ter despachado o habeas corpus sem passar pelo colegiado”. Depois de protocolado no Senado, o pedido de impeachment vai para a Mesa Diretora. Se for aceita, a denúncia será lida em Plenário e, em seguida, uma comissão de 21 senadores elabora uma peça acusatória. Depois dessa fase, o presidente do Senado encaminha o pedido para que o STF autorize o julgamento. A data do julgamento é marcada e participam dele os 81 senadores. Para ser cassado, o processo deve ser aprovado por dois terços dos senadores da Casa. A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) divulgou nota contra o pedido dos sindicalistas. No documento, a AMB afirma que o impeachment é um importante instrumento de fortalecimento da democracia, que “somente pode ser utilizado de maneira responsável e fundamentada, não sendo admissível o seu manejo para atacar conteúdo de decisão judicial”. O texto afirma ainda que a independência dos ministros do STF e o teor de suas decisões “não podem ser alvos de qualquer tipo de censura ou represália, muito menos objeto de pedido de impeachment”. A nota prossegue externando a preocupação com o episódio “cujas conseqüências extrapolam a esfera processual”, e conclui reiterando que “a independência do magistrado, de

qualquer grau ou instância, constitui pedra fundamental do estado democrático de direito e garantia indissociável do exercício da atividade jurisdicional, motivo pelo qual repudia qualquer tentativa de violá-la".

Trinta e seis índios da etnia Guarani da tribo Tekoá Itarypu têm suas ocas destruídas em um incêndio na aldeia, em Camboinhas, região oceânica de Niterói – Rio de Janeiro (região Sudeste). Um índio ficou ferido ao tentar retirar equipamentos e móveis das ocas. Existem suspeitas de que o incêndio tenha sido criminoso, já que, nas últimas semanas, os índios receberam duas ameaças de um grupo de homens armados que diziam representar os donos do local. Para o advogado do Centro de Etno-conhecimento Sócio Cultural e Ambiental Caueré, Arão da Providência, o incêndio foi provocado por donos de duas empresas do ramo imobiliário que não desejam que o assentamento continue no bairro. As ocas foram construídas em março de 2008, no Sítio Arqueológico de Itaipu, onde os índios acreditam que exista um cemitério de seus ancestrais. A presença deles provocou polêmica entre os moradores do bairro, considerado nobre, que temiam ter seus imóveis desvalorizados com a existência de uma aldeia indígena. Na hora do incêndio, as cerca de dez famílias guaranis que vivem no local estavam fora – algumas pessoas estavam em uma reunião do Conselho Gestoras, na sede do Parque Estadual da Serra da Tiririca, que incorporou a área em abril de 2008, e outras vendendo artesanato em Itaipu. De acordo com o delegado Milton Olivier, da 81ª DP (Itaipu), testemunhas anotaram a placa de um Omega, com quatro homens armados, aparentemente de fuzis, que seriam responsáveis pelo incêndio. O dono do carro já foi identificado e a polícia apura se ele foi clonado. Kasay, o índio que se feriu ao tentar salvar objetos de valor de uma das ocas, também viu um homem correndo da cena do crime e prestará depoimento. Conforme declaração do vereador Renatinho, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Niterói, há cerca de 10 dias, os índios denunciaram que vinham sendo ameaçados em ligações feitas para o orelhão instalado na aldeia.

Um grupo de homens encapuzados incendeia durante a noite três casas da Comunidade Quilombola do Varzeão, no município de Doutor Ulysses – Paraná (região Sul). A titularidade da área é disputada na Justiça pela madeireira Tempo Florestal S/A, e por Germene Mallmann e Marjorie Mallmann, que ingressaram com ação de reintegração de posse contra os membros da comunidade quilombola. Nesta semana, o juiz de Cerro Azul, também no Paraná, concedeu o mandado de reintegração de posse da área. Não houve feridos, já que os quilombolas se esconderam em uma mata próxima ao local, onde permaneceram por mais de cinco horas. Integrante da Comunidade do Varzeão, Laércio Souza, 33, relata que sentiu o cheiro de óleo diesel pouco antes de enxergar as chamas. "Horas antes, eles já haviam aparecido e feito ameaças. Arrebentaram o nosso portão e tocaram fogo nas casas", conta Laércio que também se escondeu na mata. O secretário de Segurança Pública do Paraná, Luiz Fernando Delazari, determina que a polícia investigue o incêndio. O motivo seria a disputa pela terra de 4 mil alqueires em que as famílias moram e que aguarda titulação do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Segundo os quilombolas, a madeireira Tempo Florestal e a família Mallmann são contrários à titulação da terra, pois se dizem proprietários. A madeireira ainda briga pela retirada de pínus do local.

Sábado 19

Moradores do morro Azul protestam na zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O grupo se manifesta contra a morte do motoboy Edson Vaz do Nascimento durante ação da PM na região. Edson foi morto ao estacionar a motocicleta em frente à casa da mãe, no morro Azul. Os manifestantes incendiaram lixeiras, pneus, móveis e barracas de camelôs, além de depredar a entrada de uma agência bancária e apedrejar ao menos seis veículos. Segundo os moradores, o homem trabalhava como motoboy em uma farmácia do morro e teria sido atingido por dois PMs sem farda que estavam em uma viatura caracterizada.

Termina a greve de funcionários dos Correios. O ministro das Comunicações, Hélio Costa, se reuniu com a direção dos Correios e representantes da Fentect em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para negociar o fim da greve. Após sete horas de negociações, o ministro anunciou o fim da paralisação. O secretário-geral da Fentect, Manoel Cantoara, diz que vai enviar a orientação para o fim da greve a todos os sindicatos nos estados, com a previsão da retomada do trabalho na manhã do dia 21 de julho. No entanto, afirma que a reunião terminou em um acordo verbal e que só orientaria o fim da greve após ter o compromisso por escrito. Foi acordado que os dias da paralisação não seriam descontados, mediante a reposição das horas não cumpridas, todos os 43 mil carteiros terão direito a bônus de 30% sobre o salário-base referente ao adicional de periculosidade, um adicional fixo de R$ 260 será estendido pelos mesmos motivos a motoristas, atendentes e operadores de entrega, ou seja, cerca de 16 mil funcionários. Até o dia 18 de julho, 130,4 milhões de correspondências deixaram de ser entregues em todo o país por causa da paralisação e, de acordo com o ministro e o comando da Fentect, as correspondências serão distribuídas aos destinatários em até duas semanas.

Manifestantes realizam um protesto em São Paulo – SP (região Sudeste) para reivindicar o impeachment do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes. Além do protesto, eles assinaram um manifesto que pretendem encaminhar ao Senado Federal pedindo a saída do presidente do STF. O manifesto já tem cerca de 10 mil assinaturas, segundo a coordenação do movimento. Segundo o comerciante Eduardo Guimarães, coordenador do movimento, em todo o Brasil e principalmente na capital paulista, a idéia da manifestação surgiu assim que o ministro Gilmar Mendes concedeu dois habeas corpus ao banqueiro Daniel Dantas, preso pela PF durante a Operação Satiagraha.

Parentes e amigos de vítimas do acidente com o vôo da TAM promovem uma manifestação simbólica em frente às escadarias da Praça da Sé, no centro de São Paulo – SP (região Sudeste). Com camisetas brancas estampadas com as fotos das vítimas, os manifestantes improvisaram um coração de pétalas e folhas e escreveram a palavra "vida" para relembrar os mortos. As escadarias da catedral também foram ornadas com cartazes que estampavam fotos e palavras descrevendo as vítimas da maior tragédia da aviação brasileira. Após a execução do hino nacional, os parentes assistiram à missa.

Domingo 20

Sindicatos da Polícia Civil de São Paulo (região Sudeste) promovem manifestação na Praça da Sé, no centro da capital paulista. O protesto começa com um ato em comemoração ao aniversário de 200 anos da Polícia Civil. Uma das principais reivindicações da categoria é a reposição salarial de até 58% sobre a perda dos últimos cinco anos, além de incorporação de gratificações aos salários dos policiais. A Associação dos Delegados de Polícia do estado de São Paulo (Adesp) afirma reivindicar um plano de valorização de carreiras policiais. A Secretaria de Segurança Pública afirma que policiais civis, militares e técnico-científicos receberam aumentos que variaram entre 4 e 23% em outubro de 2007, e que, na época, a Assembléia Legislativa aprovou um pacote de leis com medidas de valorização da carreira policial em São Paulo. Entre elas, a incorporação de gratificações aos salários. A categoria também reivindica a efetivação das medidas.

Protestos marcam homenagens a vítimas da violência no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Parentes e amigos de Luiz Carlos Soares da Costa, 36, administrador confundido com um assaltante e morto ao sofrer um seqüestro, fazem passeata na Avenida Atlântica, em Copacabana, zona sul; e moradores da Lagoa lotam a Igreja Santa Margarida em missa pelos dois policiais, os PMs Joel de Almeida Gomes, 40, e Francisco Alves Pereira, 34, executados numa patrulha fixa do bairro. Luiz Carlos foi morto no dia 14 de julho, na Avenida Brasil, e os policiais, no dia 17 de julho, na esquina da Rua Fonte da Saudade com a Ladeira do Sacopã.

2ª feira 21

Entidades e organizações ligadas a professores de todo o país criticam a posição do Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED), que sugeriu uma medida provisória que vetasse a criação do piso salarial de R$ 950,00 para a categoria. Em nota, a CNTE afirma que a oposição dos secretários é contraditória, já que eles reconhecem a garantia constitucional de pisos salariais às categorias, mas não apóiam o piso para o magistério. A CNTE também denuncia que a postura dos secretários coloca em evidência a luta de classe no país, já que os trabalhadores sempre enfrentam resistência quando lutam por melhorias sociais.

Cerca de 400 trabalhadores rurais do MST ocupam a Superintendência Regional do Incra em São Paulo (região Sudeste). A ação tem como objetivo chamar atenção da sociedade quanto à recusa do governo federal em fazer a reforma agrária. O MST reivindica a revogação de uma medida provisória que impede a vistoria e desapropriação de propriedades rurais ocupadas no estado. Os sem-terra destacam que, durante o ano, diversas Jornadas em todo o país buscaram chamar atenção para a questão agrária. No entanto, apesar das negociações, a reforma agrária continua parada. Cerca de 150 mil famílias continuam acampadas em todo o país. A falta de infra-estrutura e assistência técnica nas áreas de assentamentos continuam sendo um problema; os trâmites internos para os processos de desapropriação permanecem vagarosos; os poucos investimentos do governo não têm modificado a situação de risco que as famílias do campo se encontram. Em São Paulo, 1.600 famílias permanecem

acampadas, e outras 700 não tiveram acesso a crédito e infra-estrutura para terem possibilidade de sobreviver do trabalho no campo. A ação faz parte da Jornada de Lutas por Reforma Agrária, realizada em torno do Dia do Trabalhador Rural, no dia 25 de julho. A Jornada denuncia a lentidão no processo de criação de assentamentos, as promessas não cumpridas e a prioridade do governo ao modelo do agronegócio. As ações condenam também a criminalização dos movimentos sociais, especialmente no Rio Grande do Sul e no Pará.

Cerca de 100 trabalhadores ligados ao MST ocupam a sede do Incra em São Luís – Maranhão (região Nordeste). Os sem-terra reivindicam agilidade no assentamento de trabalhadores rurais acampados e estrutura para os assentamentos já existentes no estado. Os trabalhadores rurais aguardam a vinda de um representante nacional do Órgão para fazer avançar as negociações. Os sem-terra declaram que enquanto as respostas não saírem o acampamento permanecerá por tempo indeterminado. Segundo site do MST, no Maranhão o movimento tem cerca de 2.500 famílias acampadas e 7.078 famílias assentadas, todos necessitando de estruturas básicas para sobrevivência nos assentamentos. A ação faz parte da Jornada de Lutas por Reforma Agrária, realizada em torno do Dia do Trabalhador Rural, no dia 25 de julho. A Jornada denuncia a lentidão no processo de criação de assentamentos, as promessas não cumpridas e a prioridade do governo ao modelo do agronegócio. As ações condenam também a criminalização dos movimentos sociais, especialmente no Rio Grande do Sul e no Pará.

Aproximadamente 800 sem-terra ligados ao MST ocupam a sede do Incra em João Pessoa – Paraíba (região Nordeste). Os trabalhadores rurais reivindicam do Incra o assentamento das mais de 2.600 famílias acampadas no estado além de investimento público para crédito rural e infra-estrutura nas áreas de assentamentos. Segundo site do MST, na Paraíba existem 52 acampamentos com famílias que lutam pela Reforma Agrária, vivendo em situação bastante difícil à beira de estradas e sofrendo a violência de latifundiários. Muitas destas famílias vivem há mais de 7 anos no acampamento Novo Conquista em Condado e no Acampamento Ouro Verde, em Caaporã. A ação faz parte da Jornada de Lutas por Reforma Agrária, realizada em torno do Dia do Trabalhador Rural, no dia 25 de julho. A Jornada denuncia a lentidão no processo de criação de assentamentos, as promessas não cumpridas e a prioridade do governo ao modelo do agronegócio. As ações condenam também a criminalização dos movimentos sociais, especialmente no Rio Grande do Sul e no Pará.

Cerca de mil trabalhadores ligados ao MST ocupam a sede do Incra em Fortaleza - Ceará (região Nordeste). Os trabalhadores reivindicam aceleração nos processos de vistoria, desapropriação e imissão de posses para as terras ocupadas pelos acampamentos, além de infra-estrutura hídrica e social para os assentamentos de Reforma Agrária. Segundo site do MST, o movimento também possui pautas específicas de reivindicação na área de educação e protesta contra a criminalização do Movimento pela mídia e o judiciário. A ação faz parte da Jornada de Lutas por Reforma Agrária, realizada em torno do Dia do Trabalhador Rural, no dia 25 de julho. A Jornada denuncia a lentidão no processo de criação de assentamentos, as promessas não cumpridas e a prioridade do governo ao modelo do agronegócio. As ações condenam também a criminalização dos movimentos sociais, especialmente no Rio Grande do Sul e no Pará.

Cerca de 800 trabalhadores do MST ocupam a sede do Incra, em Maceió - Alagoas (região Nordeste). A ação conta com a participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e também reivindica uma posição do governo federal contra a criminalização dos movimentos sociais. Os trabalhadores reivindicam urgência da Reforma Agrária no estado, a imediata desapropriação e aquisição de terras para as famílias acampadas e o cumprimento da meta de 2008. A ação faz parte da Jornada de Lutas por Reforma Agrária, realizada em torno do Dia do Trabalhador Rural, no dia 25 de julho. A Jornada denuncia a lentidão no processo de criação de assentamentos, as promessas não cumpridas e a prioridade do governo ao modelo do agronegócio. As ações condenam também a criminalização dos movimentos sociais, especialmente no Rio Grande do Sul e no Pará.

Mais de 80 famílias do MST ocupam a Fazenda Carolina, no município de Teotônio Vilela no estado de Alagoas (região Nordeste). A área pertence ao complexo de 30 mil hectares de terras que é parte da dívida do Banco do Estado de Alagoas (Produban). O Produban faliu por conta dos empréstimos não pagos, concedidos aos usineiros da região. Segundo site do MST, as terras, estão abandonadas ou arrendadas a usinas, a exemplo de uma área de 400 hectares, em Junqueiro, ocupada por mais de 300 famílias do MST, em 14 de abril de 2008, que está arrendada para a Usina Seresta, de propriedade do Governador do estado, Teotônio Vilela (PSDB). A ação faz parte da Jornada de Lutas por Reforma Agrária, realizada em torno do Dia do Trabalhador Rural, no dia 25 de julho. A Jornada denuncia a lentidão no processo de criação de assentamentos, as promessas não cumpridas e a prioridade do governo ao modelo do agronegócio. As ações condenam também a criminalização dos movimentos sociais, especialmente no Rio Grande do Sul e no Pará.

Cerca de 450 trabalhadores rurais do MST ocupam a Superintendência Regional do Incra em Salvador – Bahia (região Nordeste). Os trabalhadores reivindicam do Governo do estado o cumprimento de um acordo realizado em abril de 2007, quando o MST realizou uma marcha com 5 mil pessoas de Feira de Santana a Salvador e foi recebido publicamente pelo Governador Jaques Wagner (PT). Entre as demandas estão: a reforma de 5 mil casas; construção de 3 mil casas; pavimentação de mil km de estradas; inclusão de aproximadamente 50 assentamentos das regiões Sul, Baixo-Sul e Extremo-Sul do MST no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Cacau; desapropriação imediata das áreas em processo; doação de cestas básicas para as 25 mil famílias acampadas; reunião com órgãos estaduais para regularização dos convênios de assistência técnica em parceria com o Incra e o Governo do estado; regularização de licenças ambientais para os assentamentos; agilização dos processos de vistoria e intermediação da Ouvidoria Agrária Nacional, das negociações em áreas de conflito. Em maio, o movimento fez um acampamento na Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) durante quase 20 dias, e teve parte da pauta atendida. A ação faz parte da Jornada de Lutas por Reforma Agrária, realizada em torno do Dia do Trabalhador Rural, no dia 25 de julho. A Jornada denuncia a lentidão no processo de criação de assentamentos, as promessas não cumpridas e a prioridade do governo ao modelo do agronegócio. As ações condenam também a criminalização dos movimentos sociais, especialmente no Rio Grande do Sul e no Pará.

Aproximadamente 500 lavradores de acampamentos e assentamentos do MST ocupam a sede o Incra, em Goiânia – Goiás (região Centro-oeste). Os trabalhadores reivindicam o

assentamento das 4 mil famílias acampadas no estado, além de negociar com o órgão a liberação de crédito e infra-estrutura nos assentamentos. A ação faz parte da Jornada de Lutas por Reforma Agrária, realizada em torno do Dia do Trabalhador Rural, no dia 25 de julho. A Jornada denuncia a lentidão no processo de criação de assentamentos, as promessas não cumpridas e a prioridade do governo ao modelo do agronegócio. As ações condenam também a criminalização dos movimentos sociais, especialmente no Rio Grande do Sul e no Pará.

Cerca de 250 famílias do MST ocupam a sede do Incra em Cuiabá – Mato Grosso (região Centro-oeste). As famílias estão acampadas em frente ao órgão há um mês, reivindicando mais agilidade no andamento dos processos de Reforma Agrária e protestando contra o não-cumprimento dos acordos feitos nas últimas audiências. A manifestação faz parte da jornada de Luta Nacional, que ocorre em todo o país. Segundo o Movimento, em Mato Grosso, apenas 37 famílias do movimento foram assentadas. Os trabalhadores também reivindicam ao órgão, o assentamento de 2 mil famílias, parcelamento de lotes de terras, construção e reforma de casas, liberação de crédito de fomento, cestas básicas e de R$ 20 milhões para infra-estrutura e assistência básica para 3.950 famílias nos assentamentos. Devido à ocupação, o expediente do Incra foi suspenso por tempo indeterminado. Os trabalhadores permanecem concentrados na porta de entrada do Incra, impedindo a circulação de funcionários.

Cerca de 200 integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) acampam na entrada do canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Foz do Chapecó, na divisa dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (região Sul). Segundo o MAB, o consórcio Foz de Chapecó, formado pelas empresas Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e Furnas, não cumpriu com os acordos feitos com os atingidos pela obra como o reconhecimento dos direitos dos pescadores - que não foram considerados como atingidos pela barragem, e que perderam seu meio de sustento; e a implantação de um projeto de recuperação e desenvolvimento das comunidades atingidas, que seja aprovado pelas famílias e executado sob a coordenação das mesmas. Os atingidos entregaram uma pauta de reivindicação ao consórcio, exigindo, entre outras coisas, uma reunião com lideranças do MAB.

Moradores da cidade de Igarapé de Meio – Maranhão (região Nordeste), revoltados com a morte de uma menina de 9 anos, identificada como Cristiane, atingida com um tiro na cabeça, depredam a delegacia da cidade, o posto da PM e a Câmara Municipal. No dia 20 de julho, de acordo com uma testemunha, a garota foi atingida por um tiro disparado por um PM. A testemunha relatou à Polícia Civil que um PM à paisana estava bebendo em um bar, em um povoado de Igarapé no Meio, quando houve uma briga entre duas pessoas, onde uma delas esfaqueou a outra e fugiu. O PM teria perseguido o agressor e feito diversos disparos na direção do suspeito, atingindo então a menina. O comando da PM do Maranhão informa que é instaurado um Inquérito Policial Militar para apurar a morte da garota e a depredação dos órgãos públicos. Após o incidente, a PM de Pernambuco decide ministrar aos policiais aulas de abordagem e de tiro.

3ª feira 22

Aproximadamente 750 pessoas, entre elas 150 crianças, ligadas ao MST iniciam uma Marcha Estadual por Reforma Agrária em direção ao Incra, na capital Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). A marcha teve início no acampamento de Nova Santa Rita. A Marcha reivindica o cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado pelo Incra e pelo Ministério Público Federal, há oito meses, no encerramento da Marcha à Fazenda Guerra. Pelo acordo, o governo federal se comprometia em assentar mil famílias até abril e outras mil até o final de 2008. Até o momento, menos de 40 famílias de agricultores foram assentadas no período. Os trabalhadores ainda exigem a desapropriação das fazendas Guerra, Southall e a Granja Nenê para o cumprimento da meta de 2 mil famílias. Segundo site do MST, além da inoperância do Incra, a Marcha pretende denunciar a criminalização dos movimentos sociais pela Governadora do estado, Yeda Crusius (PSDB) que, segundo o movimento, utiliza métodos violentos da Brigada Militar para defender os interesses de empresas estrangeiras.

Os trabalhadores do MST ocupam superintendências do Incra e uma agência do banco Nossa Caixa no interior de São Paulo (região Sudeste). As ações fazem parte da Jornada iniciada no dia 21 de julho. Os trabalhadores rurais reivindicam o assentamento das 140 mil famílias acampadas no país e um programa de agroindústria para assentados. Na região de Presidente Prudente, 300 sem-terra ocupam a sede do banco Nossa Caixa, buscando liberação e acesso aos créditos para os assentados. Em Teodoro Sampaio, cerca de 100 trabalhadores rurais do MST exigem a liberação dos créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e a complementação do crédito de moradia do Incra (o Programa de Habitação). Em Araraquara, 100 lavradores permanecem, desde o início da manhã, na superintendência do Incra. Na capital de São Paulo, cerca de 400 sem-terra permanecem desde o dia 21 de julho na superintendência estadual do Incra, para cobrar o assentamento das 1.600 famílias acampadas e a liberação de crédito e infra-estrutura para 700 famílias assentadas em todo o estado. Em outros estados, o MST permanece ocupando as superintendências do Incra em Alagoas, na Paraíba, Bahia, Maranhão, Ceará, Goiás e Mato Grosso. A Jornada de Lutas por Reforma Agrária, realizada em torno do Dia do Trabalhador Rural, em 25 de julho, denuncia a lentidão no processo de criação de assentamentos e cobra as promessas não cumpridas. As ações condenam também a criminalização dos movimentos sociais.

Moradores de diversas comunidades da região, entre elas Carobinha, Barbante e Manguariba protestam em frente à 35ª Delegacia de Polícia, em Campo Grande no Rio de Janeiro (região Sudeste). Eles se manifestam contra a prisão de Natalino Guimarães e ameaçam invadir a delegacia. Os policiais pedem reforço e usam gás de pimenta para dispersar o grupo. Os manifestantes fecharam a rua em frente à Delegacia. Quando chega o reforço de 70 policiais, os manifestantes protestam ainda mais. Uma mulher desmaia, é socorrida, mas volta ao protesto. Pouco tempo antes de Natalino ser transferido já não há mais manifestantes em frente à delegacia. O deputado estadual Natalino José Guimarães (DEM), foi preso em flagrante, na noite do dia 21 de julho, em sua casa, em Campo Grande, na zona oeste do Rio de Janeiro. A polícia apreendeu armas e carros importados. Ele negou ter cometido os crimes de porte ilegal de armas, formação de quadrilha, favorecimento pessoal e tentativa de homicídio. O parlamentar

também é acusado de comandar um grupo de milicianos, conhecido como Liga da Justiça, que age em Campo Grande e é mantido por atividades ilegais como ligações clandestinas de TV a cabo, transporte alternativo e venda superfaturada de gás de cozinha, que são realizadas em comunidades da região, gerando R$ 2 milhões por mês ao grupo.

Funcionários dos Correios de Minas Gerais rejeitam o fim da greve da categoria. Em outros estados, os trabalhadores retornam às atividades. Segundo a Fentect, o sindicato rejeitou o acordo fechado com o governo porque não concorda com a criação de um banco de horas para compensar os dias parados. A proposta negociada com o governo prevê pagamento, em definitivo, de 30% do salário-base para 43 mil carteiros que trabalham na distribuição e coleta externa, a título de adicional de atividade, retroativo a junho de 2008. Aos demais empregados que trabalham na distribuição e aos atendentes em guichês de agências, a empresa continuará pagando o valor fixo de R$ 260. Em agosto, os Correios e a Fentect voltarão a discutir os termos do Plano de Cargos, Carreiras e Salários de 2008.

O sociólogo Renato Cinco, um dos organizadores da Marcha da Maconha, evento proibido pela Justiça de acontecer em maio no Arpoador, Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) reclama de censura na internet, ao ter na semana passada seu perfil retirado do site de relacionamentos Orkut, sob alegação de que haveria violado os termos de uso do provedor. A página da comunidade "Legalização das drogas" também foi retirada do ar sob o mesmo pretexto. Cinco diz que estuda medidas jurídicas contra o Google, que detém os direitos do Orkut. A assessoria de imprensa do Google informa que a empresa não se manifesta sobre casos individuais de retirada de páginas do ar. A empresa ainda declara que tais medidas são tomadas com base em denúncias, que são analisadas por uma equipe técnica.

4ª feira 23

Os cerca de 600 trabalhadores rurais que marcham rumo à sede do Incra, em Porto Alegre, chegam a Canoas – Rio Grande do Sul (região Sul). A Marcha Estadual por Reforma Agrária foi iniciada no dia 22 de julho. Os sem-terra realizam panfletagens e discussões com a comunidade local. A Marcha tem o objetivo de reivindicar o cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado pelo Incra e pelo Ministério Público Federal, há oito meses, no encerramento da Marcha à Fazenda Guerra. Pelo acordo, o Governo federal se comprometia em assentar mil famílias até abril e outras mil famílias até o final de 2008. Até o momento, menos de 40 famílias de agricultores foram assentadas no período. Além da inoperância do Incra, a Marcha denuncia a criminalização dos movimentos sociais pela Governadora Yeda Crusius (PSDB), que utiliza métodos violentos da Brigada Militar para defender os interesses de empresas estrangeiras.

Cerca de mil famílias sem-terra do MST ocupam as duas superintendências do Incra nos municípios de Recife e Petrolina - Pernambuco (região Nordeste). A ação é um protesto contra a lentidão da Reforma Agrária no país. Na capital, Recife, cerca de 400 famílias ocupam a superintendência do Incra. No Sertão do São Francisco, mais de 600 famílias estão acampadas na sede do Incra, em Petrolina. As ações em Pernambuco fazem parte

da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária, realizada em torno do Dia do Trabalhador Rural, comemorado no dia 25 de julho. Os sem-terra exigem o assentamento das 140 mil famílias acampadas em todo o país e o investimento público para crédito rural e infra-estrutura em áreas de Reforma Agrária, como casas, saneamento básico, escolas, hospitais e um programa de agroindústria para assentados. As ações da Jornada de Lutas denunciam também a criminalização dos movimentos sociais, especialmente no Rio Grande do Sul e no Pará.

O Sindicato das Empresas Transportadoras e Revendedoras Varejistas de Gás (Sindvargas) paralisa, das 10 às 17 horas, a venda de gás de cozinha (GLP) no Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste). O protesto é contra as condições de comercialização do produto na capital do país. O sindicato alega que não há fiscalização adequada para coibir abusos das revendas piratas e que o setor não suporta os aumentos nos custos operacionais, principalmente com a concorrência desleal que se verifica.

Centrais sindicais promovem em frente à sede do Banco Central, em São Paulo – SP (região Sudeste), manifestação contra os juros altos. Entre as entidades envolvidas estão a Força Sindical, a União Geral dos Trabalhadores, a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil e a Nova Central Sindical dos Trabalhadores. O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central corrigiu a taxa básica de juros (Selic), aumentando-a dos atuais 12,25% para 13% ao ano. A decisão foi tomada por unanimidade e sem viés, conforme nota divulgada pelo Banco Central. Segundo os membros do Copom, que é formado por diretores do Banco Central, foi preciso elevar a taxa para conter o aumento do consumo interno e manter a inflação o mais próximo possível da meta de 4,5% ao ano. É o terceiro aumento da taxa em 2008. Em nota, a CUT destaca que “as altas taxas básicas de juros são contrárias aos interesses da classe trabalhadora”, porque o aumento não tem efeito sobre o combate à inflação e que servirá para penalizar ainda mais os assalariados. “Contra a inflação, defendemos menos especulação, menos juros e mais produção”, diz a nota. Também por meio de nota, a Força Sindical manifesta repúdio ao aumento, classificando-o de “cavalar”. “A medida é impopular porque de imediato vai dificultar a campanha salarial de cerca de 3,5 milhões de trabalhadores que já estão negociando reposição das perdas e aumento real de salário com os patrões. Ao mesmo tempo dificulta o investimento das empresas na produção. Para a Força Sindical, se o governo quer combater a inflação tem de incentivar o aumento da produção de alimentos e reduzir os impostos dos produtos da cesta básica.” A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) também reprovou a elevação da taxa. Em nota, a entidade criticou o “desentendimento entre as políticas monetária e fiscal” do governo e enfatizou que a alta dos juros prejudica os menos favorecidos.

Representantes de movimentos sociais e de diversas entidades participam na Igreja da Candelária, no centro do Rio de Janeiro (região Sudeste), de missa e caminhada em memória das vítimas da Chacina da Candelária. O fato aconteceu no dia 23 de julho de 1993. Oito crianças e adolescentes que dormiam próximo à igreja foram mortos por policiais. Após a missa, os manifestantes seguiram em caminhada para a Cinelândia. O ato teve como temas; a defesa da vida, pelos 18 anos do ECA e contra a redução da maioridade penal. De acordo com o jornal O Globo, participam cerca de 800 pessoas. O Jornal Folha de São Paulo reporta que o ato conta com aproximadamente 50 pessoas. Mais de 70 guardas municipais ajudam a organizar o trânsito durante a manifestação, no

entanto ainda houve retidões e tráfego lento. Outdoors de divulgação da passeata espalhados pela cidade causaram polêmica, ao exibir o desenho de um policial empunhando um fuzil, enquanto uma mãe chora com o filho ensangüentado no colo. A ilustração é do artista Latuff. Segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a violência é responsável pelo assassinato de pelo menos 16 crianças e adolescentes por dia no Brasil.

Ativistas do Greenpeace protestam em frente ao Ministério do Meio Ambiente em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) contra a concessão de licença ambiental prévia para a Usina de Angra 3, no Rio de Janeiro, anunciada pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc (PT), e pelo presidente do Ibama, Roberto Messias. Os manifestantes exibiam um quadro com a fotografia do presidente do Ibama identificado com o símbolo da radioatividade e com os dizeres "O Messias chegou e traz más notícias: Angra 3 aprovada". De acordo com o diretor da Campanha Energia do Greenpeace, Ricardo Baitelo, a opção pela retomada do programa nuclear não é a opção mais recomendada e ambientalmente viável para o país. "A [energia] nuclear é pior, tanto em custos quanto em relação a benefícios sociais, de criação de empregos, e principalmente em relação à poluição ambiental", compara. De acordo com o Greenpeace, a "solução" que o governo exige da Eletronuclear para os resíduos de Angra 3 "vem apresentando problemas graves na Europa", em países como França e Alemanha. "O país não precisa de energia nuclear, existe um potencial enorme, só no Nordeste temos 10 Itaipus em eólica. O Brasil desperdiça milhões por ano com desperdício de energia. Se o país cumprisse as metas do Procel [Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica] poderia evitar a necessidade de se construir usinas nucleares", defendeu.

A 7ª Jornada de Agroecologia, promovida pela Via Campesina, começa em Cascavel – Paraná (região Sul) com protesto de fazendeiros, liderados pela Sociedade Rural do Oeste do Paraná. Com aproximadamente 200 pessoas, o ato critica o uso do campus da Unioeste - prédio público - para a realização do encontro. O presidente da Sociedade Rural do Oeste do Paraná, Alessandro Meneghel, 43, além de criticar o uso de edifício público para o ato, declara que a manifestação é para revelar "ao povo a demagogia daqueles que querem produzir sem agrotóxicos e sem transgênicos". José Maria Tardin, da Via Campesina, diz que o protesto dos fazendeiros mostra "a disputa entre a produção independente defendida pelos agricultores familiares e o modelo dependente que homens do agronegócio defendem".

Cerca de 500 sem-terra, liderados por José Rainha Jr., partem do Pontal do Paranapanema para Presidente Prudente no estado de São Paulo (região Sudeste) em ato contra o governo José Serra (PSDB). Os sem-terra cobram agilidade no assentamento de famílias e a retirada do projeto de lei 578/ 2007, que regulariza áreas devolutas. Neste mesmo dia, José Rainha Jr.declarou por telefone à reportagem do jornal O Globo, de Presidente Bernardes, que não só apóia como foi um dos incentivadores da candidatura a vereador do presidente da associação de moradores da Rocinha, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), Luiz Cláudio de Oliveira do Partido Social Democrata Cristão (PSDC), conhecido como Claudinho da Academia. Rainha diz freqüentar a favela carioca desde 1997 e afirma que Claudinho não tem relações com traficantes. Ao esclarecer o motivo das visitas, o militante defende a necessidade de organizar os

moradores para lutar contra o que chama de ausência do Estado e o preconceito contra a população do morro.

A Fentect informa que os funcionários de Minas Gerais (região Sudeste) encerram a greve. Segundo a federação, o sindicato mineiro rejeitou o acordo fechado com o governo porque não concorda com a criação de um banco de horas para compensar as horas paradas. Contudo, eles resolveram voltar ao trabalho porque todos os demais sindicatos do país em greve o fizeram no dia 22 de julho.

5ª feira 24

Dois ativistas do Greenpeace realizam uma manifestação em frente à sede do Ibama, no centro do Rio de Janeiro – Rj (região Sudeste). Eles protestam contra a emissão da licença prévia ambiental para a instalação de Angra 3, no litoral sul do estado. Os manifestantes penduraram na porta do prédio do Ibama uma foto do presidente do órgão, Roberto Messias, com a declaração: "O Messias chegou e traz más notícias." Segundo a ONG, mesmo com as 60 condicionantes impostas pela licença prévia, os riscos e os custos da produção de energia nuclear no país não compensam. Para o Greenpeace, o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental feito pelo Ibama apresentam falhas graves. As principais, diz o coordenador da campanha de energias renováveis da ONG, Ricardo Baitelo, seriam a falta de esclarecimento sobre o local de armazenamento dos resíduos produzidos por Angra 3 e como a população seria retirada do local em caso de acidente. Segundo divulgado pela Agência Brasil, o lixo radioativo produzido pelas usinas Angra 1 e 2 vem sendo estocado dentro das próprias usinas. De acordo com o Greenpeace, com os recursos previstos para Angra 3, cerca de R$ 8 bilhões, seria possível instalar um parque de turbinas eólicas com o dobro de potência em um terço do tempo e gerando 32 vezes mais empregos. Ao final da manifestação, foram entregues dois relatórios sobre energia nuclear para o superintendente do Ibama no Rio, Rogério Rocco. Ele prometeu encaminhar os documentos à presidência do órgão.

O Juiz Federal de Marabá, Carlos Henrique Borlido Haddad, condena Luís Salomé de França, Raimundo Benigno Moreira do Movimento dos Trabalhadores e Garimpeiros na Mineração (MTM) e Erival Carvalho Martins integrante do MST a pagar, em conjunto, R$ 5,2 milhões à Vale, por terem liderado a manifestação que interditou a Estrada de Ferro Carajás, pertencente à mineradora, em abril de 2008. Ao despachar a ação movida pela Vale, o magistrado também proíbe os réus de voltarem a praticar qualquer ato que ameace o livre trânsito na ferrovia, sob pena de ficarem sujeitos ao pagamento de multa diária no valor individual de R$ 3 mil. Na fase de liquidação de sentença, ainda serão definidos valores para o pagamento das perdas e danos sofridos pela Vale, com os quais os condenados também terão que arcar. A presidente de uma cooperativa de mineradores, Marilene dos Santos, também foi citada no processo, mas ofereceu defesa e foi absolvida. O juiz entendeu que, ao contrário dos três condenados, Marilene não exerceu o papel de liderança na interdição. Os três responsabilizados pelo ato, têm 15 dias para pagar a multa, determinada pelo juiz Carlos Henrique Bolirdo Haddad e que foi calculada com base no descumprimento de interdito proibitório judicial.

Cerca de 600 integrantes do MST ocupam o prédio da superintendência do Incra, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Depois de duas horas e meia de reunião, os sem-terra e o Superintendente Mozar Dietrich não chegaram a um acordo sobre a reivindicação do movimento de assentar 2 mil famílias até dezembro de 2008. A integrante da coordenação do MST, Inês Rodrigues, reclama que o encontro apenas mostrou que o governo federal não tem uma política de Reforma Agrária tanto para o Rio Grande do Sul quanto para o país. No final de 2007, o Incra assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público em que se comprometeu a assentar mil famílias até abril e outras mil até o final de 2008. No entanto, apenas 40 famílias foram assentadas até o momento. De acordo com o Movimento o que emperra o cumprimento da meta é a demora em resolver problemas com a documentação legal, como certidões e escrituras das áreas. O MST quer que o Incra assente imediatamente as mil famílias que deveriam ter ganhado terra até abril. No entanto, o órgão afirma que o processo é demorado devido à legalização das escrituras das propriedades e promete assentar todas as famílias até dezembro. Dez áreas, que totalizam 30 mil hectares, estão em processo de desapropriação para cumprir a meta. O Incra dispõe de R$ 180 milhões para comprar as áreas. No entanto, o Movimento avalia que a reforma agrária no Rio Grande do Sul vai ficar cada vez mais difícil, caso os índices de produtividade não sejam revistos pelo governo federal. Outro empecilho é o aumento do preço da terra em função da compra pelas empresas de celulose para o plantio de pínus e de eucalipto.

Entidades ambientalistas enviam manifesto aos senadores gaúchos Paulo Paim (PT), Pedro Simon (PMDB), e Sérgio Zambiasi do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) contra a liberação da mineração no Lago Guaíba, no Rio Grande do Sul (região Sul). Os ambientalistas classificam a permissão dada pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) como criminosa e desumana. De acordo com o Código Estadual do Meio Ambiente, a atividade de mineração não poderá ser desenvolvida nos acidentes topográficos de valor ambiental, paisagístico, histórico, cultural, estético e turístico. Para os ambientalistas, a medida é contraditória, pois enquanto a Prefeitura da Capital gaúcha investe na recuperação do Guaíba, a FEPAM entrega o lago a uma das atividades mais poluidoras e sem controle existente. As entidades esperam que os senadores interfiram junto ao Ministério do Meio Ambiente e ao governo gaúcho para que a FEPAM cumpra a lei. Assinam o manifesto a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN); o Centro Comunitário de Desenvolvimento da Tristeza, Pedra Redonda e Vilas Conceição e Assunção; a ONG Mar de Dentro e a Associação de Moradores do Sétimo Céu.

O departamento jurídico do MST declara que, apesar de José Rainha Jr. fazer campanha para o candidato a vereador da Rocinha Claudinho da Academia, usando o nome e a bandeira do movimento, o grupo não tem como entrar com ação contra ele, já que não é figura jurídica. O MST declara que “não tem o que fazer” se ele decidiu, “por conta própria”, fazer campanha para Claudinho da Academia, na Rocinha, favela do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A direção do movimento ainda informa que não tem vínculos políticos com candidatos, partidos políticos ou governos de todas as esferas. Um dos coordenadores nacionais do MST, José Batista de Oliveira, diz que Rainha não integra mais a organização do movimento.

Parentes e amigos de petroleiros, vítimas de acidentes de trabalho, realizam uma manifestação em Macaé – Rio de Janeiro (região Sudeste). A manifestação é contra a constante ocorrência de mortes e mutilações nas plataformas da Petrobras na região. O objetivo é pedir justiça e mais segurança nas plataformas, para que outros trabalhadores não passem pelo mesmo sofrimento que as vítimas e as famílias passam. A passeata sai da Praça Veríssimo de Melo, no Centro, em direção à sede da Petrobras, no bairro de Ibitiba. Só em 2008 aconteceram em todo o país 11 mortes em alto mar, oito destas só no estado do Rio de Janeiro. Desde 1998, foram mais de 150 mortes. A gota d'água para o protesto foi a morte do plataformista Adeilson dos Anjos de Jesus no início de junho. Em solidariedade, também participam do ato dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo no Estado do Rio de Janeiro (SINDIPETRO-RJ).

6ª feira 25

Milhares de militantes de diversas organizações camponesas e urbanas participam do ato contra a criminalização do MST, realizado em São Luís - Maranhão (região Nordeste). O representante da CPT, Diogo Cabral, afirma que "o MST é um movimento legítimo e que só faz o bem para a sociedade principalmente para o Maranhão onde quase 50% da população vive no campo". Segundo Noé Rodrigues, integrante do MST, é preciso que todos os movimentos sociais possam fazer lutas conjuntas, só assim a classe trabalhadora poderá ter conquistas mais concretas e avaliou que no Maranhão os movimentos camponeses começam a atuar em conjunto.

Atores de teatro e cinema participam em Camboinhas, no Parque Estadual da Tiririca, região oceânica de Niterói – Rio de Janeiro (região Sudeste) de ato público em apoio aos índios Guaranis instalados no local. Participaram da manifestação os atores Osmar Prado, Priscila Camargo, Antônio Pitanga, dentre outros. O grupo se comprometeu a apoiar a luta dos indígenas pela demarcação das terras. Os índios reivindicam a posse da terra. A área abriga cemitérios indígenas (sambaquis) o que garante a posse, de acordo com a Constituição. No dia 18 de julho, a aldeia dos Guaranis em Camboinhas sofreu um incêndio criminoso, que está sendo investigado pela PF. O fogo destruiu seis ocas e pertences dos índios, como roupas, colchões, comida, instrumentos sagrados, livros e manuscritos dos pajés. O índio Joaquim Karaí Benite chegou a ser internado, com queimaduras de segundo grau. Os índios afirmam que, caso não haja a demarcação das terras pela Funai, em 12 dias, um grupo de cerca de 800 índios vai ocupar a área.

Cerca de mil integrantes do MST ocupam a fazenda Maria Bonita, no município de Xinguara no Pará (região Norte). A área fica próxima a Eldorado dos Carajás e é da Agropecuária Santa Bárbara, empresa do Grupo Opportunity, controlado pelo banqueiro Daniel Dantas. Segundo o movimento, a fazenda teria sido comprada de maneira ilegal em 2005, porque seria uma área pertencente ao estado. De acordo com Ulisses Manaças, integrante da direção do MST no estado, a ocupação não tem prazo para terminar. Ele afirmou que, na parte da manhã, apareceram grupos armados, que se diziam seguranças da fazenda, dando tiros para o alto. A ação integra a Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária, realizada em torno do Dia do Trabalhador Rural, em 25 de julho, que denuncia a lentidão no processo de criação de assentamentos, as promessas não cumpridas e a prioridade do governo ao modelo do agronegócio. As ações condenam

também a criminalização dos movimentos sociais, especialmente no Rio Grande do Sul e no Pará.

Trabalhadores rurais do MST e do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), acompanhados pela CPT ocupam o Cartório de Murici, em Alagoas (região Nordeste). O objetivo da ação é relembrar o episódio do dia 24 de julho de 2007, quando os movimentos do campo de Alagoas, ocuparam a fazenda Boa Vista, dos irmãos Renan e Olavo Calheiros, no município de Murici. A ação denuncia a posse ilegal das terras, que acontece com a conivência dos cartórios. O cartório do 1º Ofício de Murici é um exemplo, pois oficializa as fraudes de Renan e Olavo, denunciados ao Ministério Público por desmatamento ilegal e invasões de terras na área da Estação Ecológica do município. Os trabalhadores rurais sem-terra do estado reivindicam o julgamento da tabeliã Maria de Lourdes Ferreira Moura pelo Conselho Estadual da Magistratura e seu afastamento definitivo, contra a grilagem de terras e em defesa da Reforma Agrária. Segundo site do MST, graças às denúncias dos movimentos, o cartório sofreu intervenção e Moura que tem concessão do cartório há 35 anos e é o principal alvo de processo administrativo da Corregedoria Geral de Justiça – foi afastada por 90 dias. No entanto o movimento chama atenção que Moura continua no cargo, apesar das antigas denúncias e da entrega do relatório ao Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL) pelo Corregedor-geral da Justiça Desembargador Sebastião Costa Filho, em 04 de janeiro de 2008, que recomenda a exoneração da tabeliã. O ato marcava Dia do Trabalhador Rural, dia 25 de julho, com objetivo de denunciar a grilagem e a violência no campo.

As cerca de 800 famílias ligadas ao MST deixam a sede do Incra em João Pessoa – Paraíba (região Nordeste). Os sem-terra estavam desde o dia 21 de julho no local. O Incra comprometeu-se a assentar até o final de 2008 cerca de mil das 2.600 famílias acampadas no estado. Até o final de agosto, a superintendência se comprometeu a assentar 300 famílias destas mil. O compromisso é de realizar 50 vistorias de terras esse semestre. Pela manhã, as 800 famílias do MST saíram em marcha pelas ruas da cidade de João Pessoa, seguindo em direção ao prédio da Justiça Federal. Na frente do prédio foi realizado ato contra a criminalização dos movimentos sociais e denunciando o poder judiciário que ao invés de aplicar a justiça, reprime o trabalhador organizado, além de criar empecilhos nos processos de desapropriação de terra. O ato marca o Dia do Trabalhador Rural, dia 25 de julho, com objetivo de denunciar a grilagem e a violência no campo.

Agentes penitenciários deflagram greve no Rio Grande do Sul (região Sul). O objetivo da greve é pressionar a governadora Yeda Crusius (PSDB) a atender uma série de reivindicações que a categoria faz desde 2007. Entre os pedidos, estão: compra de novos equipamentos de segurança, criação do plano de carreira e aposentadoria especial e a contratação de mais agentes. Segundo o sindicato da categoria, seriam necessários 6 mil agentes no Estado para fazer a segurança.

O MST lidera um protesto, no Dia Nacional do Trabalhador Rural, em frente à sede do Ministério Público Federal (MPF), em Recife - Pernambuco (região Nordeste). A manifestação tem por objetivo protestar contra "o recrudescimento do processo de criminalização dos movimentos sociais". Apoiados pela CPT, instituições de direitos humanos e parlamentares, o MST protocola uma "carta de preocupação e repúdio" ao

MPF. O exemplo do MPF do Rio Grande do Sul serve de bandeira. "Querem cassar o movimento (MST) sob o argumento de se tratar de uma organização marxista, que insufla a baderna e a agitação social", indigna-se o deputado Fernando Ferro (PT). "Esta é uma linguagem da década de 70, da época da ditadura militar." Para o MST, a ofensiva do Estado contra os movimentos sociais tem se estendido por todo o território nacional, com ataques às lutas populares, aos povos indígenas, às organizações sindicais e ao direito de greve. O ato no MPF, e um outro, que ocorre na sede da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), em Petrolina – Pernambuco, marcam a desocupação das sedes do Incra em Recife e em Petrolina, onde trabalhadores rurais sem-terra acampam desde o dia 24 de julho como parte da jornada nacional de luta pela reforma agrária.

Domingo 27

O Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc (PT) determina o afastamento do Superintendente do Ibama de Rondônia (região Norte), Oswaldo Luiz Pittaluga. Auditoria interna do Ibama acusa Pittaluga de doar 36 motosserras e duas serrarias para o Movimento Camponês Corumbiara (MCC), entre outras irregularidades. A demissão é acertada entre Minc e o presidente do Ibama, Roberto Messias.

Cerca de 50 amigos da engenheira Patrícia Amieiro Franco, desaparecida desde o dia 14 de junho, fazem protesto no local onde o seu carro foi encontrado, na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). São levantadas suspeitas sobre o trabalho da perícia, que não concluiu o caso.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, concede habeas corpus ao sargento do Exército Laci Marinho de Araújo, preso desde junho. Laci assumiu publicamente que mantém um relacionamento homossexual com outro sargento do Exército, Fernando Figueiredo. Ao mandar soltar o sargento, o presidente do STF afirma que a decisão do Superior Tribunal Militar (STM) de prender Araújo contrariou a Jurisprudência do Supremo “por assentar o descabimento de liberdade provisória em processo de deserção”. No tempo em que ficou preso, Araújo relatou tortura física e psicológica dentro do batalhão. O sargento responde na Justiça Militar por deserção. Até o julgamento final ele não pode deixar o Exército por livre vontade. Apesar de liberado, Araújo pode voltar a ser detido por transgressões disciplinares.

Cerca de 300 manifestantes fazem ato contra a criminalização do Movimento Hip-Hop em frente ao Shopping Palladium, recentemente inaugurado em Curitiba – Paraná (região Sul). Durante toda a tarde Mc's, coletivos e militantes esclarecem sobre suas reivindicações, sendo a principal delas o direito de ir e vir. Mais de 25 seguranças fazem uma barreira, impedindo que os manifestantes fiquem próximos da calçada e da porta principal.

2ª feira 28

Aproximadamente 600 integrantes do MST, do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e do Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural (MATR) ocupam a sede da Superintendência do Incra em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os funcionários foram impedidos de entrar. Os manifestantes reivindicam a troca do comando da instituição. Eles pedem ainda a destinação para Reforma Agrária da Fazenda Sálvia, na região de Sobradinho e da Fazenda Picagem, em Brazilândia. Segundo o Incra do Distrito Federal, o processo de destinação da Sálvia para Reforma Agrária está em andamento. A fazenda Picagem, de acordo com o Instituto, não pode ser transformada em assentamento. O superintendente criticou a ocupação e garantiu que o processo de assentamentos na capital do país está sendo feito. A ocupação do Incra no DF faz parte da Jornada Nacional, que defende a Reforma Agrária como forma de aumentar a produção de alimentos e o assentamento de todos os acampados no país. Eles também chamam atenção para a criminalização dos movimentos, principalmente no estado do Rio Grande do Sul.

Entidades civis e organizações de direitos humanos enviam à Organização das Nações Unidas (ONU) e à Organização dos Estados Americanos (OEA) um documento em que denunciam a criminalização do MST. No documento, é relatada a ação dos Ministérios Públicos Estadual e Federal do Rio Grande do Sul em desmobilizar acampamentos do MST, proibir manifestações e determinar intervenções em escolas dos sem-terra. Também é relatado o caso dos oito sem-terra que estão sendo denunciados pela Lei de Segurança Nacional, legislação amplamente utilizada durante a Ditadura Militar para condenar opositores ao regime.

Cerca de 500 trabalhadores rurais do MST, representantes de sindicatos e organizações civis participam de ato público contra a criminalização dos movimentos sociais no salão de atos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Depois do ato, os participantes saem em caminhada pelas principais ruas do centro de Porto Alegre e entregam um documento no Ministério Público Federal (MPF) e no Tribunal de Justiça, em que questionam a atuação da Justiça e exigem que os processos de criminalização sejam paralisados. O ouvidor nacional de Direitos Humanos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Fermino Fechio, participou do ato e disse que o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) está encaminhando as denúncias que recebeu contra o órgão gaúcho a Conselhos Nacionais, entre eles o da Justiça, do Ministério Público e dos Procuradores gerais de Justiça. "O nosso objetivo é que os conselhos avaliem o documento dos promotores e questionem o posicionamento dos magistrados, que em alguns casos foi ilegal", afirmou Fechio. Segundo ele, mais do que os conselhos, a população gaúcha precisa fiscalizar a sua polícia. Fechio também apontou a falha dos Ministérios Públicos, que não vêm fiscalizando a atuação policial. O ouvidor questiona por que é mais comum que promotores fiscalizem vereadores e torcidas de futebol, mas não grupos de extermínio compostos por policiais que existem em quase todos os estados do país. A doutora em educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Nita Freire, criticou o uso, pelos promotores, das obras de Paulo Freire para justificar que o MST é contrário à ordem social vigente. Nita,

viúva de Freire afirma que além de rotular os pensamentos de Freire, os promotores tentam criar na sociedade o sentimento falso de que reivindicar os direitos é errado.

Cerca de 100 integrantes do MST, segundo informações do Jornal O Estado de São Paulo, ocupam o escritório regional do Incra em Itapeva - São Paulo (região Sudeste). O grupo chega em dois ônibus provenientes das agrovilas da fazenda Pirituba, na zona rural do município. A ocupação é reforçada por trabalhadores sem-terra acampados em Buri e Itaberá, cidades da região. A ação, como parte da jornada nacional de lutas do movimento, tem por objetivo cobrar novos assentamentos para as famílias que estão acampadas no estado. Durante o dia, o atendimento no escritório fica interrompido. Os sem-terra deixam o local no final da tarde, depois de uma reunião com representantes do Incra. Além da ocupação no interior de São Paulo, trabalhadores rurais continuam mobilizados na Superintendência do Incra em Brasília e nas unidades da capital paulista, de Porto Alegre, Curitiba e Fortaleza. Também prossegue a ocupação da fazenda Maria Bonita, do Grupo Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas. Duas marchas de sem-terra estão em andamento na Região Sul. Uma chegou hoje a Florianópolis, onde os agricultores montaram acampamento na Assembléia Legislativa. A outra está em marcha pelo Sudoeste do Paraná, desde o dia 14, e, hoje está no município de Francisco Beltrão. De acordo com o Incra, desde o início das manifestações, somente a Superintendência de Mato Grosso foi desocupada.

3ª feira 29

Aeroportuários deflagram greve em todo país. No entanto, a greve é suspensa após algumas horas com a aceitação da proposta da Infraero. Os trabalhadores reivindicam a renovação por mais um ano do Acordo Coletivo de Trabalho da categoria com a Infraero, que administra os aeroportos do país. No Rio de Janeiro (região Sudeste), a paralisação durou pouco tempo e não interferiu na chegada e partida dos vôos no Aeroporto Internacional Antonio Carlos Jobim, onde trabalham 1,5 mil funcionários da Infraero. Os funcionários nos aeroportos do Rio de Janeiro (Tom Jobim e Santos Dumont) suspendem a greve por volta das 9h. Em outros estados a situação foi a mesma. A contraproposta foi protocolada no Sindicato Nacional dos Aeroportuários (Sina) pouco depois das 19h do dia 29 de julho. O documento prevê um reajuste salarial de 5,5%, retroativo a 1º de maio e o pagamento de 25 vales-refeição/alimentação mensais no valor de R$ 24 cada. Há ainda dois padrões para promoção, por merecimento ou antigüidade para todos os funcionários que em 31 de dezembro de 2007 tenham mais de um ano na empresa. Uma das principais reivindicações da categoria, a implantação de um Plano de Cargos e Salários, também foi incluída na proposta da Infraero. Segundo acordo firmado, o plano deverá estar pronto até o dia 30 de abril de 2009. Entretanto, ainda não há acordo em relação ao bônus de Natal, que vinha sendo pago há 24 anos pela empresa, mas que não foi aceito pela atual diretoria. A previsão é que a Infraero e o Sina negociem, em outubro, como o benefício será concedido, bem como os recessos de final de ano. As primeiras horas de greve provocaram apenas "poucos atrasos". Estes trabalhadores são os responsáveis por serviços como navegação aérea (controle do tráfego aéreo, meteorologia e informação aeronáutica), operação geral dos aeroportos e recebimento e liberação de cargas aéreas, entre outros.

Representantes da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul) se reúnem com agricultores do município de Dourados para tentar impedir o início dos trabalhos de demarcação de territórios indígenas na região sul do estado. Os produtores rurais discutem possíveis ações para evitar que os antropólogos contratados pela Funai comecem a levantar locais tradicionalmente ocupados pela etnia Guarani-Kaiowá. Segundo divulgado pela Agência Brasil, para a Famasul, as pesquisas, que oficialmente começam no dia 10 de agosto, são "absurdas" e visam a "engessar" o setor produtivo do estado. Levantamento realizado pelo Conselho Regional de Economia do Mato Grosso do Sul e apresentado aos agricultores de Dourados, aponta que os 26 municípios incluídos no roteiro de pesquisa dos grupos de trabalho da Funai são responsáveis por 20% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado. Nestas cidades, também há previsão de grandes investimentos do setor sucroalcooleiro. De acordo com a Famasul, dos 851 milhões de hectares de área total do Brasil, 107 milhões já são terras indígenas, ou seja, 12,6%. Enquanto isso, 214 milhões de hectares são pastagens e lavouras, responsáveis pela geração de 40% do PIB nacional, nos cálculos da entidade. "Quando criamos uma reserva, engessamos uma área", afirmou o deputado estadual Zé Teixeira (DEM), que também participou da reunião em Dourados. "Estão impedindo o crescimento do país que é o celeiro do mundo."

Cerca de 150 policiais da Brigada Militar e do Batalhão de Operações realizam despejo de 70 famílias ligadas ao MST na cidade de Gramado dos Loureiros, na região Noroeste do Rio Grande do Sul (região Sul). Parte das famílias está acampada na faixa de domínio da RS-324 e outra parte em um assentamento do MST no local. A reintegração de posse da faixa de domínio da rodovia foi pedida pelo Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) e efetivada pela Brigada Militar. Os policiais identificaram todas as 70 pessoas e cumpriram mandados de busca e apreensão, detendo materiais de trabalho dos acampados como facas, foices e facões. As famílias denunciam que esta é mais uma tentativa da Brigada Militar - com o apoio do Governo do estado - de desmobilizar e criminalizar o MST. Ao mesmo tempo, o governo do estado não tem nenhuma política para a reforma agrária e nem mesmo para a agricultura familiar, disponibilizando recursos apenas para o agronegócio e para as papeleiras na Metade Sul.

Doze associações de moradores estendem faixas por todas as favelas do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), para "abrir" as portas para candidatos a vereador e a prefeito da cidade. A investigação instaurada pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio para apurar possível "curral eleitoral" (quando os eleitores votam sempre no mesmo candidato) no conjunto das favelas, incomodou os presidentes das associações. Eles afirmam que os moradores do Complexo do Alemão estão sendo vítimas de preconceito. O TRE investiga se traficantes estão ameaçando moradores, a fim de beneficiar a reeleição do vereador Jorginho da SOS (DEM). Ele não chega a ser localizado para comentar as investigações.

O Ministério Público Federal (MPF) firma acordo com a Vale, a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) e o Consórcio da Usina Hidrelétrica de Aimorés (UHE-Aimorés), encerrando ação civil pública na qual pedia indenização por danos morais coletivos causados ao povo indígena Krenak. O acordo é firmado na Justiça Federal, em Governador Valadares – Minas Gerais (região Sudeste) e a indenização total a ser paga

é de quase R$ 12 milhões, segundo o MPF. Na ação, ajuizada em abril de 2005, o MPF e a Funai acusaram as empresas e o consórcio - formado pela Vale (51%) e Cemig (49%) - de ignorarem, no contrato de construção da usina, os direitos e interesses dos índios Krenak que habitam a área de influência do empreendimento, na zona rural do município de Esplendor. No estudo de impacto ambiental, conforme a Procuradoria da República em Minas, as empresas e o consórcio não fizeram qualquer consulta à comunidade indígena - formada por aproximadamente 100 famílias - e muito menos obtiveram o seu consentimento para o empreendimento. "Na verdade, os índios sequer tinham conhecimento do empreendimento que ali seria implantado", afirma o MPF por meio de nota.

Cerca de 350 sem-terra acampam no saguão superior da Assembléia Legislativa, em Florianópolis – Santa Catarina (região Sul). Eles realizam também uma vigília em frente ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina. O objetivo é protestar contra a ação movida por integrantes do Ministério Público do Rio Grande do Sul contra o MST, que visa criminalizar o movimento. Os manifestantes reivindicam também o assentamento de 140 mil famílias e a liberação dos recursos do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronera). Documento de integrantes do Ministério Público divulgado recentemente determina medidas para desmobilizar acampamentos do MST e a intervenção nas escolas, entre outros. Os promotores também incriminam oito sem-terra, que respondem a supostos crimes pela Lei de Segurança Nacional.

Cerca de 70 PMs, dos municípios de Vilhena, Colorado, Cerejeiras, Pimenteiras, Corumbiara, Chupinguaia e Cabixi no estado de Rondônia (região Norte) despejam com violência as 100 famílias do MST que desde o dia 11 de maio haviam tomado a Fazenda Santa Elina, onde ocorreu o Massacre de Corumbiara, em nove de agosto de 1995. Segundo a Agência Amazônia o Comitê de Defesa das Vítimas de Santa Elina (Codevise), após o despejo todos os barracos foram queimados junto com os pertences. Segundo site do MST, no dia 20 de julho, dez agentes do Ibama e da PF desceram de helicóptero perto do acampamento e disseram aos acampados que poderiam “ficar sossegados”. O movimento divulga que as famílias despejadas estão sem amparo algum. Durante estes 13 anos muitas promessas foram feitas para as famílias de Corumbiara em relação a terra onde estão, porém nada foi feito.

4ª feira 30

Cerca de 250 trabalhadores rurais do MST ocupam a superintendência do Incra em Florianópolis, Santa Catarina (região Sul). Os sem-terra reivindicam a desapropriação das áreas onde as famílias estão acampadas no estado, crédito para a instalação de agroindústrias nos assentamentos e a liberação de recursos do Pronera. Uma feira com produtos da Reforma Agrária foi montada em frente à sede e está aberta a todo o público. Os sem-terra também estão realizando apresentações de Teatro de Rua no local.

Funcionários do Incra deixam o prédio ocupado desde o dia 24 de julho pelo MST, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). A decisão é tomada pela chefia devido à falta de condições de trabalho, já que praticamente todos os corredores estão tomados por colchões. Os sem-terra ocupam o Incra em protesto pelo descumprimento do acordo

de assentar mil famílias até abril. Até o momento, apenas 40 famílias sem-terra foram assentadas no estado.

A marcha do MST, composta por 400 trabalhadores que saiu no último dia 17 de julho de Capanema e de São Jorge do Oeste, chega à cidade de Francisco Beltrão – Paraná (região Sul). A marcha reivindica agilidade no processo de reforma agrária e pede o fim da criminalização aos movimentos sociais no país. À tarde, ocorre uma audiência pública contra a criminalização dos movimentos sociais no auditório da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

Vinte e dois trabalhadores rurais, em condições semelhantes à de escravidão, são libertados durante a colheita do milho em uma fazenda em Santa Luzia do Tide – Maranhão (região Nordeste). Dentre eles, está um garoto de apenas 15 anos. O nome do proprietário da fazenda não é divulgado. De acordo com o Grupo Móvel de combate ao trabalho escravo, que realiza a fiscalização, os agricultores estavam em alojamentos sem instalações sanitárias adequadas, sem água potável e recebiam comida de péssima qualidade. Eles também não recebiam nenhum direito trabalhista e eram submetidos à jornada de trabalho excessiva.

5ª feira 31

Índios da etnia Kayabí, que habitam atualmente a área do Parque Indígena do Xingu, em Mato Grosso (região Centro-oeste), mantêm reféns quatro pescadores e um servidor da Funai na Aldeia Sobradinho. De acordo com Bruno Barbosa, coordenador de Fiscalização do Ibama, os índios reivindicam a ampliação de suas terras. Bruno afirma ainda que além dos cinco reféns os índios haviam retido três funcionários do órgão ambiental e outro da Funai, que se deslocaram até a área para verificar uma denúncia de pesca ilegal.

Cerca de 2 mil metroviários, entram em estado de greve no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A decisão foi tomada em assembléia realizada no dia 30 de julho. A categoria quer forçar negociações com a empresa Opportrans sobre reposição das perdas salariais, participação maior nos lucros e aumento do valor do vale-alimentação.

Pela primeira vez a Justiça adota uma medida inédita contra os sem-terra que ocupam fazendas no Pontal do Paranapanema – São Paulo (região Sudeste). A juíza Marcela Papa, da 1ª Vara do Fórum de Martinópolis, condena o MST e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST), além de seus militantes, a pagarem uma multa de R$ 150 mil, a título de indenização, ao fazendeiro Luiz Egydio Constantini Junior, dono da Fazenda Boa Esperança, de 500 hectares, localizada em Martinópolis – São Paulo. O fazendeiro entrou com ação e, para garantir o pagamento, a Justiça determinou o bloqueio de dinheiro de contas bancárias do MST e do MAST.

Entre 50 e 100 sem-terra, ligados ao MST, ocupam o prédio da sede regional de Araraquara do Incra no estado de São Paulo (região Sudeste). Os sem-terra da região de Ribeirão Preto divulgam que três itens são importantes na pauta de reivindicações do movimento: melhoria de infra-estrutura nos assentamentos, assistência técnica e política de estímulo à comercialização de seus produtos agroindustriais e agilidade nos

processos de assentamentos de famílias acampadas e vistoria em novas áreas que possam ser destinadas à reforma agrária na região. Os funcionários da administração regional do Incra são orientados pelos superiores a saírem do prédio.

Glossário de Siglas

Alerj	Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Partido Democrata
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECT	Empresa de Correios e Telégrafos
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Fentect	Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios**,** Telégrafos e Similares
FUP	Federação Única dos Petroleiros
Funai	Fundação Nacional do Ìndio
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Infraero	Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ONG	Organização Não Governamental
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Pronera	Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
Sindsep	Sindicato dos Servidores Públicos no Distrito Federal

OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

R

A

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

CLACSO

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

Documento de trabajo Nº 228

Realizado por
el Comité de Seguimiento
del Conflicto Social y la Coyuntura
Latinoamericana de R

Integrantes	Juan
Diarios	*E*
Otras fuentes	Espacio Insular

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.
La responsabilidad por las opiniones expresadas en los artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinado a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado constituye uno de los resultados de este trabajo de documentación y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un documento de trabajo en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social llevadas a cabo durante el mes indicado en uno de los 19 países relevados.

La cronología presentada ha sido elaborada por alguno de los diversos **Comités de Seguimiento del Conflicto Social** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación de un equipo de investigación que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento del Conflicto y la Coyuntura Latinoamericana

PAIS	INSTITUCION	RESPONSABLES
Guatemala	FLACSO	Simona Yagenova Mario Castañeda
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Diana Cárdenas
Paraguay	Centro de Documentación de Estudios	Quintín Riquelme
Ecuador	CIUDAD	Mario Unda Hugo González
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Chile	ARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo
Brasil	LPP	Roberto Leher
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
México	UNAM	Massimo Modonesi Lucio Oliver
Panamá, El Salvador, Nicaragua Honduras y Costa Rica	CELA (Panamá)	Marco A. Gandásegui, h.
República Dominicana y Puerto Rico	Centro Juan Montalvo (Rep. Dominicana)	Mario Serrano Juan Luis Corporán
Venezuela	PROVEA	Marino Alvarado Marco Antonio Ponce
Costa Rica	IIS	Carlos Sandoval

Brasil
Cronología del Conflicto Social
Agosto 2008

6ª feira 01

Aproximadamente 60 lideranças Guarani-Kaiowá e mais de uma centena de membros da etnia indígena participam da Aty Guassu (Grande Reunião, na língua Guarani), que marcou o início dos trabalhos de demarcação de territórios indígenas na região sul do estado de Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). No evento, realizado na aldeia do Sassoró, no município de Tacuru, os índios recebem com danças e rituais as equipes de pesquisadores contratados pela Fundação Nacional do Índio (Funai) que identificarão áreas em 26 cidades sul-mato-grossenses, tradicionalmente ocupadas por indígenas. Representantes das 38 aldeias e 18 acampamentos, cujos habitantes reivindicam a posse de territórios ocupados por propriedades rurais, tiram suas dúvidas sobre os trabalhos de demarcação com a administradora-executiva da Funai de Dourados, Margarida Nicoletti e com o procurador da República da região, Marco Antônio Delfino de Almeida, que estiveram no encontro. Segundo divulgado pela Agência Brasil, a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL) está mobilizando produtores rurais para impedir a demarcação de territórios indígenas na região sul do estado. De acordo com reportagem a entidade ruralista está planejando ações, juntamente com os produtores da cidade de Dourados, para evitar que os antropólogos da Funai iniciem os trabalhos no próximo dia 10 de agosto. A FAMASUL ainda pretende realizar reuniões com agricultores de outras cidades e entrar com ações judiciais contra a demarcação. Segundo os ruralistas, a demarcação de novas áreas indígenas no estado irá prejudicar o agronegócio e, principalmente, a instalação de novas usinas de cana-de-açúcar. O Mato Grosso do Sul é o estado que concentra mais indígenas da etnia Guarani-Kaiowá.

Cerca de 600 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), deixam o prédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). As famílias realizam uma assembléia à tarde e, depois, um ato público com apoiadores e amigos do MST. No final da tarde, os sem-terra voltam para os seus respectivos acampamentos. Eles ocupavam o prédio desde o dia 24 de julho em protesto pelo Incra não ter cumprido a meta de assentar mil famílias gaúchas até abril. Em nota, o MST afirma que deixou o Incra por segurança, tendo em vista que as famílias já haviam recebido três notificações de reintegração de posse, em apenas 24 horas, podendo ser despejadas a qualquer momento. As famílias avaliaram ser melhor deixar o prédio, evitando assim qualquer tipo de confronto e de violência da polícia. Os sem-terra criticam o governo federal, que usou de ameaças para retirar as famílias do local, mas não avançou em nenhuma proposta para o assentamento de trabalhadores sem-terra no Rio Grande do Sul. O MST afirma que irá manter mobilizações, a fim de pressionar o Incra para cumprir o termo de assentar 2 mil famílias ainda em 2008 - apesar de o órgão já ter descumprido a primeira meta, que era assentar mil famílias até abril. Até o momento, apenas 40 famílias foram assentadas.

Integrantes do MST do Maranhão (região Nordeste) conquistam demandas para a melhoria de vida nos assentamentos após a Jornada de Luta realizada entre os dias 20 e 27 de julho. A conquista principal foi a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), pelo Incra e outros órgãos federais e estaduais. O termo disciplinará o Incra quanto ao Licenciamento Ambiental nas áreas de assentamento. Com o termo o Instituto poderá aplicar os créditos necessários para os assentamentos como fomento, habitação e reforma da moradia. Grande parte desses créditos já se encontra depositada nas contas das associações de trabalhadores rurais, porém bloqueadas por conta de do "Acórdão do TCU" (Tribunal de Contas da União), que exige por parte dos órgãos responsáveis pela Reforma Agrária, o cumprimento da legislação CONAMA 387, responsável pelo Licenciamento Ambiental nos Assentamentos de Reforma Agrária. Com o termo, os trabalhadores poderão acessar os créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e outros créditos, que estavam suspensos desde janeiro de 2008. A Jornada de Lutas no Maranhão discutiu ainda o assentamento de 2.500 famílias acampadas. Como encaminhamento das negociações foi lavrada uma ata e assinada pelo Incra e entidades presentes, na qual o órgão estipulou metas a serem cumpridas para o assentamento destas famílias. Pela ata, o Incra se comprometeu em vistoriar todas as áreas reivindicadas pelo MST e agilizar a desapropriação das já com decretos. Mesmo diante dos acordos formalizados junto ao órgão responsável pela Reforma Agrária, os movimentos camponeses mobilizados na jornada definiram que as ocupações e demais mobilizações continuarão em 2008.

Integrantes do MST deixam o prédio do Incra em São Paulo – SP (região Sudeste). Após 12 dias de ocupação, os 400 trabalhadores que estavam no local conquistaram a retomada do processo de democratização do acesso à terra no estado, por parte do governo federal. Foram realizadas duas audiências com o superintendente do Incra e sua equipe. Por fim, o anúncio de que o estado de São Paulo terá à disposição para execução das demandas referentes às obras de infra-estrutura nos assentamentos o montante de R$ 14 milhões foi considerado uma vitória. Além disso, outra conquista foi a retomada do processo de planejamento das ações juntamente com a comissão de negociação legitimada pela direção do MST-SP. Ainda como resultado dessa ação, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Incra Nacional firmaram o compromisso de receber uma comissão de negociação do MST para tratar dos entraves referentes à Reforma Agrária em âmbito nacional.

A juíza Maria Aldecy de Souza Pissolati, da Comarca de Marabá, concede liminar determinando a reintegração de posse da fazenda Maria Bonita, do banqueiro Daniel Dantas, localizada no município de Eldorado do Carajás – Pará (região Norte). A área está ocupada por 600 famílias do MST, desde 25 de julho, no dia em que se comemora o Dia Nacional do Trabalhador Rural. A juíza determinou que a Polícia Militar (PM) desloque contingente de homens necessários para assegurar o cumprimento de reintegração de posse. A liminar também prevê multa de R$ 1 mil diários para cada um que descumprir a ordem. Segundo site do MST, a fazenda foi comprada ilegalmente em 2005 pela empresa Agropecuária Santa Bárbara Xinguara, que pertence ao grupo Opportunity (cujo controlador é o banqueiro Daniel Dantas). Segundo o Instituto de Terras do Pará (Iterpa), a área pertence ao estado e, por isso, sua venda é proibida. A PM do Pará informou que ainda não recebeu a notificação sobre o mandado de reintegração de posse, mas afirma que vai avaliar as condições da ocupação para definir

a data de retirada das famílias do local. Os sem-terra estão concentrados em uma área, às margens da rodovia, que fica cerca de 2 km da sede da fazenda. A desapropriação da área serviria para assentar cerca de 600 famílias que vivem na região.

Cerca de 400 garimpeiros integrantes do Movimento dos Trabalhadores e Garimpeiros na Mineração (MTM) ocupam a sede da Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada (Coomigasp), em Curionópolis – Pará (região Norte). O objetivo da ocupação é impedir as eleições para os conselhos fiscal e administrativo da cooperativa, previstos para ocorrer nos dias 2 e 3 de agosto. De acordo com a assessoria da Secretaria Estadual da Segurança Pública, o MTM não considera a atual diretoria legítima.

A sede da central sindical Coordenação Nacional das Lutas (Conlutas), em São José dos Campos – São Paulo (região Sudeste) é alvo de um atentado à mão-armada no momento em que é realizada uma assembléia para fundação de uma Associação de Trabalhadores da Construção Civil. Na sede da Conlutas, que fica em uma área pertencente ao Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e região, se reúnem os trabalhadores terceirizados da Refinaria do Vale do Paraíba (Revap), a maior refinaria da Petrobras. Segundo testemunhas, cerca de 60 homens armados, alguns encapuzados, invadiram o local com gritos, ameaças e tiros. As instalações da sede, móveis e três veículos do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos são depredados e alvejados. Um dos trabalhadores líderes da greve é baleado e levado ao pronto-socorro da Vila Industrial. Durante a invasão, nada de valor foi roubado. Apenas documentos relativos à fundação da Associação foram levados, tais como a ata e a lista de presença da assembléia. O objetivo da assembléia é a criação de uma nova organização, a Associação de Ajuda Mútua e Solidariedade dos Trabalhadores da Construção Civil, o que contraria interesses do Sindicato da Construção Civil, filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), e também das empresas prestadoras de serviço da Petrobras. O sindicato ligado à CUT foi rechaçado pela categoria na recente greve de 31 dias, ocorrida de 16 de maio a 16 de junho. Os trabalhadores rejeitaram este sindicato na condução das negociações e criaram uma Comissão de Negociação, independente. Segundo a Conlutas, a Petrobras e as empreiteiras têm feito uma forte perseguição aos trabalhadores. As empresas decretaram “locaute” (paralisação das empresas pelos próprios patrões) e iniciaram um processo de demissão em massa.

Sábado 02

Agricultores de várias partes do país se unem no 1º Encontro Nacional de Produtores Rurais e Desenvolvimento Sustentável em Áreas Fronteiriças, em Boa Vista, capital de Roraima (região Norte) para fazer críticas às recentes demarcações de terras indígenas anunciadas pelo governo federal. O Encontro, promovido pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e pelo governo de local – ocorre no estado onde está localizada a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, área de 1,7 milhão de hectares, cuja demarcação é contestada na Justiça. Os dois principais eixos do debate entre os agricultores são o direito à propriedade e o que eles chamam de internacionalização da Amazônia. “Há um risco para a soberania nacional, principalmente nas demarcações feitas nas áreas de fronteira”, afirmou o presidente do Sindicato Rural de Amambaí

(Mato Groso do Sul), Christiano Bortolotto. O dirigente sindical negou o suposto objetivo da comitiva do Mato Grosso Sul de trocar experiências com Quartiero sobre um movimento de resistência. Ao final do encontro no dia 5 de agosto, os agricultores prometem divulgar um documento intitulado "Carta de Roraima" com posições consolidadas sobre os temas em discussão.

Índios da etnia Kayabí, que habitam atualmente uma área do Parque Indígena do Xingu, em Mato Grosso (região Centro-oeste) libertam os três funcionários do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e um servidor da Funai que foram até o local verificar uma denúncia de pesca ilegal. Os reféns eram mantidos desde o dia 30 de julho na aldeia. Quatro pescadores permanecem reféns na Aldeia Sobradinho. Os indígenas reivindicam a ampliação de suas terras. Segundo divulgado pela Agência Brasil, de acordo com a Enciclopédia dos Povos Indígenas do Instituto Socioambiental (ISA), o Parque Indígena do Xingu não é terra tradicional dos Kayabí. Até aproximadamente a década de 1940, eles ocupavam uma extensa faixa entre os Rios Arinos, Tatuy (denominação Kayabí para o Rio dos Peixes) e médio Teles Pires ou São Manuel, localizada a oeste do Rio Xingu. Atualmente, os indígenas da etnia estão espalhados por diversas aldeias localizadas na região do Posto Indígena Diauarum, porção norte do parque e território habitado anteriormente pelos Yudja (autodenominação dos Juruna), Suyá e Trumai.

Domingo 03

Dois antropólogos e um motorista da Funai registram um boletim de ocorrência na delegacia de polícia de Tacuru, a 422 km de Campo Grande, Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). Eles afirmam que foram perseguidos em uma estrada na região por um automóvel Fiat Uno ocupado por dois homens que os fotografavam. Os dois antropólogos fazem parte da equipe encarregada de identificar terras indígenas no sul de Mato Grosso do Sul que, futuramente, devem ser transformadas em reservas. Eles disseram à polícia que notaram estar sendo seguidos quando passaram pelo município de Iguatemi, a 464 km de Campo Grande, e foram socorridos por agentes do Departamento de Operações de Fronteira (DOF) após pedirem auxílio em um posto de combustível na entrada de Tacuru. Os agentes do DOF perseguiram o Fiat Uno e detiveram os dois ocupantes. Com eles, foram apreendidos dois telefones celulares e uma máquina fotográfica digital. A delegacia de Tacuru repassou o caso à Polícia Federal (PF) em Naviraí, que ainda não deu encaminhamento.

2ª feira 04

Trabalhadores metalúrgicos de São Leopoldo, no Vale dos Sinos – Rio Grande do Sul (região Sul) entram em estado de greve. Eles reivindicam reajuste salarial de 9,9%. No entanto, as empresas estão oferecendo apenas 8,5%. Os metalúrgicos atrasam em uma hora a entrada do turno da manhã da empresa Forjas Taurus. Mobilizações desse tipo devem ocorrer em toda a semana. Caso as empresas não melhorem o índice de reajuste, os metalúrgicos podem entrar em greve.

Cerca de 100 integrantes do MST bloqueiam a entrada da unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em Ponta Grossa – Paraná (região Sul). Os sem-terra trancam o portão de acesso à empresa na tentativa de pressionar o Incra e a EMBRAPA para que seja feito o assentamento das 60 famílias do acampamento Emiliano Zapata, montado há mais de cinco anos em uma área de 620 hectares da empresa, que antes era usada como arrendamento por fazendeiros da região. As famílias reivindicam agilidade na desapropriação de 623 hectares da fazenda da empresa, cedidos em comodato ao Instituto Agronômico do Paraná. O Incra afirma que espera a EMBRAPA resolver pendências burocráticas para formalizar a transação. Segundo o órgão, a negociação começou em 2005, mas não foi concluída por causa de irregularidades. Esta é a quarta vez que os trabalhadores se mobilizam no local, pois a área tem vários problemas em relação à titulação. Como o local foi doado à Embrapa para desenvolver pesquisas, o processo está emperrado, pois o Incra ainda não sabe se a área pode ser comprada ou deve ser doada para fins de Reforma Agrária, por se tratar de dois órgãos federais. Segundo site do MST, antes disso, o órgão havia se comprometido em assentar os sem-terra em uma área de 4 mil hectares da Embrapa, grande parte em mãos de grileiros na região. Mas seria necessário um georeferenciamento do local que demoraria cerca de 10 anos. Para diminuir a demora o Incra pagaria o valor da terra, que após o georeferenciamento seria devolvido ao órgão, mas este processo também está emperrado na procuradoria do próprio Incra, que ainda não emitiu o parecer em relação à viabilidade do assentamento.

Cerca de 400 garimpeiros integrantes do MTM que ocupam a sede da Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada (Coomigasp), em Curionópolis – Pará (região Norte) entram em conflito com a PM. Na tentativa de cumprir o mandato de reintegração de posse, cerca de 70 PMs entram em conflito com os manifestantes que resistiram à retirada. Onze pessoas ficam feridas – 10 integrantes do movimento, de acordo com o próprio, e pelo menos um policial. A ocupação alcançou o objetivo de impedir as eleições para os conselhos fiscal e administrativo da cooperativa, que ocorreriam nos dias 2 e 3 de agosto. De acordo com a assessoria da Secretaria Estadual da Segurança Pública, o MTM não considera a atual diretoria legítima.

Petroleiros do norte fluminense do estado do Rio de Janeiro (região Sudeste) decidem aceitar contraproposta da Petrobras. Com a decisão, a greve que seria iniciada no dia 5 de agosto na Bacia de Campos foi cancelada. A empresa de capital misto vai considerar como parte da jornada de trabalho metade do dia de desembarque das plataformas. A contraproposta foi colocada pela empresa no dia 1 de agosto. A categoria reivindicava que fosse considerado o dia inteiro. O impasse já havia levado os petroleiros a paralisarem suas atividades entre os dias 14 e 18 de julho, parando a produção de algumas das 42 plataformas da província petrolífera do norte fluminense. No dia 31 de julho depois de negociações com a Petrobras, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) já havia aceitado a proposta da estatal relativa ao pagamento a título de participação nos lucros e resultados da companhia.

Funcionários da empresa de Fruticultura Belmont em Limoeiro do Norte, a 194 quilômetros de Fortaleza capital do estado do Ceará (região Nordeste) paralisam as atividades na empresa. Os trabalhadores reivindicam melhores condições de trabalho (luva, botas, máscaras, banheiro, refeitório etc.), abono, horas-extras e regularização de

férias. Segundo divulga o site do MST, a greve é inédita porque, antes, segundo o comando do movimento, "havia muita represália das chefias, e o pessoal tinha medo". Desde o dia 4 de agosto, cerca de 1,8 mil trabalhadores iniciaram uma greve por tempo indeterminado. Nos últimos oito dias, centenas de pessoas têm feito piquete em frente à fábrica. A Via Campesina, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), a Conlutas no Ceará e a Cáritas (rede da Igreja Católica de atuação social) também estão apoiando o movimento.

3ª feira 05

Cerca de 350 trabalhadores da usina Gasa, pertencente ao grupo Cosan, são demitidos por fazer uma greve de dois dias em Andradina - São Paulo (região Sudeste). Desde maio, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andradina negociava a elevação do piso salarial dos cortadores de cana de R$ 450,00 para 560,00. No entanto, a empresa foi inflexível e determinou que o piso não passaria de R$ 507,00. Um dia antes da assembléia que iria decidir pela greve, a empresa demitiu 150 cortadores. Depois que a greve começou demitiu mais 200. O sindicato também denuncia que a empresa utilizou a polícia armada para obrigar que os grevistas voltassem ao trabalho.

Mães de alunos da rede municipal protestam contra a aprovação automática nas escolas. O ato é realizado na Escola Municipal Francisco Campos, no Grajaú, zona norte do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Cláudia Maria da Costa, líder da manifestação, pede o fim do sistema e diz que as crianças “vão sair da escola sem a preparação adequada”. O candidato do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) à prefeitura da capital fluminense, Eduardo Paes, visita a escola e critica o sistema de aprovação da prefeitura. A secretária municipal de Educação, Sonia Mograbi, afirma que o termo aprovação automática é usado politicamente e, segundo ela, a avaliação do aluno é feita em ciclos de três anos.

Em protesto contra a morte de um adolescente de 16 anos por um PM, a população de Viseu – Pará (região Norte) vai às ruas, ocupa e incendeia o Fórum e a delegacia de polícia, depois de libertar todos os presos. O juiz da comarca, César Augusto Rodrigues, pulou o muro da casa onde mora, ao lado do Fórum, para fugir do local. A residência dele foi saqueada. Todos os processos guardados no local foram queimados, inclusive os eleitorais. Outros prédios públicos foram apedrejados e veículos destruídos pela multidão. Três militares envolvidos no crime são afastados das funções e retirados da cidade. A PM envia reforço de 70 homens do Comando de Missões Especiais de Belém – Pará para restabelecer a ordem na cidade. A morte do jovem ocorreu na noite do dia 4 de agosto. Segundo a PM, o jovem morreu depois de reagir a uma abordagem policial. O rapaz estaria armado com uma faca e durante uma briga com um policial teria sido atingido por um disparo.

4ª feira 06

Representantes do Ministério Público estadual e federal e parlamentares visitam um acampamento e um assentamento em Nova Santa Rita, na região metropolitana de Porto

Alegre – Rio Grande Sul (região Sul). Segundo site do MST, a convite de deputados, os magistrados foram conhecer a realidade precária das famílias acampadas e os benefícios trazidos pela Reforma Agrária na região. A visita ocorre pouco depois de um mês da divulgação de uma ata em que o Conselho Superior do Ministério Público Estadual determinou diversas medidas para desmobilizar quatro acampamentos de sem-terra, além da sugestão da dissolução do MST. Parte esta que depois foi anulada pelo próprio órgão. O Procurador-Geral do estado, Mauro Henrique Renner, tentou rebater as críticas do MST de que o órgão "tem lado" e é contra os movimentos sociais. Durante a visita, ele argumentou que as ações civis que afetam os sem-terra não representam a posição do órgão, mas sim de alguns promotores que têm independência em legislar. No entanto, ele se comprometeu em encaminhar demandas das famílias acampadas, como a falta de pagamento aos professores das escolas itinerantes. O governo do estado não paga os salários dos professores das escolas itinerantes desde o início de 2008. As 350 famílias também têm problemas em atendimento à saúde. Muitas delas deixam de ser atendidas pelo Posto de Saúde da Família do município de Nova Santa Rita por receberem benefícios sociais como o Bolsa Família.

O Cacique Kaiapó Akijabôro denuncia a precariedade do atendimento à saúde indígena nas aldeias do município de São Félix do Xingu – Pará (região Norte). Segundo ele, a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) não está cumprindo a sua obrigação. "Simplesmente terceirizam os serviços para Organizações Não-Governamentais (ONGs) e não fiscalizam o trabalho dessas entidades, que não prestam contas nem executam o serviço continuado de atendimento à saúde. Além da falta de profissionais na Reserva Moikarakô, por exemplo, os 449 índios da tribo não têm sequer um carro para levar os doentes ao posto de saúde da cidade. A caminhonete que a FUNASA deixa em cada aldeia foi levada para a regional do Departamento de Saúde Indígena de Redenção e ficou lá. O prefeito de São Félix do Xingu, Denimar Rodrigues do Partido da República (PR), confirma que a ONG contratada pela Funasa não presta assistência adequada aos indígenas. "Com isso, o município, que tem um sistema de atendimento à saúde deficitário, passou a assumir maiores compromissos com a saúde indígena sem ter a contrapartida da FUNASA." O cacique Akijabôro, que é membro da Comissão Nacional de Política Indígena, disse que eles pediram ao ministro da Saúde, José Gomes Temporão e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a realização de concurso público para contratar os profissionais que ficarão mais próximos das aldeias e terão compromisso com a saúde indígena.

Residentes Multiprofissional em Saúde realizam um apitaço para o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, durante a III Mostra Nacional de Produção em Saúde da Família, realizada em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. O evento acontece de 5 a 8 de agosto de 2008. O ato ocorre durante a entrega da premiação dos trabalhos vencedores no 3º Concurso Nacional de Experiências em Saúde da Família, neste dia 6 de agosto. Os residentes reivindicam a equiparação de suas bolsas de estudo com as bolsas dos residentes médicos. As bolsas são garantidas pela Lei nº 11.129/2005, que institui para a modalidade de residente, bolsas de estudo com valores iguais aos praticados à Residência Médica. Desde janeiro de 2007, quando entrou em vigor o novo valor das bolsas de estudo das Residências Médicas (Lei nº 11.381, de 1º de dezembro de 2006),

todas as Residências Multiprofissional e em Área Profissional de Saúde deveriam receber o mesmo valor.

5ª feira 07

Estudantes universitários e representantes do Grupo "Tortura Nunca Mais" realizam protesto no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) para pedir a punição de crimes ocorridos durante a ditadura militar. Os manifestantes fecham parte da Avenida Rio Branco em frente ao prédio do Clube Militar, local onde ocorre uma reunião - com a presença de 700 militares, a maioria da reserva, e do general Luiz Cesário da Silveira Filho, responsável pelo Comando Militar do Leste. A reunião ocorre em protesto contra uma possível proposta de revisão da Lei de Anistia e de punição a militares envolvidos em atos que feriram os direitos humanos. Em nota divulgada ao final da reunião, os militares dizem que "causou espanto a extemporânea e fora de propósito iniciativa de ministros do atual governo de se voltar a discutir uma lei cujos efeitos positivos se faziam sentir há bastante tempo". O texto afirma ainda que "se houvesse mesmo interesse em debater problemas nacionais, os dois ministros deveriam optar por algo mais atual e que incomoda em maior intensidade: os inúmeros escândalos protagonizados por figuras da cúpula governamental, ou ainda mais recentemente a gravíssima suspeita de envolvimento de alguns deles com as Farc". A nota não menciona os nomes dos ministros a que se refere, mas, segundo o presidente do Clube Militar, general da reserva Gilberto Figueiredo, eles são os da Justiça, Tarso Genro e dos Direitos Humanos, Paulo Vanucchi. Na saída da reunião, manifestantes da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do grupo Tortura Nunca Mais que protestavam na porta do Clube Militar chegam a discutir com os participantes da reunião. O deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), capitão reformado do Exército, irritou-se e xingou os manifestantes, dizendo: "O único erro foi torturar e não matar."

Auditores fiscais da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego libertam quatro trabalhadores que trabalhavam em condições análogas à escravidão em uma fazenda de eucalipto próxima à BR-158, na divisa das cidades de Cacequi e Rosário do Sul – Rio Grande do Sul (região Sul). Os fiscais encontram um alojamento precário, sem água potável para os trabalhadores e com alimentação contaminada. Os trabalhadores também não recebiam pelas horas-extras. O proprietário, que já havia sido flagrado em novembro de 2007 com 39 trabalhadores em situação degradante, terá que pagar multas rescisórias de R$ 20 mil, multa e o deslocamento dos funcionários para suas cidades de origem.

6ª feira 08

Cerca de 65 alunos acampam em frente ao prédio da reitoria da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em Campo Grande – Mato Grosso (região Centro-oeste). Os estudantes protestam contra o atual processo de escolha do reitor da instituição, onde o voto dos cerca de 800 professores tem peso de 70%, enquanto que os 16 mil estudantes e os 2.000 técnicos administrativos dividem os 30% restantes. Os estudantes reivindicam pesos iguais aos votos de professores, alunos e funcionários e afirmam que

falta discussão sobre mudanças no processo. A UFMS declara que não há tempo hábil para mudar o sistema.

Dois moradores de rua são queimados enquanto dormiam em Arapiraca, a 122 km de Maceió, em Alagoas (região Nordeste). José Carlos Menezes, 50, e José Roberto da Silva, 36, têm queimaduras de terceiro grau nos braços e pernas e são internados. Eles afirmam ao serviço social do hospital que já estavam com os corpos em chamas quando acordaram e não viram o agressor, afirmando não ter inimigos. A Polícia Civil abriu inquérito para investigar o crime.

Mais de 50 moradores da Vila Iguape I organizam ato em frente à sede da Companhia Metropolitana de Habitação (Cohab) de Curitiba - Paraná (região Sul), a fim de buscar respostas para sua situação de extremo descaso e fim das precárias moradias. A situação se agravou assim que a América Latina Logística (ALL) entrou com pedido de reintegração de posse do terreno ao lado da linha do trem onde essa Vila e outras três estão localizadas. Essas famílias moram a menos de 2m da linha do trem há quase 40 anos. Eles reivindicam ao diretor da instituição que alguma providência seja tomada. Atendidos pelo diretor da Cohab, Munir Chaowiche, questionam-lhe porque não houve cancelamento da reintegração de posse feita pela ALL já que a área pertence à União. Eles alegam que funcionários do alto escalão da empresa também possuem casas à beira do trilho e não sofreram reintegração de posse em nenhum momento. Chaowiche diz já ter conversado com a ALL e afirma estar fechando um acordo. Os moradores dão um prazo de duas semanas ou voltarão a se organizar em novos atos.

Sábado 09

O Ibama embarga a produção agropecuária da fazenda Santa Elina, nos limites das cidades de Corumbiara e Chupinguaia, em Rondônia (região Norte), além de aplicar multa de R$24,9 milhões por crimes ambientais. Em 9 de agosto de 1995, a área foi palco de conflito decorrente de uma ação de despejo de cerca de 700 sem-terra, onde dois PMs e 10 lavradores saíram mortos. A ação judicial é resultado de um trabalho do Ibama, do Incra e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. O Incra já havia apontado, em vistoria no fim de 2007, crimes ambientais e que dos 9.100 hectares de reserva legal da região só 53% estão preservados. O auto de infração do Ibama se refere ao uso de recursos naturais pela agropecuária sem autorização ambiental, aponta a destruição de floresta permanente, devastação de floresta legal e impedimento da regeneração natural. Conforme o documento, a fazenda Santa Elina foi dividida em três: Maranatá, N. Sra. Aparecida e Água Viva.

Domingo 10

Aproximadamente 50 famílias do MST ocupam, durante a madrugada, a fazenda Barra II, próxima ao município de Pilar – Paraíba (região Nordeste). Durante a ocupação, houve conflito e um trabalhador rural de 51 anos foi levado para a delegacia de Itabaiana. O sem-terra recebeu socos e pontapés de acordo com site do MST. A vítima afirma que um dos agressores atendia como sendo o delegado. Na parte da manhã o

acampado foi transferido para a delegacia de Pilar, onde ainda se encontra preso. Segundo o movimento, o sem-terra apresenta vários sinais de agressão física.

2ª feira 11

Moradores de Parada de Lucas e Vigário Geral no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) protestam contra a operação, nas duas favelas, da 38ª Delegacia de Polícia à procura de um traficante de Vigário Geral. Os policiais usam dois helicópteros e dois veículos blindados. Houve um intenso confronto e os moradores tentam impedir que a polícia leve quatro homens detidos. Policiais também utilizam spray de pimenta e arremessam bombas de efeito moral contra a multidão. Estilhaços ferem algumas mulheres. A operação, segundo a polícia, é para combater as pretensões de traficantes da Vila Cruzeiro, Penha, Cidade Alta e Furiquim Mendes de tomarem Vigário Geral. Os moradores afirmam que a favela já foi tomada.

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, enquadra os ministros Tarso Genro (Justiça) e Paulo Vannuchi (Direitos Humanos) e encerra no governo a discussão sobre a punição de militares acusados de crime de tortura durante a ditadura militar. Os dois ministros defenderam a punição, provocando reação das Forças Armadas. Na reunião de coordenação, Lula cobrou explicações de Tarso e orientou o governo a não levar adiante a polêmica. Lula disse aos ministros que a interpretação da Lei de Anistia é da competência do Judiciário e não do Executivo. Tarso alega que em momento algum foi proposta a revisão da Lei de Anistia, de 1979, que permitiu o retorno de exilados ao Brasil. Diz que, no seminário organizado pela Comissão de Anistia, no Ministério da Justiça, emitiu um conceito jurídico e que não se arrepende. Ele afirmou que tortura não é crime político, mas comum. A decisão de Lula ocorre em meio a pressões de militares e do Partido dos Trabalhadores (PT).

Mais de 100 juristas, advogados, juízes e promotores de todo o país assinam um manifesto em apoio à decisão do Ministério da Justiça, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e do Ministério Público Federal de discutir a possibilidade de que civis e militares possam ser processados pela prática de tortura durante a ditadura militar. O manifesto é uma reação à movimentação de militares da reserva que se reuniram no Clube Militar, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) e atacaram a revisão da Lei de Anistia e o governo federal.

Cerca de 150 trabalhadores do MST montam acampamento no local, onde será realizado um ato no dia 12 de agosto na Avenida São Paulo no estado do Paraná (região Sul). O ato é realizado em repúdio ao ataque de milícias armadas contra 90 famílias de integrantes do MST do acampamento 8 de Março, antiga fazenda Videira, nos municípios de Terra Rica e Guairaçá no estado. O Ato Público deve acontecer na Avenida São Paulo, próximo ao Banco do Brasil, no centro de Terra Rica, com a presença do Comitê de Apoio a Reforma Agrária de Maringá e região, formado por 25 entidades, autoridades e representantes de movimentos sociais do estado. A manifestação ressalta a necessidade da Reforma Agrária no estado.

O Ibama concede a licença de instalação da primeira Hidrelétrica do consórcio Madeira, a Usina Hidrelétrica (UHE) de Santo Antônio, em Porto Velho – Rondônia (região Norte). Integrantes do MAB repudiam a decisão no site do MST. Em 10 de dezembro de 2007, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) amanheceu ocupada por integrantes do MAB, sem-terra, pequenos agricultores e urbanos. Os trabalhadores protestavam contra o leilão de concessão do aproveitamento energético da primeira hidrelétrica do Complexo Madeira a Santo Antônio, que aconteceu naquele mesmo dia, a portas fechadas. Para o MAB, estes projetos hidrelétricos, que vêm sendo discutidos desde 2000, fazem parte de um plano maior de saqueio da Amazônia. No governo Lula, estes projetos passaram a ser prioritários no setor energético do país. O consórcio Madeira Energia, dono da UHE Santo Antônio é formado por Odebrecht, Furnas, Cemig, Banco Santander, entre outros. Segundo cálculos do MAB, baseado no preço da energia no mercado internacional, os donos de Santo Antônio e Jirau vão faturar, juntos, em média, R$ 525 mil por hora, com a venda da energia proveniente dessas barragens.

Mais de 1.200 jovens, de 20 estados, participam do 1º Encontro Nacional da Juventude do Campo e da Cidade (ENJCC) na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói – Rio de Janeiro (região Sudeste). Segundo avaliações expressas no Jornal Brasil de Fato, o encontro propiciou que os jovens vivenciassem a fusão entre teoria, prática, cultura e intercâmbio para aprofundar a reflexão sobre a situação da juventude. Nesse sentido, dois focos principais foram levantados: a diminuição das perspectivas dos jovens dentro da sociedade capitalista e a organização dessa juventude para ações políticas conjuntas. Neste segundo aspecto, de acordo com a coordenação do Coletivo Nacional da Juventude da Via Campesina, o ENJCC não foi um evento isolado nem somente um meio de reunir militantes. Ele é parte da construção do próprio Coletivo e, através do qual, se pensou na formação de uma agenda política que integre "organicidade", formação política e luta de massa. Segundo Antônio Neto, da coordenação do Coletivo, o ENJCC trabalhou com eixos: agitação e propaganda; formação; articulação e simbologia e mística. Além disso, o encontro teve o objetivo de unificar o entendimento e a ação política da juventude e ainda verificar que atividades estão sendo desenvolvidas com o mesmo intuito em todo país.

3ª feira 12

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assina projeto de lei que reconhece a responsabilidade do Estado na destruição da sede da UNE e da União Nacional dos Estudantes Secundaristas (UBES). Entre as autoridades presentes à solenidade, está o governador de São Paulo, José Serra do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que foi presidente da UNE entre 1963 e 1964, quando a entidade passou para a ilegalidade a partir do governo empresarial militar. O prédio foi incendiado no primeiro gesto da ditadura militar, em 1º de abril de 1964, e demolido em 1980, pelo governo João Baptista Figueiredo. A mensagem do Executivo vai fixar o valor da indenização que será usado na reconstrução do prédio. O projeto é do arquiteto Oscar Niemeyer e está orçado em R$30 milhões. A entidade também fará campanha para arrecadar recursos. A presidente da UNE, Lúcia Stumpf, ao lado do presidente da UBES, Ismael Cardoso, volta a defender a discussão em torno da Lei de Anistia e afirma que a sede da UNE foi atacada por representar "o simbolismo de resistência

contra a ditadura". Neste dia 12, o governo federal também lança parceria com a UNE: o Ministério da Saúde vai repassar R$2,8 milhões para o projeto Caravana da UNE, que pretende percorrer 41 universidades do país para discutir Saúde, Educação e Cultura.

O Incra destina área de dois assentamentos no Pará (região Norte) para um projeto da Vale de produção de níquel no estado, descumprindo um relatório interno do órgão. A área foi destinada à Vale após pressão do Palácio do Planalto por conta de uma visita oficial do presidente Lula à siderúrgica da empresa em Barbacena – Pará. De acordo com a mineradora, a solicitação de destinação da área para seu projeto é antiga. O Incra afirma que vê "incompatibilidade entre a atividade minerária já existente e a manutenção de 55 famílias", que serão "reassentadas".

O Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro entra com uma ação civil pública para limitar o uso de trabalhadores chineses na construção da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA). A ação tem como alvo a Thyssen-Krupp, responsável pelo projeto e as empresas Citic Cooperação Internacional do Brasil Consultoria de Projetos Ltda. e Citic Group, contratadas para a execução das obras da coqueria do complexo siderúrgico. De acordo com o procurador do Trabalho, Rodrigo de Lacerda Carelli, a fiscalização encontrou cerca de 120 chineses trabalhando como pedreiros no local. Ele afirma que os funcionários chineses não recebem os mesmos benefícios dos brasileiros e solicita a saída imediata desses trabalhadores, além de pagamento de R$ 40 milhões por danos morais coletivos. A Thyssen nega a existência de irregularidades.

Funcionários da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) deflagram greve por tempo indeterminado no estado do Rio de Janeiro (região Sudeste). A categoria protesta contra a decisão da companhia de diminuir o tempo de estabilidade no emprego. De acordo com o sindicato, o governo propõe quebrar a cláusula de garantia de emprego considerada uma conquista histórica de acordo coletivo e inegociável pelos funcionários. De acordo com Ubirajara Gomes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Saneamento e Meio Ambiente (SINTSAMA), o objetivo do governo é abrir caminho para demissões como forma de viabilizar a abertura de capital da empresa e iniciar o processo de sua privatização.

Cerca de 600 integrantes do MST e apoiadores montam acampamento e realizam ato público, em repúdio ao ataque de milícias armadas contra 90 famílias do acampamento 8 de Março, antiga fazenda Videira, nos municípios de Terra Rica e Guairaçá – Paraná (região Sul). Manifestação e o acampamento buscam ainda denunciar a prisão e as agressões físicas sofridas pelo trabalhador rural preso durante a ocupação da fazenda Barra II. O ato acontece na Avenida São Paulo, próximo ao Banco do Brasil, no centro de Terra Rica, com a presença do Comitê de Apoio a Reforma Agrária de Maringá e região, formado por 25 entidades, autoridades e representantes de movimentos sociais do estado. Segundo site do MST, há meses um grupo de pistoleiros comandado por uma articulação entre fazendeiros e usineiros da região, financiada pela Usina de Açúcar Santa Teresinha Ltda., vem atacando o acampamento 8 de Março diariamente, com tiros contra os barracos que abrigam famílias. O grupo também já destruiu redes elétricas, de abastecimento de água e hortas de subsistência. O MST reivindica do governo estadual a designação de um grupo Especial da Polícia para investigar a atuação da pistolagem na região e reivindica ao Incra providências na desapropriação da fazenda Videira, para

solucionar o impasse, já que fazenda conta com "Decreto Presidencial de Desapropriação". O Ato também denuncia a criminalização dos movimentos sociais, em curso em vários estados, principalmente por parte do Ministério Público do Rio Grande do Sul, na tentativa de dissolver o MST no estado. O sem-terra detido foi levado por policiais no dia 10 de agosto para a delegacia de Itabaiana. Segundo o Movimento, preso ele foi espancado pelos policiais e pelo delegado. No dia 11 de agosto ele foi transferido para a delegacia de Pilar, apresentando vários hematomas no rosto e no corpo.

Índios de Roraima (região Norte) participam da audiência promovida pela Comissão de Legislação Participativa com representantes do Ministério Público, do governo federal e de entidades da sociedade civil que apóiam a causa indigenista na Câmara dos Deputados em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Segundo os indígenas, pela primeira vez eles puderam expor argumentos em defesa da demarcação da Terra Índigena Raposa Serra do Sol em área contínua. No dia 27 de agosto, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgará ações que contestam a demarcação da área de 1,7 milhão de hectares e a obrigatoriedade da saída dos agricultores brancos que mantêm propriedades produtivas. Segundo site da Agência Brasil, o índio da etnia Macuxi Dejacir de Souza, um dos coordenadores do Conselho Indígena de Roraima (CIR), em exposição que abriu a audiência declarou: "Queremos que nos respeitem. Somos os primeiros habitantes do Brasil. Os arrozeiros poluem o Rio Surumu e provocam a morte de animais. O avanço da monocultura gera impactos ambientais como o desmatamento e a contaminação das águas." O presidente da comissão, deputado Adão Pretto do Rio Grande do Sul, admitiu ter sido proposital a ausência de convidados contrários à demarcação contínua de Raposa Serra do Sol. "Aqui na Casa já saíram várias audiências em outras comissões para debater este tema e só falou quem é contra a demarcação. Então nós realizamos este debate com as pessoas que defendem os direitos dos índios. Foi a primeira vez que os índios vieram falar sobre o que eles estão sentindo", argumentou Pretto. A matriz da demarcação é etno-antropológica", reforçou o consultor jurídico do Ministério da Justiça, Rafael Favetti. O representante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Saulo Feitosa, atribui as críticas às demarcações de terras indígenas a setores produtivos como o agronegócio e a mineração, definidos por ele como "inimigos históricos" dos índios. Os índios disseram ainda que são constantemente ameaçados pelos agricultores brancos que permanecem na área e prometeram recorrer a tribunais internacionais caso a decisão do STF não lhes agrade.

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Distrito Federal (Sindesp-DF) realiza um protesto silencioso em frente ao Ministério da Fazenda em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os trabalhadores reivindicam uma proposta da secretária da Receita Federal, Lina Vieira, que permita uma solução para a carreira fazendária e melhorias para o atendimento ao cidadão. Os servidores estenderam uma faixa com os dizeres: "Dra. Lina, bem-vinda ao caos. Precisamos parar para discutir o Plano de Carreira Fazendário. S.O.S. Sindsep-DF".Segundo site da Agência Brasil, no dia 7 de agosto, durante um seminário interno no Ministério da Fazenda, Vieira indicou que a fusão da antiga Secretaria da Receita Federal com a Secretaria da Receita Previdenciária havia criado problemas no atendimento aos contribuintes. Ela também chegou a dizer que a mudança tinha ocasionado certo constrangimento aos funcionários que deixaram a

Previdência para integrar o novo órgão. Para resolver a questão, a secretária afirmou que lutava para aprovar a carreira fazendária.

A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), segundo informações do site do MST, libera 12 experimentos de campo com variedades transgênicas de eucalipto para pesquisa. A liberação ocorreu no dia 21 de junho, durante a 103° reunião plenária em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) e não teve ampla divulgação na mídia. Essa é a última etapa da pesquisa antes do pedido de uso comercial. A expectativa das empresas papeleiras é que o Brasil tenha eucalipto transgênico liberado para a exploração do mercado em até três anos. A produção das árvores geneticamente modificadas busca maior aproveitamento da exploração do eucalipto, aumentando a quantidade de celulose e reduzindo a de lignina, substância que dificulta a extração de celulose do eucalipto comum. A lignina atua como cola entre as fibras vegetais e precisa ser removida para garantir a qualidade do produto final. A remoção envolve processos químicos, elevado consumo de energia e ainda gera perdas de celulose. As empresas ou instituições interessadas em estudar a modificação genética da árvore (Eucalyptus GM) devem atender a procedimentos planejados de plantio para proteger o meio ambiente. As áreas experimentais, por exemplo, terão que ficar isoladas por uma barreira mínima de "amortecimento" – um raio de 100 metros, com ou sem árvores, a partir da borda do campo de pesquisa – e somente após essa área pode ser feito o plantio do eucalipto comercial. Na reunião ficou definido ainda que não haverá necessidade de "bordaduras" (utilização de fileiras de eucaliptos para evitar "contágios") no entorno e que as empresas e instituições terão de eliminar mudas e sementes surgidas nessa zona, não armazenando ou coletando para pesquisas. O campo de pesquisa deverá ficar a uma distância mínima de um quilômetro de pomares abertos de sementes e mudas de eucalipto e a três quilômetros de áreas de apicultura. As empresas Aracruz Celulose, Suzano e Alelix que já realizam pesquisas com eucaliptos geneticamente modificados deverão se adequar às determinações aprovadas. Outras duas empresas, International Paper e Arborgem, pediram autorização para estudos de campo de mudas transgênicas trazidas do exterior. Um levantamento da organização Cepedes (Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia), mostra que a monocultura de eucalipto gera um único emprego a cada 185 hectares.

4ª feira 13

Servidores públicos estaduais fazem paralisação de 24 horas no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Uma passeata, organizada pelo Fórum Estadual em Defesa do Serviço Público e Contra as Fundações de Direito Privado parou o trânsito na zona sul da cidade. Os manifestantes reivindicam, entre outros itens, melhoria do atendimento à população, concurso público imediato, não implantação das fundações no serviço público e reajuste de 66% nos salários. Médicos, professores, enfermeiros, servidores de justiça, policiais civis, entre outros profissionais, que seguiam em direção ao Palácio Guanabara – sede do governo estadual -, foram impedidos por PMs. Os manifestantes não aceitaram a proposta do governo, que anunciou um aumento de 8% para policiais civis e militares, bombeiros, agentes penitenciários e professores. A principal revolta dos servidores foi o fato de o reajuste atingir apenas alguns setores, como Educação,

policiais e bombeiros, e para a Fundação Apoio ao Ensino Técnico (FAETEC) deixando de fora, por exemplo, a Saúde. Para a diretora do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social no estado do Rio de Janeiro (SINDSPREV/RJ), Silene Souza o objetivo do governo é aumentar o caos nos hospitais, para diminuir a resistência dos usuários à privatização da saúde pública estadual, através das fundações de direito privado, anunciada para o ano de 2009. Médicos e funcionários da rede estadual de saúde iniciaram paralisação. O Sindicato dos Médicos do Rio declarou que cerca de 3.500 servidores cruzam os braços e que os hospitais Getúlio Vargas, na Penha (zona norte), e Rocha Faria, em Campo Grande (zona oeste) só funcionam para atender casos de emergência. A Secretaria de Saúde afirma que apenas o ambulatório do hospital Carlos Chagas (zona norte) é fechado devido à greve.

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto, o ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos e os juristas Dalmo Dallari e Fábio Konder Comparato assinam em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) um manifesto público em que se posicionam favoráveis a um amplo debate nacional sobre o alcance da Lei da Anistia. O texto contesta argumentos usados por setores militares de que tal discussão teria caráter revanchista. A lei garantiu anistia aos que cometeram crimes políticos ou conexos entre setembro de 1961 e agosto de 1979, mas não englobaria expressamente, conforme o manifesto, os crimes de tortura e desaparecimento forçado. A responsabilização, nos planos cível e criminal, dos agentes do Estado que desrespeitaram os direitos humanos entre os anos de 1964 e 1985 no Brasil, quando vigorava a ditadura militar, foi defendida recentemente pelo ministro da Justiça, Tarso Genro. Segundo divulgado pelo site da Agência Brasil, os juristas ressaltam no documento que o Brasil é signatário de várias convenções internacionais relacionadas à tortura e à tipificação dos crimes contra a humanidade, considerados imprescritíveis. “É secundada por abundante doutrina jurídica e jurisprudências internacionais, que crimes de tortura não são crimes políticos e sim crimes de lesa-humanidade” diz o manifesto. O desaparecimento forçado de cidadãos aponta o documento, é considerado crime permanente pela jurisprudência internacional. A Corte Interamericana de Direitos Humanos determina que os crimes de lesa-humanidade não podem ser anistiados por legislação interna.

Policiais civis do estado de São Paulo (região Sudeste) suspendem parcialmente o atendimento à população nas delegacias pela manhã e retomam as atividades à tarde após audiência de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho (TRT). “A greve foi transformada em estado de greve”, informou o presidente da Associação de Funcionários da Polícia Civil do estado de São Paulo (AFPCESP), Hilquias de Oliveira. Os trabalhadores reivindicam aumento salarial de 58% além da incorporação da gratificação adicional de local de serviço. Atualmente, os policiais civis ganham mensais brutos em torno de R$3.680,00. Por meio de nota, a Secretaria de Segurança Pública (SSP) informou que os delegados com acúmulo de cargos do interior vão ter os vencimentos corrigidos em 100%. O presidente da AFPCESP disse que a principal reivindicação da categoria é a reposição salarial, que, segundo ele, não ocorre desde 1995, já que o governo do estado tem revalorizado uma gratificação, mas não o salário. A reposição de perdas inflacionárias entre os anos de 1995 e 2008, de acordo com Oliveira, chegaria a 200%. Em nota, a Secretaria de Segurança Pública diz que o governo “já regulamentou, por decreto, o pagamento de um adicional de salário para os

delegados de municípios do interior que acumulem a chefia de mais de uma unidade policial", e que propôs a formação de um Grupo de Trabalho encarregado de trabalhar na reestruturação de cargos. A secretaria contestou a informação de que os policiais civis estariam sem reajuste há 15 anos. "Todas as carreiras da polícia civil tiveram ganho real nesse período", afirma a secretaria. Segundo o comitê organizador da paralisação, na capital houve uma adesão de 70% e, no interior, de 100%. O governo não divulgou balanço sobre o movimento, no entanto afirma que a adesão foi "muito baixa". Além de um reajuste salarial que varia entre 58 a 200%, de acordo com a categoria, as entidades policiais querem desde eleição direta para delegados e o direito de serem transferidos apenas quando houver pedido do policial (ou promoção). Um dos incidentes mais graves registrados durante o protesto ocorre no 1º Distrito Policial de Diadema (ABC) – SP e envolve a delegada plantonista Bárbara Travassos, filha de Luís Gonzaga Travassos da Rosa, ex-líder estudantil da UNE nos anos 60, e um dos seus chefes, o delegado seccional da cidade, Ivaney Cayres de Souza. Conforme colegas da policial, Souza ficou irritado porque descobriu que ela é filha de Travassos e havia aderido ao protesto, usando adesivos da mobilização dos policiais colados em sua roupa enquanto estava no 1º DP, onde era a plantonista responsável. Souza ordenou que ela retirasse os adesivos da roupa e, diante da recusa , ele ameaçou "recolhê-la", ou seja, mandá-la para a Corregedoria Geral da Polícia Civil. Após discussão, a delegada voltou a trabalhar sem os adesivos. A Associação dos Delegados de Polícia do Estado de SP (Adpesp) entrará com representação no conselho de ética da Polícia Civil contra Souza por "constrangimento ilegal". Uma reunião entre representantes do governo e dos policiais será realizada no dia 20 de agosto, quando as partes deverão apresentar propostas para serem discutidas no TRT.

A Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Dhesca) Brasil, rede com mais de 30 organizações de direitos humanos, e a Procuradoria Federal da União, do Programa de Voluntários das Nações Unidas (ONU), e da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, divulgam na Câmara dos Deputados seis relatórios sobre casos de violações dos direitos humanos em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste).Cada tema foi estudado e analisado pelos relatores, que finalizaram os documentos em 2007 e 2008. Os relatórios foram produzidos a partir do projeto Relatorias Nacionais em Dhesca, uma iniciativa da Plataforma inspirada nas relatorias da ONU e que atua no Brasil desde 2002. Entre os temas tratados estão: o processo de implantação das usinas Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira (RO); a morte de 13 trabalhadores por super-exploração do trabalho em canaviais de São Paulo (região Sudeste) e o problema do acesso às escolas públicas pela comunidade do Complexo do Alemão no Rio de Janeiro (região Sudeste). Sobre a morte dos trabalhadores, a relatora Cândida Costa afirmou que as condições de trabalho que incluem jornada de 12 horas diárias, pouca comida, pouco descanso, equipamentos inadequados ou nenhum equipamento de segurança, falta de acompanhamento de saúde, entre outras coisas, levam os cortadores de cana à morte por exaustão. Sobre a situação educacional do Morro do Alemão, de acordo com a relatora Denise Carreira, entidades locais denunciam o constante fechamento de escolas e a diminuição do número de professores nas instituições educacionais do morro por causa dos conflitos constantes entre traficantes e policiais. Os relatórios também denunciam a existência de milícia no Paraná, responsável pela morte de um sem-terra e pelo espancamento de outros ativistas. Segundo a entidade, o grupo armado se apresenta como uma empresa de

segurança. A ação teria ocorrido em uma ocupação do MST no Centro Experimental da Syngenta. Outra denúncia diz respeito à expulsão de 55 famílias de pescadores das Ilhas de Sirinhaém pela Usina Trapiche em Pernambuco (região Nordeste) e a proposta de remoção de mil famílias para a construção do Porto do Rio Grande (RS). Depois do lançamento dos relatórios, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara realiza audiência pública para discutir o escalpelamento de mulheres que usam o transporte fluvial na região Norte. A Plataforma Dhesca irá apresentar um relatório com essas conclusões a autoridades nacionais e internacionais de direitos humanos.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decide que violência doméstica contra a mulher é delito de ação penal pública incondicionada, ou seja, a ação pode ser ajuizada mesmo sem o consentimento expresso da vítima. Na prática, o Ministério Público pode dar prosseguimento à ação em casos em que a mulher retire a representação contra o agressor. Segundo a advogada Cláudia Luna, que representa o Fórum Feminista de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, em muitos casos a queixa de agressão fica restrita ao boletim de ocorrência policial – nas delegacias – e não é levada adiante, ao Judiciário. A assessora técnica do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), Myllena Calasans**,** acrescenta que a interferência de instituições do Estado é necessária porque, em geral, a decisão de continuidade do processo é mais um dos ônus que as mulheres vítimas de violência domésticas têm que arcar. Luna lembrou que, em casos de nova agressão durante o andamento do processo, a vítima deve registrar o fato em uma delegacia ou no próprio Ministério Público.

O Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego liberta 228 trabalhadores em condições análogas à escravidão na Usina Central do Paraná, na cidade de Porecatu – Paraná (região Sul). Os fiscais constatam que 22 trabalhadores não usavam equipamentos de proteção individual na aplicação de agrotóxicos, estando expostos a risco de morte por intoxicação aguda. Os auditores também descobrem que os trabalhadores eram transportados até a frente de trabalho no mesmo compartimento onde eram transportados os produtos químicos. Em alguns setores da empresa, já interditados, não havia sanitários, água fresca, nem produtos para higienização. Os empregados eram obrigados a custear enxadas, limas e demais instrumentos utilizados no trabalho. Além disso, dos 4 mil trabalhadores da usina, 2 mil e quinhentos estão com os salários atrasados. O Grupo Atalla, responsável pelo local, responde a mais de três mil ações trabalhistas na Justiça e deve cerca de R$ 16 milhões.

5ª feira 14

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana decide criar uma comissão especial para investigar a criminalização dos movimentos sociais no estado do Rio Grande do Sul (região Sul). A decisão é tomada a partir de denúncias apresentadas por entidades civis, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Central de Movimentos Populares (CMP). A comissão pretende investigar as medidas determinadas em relatório pelo Conselho Superior do Ministério Público Estadual, como a proibição de órgãos públicos negociarem contratos e convênios com o MST. A investigação também irá abordar as ações judiciais que proíbem marchas e despejam acampamentos sem-terra.

O grupo móvel da Superintendência Regional do Trabalho do Espírito Santo (região Sudeste) anuncia ter encontrado 2,5 mil trabalhadores de uma usina de cana em condições degradantes. Segundo o grupo, 89 são resgatados. As blitze ocorreram nos municípios de Conceição da Barra e Pedro Canário, em unidades sob responsabilidade da Infinity Bio-Energy. Nos relatórios de fiscalização, o auditor Rodrigo de Carvalho relata que, na Disa, uma das unidades da Infinity, trabalhadores tiveram a carteira de trabalho retida por dois meses, sem receber salário. Além disso, são detectadas irregularidades nas instalações e nas condições da jornada de trabalho. Segundo Carvalho, a empresa se compromete a regularizar a situação. Na Disa, o auditor diz que os trabalhadores resgatados afirmam ser procurados por funcionários da empresa para assinarem avisos prévios de demissão datados de 2 de julho, para descaracterizar o resgate. O presidente e sócio da Infinity Bio-Energy, Sérgio Thompson-Flores, afirma não ter recebido nenhum comunicado de resgate de trabalhadores e que as demissões ocorrem por iniciativa da empresa. A empresa nega ter cometido fraude nos avisos prévios e afirma que ela mesma chamou a Superintendência apenas para avalizar os desligamentos.

Cerca de 30 pessoas participam de ato liderado pela entidade Conselho Popular em frente à sede da Arquidiocese do Rio, na Glória, Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O ato é um protesto contra a demissão de funcionários de quatro pastorais sociais – do Menor, Carcerária, de Favelas e do Trabalhador -, ocorrida em junho de 2008. Os manifestantes reivindicam ainda uma audiência com o arcebispo, dom Eusébio Scheid. A assessoria de imprensa da Arquidiocese do Rio desmente que a demissão de funcionários – 46 pessoas desde junho – tenha resultado na extinção ou no esvaziamento das pastorais, interrompendo atendimentos sociais.

Cerca de 200 moradores da Favela Tiquatira realizam protesto nas avenidas Governador Carvalho Pinto e Gabriela Mistal, na Penha, zona leste de São Paulo – SP (região Sudeste), contra a morte de moradores da favela. Um ônibus foi incendiado e outros sete foram depredados durante a manifestação. As vias foram interditadas. Segundo reportagem do jornal O Globo, criminosos armados participam da ação e trocam tiros com a polícia. Dois suspeitos baleados foram encontrados num hospital de Vila Maria momentos depois. O ato ocorre um dia depois de três jovens serem mortos perto da favela e dois dias depois de um ladrão morrer baleado durante um assalto a banco na área.

6ª feira 15

Índios, missionários e trabalhadores sem-terra bloqueiam a Marcha a Roraima, formada por ruralistas de diversos estados que seguem para Boa Vista, em Roraima (região Norte). No entanto, os ruralistas conseguem furar o bloqueio à noite. A Marcha saiu de Cuiabá no dia 11 de agosto e segue para Pacaraima, a 215 quilômetros da capital, onde se localiza a reserva indígena. O grupo, formado por cerca de 30 caminhonetes, manifesta apoio e solidariedade aos seis produtores de arroz que aguardam uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), o bloqueio ocorreu na altura do município de Mucajaí. Segundo site da Agência Brasil, informações que

circularam em Boa Vista davam conta de que os índios queimaram pneus para bloquear a passagem. Após passarem pelo bloqueio, populares e arrozeiros contrários à demarcação da terra indígena se concentraram no Anel Rodoviário de Boa Vista, na entrada da cidade, à espera da caravana. Neste mesmo dia, o Cimi lança nota em que repudia a Marcha para Roraima. O Cimi alerta que no trajeto, os ruralistas irão passar por várias comunidades indígenas que são vulneráveis a possíveis casos de agressão. A organização pede que a PF esteja presente para evitar qualquer tipo de conflito, já que aldeias já foram destruídas, casas foram queimadas e plantações destruídas por funcionários dos arrozeiros instalados em Serra do Sol. Para o Cimi, a marcha é uma clara afronta aos indígenas e visa pressionar o STF a votar de forma contrária à demarcação. Está marcado para o dia 27 de agosto o julgamento no Supremo de ações que contestam a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em área contínua.

Termina o 1º Seminário da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), que em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) reuniu cerca de 90 líderes de etnias de todo o Brasil e um representante da ONU. O encontro teve início no dia 13 de agosto e termina neste dia 15. A discussão sobre o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da ação sobre a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, e a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas estiveram fortemente presentes. Os representantes dos índios temem que uma decisão do STF contrária à demarcação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, durante o julgamento marcado para o dia 27 de agosto, possa ter graves conseqüências. A área foi demarcada de forma contínua pelo governo federal, mas isso pode ser mudado pelo STF. Os líderes dos índios também estão preocupados com a desatualização do Estatuto dos Povos Indígenas, que ainda depende de aprovação no Legislativo. O próprio presidente da Funai, Márcio Meira, entende que essa proposta de lei precisa ser atualizada. “Temos que definir as regras com maturidade necessária para que essa lei seja aprovada o mais rapidamente possível.” A proposta para substituir a lei de 1973 pelo Estatuto do Índio foi apresentada em 1991, três anos após a promulgação da Constituição Federal, mas até hoje não foi aprovada pelo Congresso Nacional. As sugestões apresentadas no seminário nacional vão ser enviadas às oficinas regionais indígenas, onde devem ser debatidas nos próximos três meses. As alterações no texto original vão servir de base para um novo texto, que será encaminhado à subcomissão legislativa para assuntos indígenas da CNPI. As lideranças pretendem aprová-lo na Câmara dos Deputados em 2009.

Cerca de mil jovens de 20 estados brasileiros realizam manifestação no centro da cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A manifestação encerra as atividades do 1º Encontro Nacional da Juventude do Campo e da Cidade, que foi realizado na UFF em Niterói durante esta semana. O congresso contou com a presença de movimentos populares de trabalhadores, desempregados, negros, mulheres, sem-teto, estudantes e camponeses de todo o país. Os jovens protestam contra a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais. O grupo saiu da Candelária e encerrou o ato em frente ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Os manifestantes reivindicam ainda políticas públicas que garantam o acesso a um ensino de qualidade para os jovens. Em frente à sede da mineradora Vale, o grupo protestou contra a degradação dos recursos naturais. Ao passar pelo Consulado dos Estados Unidos, os jovens pediram o fim da política americana baseada nas guerras e na poluição do meio ambiente. O integrante da Via

Campesina do Rio de Janeiro, Marcelo Durão, disse que o Tribunal de Justiça foi o local escolhido para os manifestantes expressarem sua insatisfação com as políticas de criminalização dos jovens, que mais sofrem com as ações policiais.

Um ato show marca o lançamento da campanha nacional por melhores salários e melhores condições de trabalho dos bancários em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Os bancários reivindicam um índice de reajuste de 13,23%, a simplificação da Participação dos Lucros e Resultados, com o pagamento de três salários e de mais R$3.500 para todos e a elevação dos pisos salariais e isonomia para trabalhadores afastados.

Cerca de 300 professores, de acordo com a Brigada Militar, se reúnem em frente ao Palácio Piratini, sede do governo gaúcho em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Os docentes reivindicam o piso salarial nacional de R$ 950 para o magistério e criticam o reajuste de salário da governadora do estado, Yeda Crusius (PSDB). De acordo com os sindicatos que organizaram o ato público, 2.500 pessoas participam da manifestação.

Cerca de 800 estudantes participam de manifestação no centro de São Paulo – SP (região Sudeste). Organizado pela União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES), o protesto é iniciado no Museu de Arte de São Paulo (Masp), onde três faixas da pista da avenida são fechadas, segue para a Rua da Consolação e pára na Praça da República, em frente à Secretaria de Estado da Educação. O ato causa congestionamento na Avenida Paulista. Os estudantes reclamam das más condições do ensino público, incluindo a falta de laboratórios e salas de aula lotadas, além do fechamento de escolas. O major Benjamin Francisco Neto, comandante interino do 7º Batalhão da PM, declara que a polícia não foi avisada do ato público. A vice-presidente da UBES, Michelle Bressan, afirma que a prefeitura foi comunicada.

Aproximadamente 100 famílias do MST são violentamente despejadas das imediações da fazenda Santa Rita, localizada no município de Ceará Mirim, no Rio Grande do Norte (região Nordeste). Segundo site do MST, as famílias foram surpreendidas pelo proprietário de uma área vizinha, em companhia de quatro jagunços fortemente armados. A PM também esteve no local e, segundo advogados do movimento, "assistiu dos bastidores sem impedir a ação desrespeitosa e desumana que fez o fazendeiro e seus capangas, de maneira parecida como eram os despejos em plena Ditadura Militar no início da Luta pela Terra no país". Os advogados alegam que as famílias estavam acampadas à margem de uma estrada, portanto não poderiam ter sido despejadas. Ainda segundo os advogados, um dos policiais chegou a ameaçar um trabalhador. Santa Rita é formada por uma área improdutiva de 800 hectares. A vistoria do local já foi solicitada ao Incra, porém como o órgão ainda não conseguiu localizar o proprietário, nada foi feito.

Manifestantes promovem um ato em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) em defesa do Cerrado, do Meio-Ambiente e dos povos Indígenas. O local escolhido é a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), que tem levado adiante a proposta de construção do Setor Noroeste, e o Palácio dos Buritis, sede do Governo do Distrito Federal. Os manifestantes são contrários à construção do Setor Noroeste, que visaria,

segundo eles, atender à especulação imobiliária, e reafirmam a defesa do Santuário Sagrado dos Pajés e a demarcação da terra Indígena do Bananal.

Estudantes de jornalismo de Chapecó – Santa Catarina (região Sul) aderem à manifestação da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), realizada em várias cidades do país por cursos superiores de Comunicação Social - Jornalismo e sindicatos dos jornalistas, em defesa do formação profissional. A mobilização é organizada pelo curso de Jornalismo da Unochapecó. Alunos, professores e profissionais acompanham o protesto. Com o intuito de conscientizar a população a respeito da importância da formação acadêmica, os manifestantes coletam assinaturas para o abaixo-assinado da Fenaj, entregam panfletos informativos e realizam uma passeata pela avenida. Os principais objetivos da categoria são a regulamentação da profissão para melhores condições de trabalho e uma formação ética e responsável, visando um jornalismo voltado para a sociedade.

Sábado 16

Servidores penitenciários de todo o estado do Rio Grande do Sul (região Sul) encerram a greve que durava 35 dias. A decisão é tomada depois que o governo voltou atrás e se comprometeu em apresentar um projeto de plano de carreira para avaliação da Assembléia Legislativa até o dia 30 de novembro. Esta era a principal reivindicação da categoria, um dos poucos servidores públicos gaúchos que não possuem plano de carreira. Eles também cobram reajuste salarial e melhoria nas condições de trabalho.

Jovens de 24 movimentos sociais, entre eles o MST e o Movimento dos Sem-Teto (MST), participam de passeata contra a violência no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). As fachadas da Vale do Rio Doce e do Consulado Americano são pintadas com tinta vermelha e o protesto termina em frente ao Tribunal de Justiça.

Cerca de mil pessoas se reúnem na Praça Saens Pena, na Tijuca, zona norte do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), onde é realizado o ato “Diga sim à vida e não à violência”, organizado por 10 paróquias da região. A manifestação tem por objetivo pedir paz no bairro e conta com a participação de parentes de vítimas da violência.

Domingo 17

Aproximadamente 700 famílias ligadas ao MST ocupam a fazenda São Luís, localizada no município de Canaã dos Carajás, estado do Pará (região Norte). A cidade é a segunda cidade mais rica em minérios no estado. A área de 21 mil hectares faz divisa com o projeto de mineração Sossego, administrado pela Vale. Os trabalhadores reivindicam agilidade no processo de vistoria e desapropriação da fazenda, que possui o perfil para ser destinada à realização de Reforma Agrária e denunciam o não cumprimento de um acordo feito com os governos federal e estadual, que estabelecia a vistoria de oito fazendas da região até julho de 2008. Charles Trocate, integrante da Coordenação Estadual do MST, alerta que a situação no local é tensa. "Durante a ocupação deste

domingo, pistoleiros carregados de fuzis e metralhadoras tentaram intimidar as famílias".

2ª feira 18

O Ministério Público Federal (MPF) no Pará (região Norte) denuncia à Justiça Federal em Altamira o médico e fazendeiro Délio Fernandes Rodrigues, por manter trabalhadores em condição análoga à de escravidão, na fazenda Rio dos Bois, no município de Pacajá. A ação foi proposta pelo procurador Alan Rogério Mansur Silva, com base em fiscalização feita em abril de 2008 pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Na ocasião, foram encontradas irregularidades como fornecimento de água imprópria para o consumo, falta de banheiros e acúmulo de lixo onde os trabalhadores moravam. Além disso, os funcionários eram levados ao endividamento, já que o fazendeiro era o único fornecedor de alimentos e produtos de higiene. Os preços dos produtos vendidos, mais altos do que na zona urbana do município, só eram informados aos trabalhadores na hora do pagamento do salário. Segundo o procurador, o valor pago efetivamente era calculado por Rodrigues de acordo com o que ele achasse conveniente, a partir da variação do preço dos alimentos e a medição do serviço realizado pelo trabalhador. Alan Rogério Mansur Silva também relata que o fazendeiro cobrava por equipamentos como botas, luvas, foices, e que não havia controle do pagamento da remuneração, descanso semanal, da jornada de trabalho e de outros direitos trabalhistas. De acordo com informações do Ministério Público do Trabalho (MPT), em 2004 a fiscalização do Ministério do Trabalho já havia encontrado 36 pessoas em condição análoga à de trabalho escravo em duas fazendas de propriedade do médico. Caso Délio Rodrigues seja condenado nessa ação, poderá ter que cumprir de dois a oito anos de reclusão, além de pagar multa. Com essa denúncia, o MPF totalizou 44 processos por trabalho escravo ajuizados em 2008 no Pará.

As famílias do acampamento Dom José, localizado em Chapecó, Santa Catarina (região Sul), ocupam a sede da Unidade Avançada do Incra. Os trabalhadores estão dispostos a permanecer no local, até que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assine o decreto de compra da fazenda Seringa, onde está o acampamento. A ocupação da fazenda Seringa aconteceu há sete anos. Nesse período várias famílias foram assentadas em outras regiões. Atualmente, 35 delas permanecem na fazenda e já estão produzindo. O proprietário da área iniciou as negociações com o Incra há mais três anos e aceitou vender a terra para o Instituto. O processo da área encontra-se parado há dois anos na Casa Civil.

3ª feira 19

As comunidades quilombolas da região de Alcântara, no Maranhão (região Nordeste), conseguem que a empresa binacional Alcântara Cyclone Space, do Brasil e da Ucrânia, mude o local de lançamento do foguete Cyclone 4. Nos últimos três anos, segundo site do MST, diversas organizações e movimentos sociais protestaram contra a decisão do Governo Federal de dar início às atividades e serviços de pré-engenharia realizados pela Alcântara Cyclone Space (ACS) e pela Agência Espacial Brasileira (AEB). Estas

atividades visavam à delimitação de áreas no território étnico de Alcântara, para implantação de sítios de lançamento fora do perímetro da área atualmente ocupada pelo Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) que tem 8.700 hectares. A implementação de sítios de lançamento entre povoados quilombolas foi sugerida pela própria AEB, apesar de ter assinado, em setembro de 2006, um acordo judicial reconhecendo os direitos dos quilombolas à titulação de seu território. As comunidades ainda aguardam por essa titulação. O projeto previa um complexo de seis áreas que variam entre 290 a 1.298 hectares, projetadas para ser instaladas dentro do território quilombola. A primeira destas áreas destinava-se à instalação de equipamentos da Ucrânia e está localizada entre os povoados de Mamuna e Baracatatiua. As áreas de lançamento ocupariam terras usadas pelas comunidades quilombolas para agricultura e extrativismo, comprometendo a sobrevivência destas comunidades. Além disso, as áreas dificultariam o acesso das comunidades quilombolas à sede do município e em relação umas às outras, atravancando a inter-relação de bens, serviços e de pessoas no local e dificultando o acesso ao mar e aos alimentos dele provenientes. Vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, a empresa responsável pela operação do Sistema de Lançamento do Cyclone-4 presta serviços comerciais de lançamento de satélites para o mercado mundial e atende aos interesses dos programas espaciais do Brasil e da Ucrânia no CLA.

O Grupo Móvel de Combate ao Trabalho Escravo liberta 32 trabalhadores em situação análoga à escravidão na área rural de Rondon no estado do Pará (região Norte). Os trabalhadores atuavam na retirada da chamada juquira (planta que invade a pastagem) e na produção de carvão mineral. De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o empregador não assinava carteira de trabalho e não pagava o salário integral e nem os direitos trabalhistas, como 13º salário e horas-extras. Os trabalhadores, que atuavam na produção de carvão mineral, dormiam em barracões e não dispunham de água potável para beber. Ainda de acordo com o MTE, um deles chegou a se acidentar com uma motoserra, porém não recebeu atendimento por parte do contratador, sendo ajudado apenas pelos colegas. A maior parte dos trabalhadores resgatados era oriunda do Maranhão. Eles foram retirados da fazenda e tiveram os contratos de trabalho rescindidos, com direito a receber o seguro-desemprego. O proprietário foi autuado pela Polícia Federal no artigo 149 do Código Penal por manter trabalhadores em regime análogo ao de escravo e terá que pagar indenizações no valor de R$ 60 mil.

Prestadores de serviços demitidos no dia 18 de agosto pela Prefeitura de Campos, participam de manifestação no Centro de Campos no estado do Rio de Janeiro (região Sudeste). Cerca de 2 mil dos 6.400 foram demitidos. Apesar do ato, os trabalhadores não conseguiram a garantia de que poderão ter o emprego de volta. Apesar de a legislação eleitoral proibir o gestor público de contratar ou demitir três meses antes ou três meses após as eleições, tais demissões estavam previstas desde abril em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com a prefeitura. O vereador Geraldo Venâncio do Partido Democrático Trabalhista (PDT) entra com um mandado de segurança contra as demissões baseado na legislação eleitoral.

Estudantes da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em Salvador - Bahia (região Nordeste) ocupam a reitoria da instituição em protesto contra a falta de segurança. A manifestação ocorre após uma aluna ter afirmado que sofreu violência sexual no campus

de Ondina. Após a ocupação da reitoria no Canela, os estudantes saíram em passeata no Campo Grande e na Avenida Sete de Setembro, no Centro de Salvador. Mais de 300 manifestantes, com cartazes, faixas e apitos, acompanharam um carro de som, deixando o tráfego congestionado em toda a região. Eles gritavam palavras de ordem, pedindo por segurança nos campi da universidade e protestando contra a violência sofrida pela colega. Os estudantes reivindicam medidas de segurança no campus.

4ª feira 20

Estudantes da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em Salvador - Bahia (região Nordeste) protestam contra a falta de segurança. A manifestação ocorre após uma aluna ter afirmado que sofreu violência sexual no campus de Ondina. A instituição afirma que discutirá medidas. Durante a manhã, os estudantes decidiram em assembléia reivindicar a implementação do plano de segurança na instituição, que apesar de ter sido aprovado no ano 2000, nunca saiu do papel. Esse plano prevê a iluminação no campus, medidas de infra-estrutura que resolvam o problema de insegurança na UFBA, com preservação da Mata Atlântica. A comunidade estudantil reivindica também a criação de uma guarda universitária e não aceita a proposta do reitor Naomar Almeida de contar com a Polícia Militar (PM) para fazer a ronda na universidade. "A PM é historicamente uma força de repressão do estado, principalmente contra o movimento estudantil. Precisamos buscar outras formas de garantir a segurança, como a guarda universitária", declarou Vladimir Meira, vice-presidente da UNE na Bahia. No dia 19, os alunos ocuparam a reitoria da UFBA, no Canela e os estudantes saíram em passeata no Campo Grande e na Avenida Sete de Setembro, no Centro de Salvador.

O relator especial da ONU para direitos dos povos indígenas, o índio Apache James Anaya, visita a Vila Surumu (226 km ao norte de Boa Vista) local do conflito entre índios e fazendeiros na terra Raposa Serra do Sol, em Roraima (região Norte), e afirma que só vai ouvir um dos lados na disputa, devido a “limitações de tempo”. Ele é recebido por lideranças do CIR e de outras entidades favoráveis a que sejam retirados da região os fazendeiros e demais não-índios. Parte dos índios que defende a permanência dos fazendeiros e deseja que a área não seja homologada de forma contínua, mas em “ilhas”, reclama que não vai ser ouvida por Anaya. O Supremo Tribunal Federal julga no dia 27 de agosto o mérito da homologação da terra indígena de 1,7 milhão de hectares em forma contínua. A wapichana Joênia Batista protocola pedido para ser a primeira índia a defender oralmente a causa no julgamento e, caso as comunidades indígenas tenham liberada a participação no processo, ela pretende caracterizar como manifestações de “racismo” as contestações ao modelo contínuo da demarcação da reserva adotado por decreto presidencial.

Cerca de 300 pessoas realizam um ato nacional contra o atentado criminoso à assembléia dos trabalhadores da Refinaria do Vale do Paraíba (Revap), na sede da Conlutas, em São José dos Campos, a criminalização das lutas dos trabalhadores e o banditismo sindical na Câmara Municipal de São José dos Campos – São Paulo (região Sudeste). Participam da atividade 60 entidades sindicais, políticas e populares – entre elas: o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), Frente Nacional dos Petroleiros, Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas

de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect), Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Federal (Sinasef), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Movimento Terra e Liberdade (MTL), Conlutas, Intersindical, Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo (Sintusp), Sindicato dos Trabalhadores Servidores no Serviço Público Federal (Sindsef), Sindicato Previdenciários/RJ, Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Liga Bolchevique Internacionalista (LBI), entre outros. A LBI participa da atividade repartindo notas e jornais que denunciam o atentado.

5ª feira 21

Auditores fiscais da Receita Federal do Brasil promovem o Dia Nacional de Protesto Unificado. A categoria inicia a discussão sobre a atual campanha salarial e pede ao governo que defina o instrumento legal que vai confirmar os reajustes de mais de 300 mil servidores públicos federais - Medida Provisória (MP) ou projeto de lei. Muitos temem que a MP acabe virando um projeto de lei de difícil tramitação neste ano eleitoral. Segundo o presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Distrito Federal, Gilberto Magalhães de Carvalho, a categoria procura encontrar "alternativas de luta para que o governo saia dessa inércia com relação ao acordo salarial assinado em junho". Carvalho afirmou que o governo prometeu encaminhar uma medida provisória com os acordos ao Congresso Nacional até 4 de julho, o que ainda não ocorreu. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão publicou na internet, no dia 12 de agosto, os termos dos acordos salariais de 54 categorias do serviço público federal. Os conteúdos foram retirados da rede, segundo a assessoria do ministério, por problemas técnicos.

A CTNBio aprova a liberação comercial de algodão transgênico resistente ao herbicida glufosinato de amônia. De acordo com informações do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), a liberação atende pedido da multinacional alemã Bayer CropScience e também a uma demanda de representantes de produtores. O transgênico contou com 18 votos a favor, três contra e duas abstenções. O próximo passo é a liberação, ou não, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Na sessão, a CTNBio também aprovou 30 pedidos de liberação de pesquisas. A ONG Greenpeace criticou a liberação e classificou a aprovação como uma "ameaça à agrobiodiversidade do país, especialmente do semi-árido, área rica em variedades silvestres de algodão". O algodão liberado é patenteado como Liberty Link pela multinacional alemã Bayer CropScience. Segundo o Greenpeace, o glufosinato, que poderá ser utilizado no cultivo desse algodão, "tem um histórico polêmico de contaminação do solo e com potenciais riscos à saúde humana". "Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o herbicida não é seguro para gestantes, lactantes e bebês recém-nascidos. Como tanto o milho como o algodão da Bayer são resistentes ao glufosinato há o risco de grande aumento no uso desse herbicida e, com isso, aparecimento de ervas daninhas resistentes, além do aumento de resíduo do veneno na comida", apontou o Greenpeace.

Professores e funcionários administrativos da rede estadual de ensino promovem paralisação por 24 horas e se juntam a trabalhadores das áreas de saúde, segurança, fazendários e da Justiça, para realizar um ato público em frente à Assembléia

Legislativa do Rio (Alerj) no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O ato na Alerj integra a campanha unificada dos servidores, que reivindicam do estado reajuste salarial de 66%. Segundo a diretora do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE), Beatriz Lugão, o governador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB), não tem negociado com o funcionalismo estadual. No dia 20 de agosto, o Movimento Unificado dos Servidores Públicos do estado do Rio entregou ao Ministério Público Estadual um dossiê com denúncias dos sindicatos dos servidores estaduais contra o governador.

O Governo Federal, no mês em que a Lei Maria da Penha completa dois anos de vigência, veta a garantia plena de recursos (o não-contingenciamento) para o Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher, uma das principais políticas de implementação da Lei Maria da Penha. A proposta havia chegado ao Congresso por sugestão do CFEMEA e apoiada por diversas organizações do movimento de mulheres e da sociedade civil em todo o país. Depois de aprovado no Congresso, o texto seguiu para a sanção presidencial. Centenas de organizações e pessoas de todo o Brasil subscreveram uma petição à Presidência da República, reivindicando a sanção presidencial desse dispositivo na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2009. A sanção não foi concedida. Segundo a justificativa do veto, o dispositivo contraria o interesse público. O Presidente também veta o dispositivo da LDO que prevê o estabelecimento de metas sociais. A justificativa do presidente para vetar a proposta é que a informação já existe nos Relatórios Anuais de Avaliação.

6ª feira 22

O Fórum Permanente de Mobilização Estudantil da Universidade de Brasília (UnB) realiza ocupação da Reitoria da Universidade no Distrito Federal - Brasília (região Centro-oeste). A ação deve continuar até o dia 24 de agosto. Segundo Arthur Simbo, aluno do curso de Ciência Política da UnB, o objetivo da mobilização é discutir questões que entraram na pauta dos universitários depois da ocupação da reitoria, em abril de 2008. Ele explicou que a mobilização deste fim de semana é mais do que a concretização de uma série de pleitos que foram levantados durante a ocupação da reitoria. Um deles é a eleição do novo reitor. Simbo disse que os estudantes deverão elaborar uma pauta com suas reivindicações para encaminhar aos candidatos ao cargo. "Queremos construir uma plataforma com propostas para a universidade e entregar a todos os candidatos." Segundo Arthur Simbo, os estudantes têm também um projeto de "congresso estatuinte" para a universidade, para definir "seus princípios, objetivos e méritos". Ele informou que todas as propostas serão avaliadas em assembléia geral dos estudantes.

Povos Krahô, Apinajé, Gavião e Krikati, que vivem nas margens do Rio Tocantins, brigam para que sejam reconhecidos como impactados pela Usina de Estreito, no Maranhão (região Nordeste). As populações indígenas não foram incluídas no Estudo e no Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da Usina Hidrelética de Estreito. Os levantamentos apresentados pelo consórcio privado que toca a obra deixaram quatro povos da região de fora da chamada "área de influência indireta do empreendimento". Agora, os povos Krahô e Apinajé, no Tocantins (região Norte) e Gavião e Krikati, no

Maranhão, lutam para que sejam reconhecidos como atingidos e principalmente para que tenham direito de opinar sobre os destinos daqueles que dependem diretamente do meio natural em que vivem. O principal impacto da proliferação de obras de infra-estrutura na região é justamente o aumento da pressão sobre terras indígenas. Essa foi uma das conclusões de um estudo de 2006 do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) sobre as conseqüências da hidrovia Araguaia-Tocantins - projeto final da seqüência de barragens nos dois rios - para os povos Apinajé, Krahô e Krikati. O documento do CTI aponta que a migração de pessoas - à procura de trabalho na região, ou fugindo da especulação de terras, ou procurando melhores terras à beira rio - traz pressão para o entorno das terras indígenas, durante todas as fases da obra (da construção ao funcionamento). Essa proximidade pode provocar, na avaliação do CTI, o acirramento dos conflitos, principalmente em áreas mais próximas de zonas urbanas. Não consultar populações tradicionais sobre o processo fere o Art. 231 da Constituição Brasileira e contraria o compromisso assumido pelo Brasil com o mundo. A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas reconhecem os direitos das populações tradicionais e indígenas e determinam a consulta sobre qualquer medida que possa afetá-las. A Funai entrou no debate sobre Estreito depois de concedida a licença prévia. A diretora de socioeconomia do Consórcio Estreito Energia (Ceste), Norma Villela, garante aos indígenas que estão sendo feitas negociações com o órgão no sentido de "amenizar os impactos às comunidades em várias frentes". Segundo a proposta do Ceste – formado pela união de empresas de grande porte como Suez Energy International, Vale, Alcoa e Camargo Corrêa Energia –, seria criado um Grupo de Trabalho (GT) para discutir a questão.

Sábado 23

Vinte e sete crianças – de 10 a 15 anos – são encontradas ralando mandioca em condições degradantes em fiscalização em casas de farinha feita pelo grupo móvel da Superintendência Regional do Trabalho do Piauí – órgão do Ministério do Trabalho -, na região de Marcolândia, a 430 km de Teresina – Piauí (região Nordeste). As crianças trabalhavam até 16 horas por dia, ganhando R$ 1 por quilo raspado. Cada casa de farinha produz de 70 a 100 sacos de farinha por dia, de acordo com o procurador do Ministério do Trabalho, Emerson Resende. Os donos das casas de farinha da região firmam um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a procuradoria e são lavrados autos de infração e aplicadas multas.

Mozeni Araújo de Sá, liderança do povo Truká, é assassinado na cidade de Cabrobó – Pernambuco (região Nordeste). Mozeni tinha papel de destaque dentro da luta de seu povo. Por seu carisma, capacidade de argumentação e mobilização das comunidades, sempre esteve sob ameaça dos invasores da terra indígena e seus aliados políticos da região. A partir do ano de 1994, juntamente com outras lideranças, Mozeni empenhou-se no processo de expulsão dos invasores do território tradicional Truká, localizado na Ilha da Assunção, no Rio São Francisco. Desde então, a violência contra os Truká foi se intensificando. No rol dos agressores incluem-se fazendeiros, pistoleiros e PMs. No local do assassinato outros indígenas são surpreendidos pelo criminoso, que chega

atirando contra a vítima. Mozeni estava concorrendo a uma vaga de vereador na Câmara Municipal de Cabrobó.

Domingo 24

Integrantes de seis movimentos populares realizam ato na capital São Paulo – SP (região Sudeste) para homenagear mortos e desaparecidos políticos que passaram pelo antigo prédio da sede operacional do Departamento de Operações Internas-Centro Operacional de Defesa Interna (DOI-CODI). O Departamento funcionou na Rua Tutóia, no bairro do Paraíso, na capital paulista, no período de 1968 a 1977. Os manifestantes também reivindicam a punição de todos os que praticaram atos de tortura, além da abertura dos arquivos para que as famílias das vítimas descubram quem foram os responsáveis pelos atos contra seus parentes. Segundo o responsável por um dos grupos organizadores do ato, Paulo Fávero Gomes e Silva, os grupos querem ainda mostrar que o espaço onde funcionou o DOI-CODI ainda existe e continua presente. Naquele local funciona hoje o 36º Distrito Policial de São Paulo, "em vez de deixar de ser da polícia e se tornar um museu da resistência e da memória para mostrar que foi aqui o espaço onde a tortura matou oficialmente 64 pessoas e mais de 500 torturados registrados". Fávero explicou ainda que o movimento foi idealizado por grupos integrados principalmente por jovens para que a nova geração conheça e fique atenta às questões históricas do país e que, na avaliação dele, estão sendo apagadas.

Cerca de 200 representantes do Movimento Gay de Petrópolis, Região Serrana do Rio de Janeiro (região Sudeste) realizam manifestação pacífica na Praça da Liberdade, no Centro. O ato é um protesto contra a decisão da Câmara de Vereadores do município, que no dia 19 de agosto revogou a Lei 6.508/08, que havia instituído as comemorações da Semana do Orgulho Gay na cidade, entre os dias 24 e 31 de agosto. Mesmo com a revogação, as atividades foram mantidas.

2ª feira 25

Pelo menos 24 índios representantes das comunidades da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, já estão em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para acompanhar o julgamento de ações que contestam a demarcação da reserva em área contínua, marcado para o dia 27 de agosto, no Supremo Tribunal Federal (STF). Um dos líderes do grupo, o conselheiro de Saúde Valuar Alves de Souza, da etnia Macuxi, afirma que os indígenas confiam em uma decisão judicial que confirme o direito dos índios sobre as terras. Na Raposa Serra do Sol vivem aproximadamente 18 mil índios. A área foi homologada em 2005 pelo governo federal com 1,7 milhão de hectares. Entretanto, um grupo de grandes produtores de arroz e famílias de agricultores brancos se nega a deixar a área, por não concordar com os valores de indenização propostos pela Funai. Sustentam ainda ocuparem apenas 1% das terras. A advogada do CIR, a wapichana Joênia Carvalho, após encontro com o ministro do STF Carlos Ayres Britto, relator das ações que contestam a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol em área contínua, demonstrou confiança em uma decisão favorável à manutenção da homologação feita pelo governo federal em 2005. Para ela, o tribunal deve levar em

conta previsões de crescimento da população indígena. Acompanhada de representantes da Funai, Joênia entregou ao ministro um último documento com argumentos favoráveis aos índios sobre o processo de reconhecimento da área de 1,7 milhão de hectares. Segundo ela, uma possível decisão do STF pela demarcação em ilhas seria desastrosa para as comunidades. Durante a reunião, o deputado federal Francisco Rodrigues do Partido Democrata (DEM), coordenador da bancada de Roraima, defendeu a exclusão de 5% da área de 1,7 milhão de hectares homologada. Pela proposta, ficariam de fora da demarcação contínua áreas produtivas, estradas de acesso e sede de municípios. O parlamentar disse que o CIR adota uma posição isolada, já que há índios favoráveis à permanência dos produtores de arroz e agricultores brancos na área.

O reitor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Ulysses Fagundes Neto, comunica ao ministro da Educação, Fernando Haddad, a decisão de renunciar ao cargo. O vice-reitor, Sérgio Tuffic, passa a responder interinamente e tem 60 dias para realizar o processo eleitoral de escolha do novo reitor. Ulysses Fagundes é acusado de ter usado indevidamente o cartão corporativo. À época, o reitor alegou ter cometido um engano. Em maio de 2008, a Comissão Parlamentar Mista dos Cartões Corporativos identificou gastos abusivos no exterior feitos, principalmente, pelas universidades UnB e federais de São Paulo (Unifesp) e do Paraná (UFPR). Segundo divulgado pela Agência Brasil, "No caso específico da Unifesp, o caso foi mais grave, pois além de constatarmos que ele [o reitor Ulysses Fagundes Neto] usou de forma abusiva o cartão corporativo, descobrimos que ele é o ordenador de suas próprias despesas", ressaltou na ocasião o sub-relator de Sistematização da CPI, deputado Carlos Sampaio (PSDB). Durante o 1º semestre de 2008, os alunos da Unifesp realizaram vários protestos para reivindicar a renúncia do reitor. Em abril, centenas de estudantes fizeram um ato em frente à universidade com máscaras dos personagens da Disney, Mickey e Minnie Mouse, faixas e músicas de protesto. As máscaras de personagens da Disney foram uma forma de lembrar a viagem do reitor, feita em outubro de 2006, para Orlando, nos Estados Unidos, em que se hospedou em hotéis da Disney World. Para a Unifesp, esta viagem foi previamente autorizada porque neste período o reitor participaria do Congresso da Sociedade Norte-Americana de Gastroenterologia Pediátrica, Hepatologia e Nutrição.

Os alunos da Unifesp acampam no campus da instituição logo após a renúncia do reitor Ulysses Fagundes Neto. Segundo o Centro de Mídia Independente (CMI), são cerca de 50 alunos que acampam num pátio de um prédio ao lado da reitoria da Unifesp. Segundo lideranças estudantis que participam do ato, ainda não há uma pauta de reivindicações elaborada. O objetivo da mobilização é aproveitar o momento de transição para estimular o debate a respeito da estrutura da Unifesp. Por enquanto, há oito barracas montadas no local e o movimento está mobilizando os alunos de outros campi para participarem da manifestação. Os estudantes não querem discutir apenas a sucessão do reitor e sim um novo modelo de universidade pública que se estenderia a todas as outras instituições. Os manifestantes avaliam a representatividade estudantil perante o Conselho Universitário (Consuni), órgão deliberativo máximo da universidade, como fraca. Um dos possíveis itens da pauta de reivindicação deve ser o aumento do espaço nesse Conselho. Segundo os estudantes, não há previsão de quando os alunos sairão do campus e que a intenção é permanecer no local até que as reivindicações - que ainda serão apresentadas - sejam atendidas. Uma reunião está marcada para o dia 26 de agosto para discutir coletivamente a pauta de reivindicações.

O sindicato dos professores do Rio de Janeiro acusa a Faculdade Estácio de Sá de demissões em massa e de não respeitar a lei que determina que um terço do corpo docente de universidades trabalhe em regime de tempo integral. Segundo o Censo da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC) de 2006, esse percentual era de 23% na instituição, abaixo do limite mínimo. Segundo o diretor de relações com investidores da Estácio, João Rosas, o número de demissões neste ano (cerca de 600) não difere do de outros anos e tem a ver com a política de avaliação do desempenho dos professores. Ele ainda acrescenta que a rotatividade é de aproximadamente 6% dos funcionários. Em relação ao descumprimento do percentual mínimo de professores em regime integral, Rosas afirma que neste ano o patamar mínimo já foi atingido. Em Campinas – SP (região Sudeste), onde o grupo Anhanguera também atua o diretor do sindicato dos professores, Reginaldo Meloni, afirma que a relação com os docentes piorou e que o sindicato é impedido de conversar com professores e de verificar condições de trabalho. Em Minas Gerais (região Sudeste), o presidente do sindicato dos professores do ensino particular do estado, Gilson Reis, reclama da convivência difícil com o grupo Pitágoras – que originou a Kroton.

Parte dos médicos da Santa Casa de Belém, no estado do Pará (região Norte), deflagra greve. Os trabalhadores reivindicam aumento salarial e melhorias na infra-estrutura. A categoria pede que o valor bruto do piso nacional aumente para R$7.500 já que um médico recebe hoje, em média, R$1.600 líquidos. Apenas casos de emergência são atendidos no hospital. Em nota, a Santa Casa declara que negocia o fim da paralisação e que se compromete a garantir os benefícios exigidos pelos grevistas.

Cerca de 150 cortadores de cana-de-açúcar das usinas Bazan, Bela Vista e Carolo, todas em Pontal, apoiados pela Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp) fazem protesto em frente à sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pontal, em São Paulo (região Sudeste). Parte dos trabalhadores está paralisada. Os cortadores e homens da tropa de choque da PM de Sertãozinho e Jaboticabal entraram em conflito: três manifestantes foram presos – Sidnei Pereira, 22, Júlio Marcos da Silva, 28, e José Alípio Guimarães, 32, pertencentes à tribo Xacriabá -, e seis feridos com balas de borracha. O comércio foi fechado. Os manifestantes foram detidos por participar da ocupação da sede do sindicato e indiciados pelo crime de dano, de acordo com o delegado de polícia de Pontal, Maurício José Furtado Nucci. A polícia estava na cidade para cumprir decisão da Justiça do Trabalho de Sertãozinho, que obriga a Feraesp a permitir a saída dos ônibus para os canaviais com os trabalhadores que não aderiram à greve. Os trabalhadores reivindicam reajuste de 10% no piso salarial, que chegaria a R$ 500, e aumento no valor pago pelo metro da cana cortada para R$ 0,20 – hoje varia entre R$0,08 e R$0,13, além da criação de comissões com representantes dos patrões e dos trabalhadores para a aferição da medição da cana.

3ª feira 26

Um grupo de cerca de 500 manifestantes fecha a BR-174, que liga Boa Vista a Pacaraima em Roraima (região Norte). Os manifestantes reivindicam a manutenção da demarcação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol no estado. Sob sol forte, o protesto que durou cerca de 3 horas, reuniu indígenas, agricultores, representantes do

MST e dos Trabalhadores Sem-Teto. Além de defender a demarcação da terra indígena, o grupo aproveitou o bloqueio para pedir a posse de uma fazenda na beira da rodovia, ocupada há oito dias por cerca de 200 famílias. No dia 27 de agosto, O Supremo Tribunal Federal (STF) vai julgar a legalidade da demarcação, questionada por produtores de arroz e agricultores que vivem na área. De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), a manifestação foi pacífica e apenas uma pessoa foi detida após furar o bloqueio e invadir a pista onde estavam os manifestantes.

O Ministério Público Federal em São Paulo (MPF) e a Advocacia Geral da União (AGU) ajuizam na Justiça Federal de São Paulo (região Sudeste) uma ação civil pública pedindo a indisponibilização dos bens e a quebra dos sigilos bancário e fiscal do reitor da Unifesp, Ulysses Fagundes Neto, do vice-reitor, Sérgio Tufik, do atual chefe de gabinete da reitoria, Reinaldo Salomão, e da ex-chefe de gabinete da reitoria, Lucila Amaral Carneiro Vianna. Segundo o MPF, o pedido foi feito em razão dos supostos atos de improbidade administrativa cometidos pelos dirigentes.No dia 25 de agosto, o reitor comunicou ao ministro da Educação, Fernando Haddad, a decisão de renuciar ao cargo. O vice-reitor, Sérgio Tuffic, passou a responder interinamente e tem 60 dias para realizar o processo eleitoral de escolha do novo reitor. Na ação civil pública, foi solicitado o afastamento de Fagundes Neto, Tufik e de Salomão de seus cargos para permitir que sejam apuradas as demais ilegalidades cometidas por eles e preservar os interesses da universidade. De acordo com a ação, os réus vêm atuando com claro propósito de dificultar a apuração das ilegalidades praticadas.O MPF entendeu que a improbidade está caracterizada em três oportunidades: a primeira, relacionada a 13 viagens ao exterior, ocorridas em 2006 e 2007; a segunda, pela violação do regime de dedicação exclusiva, que culminou em enriquecimento ilícito por parte do reitor; e a terceira, pelo uso irregular do cartão corporativo em despesas pessoais nacionais. O MPF pediu a condenação de todos os acusados a restituir integralmente à Unifesp as importâncias recebidas indevidamente. Requereu ainda que os acusados percam os bens e valores acrescidos ilicitamente aos seus patrimônios. O MPF solicitou a perda da função pública dos acusados e a suspensão dos direitos políticos por até dez anos dos acusados. Foi requerido também o pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial obtido e a proibição de contratar com o poder público.

Cerca de 950 cortadores de cana do município de Morro Agudo e de Cândia, distrito de Pontal, aderem à greve dos bóias-frias na região de Ribeirão Preto, em São Paulo (região Sudeste). Com as novas adesões, chega a 5 mil o total de grevistas, de acordo a Feraesp. Três das quatro usinas atingidas pelo movimento (Bazan, Bela Vista e Albertina) contabilizam 3.150 funcionários parados, de um total de 4.900 e estimam os prejuízos em R$ 8 milhões.

Os estudantes da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (Uenf), liderados pelo Diretório Central Estudantil (DCE) Apolônio de Carvalho, ocupam o prédio principal da instituição de ensino, a Reitoria, reivindicando, entre outros, a criação de um restaurante popular. Eles contam com a presença de pessoas do Assentamento Zumbi dos Palmares. Os alunos reivindicam condições mais reais de direitos estudantis.

Os servidores do Arquivo Nacional, com apoio do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Rio de Janeiro (Sintrasef), entram em greve. Os trabalhadores reivindicam, entre outras coisas, um Plano de Carreira. Mais de 200 servidores participam ativamente da mobilização. Um dos encaminhamentos da assembléia que decide pela greve é entrar com representação contra a direção do Arquivo junto à Casa Civil.

4ª feira 27

O Supremo Tribunal Federal (STF) inicia, em Brasília – Distrito Federal, o julgamento que decidirá o modelo de demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol em Roraima. No entanto, o julgamento é interrompido por um pedido de vista do ministro Carlos Alberto Direito. A sessão pela primeira vez contou com a participação na defesa, de uma advogada índia wapchiana, Joênia Batista de Carvalho. O pedido de vista foi negociado entre os ministros nos intervalos da sessão, que declararam sentir a necessidade de acrescentar tópicos a seus votos após a manifestação de advogados e do relator. Ruralistas e indígenas favoráveis à demarcação em ilhas comemoram a suspensão do julgamento. Além de índios ligados à Sociedade de Defesa dos Indígenas Unidos de Roraima (Sodiu-RR), políticos do município de Pacaraima, inclusive a candidata a vice-prefeita na chapa do líder arrozeiro Paulo Cesar Quartiero, Erotéia Mota, comemoraram a decisão. O voto do ministro do STF Carlos Ayres Britto, defendendo a manutenção da demarcação contínua acentuou ainda mais as divergências entre aqueles que são a favor e os que são contra o decreto que definiu a reserva em 2005. No voto, Ayres Britto votou pela cassação da decisão liminar do STF que, em abril de 2008, impediu a retirada dos não-índios da reserva. O relator afirmou, ainda, que a presença dos arrozeiros “degrada os recursos ambientais da região” e que os arrozeiros que disputam o direito de permanecerem na área estão agindo de forma violenta e não “têm qualquer direito adquirido para ficarem na área”. Após o voto do relator, o ministro pediu vista do processo, que foi suspenso. O presidente do Supremo, Ministro Gilmar Mendes, disse que pretende retornar com a ação ao plenário "se possível ainda neste semestre". Indígenas e integrantes de movimentos sociais do campo que, durante toda a tarde aguardaram o fim da votação em frente ao prédio STF, em Brasília, comemoraram o voto de Ayres Britto. Não há prazo para que Direito apresente seu voto ao plenário, porém terá de respeitar o pedido do presidente do STF, Ministro Gilmar Mendes, para que aconteça ainda no último semestre de 2008.

Cerca de 2 mil trabalhadores rurais acampam em frente à sede do Incra, no município de São Luís – Maranhão (região Nordeste). O movimento é coordenado pela Federação de Assentados. Os manifestantes reivindicam melhores condições de infra-estrutura nos assentamentos como: asfaltamento e água para facilitar o plantio e escoamento da produção, além de assistência técnica para a produção agrícola. Segundo a Federação dos Assentados, cerca de 110 mil famílias vivem em 600 assentamentos no estado do Maranhão.

Funcionários da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) fazem paralisação de 24 horas e ato público na Alerj, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O objetivo da manifestação é protestar contra o projeto do governador Sérgio Cabral (PMDB) que

prevê reajuste apenas para algumas categorias e exclui a UERJ. Os servidores estaduais reivindicam, entre outros itens, recomposição das perdas salariais em 66% sobre o vencimento básico; data-base, em 1º de maio, em Lei, para todo o funcionalismo público; concurso público para funcionários estatutários; incorporação de gratificações e o não fechamento do Instituto dos Servidores do Rio de Janeiro (IASERJ). Além da paralisação, é aprovado um conjunto de atividades, a fim de organizar e mobilizar a categoria para a luta e exigir do governo o cumprimento da pauta de reivindicações.

5ª feira 28

Aproximadamente 70 funcionários de ônibus usados no programa Varejão Volante, gerido pela Central de Abastecimento (Ceasa), fazem carreata, com cerca de 30 ônibus, de Irajá até o Palácio Guanabara, em Laranjeiras, Zona Sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O protesto indica a revolta dos trabalhadores com a decisão do diretor-presidente da central, Ernesto Martins Pamplona, de descaracterizar e tirar de circulação os 72 veículos em más condições. Devido à manifestação, o trânsito ficou ruim no Centro e nos acessos à Zona Sul da capital fluminense. Trabalhadores dos sacolões volantes afirmam terem sido apanhados de surpresa pela decisão do governo e prometem novas manifestações. O secretário estadual da Agricultura, Christiano Áureo, declarou que o governo está estudando uma linha de crédito no Banco do Brasil para dar início a um novo programa Varejão Volante, com veículos novos e regularizados.

Entidades sindicais e associações contestam, na Justiça, acordo assinado pela direção de Furnas Centrais Elétricas com o Ministério Público do Trabalho (MPT). O acordo a substituição de 1,8 mil funcionários terceirizados da empresa no prazo de cinco anos. O presidente da Associação dos Contratados de Furnas, Carlos Arthur de Souza Coelho, alegou que o acordo não foi homologado na vara de origem e, portanto, não seria válido. Segundo ele, os trabalhadores ficaram fora da negociação. “Na verdade, esse acordo não está vendo a representatividade do trabalhador. Todo cidadão tem o direito à defesa, até que se prove ser contrário qualquer ato contra ele. Isso é constitucional", disse. Para Coelho, as notícias que têm circulado na empresa sobre o acordo, como se a negociação já tivesse sido concluída, causam pânico aos trabalhadores contratados. Os terceirizados reivindicam passar para um quadro suplementar em extinção, até que possam ir deixando, gradativamente, a empresa. Coelho enfatizou que os terceirizados passíveis de demissão não são “apadrinhados”, nem fazem parte de um “cabide de emprego”. Ele disse ainda que os terceirizados não são contra a admissão de concursados e que, inclusive, defendem que estes assumam seus cargos. O presidente da associação afirmou ainda que os contratados não tiram as vagas dos concursados. Em nota divulgada no dia 27 de agosto, Furnas comunicou a assinatura do acordo para a substituição gradual dos 1,8 mil contratados, em cinco anos. A troca seria de 20% até 2009, 15% em 2010, 15% em 2011, 25% em 2012 e 25% em 2013. Segundo a nota, a empresa pretende realizar novos concursos públicos para todas as áreas de atividade. O primeiro está previsto para ocorrer ainda em 2008.

6ª feira 29

Cerca de 5 mil professores participam de caminhada no centro de Curitiba – Paraná (região Sul). Eles reivindicam: equiparação dos salários entre os servidores; dobrar a carga horária e a aposentadoria de diretores e pedagogos. A manifestação também marca os 20 anos de um protesto considerado histórico pela classe. Em 30 de agosto de 1988, no primeiro protesto da categoria, o governo da época tentou impedir a manifestação com a cavalaria da PM. Dezenas de professores ficaram feridos.

Domingo 31

Acontece a 4ª Parada Lésbica de Brasília, organizada pela ONG Coturno de Vênus na capital federal – Brasília (região Centro-oeste). Segundo a diretora-executiva da ONG, Kelly Konlinski, a parada tem como objetivo dar visibilidade às lésbicas. O movimento reivindica o direito de pessoas do mesmo sexo poderem se casar, adotar crianças e a criminalização da homofobia.

Glossário de Siglas

ALERJ	Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CIR	Conselho Indígena de Roraima
CONLUTAS	Coordenação Nacional das Lutas
CTNBIO	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FERAESP	Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
FUNAI	Fundação Nacional do Ìndio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTM	Movimento dos Trabalhadores e Garimpeiros na Mineração
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
UBES	União Nacional dos Estudantes Secundaristas
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo

UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes

OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

R

A

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

CLACSO

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

Documento de trabajo Nº 228

Realizado por
el Comité de Seguimiento
del Conflicto Social y la Coyuntura
Latinoamericana de R

Integrantes	Juan
Diarios	*E*
Otras fuentes	Espacio Insular

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.
La responsabilidad por las opiniones expresadas en los artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinado a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado constituye uno de los resultados de este trabajo de documentación y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un documento de trabajo en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social llevadas a cabo durante el mes indicado en uno de los 19 países relevados.

La cronología presentada ha sido elaborada por alguno de los diversos **Comités de Seguimiento del Conflicto Social** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación de un equipo de investigación que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento del Conflicto y la Coyuntura Latinoamericana

PAIS	INSTITUCION	RESPONSABLES
Guatemala	FLACSO	Simona Yagenova Mario Castañeda
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Diana Cárdenas
Paraguay	Centro de Documentación de Estudios	Quintín Riquelme
Ecuador	CIUDAD	Mario Unda Hugo González
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Chile	ARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo
Brasil	LPP	Roberto Leher
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
México	UNAM	Massimo Modonesi Lucio Oliver
Panamá, El Salvador, Nicaragua Honduras y Costa Rica	CELA (Panamá)	Marco A. Gandásegui, h.
República Dominicana y Puerto Rico	Centro Juan Montalvo (Rep. Dominicana)	Mario Serrano Juan Luis Corporán
Venezuela	PROVEA	Marino Alvarado Marco Antonio Ponce
Costa Rica	IIS	Carlos Sandoval

Brasil

Cronología del Conflicto Social

Septiembre 2008

2ª feira 01

Cerca de 322 famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupam a fazenda Nega Madalena, no município de Tucumã, no sul do estado do Pará (400 km de Marabá) no dia 30 de agosto. A notícia foi divulgada pelo site do MST no dia 2 de setembro. A fazenda ocupada é uma das cinco, na região, administradas pela Justiça Federal de Goiás. Elas foram confiscadas por se tratarem de áreas compradas e administradas com o dinheiro do traficante Fernandinho Beira Mar em associação com Leonardo, o gerente dos negócios na região, ambos presos em Goiânia e Rio de Janeiro. A ocupação fica a 22 km da cidade de Tucumã, próximo ao mega investimento da Vale na região, o projeto de mineração Onça Puma e também na divisa com o assentamento Tucumã, em conflito jurídico com a Vale. A mineradora vem implantando ilegalmente o projeto dentro da área de assentamento, num local de aproximadamente sete mil hectares.

Cerca de 100 moradores da Vila Cruzeiro fazem uma manifestação na Praça São Lucas, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O protesto é para denunciar excessos cometidos por policiais do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), que ocupa a favela há cerca de um mês. Eles estariam invadindo casas, metralhando muros, quebrando móveis e agredindo a população. Para conter os manifestantes, policiais que passam dentro de um blindado dão tiros para o alto. Apesar do clima tenso, não há tumulto. Na favela, há barricadas de concreto no meio de algumas ruas, impedindo a passagem de carros. Em outro ponto, restos de sofás e móveis também bloqueiam o tráfego. Um representante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ) informa que a entidade vai instaurar um procedimento interno para averiguar possíveis excessos praticados pelo BOPE.

Cerca de 50 amigos e parentes do estudante Samuel Teles da Conceição, 17, morto no dia 30 de agosto, participam de protesto em frente à Escola Municipal Professora Vera Lúcia Pereira, em Silva Jardim – Rio de Janeiro (região Sudeste), onde o menino estudava. Segundo a família, Samuel faleceu em decorrência de espancamento por colegas dentro da sala de aula. O colégio ficou fechado durante o ato.

Cerca de 8 mil metalúrgicos das montadoras Volkswagen-Audi e Renault, de São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba – Paraná (região Sul), promovem paralisação de 24 horas. A categoria, que tem data-base em 1º de setembro, reivindica 5% de aumento real, 7,6% referentes à correção da inflação e R$ 1,5 mil de abono. Os metalúrgicos da montadora de ônibus e caminhões Volvo, localizada na cidade Industrial de Curitiba também aderem à paralisação.

Profissionais da área educacional do estado de Minas Gerais (região Sudeste), organizados pelo Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (SindUTE-MG) e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) deflagram greve por tempo indeterminado. Os trabalhadores denunciam a precariedade das condições de trabalho e da escola e os baixos salários. Uma das bandeiras, a campanha salarial pede a aplicação imediata do Piso Salarial Nacional de R$ 950 para 40 horas de trabalho semanais para profissionais do Magistério da Educação Básica, manutenção de todas as vantagens incididas nesse valor, para uma jornada de trabalho de 24h semanais, definindo data-base com reajustes anuais. Os trabalhadores criticam o governo Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que chegou a entrar na Justiça para que os salários fossem mantidos abaixo do piso. Eles ainda reivindicam revogação imediata do decreto que institui a gratificação/prêmio por produtividade, pagamento integral do auxílio transporte, melhorias efetivas no Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (IPSEMG) e melhores condições de trabalho. Cerca de 82% das escolas estaduais aderem à greve.

3ª feira 02

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) determina que o reconhecimento de união estável entre homossexuais seja julgado na Vara de Família. A decisão foi tomada após o casal formado pelo brasileiro Antônio Carlos Silva e o canadense Brent James Townsend – que já eram casados no Canadá e buscavam o reconhecimento da união no Brasil desde 2004 – terem duas decisões desfavoráveis, entrarem com recurso no STJ. Assim o processo do casal voltará à Justiça do Rio de Janeiro (região Sudeste), onde foi iniciado. De acordo com o STJ, é a primeira vez que o Tribunal analisa direitos de um casal gay com o entendimento de Direito de Família. Por três votos a dois, o STJ entende que a legislação brasileira não proíbe o reconhecimento de união estável de pessoas do mesmo sexo. Segundo o advogado especialista em direito de família, Álvaro Villaça, professor de Direito Civil na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), a mudança vai exigir uma modificação na legislação. “Porque a união estável, na lei, só é admitida entre homem e mulher”, explicou Villaça à Agência Brasil. Atualmente, a legislação não vê na união entre pessoas do mesmo sexo uma família, apesar de já se ter jurisprudência que permite a adoção por casais homossexuais e que garante direitos previdenciários e de partilha de bens em caso de separação ou morte de um dos companheiros.

Os cerca de 8 mil metalúrgicos das montadoras Volkswagen-Audi e Renault, de São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba – Paraná (região Sul) decidem manter a greve por pelo menos mais 48 horas. No dia 1º de setembro, os trabalhadores promovem uma paralisação de 24 horas. A categoria, que tem data-base em 1º de setembro, reivindica 5% de aumento real, 7,6% referentes a correção da inflação e R$ 1,5 mil de abono. A paralisação ocorreu porque os trabalhadores não concordam com a proposta anterior das empresas de reajuste de 0,5% de aumento real, além dos 7,6% para cobrir perdas inflacionárias, sem abono. Os funcionários da Volvo, que participaram da paralisação de 24 horas, voltam ao trabalho, dando mais tempo para as negociações.

O sindicato dos Policiais Civis realiza desde o dia 27 de Agosto diversas paralisações no interior do estado para denunciar as más condições de trabalho, denunciando as más condições de trabalho no estado do Rio Grande do Sul (região Sul).

Cerca de 16 estudantes do curso de filosofia são agredidos por militantes e seguranças do Partido dos Trabalhadores (PT) ao tentar realizar protesto em comício do PT para lançamento do plano de governo de Luiz Marinho, atual candidato à prefeitura de São Bernardo do Campo – São Paulo (região Sudeste). O comício aconteceu no campus Rudge Ramos da Universidade Metodista de São Bernardo do Campo, no salão Nobre, que fica em cima das salas de aula do curso de filosofia. Alguns alunos do curso, alegando que o comício estava atrapalhando a aula, decidiram protestar contra a universidade e contra o PT.

4ª feira 03

Seis integrantes da Organização Não Governamental (ONG) Greenpeace protestam em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), pelo fim das queimadas e do desmatamento na Amazônia. O ato ocorre durante a Semana da Amazônia, promovida pelo Ministério do Meio Ambiente. Os manifestantes tentaram subir a rampa do Palácio para entregar uniformes de bombeiro para o presidente Lula, no entanto foram impedidos pela segurança do prédio. Não houve violência. Na semana passada, a organização registrou desmatamentos e queimadas ilegais realizadas sistematicamente no interior e no entorno das Unidades de Conservação (UCs) ao longo da BR-163, no Pará, e no norte de Mato Grosso. Durante o mês de agosto, foram observados 5.754 focos de calor na Amazônia, dos quais 341 em unidades de conservação e 515 em terras indígenas.

Metalúrgicos de montadoras do interior do estado de São Paulo (região Sudeste) realizam uma série de manifestações para reivindicar maiores reajustes salariais e fazem uma paralisação de 24 horas. O Sindicato dos Fabricantes de Veículos Automotores (Sinfavea) informou que não comenta negociações coletivas. Os metalúrgicos afirmam que o sindicato patronal já ofereceu aos trabalhadores aumentos de 1,25%, mais o percentual da inflação - índice bem abaixo dos quase 19% reivindicados pela categoria. As atividades de quatro fábricas foram paralisadas: General Motors - GM (São José dos Campos), Honda (Sumaré), Toyota (Indaiatuba) e Mercedes-Benz (Campinas). Apenas nos sete primeiros meses de 2008, o lucro das montadoras cresceu de 30%. A fábrica da Mercedes-Benz de São Bernardo do Campo deixou de produzir cerca de 150 ônibus e caminhões devido a uma paralisação organizada por outro sindicato, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Segundo a entidade, 3 mil funcionários participaram da manifestação.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulga o relatório “Os Impactos Sociais da Soja”, que desde 2005 acompanha a expansão do cultivo do grão em três áreas do Pará (região Norte). Segundo o relatório, as conseqüências vão muito além de impactos ambientais, o cultivo de soja na Amazônia tem provocado conflitos sociais e fundiários na região, inclusive com a expulsão de famílias nativas. O relatório cita a transformação de estradas comunitárias em propriedades particulares e a dispersão de agrotóxicos utilizados no plantio da soja com prejuízo à saúde de moradores vizinhos às plantações. De acordo com o

documento, a discussão sobre o avanço da soja com "viés puramente ambientalista", conduzida por organizações ambientalistas deixou de lado os impactos socioeconômicos da monocultura do grão sobre as populações da região. Com a moratória assinada em 2006 e renovada em junho de 2008, compradores responsáveis por 94% da soja comercializada pelo país se comprometeram a não comprar grãos produzidos em áreas desmatadas. No entanto, o documento aponta que: "Nos últimos dois anos [primeiro período de vigência da moratória], a soja continuou sendo plantada pelos mesmos produtores que descumpriram regras ambientais e fundiárias", denuncia o documento. Segundo a CPT, o avanço da soja resultou na "expulsão" direta ou indireta de populações. Nove comunidades dos municípios de Santarém e Belterra já desapareceram e outras 31 tiveram a população diminuída.

Moradores do Jardim Iguape I, em Curitiba – Paraná (região Sul) protestam contra ação de reintegração de posse da América Latina Logística (ALL). Os moradores protestam na região próxima à área onde vivem no Boqueirão, em caminhada para um terreno ocioso posto à venda. Os manifestantes reivindicam que seja retirada a ação de reintegração de posse da ALL e a regularização das moradias, com acesso à infra-estrutura e próximas ao local onde trabalham, já que a maioria é de coletores de material reciclável. Os moradores denunciam também a violência policial constante sobre a área Iguape I. A prefeitura e a ALL fazem reunião de emergência para aprontar os acordos sobre a regularização fundiária. Um gerente da ALL também entrega em mãos para os moradores um documento no qual consta um Termo de cooperação técnica entre prefeitura/Cohab e ALL, com recursos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), para buscar soluções para o reassentamento dos moradores e regularização da área do Jardim Iguape I. Neste ano de 2008, a empresa América Latina Logística, entrou com ação de reintegração de posse contra 101 famílias que vivem na área Iguape I, à margem da ferrovia de transporte de cargas, no bairro Boqueirão. Apesar da ação da empresa, a área não pertence à ALL, uma vez que a ferrovia é uma concessão pública do governo federal. Os moradores do Iguape I vivem à margem das cavas do Parque Nacional do Iguaçu, assim como vivem às margens de Curitiba. O Iguape está logo abaixo de uma rede de transmissão de energia. Os moradores não têm acesso a serviços básicos de luz, rede de água e moradia com infra-estrutura. No dia 8 de agosto, apoiados por movimentos sociais, os moradores do Iguape I foram até a Companhia de Habitação Popular de Curitiba (Cohab-CT) e receberam a garantia do presidente, Mounir Chaowiche, de que até o dia 28 de agosto um grupo de trabalho procuraria a comunidade. A Cohab não cumpriu a promessa. O caráter do ato é pacífico e propositivo.

5ª feira 04

Cerca de 3 mil metalúrgicos protestam no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), reivindicando a construção da plataforma P-62 e mais nove navios no estaleiro Mauá, em Niterói. Os manifestantes, que fretaram duas barcas em Niterói, fazem uma caminhada pelas principais ruas do centro, sendo acompanhados por 12 guardas municipais do 1º Grupamento Especial de Trânsito, até a sede da Petrobras. Os trabalhadores argumentam que seriam criados 4 mil empregos e criticam a "lentidão" da estatal – que há meses discute a proposta. A empresa afirma que a obra está sendo analisada, no entanto, de acordo com fontes que acompanham as negociações, a direção da estatal está dividida. A discussão

sobre a construção da P-62 traz à tona questões como o desejo do presidente Lula de que sondas e plataformas sejam construídas no Brasil, a convocação ou não de licitação internacional para afretamento da obra, uma possível "clonagem" da P-54, executada então pelo consórcio Mauá-Jurong e construída no país, a capacidade que a indústria nacional terá para atender às encomendas da Petrobras e a escassez e os altos custos dos equipamentos. Os metalúrgicos afirmam ainda que o governador Sérgio Cabral (PMDB) estaria encaminhando a construção em Pernambuco (região Nordeste) e Espírito Santo (região Sudeste). A decisão seria uma manobra do Secretário de Desenvolvimento Econômico, Júlio Bueno, a fim de agradar políticos e empresários do estado do Espírito Santo, seu estado de origem.

Cerca de 8 mil metalúrgicos da Volkswagen-Audi, Nissan e Renault, das fábricas de São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba – Paraná (região Sul), decidem manter, por tempo indeterminado, a greve que completa quatro dias. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos da região metropolitana da capital, a nova proposta das montadoras foi rejeitada pela maioria dos grevistas. As montadoras oferecem 10% de reajuste, composto da seguinte forma: 2,5% de aumento real, a correção integral da inflação acumulada nos últimos 12 meses (estimada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese - em 7,6%) e um abono de R$ 1,5 mil a ser pago em 10 de setembro. No entanto, esse índice seria aplicado somente a partir de novembro na Volks e dezembro na Renault. Os metalúrgicos reivindicam 5% de aumento real e a reposição integral da inflação para serem aplicados já em setembro, além de um abono de R$ 1,5 mil também para setembro. Eles deram início à greve no dia 1º de setembro, juntamente com os cerca de 2,6 mil metalúrgicos da montadora de ônibus e caminhões Volvo, localizada na Cidade Industrial de Curitiba. Inicialmente, eles fizeram um protesto de 24 horas, por não concordar com a proposta anterior das empresas de reajuste de 0,5% de aumento real, além dos 7,6% para cobrir perdas inflacionárias, sem abono. No dia 2 de setembro, os funcionários da Volvo voltaram ao trabalho, dando mais tempo para as negociações. Os trabalhadores da Volvo aceitaram a proposta da empresa, que se comprometeu a dar reajuste salarial de 10,1% já a partir de setembro e abono de R$ 1,5 mil. O primeiro pedido do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba era de reajuste de 12,6%.

Grupos de metalúrgicos realizam protesto em São Paulo (região Sudeste). Metalúrgicos ligados à Força Sindical participam de passeata e manifestação em frente ao prédio da Federação das Indústrias do estado de São Paulo (Fiesp), na Avenida Paulista, em São Paulo – SP (região Sudeste), e paralisam a produção da Volkswagen, Ford e Scania. De acordo com a central, a adesão é de 5.000 trabalhadores representados por 54 sindicatos paulistas. Segundo a PM, contabiliza-se 1.500. Segundo informações da PM, outros dois grupos de metalúrgicos também realizaram manifestações na capital paulista. Um deles, com 800 pessoas, ficou concentrado na Avenida Presidente Costa e Silva, em Santo André, e outro formado por 500 pessoas, estava na Avenida Fagundes de Oliveira, em Diadema. Na região metropolitana de Campinas, ao menos 600 trabalhadores da Dell, empresa da área de informática localizada em Hortolândia, e 350 funcionários da Fundituba, em Indaiatuba, paralisaram suas atividades nesta quinta por 24 horas. O Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região estima que ao menos 17 mil trabalhadores já tenham participado de paralisações diárias nas duas últimas semanas na região de Campinas. Os trabalhadores reivindicam reajuste salarial de 18,83%, piso salarial de R$ 1.450,00, gatilho

para corrigir as perdas futuras com a inflação, redução da jornada sem redução dos salários, adicional noturno, plano de cargos e salários e cláusulas específicas para os direitos das mulheres. A pauta de reivindicações foi entregue aos empresários no dia 11 de julho, mas segundo informou o presidente do sindicato, Jair dos Santos, não houve uma proposta aceitável até o momento. Os metalúrgicos da Volkswagen, Ford, Scania e Mercedes-Benz decidem suspender a realização de horas-extras e a produção no final de semana dos dias 06 e 07 de setembro para pressionar os fabricantes de veículos a negociarem um aumento real razoável, após reunião sem acordo salarial com as montadoras do ABC na sede do Sinfavea, em São Paulo – SP (região Sudeste). Caso não haja acordo até o dia 06 de setembro, a categoria ameaça fazer greve geral a partir do dia 8 de setembro. Os sindicalistas não divulgam o índice de reajuste pretendido no ABC, no entanto já descartaram a proposta feita anteriormente de 1,25% de aumento acima da inflação.

Um grupo de metalúrgicos demitidos da montadora Mitsubishi Motores do Brasil, em Catalão, no interior do estado de Goiás (região Centro-oeste) realiza manifestação diante da fábrica para reivindicar a reintegração aos seus empregos. O grupo é liderado por Danilo Nunes, diretor do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Catalão (Simecat), um dos trabalhadores que perdera o emprego. Como protesto, Danilo Nunes acorrentou as mãos para trás e disse que ficará assim até que a empresa se manifeste. Em Catalão, no km 283 da BR-050, a montadora japonesa produz, desde 2007, cerca de 100 veículos/dia. Entre eles estão os modelos de camionete L200 Triton, L200 Outdoor e os jeeps Pajero TR4 e Pajero Sport. A fábrica foi instalada em 1998. Sobre as demissões, a Mitsubishi Motors do Brasil não se manifestou.

Um grupo de Policiais Ferroviários Federais (PFF) aguarda a chegada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao hotel onde está hospedado, em Recife – Pernambuco (região Nordeste), para entregar documento com reivindicações da categoria onde se destaca a reestruturação da categoria. Os policiais querem que o presidente ajude a agilizar a assinatura de uma portaria, que está no Ministério da Justiça, pela qual eles passam a integrar o quadro do ministério, como a Polícia Rodoviária Federal. Atualmente, a PFF está vinculada aos Ministérios das Cidades e dos Transportes. “Com o PAC das ferrovias, que vai construir 12 mil quilômetros de linhas em todo o país, nós não teremos estradas de ferro seguras sem organizar a PFF”, alegou um dos policiais presentes. Lula não recebeu o texto pessoalmente, mas um assessor ficou de encaminhar o documento.

Os médicos da Santa Casa de Belém – Pará (região Norte) suspendem a paralisação após audiência entre representantes do comitê da greve, do Sindicato dos Médicos do Pará (Sindmepa), do governo do estado e do Ministério Público Estadual (MPE), durante a qual ficou acertado que as partes vão voltar a conversar para buscar um acordo. De acordo com a assessoria de comunicação da Santa Casa, o atendimento no hospital ocorre normalmente. Segundo o diretor de imprensa e assuntos sociais do Sindmepa, Luiz Sena, durante a audiência do dia 3 de setembro, realizada no Tribunal de Justiça de Belém, a representação do governo estadual propôs aos grevistas aumentos que variam entre 116,1 e 228,6%. Os médicos reivindicam equiparação salarial com o piso nacional, que é R$ 7.503,18; adicional de insalubridade e risco de vida; pagamento da preceptoria (gratificação concedida aos profissionais que atuam na orientação de residentes); e melhorias das condições de trabalho.

Tem início o 14º Encontro de Educadoras e Educadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Salvador – Bahia (região Nordeste). O encontro reune cerca de 500 participantes de todo o estado da Bahia e acontece no Centro de Formação Amarante. O evento pretende constituir um espaço de formação e confraternização, debatendo as linhas políticas do MST para a educação do campo, bem como o modelo educacional vigente e suas contradições. Para o Movimento, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) representa uma conquista, como guardião de propostas alternativas, mas vem sendo esvaziado em termos de financiamento. Para a organização é necessário pensar não apenas na Educação Infantil, no Ensino Fundamental, Médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), mas no urgente acesso dos jovens do campo ao Ensino Superior.

Professores, com o apoio estudantil da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Belo Horizonte (AMES-BH) – Minas Gerais (região Sudeste) e da União da Juventude Rebelião (UJR) realizam manifestação com cerca de 5 mil pessoas. A PM acompanha o ato, que segue em direção ao Palácio da Liberdade – sede do governo mineiro. Os manifestantes protestam contra o governador Aécio Neves (PSDB), suas políticas educacionais e a manipulação midiática. A manifestação terminou na Praça Sete.

A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) (região Nordeste) aciona um processo judicial contra cinco estudantes da instituição. A ação diz respeito à reintegração de posse de um prédio público ocupado por estudantes há quatro anos. Na ocupação, iniciada em setembro de 2004, os estudantes reivindicavam a construção de uma Residência Universitária e a implementação de uma Política de Assistência Estudantil na Universidade. Na época, o movimento sofreu coações por parte da administração da universidade, que permitiu a circulação diária de viatura policial no campus, em especial ao redor do prédio ocupado, e acionou um processo judicial contra sete estudantes. A ocupação recebeu apoio dos movimentos sociais da região e da sociedade civil organizada, inclusive da OAB e da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do estado. Em 2005, o movimento negociou com a universidade a entrega de uma parte do prédio para o funcionamento da TV UESB, tendo como contrapartida a retirada do processo judicial contra os estudantes e a desocupação integral do prédio diante da entrega em 90 dias do primeiro módulo da Residência Universitária, que deveria ter capacidade mínima para 50 pessoas, bem como a implementação da política de Assistência Estudantil na Universidade. Em reunião do Conselho de Pesquisa e Extensão (Conspepe), a universidade deliberou uma comissão para encaminhar as questões relativas à Política de Assistência Estudantil e a construção da Residência Universitária. Argumentando a insuficiência das vagas oferecidas e a morosidade na implementação da Política de Assistência Estudantil, os estudantes mantêm-se ocupados no prédio e aguardam a chegada da liminar judicial que já foi acionada. Segundo os estudantes, desde o início da ocupação, foram várias investidas da atual Reitoria da UESB para reprimir a luta estudantil, tais como: trancamento dos banheiros do módulo de Educação Física nas primeiras semanas de ocupação, dificultando a permanência dos estudantes no prédio, o cerceamento das liberdades de expressão individual e coletiva, tentativas de adentrar à força o prédio ocupado, lançamento de notas desqualificando o movimento e circulação de viatura policial no campus, em especial ao redor da ocupação.

6ª feira 05

Cerca de 6 mil trabalhadores rurais e urbanos, protestam em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). O protesto é contra a corrupção no governo do estado e a criminalização dos movimentos sociais. A manifestação integra a 14ª edição do Grito dos Excluídos.
O Ministério Público (MP) denuncia o prefeito de Pacaraima – Roraima (região Norte) e produtor de arroz Paulo César Quartiero pelos crimes de seqüestro, cárcere privado, roubo e dano qualificados. Segundo divulgado pelo site da Agência Brasil, ele é acusado de ter ordenado a invasão a uma missão religiosa nas proximidades da Vila Surumu, dentro da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, no dia 6 de janeiro de 2004. Segundo a Procuradoria Regional da República da 1ª Região (PRR-1), Quartiero coordenou a ação que resultou na destruição de bens e no seqüestro de três padres que estavam no local. Em nota, a Procuradoria relata que os sacerdotes Ronildo Pinto de França, João Carlos Martines e César Alvallaneda permaneceram presos por dois dias sob a vigilância de pessoas ligadas a Quartiero. De acordo com o MP, a ação criminosa foi planejada para forçar autoridades a implementar a demarcação em ilhas da Raposa Serra do Sol. Posteriormente, em abril de 2005, o governo homologou a reserva com 1,7 milhão de hectares em área contínua e determinou a saída de todos os não-índios, condicionada ao pagamento de indenizações. A denúncia do MP contra Quartiero, relativa ao fatos de 2004, será analisada no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Em caso de recebimento pela Corte e futura condenação, o prefeito de Pacaraima e outros quatro acusados estão sujeitos a pena de até 21 anos de prisão. Quartiero nega a autoria das ações e se diz perseguido pelos procuradores federais.

Profissionais ligados ao Sindicato dos Médicos de Pernambuco (Simepe) realizam manifestação na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em Recife – Pernambuco (região Nordeste), onde o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está lançando o Prêmio Josué de Castro de Boas Práticas de Gestão e Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional. Os trabalhadores protestam contra uma lei estadual que transfere a gestão dos hospitais do estado para fundações. No dia 4 de setembro, durante o lançamento do programa Saúde na Escola, o presidente disse que sempre foi contra a greve de servidores que prestam serviços essenciais. Os médicos da rede estadual decidiram adiar por 24 horas o abandono dos postos de trabalho decidido em assembléia no dia 4 e previsto para este dia 5 de setembro. Na assembléia, os profissionais decidiram avaliar a nova proposta conciliatória apresentada pelo Ministério Público estadual e encaminhar uma contraproposta de reajuste salarial e melhoria das condições de trabalho. Os médicos - cerca de 400 - já entregaram pedidos de exoneração à Secretaria Estadual de Saúde e prometem deixar os cargos caso o governo de Pernambuco não atenda às suas reivindicações. Segundo o presidente do Simepe, Antônio Jordão, a categoria aceitou a proposta de reajuste salarial de R$ 3.070, mas ainda ficaram pendentes dois pontos “essenciais” para o acordo: o cronograma de melhoria das condições de trabalho e a gratificação paga aos plantonistas. Os médicos reivindicavam um piso salarial de R$ 3.400.

Os trabalhadores da Renault/Nissan, em São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba – Paraná (região Sul) aprovam a proposta apresentada pela empresa e encerraram a greve iniciada no dia 1º de setembro. De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos da grande Curitiba, os cerca de 4 mil funcionários da fábrica aceitaram a oferta da empresa de 2,5% de aumento real e reposição integral da inflação acumulada nos últimos 12 meses

(estimada em 7,6% pelo Dieese). O reajuste de mais de 10% será pago nos salários de setembro. Além disso, a empresa pagará um abono dividido em duas partes: R$ 1,5 mil no dia 8 e R$ 100 no dia 19 de setembro. Os quatro dias de greve não serão descontados do salário, mas do banco de horas dos trabalhadores. Para o presidente do sindicato, Sérgio Butka, a negociação avançou bastante em relação à primeira proposta, que era de apenas 0,5% de aumento real mais a inflação do período, sem abono. Na montadora alemã Volkswagen, a greve continua por tempo indeterminado, pois segundo Butka, a empresa não apresentou nenhuma nova proposta aos trabalhadores. A proposta da Volks, rejeitada pelos metalúrgicos, é de 2,5% de aumento real e 7,6% referentes à correção da inflação para serem aplicados em novembro, além de um abono de R$ 1,5 mil para setembro. Nos cinco dias de greve da Volks, cerca de 4,2 mil veículos deixaram de ser fabricados na unidade do Paraná.

Cerca de 100 famílias do MST reocupam a Fazenda Alvorada, próxima ao município de Caapora – Paraíba (região Nordeste). Segundo o site do MST, em dezembro de 2008 fará 6 anos que 40 famílias do acampamento Ouro Verde vivem em barracas. As famílias pedem providências para serem assentadas - para isso é preciso que o Incra negocie a área com a atual proprietária. Os acampados já possuem lavoura em 75% das terras da propriedade. Desde a morte do proprietário, há mais de 10 anos, a fazenda se encontra abandonada pela viúva e atual proprietária Maria do Carmo Vasconcelos que durante todo esse tempo não se interessou em produzir na terra. A primeira ocupação ocorreu em dezembro de 2002, a partir daí se seguiram quatro despejos sendo um deles realizado de forma ilegal, durante a madrugada e sem mandato de reintegração. Na ocasião, quando um dos acampados exigiu ver o mandato de despejo foi ameaçado de prisão pelo policial. Depois de três despejos de dentro da fazenda, as famílias montaram acampamento numa área disponibilizada pelo assentamento Capim de Cheiro, local em que permaneceram até a reocupação ocorrida na madrugada de hoje. Durante o período que passaram na área de apoio pertencente ao Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) a proprietária da fazenda tentou novamente despejar os Sem Terra, levando policiais para destruir o acampamento. Tentativa que foi impedida pelo Incra. Segundo o MST, essa fazenda é visada por várias usinas e grandes proprietários da região, que vêem na terra um bom local para a expansão da produção de cana-de-açúcar.

Aproximadamente 200 pessoas participam da atividade do 14° Grito dos Excluídos em João Pessoa – Paraíba (região Nordeste). Esse ano foi realizado um seminário de formação no qual foi discutida a conjuntura atual e a participação do povo trabalhador como sujeito da transformação social. Após a atividade, pessoas saíram em protesto pelas ruas do centro da capital, João Pessoa. Segundo site do MST, na atividade estavam presentes vários movimentos sociais, pastorais da Igreja, sindicalistas, professores e estudantes.

Sábado 06

Metalúrgicos de quatro montadoras, que somam em torno de 10 mil trabalhadores, aprovam em assembléia, o reajuste de 11,01%, proposto pelo Sinfavea. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Sérgio Nobre, considerou muito boa a proposta que representa um aumento real de 3,6%, bem acima da média observada no país e que tem oscilado em

torno de 2%. Outras conquistas da categoria foram um abono no valor de R$ 1.450 a ser pago no dia 19 de setembro e a elevação do piso para R$ 1.250, o que significa um aumento de 12,6%. O líder sindical atribui a conquista ao poder de mobilização dos trabalhadores ao longo dos últimos 30 anos, na região do ABC paulista. A negociação com os representantes patronais durou mais de 10 horas, teve início às 18h do dia 5 de setembro e só terminou às 4h30 da madrugada. Para os trabalhadores do setor de autopeças haverá novas tentativas de acordo, no dia 8 de setembro.

Aproximadamente 600 famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) ocupam um terreno de 100 mil metros quadrados no Jardim Nossa Senhora de Fátima, município de Embu das Artes – São Paulo (região Sudeste). As 600 famílias são as mesmas da Ocupação Silvério de Jesus, localizada no Jardim Tomé, que foram despejadas pela prefeitura do município sem nenhum auxílio em contrapartida. Diante da recusa do prefeito Geraldo Cruz em atender à demanda de moradia dessas famílias, elas prosseguem o processo de ocupação no município. A área pertence a Teresa Basile, tem cerca de R$120 mil de dívida de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e serve apenas para especulação financeira. O MTST solicita contribuições de bens não perecíveis para garantir alimentos às famílias.

Domingo 07

Policiais civis protestam contra o governador de São Paulo, José Serra (PSDB), durante o desfile cívico-militar em comemoração do Dia da Independência, no sambódromo do Anhembi, zona norte de São Paulo – SP (região Sudeste). O grupo, ligado a sindicatos como o dos investigadores e dos escrivães, grita palavras de ordem e vaia o governador, que não reagiu à manifestação. O presidente do Sindicato dos Escrivães de Polícia do estado de São Paulo, Valter Honorato, declarou que foi impedido de empunhar uma faixa de protesto, afirmando se tratar de "cerceamento de expressão".

Lideranças de movimentos sociais, artistas e ativistas políticos participam da 14ª edição do Grito dos Excluídos em São Paulo – SP (região Sudeste). Os manifestantes reivindicam o fim de problemas que atingem milhares de brasileiros no dia-a-dia, como a falta de comida, de moradia e de trabalho, além de outras mazelas sociais. Eles também defendem os direitos dos moradores de rua, portadores de deficiência, negros, índios, entre outros segmentos. Na capital paulista, cerca de 10 mil pessoas participam de caminhada entre a Catedral da Sé e o monumento do Ipiranga. Ari Alberti, coordenador nacional do Grito, declara que "houve um grito pelos direitos dos povos indígenas e quilombolas de terem seus territórios". De acordo com a organização, há manifestações em 25 estados e no Distrito Federal. O 14º Grito dos Excluídos, no Santuário Nacional, em Aparecida, contou com manifestação que apóia a demarcação contínua da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. Outra questão também abordada é das eleições municipais, com a distribuição de 3 mil formulários para recolher assinaturas e protocolar projeto de lei de iniciativa popular que barra os candidatos que respondem a processos na Justiça.

Representantes de movimentos sociais e de partidos políticos realizam manifestação durante o desfile do Dia da Independência na Esplanada dos Ministérios em Brasília –

Distrito Federal (região Centro-oeste). A União da Juventude Socialista (UJS), ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), participa do ato defendendo mudanças na Lei do Petróleo. De acordo com a UJS, é preciso definir melhor a destinação dos recursos que o país vier a obter com a exploração de petróleo na camada do pré-sal. Segundo Leandro Cerqueira, presidente da UJS no Distrito Federal e membro da diretoria nacional: "A gente acha que se esses recursos forem direcionados à saúde, à educação e ao desenvolvimento nacional poderão contribuir para que o Brasil possa avançar ainda mais." A exemplo da UJS, o Movimento Educacionista também aproveitou o 7 de Setembro para reivindicar o cumprimento da lei que instituiu o piso nacional para professores. Segundo membros do movimento, alguns estados estão se recusando a cumprir o piso alegando que há questões fiscais que dificultam o pagamento.

Movimentos sociais ligados à Marcha dos Excluídos iniciam, durante as comemorações do Dia da Independência, a Jornada de Luta pelo Direito à Cidade. Em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), um carro de som foi colocado na plataforma inferior da Estação Rodoviária de Brasília para que as pessoas pudessem se manifestar livremente. Segundo o assessor da 14ª edição do Grito dos Excluídos, Marcelo Arruda, os principais temas do movimento em 2008 são: a defesa do direito à moradia, à saúde, à educação, além da defesa das comunidades indígenas e de áreas de proteção ambiental. Além disso, os manifestantes reivindicam baixo preço da energia elétrica e denunciam a criminalização dos movimentos sociais. No Distrito Federal, o foco das reivindicações é a ampliação do debate do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) que, segundo Marcelo Arruda, tem privilegiado os interesses do setor imobiliário em detrimento das necessidades de moradia da população.

A 14ª edição do Grito dos Excluídos reúne cerca de 10 mil pessoas em Salvador – Bahia (região Nordeste). Organizado pela Assembléia Popular e Pastorais Sociais, os manifestantes realizam protesto em defesa do Rio São Francisco e pela construção de um projeto popular para o Brasil. Segundo site do MST, os manifestantes caminharam pela cidade divididos em blocos: sem-terra, estudantes, professores e em defesa da saúde. Além disso, houve uma coleta de assinaturas pela Campanha Ficha Limpa para os Candidatos.

Cerca de 3 mil pessoas participam da 14ª edição do Grito dos Excluídos Fortaleza – Ceará (região Nordeste). Os manifestantes se deslocam a partir de três pontos diferentes da cidade e seguem em direção ao rio Maranguapinho na luta em defesa de sua revitalização. Os principais temas do movimento em âmbito nacional, em 2008 são a defesa do direito à moradia, à saúde, à educação, além da defesa das comunidades indígenas e de áreas de proteção ambiental.

Mais de mil manifestantes entre movimentos sociais, entidades representativas dos trabalhadores e outras organizações políticas se reúnem na cidade do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os manifestantes que participam da 14ª edição do Grito dos Excluídos no estado protestaram contra a criminalização da pobreza e da juventude e a privatização do petróleo com o lema 'O petróleo é nosso'. Houve ainda uma homenagem a Zumbi dos Palmares, animado pela bateria da escola do Complexo de Favelas da Maré. Os principais temas do movimento em âmbito nacional, em 2008 são: a defesa do direito à moradia, à

saúde, à educação, além da defesa das comunidades indígenas e de áreas de proteção ambiental.

Manifestantes participam do 14° Grito dos Excluídos em João Pessoa – Paraíba (região Nordeste). O protesto fez propaganda com cartazes durante o desfile oficial da cidade. Com frases como:"Fora as tropas do Haiti" e "A energia não é mercadoria", os manifestantes mostraram suas preocupações. Os principais temas do movimento em âmbito nacional em 2008 são: a defesa do direito à moradia, à saúde, à educação, além da defesa das comunidades indígenas e de áreas de proteção ambiental.

Manifestantes que participam do 14° Grito dos Excluídos em São Luís – Maranhão (região Nordeste) realizam caminhada da Igreja Nossa Senhora de Fátima até a Igreja Santo Expedito. Os principais temas do movimento em âmbito nacional, em 2008 são: a defesa do direito à moradia, à saúde, à educação, além da defesa das comunidades indígenas e de áreas de proteção ambiental.

Mais de 2 mil pessoas participam em Manaus – Amazonas (região Norte), de uma caminhada do centro da cidade até a Avenida Rio Negro. A manifestação compõe a 14ª edição do Grito dos Excluídos que acontece em 25 estados do país e no Distrito Federal, segundo site do MST. A universalização dos direitos sociais, a luta contra a corrupção, a favor do meio ambiente e da moradia, a participação popular e a demarcação das terras indígenas foram as cinco questões ligadas aos direitos sociais que reuniu as pessoas em Manaus.

Mais de mil pessoas articuladas pela Assembléia Popular e pelo Movimento de Moradia realizam um ato no barracão da Associação de Catadores em Curitiba – Paraná (região Sul). A atividade faz parte das ações da 14ª edição do Grito dos Excluídos que acontece em 25 estados e no Distrito Federal, segundo site do MST. Os principais temas do movimento em âmbito nacional, em 2008 são: a defesa do direito à moradia, à saúde, à educação, além da defesa das comunidades indígenas e de áreas de proteção ambiental. Movimentos sociais institucionalizados e ala progressista da igreja católica, em contraponto ao desfile patriótico e militar no centro da cidade apoiaram duas manifestações do Grito, uma num bairro de Curitiba e outra numa área de risco de despejo, no Jardim Itaqui, em São José dos Pinhais, no estado. A caminhada tem falas e gritos que expressam toda uma indignação frente à exclusão social, negligência de direitos básicos, intimidações por parte de uma mineradora que é vizinha dos moradores e os pressiona a sair.

Manifestantes se reúnem no auditório dos metalúrgicos, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul), para denunciar a criminalização dos movimentos sociais e a corrupção instalada no governo do estado. A atividade faz parte das ações da 14ª edição do Grito dos Excluídos que acontece em 25 estados e no Distrito Federal, segundo site do MST. Os principais temas do movimento em âmbito nacional, em 2008 são: a defesa do direito à moradia, à saúde, à educação, além da defesa das comunidades indígenas e de áreas de proteção ambiental.

Militantes que participam das manifestações do 14° Grito dos Excluídos são bloqueados por algumas horas, por Policiais Militares em Pernambuco (região Nordeste). Segundo os

manifestantes, a PM tentou de forma violenta calar o Grito dos Excluídos. Com cordões de isolamento, usando ônibus, carros e uma tropa de choque fortemente armada, a polícia por horas impediu a saída da manifestação. Segundo site do MST, diversas pessoas foram agredidas na tentativa de romper o cerco. Só depois de quase três horas os manifestantes conseguiram passar pela barreira e tomar as ruas do Recife. Mesmo assim, os carros de som da manifestação foram impedidos de passar. Os principais temas do movimento em âmbito nacional, em 2008 são: a defesa do direito à moradia, à saúde, à educação, além da defesa das comunidades indígenas e de áreas de proteção ambiental.

Agentes penitenciários dos presídios federais de Campo Grande - Mato Grosso (região Centro-oeste) e de Catanduvas – Paraná (região Sul) realizam paralisação contra o aumento da carga horária. A greve é contra a Medida Provisória 441 do governo federal, que aumenta a carga horária da categoria de 176 para 192 horas mensais. De acordo com Helder Antônio Jacob dos Santos, presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais de Catanduvas (SINDAPEF), há a necessidade de unificar algumas decisões. Por conta da paralisação, 61 homens da Força Nacional de Segurança são convocados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) para auxiliar nos trabalhos nos dois estados.

Cerca de 30 a 40 anarquistas/punks protestam, em Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste) diante da marcha do Dia da Independência - 7 de setembro. Os libertários organizam o ato, hasteiam suas bandeiras e distribuem panfletos. Eles ateiam fogo à bandeira do Brasil. A manifestação dura cerca de 1 hora e meia. Acabada a manifestação, começou a 14° edição do Grito dos Excluídos, que conta com a participação de sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos.

O Movimento do Passe Livre realiza manifestação durante o desfile do Dia da Independência - 7 de setembro em Joinville – Santa Catarina (região Sul). Os manifestantes fizeram uma alusão à época da ditadura militar. Um dos integrantes, o estudante Kleber Tobler, 25 anos, foi preso. Ele usava farda militar e uma máscara de demônio. Kleber foi liberado logo depois no Complexo Militar.

2ª feira 08

Os metalúrgicos da Volkswagen rejeitam a proposta de reajuste oferecido pela montadora e decidem permanecer em greve no estado do Paraná (região Sul). Os metalúrgicos reivindicam 5% reajuste, mas a montadora oferece apenas 3,6%. A proposta inicial da montadora era de menos de 1%. Somente até este momento do ano de 2008, o lucro das montadoras já é 30% maior do que o ano de 2007.

O ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB) Timothy Mulholland e o ex-diretor da Editora UnB, Alexandre Lima são denunciados à Justiça Federal pelo Ministério Público Federal (MPF) no Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste) por desvio de dinheiro com a subcontratação do serviço de consultorias, por meio da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Área de Saúde (Funsaúde). Esta é a segunda

vez que a alta direção da Fundação Universidade de Brasília (FUB) é denunciada por desvio de dinheiro público em 2008. Segundo informações da Agência Brasil, além de Mulholland e Lima, também foram denunciados dois ex-funcionários da Editora UnB, Elenilde Duarte e Cláudio Machado, e os sócios proprietários das empresas contratadas para prestar os serviços. De acordo com o MPF, os desvios ocorreram em convênios celebrados entre a FUB e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), para prestação de serviços complementares de saúde a comunidades indígenas Yanomami em Roraima e Xavante em Mato Grosso. A UnB contratou, sem licitação, a Funsaúde, que subcontratou, por licitações fraudulentas, as empresas MI Management - cujo endereço dado como sede no entorno de Brasília é o de uma igreja evangélica - Coopers Instituto Profissional de Consultores Associados, LMR Softwares e Consultoria Empresarial, do filho de Alexandre Lima. As empresas não tinham funcionamento regular nem prestaram os serviços contratados. Além disso, a forma de licitação não era a adequada, por causa do montante contratado. Segundo os procuradores da República Raquel Branquinho e Rômulo Moreira, depois da contratação da Funsaúde, Timothy Mulholland designou Lima para administrar os recursos repassados pela Funasa. Ele, por sua vez, indicava pessoas de sua confiança dentro da editora para atestar a execução dos serviços supostamente realizados nos projetos Xavante e Yanomami. Em troca, esses funcionários indicavam parentes e amigos para entrar na folha de pagamento da Funsaúde. A participação do ex-reitor também foi comprovada. De acordo com a denúncia, ele indicou Alexandre Lima para gerir os recursos justamente para garantir que o crime fosse cometido. Mulholland também participou diretamente da celebração de alguns dos termos aditivos aos contratos fraudulentos.

Movimentos sociais, pastorais e entidades que compõem o Fórum Estadual da Reforma Agrária do Rio de Janeiro ocupam o Palácio das Laranjeiras – Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O objetivo da ação é reivindicar melhores condições para os assentamentos rurais do estado e políticas públicas que garantam melhorias para as famílias. Segundo dados dos movimentos envolvidos, a maioria dos agricultores nunca teve acesso a políticas públicas de sustentação da produção e da comercialização além de infra-estrutura básica como saúde e educação. O Fórum traz na pauta de reivindicações demandas como: a democratização do acesso à terra, redirecionamento das políticas da Secretaria de Agricultura, desenvolvimento e recuperação dos Assentamentos e Comunidades Quilombolas, entre outras. O Fórum Estadual da Reforma Agrária é composto pelo MST, Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), Associação das Comunidades Quilombolas do estado do Rio de Janeiro, CPT, Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (FETAG).

Mais de 1.100 estudantes da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) deflagram greve. A decisão é tomada em protesto contra a publicação do Edital 2009 do Vestibular da instituição. Os estudantes alegam que todos os 36 cursos dos cinco campi da universidade têm suas vagas aumentadas com base em um projeto aprovado durante uma reunião ilegítima do Conselho Superior Universitário (CONSUNI), que ocorreu em outubro de 2007, sob a vigilância e proteção das forças policiais, na Base Aérea do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), durante a segunda ocupação estudantil ao prédio da Reitoria da UNIR. Essa reunião não é legitimada pelo conjunto da comunidade acadêmica, assim como não é reconhecida a adesão da UNIR ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Além disso, inúmeros departamentos se

posicionam de forma contrária à expansão de vagas nos seus cursos. Mais de 12 novos cursos têm vagas destinadas ao Vestibular de 2009, sendo que sequer seus projetos políticos pedagógicos foram apresentados e apreciados pelo Conselho Superior Acadêmico (CONSEA), instância competente. Os estudantes afirmam que se operacionaliza um processo crescente de precarização da infra-estrutura já existente, de sobrecarga de trabalho docente e de dissociação entre ensino, pesquisa e extensão. Alguns cursos da UNIR que já apresentavam problemas crônicos quanto à insuficiência de corpo docente e técnico-administrativo e de infra-estrutura, decidem formular pautas específicas de reivindicação e unificá-las em torno de um programa comum para a Universidade, somado a questões como: paridade nos Conselhos Superiores; realização de um Congresso Universitário; implementação do restaurante universitário e construção da moradia estudantil.

Um grupo de docentes que vem perdendo as eleições da Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) desde em 2000, realiza uma assembléia objetivando criar uma nova entidade sindical para representar os professores do ensino superior público federal (Universidades Federais).Num auditório com menos de 100 lugares, no interior da sede da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em São Paulo – SP (região Sudeste), com seguranças na entrada impedindo acesso da imprensa, revistando os docentes e retendo celulares e máquinas fotográficas, a decisão é encaminhada por 115 votos de presentes e 485 por procuração situação não prevista no edital). Eles elegem uma diretoria provisória e aprovam um estatuto em 15 minutos. Em virtude do tempo de credenciamento de cada professor (mais de 10 minutos cada um) e do horário em que o credenciamento foi iniciado no inicio da tarde, após as 14h, na prática os mais 200 professores de 36 instituições federais de educação superior ligados ao ANDES – SN tiveram o acesso à referida Assembléia impossibilitado. Os docentes do Andes-SN ―se reuniram para se contrapor à iniciativa e defender a entidade criada em 1981 como ANDES e, em 1988, transformada, por decisão democrática de seus associados, em congresso público realizado no Rio de Janeiro. Após decisões de assembléias também públicas em todo o país, em ANDES-SN, passou a ser o legítimo representante dos docentes de todas as instituições brasileiras de ensino superior.

3ª feira 09

Cerca de 200 famílias do MST ocupam a fazenda São João, em Canguçu – Rio Grande do Sul (região Sul). Os trabalhadores reivindicam a desapropriação da fazenda – que segundo o MST, possui 1,1 mil hectares - como parte do acordo do Termo de Ajuste de Conduta assinado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com o Ministério Público Federal, em novembro de 2007. Ainda segundo o movimento, o acordo previa o assentamento de mil famílias até abril de 2008 e mais mil até dezembro. Porém, até setembro, menos de 40 famílias teriam sido assentadas no estado. As famílias reivindicam ainda a desapropriação das fazendas Guerra, em Coqueiros do Sul, Southall, em São Gabriel, e da Granja Nenê, em Nova Santa Rita. No total, 2.400 famílias estão acampadas no estado hoje, algumas há mais de quatro anos.

Uma Comissão Especial do Conselho de Defesa à Pessoa Humana, órgão ligado à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, inicia seus trabalhos na apuração de "tentativas de criminalização de movimentos sociais, a partir de iniciativas do Ministério Público Estadual, decisões do Poder Judiciário Gaúcho e ações da Brigada Militar do Rio Grande do Sul". As atividades serão concentradas em Porto Alegre e Sarandi durante toda a semana. A Governadora Yeda Crusius (PSDB) receberá a Comissão Especial em seu gabinete no dia 11 de setembro. A reunião servirá para que a comitiva possa conhecer qual a política estadual no trato com os movimentos sociais e se esta política respeita os Direitos Humanos. Além disso, audiências com entidades da sociedade civil, movimentos sociais e entidades ligadas a fazendeiros do Rio Grande do Sul estão marcadas. A Procuradoria Geral de Justiça também receberá a Comissão para explicar uma ata do Ministério Público Estadual, de 03 de dezembro de 2007, em que pedia a "dissolução do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra". O principal objetivo da Comissão, segundo site da Agência Brasil, é apontar soluções no sentido de garantir o respeito aos direitos civis e às liberdades públicas. A Comissão Especial ainda se deslocará a Sarandi, onde visita acampamentos e assentamentos de camponeses que foram despejados de Coqueiros do Sul de forma violenta no dia 17 de junho de 2008.

Estudantes da ocupação do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF) da Universidade Federal Fluminense (UFF), no Rio de Janeiro (região Sudeste) se reúnem para discutir seus posicionamentos em relação ao REUNI, ao Projeto de Expansão do ICHF e ao curso de Segurança Pública, que o governo e a reitoria, com a colaboração do colegiado do ICHF pretendem implementar e decidem paralisar as atividades do bloco N e O, onde fica o Instituto. Os estudantes são contrários ao curso e à implementação do REUNI, aprovado pelo Reitor Roberto Salles em dezembro de 2007.

Estudantes se reúnem em frente ao Centro de Ciências e Tecnologia Agropecuárias da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), no Rio de Janeiro (região Sudeste) e marcham até a reitoria, passando por todos os prédios da universidade, pedindo adesão de outros estudantes a um panelaço em prol do Restaurante Universitário (bandejão). A Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) já liberou a verba (R$ 5 milhões), que se encontra na conta da universidade, mas a licitação foi indeferida pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE). O reitor recebeu os alunos, confessou os problemas na licitação das obras do bandejão, mas defendeu que "tudo será resolvido". Caso a licitação não saia no prazo determinado para o uso dos recursos destinados à obra, a verba deverá ser devolvida aos cofres do estado. Como forma de pressionar o reitor e o TCE, os estudantes armaram acampamento em frente ao prédio, prometendo sair somente quando as reivindicações forem atendidas.

Cerca de 30 PMs de União Bandeirantes, Jaci-Paraná e Porto Velho no estado de Rondônia (região Norte) invadem o acampamento e disparam tiros contra os camponeses de Jaci-Paraná, que, organizados, lutam pela posse da Fazenda Mutum, declarada terra pública pela justiça federal, que já teria dado a emissão de posse para o Incra. A informação é do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos (Cebraspo). Segundo os acampados, os policiais dispostos a matar, agrediram física e moralmente os camponeses e saquearam seus remédios, livros e roupas. São presos 10 camponeses no presídio Urso Branco, conhecido por ser local de prática de tortura contra os presos e já denunciado, por isso, na Corte

Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). É impetrado habeas corpus para libertação dos camponeses.

4ª feira 10

Servidores públicos federais fazem passeata na Esplanada dos Ministérios, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A manifestação é em defesa da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas e contra o Projeto de Lei Complementar nº 92, de 2007, que propõe a criação de fundações estatais de direito privado. Segundo a assessoria da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (CONDSEF), ao final da passeata, manifestantes entregam um abaixo-assinado contra o projeto ao presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), e aos ministros da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci; da Educação, Fernando Haddad; e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo.

Movimento Nacional da Cidadania em Defesa da Vida – Brasil sem Aborto realiza a 2ª Marcha Nacional da Cidadania pela Vida na Esplanada dos Ministérios, em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O evento busca mobilizar pessoas contra a legalização do aborto no país. Segundo o vice-presidente nacional executivo do movimento, Jaime Ferreira Lopes, “a iniciativa é muito importante, trata-se da defesa da vida desde a concepção. Esse movimento existe desde 2006 e tem como promoção o Brasil sem aborto”. Ele também explicou que o Supremo Tribunal Federal (STF) pretende colocar em julgamento, ainda em 2008, um pedido de permissão para realização de aborto em fetos com anencefalia, e que o movimento é contra esta medida, por acreditar que "a vida é o primeiro e maior direito natural do ser, cuja existência começa na fecundação, o que implica no direito à vida do embrião e do feto", disse Lopes.

O coordenador-geral do Programa Nacional de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos e também relator da Comissão Especial do Conselho de Defesa da Pessoa Humana, ligada à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Fernando Matos, comprova que realmente há possibilidade de estar em andamento um movimento articulado que tenta acabar com os movimentos sociais no Rio Grande do Sul. A afirmação foi feita em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Ele garantiu que está “fartamente comprovado” o sinal de excessos na atuação da Brigada Militar em relação aos movimentos sociais. Segundo Fernando Matos, a comissão vai se reunir com o Poder Judiciário, com o Ministério Público e com a governadora Yeda Crusius (PSDB) para analisar se esses são atos isolados ou se está em execução uma política do governo do estado. O principal objetivo da comissão é garantir o respeito aos direitos civis e às liberdades públicas e analisar a atuação da Brigada Militar em relação aos movimentos sociais.

A Força Sindical divulga que considera desproporcional o aumento de 0,75% na taxa básica de juros (Selic) decidido pelo Comitê de Política Econômica (Copom). De acordo com nota divulgada pela central sindical, o aumento determinado pelo Banco Central não

corresponde às expectativas de disparada da taxa inflacionária. “É que a subida dos preços das mercadorias foi provocada pela redução da oferta e não pela demanda. Por isso, o aumento do juro básico é colossal, inoportuno e inconveniente. São produtos das cabeças de tecnocratas que não saem de seus gabinetes para ver como funciona o Brasil real. Vamos continuar lutando por redução dos juros e por melhores salários e condições de vida para os trabalhadores”, diz a nota. A nota alerta que a alta da taxa Selic tem um custo muito grande para o país porque repercute na dívida pública, inibe os investimentos produtivos, diminui a demanda e, conseqüentemente, reduz o crescimento econômico e a geração de empregos. A CUT também considerou inadequado o aumento dos juros em face ao decréscimo no preço dos alimentos medido pelo Dieese. A Fiesp afirmou em nota que aumentar a taxa Selic para 13,75% ao ano é um “grave erro”, cometido repetitivamente. “Errar é humano. Mas persistir no erro é burrice”, criticou a entidade, em nota enviada à imprensa. Segundo a Fiesp, de nada adianta discutir política de desenvolvimento e resgate da dívida social se “escoa pelo ralo da dívida interna a fatura do perverso aumento dos juros.”

Cerca de 300 estudantes ocupam a reitoria da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) no campus Maracanã no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os estudantes exigem a construção de um restaurante universitário (bandejão), alojamentos estudantis, creches universitárias, reforma na infra-estrutura do prédio, concurso para professores, maior fiscalização das contratações, reestruturação e melhoria das bibliotecas, paridade nos conselhos superiores, a elevação da bolsa de monitoria e outras políticas de assistência aos estudantes além da manutenção de um mínimo de 6% da receita tributária líquida do estado para a universidade como consta no artigo 309 da Constituição do Estado, suspenso, segundo o Centro de Mídia Independente (CMI) por liminar concedida por Gilmar Mendes para o Governo. O estudante Rafael Machado, membro do Diretório Central dos Estudantes (DCE), afirma que a universidade tem direito a 6% de todo o orçamento do estado, mas nunca recebeu recursos equivalentes a esse percentual. Segundo ele, o governo estadual transfere apenas 50% do total que deveria ser destinado à instituição. O grupo ainda acusa o governador Sérgio Cabral de querer diminuir a verba para a manutenção da universidade. O DCE afirmou, em nota, que a UERJ está vivendo uma situação de estado terminal há muitos anos e que esta é a oportunidade para dar um basta a todo este descaso. Os alunos da UERJ se reuniram em duas assembléias neste dia 10 e decidiram pelo apoio condicionado à greve decretada pelo corpo docente no dia 9 de setembro. As condições impostas pelos estudantes são: a construção de uma pauta unificada, incluindo os dois segmentos da universidade (estudantes e professores), e a saída da greve condicionada ao atendimento das reivindicações das duas categorias. Após a segunda assembléia, os cerca de 300 alunos ocuparam a reitoria.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), realiza a pesquisa “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça” que conclui, a despeito das políticas afirmativas do governo e da melhoria da renda que o Brasil continua sendo um país racista e machista, e que o crescimento da economia não está ajudando a reduzir a desigualdade. Segundo o estudo divulgado pelo Jornal Folha de São Paulo, a população de negros no país ultrapassará a de brancos em 2009, no entanto, eles continuam em desvantagem já que começam a trabalhar mais cedo e se aposentam mais

tarde. A desigualdade persiste no que concerne ao rendimento salarial – a média do salário dos negros era de R$ 502 contra R$ 986,5 dos brancos em 2006. A diferença se repete na comparação por gênero: os homens recebiam, em média, R$ 885,6, por mês, enquanto as mulheres, R$ 577, no mesmo ano. A pesquisa ainda mostra que entre 1993 e 2006, subiu de 19,7 para 28,8% o número de mulheres que chefiam a família. A disparidade também aparece em sala de aula: em 2006, a taxa de escolarização líquida (que mede a proporção da população matriculada no nível de ensino adequado à sua idade) era de 58,4 no ensino médio. Entre os negros, era de 37,4. Para Jorge Abraão, do Ipea, programas como o Prouni ou cotas para negros ainda não tiveram o impacto esperado.

O Grupo Tortura Nunca Mais decide diminuir seu programa de assistência a vítimas da violência, afastar funcionários e suspender a veiculação do jornal quadrimestral que publicava desde 1986, em decorrência da condenação de modo definitivo por calúnia, injúria e difamação, pela acusação de tortura contra quatro policiais federais, para os quais já foi paga indenização de R$ 47 mil, em 2007. Segundo a presidente do Grupo, Cecília Coimbra, a entidade se encontra em uma difícil situação financeira, apesar de não apresentar números do endividamento, afirmando que as verbas recebidas por quatro entidades estrangeiras têm sido insuficientes para o custeio cotidiano após o pagamento determinado pela segunda instância do Tribunal de Justiça (TJ) do Rio aos policiais federais: Roberto Prel Júnior, Luiz Oswaldo Vargas de Aguiar, Luiz Amado Machado e Anízio Pereira dos Santos, acusados pelo petroleiro Carlos Abel Dutra Garcia de tê-lo torturado e ao amigo Rosalvo Teixeira da Silva, em 1996. Coimbra declara que uma das fontes do Grupo é a União Européia, que já anunciou que não renovará o contrato que vigora até 2009.

Trabalhadores sem-terra do MST realizam um ato no Centro de Chapecó no estado de Santa Catarina (região Sul) em comemoração à assinatura do Presidente Lula do decreto de compra da fazenda Seringa, local do acampamento Dom José Gomes. Os trabalhadores ocupavam, há cerca de 20 dias, a sede Incra, na cidade de Chapecó, para reivindicar a área. Segundo site do MST, a ocupação da fazenda ocorreu há sete anos. Nesse período, várias famílias foram assentadas em outras regiões. Atualmente, 35 delas permanecem na fazenda e já estão produzindo. O proprietário da área iniciou as negociações com o Incra há mais de três anos e aceitou vender a terra para o Instituto. O processo da área ficou parado na casa civil por mais de um ano, esperando a decisão do governo para desapropriação. O nome do agora assentamento - Dom José Gomes - é uma homenagem ao grande lutador dos pobres, índios e sem-terra que foi Bispo da Diocese de Chapecó.

5ª feira 11

Cerca de 200 alunos bloqueiam a entrada de dois prédios do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF no campus Gragoatá, em Niterói – Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os estudantes são contrários à criação do curso de graduação em Segurança Pública, cujo estudo de implantação está sendo feito pela universidade. O diretor do instituto, Francisco Palharini, descartou o uso de força policial para liberar a entrada de outros estudantes no prédio. Os alunos alegam que não querem policiais no campus e consideram que a

segurança pública não é matéria a ser ensinada no instituto. A criação do curso, inédito no país, motiva mais uma reunião do colegiado (formado por professores, outros servidores e estudantes) para estabelecer as diretrizes da nova disciplina. Segundo o professor do curso de pós-graduação em Segurança Pública e Justiça Criminal Newton Oliveira e o professor Francisco Palharini, os manifestantes representam uma minoria.

O juiz Carlos Henrique Borlido Haddad, da Justiça Federal de Marabá, condena a Vale a compensar financeiramente os índios Xikrin pelo uso de suas terras, no sudeste do Pará (região Norte). Mais de R$ 650 mil serão depositados em favor das associações de cada aldeia. A condenação da Vale prevê ainda que a empresa financie um programa de aproveitamento sustentável dos recursos repassados aos índios, com um novo modelo de gestão. Segundo informações da Agência Brasil, o decreto presidencial de 1997 que deu à Vale o direito de exploração mineral na região de Carajás também determinou à companhia a assistência às populações indígenas residentes no entorno do empreendimento. A Vale ainda pode recorrer da sentença judicial em três instâncias. A situação dos indígenas se complicou quando a Vale, em outubro de 2008, suspendeu os repasses após acusar índios de "invadir" suas instalações em Parauapebas. A empresa também alegava estar dispensada das obrigações por já manter a Floresta Nacional de Carajás, como compensação pelos impactos da atividade mineradora. Mas, segundo o juiz Haddad, "se as obrigações impostas no decreto presidencial foram revogadas, então também foi revogado o direito de utilizar gratuitamente as terras públicas para a exploração mineral".

Índios da etnia Kaingang fazem oito professores reféns, segundo CMI foram 9, em Liberato Salzano, a 388 km de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). A ação representa uma tentativa de pressionar o governo estadual a reformar a escola da aldeia. De acordo com um dos líderes da tribo, trata-se de um protesto contra as más condições do prédio da escola. Os índios prometem não liberar os professores até que um representante da Secretaria de Educação chegue ao local. Após 10 horas, os reféns são libertados no início da noite. A Secretaria Estadual de Educação informa que enviou um técnico para discutir as melhorias na escola, porém ele só deve entrar em contato no dia 12. O governo ainda declara que uma nova escola será construída após a liberação de recursos federais, no entanto, não há data para o início das obras.

6ª feira 12

Cerca de 200 trabalhadores sem-terra do MST realizam protesto em frente à prefeitura de Jequitaí, no norte de Minas Gerais (região Sudeste). Os sem-terra reivindicam a construção de uma escola no acampamento Novo Paraíso. Eles denunciam que todos os dias as crianças de primeira a quarta séries saem de ônibus do acampamento às 9h30 da manhã, com destino à escola localizada na cidade de Jequitaí. As aulas têm início somente às 12h30 e, no fim do dia, as crianças somente retornam para casa às 19h. Além da construção da escola, as famílias de Novo Paraíso reivindicam estrutura e material didático para as duas turmas de Educação de Jovens e Adultos que já funcionam no acampamento; a criação de

uma Ciranda Infantil ("creche") para as crianças de 3 a 6 anos de idade e acesso a atendimento básico de saúde dentro da comunidade.

Mais de 400 famílias da ocupação Silvério de Jesus saem em marcha rumo à Prefeitura de Embu das Artes, São Paulo (região Sudeste), exigindo fornecimento de água e infra-estrutura básicas, como coleta de lixo. Além disso, os sem-terra pedem que a Prefeitura manifeste seu posicionamento político em relação à ocupação e participe da reunião que ocorrerá no dia 15 de setembro entre o MTST, a proprietária do terreno, a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) do estado de São Paulo. Essa é a segunda ocupação do MTST no município de Embu das Artes. No início de 2008, foi fundado o acampamento Silvério de Jesus, reunindo mais de 500 famílias sem-teto. Após os trabalhadores conseguirem, em documento assinado, a garantia de a área ser prioridade no município para as construções da CDHU foram despejados. A segunda ocupação teve início no dia 5 de setembro. Pressionada com a marcha, a Prefeitura recebeu uma comissão de negociação do movimento que apresentou as reivindicações. A Prefeitura se comprometeu a acatá-las.

Cerca de 15 estudantes protestam em meio ao discurso do governador de São Paulo, José Serra (PSDB), na inauguração de um campus da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em Limeira, a 151 km de São Paulo – SP (região Sudeste). Os estudantes reivindicam moradia estudantil em um outro campus da universidade na cidade. Ao reagir à manifestação, declarando que “a gritaria” é provocada por “alunos que vêm de outro lugar para perturbar a inauguração” e ao dizer que “em matéria de inovação de chateação, dá para a Unicamp patentear isso (protesto)”, Serra é vaiado pelo grupo de manifestantes.

O trabalho doméstico está proibido no Brasil para menores de 18 anos, de acordo com o Decreto n° 6.481, que entra em vigor a partir do dia 12 de setembro. O decreto foi assinado em 12 de junho pelo presidente Lula da Silva. Antes do decreto, que lista as piores formas de trabalho infantil, era legal a contratação – desde que registrada em carteira – de maiores de 16 anos e de menores de 18 para exercer serviços domésticos. O texto assinado por Lula, que lista 93 diferentes atividades, regulamenta a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1999. Todas as atividades proibidas foram incluídas em virtude dos riscos que oferecem para a saúde e o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. Qualquer pessoa que for encontrada com uma empregada doméstica adolescente poderá ser autuada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), segundo o diretor do Departamento de Fiscalização do órgão, Leonardo Soares. Ao ser flagrado empregando menores, além do pagamento obrigatório de todos os direitos trabalhistas do adolescente, o empregador ainda terá de pagar uma multa que pode chegar a R$ 2.012. O patrão ainda pode ter problemas na esfera criminal, caso o Ministério Público do Trabalho ajuíze ação por crime contra a organização do trabalho. No entanto, o governo ainda não define como a fiscalização acontecerá, já que qualquer fiscalização in loco depende de ordem judicial. O decreto também proíbe o transporte de dinheiro e de outros valores por adolescentes que trabalham como mensageiros, office-boys ou contínuos. A presidente do Sindicato dos Empregadores Domésticos do estado de São Paulo, a advogada Margareth Galvão Carbinato, afirma que “o governo está brincando com coisa séria” ao vetar o trabalho doméstico a menores de idade, referindo-se ao argumento do governo como

"balela" e ainda declara que a medida vai aumentar a criminalidade nas ruas, além de prejudicar famílias.

2ª feira 15

Os professores da UERJ deflagram greve por tempo indeterminado. Os professores e demais funcionários públicos reivindicam um reajuste salarial de 66% para a correção do acumulado da inflação durante os oito anos que estão sem aumento. Os docentes rejeitam a proposta do governador Sergio Cabral (PSDB), que propôs um Plano de Cargos e Carreiras e nenhum reajuste salarial.

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Meira, atende aos protestos dos produtores rurais de Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste) e suspende temporariamente os estudos antropológicos para a demarcação de terras indígenas no sul do estado. Meira comunicou a suspensão dos estudos em entrevista coletiva concedida na sede do governo, após reunir-se com o governador André Puccinelli do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Também participam da reunião representantes de associação de produtores rurais, de lojistas e de empresários, além do presidente da Assembléia Legislativa do estado Jerson Domingos (PMDB), do secretário de Assuntos Federativos da Presidência da República, Alexandre Padilha e do representante da Casa Civil, Ricardo de Almeida Collar. Segundo ele, as pesquisas para identificação de territórios tradicionalmente ocupados pela etnia Guarani-Kaiowá serão retomadas "o mais breve possível", mas somente depois que a Funai publicar uma instrução normativa com novas diretrizes para a realização do trabalho. O presidente da Funai esteve em Campo Grande para tratar das demarcações. Desembarcou na capital no fim da tarde e foi recebido pelo governador, em meio a uma manifestação de pelo menos 200 produtores rurais. Depois de negociações Meira firmou acordo com o governador Puccinelli que prevê, além da paralisação temporária dos estudos, a incorporação de integrantes da administração estadual no grupo de trabalho responsável pela identificação dos territórios indígenas. Entretanto, mesmo com o acordo, a reunião não satisfez o governador Puccinelli. "Eu preferia que dissessem [a Funai] que não vão demarcar novas terras enquanto não resolverem as pendências", disse ele, lembrando que a criação de pelo menos 26 terras indígenas no estado está sendo questionada judicialmente. No documento, também ficou definido que as eventuais demarcações levarão em conta a necessidade de reduzir eventuais prejuízos à economia estadual, e que a Funai encontrará uma solução legal para garantir o pagamento "justo e adequado" das áreas eventualmente expropriadas. Desde agosto, grupos da Funai trabalham em 26 municípios para identificar terras indígenas. O estudo faz parte de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o órgão e a Procuradoria da República em Dourados para que seja resolvida a questão fundiária dos Guarani-Kaiowá até 2010.

Cerca de 50 integrantes do Movimento de Luta pela Terra (MLT) ocupam uma área de 12 hectares da Veracel em Eunápolis – Bahia (região Nordeste), alegando que a região estava sendo usada para plantar eucaliptos, o que a Veracel nega. A empresa informa que o local fica distante de sua sede. Eliane Anjos, a gerente de sustentabilidade, afirma que desde

2007, a Veracel prometeu repassar a região para a Associação de Moradores de Itapuã (distrito de Eunápolis) e que o acordo estava sendo finalizado. Anjos ainda afirma que entrará com uma ação de reintegração de posse na Justiça, caso a questão não seja resolvida com diálogo.

3ª feira 16

Trabalhadores iniciam no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), vigília em defesa do petróleo e gás. A manifestação é organizada por várias entidades, entre elas o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo no Estado do Rio de Janeiro (Sindipetro-RJ), o MST, as centrais sindicais CUT, Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) e Intersindical, a Frente Internacionalista dos Sem Teto (FIST), a Associação de Engenheiros da Petrobras (Aepet) e o Sindicato dos Engenheiros. Segundo os organizadores, o movimento se estenderá por quatro dias até a data prevista para a comissão interministerial - formada para analisar um novo marco regulatório para o petróleo e que elabora projeto de lei para a exploração do pré-sal - fazer a entrega do documento ao presidente Lula da Silva.

Docentes de pelo menos 11 estados paralisam suas atividades em mobilização pela implantação da proposta que estabelece o piso nacional de R$ 950 para professores da rede pública, sancionado há dois meses pelo presidente Lula da Silva. A lei vem sendo questionada em alguns estados que alegam não ter dinheiro para arcar com os custos. O texto da lei estabelece que o novo piso seja implantado gradualmente a partir de janeiro de 2009. O principal questionamento dos estados é com relação a um artigo que aumenta de 20 para 33% a carga horária de atividades extraclasse dos professores, o que exigirá a contratação de novos profissionais para atuar em sala. Os professores temem ainda que a Lei não saia do papel. Segundo a CNTE, os governadores Aécio Neves, José Serra e Yeda Crusius, todos do PSDB, são considerados os principais opositores do aumento salarial para os professores.

Servidores técnico-administrativos da UERJ, médicos da rede pública estadual e outras cerca de 20 categorias de servidores do estado do Rio de Janeiro, que participam de um movimento unificado, fazem uma paralisação de 48 horas no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O objetivo é pressionar o governador Sergio Cabral (PSDB) a aprovar o reajuste de 66% nos salários. Os servidores do estado fazem um panelaço durante uma passeata que sai da Candelária em direção à Cinelândia. O governo estadual só pretende dar reajuste de 8% a categorias de duas áreas em 2008: educação e segurança pública. Além disso, o governador determinou que os funcionários públicos que aderiram à paralisação convocada por sindicatos de várias categorias tenham o ponto cortado. Segundo o governo, a greve tem fraca adesão. No entanto, os representantes dos servidores informam que alguns setores, como a saúde, só têm os serviços essenciais funcionando.

Policiais civis entram em greve no estado de São Paulo – SP (região Sudeste). Os policiais reivindicam aumento de 15% ainda em 2008, 12% em 2009 e 12% em 2010, mais a incorporação dos adicionais no salário. Além disso, eles querem em uma segunda etapa a reestruturação da categoria. Os policiais estão em estado de greve desde 13 de agosto,

quando fizeram paralisação de apenas sete horas. Na ocasião, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) determinou a suspensão da greve e marcou as primeiras reuniões de conciliação que não surtiram qualquer efeito. De acordo com o sindicato, dos 93 distritos policiais da capital, 62 aderiram ao movimento, enquanto no interior, a greve atinge 49 das 52 delegacias seccionais. Em 26 DPs, o atendimento está restrito a casos de maior gravidade. Nas cadeias públicas, principalmente do interior do estado, advogados não puderam visitar os presos – que também não foram levados a audiências no fórum. Apenas estão sendo cumpridos mandados de soltura. Uma liminar do TRT estabeleceu o comparecimento de 80% do efetivo de profissionais e impediu a interrupção total de qualquer tipo de atividade, sob pena de multa diária de R$ 200 mil. O sindicato afirma que está cumprindo a decisão, o governo contesta. A Secretaria da Segurança Pública informou, através de nota oficial, que, enquanto durar a greve, não enviará mais à Assembléia Legislativa o projeto de lei que prevê R$ 500 milhões a mais para o pagamento do salário dos policiais ainda em 2008. Ainda na nota, a secretaria reafirma que o aumento salarial reivindicado pelos policiais está "fora da realidade orçamentária do estado" e que os grevistas "não querem dialogar. Optaram pela intransigência e pelo risco". Enquanto isso, parte da população se mostra descontente com a greve, já que, segundo o delegado Paulo Gaeta, do 47º DP, as pessoas que não têm casos urgentes são orientadas a fazer a ocorrência pela internet, no site da Secretaria da Segurança Pública, ou ir à delegacia em outro dia, de acordo com a cartilha do movimento grevista.

Professores e estudantes protestam em Canoas – Rio Grande do Sul (região Sul). O protesto é contra a venda do Centro Universitário Ritter dos Reis (Uniritter). As manifestações também ocorrem na unidade da capital, Porto Alegre. Rumores apontam que a Uniritter estaria sendo negociada com a rede de educação paulista Anhanguera. O Grupo Gerdau também estaria interessado em comprar a universidade. Os professores e os estudantes temem que a venda acarrete uma redução na qualidade de ensino, já que a rede paulista lota salas de aula e reduz a diversidade de matérias para reduzir os gastos.

Vinte e sete famílias sem-terra, de acordo com informações da Agência Chasque de Notícias, estão sendo ameaçadas de morte na fazenda Quirino-Olindina, em Juarez Távora – Paraíba (região Nordeste). De acordo com a CPT, as famílias são constantemente intimidadas e ameaçadas de morte. Quatro agressores ligados a ruralistas da região já foram identificados. A Fazenda Quirino-Olindina foi desapropriada pelo Incra há 10 anos, mas o antigo proprietário está contestando a decisão na Justiça.

Funcionários da Funai em Rondônia (região Norte) pedem ao Ministério Público Federal ajuda para obrigar o órgão a proteger uma área de floresta no noroeste de Mato Grosso (região Norte) onde vivem os dois últimos membros de uma etnia isolada – os Piripkuras. Os dois índios circulam por propriedades do fazendeiro Celso Penço e outros nos municípios de Rondolândia e Colniza, e sua sobrevivência vem sendo ameaçada pela ação dos madeireiros, de acordo com a Fundação. A região já foi foco de atuação do esquema de extração ilegal de madeira investigado em 2005 pela Operação Curupira, da Polícia Federal (PF). Os funcionários que trabalham na frente de proteção da Funai em Ji-Paraná têm pedido ao órgão que baixe uma portaria de restrição de uso da área. Esse instrumento visa suspender as atividades de não-índios e é o primeiro passo legal para a realização dos estudos que podem levar à identificação e à demarcação da terra. Celso Penço minimiza a

presença indígena, declarando que “não tem índios não, são só dois moleques lá”. Ele ainda questiona como é possível preservar a espécie se “são dois machos”. Leonardo Lênin dos Santos afirma que, enquanto os dois forem vivos, é obrigação do estado protegê-los.

Entidades fazem ato em Porto Alegre - Rio Grande do Sul (região Sul) em apoio à democracia na Bolívia. A Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul recebeu manifestantes de diversos partidos e movimentos sociais que protagonizaram um ato em apoio ao presidente da Bolívia, Evo Morales. O apoio se deve à crise pela qual passa a democracia boliviana, ameaçada por diversas ocupações de prédios públicos nos departamentos (estados) onde os governadores pertencem à oposição. Dentre os mais de 50 presentes, estão representadas entidades como o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do SUL – Sindicato dos Trabalhadores em Educação (CPERS-Sindicato), Via Campesina, CUT, Associação Cultural José Martí, Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), PT, Partido Comunista Brasileiro (PCB), entre outras. Além disso, o ato também lança o livro Bolívia Jakaskiwa (Bolívia Viva), de autoria de Raimundo C. Caruso e Mariléa M. Leal Caruso, jornalistas e historiadores que compõem a mesa palestrante. A obra de 300 páginas descreve, por meio de entrevistas e reportagens, as recentes mudanças políticas geradas na Bolívia pelo governo de Evo Morales.

4ª feira 17

Cerca de 500 trabalhadores do MST realizam mobilização no pedágio de São Miguel do Iguaçu, na região oeste do Paraná (região Sul). Os manifestantes denunciam o tráfico de drogas da região, que há mais de um ano vem amedrontando e ameaçando as 80 famílias do assentamento Antonio Tavares. A área que faz divisa com o lago de Itaipú estava sendo usada pelos traficantes, que aliciaram alguns assentados e parentes a estocar maconha no local. Uma audiência no Fórum de Foz do Iguaçu irá definir a situação dos assentados que colaboraram com o tráfico e foram afastados do assentamento. As famílias esperam que a Justiça não permita o retorno dos envolvidos com o crime aos lotes. Caso estas pessoas retornem ao assentamento as outras famílias afirmam que o local pode voltar a ser usado por traficantes. Segundo os relatos dos assentados, a apreensão de drogas, realizada pela PF no assentamento, em 1° de setembro de 2007, não solucionou totalmente a questão e ninguém foi preso até o momento. Os assentados esperam que a Justiça puna os envolvidos no crime e que o Incra tome as medidas necessárias para expulsar do assentamento as pessoas que colaboraram com o tráfico de drogas.

Cerca de 200 trabalhadores sem-terra do MST ocupam o prédio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ematerce) no município de Jaguaruna, na região do Vale do Jaguaribe no estado do Ceará (região Nordeste). Os trabalhadores denunciam irregularidades nos processos de desapropriação de terras improdutivas, principalmente na medição dos índices de produtividade, com uma prática que tem se tornado comum entre grandes proprietários: dias antes da vistoria do Incra as fazendas são tomadas por cabeças de gado. Segundo site do MST, foi o que ocorreu com o acampamento Belo Monte, no município de Jaguaruana. Desde 17 de abril de 2007, 120 famílias reivindicam a

desapropriação da fazenda Jaisa, de propriedade de Hidelvânio Freire Saldanha ligado à Hil distribuidora SA. Segundo o movimento, sabendo que a vistoria do Incra seria realizada no dia 14 de julho, o proprietário forçou a entrada de cerca de mil cabeças de gado na fazenda seis dias antes, com o objetivo de simular a produtividade do imóvel. Diante disso os trabalhadores reivindicam uma audiência com a Ematerce, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará e o Incra para tratar das irregularidades ocorridas no processo de desapropriação da Fazenda Jaisa.

Os mais de 5 mil peritos médicos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) paralisam suas atividades no país todas as quartas-feiras, a partir de hoje. Segundo a Associação dos Peritos Médicos da Previdência Social, a manifestação tem o objetivo de mostrar a indignação da categoria com o descumprimento do acordo de reestruturação da carreira, que levou mais de 15 meses para ser negociado. Entre as reclamações está a recente mudança na nomenclatura da categoria de Perito Médico da Previdência Social para Médico Perito Previdenciário. Segundo a associação, a mudança permitirá que assumam a função médicos que não fizeram concurso, inclusive os terceirizados. Segundo os manifestantes, outro problema é a gratificação que corresponde a 50% dos vencimentos e passa a ser incorporada a partir de 60 meses de exercício da função. Quando houve a mudança da nomenclatura, quem tinha, por exemplo, 55 meses de exercício, ficou prejudicado, já que precisará reiniciar a contagem de tempo. Os peritos também reclamam da produtividade, já que passou a ser atrelada ao tempo de espera do segurado para ser atendido. Os médicos alegam que é impossível comparar o atendimento em capitais como São Paulo com o serviço no interior do Acre. Segundo comunicado do Ministério da Previdência Social foram tomadas todas as providências para garantir que os efeitos da paralisação sejam os menores possíveis. O INSS lembra que a paralisação deve afetar apenas a perícia médica. Todos os outros serviços oferecidos nas Agências da Previdência Social funcionarão normalmente. A Associação Nacional de Médicos Peritos (ANMP) divulga que mais de 90% dos peritos de todo o país aderiram à paralisação. Segundo comunicado enviado à imprensa, capitais como São Paulo, Rio de Janeiro (região Sudeste), Salvador e Curitiba tiveram 100% de paralisação. Ainda segundo da ANMP, Porto Alegre e Belo Horizonte tiveram mais de 90% de adesão ao movimento.

Indígenas aliados a produtores de arroz, moradores do Distrito do Surumu, área de maior tensão entre índios favoráveis e contrários à demarcação contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol no Pará (região Norte), apresentam relatório a um grupo de parlamentares com denúncias de suposta atuação parcial da PF a favor do grupo ligado ao Conselho Indígena de Roraima (CIR). De acordo com a funcionária da subprefeitura do Distrito de Surumu, Genilza de Ambrósio, os moradores que defendem a permanência dos arrozeiros “estão se sentindo desamparados, sem apoio da PF ou da Força Nacional de Segurança”. O grupo acusa a PF de revistar apenas veículos ligados aos agricultores e liberar a entrada sem restrições para pessoas e caminhões a serviço do CIR. No texto, os moradores também argumentam que há interferência de entidades estrangeiras, como as ONGs Greenpeace, Amigos da Terra e WWF em defesa da demarcação contínua.

A greve dos policiais civis de São Paulo (região Sudeste) entra em seu segundo dia com adesão de 60% na capital e de 100% no interior, de acordo com entidades da categoria. No entanto, a gestão José Serra (PSDB), que ainda não fez um balanço da paralisação, decide

endurecer e ameaça punir, de forma disciplinar e até de forma criminal, quem se negar a prestar atendimento. As negociações ainda estão suspensas pelo governo. Além das ameaças feitas aos grevistas, o Ministério Público (MP) abre inquérito para investigar se os policiais estão descumprindo decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que obriga os grevistas a manter 80% do efetivo e também a continuidade de prestação dos serviços. O MP do estado de São Paulo instaurou um inquérito civil para acompanhar a greve dos policiais civis que ocorre desde o dia 16 de setembro em todo o estado. Em audiência de conciliação realizada no TRT no dia 5 de setembro, que terminou sem a aceitação das propostas do governo pelos policiais civis, ficou determinado que 80% dos serviços de cada unidade policial deveriam ser mantidos. Em sua página na internet, a Associação dos Delegados de Polícia do estado de São Paulo (Adpesp) informa estar cumprindo a determinação judicial, embora só esteja atendendo a casos de emergência. A Adpesp informou que 80% dos policiais civis de todo o estado paulista aderiram à paralisação hoje. Os policiais civis reivindicam, entre outras coisas, reposição das perdas salariais acumuladas nos últimos cinco anos, incorporação das atuais gratificações e adicionais aos vencimentos, fixação da carga horária semanal, reestruturação da categoria e aposentadoria especial.

Estudantes do curso de Serviço Social da UFF, no Rio de Janeiro (região Sudeste) realizam um piquete e paralisam todas as atividades do Bloco E, prédio onde se encontra a Escola de Serviço Social. Os estudantes protestam contra a aceitação das imposições do REUNI, bem como todas as suas implicações na universidade pública e contra a falta de professores na Universidade.

5ª feira 18

Servidores do Sindicato dos Servidores do Quadro Especial da SARH (Sindicaixa), Departamento Estadual de Trânsito (Detran), portuários de Rio Grande e da Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe) iniciam uma vigília em frente ao Palácio Piratini, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). O objetivo do ato é pressionar o governo estadual para que seja pago os 19% de reajuste da Lei Britto. A lei de reajuste salarial foi sancionada pelo ex-governador Antonio Britto (1995-1998), mas posteriormente suspensa porque ultrapassava o limite de gastos com o funcionalismo estabelecido pela Lei Camata. Os manifestantes prometem permanecer no local até o dia 19 de setembro. As manifestações ocorrem mensalmente no dia 19 até novembro, quando os servidores têm reunião com o chefe da Casa Civil, José Alberto Wenzel.

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a maioria das crianças que trabalha ilegalmente no Brasil é preta ou parda. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) revela que 59,5% dos brasileiros com idade entre 5 e 13 anos que trabalhavam em 2007 eram pretos ou pardos. A pesquisa mostrou que o número de brasileiros na faixa etária de 5 a 17 anos que trabalhavam diminuiu em 2007 em relação a 2006, mas ainda representava 4,8 milhões de crianças e adolescentes. Entre as quatro divisões etárias estabelecidas na pesquisa o maior percentual de pretos e pardos foi registrado entre as mais novas. De acordo com o IBGE, 69,6% das crianças com idade entre 5 e 9 anos que trabalhavam em 2007 eram pretas ou pardas. Na faixa de 10 a 13 anos, esse

índice era de 65,1%. As crianças trabalhadoras de 5 a 13 anos somavam cerca de 1,257 milhão em 2007. A maioria, do sexo masculino, estava empregada na agricultura e tinha renda familiar per capita mensal inferior a um salário mínimo. Entre as mais novas, o rendimento era o menor: R$189. Entre os adolescentes de 14 a 17 anos e que podem trabalhar na condição de aprendiz, os pretos e pardos também predominavam. Entre aqueles de 14 e 15 anos, 67,7% eram classificados como tal, assim como 55,4% dos ocupados com 16 e 17 anos. A Constituição Federal proíbe o trabalho para pessoas com menos de 16 anos, a não ser na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

Representantes de ONGs ambientalistas e de proteção animal se reúnem em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), para um ato de repúdio contra a aprovação da Lei Arouca. A lei regulamenta a prática conhecida cientificamente como vivissecção (experimentação em animais). A manifestação é organizada pelo grupo paulistano Veddas (Vegetarianismo Ético, Defesa dos Direitos Animais e Sociedade), que atua desde 2007 para impedir a aprovação da lei. A concentração foi feita na frente do Congresso Nacional. De lá os manifestantes se dirigem para a frente do Palácio do Planalto, onde permanecem por algumas horas expondo um enorme varal composto pelas 23 mil assinaturas recolhidas em repúdio à aprovação da lei.

Funcionários do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro Galeão-Tom Jobim, rejeitam durante uma audiência pública na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), a privatização do terminal. A proposta foi anunciada pelo Ministro da Defesa Nelson Jobim que afirmou, no dia 8 de setembro, que o governo já tinha tomado a decisão de privatizar os aeroportos internacionais de Viracopos, em Campinas - São Paulo, e Tom Jobim – Rio de Janeiro (região Sudeste). Os funcionários do aeroporto Tom Jobim afirmam que o terminal deve continuar com a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero). Segundo o diretor jurídico do Sindicato Nacional dos Aeroviários, Ademir Lima de Oliveira, os funcionários estão preocupados com a garantia de emprego, caso a privatização se concretize. O sindicato propôs um debate com o governador do Rio, Sérgio Cabral (PSDB), que em agosto, pediu ao presidente da Infraero, Sergio Gaudenzi, a privatização do Tom Jobim, alegando que a situação atual do aeroporto pode comprometer a candidatura da cidade às Olimpíadas de 2016. Dirigentes da Infraero apresentaram no dia 12 de setembro o projeto para as obras de revitalização, ampliação e reforma dos dois terminais de passageiros e do terminal de logística de carga aos representantes do Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Segundo a empresa, o fim das obras está previsto para 2010.

Cerca de 300 pessoas, realizam manifestação em frente à sede da Embaixada da Bolívia, na Avenida Paulista, em São Paulo – SP (região Sudeste). O objetivo do ato é declarar apoio ao presidente boliviano, Evo Morales. A manifestação condenou a participação dos Estados Unidos nos ataques contra a democracia na Bolívia e defendeu a expulsão do embaixador americano em La Paz, Philip Goldberg. Ele se reuniu 15 dias antes do começo dos ataques, a portas fechadas, com o governador Rúben Costas, de Santa Cruz, que faz oposição ao governo. A manifestação reuniu representantes de diversos partidos políticos de esquerda e de entidades civis, entre eles, o Movimento Humanista e o Coletivo Intervozes. Em manifesto distribuído na Avenida Paulista, o Movimento Humanista afirmou que a oposição boliviana, que “não alcançou o apoio popular no recente referendo” e que também não alcançou apoio internacional para derrubar o governo de Evo Morales, deveria assumir

a sua derrota e não tomar “uma decisão abominável e monstruosa: desestabilizar o governo boliviano a qualquer preço, sem poupar vidas humanas, pondo em perigo toda a sociedade”. As entidades que convocaram o ato foram Via Campesina, MST, MTST, Intersindical, Conlutas, Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), CUT, Marcha Mundial das Mulheres, União Nacional dos Estudantes (UNE), Pastoral Operária Metropolitana de São Paulo, Consulta Popular, Serviço Pastoral dos Migrantes, MTL, Grito dos Excluídos Continental, PSOL, Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Refundação Comunista, o PT, o PC do B. A manifestação contou também com a participação do cônsul da Bolívia em São Paulo, Jaime Valdivia.

O Governo José Serra (PSDB) elabora um plano de emergência para restringir os efeitos da greve de policiais civis de São Paulo (região Sudeste). No plano, que prevê a transferência de parte das atribuições da Polícia Civil à PM, que não aderiu à paralisação, é feita uma série de orientações aos PMs sobre como agir diante da recusa de delegados e escrivães de cumprir sua função. Os PMs podem, por exemplo, acionar diretamente a perícia, apresentar vítimas e suspeitos para exames de corpo de delito, apreender objetos e levar pessoas detidas à prisão. De acordo com a Secretaria da Segurança paulista, o uso de PMs no lugar de grevistas já ocorreu em Barueri (grande SP). Para o sindicato dos policiais, a medida do governo é inconstitucional e a entidade ameaça ir à Justiça para barrá-la. Representante de uma das entidades mais mobilizadas na greve dos policiais civis, Sérgio Marcos Roque, 66, presidente da Associação dos Delegados do estado, afirma que o movimento está sofrendo pressão do governo, porém a paralisação continua, segundo ele.

6ª feira 19

Trabalhadores encerram a vigília em defesa do petróleo e gás, que teve início no dia 16 de setembro no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Segundo manifesto dos participantes da vigília: "Cumprimos o objetivo de denunciar, de acumular forças e construir um projeto que atenda aos interesses dos trabalhadores e do povo brasileiro. Esses quatro dias serviram, também, como laboratório para nossas grandes lutas em defesa da Petrobras 100% estatal e do monopólio." A manifestação foi organizada por várias entidades: Sindipetro-RJ, MST, as centrais sindicais CUT, Conlutas e Intersindical, Frente Internacionalista dos Sem Teto (Fist), Associação de Engenheiros da Petrobras (Aepet), Sindicato dos Engenheiros, dentre algumas dezenas de associações, sindicatos e movimentos sociais que se reúnem em torno do Fórum Nacional contra a Privatização do Petróleo e Gás. Durante a vigília, foram realizadas atividades culturais, como teatro, sessões de cinema, oficinas de artesanato indígena, reciclagem de materiais, shows musicais, debates.

Cerca de 150 policiais civis fazem passeata pelas principais avenidas de Assis – São Paulo (região Sudeste) em protesto contra a política de segurança pública do PSDB. Os policiais civis grevistas entram com um mandato de segurança preventivo, e coletivo, para bloquear na Justiça as retaliações anunciadas pelo governo José Serra (PSDB) contra a categoria, como o desconto de dias parados. O presidente do sindicato dos delegados, José Martins Leal, declara que “a lei de greve diz que o grevista não pode fazer piquete, mas também o

patrão não pode obstruir a greve. Essas notícias de que vai punir, vai descontar o ponto, tudo isso é para ameaçar".

O "Comando de luta contra a Reforma Universitária e pela democratização da universidade" da Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiás (região Centro-oeste) realiza assembléia, organiza uma pauta de reivindicações e, num ato, a leva ao reitor. Na pauta constam: cancelamento do reajuste no preço da refeição do Restaurante Universitário; reestatização do restaurante, que foi terceirizado a uma empresa privada, a Real Food; que a UFG interfira contra a criminalização dos movimentos sociais e retire o processo dos estudantes do DCE que ocuparam o Centro de Seleção em 2007. Outro ponto fundamental é a reivindicação pela democracia na UFG, contra resolução do Conselho Universitário (CONSUNI) que permite que as reuniões sejam realizadas em lugar fechado com a participação somente dos representantes e fechado à comunidade.

Sábado 20

O MST tenta realizar um ato contra o despejo dos trabalhadores rurais que vivem na antiga comunidade de agricultores próxima à Comuna da Terra Dom Tomás Balduíno em Franco da Rocha no estado de São Paulo (região Sudeste), mas é impedida pela violência da polícia. Um mandado de reintegração de posse foi expedido pelo Judiciário da Região, com determinação para que seja efetivado em janeiro de 2009. Entretanto, muitas famílias já foram despejadas. Cerca de 70 famílias ainda resistem. De acordo com Érica, integrante do MST e moradora da região, "a manifestação teve que ser abortada em seu começo, pois devido à truculência da polícia fomos impedidos de nos reunir e manifestar nosso descontentamento político com a decisão judicial, e nossa solidariedade a todas as famílias". Segundo moradores da comunidade, policiais não-identificados diziam nas últimas horas que "se o ato não for pacífico nós colocaremos mais de 5 mil homens na área para reprimir", numa clara tentativa de intimidar a manifestação. Outros moradores relatam que helicópteros da PM têm sobrevoado constantemente a comunidade, aterrorizando as famílias, principalmente as crianças. Foram inúteis os apelos do Senador Eduardo Suplicy (PT/SP) e do ex-Deputado Federal Plínio de Arruda Sampaio (PSOL/SP), junto à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, visando garantir o direito constitucional de ir e vir e de livre-manifestação dos trabalhadores, bem como demover os policiais e bombeiros de utilizarem métodos intimidatórios contra a manifestação. A tropa de choque da PM e policiais acompanhados de seus cães se dirigiu ao local, além de carros do Corpo de Bombeiros ameaçar utilizar jatos de água contra os manifestantes. Um ônibus de trabalhadores, que se encaminhava para a manifestação, foi detido no caminho, obrigando muitos deles a se deslocarem a pé para o local do ato. Ocupantes de outros ônibus, que conseguiram chegar próximos ao terreno da comunidade, foram impedidos de descer dos automóveis, sendo mantidos, segundo testemunhas, numa espécie de cárcere privado. Conforme relato de João Campos, coordenador estadual do MST em São Paulo, "a situação foi muito tensa: ônibus foram impedidos de chegar ao local para a manifestação pública, infligindo o direito constitucional de livre-manifestação. Não sabemos se companheiros foram detidos; e muitos de nós ficamos isolados nas proximidades do terreno". Segundo site do MST, os agricultores vivem e plantam há mais de 40 anos no terreno ocupado, uma área cuja propriedade ainda é do estado de São Paulo. A PM e o Corpo de Bombeiros da

região estão planejando a construção de uma escola para treinamento no terreno onde moram e trabalham as famílias.

Centenas de motociclistas participam da III Motociata Diga Não à Impunidade, realizada pelo movimento Gabriela Sou da Paz. O ato teve início no posto 6 em Copacabana, zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) e percorreu 43 ruas de dez bairros da cidade. A manifestação tem como objetivo pressionar o Congresso a votar o projeto de iniciativa popular propondo mudanças na legislação para conter a impunidade.

Dezenas de pessoas se reúnem na Praça Nereu Ramos, em Criciúma - Santa Catarina (região Sul) em mobilização contra a homofobia. Participantes de grupos como Deusas da Noite e Anarquistas Contra o Racismo distribuem panfletos com pedido de respeito e cidadania. Eles também lançam um abaixo-assinado pelo fim da discriminação. O ato é realizado por conta de uma fala do vereador Vânio de Oliveira, considerada pelos manifestantes como homofóbica, durante uma sessão na Câmara.

Domingo 21

Religiosos, intelectuais e artistas realizam manifestação na Praia de Copacabana no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) em protesto contra a intolerância religiosa. A Caminhada pela Liberdade Religiosa, ato promovido por entidades religiosas, reuniu cerca de 10 mil pessoas, segundo as organizações. Os manifestantes querem reafirmar a defesa do direito constitucional de liberdade de culto e pedir o fim da violência contra os praticantes de religiões africanas como a Umbanda e o Candomblé. Segundo Jornal O Globo, a maioria dos participantes da caminhada usa trajes com motivos africanos, carregando estandartes e bandeiras referentes a entidades sagradas do Candomblé e da Umbanda. Representantes da comunidade Hare Krishna, de ciganos, muçulmanos, evangélicos e católicos comparecem, além de religiões orientais, como Johrei e Perfect Liberty, o assessor da Comissão Episcopal para o Ecumenismo e Diálogo Inter-Religioso da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Marcial Maçaneiro e o presidente da federação Israelita do Rio de Janeiro, Sérgio Niskier. A passeata ainda conta com a presença do ministro Edson Santos, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, e com seis candidatos à prefeitura – Marcelo Crivella (PRB), Jandira Feghali (PCdoB), Chico Alencar (PSOL), Fernando Gabeira do Partido Verde (PV), Alessandro Molon (PT) e Pailo Ramos do Partido Democrático Trabalhista (PDT). O candidato Eduardo Paes (PMDB) foi representado pelo vice, Carlos Alberto Muniz. No mês de junho de 2008, quatro jovens evangélicos invadiram um centro espírita no Catete zona sul da cidade insultaram fiéis e quebraram todas as imagens e objetos do local. Os jovens foram presos em flagrante, mas soltos em seguida. Na semana passada foram condenados a pagar multa, a distribuir cestas básicas e a cumprir quatro horas semanais de trabalho comunitário durante quatro meses. O Código Penal prevê prisão de um mês a um ano ou multa para quem comete esse crime. A pena pode ser acrescida de até um terço no caso de haver violência.

Cerca de 3 mil garimpeiros acampam em frente à sede da Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada, em Curionópolis – Pará (região Norte), em protesto contra o adiamento da eleição que definirá a nova diretoria da associação. O pleito, que ocorreria no

fim de semana dos dias 21 e 22 de setembro, foi suspenso por decisão do Tribunal de Justiça.

Cerca de 500 trabalhadores rurais sem-terra bloqueiam as rodovias PA-150 e PA-160, no sul e sudeste do estado do Pará (região Norte). O objetivo do protesto é cobrar do Incra a liberação de cestas básicas para mais de 3 mil famílias assentadas na região. A direção do Incra de Marabá, embora procurada, não respondeu quando irá liberar a alimentação dos sem-terra. Em Ourilândia do Norte, também no sul do estado do Pará, 150 trabalhadores rurais fecharam uma das principais estradas usada pela empresa Vale como acesso ao projeto de Minerão Onça Puma, que explora naquele no município. Os manifestantes são oriundos dos projetos de assentamento Campos Altos e Tucum, criados pelo Incra em Ourilândia do Norte, Tucum e São Felix do Xingu. Segundo site do MST, o projeto de mineração Onça Puma iniciou sua instalação em 2003, a mineradora teria adquirido de forma fraudulenta os lotes de 83 famílias que estavam assentadas há décadas nos dois assentamentos. Os trabalhadores sem-terra denunciam que além de se apropriar ilegalmente dos lotes, a Vale tem usado as estradas dos assentados, inviabilizado o funcionamento de escolas e desarticulado o sistema de produção de dezenas de famílias que ainda residem nos assentamentos e estão sofrendo os impactos diretos do projeto de mineração.
O Movimento ainda declara que o presidente do Incra abriu mão de 7.300 hectares dos dois assentamentos em favor da empresa, sem exigir qualquer contrapartida em benefício das famílias assentadas. Os trabalhadores afirmam que só vão liberar a estrada quando a pauta de reivindicações apresentada à empresa e ao Incra for negociada. Uma equipe de policiais de Ourilândia esteve no local, mas nenhum incidente foi registrado. A equipe da CPT (Comissão Pastoral de Terra) de Tucumã está acompanhando a mobilização. Até o momento nem a Vale e nem o Incra se pronunciaram sobre o assunto.

2ª feira 22

No Dia Mundial Sem Carro, “A Invasão das Mil Bicicletas”, evento que saiu da Avenida Paulista, foi uma das principais manifestações em São Paulo – SP (região Sudeste). Também foi realizado um debate entre os candidatos à prefeitura sobre mobilidade urbana e qualidade de vida na cidade. No evento, promovido pelo Movimento Nossa São Paulo, os candidatos Marta Suplicy (PT), Gilberto Kassab do Partido Democrata (DEM), Geraldo Alckmin (PSDB), Edmilson Costa (PCB), Ivan Valente (PSOL), Renato Reichmann do Partido da Mobilização Nacional (PMN) e Soninha Francine do Partido Popular Socialista (PPS) abordaram as propostas de políticas públicas para o próximo mandato relacionadas a transporte público, trânsito, poluição do ar, ciclovias, apoio ao pedestre e acessibilidade para deficientes físicos. O Dia Mundial Sem Carro em São Paulo não causou impacto substancial no trânsito na cidade. De acordo com a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), o nível de congestionamento registrado na capital paulista chegou a superar a média de trânsito da cidade às 19h. Foram 17,1% de lentidão nas ruas monitoradas pela CET contra uma média de 16,9% no horário. No entanto, para os manifestantes contrários ao uso do carro, o dia comemorativo cumpriu seu papel.

O MST lança nota de agradecimento aos movimentos populares que manifestaram-se contra a criminalização do Movimento pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul (região Sul). Segundo o documento: “Graças a estas manifestações, o Ministério Público Estadual foi obrigado a recuar em suas posições e publicamente alterar o documento em que defendiam a dissolução do MST”. O documento agradeceu os atos vindos “de todo o Brasil e do exterior. Entidades, organizações, partidos, autoridades, parlamentares, homens e mulheres indignados com a postura autoritária e violenta do Ministério Público e da Brigada Militar”. As ações violentas da Brigada Militar foram denunciadas na Organização dos Estados Americanos (OEA) e no Alto Comissariado de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), na Secretaria Especial de Direitos Humanos. O Conselho Nacional de Proteção à Pessoa Humana criou uma Comissão Especial e visitou o Rio Grande do Sul. As denúncias também foram objeto de duas audiências no Congresso Nacional, na Comissão de Direitos Humanos do Senado e na Comissão de Participação Legislativa da Câmara dos Deputados. O documento ainda declara que o MST retribuirá “com a produção de alimentos em nossos assentamentos, com a educação de nossos sem terrinhas nas escolas, com a dignidade da participação democrática e coletiva de milhares de homens e mulheres organizados no Movimento Sem Terra, e com o compromisso de lutar sempre por uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária”.

Servidores técnico-administrativos da UERJ entram em greve por tempo indeterminado no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os funcionários exigem que o governador aprove o reajuste de 66% nos salários para reposição das perdas salariais decorrentes de 7 anos sem aumento, que a reitoria retire as ações de criminalização contra o movimento estudantil, que os trabalhadores técnico-administrativos e docentes contratados tenham o direito de participar da greve, e o repasse dos 6% da receita tributária líquida do estado para a universidade, entre outros itens.

Trabalhadores do Centro de Saúde Escola Murialdo, no bairro Partenon em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) paralisam suas as atividades. Eles denunciam a falta de funcionários para a limpeza e higienização dos postos de saúde. O contrato com a empresa terceirizada Falcão acabou há duas semanas e não foi renovado. Os trabalhadores realizam protestos desde julho para pressionar a prefeitura e o governo estadual, mas até agora nenhuma medida foi encaminhada.

Estudantes dos cursos de Artes da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) realizam um cortejo político em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). O objetivo do protesto é denunciar a situação precária da instituição. A UERGS não realiza vestibular há três anos para os cursos de Artes. Como as últimas turmas se formam em 2008, os cursos podem ser extintos se não for realizado novo vestibular.

Servidores do sistema público de saúde de Pernambuco (região Nordeste) deflagram greve. Enfermeiros, técnicos, laboratoristas e auxiliares suspendem as atividades por tempo indeterminado, em protesto contra a decisão de criar uma fundação de direito privado para gerir os hospitais. De acordo com a presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Seguridade Social de Pernambuco (Sindsaúde), Maria Perpétua Rodrigues, cerca de 70% da categoria, formada por 23.500 servidores, aderiram à greve. A Secretaria da Saúde de

Pernambuco não avalia a greve e, em nota, declara que o projeto será mantido e nega que a criação da entidade signifique a privatização do setor.

3ª feira 23

É publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 11.789 que concede reajuste salarial a R$ 1,4 milhão de servidores federais – 800 mil civis e 600 mil militares das Forças Armadas. A publicação converte em lei a Medida Provisória nº 431, de maio de 2008, que previa o aumento. A norma dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo. De acordo com o texto, estão incluídos os servidores do Executivo Federal: da cultura, da educação, do magistério superior, da PF, do desenvolvimento agrário, da Previdência da Saúde e do Trabalho, da fiscalização do Ministério da Agricultura, da Polícia Rodoviária Federal, do Denasus, do Hospital das Forças Armadas, do magistério no Ensino Básico, além das Forças Armadas.

Cerca de 200 índios Pataxó Hã Hã Hãe realizam em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), um ato público em defesa da retirada de fazendeiros que ocupam parte da Terra Indígena Caramuru-Paraguaçu, na Bahia (região Nordeste). Os indígenas afirmam que são vítimas de agressões desde 1982 quando foram conferidos títulos de posse aos produtores locais. Essas agressões teriam resultado na morte de pelo menos 23 índios. A manifestação tem o objetivo de chamar atenção para a decisão do STF que no dia 24 de setembro vai decidir sobre a validade dos títulos de posse dos fazendeiros. Segundo relato dos indígenas, em virtude de violências sofridas, muitos índios Pataxó evitavam circular na região com medo de possíveis represálias. Entoando cantos tradicionais, os índios deixaram o auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, esperançosos de que o STF conceda uma decisão favorável a eles. Os dizeres estampados em uma faixa, atribuídos ao cacique Samado Santos - líder histórico da comunidade, morto em 1998 - resumem o sentimento do grupo: "Eu sirvo até de adubo para minha terra, mas dela não saio". Em abril de 1997, um índio Pataxó Hã Hã Hãe que estava em Brasília para participar de audiências que discutiam a retirada dos fazendeiros que ocupam parte da reserva foi morto, Galdino José dos Santos - queimado vivo por jovens de classe média alta.

Uma equipe do Grupo de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) resgata 141 trabalhadores de uma usina de álcool no município de Paracuru – Ceará (região Nordeste). Os trabalhadores estavam sem equipamento de proteção individual para o corte da cana-de-açúcar – como óculos e luvas – e descalços. Segundo os fiscais do MTE, as condições de higiene na plantação também eram precárias. Não havia banheiros e a empresa não disponibilizava água e nem refeição para os trabalhadores. Além disso, entre os trabalhadores havia cinco menores de idade. A operação começou no dia 10 e terminou no dia 22 de setembro. Do total de resgatados, 55 atuavam no canavial e 86, no parque industrial. Apenas três tinham registro em carteira. A empresa fazia semanalmente o pagamento pelo corte da cana, que ocorria das 5 às 13h. No parque industrial, os fiscais também identificaram condições de risco à saúde dos trabalhadores, como estruturas enferrujadas e máquinas sem proteção. Os trabalhadores resgatados eram moradores do próprio município ou de vilarejos próximos a Paracuru. Os que precisavam de transporte para chegar ao local iam em cima de um caminhão, junto com as ferramentas utilizadas no

corte. Segundo o grupo móvel, a legislação determina que o transporte seja feito de ônibus, e que haja um local reservado para as ferramentas. De acordo com o Ministério do Trabalho, foram lavrados 111 autos de infração e três termos de interdição. A empresa que mantinha os trabalhadores também foi autuada pelo descumprimento de normas de segurança no parque industrial. Eles receberam seguro-desemprego e o valor das verbas rescisórias chegou a R$ 245 mil. Segundo informações do Ministério, a empresa se recusou a pagar as rescisões e deve ser acionada na Justiça pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e pela Procuradoria Regional.

Integrantes do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais no Estado do Rio de Janeiro (Sintuperj), da Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Asduerj), do DCE e alunos do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues Silveira (Cap-UERJ) fazem uma bicicleata da Praça Paris, na Glória, até o Palácio Guanabara no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Entre as reivindicações dos manifestantes estão o reajuste salarial, a implantação total dos planos de carreira, a construção do restaurante universitário e a realização de concurso público. Durante todo o percurso os participantes distribuem carta à população que explica as reivindicações das três categorias. O secretário de Ciência e Tecnologia Alexandre Cardoso recebeu uma comissão para discutir a pauta conjunta de reivindicações, no entanto não houve acordo. Os professores da universidade estão paralisados desde o dia 15 de setembro, os técnicos deram início à greve no dia 22 de setembro. Os trabalhadores cobram um reajuste salarial de 66% e a correção do acumulado da inflação durante os oito anos que estão sem aumento. De acordo com o integrante do DCE da universidade Rafael Machado, o secretário Alexandre Cardoso se comprometeu a intervir nas negociações para a construção do bandejão na universidade. No entanto, não há expectativas sobre a liberação de verba extra que garanta a implementação de bandejões em outros campi além do situado no Maracanã.

Cerca de 600 Policiais Civis, de acordo com os organizadores, realizam manifestação no centro de São Paulo – SP (região Sudeste), reivindicando a renúncia do titular da pasta, Ronaldo Marzagão. Além disso, o ato é uma resposta ao governo, que determinou à PM que registrasse Boletins de Ocorrência e os enviasse diretamente ao Ministério Público, sem o intermédio da Polícia Civil. Com megafones e carros de som cedidos pela CUT e pela Força Sindical, os manifestantes partem da sede da Adpesp e seguem em passeata, que culmina com protesto em frente à Secretaria da Segurança Pública. Com medo de que o prédio seja invadido pelos manifestantes, as portas do edifício são fechadas pela PM – que não aderiu ao movimento. O tráfego foi interditado temporariamente pela CET. O apoio da CUT aos grevistas é criticado pelo governador José Serra (PSDB), que vem evitando dar declarações públicas sobre a greve. O governo, que suspendeu negociações e ameaçou cortar o ponto dos grevistas, afastou do setor de inteligência da Polícia Civil o presidente da Adpesp, Sérgio Marcos Roque, o que é interpretado pelo movimento grevista como retaliação. A transferência de Roque da assistência da diretoria do Departamento de Inteligência da Polícia Civil (Dipol) para o Departamento de Polícia Judiciária da Capital (Decap) teria motivado o delegado Domingos Paulo Neto a entregar seu cargo de diretor da Dipol ao delegado-geral em meio à greve.

Professores da Escola Municipal Aníbal Freire, em Olaria, zona norte do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) interrompem as atividades em protesto contra as agressões sofridas por

docentes na unidade. Os profissionais afirmam que a Secretaria Municipal de Educação não teria tomado qualquer atitude contra um estudante de 15 anos, que teria praticado diversos atos de violência no colégio. O órgão da prefeitura nega a paralisação e afirma que os casos estão sendo acompanhados. De acordo com um professor, que não quis ser identificado, o aluno do 9º período do Ensino Fundamental vem agredindo docentes desde o início de 2008. A Secretaria de Educação confirma em nota os problemas do estudante e declara que profissionais da 4ª Coordenadoria Regional de Educação foram enviados à escola para avaliar e estudar a situação.

4ª feira 24

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Alberto Menezes Direito pede vista do processo referente à legalidade de títulos de posse na Terra Indígena Caramuru-Paraguaçu, na Bahia (região Nordeste). O ministro justificou que, diante da complexidade da questão, era "seu dever" analisar detalhadamente o caso. Antes da suspensão do julgamento, o relator da ação, ministro Eros Grau, votou pela declaração da nulidade de todos os títulos de posse emitidos pelo governo da Bahia aos fazendeiros da área. Segundo Eros Grau, tais títulos não possuem validade por terem sido expedidos depois da Constituição de 1967 que consagrou as terras ocupadas pelos índios como bens da União, com usufruto exclusivo deles. Eros Grau ainda ressaltou que se em algum momento os índios não estiveram na região foi pelo fato de terem sido expulsos por fazendeiros. O procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, reitera sua posição pela declaração da nulidade dos títulos de posse emitidos para fazendeiros pelo governo da Bahia. Já o advogado José Guilherme Vilela, representante dos produtores rurais que possuem terras dentro da reserva, declarou que os índios não possuem direito originário sobre a área. O advogado afirma que uma decisão favorável aos índios abriria um precedente inadequado. Segundo ele: "Toda prova é fundada em trabalho de antropólogos, o que levaria todos nós a meros dependentes da situação de 1500. Essa idéia de posse imemorial não basta", defendeu.Vilela que ainda acusou a Funai de promover ações para viabilizar uma ocupação artificial da área. "A Funai arrebanhou índios em Minas Gerais e no Espírito Santo e levou para essa região da Bahia. É uma região rica, e nenhum antropólogo provou até hoje que índio plante cacau." O advogado sustentou ainda que a maioria dos títulos de posse emitidos pelo governo baiano aos fazendeiros são datados de 1938 a 1949, e não de 1979. A Funai pede que sejam declarados nulos títulos de propriedade de imóveis rurais na Terra Indígena Caramuru-Paraguaçu. A ação tramita na Justiça há 25 anos. Na área, vivem aproximadamente 4 mil índios Pataxó Hã-Hã-Hãe e fazendeiros que obtiveram títulos expedidos ilegalmente pelo governo do estado. O presidente da Funai, Márcio Meira, criticou o pedido de vista que, em agosto, ocorreu sobre a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Cerca de 500 trabalhadores do MST montam barracas às margens da BR-101, em São Mateus no estado do Espírito Santo (região Sudeste). As 150 famílias chegam ao local de ônibus e caminhão, cedidos por uma empresa privada, que estava com sua área ocupada há 10 dias. Segundo informações de um dos coordenadores do movimento, Juraci Portes, o terreno é de propriedade do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes

(Dnit). O objetivo do novo acampamento é chamar a atenção dos órgãos competentes para que uma área seja disponibilizada para assentar as famílias. De acordo com o coordenador, há dez dias os sem-terra estavam acampados numa área de plantação de cana-de-açúcar, de propriedade particular, no município de Conceição da Barra. No dia 14 de setembro, os acampados receberam uma ordem de despejo e por meio de negociações conseguiram transporte para deslocar as famílias para o km 76, em uma área do governo. As negociações entre o governo do estado e Incra já ocorrem no Espírito Santo e o terreno será desocupado assim que uma nova área para o assentamento das famílias for disponibilizada.

Estudantes da UERJ e da UENF fazem simultaneamente um ato em defesa da Educação no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Na UERJ, os estudantes se reúnem para um ato-almoço e depois seguem em passeata até o Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE). No HUPE, eles simulam o enterro da UERJ e reivindicam melhorias para universidade. Acampados há cerca de 20 dias, os estudantes tem sua primeira vitória. O Governo do estado e a Reitoria anunciam a licitação de equipamentos para cozinha industrial do restaurante universitário, o bandejão, para o campus Maracanã. A ordem de licitação saiu em diário oficial no dia 23 de setembro, no valor total estimado de R$ 720.383,13.

Um grupo de palestinos protesta contra o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), com sede em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O grupo reivindica os direitos dos refugiados, respeito e atendimento médico adequado custeado pelo organismo internacional. Segundo eles, há um total descaso em relação ao problema. Eles alegam que funcionários do ACNUR praticam atos de intimidação contra os palestinos e suspendem o pagamento do beneficio de assistência para alimentação. O protesto é pacífico.

Cerca de 500 professores da rede pública estadual bloqueiam a rua Duque de Caxias em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul), em frente ao Palácio Piratini, para que fossem recebidos pelo governo do estado. A comissão com nove trabalhadores não conseguiu chegar nem mesmo até a portaria do palácio. Assim que a comissão se aproximou do palácio, as portas foram fechadas e a tropa de choque fez um cordão de isolamento. Os professores solicitam ajuda de deputados para intermediar a negociação com o governo. Neste momento, se desencadeia uma ação violenta da Brigada Militar. Depois de retirar os trabalhadores da rua, os policiais ainda tentam identificar os nove integrantes da comissão que estavam perto da porta do palácio. No entanto, os professores resistem. O comandante-geral da Brigada Militar refutou as reclamações de violência por parte dos manifestantes. De acordo com ele, a ação foi necessária para desobstruir a rua e garantir a ordem pública. O motivo do protesto é a liberação das 40h semanais para que os representantes sindicais recém eleitos à direção do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Cpers) possam exercer as funções. A legislação estadual permite que apenas 11 professores sejam liberados para integrarem a direção do sindicato.

5ª feira 25

A prefeitura do estado do Rio de Janeiro reconhece por um decreto a posse da Fazenda Machadinha, em Quissamã, às 48 famílias de quilombolas, descendentes de escravos que moram no terreno. A fazenda é considerada o principal atrativo turístico da cidade de Quissamã e se transformou em um pólo cultural composto por antigas senzalas, ruínas da casa grande, uma capela e um armazém, que hoje é um centro de lazer comunitário. De acordo com a presidente da Fundação de Cultura e Lazer de Quissamã, Alexandra Gomes, a prefeitura irá oficializar a posse dos imóveis no Incra.

Dez trabalhadores são resgatados por fiscais da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Paraná (SRTE/PR), no município de General Carneiro – Paraná (região Sul). Eles estavam em condições degradantes na extração de erva-mate nativa. Os fiscais encontraram os trabalhadores em condições insalubres – sem água potável, instalações sanitárias, alojados embaixo de lona plástica e sem carteira de trabalho assinada. Foram emitidos 12 autos de infração contra o empregador. Segundo a assessoria da SRTE/PR, a ação foi concluída com o pagamento de todas as verbas rescisórias, num total de R$ 26 mil. Os trabalhadores receberam os salários que estavam atrasados, férias e 13º salário proporcional e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Entre os resgatados, havia quatro trabalhadores que pertenciam à reserva indígena de Ipuaçu em Santa Catarina e os demais eram de Clevelândia, no Paraná.

O Incra determina a saída da empresa Monsanto de uma área de 26 hectares, que está situada dentro de um assentamento em Campo Verde – Mato Grosso (região Centro-oeste). Segundo o órgão, a área foi comprada ilegalmente pela companhia para a realização de experimentos com transgênicos. No dia 2 de setembro, o Incra deu prazo de cinco dias para que a empresa deixasse a área. A transnacional estadunidense não cumpriu a determinação legal e continua no assentamento. Com o descumprimento da lei pela transnacional, o órgão federal deverá acionar o Ministério Público Federal (MPF) e a PF. O assentamento é formado por 60 famílias e foi conquistado há 10 anos. O processo começou com a denúncia apresentada pelo MST e por outros movimentos sociais à superintendência regional do Incra, ao presidente nacional, Rolf Hackbart, e ao Ministério Público. A coação sobre assentados e a compra de áreas da Reforma Agrária por grandes empresas não é um caso isolado no Mato Grosso. A empresa de mineração Onça Puma, de propriedade da Vale, comprou lotes de 83 famílias, nos assentamentos Campos Altos e Tucumã, nos municípios de Ourilândia do Norte, Tucumã e São Félix do Xingu, próximas das jazidas de Níquel, e proibiu as famílias de permanecerem na área.

Mais de 100 pessoas participam de ato contra a criminalização das lutas sociais e em solidariedade aos movimentos sociais, na Universidade Mackenzie, em São Paulo – SP (região Sudeste). Professores e alunos da universidade e representantes de organizações de sem-teto, catadores de materiais recicláveis, mulheres e negros participam do ato. “É razão de orgulho do MST ter sido atacado por esses promotores”, afirmou o historiador Valério Arcary, militante do PSTU, em referência à aprovação de relatório pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP-RS) que pede a “dissolução” do movimento. Depois de uma campanha de solidariedade, atos em todo o país, que demonstraram a reação da sociedade, o MP-RS voltou atrás e retirou esse trecho de uma ata. No entanto, oito processos correm na Justiça com base nas orientações desse relatório. O integrante da coordenação nacional da Consulta Popular, Ricardo Gebrim, lembrou que foram criminalizadas as “árduas lutas”

da sociedade por direitos fundamentais, como a limitação da jornada de trabalho, férias e seguridade. Para ele, o pedido de dissolução do MST não é um caso isolado, porque "mostra um caminho que se busca tomar para cercear toda a luta social, que é o projeto da classe dominante".

O sargento Laci Marinho de Araújo, que assumiu manter um relacionamento homossexual com um colega, é condenado a seis meses de detenção por deserção, de acordo com decisão tomada pela primeira instância da Justiça Militar, por quatro votos a um. A sentença será lida formalmente para o sargento no dia 30 de setembro e ele terá, então, cinco dias para recorrer ao Superior Tribunal Militar (STM). Enquanto a Corte não julgar o caso, o sargento pode ficar em liberdade. O advogado dele declara que vai recorrer da decisão. Se for condenado pelo STM, a defesa ainda poderá apelar ao Supremo Tribunal Federal (STF). Caso saia derrotado, Araújo poderá descontar de sua pena os 58 dias de prisão já cumpridos.

O número de crianças que fazem trabalho infantil caiu de 5,1 milhões em 2006 para 4,8 milhões em 2007, segundo com a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE. No entanto, o percentual de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos que fazem trabalho doméstico foi o que mais cresceu nos últimos 10 anos. O estudo mostra que aumentou o trabalho infantil no domicílio do empregador e também nas ruas brasileiras. De acordo com os índices divulgados pelo jornal "O Globo", em 2006, esses trabalhadores infantis representavam 9,1% das que trabalhavam – 445 mil crianças. Já em 2007, a taxa subiu para 9,7% com 455 mil trabalhadores. Em casa, a situação também piorou: o número de crianças trabalhando passou de 289 mil para 300 mil. Na rua, onde a situação é mais precária, também houve aumento de 4%, em 1997, para 4,3%, em 2007. Conforme reportagem da "Folha de São Paulo", em compensação, houve queda na ocupação em fazendas, sítios e granjas – a participação teve queda de 43,4% para 36,5%, entre 1997 e 2007. Também caiu a proporção de crianças ocupadas em lojas, oficinas e fábricas – de 26,9% a 24,5%. De acordo com Renato Mendes, coordenador do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil da OIT, o crescimento do trabalho infantil nas casas dos patrões está intimamente ligado aos processos de terceirização da economia formal, o que acaba provocando a informalidade dessas crianças tanto em casa como na casa do empregador. A família leva o trabalho para casa e a criança também entra no serviço, para aumentar a produção. Segundo Lara Gama, do IBGE, "em números absolutos, o trabalho infantil caiu em todas as formas de ocupação, o que mudou foi a distribuição dessa mão-de-obra" e que "os resultados indicam que está havendo uma maior fiscalização do Ministério do Trabalho". Mendes ainda ressalta que a mudança no perfil do trabalho infantil impõe um desafio para a estratégia de combate a essa prática.

6ª feira 26

Os bancários de todo país promovem paralisação. Os trabalhadores do Distrito Federal rejeitaram, em assembléia realizada no dia 25 de setembro, proposta feita no dia 24 pela

Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) para reajustar em 7,5% os salários e de outras vantagens, a partir de setembro, data-base da categoria. Não está descartada a realização de paralisações setoriais em outros bancos, como Bradesco, Itaú, Banco de Brasília (BRB) e Unibanco, a critério de decisões dos representantes sindicais nessas instituições bancárias. Ao rejeitar a proposta da Fenaban, os bancários alegaram que o percentual não atende às suas aspirações, uma vez que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) dos últimos 12 meses ficou em 5,15%. A categoria reivindica aumento real, valorização dos pisos salariais e melhorias no vale-alimentação. Por isso os bancários reivindicam reajuste real de 5%, acima dos 7,15% do INPC, cesta-alimentação equivalente ao salário mínimo (R$ 415,00) e contratação da remuneração total no valor nominal de salários. Outra reivindicação que será apresentada aos banqueiros é de implantação de Plano de Cargos e Salários para os empregados de todos os bancos, com 1% de reajuste a cada ano de trabalho, que será dobrado a cada cinco anos (2%), obrigando-se as instituições bancárias a fazer promoções pelo menos em um nível a cada cinco anos. Os bancários do Banco do Brasil (BB) e da Caixa Econômica Federal querem isonomia salarial entre os novos e antigos funcionários e melhoras nos planos de saúde. No Banco do Brasil, eles querem plano odontológico feito pela Cassi (o plano de saúde dos servidores do BB) e não terceirizado, e a quebra do voto de minerva existente no BB Previ (Previdência Privada dos funcionários), "que permite à diretoria tomar decisões à revelia dos segurados". No BRB o Sindicato dos Bancários quer assegurar maiores direitos e garantias para os funcionários.

Funcionários da Infraero dão abraço simbólico no prédio do Aeroporto Internacional Tom Jobim, na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O ato tem como objetivo protestar contra a decisão da União de privatizar a administração do aeroporto.

Cerca de 70 médicos se reúnem pela manhã na porta do Hospital Estadual Getúlio Vargas, na Penha, zona norte do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os trabalhadores organizados pelo Conselho Regional de Medicina do estado do Rio de Janeiro (Cremerj), protestam contra o governador Sérgio Cabral (PSDB), que chamou de “vagabundos” os cinco plantonistas que não compareceram à unidade no dia 21 de setembro.

Mulheres e homens, representantes dos movimentos sociais feministas; de negros, de Direitos Humanos; de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Simpatizantes (LGBTS); estudantis; centrais sindicais, entre outros, se encontram na Praça Ramos, São Paulo – SP (região Sudeste) e partem em caminhada até o Ministério Público e o Tribunal de Justiça, onde entregam às autoridades um manifesto em solidariedade a cerca de 2 mil mulheres que estão sob ameaça de prisão por supostamente terem realizado aborto. Este Ato marca o lançamento da Frente Nacional pelo fim da criminalização das mulheres e pela legalização do aborto, que reúne dezenas de movimentos e ativistas da sociedade civil. Os manifestantes reivindicam uma política integral de saúde sexual e reprodutiva que contemple todas as condições para uma prática sexual segura e uma política que reconheça a autonomia das mulheres e suas decisões sobre seu corpo e sexualidade. Eles defendem a democracia e o princípio constitucional do Estado laico.

Manifestantes fazem ato em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), em apoio à Bolívia. Na embaixada da Bolívia, eles entregam ao embaixador René Ocampo uma carta de solidariedade. Na Embaixada dos Estados Unidos, os manifestantes fizeram uma

manifestação contra a "ingerência" desse país na tentativa de golpe contra o governo de Evo Morales. Entre os dois prédios no Setor de Embaixada os manifestantes fizeram o percurso como em procissão, carregando cruzes que simbolizam os camponeses mortos durante as disputas separatistas no território boliviano. As cruzes foram fincadas nos jardins do prédio da Embaixada Americana, sob os olhares de dezenas de policiais que cercaram o prédio para evitar a aproximação dos manifestantes. Os manifestantes anunciaram a construção de uma frente única continental em defesa da soberania e da unidade da Bolívia. Após intervenções dos representantes das 15 entidades presentes e do teatro que tem como tema a privatização dos serviços de saúde, os manifestantes saeam em passeata até o Centro de Pesquisas Oncológicas (CEPON), recentemente privatizado pelo governo estadual.

Sábado 27

Cerca de 300 índios da etnia Guarani Kaiowá realizam caminhada no centro da cidade de Dourados, em Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). O objetivo do ato é sensibilizar a população sobre a necessidade de demarcação da terra indígena Guarani Kaiowá. Segundo divulgado pela Agência Brasil, o líder indígena e representante da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), Anastácio Peralta explicou que: "Os latifundiários dizem que a gente é improdutivo, não trabalha, dá prejuízo para o estado, atrapalha o progresso, o que não é verdade." Ele avaliou que o resultado da mobilização foi positivo, apesar de considerar que a imprensa local não costuma dar espaço para os argumentos dos índios na briga contra fazendeiros. Segundo Peralta, já existe um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado pela Funai com o Ministério Público, para que a terra seja demarcada. Entretanto, os índios aguardam um estudo sobre a área total onde viveram seus antepassados – local chamado por eles de Tekohá. O relatório indicando os locais ocupados tradicionalmente e o levantamento fundiário da área devem ser entregues pelos grupos de trabalho criados pela Funai até março de 2009. Em nota divulgada no *site* da fundação, o presidente da Funai, Márcio Meira, reafirma o compromisso firmado com o Ministério Público de cumprir os prazos, inclusive o de finalizar o processo de demarcação da Terra Indígena até abril de 2010. A nota também afirma que os setores produtivos terão seus direitos preservados e que o presidente da Funai está em contato com o governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli (PMDB), para que o processo seja pacífico.

Domingo 28

Entidades da sociedade civil, como o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, divulgam nota de apoio ao governo do Equador de responsabilizar a empresa Odebrecht pelos "maus serviços prestados" ao país, "especialmente em relação à Central Hidrelétrica San Francisco". Segundo as entidades, é justo o governo equatoriano exigir da empresa uma reparação financeira pelo mau funcionamento da central, "financiada com recursos públicos de cidadãs e cidadãos brasileiros por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)". As entidades lembram que a Odebrecht foi a responsável pela construção da

linha 4 – amarela – do metrô de São Paulo quando no dia 12 de janeiro de 2007, parte da construção desmoronou matando sete pessoas e deixando várias feridas. A nota também pede ao governo brasileiro e ao BNDES que forneçam esclarecimentos sobre o financiamento dado pelo banco à Odebrecht para executar a obra no Equador. "A ausência de transparência nesta operação financeira realizada com recursos públicos compromete a capacidade da sociedade para avaliar o caso com clareza", diz a nota. Segundo site da Agência Brasil, no dia 23 de setembro o governo do Equador bloqueou os bens da empresa Odebrecht sob o argumento de falhas no funcionamento e paralisação da Central Hidrelétrica San Francisco, construída pela empreiteira. O governo também exigiu o pagamento de uma indenização à empresa pelos danos causados ao Equador. No dia 27 de setembro o presidente do Equador, Rafael Correa, anunciou que a construtora brasileira tinha feito uma proposta ao governo equatoriano na qual aceitava todas as exigências feitas pelos equatorianos quanto às indenizações e reparos nas falhas da Central Hidrelétrica San Francisco. Agora, Correa vai estudar a proposta feita pela empresa.

2ª feira 29

Bancários do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) decidem em assembléia, com 60% dos votos, iniciar greve por tempo indeterminado. Os trabalhadores rejeitam a proposta de aumento salarial de 7,5%, que havia sido apresentada pela Fenaban. O índice inclui 0,35% de aumento real (a inflação do período foi de 7,15%), mas a categoria reivindica 5% acima da inflação. Sindicatos de outras regiões, como Recife, Curitiba, Brasília, também decretam greve, porém de apenas um dia.. Os funcionários reivindicam reajuste de 13,23% - inflação acumulada em 12 meses, mais aumento real de 5%. O Sindicato dos Bancários do Rio declara que cerca de 24 mil trabalhadores cruzaram os braços no primeiro dia de greve, o que representa 80% de adesão. No Centro, o índice chega a 100%. Conforme diretores do sindicato, os bancos Real, Unibanco e Itaú conseguiram na Justiça um instrumento denominado interdito proibitório, que impede a paralisação nas agências dessas instituições, sob pena de multa. O sindicato dos trabalhadores recorre.

Cento e cinqüenta pessoas, entre elas 30 crianças, são libertadas de situação análoga à escravidão de uma indústria de processamento de cacau em Placas, a 1.127 km de Belém – Pará (região Norte). Todas as crianças – de 4 a 17 anos – estão doentes, com leishmaniose, sendo que uma delas ficou cega em um acidente de trabalho. As vítimas trabalhavam na colheita do cacau e foram encontradas em situação precária, com péssimas condições de habitação, alimentação e higiene. Segundo os fiscais, os compradores de cacau forneciam equipamentos de trabalho e outros bens de necessidade básica aos trabalhadores, que pagavam esse fornecimento com a produção do fruto. Assim, já iniciavam suas atividades devendo à empresa. Como não conseguiam pagar as dívidas, os agricultores colocavam toda a família para trabalhar no campo, inclusive as crianças. Quando o débito ficava fora de controle, era feito um empréstimo ao trabalhador, o que o mantinha ainda mais preso à situação. Segundo informações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), os trabalhadores que não atendiam às determinações da empresa eram ameaçados de morte. O dono da empresa, de 80 anos, foi preso em flagrante pela PF. A Perfil Agroindústria Cacaueira será obrigada a pagar indenização de aproximadamente R$600 mil aos trabalhadores. A ação do grupo de fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Pará começou no dia 17 de setembro e segue até 3 de outubro.

Cerca de 1.500 policiais civis, de acordo com a avaliação dos organizadores da greve, protestam contra a gestão José Serra (PSDB) em São Paulo – SP (região Sudeste). Os manifestantes se reúnem na Assembléia Legislativa, na zona sul da capital paulista, e seguem em caminhada até o Detran, acompanhando um carro de som e carregando um caixão para simbolizar o enterro do governador. Já em Campinas, também em São Paulo, aproximadamente 500 policiais civis saem às ruas usando narizes de palhaço, com a presença de todos os delegados dos 13 Distritos Policiais da cidade no ato. Os grevistas fazem discursos contra o governo do estado e reivindicam reajustes salariais e melhorias na estrutura policial.

Dados divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente indicam que os assentamentos do Incra lideram a lista dos 100 maiores desmatadores da Amazônia. As seis primeiras posições do ranking, que classificou os desmatadores pelo tamanho da área derrubada, são de assentamentos de Reforma Agrária, todos no estado de Mato Grosso (região Centro-oeste). Segundo o levantamento, juntos, os assentamentos do Incra foram responsáveis por mais de 220 mil hectares de devastação da floresta Amazônica, área equivalente a 220 mil campos de futebol. Entre as propriedades particulares, o maior desmatador é o produtor Léo Andrade Gomes. De acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), ele é responsável por 12,5 mil hectares de destruição de floresta nativa sem autorização dos órgãos ambientais no município paraense de Santa Maria das Barreiras. O nome do produtor também aparece na lista pela destruição de mais 2,6 mil hectares da reserva legal de outra propriedade, em Santana do Araguaia, também no Pará. Na comparação por estados, Mato Grosso reúne o maior número de desmatadores listados pelo Ibama, 50 dos 100. O Pará está em segundo lugar, com 37 campeões de desmatamento, seguido por Rondônia, com 7. Quatro outros produtores citados são do Amazonas, um de Roraima e um do Acre. De acordo com o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc (PT), o objetivo agora é realizar uma ação conjunta do MMA com o Ministério Público Federal (MPF) e a Advocacia-Geral da União (AGU) para abrir processos contra os 100 maiores desmatadores. O MST divulgou em seu site que “1- Nenhum dos oito assentamentos da lista dos maiores devastadores da Amazônia, divulgada pelo Ministério do Meio Ambiente, localizados no Mato Grosso, é coordenado pelo MST. A presença de supostos assentamentos na lista dos maiores devastadores da Amazônia é conseqüência da política do governo federal, tanto na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso quanto do presidente Lula, de regularizar a posse de áreas sem critérios adequados para inflar os números da Reforma Agrária. 2- A pilhagem de madeira foi travestida de assentamento, como denunciamos ao lado do Greenpeace, em 2007. Foram criados assentamentos ilegais em benefício de madeireiras na Amazônia Legal. Investigações do MPF e do Greenpeace identificaram a falta de laudos e licenciamento ambiental, além de cadastros adulterados, para criação formal dos chamados “assentamentos fantasmas", destinados ao desmatamento de áreas florestais para extração de madeira. 3- A Reforma Agrária está parada em todo o país. Os assentamentos realizados não atacaram o latifúndio e a concentração de terras aumentou no país durante os últimos governos. Cerca de 70% dos assentamentos dos governos FHC e Lula foram criados em terras públicas, por meio da regularização fundiária na região da Amazônia Legal. 4- Participamos da campanha “Desmatamento Zero”, em defesa da Amazônia, ao lado de diversas entidades da sociedade civil. Exigimos a rejeição do Projeto de Lei 6.424/05, do

senador Flexa Ribeiro (PSDB), que diminui a área de reserva legal florestal da Amazônia, e a Medida Provisória 422/08, conhecida "PAG (Plano de Aceleração da Grilagem)", que possibilita a legalização da grilagem na Amazônia. 5- O Ministério do Meio Ambiente deve rejeitar esses projetos devastadores e tomar medidas rígidas para impedir a expansão do agronegócio na Amazônia, que é o principal responsável pelo processo de devastação. Nos últimos cinco meses de 2007, a pilhagem da madeira, a expansão da pecuária e da soja para exportação causaram a devastação de até 7.000 km2, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente".

3ª feira 30

Bancários de 17 estados e Distrito Federal (região Centro-oeste) paralisam as atividades para pressionar a Fenaban a negociar com a categoria. As paralisações foram decididas no dia 29 de setembro à noite, durante assembléias realizadas por sindicatos em várias partes do país. Em São Paulo (região Sudeste), a greve é de 24 horas, mas os trabalhadores definiram que, se até o dia 8 de outubro não houver acordo salarial, a paralisação será por tempo indeterminado. A estimativa do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região é de que 10 mil trabalhadores tenham aderido ao movimento. No Vale do Paraíba, os bancos não abriram as portas em Jacareí, São José dos Campos, São Sebastião, Caraguatatuba, Taubaté e Pindamonhangaba. Em Curitiba (região Sul) cerca de 7 mil bancários aderiram à greve nacional. Segundo o Sindicato dos Bancários de Curitiba e região metropolitana, aproximadamente 92 agências estão fechadas. No Rio Grande do Sul, os bancários estão paralisados em pelo menos 52 cidades nas regiões metropolitanas, Vale dos Sinos, Litoral Norte, Santa Cruz do Sul, Ijuí, Passo Fundo, Erechim, Serra e Sul do estado. Em nota, a categoria anuncia que também estenderá a greve caso não ocorra acordo. No Distrito Federal e no Rio de Janeiro, a greve acontece por tempo indeterminado. No Rio, a maioria das agências fechadas está localizada no Centro da cidade. De acordo com informações do Sindicato dos Bancários do Distrito Federal, a greve atinge todas as agências bancárias, mas os serviços de auto-atendimento funcionam normalmente. Os bancários querem ainda Participação nos Lucros e Resultados (PLR) de três salários mais um valor fixo de R$ 3.500. Já os bancos, propõem pagar 80% do salário, acrescido de valor fixo de R$ 943,85, e valor adicional de acordo com a variação do crescimento do lucro líquido de cada banco, corrigido em 7,5%. Os bancários rejeitaram a proposta de reajuste de 7,5%. Segundo a categoria, o valor é insuficiente, já que a inflação do período (setembro de 2007 a agosto de 2008) ficou em 7,15%, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Além de aumento real de 5% sobre os salários, os trabalhadores reivindicam elevação do valor da Participação dos Lucros e Resultados (PLR), valorização dos pisos salariais; cesta-alimentação no mesmo valor do salário mínimo (R$ 415); Plano de Cargos e Salários para todos os bancários e 1% para cada ano trabalhado.

Os policiais civis em greve na capital paulista realizam manifestação na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), em uma reunião com deputados estaduais. Eles pediram aos parlamentares que intercedam na negociação entre o governo e a categoria, que reivindica aumento salarial. Segundo a comissão de greve, 800 policiais comparecem ao ato. A categoria reivindica um reajuste de 15% este ano, retroativo a 1º de março (data-

base da categoria), mais 12% em 2009 e outros 12% em 2010. Também cobra a incorporação do adicional de local de exercício ao salário, aposentadoria especial e reestruturação da carreira. Segundo o Sindicato dos Delegados de Polícia do estado de São Paulo, a adesão dos policiais à greve é de 80% na capital e de 95% nos municípios do interior. Eles também reclamam do fato de o governo não se abrir à negociação. Segundo o sindicato, a população está se prejudicando "parcialmente" com a greve, já que apenas casos graves, como flagrantes e homicídios, estão sendo registrados nas delegacias.

Após reunião entre representantes do governo brasileiro e do Equador, em Manaus – Amazonas (região Norte), o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, informa que a construtora Odebrecht aceitou o acordo proposto pelo governo do Equador para resolver o impasse relativo ao embargo dos bens da empresa no país vizinho. De acordo com Amorim, uma carta da empresa brasileira ao governo do Equador confirmou que serão atendidas todas as questões solicitadas pelo governo equatoriano. O presidente Rafael Correa confirmou que a empresa aceitou todas as condições do governo, inclusive uma reforma nos danos na central de San Francisco e o pagamento de uma indenização. Segundo ele, o governo brasileiro atuou de forma correta diante da situação. O presidente equatoriano também esteve em Manaus e participou de reuniões com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com os presidentes da Venezuela, Hugo Chávez, e da Bolívia, Evo Morales. Durante as reuniões, os principais assuntos tratados foram: a integração entre esses países por via rodoviária e fluvial; questões relacionadas ao combate ao narcotráfico e aos ilícitos nas áreas de fronteira.

Cerca de mil pessoas participam no município de Goiana, na Zona da Mata de Pernambuco (região Nordeste), de uma vigília pelo fim da violência contra a mulher no estado. De acordo com Joana Santos, coordenadora do Fórum de Mulheres de Pernambuco, que organizou a manifestação, 205 mulheres foram assassinadas no estado, de janeiro de 2008 até o momento, e a mobilização é uma forma de chamar a atenção da sociedade para o problema. A realização da vigília em Goiana coincidiu com o encerramento de uma plenária de mulheres da Zona da Mata, que concentra 37% dos casos de violência contra a mulher no estado. A região é composta por mais de 50 municípios. Uma das deliberações da plenária foi uma moção pela implementação da Lei Maria da Penha, que pune a violência doméstica contra a mulher. Segundo Joana, até hoje apenas quatro Delegacias de Atenção à Mulher (DAM) foram implantadas em todo o estado de Pernambuco, cuja população feminina ultrapassa 2,5 milhões de pessoas, conforme o IBGE. A estimativa do movimento contra a violência contra a mulher é que seria necessário instalar mais 36 Delegacias de Atendimento à Mulher no estado.

Cerca de 150 trabalhadores e estudantes reúnem-se em frente ao Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Santa Catarina (região Sul), em um ato unificado, que conta com a presença de organizações sindicais e movimentos sociais, dentre eles Conlutas, Consulta Popular, MST e União Moradia Popular, na luta contra a privatização dos serviços públicos. O protesto é contra o Projeto de Lei Complementar 92/07, que prevê a imediata transformação de toda autarquia em fundação pública de direito privado, a privatização do Hospital Universitário de Florianópolis e do Centro de Pesquisas Oncológicas (CEPON). Representantes do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina (SINTUFSC) encenam uma rápida peça teatral que sintetiza as

conseqüências drásticas de se confiar nas organizações sociais, fundações de direito privado e parcerias público-privadas: o fim do acesso à saúde pública e gratuita, a precarização das condições de trabalho e a morte, física e política. Os manifestantes colhem assinaturas para um abaixo-assinado em favor da reestatização do CEPON, da defesa do caráter público do Hospital Universitário de Florianópolis, contra o PL92/07, e em apoio à campanha do SINTUFSC de redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais. Ao final do ato, os manifestantes dão-se as mãos em uma atitude simbólica de abraço solidário.

No período 2000–2007, o Boletim DATALUTA divulga que registrou a participação de 93 movimentos socioterritoriais, que realizaram ao menos uma ocupação no período. Dentre esses movimentos, seis tiveram grande destaque no número de famílias em ocupações: o MST, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), a Federação da Agricultura Familiar (FETRAF), a Organização da Luta no Campo (OLC) e a CUT. Segundo o Boletim, a relação completa dos movimentos está www.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_2007.pdf . Segundo os dados, o MST foi responsável pela organização de 376.214 mil famílias em ocupações, realizando o correspondente a 64,5% das ocupações de terra do período. Em segundo lugar, a CONTAG organizou 49.917 mil famílias, o que representa 8,55%. Em terceiro lugar, com 2,10%, a MLST, com 12.304 mil famílias, em quarto lugar com 1,7% e 9.909 mil famílias o FETRAF, em quinto lugar com 1,65% a OLC com 9.572 mil famílias e em sexto lugar com 1,45% e 8.417 mil famílias a CUT. Juntos, esses seis movimentos socioterritoriais somam 466.333 mil famílias, o que representa aproximadamente 80% do total de famílias em ocupações. Em termos de distribuição no território, o MST atua em escala nacional com concentração nas Regiões Nordeste e Centro-Sul. Notamos também que o movimento está espacializado em quase todo o país, exceto no Amazonas, Acre e Amapá. A CONTAG tem concentração do número de famílias em ocupações bem distribuídas nas Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste. Conforme o boletim, o MLST é um movimento pouco espacializado, mas o número de famílias em ocupações é muito expressivo e podemos notar este fato no Estado de Minas Gerais e em alguns estados do Nordeste, como Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Observando a espacialização da FETRAF, notamos que este movimento tem suas ações, bastante expressivas, no estado de Pernambuco, mas também podemos encontrar um maior número de famílias em ocupações nos estado do Piauí, Pará, Minas Gerais e Distrito Federal. Semelhante ao MLST, a FETRAF não é um movimento fortemente espacializado, mas possui um número significativo de famílias em ocupações. As ações da OLC se concentram apenas em Pernambuco, desde a Zona da Mata até o médio vale do São Francisco, somando 9.572 famílias organizadas nas ocupações, no período de 2000-2007. A CUT encontra-se espacializada nos estados de São Paulo, Acre e Mato Grosso do Sul, sendo este último o de maior expressão no que se refere ao número de famílias, totalizando 8.067 mil famílias. O Projeto Dataluta é um banco de dados que contabiliza os números da luta pela terra no Brasil. O projeto é desenvolvido pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera) do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista (Unesp)

Glosario de Siglas

Adpesp	Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo
Alerj	Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
CMI	Centro de Mídia Independente
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CPT	Comissão Pastoral da Terra
Conlutas	Coordenação Nacional das Lutas
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCE	Diretório Central dos Estudantes
Detran	Departamento Estadual de Trânsito
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico
Fenaban	Federação Nacional dos Bancos
Fiesp	Federação das Indústrias do estado de São Paulo
Funai	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Infraero	Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTL	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
Sindipetro	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo no estado do Rio de Janeiro
Sinfavea	Sindicato dos Fabricantes de Veículos Automotores
STF	Supremo Tribunal Federal
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense
UFF	Universidade Federal Fluminense
Unifesp	Universidade Federal de São Paulo

OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

R

A

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

CLACSO

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

Documento de trabajo Nº 228

Realizado por
el Comité de Seguimiento
del Conflicto Social y la Coyuntura
Latinoamericana de R

Integrantes	Juan
Diarios	*E*
Otras fuentes	Espacio Insular

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.
La responsabilidad por las opiniones expresadas en los artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinado a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado constituye uno de los resultados de este trabajo de documentación y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un documento de trabajo en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social llevadas a cabo durante el mes indicado en uno de los 19 países relevados.

La cronología presentada ha sido elaborada por alguno de los diversos **Comités de Seguimiento del Conflicto Social** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación de un equipo de investigación que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento del Conflicto y la Coyuntura Latinoamericana

PAIS	INSTITUCION	RESPONSABLES
Guatemala	FLACSO	Simona Yagenova Mario Castañeda
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Diana Cárdenas
Paraguay	Centro de Documentación de Estudios	Quintín Riquelme
Ecuador	CIUDAD	Mario Unda Hugo González
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Chile	ARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo
Brasil	LPP	Roberto Leher
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
México	UNAM	Massimo Modonesi Lucio Oliver
Panamá, El Salvador, Nicaragua Honduras y Costa Rica	CELA (Panamá)	Marco A. Gandásegui, h.
República Dominicana y Puerto Rico	Centro Juan Montalvo (Rep. Dominicana)	Mario Serrano Juan Luis Corporán
Venezuela	PROVEA	Marino Alvarado Marco Antonio Ponce
Costa Rica	IIS	Sindy Mora Solano

Brasil
Cronologia do Conflito Social
Outubro 2008

30 de setembro

Os estudantes da Universidade Federal do Estado de São Paulo (UNIFESP) realizam - no dia 30 de setembro - um ato na reitoria da universidade no campus de Saúde na cidade da São Paulo – SP (região Sudeste). A notícia foi divulgada no dia 8 de outubro pelo Centro de Mídia Independente (CMI). Estavam presentes estudantes do campus Diadema (dos cursos de Química, Farmácia, Engenharia Química e Ciências Biológicas) e estudantes do campus Guarulhos (onde estão os cursos de Ciências Humanas) que estavam acampados a mais de 30 dias em frente à reitoria - a ocupação terminou no dia 29 de setembro. Segundo o CMI, os estudantes do campus de Diadema estão em greve desde o dia 23 de setembro para reivindicar melhorias no campus como bandejão, laboratórios, e melhores instalações. Devido às condições do campus, os estudantes estão sem aulas práticas. Além destas reivindicações os estudantes exigem livros para biblioteca, a revogação do Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) e a mudança na estrutura do Conselho Universitário. O ato passou em frente à Fundação de Apoio (FAP) que atua dentro da universidade e é responsável pela construção de um prédio no campus Diadema tendo denúncias de desvio de verbas dessa obra - até agora não apuradas. O ato foi finalizado em frente a reitoria. Os estudantes da UNIFESP como os da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) seguem lutando em defesa da universidade pública e contra todos esses ataques que ela vem sofrendo exigindo melhorias no ensino, em sua estrutura e verdadeira democracia dentro dos Conselhos Universitários. Assim como ocorreram em 2007 as lutas pela não aprovação do Decreto REUNI, continuam..

4° feira 01

Profissionais da saúde iniciam paralisação de 48 horas – coordenada pelo Movimento Unificado dos Servidores do Estado (Muspe) – nos principais hospitais públicos da rede estadual do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O ato tem por objetivo protestar contra o abandono dos hospitais públicos, que sofrem com a falta de médicos e equipamentos, além de reivindicar um reajuste salarial de 66%, incorporação das gratificações e um plano de carreira para o funcionalismo. Em pelo menos duas unidades – Getúlio Vargas, na Penha, e Albert Schweitzer, em Realengo – há confusão e os diretores reforçam a segurança para impedir que os manifestantes impeçam o acesso de pacientes na porta das emergências. Além do Getúlio Vargas e do Albert Schweitzer, onde a paralisação é suspensa após a direção reforçar a segurança, os serviços são afetados, de acordo com o Sindicato dos Trabalhadores em Previdência Social, Saúde e Trabalho do estado do Rio de Janeiro (Sindsprev-RJ), nos hospitais Rocha Faria, em Campo Grande; Pedro II, em Santa Cruz; e

Carlos Chagas, em Marechal Hermes. De acordo com o sindicato, a adesão à greve é de 70% dos servidores da saúde.

Bancário do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), decidem interromper temporariamente a greve iniciada no dia 30 de setembro. Os funcionários pretendem seguir a orientação do Comando Nacional e da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro ligado a Central Única dos Trabalhadores (Contraf-CUT) de retomar a paralisação com o restante da categoria no dia 08 de outubro, em todo o país, fortalecendo o movimento. Os trabalhadores reivindicam 13,23%, sendo 5% de aumento real. Segundo site da Agência Brasil, em seu segundo dia, a greve dos bancários do estado manteve a adesão de cerca de 80% da categoria. A informação é do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, que estima em 24 mil o número de empregados de bancos que estão parados na cidade. Ainda segundo a entidade, a paralisação alcançou seis em cada dez agências das Zonas Norte e Sul da capital fluminense e metade delas na Zona Oeste. No centro da cidade, os grevistas enfrentaram problemas para conseguir manter as agências fechadas. Segundo a assessoria do sindicato, houve um verdadeiro "abre e fecha" dos bancos dessa área. Ainda conforme a entidade, alguns funcionários abriram as portas para os clientes por causa das ações de interdito proibitório entregues pela Justiça neste dia 01 de outubro. Quando percebia a abertura dos bancos, o sindicato tentava fazer com que fechassem novamente as portas. Segundo o diretor do Sindicato dos Bancários, Renato Luis Pereira, a negociação com os bancos começou em maio, mas a categoria não conseguiu chegar a um acordo. Para ele, a proposta da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), que ofereceu 7,5% de reajuste, é insuficiente, já que acompanha somente a inflação.

Segundo o relatório apresentado no dia 30 de setembro pela comissão formada por representantes do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), que visitou a capital Porto Alegre e os municípios de Passo Fundo e Sarandi no estado do Rio Grande do Sul (região Sul) - divulgado no dia 1 de outubro no site do MST - os movimentos sociais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), têm sido criminalizados por diversas instituições públicas estaduais. Entre elas, o Ministério Público Estadual, o Poder Judiciário e a Brigada Militar - a Polícia Militar (PM) do estado. O documento elaborado pela comissão cita ainda que a Federação da Agricultura do estado do Rio Grande do Sul (Farsul) - entidade privada - também costuma criminalizar os movimentos sociais. Segundo o advogado das famílias acampadas no estado, Leandro Scalabrin “Existe uma política de estado do poder executivo consubstanciada numa norma operacional do Estado Maior da Polícia Militar que nós comparamos ao AI-5 [Ato Institucional nº 5, baixado durante a ditadura militar e que suprimia direitos civis], porque ela reinstaura no Rio Grande do Sul práticas que a polícia só usava na ditadura militar”. A norma operacional a qual ele se refere é a número 006.1, que “regula os procedimentos administrativos e operacionais” da Brigada Militar. Entre esses procedimentos está evitar que grupos “organizados ou não venham a desencadear ocupação ou invasão em massa de áreas públicas ou privadas”, manter cadastros de assentamentos existentes na área de responsabilidade territorial do comando e manter a identificação de possíveis lideranças de entidades envolvidas com cada acampamento ou assentamento. Ainda segundo o relatório, a polícia deve revistar e identificar invasores mesmo em casos de desocupação voluntária e prendê-los em flagrante delito se considerar necessário.Durante a apresentação do documento, o relator Fernando Matos apresentou um vídeo de 2006, no qual policiais

aparecem queimando mantimentos e despejando famílias acampadas em uma ocupação do MST. Em seguida, o vídeo mostra uma ação noturna, na qual a Brigada Militar impede os sem-terra de dormir, dando tiros aleatórios e ligando música alta no acampamento a cada meia hora. O Ministério Público também é acusado de perseguir o MST, depois que propôs uma ação civil pública para que o movimento fosse extinto e denunciou lideranças com base na Lei de Segurança Nacional. O Poder Judiciário foi citado no relatório por ter "determinado interditos proibitórios que impedem a liberdade de atuação de sindicatos e movimentos sociais". Apesar disso, o relator Fernando Matos disse não acreditar que as ações entre os diferentes organismos do estado representem um "complô". "No nosso entendimento há uma mudança de posição institucional que tem levado a uma convergência em que está sim havendo uma criminalização dos movimentos sociais. Agora, nós não podemos afirmar que há uma política de estado". As denúncias no Rio Grande do Sul são o ponto de partida para a apuração de outras situações de criminalização de movimentos sociais no país nos próximos meses. O ouvidor-geral de Segurança Pública do estado do Rio Grande do Sul, Adão Paiani, negou que haja uma política de governo articulada para criminalizar movimentos sociais. Ele disse que se as acusações contra a Farsul se confirmarem, elas configuram a formação de uma "máfia". A Farsul é acusada de perseguir pessoas do MST e estaria coagindo proprietários de terra para não vender essas propriedades ao Incra para promoção de assentamentos.

Policiais civis de Porto Alegre, região metropolitana e Vale dos Sinos – Rio Grande do Sul (região Sul) iniciam uma greve de dois dias. Os trabalhadores exigem reajuste salarial, direitos de aposentadoria, promoção e plano de carreira. Os policiais também reclamam que desde julho tiveram o pagamento das horas-extras cortadas em 100%, mas ainda estariam trabalhando a mais do que a carga horária. Durante a paralisação, os policiais apenas irão registrar os crimes de maior gravidade.

Termina a ocupação de estudantes na UERJ no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) . Os estudantes ocupavam a reitoria desde o dia 10 de setembro, e reivindicavam dentre outras demandas a criação de um bandejão e a abertura de concurso para professores. A reitoria foi desocupada depois de assinado um acordo com UERJ. No documento, a universidade se comprometeu a não processar os alunos, a aumentar o número de ônibus de ligação entre os campi, a investir mais nas bibliotecas e a fortalecer a participação dos estudantes nas comissões de trabalho que definem como será implantado o bandejão e como serão feitas as reformas nos prédios da universidade. No campus da UERJ, no Maracanã, é comum o desprendimento de reboco, colocando em risco funcionários e alunos. Além disso, as condições gerais do prédio são precárias. Os estudantes também reivindicam que 6% do que é arrecadado pelo governo do estado seja investido nas universidades estaduais. Segundo Viviane Gonçalves, que cursa Letras no campus de São Gonçalo, os estudantes continuarão a reivindicar a aplicação desse percentual já que não houve acordo sobre este ponto.

É publicada a Instrução Normativa do Incra nº 49, de 29 de setembro de 2008 e que regulamenta o procedimento para titulação das terras quilombolas. Segundo site do MST que divulga a informação, o governo resolveu dificultar o processo de regularização das terras de comunidades quilombolas. O texto da nova Instrução Normativa n° 49 do Incra aprovado pelo presidente Lula da Silva, torna mais trabalhosa a abertura do processo, com a

exigência de um laudo de antropólogos sem vínculos com os interessados, além de consultas a órgãos ambientais, indígenas e, se for o caso, até militares.Não basta um grupo se identificar como descendente de antigos ocupantes das terras para iniciar o processo. O processo de reconhecimento de uma determinada comunidade só começará com um certificado emitido pela Fundação Cultural Palmares, preparado por antropólogos. Depois, diversos órgãos públicos deverão ser consultados, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Instituto Chico Mendes, a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Setores militares poderão apresentar parecer, se a área reivindicada for considerada de interesse de alguma das três Forças. A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas Rurais Negras (Conaq) estima que existem hoje no Brasil cerca de 5 mil comunidades remanescentes de quilombo, entre as já reconhecidas e as que aguardam reconhecimento. No entanto, os números podem ser maiores, pois muitas famílias ainda resistem em se auto-declararem quilombolas por pressões políticas. O governo federal decidiu modificar os critérios de reconhecimento de terras quilombolas, para assim evitar uma derrota no Supremo Tribunal Federal (STF) que poria em risco as titulações dessas áreas. A Ação de Inconstitucionalidade (Adin) do Partido Democrata (DEM) questiona decreto do governo de 2003, que prevê apenas a autodefinição como remanescentes de negros escravos para a caracterização de quilombolas, a desapropriação das terras e a obtenção do certificado da Fundação Cultural Palmares.

5° feira 02

Cerca de 350 pessoas se reúnem em passeata, organizada pelo Muspe, que começa no Largo do Machado e segue até a porta do Palácio Guanabara, em Laranjeiras, zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O grupo, composto por profissionais da saúde e por serventuários da Justiça, reivindicam reajuste salarial de 66% e - enquanto que os servidores da Justiça brigam por reajuste de 7,2% -, a realização de concurso público e plano de carreira, além de ser contra a implantação das fundações de direito privado. Os manifestantes não foram recebidos pelo governador Sérgio Cabral do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que declarou que o movimento se trata de uma ação político-eleitoreira.

Os servidores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) paralisam suas atividades por 24 horas. É a primeira paralisação prevista até que o governo responda às reivindicações da categoria. Entre essas reivindicações estão o pagamento do reajuste salarial de uma só vez, a realização de concursos públicos para preenchimento de vagas no nível médio e superior e paridade salarial entre ativos e pensionistas.

Representantes da Rede Brasil, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs) e de associações de pescadores da Zona Oeste do Rio de Janeiro se reúnem na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para exigir do banco a suspensão do financiamento de R$ 1,48 bilhão à Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA). Para as organizações, um banco de desenvolvimento da nação brasileira não deve financiar uma

empresa que responde a ações cíveis na Justiça por impactos ambientais e sociais. Na reunião, foi cobrado do BNDES o compromisso firmado pelo chefe de gabinete da presidência do banco, Paulo Mattos, em julho de 2008, de que projetos com pendências judiciais estariam sujeitos à suspensão. A assessoria de comunicação do BNDES explicou que todas as ações cíveis contra a CSA ainda estão em andamento e que a suspensão de qualquer crédito só pode ser feita mediante decisão judicial contra a empresa.As ações cíveis reparatórias estão na Justiça Estadual e exigem indenizações de mais R$ 300 milhões pelos impactos causados nas comunidades com cerca de 8 mil pescadores. Representante da Pacs, Sandra Quintela afirma que as associações de pescadores acusam a companhia CSA de proibir o trabalho livre e a circulação de pescadores no entorno da Baía de Sepetiba, onde está sendo construído o complexo siderúrgico. Ela participou da reunião e disse que o encontro foi positivo, pois os movimentos puderam levar ao BNDES um alerta sobre os riscos de se financiar um empreendimento que viola a legislação brasileira."Também alertamos o BNDES que a empresa está sendo denunciada e cobrada em seu país de origem, na Alemanha, e que várias organizações sociais tanto da Europa como da América Latina estão levando denúncias para a ONU [Organização das Nações Unidas] e para a OEA [Organização dos Estados Americanos]. Não se trata apenas de um caso localizado," defendeu Sandra.O financiamento à CSA corresponde a 18% do investimento total do projeto e foi aprovado em junho de 2006 para a instalação de um complexo siderúrgico, localizado na Baía de Sepetiba. Este é o maior empreendimento siderúrgico dos últimos 20 anos, no Rio de Janeiro. Em dezembro de 2007, o Ibama embargou as obras da CSA por descumprimento da legislação ambiental, porém as obras continuaram, pois receberam licença ambiental da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA). A CSA é uma associação entre a siderúrgica alemã ThyssenKrupp Steel AG (TKS) e a mineradora brasileira Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). A empresa também responde a ação movida pelo Ministério Público do Trabalho depois que fiscais encontraram 120 chineses trabalhando como pedreiros, de forma irregular, na construção da siderúrgica. A assessoria de comunicação da CSA informou que cumpre todas as exigências dos órgãos ambientais e afirmou que não há nenhum embargo por parte do Ibama. Ainda segundo a assessoria, a empresa já investiu R$ 1 milhão em infra-estrutura junto às comunidades pesqueiras e pretende gastar R$ 10 milhões até o final das obras.

A Frente Revolucionária de Defesa dos Direitos do Povo (FRDDP) realiza manifestação contra a corrupção e a farsa das eleições nas ruas do centro de Belo Horizonte - Minas Gerais (região Sudeste). A manifestação conta com a participação de cerca de 200 pessoas, entre elas, trabalhadores, estudantes, intelectuais progressistas e vários movimentos como a Liga Operária, Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR), União Colegial de Minas Gerais (UCMG), Movimento Feminino Popular (MFP), Liga dos Camponeses Pobres (LCP), Organização Marxista Proletária (OMP), Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários de Belo Horizonte, Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Sindicato dos Comerciários de Betim, entre outros. Os manifestantes desfilaram com bandeiras e faixas denunciando a farsa das eleições. Os manifestantes distribuíram ainda manifestos conclamando a população a boicotar as eleições. Uma urna cenográfica foi incendiada no principal cruzamento da cidade. Policiais tentaram dar fim ao protesto, impedindo a passagem do carro de som mas, os manifestantes resistiram.

Moradores de Jardim Itaqui, em São José dos Pinhais - Paraná (região Sul), fazem um piquete, paralisam trânsito, e fazem panfletagem para reivindicar direitos básicos de moradia como a regulamentação e urbanização na comunidade e serviços de luz, água, segurança e saúde. A manifestação contou com o apoio do coletivo Despejo Zero, de movimentos sociais e estudantes, além de ganhar a adesão de pedestres que passavam pelo local. A secretária de habitação e meio ambiente de São José dos Pinhais se comprometeu a realizar, em até 15 dias, uma reunião com os órgãos responsáveis pela área – a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) e a Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (SUDEHRSA) – para que dêem uma resposta sobre a regularização das moradias na área, principal reivindicação dos moradores.

Os servidores da Fundação Nacional das Artes (Funarte), por deliberação da Assembléia Geral realizada em 23 de setembro de 2008, redigem manifesto e denunciam a situação que a Fundação atravessa na gestão de Celso Frateshi e Pedro Braz. Segundo os servidores a gestão vem sendo marcada pelo autoritarismo, com centralização das decisões, assédio moral aos servidores e má administração dos recursos da instituição. O manifesto é enviado ao Ministério da Cultura, Presidência da República. Os servidores reivindicam o afastamento de Frateschi e a democratização da instituição. Eles afirmam que mais de 20 servidores já foram exonerados de cargos comissionados por incompatibilidades com a Direção da Casa. Alguns permanecem com sua situação profissional indefinida, visto que ainda não foram redistribuídos, removidos ou devidamente aproveitados nos setores onde estão lotados. Vários grupos de artistas e produtores culturais também têm demonstrado sua insatisfação por não conseguir estabelecer diálogo com a direção do órgão, nem participar da elaboração de políticas e programas para os segmentos em que atuam. Os servidores afirmam que a Funarte chega a desempenhar papel que cabe às Secretarias Estaduais e Municipais de Cultura. As Secretarias, por sua vez, acabam sendo ignoradas neste novo formato de atuação, afastadas da participação em projetos que antes contavam com a sua parceria. Eles denunciam ainda a ausência de uma política coerente de ocupação dos espaços culturais da Fundação.

6° feira 03

Cerca de 300 motoristas – não-regularizados – de vans e Kombis participam de passeata na área da Leopoldina, Zona Norte do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os motoristas reivindicam a retirada da fiscalização do Departamento de Transportes Rodoviários (Detro) da estação de trens de Bonsucesso, alegando que fazem transporte comunitário. O Detro mantém um ponto fixo de fiscalização na Praça das Nações, desde janeiro de 2008, devido ao grande número de denúncias de transporte pirata.

O governo de São Paulo (região Sudeste) inicia uma negociação sem a intermediação dos sindicatos com os Policiais Civis em greve. Os diretores de departamento da polícia estão convocando delegados a fim de apresentar nova proposta salarial – onde haveria um aumento linear de 6,2% nos salários de toda categoria. Em contrapartida, o governo José Serra do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) exige que os policiais abandonem o movimento grevista. Além do aumento, o projeto concederia o direito à aposentadoria especial, um dos principais itens que constavam na pauta de reivindicações

do comando de greve, e a extinção da 4ª e 5ª classes nas carreiras da Polícia Civil. Também é discutida no governo a extinção de uma das três faixas de pagamento adicional por localidade de trabalho.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) divulga que discorda dos dados divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que relacionou os Projetos de Assentamento de Reforma Agrária como os maiores responsáveis pelo desmatamento na Amazônia. Segundo a Contag, a "abertura de áreas" para a instalação de grandes projetos agrícolas, pecuários, energéticos e de mineradoras; a ação de grileiros e de madeireiros e a ausência de fiscalização efetiva do Ibama têm tornado incontrolável a devastação da floresta amazônica. Por outro lado, a insistência do Incra em realizar projetos de assentamento na região com o objetivo de inflar sua meta numérica anual sem oferecer às famílias assentadas condições de desenvolvimento nas áreas é outra grave causa para o problema. A maioria dos assentamentos criados na Amazônia, principalmente durante o governo Fernando Henrique Cardoso, decorreu da regularização de áreas públicas, muitas já devastadas pela ação de grileiros e de madeireiros. Grande parte destas áreas não foram destinadas aos trabalhadores sem-terra, sendo tomadas pelos madeireiros e mineradoras. Em outras, as famílias foram deixadas praticamente no abandono, sem infra-estrutura ou qualquer outra política pública que garantisse a permanência dos assentados nas áreas ou a sustentabilidade das unidades produtivas. Segundo a Contag, esta realidade dos assentamentos que deveria, de forma responsável, ter sido apurada antes que os dados fossem publicados pelo MMA. A Contag é contra o desmatamento da Amazônia e a implantação de grandes projetos na região. Exige a efetiva fiscalização e punição dos crimes contra o meio ambiente e contra os povos da floresta. Da mesma forma, exige o fortalecimento institucional e a aplicação de políticas públicas que assegurem a regularização fundiária das áreas de pequenos posseiros e a realização da Reforma Agrária com projetos de assentamento sustentáveis e adequados à realidade da região.

Bancários da Caixa Econômica Federal (CEF) estão em greve em 36 cidades no estado do Rio Grande do Sul (região Sul). Segundo a Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul, a paralisação atinge praticamente todas as regiões gaúchas. Na Capital, Porto Alegre, a adesão à greve é de 80%. Eles reivindicam reajuste de 13,2%, mas a Federação Nacional dos Bancos oferece apenas 7,5%. Os servidores também exigem melhorias nas condições de trabalho e no plano de carreira. O movimento foi deflagrado após a paralisação de 24 horas no dia 30 de setembro.

2° feira 06

Trabalhadores sem-terra denunciam ação de milícias no Sul do estado do Maranhão (região Nordeste). Segundo o MST os ruralistas estão organizando milícias armadas no Sul do Maranhão para despejar acampamentos. Os alvos são três acampamentos da região. Em agosto, cerca de trinta pistoleiros dispararam por meia hora contra um acampamento. No município de Senador La Roque - Maranhão, um latifundiário mantém um grupo de quarenta pistoleiros e se recusa a sair de uma área desapropriada. Apesar das denúncias, o Ministério Público não tomou nenhuma providência.

O Sindicato dos Bancários protesta de forma inusitada contra a direção do Banco do estado do Rio Grande do Sul S/A (Banrisul), em Porto Alegre - Rio Grande do Sul (região Sul). O sindicato distribui penicos aos funcionários na agência central do Banco. A direção do Banrisul havia bloqueado o acesso dos funcionários ao banheiro como forma de pressão para evitar a paralisação por reajuste salarial. Em outras agências, o sindicato já havia sido impedido de conversar com seus afiliados. Os bancários realizam assembléia geral hoje e devem decretar paralisação a partir do dia 08 de outubro.

Os servidores do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (Dnit) no Distrito Federal – Brasília (região Sudeste) deflagram paralisação Além da capital do país, a paralisação atinge o Rio Grande do Norte (região Nordeste) e o Paraná (região Sul). Os funcionários do Dnit entraram em greve porque a Medida Provisória 411/2008, em andamento no Senado, não possui alguns itens que, foram acordados entre a categoria e o governo. Um dos itens ausente na medida, segundo a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), é a aproximação das tabelas salariais de diferentes setores do Dnit, sendo que um setor teve aumento maior que os outros.

3° feira 07

Aproximadamente mil pessoas fecham uma rodovia em Ananindeua – Pará (região Norte) em protesto contra as eleições na cidade. Os manifestantes declaram que o resultado foi fraudado para dar vitória a Helder Barbalho (PMDB), filho do deputado federal Jader Barbalho (PMDB). O candidato derrotado, Manoel Pioneiro (PSDB), também afirma que houve manipulação de votos nas urnas eletrônicas e em cédulas manuais. A coligação de Helder nega.

A gestão José Serra (PSDB) e associação de delegados de São Paulo (Adpesp) retomam as negociações, em São Paulo (região Sudeste). A negociação é retomada após o governo apresentar informalmente aos policiais um pacote de propostas que incluía um aumento linear de 6,2%, aposentadoria especial após 30 anos de serviço e redução de seis para quatro classes de carreiras (que definem o patamar salarial), além de outros benefícios. A reivindicação do comando de greve é um reajuste imediato de 15%, mais duas parcelas de 12% em 2009 e outros 12% em 2010. A associação defende uma trégua de 48 horas. O presidente do sindicato dos delegados (Sindpesp), José Martins Leal, afirma que os policiais ligados à sua entidade deverão manter a paralisação e, com isso, vão continuar registrando apenas ocorrências consideradas graves, como roubo e seqüestro.

A greve da Caixa Econômica Federal recebe novas adesões no Rio Grande do Sul (região Sul). Segundo levantamento da Federação dos Bancários do estado, os funcionários da agência em Getúlio Vargas, no Norte gaúcho, aderiram a paralisação. Na Serra, agências de Nova Petrópolis, Canela e Gramado ampliam a greve, que ocorria com mais força em Caxias do Sul. Na capital, Porto Alegre, os trabalhadores decidem em assembléia manter a greve por tempo indeterminado. Pelo menos 53 municípios, de acordo com informações da Agência Chasque de Notícias, têm agências da Caixa Federal fechadas.

Bancários de Manaus – Amazonas (região Norte) deflagram greve por tempo indeterminado. De acordo com o Sindicato dos Bancários do Amazonas, os bancos permanecerão fechados até que haja alguma contra-proposta dos banqueiros, que até agora só acenaram com reajuste de 7,5%. A principal reivindicação dos bancários é o reajuste de 16% que, segundo eles, representaria a reposição das perdas salariais entre 2005 e 2008. No Amazonas, os bancários também reivindicam a ampliação da Bolsa Alimentação e do Vale Transporte; maior Participação nos Lucros e Resultados (PLR); a manutenção da faixa etária dos beneficiados do auxílio-creche e a liberação de bolsas de estudo parciais para os trabalhadores.

Cerca de 500 moradores de Santo Antônio do Tauá, a 65 km de Belém – Pará (região Norte) depredam a delegacia e o único carro da Polícia Civil da cidade durante manifestação contra o estupro e a morte de uma menina de dez anos no dia 05 de outubro. Ao serem informados que o suspeito do crime havia sido transferido para uma cidade vizinha, moradores quebraram janelas da unidade, destruiramm computadores e equipamentos, arrancaram grades do local e tombaram o carro da polícia.Aproximadamente 30 pessoas são presas por depredação de patrimônio público e o protesto acaba com um morador – que havia sido preso pela depredação – morto pelo delegado Ronaldo Lopes, que alegou legítima defesa e que responderá a inquérito.

Moradores de São Mateu, a 120 km de São Luís – Maranhão (região Nordeste), depredam e incendeiam as sedes da prefeitura e da Câmara dos Vereadores durante protesto contra o resultado das eleições. O atual prefeito Francisco Rovélio Nunes Pessoa do Partido Verde (PV) se reelegeu com uma diferença de 22 votos (0,12% dos votos válidos) do adversário Miltinho Aragão do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Os manifestantes ainda bloquearam com pneus a BR-135, que dá acesso à cidade. A Secretaria de Segurança Cidadã (Sesec) enviou para o município mais de 90 policiais, civis e militares, que prenderam 23 pessoas em flagrante e procuram outros envolvidos. Os presos foram transferidos para a capital do estado, onde foram indiciados por danos ao patrimônio público, roubo e formação de quadrilha. O prefeito reeleito, que se refugiou na delegacia durante o ato, acusa o grupo do adversário pela manifestação. Aragão nega.

4° feira 08

Cerca de 200 trabalhadores do MST do Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste) e entorno, bloqueiam a BR-020. Os sem-terra reivindicam o cumprimento da pauta estadual negociada durante as Jornadas Nacionais de Luta, realizadas entre abril e julho de 2008, e que, segundo o Movimento, até o momento foi ignorada pelo governo. Entre os pontos já negociados e não cumpridos estão a concretização do pré-assentamento Oziel Alves II (Pipiripau - Planaltina/DF), consolidação dos pré-assentamentos do Distrito Federal e entorno, vistoria das áreas solicitadas pelo MST e a reestruturação da Superintendência Regional do Incra.Os trabalhadores denunciam que, assim como em todo o país, a Reforma Agrária está parada no Distrito Federal. Os trabalhadores solicitam aos órgãos competentes, como Incra, Gerencia Regional do Patrimônio da União (GRPU) e a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), uma audiência que conte também com a Secretaria de Agricultura para consolidar definitivamente o cumprimento da pauta.

O Greenpeace lança no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), uma campanha para alertar a população sobre a vulnerabilidade dos mares brasileiros, devido a fatores como mudanças climáticas e pesca predatória. A iniciativa é baseada no relatório Á deriva – Um panorama dos Mares Brasileiros, elaborado pelo Greempeace que reúne entrevistas com cerca de 40 estudiosos das condições da vida marinha. O estudo mostra o aumento na temperatura dos oceanos, que acaba prejudicando a biodiversidade dos mares. Outra questão ressaltada é a baixa quantidade do estoques pesqueiros. Segundo o relatório, 80% das espécies economicamente exploradas no Brasil, como sardinha, tainha, camarão e corvina, estão ameaçadas.Segundo a organização é preciso manter o equilíbrio entre a produção e a capacidade natural de reposição dos estoques.Para alertar sobre a necessidade de se adotar medidas em defesa dos oceanos, serão montados espaços cenográficos na Praça dos Patins, na Lagoa Rodrigo de Freitas, onde o visitante será estimulado, por meio de recursos interativos, a se engajar na causa. A instalação, chamada Entre Nessa Onda, ficará exposta entre os dias 10 e 12 de outubro, das 9h às 17h.

O Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego liberta 34 trabalhadores em plantios de pínus na região de Joinville – Santa Catarina (região Sul). De acordo com os fiscais, as camas eram improvisadas com tijolos, não havia local para refeições e nem banheiros adequados. Os funcionários ainda não usavam equipamento de segurança para pulverizar o agrotóxico nas lavouras. As nove filiais da empresa foram autuadas e obrigadas a pagar as despesas para que os trabalhadores resgatados voltassem às suas cidades de origens, a maioria no estado do Paraná (região Sul).

Os bancários de todo o país aderem à greve que, em Brasília, já dura nove dias. Segundo o diretor do sindicato da categoria em Brasília, Eduardo Araújo, as reivindicações do setor são reajuste real de 5%, a proposta da Fenaban seria de apenas 0,35%, valorização dos pisos salariais e aumento da participação nos lucros e resultados.No caso de Brasília, o sindicato também pede a contratação de mais pessoas para estender o horário de atendimento ao público, das 09h às 17h – atualmente os bancos ficam abertos no DF das 11h às 16h. No DF, estima-se adesão de toda a categoria, oito mil trabalhadores.Os bancários de São Paulo e Osasco (região Sudeste) também deflagram greve por tempo indeterminado no estado. Eles reivindicam aumento real de salários de 5%, além da correção inflacionária de 7,15%. Além de aumento dos salários, os bancários paulistas querem a valorização do auxílio-creche, atualmente no valor de R$ 415, do vale-refeição de R$ 17,50 por dia, além da participação nos lucros e resultados das instituições. Por nota, o presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região, Luiz Cláudio Marcolino, afirmou que “os banqueiros empurraram os trabalhadores da mesa de negociação à greve”, referindo-se à oferta limitada a 7,5% de reajuste. O Sindicato dos Bancários do Município do Rio de Janeiro também aderiu a greve por tempo indeterminado. A adesão ao movimento no Centro da cidade chegou a 100%, segundo a diretora do sindicato Vera Luiza Xavier. Nas demais regiões, a maioria das agências paralisadas são do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. De acordo com o Sindicato do Município de Niterói, 155 agências bancárias não abriram em todos os municípios litorâneos do Grande Rio e Região dos Lagos, de Niterói até Búzios.Segundo Vera Luiza Xavier, no dia 13 de agosto, os bancários de todo o país entregaram suas reivindicações à Fenaban, que respondeu apenas no dia 24 de setembro, com uma proposta

de reajuste de 7,5%, enquanto a categoria exige 13,23% mais aumento real de 5%. No dia 30 de setembro, os bancários fizeram uma paralisação de 24 horas, e os banqueiros continuaram "sem dar resposta", lembrou Vera. Além dos reajustes, os principais pontos das reivindicações são; uma política interna de combate ao assédio moral, o fim das filas com contratação de novos funcionários e investimentos em segurança.O sindicato informou, em nota, que durante a greve, os bancários vão ajudar os idosos a operar os caixas eletrônicos. A assessoria da Fenaban informou que está esperando uma contraproposta e que confia que, em breve, chegará a um acordo com os sindicatos.Em nota, a Fenaban informa também que os consumidores que tiverem dificuldades em pagar contas têm outras agências, além das que estão em greve, e canais de atendimento remoto composto por mais de 25 mil postos de atendimento e 84 mil correspondentes não-bancários, como casas lotéricas, correios e mercados. Além disso, assinala que os clientes podem contar ainda com serviços de débito automático, internet e telefone.

Cerca de três mil eleitores – segundo a Polícia Militar (PM) – promovem um apitaço em frente ao Fórum de Cabo Frio – Rio de Janeiro (região Sudeste), que tem a segurança reforçada pela PM. Os manifestantes reivindicam a impugnação da reeleição do prefeito Marquinhos Mendes (PSDB). Ele foi reeleito com 47.799 votos (49,78% do total), contra 34.627 (36,06%) obtidos por Alair Corrêa (PMDB). Os manifestantes alegam defeito nas urnas. Segundo o chefe da 96ª seção eleitoral da cidade, Valcinei Basílio, das 243 urnas, apenas quatro tiveram os votos anulados pela Justiça Eleitoral porque os boletins não foram assinados pelos mesários e fiscais. Ele ainda declara que o resultado da eleição está “totalizado, definido e à disposição no site do TSE”.

Cerca de 11 mil trabalhadores metalúrgicos paralisam os trabalhos em São Paulo – SP (região Sudeste). A paralisação atinge 17 fábricas. A mobilização envolve 54 sindicatos de metalúrgicos paulistas. No restante do estado, houve paralisações de uma a duas horas em 300 empresas, envolvendo 25 municípios, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Dois diretores e três assessores da entidade foram detidos quando realizavam assembléia na MTU do Brasil - fábrica de motores a diesel, na Zona Oeste da capital. Eles foram encaminhados á 46º Delegacia de Polícia (DP) e liberados após registro do boletim de ocorrência. A polícia foi chamada pela empresa para retirar o carro de som da portaria. Como os manifestantes não quiseram retirar, os policiais deram voz de prisão por desobediência e apreenderam o veículo."Nós estávamos no meio de uma assembléia, não dava para parar de repente, mas eles não quiseram esperar", afirmou o diretor do sindicato, David Martins. O delegado do 46º DP não quis se manifestar sobre a versão dos sindicalistas.A categoria reivindica reajuste salarial, fim das terceirizações e cumprimento da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê fim da demissão sem justa causa. O Sindicato dos Metalúrgicos assinou cinco acordos diretos com as empresas para garantir 11,10% de aumento e as empresas estipularam um prazo até o dia 10 de outubro para fechar o acordo.

Servidores do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) e de outras unidades da UERJ realizam o “Ato pela vida: HUPE/UERJ se nega a morrer”, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O ato, organizado em conjunto com a Associação de Docentes da UERJ (ASDUERJ) e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), tem como principal objetivo denunciar as mentiras do governador Sérgio Cabral (PMDB) e informar, à população, as

péssimas condições de trabalho no HUPE/UERJ. Entre as principais reivindicações dos trabalhadores estão melhores condições de trabalho e recomposição salarial. Durante o ato são prestados atendimentos à população como verificação de pressão arterial, teste de glicemia capilar e orientação sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST). Em duas horas, cerca de 500 pessoas receberam algum tipo de atendimento. No mesmo dia, os trabalhadores do HUPE fazem uma paralisação de 24h. Estão presentes no ato, representantes do Muspe, da Associação dos Funcionários do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro (AFIASERJ), e do Sindicato dos Policiais Civis (SINPOL). A população apoiou e participou do ato. Muitos criticam o governador que chamou os profissionais de medicina de vagabundos.

Um grupo de trabalhadores sem-terra ligado a Contag bloqueia a rodovia MS-306, entre as cidades de Chapadão do Sul e Costa Rica - Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste).Os manifestantes estão acampados em 150 barracas de lonas plástica que armaram nas margens da rodovia e querem a desapropriação da Fazenda Iaco, situada no município de Chapadão do Sul. A propriedade rural é de uma empresa agrícola que foi multada pelo Ministério do Trabalho em abril de 2008, devido a irregularidades encontradas pelos fiscais do órgão, na contratação dos trabalhadores.

As associações de Policiais Civis de São Paulo (região Sudeste) decidem suspender a greve por 48 horas, retomando as negociações com o governo. O atendimento em distritos policiais é retomado parcialmente em boa parte do estado. Apesar de as associações terem aceitado voltar ao trabalho, investigadores e escrivãos, entre outras carreiras mantêm a paralisação. A Secretaria da Segurança Pública do estado de São Paulo informa que não tem um balanço sobre o número de distritos policiais na capital e no interior que suspenderam a greve. A Adpesp declarou que poucas delegacias estão paradas, entre elas as unidades em Marília e Bauru. Já de acordo com João Rebouças, presidente do sindicato dos investigadores, 40% dos 93 distritos da capital estão parados. No interior, segundo ele, esse índice chega a aproximadamente 70%.

5° feira 09

A greve dos bancários se amplia, em seu segundo dia de paralisação, e atinge cerca de 3.570 agências em todo o país, conforme os sindicalistas. Para a Fenaban, 2.500 agências são parcialmente ou totalmente fechadas. Pelo menos 20 mil funcionários – de um total de 30 mil, de agências públicas e privadas – aderem ao movimento no Rio de Janeiro (região Sudeste). Na capital paulista e em Osasco, em São Paulo (região Sudeste), mais de 26 mil bancários entram em greve por tempo indeterminado. A “Folha de São Paulo” reporta que a greve envolve 35 mil dos 120 mil bancários. De acordo com o sindicato, 744 agências e 11 centros administrativos param e a greve atinge centrais de atendimento telefônico e, em alguns bancos, o setor de câmbio.

O reitor da UERJ, Ricardo Vieiralves, entra com uma queixa na 19ª Delegacia de Polícia (DP) contra os estudantes da instituição que ocuparam a reitoria até o dia 30 de setembro, no campus Maracanã, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste).. Segundo ele, desapareceram da unidade uma máquina fotográfica, um fax e dois laptops, um deles do

Tribunal de Contas do estado, que estava fazendo auditoria na universidade. De acordo com o reitor, também houve depredação do mobiliário, com danos estimados em R$ 50 mil. A coordenadora do DCE, Fabiane Simão, afirma que não havia laptops na reitoria e que estuda entrar com ação contra a UERJ por perseguição política.

Cerca de 100 pessoas, realizam uma manifestação no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O ato é contra a repressão do transporte ilegal de passageiros realizada por fiscais do Detro que intercepta veículos com documentação irregular. Motoristas do transporte alternativo furaram os pneus do reboque para impedir que veículos já apreendidos fossem levados pelos fiscais. O motorista de uma Kombi ateou fogo no próprio veículo ao ser parado por fiscais. A PM enviou reforços para conter os manifestantes.

Professores da Escola Estadual Pedro Xavier Teixeira, em Senador Canedo - Goiás (região Centro-oeste) organizam protesto, nos dias 08 e 09 de outubro, em repúdio ao governador Alcides Rodrigues do Partido Progressista (PP), em decorrência de corte dos salários dos profissionais da educação. No primeiro dia de protesto os professores recolheram alimentos, entregaram panfletos e denunciaram à população as medidas do estado. Neste dia 09 é realizada uma manifestação que conta com a presença de cerca de 200 professores e alunos. Os manifestantes se encaminham até o Fórum e entregam uma carta ao promotor pedindo que intervenha junto ao Ministério Público do estado de Goiás em defesa do recebimento do salário dos professores.

6° feira 10

Centenas de crianças de assentamentos e acampamentos do MST – os Sem Terrinhas, manifestam-se em Porto Alegre - Rio Grande do Sul (região Sul), para exigir melhores condições para a educação no campo. As crianças iniciaram uma marcha às 14h, partindo do Largo Glênio Pérez, em direção à Secretaria de Educação.Os Sem Terrinhas reivindicam mais escolas nos assentamentos, transporte escolar e mais educadores em sala de aula. Também querem que o governo do estado não acabe com as Escolas Itinerantes nos acampamentos. As crianças denunciam ainda que as escolas dos acampamentos enfrentam a falta de pagamento dos educadores, que estão sem receber desde janeiro e a falta de infra-estrutura.

Centenas de crianças de acampamentos e assentamentos do MST – Os Sem Terrinha - participam da Semana do Sem Terrinha, que teve início hoje e vai até o dia 15 de outubro, em várias regiões do Paraná (região Sul).Os Sem Terrinha lutam por Escolas, Terra e Dignidade. Pelo Direito à educação no campo, e a possibilidade de estudar em escolas nas comunidades onde vivem, com ensino voltado para a realidade das famílias camponesas.As crianças cobram dos governos municipal e estadual a construção, ampliação e reforma de escolas nos assentamentos e acampamentos. Os Sem Terrinhas participam de marchas para a entrega de reivindicações a órgãos públicos vinculados à educação, trocas de experiências e oficinas de música, teatro, desenho, pintura, dança, artesanato, etc. As atividades acontecem nos municípios da Lapa, Antonina,Cantagalo, Cascavel, Bituruna, Planaltina do Paraná, Ortigueira e Jardim Alegre.

Cerca de 300 crianças de acampamentos e assentamentos do MST – Os Sem Terrinha - do estado do Rio de Janeiro realizam durante o fim de semana, de 10 a 12 de outubro, seu XI Encontro no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (Iserj), no bairro da Tijuca – Rio de Janeiro (região Sudeste). O objetivo do encontro é o desenvolvimento de atividades pedagógicas, confraternização e mobilização por terra e melhores condições na educação no campo.Nos três dias do encontro as crianças participam de oficinas, passeios e atividades culturais e pedagógicas.“Este momento é muito importante para que nossos Sem Terrinhas possam se encontrar e se perceber como parte da luta de suas famílias. É importante que possamos trazer presente os elementos relacionados à terra e à agricultura, a cultura e a educação no campo e para o campo, pois nossas crianças pouco tem acesso a uma educação de qualidade que reflita a realidade do meio rural”, explicou Elizângela, educadora do setor de educação do MST no Rio, durante as atividades.

Mais de mil crianças de acampamentos e assentamentos do MST - Sem Terrinha - do estado de Alagoas (região Nordeste) participam de atividades de celebração do Dia das Crianças. As crianças participaram do Encontro Estadual dos Sem Terrinha, que aconteceu entre os dias 8 a 10 de outubro na capital, Maceió. Durante o encontro as crianças participaram de atividades recreativas e formativas, desde oficinas de pintura, de teatro, de confecção de brinquedos e jogos pedagógicos, musicas, brincadeiras de pula saco, pescaria, jogo da argola, até apresentações entorno da temática da educação e da necessidade e importância de produzir alimentos saudáveis, bem como preservar o meio ambiente.Neste último dia de encontro, as crianças saíram em marcha pelo Centro da cidade em direção ao Palácio do governo, com faixas, cartazes e gritos de ordem, onde foram recebidas por representantes do estado. Ao serem recebidos no Palácio, os Sem Terrinha entregaram uma pauta, construída por eles próprios, com 11 pontos: “O direito à Educação, seja em áreas de acampamentos ou assentamentos – priorizando a construção de escolas nos assentamentos, que adotem e respeitem as diretrizes da Educação do Campo; Ampliação e continuidade da Escola Itinerante - enquanto uma Política Pública de Estado;Garantia de merenda escolar em todas as escolas, nos diversos níveis; Incentivo para que hortas sejam feitas nas escolas, complementando a merenda escolar;Assegurar o transporte escolar - que não coloque em risco as crianças - em áreas onde ainda não existem escolas, evitando que andem quilômetros a pé;O fomento à formação de bibliotecas coletivas, que possibilitem o acesso à literatura e à cultura;Incentivo à cultura e à arte, através de projetos que viabilizem o acesso ao cinema, exemplo do Projeto Cinema na Terra, e as iniciativas que estimulem o resgate de tradições culturais, como o guerreiro, pastoril, bumba-meu-boi, e outros; Construção de Cirandas Infantis - as creches, para as crianças fora da idade escolar; Garantia de atendimento e assistência médica e social - através de equipes do PSF Rural, priorizando a prevenção, bem como nas unidades médicas municipais e estaduais sem que tenha discriminação da criança Sem Terra;A construção de áreas de lazer nos assentamentos - quadras, campos de futebol, espaços coletivos de diversão; Apoio à realização da Reforma Agrária, para que nossos pais possam continuar produzindo alimentos saudáveis para chegar à cidade e matar a fome do povo alagoano e brasileiro.” Segundo site do MST, ao entregar a pauta, Mayara, de 10 anos, que mora no Acampamento Mandacaru, com o microfone na mão, dirigiu-se ao representante do governo dizendo: “Nós, os Sem Terrinha aqui representando as crianças das 10 mil famílias acampadas e assentadas do MST no estado, queremos escolas nos nossos assentamentos e

acampamentos. Queremos merenda nas escolas. Queremos poder brincar. Não queremos que existam crianças no trabalho escravo. E queremos que nos pais possam ter terra para plantar alimentos saudáveis.Mayara finalizou perguntando às demais crianças: “e se o governo não atender a nossa pauta, a gente vai?” Elas atenderam ao chamado e responderam num coro só: “voltar! A gente vai voltar!”

Cerca de 50 bancários realizam manifestação em frente à agência do Banco do Brasil no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O objetivo é protestar contra uma festa que será realizada pela diretoria do Banco, no Teatro Municipal, no dia 12 de outubro, pelos 200 anos da instituição.Segundo os bancários, o evento, que terá a participação de Caetano Veloso e Bebel Gilberto, e será apenas para clientes especiais e grandes empresários, terá um alto custo enquanto o salário dos bancários não foi reajustado. A categoria está em greve em todo o país desde o dia 8 de outubro. Eles reivindicam reajuste de 13, 23%, um novo modelo de Participação nos Lucros e Resultados, auxílio-alimentação de R$ 415, fim das metas, que eles consideram abusivas.Os trabalhadores não aceitaram proposta da Fenaban de reajuste de 7,5%.

Dez bancários, com três faixas realizam protesto no Palácio do Itamaraty em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os trabalhadores aguardam a chegada do presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, que participa da solenidade de comemoração dos 200 anos de fundação do Banco do Brasil em um jantar comemorativo.As três faixas têm os seguintes dizeres: “Bancários em greve”, “BB 200 anos: também queremos participar dessa festa” e “BB 200 anos: só banana e abacaxi para os funcionários”. Sem serem incomodados por seguranças ou funcionários do Itamaraty, os bancários fizeram a manifestação pacificamente, na lateral do prédio, vez ou outra tocando uma buzina, para chamar a atenção de diretores do banco e convidados que chegam para a solenidade.

O Juizado da Infância e da Juventude de Recife – Pernambuco (região Nordeste) dá sentença favorável ao pedido de adoção de duas irmãs – de 5 e 7 anos – feito por um casal homossexual masculino que vive em Natal, no Rio Grande do Norte, cujos nomes não são divulgados. De acordo com o juiz Élio Braz Mendes, que deu o parecer no julgamento, a sentença é inédita no país. Em casos anteriores, apenas um dos parceiros homossexuais movia a ação, e não ambos, como ocorre em Recife. O juiz ainda esclarece que não há lei no país que proíba a adoção por pessoas do mesmo sexo, mas sim “uma lacuna, e a lacuna não impede o exercício do direito”. O Ministério Público de Pernambuco não irá recorrer.

Cerca de 1.500 Policiais Civis participam de manifestação por aumento salarial na Avenida Paulista, na região central de São Paulo – SP (região Sudeste), escoltada por motos e unidades táticas da própria Polícia Civil, e não pela PM, por determinação da Delegacia Geral de Polícia, subordinada à Secretaria da Segurança Pública, a fim de evitar um confronto entre os dois órgãos. O deputado estadual Roberto Felício do Partido dos Trabalhadores (PT) sobe no carro de som e declara apoio da bancada do PT à greve. O presidente da Força Sindical, o deputado federal Paulo Pereira da Silva do Partido Democrático Trabalhista (PDT), também declarou apoio ao movimento. O ato ocorre um dia após o fracasso nas negociações com o governo, depois de trégua de 48 horas na greve, em que o atendimento foi retomado normalmente na maior parte das delegacias. O governo não aceitou a proposta da categoria de aumento linear de 15% - alegando que não pode

conceder um aumento superior a 6,3% devido a restrições orçamentárias e à crise financeira internacional –, mas concordou com a aposentadoria especial aos 30 anos de serviço e a extinção da 4ª e da 5ª classes das carreiras da Polícia Civil, entre outros pontos. A Adpesp reivindica que o governo volte a negociar o reajuste salarial com os policiais civis e que a negociação do dissídio ocorra no Tribunal Regional do Trabalho (TRT). A categoria está em greve desde o dia 16 de setembro por melhores salários e condições de trabalho.

Cerca de 300 motoristas de vans e Kombis que fazem o transporte alternativo, realizam carreata no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O protesto é contra o Detro e as fiscalizações rigorosas, que aplicam multas de até R$1.800 valor que pode dobrar em caso de reincidência. Eles acusam também o órgão de não ter interesse em regularizar o transporte alternativo. Os manifestantes foram reprimidos com violência pela PM. Policiais militares, que acompanhavam o ato, lançaram gás de pimenta contra os manifestantes, que ameaçavam fechar o trânsito na Rua Uranos, em Ramos. Houve tumulto, mas ninguém ficou ferido. O Detro informou que está regulamentando o transporte complementar em todo o estado. De acordo com o presidente da cooperativa Coopergrotão, Wilson Barbosa, os motoristas de Kombi circulam dentro de comunidades carentes da região da Leopoldina, onde não passam ônibus. Ele pede o fim da fiscalização feita pelo Detro e alega que as cooperativas são legalizadas. No entanto, as kombis não têm licença para circular, sendo multadas quando flagradas em R$ 1,8 mil e correndo o risco de serem apreendidas em uma blitz. Barbosa ainda reclama que os cooperativados são abordados por fiscais armados e defende que o órgão abra uma licitação para regular o transporte alternativo, solução também defendida pelo secretário estadual de Transportes, Arolde de Oliveira. De acordo com o presidente do Detro, Rogério Onofre, não há chances da fiscalização contra o transporte irregular ou clandestino ser flexibilizada no estado. Segundo a Secretaria Municipal de Transporte (SMTR), há atualmente 5.850 vans e kombis regulamentadas no Município do Rio de Janeiro.

Cerca de 300 pessoas participam de ato contra o candidato a prefeito Fernando Gabeira (PV) – que criticou a vereadora Lucinha (PSDB) por ter uma "visão suburbana" - em Campo Grande, no Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste). Os manifestantes distribuíram panfletos contra o candidato, criticando as declarações do mesmo sobre o lixão de Paciência e o subúrbio. O protesto inclui manifestantes que admitem ter sido convocados por integrantes da campanha do adversário Eduardo Paes (PMDB), segundo o jornal O Globo. No entanto, a maioria dos participantes nega interferência política no ato, embora camisetas, apitos e milhares de panfletos sejam distribuídos por representantes de diversas associações de moradores da Zona Oeste do Rio de Janeiro, entre elas a do Jardim Nova Ucrânia e a de Costa Nunes.

Mais de 100 pescadores da Associação dos Pescadores da Barra do Riacho e Barra do Sahy (ASPEBR), bloqueiam o acesso por terra ao porto privado da Aracruz Celulose S.A. (ARCEL) – Portocel no Espírito Santo (região Sudeste) –, impedindo a entrada da celulose destinada à exportação. Os pescadores apresentaram uma lista de reivindicações à ARCEL e à Prefeitura de Aracruz. A principal reivindicação é a abertura imediata das quatro comportas construídas pela ARCEL no Rio Riacho para aumentar o seu volume d´água, pois o seu fechamento vêm diminuindo a quantidade de água, causando o assoreamento do rio e o fechamento da boca da barra.O fechamento da boca da barra impede a saída e a

volta dos barcos dos pescadores. Os pescadores denunciam que enquanto são impedidos de trabalhar, os navios carregados com celulose para produzir papéis descartáveis na Europa, Estados Unidos e Ásia não param de sair do Portocel. Segundo site do MST, o problema do fechamento da saída do Rio Riacho para o mar é causada pela ARCEL, que desviou, além do Rio Riacho, mais quatro rios na região para garantir água suficiente para o reservatório da fábrica.. Os pescadores conseguiram a presença do prefeito da cidade, Ademar Devens (PMDB), que apareceu e, ao ver a situação resolveu levar as reivindicações dos pescadores à direção da empresa. Esta, por sua vez, veio informar, aos pescadores que a empresa está disposta a abrir as quatro comportas no Rio Riacho sempre que a maré baixar, supondo que isso facilite o processo de abertura da boca da barra. Conforme site do MST, a empresa pediu ainda a 'compreensão' dos pescadores das dificuldades que vem enfrentando: primeiro, a falta de água na fábrica em função de uma seca prolongada na região; segundo, a 'situação financeira difícil' da empresa em função da alta do dólar – é de conhecimento público que a ARCEL realizou operações financeiras cambiais de caráter especulativo que resultaram num prejuízo bilionário.Com a promessa da abertura das comportas, os pescadores resolveram encerrar o protesto.

Sábado 11

Cerca de 120 índios da etnia Enawenê Nawê incendeiam o canteiro de obras da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Telegráfica, na cidade de Sapezal – Mato Grosso (região Centro-oeste). São destruídos pelo menos 12 caminhões, maquinários, além dos alojamentos e do escritório avançado da Juruena Participações Ltda. – consórcio de empresas que constrói a usina. A Telegráfica integra um complexo de 10 usinas que será implantado ao longo de 110 quilômetros do rio Juruena, no Mato Grosso. A Juruena Participações responderá por outras 4 obras do conjunto (Rondon, Parecis, Sapezal e Cidezal), enquanto o restante ficará a cargo da Maggi Energia, empresa do grupo empresarial do governador Blairo Maggi do Partido da República (PR), conhecido como o "Barão da Soja" e o "rei" do desmatamento na Amazônia. A revolta dos índios é contra os impactos ambientais que as obras vão causar na região, como a destruição dos rios. O peixe é a única fonte de proteína da etnia, que não come outro tipo de carne e vive basicamente da coleta de frutos, mel e pesca. Eles vivem em estado semi-isolado. Os índios afirmam que vão continuar lutando contra a construção das hidrelétricas.

Domingo 12

A 13ª Parada do Orgulho LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) é realizada na orla de Copacabana no Rio de Janeiro (região Sudeste). Cerca de 20 trios elétricos e uma multidão, segundo os organizadores, de 1,5 milhão de pessoas participaram da Parada, segundo a PM, 500 mil. A Parada teve como tema principal o combate à homofobia e a defesa do projeto de lei complementar (PLC) 122/2006, que criminaliza a homofobia. Aprovado na Câmara dos Deputados em 2006, o PLC tramita atualmente no Senado Federal. O governador do estado, Sérgio Cabral (PMDB) e os ministros do Meio Ambiente, Carlos Minc (PT), e da Igualdade Racial, Edson Santos (PT), prestigiaram a manifestação e subiram no trio elétrico da organização. O presidente da Associação Brasileira de Gays,

Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Toni Reis, ressaltou os avanços do setor nos últimos anos.“Uma grande conquista foi o programa Brasil sem Homofobia, que envolve dez ministérios no governo federal, e outra foi a realização da Conferência Nacional LGBTT [Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais], uma vitória das 146 paradas no país inteiro e do trabalho das mais de 300 organizações não-governamentais (ONGs)”, destacou Reis.O organizador da parada, Cláudio Nascimento, disse que a manifestação é uma forma de chamar a atenção dos parlamentares para as demandas dos homossexuais em todo o país.Para a presidente do Grupo Arco-Íris, Gilza Rodrigues Silva, o momento é de unir forças para aprovar a lei de defesa dos homossexuais no Congresso. “Este ano o objetivo principal é garantir a aprovação do Projeto de Lei 122, que está no Senado, enfrentando barreira dos conservadores. Os avanços ainda são tímidos, precisamos de uma lei maior que garanta nossos direitos”, afirmou Gilza.

2° feira 13

Pelo menos cinco sindicatos de bancários decidem pela continuidade da greve iniciada no dia 8 de outubro segundo informações da Contraf. De acordo com a entidade, que está centralizando os dados do movimento, optaram por permanecer em greve os bancários de Belo Horizonte, Curitiba, São Paulo, de Porto Alegre e do Distrito Federal. O Sindicato dos Bancários de Curitiba – Paraná (região Sul) informa que 207 das 329 agências bancárias não abriram as portas pela manhã, e que 14 mil bancários aderiram à greve nacional. Em todo o estado o sindicato estima que 405 das 1.257 agências estejam fechadas, envolvendo a paralisação de 17 mil bancários. De acordo com o acompanhamento do sindicato, o movimento tem crescido significativamente desde o primeiro dia de greve, 8 de outubro. Na capital, o movimento começou com a adesão de 91 agências, subindo para 160 agências no dia 9 e encerrando a semana com 168 agências fechadas, além de 13 centros administrativos dos bancos. As maiores adesões estão ocorrendo nos bancos privados. No dia 10 de outubro, a greve contava com a adesão de 62 agências e hoje são 112. Em São Paulo, Osasco e região – SP (região Sudeste) os trabalhadores também decidiram manter a paralisação devido a falta de negociação com a Fenaban. A categoria completa seis dias de paralisação nos centros administrativos do Unibanco, da Praça Patriarca e Boa Vista, no centro de São Paulo, no HSBC, da Vila Leopoldina, Zona Oeste da capital e nos prédios administrativos do Banco do Brasil, na rua Verbo Divino e do Complexo São João. Nas agências, a greve começa no centro da capital paulista e se estende durante o dia para as demais regiões.A categoria reivindica aumento real de 5%, além de reposição 7,15% relativos à inflação, valorização do auxílio-creche de R$ 415, vale-refeição de R$ 17,50 por dia, além de participação nos lucros e resultados da empresa composta de três salários mais um valor fixo de R$ 3.500. Os bancários rejeitaram proposta dos banqueiros, apresentada no dia 24 de setembro, que previa reajuste de 7,5% e resultado nos lucros menor do que o do ano de 2007. No Rio Grande do Sul, a greve deve se estender, a partir do dia 14 de outubro quando, trabalhadores das agências do Banrisul vão aderir ao movimento.

A Associação Paulista de Defensores Públicos inicia greve de cinco dias em São Paulo – SP (região Sudeste). A principal exigência dos defensores é o aumento do número de cargos, já que, segundo a categoria, com os seus 400 defensores, apenas 7% dos municípios paulistas têm defensoria jurídica gratuita. A maior parte dos atendimentos no interior é feita

por meio de convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que, conforme o governo, oferece os serviços de 47 mil profissionais. Além de se queixar deste convênio, os grevistas reivindicam equiparação salarial com promotores e juízes – com salário inicial de cerca de R$ 18 mil. Com a paralisação a intenção dos defensores é pressionar o Executivo a encaminhar à Assembléia Legislativa de São Paulo projeto de lei reivindicando a provação de aumento no número de funcionários de forma escalonada. Ou seja, a cada ano seriam contratados 100 profissionais, de modo a dobrar o atual quadro de 400 para 800 advogados, até 2012. Outra queixa dos defensores é a falta infra-estrutura adequada ao desenvolvimento do trabalho e o quadro atual é insuficiente para atender à demanda que atinge 850 mil pessoas por ano. O secretário de Justiça de São Paulo, Luiz Antonio Marrey, declara que a greve só reforça a necessidade do estado manter o convênio com a OAB para atendimento da população carente e tirar da pauta do governo a ampliação da Defensoria Pública. Marrey ainda afirma que os defensores ganham, em sua maioria, entre R$ 7.350 e R$ 13.928 e declara que "pode soar como um deboche" a categoria dizer que recebe um salário "aviltante". Para a presidente da associação dos defensores, Juliana Garcia Belloque, todas as reivindicações de servidores estaduais tratadas pelo governo como movimento político e isso é uma estratégia para fugir do debate. Ela ainda diz que a greve só acontece porque o estado foi omisso quando a OAB suspendeu o atendimento da população pelo convênio, em julho de 2008.

A construtora Norberto Odebrecht divulga relatório em que lamenta o decreto divulgado pelo governo do Equador, que pôs fim aos contratos da empresa no país e revogou os vistos de quatro funcionários da empresa. A construtora brasileira também negou que os contratos tenham as irregularidades apontadas pelo governo de Rafael Correa, que justificaram a expulsão dos funcionários e a revogação dos contratos."Todos [os contratos] foram assinados [dois deles] ou revisados [outros dois] durante o atual governo. Além disso, na época de suas respectivas assinaturas, todos foram submetidos aos organismos de controle do Estado, obtendo suas respectivas aprovações", diz o comunicado da Odebrecht.A empresa brasileira tinha em andamento no Equador os contratos das hidrelétricas de Toachi-Pilatón e Baba, o projeto de irrigação Carrizal-Chone e o aeroporto regional de Tena. No que diz respeito à Hidrelétrica de São Francisco, a empresa afirma que os problemas encontrados em inspeção de rotina já foram solucionados desde o dia 2 de outubro.

Os educadores de Reforma Agrária de nove acampamentos do Rio Grande do Sul (região Sul) iniciaram á tarde, na Secretaria de Educação (SEC) uma greve de fome por melhores condições de trabalho nas escolas itinerantes. No início da noite os educadores são retirados da SEC. Os professores estão há nove meses sem receber salários.Segundo site do MST, as Escolas Itinerantes foram criadas no Rio Grande do Sul há doze anos e são reconhecidas pelo Conselho Estadual de Educação e seu funcionamento é de responsabilidade do governo do estado, como qualquer escola pública. Além da falta de pagamento dos educadores, as Escolas Itinerantes convivem com a falta de material didático e merenda escolar. Para o MST, a situação destas escolas é resultado da política educacional do governo estadual. Conforme o site do Movimento, em um ano, a SEC fechou ou transferiu às prefeituras 122 instituições — a maioria localizada em áreas rurais. O processo de "enturmação" usou 47,9 mil turmas para agrupar 1,3 milhão de alunos. Além de fechar núcleos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), bibliotecas e laboratórios nas escolas e de

se recusar a adotar o piso nacional do magistério. Além disso, a governadora Yeda Crusius (PSDB) se recusa a implementar o piso nacional do Magistério e em cumprir a Constituição Federal que exige 35% das verbas para educação, orçando apenas 26% para 2009. No início da noite, os 27 educadores foram despejado pelo Batalhão de Operações Especiais da Brigada Militar acionada pela governadora e a Secretaria de Educação.Pouco antes do despejo, os educadores foram recebidos em audiência pela secretária de educação, que comprometeu-se com parte do pagamento dos salários nove meses atrasados e com uma nova audiência em vinte dias. Os educadores deixaram o prédio, mas prosseguem com o jejum.

A direção do Banco do Brasil demite Wiliam Ferreira, funcionário público desde 2006 e militante da oposição bancária de São Paulo (região Sudeste). Sem uma única falta durante todo o período de trabalho, sem nunca ter sofrido qualquer advertência administrativa, Wiliam é sumariamente demitido, em pleno período da greve nacional bancária, da qual Wiliam Ferreira é um dos destacados apoiadores no interior do banco. O ex-funcionário é acusado de "não ter espírito de cooperação" por se negar a um posicionamento a favor da direção do banco. William participou ativamente de todas as últimas greves ocorridas fazendo inclusive piquetes em várias agências do Banco do Brasil, e participou do esforço pela fundação do Movimento Nacional de Oposição Bancária (MNOB) nas greves de 2003 e 2004.

3° feira 14

A greve dos bancários em Manaus – Amazonas (região Norte) completa uma semana e, de acordo com o Sindicato dos Bancários do Amazonas, vai continuar por tempo indeterminado. Bancários de 40, das 86 agências da cidade estão de braços cruzados: 100% das agências da Caixa Econômica Federal e do Banco da Amazônia (Basa), 80% das unidades do Banco do Brasil e de nove agências de bancos privados.O diretor social do sindicato, Joaquim Costa Neto, informou que no interior do estado apenas os bancários do município de Itacoatiara aderiram ao movimento. A expectativa é de que a partir de hoje a paralisação ganhe mais força. De acordo com o Sindicato dos Bancários do Amazonas, os bancos permanecerão fechados até que haja alguma contra-proposta dos banqueiros, que até agora só acenaram com reajuste de 7,5%. A principal reivindicação dos bancários é o reajuste de 16% que, segundo eles, representaria a reposição das perdas salariais entre 2005 e 2008. No Amazonas, os bancários também reivindicam a ampliação da Bolsa Alimentação e do Vale Transporte; maior Participação nos Lucros e Resultados (PLR); a manutenção da faixa etária dos beneficiados do auxílio-creche e a liberação de bolsas de estudo parciais para os trabalhadores. Bancários do Pará e do Amapá (região Norte) também paralisaram as atividades. Segundo estimativa do sindicato da categoria nos dois estados, a paralisação atinge bancos públicos e privados, e conta com adesão de 70% da categoria, no total de 7,5 mil trabalhadores.

Mais de 400 crianças de acampamentos e assentamentos - os Sem Terrinha dos de Santa Catarina (região Sul) se encontram na capital, Florianópolis para a realização do IV Encontro Estadual dos Sem Terrinha, que acontece entre os dias 14 e 16 de outubro, na Escola Sul da Central Única dos Trabalhadores (CUT). A primeira mobilização do encontro

ocorreu na Secretaria Estadual de Educação onde foi apresentada uma pauta de reivindicações. Os principais pontos da pauta entregue são; a aprovação das Escolas Itinerantes, a criação da Escola 9 de Novembro, em Água Doce e a aprovação do Ensino Médio Integrado nas Escolas Paulo Freire, em Abelardo Luz, e na Escola 25 de Maio, em Fraiburgo, além do Ensino Médio na escola Florestan Fernandes, em Passos Maia. Segundo site do MST, o IV Encontro Estadual dos Sem Terrinha conta com oficinas, apresentações culturais e será encerrado com um passeio em uma praia de Florianópolis.O encontro também promove jornadas de estudos, em que as crianças debaterão sobre as diversas realidades dos jovens do campo e as lutas comuns a todos. A idéia é incentivar também a mobilização em torno dos conceitos de alimento saudável e de soberania alimentar, promovendo a "troca" da produção do campo com a da cidade, nas comunidades da periferia de Florianópolis.

Cerca de 500 trabalhadores rurais do MST realizam, uma manifestação na Usina Estreliana em Pernambuco (região Nordeste), para reivindicar a desapropriação imediata do Engenho Pereira Grande e o assentamento das 150 famílias que aguardam há mais de cinco anos a resolução dos conflitos que se arrastam desde a falência da usina, em 1998. Apesar da liminar de interdito proibitório deferida no dia 13 de outubro pelo juiz de Ribeirão, Antonio Carlos dos Santos, a pedido dos advogados da Usina os trabalhadores rurais decidiram realizar a manifestação. Os trabalhadores foram cercados pela polícia, dentro da Usina Estreliana e, segundo site do MST já existe mandado de prisão para três dirigentes do MST: Jaime Amorim, Ivaldo Martins e José Batista. Segundo site do MST, a situação não é novidade já que em 31 de janeiro de 2006 o Juiz Substituto de Gameleira, Dr. Antonio Carlos dos Santos, decretou a prisão preventiva de 5 militantes do MST, por terem participado de uma manifestação, quando cerca de 3 mil trabalhadores marcharam em direção à Usina Estreliana, pedindo providências para efetivação da desapropriação da área. O engenho Pereira Grande foi vistoriado e considerado improdutivo pelo Incra em 2002. A área foi declarada de interesse social para fins de Reforma Agrária por meio do Decreto Presidencial de 07 de novembro de 2003. Desde então teve inicio uma batalha jurídica entre Incra e Usina Estreliana, que vem se utilizando recursos para evitar a desapropriação e o assentamento definitivo das famílias no imóvel. Segundo matéria do jornal "O Globo". Os manifestantes, que exigem desapropriação e assentamento de 150 famílias, ocupam a área um dia após o juiz Antônio Carlos Costa determinar que eles fiquem a um quilômetro de distância dos engenhos, sob pena de prisão e multa diária de R$ 10 mil.

A transnacional suíça Syngenta Seeds cede área de 127 hectares para o governo do estado do Paraná (região Sul). A área era utilizada para experimentos ilegais de transgênicos e foi ocupada três vezes pela Via Campesina para denunciar as irregularidades. Em outubro do de 2007, uma milícia particular da empresa assassinou o agricultor Valmir Motta durante uma ocupação. A Via Campesina e o governo do estado pretendem transformar a área em um centro de referência em agroecologia e sementes crioulas. Segundo o governador, Roberto Requião (PMDB), o local será administrado pelo Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR), que vai se dedicar a produzir e multiplicar sementes crioulas que serão distribuídas aos pequenos agricultores do Paraná e enviadas aos países pobres que foram devastados pelos recentes furacões.A Via Campesina espera ser parceira do projeto com o governo estadual, que irá transformar o local em um Centro de Referência de Sementes

Crioulas. Desde a primeira ocupação da área, em março de 2006, a entidade defende essa proposta.

Trabalhadores técnico-administrativos, docentes e estudantes da Universidade UERJ fazem um novo protesto em frente à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) . O objetivo do ato "UERJ sem verbas" é pressionar os deputados a apresentarem emendas ao orçamento, que recomponham o corte já efetuado pelo governo para 2009. O orçamento da UERJ aprovado pelo Conselho Universitário foi de R$ 1,2 bilhões. Porém, o governo cortou mais da metade do orçamento deixando-o em R$ 591 milhões. No ato, o Sindicato montou um varal com diversas fotos para denunciar à população o estado de sucateamento e as péssimas condições de trabalho de vários setores do HUPE/UERJ. Além disso, o Sindicato distribui uma carta à população e um kit com cartilha para prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST). O ato é organizado em conjunto com a ASDUERJ e DCE.

Cerca de 200 pessoas ocupam a superintendência do Incra, em Natal – Rio Grande do Norte (região Nordeste). A ação integra a Jornada de lutas por Soberania Alimentar comemorada em torno do Dia Internacional da Luta pela Soberania Alimentar.

Movimentos sociais, sindicatos, estudantes e outras organizações populares realizam no centro de São Paulo (região Sudeste), um ato contra a concentração dos meios de comunicação e a falta de diálogo dos empresários da mídia com a população. A ação faz parte da 6ª Semana Nacional pela Democratização da Comunicação, que acontece em diversas regiões do país. Segundo um membro da coordenação-executiva do Coletivo de Comunicação Intervozes, as atividades na rua são fundamentais para o objetivo principal da Semana, que é levar o debate sobre a democratização da comunicação junto ao povo. Durante o ato, os manifestantes recolheram assinaturas de quem passava pelo cruzamento das avenidas São Bento e São João, na capital paulista, em favor da convocação da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, um dos pilares dessa 6ª edição da Semana. O texto pede que o Executivo federal forme um Grupo de Trabalho entre governo, empresários e sociedade civil para preparar a conferência, que tem o apoio Legislativo. As discussões da Semana envolvem, ainda, a outorga e a renovação das concessões de rádio e televisão e a criminalização e invisibilidade dos movimentos sociais imposta pela mídia corporativa. Na avaliação do membro da executiva nacional da CUT, Antonio Carlos Spis, a conquista de novas formas de comunicação deve ser uma das prioridades das organizações populares.

4° feira 15

A Organização Não Governamental (ONG) Aliança de Controle ao Tabagismo realiza protesto na praia de São Conrado no Rio de Janeiro – Rj (região Sudeste). Para chamar atenção sobre os malefícios do fumo, foi montado um cenário que simulava um cemitério, com 200 cruzes simbolizando as 200 mil mortes que ocorrem a cada ano no Brasil em função do tabagismo. Durante toda a manhã, voluntários, alguns fantasiados de caveiras, distribuíram panfletos a quem passava pelo local, alertando para os efeitos nocivos do fumo.De acordo com a diretora de comunicação da ONG, Ana Monteiro, a manifestação foi organizada porque esta semana acontece em um hotel de São Conrado uma reunião de

fabricantes de tabaco na América Latina. De acordo com uma pesquisa da Fundação Osvaldo Cruz, divulgada no início de 2008, o Sistema Único de Saúde (SUS) gastou, somente em um ano, mais de R$ 330 milhões no tratamento de pacientes com 35 anos ou mais, com doenças atribuídas ao tabagismo.

Três trabalhadores sem-terra são assassinados em uma emboscada preparada por pistoleiros no município de Monte Santo – Bahia (região Nordeste). Suspeita-se que o crime teria sido encomendado por grileiros de terras da região próxima à fazenda Capivara. No momento do assassinato, os trabalhadores caminhavam até o Assentamento Santa Luzia da Bela Vista, onde acontecia uma reunião com servidores do Incra para cadastrar as famílias para a construção de cisternas. O clima é de tensão na região e os trabalhadores temem novos ataques. Desde 2007 foram mortos seis camponeses em decorrência de conflitos fundiários envolvendo grileiros e posseiros.

Manifestantes se reúnem em frente ao Ibama, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). O objetivo é protestar contra o projeto da Usina Pai-querê. O empreendimento, no Rio Pelotas, prevê derrubada de três milhões de árvores. As entidades denunciam a falta de licenciamento ambiental para a obra. A mobilização é organizada pelo Instituto Biofilia, Via Campesina, Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA), Casa Tierra, Núcleos Amigos da Terra, DCE da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS), Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul (SEMAPI) e Mogdema.

5° feira 16

Professores de pelo menos nove estados do país mobilizam-se mais uma vez, para defender a implementação da lei do piso nacional do magistério. O piso de R$ 950 para a categoria e foi sancionada há três meses pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva. Alguns estados e municípios alegam que não terão dinheiro suficiente para arcar com a nova despesa. O piso entra em vigor em 1º de janeiro de 2009.Além da campanha pelo piso, os sindicatos da categoria estão mobilizando os professores para o projeto de lei, que vai estabelecer diretrizes nacionais para a carreia do magistério. O projeto está na Câmara dos Deputados e também é discutido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que já realizou audiências públicas sobre o tema, com entidades que representam os profissionais da educação.

Policiais civis em greve há 30 dias, fazem manifestação no bairro Morumbi, na zona sul de São Paulo (região Sudeste) e entram em confronto com PMs perto do Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista. O confronto acontece quando os policiais civis em greve – centenas para a “Folha de São Paulo” e aproximadamente 2 mil para “O Globo” –, que exigiam ser recebidos pelo governo, tentam romper uma barreira para seguir em direção ao palácio e são contidos pela PM, que disparam balas de borracha e usam bombas de gás contra os manifestantes, deixando pelo menos 23 pessoas ficam feridas. Segundo o CMI, o saldo da repressão da PM é de 26 feridos, incluindo 2 trabalhadores de um hospital e 1 cinegrafista de uma emissora de TV. Segundo João Batista Rebouças, um dos policiais civis que estava na manifestação, cerca de 3 mil policiais caminhavam pacificamente pelo

Morumbi quando foram surpreendidos pela PM."Jogaram polícia contra polícia, isso é um absurdo", afirma. De acordo com Rebouças, seis policiais civis estão feridos e um do Grupo Armado de Repressão a Roubos e Assaltos (Garra) perdeu um dedo. "Atiraram, jogaram bombas de gás lacrimogêneo, pimenta. Não estamos armados e [estamos] sendo tratados com insensatez". O governador José Serra (PSDB) afirma que o movimento tem conotações eleitorais e acusa o PT, a CUT e a Força Sindical – dirigida pelo deputado Paulo Pereira da Silva (PDT) – de terem comandado o protesto, incitando os manifestantes. Segundo o jornal Folha de São Paulo, os policiais civis são apoiados pelos deputados estaduais Major Olímpio (PV), Carlos Giannazi do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Roberto Felício (PT), além de Paulinho. Representantes da CUT, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) e do Sindicato dos Comerciários também compareceram ao protesto. Parte dos 260 policias civis – cerca de 170 policiais do Grupo Armado de Repressão a Roubos e Assaltos (Garra) e 90 do Grupo de Operações Especiais (GOE) – destacados para acompanhar e conter a idas dos colegas grevistas até o Palácio dos Bandeirantes, mudou de lado e aumentou o contingente de manifestantes que enfrentavam a PM, segundo reportagem da “Folha de São Paulo”. Alguns dos policiais em serviço respondem com acenos às saudações dos grevistas que chegam de ônibus para o ato; outros, ouvidos reservadamente pela reportagem, se mostram divididos em relação à função que desempenham ali.

Os bancários do Rio Grande do Sul (região Sul), há quase 1 mês em greve, fazem piquete em frente a Agência Central do Banrisul para pressionar a direção do banco a atender a suas reivindicações. O protesto de bancários em greve na Agência Central do Banrisul é reprimido com violência. Um PM, sem a presença de um Oficial de Justiça, conforme obrigaria a lei, tenta abrir as portas lacradas pela greve. Cerca de cinqüenta policiais da Tropa de Choque, de acordo com informações da Agência Chasque de Notícias, chegam ao local do protesto, já agredindo os manifestantes. Ao menos 5 viaturas com policiais da Patrulha Tática Especial, com bombas de gás lacrimogêneo, escopetas, escudos e cacetes tomam a entrada do Banrisul, sob comando do comandante geral da BM, Paulo Roberto Mendes Rodrigues. 10 grevistas ficam feridos. Desde a época da ditadura, não vemos um tratamento assim, declara o sindicalista José Ledur, que classifica o Coronel Paulo Mendes como fascista. Quatro trabalhadores ficam feridos na ação da Brigada. De acordo com o coronel, a Brigada atuou apenas no sentido de restaurar a ordem, já que os bancários tinham lacrado as portas da agência do Banrisul com cartazes, impedindo que ela abrisse e atendesse a população.Sobre as críticas com relação a uma ação violenta, Mendes afirmou que “a Brigada não age com truculência, a truculência é de quem age contra a lei, bloquear um estabelecimento bancário não está previsto na lei, então eles é que são os truculentos, a Brigada age no limite da lei”.Com relação à afirmação de que ele seria fascista, o comandante preferiu não comentar e disse que os policiais não batem em ninguém, apenas agem para restaurar a ordem, com emprego moderado da força, quando necessário. Mendes acrescentou ainda que as afirmações de que o governo de Yeda Crusius (PSDB) e a Brigada Militar agem para criminalizar os movimentos sociais são “choradeira” de quem age contra a lei, “na baderna”. “De acordo com ele, a maioria da população gaúcha apóia as ações dos policiais. Os funcionários do Banrisul estão em greve desde o início de outubro, acompanhando a greve nacional dos bancários. Além da pauta conjunta, por melhores salários e condições de atendimento à população, os gaúchos também reivindicam mais segurança nas agências. Para isso, os grevistas pedem que a diretoria do Banrisul estabeleça

diálogo com a categoria. Segundo site da Agência Brasil, pelo menos 23 pessoas ficaram feridas durante o confronto. As ruas que cercam o Palácio dos Bandeirantes são consideradas área de segurança e manifestações são proibidas nesses locais. A Fenaban) apresentou nova proposta de aumento para os bancários – um reajuste de 9% para quem recebe até R$ 1.500, 9% sobre gratificação de caixa, e 9% sobre a parcela fixa e o teto da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), mantendo, no entanto, o índice de 7,5% para os que ganham acima de R$ 1.500. O acordo é rejeitado pelos bancários.

Alunos de escolas públicas de Niterói tentam atravessar a Baía de Guanabara de barca para ir a uma passeata no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) e lutar por mudanças no passe-livre estudantil, mas são impedidos pela concessionária Barcas S/A. Cerca de 100 alunos dos colégios Henrique Lage, Pedro II (unidade Niterói) e Raul Vidal não podem fazer o trajeto Niterói-Praça XV usando as barcas porque, segundo a concessionária, eles não estariam no trajeto casa-escola-casa, no qual a gratuidade estaria garantida por lei. Os alunos afirmam já terem utilizado a gratuidade para ir a outras manifestações. De acordo com a concessionária Barcas S/A, os alunos são impedidos de embarcar porque a direção da empresa não recebeu nenhum tipo de comunicado da unidade escolar pedindo o transporte dos alunos. Com apitos, faixas e músicas, os alunos ficaram cerca de 30 minutos em frente à Estação Araribóia negociando a sua entrada na embarcação. Sem acordo por parte da concessionária, os alunos, em votação unânime, decidem pegar um ônibus, onde o Rio Card é aceito, independentemente do trajeto feito pelo estudante, e seguem para a manifestação.

A terceira turma do Tribunal da Justiça Federal (TJF) - 4ª Região - acata o voto do relator, desembargador Luiz Carlos de Castro Lugon, e fulmina os interditos proibitórios que cerceavam lideranças políticas e entidades do movimento social de se manifestarem contra a tarifa abusiva do pedágio no Paraná (região Sul). As ações de interditos proibitórios – acatadas em primeira instância – foram movidas pelas concessionárias que exploram as rodovias federais paranaenses. “É uma vitória dos caminhoneiros, trabalhadores, estudantes, profissionais, agricultores que todo dia deixam um pedaço da sua luta, do seu sacrifício pela sobrevivência, nas cabines das concessionárias de pedágio”, afirma o deputado Luiz Claudio Romanelli, líder do governo na Assembléia Legislativa, um dos atendidos pela decisão do TJF. Estavam proibidos de participar de manifestações contra o aumento do pedágio e ainda sujeitos a multa de R$ 6 mil por hora os deputados Luiz Cláudio Romanelli, Antônio Anibelli; o ex-deputado Acir Mezadri; o presidente do PMDB de Curitiba, Doático Santos; o presidente do Partido Trabalhista Cristão (PTC) de Curitiba, Fabio Aguayo; o Sindicato de Hotéis, Bares e Similares do Litoral Paranaense e a Frente Ampla pelos Avanços Sociais, entre outras lideranças e entidades. R$ 6,5 bilhões já foram arrecadados com a tarifa. O TJF reforma a decisão de primeira instância porque entende que, apesar de pedagiadas e exploradas, as rodovias não deixam de ser bem público da União.

O Acampamento Sardinha, organizado na Fazenda Vaca Branca, conhecida também por Fazenda Santa Maria, no Município de Redenção, no sul do Pará (região Norte) é atacado por cerca de oito pistoleiros. Segundo site do MST, eles estavam encapuzados e armados, com pistolas, revólveres e espingardas, dispararam vários tiros, humilharam, ameaçaram as pessoas de morte, incendiaram os barracos com os pertences e alimentos dos sem-terra, e

expulsaram as 27 famílias. Elas se refugiaram na cidade de Redenção, na casa de familiares e amigos. Segundo o site, o crime foi comunicado à Delegacia de Conflitos Agrários (DECA), que limitou-se a registrá-lo como ameaça.Para o Movimento o crime foi praticado por encomenda da fazendeira Maria de Fátima Gomes Ferreira Marques, que já obteve na justiça uma decisão liminar de manutenção de posse, desde o dia 17 de setembro de 2007. O Movimento ressalta ainda que os trabalhadores rurais já vinham sofrendo ameaças desde o início de setembro de 2008 e já haviam comunicado o fato à DECA. O acampamento é formado por aproximadamente 70 famílias, que há mais de um ano ocupam a área para pressionar o Incra a realizar vistoria do imóvel a fim de verificar o cumprimento de sua função social.

Cerca de 8 mil manifestantes, segundo os organizadores, ou 3 mil, de acordo com a Brigada Militar, participam da 13ª edição da "Marcha dos Sem" e da Jornada de Lutas por Soberania Alimentar. Os manifestantes marcharam do Parque da Redenção até a Praça da Matriz, em frente ao Palácio Piratini, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul), onde pedem a adoção do piso nacional dos professores e protestam contra a criminalização dos movimentos sociais. A governadora do estado, Yeda Crusius, (PSDB), toma medidas para tentar impedir que os manifestantes entrem na praça que reúne os 3 poderes gaúchos, onde fariam um ato. Com bombas de gás lacrimogêneo, cassetetes e balas de borracha, a Brigada Militar (BM), coordenada pelo comandante geral, Paulo Roberto Mendes Rodrigues, reprime o movimento. Segundo o CMI, 17 pessoas ficaram feridas na ação. Conforme reportagem da "Folha de São Paulo", onze pessoas saem feridas de confronto entre manifestantes e a Brigada. Os manifestantes conseguem entrar na praça, após uma negociação entre parlamentares e o governo do estado. Participam do ato sem-terras, desempregados, estudantes, professores, movimentos e sindicatos, dentre eles o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Via Campesina e a CUT, além de bancários, que enfrentaram a truculência da Brigada Militar no mesmo dia. No final do dia, Mendes alega, em coletiva à imprensa, que o tumulto é iniciado pela BM após um policial ser ferido. Segundo jornal Folha de São Paulo, o tumulto começou quando a Brigada tentava impedir a passagem de um caminhão de som. A Jornada de Lutas também é marcada por protestos em frente ao supermercado Nacional/Wall-Mart, contra o aumento de preço dos alimentos pelo seminário sobre a Crise de Preços dos Alimentos, pelo encerramento do jejum de educadores da Reforma Agrária e pelo ato dos servidores públicos contra as fundações privadas. O ato é encerrado em frente ao Palácio Piratini com a palavra de ordem de "Fora Yeda. Cerca de 10 mil trabalhadores urbanos e rurais protestam em frente ao Supermercado Nacional, da rede Wall-Mart, a maior rede varejista do mundo, na capital, Porto Alegre - Rio Grande do Sul (região Sul). Os movimentos sociais e sindicais denunciam que grandes transnacionais como a Wall-Mart, Bunge e Cargill são responsáveis pelo aumento dos preços dos alimentos, através da especulação financeira. Foram realizadas atividades e protestos no Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro, Ceará, Rio Grande do Norte, Maranhão, Mato Grosso, Paraíba. O 16 de outubro é Dia Mundial da Alimentação, definido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e Dia Internacional em Defesa da Soberania Alimentar, da Via Campesina, quando organizações camponesas, movimentos de mulheres, ambientalistas e consumidores fazem manifestações em o todo mundo para denunciar problemas e apresentar propostas.

Cerca de mil mulheres, segundo os organizadores, ligadas à Via Campesina, , Assembléia Popular e Movimento Popular de Mulheres de Sarandi, com apoio do MST, liberam as cancelas de seis praças de pedágio - São Luiz do Purunã, Cascavel, Imbaú, Ortigueira, Marialva e São Miguel do Iguaçu - no Paraná (região Sul). Elaine Marchioro, da coordenação de mulheres da Via Campesina no Paraná, justifica a liberação de praças de pedágio dizendo que 72% dos alimentos produzidos são transportados por malha rodoviária e que o pedágio aumenta os custos da cesta básica do trabalhador. A ação faz parte da Jornada de Lutas por Soberania Alimentar - série de atos realizados no país por movimentos sociais para lembrar o Dia Mundial da Alimentação e protestar pela "soberania alimentar e pequena agricultura". Os pedágios, de acordo com o MST, são um dos principais entraves para a pequena agricultura, porque encarecem a distribuição dos produtos agrícolas, prejudicando os produtores no campo e os consumidores nas cidades. As manifestantes alegam que os pedágios, no Paraná, afetam diretamente o crescimento econômico, pois todas as mercadorias já vêm com o a cobrança embutida. Segundo a assessoria de imprensa da concessionária RodoNorte, três praças estão com as cancelas liberadas. As mulheres estão distribuindo panfletos aos motoristas que passam sem pagar tarifa. .A RodoNorte informou que já está ingressando com uma ação de reintegração de posse na Justiça Federal. Enquanto isso, a concessionária recomenda aos motoristas que redobrem a atenção e reduzam a velocidade para evitar acidentes.Outras duas praças, da região Oeste do Paraná, da concessionária Ecocataratas também foram ocupadas pelas manifestantes.

Cerca de 600 pessoas da Assembléia Popular, MST e Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) realizam marcha na região da Avenida Paulista – São Paulo (região Sudeste). Aconteceram atos também em quatro municípios, em defesa da Reforma Agrária e da pequena agricultura. Os manifestantes realizam um ato no estacionamento do supermercado Extra, na Brigadeiro Luís Antônio, para denunciar que grandes empresas estão controlando a comercialização e o preço dos alimentos. No ato, o MST distribuiu à população arroz produzido em um assentamento da Reforma Agrária. Em Itapeva, cerca de 150 pessoas ocuparam a sede do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) para exigir que seja acelerado o processo de assentamento das famílias da região, além de estrutura para os acampamentos e uma audiência com o governo do estado. Cerca de 500 pessoas se manifestaram no pátio do Itesp em busca da regularização das famílias que estão vivendo à beira da estrada, além de mais acesso aos créditos para a Reforma Agrária. Os Manifestantes do MST entraram em conflito com a PM durante ocupação do prédio do Itesp. Dois integrantes do MST – o coordenador do movimento, Aparecido Maia, e uma integrante que não quis se identificar - saem feridos, de acordo com reportagem da "Folha de São Paulo". Maia afirmou que foi atingido por balas de borracha disparadas por policiais. O comandante da PM, o tenente-coronel Geraldo Berardinelli, afirma que "houve um pequeno tumulto e foi necessário disparar para o alto". Na região do Vale do Paraíba, em São José dos Campos, 200 pessoas ocupam pela manhã um supermercado para protestar contra a crise dos alimentos. Depois, foi realizada uma marcha em direção ao centro da cidade para realização de um ato.Na região de Campinas, interior do estado, 200 manifestantes fizeram protesto contra a crise alimentar e pela defesa dos diretos. Também foi realizada uma distribuição de alimentos simbólica, em forma de protesto. As ações fazem parte da Jornada de lutas por Soberania Alimentar.

Camponeses da Via Campesina realizaram em três regiões de Pernambuco (região Nordeste) atividades da Jornada de lutas por Soberania Alimentar. No Recife, a Via Campesina e a Marcha Mundial das Mulheres realizam panfletagem e distribuição de alimentos no Bairro de Água Fria. As organizações realizaram ainda um ato em frente ao McDonald's, da Rua 7 de Setembro. Em Carpina, a Via Campesina organizou uma feira agroecológica e, na região do Sertão do São Francisco, aconteceram debates sobre soberania alimentar em universidades e escolas. As ações fazem parte da Jornada de lutas por Soberania Alimentar.

Mulheres do campo e da cidade promovem marcha na capital do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), para denunciar a responsabilidade do agronegócio na elevação do preço dos alimentos. O ponto alto da manifestação aconteceu em frente ao supermercado Sendas da Rua do Riachuelo. Os manifestantes pararam em frente à empresa e estenderam um longo tapete-painel com frases de denúncia em relação à alta dos preços dos alimentos. À tarde, mulheres da Via Campesina fizeram manifestação em Belford Roxo, marchando em direção à Bayer, umas das maiores empresas do agronegócio, com a produção de insumos agrícolas."A Bayer é uma transnacional que domina grande parte das sementes e agrotóxicos comercializados no país. É combatendo a produção de veneno que nós fazemos essa manifestação como um contraponto. A Bayer é uma transnacional que monopoliza a produção de sementes, usa os venenosos agrotóxicos, rouba nossas riquezas e explora os trabalhadores brasileiros", conta Eliana Souza, direção estadual do MST. As ações fazem parte da Jornada de lutas por Soberania Alimentar.

Aproximadamente 350 manifestantes iniciam marcha pela manhã no Mercado São Sebastião - um local simbólico de comercialização de produtos da agricultura camponesa em Fortaleza – Ceará (região Nordeste), e seguem em marcha ao supermercado Bom Preço, da rede Wal-Mart. A ação faz parte da Jornada de lutas por Soberania Alimentar.

Cerca de 300 pessoas marcham até o Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (Idema) para reivindicar a desocupação da empresa RC Química da área de preservação ambiental no assentamento São Sebastião no Rio Grande do Norte (região Nordeste). Logo depois, cerca de 300 pessoas marcharam até dois supermercados Hiper, onde foram realizados atos pela soberania alimentar.As mobilizações em torno do Dia Internacional da Luta pela Soberania Alimentar no Rio Grande do Norte tiveram início no dia 14 de outubro, quando cerca de 200 pessoas ocuparam a superintendência do Incra, em Natal. As ações fazem parte da Jornada de lutas por Soberania Alimentar.

Cerca de 500 trabalhadores rurais acampam acampados na Praça de Fátima, no Centro de Imperatriz no Maranhão (região Nordeste), em defesa da soberania alimentar e da Reforma Agrária. Os manifestantes fizeram marcha pelo centro da cidade até o Incra para cobrar o assentamento das 2.800 famílias acampadas e investimento público para produção agrícola e obras de infra-estrutura nos assentamentos. No começo da noite, acontece um ato público com a sociedade civil. Os trabalhadores ocuparam a sede do Incra e fizeram uma audiência com representantes do órgão. Houve ainda um a audiência com o Comando da PM do estado, para averiguar as denuncias dos trabalhadores sobre a repressão que sofrem em seus acampamentos. O comandante da PM, major Marcos Antonio, fez um compromisso de que

a polícia atuará no combate aos grupos armados. Segundo ele, o diálogo com o Movimento é muito importante.As ações fazem parte da Jornada de lutas por Soberania Alimentar.

Mulheres da Via Campesina realizam ato em Campo Verde - Mato Grosso (região Centro-oeste), para marcar o Dia Internacional de Soberania Alimentar. As mulheres distribuíram alimentos produzidos nas áreas da Reforma Agrária. As ações fazem parte da Jornada de lutas por Soberania Alimentar.

Assembléia Popular e Via Campesina realizam marcha pelo centro de João Pessoa –Paraíba (região Nordeste). Os movimentos sociais denunciam o aumento do preço dos alimentos e da energia elétrica, que consomem parte substantiva da renda dos trabalhadores. O dia 16 de outubro é Dia Mundial da Alimentação, definido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e Dia Internacional em Defesa da Soberania Alimentar, da Via Campesina, quando organizações camponesas, movimentos de mulheres, ambientalistas e consumidores fazem manifestações em o todo mundo para denunciar problemas e apresentar propostas.

6° feira 17

Mais de 50 trabalhadores são resgatados de uma carvoaria em Parambu, município no Norte do estado do Ceará (região Nordeste), onde trabalhavam em condições semelhantes à de escravidão. Segundo a Agência Brasil, o resgate foi feito pelo Grupo Móvel de Combate ao Trabalho Escravo, do Ministério do Trabalho, que chegou à propriedade depois que uma reportagem do jornal Diário do Nordeste que denunciou a situação dos trabalhadores na fazenda. O proprietário praticava a derrubada de uma área de 4.700 hectares para produção de carvão vegetal. Segundo o auditor fiscal do Trabalho e coordenador da ação, Benedito Lima, até agora, 52 trabalhadores foram encontrados na fazenda. “Desses, um está desaparecido. Estamos fazendo o pagamento da verba decisória dos outros e vamos emitir o seguro desemprego dos trabalhadores resgatados. Muitos estavam na propriedade há, pelo menos, dois anos, sem registro em carteira, equipamentos de segurança obrigatórios, condições de alojamento precárias, salários atrasados e expostos a situação degradante de trabalho.”O dono da fazenda terá que pagar R$ 128 mil de multa e mais o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que será depositado com multa rescisória, para que os funcionários recebam o valor posteriormente pela Caixa Econômica Federal (CEF).

Diversos movimentos sociais, organizados na Assembléia Popular, na Marcha Mundial de Mulheres e na Via Campesina, reúnem-se na Praça Sete, em Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste). O objetivo do ato é reivindicar melhores condições de vida, o direito a uma alimentação saudável, o direito a uma energia barata, soberania e a erradicação da pobreza.

Em nota oficial, a CUT responsabiliza os governos neoliberais do PSDB pela repressão violenta contra protestos ocorridos em São Paulo – SP (região Sudeste) e em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). A central compara a violência da PM contra policiais civis paulistas e movimentos sociais gaúchos na greve dos bancários e durante a décima terceira Marcha dos Sem, com a repressão durante a Ditadura Militar. A CUT também aponta que a

violência policial é característica dos governos de José Serra e Yeda Crusius. Ao mesmo tempo em que os governos não atendem às reivindicações dos trabalhadores e defendem os empresários, estimulam a repressão contra protestos.

Sábado 18

Integrantes do MST ligados a José Rainha Júnior ocupam seis fazendas no Pontal do Paranapanema – São Paulo (região Sudeste) em protesto contra o governo José Serra (PSDB). A ação mobilizou cerca de 800 militantes recrutados em acampamentos e assentamentos da região. Segundo Rainha e os sem-terra que o apóiam, o governador Jose Serra (PSDB) nada fez para os trabalhadores sem -terra, favorecendo os fazendeiros, uma vez que insiste em privatizar 300 mil hectares de terras públicas para beneficiar 200 destes. Segundo os sem-terra, esta área seria suficiente para assentar 15 mil famílias. Já se encontra em poder do Governo do estado a arrecadação de 9 áreas, algumas já há 3 anos, e o cadastramento de 3.774 famílias aptas para serem assentadas, mas o processo de assentamento não é encaminhado.

Uma proposta feita pelo Brasil de permitir que a orientação sexual seja tratada em fóruns das Nações Unidas gera polêmica e protesto de países islâmicos. O Brasil tenta inscrever uma ONG de defesa dos direitos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais na Organização das Nações Unidas (ONU) para que a entidade possa participar dos debates sobre discriminação, racismo e intolerância. Irã, Egito, Líbia e Argélia lideram os países islâmicos para tentar impedir a inscrição da ONG. “O que vocês (brasileiros) chamam de direito, em nossos países é crime e punido duramente. Essa é uma questão religiosa”, afirma na ONU um diplomata do Irã, que pede para não ser identificado. Márcia Adorno, chefe da divisão de Direitos Humanos do Itamaraty, confirma que o problema existe e que o Brasil tenta negociar uma saída. Uma das soluções propostas seria a organização, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), ser inscrita, mas não falar do assunto dos direitos de gays e lésbicas, o que a entidade rejeita. Existem 5 organizações da Alemanha, Canadá e Holanda que trabalham com a defesa dos direitos homossexuais inscritas na ONU. O principal temor dos países islâmicos é que o tema entre nos debates da conferência sobre racismo e discriminação que ocorrerá na Suíça em 2009. Hoje, 86 países criminalizam a homossexualidade, 7 deles punindo-a com pena de morte. Na ONU, além do apoio dos Estados Unidos para barrar a inclusão das entidades em defesa dos direitos homossexuais, esses países têm a colaboração do Vaticano, que mesmo sem direito a voto, por não fazer parte do órgão, mantém um delegado em Genebra. O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva passou os últimos anos tentando uma aproximação com os países islâmicos e africanos. Há 4 anos, devido à pressão desses países, chegou a desistir de proposta que estava fazendo à ONU para que ninguém fosse discriminado por sua opção sexual. Os islâmicos ameaçam não apoiar Lula se a ofensiva for mantida.

Domingo 19

Cerca de 500 frades franciscanos e fiéis, de acordo com informações da Agência Chasque de Notícias, protestam em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O protesto é contra o atual modelo econômico brasileiro e a transposição do rio São Francisco. Eles marcham pela Esplanada dos Ministérios e depois são recebidos pelo vice-presidente José Alencar, para quem entregam uma carta de reivindicações. No documento, criticam o modelo econômico mundial, a política de juros, os biocombustíveis e a degradação do meio ambiente. Também defendem a revitalização do São Francisco ao invés da transposição. O protesto também marca os 800 anos do movimento franciscano.

O Conselho Indígena de Roraima (CIR), o Coletivo Ambiental do Lavrado (em construção), professores de Roraima (região Norte) e movimentos sociais do estado elaboram carta aberta à sociedade sobre a instalação de uma usina de álcool em Roraima pela empresa Biocapital S/ª. O documento tem o objetivo de manifestar a preocupação com a forma como está sendo conduzido o licenciamento ambiental da usina que, se for instalada, terá alta capacidade poluidora. Os assinantes da carta afirmam que, no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) apresentado pela Biocapital S/A ao governo de Roraima, inexiste avaliação sobre os potenciais impactos para os peixes, o abastecimento de água na capital (Boa Vista), as terras indígenas e o patrimônio histórico, além dos impactos causados pela implantação de cultivo de 75 mil hectares de canaviais e o risco de vazamento nas tubulações para o transporte de efluentes poluidores da usina até os canaviais. Eles alegam também que a promessa de geração de 4.500 empregos diretos é provável não ser cumprida, levando em conta que a empresa é sazonal (só produz durante a safra) e tem plantio e colheita totalmente mecanizados. Acrescentam que o empreendimento deveria ter sido amplamente discutido com a sociedade, mas às vésperas da consulta pública, a população ainda não está alerta sobre seus riscos e ameaças.

Em nota à imprensa, José Rainha Júnior, o MST e a CUT levam ao conhecimento do público que estão mobilizados com mil trabalhadores rurais sem-terra ocupando 8 fazendas, improdutivas ou devolutas, em vários municípios do Pontal do Paranapanema, São Paulo (região Sudeste). Na nota, os movimentos resgatam a memória sobre as ações de ocupação no Pontal em 2007. Afirmam que o governador José Serra (PSDB) nada fez para os trabalhadores, mas sim para os fazendeiros, uma vez que insiste em privatizar 300 mil hectares de terras públicas para beneficiar 200 destes fazendeiros, área que é suficiente para assentar 15 mil famílias de trabalhadores. Já se encontra em poder do Governo do estado a arrecadação de 9 áreas, algumas já há 3 anos, e o cadastramento de 3.774 famílias aptas para serem assentadas, mas o processo de assentamento não é encaminhado. Em contrapartida, alegam que o governo promove a construção de presídios e Febem e reivindicam assentamento imediato das famílias acampadas, regularização das áreas arrecadadas pelo estado, retirada do projeto de lei que presenteia os grileiros de terras do Pontal, instalação das Comissões de Seleção nos municípios das áreas arrecadada e que as decisões sejam respeitadas pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), investimentos em assentamentos e na reforma agrária.

2° feira 20

O superintendente do Incra no Maranhão (região Nordeste), Benedito Terceiro, fecha uma agenda de compromissos com a Reforma Agrária e promete começar ainda esta semana um trabalho para a desapropriação das áreas ocupadas pelo MST. A agenda foi estabelecida após a Jornada de Lutas por Soberania Alimentar realizada em vários estados do país. No dia 16 de outubro o MST realizou uma grande mobilização em Imperatriz, no Maranhão, para cobrar o assentamento das famílias acampadas, melhorias de infra-estrutura para os assentamentos, além de denunciar o agronegócio como responsável pela crise dos alimentos. Na mobilização, além de um grande ato na principal praça da cidade e de uma caminhada pelas ruas do centro, os trabalhadores ocuparam a sede do Incra e fizeram uma audiência com representantes do órgão. Outro importante momento da Jornada foi a audiência com o Comando da PM do estado, para averiguar as denuncias dos trabalhadores sobre a repressão que sofrem em seus acampamentos. O comandante da PM, major Marcos Antonio, fez um compromisso de que a polícia atuará no combate aos grupos armados. Segundo ele, o diálogo com o Movimento é muito importante.

Mais de 600 camponeses do MST ocupam a superintendência do Incra, em Belém – Pará (região Norte). Os sem-terra reivindicam o fortalecimento o órgão e uma mudança de orientação na sua política agrária e fundiária. Os sem-terra protestam contra a criação de um novo órgão para a regularização fundiária na Amazônia. O ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, anunciou em agosto a criação de uma nova autarquia, o Instituto de Regularização Fundiária da Amazônia (Irfam), com direção em Brasília, que seria responsável pela política fundiária na região. Nos últimos 12 anos, cerca de 70% dos projetos de Reforma Agrária aconteceram na Amazônia Legal, em terras públicas ou por meio de regularização de posse. De acordo com especialistas, a política agrária em curso foge do enfrentamento do latifúndio e, especialmente, do agronegócio. A ocupação do MST, que cobra também o assentamento de 1.100 famílias acampadas e a liberação de crédito para assentamentos do estado, não tem prazo para terminar.

A Anistia Internacional, com sede em Londres, divulga nota, comemorando a decisão da multinacional suíça Syngenta Seeds em ceder o campo experimental de 127 hectares, em Santa Tereza do Oeste, para o governo do estado do Paraná (região Sul). A decisão foi divulgada no dia 14 de outubro. Segundo site do MST, após vários meses de pressão por parte de ativistas rurais, de grupos de direitos humanos e do governo estadual, a decisão da Syngenta representa um passo importante na defesa dos direitos humanos das pessoas que lutam por sua sobrevivência e pelo direito à terra em todo o estado. A doação acontece no momento em que se completa um ano dos assassinatos do líder do MST Valmir Mota de Oliveira, conhecido como Keno, e de Fábio Ferreira, segurança privado a serviço da Syngenta. As mortes ocorreram no dia 21 de outubro de 2007, após um atentado ilegal de despejo por empregados da NF Segurança, empresa de segurança contratada pela Syngenta, diz a nota.“Um ano depois do incidente, a NF Segurança continua a prestar seus serviços aos proprietários de terras locais, apesar de sua licença ter sido revogada em setembro. Embora as investigações oficiais, inclusive o inquérito sobre o assassinato de Keno, tenham constatado haver provas abundantes de atividades irregulares ou ilegais, a empresa continua funcionando enquanto a decisão sobre um recurso é aguardada”, denuncia nota.Para a organização internacional, é vital que as autoridades federais e estaduais de todo o Brasil

adotem medidas para controlar a proliferação de empresas de segurança irregulares ou ilegais, muitas das quais estão atuando efetivamente como milícias ilegais a serviço de proprietários de terras ou da indústria do agronegócio.A Anistia Internacional pede ainda, que as autoridades do Paraná assegurem-se que o julgamento atenda as normas internacionais para julgamentos justos, de modo que somente os verdadeiros culpados sejam levados à justiça. O julgamento dos acusados pelos assassinatos de Keno, militante do MST, e do segurança morto terá início em novembro.

O governo José Serra anuncia nova proposta de reajuste e um pacote de benefícios para os Policiais Civis grevistas, quatro dias após confronto entre PMs e policiais civis em greve que deixou 25 feridos em São Paulo – SP (região Sudeste). A nova proposta prevê dois reajustes salariais de 6,5% em janeiro de 2009 e em 2010, que somados ao pacote de benefícios, deve custar R$ 830 milhões aos cofres públicos. O governo também encaminha à Assembléia projetos que permitirão, de acordo com o secretário de Gestão Pública Sidney Beraldo, promoções a 1.184 delegados e 16.032 policiais civis em 2009, e ainda decide atender a outro pedido dos grevistas, com o projeto de incorporar o Adicional de Local de Exercícios (ALE), uma gratificação cujo valor varia de acordo com a população da cidade onde o policial trabalha, ao valor das aposentadorias e pensões. O presidente da associação dos delegados, Sergio Marcos Roque, 66, declarou que aguarda uma oficialização da proposta por parte do governo, mas que vê um" bom senso" de Serra na nova oferta.

Cerca de 300 pessoas participam de carreata organizada por donos de auto-escolas de Ribeirão Preto – São Paulo (região Sudeste) e de mais nove cidades da região do interior paulista em protesto contra a suspensão dos processos da primeira Carteira Nacional de Habilitação (CNH), devido à greve na Polícia Civil. O ato parou em diversos locais para pedir ajuda de órgão como o Poupatempo e a Câmara, segundo a Associação dos Proprietários de Auto-escolas de Ribeirão Preto (Apaerp).

Bancários das agências do Unibanco são obrigados pela Justiça a voltar ao trabalho em Caxias do Sul – Rio Grande do Sul (região Sul). A 5º Vara Cível do município concedeu o pedido de interdito proibitório ao banco. Caso os trabalhadores não saiam da frente das três agências do Unibanco em Caxias, o sindicado da categoria será multado em R$ 50 mil diários. A Justiça também determina o retorno ao expediente. Os bancários afirmam que a medida é ilegal, já que os sindicatos haviam conseguido liminar para que os casos de interdito proibitório fossem julgados somente pela Justiça do Trabalho.

O Sindicato dos Trabalhadores e Empregados Rurais de Paraguaçu Paulista e Região, em São Paulo (região Sudeste) pede apuração ao Ministério Público do Trabalho (MPT) sobre a morte do trabalhador rural do setor de corte de cana João Augusto, de 54 anos, que prestava serviços para a Usina Cocal, de Paraguaçu Paulista. O fato teria ocorrido na manhã do dia 11 de outubro, nas dependências da Fazenda Espínola, no município de Gardênia. O Sindicato da categoria já oficializa o Ministério Público do Trabalho para que apure as responsabilidades, alegando que houve omissão por parte da empresa no cuidado ao trabalhador, já que não disponibiliza atendimentos médico-hospitalares no canavial. A vítima passou mal e quando a empresa sucroalcooleira foi acionada para liberar o serviço de ambulância, informou que o único veículo para esta finalidade estava quebrado, na oficina da empresa. Não restando outra alternativa, o trabalhador foi colocado pelos seus

colegas dentro de um ônibus de transporte de trabalhadores para ser levado ao Pronto Socorro da cidade de Paraguaçu Paulista. Apesar dos esforços, o trabalhador já teria chegado sem vida ao posto de saúde.

Três índios Tupinambá da Aldeia Serra do Padeiro, em Buerarema – Bahia (região Nordeste), ficam feridos em confronto com agentes da PF, que vão ao local para mapear as áreas a serem reintegradas. A operação da Polícia Federal é ensejada pela extinção do prazo de 180 dias concedido pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região para que a Funai finalizasse o relatório de identificação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, condição para a suspensão do cumprimento das liminares de reintegração de posse. Os Tupinambá temem que áreas plenamente ocupadas e produtivas de seu território, essenciais à sua subsistência econômica e à sua reprodução sócio-cultural sejam subtraídas de seu povo. Cerca de 600 índios moram na aldeia.

3° feira 21

A Justiça Federal condena o integrante do MST Néri Fabris a dois anos de prisão em regime semi-aberto pela ocupação de uma faixa da União, às margens da BR-470, na altura do Km 40, no município de Gaspar em Santa Catarina (região Sul). A ação penal foi proposta pelo Ministério Público Federal no estado. A ocupação que resultou na condenação de Fabris ocorreu em junho de 2002 e foi deflagrada por um grupo de 70 pessoas. Em março de 2003, durante a desocupação do imóvel, os policiais encontraram o local poluído e com diversas árvores de mata nativa cortadas. A ocupação foi a primeira ocorrida no Médio Vale do Itajaí e fazia parte de um calendário de pressão junto ao governo estadual organizado pelo movimento.

Aproximadamente 800 integrantes da Via Campesina do Paraná e organizações sociais realizam uma caminhada e um ato ecumênico para lembrar um ano do assassinato do sem-terra Valmir Mota de Oliveira, o Keno morto em 21 de outubro de 2007. Keno foi morto quando funcionários da suposta empresa de segurança NF tentaram despejar à força agricultores que ocupavam a área de pesquisa da transnacional Syngenta Seeds, na cidade de Santa Tereza do Oeste. Keno foi assassinado e um segurança, Fábio Ferreira de Souza, acabou sendo morto durante o ataque. Na semana passada, a Syngenta doou a fazenda ao governo paranaense, depois do desgaste com as mortes e com a denúncia de plantio ilegal de milho e soja transgênicos próximo ao Parque Nacional do Iguaçu. Depois de um ano do episódio, o processo pouco andou no Ministério Público (MP) de Cascavel. O órgão colheu apenas os depoimentos dos 19 réus e de parte das testemunhas de acusação. A advogada Gisele Cassano, da ONG Terra de Direitos, que cuida do caso pelos sem-terra, afirma que não há prazo para o fim do processo, já que o MP deve ouvir aproximadamente cem testemunhas de acusação e de defesa. No entanto, ela considera o processo injusto, já que não estão sendo julgados alguns dos mandantes. Cassano afirma que evidências do inquérito apontam a participação do presidente da Sociedade Rural do Oeste Alessandro Meneghel, que acabou não respondendo pelos dois homicídios."É de que ele [processo] primeiro: não denuncia os mandantes do crime, o que é ruim. E a segunda coisa é que ele criminaliza os integrantes do MST, que de vítimas do ataque passaram a ser réus do processo. São oito militantes que estão sendo acusados", diz. Pela manhã, os manifestantes

saíram em caminhada do Acampamento Terra Livre, localizado no Assentamento Olga Benário, na BR-277, e foram até a frente da antiga área da Syngenta, onde realizaram um ato público. Instalaram uma cruz de cedro em frente ao local para lembrar da morte do sem-terra. Depois entraram na fazenda os manifestantes realizaram um ato ecumênico no local em que Keno foi morto, com a participação do integrante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Padre Diego Pelizzari, e do reverendo da Igreja Episcopal Anglicana de Cascavel, Luiz Carlos Gabas, que também já sofreu ameaças das milícias armadas na região.

4° feira 22

Bancários de cidades como Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), Porto Alegre – Rio Grande do Sul, Curitiba – Paraná (região Sul), Belém – Pará (região Norte) e São Paulo – SP (região Sudeste) aceitam a proposta apresentada no dia 21 de outubro pela Fenaban. A categoria vai receber aumentos diferenciados por faixas etárias. Apenas os empregados da Caixa Econômica Federal (CEF) continuam parados. Pelo acordo, os bancários que recebiam remuneração fixa mensal de até R$ 2.500, em 31 de agosto de 2008, vão ter reajuste de 10%. Aqueles que ganhavam, na mesma data, salários superiores a R$ 2.500 serão aumentados em 8,15%. Esses percentuais vão incidir sobre a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), que é de 90% do salário reajustado, mais um fixo de R$ 966, com total limitado em R$ 6.301. Também está previsto o pagamento de uma PLR adicional que varia de R$ 1.320 a R$ 1.980, de acordo com o lucro do banco. A proposta dos bancos reajusta os benefícios indiretos em 8,15%. Embora não atendessem a todas as reivindicações dos trabalhadores, a Contraf defendeu a aprovação do acordo. A greve continua na CEF. Eles têm reivindicações diferentes daquelas apresentadas pelos demais bancários. De acordo com a Associação de Pessoal da Caixa Econômica Federal de São Paulo (APCEF/SP), as principais divergências são em relação ao pagamento da participação nos lucros e resultados (PLR) e à distribuição dos cargos comissionados. Segundo a APCEF/SP, este ano, o valor da PLR deveria ser pelo menos 50% maior que o ano de 2007. Entretanto, de acordo com a Contraf, 27 mil trabalhadores receberão a PLR menor que no ano de 2007

Entidades que representam os Policiais Civis de São Paulo (região Sudeste) rejeitam nova proposta de reajustes salariais e benefícios oferecida pelo governo do estado para pôr fim à greve da categoria. Além de manter a paralisação por tempo indeterminado, o comando da greve ainda amplia o cronograma de duas para três manifestações até o dia 29 de outubro. Um dos motivos da resistência dos policiais civis é o teor de parte dos projetos da proposta, já que os benefícios seriam estendidos à PM, que após o confronto entre as policias ocorrido no dia 16 de outubro – que deixou cerca de 30 feridos, segundo o Jornal Folha de São Paulo – passou a ser vista como favorável ao governo Serra (PSDB). A Adpesp enviou à Assembléia Legislativa pedidos de emenda aos projetos que prevêem atender à reivindicação original da categoria: 15% de reajuste imediato e mais duas parcelas anuais de 12%. O governo oferece duas parcelas anuais de 6,5%m a partir de 2009, além de propor aposentadoria especial (aos 30 anos de serviço) e promoções para 1.184 delegados e 16.032 policiais civis em 2009, sendo que o estado possui 35 mil, e de incorporar às aposentadorias até 50% da gratificação por local de exercício, que varia de acordo com a população da cidade em que o policial civil ou militar atua.

O MST de Santa Catarina (região Sul) esclarece que o trabalhador rural Néri Fabris é assentado há mais de cinco anos e, desde então, não participa de ocupações de terra. O movimento ressalta ainda que Néri não é diretor de nenhuma cooperativa em assentamentos do MST. Néri participou de uma ocupação 2002, quando era uma das lideranças do movimento na região do município de Gaspar. O acampamento, montado às margens da rodovia BR-470, estava em área pública e sem nenhuma mata nativa. Néri Fabris não é um "profissional de invasão de terras", como afirmou o senhor João Marques Brandão Neto, mas um cidadão brasileira que lutou para conquista o direito da terra. Diante disso, o MST repudia a atitude da Justiça Federal em condenar o trabalhador rural que vive num assentamento, no município de Mafra, “na terra conquistada através da luta, de onde tira o sustento de sua família produzindo alimentos”.

Trabalhadores da fábrica ocupada Flaskô, de Sumaré, SP (região Sudeste), realizam uma manifestação na Companhia Paulista de Energia Elétrica (CPFL), em Campinas contra o corte de energia e ruptura das negociações. Sob controle dos operários há cinco anos, a Flaskô sofre com dívidas contraídas pela antiga direção, como a dívida com a CPFL, de cerca de R$ 500 mil. Os trabalhadores assumiram a dívida com a empresa distribuidora de energia, mas o valor inviabilizava os pagamentos. Desde o dia 2 de setembro de 2008, os trabalhadores e a CPFL estão negociando para chegar a novos valores, mediados pela Superintendência do Ministério do Trabalho. Em reunião no dia 30 de setembro, ficou acertado que o pagamento dos valores atrasados ficaria suspenso até 27 de novembro, quando haveria nova negociação. Até lá, seria paga apenas a energia utilizada naquele mês.
No dia 17, no entanto, os trabalhadores foram surpreendidos pelo corte da energia como relata o coordenador do Conselho da Fábrica, Pedro Santinho. "Eles descumpriram o acordo que tinham e cortaram a energia sem nos avisar. Um dos operários estava dentro de um dos moinhos, poderia ter sido uma tragédia. Fora as máquinas e os equipamentos que foram quebradas com o corte brusco", explica. Os trabalhadores também denunciam que a CPFL vem se mostrando irredutível nas negociações. Já foi proposto que, em vez dos cerca de 30 mil reais mensais pagos somente em dívidas, os trabalhadores repassassem uma porcentagem da produção comercializada durante o mês. A empresa, porém, não aceitou. Além disso, os trabalhadores mostram-se descontentes com a falta de diálogo da CPFL que, no dia 20 de outubro, nem mesmo recebeu uma comissão da Flaskô que tentava negociar. A fábrica está paralisada e, se não for retomado rapidamente o fornecimento de energia, os 76 trabalhadores da fábrica ficarão sem salários e sem empregos.A Flaskô é uma fábrica de embalagens plásticas industriais que está sob controle dos trabalhadores desde 12 de junho de 2003. Desde então, foi reorganizada a produção e estabelecida uma nova jornada de trabalho de 30 horas semanais, sem redução nos salários e uma gestão baseada no Conselho de Fábrica eleito pelos próprios operários.

Movimentos sociais e organizações ligadas à luta por direitos humanos realizam um debate na Faculdade de Direito da USP, São Paulo (região Sudeste) que marcou o lançamento nacional do “Tribunal Popular: o Estado Brasileiro no Banco dos Réus”. Cerca de 200 pessoas compareceram ao debate, que teve como tema: “O Estado Brasileiro contra os que lutam por Moradia: movimentos sem-teto, comunidades despejadas e população em situação de rua”.A atividade se insere no calendário proposto pelo Tribunal Popular, que antes de realizar suas principais sessões nacionais – entre os dias 4 e 6 de dezembro -, ainda realizará em São Paulo dois outros debates preparatórios: o próximo sobre a criminalização

de estudantes e do movimento estudantil, que deverá acontecer dia 7 de novembro na mesma faculdade; e o último que abordará a negação de direitos formalmente conquistados por indígenas e quilombolas, bem como a criminalização da luta pela garantia de tais direitos e pela defesa do meio-ambiente. Uma série de outras atividades similares já está acontecendo em outros estados do país, como Rio de Janeiro (região Sudeste) e Bahia (região Nordeste).No debate a grande maioria das intervenções foram consensuais quanto à crescente violência do Estado democrático de direito brasileiro e de seus agentes contra a população mais pobre do país, sobretudo a juventude negra. Os diversos relatos acerca de violações trataram da utilização do aparato de dominação (institucional, militar, midiática), que tem no Estado brasileiro seu símbolo mais emblemático, com vistas à defesa da acumulação material de poucos.

5° feira 23

Os bancários de Curitiba – Paraná (região Sul) aprovam proposta da Fenaban e todas as 329 agências bancárias do município e região voltam a funcionar. Segundo informações da assessoria do sindicato da categoria, foram aprovadas também as propostas específicas da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Banco do Brasil. De acordo com levantamento do sindicato, a proposta específica do Banco do Brasil foi aprovada por ampla maioria dos bancários. A votação entre os trabalhadores da CEF foi uma das mais acirradas. Com 155 votos, a proposta da empresa foi aceita e a paralisação foi encerrada, contra 132 votos para manutenção da greve e rejeição da proposta. Houve cinco abstenções. No último dia da paralisação, 150 agências ficaram fechadas em Curitiba e região e 12 centros administrativos de bancos, segundo o sindicato.

A ONG Greenpeace protesta demarcando com tinta amarela, durante a madrugada, cerca de cinco quilômetros do trajeto da Avenida Bonoco, em Salvador – Bahia (região Nordeste). A avenida é percorrido por caminhões carregados de concentrado de urânio. O objetivo da manifestação é chamar a atenção para o assunto, desconhecido por muitos moradores da cidade, além de “provocar a discussão e mostrar como se dá o ciclo [*do urânio*] no Brasil”, afirmou Rebeca Lerer, coordenadora da campanha de energia do Greenpeace. Além da demarcação do trajeto com tinta, os manifestantes desenharam símbolos da radiação e fixaram placas em postes da avenida, para alertar sobre o transporte de material radioativo pelo local. A manifestação faz parte das atividades programadas como seqüência da denúncia feita no relatório Ciclo de Perigo – Impactos da Produção de combustível nuclear no divulgado pelo Greenpeace. O trabalho apontou a contaminação da água por urânio na cidade de Caetité no estado. O documento foi encaminhado ao Ministério Público Federal (MPF) que marcou para o dia 6 de novembro uma audiência pública em Caetité para ouvir a população local e representantes da estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB). Também já há um procedimento administrativo no MPF/BA que apura o vazamento do material radioativo. Em resposta ao relatório da ONG, a estatal divulgou nota afirmando que a organização “realiza aproximadamente 16 mil análises ambientais por ano e ao longo de 8 anos de operação montou um banco de dados que lhe permite assegurar que opera dentro dos limites estabelecidos pelos órgãos de licenciamento”. Segundo a INB, o transporte feito de Caetité até o porto de Salvador, alvo do protesto realizado hoje, é uma operação de rotina, acompanhada por órgãos fiscalizadores.

Cerca de 400 policiais civis do estado de São Paulo, promovem manifestação na Assembléia Legislativa na capital – São Paulo – RJ (região Sudeste). Os policiais estão em greve há mais de um mês. Eles protestam contra os seis projetos enviados à casa pelo governador José Serra (PSDB), tratando de reajuste salarial e valorização da carreira. Segundo o assessor de comunicação da Adpesp, Renato Flor, o ato foi tranqüilo, apesar de algumas vaias terem sido dirigidas a deputados estaduais que defenderam o fim imediato da greve. De acordo com ele, os policiais também ficaram de costas durante o discurso do deputado Barros Munhoz, líder do governo na Assembléia.“ No dia 20 de outubro, o governo enviou uma proposta de reajuste salarial para os policiais civis à Assembléia Legislativa, propondo reajuste linear no salário base de 6,5% a partir de 1º de janeiro de 2009 e mais 6,5% a partir de janeiro de 2010. Em comunicado, o comando de greve disse considerar os projetos enviados pelo governo à Assembléia como “uma afronta ao movimento e um desrespeito aos policiais paulistas” e que ainda está esperando por uma “mudança de postura” do governo e por uma reunião de negociação. Um dos motivos da resistência dos policiais civis é o teor de parte dos projetos da proposta, já que os benefícios seriam estendidos à PM, que entrou em confronto com os policias civis no dia 16 de outubro e deixou cerca de 30 feridos, segundo o Jornal Folha de São Paulo. Os grevistas tentam pressionar os deputados estaduais a aprovarem mudanças na proposta apresentada com alterações na estrutura da Polícia Civil – como aposentadoria especial e incorporação de parte dos benefícios aos aposentados. Há ainda atos em nas cidades paulistas Piracicaba, Marília, Bauru, Botucatu, Araçatuba, Presidente Prudente e Ribeirão Preto.

Criança dos acampamentos e assentamentos dos sem-terra e jovens de Pernambuco (região Nordeste) participam da Jornada Nacional de Luta por Escola, que teve como espaço de mobilização a Secretaria de Educação do estado. A concentração teve início na Assembléia Legislativa, de onde partiram as crianças e jovens com apitos, balões e faixas para reivindicar o direito a escola de Educação Básica nas áreas de assentamentos e acampamento de Reforma Agrária do MST. A mobilização contou com a presença de 300 pessoas, entre Sem Terrinhas e jovens estudantes das duas turmas do Pé no Chão - que acontecem no Centro de Formação Paulo Freire - e estudantes dos cursos de Normal Médio e Pedagogia da Terra que se realiza em Nazaré da Mata. Ao se aproximarem da Secretaria de Educação, as crianças que marchavam gritavam: ocupar, resistir e produzir! Ao perceberem a movimentação, os seguranças e policiais fecharam as portas do órgão, impedindo a entrada de todos. A entrada do prédio foi ocupada. Oito viaturas da PM e da Companhia Independente de Operações e Sobrevivência na Àrea da Caatinga (CIOSAC) foi chamada para conter a manifestação. Os Sem Terrinha com isso, puxaram a palavra de ordem: polícia pra ladrão, pra Sem Terrinha não! Movimento Sem Terra: Por escola, terra e dignidade! Uma comissão de negociação composta por 15 pessoas, que contou com Sem Terrinha e jovens estudantes e integrantes da direção nacional do movimento foi organizada. A comissão foi recebida pela secretária executiva e o chefe de gabinete, que se comprometeram a apresentar a pauta ao secretário de Educação que se encontrava em viagem. Dentre os avanços importantes; os assentamentos recebem visitas de técnicos da Secretaria para a realização do levantamento dos locais onde serão construídas as escola de educação básica. Na audiência ficou acertado ainda uma reunião no dia 28 de outubro para se acertar o desdobramento dos demais pontos de pauta, bem como agendado uma reunião com o secretário de educação.Após a audiência, todos se dirigiram à festa de imissão de posse do acampamento Chico Mendes, um símbolo de resistência no estado.

Policiais do Batalhão de Choque despejam à força cerca de 1.500 famílias sem-teto, no bairro da Fazendinha em Curitiba – Paraná (região Sul). Os sem-teto trancam ruas com pneus e madeira em chamas para tentar evitar a reintegração de posse, mas não conseguem. Policiais usaram balas de borracha e bombas de efeito moral para expulsar os moradores. Logo que os policiais iniciam a entrada na área, os moradores da ocupação começam a se dispersar, correndo para ruas próximas do terreno. Após algum tempo, algumas famílias retornam ao terreno e começam a retirar móveis e eletrodomésticos e a desmontar as barracas para reaproveitar a madeira. A polícia, a princípio, apenas fiscaliza, sem participar da desmontagem das moradias. As cerca de dez mil pessoas ocupavam desde o início de Setembro uma área de 170 mil metros quadrados da Varuna Empreendimentos Imobiliários. Segundo o CMI, a Varuna Empreendimentos Imobiliários, do Grupo Hafil Empreendimentos, braço da empreiteira Grupo CR Almeida conseguiu, no dia 15 de setembro, uma ordem de reintegração de posse da área. A juíza Julia Maria Tesseroli determinou um prazo de 5 dias para que todos os acampados se retirassem voluntariamente do terreno, mas a ordem não foi cumprida. Com isso, a Justiça deu ordem para reintegração de posse. Ainda segundo o CMI, o terreno tem mais de 20 anos de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) atrasados e não cumpria até então a função social. Três pessoas saíram feridas – um menino de oito anos, um cinegrafista e uma mulher de 38 anos – e três outras são presas na operação – duas por porte ilegal de arma e uma por desacato –, segundo reportagem da "Folha de São Paulo". Segundo o movimento, são 14 feridos e 4 mortos, entre eles, um bebê de 4 meses de idade e um homem de aproximadamente 80 anos que carbonizou enquanto dormia em um dos barracos onde a PM ateia fogo. A área ocupada pertencente à Varuna Empreendimentos Imobiliários. O chefe do Comando do Policiamento da Capital (CPC), coronel Carlos Alexandre Scheremeta , diz que o resultado é "extremamente positivo", apesar dos feridos. Uma das coordenadoras da União Nacional por Moradia Popular, Maria das Graças Silva de Souza, afirma que os policiais agiram com violência.

Cerca de 20 pessoas participam de caminhada organizada pelo Muspe, iniciada no Arpoador e que segue para o Leblon, na Zona Sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os manifestantes foram impedidos de protestar em frente ao prédio onde mora o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), no Leblon, por cerca de 30 PMs, de acordo com "O Globo", ou cerca de 50 PMs, segundo a "Folha de São Paulo", que formaram um cordão de isolamento. Os manifestantes são servidores de áreas como Saúde, Educação e Segurança que reivindicam melhores condições de trabalho, 66% de reposição salarial, planos de carreira, incorporação das gratificações, concurso público e a não aplicação da lei que cria fundações públicas de direito privado. A manifestação terminou com distribuição de sopa a quem passava pelo Leblon. Não há registro de confrontos.

O juiz Marcos Fava, titular da 89 Vara da Justiça do Trabalho de São Paulo (região Sudeste), determina a reintegração imediata do trabalhador Wiliam Ferreira, demitido em plena greve nacional, do quadro de funcionários do Banco do Brasil. O juiz considera a dispensa de Wiliam um flagrante ato de desrespeito à própria legislação vigente "tendo em vista a arbitrariedade de sua demissão, no curso do movimento paredista", como registrou na sentença de reintegração. Wiliam Ferreira, funcionário concursado, destaca-se na combativa greve da categoria como liderança.

Cerca de 25 carros helicópteros da PF fazem uma operação na região do município de Buerarema – Bahia (região Nordeste), na Aldeia Serra do Padeiro, dos índios Tupinambá, segundo a polícia, visando cumprir uma ordem de prisão contra o cacique Rosivaldo Ferreira (Babau) e a procura de armas. Segundo as lideranças e membros desta comunidade, a operação é truculenta. Os policiais chegam atirando, fazem quebra-quebra, jogam bomba de gás e agridem os índios. A PF não permite o acesso de ninguém nem mesmo da imprensa ao local. A determinação da PF de executar as liminares de reintegração de posse das áreas retomadas pelos Tupinambá tem comprometido a integridade física e a subsistência do povo indígena.

6° feira 24

Os servidores do Dnit suspendem a greve iniciada há 19 dias após assembléia em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Os trabalhadores aceitaram a agenda de negociação proposta pelo governo federal e retornarão ao trabalho no dia 28 de outubro. No dia 27 é celebrado o Dia do Servidor e não haverá expediente.A categoria reivindica, além de aumento salarial, a estruturação do órgão, que tem 2.800 trabalhadores. Os servidores também defendem a contratação de pelo menos mais dois mil funcionários. Segundo a categoria, os baixos vencimento têm feitos com que muitos concursados deixem o órgão. Apenas em outubro, segundo a comissão negociadora da categoria, foram apresentados cerca de 50 pedidos de demissão. Os funcionários do Dnit devem começar as negociações com o governo no dia 29 de outubro.

Os trabalhadores rurais do MST desocupam a sede do Incra no Pará (região Norte). Uma das condições para a desocupação foi o comprometimento do órgão em realizar uma reunião, marcada para o dia 28 de outubro, que irá tratar da concessão de cestas básicas para acampamentos situados na malha fundiária pertencente ao estado do Pará. Na ocasião estarão presentes os representantes do Iterpa (Instituto de Terras do Pará), Casa Civil do Governo do Pará e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para definir medidas que possam garantir a segurança alimentar das famílias acampadas. Durante as negociações no início da semana, o movimento esteve reunido com os representantes das Secretarias Estaduais de Segurança Pública (Segup) e de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh) para que protocolassem denúncias contra a violência que os trabalhadores sofrem nos acampamentos. A assessoria do Incra no Pará informou que as ações objetivando a desapropriação de áreas e a criação de Projetos de Assentamento, reivindicadas pelo movimento, serão agilizadas, tais como vistorias para identificação de ocupantes, levantamentos cartoriais, relatórios de viabilidade ambiental e laudos agronômicos. Outras solicitações como a implantação de infra-estrutura nos assentamentos Paulo Fonteles, em Mosqueiro, e João Batista, em Castanhal também estão sendo providenciadas. Ainda de acordo com o órgão, as licenças ambientais para a execução das obras nas duas áreas já foram expedidas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará (Sema) e o Incra aguarda somente o fim do processo de licitação que irá definir as empresas de engenharia que executarão os serviços.

Os moradores da ocupação Alta Floresta, no bairro da Fazendinha, em Curitiba – Paraná (região Sul), que sofreram despejo no dia 23 de outubro, protestam em frente ao palácio

Iguaçu e na sede da Companhia de Habitação (Cohab), exigindo resolução para as famílias sem-teto. Sem uma resposta, os sem-teto voltam a se organizar na calçada em torno do terreno desocupado, definindo assim uma nova ocupação, que conta com pelo menos mil pessoas. Assentados na calçada e vivendo em abrigos feitos de lona, os moradores persistem em garantir seus direitos por moradia. Cerca de 300 famílias se organizam para manter a nova ocupação. Para isso, montam uma cozinha comunitária, separam o lixo e fazem comissões para os afazeres. Recebem ainda, um apoio da população local e movimentos sociais que ajudam com alimentação e outras necessidades. A PM e a Guarda Municipal monitoram a área, cercando as propriedades articulares ao redor. Os sem-teto dizem que durante a madrugada os policiais praticam coerção psicológica acionando sirenes e só desligando-as ao amanhecer.O secretário da Segurança Pública do Paraná, Luiz Fernando Delazari, declara que houve "precipitação" dos comandantes da PM na retirada das famílias que ocupavam um terreno da Varuna Empreendimentos Imobiliários. A operação em questão terminou em confronto entre os sem-teto e policiais e deixou feridos, entre eles um menino de oito anos, um cinegrafista e uma mulher de 38 anos, segundo a PM. De acordo com o secretário, o policial que feriu o cinegrafista no rosto com uma bala de borracha tem "instinto homicida" e, assim que for identificado, irá responder à sindicância para ser expulso da corporação. Delazari afirma em coletiva que a orientação repassada ao comando da operação "era negociar à exaustão [com os invasores]". Imediatamente após assistir a imagens veiculadas pela TV Bandeirantes, cedidas pelo jornalista Anderson Leandro, ferido deliberadamente por um PM durante operação policial o secretário da Segurança Pública do Paraná, Delazari, determina o afastamento do comandante do Policiamento da Capital, coronel Carlos Alexandre Scheremeta, e do comandante do 13º Batalhão da PM, major Flavio Correia.

Cerca de 80 Policiais Civis em Bauru – São Paulo (região Sudeste) fazem protesto e interrompem, uma caminhada do governador José Serra (PSDB) em apoio ao candidato à prefeitura da cidade, Caio Coube (PSDB). Os Policiais Civis estão em greve desde 16 de setembro. Segundo a assessoria de Serra, só um dos manifestantes o interpela, de forma cordial, pelo reajuste salarial. Ele teria dito que mandou os projetos à Assembléia e que tenta melhorar a situação da categoria. Os projetos prevêem dois reajustes salariais de 6,5%, em janeiro de 2009 e em 2010. Os policiais querem 15% de reajuste imediato, mais 2 parcelas anuais de 12% e aumento nas incorporações. Após Serra deixar o local, há início de tumulto entre simpatizantes de Coube e os policiais, que só termina quando é jogado gás de pimenta. A Secretaria da Segurança Pública não sabe informar quem jogou o gás. A assessoria informa ainda que Serra só deixa a caminhada porque tem outros compromissos e não chega a ver o tumulto. Segundo o delegado sindical Márcio Cunha, a manifestação pacífica conta com policiais em férias e alguns sindicalistas. O delegado Cunha nega que os policiais civis tenham jogado gás de pimenta porque "macula o movimento de greve".

Domingo 26

Cerca de 40 famílias do MST realizam a ocupação em área localizada próximo ao município de Imaculada, no sertão da Paraíba (região Nordeste). As famílias reivindicam a desapropriação da Fazenda Coruja com aproximadamente mil hectares e da Fazenda Saco

do Cosme que possui em torno de 750 hectares.A famílias encontra-se acampadas numa área provisória próxima ao distrito de Palmeiras, no município de Imaculada.

2° feira 27

Cerca de 5 mil pessoas, de acordo com a organização da Polícia Civil, ou aproximadamente 3 mil, segundo a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) participam de manifestação de entidades ligadas à Polícia Civil, em São Paulo – SP (região Sudeste). Os policiais reivindicam melhores salários e condições de trabalho. Um dia após o término do processo eleitoral, o diretor da Adpesp, André Dahmer, fez questão de frisar que o caráter da mobilização não é político, como sugerido dias atrás pelo governador do estado, José Serra (PSDB). Os manifestantes se reuniram na Praça da Sé e caminharam até a sede da Secretaria de Segurança Pública levando um caixão. "Queremos fazer um enterro simbólico de José Serra", gritavam os policiais. Vestindo uma camiseta com a foto do governador de São Paulo, muitos o acusavam de matar a polícia. Em greve desde o dia 16 de setembro, os policiais civis entraram em um conflito com PMs no dia 16 de outubro. "Vamos apurar quem mandou a tropa de choque ao nosso encontro. Temos uma série de medidas judiciais e políticas a serem tomadas", completou Dahmer sobre o episódio que aconteceu na frente do Palácio do Governo.Durante toda a caminhada, os manifestantes também pediram que o secretário de segurança pública, Ronaldo Marzagão, renuncie ao cargo. Segundo os policiais, a mobilização não tem data para acabar. "Vamos ao Palácio novamente falar com o governador", completou Dahmer. O comando da PM decide retirar os PMs que fazem o policiamento ostensivo na região central da capital paulista, onde ocorre o protesto em campanha salarial, para evitar novo confronto entre os policiais civis em greve e os militares. O governo também retira a escolta oficial dos grevistas que foi feita em atos anteriores pelos grupos de elite da Polícia Civil – Grupo de Operações Especiais (GOE) e o Grupo Armado de Repressão a Roubos e Assaltos (Garra) – já que no ato do dia 16 de outubro esses policiais passaram para o lado dos manifestantes.

A Justiça Federal do Maranhão determina a reintegração de posse da gleba Boca da Mata Barreirão, área de 114 mil hectares, localizada nos municípios de João Lisboa, Senador La Roque e Amarante do Maranhão (região Nordeste). O Desembargador Federal da União, João Batista Moreira decretou a posse ao Incra com base no artigo 71, lei de n° 9.760/46, que protege o patrimônio público, determinando o despejo dos fazendeiros sem qualquer direito a indenização e com o pagamento de uma multa ao Incra, com valor equivalente ao dos danos causados e que corresponda à quantidade de frutos colhidos indevidamente na área.O mandato de reintegração de posse da gleba, exigindo o despejo imediato dos fazendeiros ocupantes da área, já havia sido assinado em 24 de junho de 2008, pelo juiz federal da Subseção Judiciária de Imperatriz, Lucas Rosendo de Araújo. Porém, a PF esperou pelo fim do período eleitoral para solicitar apoio policial e, assim, cumprir o mandato. Esta grande gleba foi palco de grandes massacres e assassinatos de posseiros nas décadas de 70 e 80 durante seu processo de grilagem, Trabalhadores que ali viviam foram expulsos e os que resistiram foram mortos. Muitos se encontram desaparecidos.Atualmente, 12 propriedades compõem a área. Várias delas foram flagradas com trabalhadores em condições análogas a de escravidão e há mais de 15 anos os movimentos camponeses da região exigem a desapropriação dessas fazendas.No mês de novembro de 2007, o MST

ocupou com 120 famílias a Fazenda Cipó Cortado, parte da gleba. Fazendeiros tentaram a força despejar as famílias. Porém, o numero de trabalhadores acampados subiu para 300 famílias. Desde o inicio de 2008 um grupo de milícias se mantêm armado na sede da fazenda, a 1km do acampamento Roseli Nunes do MST.Duas das 12 propriedades que compõem o complexo estão ocupadas, além da Cipó, MST e o MLST mantêm ocupada desde 2006 a fazenda Ouro Preto, em Amarante do Maranhão. MST e outros movimentos articulam conjuntamente mais ocupações para a gleba, a fim de pressionar o cumprimento de reintegração de posse e garantir o assentamento de pelo menos duas mil famílias de trabalhadores rurais.

As mais de 700 crianças que participam do V Encontro Estadual dos Sem Terrinha no Maranhão (região Nordeste) realizam uma grande manifestação, para exigir escolas para os assentamentos no estado. As crianças saíram em caminhada pelas principais ruas da capital, São Luis e ocuparam o pátio interno do Palácio do governo onde se realizou as negociações. Sob as palavras de ordem “ou sai nossas escolas ou paramos o Brasil”, os Sem Terrinha entregaram ao governador Jackson Lago (PDT) uma pauta com todas as demandas de escolas para assentamentos.O governador afirmou que todas as reivindicações são prioridades do seu governo e se comprometeu a reunir-se com seu secretariado para estudar um plano que atenda às reivindicações, apresentando-o ainda em 2008 para o MST. Além da caminhada e da ocupação do Palácio as crianças ainda realizaram uma grande panfletagem, denunciando o modelo do agronegócio, que impede o acesso a uma alimentação saudável e mais barata para as populações pobres. O V Encontro dos Sem Terrinha do Maranhão, vem sendo realizado desde o dia 25 e termina no dia 28 de outubro. Além de se divertirem bastante, os Sem Terrinha ainda participaram de mais de 30 oficinas promovidas por amigos do MST, desenvolvendo práticas como a da leitura, reciclagem, grafite, artesanatos e outras.

3° feira 28

A Justiça Federal do Paraná determina que a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) forneça serviços públicos de saúde, saneamento, segurança alimentar e educação a comunidades indígenas das cidades de Guaíra e Terra Roxa – Paraná (região Sul). A ação foi movida pelo Ministério Público Federal devido à situação caótica em que se encontram as comunidades. Entre outros problemas, as famílias consumiam água direto do Rio Paraná, gerando problemas de saúde, principalmente nas crianças. A Funasa tem dez dias para cumprir a ação sob pena de pagar multa de R$ 500 por dia.

4ª feira 29

Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público realizam manifestações em todo o estado do Rio Grande do Sul (região Sul). Eles querem que o Tribunal de Justiça defina um índice de reposição salarial e envie projeto com reajuste para a Assembléia Legislativa. Os servidores estão há quatro anos sem reajuste e as perdas passam dos 66%. Na capital Porto Alegre, o ato ocorre em frente ao Fórum Central. À tarde, ocorre um ato em frente ao

Ministério Público e no Tribunal de Justiça. No interior do estado, acontecem protestos nas 173 comarcas.

Estudantes, ambientalistas, movimentos sociais e sindicais protestam em Porto Alegre - Rio Grande do Sul (região Sul). O protesto é contra o projeto do Pontal do Estaleiro. A caminhada sai da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com destino à Câmara dos Vereadores, onde o projeto será votado. De acordo com os manifestantes, O Instituto de Arquitetos do Brasil e o Sindicato dos Engenheiros do estado também condenam o projeto de construção de prédios comerciais na orla do Guaíba, que sequer tem estudos de impactos ambientais.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) denuncia que o maior projeto de irrigação do país, o Baixio de Irecê, está expulsando comunidades camponesas e ribeirinhas da região do rio São Francisco no sertão da Bahia (região Nordeste). O projeto abrange 59 mil hectares e irá fornecer água para atividades do agronegócio como a fruticultura e os agrocombustíveis. Além disso, 800 famílias estão perdendo suas lavouras e abastecimentos. A obra é financiada pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e custará R$ 880 milhões.

A Funai diagnostica presença de índios isolados nas proximidades das obras das usinas do rio Madeira, em Roraima (região Norte). A informação já havia sido registrada em documento entregue nas audiências públicas em Porto Velho – Rondônia (região Norte). No entanto, o Ibama e as empreiteiras preferiram fingir que não sabiam, afirma uma das coordenadoras da Associação de Defesa Etno-Ambiental, Ivaneide Bandeira. Ela afirma que a Funai, responsável pela proteção destes povos, não pode se omitir sobre o assunto. Segundo a Funai, pode haver uma mudança no cronograma das obras, caso sejam comprovados os impactos e os riscos que elas trarão aos indígenas.

Cerca de 300 manifestantes do MST participam de protesto na Avenida Paulista, em São Paulo – SP (região Sudeste), reivindicando a extensão do prazo – que vai ata o dia 26 de novembro – para desocupar um acampamento em Embu, a 27 km de São Paulo. A manifestação acaba após a proprietária se dispor a se reunir com a Secretaria de Habitação para discutir desapropriação ou a venda do terreno.

A Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol) que congrega delegados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (região Sul); Espírito Santo e Minas Gerais (região Sudeste); Bahia, Rio Grande do Norte, Piauí, Pernambuco e Maranhão (região Nordeste); Pará e Amapá (região Norte); Goiás e Mato Grosso (região Centro-oeste); e do Distrito Federal paralisam as atividades em apoio ao movimento grevista da Polícia Civil de São Paulo (região Sudeste), quase todos por duas horas (só no Maranhão a paralisação ocorre o dia inteiro), e para reivindicar uma pauta da categoria. Dentre as principais reivindicações está a aprovação da Lei Geral de Polícia e a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n° 549 , que visa inserir os delegados de polícia na carreira jurídica e prevê aumento do piso salarial. As duas propostas tramitam no Congresso Nacional. Em Bauru e em Botucatu, no interior de São Paulo, os delegados e os policiais civis, que já estão em greve desde o dia 16 de setembro, realizam atos simbólicos. representantes do movimento

grevista comparecem à Assembléia Legislativa, em São Paulo, para apresentar propostas de aumento salarial para a categoria. Os grevistas afirmam que estão dispostos a reduzir o percentual de reajuste linear exigido – 15% este ano, 12% em 2009 e 12% em 2010 –, para facilitar a negociação com os deputados, no entanto, novos índices não estão definidos. No Rio de Janeiro (região Sudeste), cerca de 50 policiais também paralisam as atividades por duas horas e se reúnem em frente à chefia da Polícia Civil, em apoio aos colegas.

Funcionários da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) – que engloba a TV Brasil, a Rádio Nacional e a Agência Brasil – iniciam paralisação, após rejeitar a proposta de plano de carreira apresentada pela direção da empresa. Os grevistas realizam piquete na porta da empresa e a direção ameaça com corte de ponto e demissão. Encabeçado pelo Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste), o comando de greve pede que, no plano de cargos e salários elaborado pela empresa, os jornalistas tenham piso salarial de pelo menos R$ 3 mil por cinco horas diárias de trabalho. A empresa assegurou um reajuste linear de 7,1%, além da implantação do Plano de Cargos e Salários, que já estava em discussão e prevê a migração dos funcionários de carreira da antiga Radiobrás e aumentos reais que vão até 42%. Mesmo com a paralisação parcial, as atividades da empresa foram mantidas. A Agência Brasil, a TV Brasil e os serviços de rádio funcionaram normalmente durante todo o dia. Em nota oficial, os diretores da EBC consideram a paralisação irregular e afirma que "a persistência da greve compromete as negociações e a própria implantação do plano de carreiras". A EBC não informa o total de funcionários parados.

Servidores que fizerem greves ou paralisações no Rio Grande do Sul (região Sul) terão o ponto cortado, de acordo com decreto da governadora Yeda Crusius (PSDB), que vale a partir do dia 29 de outubro, conforme reportagem da "Folha de São Paulo". Pela medida, os gestores de repartição pública devem considerar faltosos servidores grevistas. Sindicalistas prometem entrar na justiça contra o decreto, que consideram institucional. A medida também deverá afetar a vida funcional do funcionário no momento de obter benefícios, como licenças. De acordo com o governo, o decreto visa uniformizar o tratamento para lidar com o assunto.

Cerca de 350 apoiadores do prefeito eleito de Londrina, a 379 km de Curitiba – Paraná (região Sul), Antonio Belinati (PP), protestam contra a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de impugnar a candidatura dele, tomada no dia 28 de outubro. Os protestos se concentram no centro de Londrina, onde manifestantes fazem panelaço e gritam palavras de ordem em frente ao fórum eleitoral, à prefeitura e à Câmara Municipal, e na Zona Norte, reduto eleitoral de Belinati. Alguns manifestantes queimaram exemplares da Constituição Federal e títulos de eleitores. Belinati teve sua candidatura impugnada pela rejeição de suas contas em 1999, quando cumpria seu terceiro mandato. O presidente do PP no Paraná, o deputado federal Ricardo Barros, declara que a decisão "será revertida no Supremo Tribunal Federal (STF)". Segundo Barros, os advogados de Belinati ingressarão com recurso. Após a impugnação determinada pelo TSE, cabe à Justiça Eleitoral de Londrina decidir se haverá nova eleição, se será empossado o segundo colocado, Luiz Carlos Hauly (PSDB), ou se haverá novo segundo turno entre o segundo e o terceiro colocado.

Governadores de cinco estados ajuizam uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal contra a lei federal que definiu mudanças no magistério e estabeleceu o piso nacional para os professores. A Adin é assinada pelos governadores do Paraná, Roberto Requião (PMDB); do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius (PSDB); de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira (PMDB); do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli (PMDB); e do Ceará, Cid Gomes (PSB). A Adin questiona o uso da denominação "vencimento básico", em vez de "piso salarial". O texto da ação apresentada pelos cinco estados afirma que a Lei 11.738, que propôs as mudanças e instituiu o piso nacional de R$ 950 para 40 horas semanais, extrapolou os propósitos de regulamentar a base salarial. O vencimento básico, argumentam os estados, não contempla as gratificações, que passam a vir como horas extras. Os estados alegam que não têm orçamento para cumprir a lei.Segundo os estados, a obrigatoriedade de disponibilizar um terço da carga horária dos professores para atividades que não envolvam interação com os educandos exigem novos profissionais e também não há verba para essas contratações. A diretora do Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinpro-RS) e conselheira do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, Cecília Farias, destacou a importância da lei: "Nós festejamos esse piso para os professores da rede pública. Ele é muito importante e reconheceu o valor do professor".Cecília Farias criticou a Adin: "Essa Adin é lamentável. A gente sabe que, muitas vezes, os estados não possuem uma situação financeira satisfatória, mas não achamos que deve ser economizado no salário do professor".

Cerca de 80 estudantes do campus da Universidade de Brasília (UnB) em Ceilândia, Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), param a Avenida Juscelino Kubitsheck (Hélio Prates), a principal de Ceilândia, para exigir condições básicas de ensino. A direção do campus tentou esvaziar a mobilização, liberando mais cedo os estudantes do turno da manhã. As instalações físicas do campus estão previstas para ficar prontas em agosto de 2009. Até lá os estudantes deveriam estudar no Centro de Ensino Médio 04 (CEM 04 - Centrão). No entanto, estão alocados no Núcleo de Práticas Jurídicas da UnB (NPJ), que fica em Ceilândia e não possui as mínimas condições para que as aulas sejam ministradas. A justificativa é de que o CEM 04 estava em reformas e que em 2 semanas ocorreria a mudança para o local. Os estudantes exigem salas de aula, biblioteca e laboratórios. O campus surgiu de um acordo entre o ex-reitor Timothy, deposto pelos estudantes em abril, e o governo do Distrito Federal, por meio do Governador Arruda (DEM), que violou o painel de votação do Senado e renunciou para não ser cassado. O CEM 04 já está reformado e só depende do governo do Distrito Federal, para que seja ligada a eletricidade do colégio e as aulas aconteçam no local.

5° feira 30

Jornalistas da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) decidem retornar ao trabalho após um dia de greve, para retomar as negociações sobre o acordo coletivo de trabalho em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). As negociações sobre o Plano de Cargos e Salários, uma das reivindicações dos funcionários da EBC, serão retomadas num segundo momento, depois de fechado o acordo sobre a data-base. As negociações do acordo coletivo recomeçam neste dia 31 de outubro às 10 horas, em reunião entre a direção da empresa, os

sindicatos de radialistas e de jornalistas e a representação dos funcionários. Uma nova assembléia ficou marcada para o dia 5 de novembro para avaliar as negociações sobre o acordo coletivo.

Cerca de 300 famílias organizadas pelo MST são expulsas em uma ação envolvendo as Polícias civil, Militar e Federal, no município de Tucumã, sul do Pará (região Norte). Os sem-terra ocupavam desde agosto a fazenda Nega Madalena. Segundo Charles Trocate, da coordenação do MST, a fazenda é uma das sete que se encontra sobre a responsabilidade da 5ª Vara da Justiça Federal de Goiás. As fazendas pertenciam aos narcotraficantes Leonardo Mendonça e Fernandinho Beira-Mar. O despejo quebra acordo realizado entre o Juiz Federal de Goiás, o Incra em Marabá, e as famílias do acampamento. O acordo previa que as famílias iriam sair da área pacificamente para que os técnicos do Incra pudessem realizar os trabalhos de identificação e vistoria do imóvel. A reunião firmou ainda que o Incra compraria a fazenda em leilão. Barracos e pertences das famílias foram destruídos. Segundo site do MST, o delegado da PF pontuou aos que voltassem que sofreriam graves conseqüências. Trocate informa que o mais grave da ação foi o uso da tática da dispersão dos acampados. Conforme o MST, armas foram apontadas para as famílias, obrigando-as a subirem no caminhão para serem levadas para a cidade. Elas foram impedidas de montar acampamento às margens da estrada que liga a cidade de Tucumã à agrovila do Cuca, distante cerca de 22 km da cidade. Agora os trabalhadores estão no pequeno sítio na cidade de Tucumã. Não houve nenhuma prisão e agora os sem-terra planejam a reocupação da área. A direção do MST responsabiliza o governo federal pela violenta ação.

Os estudantes do Campus Laranjeiras da Universidade Federal de Sergipe (UFS), em Sergipe (região Nordeste), após uma tentativa frustrada de negociação, ocupam a sala da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST). Eles alegam que tiveram bolsas-trabalho cortadas, bolsas-alimentação atrasadas. Os estudantes reivindicam ainda restaurante universitário.

O Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego resgata 51 trabalhadores de situação degradante no estado do Pará (região Norte). A ação aconteceu nos municípios de Abel Figueiredo e Rondon, entre os dias 21 e 30 de outubro, sendo vistoriadas no período seis carvoarias e uma fazenda. Cinco delas estavam irregulares tanto em questões ambientas quanto trabalhistas. Entre os trabalhadores resgatados havia sete mulheres e um menor de idade (15 anos). Os empregadores não possuíam licença ambiental para produzir carvão e não tinham título da propriedade da terra. Além disso, duas carvoarias foram encontradas em área de assentamento e os empregados estavam em situação degradante de vida e trabalho. Em todas as empresas fiscalizadas, os trabalhadores estavam sem carteira de trabalho assinada, registro, pagamento de salário e em alguns casos sem receber qualquer tipo de adiantamento. "O sistema de pagamento era por produção o que obrigava os trabalhadores a laborar diariamente. Eles ficavam três dias fora da carvoaria e depois voltavam. Faziam jornadas de 30 a 35 dias sem sair do local de trabalho e assim não tinham folga nos finais de semana", confirma A coordenadora da operação e auditora fiscal, Virna Soraya Damasceno. Os empregados não contavam com Equipamentos de Proteção Individual (EPI), refeitórios, dormitórios adequados e, tão pouco, com instalações sanitárias. Segundo a auditora, eles eram obrigados a fazer suas necessidades fisiológicas na mata. "Era uma situação muito precária, não havia local

apropriado para dormirem. Apesar de alguns disponibilizarem barracos de lona ou de madeira, não tinha a higiene e proteção que a lei exige", conta.A lista de irregularidades trabalhistas se prolonga quando a coordenadora da ação descreve o esforço físico para o exercício das atividades em carvoaria, a altas temperaturas e a insalubridade dos fornos. A auditora acrescenta também que os empregados tinham dificuldade quanto ás refeições que, por vezes, não era suficiente para todos e ao consumo de água, que vinha dos córregos.O valor líquido das rescisões contratuais foi superior a R$ 62.600. Foram lavrados 31 autos de infração; emitidas 16 Carteiras de Trabalho; solicitados 50 seguros-desempregos. Ademais, duas carvoarias firmaram Termo de Conduta com o Ministério Público, sendo que juntas tiveram de pagar coletivamente o valor de R$ 90.000 por danos morais.

6° feira 31

O governo José Serra (PSDB-SP) divulga no “Diário Oficial” a implementação de prova obrigatória para os professores que desejam ser temporários na rede estadual de ensino, segundo notícia da “Folha de São Paulo”. O exame, um dos motivos da greve na rede em junho de 2008, valerá 44,4% da nota final do candidato para a escolha das vagas, isto é, 80 pontos. A presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do estado de São Paulo (Apeoesp), Maria Izabel Azevedo Noronha, declara que “continuaremos contrários ao exame. Um dos problemas é que ele terá como base a proposta curricular, que foi para as escolas cheia de erros”.

Cerca de 5 mil manifestantes do Movimento Pró-Democracia, de acordo os organizadores, ou cerca de 2 mil, segundo estimativa da PM, mais de 3 mil segundo a Agência Brasil participam de manifestação, organizada pela internet, com o objetivo de cobrar do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) a apuração de supostos crimes eleitorais praticados pela campanha do prefeito eleito, Eduardo Paes (PMDB), no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A passeata saiu da Cinelândia e se concentrou em frente ao TRE. Os coordenadores do movimento protocolaram no TRE um documento pedindo a apuração de denúncias contra os políticos que se candidataram às eleições municipais no Rio. Com o rosto pintado, usando nariz de palhaço e agitando bandeiras, os estudantes se reuniram depois de trocar mensagens em comunidades da internet. Segundo Manoel Alves, um dos fundadores da comunidade virtual Movimento Pró-Democracia, que tem mais de 13.500 membros, a idéia da mobilização surgiu domingo dia 26 de outubro após a apuração dos votos no segundo das eleições. Alves disse que a população se juntou por suspeitar que houve irregularidades na contagem dos votos. Os manifestantes – em sua maioria, estudantes das Zonas Norte e Sul – classificam o ato como “apartidário, espontâneo e pacífico” e negam ligação com a candidatura de Fernando Gabeira (PV). A assessoria do TRE informou que, no dia da votação, apenas uma urna, no bairro do Leblon, deu defeito e realmente não pôde ser recuperada, mas que os 250 votos daquela seção eleitoral não fizeram diferença, já que, no segundo turno, mais de 55 mil votos separaram o primeiro colocado do segundo. Além disso, todos os processos abertos no período eleitoral ainda estão sendo apurados e a maioria deles é referente à propaganda irregular, acrescentou a assessoria do tribunal. De acordo com a assessoria, uma das provas de que a Justiça Eleitoral buscou eleições limpas foi a apreensão, domingo, de cerca de 90 mil panfletos da campanha de Eduardo Paes, que foi o vencedor da disputa. No dia 29 de outubro, o

presidente do TRE, Alberto Motta Moraes, classificou as denúncias de "uso da máquina pública" para influenciar o resultado das últimas eleições de "manifestações típicas que se seguem a uma derrota".

O Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego encontra cinco trabalhadores em situação degradante em uma fazenda no município de São Félix do Xingu, no Pará (região Norte). Os trabalhadores estavam em instalações precárias, sem banheiros e sem água potável. Além disso, os trabalhadores não tinham acesso a equipamentos de proteção individual, e os vaqueiros da fazenda eram obrigados a pagar por peneiras, selas, esporas e outros instrumentos necessários ao desempenho de suas funções. Alguns empregados já haviam manifestado interesse em ir embora, mas a proprietária da fazenda alegava que eles tinham débitos a ser quitados, caracterizando servidão por dívidas. Dos cinco, três não tinham registro em carteira de trabalho.Os direitos dos trabalhadores resgatados estão sendo calculados, segundo o coordenador nacional do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, Marcelo Campos, e o dono da fazenda será chamado a fazer os pagamentos. O Ministério Público do Trabalho estipulou multa por dano moral individual no valor de R$ 10 mil por empregado. Também serão emitidas guias de seguro-desemprego para esses trabalhadores, que deverão rapidamente retornar aos seus locais de origem, informou o coordenador.

Glossário de Siglas

Adpesp	Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo
ASDUERJ	Associação de Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Banrisul	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A,
CMI	Centro de Mídia Independente
Contraf	Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DEM	Partido Democrata
Detro	Departamento de Transportes Rodoviários
Dnit	Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes
Fenaban	Federação Nacional dos Bancos
Funai	Fundação Nacional do Índio
HUPE	Hospital Universitário Pedro Ernesto
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
Muspe	Movimento Unificado dos Servidores do Estado
ONG	Organização Não Governamental

PDT	Partido Democrático Trabalhista
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PV	Partido Verde
STF	Supremo Tribunal Federal
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro

OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

R

A

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

CLACSO

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

Documento de trabajo Nº 228

Realizado por
el Comité de Seguimiento
del Conflicto Social y la Coyuntura
Latinoamericana de R

Integrantes	Juan
Diarios	*E*
Otras fuentes	Espacio Insular

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.
La responsabilidad por las opiniones expresadas en los artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinado a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado constituye uno de los resultados de este trabajo de documentación y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un documento de trabajo en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social llevadas a cabo durante el mes indicado en uno de los 19 países relevados.

La cronología presentada ha sido elaborada por alguno de los diversos **Comités de Seguimiento del Conflicto Social** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación de un equipo de investigación que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento del Conflicto y la Coyuntura Latinoamericana

PAIS	INSTITUCION	RESPONSABLES
Guatemala	FLACSO	Simona Yagenova Mario Castañeda
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Diana Cárdenas
Paraguay	Centro de Documentación de Estudios	Quintín Riquelme
Ecuador	CIUDAD	Mario Unda Hugo González
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Chile	ARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo
Brasil	LPP	Roberto Leher
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
México	UNAM	Massimo Modonesi Lucio Oliver
Panamá, El Salvador, Nicaragua Honduras y Costa Rica	CELA (Panamá)	Marco A. Gandásegui, h.
República Dominicana y Puerto Rico	Centro Juan Montalvo (Rep. Dominicana)	Mario Serrano Juan Luis Corporán
Venezuela	PROVEA	Marino Alvarado Marco Antonio Ponce
Costa Rica	IIS	Sindy Mora Solano

Brasil
Cronología del conflicto social
Noviembre 2008

Sábado 01

Cerca de 2 mil integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) acampam na fazenda Variante, em Porecatu, região Norte do Paraná (região Sul) que explora trabalhadores. Os trabalhadores rurais ocupam a fazenda Variante como forma de pressionar o governo federal a desapropriar a área para o assentamento de famílias acampadas na região. Segundo site do Movimento, em agosto de 2008, durante uma ação conjunta entre o Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Polícia Federal (PF), a fazenda foi embargada por terem sido encontrados no local, 17 trabalhadores em situação degradante, análoga ao trabalho escravo. A área de 1.362 hectares, que pertence ao grupo Atalla, era utilizada para o plantio de cana-de-açúcar para abastecer a Usina Central de Porecatu (UCP), produtora de açúcar e álcool, propriedade do mesmo grupo. A vistoria realizada na UCP encontra 228 funcionários da empresa em situação degradante, análoga ao trabalho escravo. Também são identificados casos de exaustão física causada pela jornada excessiva. Na operação, parte da Usina foi interditada e sua estrutura considerada ilegal, por apresentar risco à vida dos trabalhadores. Entre elas, a área de trabalho na plantação de cana. Em entrevista à imprensa, a coordenadora da fiscalização, Jackeline Corrijo, afirma que as condições de trabalho no local estão entre as mais graves encontradas nos últimos tempos pelos auditores fiscais, no setor sucroalcooleiro. O MST defende a aprovação imediata da Proposta de Emenda à Constituição – PEC 438/2001, que prevê a expropriação para fins de Reforma Agrária, das fazendas flagradas explorando trabalhadores em condições semelhantes à de escravidão.

A juíza Luciana Mourão Castello, da 3ª Vara Cível de Cubatão – São Paulo (região Sudeste) concede à prefeitura uma liminar de reintegração de posse e determina a retirada das 37 famílias acampadas na esplanada do Paço Municipal de Cubatão desde 3 de outubro. A magistrada autoriza, caso necessário, o uso de força policial. A medida deve ser cumprida no dia 3 de novembro, com a participação da Polícia Militar (PM), do Conselho Tutelar, de assistentes sociais e técnicos da Administração Municipal.

Domingo 02

Cerca de 50 integrantes do MST estão em Vitória – Espírito Santo (região Sudeste) pressionando para que seja regularizada a situação do assentamento "Otaviano de Carvalho", em Ponto Belo, no norte do estado. Eles aguardam há 8 anos por um desfecho, lidando com ameaças de morte, tendo inclusive barracas queimadas por

fazendeiros. Os sem-terra estão alojados em uma área do Sindicato dos Arrumadores, próximo ao parque Tancredão, onde ficarão até o dia 10 de novembro.

Um grupo de sem-terra, com aproximadamente 100 pessoas organizadas pelo Movimento Terra, Trabalho e Liberdade - Democrático e Independente (MTL-DI), ocupa a Fazenda Fortaleza, de aproximadamente 1.300 hectares, no Município de Rio Verde – Goiás (região Centro-oeste). Segundo o Centro de Mídia Independente (CMI), a Fazenda é improdutiva, além de estar seqüestrada pela Justiça Federal em um processo movido pelo Ministério Público Federal em favor da receita federal. O proprietário da fazenda, Marcelo Lamberti, é acusado de lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e evasão de divisa. O processo corre no Tribunal de Justiça Federal da 1ª região de Curitiba – Paraná (região Sul). O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) fez contato com o juiz e com o promotor responsável pelo processo, que concordou em fazer acordo judicial e repassar a fazenda para o órgão, que a destinará à Reforma Agrária. O proprietário, entretanto, insiste em não aceitar o acordo e aguardará o julgamento final.

Aproximadamente 100 crianças de assentamentos e acampamentos do MST, os sem-terrinhas, acompanhados das mães, pais e responsáveis, vindos dos assentamentos Dom Tomás, Irmã Alberta, Dom Élder, Lírio dos Vales, Dom Pedro Casaldáliga e Comuna Urbana, fazem um protesto em frente à Secretaria de Educação do Governo do estado de São Paulo (região Sudeste). O protesto é pela construção de escolas nos vários assentamentos do MST da região da grande São Paulo. Foi tentada uma audiência com a secretária de educação do estado, Maria Helena Guimarães de Castro. No entanto, o movimento é recebido por uma assessora, que anota as reivindicações, mas não propõe nenhum encaminhamento. O movimento promete continuar lutando pelo direito à educação. Para reivindicarem seus direitos, as crianças pintaram desenhos e cartazes, que colorem a entrada do prédio e chamam atenção das pessoas que passam pelo local.

Cerca de 400 trabalhadores entram em conflito com a PM na cidade de Barro Alto – Goiás (região Centro-oeste), depois da tentativa de prisão de um trabalhador de uma obra da Anglo-American, no refeitório da mineradora. O conflito é iniciado entre um operário e um segurança da empresa, e depois a polícia é acionada. O trabalhador recebe voz de prisão, mas os outros operários o impedem de ser preso. Os manifestantes queimam cerca de 64 alojamentos e um carro da polícia, e realizam um protesto que dura cerca de 6 horas. Segundo o CMI, Barro Alto teve sua formação ligada aos movimentos de resistência negra quilombola. Sua população vivia principalmente da vida camponesa e rural até a instalação de indústrias transnacionais interessadas em seu subsolo, já que nele encontra-se grande riqueza mineral, principalmente ferro e níquel. A Anglo-American é uma das maiores empresas do mundo no ramo da mineração. Com o incentivo dos governos estaduais e federal, se espalha por todo o Brasil. Essa empresa possui um forte esquema de segurança privada para controlar os trabalhadores, vigiando alojamentos, controlando os hábitos e mantendo uma rigorosa disciplina de trabalho. A Anglo-American contratou diversas empresas nacionais, sendo a Camargo Correia a mais importante, para controlar os trabalhadores das obras da empresa. Um cartaz na entrada da empresa anuncia “zero dias sem acidentes de trabalho”, ou seja, no dia 01 de novembro ocorreu um acidente. Como resposta à rebelião dos operários da Anglo-American, a Camargo Correia inicia um processo de deslocamento e demissão de trabalhadores.

2ª feira 03

Moradores e motoristas bloqueiam a rodovia federal BR-235, entre os municípios de Casa Nova e Remanso, a 650 quilômetros de Salvador, no norte da Bahia (região Nordeste). O ato denuncia o abandono da estrada e protesta contra a espera por obras de manutenção do asfalto, repleto de buracos naquele trecho. Os manifestantes representam a população dos municípios de Casa Nova, Remanso e Campo Alegre de Lourdes e intitulam-se Movimento Sem Estrada, com a sigla MSE, tendo ainda apoio das empresas de ônibus que circulam pela estrada entre os municípios da Bahia e do Piauí.

Centrais sindicais e movimentos sociais fazem um ato na Assembléia Legislativa, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Os manifestantes pedem a exoneração do Comandante da Brigada Militar Paulo Roberto Mendes. Os movimentos e centrais denunciam ainda o sucateamento das áreas de educação e saúde no estado e acusam a Governadora Yeda Crusius do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) de usar a violência para acelerar a redução de direitos dos trabalhadores. Para o Deputado federal Adão Pretto do Partido dos Trabalhadores (PT), a violência da Brigada é resultado da fraqueza do Governo do estado. O Deputado Pompeo de Mattos do Partido Democrático Trabalhista (PDT) promete levar as denúncias para a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Os 89,23% dos 26.863 eleitores de Bom Jesus de Itabapoana – Rio de Janeiro (região Sudeste) votam nulo nas eleições para prefeito. O candidato único à Prefeitura, João José Pimentel, do Partido Trabalhista do Brasil (PTB), alcança apenas 6,3% dos votos. Em Santo Antônio de Pádua, Maria Dib, do Partido Progressista (PP), obtém o equivalente a 37,9% dos votos, enquanto os nulos totalizam 60,35%. De acordo com as regras eleitorais, nenhum candidato pode tomar posse quando os nulos e brancos vencem as eleições, alcançando um coeficiente maior que a soma dos votos dos candidatos. Nos dois municípios, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) terá de convocar novas eleições e os dois candidatos rejeitados pela população ficarão inelegíveis.

3ª feira 04

Integrantes do MST ocupam a sede do Incra em Campo Grande – Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). Os manifestantes, entre eles, homens, mulheres e crianças ligados ao Movimento, à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri), reclamam da situação precária dos assentamentos implantados pelo Incra em Mato Grosso do Sul onde, de acordo com os acampados, falta água potável, moradia digna, assistência técnica e melhoria das vias de escoamento da produção. Os trabalhadores também reclamam da administração do atual superintendente, Flodoaldo Alencar, afirmando em nota distribuída aos jornalistas que "não foi assentada sequer uma família, enquanto que a meta era de assentar 4.360 famílias em 2008". O documento

explica que centenas de famílias foram retiradas dos acampamentos instalados nas margens de rodovias do estado, e "jogadas em fazendas transformadas em verdadeiras favelas rurais. São pré-assentamentos, onde milhares de trabalhadores rurais esperam há dois anos o loteamento e a distribuição de lotes por parte do Incra". O documento ressalta também a "lentidão e descaso do governo federal para com a reforma agrária". O grupo reivindica agilidade na Reforma Agrária no estado e rapidez na desapropriação de fazendas improdutivas e na construção de casas em assentamentos. Segundo o MST, há cerca de 500 trabalhadores no prédio, mas a Superintendência do Incra calcula em 300 o número de manifestantes. Os trabalhadores afirmam que só deixarão o local quando suas reivindicações forem atendidas. O movimento alega que, desde 2007, os processos de desapropriação e destinação de recursos para melhoria dos assentamentos estão parados no estado. A Superintendência do Incra no estado, entretanto, afirma que o processo de Reforma Agrária não está parado. O Incra diz que teve dificuldades na obtenção de terras no último ano porque uma área que abrange 26 municípios foi considerada terra indígena – essa área, somada às terras do Pantanal e às inaptas para agricultura, faz com que somente 30% das terras do estado possam ser usadas para assentamentos. O instituto diz que a negociação com o MST está sendo feita diariamente.

Cerca de 80 caminhoneiros e outros motoristas bloqueiam dois acessos da rodovia BR-235 que estava sendo usada para transpor a barreira feita na estrada (iniciada no dia 03 de novembro), entre as cidades de Casa Nova e Remanso, a 650 quilômetros de Salvador, no norte da Bahia (região Nordeste). Os manifestantes bloqueiam agora os limites entre Remanso e Pilão Arcado e entre Remanso e o município, do estado do Piauí, São Raimundo Nonato, interrompendo o tráfego entre a Bahia e o Piauí. A população das cidades vizinhas e o bispo de Juazeiro, dom José Geraldo, apóiam os manifestantes, que protestam contra a falta de obras de manutenção do asfalto, repleto de buracos naquele trecho da estrada.

Policiais civis do Rio Grande do Sul (região Sul) iniciam paralisação de três dias nas delegacias do estado, de acordo com o jornal Folha de São Paulo. Os policiais reivindicam aumento do piso salarial de R$ 1.200 para R$ 2.500 e um regime especial de aposentadoria. Há interrupção de investigações e mandados judiciais deixam de ser cumpridos. Somente ocorrências graves, como homicídios, estão recebendo atendimento. Segundo o Sindicato dos Servidores da Polícia Civil, 90% dos 5.200 agentes aderiram à paralisação, mantendo as delegacias em funcionamento com apenas 30% do efetivo. Já o governo Yeda Crusius (PSDB) afirma que a adesão ao movimento é “insignificante” e não afeta as atividades, assim como a Casa Civil, que declara que a paralisação está restrita a distritos policiais da região metropolitana da capital Porto Alegre.

Cerca de 250 pessoas do Movimento dos Conselhos Populares (MCP) ocupam a sede da secretaria do Meio Ambiente e Controle Urbano de Fortaleza (Semam) – Ceará (região Nordeste). O movimento lança nota com as reivindicações: democracia na direção dos rumos, que devem ser definidos pela participação direta do povo organizado; recursos naturais e urbanos como patrimônios da coletividade e geridos diretamente por instâncias de participação cidadã e gerência dos ecossistemas segundo uma lógica democrática e sustentável de bem-estar coletivo e preservação a partir das comunidades locais.

Moradores da Vila Alta Floresta realizam manifestação com um pedágio que conta com a entrega de panfletos nos carros e ônibus, na Rua João Dembinski, situada no bairro Fazendinha, em Curitiba – Paraná (região Sul). O ato conta com cerca de 150 moradores representantes das famílias desalojadas que ainda esperam uma resposta da Prefeitura de Curitiba. No dia 23 de outubro, as famílias foram despejadas pela Tropa de Choque. O objetivo do ato é informar à população de Curitiba, sobre a real situação em que vivem cerca de 300 famílias que se encontram à beira da calçada. Conforme o CMI, a Guarda Municipal aterrorizou durante as madrugadas todas as famílias e a ida de um oficial de justiça ao local torna ainda mais dura a resistência. Na manhã deste dia 4, o morador Celso Edit, 38 anos, em busca de água para a cozinha comunitária construída na ocupação da calçada, discute com a milícia armada que faz a segurança do terreno desocupado. Durante a noite, um grupo de seis homens encapuzados abre fogo contra a cozinha comunitária, acertando 15 tiros no peito de Celso Eidt. Segundo o CMI, a polícia, que estava a menos de 50 metros do local do crime, afirma não ter ouvido os disparos.

Dez turmas de cortadores de cana-de-açúcar cruzam os braços na Usina de Açúcar e Álcool e Biodiesel Decasa, localizada no município de Caiuá, no interior de São Paulo (região Sudeste). Os grevistas somam cerca de 500 cortadores de cana das cidades de Presidente Venceslau, Marabá Paulista, Caiuá, Ouro Verde, Dracena, Panorama, Paulicéia, Santa Mercedes, Campinal – Distrito de Presidente Epitácio e Ribeirão dos Índios. A greve é motivada por descumprimento do acordo coletivo e das normas regulamentadoras do trabalho nos canaviais, diante da precariedade das condições de trabalho. Segundo os grevistas, a usina não tem feito a reposição dos equipamentos de proteção individual (EPI). Os trabalhadores também reclamam que a empresa não aceita atestado médico, descontando o dia da consulta no pagamento e denunciam perseguições por parte de encarregados e fiscais da usina. Advertências sem motivação aparente e suspensões classificadas como indevidas causam revolta e indignação entre os trabalhadores.

4ª feira 05

A Fundação SOS Mata Atlântica promove manifestação contra a medida que permite que o diesel produzido no Brasil tenha mais enxofre do que o recomendado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Os manifestantes se reuniram em frente ao prédio da Justiça Federal, em São Paulo – SP (região Sudeste), com narizes de palhaço e faixas com dizeres contra a nova medida. "Esse acordo é esdrúxulo e privilegia a incompetência, além de arriscar a vida da sociedade. Segundo site da Agência Brasil, um acordo para reduzir a poluição ambiental provocada pelo diesel foi assinado na semana passada pelo Ministério Público Federal, o governo de São Paulo, a Agência Nacional de Petróleo, a Petrobras, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), 16 montadoras de veículos e um fabricante de motores. O termo não cumpre a Resolução 315/2002 do Conama, que estabeleceu a obrigatoriedade de um diesel mais limpo, denominado S50, com 50 partes por milhão (ppm) de enxofre (elemento químico poluente com potencial cancerígeno) para o

início de 2009. O diesel fornecido atualmente no interior do país apresenta 2 mil ppm de enxofre e seria substituído por 1.800 ppm a partir de 1º de janeiro de 2009. Agora, o combustível só estará disponível em 2011.

A juíza da 20ª Vara Cível do Rio de Janeiro (região Sudeste), Luciana de Oliveira Leal, condena a Petrobras a pagar uma indenização de aproximadamente R$ 72 mil ao pescador Carlos Bezerra da Silva, que ficou impossibilitado de trabalhar por um mês devido a um acidente ambiental provocado pelo vazamento de óleo combustível na Baía de Guanabara. Segundo informações divulgadas pela Agência Brasil, o acidente ocorreu em janeiro de 2000 e foi causado pelo rompimento de um duto da estatal, que liga a refinaria Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, ao terminal da Ilha d'Água, provocando o vazamento de cerca de 1,3 milhão de litros de óleo combustível nas águas da Baía formando uma mancha que se espalhou por aproximadamente 40 quilômetros quadrados. A decisão da juíza se baseou em laudo pericial indicando que o acidente "prejudicou o ciclo reprodutivo da fauna aquática, gerando danos na atividade pesqueira da região e quedas na pesca de todas as espécies". O valor total da indenização estipulada pela juíza é referente a R$ 48 mil de lucros cessantes, R$ 15 mil de danos morais e R$ 9.200 por danos materiais. A Petrobras, que ainda pode recorrer da sentença, não se pronunciou sobre a decisão.

Cerca de 84 índios das tribos Enawene Nawe e Kamaiurá manifestam-se no Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste), para definir propostas contra a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) em Mato Grosso (região Centro-oeste). Os índios reivindicam a realização de audiências públicas com todos os órgãos responsáveis por licenciamentos ambientais para que as reivindicações das comunidades sejam ouvidas. O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Meira, e representantes do governo do estado de Mato Grosso, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) participaram do encontro. Desde 2004, os índios protestam contra as obras de mais de 83 PCHs próximas ao Rio Juruena e aos afluentes do Rio Xingu. Segundo o representante da comunidade do Parque Indígena do Xingu , Pablo Kamaiurá, com essas construções a reprodução de peixes desses rios estará comprometida e com isso a base da alimentação indígena da região será afetada. Pablo afirma ainda que não foi feito nenhum estudo de impacto ambiental da área e que as comunidades indígenas não estão sendo consultadas sobre as novas construções.

Servidores do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e do Ministério da Saúde promovem uma paralisação de 24 horas em todo o país. Os trabalhadores reivindicam condições dignas de atendimento à população, a realização de concurso público imediato para a contratação de novos servidores e a implementação de planos de carreira. No Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste), os funcionários dos dois órgãos públicos contam com a adesão de alguns profissionais de unidades municipais e estaduais de saúde e realizam uma manifestação em frente ao prédio do Ministério da Fazenda, no Centro da cidade. O Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Rio de Janeiro (Sindsprev/RJ) teme que o governo não cumpra os acordos firmados com os trabalhadores, uma vez que a Medida Provisória 443 exime o estado de cumprir os acordos feitos a partir de março. Outro ponto que preocupa os servidores é a possibilidade de aprovação de um projeto de lei no Congresso Nacional que cria fundações de direito privado no serviço público federal. De acordo com o diretor do Sindisprev/RJ, Júlio Tavares, o PL 92 estabelece uma nova relação

de vínculo trabalhista em que seriam extintos os concursos públicos e a população passaria a pagar pelos exames e atendimentos. A Secretaria Municipal de Saúde confirma que os Postos de Assistência Médica (PAM) de Bangu, Del Castilho, Irajá e o Posto Alice Tibiriçá, reduzem os atendimentos ambulatoriais devido à paralisação de parte dos servidores. Segundo a secretaria, os atendimentos nessas unidades são remarcados. Já o Ministério da Saúde informa que, segundo os diretores dos hospitais federais do município do Rio, todas as consultas e cirurgias marcadas são realizadas normalmente.

Fiscais do Ibama e do Instituto Chico Mendes (ICMBio) de todo o país paralisam suas atividades. A paralisação é promovida pela Associação Nacional dos Fiscais Federais do Meio Ambiente (Anffema). O objetivo da greve é protestar em favor da reestruturação do plano de carreira e da criação do cargo de Fiscal Ambiental Federal pois não há um cargo específico para atender a atividade de fiscalização. Os servidores reivindicam a criação da atividade de fiscal ambiental federal há sete anos. A intenção da categoria é que a nova atividade conte com pelo menos 3 mil funcionários. Os fiscais também reivindicam a criação de uma universidade corporativa para realizar cursos de capacitação. Segundo informações da Agência Brasil, o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama ainda não têm posição sobre a possível criação do cargo de fiscal ambiental federal. A assessoria do ministério informou que ainda não há data para que o encontro com o ministro Carlos Minc (PT) seja realizado e adiantou que Minc não estará em Brasília nos próximos dias. A diretoria do Ibama informou que a questão está sendo analisada em conjunto com os Ministérios do Meio Ambiente e do Planejamento.

O Ministério Público Federal adverte o Ibama sobre a possibilidade de questionar a probidade administrativa dos diretores do órgão. A medida será tomada caso o órgão conceda licença ambiental para as obras da usina de Jirau, no rio Madeira, em Rondônia (região Norte), sem que haja novos estudos. O procurador Mário Lúcio de Avelar afirma que a mudança do local de construção da hidrelétrica traz impactos ambientais, sociais e econômicos ainda desconhecidos.

O governo José Serra (PSDB) faz uma nova proposta aos policiais civis em greve no estado de São Paulo (região Sudeste). De acordo com o jornal Folha de São Paulo, a oferta é de um reajuste de 6,5% no mês de novembro – anteriormente, ele seria pago em 2009. Já o segundo aumento, no mesmo percentual, seria dado em novembro de 2009, sendo que há a possibilidade de antecipá-lo para o primeiro semestre. A categoria vê a proposta como uma "vitória moral". O comando grevista declara que vai apresentar a proposta às bases e que haverá discussão em assembléia geral.

Dois trabalhadores integrantes do MST são seqüestrados do acampamento Roseli Nunes no Maranhão (região Nordeste), por pistoleiros armados. Segundo site do MST, após serem seqüestrados, os trabalhadores são levados até a sede da fazenda Cipó Cortado, em Senador La Roque, também no estado, onde são interrogados sob a mira de armas de fogo apontadas para suas cabeças. Os jagunços procuram obter informações sobre as lideranças do acampamento e do MST na região. A Cipó Cortado está ocupada por 250 famílias desde novembro de 2007. A fazenda é uma das 12 propriedades que compõem a Gleba Boca da Mata Berreirão. Em junho de 2008, a Justiça Federal decretou a desapropriação da gleba de 114 mil hectares e cedeu sua posse ao Incra. Porém, até o momento, a área não foi

retomada pelo órgão devido a resistência dos latifundiários. O decreto que reintegra a posse da gleba ao Incra deu 30 dias para que os fazendeiros desocupassem a área. Segundo informações divulgadas pelo Movimento**,** o Incra e o Comando da Polícia já foram comunicados sobre os últimos acontecimentos porém até agora nada foi feito.

Fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego resgatam 12 trabalhadores rurais em situação degradante em lavouras de laranja em Engenheiro Coelho, na região de Campinas, em São Paulo (região Sudeste). Os 12 trabalhadores são de Alagoas (região Nordeste) e nenhum deles portava atestado de liberação para trabalho em outro estado. Os trabalhadores estavam em regime semelhante ao de escravidão: não portavam equipamentos de proteção individual, sofriam com a precariedade do transporte e falta de água potável e dividiam um único cômodo, suficiente para abrigar quatro pessoas, e sete deles dormiam no chão. O cômodo, segundo a secretaria, pertencia a um dos produtores de laranjas para quem eles trabalhavam. Além disso, os trabalhadores eram cobrados pelos produtores por dívidas com a viagem de Alagoas para São Paulo e também pelo fornecimento de moradia e de alimentação. O proprietário da fazenda e o condomínio de produtores de laranja terão que custear a passagem de volta dos migrantes para Alagoas e fazer o pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 1 mil para cada trabalhador. As frentes de trabalho na lavoura de laranja foram interditadas.

5ª feira 06

Quilombolas conquistam, na Justiça, a determinação de que a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS) só poderão realizar obras, instalações e serviços relativos ao Projeto Cyclone IV na área já destinada ao Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). Caso queiram construir novas bases de lançamento de foguetes em Alcântara – Maranhão (região Nordeste), a AEB e a ACS terão que respeitar as localidades de remanescentes de quilombolas. Além do Ministério Público Federal (MPF), do Incra, da AEB e da ACS participaram da audiência que definiu a determinação dos representantes da Advocacia-Geral da União (AGU) e dos moradores da área que seria atingida. O acordo pôs fim a uma ação movida em maio de 2008 pelo MPF no Maranhão para garantir os direitos das comunidades quilombolas em Mamuna e Baracatatiua, em Alcântara. O objetivo da ação era embargar obras de pré-engenharia (aberturas de estradas e perfuração de solo) relativas ao Projeto Cyclone IV, construídos sem autorização nos territórios das comunidades quilombolas, causando danos aos moradores e ao meio ambiente. De acordo com o procurador da República Alexandre Silva Soares, dois fatores contribuíram para que o MPF ingressasse com a ação: a demora do Incra em ceder títulos coletivos de propriedade às duas comunidades e os trabalhos de pré-engenharia. Na região de Alcântara, numa área de cerca de 78 mil hectares, vivem 152 comunidades remanescentes do quilombos. “O Ministério Público vai continuar a fiscalizar não só os trabalhos do Incra, como qualquer empreendimento que queira se instalar na região” avisou o procurador.

Fiscais do Ministério do Trabalho resgatam 35 carvoeiros em situação comparável à de escravidão em uma fazenda da cidade de Riachão das Neves, no noroeste da Bahia (região

Nordeste). De acordo com o auditor do Trabalho Eduardo Santos da Costa, a maioria não tem carteira assinada e tem descontado do salário até as botinas usadas para proteção contra o calor dos fornos. “Já pude avaliar que há desconto dos salários para comprar cigarros, gasolina e tudo para uma motoserra funcionar. Isso significa servidão por trabalho”, disse. O trabalho semelhante à escravidão é apenas uma das irregularidades na fazenda, segundo o auditor. O proprietário tem autorização do Ibama para fazer queimadas. No entanto, os fiscais encontraram os fornos lotados com madeira de lei, como aroeira, protegida pela legislação ambiental. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc (PT), acompanhou a fiscalização de perto e demonstrou indignação. “É um duplo crime. Crime de escravidão e crime ambiental. Nós vamos punir com todo o rigor da lei”, afirmou. O proprietário da fazenda, Waldemar Gertlen, disse que foi surpreendido pela fiscalização. Segundo ele, a fazenda está arrendada e ele não é responsável pelos crimes. O responsável pela carvoaria não estava presente no momento da fiscalização.

Cerca de 5 mil funcionários da fábrica Johnson & Johnson entram em greve, em São José dos Campos, a 91 km de São Paulo – SP (região Sudeste). Segundo o Sindicato dos Químicos, a paralisação é uma resposta à demissão de três dirigentes sindicais que atuam na unidade e à negativa da empresa em negociar o reajuste salarial dos trabalhadores. Conforme declaração de um dos diretores do Sindicato dos Químicos, Wellington Luiz Cabral, a empresa ofereceu 9% de reajuste salarial aos funcionários. Os trabalhadores exigem índice de 16,7%, além da readmissão dos empregados demitidos.

6ª feira 07

Os trabalhadores da Bosch, maior indústria do setor metalúrgico no Paraná (região Sul), paralisam suas atividades por 72 horas. A empresa, localizada na cidade industrial de Curitiba (CIC), produz bombas injetoras e componentes para o sistema a diesel. Na unidade do Paraná, trabalham cerca de 5 mil empregados. Segundo a assessoria do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, outras empresas da região poderão também parar a partir da próxima semana. A categoria, com base data-base em 1º de dezembro, está em campanha salarial. Os metalúrgicos reivindicam aumento real, correção de 100% da inflação acumulada nos últimos 12 meses, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e abono salarial. Funcionários da Bosch deflagraram a paralisação após recusar a proposta da empresa que previa 11% de reajuste salarial (correção de 100% da inflação nos últimos 12 meses, mais aumento real) para abril de 2009 e um abono de R$ 1,5 mil, que seria pago no dia 9 de janeiro.

As freiras Rebeca Spires e Julia Depweg divulgam documento que comprovaria que o fazendeiro Regivaldo Pereira Galvão, acusado de ser o principal mandante do assassinato da missionária Dorothy Stang, procurou o escritório do Incra, em Altamira – Pará (região Norte), no dia 28 de outubro, para doar parte do lote onde Dorothy foi morta, que ele afirmava que não estava mais em seu nome. As freiras trabalharam durante três décadas com a missionária Dorothy Stang. O documento indica que Galvão, ao contrário do que vem afirmando desde 2004, mantém o controle do lote e, portanto, segundo as freiras, teria motivos para encomendar o assassinato da missionária. O fazendeiro Vitalmiro Bastos

Moura, o Bida, foi absolvido em maio, num segundo julgamento, da acusação de mandante da morte da missionária americana Dorothy Stang. Na ocasião, os jurados mantiveram a condenação de Rayfran das Neves, apontado como o executor do assassinato. Ele foi condenado a 27 anos de prisão no primeiro julgamento e teve a pena aumentada para 28 anos, no segundo. No primeiro julgamento, Valdomiro Bastos havia sido condenado a 30 anos de prisão e, atualmente, encontra-se em liberdade. A missionária Dorothy Stang foi morta com seis tiros em Anapu, a 300 quilômetros da capital paraense, em fevereiro de 2005. Ela participava da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e trabalhava em constante diálogo com lideranças camponesas, políticas e religiosas, na busca de soluções para conflitos relacionados à posse e à exploração da terra na região.

O deputado federal Adão Pretto (PT) entrega à Secretaria de Segurança Nacional um dossiê que comprova a tentativa do governo estadual em criminalizar os movimentos sociais no Rio Grande do Sul (região Sul). O parlamentar argumenta que a Brigada Militar e o Ministério Público Estadual estariam sendo usados pela governadora Yeda Crusius (PSDB) para reprimir as organizações e protestos. O deputado afirma que inclusive recursos financeiros, que em parte são liberados pela secretaria nacional, estão sendo mal utilizados. Ele cita o deslocamento de grande efetivo da tropa de choque para impedir protestos no Centro da capital, Porto Alegre.

Cerca de 80 militantes do MST, de acordo com informações do Jornal O Estado de São Paulo, ocupam a Fazenda Santo André, localizada no município de Martinópolis – São Paulo (região Sudeste). O grupo exige que o Incra faça assentamento na fazenda, que tem sete mil hectares. É a segunda ocupação da fazenda em apenas 12 dias. Os ocupantes fazem parte de um grupo dissidente ligado à direção nacional do MST e a José Rainha Júnior, o principal líder do movimento no Pontal do Paranapanema. Numa rápida entrevista ao Jornal O Estado de São Paulo, ele disse que não conhece os sem-terra que estão na Fazenda Santo André. A propriedade estaria na lista das terras que serão compradas pelo Incra para fins de Reforma Agrária no estado de São Paulo.

Cerca de 500 famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) ocupam um terreno vazio, de mais de 1 milhão de metros quadrados, em Mauá – São Paulo (região Sudeste), que pertence à Petrobras. Desde 28 de março, famílias sem-teto organizadas pelo movimento se mantiveram em luta na ocupação Terra e Liberdade no Jardim Olinda, também no estado. Conseguiram, em diálogo com o prefeito de Mauá Leonel Damo do Partido Verde (PV) e o secretário de Habitação José Roberto Correia o comprometimento com auxílio emergencial e a desapropriação de um terreno em conjunto com o Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) para a construção de moradias, o que não está sendo encaminhado.

Integrantes do MST, cerca de 100, ocupam a entrada da sede da Secretaria da Justiça de São Paulo – SP (região Sudeste). Os sem-terra reivindicam liberação imediata da área que pertence à Companhia de Saneamento Básico do estado de São Paulo (SABESP) para o Assentamento Irmã Alberta, localizado em Perus. Eles também querem a anulação da ordem de despejo ao Assentamento Lírios do Vale, em Franco da Rocha, também no estado. Os moradores desse assentamento estão sofrendo ameaças constantes por causa do Corpo de Bombeiro de Franco da Rocha, que pleiteia a área para construir um suposto

centro de treinamento e formação militar. A Sabesp pretende instalar nesta área um aterro sanitário.

Produtores rurais da cidade de Pompéu, interior de Minas Gerais (região Sudeste), manifestam indignação com o preço pago pelas empresas de laticínios pelo litro de leite. Após a apresentação das reivindicações os produtores distribuíram 20 mil litros de leite à população carente do município e realizaram uma passeata pela cidade onde todo o comércio local usa faixas pretas que simbolizam o luto dos produtores perante a situação da cidade. Os produtores estão recebendo um valor abaixo dos custos de produção e não conseguem mais sustentar este déficit em seus orçamentos. Eles também reivindicam a prorrogação de dívidas, ativação do programa Minas Leite com distribuição de leite na merenda escolar, fiscalização do leite informal e retirada do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) de toda cadeia láctea. A cidade de Pompéu é uma das maiores em produção de leite no Brasil. Um dos pilares de sua economia é a pecuária leiteira e os problemas enfrentados pelos produtores já atingem toda a população do município

Sábado 08

Um grupo de 15 pessoas realiza manifestação em frente ao hotel Hilton, em São Paulo – SP (região Sudeste), onde está reunido o G20, grupo das maiores economias do mundo. Militantes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e do movimento Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) protestam contra a ajuda dos governos aos bancos em crise. “Bilhões e bilhões para socorro aos bancos e os trabalhadores não têm nenhuma ajuda do governo”, afirmou o sociólogo e militante do PSOL Márcio Rosa. Com faixas e bandeiras, os manifestantes reivindicam a estatização do sistema financeiro e a saída das tropas brasileiras do Haiti. Os policiais que fazem a segurança do evento apenas observaram a manifestação.

Domingo 09

Estudantes ligados ao DCE da Universidade de Brasília (UnB) e à União Nacional dos Estudantes (UNE) vão aos locais de prova do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade), em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), para convencer os universitários a deixarem o teste em branco. Para a UNE, o Enade não é o melhor método de avaliação dos estudantes nem das instituições, e ainda pune as universidades com pior desempenho. O exame, que surgiu para substituir e aprimorar o antigo Provão mas não alterou a forma de avaliação do Ensino Superior proposta pelo governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. A UNE defende que a avaliação das universidades e dos cursos superiores deveria ser realizada dentro das próprias instituições e respeitando as especificidades de cada curso. Durante a semana que antecedeu o Enade, foram distribuídos cerca de 20 mil panfletos e adesivos incentivando os universitários a deixar o teste em branco. Em Brasília, minutos depois do início das provas, um grande número de universitários deixa a escola pública Centro de Ensino Médio Elefante Branco, na Asa Sul.

Eles teriam assinado a lista de presença e deixado o local sem realizar a prova. No Rio de Janeiro (região Sudeste), os estudantes de faculdades públicas e privadas compareceram em peso aos locais das provas. Segundo a assessoria do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep), organizador do exame, na primeira hora da prova, "pouquíssimas pessoas" apenas assinaram o nome e entregaram a prova em branco, seguindo a orientação da UNE. O Ministério está avaliando 24.842 cursos de graduação de 2.367 instituições de Ensino Superior no estado. A prova é aplicada para estudantes que foram selecionados para compor a mostra pelo Inep, responsável pelo exame. O aluno que não comparecer ao exame fica sem diploma ao final do curso. O MEC pode instituir uma comissão para avaliar as justificativas de ausência dos estudantes ao exame, mas não há previsão legal para essa prática. Caso as justificativas de ausência não forem aceitas, o aluno terá que esperar a próxima edição do Enade ou mesmo que o seu curso volte a ser avaliado para poder participar e conseguir o diploma.

2ª feira 10

Os funcionários da Bosch, maior indústria do setor metalúrgico no Paraná (região Sul), decidem manter a greve iniciada no dia 7 de novembro. A empresa, localizada na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), produz bombas injetoras e componentes para o sistema a diesel. Na unidade do Paraná, trabalham cerca de 5 mil empregados. Segundo a assessoria do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, não houve acordo com os trabalhadores, porque a empresa não apresentou uma nova proposta salarial. O sindicato assegura que se isso não ocorrer, a tendência é que a paralisação se estenda por tempo indeterminado. Na assembléia do dia 7 de novembro os metalúrgicos rejeitaram 11% de reajuste salarial (aumento real + correção de 100% da inflação) para abril de 2009 e um abono de R$ 1,5 mil que seria pago no dia 9 de janeiro. Após rejeitar a proposta os trabalhadores decidiram paralisar a produção num protesto que duraria 72 horas.

Trabalhadores ligados ao MST, CPT e outros movimentos do campo e da cidade ocupam o prédio da Secretaria de Justiça de São Paulo na capital – SP (região Sudeste). Eles reivindicam entre outras demandas, o imediato cumprimento de acordos feitos entre Governo do estado e o MST no início de 2008. Os trabalhadores querem a regularização das áreas pertencentes às Fazendas do estado, Autarquias e Empresas Públicas (Área VI Itapeva, Área da USP - Riversul, Áreado Instituto Nova Odessa - Itapetininga, Área da Sabesp - SãoPaulo, Comunidade Lírio dos Vales - Franco da Rocha, UsinaUnião - Serro Azul). Além disso, eles também exigem a arrecadação das terras devolutas do Pontal do Paranapanema; liberação das licenças ambientais, criação de linhas de crédito para reestruturação dos assentamentos; reimplantação dos programas de incentivos à produção; renegociação de dívidas e construção de escolas nos assentamentos. O MST aguarda representantes do Instituto de Terras do estado de São Paulo (Itesp), do Incra e da Secretaria da Justiça de São Paulo para que seja realizada uma reunião que estabeleça efetivamente uma solução para as demandas.

Professores da Universidade Luterana do Brasil da região metropolitana de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) deflagram greve. Os professores reivindicam o salário de

setembro, outubro e a primeira parcela do décimo terceiro salário, que ainda não foram pagos devido a problemas financeiros enfrentados pela instituição.

3ª feira 11

Mais de 2 mil professores da base do Andes-SN e estudantes de instituições superiores, servidores públicos, Conlutas e trabalhadores rurais da Via Campesina mobilizam-se em frente aos Ministérios do Planejamento e do Trabalho e Emprego em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) em defesa da liberdade de organização e da autonomia sindical. Os manifestantes protestam contra a suspensão do registro do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) e contra o Projeto de Lei complementar (PLP) nº 92 que cria as fundações estatais de direito privado. O sindicato teve seu registro sindical suspenso arbitrariamente, por ato administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego à revelia de decisões transitadas em julgado no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF), que reconhecem a entidade como legítimo sindicato de todos os docentes das universidades brasileiras. Paralelamente a suspensão do registro, o governo Lula apoiou a criação de um novo sindicato docente com fortes ligações com o atual *staff* governamental, na tentativa de dividir a base da categoria que tem lutado há quase trinta anos pela educação pública, gratuita e socialmente referenciada.Os manifestantes protestavam também contra medidas implementadas pelo governo Lula que buscam atrelar os sindicatos e os movimentos sociais ao Estado, seja atuando com o objetivo de desmembrar sindicatos legitimamente constituídos, criando entidades pára-oficiais, seja por meio da cobrança do imposto sindical obrigatório dos servidores públicos. O ato público também defendeu melhorias nos serviços públicos e os direitos sociais dos estudantes e trabalhadores da cidade e do campo. Os manifestantes, que não conseguiram ser recebidos no Ministério do Planejamento, seguiram para o Ministério do Trabalho e Emprego, onde encontraram com chefe da pasta, ministro Carlos Lupi, que chegava ao local. O ato foi organizado pelo Andes-SN, Conlutas, Intersindical, Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais (Cnesf), Frente de Luta contra a Reforma Universitária, Via Campesina, Movimento Terra e Liberdade (MTL) e Associação dos Servidores da Fundação Oswaldo Cruz (Asfoc).

Cerca de 150 trabalhadores marcham até a sede do Incra, na capital Curitiba – Paraná (região Sul). Segundo a assessoria do MST, uma das reivindicações é a desapropriação ou compra da Fazenda Variante, em Porecatu, onde foram encontrados trabalhadores em situação de escravidão. Cerca de mil famílias do movimento ocupam a fazenda desde o início de novembro. Integrantes do Movimento entregam uma pauta de reivindicações à superintendente do Incra no estado, Claudia Sonda. Os sem-terra reivindicam providências urgentes para os pedidos apresentados em julho de 2008, como o assentamento de 7 mil famílias acampadas no estado e ampliação de investimentos em educação e infra-estrutura nos assentamentos. A superintendente disse aos integrantes do MST que a Fazenda Variante já foi vistoriada e o órgão está classificando a área quanto à sua produtividade. Explicou que para a aquisição da área por ilícito trabalhista o processo deve ser conduzido

por uma força-tarefa formada pela PF e Ministério Público da União. Segundo a superintendente do Incra, desde 2003, cerca de 5,1 mil famílias foram assentadas no Paraná. Ela relata aos trabalhadores as dificuldades do Incra em obter áreas. “As aquisições sob forma de desapropriação esbarram na aferição de produtividade que trabalha com índices de 1975 e as aquisições sob forma de compra estão com preços maiores do que o Incra é autorizado a pagar”. Segundo ela, o Incra realizou só este ano 90 vistorias em imóveis no Paraná e desse total apenas seis foram consideradas improdutivas. O Incra assentou em 2008 pouco mais de 200 famílias, mas, segundo a superintendente, outras 1.705 devem ser assentadas nos próximos meses. Ela informa que há previsão de investimentos da ordem de R$ 1,9 milhão para atender 256 alunos em cursos de nível técnico. Os convênios devem ser firmados ainda em 2008 para que o ano letivo de 2009 esteja assegurado. Na área de infra-estrutura, o Incra prevê convênios com prefeituras para abertura de estradas, construção de pontes, perfuração de poços artesianos e distribuição de água nos assentamentos.

Lideranças dos policiais civis de São Paulo (região Sudeste) aceitam acordo para suspender a greve. O acordo é anunciado pelo líder do governo José Serra (PSDB) na Assembléia Legislativa, o deputado estadual Barros Munhoz (PSDB) e pelos representantes das três principais entidades da categoria – associação e sindicato dos delegados e sindicato dos investigadores. A normalização das atividades deve ocorrer após assembléias a serem realizadas e o fim da paralisação está condicionado ao cumprimento de alguns itens por parte do governo, como a aprovação dos projetos de lei com benefícios à categoria que tramitavam na Assembléia Legislativa. Apesar do acordo, as propostas do governo avançam pouco para a categoria. O reajuste de 6,6% previsto para 2009 é antecipado de novembro para agosto. O aumento de 6,5% de 2008 continua em novembro. Outro avanço no acordo, conforme os policiais, é a retirada de discussão da proposta de incorporação dos auxílios de localidade de trabalho, assunto que será deixado para março de 2009 e que foi assumido como compromisso por Munhoz em nome de Serra.

Cerca de 30 manifestantes antitabaco fazem ato em frente à Assembléia Legislativa de São Paulo – SP (região Sudeste), reivindicando que deputados estaduais votem, ainda em 2008, projeto de lei que prevê a restrição ao cigarro em locais fechados. O ato é organizado pelo Comitê para Promoção de Ambientes Livres de Tabaco. (Cepalt).

Os mais de 4 mil trabalhadores da Johnson & Johnson são alvo da truculência da PM na madrugada deste dia 11, ao tentarem se reunir em assembléia. Os funcionários da empresa estão em greve desde o dia 6 de novembro por aumento salarial, contra a demissão de 3 dirigentes sindicais e pela revisão do plano de cargos e salários, que rebaixa o piso salarial da categoria em 40%. A empresa tentou, no dia 10 de novembro, uma liminar para interferir na greve, mas a Justiça do Trabalho negou o pedido. Neste dia 11, a PM cercou os ônibus da empresa e forçou a entrada dos trabalhadores na fábrica, sem para isso ter qualquer autorização judicial. Muitos motoristas dos ônibus são obrigados a atravessar o canteiro que divide as pistas laterais da empresa e avançar sobre o piquete de greve para entrar pela portaria 2 do Jardim das Indústrias. A ação contou com um forte aparato de repressão: gás de pimenta, motocicletas e bombas de borracha. A Johnson & Johnson ameaçou de demissão os grevistas. São realizadas assembléias em todos os turnos. É votado o fim da greve, mas a manutenção do estado de greve.

Funcionários da empresa Serviflu, contratada pela prefeitura para coletar o lixo de São Gonçalo – Rio de Janeiro (região Sudeste) deflagram greve. A paralisação tem o objetivo de reivindicar o acerto nos salários atrasados. A prefeitura alega que o repasse da verba feita pelo município está em dia, o atraso no pagamento é por parte da Serviflu.

4ª feira 12

Cerca de 300 trabalhadores do MST da regional do sertão ocupam a Prefeitura e o escritório regional da Central de Abastecimento de Saneamento de Alagoas (Casal), no município de Delmiro Gouveia – Alagoas (região Nordeste). Eles reivindicam abastecimento de água para os assentamentos da região, além de estradas e energia elétrica. Os assentamentos da região têm mais de três anos e, mesmo muitos estando localizados às margens do Rio São Francisco, continuam sem acesso à água para consumo e irrigação das lavouras.

Os trabalhadores da Bosch do Paraná (região Sul) decidem voltar ao trabalho. Segundo a assessoria do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC), a grande maioria dos metalúrgicos aceita a proposta da empresa. Eles consideram que houve avanço significativo em relação ao que vinha sendo oferecido à categoria, que tem data base em 1º de dezembro. Os metalúrgicos vão receber abono salarial de R$ 1,5 mil já em dezembro, antecipação da segunda parcela da Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) no mesmo mês (cerca de R$ 1 mil) e o reajuste salarial em março de 2009, composto de aumento real de 3,6% e reposição de 100% da inflação acumulada nos últimos 12 meses (prevista pelo Dieese em 7,15%). De acordo com assessoria da entidade, ficou decidido também que os dias parados não serão descontados e nem compensados. O sindicato informou que a campanha salarial dos metalúrgicos da Grande Curitiba, que envolve cerca de 30 mil trabalhadores, continuará em outras indústrias do setor.

Cerca de 30 famílias que moram no acampamento Sardinha, no município de Redenção – Pará (região Norte) são atacadas por aproximadamente oito pistoleiros. Segundo site do MST, durante o ataque o trabalhador rural José Ribamar Rodrigues dos Santos foi gravemente ferido. Ele foi socorrido no Hospital de Redenção, mas não resistiu aos ferimentos e logo faleceu. Sua esposa e seus três filhos: uma menina de três anos e dois meninos, de sete e cinco anos de idade presenciaram os tiros. As famílias de Sardinha já vinham sofrendo ameaças desde o início de setembro de 2008 e já haviam comunicado à Delegacia Especial de Conflitos Agrários (Deca) a situação, mas nada foi feito. A polícia ainda não sabe dizer quem são os responsáveis pelos tiros. Integrantes da CPT de Xingara afirmam que os pistoleiros começaram a rondar o acampamento em 2008. Em setembro, os trabalhadores rurais foram ameaçados e registraram boletim de ocorrência. As famílias estavam acampadas às margens da BR-158, próximo à Fazenda Vaca Branca (também conhecida por Fazenda Santa Maria), de propriedade de Maria de Fátima Gomes Ferreira Marques. À noite, os pistoleiros fortemente armados, chegaram encapuzados, vestidos com roupas camufladas, alguns usavam coletes e diziam serem policiais. Os pistoleiros fugiram

quando as famílias correram para pedir socorro a dois caminhoneiros que passavam na pista. Segundo divulgado pelo site do Movimento, em outubro o acampamento já havia sido atacado também por oito homens armados que, naquela ocasião, também dispararam vários tiros, incendiaram os barracos, destruíram todos os pertences das famílias e ameaçaram de morte os trabalhadores. Naquele dia, mataram o cachorro de José Ribamar e o obrigaram a deitar-se no chão, na presença de sua família e ameaçaram executá-lo. O MST afirma que este ataque também foi comunicado à Deca, que não tomou nenhuma providência para identificar os responsáveis. A direção do MST no estado denuncia que a Deca é conivente com as milícias de fazendeiros da região.

Decreto municipal que regulamenta a Lei 2.475, que desde 1996 proíbe a discriminação contra homossexuais no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), é assinado pelo prefeito César Maia do Partido Democrata (DEM) e a Secretaria Municipal de Assistência Social que ficará encarregada de receber as denúncias e aplicar as punições, caso haja discriminação de clientes em estabelecimentos devido à sua orientação sexual. As sanções são advertências, multa mínima de R$ 2.290, suspensão do funcionamento do estabelecimento por 30 dias e até cassação do alvará. O decreto municipal diz que será punido o estabelecimento ou a pessoa que inibir manifestação pública de carinho, afeto, emoção ou sentimento; causar constrangimento moral ético ou psicológico; recusar atendimento médico em hospitais públicos ou privados; e criar embaraços para o uso de áreas comuns dos edifícios. Também sofrerá punição aquele que negar a locação ou aquisição de bens móveis ou imóveis; demitir ou dificultar a ascensão na carreira em empresa pública ou privada; cobrar mais caro por ingressos, diárias ou passagens em meio de transporte, teatros e shows; impedir ou dificultar o acesso ou a permanência em espaços e prédios públicos; e cobrar pagamento extra de mais uma unidade em hotéis, motéis ou similares.

5ª feira 13

A greve dos policiais civis de São Paulo (região Sudeste) chega ao fim. Os policiais civis cumpriram determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) e normalizaram o atendimento à população, após praticamente 2 meses de paralisação. As entidades sindicais pretendem evitar punições aos policiais que aderiram ao movimento grevista. O fim da greve foi determinado no dia 12 de novembro pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Eros Grau. O ministro cassou liminar concedida anteriormente por ele e decidiu que os policiais civis não têm direito à greve, cabendo à administração estadual "prover no sentido do restabelecimento pleno da prestação dos serviços". O presidente dos delegados, José Leal, declarou que vai analisar a decisão para recorrer. A categoria ainda pretende continuar reivindicando o reajuste salarial o que pode ocorrer, por meio de manifestações de ruas e passeatas. Ainda no dia 12 de novembro os deputados da Assembléia Legislativa em São Paulo aprovaram todos os quatro projetos que tratam da revalorização da carreira policial. Foi aprovada a extinção da quinta classe da Polícia Civil, que tem o menor salário (a extinção da 4ª classe será discutida em 2009), aposentadoria especial após 30 anos de serviço e dois reajustes salariais de 6,5%, um imediato para novembro de 2008 e outro

2009. Também como parte do acordo firmado, o governo paulista terá de enviar novo projeto à Casa para exigir curso superior para o ingresso na carreira de investigador e escrivão. Os policiais reivindicam 15% de reajuste para 2008, 12% para 2009 e 12% para 2010.

Representantes da CPT e religiosas da Congregação Notredame, que atuam no município de Anapu, onde foi assassinada a missionária americana Dorothy Stang, apresentam em Belém – Para (região Norte), novos documentos sobre o caso. Segundo eles, os registros podem comprovar que o fazendeiro Regivaldo Pereira Galvão - acusado de ser um dos mandantes do crime - teria utilizado "laranjas" e fraudado documentação de posse do lote onde funciona o Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança - criado pela missionária. De acordo com o agente pastoral da CPT Ronaldo Pantoja, Regivaldo tem fraudado comprovantes de compra e venda desse lote desde 2000. No dia 7 de novembro, as freiras Rebeca Spires e Julia Depweg divulgaram documento que comprovaria que o fazendeiro procurou o escritório do Incra, em Altamira – Pará (região Norte), no dia 28 de outubro, para doar parte do lote onde Dorothy foi morta, que ele afirmava que não estava mais em seu nome. O documento indica que Galvão, ao contrário do que vem afirmando desde 2004, mantém o controle do lote e, portanto, segundo as freiras, teria motivos para encomendar o assassinato da missionária. As religiosas apresentaram novos documentos, descobertos durante a investigação policial, que contradizem as alegações do fazendeiro. Até o momento, o único documento de conhecimento público era de abril de 2004 no qual o fazendeiro Regivaldo repassava os 3 mil hectares por R$ 1,6 milhão para Viltamiro Bastos de Moura, o Bida - também acusado de ser mandante do assassinato da missionária. Dois novos contratos, entretanto, apresentam um novo cenário com relação à posse do local. Em outubro de 2002, de acordo com os documentos, a área havia sido comprada por Valdivino Felipe Andrade Filho, funcionário do fazendeiro Regivaldo. Os cheques utilizados para o pagamento do terreno, entretanto, eram do fazendeiro. Outro documento, datado de 28 de abril de 2004, aponta que Bida comprou metade da área - que estava em nome de Valdivino - por R$ 633 mil. O surgimento desse contrato mostra que Bida teria comprado o mesmo local duas vezes em um período de menos de um mês. Com os documentos, as religiosas e a CPT querem reacender novamente a tese de que foi formado um “consórcio”, liderado por Regivaldo e Bida, para assassinar Dorothy.

Segundo dados divulgados pelo Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), durante reunião da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo, que integra a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, em 2008 foram identificados 867 trabalhadores escravos em sete fazendas do estado de Goiás (região Centro-oeste), o maior número nacional. Alagoas (região Nordeste) teve o segundo maior número de trabalhadores escravos resgatados em 2008: foram 656, em três fazendas. A chefe da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo do MTE, Juliana Cassiano, atribuiu esses números ao crescimento da produção de cana-de-açúcar nos dois estados. “Alagoas, por exemplo, não teve registro do problema em 2007 e neste ano está em segundo lugar.” A presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Rosa Maria Campos Jorge, disse que, além de incentivar o biodiesel, o governo precisa de um controle mais rígido das condições do trabalhador. O estado do Pará (região Norte), em função da fronteira agrícola, do extrativismo e das carvoarias, permanece com os piores índices totais. Apesar de aparecer em terceiro lugar com 592 trabalhadores escravos libertados, em 2008,

somam-se, ainda, 725 trabalhadores que foram encontrados sem registro e em más condições de trabalho, totalizando 1.317 trabalhadores. Na reunião, foi discutido o 2º Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, produzido pela Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo. O plano, com 66 metas, estabelece ações de enfrentamento, repressão e prevenção, reinserção e capacitação dos trabalhadores libertados. O procurador do Trabalho e coordenador nacional de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho, Jonas Moreno, reforçou a necessidade de se viabilizarem formas alternativas de trabalho para as pessoas libertadas.

Trabalhadores em condições de escravidão, ao todo, 51 pessoas, entre elas mulheres e adolescentes, foram libertados das fazendas localizadas em Rondon e Abel Figueiredo no estado do Pará (região Norte). Das sete carvoarias fiscalizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego no Sudeste do estado, no final de outubro, seis mantinham trabalhadores nestas condições. Entre as ilegalidades encontradas estão: ausência de licença ambiental para produção do carvão vegetal, ausência de notas fiscais das vendas dos produtos, e em alguns casos, ausência de título de propriedade. Segundo a Agência Chasque de Notícias, as indenizações trabalhistas somam R$ 80 mil.

Estudantes de Tecnologia em Agropecuária da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) em Alegrete no Rio Grande do Sul (região Sul) protestam contra a possibilidade de fechamento do curso. Na cidade também funcionava o curso de Pedagogia, mas desde 2006 a Uergs não realiza vestibular. Os estudantes realizam uma caminhada na cidade, com apoio de estudantes do Ensino Médio. Segundo a Agência Chasque de Notícias, cerca de 300 estabelecimentos comerciais fecharam as portas por 15 minutos para manifestar seu apoio aos estudantes. A última turma do curso com 35 alunos, vai se formar em 2009. A direção afirmou que espera a decisão da Casa Civil sobre o pedido de abertura de vestibular.

6ª feira 14

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) divulga o relatório Geo Mercosul: integração, comércio e ambiente, que mostra o impacto do comércio no processo de integração regional sobre o meio ambiente dos países do bloco e seus membros associados. Segundo o estudo, apresentado na 19ª Reunião de Ministros do Meio Ambiente do Mercosul, no Rio de Janeiro (região Sudeste), os produtos naturais primários, como madeira, minério e soja representam mais de 60% das exportações do Mercosul. No caso brasileiro, o percentual é de 47%. Já o Chile e o Uruguai têm mais de 80% de suas vendas externas oriundas de produtos primários da natureza. Segundo a representante do Pnuma no Brasil, Cristina Montenegro, esta é a primeira avaliação que aponta as relações de comércio, integração e ambiente para orientar os países na garantia de um fluxo comercial sustentável. “O estudo também tem um grupo de recomendações específicas, de como os países podem coordenar suas políticas para garantir um ciclo produtivo mais longo de comércio, e também toca a questão de integração.” Para o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc (PT), o relatório é uma grande contribuição para ajudar a “ecologizar” o

Mercosul. Ele ressaltou a necessidade de harmonização das legislações ambientais dos países do bloco e de sua atuação conjunta para garantir produção e consumo mais limpos.

Aproximadamente 100 catadores de materiais recicláveis realizam uma passeata pelas ruas do centro do Rio de Janeiro - RJ (região Sudeste). O ato teve início na Candelária pela manhã e seguiu em direção ao Centro Cultural da Ação da Cidadania, na zona portuária. No local, acontece o 1º Congresso Estadual do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Durante três dias, integrantes da categoria vão participar de palestras, oficinas, debates e atividades culturais com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento social e econômico dessa parcela da população. De acordo com o organizador da marcha e coordenador do movimento no Rio de Janeiro, Tião Santos, o objetivo da passeata foi chamar a atenção da população e das autoridades públicas para a importância da atividade dos catadores. O evento deve mobilizar catadores dos 92 municípios fluminenses, além de autoridades, no total de cerca de 900 participantes por dia, para participar de oficinas, painéis, debates e programação cultural, com a apresentação de bem-sucedidos de reciclagem e inclusão social. Segundo o líder do movimento no estado, Sebastião Carlos dos Santos, a idéia é disseminar a coleta seletiva não apenas como um projeto de inclusão social, mas como uma política pública de geração de trabalho e renda e de preservação ambiental. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem atualmente no Brasil cerca de 230 mil catadores de lixo, dos quais 17.655 no Rio.

Cerca de 24 famílias da comunidade remanescente de Quilombolas Cafundó ocupam uma área do município de Sorocaba, interior de São Paulo (região Sudeste). Segundo a Agência Chasque de Notícias, em 2006 foi publicado no Diário Oficial da União o reconhecimento do território como de posse dos quilombolas e que esta mesma área deveria ser desapropriada pelo governo. No entanto, até o momento a comunidade não recebeu a área. A comunidade reclama da lentidão do Incra, e do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), para concluir a desapropriação.

O MTST ocupa um terreno de mais de 580 mil metros quadrados em Sumaré, interior do estado de São Paulo (região Sudeste). Segundo o Movimento, a área estava abandonada havia décadas e transformou-se numa ameaça à comunidade, palco de estupros e desova de cadáveres. O acampamento é batizado pelos novos moradores de Zumbi dos Palmares e abriga 2 mil famílias.

Professores da rede pública do Rio Grande do Sul (região Sul) iniciam paralisação e realizam ato público. Os professores reivindicam a adoção do piso nacional de R$ 950 para a rede pública sobre o qual incidem as bonificações. O projeto estadual é de mesmo valor, mas já inclui as bonificações. A governadora Yeda Crusius (PSDB) entrou com uma ação direta de constitucionalidade no STF (Supremo Tribunal Federal) tentando derrubar o piso nacional. Os grevistas percorreram as ruas do centro de Porto Alegre e realizaram um ato em frente ao Palácio Piratini, sede do governo. Yeda afirmou que não pretende ceder à reivindicação do sindicato. A tucana classificou a greve como "rompimento unilateral" dos professores e prometeu descontar o salário de quem não for trabalhar. "Fizemos um decreto para permitir total liberdade de manifestação de greve, que está dentro da lei. Agora, dentro da lei, greve significa corte de ponto", disse a governadora. O piso nacional, que deverá

vigorar a partir de 2010, prevê R$ 950 como salário básico, sobre o qual devem incidir todos os adicionais.

Cerca de 70 famílias organizadas no MTL-DI ocupam a Fazenda de Cima, no Município de Faina – Goiás (região Centro-oeste). Segundo o CMI, a fazenda tem uma área de 2 mil hectares e foi subdividida, com objetivo de fugir da improdutividade. Após vistoria realizada pelo Incra, pela qual ficou constatada sua improdutividade, a proprietária entrou com recurso alegando que a fazenda era menor que 15 módulos fiscais, limite mínimo permitido para desapropriação. As famílias ocupam a fazenda denunciando seu caráter improdutivo. Segundo o MTL-DI, a proprietária cometeu crime ambiental, pois vários caminhões de madeira são tirados todos os dias do local. As famílias fazem acordo com um oficial de justiça, no qual está prevista a desocupação da fazenda para o dia 26 de novembro.

Domingo 16

Cerca de 300 pessoas participam da caminhada cívica promovida pela ONG Trânsito Amigo, para celebrar o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Trânsito, em Copacabana, zona sul do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Este ano, o tema escolhido para o evento é a perigosa combinação de bebida e direção. São recolhidas assinaturas para um manifesto em favor da Lei Seca. O evento teve como principal objetivo evitar que "o quantitativo de mortes registradas no trânsito vire apenas uma estatística", informou o deputado federal Hugo Leal (PSC/RJ), relator da Lei 11.705/08, conhecida como Lei Seca, que estabelece punição para motoristas que dirigirem depois de consumir bebida alcoólica. Ações semelhantes estão sendo realizadas em outras 39 cidades brasileiras. A ONG Trânsito Amigo pretende também enviar aos prefeitos eleitos uma Carta Aberta cobrando o comprometimento de todos na defesa de um trânsito mais seguro. Cerca de 36 mil pessoas, de acordo com estatísticas oficiais, morreram em 2007 no Brasil devido a acidentes de trânsito. Leal observou, porém, que o número só leva em conta as mortes registradas no local do acidente, sem contabilizar as pessoas que foram hospitalizadas e morreram horas ou dias depois. Com isso, a estimativa do Ministério da Saúde é que o número de mortes por acidentes de trânsito ultrapasse os 50 mil por ano, englobando os óbitos registrados fora do local do sinistro. A data de 16 de novembro foi instituída como Dia Mundial em Memória das Vítimas de Trânsito pela Organização das Nações Unidas (ONU), preocupada com o número de acidentes. O deputado Hugo Leal apresentou essa semana na Câmara o Projeto de lei de número 4.260/08 instituindo o Dia Nacional de Mobilização em Memória das Vítimas de Trânsito. A proposta é que nesse dia os órgãos responsáveis pelo trânsito no país divulguem as estatísticas reais sobre acidentes no país, além das ações em curso para reduzir as mortes no trânsito.

Família e amigos do motoboy Alberto Milfont Júnior de 23 anos fazem protesto em frente à loja da rede Casas Bahia, na estrada de Itapecerica, na zona sul de São Paulo – SP (região Sudeste), onde o rapaz foi morto por um segurança do estabelecimento, no dia 10 de novembro, conforme reportagem do jornal Folha de São Paulo. O segurança, que

trabalhava na loja por uma empresa terceirizada, discutiu com a vítima e a baleou na cabeça. A loja fechará as portas neste domingo, dia 16 de novembro, em solidariedade à família. O segurança Souza, funcionário da Gocil Segurança Patrimonial, contratada pela Casas Bahia, está preso.

2ª feira 17

Movimentos sociais do Brasil e de outros países promovem em São Paulo (região Sudeste) o Seminário Internacional "Agrocombustíveis como Obstáculo à Construção da Soberania Alimentar e Energética" em contraponto ao encontro promovido pelo governo para debater os biocombustíveis. Os debates acontecem no auditório do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), na Praça da República. Organizado pela Via Campesina, o encontro só será aberto à imprensa no dia 18 de novembro, quando a CPT e a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos lançam relatório sobre a expansão do cultivo de cana-de-açúcar na Amazônia e no cerrado. Segundo a comissão organizadora, o seminário pretende alertar os participantes e a opinião pública nacional e internacional sobre os problemas do etanol quanto a questões trabalhistas (trabalho degradante e escravo), ambientais (desmatamentos, contaminação de solos e cursos d'água) e fundiárias (concentração de terras, ocupação de territórios de populações tradicionais).

A (INB) divulga nota oficial onde se defende das acusações da Organização Não Governamental (ONG) – Greenpeace, de que a água das redondezas de Caetité – Bahia (região Nordeste)) estaria contaminada por urânio, devido a excesso do mineral em poços da empresa. O diretor de Recursos Minerais da Indústrias Nucleares do Brasil (INB), Otto Bittencourt Netto, o urânio detectado em amostras de água do subsolo do município de Caetité, analisadas pela ONG Greenpeace, sempre existiu na região e não é resultado da exploração feita pela estatal. O diretor, que também é geólogo, garante que o urânio encontrado na água de Caetité existe na região há mais de 500 milhões de anos. Segundo ele, é uma das chamadas "anomalias de urânio", que existe em outros pontos do país e em vários locais do mundo. "A água dali contém urânio naturalmente, sempre conteve. O que podemos garantir é que a operação da INB naquela região não contribui com nada para fazer a concentração de urânio naquelas águas", afirma Netto. Ele também garante que a concentração de urânio nas águas da região é monitorada constantemente. "Todo o mês vamos lá, coletamos e analisamos a água de todos os poços. Não existe alteração nenhuma nos últimos 10 anos", diz. Segundo Netto, se as medições verificarem algum aumento nos níveis de radiação, as atividades da INB serão paralisadas imediatamente. Em outubro a ONG Greenpeace divulgou relatório denunciando a contaminação da água pela INB. Segundo o diretor da INB, a quantidade de radiação contida no subsolo é mínima e não causa efeitos nocivos à saúde. A denúncia está sendo investigada pelo Ministério Público Federal que realizou uma audiência pública em Caetité para ouvir a comunidade local sobre a questão.

Cerca de 60 integrantes do MST do norte do estado do Rio de Janeiro (região Sudeste) ocupam a sede da superintendência regional do Incra no estado. Os trabalhadores exigem o cumprimento de promessas feitas durante negociação ocorrida em junho de 2008. Entre as

promessas não cumpridas está o assentamento de famílias que estão acampadas há mais de quatro anos, além de programas de assistência técnica para viabilizar a produção nos assentamentos. Segundo Léo Haua da Direção do Movimento, o objetivo é cobrar do Incra mais agilidade nos processos de desapropriação de terras. Atualmente existem 1.452 famílias acampadas em todo o Rio de Janeiro, a maioria em condições precárias de sobrevivência, de acordo com o líder do MST. “Essas famílias sofrem violência constante por parte de jagunços e têm suas lavouras destruídas”, denunciou. De acordo com ele, as duas principais reivindicações são aumentar o número de vistorias, das atuais 32 para 60, e a contratação de assistência técnica para os assentados. O superintendente regional do Incra, Mário Lucio Melo, disse que não considerava a ocupação do prédio uma afronta e que o importante é manter o diálogo. Segundo o superintendente, alguns processos acabam travados por motivos burocráticos e morosidade judicial. Ele citou como exemplo a necessidade das terras precisarem de laudos da Fundação Estadual de Engenharia Ambiental (Feema) para serem liberadas. Melo informou que no dia 19 de novembro o Instituto dará entrada na Justiça com pedido de emissão de posse da Fazenda Arroz Dourado, de 603 hectares, no município de Campos, no norte fluminense. No local, será possível assentar 40 famílias. Outras cinco fazendas, segundo o superintendente do Incra, já estão em fase adiantada de desapropriação, totalizando quase 7 mil hectares, suficientes para assentar cerca de 300 famílias. Outras 50 fazendas no estado estão em processo de vistoria, chegando a 20 mil hectares. A maioria é formada por terras abandonadas, canaviais degradados e espólio de usinas falidas.

3ª feira 18

Integrantes do comitê Rio do Fórum contra a Privatização do Petróleo e Gás ocupam por alguns minutos o saguão do hotel Guanabara Palace no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste) onde ocorre o Seminário “Pré-Sal – desafios e oportunidades”. Para participar do evento, empresários pagaram R$ 1.970. Além do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo no estado do Rio de Janeiro (Sindipetro-RJ), estavam presentes o Sindipetro - Rio Grande do Sul, a Frente Nacional dos Petroleiros, a CUT, a Conlutas, a Intersindical, o MST, o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), a Frente Internacionalista dos Sem-Teto (FIST), dentre outras importantes organizações sociais. A concentração começou pela manhã, na Candelária, com um grande balão de gás, carro de som e faixas com a chamada da campanha “O Petróleo tem que ser nosso”! O diretor do Sindipetro Hélio Cunha coordenou esse momento inicial, chamando a população a participar dessa luta e do abaixo-assinado que pede o fim dos leilões e que a Petrobras seja 100% estatal. Cunha ainda chamou a atenção das pessoas que passavam, alertando para o fato de que a privatização do petróleo pode aumentar o preço da gasolina, do gás de cozinha e até das passagens de ônibus. Os manifestantes que avançam para dentro do hotel com gritos pela re-estatização da Petrobras e cobrando a não realização da 10ª rodada de leilões das áreas promissoras de petróleo e gás, marcada para 18 de dezembro. Depois de cerca de 10 minutos lá dentro e algumas palavras de ordem, a coordenação orientou a saída pacífica e continuação da manifestação do lado de fora do Guanabara Palace. Os coordenadores do Fórum Nacional contra a Privatização do Petróleo e Gás prometem

mais mobilizações até o dia 18 de dezembro. A informação foi divulgada pela Agência Petroleira de Notícias.

Policiais Civis protestam em frente à Assembléia Legislativa, no Centro Cívico, na capital Curitiba – Paraná (região Sul). Os policiais reivindicam a modernização da corporação com a revisão do Plano de Carreira, Cargos e Salários. Os trabalhadores participaram de uma reunião com o delegado-geral da Polícia Civil, Jorge Azôr Pinto, que afirmou que o governo estadual irá levar à Assembléia o decreto que determina o novo plano, a aposentadoria especial e a contratação de pessoal no ano de 2009.

Índios do Parque do Xingu ocupam a sede da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em Canarana, a 525 km de Cuiabá – Mato Grosso (região Centro-oeste). Segundo o jornal Folha de São Paulo, 12 funcionários foram feitos reféns. Os índios reivindicam a permanência da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) no atendimento médico dos indígenas e a criação de uma secretaria no Ministério da Saúde para questões indígenas, proposta em projeto de lei do ministro da Saúde, José Gomes Temporão do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Cerca de 200 jovens do grupo auto-intitulado "Movimento Pró-Democracia" protestam no Tribunal Regional Eleitoral (TRE), no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os manifestantes reivindicam a apuração de denúncias de crimes eleitorais na última eleição municipal da capital fluminense.

Cerca de 5 mil pessoas ligadas ao MTST realizam marcha para reivindicar moradia em Sumaré, interior do estado de São Paulo (região Sudeste). Os manifestantes provenientes do Acampamento Zumbi dos Palmares, marcham do terreno ocupado até a Câmara Municipal da cidade. A idéia de percorrer mais de 10 km é agregar apoio dos vereadores para melhorar a questão da moradia na cidade. A principal reivindicação do Movimento é que a prefeitura cumpra o Plano Diretor do Município estabelecido desde 1992. Segundo uma das coordenadoras do MTST, Natália Szermeta, o artigo 3 do Plano Diretor estabelece metas para a inclusão social e moradia, o que não é cumprido. Segundo informações do CMI, 23% das famílias de Sumaré estão sem moradia ou em áreas de risco. O Plano Diretor, que está aprovado há mais de 15 anos, já foi reformulado e refeito em duas oportunidades e, em ambas as vezes, apontou em quais áreas a prefeitura deveria investir. Mas, até agora, ele não foi cumprido. Só na cidade de Sumaré existem 78 favelas e cerca de 60 mil pessoas em condições desumanas de moradia. A prefeitura se mostra disposta a negociar.

A CPT e a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos lançam um relatório sobre a expansão do monocultivo de cana-de-açúcar na Amazônia e no Cerrado. O documento faz uma análise dos impactos sociais e ambientais dessa expansão e traz um relato detalhado do avanço desta monocultura em 11 estados: Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Tocantins e Pará (região Norte); Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste), Minas Gerais (região Sudeste) e Maranhão (região Nordeste). A publicação será debatida e fará parte das análises da mesa temática que discutirá as alternativas em curso pelo mundo na construção da soberania alimentar e energética, durante o Seminário Internacional "Agrocombustíveis como obstáculo à construção da soberania alimentar e energética". O evento, realizado pela Via Campesina e entidades parceiras entre os dias 17 e 19 de

novembro, em São Paulo (região Sudeste), é um contraponto à Conferência Internacional "Biocombustíveis como vetor do Desenvolvimento Sustentável", convocada pelo governo brasileiro para promover o etanol nacional e tornar aceitável sua suposta "sustentabilidade" para o mercado global. O documento cita dados sobre o avanço das plantações de cana e de novas usinas de etanol instaladas na região, além de projetos de infra-estrutura, incentivos fiscais concedidos por governos estaduais e parcerias de órgãos do governo com empresas brasileiras e estrangeiras. Estes dados foram complementados por uma pesquisa de campo sobre os impactos para a população local e para os trabalhadores. O estudo traz informações sobre violações de diretos trabalhistas, casos de trabalho escravo, morte de trabalhadores e impacto na saúde dos canavieiros e da população. Em relação aos impactos ambientais, o relatório faz uma sistematização de estudos recentes sobre os efeitos poluidores dos monocultivos, sobre a destruição da biodiversidade, dos solos e das fontes de água. Diversos estudos demonstram que a expansão de monocultivos representa um risco maior para o aquecimento global do que as emissões de carbono provenientes de combustíveis fósseis. A pressão cada vez maior sobre a fronteira agrícola da Amazônia e do Cerrado tende a aprofundar este problema.

4ª feira 19

O fazendeiro Regivaldo Pereira Galvão, vulgo "Taradão", volta a negar à PF que seja proprietário do lote 55, na zona rural do município de Anapu – Pará (região Norte) onde Dorothy Stang foi assassinada, em 2005. Segundo divulgado pela Agência Brasil, de acordo com o procurador da República em Altamira, Alan Rogério Mansur Silva, que acompanhou o depoimento, o fazendeiro, acusado de ser um dos mandantes do assassinato da missionária americana Dorothy Stang, negou envolvimento com a venda do lote 55. "O Regivaldo apresentou sua versão dos fatos e agora vamos ouvir as outras testemunhas. Ele disse que não assinou a ata do Incra porque o documento não retratava a reunião", disse o representante do Ministério Público Federal. Segundo a ata, o fazendeiro afirmou ter documentos que comprovam que ele é o proprietário do lote 55, na zona rural do município de Anapu. Ele também teria proposto ceder 2,5 mil hectares para os agricultores que vivem no lote em troca de uma área de 500 hectares de pasto. O procurador evitou relacionar o inquérito que apura a veracidade da ata com o processo do assassinato da religiosa americana. Mansur adiantou que, ao final das investigações, o laudo policial poderá ser usado no andamento do caso Dorothy.

Cerca de 50 militantes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) realizam manifestação em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF) em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) em defesa do delegado Protógenes Queiroz, que comandou a Operação Satiagraha da PF, e do juiz Fausto De Sanctis, que é responsável pelo processo que acarretou a prisão em julho do banqueiro Daniel Dantas. Lideranças do partido reivindicam nova prisão de Dantas. De acordo com a líder do PSOL na Câmara dos Deputados, Luciana Genro, a data do protesto foi marcada porque esta é a data final para apresentação da defesa de Daniel Dantas. "Não aceitamos essa inversão de valores quando aqueles que lutam por justiça, que abrem mão de promoção, como o caso do juiz Fausto De Sanctis, que jogam sua vida na luta para prender corruptos, como é o caso do delegado Protógenes, sejam agora alvo de perseguição", afirmou Luciana Genro. Ela disse ainda que há uma inversão

de valores no caso do juiz e do delegado porque os dois estão sofrendo perseguição por terem investigado e decretado a prisão do banqueiro Daniel Dantas

Cerca de 60 ONGs e outras entidades dos movimentos sociais que participam do Seminário Internacional sobre Biocombustíveis, em São Paulo (região Sudeste) entregam a representantes do governo federal um documento no qual afirmam discordar do atual modelo e das estratégias para promoção de biocombustíveis. O Seminário Internacional "Agrocombustíveis como obstáculo à construção da soberania alimentar e energética" realizado pela Via Campesina e entidades parceiras entre os dias 17 e 19 de novembro, em São Paulo (região Sudeste), é um contraponto à Conferência Internacional "Biocombustíveis como vetor do Desenvolvimento Sustentável", convocada pelo governo brasileiro para promover o etanol nacional e tornar aceitável sua suposta "sustentabilidade" para o mercado global. Os manifestantes reivindicam a implantação da soberania nacional energética e alimentar. O documento é assinado por representantes de ONGs da Argentina, Colômbia, Costa Rica, Bolívia, El Salvador, México, Equador, Paraguai, Tailândia, Holanda, Suécia, Alemanha e Estados Unidos, que participam do Seminário. Uma das soluções apontadas pelos movimentos é repensar as novas formas de consumo e produção de energia. De acordo com Alexandre Calderón, representante da Rede Mexicana de Accón Frente Al Libre Comércio (RMALC), as soluções para preservar o planeta que não sejam baseadas na produção dos biocombustíveis são simples: diversificar as matrizes energéticas e investir em energia eólica e solar. "Reduzir o transporte individual e diminuir distâncias dos centros produtores para os consumidores já é um passo." Segundo Gilmar Pastorio, coordenador da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf), a agricultura familiar deve ser fortalecida e não sobreposta à produção de biocombustíveis. "É preciso ter a soberania alimentar neste país. Os biocombustíveis são responsáveis pela alta dos preços dos alimentos. "O secretário-executivo da Secretaria Geral da Presidência da República, Antonio Roberto Lambertucci, recebeu o documento e prometeu encaminhar as reivindicações aos ministérios da Agricultura, do Trabalho e outros interessados." O diálogo com os movimentos sociais é uma das prioridades do governo Lula", ressalta.

Professores da Universidade Luterana do Brasil da região metropolitana de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) voltam às aulas. A decisão foi motivada pelo pagamento de 84% do salário de setembro, determinado pela Justiça do Trabalho. A folha de outubro, vencida no dia 5 de novembro, e a primeira parcela do décimo terceiro salário, ainda não foram pagas. As contas bancárias e os veículos da Ulbra estão bloqueados judicialmente para pagamento das dívidas. Os salários só podem ser pagos pela Justiça do Trabalho.

A Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) aprova aumento salarial de 5% para os cerca de 15 mil de servidores do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (região Sudeste). É votado em sessão que o índice é retroativo a setembro. No entanto, a decisão não agrada a categoria, que reivindica reajuste de 7,3% (retroativo a partir de maio), como previa o texto original do projeto de lei enviado à Alerj pela presidência do Tribunal. Assim, a greve da Justiça é mantida e já dura aproximadamente 2 meses. Durante a sessão, cerca de 150 servidores lotam as galerias da Alerj e fazem barulho, enquanto outros 300 serventuários ficam do lado de fora, já que as portas são bloqueadas pela segurança.

O Ibama divulga a íntegra da licença ambiental para o início das obras da hidrelétrica de Jirau, em Rondônia (região Norte), seis dias após o anúncio da liberação pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc (PT), e pelo presidente do Ibama, Roberto Messias. No entanto, exige a apresentação de novos estudos antes da construção dos diques, que conterão parte do curso do rio Madeira. Segundo Victor Paranhos, presidente da Energia Sustentável do Brasil (Enersus), empresa responsável para construir e operar a hidrelétrica, a previsão de início de funcionamento das turbinas é para os primeiros meses de 2012, um ano antes da previsão original e a Enersus pretende obter licença para iniciar as obras em seis meses.

Movimentos sociais realizam a Jornada Nacional contra a Carestia – contra o aumento no preço dos alimentos, em protesto contra os efeitos da crise econômica mundial e o aumento do custo de vida da população mais pobre. As ações ocorrem em sete estados, com ocupações de supermercados, marchas e atos públicos. Integrantes do MTST ocupam lojas de dois supermercados – Extra e Carrefour – na Zona Sul de São Paulo – SP (região Sudeste). Segundo o jornal Folha de São Paulo, o MTST provocou o fechamento da unidade João Dias da rede de supermercados Carrefour. O supermercado ficou fechado para clientes durante todo o período da manifestação. A ação do MTST consiste em encher vários carrinhos do supermercado e pagar com um "cheque" do Banco Central assinado por Daniel Dantas. O valor é de R$ 160 bilhões – numa referência simbólica à ajuda do governo brasileiro para instituições financeiras durante a crise econômica. O ato é um protesto contra a alta dos alimentos, contra a ajuda a bancos e as ações do banqueiro Daniel Dantas, investigado pela PF pelos crimes de formação de quadrilha, gestão fraudulenta, evasão de divisas, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, entre outros. A ação faz parte da Jornada Nacional pela redução dos custos dos alimentos, organizada por vários movimentos sociais. Em nota, a assessoria de imprensa do Carrefour informa que um grupo de cerca de 200 pessoas realiza uma manifestação pacífica no hipermercado localizado na Av. Giovanni Gronchi, sendo um ato simbólico contra a crise econômica mundial. A ação, segundo o movimento, contou com 350 manifestantes e ocorre simultaneamente em Taboão da Serra, no estado. Em São José dos Campos, no interior paulista, foi realizada uma marcha, seguida de uma manifestação com 900 pessoas em frente ao Carrefour. No Rio de Janeiro (região Sudeste), a manifestação ocorreu no Ceasa, organizada pelo MTST e por entidades sindicais.

Movimentos sociais realizam a Jornada Nacional contra a Carestia – contra o aumento no preço dos alimentos, em protesto contra os efeitos da crise econômica mundial e o aumento do custo de vida da população mais pobre. As ações ocorrem em sete estados, com ocupações de supermercados, marchas e atos públicos. Para minimizar os impactos da crise sobre a população mais carente, os movimentos reivindicam que o governo ofereça subsídios públicos aos alimentos de necessidade básica, além de tabelamento para controle dos preços, criação de mercados populares subsidiados pelo Estado e administrados por organizações populares e a manutenção e criação de restaurantes populares. Em Minas Gerais (região Sudeste), integrantes da Ação da Frente Estadual de luta pela Moradia e Brigadas Populares protestam na frente do Tribunal de Justiça do estado e em um hipermercado na capital, Belo Horizonte. No Ceará (região Nordeste), um ato público no centro de Fortaleza reivindicou a abertura de restaurantes populares. Ocorreram, ainda, ações em Pernambuco, Maranhão (região Nordeste) e Roraima (região Norte). Além do

MTST, participaram da Jornada, entre outros, o Movimento dos Conselhos Populares do Ceará, o Movimento das Famílias Sem Teto de Pernambuco, o Movimento Popular Socialista do Pará, o Círculo Palmarino, MTST da Bahia e Movimento Quilombo Urbano, do Maranhão.

Cerca de 700 garis da Serviflu, empresa responsável pela coleta do lixo em Nova Iguaçu – RJ (região Sudeste), em greve desde o dia 11 de novembro devido a um atraso de dois meses no pagamento, fazem passeata da garagem da empresa, em Comendador Soares, até a prefeitura, em protesto. O prefeito Lindberg Farias (PT) alega que a empresa contratada está recebendo em dia e não está fazendo o repasse dos recursos.

5ª feira 20

Cerca de 200 famílias do MST ocupam as fazendas Tangará e Marruá, localizadas no município de Agudos em São Paulo (região Sudeste). As duas áreas somam mais de 600 hectares e compõem um complexo de fazendas de mais de quatro mil hectares de terras, já vistoriadas e decretadas improdutivas. Segundo site do MST, apesar de estarem indicadas para decreto de desapropriação para fins de Reforma Agrária, as áreas estão cobertas com plantio de cana-de-açúcar para abastecer as usinas da região. Além da Tangará e da Marruá, ainda fazem parte do complexo as fazendas Suinã, Ponte Alta e Nossa Senhora de Fátima. Segundo site do MST, outras fazendas da região estavam na mesma situação e, com a luta do Movimento, cerca de 500 famílias estão sendo assentadas. Os trabalhadores rurais sem-terra reivindicam que o mesmo aconteça com o complexo Marruá. Depois da ocupação, a superintendência do Incra em São Paulo reafirmou que as duas fazendas são improdutivas. De acordo com o órgão, o governo prepara o processo de desapropriação dos latifúndios para possibilitar o assentamento das famílias. O processo deve ter uma decisão no dia 21 de novembro. O decreto de desapropriação depende de uma licença ambiental a ser dada pela Secretaria do Meio Ambiente do estado de São Paulo. De acordo com o Incra, o fato da área estar sendo utilizada para plantio de cana-de-açúcar não descaracteriza a situação de improdutividade constatada durante a vistoria. O dono da Tangará entrou com pedido de reintegração de posse no Fórum de Agudos.

Cerca de 600 integrantes do MST, Intersindical, Conlutas, Marcha das Mulheres e diversos sindicatos realizam manifestação para denunciar os impactos sociais e ambientais negativos do programa de agrocombustíveis do governo federal, em frente ao Grand Hyatt Hotel, na zona sul de São Paulo (região Sudeste), onde acontece Conferência Internacional sobre Biocombustíveis. O protesto denuncia a lentidão do governo em realizar a Reforma Agrária, enquanto a monocultura da cana-de-açúcar, as usinas de produção de etanol e as empresas transnacionais avançam – com subsídios do governo federal - para dominar a agricultura, prejudicando a produção de alimentos e o meio ambiente. Segundo manifesto divulgado nesta semana por diversos movimentos e entregue à conferência do governo, “o modelo de agricultura industrial, onde se inserem os agrocombustíveis, é intrinsecamente insustentável, pois apenas se viabiliza através da expansão das monoculturas, da concentração de terras, do uso intensivo de agrotóxicos, da super-exploração dos bens naturais comuns como a biodiversidade, a água e o solo. Os agrocombustíveis representam

uma grave ameaça à produção de alimentos. Independentemente dos cultivos utilizados para a produção de energia, comestíveis ou não, trata-se da competição por terra agricultável e por água."

Movimentos sociais realizam mobilizações para exigir o cumprimento da lei que garante a tarifa social de energia elétrica na Paraíba (região Nordeste). A informação foi divulgada pela Agência Chasque de Notícias. Pessoas interessadas em acessar o benefício entregaram as requisições na Energisa de João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita e Solânea. As organizações reclamam que, embora as famílias carentes entreguem as auto-declarações e documentos necessários, a concessionária não cumpre a lei. A Energisa já foi notificada pelo Ministério Público por não conceder o benefício. Têm acesso aos descontos as famílias que consomem até 220 quilowatts-hora de energia.

Professores estaduais intensificam as mobilizações no estado do Rio Grande do Sul (região Sul) contra a votação do projeto de piso salarial enviado pela governadora Yeda Crusius (PSDB) à Assembléia Legislativa. Na capital, Porto Alegre, os trabalhadores iniciam uma vigília pela manhã para exigir uma reunião com a governadora. No final da tarde, ocorre uma reunião com representantes do governo, mas não há acordo. No interior, também ocorrem protestos em Caxias do Sul, na Serra, em Alegrete, na Fronteira Oeste, em Santa Maria e em Palmeira das Missões, no Norte gaúcho. Os trabalhadores querem a implementação do piso federal, que cria um piso salarial de R$ 950 sobre o qual incidem as bonificações. O projeto estadual é de mesmo valor, mas já inclui as bonificações.

Cerca de 300 integrantes de entidades negras e quilombolas e apoiadores realizam em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) a 2ª Marcha Estadual Zumbi dos Palmares. Os manifestantes saíram em caminhada no fim da tarde do Largo da Epatur, ao lado da Prefeitura, e seguiram pela avenida Borges de Medeiros até o Largo Zumbi dos Palmares. O tema deste ano foi a exigência às reparações ao povo negro, entre elas as políticas das cotas.

Cerca de 2 mil pessoas, de acordo com a PM, marcham pelo Dia da Consciência Negra, em São Paulo – SP (região Sudeste), segundo a "Folha de São Paulo". O grupo reivindica a aprovação de leis que garantem inclusão social para negros, entre elas, a reserva de vagas em universidades.

A Câmara dos Deputados aprova, em votação simbólica, projeto que reserva pelo menos 50% das vagas em cada curso e turno de universidades federais para estudantes que tenham cursado todo o ensino médio em escolas públicas, conforme reportagem do jornal Folha de São Paulo. Para entrar em vigor, o projeto necessita ser aprovado pelo Senado e sancionado pelo presidente Lula. De acordo com o texto, as vagas destinadas à rede pública terão de ser distribuídas a candidatos auto-declarados negros, pardos e indígenas, em uma proporção no mínimo igual à da população do estado onde se localiza a faculdade, segundo o censo do IBGE. Ainda, metade das vagas das cotas será destinada para alunos de famílias com renda igual ou inferior a um salário mínimo per capita. O projeto aprovado também vale para instituições federais de ensino técnico de nível médio. Neste caso, os beneficiados serão os que tiverem cursado integralmente o ensino fundamental na rede pública. No texto aprovado, as universidades federais deverão implementar no mínimo 25% da reserva de

vagas a cada ano e terão quatro anos, após a aprovação da lei, para o cumprimento da mesma.

A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) aprova novos pedidos de cultivo de transgênicos para pesquisa. A reunião, que ocorreu em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) liberou 11 solicitações de plantio planejado no meio ambiente. Entre os itens, foi aprovado o milho transgênico resistente a insetos da Monsanto, o algodão transgênico resistente a insetos da Bayer e o arroz transgênico para aumento da produtividade BASF. Foram aprovados ainda três pedidos de certificação de Qualidade em Biossegurança, bem como outros sete pedidos para extensão do Centro de Química e Bioquímica. Os representantes da Comissão voltam a se reunir nos dias 10 e 11 Dezembro.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a CUT realizam ato pela defesa da demarcação contínua da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima (região Norte). Dezenas de representantes da sociedade civil, governo federal, especialistas e parlamentares participaram da manifestação e apóiam a iniciativa. As lideranças indígenas fizeram um ritual de agradecimento e proteção aos espíritos. A mobilização reforça o apoio dos trabalhadores rurais á causa indígena. Além disso, tem o objetivo de sensibilizar o Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o caso. A audiência do STF que decidirá a demarcação contínua da área indígena está marcada para o dia 10 de dezembro. O prefeito indígena recém-eleito em Uiramuta, Eliézio Macuxi, retribui o apoio e diz que a decisão do judiciário interferirá não só na vida dos indígenas, mas em toda a sociedade brasileira.

6ª feira 21

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) se declara contrária ao projeto que estabelece cotas raciais e sociais nas universidades públicas federais, aprovado no dia 20 de novembro na Câmara dos Deputados. O presidente do órgão, Amaro Lins, explicou que é favorável a medidas que possibilitem o acesso ao Ensino Superior, mas que é preciso conhecer as condições de cada instituição de ensino e não apenas garantir um número fixo de vagas por meio de uma lei. Segundo Lins, as 58 universidades públicas do país que já praticam algum tipo de ação afirmativa ou de cotas para o ensino superior discutiram o tema com a comunidade local e com os governos estaduais envolvidos. Algumas oferecem cursos para que alunos da rede pública de ensino se preparem para o vestibular, outras mantêm algum tipo de cota ou mesmo estímulos e incentivos na própria nota do vestibular também para alunos da rede pública. A declaração foi feita durante visita ao estado do Amapá (região Norte). Lins afirma que alguns cursos – sobretudo os que envolvem uma base científica como Física e Química – apresentam grande evasão de alunos não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. Os índices, segundo ele, podem chegar a 50%. “Se você simplesmente põe 50% de alunos da rede pública que, infelizmente, vêm de escolas que não têm a qualidade necessária, eles não vão ter sucesso nos cursos, vão se evadir muito provavelmente já no primeiro período. É cruel tomar uma decisão dessas." A Andifes também é contrária ao que chama de subcotas que beneficiam negros, indígenas e estudantes de baixa renda. Lins,

como representante da associação afirma que existem políticas “mais adequadas” e cita como exemplo positivo o método adotado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). No processo seletivo da instituição, o aluno da rede pública recebe 10% a mais na nota que tira no vestibular.

Professores estaduais encerram a vigília em frente ao Palácio Piratini, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Os professores estão programando novas mobilizações. Os trabalhadores querem a implementação do piso federal, que cria um piso salarial de R$ 950 sobre o qual incidem as bonificações. O projeto estadual é de mesmo valor, mas já inclui as bonificações.

Professores da Universidade Luterana do Brasil na região metropolitana de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) recebem mais um percentual do salário de setembro. A Justiça do Trabalho de Canoas repassou ao sindicato da categoria, R$ 508.751 valor que representa 10,6% do salário. Com o repasse, ainda falta pagar 5,3% da folha de setembro, a totalidade da folha de outubro e a primeira parcela do 13º salário. No dia 5 de dezembro vence o salário de novembro.

Alunos da Universidade Braz Cubas, em Mogi das Cruzes – São Paulo (região Sudeste) se organizam em atos pacíficos no interior da universidade, com batucadas de maracatu, apitaço, gritos de guerra, etc. O ato contou com o apoio da maioria dos alunos, em protestos contra as fraudes nas eleições para o DCE, que ocorreram do dia 17 ao dia 21 de novembro, ocasionadas pela chapa 1 – ligada ao vereador Mauro Araújo (PSDB). Segundo o CMI, aqueles considerados líderes foram filmados na manifestação e surpreendidos com telegramas avisando da suspensão, além de terem seus nomes expostos nos murais. A suspensão chega a 17 dias. Uma vez suspensos, serão impossibilitados de realizar as provas e aqueles que têm problemas com falta, podem perder o ano.

Sábado 22

Cerca de 100 famílias de sem-teto ocupam um prédio abandonado no bairro da Gambôa, número 111, zona Portuária do Rio de Janeiro (região Sudeste). O nome da ocupação é uma homenagem ao escritor negro brasileiro nascido na Gamboa: Machado de Assis. O prédio era uma antiga fábrica desocupada de quatro andares, anexada a três galpões e um terreno que o governo municipal do Rio havia decretado de utilidade pública para desapropriação para a construção de moradias populares (por meio do decreto municipal 26.224, de 16 de fevereiro de 2006). Apesar do decreto de desapropriação, o prédio permaneceu vazio por dois anos e meio. Os sem-teto exigem: cumprimento definitivo e imediato da desapropriação dos imóveis mencionados no Decreto 26.224, regularização imediata das famílias ocupadas, liberação dos recursos da Caixa Econômica Federal (CEF) para a reforma do prédio, transformação da Pequena África (Gamboa) em uma Zona de Especial Interesse Social (ZEIS). Segundo a líder do grupo, que se identificou como Maria José, a maior parte das famílias é formada por camelôs que trabalham no centro e por pessoas desempregadas e endividadas, sem condições de pagar aluguel. “O movimento social saiu

na frente para fazer cumprir esse direito que conquistou com o decreto, que estava engavetado", explicou. O ato foi planejado há 11 meses, de acordo com a líder do grupo. A ocupação busca se opor ao projeto de "revitalização" da zona portuária que vem sendo proposto pelo governo municipal. Com este, já são quatro os prédios ocupados por sem-teto no centro: Chiquinha Gonzaga, na rua Barão de São Félix, Zumbi dos Palmares, na avenida Venezuela, Quilombo das Guerreiras, na avenida Francisco Bicalho, e Machado de Assis, na rua da Gambôa.

Domingo 23

Cerca de 100 parentes das vítimas do acidente com o Airbus da TAM, ocorrido em julho de 2007, em São Paulo realizam uma manifestação no Aeroporto de Congonhas na capital São Paulo (região Sudeste) para lembrar o 16º mês do acidente que matou 199 pessoas. Os manifestantes pedem agilidade da Justiça no inquérito policial onde dez pessoas são indiciadas pela tragédia. Durante o ato, os manifestantes caminham por todo o saguão do aeroporto carregando faixas e cartazes com as fotografias dos familiares e protestam em frente aos balcões da TAM. Para homenagear as vítimas, eles desenham um coração com pétalas de rosas e cantam no saguão principal do terminal. Segundo o presidente da Associação das Famílias e Amigos das Vítimas do Vôo TAM JJ3054 (Afavitam), Dario Scott, o objetivo da manifestação é alertar a população para os riscos de voar sem segurança e reforçar o indiciamento das pessoas como responsáveis pelo acidente. Os familiares estiveram reunidos em um hotel da capital paulista, durante todo o final de semana. O principal assunto discutido por eles foi a mudança da tipificação do crime de homicídio culposo para atentado contra a segurança do transporte aéreo, pelo qual foram indiciadas dez pessoas ligadas à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) e TAM. Dos dez indiciados, cinco deverão comparecer ao 15º Distrito Policial entre os dias 24 e 25 de novembro para serem notificados formalmente. Os outros cinco serão notificados por carta precatória. Os parentes das vítimas também questionam a responsabilização dos pilotos, já que as investigações do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa) e da Polícia Civil não são conclusivas sobre a posição dos manetes.

2ª feira 24

Cerca de 3 mil manifestantes, insatisfeitos com as apreensões realizadas pela Operação Rastro Negro, deflagrada pelo Ibama para combater a produção, transporte e comércio ilegal de carvão vegetal no Pará (região Norte), depredam o escritório do órgão em Paragominas, nordeste do estado. Segundo relato do Ibama, os manifestantes atearam fogo na garagem do escritório, onde estavam quatro veículos, depredaram o prédio e roubaram caminhões com as toras. Tratores e pás carregadeiras também foram usados em uma tentativa de invasão do hotel em que estavam hospedados fiscais responsáveis pela operação, frustrada em virtude de uma intervenção emergencial da PM. Representantes da Superintendência do Ibama no Pará, Procuradoria do Ministério Público Federal e Batalhão de Choque da PM se reúnem para discutir as ações dos manifestantes. No encontro estão sendo traçadas estratégias para a continuidade da operação. Agentes da Força Nacional de

Segurança (FNS) foram requisitados para dar suporte à equipe que está no local. A Operação Rastro Negro apreendeu em Paragominas cerca de 400 metros cúbicos de madeira carregados em 14 caminhões, na madrugada do dia 23 de novembro. Os fiscais suspeitam que a madeira tenha vindo de uma reserva indígena. Desde o fim de outubro, quando teve início a operação no estado do Pará, foram destruídos mais de 200 fornos de carvão ilegais, apreendidos 120 metros cúbicos de carvão vegetal e aplicadas multas que somam mais de R$ 2 milhões. Segundo a Agência Brasil, no início de 2009, também no estado, em Tailândia, houve uma tentativa de linchamento a fiscais do Ibama que atuavam na Operação Arco de Fogo, no combate à extração ilegal de madeira na Amazônia. Mas após a chegada de 300 homens da Força Nacional de Segurança e de agentes da Polícia Federal, a operação transcorreu normalmente.

Cerca de 3 mil pessoas de movimentos sociais que lutam pelo direito a moradia realizam manifestação na praça da Sé, no centro da capital de São Paulo – SP (região Sudeste). Os manifestantes protestam em frente à Bolsa de Valores de São Paulo, Bovespa. De acordo com dados da PM, aproximadamente 400 pessoas se encontram no local. A manifestação, chamada Jornada Nacional de Luta pela Reforma Urbana e pelo Direito a Cidade, começou em São Paulo e deve ocorrer durante toda a semana em diversos estados do país e no Distrito Federal. Uma das principais reivindicações é que sejam destinados todos os imóveis públicos ociosos para habitação de interesse social. Segundo dados do IBGE de 2006, o estado de São Paulo concentra o maior déficit habitacional do país, com cerca de 1,5 milhão de casas.

Os agentes que trabalham no controle da dengue, conhecidos como: mata-mosquitos realizam, na Central do Brasil no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), ato público para reivindicar mudanças no vínculo empregatício. Os agentes de endemias da Funasa querem a transformação dos empregos em cargos públicos. Eles reivindicam passar de celetistas a estatutários, ou seja, que a categoria esteja sob o Regime Jurídico Único de forma a garantir maior estabilidade para os trabalhadores. Outro ponto ressaltado pelos mata-mosquitos é a extensão da gratificação que será paga aos bombeiros para os agentes de endemias, que já atuam rotineiramente no combate ao mosquito da dengue na cidade. Os agentes também são contra um projeto de lei do governo federal que quer a reestruturação da Funasa. Foram convocados para a passeata os 5.365 agentes de combate a endemias da instituição. Os mata- mosquitos partem da Central do Brasil e percorrem as principais ruas do centro da cidade para chamar a atenção da população.

A licença de instalação para a Usina Hidrelétrica de Jirau, no Rio Madeira – Rondônia (região Norte), concedida pelo Ibama no dia 17 de novembro, é suspensa por uma medida liminar da 3ª Vara da Justiça Federal de Rondônia. Na ação, o juiz determina que a licença só poderá ser concedida para todo o empreendimento e não apenas para o canteiro de obras e para a construção de ensecadeiras, como foi feito pelo instituto. O Ibama, por meio de sua assessoria de imprensa, disse que vai recorrer da decisão até o dia 26 de novembro. A liminar foi concedida a partir de uma ação popular apresentada pelo Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Fboms) contra o Ibama, a Agência Nacional de Águas (ANA) e o consórcio Energia Sustentável do Brasil, responsável pela obra.O secretário-executivo do Fboms, Ivan Marcelo Neves, afirmou que a entidade considera o processo de licenciamento ambiental ilícito. Ele questiona tanto a

concessão de uma licença parcial quanto a mudança do local de construção da usina. O presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Maurício Tolmasquim, afirma que torce para que a liminar seja cassada. Segundo ele, a licença parcial permite apenas as obras iniciais da hidrelétrica, que poderão ser desfeitas.

Professores da rede pública estadual e estudantes da região metropolitana de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) protestam em frente ao Palácio Piratini. Os professores, que completam uma semana de greve, reivindicam que o governo negocie e não corte o ponto. Eles argumentam que não há necessidade do desconto, já que as aulas serão recuperadas. No entanto, a secretária insiste em cumprir decreto assinado pela governadora Yeda Crusius (PSDB) e já iniciou o levantamento dos professores grevistas para descontar os dias parados. Os professores reivindicam a aprovação do piso salarial nacional de R$ 950 para o magistério. A proposta do Estado é para a rede pública sobre o qual incidem as bonificações. O projeto estadual é de mesmo valor, mas já inclui as bonificações.

3ª feira 25

Movimentos feministas e a sociedade civil realizam ações de combate à violência contra a mulher por conta da celebração do Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra a Mulher. No centro da cidade de São Paulo – SP (região Sudeste), organizadas pela Marcha Mundial das Mulheres, mulheres protestam pelo fim da violência contra a mulher e a implementação de políticas de prevenção na Praça Patriarca, em frente à prefeitura. As manifestantes exibiam bonecas feitas de papelão com os dizeres “mulher não é objeto” e “a causa da violência é o machismo”. Sônia Coelho, da Marcha Mundial das Mulheres ressaltou que: “Nós tivemos avanço. Se a gente olhar que foi aprovado a Lei Maria da Penha; que hoje o governo tem essa preocupação de ter um pacto nacional de enfrentamento; isso por um lado é importante. Mas muitas vezes os governos não se comprometem realmente em fazer essas políticas. Nós queremos que exista uma política de estado, que entre governo, saia governo, as mulheres tenham uma política de atendimento, que tenham campanhas”. O governo paulista assinou o pacto nacional que prevê atuação integrada da União, estados e municípios em programas de prevenção, proteção e garantia às mulheres que sofrem violência. O pacto prevê, inclusive, a implementação da Lei Maria da Penha, o combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres.

Cerca de 100 mulheres agricultoras realizam protesto em Boa Vista, capital de Roraima (região Norte). As trabalhadoras protestam contra a violência cometida contra a mulher. Elas caminham do Ginásio Poliesportivo Vicente Feola, o Totozão, até a Secretaria Estadual de Segurança Pública, onde entregam 60 cartas de protesto e de reivindicações ao secretário Cláudio Lima. As mulheres reivindicam tratamento diferenciado em delegacias de polícia e a criação de distritos policiais especializados para atender a vítima de violência. Em Roraima, foram registrados somente neste ano 2.700 casos de agressão contra a mulher. A manifestação foi realizada pelo Movimento de Mulheres Camponesas e marca o Dia Internacional de Combate à Violência Doméstica, lembrado neste dia 25 de novembro.

Cerca de 150 integrantes dos movimentos sociais União Nacional por Moradia Popular (UNMP), da Central de Movimentos Populares (CMP) e do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) ocupam o Palácio Dom João VI, na Praça Mauá, no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), no Dia Nacional de Luta pela Moradia Popular. No local o prefeito eleito do Rio, Eduardo Paes, pretende erguer a nova sede da Prefeitura. A polícia foi ao local, mas não houve tumulto. Integrante da CMP, Marcelo Edmundo, declara que a ocupação é um ato de protesto contra o atual processo de revitalização da Zona Portuária e uma reivindicação de que os imóveis públicos ociosos sejam destinados para habitação de interesse social. A ocupação é vinculada à Jornada Nacional de Luta pela Reforma Urbana e pelo Direito à Cidade e tem como foco a garantia de recursos para habitação através da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Moradia que tramita no congresso nacional e garante recursos para o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. A Jornada faz parte de uma agenda nacional de lutas e está ocorrendo em 22 estados. As capitais, Rio de Janeiro – RJ, São Paulo – SP, Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste), Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul), Fortaleza – Ceará e Recife – Pernambuco (região Nordeste), e estão sendo palco de atividades ao longo de todo este dia 25. Em Curitiba – Paraná (região Sul), é realizada audiência na qual se buscaria mediação entre a Prefeitura e sem-teto acampados, em relação ao conflito pela moradia. A única alternativa dada pela Prefeitura de Curitiba à reivindicação de moradia digna é um abrigo. Os sem-teto afirmam que não lutam por abrigo e sim por uma casa. Após os acampados terem negado a oferta do abrigo, a Prefeitura tenta expulsar os sem-teto imigrantes oferecendo-lhes passagens de retorno às suas cidades de origem.

Cerca de 150 sem-teto do MNLM ocupam um edifício abandonado no Centro de Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). O imóvel ocupado é de propriedade particular e já abrigou órgãos como o Conselho Tutelar e uma representação da Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio. A ocupação é vinculada à Jornada Nacional de Luta pela Reforma Urbana e pelo Direito à Cidade e tem como foco a garantia de recursos para habitação através da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Moradia que tramita no congresso nacional e garante recursos para o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. O MNLM denuncia o não cumprimento da função social da propriedade e defende o fim dos vazios urbanos. O prédio ocupado figura em uma listagem de dezenas de imóveis que não estão habitados, todos localizados no Centro.

Ação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel Estadual da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Mato Grosso resgata 10 trabalhadores em condições análogas à escravidão. Os trabalhadores estavam numa fazenda de criação de bovinos para corte na zona rural de Pontes e Lacerda - Mato Grosso (região Centro-oeste) e exerciam atividade de roço de pasto e aplicavam veneno em tocos queimados de árvores. Segundo informações divulgadas pelo Jornal do Brasil, o grupo não dispunha de qualquer Equipamento de Proteção Individual (EPI), treinamento ou orientação sobre os riscos da atividade. O veneno era acondicionado de forma inadequada e os trabalhadores ficavam expostos ao perigo de contaminação, estando inclusive com as roupas e a pele manchadas pelo veneno. Além disso, os trabalhadores eram transportados da sede da fazenda até a frente de trabalho em um trator, consumiam a água de um córrego próximo, também utilizado pelo gado. Não havia local apropriado para as refeições que constavam, invariavelmente, de arroz, feijão e carne, proveniente do gado doente abatido na própria fazenda. E o alojamento era uma casa

de madeira em péssimas condições de manutenção e higiene. Conforme relatos dos resgatados, o gerente da fazenda os orientava a esconderem-se na mata, a fim de despistar a fiscalização e assim receberem a diária. O estabelecimento rural foi notificado e os trabalhadores receberam as verbas rescisórias devidas, que somaram R$ 38.241,00. Todos foram incluídos no Programa de Seguro-Desemprego para o Trabalhador Resgatado.

Cerca de 70 pessoas são encontradas em situação de semi-escravidão na Fazenda Parque Recreio, no Recreio, zona oeste do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), durante inspeção realizada por representantes do Ministério Público do Trabalho no Rio, pela Superintendência Regional do Trabalho e pela PF. A operação constata diversas irregularidades, como salários não pagos, servidão por dívida, alojamentos impróprios e carteiras de trabalho retidas. A propriedade pertence ao empresário Pasquale Mauro, dono do Hospital Beira Mar, de outros empreendimentos e de grandes terrenos na área da Barra da Tijuca. Dados colhidos revelam que a maioria dos trabalhadores é analfabeta e deixou a família com a falsa promessa de ganhar dinheiro para a construção de um prédio no Rio de Janeiro. Segundo divulgado pelo Jornal do Brasil, este não é o primeiro grupo a vir de regiões do Nordeste, alguns já foram demitidos e retornaram para suas respectivas cidades, mas a maioria está instalada na cidade ou nos próprios alojamentos concedidos pelo empregador. O grupo encontrado embarcou no dia 25 de outubro em um ônibus fretado pelo 'gato' e foi instalado em alojamentos inadequados, pois os locais não têm água potável e nem condições de higiene e segurança. Um dos alojamentos contém 14 quartos. Em cada um dos cômodos dormem quatro homens, em beliches precárias. Na porta de cada quarto não há fechaduras, mas há correntes que são colocadas para garantir a segurança dos trabalhadores, pois o alojamento já foi invadido por ladrões. Segundo depoimentos colhidos no local, os trabalhadores são submetidos a uma jornada excessiva, além custearem a própria alimentação e alojamento. Um menor foi encontrado entre os demais. Ele conta que recentemente foi vítima de acidente de trabalho, cortou um dos dedos em uma máquina e foi levado ao hospital pelos colegas de trabalho. O alojamento foi interditado por condições inadequadas e por estar frontalmente em desacordo com as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (TEM). Segundo a procuradora do Trabalho, o proprietário deverá assegurar a alimentação dos trabalhadores e a integridade física até a data da rescisão contratual, além de garantir o retorno às cidades de origem. Os auditores fiscais calcularão os valores das rescisões trabalhistas e demais verbas devidas. De acordo com a procuradora do Trabalho, Juliane Mombelli, o proprietário deverá assegurar a alimentação e a integridade física até a data da rescisão contratual, além de garantir o retorno às cidades de origem.

Cerca de 70 indígenas Kaingang ocupam a sede regional da Funai de Passo Fundo – Rio Grande do Sul (região Sul). Os índios reivindicam a criação de Grupos de Trabalho (GTs) para a identificação e demarcação de seus territórios, localizados nas comunidades de Morro do Osso, Lajado, Farroupilha e Iraí. Segundo a liderança Kaingang, Valdomiro Vergueiro, há quase 5 anos os indígenas procuram a Funai para que inicie o reconhecimento dos 227 hectares de terras que reivindicam no Morro do Osso, região sul da capital, Porto Alegre. No entanto, nenhuma providência foi tomada e as 33 famílias da comunidade vivem hoje em apenas 27 hectares. Elas sobrevivem de forma precária com a venda de artesanato e são dependentes da distribuição de cestas básicas pelo governo.

Vergueiro afirma que a ocupação será finalizada apenas quando tiverem um posicionamento da Funai. A Funai promete uma resposta.

4ª feira 26

Cerca de 500 operários de uma construção civil bloqueiam, durante a manhã, a pista local da Marginal Pinheiros, no sentido Interlagos, na altura da ponte Engenheiro Ary Torres, na zona sul de São Paulo – SP (região Sudeste). De acordo com a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), mesmo com a interdição, a lentidão era de apenas 1 km, entre a ponte Cidade Jardim e a ponte Engenheiro Ary Torres, local onde ocorre a manifestação. De acordo com informações preliminares da PM, os trabalhadores protestavam pelo recebimento do 13º salário.

Os servidores do Tribunal de Justiça (TJ) do Rio de Janeiro (região Sudeste) suspendem a greve e voltam ao trabalho no dia 27 de novembro, mas a categoria vai manter o estado de greve. A paralisação durou 65 dias segundo Jornal do Brasil. O Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do estado do Rio de Janeiro (SindJustiça-RJ) decidiu lutar na Justiça pela data-base dos serventuários, estabelecida por lei no mês de maio. O grupo quer fiscalizar o cumprimento do acordo firmado com a presidência do TJ, que prevê o pagamento do auxílio-alimentação durante férias e licenças, gratificação natalina de R$ 150, auxílio-deslocamento de R$ 92,40 mensais, com reajuste atrelado ao aumento das passagens de ônibus da cidade do Rio, e o pagamento dos atrasados do aumento de 5% aprovado semana passada pela Alerj.

Cerca de 3 mil professores realizam ato público na Praça da Matriz, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Os professores marcham durante a tarde da sede do Sindicato dos trabalhadores em educação do Rio Grande do Sul (Cpers) até o Palácio Piratini, no Centro da Capital, onde fazem um ato público. O protesto critica corte do ponto, o piso salarial enviado à Assembléia e aumento de 143% do salário da governadora Yeda Crusius (PSDB). Segundo informações da Agência Chasque de notícias, a Secretaria Estadual de Educação (SEC) abriu inscrição para contratação de professores temporários nas Coordenadorias Regionais de Educação de Caxias do Sul, Santa Maria e Erechim. Em nota, a SEC afirma que as contratações são por tempo indeterminado e visam atender às necessidades das escolas para terminarem o ano letivo. O texto ainda afirma que a medida não teria relação com a greve do magistério o que o movimento discorda. A presidente do Cpers Sindicato, Rejane de Oliveira, criticou duramente o corte do ponto. Coordenadorias Regionais de Educação passaram o final de semana fazendo o levantamento dos nomes dos grevistas. O ato público em frente ao Piratini foi marcado por palavras de ordem e o som das sinetas. Servidores do Núcleo do Cpers de São Leopoldo, no Vale dos Sinos, encenaram o enterro da política educacional, do piso proposto pelo governo e das denúncias de corrupção no Detran. Rejane também criticou a Proposta Pública de Acordo em que o governo se compromete a pagar as gratificações de férias entre 2001 e 2007 como compensação dos descontos dos grevistas. Em troca, a SEC ainda determina que os professores abram mão da ação coletiva movida na Justiça pelo Cpers. Os professores entregaram à Casa Civil um requerimento de audiência com a governadora Yeda Crusius

(PSDB) para tentar uma última negociação. Eles irão reiterar o compromisso de recuperar os dias parados em troca do abono das faltas e da manutenção dos salários.

Cerca de 60 entidades sociais, que participam do Encontro com os Movimentos Sociais, com o governo federal, no Palácio do Planalto em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) reivindicam do governo brasileiro o cancelamento imediato do próximo leilão do petróleo, marcado para 18 de dezembro, quando devem ser licitadas áreas terrestres de exploração fora do pré-sal. Essa é uma das reivindicações apresentadas em carta lida, há pouco, por Marina dos Santos, integrante da coordenação do MST. Os movimentos reivindicam, ainda, a preservação do emprego e da renda dos trabalhadores, como forma de combater a crise financeira internacional. Pouco antes de ler a carta que foi entregue ao governo, Marina dos Santos, ressaltou que esta é a terceira vez que o presidente Lula convoca os movimentos. A primeira foi durante o escândalo do mensalão e a segunda, à época da eleição presidencial, quando o candidato Geraldo Alckmin (PSDB) tinha chances de ganhar a Presidência. “Nós esperamos ser chamados também pelo governo para debater um projeto-nação, não somente daqui a dois anos”, reclamou. Outras reivindicações apresentadas durante o encontro foram: a retirada das forças estrangeiras do Haiti, a redução da jornada de trabalho e uma auditoria integral da dívida pública. Também foi solicitado ao governo que os bancos públicos não sejam utilizados para socorrer empresas privadas, especialmente bancos e que as empresas ajudadas garantam a manutenção dos empregos. Esperado até o final do evento, o presidente Lula não compareceu, por causa da viagem que fez a Santa Catarina, para acompanhar a situação das cidades afetadas pela chuva no estado.

Cerca de 150 pessoas do MNLM deixam o prédio que ocupavam na avenida Julio de Castilhos, no Centro da Capital Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) e saem em caminhada pelas ruas do Centro para denunciar demais prédios que estão abandonados. Os sem-teto marcaram cinco imóveis, outro na avenida Julio de Castilhos e também no Largo Glênio Peres, na avenida Borges de Medeiros, na esquina da rua da Praia com a Uruguai e na rua Caldas Junior. A ação integra a Jornada Nacional de Luta pela Reforma Urbana e pelo Direito à Cidade.

As cerca de 70 famílias organizadas no MTL-DI deixam a Fazenda de Cima, no Município de Faina – Goiás (região Centro-oeste). Os manifestantes estavam no local desde o dia 14 de novembro. Eles deixam o local e retornam para seu acampamento de origem: o Santa Dica. Após isto, duas viaturas da PM vão ao acampamento com um mandado de prisão para Vanderlei Pereira de Souza – coordenador do acampamento, Pedro Gomes da Silva, Abel Batista e Elson. Encontrando somente Vanderlei Pereira, levam-no diretamente para a cadeia pública da Cidade de Goiás.

Movimentos sociais de luta pela moradia protestam em pelo menos cinco estados pela implementação de políticas de habitação para pessoas carentes. Em Salvador – Bahia (região Nordeste), cerca de mil pessoas protestam em frente à prefeitura municipal. As atividades integram a Jornada Nacional de Luta pela Reforma Urbana e pelo Direito à Cidade e seguem até o dia 28 de novembro.

Os 12 alunos suspensos após participarem das manifestações contra as eleições do DCE da Universidade Braz Cubas (UBC), em Mogi das Cruzes – São Paulo (região Sudeste) entram com uma ação na Justiça pedindo a anulação da medida tomada pela direção da instituição. O mandado de segurança pedido pelos universitários é movido pela Conlutas, composta por entidades sindicais e Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp). A ação é protocolada no Fórum de Guarulhos, no estado. Por ser aplicada em período de provas e entregas de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a suspensão de 30 dias prevista pela UBC pode fazer com que os estudantes percam o semestre. Um funcionário da universidade identificado como Nivaldo Luís dos Santos registra, no dia 25 de novembro, boletim de ocorrência de perturbação ao trabalho ou sossego alheio contra 15 manifestantes, entre alunos, ex-alunos e membros da Apeoesp.

5ª feira 27

Cerca de 1.180 sem-terra ligados ao MST bloqueiam estradas no estado da Paraíba (região Nordeste) para reivindicar a realização da Reforma Agrária com o assentamento das 2.300 famílias acampadas no estado. Os trechos fechados foram: BR-230, próximo a Cajá com a participação de 200 trabalhadores rurais; BR-104, entre o município de Remigio e Arara com 230 sem-terra; PB-073, próximo ao município de Belém contando com 150 sem-terra; BR-110, entre o município de Sumé e Prata com 190 sem-terra; BR-230, próximo ao município de Condado com 200 sem-terra e a BR-361, entre os municípios de Piancó e Catingueira com a participação de 210 sem-terra. Os 1.180 trabalhadores rurais afirmam que somente liberarão o trânsito quando estiver confirmada a vinda do presidente nacional do Incra, Rolf Hackbart, para garantir o assentamento das famílias. Segundo site do MST, na última ocupação do Incra que ocorreu em julho de 2008, o superintendente Frei Anastácio prometeu assentar até o final de 2008 mil famílias no estado da Paraíba. Porém, cinco meses se passaram e até o momento apenas 154 famílias do MST foram assentadas. O Movimento denuncia que os locais onde as áreas foram desapropriadas estão localizados na região do sertão e do Curimataú Paraibano, permanecendo intocáveis as terras do litoral, várzea e brejo, região onde as terras encontram-se destinadas ao grande capital agroexportador produtor de cana-de-açúcar. Eles reivindicam ainda que esse ano seja cumprido os processos de desapropriação que já estão em curso final. Dessas, 5 áreas já possuem o decreto de desapropriação e necessita apenas da agilidade do Incra para avaliar as propriedades e decretar a imissão de posse. Outras cinco estão emperradas em Brasília esperando a assinatura do decreto de desapropriação. Sem falar nas áreas que esperam pressão do Incra a Prefeitura local para liberar a licença ambiental, esse é o caso da fazenda Carnaúba localizado no município de Cacimba de Areia, onde já foi feita vistoria e consta como improdutiva, faltando apenas essa licença. Em outras já foram feitas vistorias, mas numa grande lentidão os relatórios não ficam prontos.

O MST e a organização não-governamental Justiça Global denunciam a violência e a perseguição cometidas contra movimentos sociais gaúchos na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA). Segundo site do MST, as organizações entregaram um documento em que consta relatos da ação

truculenta da Brigada Militar e da perseguição política do Ministério Público Estadual (MPE) e do Poder Judiciário contra os movimentos sociais, especialmente o MST no Rio Grande do Sul. Entre as provas, está a ata do Conselho Superior do MPE que determina diversas medidas para neutralizar as ações do MST, "congela" quatro áreas em que estão acampamentos sem-terra e até mesmo pede a extinção da organização e a intervenção em escolas. O MST e a Justiça Global também denunciam que há uma atuação conjunta do Ministério Público e da Brigada Militar, para a qual fica a tarefa de fichamento e de cadastro dos trabalhadores acampados e assentados. O relatório traz a Nota da Instrução Operacional nº 6, documento interno, entregue a todos os comandos regionais da corporação que uniformiza a ação da Brigada Militar contra os movimentos sociais, entre eles o MST. A instrução determina que os policiais façam o cadastro e o fichamento de integrantes de movimentos policiais urbanos e rurais. Baseado nesta ordem interna, a Brigada já tem uma relação de 500 nomes de integrantes e lideranças do MST que vem tendo suas ações monitoradas, o que segundo o relatório "configura flagrante violação ao direito à privacidade, ao exercício da liberdade de associação, circulação e liberdade de expressão". O relatório ainda contextualiza que a repressão aos movimentos sociais no estado, por meio dessas ações ilegais, coincide com o início da gestão da governadora Yeda Crusius (PSDB) em 2007 e, principalmente, com a posse do coronel Paulo Mendes como comandante-geral da Brigada Militar.

Cerca de 100 famílias ligadas ao MST ocupam a Fazenda Ponte Alta, no município de Agudos, em São Paulo (região Sudeste). Segundo a direção regional do movimento, esta ocupação faz parte de uma série de ações de protesto que reivindicam mais agilidade no processo de desapropriação de fazendas improdutivas na região. Segundo site do MST, a Fazenda Ponte Alta possui 1.600 hectares, já foi vistoriada pelo Incra e decretada como improdutiva. Os atuais proprietários arrendaram a fazenda para o plantio de cana-de-açúcar.

Integrantes do movimento de combate à homofobia, deputados, senadores e representantes da Secretaria de Direitos humanos discutem projetos de criminalização da homofobia e união entre pessoas do mesmo sexo durante o V Seminário Nacional Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), no Senado Federal, em Brasília – Distrito Federal, conforme reportagem da “Folha de São Paulo”. A Campanha Não Homofobia! é lançada no seminário.

A Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), que representa 23 povos indígenas, com base nos relatos de índios das comunidades São Joaquim e Warirambã, acusa um grupo de sete militares lotados no 3° Pelotão Especial de Fronteira (PEF) de torturar 12 jovens indígenas nas dependências do pelotão, no município de São Gabriel da Cachoeira – Amazonas (região Norte), em setembro de 2007. Segundo o jornal Folha de São Paulo, os índios afirmam que militares fardados e armados procuravam um jovem que teria trazido cocaína da Colômbia para a aldeia e, mesmo sem mandados judiciais, retiram os índios de suas casas. Ainda de acordo com a denúncia, os jovens indígenas ficaram horas deitados no chão enquanto eram agredidos fisicamente e, em seguida, foram obrigados a ficarem nus em uma jaula, sendo liberados somente no dia seguinte. O Comando Militar da Amazônia, ao qual está subordinado o 3° PEF, em nota oficial, nega os “atos delituosos” por parte dos militares. O Ministério Público Federal do Amazonas investiga as denúncias em inquérito civil público, instaurado no dia 20 de outubro.

Movimentos sociais, sindicais, populares, pastorais e entidades entregam documento à Presidência da República, no qual defendem que país deve aproveitar a brecha da crise para mudar a política macroeconômica de natureza neoliberal e construir um novo modelo de desenvolvimento nacional, baseado na distribuição de renda, na geração de emprego e no fortalecimento do mercado interno. Eles afirmam que o governo deve tomar medidas concretas que visem melhorar as condições de vida da população, garantindo os direitos à educação pública, gratuita, democrática e de qualidade, moradia digna, acesso à cultura e às reformas urbana e agrária. Em política internacional, além de mostrar oposição à Quarta Frota da Marinha de Guerra dos Estados Unidos em águas da América Latina, o documento contém as seguintes propostas no âmbito das relações exteriores: fortalecimento da estratégia de integração regional, substituição do dólar nas transações comerciais por moedas locais, consolidação do Banco do Sul como um agente que promova o desenvolvimento regional e que auxilie o crescimento do mercado interno entre os países da América Latina, uma nova ordem internacional que respeite a soberania dos povos e nações, retirada imediata de todas as forças estrangeiras do Haiti, constituição de um fundo internacional solidário para reconstrução econômica e social desse país. Em relação à política interna, os movimentos propõem: controle e redução imediata das taxas de juros, imposição de um rigoroso controle da movimentação do capital financeiro especulativo, cancelamento do novo leilão do petróleo (marcado para o dia 18 de dezembro), revisão da política de manutenção do superávit primário, estabelecimento de metas para a abertura de novos postos de empregos formais, reajuste imediato do salário mínimo e os benefícios da previdência social como principal forma de distribuição de renda, controle dos preços dos produtos agrícolas pagos aos pequenos agricultores, revogação da Lei Kandir, recusa do governo federal em usar dinheiro público para subsidiar e ajudar a salvar bancos e empresas, redução da jornada de trabalho sem redução de salário, demarcação de terras indígenas e quilombolas, realização da auditoria integral da dívida pública para lançar as bases técnicas e jurídicas para a renegociação soberana do seu montante e do seu pagamento, reforma política que amplie os espaços de participação do povo nas decisões políticas, criação de uma política de preservação e recuperação dos biomas brasileiros. O documento faz referência à criminalização da pobreza e dos movimentos sociais e pede o fim da violência e o livre direito de manifestação dos que lutam em defesa dos direitos econômicos, sociais e culturais dos povos. Assinam o documento 57 movimentos e organizações, tais como: Via Campesina, Assembléia Popular (AP), Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), MST, CUT, Marcha Mundial de Mulheres (MMM), CMP, Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), CPT, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), dentre outros.

Cerca de 60 estudantes realizam um ato público e ocupação convocados pelas organizações estudantis na Universidade Católica de Santos (UniSantos), em Santos – São Paulo (região Sudeste), contra o aumento das mensalidades, sem a aprovação no Conselho Universitário (CONSU), órgão deliberativo da universidade, composto por estudantes e professores. Eles distribuíram panfletos e entoaram palavras de ordem. Os novos valores das mensalidades contêm aumentos que variam entre 6% e 14%, além de reajustar em três tipos diferentes as bolsas compensatórias. Foi protocolado, no dia 25 de novembro, um ofício, assinado pelo

Centro dos Estudantes de Santos e Região, Centro Acadêmico Alexandre de Gusmão – Direito/Unisantos, Centro Acadêmico 15 de Maio – Serviço Social/Unisantos, Centro Acadêmico de Enfermagem/Unisantos e Diretório Acadêmico Michel Lieders – Arquitetura/Unisantos, exigindo: imediato congelamento das mensalidades, abertura completa das planilhas de custo da universidade e suspensão dos aumentos já implementados aos calouros. O ofício foi lido durante a reunião da reitoria. A Unisantos garantiu às entidades uma resposta às reivindicações até este dia 27 de novembro. O ato ocorre enquanto os estudantes aguardam resposta da reitoria. Durante o ato, pressionados pelo barulho da manifestação, o gerente executivo e a secretária da mantenedora recebem uma comissão de estudantes, que não avança nas negociações, apenas comprometendo-se a apresentar à instituição a sua pauta de reivindicações. Em assembléia convocada durante o ato, sem resposta da reitoria, os estudantes decidem pela ocupação por tempo indeterminado da Sociedade Visconde de São Leopoldo, mantenedora da universidade.

Moradores da região de Portão, sindicatos de trabalhadores e entidades civis dão um 'abraço' simbólico na praça de pedágio do município no Rio Grande do Sul (região Sul) Eles protestam contra a proposta do governo estadual de transferir o pedágio, que hoje é comunitário, para a Concessionária Convias, que perderia o pedágio de Farroupilha, na Serra. Pela proposta, o pedágio de Portão, que hoje é cobrado apenas em um sentido, passaria a ser cobrado nos dois. Além disso, a tendência é de que as taxas subam se a praça for repassada à iniciativa privada. O ato foi organizado pelo Comitê Contra a Prorrogação dos Contratos de Pedágio, formado pelas centrais sindicais: Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e CUT; pela Associação dos Usuários das Rodovias Concedidas do Estado (Assurcon), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entre outros.

6ª feira 28

O Sindicato dos Trabalhadores do Cimento, Cerâmica, Cal e Gesso do Estado de Sergipe (SINDICAGESE), a Conlutas e suas entidades filiadas, realizam um ato público na porta da fábrica da Votorantim, no município de Laranjeiras – Sergipe (região Nordeste). O ato integra o movimento dos 16 sindicatos dos trabalhadores do cimento existentes no país, que realizam campanha salarial unificada. No dia 21 de novembro, aconteceu em São Paulo – SP (região Sudeste) uma reunião entre os 16 sindicatos que deliberou por uma pauta única e um calendário de mobilização unificado. Os sindicatos protocolaram um pedido de negociação com a empresa para o dia 11, na cidade de São Paulo – SP (região Sudeste) e uma mobilização para o dia 10 de dezembro, com o objetivo de fazer com que a empresa negocie. Até este dia 28, a empresa não fechou o acordo coletivo de trabalho da categoria. Insiste em apresentar somente o índice do INPC (6,17%) como reajuste, não atendendo à exigência de aumento real de 3%. O movimento sindical alerta que a Votorantim acaba de comprar o Hotel Fazenda Boa Luz, o mais luxuoso da região Nordeste, para ampliar sua produção no município de Laranjeiras. Na pauta unificada constam: unificação e manutenção da data-base em 1º de outubro de cada ano; reposição nos salários da inflação medida pelo INPC; aumento real de 3%; reajuste do Piso Salarial e benefícios pela empresa, com a aplicação de no mínimo os índices de reajuste definidos nos itens 2 e 3;

unificação do valor do tíquete-alimentação (ou cesta básica) e dos benefícios praticados pela empresa em todo território nacional.

A juíza da Vara de Registros Públicos do Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste), Gildete Silva Balieiro, nega os pedidos de impugnação de registro do Setor Noroeste, faixa de terra localizada no Plano Piloto de Brasília. Ela argumenta na sentença que o terreno não é uma reserva tradicional, e os índios que ocupam a área são invasores de terra pública. A decisão da Justiça autoriza a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) a registrar as terras em cartório e começar a venda dos lotes. Ainda cabe recurso da sentença, mas o governo espera lançar o primeiro edital de licitação do novo bairro antes do Natal. O Setor Noroeste terá 22 quadras residenciais com 11 prédios cada. Em outubro, a Terracap deu entrada no 2º Ofício de Registro de Imóveis, pedindo a escritura da área. Mas indígenas que vivem no local questionaram o registro, argumentando que a propriedade seria particular. Também houve dois outros pedidos de impugnação. A Fatto Incorporadora argumentou também que as terras não são da Terracap. Já o Grupo OK usou como justificativa uma dívida de R$ 5 milhões que a companhia teria com a empresa, para pedir a negativa do registro. A Terracap pretende arrecadar com vendas de lotes no Setor Noroeste cerca de R$ 3 bilhões, sendo R$ 1 bilhão já na primeira licitação. A Funai informou através de sua assessoria que está analisando a decisão da Justiça e ainda não definiu as providências que pretende tomar.

O Ibama apresenta um pedido para que a Justiça Federal de Rondônia reconsidere a decisão liminar que suspendeu a licença de instalação da Usina Hidrelétrica do Rio Madeira - Rondônia (região Norte). A liminar foi concedida na última semana, a partir de uma ação popular apresentada pelo Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Fboms) contra o Ibama, a Agência Nacional de Águas (ANA) e o consórcio Energia Sustentável do Brasil, responsável pela obra.

Professores e funcionários da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e do Colégio de Aplicação (CAp-UERJ) decidem voltar às aulas no dia 1 de dezembro. Após 67 dias de paralisação, o fim da greve foi resolvido com a aceitação por parte dos professores da garantia de deputados estaduais, na maioria da Comissão de Educação, de que votariam o plano de carreira da categoria no dia 2 de dezembro. Uma comissão de professores se reuniu com deputados. Os professores alegam ter entrado em greve por um reajuste salarial de 74% e pela aprovação de um plano de carreira. Um dos líderes do movimento, o professor de francês do CAp-UERJ Décio Rocha, diz que o conselho universitário encaminhou um texto para o governo do estado com as propostas para o plano. Segundo o professor, o projeto deveria ter sido enviado para a Assembléia Legislativa pelo governo, que não o fez alegando inconstitucionalidade. Ele lembra que o último reajuste que os servidores tiveram foi em abril de 2001. Quanto ao plano de carreira, Rocha alega que "ninguém nos disse qual era o item inconstitucional". Em outubro, foi publicado no Diário Oficial um plano de carreira que não reconhecemos. Ou rejeitávamos ou aceitávamos. Decidimos aceitar, mas para propormos emendas ao documento depois – disse Rocha, acrescentando que os deputados concordaram com suas principais reivindicações: inclusão do regime de dedicação exclusiva (o professor leciona e pesquisa em apenas uma universidade), a isonomia entre as categorias, a diminuição do prazo em que o reajuste seria feito e o estabelecimento de quatro níveis de carreira para cada categoria. Segundo a

assessoria da Associação de Docentes da UERJ, os reajustes ficam entre 28% (professor auxiliar) e 40% (professor adjunto).

O Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU), juntamente com representantes de outros movimentos populares nacionais: União Nacional por Moradia Popular (UNMP), Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), CMP, MNLM, Fórum Nacional de Reforma Urbana e Fóruns Estaduais e Regionais pela Reforma Urbana, que lutam pelo direito à moradia no Brasil, fazem do dia 24 ao dia 28 de novembro a Jornada de Luta pela Reforma Urbana e pelo Direito à Cidade. Neste dia 28, em Porto Alegre (região Sul), movimentos sociais urbanos promovem manifestações por moradia digna, como parte da Jornada Nacional. Os manifestantes ocupam um prédio abandonado há mais de 13 anos, no centro da cidade, de onde partiram em marcha pela cidade visitando outros seis prédios vazios. Segundo o IBGE, calcula-se que um terço das moradias no país são inadequadas, sem acesso a serviços básicos como saneamento, coleta de lixo e registro de titularidade. Levantamento da Fundação João Pinheiro, em parceria com o Ministério das Cidades, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), revelou que o déficit de moradias no país, com base em dados de 2006, é de 7,93 milhões de residências. Já o de unidades vagas seria de 6.579, com condições de moradia adequadas. O estudo mostra que esse déficit se concentra nas regiões Sudeste e Nordeste, com cerca de 2,68 e 2,93 milhões, respectivamente. Podemos destacar alguns estados, como São Paulo (região Sudeste) com 1.478 milhões, Rio de Janeiro (região Sudeste) com 609 mil, Pará (região Norte) com 418 mil, Ceará (região Nordeste) com 414, Pernambuco (região Nordeste) com 404 mil, Rio Grande do Sul (região Sul) com 362 e Goiás (região Centro-oeste) com 202 mil. A jornada deste ano tem entre as suas principais reivindicações exigir do governo compromisso para a utilização de prédios públicos ociosos, para que os mesmos tenham função social, e que seja implementada uma política de prevenção a despejos. Na maior parte das capitais o número de domicílios vazios é superior ao déficit habitacional. Outro foco da jornada é garantir mais recursos para a habitação popular, com controle social. Assim, FNRU e movimentos reivindicam que todos os recursos hoje existentes, 4 bilhões anuais, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) habitação e de outros programas, sejam alocados no Fundo de Moradia Popular (FNHIS); e que 30% destes recursos sejam destinados para o programa que apóia a produção de moradia feita pela população organizada, de forma autogestionária. Com essas ações, a jornada pretende aumentar a visibilidade dos problemas urbanos no Brasil, pressionar o poder público a implementar políticas de promoção do direito à cidade e ampliar a participação e controle social na gestão urbana.

Os professores da rede estadual do Rio Grande do Sul (região Sul) encerram, a greve que realizavam desde o dia 14 de Novembro. Os trabalhadores também aprovaram um calendário de mobilização, que inclui vigília permanente na Assembléia Legislativa para garantir a não-votação do projeto de piso salarial enviado pelo governo e a divulgação dos nomes dos deputados que se comprometeram em não votar a proposta. O sindicato da categoria, o Cpers, ainda deve entrar com ação na Justiça contra o corte do ponto e os descontos nos salários dos grevistas.

A política de segurança do governo do estado do Rio de Janeiro, invade a comunidade da Serrinha, no bairro de Madureira, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A operação para

prender traficantes, comete um crime contra a cultura e as tradições populares do Rio de Janeiro. A operação terminou com a destruição de móveis, utensílios e as dependências da Escola de Jongo do Grupo Cultural Jongo da Serrinha, um dos maiores símbolos da preservação da memória e das tradições jongueiras – matriz de uma das principais expressões da cultura popular do Rio, o Samba. O Morro da Serrinha, localizado na Zona Norte do município do Rio de Janeiro, é uma comunidade urbana com aproximadamente 5 mil moradores, na sua maioria negros. Com cerca de 110 anos de existência, a Serrinha é uma das primeiras favelas do país, tendo recebido no início do século passado um enorme contingente de escravos negros recém-alforriados. O Jongo da Serrinha é um dos mais tradicionais grupos de cultura do país tendo recebido diversos prêmios por seu trabalho artístico e social. Com 40 anos de história, o grupo de Madureira foi fundado por Mestre Darcy e sua mãe, Vovó Maria Joana Rezadeira que, preocupados com a extinção do jongo na cidade, transformaram a antiga dança praticada nos quintais da Serrinha num espetáculo. Graças a uma iniciativa do grupo, o ritmo foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2005, como o primeiro Bem Imaterial do Estado do Rio de Janeiro. Em 2000, o grupo criou a ONG Grupo Cultural Jongo da Serrinha (GCJS) para desenvolver estratégias de preservação da memória da comunidade Serrinha e do jongo e de educação e capacitação profissional para jovens e crianças, através da Escola de Jongo (EJ). Recebeu diversos prêmios entre eles o Escola Viva (2007), Cultura Nota Dez (2006), Cultura Viva (2006), Itaú-Unicef (2007 e 2005), Petrobrás Rival BR (2002), Orilaxé (2002) e o prêmio mais importante do Ministério da Cultura, a Medalha de Ordem ao Mérito Cultural (2003). A Escola de Jongo atendia diariamente a cerca de 120 crianças e jovens.

Sábado 29

A juíza da região de Embu das Artes – São Paulo (região Sudeste) concede pedido de reintegração de posse de um terreno de mais de 100 mil metros quadrados no bairro Nossa Senhora de Fátima, à proprietária Rosa Tereza Basilli. O terreno estava ocupado por cerca de 500 famílias do MTST. Durante esses meses de luta as famílias conseguiram duas vitórias importantes: um acordo com a Secretaria de Habitação do estado de São Paulo para a construção de moradias populares em Embu das Artes, com terreno a se confirmar; enquanto as moradias definitivas são construídas as famílias receberão auxílio emergencial, o bolsa-aluguel, com número e valor a serem definidos; uma área provisória nas proximidades para as famílias que não têm para onde ir esperarem o bolsa-aluguel.

Movimentos sociais feministas e organizações de mulheres protestam no Largo Glênio Peres, em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). As manifestantes reivindicam o fim da violência contra as mulheres. As organizações montaram um varal contendo as reivindicações e bandeiras de luta. Também entregaram documento à governadora Yeda Crusius (PSDB) em que cobram a execução do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à violência contra a Mulher. Ao Ministério Público, as organizações denunciaram que o governo não implementou nenhuma ação efetiva do pacto, que foi assinado em 2007.

Domingo 30

A Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) envia ofício à empresa Magic Center, em Curitiba – Paraná (região Sul), responsável por colocar no mercado uma cachaça com o rótulo "Cura Veado" – onde se vê uma figura estereotipada de um homossexual de batom, unhas vermelhas, sobrancelhas arqueadas, cílios postiços e com cabelo rosa –, solicitando que ela "se dignifique a retirar o referido rótulo do produto, considerando-se que ele contribui para o preconceito e a discriminação, pois transmite uma idéia errônea da realidade homossexual, além de fazer deste cidadão objeto de riso". Líderes do movimento gay vêem preconceito e discriminação, ao passar a idéia de que a homossexualidade é uma doença e pode ser curada. O proprietário da empresa Magic Center, Luimar Szczepanski, declara que a bebida é vendida há 40 anos "como brincadeira e gozação". Ele afirma que não tem a intenção de ofender e que "não se pode ir contra a força da cultura popular". Entre outros rótulos, a loja vende as cachaças "Amansa Corno" e a "Nabunda". A associação diz que não pretende processar a loja pela "Cura Veado", mas "dialogar para promover uma ação educativa", que chamam de "advocacy".

Glossário de Siglas

Alerj	Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro
Apeoesp	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
Conlutas	Coordenação Nacional de Lutas
CMI	Centro de Mídia Independente
CMP	Central de Movimentos Populares
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCE	Diretório Central dos Estudantes
Funai	Fundação Nacional do Índio
Funasa	Fundação Nacional de Saúde
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Itesp	Instituto de Terras de São Paulo
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTL-DI	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade - Democrático e Independente

MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
ONG	Organização Não Governamental
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
STF	Supremo Tribunal Federal
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro

OSAL

Observatorio Social de América Latina
Publicación electrónica

Cronología del Conflicto Social

R

A

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

CLACSO

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

Documento de trabajo Nº 228

Realizado por
el Comité de Seguimiento
del Conflicto Social y la Coyuntura
Latinoamericana de R

Integrantes	Juan
Diarios	*E*
Otras fuentes	Espacio Insular

© Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Se autoriza la reproducción de los artículos en cualquier medio a condición de la mención de la fuente y previa comunicación al director.
La responsabilidad por las opiniones expresadas en los artículos, estudios y otras colaboraciones incumbe exclusivamente a los autores firmantes, y su publicación no necesariamente refleja los puntos de vista de la Secretaría Ejecutiva de CLACSO.

El **Observatorio Social de América Latina** (OSAL) constituye una iniciativa del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) destinado a la promoción de estudios e investigaciones sobre los procesos de movilización y conflicto social, las dinámicas de participación y los repertorios de acción de movimientos sociales y organizaciones populares en los países latinoamericanos y del Caribe. El OSAL promueve el debate académico entre los investigadores e investigadoras sociales de la región. Además, estimula el diálogo entre las instituciones de investigación, las universidades y los movimientos sociales, sindicatos y organizaciones populares que actúan en la defensa de los derechos humanos y sociales.

La realización de una pormenorizada cronología mensual del conflicto social en 19 países de América Latina y el Caribe constituye una de las principales iniciativas desarrolladas por el OSAL. El documento aquí presentado constituye uno de los resultados de este trabajo de documentación y registro llevado a cabo en el marco del programa. Se trata de un documento de trabajo en el que se sintetizan las principales acciones de movilización y protesta social llevadas a cabo durante el mes indicado en uno de los 19 países relevados.

La cronología presentada ha sido elaborada por alguno de los diversos **Comités de Seguimiento del Conflicto Social** que conforman el OSAL, cada uno de los cuales, bajo la coordinación de un equipo de investigación que forma parte de la red institucional de CLACSO, lleva a cabo el trabajo de registro en uno o más países de la región.

Comités de Seguimiento del Conflicto y la Coyuntura Latinoamericana

PAIS	INSTITUCION	RESPONSABLES
Guatemala	FLACSO	Simona Yagenova Mario Castañeda
Colombia	Escuela Nacional Sindical	Guillermo Correa Diana Cárdenas
Paraguay	Centro de Documentación de Estudios	Quintín Riquelme
Ecuador	CIUDAD	Mario Unda Hugo González
Bolivia	CIDES – UMSA	Dunia Mokrani Chávez Pilar Uriona Crespo
Chile	ARCIS	Juan Carlos Gómez Leyton
Perú	Instituto de Estudios Peruanos	Ramón Pajuelo
Brasil	LPP	Roberto Leher
Argentina y Uruguay	PIMSA (Argentina)	María Celia Cotarelo
México	UNAM	Massimo Modonesi Lucio Oliver
Panamá, El Salvador, Nicaragua Honduras y Costa Rica	CELA (Panamá)	Marco A. Gandásegui, h.
República Dominicana y Puerto Rico	Centro Juan Montalvo (Rep. Dominicana)	Mario Serrano Juan Luis Corporán
Venezuela	PROVEA	Marino Alvarado Marco Antonio Ponce
Costa Rica	IIS	Sindy Mora Solano

Brasil
Cronología del Conflicto Social
Diciembre 2008

2° feira 01

Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e do Colégio Aplicação (CAp-UERJ) determinam o fim da greve, após quase 80 dias de paralisação, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Segundo o Jornal O Globo, as atividades estavam suspensas desde o dia 15 de setembro e a assessoria da UERJ informa que será criado um novo calendário escolar para a reposição dos dias parados. A previsão é de que as aulas se estendam até março de 2009.

O relatório aprovado pela Fundação Nacional do Índio (Funai), em 17 de outubro e divulgada pelo jornal Folha de São Paulo no neste dia 1 de dezembro, define os limites da terra indígena Xucuru-Cariri, em Palmeiras dos Índios, a 139 km de Maceió – Alagoas (região Nordeste). As autoridades temem que disputa entre índios e posseiros provoque conflitos similares ao caso Raposa Serra do Sol. Na área aprovada, de 7.073 hectares existem 463 propriedades, com uma população não-indígena estimada pelo relatório em 2.315 pessoas, enquanto os índios contam 1.337, segundo o laudo. A lei garante indenização ou reassentamento dos posseiros. Os índios declaram que não têm o que negociar com os proprietários, os quais afirmam que vão até o fim para mudar a demarcação oficial. Prefeitura, grande proprietários e pequenos posseiros, com apoio da Defensoria Pública do estado articulam a apresentação de uma contestação formal ao relatório até 20 de janeiro. A defensoria declara que, caso não consiga reverter a delimitação administrativamente, irá "judicializar o conflito". Após o prazo de contestação, o documento será analisado pelo Ministério da Justiça e, caso seja aprovado, seguirá para a homologação do presidente da República.

A juíza de Direito da Comarca de Senador La Roque, Ana Beatriz Jorge de Carvalho Maia, concede um mandato de reintegração de posse aos grileiros da fazenda Cipó Cortado uma das doze propriedades que compõem a gleba Boca da Mata Barreirão em Senador la Roque no estado do Maranhão (região Nordeste). A decisão da juíza, passa por cima da decisão do desembargador federal João Batista Moreira do Tribunal Regional da 1º região, e de Lucas Rosendo Máximo de Araújo, juiz federal da Subseção de Imperatriz, que em junho de 2004 decidiram reintegrar a posse dos 144 mil hectares da gleba ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), decisão até hoje não cumprida.Segundo Gilvania Ferreira da Coordenação Estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a decisão mostra o poder que os latifundiários têm na região, mostra a incompetência do Incra ao não arrecadar as terras com decreto e mostra ainda de que lado se posiciona a Justiça do estado. A Justiça local, comandada por Ana Beatriz, deu prazo de 10 dias para que os trabalhadores recorressem de sua decisão, ou desocupassem a área.A fazenda Cipó Cortado foi ocupada pelo MST em novembro de 2007, com 250 famílias, que vivem há vários meses um grande clima de tensão. Uma milícia armada, bancada pelos grileiros da região, vem aterrorizando os trabalhadores e ameaçando as lideranças da organização.Há 30 dias, dois trabalhadores foram seqüestrados pela milícia e humilhado na

sede da Fazenda. O MST promete não sair da área e aguarda que a decisão da Justiça Federal seja cumprida.

O juiz Felipe Augusto de Magalhães Calvet, da 8° Vara de Trabalho, suspende a Circular Interna 107 da Caixa Econômica Federal (CEF) que determinava que os bancários grevistas que não compensassem as horas até o dia 15 de dezembro seriam descontados. O banco também estaria convocando os servidores para trabalhar aos sábados. A circular contraria o acordo feito entre a direção da Caixa e os bancários na Convenção e Acordo Coletivo de Trabalho. Caso descumpra a decisão judicial, a Caixa será multada em R$1 milhão.

3° feira 02

Cerca de 400 sem-teto deixam um terreno particular, no bairro de Nossa Senhora de Fátima, no município de Embú das Artes, na Grande São Paulo (região Sudeste). A Polícia Militar (PM) cumpriu ordem de despejo das famílias sem-teto do acampamento Silvério de Jesus, em terreno, de mais de 100 mil metros quadrados, ocupado desde setembro no Bairro Jardim Nossa Senhora de Fátima. De acordo com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o espaço pertence à uma grande latifundiária da região, e nele havia uma fábrica de cera desativada. O despejo havia sido marcado para o dia 26 de novembro, mas foi suspenso por conta das negociações do MTST com o governo do estado para se encontrar uma alternativa para as famílias do acampamento. De acordo com a coordenadora do MTST, Jaqueline Gomes, os moradores do acampamento ficaram indignados com o descaso como foram tratados."A postura da polícia, a princípio, foi conversar. Depois teve uma postura mais repressiva, de não esperar as famílias poderem se deslocar. E a gente precisaria de mais tempo, porque os poucos caminhões tinham que efetuar várias viagens e esse tempo não foi fornecido. Depois de um certo período, eles deram meia hora para as famílias colocarem as coisas no meio da rua e depois levar para o galpão, que fica em São Paulo." Segundo um dos líderes do movimento Guilherme Boulos, momentos antes do cumprimento da ordem judicial de reintegração de posse, o grupo conseguiu um terreno para que cerca de 600 famílias possam ficar acampadas em caráter temporário. Os sem-teto têm acordo com a prefeitura e com a Secretaria de Habitação do estado de São Paulo para a construção de moradias populares. Enquanto aguardam a entrega das casas, eles vão receber um auxílio emergencial, o bolsa aluguel. Por meio da assessoria de imprensa, a prefeitura de Embú das Artes explicou que o pagamento dessa bolsa ainda está em negociação e que deve beneficiar apenas as famílias inscritas e que confirmarem residência no município. O Departamento de Comunicação Social da PM informou que no local ocupado foram encontradas cerca de 400 pessoas em 200 barracos.
O Ministério Público Federal (MPF) de Uberlândia ajuíza ação civil pública em que pede a imediata paralisação das atividades de mineração da empresa Votorantim na cidade de Vazante em Minas Gerais (região Sudeste) O órgão também responsabiliza a União e o governo do estado por emitirem as licenças ambientais necessárias para a liberação da atividade da empresa. A ação judicial se deve às inúmeras denúncias de contaminação do rio que abastece o município pelos químicos usados na mineração. A população apresenta grande índice de câncer no esôfago, intestino e no reto, que segundo suspeitas seriam causados pela água contaminada. Amostras também apontam presença de zinco e chumbo no meio ambiente, refletindo na morte de animais. Na ação, o MPF pede que a Votorantim

e demais responsáveis recuperem as áreas degradadas e a despoluam a água que abastece a população de Vazante.
Os professores da Universidade Luterana do Brasil começam a receber os salários referentes a Outubro. Ao todo, a Justiça do Trabalho recuperou junto à Justiça Federal R$ 8 milhões e 42 mil. No dia 5 de Dezembro vence o salário de Novembro.
Cerca de 200 sem-terra ocupam a Secretaria de Justiça em São Paulo - SP (região Sudeste). Os sem-terra reivindicam o assentamento de 80 famílias na Comunidade Lírio dos Vales, na cidade de Franco da Rocha. Os agricultores que vivem e plantam no terreno ocupado há mais de 40 anos, receberam uma ordem de despejo esta semana, marcada para ser cumprida neste dia 2 de dezembro. Segundo site do MST, a área é propriedade do estado de São Paulo apesar de o estado não garantir o cumprimento da função social da terra, como prevê a Constituição Federal. Segundo a Agência Chasque de Notícias, o governo de São Paulo, pediu reintegração de posse para repassar à construção de uma escola de treinamento da PM e dos Bombeiros. Durante a ocupação, os trabalhadores, que realizavam uma manifestação pacífica no saguão do prédio, chegaram a ser separados das crianças e dos idosos, que foram trancados dentro da Secretaria. A polícia esteve no local. A obra já possui financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Segundo relatos dos sem-terra, diariamente, soldados do Corpo de Bombeiros ameaçam as famílias e as obrigam a assinar um acordo de desocupação, em que cada família se compromete a sair em determinada data. Pelo menos 30 famílias já se retiraram da área devido às freqüentes ameaças, e à própria demolição de casas pelos bombeiros.

Trabalhadores da Graúna Aerospace, deflagram greve por tempo indeterminado fornecedora da Embraer, anunciar a demissão de 47 funcionários de sua unidade em Caçapava – São Paulo (região Sudeste). A Graúna possui cerca de 500 trabalhadores. O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos – São Paulo, filiado à Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), informado sobre as demissões, envia diretores ao local e organiza a assembléia do segundo turno que deflagra a greve. Os trabalhadores reivindicam o fim das demissões e estabilidade no emprego. A Graúna argumenta que as demissões são em função da crise da economia mundial, que já está afetando o setor aeronáutico. A empresa informa ainda que outros cortes deverão acontecer. O Sindicato iniciou uma grande campanha em defesa da estabilidade no emprego. Nas últimas semanas tem sido realizada uma série de assembléias em empresas da categoria para discutir os reflexos da crise mundial com os trabalhadores. O repúdio a qualquer demissão e a reivindicação pela estabilidade no emprego e pela redução da jornada, sem redução de direitos estão sendo votados por unanimidade pelos trabalhadores nas assembléias.

Guardadores autônomos se reúnem em frente à Câmara dos Vereadores, no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), para acompanhar a votação sobre o contrato da prefeitura com a Embrapark, empresa escolhida, por licitação, para administrar, desde 10 de novembro, as 9.049 vagas de estacionamento em oito bairros da Zona Sul da cidade. Após pressões por parte dos autônomos, a prefeitura recuou e cancelou a concessão à empresa. Os guardadores comemoram a decisão nas escadarias da Câmara, ao serem informados da decisão.

4° feira 03

Cerca de 1,5 mil trabalhadores, segundo a PM participam da 5ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora. na capital federal Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) em defesa do emprego, da garantia de renda e contra os efeitos da crise financeira internacional. Também está na pauta de reivindicações das centrais sindicais a redução dos juros, a diminuição do superavit primário, a correção da tabela do Imposto de Renda e o aumento de seis para dez das parcelas do seguro-desemprego. Participam da Marcha representantes de seis centrais sindicais, entre as quais a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical. O tema deste ano de 2008 foi: Desenvolvimento e Valorização do Trabalho. A concentração aconteceu pela manhã no estacionamento do Ginásio de Esportes Mané Garrincha. Dali e seguiu até a Esplanada dos Ministérios. Representantes dos professores também participam da marcha. A categoria reivindica maior correção do salário mínimo, defesa do piso salarial nacional para os profissionais da educação básica, correção da tabela do Imposto de Renda e redução da jornada de trabalho sem redução de salários.. A marcha também objetiva pressionar pela aprovação de projetos como o que acaba com o fator previdenciário (fórmula de cálculo das aposentadorias).
Cerca de 400 pessoas participam durante à tarde, de um protesto contra a prorrogação dos pedágios em frente ao palácio Piratini na capital, Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Os manifestantes reivindicam que o governo do estado retire da votação o projeto que tramita na Assembléia Legislativa em caráter de urgência. Também pressionaram os deputados para que votem contra a pauta. A manifestação foi organizada pelo Comitê Estadual Contra a Prorrogação dos Contratos dos Pólos de Pedágios. O vice-governador do estado, Paulo Feijó do Partido Democrata (DEM) afirmou que não foi consultado sobre o projeto da prorrogação dos pedágios. Ele se reuniu com representantes de entidades no final do ato. Na reunião, Feijó disse ser contra a prorrogação sem uma nova licitação e também é favorável que ocorram mais debates antes da votação.
O Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Rio Grande do Sul (Cpers), (região Sul) entra na Justiça com mandado de segurança coletivo contra o corte do ponto de grevistas pelas secretarias da Educação e da Fazenda. Na ação, o sindicato pede liminarmente que sejam suspensos os efeitos dos atos de corte da efetividade e de desconto dos dias de greve. A suspensão também valeria sobre as demais vantagens funcionais, como as férias que podem ser reduzidas. Caso o mandado seja deferido, o pagamento dos dias descontados deve ser feito via folha suplementar.
Quatro trabalhadores rurais do acampamento 25 de Junho são baleados em uma emboscada realizada por um fazendeiro e oito capangas no estado do Maranhão (região Nordeste) segundo site do MST. O atentado aconteceu na fazenda Novo Horizonte, em Ribamar Fiquene, no sul do estado.A fazenda está ocupada desde o último mês de junho, por 150 famílias do MST, e está na agenda do Incra para desapropriação.Os trabalhadores foram atacados quando se deslocavam para lavoura. Surpreendidos com tiros, protegeram-se no mato. Dos quatros atingidos um, permanece hospitalizado, mas passa bem. Em setembro, um grupo de 20 pistoleiros atacou a tiros o acampamento. Segundo a coordenação do MST na região, está havendo uma articulação de fazendeiros para retirar à força as famílias da área.Segundo site do Movimento, o fazendeiro que atacou os trabalhadores é Bento Pinheiro, que se encontra foragido. Ele é um grande pecuarista da região e proprietário de uma fazenda vizinha ao acampamento e, interessado na propriedade de 1.200 hectares,

ocupada pelo MST. Ainda segundo site do Movimento, o "proprietário" da área ocupada vive nos Estados Unidos, mas mantém um grupo de pistoleiros no local.
Cerca de 250 indígenas de Mato Grosso que representam as etnias Pareci, Xavante, Chiquitanos, Bakairis e Nhambiquaras fazem protesto em Brasília – Distrito Federal para reivindicar mudanças nas políticas da Funai, conforme matéria do jornal Folha de São Paulo. Eles se reuniram com o presidente da instituição, Márcio Meira, e pediram que não seja feita a revisão do Estatuto do Índio, a lei que regulamenta o tratamento dado pelo governo aos povos indígenas no Brasil.

5° feira 04

Moradores protestam e tentam invadir o Destacamento de Policiamento Comunitário após o assassinato do menino Mateus Rodrigues Carvalho de 8 anos no Complexo da Maré no Rio de Janeiro (região Sudeste). Moradores revoltados não deixaram o corpo ser retirado do local pelo Corpo de Bombeiros antes da presença de um perito. Duas horas após o assassinato, peritos do Instituto de Criminalística Carlos Éboli chegam ao local. O corpo do Matheus só foi retirado da favela no início da tarde, depois de uma manifestação na Linha Vermelha, onde a polícia fez disparos na tentativa de conter a população e interrompeu o trânsito no sentido Centro. Por volta de meio-dia, um Corsa branco foi incendiado na Linha Amarela, em frente à Vila do João. A polícia precisou usar um carro blindado durante a retirado do veículo e fechar a via das 11h35 às 12h13, no sentido Barra, por causa dos protestos. À tarde, a PM divulgou nota para informar que houve confronto entre marginais de facções rivais da Baixa do Sapateiro e Nova Holanda. Mateus Rodrigues Carvalho foi encontrado com uma moeda de R$ 1 na mão direita, dinheiro que usaria para comprar pão para tomar café da manhã com a família. O menino foi atingido por um tiro de fuzil na nuca ao atravessar a porta de casa, às 7h30, depois de voltar da escola, porque não teve aula. Moradores afirmam ter visto um policial do 22º Batalhão da PM (Maré) atirar, mas, segundo o Jornal do Brasil ninguém teve coragem de prestar depoimento na 21ª Delegacia de Polícia (Bonsucesso), onde o crime é investigado. Os moradores contaram que o menino foi atingido por um policial que perseguia um homem, supostamente do tráfico, com um rádio transmissor. Nenhum tiro foi disparado, além do que matou a criança, garantiram. Segundo Leonardo Melo, funcionário do Centro de Estudos e Ações Solidária da Maré, onde trabalha a mãe da vítima, as testemunhas viram o PM voltar em uma viatura com mais três policiais ao local do crime para tentar retirar o corpo, mas foram impedidos pelos moradores, que exigiram a presença da perícia. O deputado estadual e residente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), Alessandro Molon, esteve no local. Ele afirmou que a Comissão prestará assessoria jurídica à família.

O presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª região, desembargador Jirair Aram Meguerian, suspende o efeito da liminar que impedia as obras iniciais da hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira, em Rondônia (região Norte). O consórcio que adquiriu em leilão a concessão da hidrelétrica - que terá capacidade instalada para gerar 3,3 mil MW - é liderado pela franco-belga Suez Energy com 50,1%, e composto ainda por Camargo Corrêa (9,9%) e as estatais Eletrosul (20%) e Chesf (20%). Segundo a assessoria do consórcio, as obras que haviam começado no final de novembro e tinham sido interrompidas pela liminar, serão

retomadas imediatamente. O cronograma não foi comprometido, afirmou a assessoria. O complexo hidrelétrico do rio Madeira é formado por duas hidrelétricas, Santo Antonio e Jirau. O primeiro leilão, da Usina de Santo Antônio, com capacidade para 3,1 mil MW, em dezembro, foi vencido pelo consórcio Furnas/Odebrecht, que vinha desenvolvendo o projeto básico das duas usinas desde 2001. A Odebrecht concorreu por Jirau e perdeu.

Caminhoneiros fazem um buzinaço em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul). Os trabalhadores protestam contra o projeto de lei da governadora Yeda Crusius do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que busca a prorrogação até 2028 dos atuais contratos de pedágios nas rodovias gaúchas, de acordo com o jornal Folha de São Paulo.

6° feira 05

O Estado brasileiro é acusado de criminalizar e aplicar uma política de violência contra os movimentos sociais, principalmente os que lutam pela terra e pelo meio-ambiente. Os argumentos contra o Estado foram apresentados em um Tribunal Popular realizado na faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) na capital paulista – São Paulo (região Sudeste). Nesse sentido, foi relembrado um dos casos mais emblemáticos dessa postura: a tentativa de aniquilação, neste ano, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Rio Grande do Sul (região Sul), uma articulação entre o Ministério Público gaúcho, o governo de Yeda Crusius (PSBD) e outras instâncias, todos baseados em leis dos tempos da ditadura militar, como a Lei de Segurança Nacional (LSN). Para Gilmar Mauro, da coordenação do MST, a tentativa de dissolver o Movimento foi apenas mais uma ofensiva do Estado, que persegue os trabalhadores rurais há muito tempo. Ele citou os casos da chacina de Eldorado dos Carajás (PA, região Norte), em 1996, do Massacre de Camarazal (PE, região Nordeste), em 1997, e, ainda, casos mais recentes, como o assassinato de Valmir Mota de Oliveira, o Keno, no ano passado, morto por seguranças da transnacional Syngenta, no Paraná (região Sul). A violência contra os movimentos sociais também foi exemplificada pela morte, em Porto Alegre, de dois quilombolas, no dia 4, durante a realização do Tribunal. Os irmãos Joelma Elias e Volmir Elias, o Guinho, integrantes do Quilombo Alpes, foram assassinados, por um vigia, dentro da própria comunidade. A irmã deles, Rosangela da Silva Elias, a Janja, ficou ferida na perna. Acionada antes do crime, a Brigada Militar afirmou que não poderia fazer nada, já que, como vigia, o acusado tinha direito a porte de arma. O Tribunal é organizado por dezenas de movimentos e organizações sociais com objetivo de questionar o posicionamento do Estado brasileiro em situações de violações de direitos humanos de populações pobres de favelas, periferias urbanas e do campo, principalmente jovens negros, quilombolas, indígenas e seus descendentes. A violência estatal contra movimentos sociais e a criminalização da luta sindical, pela terra e pelo meio ambiente estiveram em debate na quarta das quatro sessões de julgamento que começou no dia 3 de dezembro abordando casos emblemáticos que, segundo os organizadores, envolvem a violência institucional do Estado. O tribunal popular funciona como um tribunal do júri, mas com a participação de juristas no lugar de juízes. O Estado fica no banco dos réus e tem o direito de defesa garantido. Para julgar a ação do Estado contra os movimentos sociais, o advogado Ricardo Gebrim, da Consulta Popular e a coordenadora da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, Maria Luisa Mendonça, fizeram o papel de juízes. Nenhum representante do

Estado compareceu ao julgamento. O reconhecimento do Estado sobre seus crimes é esperado, principalmente, pelo povo indígena, que sofre há mais de 500 anos com a repressão e a violência oficiais. Representando 240 nações indígenas, o membro do Centro de Étnico Conhecimento Sócio-ambiental Cauieré, José Guajajara, aproveitou o Tribunal para condenar o Estado pelo genocídio promovido contra os povos originários da América. O indígena explica que não se refere apenas à morte dos índios ocorrida há séculos, mas ao genocídio "silencioso" que ocorre até hoje, exemplificado nos casos de invasão e conflito com os arrozeiros na Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima (região Norte), e dos índios Guarani-Kaiowá, no Mato Grosso do Sul (região Centro-Oeste), onde crianças morrem de desnutrição e são freqüentes as mortes por suicídio.

Sábado 06

Dezenas de pessoas em cadeiras de rodas ou guiadas por cães, no caso dos cegos, e simpatizantes da causa pela defesa da acessibilidade aos portadores de algum tipo de deficiência física realizam uma caminhada pela Avenida Paulista no centro de São Paulo – SP (região Sudeste). Esta é a 5° marcha do gênero. O ato foi animado por um trio elétrico. Durante o trajeto, foram distribuídos à população uma espécie de cilindro de plástico inflável nas cores preta e laranja com a frase: “Torna-te aquilo que és”, de autoria do pensador alemão Friedrich Nietzche. Os manifestantes reivindicam acessibilidades nos espaços públicos para os portadores de deficiência física.
Cerca de 150 famílias, ligadas ao MST ocupam uma área pertencente ao governo do estado de São Paulo – SP (região Sudeste), próxima ao assentamento Sepé Tiarajú, no município de Serra Azul. A ocupação foi feita pela regional de Ribeirão Preto, que logo após a ação deu início ao seu IX Encontro Regional, onde foram debatidos o momento político nacional e os desafios da luta por Reforma Agrária. Os trabalhadores reivindicam a área ocupada para assentar as famílias do acampamento Alexandra Kolontai, que em abril de 2008 iniciaram a luta pela terra, durante a Jornada Nacional por Reforma Agrária. Segundo site do MST, a área vem sendo utilizada irregularmente para o plantio de cana-de-açúcar, apesar de ser patrimônio público. A ocupação tem como objetivo denunciar os prejuízos causados pela monocultura da cana, no que diz respeito à degradação do meio ambiente, à exploração dos trabalhadores cortadores de cana e à falta de oferta de alimentos para o povo brasileiro. Os sem-terra também denunciam a omissão do governo do estado, principalmente do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) em relação a esta apropriação criminosa.

Domingo 07

Cerca de 60 famílias ligadas ao MST ocupam a propriedade Sitio Verde I, localizada no município de São Domingo de Pombal, região do sertão da Paraíba (região Nordeste). Além desta propriedade, segundo o movimento, as famílias exigem a desapropriação do Sitio Verde II e da Fazenda São Lourenço áreas improdutivas, localizadas no mesmo município. Os trabalhadores permanecem acampados dentro da propriedade na espera de providências do Incra para o assentamento das famílias.

O ex-proprietário de fazenda em Belo Horizonte – Minas Gerais (região Sudeste), Manoel Francisco Alves Silva, coloca no assentamento da então Associação do PA Esperança Santa Rosa, 200 cabeças de gado e chega ao local acompanhado de aproximadamente 9 pistoleiros, fazendo ameaças aos trabalhadores. Segundo o Centro de Mídia Independente (CMI), durante a tarde, os pistoleiros começaram a destruir as estruturas existentes como casas, a escola, 300 metros de cerca de um tanque de peixes, 500 metros de encanamento que abastecia o tanque de piscicultura. As famílias são acompanhadas pelos representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Almenara e representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT). No dia 23 de dezembro de 2003, 54 famílias do Movimento Sindical Federação dos Trabalhadores da Agricultura do estado de Minas Gerais (FETAEMG) ocuparam a área de 925 pertencente ao latifundiário. Após a ocupação, houve um acordo em juízo das partes envolvidas em que as famílias ficariam na propriedade. Em 2004, foi realizada a vistoria desta propriedade pelo Incra de Minas Gerais, constando que a mesma não cumpria a sua função social e, em 26 de Outubro de 2006, foi assinado o decreto de desapropriação. Em 11 de abril de 2007, criou-se a Associação do PA Esperança Santa Rosa com 20 famílias. O Superior Tribunal Regional de Almenara acionou a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) que informou a invasão ao Incra Nacional. O órgão entrou em contato com autoridades do Incra de Minas Gerais, que pede a intervenção do comando da PM do 44º Batalhão.

2° feira 08

O Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC) – Paraná (região Sul) anuncia que não fará mais homologação e rescisões de contratos de trabalho dos trabalhadores do setor sem que as montadoras justifiquem as demissões e demonstrem que a decisão foi tomada após exaustivas negociações. “Avisem o trabalhador com antecedência, discutam possíveis altenativas, como a implantação do banco de horas - recurso pouco usado, férias individuais, coletivas. Vamos tentar garantir os empregos. Caso contrário, estaremos protegendo o capital em detrimento dos trabalhadores” disse o presidente do SMC, Sérgio Butka.Segundo ele, estes são alguns dos mecanismos que poderão ser adotados contra demissões nas montadoras - Volvo, Renault, Nissan e Volks-Audi - e nas demais empresas do setor. Butka afirmou que o sindicato vai pedir ao Ministério Público que chame as empresas e faça uma revisão das demissões já realizadas Segundo Butka, no início dessa semana, a Volvo anunciou a dispensa de 430 trabalhadores. Desses, 250 são funcionários com contrato temporário. Os outros 180 são efetivos. A empresa apontou como razões para o corte de empregos o desaquecimento das vendas internas, a redução das exportações e a previsão de que o mercado brasileiro de caminhões terá uma retração de 20% em 2009.De acordo com ele, a empresa Bosch, demitiu cerca de 800 trabalhadores desde o início desse ano. A unidade de produção da empresa em Curitiba tem hoje cerca de 4,5 mil trabalhadores. O sindicato representa aproximadamente 71 mil trabalhadores de Curitiba e Região Metropolitana,11 mil deles trabalham nas montadoras. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), para cada demissão em montadora, ocorrem mais 47 em outras empresas da cadeia produtiva.
Dirigentes dos sindicatos dos metalúrgicos do ABC Paulista e de Taubaté – São Paulo (região Sudeste) apresentam à imprensa dados que, de acordo com eles, demonstram que a indústria brasileira tem condições de atravessar a crise mundial sem demitir. Em entrevista

coletiva concedida em São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo, sindicalistas minimizaram os impactos das más notícias vindas do exterior e afirmaram que os empresários têm várias alternativas de cortar gastos sem cortar vagas. Dados repassados pelo sindicatos e divulgados pela Agência Brasil, apontam que o faturamento do setor de autopeças passou de US$ 13,3 bilhões, em 2003, para US$ 44,1 bilhões, número que deverá se consolidar em 2008. A elevação é de cerca de 300%. Já o número de empregados do setor, subiu de 170 mil para 235 mil durante o mesmo período, 40% de aumento.Para os sindicalistas, caso o cenário de desaceleração ou retração se confirme, os empresários devem se utilizar de instrumentos como férias coletivas, banco de horas e afastamento de trabalhadores para treinamento para evitar as demissões.
Quilombolas, entidades do movimento negro e representantes da Câmara de Vereadores exigem em Porto Alegre – Rio Grande do Sul (região Sul) mais agilidade na investigação dos assassinatos de duas lideranças do Quilombo dos Alpes. Os manifestantes reivindicam que a Delegacia de Homicídios e Desaparecidos encaminhe a prisão preventiva do suspeito, o vigilante Pedro Paulo Back. Na Polícia Federal (PF), um grupo reivindicou a proteção da área, que pertence à União. O assassinato de duas lideranças ocorreu no dia 4 de dezembro. Segundo a Agência Chasque de Notícias, uma terceira pessoa ficou ferida, mas sobreviveu.
O grupo de Rap Testemunha Ocular aproveita evento nas Assembléia Legislativa de Goiás (região Centro-oeste) promovido pelo deputado Mauro Ruben, do Partido dos Trabalhadores (PT), em homenagem aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos comemorado no dia 10 de dezembro. O grupo, chamados para uma apresentação musical, canta no plenário uma música que denuncia os políticos do estado de Goiás, citando Marconi Perillo e Iris Rezende. A música fala dos coronéis que dominam a região Centro-Oeste do país. Os deputados não se manifestaram. No final da apresentação, o presidente da sessão comenta que essa é a vantagem do regime democrático.

3° feira 09

A Organização Não-Governamental (ONG) Rio de Paz promove manifestação contra os nove mil casos de pessoas desaparecidas, sem esclarecimentos, entre janeiro de 2007 e dezembro de 2008 na orla de Copacabana no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Manequins, pneus e um “forno microondas” (locais usados por traficantes para incinerar os corpos das vítimas), representaram corpos de pessoas enterradas em valas clandestinas. Os pneus, lembravam as vítimas incineradas vivas pelo tráfico no estado do Rio de Janeiro.O presidente da ONG Rio de Paz, Antônio Carlos Costa, disse que nos últimos anos houve um crescimento acelerado no número de pessoas desaparecidas e não há, em contrapartida, uma mobilização social eficiente contra a violência.Antônio Carlos estima que cerca de 70% das pessoas desaparecidas estão mortas, porém a organização fará em 2009 uma pesquisa para checar as causas e o número exato de desaparecidos. O protesto ocorre na véspera dos 60 anos da declaração dos Direitos Humanos, comemorado no dia 10 de dezembro.

Cerca de 50 indígenas moradores da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada no estado de Roraima, participam de uma manifestação em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF) em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). O STF retoma no dia 10 o julgamento sobre a constitucionalidade da demarcação contínua da reserva, com área de

1,7 milhão de hectares. Os índios utilizaram faixas e cantaram músicas típicas das etnias que vivem na reserva, o grupo pediu a manutenção da demarcação contínua da Raposa e a retirada dos não-índios que ocupam a área com grandes plantações de arroz.

4° feira 10

Um grupo de cerca de 30 prefeitos, vereadores e indígenas é barrado em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), e Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) e impedido de acompanhar o julgamento em que os ministros avaliam a legalidade do decreto que homologou a reserva indígena Raposa Serra do Sol como região contínua com extensão de 1,74 milhão de hectares. O argumento do cerimonial do STF para proibir a entrada dos índios é a falta de trajes considerados adequados à Suprema Corte. Oficialmente o STF reservou apenas 16 lugares para representantes indígenas que não estão vestidos com terno e gravata. Dentro do plenário do Supremo, o grupo de índios apresenta pinturas culturais e cocares. O presidente da Funai, Márcio Meira, tenta intermediar e resolver a situação. O julgamento sobre a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol começa em meio a um esquema de segurança não usual em julgamentos no STF. Cercas circundam todo o prédio do tribunal e pelo menos 40 policiais militares reforçam a entrada da Suprema Corte. Em uma sessão plenária prevista para durar dois dias, o STF irá avaliar se os indígenas têm direito a uma faixa contínua de terra, independentemente de estar em área de fronteira ou da existência de produtores agrícolas na mesma região.

Cerca de 50 indígenas de Roraima (região Norte) e diversos estados do Brasil comemoram no início da noite deste dia 10 de dezembro, o resultado favorável no STF à manutenção da homologação em área contínua da terra indígena Raposa Serra do Sol, no nordeste do estado de Roraima. Apesar do resultado do julgamento ainda não ter sido promulgado, 8 ministros votaram a favor de manter a homologação como foi declara em 2005. O Ministro relator do processo pediu a cassação da liminar que, atendendo a Ação Cautelar, suspendeu, em abril de 2008, a operação de retirada dos ocupantes não-índios da área. Após o voto da ministra Ellen Gracie pela constitucionalidade da demarcação em faixa contínua das terras da Raposa Serra do Sol, o ministro Marco Aurélio manteve o pedido de vista do processo, ou seja, requereu mais tempo para analisar o caso antes de declarar seu voto. Com isso, o julgamento fica suspenso e a decisão adiada para 2009. Marco Aurélio fez o anúncio depois de comentar o voto do ministro Carlos Alberto Menezes Direito. Ele considerou a ação "parcialmente procedente" e fez uma série de recomendações. "O usufruto dos índios não abrange a exploração de recursos hídricos e potenciais energéticos, pesquisas e garimpagem. A atuação das Forças Armadas e da PF na terra indígena fica garantida e se dará independentemente da consulta das comunidades e da Funai ", disse o ministro. Segundo Menezes Direito, o usufruto dos índios fica restrito ao ingresso, ao trânsito, à permanência, à caça e à pesca, sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes, que responderá também pela área de preservação. "O trânsito de visitantes e pesquisadores não-índios deve ser admitido nos horários estipulados pela administração e não pode ser objeto de cobrança ou de tarifa por parte das comunidades indígenas. A terras não poderão ser objeto de arrendamento", disse, ao destacar que os direitos dos índios são "imprescritíveis". Com oito votos a favor da demarcação contínua, ainda não está eliminada, tecnicamente, a possibilidade de uma decisão pela permanência dos não-índios dentro da reserva, pois os

votos dados até agora ainda podem ser mudados em função dos votos dos ministros que ainda não se manifestaram. Apesar de oito votos a favor da cassação da liminar que, em abril, suspendeu a Operação Upatakon 3, da PF, o ministro Marco Aurélio pediu vista também do processo que resultou na concessão da liminar. Sem decisão pela cassação da liminar, a PF não pode retirar os arrozeiros da área da reserva.
A Força Sindical e a Nova Central Sindical dos Trabalhadores realizam manifestação em defesa da queda da taxa básica de juros, a Selic. Os manifestantes seguiram em passeata do Congresso Nacional até o Banco Central (BC) em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste), onde promoveram uma "sardinhada". Segundo o deputado Paulo Pereira da Silva do Partido Democrático Trabalhista (PDT-SP), presidente da Força Sindical, a sardinha é o símbolo da miséria.
Policiais Federais de São Paulo – SP (região Sudeste) aderem à greve que a categoria promove em de 22 estados e do Distrito Federal de acordo com o jornal Folha de São Paulo. Cerca de 70% dos Policiais Federais aderiram a paralisação, segundo Francisco Carlos Sabino, vice-presidente do Sindicato dos Servidores Públicos, Civis e Federais do Departamento da Polícia Federal no estado de São Paulo (Sindpolf-SP).Segundo ele, os policiais decidiram fazer uma paralisação de 24 horas para manifestar sua oposição à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 549/2006, que equipararia o salário dos delegados da PF ao de um procurador. Os policiais federais também pleiteiam o fim da terceirização na emissão de passaportes e mudanças na proposta de lei orgânica apresentada pelo Ministério da Justiça. O presidente do Sindicato dos Delegados da PF, Amaury Portugal, disse que os delegados da PF não entraram em greve e estão trabalhando normalmente. Segundo a Agência Brasil, Portugal criticou a greve, chamando-a de "absurda"."Se fosse uma greve por aumento salarial, tudo bem. Mas fazer greve para tirar dos delegados a independência na investigação policial é absurdo", disse ele. Conforme a Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef), cerca de 10 mil policiais federais cruzam os braços no país, sendo que apenas Goiás (região Centro-oeste), Rio de Janeiro (região Sudeste), e Roraima e Tocantins (região Norte) não aderiram ao movimento. Policiais civis se unem à manifestação em seis estados: Acre (região Norte), Alagoas, Ceará, Paraíba e Sergipe (região Nordeste), e Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). Na Bahia (região Nordeste), os policiais estão em greve desde 8 de dezembro. Durante a greve da PF, apenas os serviços essenciais são mantidos, como custódia de presos, a fiscalização nos aeroportos e o plantão policial. Os policiais civis apenas atendem casos de flagrante.

Fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego libertam 40 trabalhadores em situação análoga à escravidão na cidade de Nortelândia, no Mato Grosso (região Centro-oeste). Os trabalhadores, incluindo dois adolescentes, eram superexplorados em uma pedreira que pertence ao prefeito da cidade, Vilson Ascari do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e ao vereador Ataíde Bastos Guimarães (PMDB). O grupo vivia em barracos de lona e sem água potável.Também foram verificados diversos trabalhadores machucados devido aos explosivos que eles mesmos fabricavam para extrair as pedras.
Cerca de 200 ex-funcionários, entre médicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem, do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) participam de passeata no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Os trabalhadores reivindicam do secretário estadual de Saúde, Sérgio Côrtes, seus empregos de volta, segundo o jornal O Globo. O grupo foi demitido em novembro de 2008 pelo governo do estado e afirma que ainda não recebeu o salário de novembro nem 13º ou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Movimentos, comunidades, familiares de vítimas de violência policial e representantes de ONGs realizam o protesto Natal Sem Morte, na Cinelândia, no Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), contra o que consideram um descaso das autoridades em relação à vida diante da atual política de extermínio levada a cabo pelo estado. Os manifestantes montaram uma árvore de Natal negra com galhos representando o pedido pelo fim da impunidade e por uma justiça imparcial e justa. Fotos de jovens assassinados foram colocadas dentro das bolas de enfeite da árvore. No início da tarde, os participantes do protesto, segurando cruzes, realizam uma passeata que saiu da Cinelândia e seguiu até a Alerj, passando pelo Fórum do Rio de Janeiro. No Fórum, estava sendo julgado um PM acusado de matar o menino João Roberto. As manifestações marcam a comemoração do aniversário de 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Os cerca de 110 presos da Cadeia Pública de Itabuna – Bahia (região Nordeste) fazem uma rebelião. Segundo a coordenadoria de Polícia Civil da cidade, houve tentativa de fuga da unidade e alguns presos incendiaram colchões nas celas. Quatro internos foram mantidos reféns. Os presos alegam superlotação e exigem melhorias na alimentação e aumento do horário de banho de sol. Outra reclamação é quanto ao período de visita que foi suspenso devido à greve dos policiais civis no estado. A PM foi acionada e afirma que conseguiu controlar a situação. Cerca de 50 internos devem ser transferidos. A Cadeia Pública de Itabuna abriga presos que ainda não foram julgados.

5° feira 11

Indígenas bloqueiam o km 22 da BR-174, que liga Manaus – Amazonas a Boa Vista – Roraima (região Norte), em manifestação pela legalidade da reserva Raposa Serra do Sol, que foi julgada parcialmente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no dia 10 de dezembro. Até as 14 horas, o fluxo de veículos foi liberado na rodovia. Os indígenas, apoiados pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), permanecem no local para distribuir panfletos aos condutores que passam na rodovia. A Polícia Rodoviária Federal enviou integrantes ao local para controlar a manifestação.

6° feira 12

Uma adolescente boliviana de 14 anos é libertada pela PF em São Paulo – SP (região Sudeste) J.K.C.Q morava na casa de um casal que a mantinha em condição análoga à de escravo. Segundo a PF, a adolescente trabalhava como costureira mais de 15 horas por dia e só podia tomar banho nos finais de semana.De acordo com nota divulgada pela PF, a jovem veio ao Brasil ilegalmente acompanhada da mãe, que teve que retornar à Bolívia para cuidar de um filho que estava doente. A menina foi mantida pelo casal, que abrigou as duas como "forma de garantia" do pagamento dos valores "emprestados" para bancar a viagem de mãe e filha para o Brasil.O Conselho Tutelar encaminhou a adolescente para um centro de atendimento. O casal que mantinha a garota em cativeiro foi autuado em flagrante e responderá a processo criminal.

O ministro Eros Grau, do Supremo Tribunal Federal (STF), concede liminar garantindo a permanência de 3 mil índios Pataxó em fazendas localizadas dentro da Reserva Caramuru Catarina-Paraguaçu, na Bahia (região Nordeste). Os índios devem ficar no local até o julgamento final da ação que questiona a legalidade da reserva. A decisão definitiva é aguardada há 26 anos, segundo o jornal O Globo. Eros Grau, que critica a demora na resolução do julgamento, afirma que as fazendas em litígio encontram-se no município Pau-Brasil, que tem parte de seu território abrangido pela reserva indígena e, portanto, os índios têm direito a permanecer no local. De acordo com a Funai, que ajuizou a ação cautelar, os Pataxó habitam imóveis que são objeto de ações de reintegração de posse (na Vara Federal de Ilhéus) e de manutenção de posse (na Vara Federal de Itabuna). Na petição, a Funai afirmava existir "a real possibilidade de conflitos violentos na região, envolvendo índios e não-índios, com os riscos inerentes a qualquer confronto". Assim, pedia a suspensão das decisões nas ações possessórias até a decisão final da ação civil-piloto em curso no STF. Segundo o ministro, o perigo na demora da conclusão do julgamento da Ação civil é "evidente, tendo em vista a tensão social verificada na área, com sérios riscos à comunidade indígena, segmento social para o qual a Constituição confere tratamento especial". Por ora, não há data prevista para o julgamento final da causa.

A comunidade indígena Ñanderu Laranjeira é despejada da Fazenda Santo Antônio da Nova Esperança, em Rio Brilhante – Mato Grosso do Sul (região Centro Oeste), através de ordem do juiz federal Fábio Muzel, de Dourados. Os índios, alegando que este é seu território de direito, ocuparam a área em dezembro de 2007. Eles têm até 10 de janeiro para deixar o local. O juiz ainda solicita ao chefe da PF de Dourados "Uso moderado" da força policial para a desocupação da área.

Os estudantes que protestam contra os aumentos de até 18% nas mensalidades para o ano letivo de 2009, da Universidade Católica de Santos (Unisantos - SP, região Sudeste), depois de 14 dias de ocupação, são retirados do prédio administrativo da universidade pela Tropa de Choque da PM. A retirada cumpre a reintegração de posse expedida há uma semana. Cerca de 80 homens da PM utilizaram de cães, cassetes e spray de pimenta para efetuar a desocupação. Desde a ordem judicial, os estudantes estiveram sob a expectativa do confronto com a polícia.O pedido de uso da força policial para retirada dos estudantes partiu da administração da Unisantos em conjunto com a Mitra Diocesana de Santos. Ambas instituições se negaram a comentar o fato.A polícia chegou por volta das seis da manhã e isolou a rua onde se encontra o prédio administrativo da Unisantos. Movimentos sociais e a imprensa não puderam se aproximar do local onde se executava a ação policial. Dos 30 ocupantes presentes, 25 foram levados para o 7º Distrito Policial de Santos e em seguida liberados. No dia 27 de novembro, os estudantes decidiram pela ocupação após a direção da Universidade ter negado o pedido de revisão no aumento das mensalidades. Dois dias antes, os Diretórios Acadêmicos da Unisantos e o Centro dos Estudantes de Santos (CES) e Região haviam protocolado junto à reitoria um pedido de suspensão do aumento das matrículas dos calouros, o congelamento das mensalidades e a abertura das planilhas de custo da universidade que justifiquem os aumentos.A reitora Maria Helena de Almeida Lambert prometeu aos estudantes seguir examinando as possibilidades de atendimento das reivindicações feitas pelo movimento.

Sábado 13

Ciclistas de Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) realizam protesto próximo à barragem do Paranoá, onde um ciclista foi atropelado e morreu no dia 10 de dezembro. Sebastião Batista seguia para o trabalho de bicicleta quando foi atropelado por um carro. Foi colocada uma bicicleta branca no local onde ocorreu o acidente por ciclistas da ONG Rodas da Paz. De acordo com o presidente da ONG, Maurício Machado, há um grande descaso por parte das autoridades em atender o pedido dos ciclistas de criação de ciclovias pela cidade. A falta desses espaços acaba provocando mortes. Ele disse ainda que o Código de Transito prevê que todos os usuários das vias e de espaços urbanos devem ser contemplados, devem ter seus espaços para trafegar com segurança. Segundo Machado, este ano, até setembro, 47 ciclistas morreram na capital Federal. Isso significa uma morte a cada semana. Dados do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) informam que a cada dia, em todo o país, 4,2 ciclistas morrem. Ao todo, são 1.500 ciclistas por ano.
A ONG Rio de Paz realiza mais uma manifestação na Praia de Copacabana, na Zona Sul do Rio de Janeiro (região Sudeste) para protestar contra as 16 mil mortes registradas nos últimos dois anos no estado. Os dados são do Instituto de Segurança Pública (ISP) e incluem casos como homicídios dolosos, latrocínios e policiais mortos no cumprimento do dever. Com o objetivo de chamar a atenção para o número, 16 mil cocos foram espalhados pela areia da praia, representando 16 mil crânios das vítimas da violência no Rio de Janeiro.Na Praia de Copacabana, em frente à Avenida Princesa Isabel, foi estendida uma faixa em que estava escrita a palavra “vergonha” em português, inglês, francês e espanhol, e, abaixo, o número dos homicídios ocorridos nos dois últimos anos no Rio. Ao meio-dia, os cocos foram empilhados e colocados ao lado de uma grande cruz preta. Em seguida, todos os participantes sentaram na areia da praia e fizeram um minuto de silêncio em memória das vítimas da violência no Rio de Janeiro.

2° feira 15

Cerca de 250 integrantes da Via Campesina, Assembléia Popular e Sindicato dos Petroleiros ocupam o térreo do prédio do Ministério de Minas e Energia em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). A ocupação é um protesto contra a 10ª Rodada de Licitações de Blocos para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, marcada para o dia 18 de dezembro. O ato faz parte de uma Jornada de Lutas Contra a Privatização do Petróleo. De acordo com a representante da coordenação nacional da Via Campesina Brasil, Maria José da Costa, a finalidade é protestar contra a falta de posicionamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em discutir a destinação dos recursos do pré-sal com a sociedade. Os trabalhadores conseguiram uma audiência com secretário-executivo do Ministério, Marcio Zimmermann, e com o secretário de Petróleo e Gás do Governo Federal, Lima Neto. A integrante da Via Campesina Maria Costa avalia que o encontro foi frustrante, já que o governo não sinalizou possibilidades de mudança. "Saímos insatisfeitos porque a postura do Ministério foi simplesmente ouvir, e não repensar a questão do leilão", afirma.O principal argumento do Ministério, relata Maria, é de que modificações na realização dos leilões dependem não apenas da pasta, mas sim de todo o governo. Sobre a questão do marco legal, por exemplo, foi alegado que as alterações estão subordinadas, fundamentalmente, às votações no Congresso.

Ativistas do Greenpeace realizam protesto em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste). Um ativista entregou, garrafas contendo o que seria “água radioativa” de Caetité – Bahia (região Nordeste) nos ministérios do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia. A intenção do manifestante era entregar as garrafas aos ministros Carlos Minc e Sérgio Rezende. Pesquisas do Greenpeace publicadas no relatório Ciclo do Perigo: Impactos da produção de combustível nuclear no Brasil, em outubro, indicam que a água consumida pelas famílias que vivem na área de influência direta da mina de urânio operada pela Indústrias Nucleares do Brasil (INB), em Caetité apresenta radioativo até sete vezes acima do nível tolerado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).O Greenpeace quer que as medidas propostas pelo Ministério Público Federal (MPF), em reunião no dia 7 de novembro, sejam cumpridas.Segundo a ONG, a INB quer duplicar sua produção em Caetité, mas o MPF recomendou ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis(Ibama) que isso só ocorra quando as condições para o licenciamento, que estão em aberto, como a do controle da saúde das famílias da região, sejam resolvidas. O ativista fantasiado de 'garçom-caveira' e outros três manifestantes foram recebidos pelo assessor de imprensa Ronie Lima. O assessor disse desconhecer do que se tratava a manifestação, mas que iria encaminhar a água recebida ao ministro. Mais tarde, em nota, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) argumentou que o empreendimento está localizado em uma área naturalmente rica em urânio e que os níveis do elemento na água potável na área de influência da INB estão “em princípio, dentro da normalidade”. De acordo com o MMA, “a instalação possui extenso programa de monitoramento ambiental e nuclear que é auditado periodicamente pela Agência Internacional de Energia Atômica. Mesmo assim, o Ibama exigirá contraprovas para apurar se a denúncia do Greenpeace procede ou não”. No Ministério da Ciência e Tecnologia, após espera de mais de 30 minutos, os manifestantes afirmam que não foram recebidos por nenhum funcionário e que apenas deixaram uma carta de compromisso protocolada na recepção. A assessoria do órgão, entretanto, afirma que os manifestantes foram recebidos pela chefe de assessoria da comunição, Lúcia Muniz, a quem foi entregue a carta. Em nota, a INB alega que o Instituto de Gestão de Águas (Inga) do governo da Bahia também analisou os níveis de concentração de urânio nos poços onde o Greepeace fez a coleta de água e não encontrou anormalidades. A INB também afirma que o Greenpeace colheu amostras para análise científica no exterior, sem seguir os procedimentos legais brasileiros, e não divulgou nem os laudos nem o nome do laboratório inglês onde foram feitas as análises.

A Justiça Federal do Pará confirma a concessão da posse da Fazenda Cabaceiras ao Incra. Segundo reportagem da ONG Repórter Brasil, somente falta definir o valor a ser pago à empresa Jorge Mutran Exportação e Importação, antiga dona da fazenda, para que a área se torne um assentamento.O grupo móvel do Ministério do Trabalho flagrou por três vezes a fazenda com trabalho escravo. O local está desde 2003 na "lista suja" do governo federal. O MST tem um acampamento de trabalhadores no local desde 1999.

A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) libera a comercialização da variedade de milho resistente a inseto e tolerante ao glufosinato de amônia. Segundo informações da Agência Chasque de Notícias, esta é a terceira aprovação de milho transgênico da CTNBio somente em 2008. Entre as outras duas, estão os de propriedade da Monsanto e da Syngenta. Os integrantes da comissão também aprovaram mais 15 solicitações de liberação planejada no meio ambiente. Segundo a Agência, ao todo em 2008, foram aprovados 122 pedidos, contra 83 em 2007.

Movimentos sociais do Rio Grande do Sul (região Sul) questionam a nomeação do ex-comandante da Brigada Militar Paulo Mendes como juiz ao Tribunal de Justiça Militar. Em nota, a Via Campesina afirma que Mendes mostrou na antiga corporação que não tem o perfil para assumir como juiz. A organização também denuncia que a mesma força e repressão usada por Mendes e o governo de Yeda Crusius (PSDB) para combater os movimentos sociais não foram usadas contra a corrupção. O sindicato dos professores do estado - Cpers também divulgou nota em que critica a nomeação de Mendes pela governadora, afirmando que é uma "clara demonstração de ausência de moralidade no serviço público".
Cerca de 400 famílias realizam ato em frente a um terreno abandonado da Petrobras próximo à Favela Heliópolis na Zona sul de São Paulo – SP (região Sudeste). As famílias do Movimento Sem-Teto do Ipiranga (MSTI), filiado à Frente de Luta por Moradia (FLM) reivindicam moradia popular no local, que não exerce sua função social. Caso a reivindicação das famílias não seja atendida, elas podem ocupar o terreno.

Manifestantes bloqueiam a rodovia PA-151 em Igarapé-Miri, a 76 km de Belém – Pará (região Norte) e tentam atear fogo em frente à Câmara Municipal. A manifestação ocorre um dia após cerca de 200 manifestantes terem participado de um ataque ao fórum do município no dia 14 de dezembro quando onze pessoas foram presas autuados por dano ao patrimônio público, formação de quadrilha e roubo, segundo o jornal Folha de São Paulo. De acordo com a polícia, os protestos são conseqüência do aumento da criminalidade na região e da revolta dos moradores em relação a isso.

3° feira 16

Os trabalhadores do Sistema Petrobrás paralisam suas atividades para pressionar o governo a suspender a 10ª Rodada de Licitações de Blocos para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, marcada para 18 de dezembro. A paralisação de 24 horas foi indicada e aprovada pela categoria nos estados de Pernambuco, Paraíba, Bahia, Rio Grande do Norte (região Nordeste), Amazonas (região Norte), Paraná e Santa Catarina (região Sul), Minas Gerais e São Paulo (região Sudeste). Na Bacia de Campos, Espírito Santo, Ceará e Duque de Caxias, os trabalhadores promovem atrasos e mobilizações. Os sindicatos de petroleiros também estão ingressando na Justiça com Ações Civis Públicas, cobrando a suspensão da 10ª Rodada de Licitações da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). A campanha nacional contra a privatização do petróleo e do gás é composta por Assembléia Popular, CUT, Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), Intersindical, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), MST, Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Federação Única dos Petroleiros (FUP), Frente Nacional dos Petroleiros (FNP), Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo (Sindipetro) – RJ, Sindipetro-SP, Sindicato dos Químicos do ABC, INTERVOZES, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Ação Cidadania, Partido Comunista Brasileiro (PCB), Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8) e Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD).
Manifestantes tentam durante a manhã convencer os trabalhadores da Refinaria de Paulínia a não entrar na empresa para troca de turno. O objetivo da manifestação era pressionar o governo federal para suspender o próximo leilão da ANP a ser realizado no dia 18 de

dezembro. A Refinaria de Paulínia, maior unidade da Petrobras, está situada à margem da rodovia SP-332, na altura do km 132, no interior de São Paulo (região Sudeste). Na manifestação, estavam presentes o líder do MST, João Pedro Stédile, e representantes de sindicatos da construção civil. O diretor do Sindicato dos Petroleiros do Estado de São Paulo e o tesoureiro da CUT, Antônio Carlos Spis, um dos porta-vozes dos manifestantes, questionou a venda, que envolve 130 blocos em terra de um total de sete bacias sedimentares, incluindo a do Paraná, afirmando que ela favorece interesse de multinacionais. A ANP, por meio de sua assessoria, informou que o leilão segue as normas previstas na Lei 9478, de 1997, em cumprimento ao que é determinado pelo Conselho Nacional de Política Energética. De acordo com a assessoria de imprensa da Petrobras, o ato não chegou a afetar a rotina da refinaria.

Cerca de 400 pessoas integrantes do MST realizam marcha de Santa Margarida do Sul rumo à Estância do Céu, na Fazenda Southall no estado do Rio Grande do Sul (região Sul).O objetivo da Marcha é mostrar à população a importância da desapropriação de parte da Fazenda Southall para a Reforma Agrária e os benefícios que irão trazer os novos assentamentos na região. A marcha em direção a São Gabriel marca a conquista do mais recente assentamento das famílias do MST no Rio Grande do Sul. A escolha do local de partida é simbólica: foi em Santa Margarida do Sul que, em 2003, o MST foi impedido de prosseguir marchando para São Gabriel.A área do assentamento faz parte do complexo Southall, que teve sua desapropriação decretada em 2003. Porém, o Supremo Tribunal Federal (STF) impediu que este território, equivalente a área de 133 municípios gaúchos e repleto de dívidas com bancos públicos, fosse desapropriado. Na época, os ruralistas da região, que já haviam ameaçado uma vistoria das terras com seqüestros e bloqueios, distribuíram um panfleto incitando a violência contra os trabalhadores, sugerindo o uso de veneno e armas de fogo contra os acampados.Cinco anos depois, parte da área é agora desapropriada e, junto com outros novos assentamentos na região, irá assentar mais de 600 famílias, gerando 1.800 empregos diretos.A Marcha deve chegar no novo assentamento no dia 18 de dezembro.

Os movimentos de mulheres realizam um ato público, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães em Brasília – Distrito Federal (região Centro-Oeste), durante a 11ª edição da Conferência Nacional de Direitos Humanos. A recente criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Aborto pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, e o processo envolvendo quase 10 mil mulheres em Campo Grande (Mato Grosso do Sul, região Centro-Oeste) são alguns dos motivos da ação dos movimentos. Os movimentos alegam que essas atitudes reforçam a estratégia de criminalização e perseguição às mulheres, configurando verdadeira violação aos direitos. É elaborado relatório que aponta violações de direitos humanos sofridas por 10 mil mulheres investigadas pela prática de aborto. O documento “Processos Judiciais Envolvendo Abortamento: Negação dos Direitos Reprodutivos das Mulheres em Mato Grosso do Sul” mostra irregularidades na ação policial, com a apreensão e o manuseio dos prontuários médicos, e posterior investigação das mulheres em Campo Grande.

Os metalúrgicos da Amsted-Maxion, de Osasco – São Paulo (região Sudeste), deflagram greve. Os trabalhadores reivindicam que não haja demissões por conta da crise financeira internacional e protestam contra os trabalhadores que já perderam seus empregos. A greve foi deflagrada após a Amsted-Maxion demitir 600 funcionários (150 por telegrama).

Uma comitiva de 14 índios Xukuru-Kariri da Aldeia Monte Alegre, em Palmeira dos Índios – Alagoas (região Nordeste) liderados pelo cacique Chiquinho Xukuru-Kariri, estão na

capital do estado - Maceió, dormindo na delegacia regional da Funai para reivindicar que seu apelo de segurança atendido. Os índios foram intimidados, no dia 14 de dezembro, com a visita de Val Basílio, ex-proprietário das terras retomadas pela comunidade. O ex-vereador foi indiciado pela Operação Carranca da PF (ainda na espera pelo julgamento). Segundo relatam os indígenas, Val Basílio fez ameaças afirmando que, caso a Funai não o indenize logo, expulsará a comunidade indígena do local. Os índios esperam uma reunião com órgãos responsáveis, mas já têm garantido o acompanhamento do procurador federal João Sila, que irá até a Delegacia de Palmeira dos Índios no dia 18 de dezembro prestar queixa de Val Basílio.

Mais de mil trabalhadores paralisam as atividades na USP, em São Paulo – SP (região Sudeste) e fazem um ato em defesa de Claudionor Brandão, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp) afastado de sua função. Segundo o CMI, Brandão se tornou, ao longo da última década, um símbolo dos combates na universidade, como defensor da unidade entre efetivos e terceirizados, da unidade entre estudantes, professores e trabalhadores, impulsionador dos piquetes e das assembléias de base como organismos fundamentais para a organização e democracia direta de trabalhadores, professores e estudantes. Para exigir a reintegração imediata de Brandão, os trabalhadores da USP realizam paralisação em diversas unidades e organizam um piquete na reitoria, onde ocorreria uma reunião do Conselho Universitário. Antes do ato político ter início, já estavam presentes mais de 200 pessoas na porta da reitoria o que obrigou a realização da reunião do Conselho Universitário, sob a guarda de fuzileiros navais. Participaram do ato políticos e parlamentares, entidades sindicais, estudantis e movimentos sociais da Conlutas, Sindicato dos Trabalhadores da Universidade do Estado de São Paulo (UNESP), Diretório Central dos Estudantes (DCE) da USP, Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UNESP, Movimento Negro Unificado (MNU) e militantes de correntes e partidos políticos como a Liga Estratégia Revolucionária, Movimento A Plenos Pulmões, Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), Partido da Causa Operária (PCO), Movimento Negação da Negação, Liga Bolchevique Internacionalista (LBI), Movimento Resistência e Ação, entre ouros. As diversas intervenções ressaltam o caráter político da demissão de Brandão, o que representa um ataque ao Sintusp e à liberdade de organização política e sindical dos trabalhadores.

4° feira 17

Cerca de 500 integrantes do MST, da Via Campesina e da FUP ocupam o edifício-sede da Petrobras, na Avenida Chile, no centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). A ocupação faz parte da Jornada de Luta organizada por movimentos sociais e pela FUP em defesa do petróleo e do gás produzidos no Brasil e contra os leilões de petróleo e gás promovidos pela ANP. Os sindicatos de petroleiros também estão ingressando na Justiça com Ações Civis Públicas, cobrando a suspensão da 10ª Rodada de Licitações da ANP. Além das manifestações, está correndo um abaixo-assinado exigindo o fim dos leilões e a recuperação da Petrobrás 100% estatal. Participam também do protesto MST, MTD, Sindicato dos Petroleiros do Rio, FNP, FUP, Via Campesina, CONLUTAS, INTERSINDICAL, Frente de Oposição de Esquerda da União Nacional dos Estudantes (UNE – FOE), entre outras organizações. Os manifestantes que faziam a vigília no edifício

sede da Petrobrás receberam uma ordem de despejo e seguiram para a Candelária próximo a ANP.Em seguida, a manifestação prosseguiu pela Avenida Rio Branco, em direção á Cinelândia. Segundo a Agência Petroleiro de Noticias, os manifestantes foram agredidos durante toda a caminhada pela Avenida Rio Branco.
Famílias sem-terra realizam em São Gabriel, no estado do Rio Grande do Sul (região Sul) uma panfletagem. De acordo com a integrante do MST, Luciana da Rosa, o objetivo é mostrar à população a importância da desapropriação de parte da Fazenda Southall para a Reforma Agrária e os benefícios que irão trazer os novos assentamentos na região. Os sem-terra também irão visitar bairros da periferia da cidade em que assentados já distribuíram alimentos anteriormente. Cerca de 400 pessoas saíram no dia 16 de dezembro em marcha de Santa Margarida do Sul rumo à Estância do Céu, na Fazenda Southall. Os sem-terra passaram a noite em uma área cedida na entrada de São Gabriel e, devem ficar no acampamento localizado na saída da cidade, já perto da fazenda, onde ocorre um ato comemorativo no dia 18 de dezembro.
Petroleiros da Refinaria Presidente Getúlio Vargas da Petrobras, em Araucária – Paraná (região Sul) aderem ao protesto nacional de paralisação iniciado no dia 16 de dezembro. A estimativa do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina é de que 30% dos petroleiros operacionais estão parados. Os trabalhadores exigem a suspensão da 10° Rodada de Licitação das Bacias de Petróleo e Gás, marcada para o próximo dia 18.
Aposentados e pensionistas fazem protesto no Congresso Nacional em Brasília – Distrito Federal (região Centro-oeste) para pressionar a aprovação do projeto de lei que concede o mesmo percentual de reajuste do salário mínimo às aposentadorias e pensões. O projeto já foi aprovado por unanimidade pelo Senado e aguarda agora a decisão da Câmara dos Deputados.Os manifestantes, debaixo de chuva realizaram a "Procissão pela Aprovação" até o Congresso, com uma cruz e velas nas mãos. Segundo o presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (Cobap), Warley Gonçalves, esse tipo de manifestação é inédita no Brasil. A manifestação reuniu associações de aposentados e pensionistas de vários estados e representantes da CUT.

Motoristas de ônibus de Guarulhos, em São Paulo – SP (região Sudeste), deflagram greve e entram em confronto com a PM, na saída da garagem da Empresa de Ônibus Guarulhos S/A, no bairro Taboão. De acordo com informações da PM, os funcionários obstruiram a entrada da empresa. Os policiais interviram para a liberação da via. Dois manifestantes foram detidos por desacato e encaminhados ao 7º Distrito Policial de Guarulhos. De acordo com a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos, as 14 linhas intermunicipais operadas pela empresa são afetadas e saem com atraso. A Guarulhos S/A, que conta com 1,3 mil funcionários, atende ainda a 16 linhas municipais, que também têm problemas para funcionar neste dia 17 de dezembro.

Motoristas e moradores da região fazem protestos na estrada Rodoanel Mário Covas, em São Paulo – SP (região Sudeste), no primeiro dia de pedágio. Os manifestantes protestam contra a lentidão do tráfego e contra a nova tarifa de RS 1,20 a ser paga por veículos de passeio. Durante o ato, os manifestantes carregaram faixas, sendo uma delas com a inscrição 'Presente do governador Serra ao povo paulista: pedágios'.

Manifestantes que se declaram do grupo "Comando de Caça aos Corruptos" realizam protesto em frente ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo (região Sudeste). De acordo

com os jornais O Globo e Folha de São Paulo, o grupo protesta contras as fraudes no órgão, lavando as escadarias do tribunal e encenando a prisão e dedetização de juízes corruptos,.

5° feira 18

Um grupo de manifestantes protesta em frente à sede da ANP, no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), onde está sendo realizada a 10ª Rodada de Licitação de blocos petrolíferos. Os manifestantes foram repreendidos pela PM. O protesto é pelo fim das rodadas de licitação que concedem à iniciativa privada a exploração de blocos petrolíferos. A manifestação começou por volta das 9h, com a execução do Hino Nacional.Segundo Francisco Soriano, diretor do Sindipetro-RJ, durante a manifestação ocorreu um confronto com a PM: três pessoas foram presas e muitas ficaram feridas Os manifestantes jogaram tinta no prédio da ANP e o sindicalista Eduardo Henrique ficou gravemente ferido. Por causa da confusão, a passeata prevista pelas ruas do centro da cidade foi cancelada. A PM informa que os soldados destacados para controlar a manifestação não agiram com violência e executaram sua tarefa conforme a lei. Segundo a Agência Petroleiros de Notícia cerca de 50 pessoas ficaram feridas após a ação da PM e da Guarda Municipal.

6° feira 19

Os metalúrgicos da Amsted-Maxion, de Osasco – São Paulo (região Sudeste), decidem suspender a greve iniciada no dia 16 de dezembro. "Os trabalhadores decidiram voltar ao trabalho para dar um crédito aos juízes", explica João Carlos Gonçalves, secretário-geral da Força Sindical. Os funcionários pedem que não haja demissões por conta da crise financeira internacional. "Como não houve acordo, os juízes vão interpretar nossa atitude como positiva", comenta. Nos próximos dias, haverá um julgamento no Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-2ª Região). O Ministério Público entendeu que a conduta da empresa mostrou que seus interesses econômicos estavam acima dos direitos da pessoa humana, reconhecendo a ação do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco como justa. A Amsted-Maxion demitiu 600 funcionários (150 por telegrama) só esta semana, levando os funcionários a protestar por meio da greve.Durante audiência de conciliação, o TRT propôs estabilidade de 90 dias para os grevistas, reintegração imediata de todos os cerca de 150 demitidos por telegrama, além do pagamento de todos os dias parados.
Cerca de 150 manifestantes participam de protesto contra a demissão de 1.300 funcionários da Vale do Rio Doce, em frente à sede da mineradora no Centro do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). Segundo o jornal O Globo, o ato é organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Prospecção, Pesquisa e Extração de Minério do Rio de Janeiro (Sindiminas).

Estudantes secundaristas do Centro de Ensino Médio da Asa Norte (CEAN), no Distrito Federal – Brasília (região Centro-oeste) entregam, na Regional de Ensino/ Plano Piloto Cruzeiro, um manifesto com cerca de 500 assinaturas em que reivindicam a permanência do Ensino noturno, a manutenção dos professores do laboratório, contratação de mais professores para os turnos matutino e noturno e a aplicação da verba de R$100 mil para a construção de um auditório (garantido no orçamento de 2008).

Sábado 20

A Ação Direta Estudantil, atendendo a convocação internacional realizada pelos estudantes gregos que se mobilizaram por toda a Grécia depois do assassinato do jovem de 16 anos, Alexandros Grigoropoulos em Exarchia, promove um ato em frente ao consulado grego do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste). O ato tem como objetivo demonstrar solidariedade e apoio às ocupações das escolas, universidades e aos levantes populares que tomam conta de todo país. Segundo o CMI, a recente revolta popular, iniciada pelos estudantes gregos, é fruto de anos de uma política implementada em todo o mundo nas últimas décadas, que levou à precariedade do trabalho, desemprego em massa, lucros cada vez maiores para as corporações e empresários.

2° feira 22

Cerca de 300 trabalhadores de empresas aéreas que atuam no Aeroporto Internacional Tom Jobim, do Rio de Janeiro – RJ (região Sudeste), realizam manifestação no Terminal 2 do aeroporto. Os trabalhadores reivindicam aumento do piso salarial dos operadores de equipamentos de viaturas e melhorias nas condições de trabalho. De acordo com o jornal Folha de São Paulo, os trabalhadores também protestam contra o projeto de privatização do aeroporto e a favor de aumento aos empregados que prestam serviços em pista. O ato gerou atrasos em alguns vôos. A categoria fez uma paralisação das 5h às 8h, fechando a rua que dá acesso ao aeroporto, o que provocou um engarrafamento nos arredores do aeroporto. A manifestação ocorre depois de um fim de semana de atrasos em diversos aeroportos brasileiros. Em nota, a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) informou que as condições climáticas e o número reduzido de trabalhadores da Gol são alguns dos problemas que geram atrasos nos vôos em todo o país. No fim da tarde, as empresas aéreas apresentaram proposta de reajuste linear de 8%. O Sindicato Nacional dos Aeroviários reivindicavam 10% sobre os pisos e 9% aos demais salários, além da criação de um piso para operador de veículo.Com isso, os aeroviários resolveram suspender as paralisações marcadas para os dias 24 e 25 de dezembro.

O Incra está assentando, segundo site da Agência Brasil, desde o início de dezembro, os remanescentes da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. A expectativa é a de que, até fevereiro de 2009, 38 famílias já estejam reassentadas em área similar à anteriormente ocupada.Para serem beneficiadas, as famílias que se retiram da terra indígena precisam antes obter, junto à Funai, uma documentação contendo o recibo de pagamento das benfeitorias realizadas na terra indígena que, depois, é anexada ao requerimento solicitando o reassentamento junto ao Incra. Após receber a solicitação, o Incra dá início aos levantamentos de identificação de área de lavrado, ecossistema correspondente ao que as famílias ocupavam na terra indígena. As 38 famílias receberão, cada uma, uma área que varia entre 300 e 500 hectares, conforme o tamanho da posse que ocupavam na Raposa Serra do Sol, na zona rural de Boa Vista. Segundo o site do Ministério de Desenvolvimento Agrário, além das 38 famílias que estão sendo reassentadas, outras 85 já receberam seus lotes. Dessas, 36 receberam áreas de até 100 hectares nos projetos de assentamento da Reforma Agrária e seis produtores rurais foram reassentados em parcelas acima de 100

hectares na Gleba Murupu, na área rural de Boa Vista.Vinte e quatro famílias foram reassentadas nas proximidades do projeto Nova Amazônia, na área rural de Boa Vista, e 17 famílias receberam parcelas acima de 100 hectares na antiga fazenda Mac Laren, no município de Alto Alegre. O Incra também reconheceu a posse de duas famílias em áreas de até 500 hectares na gleba Tepequém. No momento, 72 famílias formalizaram processo no Incra requerendo o reassentamento. Os processos estão sendo analisados e a autarquia já trabalha na identificação de novas áreas para atender à demanda.
Policiais militares estaduais de Santa Catarina (região Sul) deflagram greve. Segundo a Associação de Praças de Santa Catarina (Aprasc), 19 unidades militares estão paradas, entre batalhões, guarnições especiais, pelotões e destacamentos, além de mais de 150 viaturas que tiveram os pneus esvaziados ou estão trancadas dentro dos quartéis. Segundo o CMI, o governo declarou que o movimento é "terrorista", aplica multa de R$90 mil por dia para o fechamento dos quartéis e proibiu veicular por 90 dias o sitio da APRASC na internet. A reivindicação dos Praças é pela implementação da Lei 254 que foi aprovada em 2003 pelo mesmo governo em exercício. Com isso, os policiais reivindicam reajuste salarial de até 93%, conforme estabelecido na lei de 2003. A Aprasc informa que o estado pagou apenas a metade do que os PMs devem receber. A lei 254 implementa ainda a justiça salarial dentro das instituições de Segurança Pública (não só da PM), uma espécie de plano de carreira e que o salário dos superiores (do oficialato) não pode ser superior a 4 vezes o menor salário.

3° feira 23

Dezenas de estudantes ocupam o plenário da Câmara Municipal de Manaus – Amazonas (região Norte), para tentar impedir a votação da emenda que altera parte das regras de uso da meia-passagem para a classe estudantil na capital. Segundo site da Agência Brasil, durante a ocupação, os manifestantes agrediram funcionários, quebraram vidros e jogaram tinta nas mesas. Durante seis dias, os estudantes fizeram vigília no local mas, neste dia, eles foram contidos pela tropa de choque da PM. Apesar do protesto, os vereadores aprovaram, com 26 votos a favor e apenas quatro contra, a proposta de emenda à Lei Orgânica do Município (Loman) que determina, a partir da publicação no Diário Oficial do estado, que a meia-passagem para circulação nos ônibus em Manaus esteja limitada a duas passagens por dia para cada estudante, seja ele do nível Fundamental, Médio ou Superior, matriculado em rede pública ou privada de ensino. Aqueles que necessitem de mais passagens, terão que comprovar à concessionária do serviço de transporte coletivo na cidade. Além disso, a cada dois meses, a freqüência escolar também deverá ser comprovada e os que deixarem de freqüentar as aulas por mais de 20 dias letivos consecutivos ou 50 dias letivos intercalados perderão o benefício.O presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Manaus (Umes), Yann Egaevanovick, lamentou a decisão dos vereadores e ressaltou que a medida implicará na perda de 80 meias-passagens para cada estudante por mês.
O consórcio Madeira Energia S/A (Mesa), responsável pela construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, no Rio Madeira, foi multado em R$ 7,7 milhões pelo Ibama pela morte de 11 toneladas de peixes. A empresa tem 20 dias para apresentar defesa. Inicialmente, a multa era de R$ 5,5 milhões. No entanto, o Ibama considerou que houve agravantes e ampliou o valor em 40%, resultando em R$ 7,7 milhões.Segundo o superintendente do Ibama em Rondônia, César Guimarães, o relatório técnico do órgão

concluiu que o consórcio foi “negligente” no translocamento dos peixes, ocorrido no dia 10 de dezembro. Guimarães explicou que para a construção das bases da usina foi preciso secar uma área no rio. Para isso, disse, foi feito um represamento onde é formado um lago chamado de ensecadeira. “O empreendedor tem que retirar a água para que ele possa fazer as fundações da obra. No dia 10, ocorreu esse incidente em que houve a mortandade excessiva no processo de finalização da translocação dos peixes”, acrescentou. O superintendente do Ibama explicou ainda que ao represar uma área grande, parte dos peixes fica presa e o empreendedor é responsável pela remoção. “Na finalização do processo, ocorreu uma redução drástica da qualidade da água e um crescimento populacional muito grande e houve a mortandade desses 11 mil quilos declarados pela empresa”.A assessoria de imprensa do Ministério de Minas e Energia informou que o órgão não vai se pronunciar sobre o caso, mas adiantou que não há risco de paralisação das obras. A previsão é de que a hidrelétrica esteja em funcionamento em 2013. O consórcio Madeira Energia S/A é formado pelo grupo Odebrecht e outros parceiros.

4° feira 24

O consórcio Madeira Energia S/A (Mesa), responsável pela construção da Hidrelétrica de Santo Antônio, no Rio Madeira (RO), multado pelo Ibama pela morte de 11 toneladas de peixes, diverge do órgão e afirma que a “perda” foi de seis toneladas. As outras cinco toneladas, de acordo com a empresa, foram doadas à entidades filantrópicas. Por meio de sua assessoria de imprensa, o consórcio afirma que suas equipes técnica e jurídica estão avaliando a autuação e aguardam a apresentação do parecer técnico do Ibama. A empreiteira alega que após 17 dias de trabalho de resgate na ensecadeira 1, localizada entre a margem direita do Rio Madeira e a Ilha do Presídio, cerca de 85 toneladas de peixes foram devolvidas ao rio com vida.“A perda registrada foi de seis toneladas. A operação, portanto, foi realizada com sucesso, atingindo 92,5% de taxa de sobrevivência. Esse trabalho teve autorização do Ibama e foi executado por uma equipe técnica da Universidade Federal de Rondônia (Unir) contratada pela Mesa, além de um conjunto de profissionais ligados à pesca”, diz o consórcio por meio de nota.Ainda segundo a nota, outras cinco toneladas, resgatadas com vida, foram congeladas e posteriormente doadas ao Departamento de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde. O consórcio explicou que, devido a fragilidade dos peixes, a empresa, seguindo orientação do Ibama, decidiu colocá-los em câmaras frias para depois doá-los.

6° feira 26

Uma propriedade flagrada utilizando mão-de-obra semelhante à escrava será desapropriada e a área destinada à Reforma Agrária. Segundo site da Agência Brasil, esta é a primeira desapropriação após flagrante de trabalho escravo no país. A fazenda Cabaceiras tem 10 mil hectares e fica em Marabá – Pará (região Norte). Entre 2002 e 2004, o grupo móvel do Ministério do Trabalho resgatou na terra, que pertence à empresa Jorge Mutran Exportação Ilimitada, 82 pessoas trabalhando sob condições degradantes.Segundo o coordenador da ONG Repórter Brasil, Leonardo Sakamoto, desde 2004 o Ministério do Desenvolvimento Agrário já havia decidido desapropriar a fazenda. Mas uma liminar do Supremo Tribunal

Federal (STF) impedia a ação. Cerca de quatro anos depois, o proprietário desistiu da ação, concordou com a desapropriação e vai receber indenização referente ao valor da área. Segundo o Jornal Folha de São Paulo, Délio Mutran, um dos proprietários da fazenda, afirma que a família teria desistido da ação porque a fazenda está ocupada há cerca de 10 anos por integrantes do MST. Délio declarou ainda que houve exagero nas blitzes do Ministério do Trabalho e Emprego que encontraram trabalhadores em condições análogas á escravidão. Contribuíram para a decisão da justiça danos ambientais e a conclusão de que a terra era improdutiva, afirmação falsa conforme Délio pois, segundo ele, milhares de cabeças de gado e plantações de castanhas e seringueiras, se encontram na área. O Incra argumentou que a fazenda não cumpria sua função social , prevista na Constituição. Para Sakamoto, se a proposta de emenda à Constituição (PEC) do trabalho escravo, que tramita há seta anos na Câmara, já tivesse sido aprovada, o proprietário não teria direito a indenização. “A PEC pede exatamente a expropriação, o confisco, ou seja, a retirada da posse da terra sem direito a indenização. O que aconteceu agora foi, pela primeira vez, a desapropriação de uma terra por Reforma Agrária. O proprietário vai receber pela terra”, argumentou Skamoto. Para o coordenador da ONG Repórter Brasil, com a aprovação da PEC do trabalho escravo, os fazendeiros “pensarão duas vezes” antes de submeter trabalhadores a condições análogas à escravidão.
Ministério Público Federal (MPF) detém Regivaldo Pereira Galvão, acusado de ser o mandante do assassinato da missionária Dorothy Stang, no Pará (região Norte), por grilagem e estelionato. A prisão preventiva foi pedida pelo MPF, após a descoberta da tentativa de negociação do lote 55, em Anapu, na região da Transamazônica.“Ele se apropriou do lote, depois negou essa apropriação. Ele, como era conhecido na região, foi preso porque a PF descobriu documentos falsos de grilagem”, disse o procurador da República Felício Pontes, que acompanha o caso.Esse mesmo lote já havia sido grilado por um fazendeiro, mais conhecido como Taradão, nos anos 1990. Pontes disse que, durante a investigação, os depoimentos do fazendeiro sobre a posse das terras foram contraditórios.De acordo com a Procuradoria da República no Pará, o inquérito da PF, que investiga a grilagem, pode dar origem a um processo criminal do MPF contra Regivaldo, que pode ficar preso até o final do processo.Acusado como mandante do assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, Regivaldo Pereira Galvão ficou preso por mais de um ano, mas em 2006 conseguiu um habeas corpus do Supremo Tribunal Federal (STF) e aguardava o julgamento em liberdade.Em novembro, religiosas da Congregação Notredame, à qual pertencia Dorothy, apresentaram documentos que comprovaram que Galvão teria fraudado documentação, que comprovariam a posse do lote 55.Após ser detido, o fazendeiro foi levado para a PF em Altamira. Segundo a Procuradoria da República no Pará, o fazendeiro também responde a outras ações judiciais, por trabalho escravo, crimes ambientais e fraudes.

Sábado 27

Policiais militares de Santa Catarina (região Sul) suspendem paralisação. A suspensão será até o próximo dia 7 de janeiro, data acertada pelo governo do estado para início das negociações. Em nota divulgada pela Associação de Praças de Santa Catarina (Aprasc), policiais militares, suas esposas e parentes comunicam a suspensão temporária da greve da categoria, iniciada no dia 22 de dezembro. Na nota, eles alegam que suspenderam o

movimento para “não prolongar ainda mais o sacrifício das mulheres e homens”, mobilizados em todo o estado, e para “evitar o sacrifício ainda maior da população” que vem sofrendo com as enchentes que assolam parte do estado.Os grevistas citam os “episódios de barbárie na Grande Florianópolis, na região de Balneário Camboriú e na vasta região do Grande Oeste” do estado. O texto dos policiais comenta ainda que o envio das tropas federais para o estado, previsto para o dia 28 de dezembro, não será suficiente para o policiamento. Na nota, os policiais manifestam desagrado com o governo de Santa Catarina e o acusam de intransigência. “O governo mentiu quando nos chamou de criminosos. Somos policiais, bombeiros, esposas e familiares. O que temos é coragem e determinação para enfrentar de frente a postura intransigente do governo”, diz a nota assinada pelo sargento Amauri Soares, presidente interino da Aprasc. Os militares catarinenses reivindicam que o governo cumpra o pagamento de um reajuste escalonado de salários, de até 93%. A lei complementar de 2003, que estabeleceu o reajuste, prevê ainda que o menor salário seja, no mínimo, um quarto do maior. De acordo com os militares, até agora, apenas metade do que a lei estabelece foi cumprida pelo governo.

3° feira 30

O Ministério do Trabalho e Emprego atualiza a relação de pessoas físicas e jurídicas que empregam trabalhadores em situação análoga à escravidão, a chamada lista suja. Divulgado pelo Ministério do Trabalho, este é o terceiro maior número desde o começo das atividades do Grupo Móvel de Fiscalização, que realiza operações surpresa no campo. Dezenove empregadores foram incluídos na nova versão da lista, que tem 205 nomes. Das 19 propriedades incluídas na lista, quatro são de Tocantins, três do Pará (região Norte) , três do Maranhão (região Nordeste), duas de Goiás e duas de Mato Grosso do Sul (região Centro-oeste). Os estados da Bahia, Ceará, Piauí (região Nordeste), Paraná (região Sul) e de Mato Grosso (região Centro-oeste) tiveram, cada um, uma propriedade incluída. Entre os novos integrantes, a maioria das irregularidades foi encontrada em propriedades do setor de pecuária (11), além de carvoarias (3) e agronegócio (5).De acordo com a lista, 438 trabalhadores foram libertados nas propriedades que passaram a integrar a nova versão do documento. Quem tem o nome incluído na lista suja fica impossibilitado de obter financiamento em instituições públicas ou privadas. De acordo com os números divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foram resgatados 4.634 trabalhadores em 133 operações realizadas pelo Grupo Móvel de Fiscalização.Goiás, com 867 libertações, é o estado que lidera a estatística, seguido do Pará, com 741, e Mato Grosso, com 486 libertrações. De acordo com o mapa das ações em 2008, a exploração é maior nas regiões de expansão dos canaviais, incentivada pela política de apoio à produção de etanol. Segundo o balanço, pouco mais de 50% dos trabalhadores resgatados atuavam como bóias-frias em lavouras de cana-de-açúcar.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Regente Feijó – São Paulo (região Sudeste) encontra irregularidades em alojamento de trabalhadores da Usina Santa Fany Ltda., situada no município. O Sindicato encontrou 13 trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar vindos da cidade de Morro Agudos, no estado, para o corte da cana, com a promessa de alojamento e alimentação. Os trabalhadores ganhariam de imediato 1 cesta básica ao chegar no alojamento, que apresentaria condições de moradia digna para o trabalho, fato que não

ocorreu. O local não apresenta condições saudáveis para moradia, com camas quebradas amontoadas por todo o alojamento, muitos ratos, falta de água, além do corte de energia elétrica neste dia 30 de dezembro. Segundo o sindicato, falta ventilação no alojamento e os trabalhadores reclamam do sistema de trabalho, chamado de "metrinho", pelo qual recebem pela produção apenas metade do combinado. Os trabalhadores informam que chegaram em um grupo de cerca de 25 pessoas e que boa parte, insatisfeita com as condições de trabalho e as falsas promessas por parte da usina, foi embora com recursos próprios. Os trabalhadores reclamam, contudo, a ausência do sindicato do tratamento da questão.

Glossário de Siglas

Alerj	Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
CMI	Centro de Mídia Independente
Conlutas	Coordenação Nacional de Lutas
Cpers	Sindicato dos Professores Estaduais do Rio Grande do Sul
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FNP	Frente Nacional dos Petroleiros
Funai	Fundação Nacional do Índio
FUP	Federação Única dos Petroleiros
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
ONG	Organização Não Governamental
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
Sindipetro	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo
STF	Supremo Tribunal Federal
USP	Universidade de São Paulo